

COLEÇÃO  
**Viver,**  
**Aprender**

**Ciências Humanas**  
**Ensino Médio**

**Tempo, espaço e cultura**

**Ana Paula Corti**

Mestre em Sociologia e professora da rede federal de educação para o Ensino Médio

**André Luis Pereira dos Santos**

Mestrando em Filosofia e professor de Filosofia da rede pública de ensino

**Denise Mendes**

Mestre em História e professora de História para o Ensino Médio

**Maria Carla Corrochano**

Doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal de São Carlos

**Maria Lidia Bueno Fernandes**

Doutora em ensino de Geografia e professora da Universidade de Brasília

**Roberto Catelli Junior**

Mestre em História e coordenador do programa EJA da Ação Educativa

**Roberto Giansanti**

Licenciado em Geografia e autor de livros didáticos da disciplina

MANUAL DO EDUCADOR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**global**  
EDUCACIONAL

1ª edição, São Paulo, 2013

**Global Editora**  
**Diretor editorial**  
Jefferson L. Alves  
**Gerente editorial**  
Dulce S. Seabra  
**Gerente de produção**  
Flávio Samuel  
**Coordenadora editorial**  
Sandra Regina Fernandes  
**Assistente editorial**  
Rubelita Pinheiro  
**Edição e produção editorial**  
Todotipo Editorial  
**Revisão de texto**  
Agnaldo Alves  
Aracelli de Lima  
Cacilda Guerra  
Enymilia Guimarães  
Hires Héglan  
Isaura Kimie Imai Rozner  
Mag Reim  
Marcos Santos  
Shirley Gomes  
**Pesquisa iconográfica**  
Tempo Composto  
**Ilustrações**  
Avelino Guedes  
Conexão Editorial  
Luis Moura  
**Cartografia**  
Cláudio Eduardo de Castro  
Conexão Editorial  
Eduardo Dutenkefer  
Mario Yoshida  
Sonia Vaz  
**Capa**  
Eduardo Okuno  
Maurício Negro  
**Fotos da capa**  
Edson Grandisoli  
(Casario e Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos,  
no Pelourinho, Salvador, BA, 2012)  
**Projeto gráfico e editoração eletrônica**  
Planeta Terra Design

**Ação Educativa**  
**Diretoria**  
Luciana Guimarães  
Maria Machado Malta Campos  
Orlando Joia  
**Coordenação geral**  
Vera Masagão Ribeiro  
**Coordenação editorial**  
Roberto Catelli Jr.  
**Consultores**  
Érica Peçanha (Sociologia)  
Rosana Elisa Catelli (Sociologia)  
**Assistentes editoriais**  
Daniele Brait  
Dylan Frontana  
Fernanda Bottallo  
**Estagiária em editoração**  
Camila Cysneiros  
**Apoio**  
EED – Serviço de Igrejas Evangélicas  
na Alemanha para o Desenvolvimento

  
**Direitos Reservados**  
**Global Editora e**  
**Distribuidora Ltda.**  
Rua Pirapitingui, 111 – Liberdade  
01508-020 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3277-7999 – Fax: (11) 3277-8141  
global@globaleditora.com.br  
www.globaleditora.com.br

 **ação**  
**educativa**  
Rua General Jardim, 660 – Vila Buarque  
01223-010 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3151-2333 – Fax: (11) 3151-2333 r.: 135  
acaoeducativa@acaoeducativa.org  
www.acaoeducativa.org.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Tempo, espaço e cultura : ciências humanas : ensino médio : Educação de Jovens e Adultos. – 1. ed. –  
São Paulo : Global, 2013. – (Coleção viver, aprender)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-260-1869-3 (aluno)

ISBN 978-85-260-1870-9 (professor)

1. Educação de adultos 2. Educação de jovens 3. Ensino médio 4. Livros-texto (Ensino médio)  
I. Série.

13-04048

CDD-373.19

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ensino integrado : Livros-texto : Ensino médio 373.19

Colabore com a produção científica e cultural.  
Proibida a reprodução total ou parcial desta obra  
sem a autorização do editor.

Nº de Catálogo (aluno): **3156**

Nº de Catálogo (educador): **3157**



# Apresentação

Esta obra é destinada a jovens e adultos que iniciam ou retomam seus estudos no Ensino Médio. Sua elaboração parte do princípio de que a educação, além de um direito, é uma importante chave para o exercício da cidadania e para a plena participação na vida social. Dessa forma, a obra tem a intenção de oferecer conteúdo de qualidade, que atenda às necessidades específicas de aprendizagem de jovens e adultos.

A obra está organizada por áreas de conhecimento, e este volume é dedicado à área de Ciências Humanas, incluindo as disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia.

Para cada uma das três etapas há um tema orientador da produção dos capítulos relacionados à área e às disciplinas: **Riquezas e pobreza, A construção da Nação e Cidadania e conflitos no mundo contemporâneo**. Ainda que seja indicado em cada um dos capítulos a disciplina relacionada, a quase totalidade deles pode ser trabalhada interdisciplinarmente, pois são temas que permitem abordagens de todas as disciplinas da área de Ciências Humanas.

Nossa expectativa é que este volume seja capaz de auxiliar jovens e adultos na busca pela ampliação de seus conhecimentos, por maior qualificação profissional e também por um diálogo constante com o mundo vivido.

Queremos que essa aprendizagem seja realmente significativa para os estudantes, tornando possível abrir portas para a construção de um olhar novo sobre o mundo em que vivemos, no qual nos colocamos como cidadãos, sujeitos ativos capazes de intervir em sua realidade.

As disciplinas da área de Ciências Humanas têm como tema central a experiência humana que se realiza no tempo e no espaço. Estudar as várias formas de organização social dos seres humanos no tempo e no espaço, sua produção cultural, suas formas de pensamento e conflitos vividos é uma forma de dialogar com o próprio mundo em que vivemos, fazendo do conjunto de experiências humanas repertório para refletir criticamente e também fazer nossas escolhas no presente.

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são os cidadãos que buscam maior qualificação escolar e profissional, mas também são os sujeitos da história que estamos construindo.

Os autores

# Sumário

## ETAPA 1 – RIQUEZAS E POBREZAS

<b>CAPÍTULO 1</b>	Riquezas e pobreza no mundo contemporâneo .....	7
<b>CAPÍTULO 2</b>	Riquezas e pobreza ambientais .....	19
<b>CAPÍTULO 3</b>	Riquezas e pobreza em outros tempos: Antiguidade .....	29
<b>CAPÍTULO 4</b>	A Filosofia no mundo antigo: ética, política e desigualdade .....	45
<b>CAPÍTULO 5</b>	Riquezas e pobreza em outros tempos: Idade Média .....	61
<b>CAPÍTULO 6</b>	A Filosofia e o cotidiano: Deus, fé e Filosofia .....	72
<b>CAPÍTULO 7</b>	O capitalismo e a construção do espaço: pobreza e riqueza no espaço urbano .....	86
<b>CAPÍTULO 8</b>	Países ricos e países pobres nos séculos XX e XXI .....	98
<b>CAPÍTULO 9</b>	Globalização e espaço geográfico .....	111
<b>CAPÍTULO 10</b>	Questões contemporâneas: a geopolítica da energia .....	127
<b>CAPÍTULO 11</b>	A imaginação sociológica .....	141
<b>CAPÍTULO 12</b>	O trabalho e suas metamorfoses .....	151

## ETAPA 2 – A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

<b>CAPÍTULO 1</b>	A invenção do Brasil .....	169
<b>CAPÍTULO 2</b>	A constituição do território brasileiro .....	183
<b>CAPÍTULO 3</b>	Dimensões do Brasil colonial .....	197
<b>CAPÍTULO 4</b>	Questão agrária no Brasil: a relação com a terra .....	215
<b>CAPÍTULO 5</b>	Paisagens naturais brasileiras e expressões culturais regionais .....	228
<b>CAPÍTULO 6</b>	A Filosofia e o cotidiano: a sociedade civil e o Iluminismo .....	252
<b>CAPÍTULO 7</b>	As independências da América e a Revolução Francesa .....	266
<b>CAPÍTULO 8</b>	Mudanças do Brasil imperial .....	281
<b>CAPÍTULO 9</b>	Cidades da oligarquia .....	295
<b>CAPÍTULO 10</b>	Cultura e sociedade .....	308

## ETAPA 3 – CIDADANIA E CONFLITOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

<b>CAPÍTULO 1</b>	As guerras mundiais .....	321
<b>CAPÍTULO 2</b>	Socialismos .....	339
<b>CAPÍTULO 3</b>	Guerra Fria: um mundo bipolar .....	352
<b>CAPÍTULO 4</b>	Um olhar sobre a América Latina e os movimentos de contestação .....	365
<b>CAPÍTULO 5</b>	Populismo, ditadura, democracia e protesto popular no Brasil .....	377
<b>CAPÍTULO 6</b>	A Filosofia e o cotidiano: engajamento político .....	395
<b>CAPÍTULO 7</b>	Cidadania e participação social no Brasil .....	407
<b>CAPÍTULO 8</b>	Política, cotidiano e democracia no Brasil .....	419
<b>CAPÍTULO 9</b>	Uma população cada vez mais urbana .....	435
<b>CAPÍTULO 10</b>	Um Brasil urbano .....	447
<b>CAPÍTULO 11</b>	Cidade e relações sociais .....	464
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....		477



História



Geografia



Sociologia



Filosofia



Um tema central para as Ciências Humanas é o estudo sobre o que denominamos de riquezas e pobreza. Elas são dois lados de uma mesma moeda, ou seja, as riquezas e as pobreza são diretamente relacionadas. Mas podemos nos perguntar: o que são pobreza e o que são riquezas? Esse é também um tema sobre o qual qualquer cidadão contemporâneo se depara no seu cotidiano. Um dos grandes desafios para as pessoas que vivem nas sociedades capitalistas do mundo atual está na capacidade de escaparem da pobreza econômica e enriquecer. Mas será que riquezas e pobreza se relacionam apenas a posse de dinheiro e de propriedades? Quais seriam outras formas de riqueza e de pobreza?

## LER IMAGENS I

Observe as imagens a seguir:



Vista aérea de condomínio residencial em Londrina (PR), 2012.

Ernesto Regran/Pulsar Imagens



Editora Peixes/Embratur

O homem em destaque está usando a máscara de Cazumbá, personagem de origem africana que é metade gente, metade bicho. A foto retrata um folguedo do bumba meu boi, em São Luís (MA), 2007.



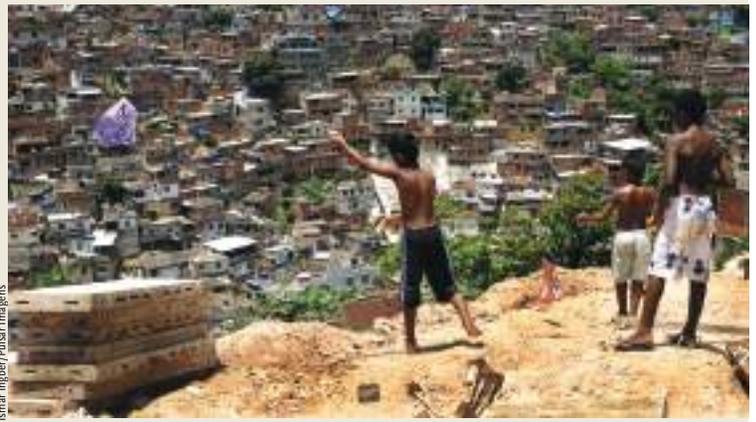
Roberto Castell Jr.

A cidade de Curitiba (PR) teve grande crescimento populacional a partir dos anos 1970. A população de Curitiba, que era considerada um modelo de desenvolvimento econômico e urbano, saltou de 483 038 em 1970 para 1 751 907 habitantes, conforme o Censo de 2010. Assim, a cidade não resistiu ao abrupto crescimento populacional e vários bairros com ocupações irregulares se formaram, como nos mostra essa fotografia captada em 2005.



Christian Knepper/Embratur

O bairro e a praia de Ipanema (RJ) ficaram famosos pela referência ao movimento musical denominado Bossa Nova. Uma delas é a canção *Garota de Ipanema*, composta por Tom Jobim e Vinícius de Moraes em 1962. Hoje em dia, o bairro e a cidade convivem com a violência e uma grande desigualdade social.



Isamar Ingber/Pulsar/Imagens

Em muitos bairros de periferia das grandes cidades, encontramos crianças brincando nas ruas. É muito comum ver os meninos soltando pipa, como na imagem captada em 2010, no Complexo do Alemão (RJ).

Agora, considerando as imagens e respectivas legendas, faça o que se pede:

1. Escolha duas imagens que retratem sua compreensão do que é pobreza e do que é riqueza. Descreva-as e justifique sua escolha.
2. Identifique os diferentes tipos de riqueza e de pobreza presentes nas imagens.
3. Dê exemplos relacionados à sua vida cotidiana que retratem o que você entende por pobreza e riqueza.

### **Bumba meu boi**

A festa do bumba meu boi está presente na cultura brasileira desde o período colonial, recebendo influências das culturas indígena, africana e lusitana. O enredo dessa festa tem muitas variantes regionais. Em uma delas, a esposa do escravo Pai Francisco pede uma língua de boi para satisfazer seus desejos de mulher grávida. Para atendê-la, Pai Francisco rouba o boi preferido do patrão. A partir daí se inicia uma coreografia em que se encena a tentativa de salvar o boi.

## **AS VÁRIAS DIMENSÕES DA RIQUEZA E DA POBREZA**

Na sociedade em que vivemos, comumente definimos como pobres aqueles que têm poucos recursos econômicos e como ricos aqueles que possuem muitos recursos econômicos. No entanto, é preciso ampliar essas definições. Não seria também uma forma

de riqueza viver em um ambiente em que os recursos naturais são conservados e não há risco de eles se esgotarem? E não seria uma forma de pobreza a falta de direitos políticos, ou seja, a impossibilidade de o cidadão fazer escolhas ou de expressar-se livremente?

Por isso, afirmamos que não há riqueza e sim riquezas. Conseqüentemente, não há pobreza, mas, sim, pobreza. Por exemplo, viver em ambientes em que existem cursos de água contaminados, em que as florestas sofrem ameaça de extinção e onde há risco de deslizamentos em razão do mau uso do solo é uma forma de pobreza, assim como a liberdade de direitos políticos é uma forma de riqueza.

Do ponto de vista econômico, podemos entender por pobreza a privação ou a limitação de recursos básicos para a sobrevivência. Assim, em 2010, 8,5% da população brasileira (cerca de 16,2 milhões de habitantes) vivia abaixo da chamada linha de pobreza, ou seja, todos esses brasileiros tinham uma renda mensal abaixo de R\$ 70,00 por indivíduo. Atualmente, toma-se por base para esse cálculo o custo de uma cesta básica alimentar que supra as necessidades de consumo calórico mínimo para um indivíduo em cada uma das regiões do Brasil.

Consideram-se abaixo da linha de pobreza aqueles que tiverem renda menor que a necessária para adquirir essa cesta básica. Assim, podemos definir que a pobreza é também a existência de privações que dificultam ou impedem a continuidade da vida humana.

Do ponto de vista social, a pobreza é a ausência dos direitos garantidos pelo artigo 6º da Constituição brasileira: “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. No Brasil, a maioria das crianças com 7 anos tem acesso à escola. No entanto, existe no país ainda uma grande parcela da população que não completou seus estudos. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2008, a população brasileira tinha em média 7,2 anos de estudo, o que indica que grande parte da população não concluiu a educação básica e que poucos brasileiros chegaram a frequentar um curso de nível superior.

Quanto ao trabalho, em outubro de 2011, 5,8% da população economicamente ativa, isto é, as pessoas com 10 anos ou mais de idade, estavam desempregadas em seis grandes cidades brasileiras. Nesse mesmo período, somente 54,0% dos empregados trabalhavam com registro em carteira, ou seja, tinham direitos trabalhistas como férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e direito ao benefício da aposentadoria.

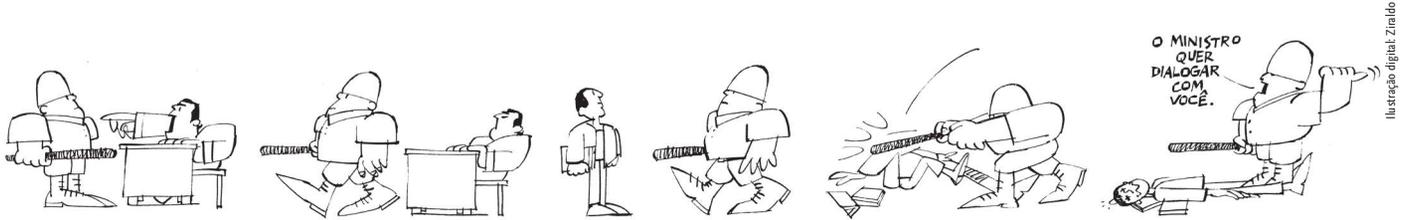
Do ponto de vista político, a pobreza pode ser notada no impedimento da liberdade de expressão do cidadão. Entre 1964 e 1985, por exemplo, o Brasil viveu sob uma ditadura militar. Nesse período, os direitos foram bastante restringidos. Os meios de comunicação sofriam censura direta do governo e aqueles que expressavam opinião contrária aos governantes podiam ser presos e torturados.

Exemplo disso é o que ocorreu com o jornalista Vladimir Herzog, que, nos anos 1970, era diretor de telejornalismo da TV Cultura em São Paulo e foi convo-



O desemprego traz sérias conseqüências sociais, uma vez que se tornam precárias as condições de vida. Na imagem, funcionários de uma montadora em São Bernardo do Campo (SP) protestam, em 2009.

cado a prestar depoimento para o governo ditatorial, que o acusava de ser defensor do comunismo. Ele foi preso e, em outubro de 1975, foi encontrado morto em uma cela. Oficialmente, a causa de sua morte foi suicídio por enforcamento, mas evidências mostram que ele foi torturado e enforcado. Nesse caso, a ausência de liberdade de pensamento e o autoritarismo de um governo levaram à morte um jornalista.



O quadrinho de Ziraldo, criado em 1968, satiriza o poder autoritário durante o período militar. Em vez do diálogo, era praticada a repressão armada a quem era contra o pensamento do governo.

A falta de laços de solidariedade é outra dimensão da pobreza, pois a competição, que desconsidera a solidariedade humana, cria condições perversas de organização da vida social. Em uma comunidade em que existe a prática solidária, torna-se possível evitar a fome, a miséria e reconstruir a vida social com base no esforço coletivo.

Pode-se considerar uma riqueza, no que se refere à presença dos laços de solidariedade, o que se denomina de economia solidária. Conforme o economista Paul Singer, um dos defensores dessa forma de organização da economia:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva.[...] A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 9.

Nesse caso, o desejo de lucro do proprietário do capital deixa de ser o principal objetivo da empresa, que tem como finalidade permitir que todos os cooperados consigam extrair de seu trabalho a renda necessária para sua sobrevivência.

Do ponto de vista ambiental, a falta de acesso aos recursos naturais e sua escassez são indicativos das dimensões de pobreza, pois onde há falta de água, por exemplo, a deterio-



Uma cooperativa de trabalhadores de Campina Grande (PB) descobriu no algodão colorido, desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma oportunidade de melhoria de renda e criação de novos postos de trabalho no Nordeste. Peças estão sendo vendidas para todo o país e exportadas para Itália, Portugal, Suíça, Inglaterra, Austrália e Estados Unidos. A imagem foi capturada em 2002.



O crescimento urbano e a industrialização são dois dos fatores que colaboram para a poluição dos rios amazônicos próximos às cidades. Esta foto mostra o acúmulo de lixo no rio Negro, na região do município de Porto de São Raimundo, em Manaus (AM), em 2007, o que causa impacto negativo na maior bacia hidrográfica do mundo.

ração das condições ambientais e as várias formas de poluição põem em risco a continuidade da vida humana.

A água, segundo o Instituto Socioambiental, será em um futuro próximo:

Causa de conflitos entre nações. Há sinais dessa tensão em áreas do planeta como Oriente Médio e África. Mas também os brasileiros, que sempre se consideraram dotados de fontes inesgotáveis, veem algumas de suas cidades sofrerem com a falta de água. A distribuição desigual é a causa maior dos problemas. [...]

A cidade de São Paulo, que, embora nascida na confluência de vários rios, viu a poluição tornar imprestáveis para consumo as fontes próximas e tem de captar água de bacias distantes, alterando cursos de rios e a distribuição natural de água na região. Na última década, a quantidade de água distribuída aos brasileiros cresceu 30%, mas quase dobrou a proporção de água sem tratamento e o desperdício ainda assusta: quase 45% de toda a água ofertada pelos sistemas públicos.

*Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 239.*

### APLICAR CONHECIMENTOS I

Levando em consideração o texto lido, responda às questões:

1. Organize um quadro indicando quais seriam as formas de pobreza em uma coluna, e na outra, quais seriam as formas de riqueza.
2. Considerando a comunidade em que você vive, indique as formas de riqueza e de pobreza presentes em sua realidade.
3. Faça uma pesquisa em *sítes*, livros e revistas e descubra outros dados sobre as pobresas e as riquezas do país. Você pode organizar suas descobertas em um quadro, com dados estatísticos, informações na forma de texto e imagens etc.
4. Conforme os dados presentes no texto e a pesquisa que você realizou, o Brasil pode ser considerado um país no qual predominam as riquezas ou as pobresas?

### LER TEXTO JORNALÍSTICO I

Leia o texto a seguir redigido em comemoração aos 454 anos da cidade de São Paulo e responda às questões propostas:

## São Paulo, 454: a periferia toma conta

Eleilson Leite

[...]

Quero aqui falar de outra São Paulo. Vou falar da Periferia, pois é essa a minha missão. Mas não pretendo me queixar das misérias que tomam conta dos bairros afastados do centro. Sabe o porquê? Porque a Periferia é a maior parte da capital. Ocupa cerca de dois terços do território e possui dois terços da população. Um povo que vive amontoado em moradias precárias, favelas, conjuntos habitacionais, cingapurais e prédios da Cohab. Mas tem muita gente morando bem e dignamente na Periferia. Já disse aqui e repito: na Periferia a vida é bela apesar

da mazela. E acima de tudo, a Periferia é grande, é maioria. Os símbolos tão abordados na grande imprensa para retratar São Paulo são ícones importantes, sem dúvida, mas habitam o imaginário de uma parcela cada vez menor da população. É preciso olhar a Periferia e retratar seus símbolos e encantos.

[...]

Não dá mais para falar de São Paulo sem a sua Periferia. Nela vivem descendentes de europeus, árabes e orientais. Mas nos arrabaldes predominam os nordestinos com traços indígenas ou pele negra.

A Periferia de São Paulo tem a cara do Brasil. Uma nação esquecida. Será que teremos de fazer como sugeriu o poeta Sergio Vaz em sua mais recente crônica: fundar uma república independente? Se este novo país surgisse, a ele agregaria a população de cidades vizinhas que cresceram no processo de periferização de São Paulo. Refiro-me a municípios como Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquetuba, Arujá e Mauá, na fronteira com a Zona Leste; Franco da Rocha e Francisco Morato, no lado norte; Itapevi e Carapicuíba, na divisa oeste, e Itapetininga da Serra e Taboão, além de Diadema na região Sul. Some-se a essas partes de Guarulhos e Osasco. Certamente teremos uma população superior a 10 milhões – ou seja, três vezes maior que a do Uruguai, e bem maior que muito país europeu. Se o delírio do poeta virasse realidade, São Paulo voltaria, em termos de território, ao que era até o fim do século 19. Mas não haverá um levante independentista, São Paulo é nossa! Será um motim cultural. Ferréz, Racionais, Cooperifa já estão aí na fita. Tem muita gente chegando. A chapa está esquentando, poeta. Na Periferia, o povo aprendeu a fazer e não espera mais acontecer.

Se todo artista tem que ir onde o povo está, a grande imprensa poderia fazer movimento semelhante. O foco da mídia mudaria, se o critério populacional prevalecesse na pauta das reportagens. É comum as TVs e jornais abordarem, no aniversário de São Paulo, bairros como Bom Retiro, Brás, Barra Funda, Cambuci, Lapa, Liberdade, Pari, Bela Vista e o Centrão – com os distritos da Sé e República. Pois bem, a soma da população desses bairros é de 361 344 habitantes, apenas 30 mil pessoas a mais do que a população do Grajaú, na Zona Sul. Esse lidera o *ranking* dos distritos mais populosos da capital. São 11 regiões com população acima de 200 mil habitantes. Todos na Periferia. Vale a pena escalar o time: Sapopemba, São Miguel, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Jabaquara, Itaquera, Itaim Paulista, Grajaú, Cidade Ademar, Capão Redondo e Brasilândia. População total: 2 688 757. Tem mais gente aí do que em quase todos os 39 distritos não

periféricos de São Paulo juntos. Seria bom, portanto, olhar como vivem essas pessoas. Um povo pobre, trabalhador, que luta e busca ser feliz apesar de tudo. “Um povo lindo, um povo inteligente”, como dizem os poetas da Cooperifa. Um povo que merece ser visto pelas lentes da TV mostrando aquilo que tem de mais bonito.

Num dia de comemoração não precisa denunciar o sofrimento. Continuem exibindo o Samba da Vela, o Sarau da Cooperifa, os mais conhecidos. Mas mostrem também o Samba de São Matheus, que rola no Buteco do Timaia. Façam uma reportagem sobre a biblioteca comunitária Suburbano Convicto, organizada e mantida pelo escritor Alessandro Buzo, no Itaim Paulista. Tem também o Espaço Maloca, no Jardim São Savério, coordenado pela escritora Dinha. A Fundação Gol de Letra, na Vila Albertina (Zona Norte), daria uma excelente reportagem. A Associação Monte Azul, na Favela Monte Azul, Zona Sul, faz um trabalho simplesmente lindo.

A luta da Unas, em Heliópolis, mantém a maior favela do Brasil animada e de cabeça erguida. O Centro Cultural da Juventude, na Cachoeirinha, é um exemplo de política pública para jovens em áreas de baixa renda. O CDC Tide Setúbal, em São Miguel, é uma demonstração de como uma fundação mantida com recursos de empresa pode ter uma atuação em sintonia com a comunidade e programação de excelente qualidade.

[...]

A Periferia tem seus cantos e encantos. Ela merece estar na mídia. Não como invariavelmente aparece, expondo suas tragédias, mas por sua beleza, pela força do seu povo, por sua riqueza cultural e sua vontade de transformar. O povo não quer sair da Periferia. O povo quer uma Periferia cada vez melhor. [...]

Eleilson Leite é bacharel em História, programador cultural e coordenador do Espaço de Cultura e Mobilização Social da ONG Ação Educativa.

*Le Monde Diplomatique Brasil*, 24 jan. 2008.

### Cooperativa de Literatura Periférica (Cooperifa)

Movimento cultural da periferia da zona sul de São Paulo que reúne escritores, poetas, músicos, artistas plásticos, entre outros artistas, e desenvolve várias atividades na região. A principal delas é o Sarau da Cooperifa, que ocorre todas as

noites de quarta-feira, chegando a reunir mais de duzentas pessoas em suas sessões. O Sarau é liderado pelo poeta Sergio Vaz, autor do livro *Colecionador de pedras*, publicado pela Global em 2007.

1. O autor destaca as deficiências ou os encantos da periferia? Justifique.

---

---

2. Que relação existe no texto entre o tamanho da população e a cobertura feita pela mídia dos eventos culturais da periferia?

---

---

3. Que formas de riqueza e de pobreza podem ser identificadas no texto, levando em consideração o que você estudou no capítulo? Justifique sua resposta.

---

---

---

#### ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

##### *Cientista social*

O cientista social analisa fenômenos, estruturas e relações que caracterizam a organização das sociedades humanas ao longo do tempo e em diferentes espaços. Assim, as Ciências Sociais contribuem para explicar dinâmicas sociais segundo seus três ramos internos: a Antropologia, que descreve e analisa grupos sociais com base em suas características culturais; a Sociologia, que investiga as relações e estruturas de diferentes sociedades levando em conta transformações históricas de suas organizações e seus movimentos internos; e a Ciência Política, que analisa as fontes e o exercício do poder político, os sistemas de representação e participação política e as instituições e os partidos políticos de um país, bem como as relações entre os Estados nacionais.

Portanto, ao tratar de temas como as disputas entre classes sociais, a organização e a

atuação de movimentos sociais no campo ou na cidade ou as desigualdades entre riqueza e pobreza, estamos diante de objetos de reflexão do cientista social. Mantendo e reforçando os vínculos entre teoria e pesquisa, ele analisa criticamente conflitos e contradições sociais, a construção de identidades e a formação de opiniões. Investiga costumes, hábitos e tradições e examina as relações entre indivíduos, famílias, grupos e instituições. Para realizar sua tarefa, desenvolve e utiliza um corpo variado de técnicas e métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Precisa também conhecer os fundamentos e ideias das correntes do pensamento social, assim como as diferentes obras e autores. O estudante de Ciências Sociais deverá, assim, preparar-se para cumprir extensos programas de leitura, introduzir-se no universo da pesquisa e exercitar sua capacidade crítica e reflexiva.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior completo (4 anos).

**Área de atuação:** Pode atuar no ensino, na pesquisa e no planejamento, além de dar consultoria e assessoria a órgãos do Estado, empresas privadas, organizações não governamentais, partidos políticos, sindicatos e outras entidades. Pode, assim, atuar tanto na educação básica (Ensino Médio) ou no ensino superior como em institutos de pesquisa, participando da elaboração, execução e análise de pesquisas diversas. Existe também a possibilidade de aprofundar-se em pesquisas de pós-graduação, habilitando-se para a docência no ensino superior. Atua ainda na elaboração ou na organização de publicações especializadas ou como consultor da área legislativa. Escreve artigos e resenhas para veículos da mídia impressa e eletrônica.

## CAPITALISMO, RIQUEZA E POBREZA

Já afirmamos que existem diferentes dimensões da riqueza e da pobreza. Ao longo da história, as relações entre riquezas e pobreza se transformam, adquirindo características correspondentes ao desenvolvimento de cada sociedade, que estão diretamente relacionadas às formas de produção e de apropriação das riquezas geradas pelo trabalho humano.

A Revolução Industrial, ocorrida na Europa a partir de meados do século XVIII, introduziu uma nova forma de organizar a sociedade. A população rural, organizada em vilas e aldeias camponesas, foi gradativamente expulsa do campo e se viu obrigada a oferecer sua força de trabalho para as fábricas que começavam a ocupar a paisagem das cidades europeias.

Desse modo, observamos que o sistema capitalista, entre fins do século XVIII e início do século XIX, se caracterizou pela divisão da sociedade entre a classe dos proprietários dos meios de produção (donos das fábricas, das máquinas e do capital) e a dos proletários, que passaram a compor o contingente de trabalhadores nas fábricas.

O sistema capitalista nasceu a partir da desigualdade social decorrente desse sistema de produção. A exploração do trabalhador se originou no fato de ele ter que produzir muito mais que o necessário para sua sobrevivência e de não possuir os meios de produção. Ele produzia para que o capitalista pudesse ampliar suas riquezas. É nesse sentido que Karl Marx, um renomado pensador do século XIX e um dos fundadores da Sociologia, dizia que, quanto mais produz riquezas, mais o trabalhador aumenta sua própria miséria.

Os proletários viviam em condições extremamente precárias, compartilhando seu alojamento com várias famílias, uma vez que as moradias nos emergentes centros urbanos eram escassas. Apesar de trabalharem entre 12 e 16 horas por dia, o salário que recebiam estava muito aquém das riquezas que produziam, o que configura a clara relação de exploração a que estavam sujeitos.

Logo, os trabalhadores começaram a criar associações que pudessem aglutinar os proletários em torno de um movimento que questionasse o regime de exploração e eliminasse as desigualdades sociais. Entre as principais reivindicações dos trabalhadores, destacamos a redução da jornada de trabalho e a melhoria das condições de trabalho nas fábricas, nas quais havia altos índices de insalubridade e elevado número de acidentes.

A partir da organização dos movimentos sociais e sindicais, muitas mudanças ocorreram e importantes conquistas foram obtidas pelos trabalhadores.

Conforme o filósofo Renato Janine Ribeiro:

A miséria é um tema novo, no século XIX. Como realidade, é bem antiga, mas a novidade é ela se tornar tema, isto é, aparecer como algo que causa escândalo e que, dizem cada vez mais romancistas e cientistas sociais, pode – e deve – ser superado. [...] A principal causa da mudança está talvez nas enormes migrações do campo para a cidade, que marcaram esse período de guerras e de industrialização, que foi o começo do século XIX, deslocando gigantescos contingentes de homens e mulheres. Estes deixavam o campo, no qual tinham um certo endereço, onde, embora vivessem em condições modestas, dificilmente lhes faltava moradia (ainda que o mesmo nem sempre se pudesse dizer da comida), e iam para cidades onde emprego, residência e alimentação eram precários e, eventualmente, até inexistentes.

RIBEIRO, Renato Janine. Um outro olhar. In: HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 13.



Proletárias trabalhando em uma fábrica de algodão, no início do século XX, em Málaga (Espanha).

As desigualdades sociais se materializam de diversas maneiras no sistema capitalista, que, atualmente, possui características muito diferentes das vividas pelos trabalhadores do século XIX.

As mudanças no processo produtivo ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX introduziram novos desafios aos trabalhadores. Houve a diminuição significativa dos postos de trabalho com o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, o aumento expressivo de desempregados e de trabalhadores informais. Cabe ressaltar que esse processo ocorre em âmbito mundial, apesar de ser vivido de formas diferentes em cada país. Vale lembrar que em alguns países existe uma rede de proteção social, pela qual o Estado consegue garantir as condições mínimas de sobrevivência ao cidadão, enquanto em outras sociedades o desemprego gera uma enorme miséria.

No capitalismo contemporâneo, a introdução de novas tecnologias e de novos modelos de gestão do trabalho vem gerando um novo contexto social, em que se verifica o aumento do chamado desemprego estrutural. Cada vez menos os desempregados são reinseridos no processo produtivo, e cada vez mais vemos o aumento de subempregados, ou seja, pessoas que não têm os mesmos direitos trabalhistas das que estão no chamado mercado formal de trabalho.

Em contrapartida, crescem as iniciativas que buscam outros modelos de organização do trabalho, como é o caso das cooperativas de caráter solidário já mencionadas.

## PRODUZIR TEXTO

### Música de trabalho (1996)

Renato Russo/Marcelo Bonfá/Dado Villa-Lobos

Sem trabalho eu não sou nada	Sei que existe injustiça
Não tenho dignidade	Eu sei o que acontece
Não sinto o meu valor	Tenho medo da polícia
Não tenho identidade	Eu sei o que acontece
Mas o que eu tenho é só um emprego	Se você não segue as ordens
E um salário miserável	Se você não obedece
Eu tenho o meu ofício	E não suporta o sofrimento
Que me cansa de verdade	Está destinado à miséria
Tem gente que não tem nada	Mas isso eu não aceito
E outros que têm mais do que precisam	Eu sei o que acontece
Tem gente que não quer saber de trabalhar	E quando chega o fim do dia
Mas quando chega o fim do dia	Eu só penso em descansar
Eu só penso em descansar	E voltar pra casa, pros teus braços
E voltar pra casa, pros teus braços	Quem sabe esquecer um pouco
Quem sabe esquecer um pouco	Do pouco que não temos
De todo o meu cansaço	Quem sabe esquecer um pouco
Nossa vida não é boa	De tudo que não sabemos
E nem podemos reclamar	

©1996/Corações Perfeitos Edições Musicais Ltda. Legião Urbana. A tempestade ou o livro dos dias. [Rio de Janeiro]: EMI, 1996. Faixa 3.

A canção aborda os conflitos do trabalhador. Elabore um pequeno texto sobre as situações de desigualdade em sua vida em relação a seu trabalho.



Fabio Chialastri/Conexão Editorial

Paraisópolis, favela no bairro do Morumbi, em São Paulo (SP), 2005.

A exclusão social de amplas parcelas da população mundial está expressa também por meio das condições de moradia, do acesso aos serviços de saúde, do saneamento básico, da educação e do lazer.

A fotografia retrata a estreita relação entre pobreza e riqueza vivida em um bairro da cidade de São Paulo.

O bairro do Morumbi possui áreas com extrema riqueza rodeadas de áreas em que identificamos a precariedade da oferta dos serviços básicos citados anteriormente.

1. Que elementos você identifica na imagem que mostram o convívio entre a pobreza e a riqueza?
2. Identifique em sua cidade as áreas de pobreza e as de riqueza, levando em consideração o acesso da população à moradia, aos serviços de saúde, ao saneamento básico, à educação e ao lazer.
3. Em que medida o Estado pode contribuir para que a distância entre a riqueza e a pobreza econômica seja reduzida?

Leia o texto a seguir sobre a política de microcrédito criada por Muhammad Yunus e responda às questões propostas:

## Crédito à paz

Muhammad Yunus, ganhador do Nobel, é o pai do microcrédito, que ajudou a reduzir a pobreza em Bangladesh.

O Prêmio Nobel da Paz foi concedido a Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen, uma bem-sucedida instituição de microfinanciamento em Bangladesh. Professor de economia, é considerado o grande mentor do microcrédito, ficando conhecido mundialmente como “banqueiro dos pobres”.

Fundado em 1976, o Grameen Bank obteve *status* de banco em 1983. Desde então realiza pequenos empréstimos, que somam US\$ 5,72 bilhões. O banco conta com 6,5 milhões de clientes, sendo 96% mulheres, com taxa de inadimplência em torno de 5%.

A principal condição para ser aceito como cliente é que as pessoas que solicitam crédito o façam em grupos de cinco e se apoiem para reembolsar a dívida. Os membros do grupo são incentivados a acompanhar as solicitações uns dos outros. Se um dos integrantes não pagar, o empréstimo a todo o grupo é suspenso. Isso configura uma espécie de sistema de aval coletivo.

Além disso, o alvo do Grameen são os pequenos negócios – pouco mais que extensões do ambiente familiar –, e não o consumo. Estudos do Banco Mundial indicam que cerca de 50% das pessoas que emprestam dinheiro do banco popular idealizado por Yunus saem da linha de pobreza em até cinco anos e outros 25% deixam a pobreza absoluta.

O conceito do banco Grameen (que significa povoado) foi exportado para mais de 40 países, incluindo o Brasil. Nos últimos anos, ocorre um avanço do microcrédito no território brasileiro. [...]

O Nobel da Paz ao mentor dos empréstimos ao empreendedorismo popular é um fato extraordinário. Como disse Kofi Annan, secretário-geral da ONU, “Yunus desenvolveu uma poderosa arma para ajudar as pessoas a melhorar de vida [...]”.

A ‘poderosa arma’ de Yunus ajuda a incutir o espírito empresarial em larga escala e favorece a criação de emprego e renda. Emancipa, enfim – e do modo mais digno que há”.

Folha de S. Paulo, 16 out. 2006.

1. Como funciona o sistema de microcrédito criado por Yunus?

---



---



---



---

2. Por que esse sistema contribui para a erradicação da pobreza?

---



---



---



---

3. De que forma a proposta dessa instituição bancária se diferencia de outras instituições capitalistas?

---

---

---

4. Você acredita que a proposta de Yunus contribui para a redução da pobreza somente no que se refere ao aspecto econômico? Justifique.

---

---

---

---

---

## APLICAR CONHECIMENTOS II

• Enem (2011)

*Subindo morros, margeando córregos ou penduradas em palafitas, as favelas fazem parte da paisagem de um terço dos municípios do país, abrigando mais de 10 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

MARTINS, Ana Rita. *A favela como um espaço da cidade*. Disponível em: <[www.revistaescola.abril.com.br](http://www.revistaescola.abril.com.br)>. Acesso em: 31 jul. 2010.

A situação das favelas no país reporta a graves problemas de desordenamento territorial. Nesse sentido, uma característica comum a esses espaços tem sido:

- a) o planejamento para a implantação de infraestruturas urbanas necessárias para atender as necessidades básicas dos moradores.
- b) a organização de associações de moradores interessadas na melhoria do espaço urbano e financiadas pelo poder público.
- c) a presença de ações referentes à educação ambiental com consequente preservação dos espaços naturais circundantes.
- d) a ocupação de áreas de risco suscetíveis a enchentes ou desmoronamentos com consequentes perdas materiais e humanas.
- e) o isolamento socioeconômico dos moradores ocupantes desses espaços com a resultante multiplicação de políticas que tentam reverter esse quadro.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### UM MUNDO SEM POBREZA: A EMPRESA SOCIAL E O MUNDO DO CAPITALISMO

Muhammad Yunus, conhecido como o "banqueiro dos pobres", criou o Banco Grameen e do Microcrédito. Além disso, ganhou o Prêmio Nobel da Paz e, nessa obra, apresenta mais uma de suas ideias inovadoras: a empresa Social.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o mundo do capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.

### FILMES



#### 5X FAVELA: AGORA POR NÓS MESMOS

Jovens cineastas moradores de favelas do Rio de Janeiro mostram aspectos da vida cotidiana nas comunidades da cidade.

Direção de Cacau de Amaral; Cadu Barcelos, Brasil, 2010, 96 min.



#### CIDADE DE DEUS

No contexto de criação do bairro Cidade de Deus nos anos 1960, o filme conta a história de um jovem que se torna fotógrafo e registra a vida cotidiana da favela.

Direção de Fernando Meirelles, Brasil, 2002, 130 min.



#### CIDADE DOS HOMENS

Conta a história de dois amigos que cresceram juntos em uma favela do Rio de Janeiro.

Direção de Paulo Morelli, Brasil, 2007, 110 min.

Vimos, no capítulo anterior, que os seres humanos estabelecem relações com o meio natural e o transformam para assegurar sua sobrevivência. Essas relações têm suas especificidades, dependendo do ambiente em questão e dos aspectos culturais do grupo social analisado.

### LER NOTÍCIAS

Leia e analise as chamadas de notícias referentes a problemas ambientais.

### Aquecimento leva animais e plantas a fugir para áreas frias

Reinaldo J. Lopes

A cada década, as espécies se mudam para altitudes 11 metros maiores e rumam em direção aos polos mais 16,9 km, afirma pesquisa da Universidade de York (Reino Unido) na revista “Science”. Pode parecer pouco, mas é um ritmo entre duas e três vezes maior de “retirada rumo ao frio” do que o verificado por pesquisas anteriores. Entre as mais fujonas estão as libélulas britânicas, que recuaram 104 km rumo ao norte por década, e as borboletas da Espanha, que estão subindo encostas de montanhas a uma taxa de 108,6 metros a cada dez anos. [...]

Uma limitação do estudo é que ele levou em conta principalmente espécies que vivem em regiões tem-

peradas. Apenas áreas da Malásia e de Madagascar representam as regiões tropicais do globo. Por isso mesmo, os pesquisadores admitem que mais estudos serão necessários para entender o que a mudança forçada significará para o destino dessas formas de vida.

Alguns animais e plantas não conseguem viajar muito longe por causa de barreiras geográficas (um rio largo, digamos). Ou então, quando o fazem, não encontram habitat adequado na nova “casa”, por algum outro motivo, como o desmatamento.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 19 ago. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/961959-aquecimento-leva-animais-e-plantas-a-fugir-para-areas-frias.shtml>>. Acesso em: 24 set. 2012.

### SP: 4 mil morrem por ano devido à poluição

Fonte: *iG Notícias*, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://tvig.ig.com.br/noticias/saude/sp++4+mil+morrem+por+ano+devido+a+poluicao++na+capital-8a498026301eafa0130435b5a30a85.html>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

### Peixes aparecem mortos na Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)

Fonte: *O Eco*, 1º abr. 2011. Disponível em: <[www.oeco.com.br/salada-verde/24931-peixes-morrem-na-uhe-de-estreiro](http://www.oeco.com.br/salada-verde/24931-peixes-morrem-na-uhe-de-estreiro)>. Acesso em: 17 set. 2011.

Responda às questões:

1. O que há em comum entre as chamadas?  
.....
2. Redija com seus colegas uma chamada de notícia que aborde um problema semelhante aos apontados e que tenha relação com o local onde você vive.  
.....

Nas chamadas e no texto apresentados, os problemas ambientais que atualmente atingem o país e o mundo suscitam uma discussão sobre outros problemas ligados mais diretamente com o nosso cotidiano. Você viu, no capítulo anterior, que há diferentes formas de entender o que é riqueza e o que é pobreza.

De que maneira a preservação de um ambiente que determinado grupo social usufrui pode ser entendida como um indicador de riqueza ou de pobreza?

O estado de conservação do ambiente em que se vive é um importante indicador de qualidade de vida. No mundo atual, estima-se a morte de uma criança a cada 19 segundos por falta de acesso a água e saneamento. A falta de água afeta quatro a cada dez pessoas do planeta. O ar, com seu componente básico, que é o oxigênio, tem sido comprometido pelo intenso processo de desflorestamento e pela destruição do fitoplâncton oceânico, responsável pela produção de cerca de 70% do oxigênio da atmosfera. Além disso, os constantes desmatamentos, as queimadas e outras práticas agressivas ao meio ambiente têm ocasionado a perda de solos férteis, inviabilizando grandes áreas para o cultivo de alimentos. Enfim, vivemos uma série crescente de problemas ambientais que afetam diretamente nossas vidas. Atualmente, os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras dos países e afetam o mundo todo. Temos, no Brasil, as secas e os processos de desertificação, enchentes como as que atingiram a região Sul em 2011, a poluição do ar e da água, que estão disseminadas em várias regiões do país, o desmatamento, entre outros. No âmbito mundial, há a perspectiva de inúmeros problemas causados pelas mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, só na última década, 25 milhões de pessoas se tornaram “refugiadas ambientais”.

Uma pergunta importante que podemos fazer é: Em que medida a riqueza e a pobreza se relacionam com a questão ambiental?

## CONSUMO E MEIO AMBIENTE

Alguns autores, entre eles José Augusto Pádua, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abordam a questão ambiental também sob a ótica do consumo e argumentam que tanto a miséria, que obriga muitas pessoas a se lançar sobre os **recursos naturais** de forma intensa, quanto a opulência, que leva ao consumo desenfreado, são muito prejudiciais ao meio ambiente. Esse autor, nos seus diferentes livros e textos, faz uma análise sobre a pobreza e a relação da sociedade com a natureza. Ele afirma que, no sistema socioeconômico vigente, a distribuição de renda tem grande impacto ambiental, e reafirma o vínculo entre a pobreza e a degradação do ambiente.

Entretanto, salienta que a riqueza normalmente leva a um superconsumo, instituindo padrões perdulários, que contribuem significativamente para a degradação ambiental. Para ele, tanto a riqueza como a pobreza extremas são polos de uma realidade que tem causado grande impacto sobre o ambiente.

A questão do consumo interfere diretamente na questão ambiental. Vivemos um modelo econômico que necessita de um mercado em crescente expansão, ancorado, porém, numa base material fixa. A visão predominante é a da natureza como mercadoria. Prevalece a concepção do ser humano como soberano sobre a natureza. Esse domínio, que parece incontestável, é alcançado e mantido graças ao desenvolvimento tecnológico.

### GLOSSÁRIO

**Recursos naturais:** recursos fornecidos pela natureza e imprescindíveis às atividades e necessidades humanas. Basicamente existem três tipos de recursos naturais: renováveis (animais e vegetais); não renováveis (minerais, fósseis etc.); e livres (ar, água, luz solar e outros elementos existentes em grande abundância na natureza). Um recurso por si só não é riqueza, apenas se transforma em riqueza a partir da utilidade que tem para o ser humano, que varia historicamente.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. *Dicionário de Geografia: termos, expressões, conceitos*. São Paulo: Melhoramentos, 1996. p. 178.

Estudaremos o sistema capitalista, que, para se manter, necessita do aumento da produção e, portanto, do consumo. Esta é a lógica: em um mercado em expansão, produzir cada vez mais e com custo mais baixo passa a ser uma exigência do próprio sistema. As grandes corporações, de modo geral, manipulam o desejo, criam necessidades e impõem padrões e modelos, não mais para assegurar a satisfação das necessidades cotidianas do ser humano, mas, sim, para garantir o lucro. Nesse sentido, o consumo passa a ser divulgado como meio para atingirmos a felicidade.

A questão ambiental se torna relevante em razão da fúria com que o modelo vigente tem se lançado sobre a natureza, que é a base material para produzir a vida, o alimento, o abrigo, entre outros elementos fundamentais.

Será que a relação dos seres humanos com a natureza sempre ocorreu de modo tão agressivo como nos dias atuais?

Essa relação deu-se de diferentes maneiras, nos diversos recantos do planeta, conforme cada uma das diversas culturas. Se analisarmos a história ecológica do planeta, veremos que existem maneiras muito distintas de apropriação dos recursos naturais.

Assim, temos grupos em regiões distantes como em Papua-Nova Guiné e na Austrália, mas também no Brasil e na América Latina, entre outros, que desenvolveram e desenvolvem atividades econômicas de baixo impacto ambiental e se relacionam com a natureza de forma branda.

A agricultura itinerante, a coleta de insetos, raízes e frutos da floresta, assim como a caça e a pesca, são exemplos dessas atividades. Para muitos desses povos, a natureza possui valores simbólicos e culturais. Além disso, eles detêm um profundo conhecimento sobre as plantas e os animais que os circundam.

Devemos ressaltar que a questão não é copiar o modelo dessas culturas, já que cada sociedade deve buscar seus próprios modelos, que serão reflexo de sua história e de suas lutas. Queremos, com esses exemplos, apenas ampliar a visão sobre o assunto e valorizar outros padrões de relação com a natureza.

## LER IMAGENS I



### **Povo Kayapó, da aldeia A'ukre, 1991.**

Os Kayapó, grupo indígena que vive na Amazônia, desenvolvem atividades de baixo impacto. Nessa imagem, mulheres transportam castanhas coletadas na mata. Esse povo, que também valoriza a beleza, esmera-se na produção de seus adereços e utensílios.



**Abrigo Pataxó, Porto Seguro (BA), 1995.**

O modo de vida dos Pataxó possibilita que eles gerem baixíssimo impacto no ambiente, seja pelo número reduzido de habitantes nas áreas, seja pela utilização em pequena escala dos recursos da natureza. Nesta foto, nos arredores de Porto Seguro (BA), vemos um abrigo recoberto com folhas de palmeiras. A mata é, ao mesmo tempo, fonte de alimento e de fibras com as quais eles fazem a cobertura dos abrigos. Com os galhos fazem o curral para a pesca; com as fibras do tucum fazem redes, entre outros objetos.



**Mulher Guajá alimenta filhote de cateto, 1992.**

No Brasil, há exemplos de populações indígenas que desenvolvem atividades econômicas de baixo impacto ambiental. Os Guajá, que vivem na pré-Amazônia brasileira, no estado do Maranhão, constituem um dos últimos povos caçadores e coletores do país. A imagem, famosa em todo o mundo, retrata a relação de proximidade com a natureza ao mostrar uma mãe Guajá alimentando em seu seio um filhote de cateto.



**Menino Arara com filhote de macaco, 1994.**

A imagem retrata a proximidade com a natureza e o acolhimento às diversas formas de vida.

1. Descreva detalhadamente as imagens e indique as principais informações que cada uma delas contém.
2. Discuta com um colega suas impressões sobre essas fotos.
3. A partir disso, reflita sobre a provável intenção de cada fotógrafo ao registrar esses momentos. O que você imagina que ele pretendia em cada um deles? Anote e apresente para a classe suas reflexões.

### A intencionalidade por trás de uma fotografia

Ao buscarmos a palavra **intencionalidade** em um dicionário, encontramos a seguinte definição: “característica do que é intencional; intenção, deliberação, propósito”. Busquemos então a definição de **intenção**: “aquilo que se pretende fazer; propósito, plano, ideia, ou ainda: aquilo que se procura alcançar, conscientemente ou não; propósito, desejo, intento”.

*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

A intencionalidade de uma fotografia relaciona-se com o olhar que o fotógrafo teve no momento de captar a imagem. O fotógrafo pretende transmitir uma mensagem através de uma linguagem muito

própria, que é a fotografia. Às vezes, a intenção é revelar uma beleza ou riqueza não percebida anteriormente, ou mesmo fazer uma denúncia, mostrar uma situação especial. Devemos, ao analisar uma imagem, levar em conta nossa percepção individual sobre o impacto que ela nos causa, mas devemos também considerar a tentativa de comunicação que o fotógrafo quis estabelecer conosco.

Volte à página anterior e tente se imaginar como o fotógrafo da foto em que a mulher Guajá alimenta o filhote de cateto.

Parece que o fotógrafo, ao registrá-la, teve a intenção de chamar a atenção para a relação dessa população com a natureza, mostrando uma grande integração e um enorme respeito à vida.

## O INSUSTENTÁVEL SENTIDO DO PROGRESSO

Na atualidade, o sistema capitalista tem sido o grande articulador dos diferentes espaços mundiais, que vêm adquirindo maior unidade. O ponto de partida desse processo foram as Grandes Navegações ocorridas nos séculos XV e XVI, que fizeram com que a Europa passasse a exercer grande influência sobre o planeta.

Hoje, com o desenvolvimento das telecomunicações, dos meios de transporte e das empresas transnacionais, podemos dizer que as diferenças que existiam entre os mais variados grupos humanos têm se tornado menores, como resultado do maior número de interações.

Por um lado, pode-se dizer que, com o desenvolvimento do capitalismo ao longo de alguns séculos, o mundo sofreu um processo de homogeneização. Um grande grupo de pessoas fica à margem do consumo, mas, para o restante da população, a propaganda difunde necessidades e desejos e atribui uma série de significados às mercadorias.

As pessoas se veem compelidas a comprar, relacionam o consumo à felicidade. Compram as mesmas marcas, comem coisas parecidas, vestem-se de forma semelhante, assistem aos mesmos programas, recebem informações de fontes similares. Enfim, o espaço da diversidade tem se tornado cada vez mais restrito.

Por outro lado, há diversas manifestações de grupos sociais em todo o planeta reivindicando o direito à diferença, bem como de grupos preocupados com o consumo desenfreado e a exploração predatória dos recursos naturais.

Library of Congress



A imagem retrata a nuvem em forma de cogumelo, deixada pela bomba atômica lançada sobre Nagasaki, no Japão, em 6 de agosto de 1945. A explosão provocou dezenas de milhares de mortes e outros tantos problemas de saúde decorrentes dos efeitos das radiações.

O século XX foi pródigo em enormes desastres ambientais e sociais: ocorreram duas guerras mundiais; uma corrida armamentista que levou duas grandes potências à corrida nuclear e à construção de um enorme poderio bélico; bombas atômicas foram lançadas sobre duas cidades japonesas, causando centenas de milhares de mortes. Houve também o desastre nuclear de Chernobyl, que ceifou inúmeras vidas e contaminou áreas inteiras, devastando-as completamente. Hoje vivemos as incertezas ligadas ao aquecimento global, que se relacionam com secas e enchentes que ocorrem com frequência cada vez maior, ao buraco na camada de ozônio, e à poluição das águas e do ar, que gera inúmeros problemas à população. Dessa forma, o questionamento sobre o progresso faz muito sentido.

## A IDEIA DE PROGRESSO

A Revolução Industrial, ocorrida primeiro na Inglaterra no século XVIII, foi o período em que se criou a indústria. As máquinas passaram a fazer o trabalho que antes era realizado manualmente pelas pessoas. A partir daí o ser humano aprimorou cada vez mais as técnicas de produção e, assim, tornou-se cada vez mais otimista quanto à sua capacidade de dominar a natureza em seu proveito.

Surgiu então a ideia, que persiste ainda hoje, de que estávamos progredindo, nos aprimorando e melhorando o mundo. Claro que, se pensarmos, por exemplo, na comunicação antes e depois das invenções do fax ou do microcomputador, somos levados a concluir, rapidamente, que progredimos. Mas, se atentarmos um pouco mais para essa análise, poderemos nos perguntar: Estamos progredindo mesmo? Progredindo em quê?

1. A sociedade de hoje vive em melhores condições do que antes de começarmos a investir no desenvolvimento das ciências e das técnicas para a produção de mercadorias?
2. Será que o desenvolvimento técnico e científico é aproveitado por todos nós? Quem tem acesso aos produtos do desenvolvimento?
3. De onde tiramos os recursos necessários para desenvolver nossas indústrias? O planeta está melhor agora que antes da criação delas? Melhor em quê?

### PESQUISAR

Faça uma pesquisa sobre um dos problemas ambientais citados neste capítulo. Procure obter o maior número de informações possível: número estimado de pessoas prejudicadas, suas causas, problemas posteriores, entre outras.

### ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

#### *Tecnólogo em gestão ambiental*

Este capítulo trata de problemas e riscos ambientais que podem ser diminuídos ou revertidos a partir da ação consciente dos cidadãos. Em face do crescimento das preocupações com o meio ambiente e de mudanças na legislação nacional, que passa a exigir estudos de impacto ambiental para empreendimentos diversos, há procura cada vez maior pelo tecnólogo em gestão ambiental.

Esse profissional se encarrega de desenvolver e conduzir projetos para prevenir, reduzir ou eliminar efeitos decorrentes de usos inadequados ou predatórios dos recursos, como a poluição das águas, a contaminação do solo ou o desmatamento.

A busca da sociedade pelo combate ao desperdício e ao comprometimento dos recursos exige medidas concretas do setor privado. Assim, o tecnólogo pode ser contratado por empresas para buscar soluções e melhorar o desempenho ambiental e econômico dos processos produtivos.

Ele pode atuar em instituições e órgãos públicos, como companhias de saneamento básico, ou participar de equipes multidisciplinares de planejamento urbano. Pode também atuar em programas públicos ou estatais de educação ambiental e reciclagem de materiais, planos de recuperação de solos e matas, melhoria da qualidade da água em áreas degradadas e implantação de sistemas de compostagem e destinação do lixo.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior de nível tecnológico (3 anos).

**Área de atuação:** O gestor ambiental vê seu campo de atuação se expandir nas instituições governamentais e não governamentais (ONGs) e empresas privadas, incluindo indústrias de diversos ramos, com destaque para o setor químico. Cresce também sua participação em centros de pesquisa voltados a questões ambientais, além da atuação no treinamento e em cursos de formação especializada.

## A bomba atômica

Vinicius de Moraes

[...]  
 A bomba atômica é triste  
 Coisa mais triste não há  
 Quando cai, cai sem vontade  
 Vem caindo devagar  
 Tão devagar vem caindo  
 Que dá tempo a um passarinho  
 De pousar nela e voar..  
 Coitada da bomba atômica  
 Que não gosta de matar!  
 Coitada da bomba atômica  
 Que não gosta de matar  
 Mas que ao matar mata tudo  
 Animal e vegetal  
 Que mata a vida da terra  
 E mata a vida do ar  
 Mas que também mata a guerra...  
 Bomba atômica que aterra!  
 Bomba atônita da paz!

Pomba tonta, bomba atômica  
 Tristeza, consolação  
 Flor puríssima do urânio  
 Desabrochada no chão  
 Da cor pálida do hélio  
 E odor de radium fatal  
 Loelia mineral carnívora  
 Radiosa rosa radical.  
 Nunca mais, oh bomba atômica  
 Nunca, em tempo algum, jamais  
 Seja preciso que mates  
 Onde houve morte demais:  
 Fique apenas tua imagem  
 Aterradora miragem  
 Sobre as grandes catedrais:  
 Guarda de uma nova era  
 Arcanjo insigne da paz!  
 [...]

MORAES, Vinicius. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 174

Em grupos, siga o roteiro de questões para discutir o poema “A bomba atômica”.

1. Releia o poema e destaque as palavras cujo significado você não conhece. Pesquise em um dicionário um significado adequado ao poema.
2. Faça uma síntese das principais ideias expressas no texto.

.....

.....

.....

.....

3. Relacione os conteúdos do poema com o que você já aprendeu sobre o significado das riquezas e das pobreszas no mundo contemporâneo e também sobre a noção de progresso.

.....

.....

.....

.....

## NOVAS PERSPECTIVAS

A década de 1960 assistiu ao surgimento de movimentos ecológicos, pacifistas e culturais que advertiam sobre as graves ameaças ao planeta e denunciavam a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

Em 1972, diante de fortes indícios de que a crise ambiental alcançaria proporções alarmantes e diante do risco da escassez de diversos recursos naturais, a ONU promoveu a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, dedicada à avaliação das relações entre sociedade e natureza. Realizada na capital da Suécia, ficou conhecida como Conferência de Estocolmo.

O evento foi marcado pelo embate entre os países desenvolvidos do hemisfério Norte e os países subdesenvolvidos do Sul. Enquanto o Norte, de modo geral, defendia a necessidade de implementar políticas ambientais rigorosas, os países do Sul reivindicavam o direito de perseguir o desenvolvimento econômico e investir na industrialização.

Entre as formulações em defesa do meio ambiente e das diferentes populações do planeta, chegou-se ao conceito de ecodesenvolvimento, que propaga a ideia de desenvolvimento não apenas do ponto de vista econômico, mas como algo capaz de gerar bem-estar social para os diferentes grupos humanos, a partir de seus anseios e respeitando as particularidades de cada um.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O trabalho da Comissão resultou na publicação, em 1987, de um relatório intitulado *Nosso futuro comum*. Nele, ficou consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável, apoiado em políticas voltadas à promoção de crescimento econômico, e à melhoria da qualidade de vida, assegurando que as gerações futuras tenham acesso aos vários recursos naturais, como a água.

Dois outras importantes conferências aconteceram: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92 ou ECO-92) e a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em agosto/setembro de 2002, em Johannesburgo, África do Sul.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável ganhou novas dimensões e hoje temos a formulação abaixo como uma das mais aceitas e largamente empregadas pelos organismos internacionais, principalmente pela ONU:

Desenvolvimento sustentável é o que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais, começando pelos mais carentes, sem comprometer as possibilidades de que gerações futuras também possam satisfazer suas necessidades.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecología política, naturaleza y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 22.

Um dos conceitos de desenvolvimento sustentável defende duas ideias centrais: a duração dos recursos naturais e sua redistribuição, ou seja, a necessidade de haver justiça social. Para muitos autores, a própria noção de governabilidade estaria sujeita às possibilidades de superação da pobreza, da marginalização e da desigualdade.

É importante salientar que autores tecem críticas ao modelo de desenvolvimento sustentável, notando, por exemplo, que grande parte dos programas implantados na Amazônia tem um caráter eminentemente rural e restrito a uma escala muito reduzida. Assim,

acabam não atendendo às aspirações da população envolvida, inclusive no que se refere à maior conexão com o restante do país e ao acesso a bens de consumo.

Hoje, muitos atores do mundo capitalista, como as empresas transnacionais, apropriaram-se da bandeira política do desenvolvimento sustentável. Entretanto, em muitos casos, as iniciativas desses atores não passam de uma “maquiagem verde”, já que continuam operando sob a lógica da produção e do consumo de massa.

Em 2012, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também no Rio de Janeiro – a Rio+20. No encontro, foi lançada a ideia de “economia verde” (de baixo carbono, não predatória) e apontou-se o combate à pobreza como nova meta para os países nos pilares econômico, social e ambiental. Houve compromissos de investimentos em novos projetos de proteção ambiental, mas que ficaram muito aquém das reais necessidades de conter as mudanças climáticas, o desmatamento e os riscos à biodiversidade. A importante questão da proteção dos oceanos ficou de fora das principais deliberações.

## LER IMAGENS II



**Sertanejo carrega galões de água coletados em um açude, no município de Juazeiro (BA), em 2008.**

O Relatório de mudanças climáticas da ONU alerta para o risco, cada vez mais intenso, de secas, enchentes, tempestades, derretimento da calota polar e longos períodos de estiagem em todo o planeta.



**Monte Kilimanjaro (5 895 m), Tanzânia, 2007.**

É o ponto mais alto da África. Trata-se de um antigo vulcão, cujo topo é coberto por neves eternas, que têm derretido devido ao aquecimento global. O derretimento das geleiras nas mais diferentes localidades é resultado desse aquecimento. Os cientistas apontam para os riscos de inundações e catástrofes, bem como de falta de água potável em várias partes do mundo.

Com base nas fotografias e no que você estudou no capítulo, elabore uma síntese com os seguintes pontos:

- as relações entre a sociedade e a natureza no mundo atual;
- os vínculos entre pobreza, riqueza e meio ambiente;
- os desafios para o desenvolvimento sustentável.

---

---

---

---

---

---

---

---

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Enceja (2005) Cerca de 40% da população do planeta já não dispõe de água suficiente para o dia a dia. Mais de 3 milhões de mortes a cada ano devem-se a problemas respiratórios decorrentes da poluição do ar. A contaminação das águas e do solo, o desmatamento, o agravamento do efeito estufa e a destruição da camada de ozônio são problemas que atravessam as fronteiras dos países. Em consequência disso, cabe afirmar que é necessário que

- I – sejam criados organismos internacionais unindo nações ricas e pobres para combater as agressões causadas ao meio ambiente.
- II – os países mais pobres se unam para combater as agressões ao meio ambiente já solucionadas pelos países mais ricos, como é o caso do efeito estufa.
- III – utilizem-se de formas mais racionais de exploração da natureza, baseadas em tecnologias não predatórias que preservem o equilíbrio ecológico.

É(são) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- a) I e II, somente.                      b) III, somente.                      c) I e III, somente.                      d) I, II e III.

2. Enceja (2005) Leia:

*O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:*

*1 – o conceito de “necessidades”, sobretudo as dos pobres...*

*2 – as limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente [...]*

*Relatório Brundtland, 1987.*

Com base no texto, pode-se dizer que a experiência que melhor atende às necessidades das sociedades hoje e no futuro é a da

- a) canalização e da retificação dos cursos dos rios em grandes cidades.
- b) ampliação do uso de energia solar e da reciclagem do lixo em comunidades.
- c) construção de redes de abastecimento de água nos territórios nacionais.
- d) expansão imobiliária como modo de estimular o crescimento de cidades.

3. Enem (2011)

*Como os combustíveis energéticos, as tecnologias da informação são, hoje em dia, indispensáveis em todos os setores econômicos. Através delas, um maior número de produtores é capaz de inovar e a obsolescência de bens e serviços se acelera. Longe de estender a vida útil dos equipamentos e a sua capacidade de reparação, o ciclo de vida desses produtos diminui, resultando em maior necessidade de matéria-prima para a fabricação de novos.*

GROSSART, Cédric. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, n. 36. 2010 (adaptado).

A postura consumista de nossa sociedade indica a crescente produção de lixo, principalmente nas áreas urbanas, o que, associado a modos incorretos de deposição,

- a) provoca a contaminação do solo e do lençol freático, ocasionando assim graves problemas socioambientais, que se adensarão com a continuidade da cultura do consumo desenfreado.
- b) produz efeitos perversos nos ecossistemas, que são sanados por cadeias de organismos decompositores que assumem o papel de eliminadores dos resíduos depositados em lixões.
- c) multiplica o número de lixões a céu aberto, considerados atualmente a ferramenta capaz de resolver de forma simplificada e barata o problema de deposição de resíduos nas grandes cidades.
- d) estimula o empreendedorismo social, visto que um grande número de pessoas, os catadores, têm livre acesso aos lixões, sendo assim incluídos na cadeia produtiva dos resíduos tecnológicos.
- e) possibilita a ampliação da quantidade de rejeitos que podem ser destinados a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, financiados por instituições da sociedade civil ou pelo poder público.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVRO



#### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, QUE BICHO É ESSE?

Escrito em linguagem acessível, o livro traz um debate sobre diferentes concepções de desenvolvimento (incluindo a ideia de desenvolvimento sustentável) e aborda os principais problemas socioambientais do mundo contemporâneo. No final, há um glossário para consultas.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas: Autores Associados, 2008.

### SITES



#### INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL.

O site abriga uma enciclopédia dos povos indígenas e muitos artigos sobre o tema. Além disso, traz notícias, dados e artigos sobre legislação e impactos ambientais e sociais no Brasil e no mundo.

Disponível em: <[www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.



#### PLANETA SUSTENTÁVEL

Portal com notícias, reportagens, dados, entrevistas e infográficos sobre questões ambientais e sociais. Aborda temas como energia, cultura, meio ambiente, educação e outros.

Disponível em: <[www.planetasustentavel.com.br](http://www.planetasustentavel.com.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Já vimos que riqueza e pobreza não se referem apenas a aspectos econômicos. A existência de manifestações de solidariedade, por exemplo, é uma riqueza em uma sociedade. Mas podemos nos perguntar ainda se riqueza e pobreza sempre tiveram o mesmo significado. O que os povos do passado, nas mais diferentes culturas, entendiam por riqueza e pobreza?

Na Antiguidade, por exemplo, conforme o historiador inglês Moses Israel Finley:

Na base da opinião positiva que os gregos e os romanos tinham da riqueza estava a convicção de que entre as condições necessárias à liberdade figuravam a independência pessoal e o lazer. “A condição de homem livre”, escreveu Aristóteles, “é de não viver sob domínio de outro” [...]. A maneira como os gregos usavam as palavras fornece-nos algumas indicações. As palavras gregas *ploutos* e *penia* podem ser traduzidas por “riqueza” e “pobreza”, respectivamente. Um *plousios* era um homem suficientemente rico para viver decentemente dos seus rendimentos, um *penes* não o era. Não era preciso que um *penes* [...] fosse, rigorosamente, pobre: podia possuir uma propriedade ou escravos e ter algumas centenas de dracmas acumuladas num cofre-forte, mas era obrigado a trabalhar para ganhar a vida. *Penia* significava, em resumo, a dura obrigação de trabalhar.

FINLEY, Moses Israel. *A economia antiga*. Lisboa: Afrontamento, 1980. p. 50-51.

## AS PRIMEIRAS CIDADES DA ANTIGUIDADE



Museu do Louvre, Paris. Foto: Photo Scala, Firenze/Contrasto

**Vaso no qual observamos trabalhadores arando a terra (século VI a.C.).**

Uma das dimensões do que se poderia chamar de pobreza na Grécia Antiga estava na necessidade de trabalhar para sobreviver. Os cidadãos que possuíam riquezas e escravos, e que não precisavam realizar trabalhos manuais, podiam dedicar-se às artes e à política, atividades essenciais no mundo grego.

Estima-se que a Terra tenha aproximadamente 4,5 bilhões de anos, mas foi somente nos últimos 2 milhões de anos que se iniciou a história do ser humano, que evoluiu biologicamente e, ao longo desse processo, foi transformando sua maneira de viver. No entanto, a história da vida dos seres humanos organizados de maneira sedentária em cidades só começou há cerca de 6 mil anos, quando se inicia o período histórico denominado **Antiguidade**. Esse período se estende até a queda do Império Romano do Ocidente, no século V d.C.

No período Paleolítico (2 milhões até cerca de 10 mil anos atrás), a maior parte dos agrupamentos humanos vivia de maneira nômade, ou seja, ocupava territórios por períodos determinados e depois saía à busca de novos territórios mais favoráveis à caça e com melhores abrigos, conforme as estações do ano.

O processo de sedentarização de muitas populações está relacionado ao surgimento da agricultura, há cerca de 10 mil anos no Oriente, 7 mil anos na Europa e 5 mil anos na América, no chamado período Neolítico (10 mil a 3 mil anos atrás). A prática da agricultura permitiu o cultivo de alimentos e não mais apenas a extração na natureza, fazendo com que ocorresse um grande crescimento populacional. Isso exigiu cada vez mais que os grupos humanos se fixassem em um mesmo lugar para que o processo de cultivo e colheita pudessem ocorrer. Difundiou-se também, nesse contexto, a prática pastoril, e o ser humano passou a não ficar tão dependente da caça. A sedentarização permitiu o surgimento das cidades.

Entre os primeiros agrupamentos humanos que fundaram cidades estão aqueles que se constituíram na região da Mesopotâmia, às margens dos rios Tigre e Eufrates, no chamado Oriente Próximo. Nessa região se estabeleceram as cidades de Susa, Ur e Uruk. Essa última, em aproximadamente 3500 a.C., já se caracterizava como importante cidade da Mesopotâmia e era governada por um sacerdote que mantinha uma forte proteção militar. Por volta de 3000 a.C. já existiam 12 cidades-Estado na Mesopotâmia.

Nesse mesmo período, outras cidades começaram a surgir em regiões próximas à Mesopotâmia às margens do rio Nilo, onde se formou o Egito Antigo, que se transformaria em um império teocrático, isto é, no qual o governo estava fortemente ligado à religião. O poder político e o religioso não se distinguiram nas mãos do imperador, denominado de faraó. Ele era a encarnação terrena do deus Hórus, considerado filho do Sol, e responsável pela justiça, pela agricultura e pela administração do Império.

Era também proprietário da maior parte das terras. Por volta de 3000 a.C. o poder já estava centralizado nas mãos do faraó Menés, que unificou o Alto e o Baixo Egito. Ele ampliou seus domínios ao promover obras de irrigação que tornavam os solos férteis em localidades mais distantes. Quanto mais terras o sistema de irrigação alcançava, maior era o território sob o domínio do faraó.



Tábua de argila com escrita cuneiforme da Mesopotâmia, atual Iraque, cerca de 4000 a.C.

© Gianni Dagli Orti/Corbis/Latinstock

**Territórios da civilização mesopotâmica e da civilização egípcia, com as principais cidades, por volta de 3000 a.C.**



Fonte: PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O rio Nilo tinha caráter sagrado para os egípcios, pois as cheias depositavam no solo substâncias que o tornavam fértil.

Os avanços técnicos alcançados na agricultura, como a irrigação, geraram riquezas que viabilizaram o desenvolvimento de cidades nas proximidades do rio Nilo.

Grande parte da população do Império era composta de camponeses e escravos, responsáveis pelo trabalho na agricultura, que se dedicavam principalmente à produção de papiro, algodão, cevada, trigo e uva. Os escravos, na maioria prisioneiros de guerra, eram também utilizados nas grandes obras, como as pirâmides, que abrigavam os túmulos dos faraós e de sua família.

A unidade política do Egito entrou em declínio a partir de 200 a.C., quando sofreu invasões de outros povos, como os hicsos. Em 662 a.C., dividiu-se novamente entre Baixo e Alto Egito e depois foi ainda dominado pelos persas, gregos e romanos.

**Localização das principais cidades do Alto e do Baixo Nilo, por volta de 3000 a.C., erigidas às margens do rio Nilo**



Fonte: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.



© Dan Breckwold/Dreamstime.com

Pirâmides de Gizé, construídas no Egito Antigo, cerca de 2 550 a.C. Imagem digital captada em 2010.

## PARA CRIAR

A linha do tempo é uma importante ferramenta para o historiador, pois é uma forma de representar visualmente os processos históricos, as rupturas e os momentos em que ocorreram transformações significativas na vida social, econômica e política de um determinado lugar.

Vamos criar agora uma grande linha do tempo com as principais informações presentes no texto que você leu até o momento. Com isso, reuniremos informações relacionadas à Pré-História e à Antiguidade.

## COMO FAZER UMA LINHA DO TEMPO

Primeiro, desenhe uma reta em seu caderno. Verifique se o tamanho é adequado à quantidade de informações que colocaremos na linha do tempo. Você pode virar seu caderno para poder aproveitar melhor o espaço. Em seguida, verifique qual a data mais antiga e a data mais próxima do presente. Essas serão a primeira e a última marcações da sua linha do tempo.

Em geral, colocam-se as datas embaixo da linha e, acima dela, um texto descrevendo o evento. Ao construir uma linha do tempo, devemos respeitar o princípio matemático da proporcionalidade. Se um fato aconteceu em 1100, outro em 1200 e ainda outro em 1400, temos de colocar 1100 em um ponto, 1200 em um ponto um pouco mais distante e 1400 em um ponto duas vezes mais distante, pois entre 1200 e 1400 se passaram mais anos do que entre 1100 e 1200.

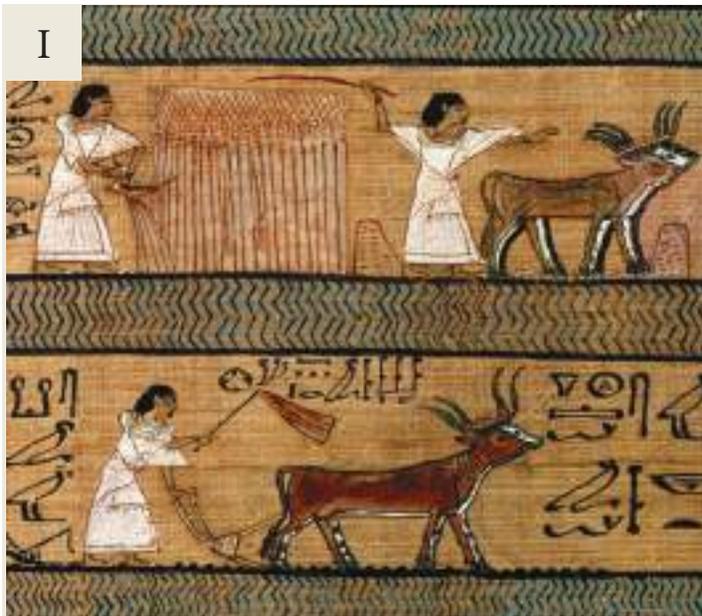
Uma última observação importante: se um evento ocorreu antes do nascimento de Cristo, ele vai se posicionar no lado esquerdo da linha do tempo, e a contagem do tempo será invertida, indo do evento mais recente para o mais antigo. Já os fatos ocorridos após o nascimento de Cristo serão inseridos do lado direito, progredindo a contagem para o mesmo lado.

Veja o exemplo:



## LER IMAGENS

Observe as imagens. Em seguida, responda às questões.



Detalhe de cena cotidiana retratada em um papiro (c. 1250 a.C.) da 19ª dinastia.



Pintura no túmulo de Ipy, em Deir El-Medina, no Egito, do período da 19ª dinastia (c. 1295-1186 a.C.)



Cena cotidiana retratada em um papiro encontrado no túmulo de Puyemre, em El-Khokkaa, no Egito, do período da 18ª dinastia (c. 1539-1292 a.C.).

1. Quais atividades e pessoas as imagens retratam? Descreva-as, levando em consideração as tarefas que estão sendo desenvolvidas, o ambiente, os tipos humanos e outros elementos de composição da cena.

---

---

---

---

---

---

2. Associe as colunas, considerando as atividades desenvolvidas nas cenas.
- a) colheita do papiro ( ) imagem I
  - b) pastagem de cabras ( ) imagem II
  - c) pesca com rede ( ) imagem III
3. A partir do que você observou nessas imagens e do que aprendeu no capítulo, pode-se afirmar que do ponto de vista econômico as riquezas no Egito Antigo eram distribuídas igualmente por toda a população? Justifique.

.....

.....

.....

## A PÓLIS GREGA

A partir do século VIII a.C. formaram-se várias cidades-Estado na região do mar Egeu. Essas cidades tinham em comum a mesma língua, o grego, sendo por isso chamadas de Grécia Antiga. Mas, na verdade, não havia entre elas uma unidade territorial e política para que possamos considerá-las um Estado único. Entre essas cidades, destacam-se Atenas e Esparta, que se tornaram grandes forças imperiais, conquistando territórios desde a península Ibérica até o mar Negro.

A cidade grega era denominada *pólis*, e cada *pólis* era um Estado independente. Conforme o historiador Pedro Paulo Funari:

A cidade, *pólis*, em grego, é um pequeno Estado soberano que compreende uma cidade e o campo ao redor e, eventualmente, alguns povoados urbanos secundários. A cidade se define, de fato, pelo povo [*demos*] que a compõe: uma coletividade de indivíduos submetidos aos mesmos costumes fundamentais e unidos por um culto comum às mesmas divindades protetoras. Em geral uma cidade, ao formar-se, compreende várias tribos; a tribo está dividida em diversas fraternias e estas em clãs; estes, por sua vez, compostos de muitas famílias no sentido estrito do termo (pai, mãe e filhos). A cada nível, os membros desses agrupamentos acreditam descender de um ancestral comum, e se encontram ligados por estreitos laços de solidariedade. As pessoas que não fazem parte destes grupos são estrangeiros na cidade, e não lhes cabe nem direitos, nem proteção.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 25.

A história da Grécia Antiga é dividida em dois grandes períodos: a Grécia Arcaica, que compreende os séculos VIII a.C. a VI a.C., e a Grécia Clássica, que compreende os séculos V e IV a.C. Nesse último período, destacam-se o florescimento da democracia em Atenas e o grande poder imperial alcançado por Atenas e Esparta.

Mas o que foi a democracia ateniense? Durante o período arcaico, a base da economia das cidades gregas era a agricultura, comandada pelos chefes dos clãs, que formavam uma aristocracia dirigente e eram também responsáveis pela defesa militar da *pólis*. No caso de Atenas, produziam-se principalmente a cevada; a uva, para o vinho; o trigo; e a oliveira, para o azeite.

Até o século VII a.C., Atenas tinha um rei como principal governante. Depois disso, a cidade passou a ser governada pelos arcontes, grupo de nove conselheiros originários das famílias da aristocracia, os quais chefiavam os clãs e eram os grandes proprietários de terras, os chamados eupátridas.

No século VI a.C., contudo, várias mudanças na organização política de Atenas começaram a ocorrer. O legislador Sólon propôs a criação da Eclésia, que seria uma assembleia popular de cidadãos. Até então, todas as decisões políticas eram tomadas por um conselho de aristocratas que se reuniam no alto de uma montanha chamada Areópago. Esses, ainda conforme o historiador Pedro Paulo Funari,

[...] aplicavam a justiça e administravam de acordo com seus interesses. Os pobres em geral, pequenos camponeses e artesãos, passavam por grande penúria e, endividados, eram mesmo escravizados por dívida. Entretanto, conforme Atenas aumentava seus contatos com o mundo mediterrâneo, crescia o poder econômico de parte do povo ateniense, chamado de *demos*, em especial, os comerciantes, que enriqueceram com o comércio nos séculos VII e VI a.C. Sendo assim, os aristocratas passaram a ser pressionados para fazer concessões políticas.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 33.

Desse modo, a legislação de Sólon, ao criar a Eclésia, ampliou o direito da população de se posicionar sobre as decisões públicas.

Em 510 a.C., o arconte Clístenes conseguiu derrotar o último tirano de Atenas e defendeu reformas que efetivariam a legislação democrática. Em grego, a palavra democracia significa o governo (*krátia*) do povo (*demos*).

Mas como funcionava essa democracia? Todos os cidadãos de Atenas teriam direito a votar nas decisões sobre os destinos da cidade. No entanto, Péricles, um dos principais líderes atenienses do século V, restringiu a cidadania aos homens maiores

de 18 anos nascidos de pai e mãe atenienses. Isso quer dizer que, dos cerca de 300 mil habitantes de Atenas em meados do século V a.C., só aproximadamente 40 mil eram cidadãos e tinham direito a participar das decisões democráticas. As mulheres, os estrangeiros e os escravos estavam fora da vida pública.

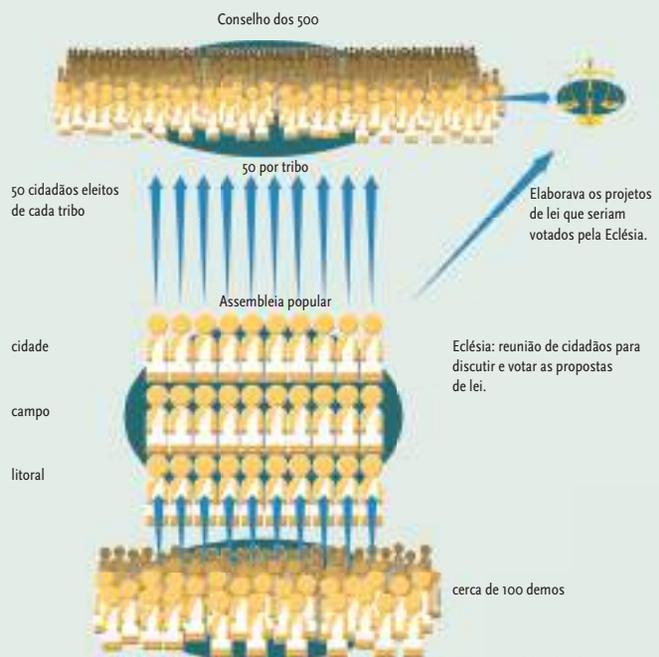
Para que esses homens pudessem se dedicar ao debate político, às artes, à filosofia, às ciências, à astronomia, à medicina e ao pensamento em geral, Atenas contava com aproximadamente 100 mil escravos, em sua maioria estrangeiros prisioneiros de guerra. Esses escravos se dedicavam à produção de alimentos e a todas as tarefas necessárias para o funcionamento da pólis.

Para ser cidadão era necessário possuir riquezas, principalmente terras, que eram trabalhadas por escravos e garantiam a seu dono a condição de vida necessária para exercer a democracia.



## A democracia ateniense

Durante o período em que vigorou a democracia, a antiga divisão por fratrias foi substituída por uma organização em aproximadamente 100 demos, que era a menor divisão do território. Todo cidadão ateniense deveria estar registrado em uma das demos. Um conjunto de demos dava origem a grupos maiores chamados *tribos*, que, por sua vez, eram agrupadas em dez tribos misturando cidadãos de várias regiões e pessoas do interior, litoral e das cidades. Formava-se então a Boulé, ou Conselho dos 500, que reunia cinquenta cidadãos eleitos de cada tribo. Essa assembleia criava projetos de lei que seriam votados pela Eclésia (Assembleia popular). A Eclésia era composta por todos os cidadãos, que discutiam os projetos em uma praça no centro da cidade chamada *Ágora* ou em uma colina chamada *Pnix*.



Para os cidadãos livres atenienses, a unidade de organização básica era o *oikos*, que em grego significa casa. O *oikos* estava relacionado à estrutura familiar, mas também à vida econômica. Ele incluía a família, a propriedade da terra, os instrumentos de trabalho, os animais, os escravos e tudo o mais que garantia o sustento do cidadão. Era uma unidade autossuficiente de produção, de onde se tirava a riqueza necessária para adquirir a liberdade, definida pelo filósofo Aristóteles como a possibilidade “de não viver sob domínio de outro”.

Assim como Atenas, a cidade de Esparta conseguiu expandir seus domínios e tornar-se uma rica cidade grega. Mas, diferente de Atenas, não desenvolveu a democracia. Foi fundada no século IX a.C. pelos dórios, que conquistaram os povos da região, transformando-os em escravos chamados *hilotas*. Os *hilotas* eram os responsáveis pelo trabalho produtivo que sustentava os espartanos.

Esparta era uma cidade-Estado fortemente militarizada. Chegou a conquistar cerca de um terço das cidades dispersas pela Grécia Antiga. Desde a infância, os espartanos eram submetidos a uma educação rigorosa com o propósito de transformá-los em guerreiros. Eles deveriam prestar serviços militares ao Estado por toda a vida.

A cidade era governada por dois reis e pela Gerúsia, conselho composto de 28 homens com mais de 60 anos, pertencentes às famílias mais ricas e poderosas da cidade. Esse conselho era eleito por uma assembleia de cidadãos. Assim, ao contrário do que ocorreu em Atenas no período clássico, em vez da democracia, prevaleceu em Esparta um governo aristocrático no qual um grupo mais restrito tinha o direito de escolher os governantes e participar da vida política.

Entre 431 a.C. e 404 a.C., a rivalidade entre as duas grandes forças imperiais da Grécia foi colocada à prova na guerra do Peloponeso. Atenas e Esparta foram aliadas em vários momentos em guerras que travaram contra outros povos, como os persas. No entanto, a rivalidade também sempre existiu, especialmente após os anos 460 a.C., quando as duas disputaram a hegemonia grega. Atenas comandava a chamada Liga de Delos, que controlava o comércio marítimo entre várias cidades da região. Já Esparta liderava a Liga

do Peloponeso, que reunia Corinto e outras cidades da região do Peloponeso. O crescente poder de Atenas tornou a guerra inevitável, pois Esparta temia perder seus domínios e poder na região. Após muitos anos de guerra, Atenas acabou derrotada.

A partir dos anos 350 a.C., começou a ganhar força o Império da Macedônia, liderado por Filipe II (382-336 a.C.). Aproveitando-se da fragilidade de Atenas após a derrota na guerra do Peloponeso, o imperador macedônico dominou a pólis e estabeleceu um acordo pelo qual as cidades sob domínio ateniense seriam por ele governadas.

Em seguida, seu filho, Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), continuou a realizar conquistas, dominando o Egito, a Pérsia, parte da Europa e a Grécia como um todo, formando-se assim o chamado mundo helenístico. Nesse contexto, a cultura grega recebeu influências da cultura egípcia e do Oriente. No Egito, Alexandre fundou a cidade de Alexandria, que se tornaria o maior centro cultural da Antiguidade por mais de três séculos. No mundo helenístico, as diferentes culturas foram incorporadas ao Império.

O domínio das cidades-Estado gregas durante a guerra do Peloponeso (431 a.C.)



## LER DOCUMENTO

Leia o texto, escrito pelo filósofo grego Aristóteles, que viveu entre 384-322 a.C., e responda às questões:

É indispensável que a cidade seja organizada de maneira a dispor de vários serviços; conseqüentemente, deve possuir um número suficiente de agricultores para assegurar o suprimento de alimentos, além de **artífices**, militares, homens ricos, **sacerdotes** e juizes para decidirem o que for necessário e conveniente.

### GLOSSÁRIO

**Artífice:** trabalhador artesão.

**Sacerdote:** autoridade religiosa.

Na cidade com o melhor conjunto de normas e dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas.

ARISTÓTELES. Política. In: VAN ACKER, Teresa. *Grécia: a vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994. p. 33.

1. Por que para Aristóteles os cidadãos não deveriam se dedicar a atividades como a agricultura e os negócios?

---

---

---

2. É possível afirmar que a prática política cidadã seria uma das riquezas da pólis ateniense? Explique.

---

---

---

---

## A REPÚBLICA E O IMPÉRIO ROMANO

Enquanto Atenas e Esparta se desenvolviam como importantes cidades, Roma, na península Itálica, começava a se tornar um importante centro urbano da Antiguidade. Entre 753 a.C. e 509 a.C., a cidade foi uma monarquia. O rei, além de administrar a cidade, era o chefe religioso e o responsável pela justiça. Havia o Senado, chamado também de Conselho de Anciãos, que podia elaborar leis e vetar decisões do rei, enquanto a Cúria, assembleia composta por cidadãos romanos, tinha a função de aprovar as leis criadas pelo rei.

De 509 a.C. a 27 a.C., Roma viveu o período denominado republicano. A figura do rei deixou de existir e o poder passou a ser exercido diretamente pelo Senado, um conselho de cidadãos que poderia ter até 300 membros em caráter vitalício. Só podiam fazer parte dele os patrícios, os mais ricos proprietários de Roma. Além dos senadores, havia os magistrados, que ocupavam cargos administrativos. Entre eles, os mais importantes eram dois cônsules, que controlavam o Exército, convocavam o Senado e presidiam os cultos públicos. Os pretores eram responsáveis pela justiça.

Os cônsules eram eleitos anualmente pela Assembleia Centuriata, que representava as centúrias, cada uma das divisões da população romana, organizadas conforme a renda dos cidadãos. As centúrias mais ricas tinham o direito de votar primeiro e, se o resultado indicasse claramente a vitória de dois cônsules, as centúrias compostas pela população mais pobre nem eram consultadas. A assembleia deveria também votar para aprovar ou não as declarações de guerra a outras cidades.

Havia ainda a Assembleia Tribuna, com representantes de cada uma das tribos (divisão territorial de Roma), que elegia os magistrados inferiores e tinha o poder de julgar os crimes que resultassem em multas. A Assembleia Centuriata, por sua vez, julgava os crimes que pudessem resultar em pena de morte.

Cidades da península Itálica em 500 a.C.



Fonte: Atlas da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

## A MAGISTRATURA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ROMANA DURANTE A REPÚBLICA (509 A.C. A 27 A.C.)

Além dos patrícios, a sociedade romana era composta dos chamados clientes, que viviam sob as ordens e a proteção das famílias patrícias, às quais deviam fidelidade. Havia também os plebeus, que eram homens livres, comerciantes, pequenos agricultores ou artesãos.

Por fim, havia os escravos, que, em sua maioria, eram estrangeiros derrotados nas guerras com outras cidades.

Existiram também escravos por dívida, mas em 326 a.C. essa forma de escravidão foi proibida por lei.

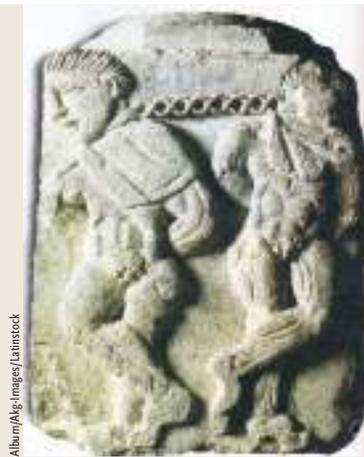


## OS GRUPOS SOCIAIS EM ROMA

Apesar de constituírem a maior parte da população, os plebeus, em Roma, não gozavam de poder político suficiente para interferir nas decisões públicas. Por isso, a partir do século V a.C., eles começaram a protestar por seus direitos e, gradativamente, conquistaram maior participação política e mais representantes de tribos. Os tribunos da plebe passaram a defender os interesses desse grupo social diante do Senado. Eles tinham o direito de vetar decisões de um magistrado relacionadas aos plebeus. Em 471 a.C. existiam dez tribunos da plebe com essas atribuições. Os plebeus conseguiram a abolição da escravidão por dívidas e a permissão para que ocorressem casamentos entre plebeus e patrícios. Também obtiveram a aprovação da Lei das Doze Tábuas, que instaurou o Direito escrito.



Museu Arqueológico Nacional, Nápoles



Album/Algo-Images/Lainstock



Museu della Civiltà Romana, Roma. Foto: The Bridgman Art Library/Keystone

Patrícios em banquete romano.

Escravos prisioneiros de guerra.

Trabalhadores em Roma amassando uvas.

O banquete romano era uma refeição sofisticada, frequentemente envolvendo músicos ou outros entretenimentos, sendo momentos em que os patrícios exibiam suas riquezas. Em contrapartida, os escravos executavam duras tarefas, como o trabalho nas minas e a construção de estradas.

Parte da riqueza econômica de Roma – que chegou a ter aproximadamente 1 milhão de habitantes – era obtida pelas conquistas militares. Os povos dominados deveriam pagar tributos, além de fornecer soldados para o exército romano, que chegou a reunir cerca de 400 mil homens no século I d.C. A cidade de Roma era muito militarizada e todo cidadão romano era obrigado a participar da guerra.

Entre os séculos II a.C. e I a.C., predominavam as grandes propriedades agrícolas e a riqueza era bastante concentrada nas mãos dos patrícios. A cidade tinha muitos camponeses sem-terra que perambulavam pelas ruas em busca de trabalho. Por isso, em 133 a.C. o tribuno da plebe Tibério Graco apresentou um projeto de reforma agrária na Assembleia Tribuna que propunha a limitação de tamanho das propriedades e a redivisão das terras públicas ocupadas ilegalmente. Seu intuito era beneficiar a população pobre e os militares que não tinham terras.

A lei foi aprovada, mas parte do Senado reagiu contrariamente, alegando que não haveria recursos para que a reforma fosse realizada. Graco foi assassinado por seus inimigos políticos do Senado em um conflito armado. Em 122 a.C., seu irmão, Caio Graco, apresentou novo projeto que garantia a venda de trigo a baixo preço à população e propunha a colonização de terras desocupadas, que seriam entregues à população urbana que não tinha terras. Caio Graco, assim como seu irmão, foi assassinado.

As disputas entre a plebe e o patriciado pela propriedade da terra e pela distribuição das riquezas acabaram por dividir o poder em Roma. Nesse contexto, com o objetivo de reorganizar a República, formou-se o Primeiro Triunvirato em 60 a.C., constituído pelos generais patrícios Júlio César, Crasso e Pompeu, que dominaram o Senado e governaram Roma. Os objetivos dessa união entre os generais relacionavam-se principalmente com as lutas empreendidas fora de Roma. Crasso, considerado o homem mais rico dessa cidade, desejava maior apoio na guerra contra os persas; Júlio César, apoio na guerra contra os gauleses; e Pompeu desejava estimular sua legião de soldados distribuindo terras a seus veteranos.

Após a morte de Crasso, em 52 a.C., Júlio César e Pompeu entraram em conflito, pois o Senado transformou Pompeu em cônsul. Pompeu destituiu César, que o enfrentou com seu exército, derrotando-o. Júlio César foi proclamado ditador vitalício, mas acabou assassinado no próprio Senado em 44 a.C.

Formou-se então o Segundo Triunvirato, com Lépido, Marco Antônio e Otávio, o herdeiro adotivo de Júlio Cesar. Também houve conflito entre os governantes, e Otávio conseguiu derrotá-los e se transformar em imperador de Roma, sob o título de Augusto, em 27 a.C.

A partir desse período, denominado Império, Roma expandiu ainda mais seus domínios, que incluíam Germânia, Grécia, Britânia, Egito, Gália e Jerusalém. Durante os períodos republicano e imperial, a grande cidade de Roma possuía uma clara divisão entre a população rica e a população pobre. Enquanto os patrícios moravam em grandes casas, a população plebeia vivia na periferia em apartamentos (*insulae*) muito pequenos e sem nenhum conforto. Viam-se lixo e esgoto pelas ruas e os incêndios e a violência eram frequentes. Enquanto a parte central (*urbes*) tinha um rico planejamento urbano, as *insulae* eram marcadas pela precariedade das condições de vida.

Mesmo assim, os espaços públicos eram valorizados. Existiam termas e banhos públicos. Nesses espaços, havia salas de massagem, jardins, bibliotecas e locais destinados ao descanso.

A diversão popular era uma constante em Roma. Nos anfiteatros eram realizadas lutas entre os gladiadores, muitos deles escravos treinados para lutar até a morte. Ocorriam também espetáculos em que lutadores tinham que enfrentar feras esfomeadas.

No Coliseu, grande anfiteatro romano que podia acomodar até 50 mil pessoas, aconteciam temporadas de cem dias de jogos com várias modalidades. Havia também muitos teatros espalhados pelas regiões dominadas, nos quais eram encenadas peças gratuitamente. Segundo Pedro Paulo Abreu Funari,

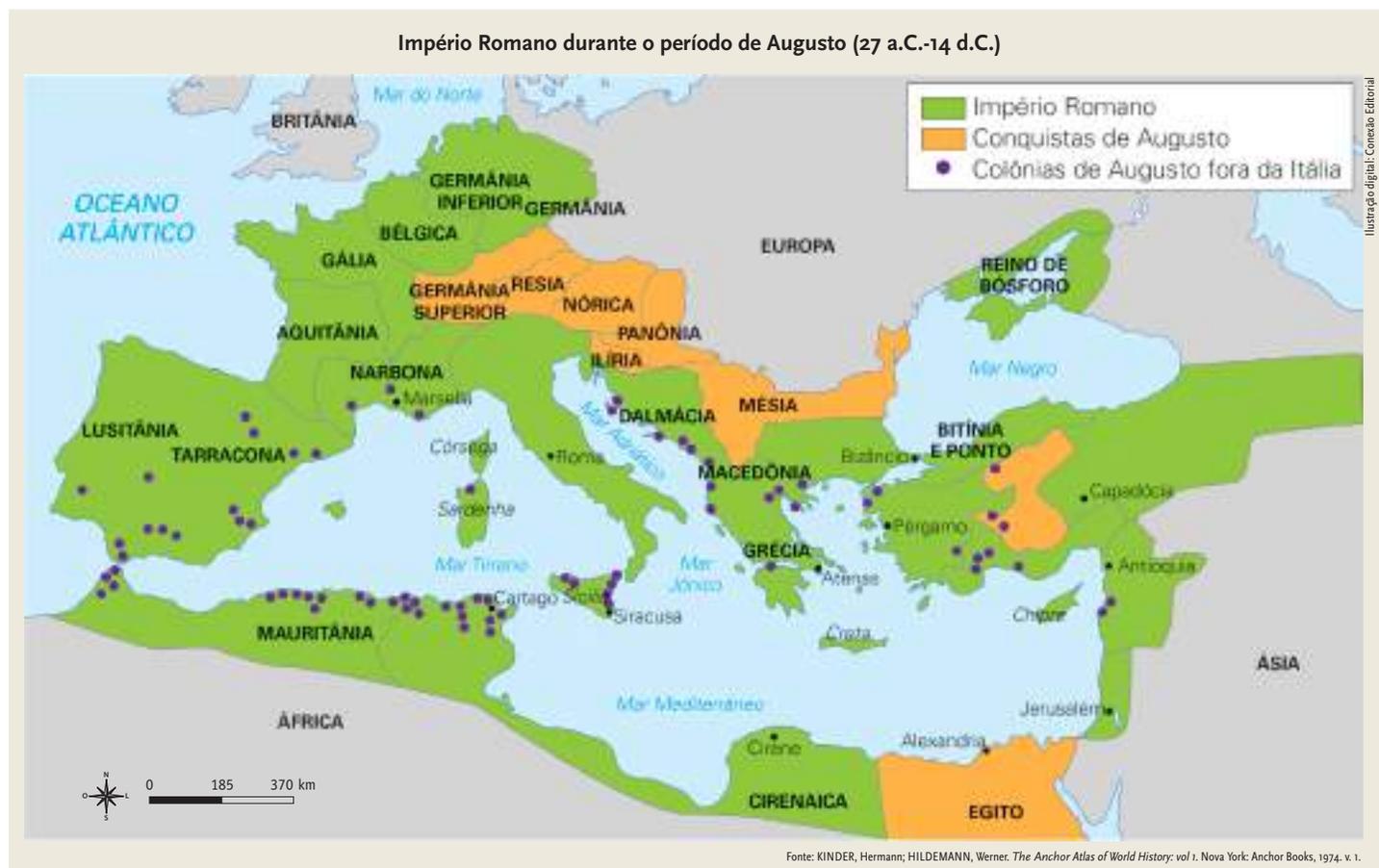
as lutas faziam parte de um conjunto de festas religiosas financiadas pelos políticos. [...] Os torcedores rabiscavam, com frequência, as paredes do anfiteatro para representar seus ídolos e assinalar o número de vitórias que acumulavam. A explicação para a popularidade das lutas encontra-se na associação entre religiosidade e manutenção da ordem social que esses espetáculos encerravam. O sacrifício humano a deuses específicos em festas cívicas patrocinadas pelas autoridades representava uma maneira de escravos e pobres superarem as mazelas e os sofrimentos do seu dia a dia.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma: vida pública e vida privada*. 9. ed. São Paulo: Atual, 1993. p. 42-43.



Ruínas do Coliseu romano, construído entre 70 e 90 d.C.

No século IV d.C., Roma já não conseguia mais expandir suas fronteiras e tinha dificuldade em controlar aquelas que dominava, considerando a grande extensão do Império.



Além disso, desde o século II d.C. vinha se constituindo uma crise econômica, e muitos setores produtivos e do comércio entraram em colapso. Os preços, em geral, eram controlados pelo governo e foram se tornando cada vez mais artificiais em relação aos custos de produção. Isso resultou em uma redução da população urbana, que foi procurar no campo atividades alternativas para sua sobrevivência. Nessa economia em ruínas, ficou cada vez mais difícil garantir altas recompensas aos soldados e generais vitoriosos nas guerras. Esse fato contribuiu para o enfraquecimento do gigantesco exército, que assegurava o domínio sobre os conquistados.

Em consequência, vários povos – chamados de bárbaros por não falarem o latim –, como hunos, germanos, godos, vândalos, anglos, visigodos e outros, invadiram as fronteiras do Império e começaram a ameaçar a estabilidade política do governo. Os visigodos, que já haviam atuado, mediante pagamento, ao lado dos romanos para ajudar a manter as fronteiras do Império, foram os primeiros a invadi-lo.

Em 410, eles tomaram e saquearam a cidade de Roma. Em 476, os germanos conseguiram tomar o poder do imperador Rômulo, sendo esse o marco da queda do Império Romano do Ocidente. Somente o chamado Império Romano do Oriente continuou a existir, com sede em Constantinopla (antiga Bizâncio) e originário nos séculos seguintes da civilização bizantina, que mescla a cultura grega com a cristã. A partir do século VII, essa porção do Império também começa a sofrer ataques estrangeiros, mas somente em 1453 o chamado Império Bizantino seria definitivamente derrotado pelos turcos, que realizaram a tomada de Constantinopla.

## PARA REFLETIR

Para o pensador grego Aristóteles (384–322 a. C.), o homem seria por natureza um animal político, sendo a cidade parte dessa natureza e espaço da expressão política. Como pode se relacionar esse pensamento ao contexto da democracia grega da Antiguidade? Você concorda com o pensamento de Aristóteles? Desenvolva argumentos.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Enceja (2005) Leia:

*Em verdade, é maravilhoso refletir sobre a grandeza que Atenas alcançou no espaço de cem anos depois de livrar-se da tirania... Mas acima de tudo é ainda mais maravilhoso observar a grandeza a que Roma chegou depois de livrar-se de seus reis.*

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

De acordo com essas informações, que destacam valores humanos universais, pode-se concluir que o autor:

- condena a tirania romana e a monarquia ateniense.
  - celebra a democracia ateniense e a república romana.
  - critica a liberdade política e a participação dos cidadãos.
  - expressa uma concepção populista sobre a Antiguidade Clássica.
2. Enem (2009) Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. *Grécia: a vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- tinha profundas conexões com a Justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVRO



#### ROMA: VIDA PÚBLICA E PRIVADA

Faz referência a vários aspectos da sociedade da Roma Antiga, incluindo religião, trabalho, lazer e família.  
FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma: vida pública e privada*. São Paulo: Atual, 1993. (História em Documentos.)

### SITE



#### ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ESTRATÉGIA

Arqueologia, história e estratégia.

Disponível em: <[www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia\\_antiga/historia\\_antiga.html](http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia_antiga/historia_antiga.html)>. Acesso em: 21 dez. 2011.

### FILME



#### GLADIADOR

O filme tem como tema as lutas de gladiadores que ocorriam na Roma Antiga e as disputas pelo poder.

Direção de Ridley Scott. Estados Unidos: Universal, 2000, 155 min.

Não sei se você já parou para pensar por que uns possuem tantos bens e outros não, ou mesmo por que em alguns lugares as pessoas vivem confortavelmente e em outros são obrigadas a sobreviver em meio à miséria. É comum pensarmos que essas questões estão em segundo plano, visto que as coisas sempre pareceram ser como são. Quando não questionamos determinadas constatações, partilhamos de algo que se convencionou chamar de **senso comum**. Mas o que queremos dizer quando utilizamos essa expressão? O que é o senso comum?



2013 The M.C. Escher Company-Holland. All rights reserved. www.mcescher.com

**Autorretrato em esfera espelhada (1935), de Maurits Cornelis Escher (1898-1972), litografia, 31,8 × 21,3 cm.**

O senso crítico é uma tomada de consciência. Um olhar para dentro de si questionando tudo aquilo que nunca havíamos pensado acerca de nós mesmos e do mundo.

## SENSO COMUM E SENSO CRÍTICO

O senso comum pode ser definido como um pensamento que foi construído por meio das experiências vividas, mas que não é fruto de uma reflexão mais aprofundada sobre as coisas que nos cercam. É expresso nas opiniões das pessoas e se mostra de maneira ingênua e conservadora, apresentando soluções extremamente simples para assuntos que, muitas vezes, exigem reflexões de extrema complexidade. Quando dizemos, por exemplo, que as pessoas são pobres porque querem ou que todo brasileiro gosta de futebol estamos pensando de acordo com o senso comum, ou seja, estamos dando respostas simples sem buscarmos dados, causas ou argumentos que fortaleçam nossas opiniões ou que problematizem aquilo que está sendo afirmado.

Para superarmos os preconceitos e as falsas crenças que o senso comum nos leva a criar, precisamos desenvolver o **senso crítico**. Este, ao contrário daquele, exige uma visão de mundo que considere os vários ângulos de um problema. Ao pensarmos criticamente, devemos analisar os aspectos positivos e negativos de determinada situação e construir uma resposta que seja fruto de um exercício complexo de reflexão.

#### LER IMAGEM



Peter Malliet

*Self Imposed Misery* [Miséria autoimposta], de Tim Noble e Sue Webster, madeira e luz, 78,5 × 403,5 × 224 cm. O casal de artistas ingleses criam suas obras a partir do lixo que recolhem pelas ruas de Londres. Eles separam e organizam o lixo, e montam estruturas que, quando iluminadas, projetam imagens incríveis nas sombras produzidas pela luz.

O filósofo grego Platão conta em seu livro *A República* uma história de homens habitantes de uma caverna que acreditavam que as sombras projetadas nas paredes da caverna eram a única realidade existente e possível. Esses homens estavam acorrentados a um muro que somente permitia que olhassem para a parede do fundo da caverna. Na entrada, passavam pessoas carregando objetos e estatuetas que, iluminados pelo Sol, projetavam sombras nessa parede. As vozes e os sons produzidos por essas pessoas eram amplificados pela estrutura da caverna e pareciam ser emitidos pelas sombras. Para aqueles que estavam acorrentados, essa parecia ser a única realidade possível.

Um dia, um desses homens é libertado e obrigado a sair e, depois de subir até a entrada, conhece um mundo novo do lado de fora, iluminado pela luz do Sol. Porém, esse não é um caminho fácil, seus olhos doem em contato com a luz e a subida até a entrada é extremamente difícil. Após se acostumar com o ambiente externo e enxergar as coisas reais e o próprio Sol, ele volta para a caverna e tenta convencer os outros a saírem de lá. Entretanto, todos acham que o companheiro enlouqueceu e, tomados pelo medo, acabam matando-o.

Essa narrativa é muito mais complexa do que foi apresentado aqui e contém diversos aspectos relacionados à história da filosofia. Mas que relação possui com a diferença entre senso comum e senso crítico? Ora, ela mostra, por exemplo, como nosso senso comum nos faz assumir como verdade coisas que nem sequer têm relações umas com as outras ou, ainda, como não levamos em consideração relações que são fundamentais para que possamos entender certa situação ou problema.

O mundo da caverna é o lugar do senso comum e as sombras são as ilusões que tomamos como verdade em nosso cotidiano. Já o mundo fora da caverna é o lugar do senso crítico, onde olhamos para as coisas como são verdadeiramente e buscamos compreendê-las com profundidade. Platão nos alerta que, muitas vezes, somos enganados por nossos sentidos e tomamos decisões sem refletir sobre o que estamos vendo à nossa frente.

As sombras de Sue e Tim nos colocam frente a essa mesma questão. Em meio a uma série de materiais que supostamente não serviriam para mais nada, eles constroem outras realidades, que enganam nossos sentidos de maneira convincente. Se não víssemos a fonte das sombras, certamente acreditaríamos que são de modelos semelhantes a elas, quando, na verdade, sua fonte é completamente diversa de sua forma. Como, a partir do lixo, podemos produzir imagens tão perfeitas?

- Pensando nisso, escreva um texto refletindo sobre coisas que entendemos apenas por meio do senso comum, sem fazer análises mais profundas nem chegar a conclusões mais fundamentadas.

## MITO E DESTINO NA CULTURA GREGA

Retomando nossa discussão inicial sobre a desigualdade, é importante entendermos que as diferenças sociais existentes em nosso mundo não podem ser tratadas de maneira simplista. Elas são fruto de processos históricos, conflitos e acordos realizados durante a evolução da humanidade. Desse modo, ao nos aprofundarmos em questões como a desigualdade social em nosso cotidiano, estamos fazendo um precioso exercício de compartilhamento de indagações que já passaram pela cabeça de vários pensadores. Estamos começando a abandonar uma visão de mundo pautada pelo senso comum para adquirirmos uma postura crítica perante os problemas e verdades que esse mesmo mundo nos coloca.

Antigamente, todos aqueles que se dedicavam a uma atividade teórica e buscavam compreender as questões que colocam o conhecimento, a humanidade e o Universo em movimento eram considerados filósofos: pessoas que buscavam entender o porquê das coisas guiadas pela razão.

A Filosofia nasceu na Grécia Antiga, tornando-se uma das formas de reflexão sobre o mundo e o homem no mundo ocidental. Porém, antes de haver filosofia, as explicações dadas para os fenômenos naturais e para a organização do mundo eram baseadas no pensamento mítico: um pensamento bastante complexo, mas que não segue as regras rígidas do pensamento científico. A palavra grega *mythos* pode ser traduzida por “palavra”, “fábula” ou “conto”, mas seu significado mais profundo é “narrativa”, ou seja, liga-se primordialmente a uma tradição oral. Não se exige do mito uma coerência lógica entre o que ele narra e a verdade que se expressa nessa narrativa.

Entretanto, o que é narrado adquire o peso da verdade, pois é proferido pela boca de alguém que é visto como uma autoridade reconhecida, como um **aedo**, um rei de justiça ou um adivinho, pessoas que se comunicam com o mundo dos deuses por meio das musas e proferem uma verdade que, em tese, não deveria ser contestada.

### GLOSSÁRIO

**Aedo:** poeta dos primórdios da cultura grega que cantava ou recitava com acompanhamento de uma lira, narrava os acontecimentos heroicos, reunia e estabelecia os mitos em suas obras. Homero, autor da *Ilíada* e da *Odisséia*, e Hesíodo, que escreveu a *Teogonia*, eram aedos.

No início dos poemas o poeta sempre invoca as musas porque são elas que lhe dão a capacidade de ver o invisível [...]. Ao falar, fazem que aconteça aquilo que dizem. Sua palavra [...] é uma “palavra eficaz”. O que vê o poeta? [...] A verdade.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da Filosofia* – vol 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 40.

Nessa tradição, há um aspecto da cultura grega que atravessa todo o pensamento mítico: a ideia de que o destino é inevitável e os homens estão presos a forças externas que os dominam. Na concepção mítica grega, o universo é eterno e as ações humanas são fortemente influenciadas pelas moiras.

A moira é a personificação do destino individual, do que deve ser realizado por aqueles que passam pela Terra. É como se ela fosse a materialização de uma lei que não pode ser transgredida nem pelos deuses, sem alterar a ordem universal. Nas narrativas homéricas (*Ilíada* e *Odisseia*), elas se personificam em três senhoras: Clotos, Láquesis e Átropos. A primeira é a fiandeira, a que vai puxando o fio da vida. A segunda é a que enrola o fio e sorteia quem vai morrer. E a terceira é quem o corta.

O destino é implacável e não pode ser mudado. Por mais que se tente escapar dele, não é possível fugir daquilo que já foi tecido pelas três senhoras. O pensamento grego concebia o destino dos seres humanos como algo que estava intimamente determinado pelas forças do Universo. Não restaria outra alternativa aos homens senão obedecer ao que lhes foi traçado.



As três moiras tecendo o fio da vida. Detalhe da obra *Um fio de ouro* (1885) de John Melhuish Strudwick, (1849-1937), óleo sobre tela, 72,4 x 42,5 cm.

Em uma sociedade em que o destino dos homens não está em suas próprias mãos, a liberdade também está pautada pela concepção de que não se pode fugir de seu destino. Toda a estrutura da democracia ateniense ou do modo de viver grego se sustenta em uma sociedade escravista. O trabalho escravo, geralmente exercido por prisioneiros de guerra e pessoas que não conseguem arcar com suas dívidas, é importantíssimo na economia grega.

O trabalho braçal era visto na Antiguidade como algo menor. No entanto, sua existência permitia que os cidadãos se dedicassem às tarefas relativas ao pensamento. Assim, podemos entender o cidadão como um ser livre, alguém que, ao contrário do escravo, pertence a si próprio e dispõe de posses para realizar seu desejo.

Um dos motivos do surgimento da Filosofia provém do questionamento dessa visão mítica do mundo, sem, no entanto, questionar essa estrutura da divisão do trabalho. A verdade deixa de ser pautada pelo que é proferido em uma narrativa de autoridade. Ela passa a ser fruto de uma investigação, de uma busca por fundamentos e pela essência das coisas, que dão origem primeiro à natureza (*Physis*) e, posteriormente, deslocam o foco da investigação para as questões humanas. Nesse sentido, o mito é uma expressão do senso comum e não possui a função de explicar cientificamente a realidade. Por outro lado, a Filosofia busca compreender criticamente a origem das coisas e fundamentar essa investigação de maneira racional. Essas questões serão discutidas posteriormente, quando falaremos sobre os períodos da Filosofia.

## A CIDADE IDEAL E A JUSTIÇA

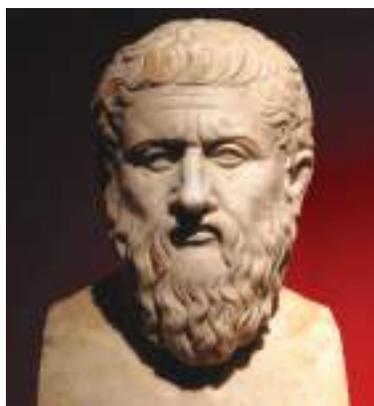
Platão (427-347 a.C.) afirma que o homem somente pode ser livre na *pólis*, participando da vida e dos assuntos da cidade. Além disso, como os conceitos de indivíduo e de cidadão se identificam, a ética é uma parcela essencial da política.

Antes de avançarmos nessa discussão, é necessário estabelecer alguns conceitos.

Platão foi discípulo de Sócrates e herdou a crença de que o conhecimento se constrói por meio do diálogo. Quase todas as obras de Platão são escritas dessa forma. Geralmente, Sócrates é o personagem principal e as ideias são expostas e discutidas por ele e seus interlocutores. Elas partem de definições que se aproximam do assunto tratado até chegar a uma concepção que expresse mais perfeitamente o conceito a ser construído.

Essa maneira de lidar com o conhecimento é um dos aspectos da **dialética platônica**. Não há uma definição simples para a palavra “dialética”, no entanto, nesse caso específico, ela pode ser entendida tanto como uma conversação quanto como uma divisão lógica que separa conceitos e proposições para analisá-los particularmente e reconstituí-los, formando conceitos gerais que permitem uma aproximação dos princípios primeiros do conhecimento.

Para que possamos compreender melhor essa ideia, é importante lembrarmos que Platão possuía uma visão dualista da realidade. O que isso quer dizer?



Stephen Bigroves/Alamy/Otherimages

Platão (c. 428 a.C.-c. 348 a.C.)

### GLOSSÁRIO

**Pólis:** era como se denominavam as antigas cidades-Estado gregas, cidades que tinham a autonomia e a soberania de Estados independentes. Essa concepção dura desde o período arcaico (séculos VIII a.C. a VI a.C.) da história grega até o período clássico (séculos V a.C. a IV a.C.), somente perdendo força com a dominação romana.

Para ele, a realidade que se apresenta a nós é apenas a cópia de uma outra, que é perfeita e imutável. Nós estamos presos ao mundo, que é **corruptível** e imperfeito, e por isso não vemos plenamente a verdade. O mundo em que vivemos é denominado por Platão de **mundo sensível**, pois é fruto das sensações e percepções que possuímos das coisas ao nosso redor.

Para a maioria dos críticos da obra de Platão, a realidade para ele estaria em outro lugar, conhecido como **mundo das ideias** ou **mundo inteligível**. Neste, residiria a verdadeira essência de tudo que há, pois se trata de um mundo constituído pelas formas, que são eternas e imutáveis. Praticamente, toda a filosofia platônica irá partilhar desses princípios, levando-nos a constatar que sua visão ético-política passará por essa compreensão.

O mito da caverna, que vimos rapidamente no início do capítulo, ilustra justamente essa divisão. O mundo exterior representa o mundo das ideias, e o ambiente da caverna, o mundo sensível. O homem que é libertado e realiza a trajetória de ida e volta entre os dois mundos representa o filósofo.

É justamente ele que, dotado do conhecimento propiciado pela razão, se afasta das aparências do mundo sensível tomadas como reais e se aproxima do verdadeiro conhecimento que reside nas essências do mundo inteligível. É ele que vê a ideia do bem, representada no mito pela figura do Sol. Por isso é o mais apto a conduzir todos para a verdade e para a justiça.

Na concepção platônica, a cidade deveria ser governada por filósofos, pois seria quase impossível separar filosofia da vida política. O filósofo garantiria que a cidade fosse conduzida por meio da justiça. Na verdade, sua obra *A República* é concebida para responder a questões que para ele são primordiais: O que é a justiça? Quais as características da cidade justa?

#### GLOSSÁRIO

**Corruptível:** o que pode ser corrompido; aquilo que se desgasta com o tempo.



**Vista da cidade ideal.** Óleo sobre painel de madeira atribuído a Luciano Laurana, 60 × 200 cm (c. 1470). A cidade ideal, para Platão, é aquela que se baseia na regularidade do mundo das ideias. Nesta representação, a cidade ideal é aquela na qual se valoriza a ideia de perfeição e de regularidade criada por meio das construções simetricamente dispostas.

Galleria Nazionale delle Marche, Urbino.  
Foto: Alinari/The Bridgeman Art Library/Keystone

Da mesma maneira que Sócrates, Platão crê que o filósofo possui um papel articulador de extrema importância na sociedade. Por isso, é preciso que a contemplação elevada das coisas inteligíveis não seja a única ocupação do filósofo, é preciso que ele olhe para a cidade e seus negócios de maneira a contribuir com ela e reformá-la. Não se trata aqui de uma reforma física. A cidade, para Platão, está sob o comando dos impulsos irracionais de grupos que a governam segundo seus interesses e suas emoções. A cidade ideal é fruto de um processo de limpeza e reconstrução da cidade corrompida pelas ações mutáveis

e injustas dos homens. Somente o filósofo, guiado pela racionalidade, seria capaz de realizar essa tarefa. Ele seria como um pintor que vê a realidade no mundo das ideias e a desenha no mundo sensível, comparando a um modelo que é justo em sua essência.

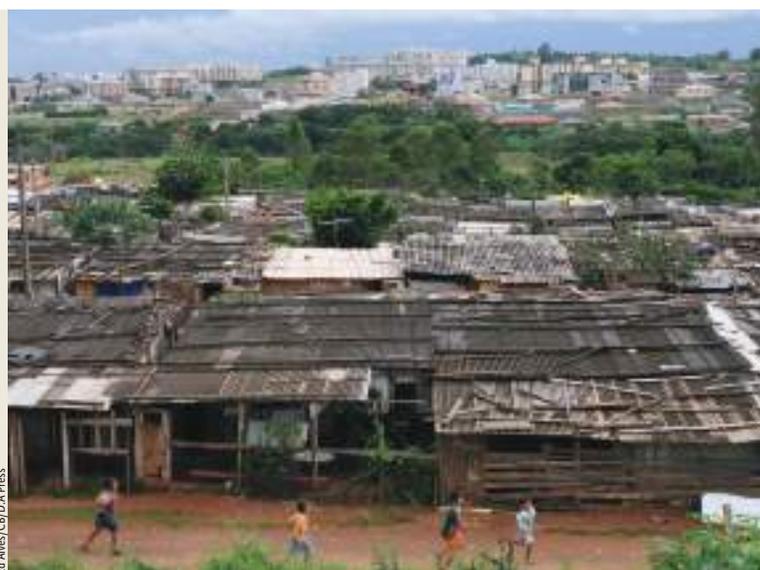
Diferentemente da matéria, as ideias não se corrompem, e a construção de uma sociedade justa deve seguir a regularidade existente no mundo das ideias, pois, se sua inspiração fosse tomada no mundo sensível, guardaria as imperfeições que este mundo carrega, como as sombras que havia dentro da caverna. Portanto, a ideia primordial de uma reforma da cidade consiste na imitação do estado social mais perfeito.

A política, assim, não é o mero exercício do poder: é a realização da justiça para o bem comum da cidade. Justamente por isso, só pode existir liberdade civil dentro desse contexto, ou seja, a civilidade é algo que se dá e se conquista entre cidadãos. Não é possível pensar eticamente em um ambiente onde não haja organização política e leis preestabelecidas. Desse modo, a moral privada do indivíduo é inferior à ética pública, pois esta também só é possível dentro da *pólis*.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Brasília é uma cidade que foi planejada por arquitetos e urbanistas, mas isso não a define como uma cidade ideal, visto que apresenta os mesmos problemas socioeconômicos daquelas cidades que se formaram e cresceram espontaneamente. A imagem retrata o Eixo Monumental a partir da torre de televisão da cidade, em abril de 2011.



Ed Alves/CB/D.A. Press

Assentamento de pessoas vivendo no Varjão, região administrativa que fica a oeste de Brasília (DF), em janeiro de 2010.

Mas como chegar a esse nível de comprometimento dentro da cidade?

O que se nota de maneira muito precisa e eficaz nas concepções políticas de Platão é a importância do processo de formação dos indivíduos. Para ele, a educação desempenha um papel central na reforma da cidade. Os futuros cidadãos devem ser educados para o bem da coletividade e ser designados para as atividades vitais da cidade por meio da aptidão que apresentam para exercer determinadas funções.

A palavra grega que corresponde a educação é *paideia*. Porém, essa palavra possui um sentido muito amplo, pois também significa a própria cultura construída por meio da educação. Trata-se de uma formação integral que insere o indivíduo no modo grego de compreender as coisas e a sociedade que o cercam.

Uma educação consciente pode até mudar a natureza física do Homem e suas qualidades, elevando-lhe a capacidade a um nível superior. Mas o espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo exterior e interior, formas melhores de existência humana.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 3.

Para Platão, a política é a verdadeira e suprema *paideia*. Da mesma maneira que o cidadão deveria ser educado para a vida na cidade, a formação do governante deveria ser mais precisa e criteriosa. Platão não concebia outro modo de construir uma cidade justa senão acompanhar muito proximamente a formação do governante ideal. Para isso, descreve um processo bastante complexo e demorado para a busca daqueles que estariam aptos a desempenhar esse papel.

Na cidade platônica, haveria três classes sociais: a classe econômica, formada por agricultores, comerciantes e artesãos; a dos guerreiros ou guardiões, que desempenhavam as atividades militares; e a dos magistrados, que exerceriam o governo e as atividades legislativas. Até os 7 anos, todas as crianças receberiam a mesma educação. A partir dessa idade seriam selecionadas a cada período específico de tempo. Os que mais se destacassem receberiam a educação destinada à classe imediatamente superior à que pertenciam. A educação do governante, que pertenceria à classe dos magistrados, passaria pela de todas as outras e só se daria por completa em torno dos 50 anos. Com isso, Platão acreditava que os governantes estariam preparados para pensar nos bens públicos antes de pensar em governar segundo seus desejos particulares.

A visão política de Platão segue a lógica de que a sociedade justa é aquela que é conduzida de maneira racional e não por impulsos, cobiça e favorecimentos. No decorrer de sua obra, ele não se preocupa se esse modelo ideal de cidade seria de fato utilizado, mas em sua vida se preocupou muito em tentar alterar as atitudes dos governantes tiranos que viveram em sua época, como Dionísio e Dion.

Há nele uma preocupação explícita em aliar o conhecimento à realidade. Sua filosofia não intencionava apenas uma mera contemplação do mundo, mas uma imitação dos ideais de justiça e ética localizados no mundo inteligível. Sendo assim, a teoria das ideias de Platão não é apenas um simples idealismo. Na verdade, podemos entendê-la como um “realismo das ideias”, já que, para ele, estas constituem uma realidade autônoma (o mundo inteligível), realidade que existe por si mesma e não está somente em nosso pensamento.

## PARA REFLETIR I

Em um dos diálogos de *A República*, um homem chamado Glauco, um dos interlocutores de Sócrates no livro, defende a ideia de que a justiça somente é praticada porque os homens temem as consequências de não terem sido justos. Assim, o importante não seria ser realmente justo, mas apenas parecê-lo. Para explicar sua visão, ele narra o Mito do Anel de Gíges.

Durante uma tempestade o pastor Gíges se refugia numa caverna onde encontra um anel de ouro. Ele vai para a corte, onde os pastores devem prestar contas ao rei. Por acaso, ele gira o anel no dedo e fica invisível. Ele chega ao palácio, seduz a mulher do rei, usa o anel para ficar invisível e matar o rei. Toma o poder e passa a governar sem que ninguém saiba que usou meios fraudulentos. Conclui Glauco: não é preciso ser justo, basta parecer justo.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da Filosofia* – vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 305.

A música “Quatro vezes você” da banda Capital Inicial, de certa forma, também fala das coisas que fazemos quando não temos olhares para nos repreender. Seríamos realmente livres e justos se pudéssemos ser invisíveis? Vejamos a letra da canção:

### Quatro vezes você

Alvin Lee

Rafaela está trancada há dois dias no banheiro,  
Enquanto a sua mãe,  
Toma prozac, enche a cara  
E dorme o dia inteiro.  
Parece muito, mas podia ser.

Gabriel e a namorada se divertem no escuro  
E o seu pai  
Acha tudo que ele faz  
Errado e sem futuro.  
É complicado, mas podia ser.

Carolina pinta as unhas roídas de vermelho,  
Em vez de estudar  
Fica fazendo poses  
Nua no espelho.  
Parece estranho, mas podia ser.

Mariana gosta de beijar outras meninas,  
De vez em quando  
Beija meninos  
Só pra não cair numa rotina.  
É diferente, mas podia ser.

O que você faz quando  
Ninguém te vê fazendo  
Ou o que você queria fazer  
Se ninguém pudesse te ver.

O que você faz quando  
Ninguém te vê fazendo  
Ou o que você queria fazer  
Se ninguém pudesse te ver.

Capital Inicial. *Rosas e vinho tinto*. [São Paulo]: Sony/BMG, 2002. Faixa 7.

Após a leitura dos dois textos, responda às questões:

1. Qual o papel da invisibilidade na interpretação do Mito do Anel de Giges?

.....  
.....

2. Você concorda com Glauco? Justifique sua resposta.

.....  
.....

3. Que relações podemos fazer entre o Mito do Anel de Giges e a música “Quatro vezes você”?

.....  
.....

4. Você considera justas as atitudes que ocorrem na música? Por quê?

.....  
.....

5. Levando em consideração os textos e as questões anteriores, o que caracterizaria então o ser humano justo?

.....  
.....

## Dependência tecnológica se assemelha à dependência causada pelas drogas

No Brasil, o número de linhas de telefonia móvel há muito já superou o número de habitantes. Com os aparelhinhos é possível tirar fotos, ouvir música e, principalmente, se conectar à internet. Com isso estamos cada vez mais conectados, ao menos virtualmente. O problema é que essa sensação de que estamos próximos aos outros tem provocado um sintoma preocupante: o isolamento social. Essa dependência tecnológica tem até nome: tecnose. E pode ser muito semelhante à dependência causada pelo álcool ou pelas drogas. As características dessa nova patologia são o tempo que a pessoa gasta em frente ao computador ou outro gadget qualquer, o isolamento do ambiente social e a desatenção em relação às atividades profissionais, acadêmicas e pessoais. Será que esse é um caminho sem volta?

Disponível em:

<<http://tvbrasil.abc.com.br/3a1/episodio/tecnologia-e-isolamento-social>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

A canção que discutimos e o texto que lemos nos levam a pensar que, na sociedade contemporânea, o jovem corre o risco de se afastar cada vez mais do convívio social. Os meios eletrônicos e as facilidades da vida digital o levam a isolar-se cada vez mais, escondendo-se em mundos fictícios e virtuais. Debata com seus colegas sobre que consequências esse processo pode trazer para a vida dos jovens e para a sociedade.

## POLÍTICA, ÉTICA E FELICIDADE

Aristóteles (384-322 a.C.) buscou analisar a vida política da cidade. No entanto, diferentemente de Platão, acreditava que ela não deveria ser pautada apenas pela divisão do trabalho e pela ligação íntima entre as funções exercidas pelos membros das classes que a compõem. Para ele, isso apenas indicava a causa material em que a cidade se baseia. Antes, a cidade deveria ser encarada como um lugar que tem por finalidade se viver bem, condição necessária da vida moral. O objetivo da vida política é estabelecer as condições para que esse fim seja alcançado.

Antes de nos aprofundarmos nessas questões, vamos estabelecer alguns conceitos que estão presentes na discussão e são fundamentais para entendermos qualquer teoria que se relacione à visão que Aristóteles possuía da natureza e da organização social dos seres humanos.

Aristóteles nasceu em 384 a.C., na cidade grega de Estagira. Frequentou a academia de Platão durante vinte anos até a morte de seu mestre e posteriormente tornou-se **preceptor** de Alexandre da Macedônia, filho de Filipe II. De Aristóteles, restaram textos que consistem em sua maioria em notas das aulas que ele ministrava para seus discípulos, alunos do Liceu, escola de filosofia que ele fundou após sua volta da Macedônia. É nessa época que ele produziu seus textos mais importantes, incluindo textos sobre política.

Para entendermos a política de Aristóteles, precisamos compreender como ela se insere em seu **sistema filosófico**. Um sistema filosófico é um conjunto de teorias e doutrinas que tem por objetivo dar sentido aos questionamentos que podemos realizar sobre o mundo e explicá-los de maneira que as várias abordagens de conhecimentos se rela-



Busto em mármore do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.), Museu Nacional Romano, Roma, Itália.

### GLOSSÁRIO

**Preceptor:** pessoa responsável por acompanhar e orientar a educação de uma criança ou de um adolescente.

cionem. Tal como vimos em Platão, a física, a biologia, a ética e a política, por exemplo, deviam partir de uma explicação comum para os fenômenos da natureza física e humana. O mundo deveria, portanto, ordenar-se em seus vários aspectos de maneira semelhante.

Desse modo, sua conceituação de política passa pela ideia de **causalidade**. Mas o que é causalidade para Aristóteles? Para ele, todo ser ou objeto possui uma substância própria, que seria o conjunto de suas características primordiais, suas qualidades, como a matéria que o constitui, sua forma, entre outras. A capacidade de **abstração** do ser humano é o que permitiria tomar cada um desses elementos de maneira isolada, mas, em sua essência, essas qualidades são inseparáveis do objeto em si. A abstração isola, por meio do pensamento, aquilo que não pode ser isolado na representação. A razão faz abstrações, isto é, separa, classifica e organiza os objetos por meio de critérios específicos. Se observarmos os cães, vamos perceber que eles possuem muitas diferenças entre si, mas será que existe algo que todos tenham em comum que permita classificá-los na espécie dos caninos? Certamente sim: entre outras coisas, todos são mamíferos e latem.

Assim, cada objeto possui características acidentais, que são aquelas que não alteram sua substância. A substância “cavalo” não se altera mesmo que ela se apresente por meio de seus acidentes, como cor, raça, características do pelo etc. Para Aristóteles, conhecer é determinar a substância de algo por meio de suas causas.

Toda substância de um objeto é caracterizada por sua matéria e por sua forma. A primeira é determinada fisicamente pelos elementos que constituem um objeto. A segunda é aquela que se define como a estrutura interna que organiza a matéria, que a molda, permitindo que uma coisa seja identificada como tal. A forma “homem” difere da forma “mulher”, apesar de serem constituídos da mesma matéria.

Entretanto, as coisas, os objetos e os seres podem mudar e se tornarem diferentes daquilo que eram na origem. Uma semente pode se transformar em uma frondosa árvore, e um ovo pode gerar um belo pássaro. Aristóteles explica essas transformações das coisas por meio dos conceitos de **potência e ato**.

Podemos entender por potência as possibilidades que se apresentam a um ou mais objetos específicos. Voltando a um dos exemplos anteriores, podemos dizer que a semente carrega

potencialmente a árvore e, por conseguinte, esta carrega uma série de potencialidades, pois pode dar origem a uma canoa, a uma mesa, às vigas de uma casa, entre muitas outras coisas. O ato é, dessa maneira, a realização de uma potencialidade. A mesa é, portanto, a realização em ato de uma das potencialidades da madeira.

Segundo Aristóteles, o caminho comum das coisas é a passagem da potência ao ato. Tudo se moveria neste sentido. Mas, para que o Universo se sustente, sua filosofia prevê que deve existir um primeiro motor imóvel e imutável, que seria apenas o ato em sua plenitude. Dele partiria todo o movimento do Universo.

Para ele, movimento é toda mudança qualitativa, quantitativa, física ou temporal – algo um pouco diferente daquilo que concebemos por esse termo. Assim, podemos considerar que o primeiro motor é um conceito que permite que o Universo seja o que é.

#### GLOSSÁRIO

**Abstração:** exercício mental de isolar um elemento de uma representação para analisá-lo em particular, apesar de esse elemento na realidade não se encontrar separado de outros. Por exemplo, o exercício de analisar a plumagem de um pássaro independentemente da cor que ela apresenta.



Marcos André/Opção Brasil/Imagens

A árvore carrega em si a possibilidade de se tornar uma canoa. Imagem capturada no rio Preto, em Valença (RJ), em 2008.

Mas, para que algo passe da potência ao ato, Aristóteles acredita que seriam necessárias quatro causas distintas:

- **a causa material:** que consiste na matéria de que se constitui o objeto;
- **a causa eficiente:** que é o indivíduo ou a força que realiza a passagem do objeto da potência para o ato;
- **a causa formal:** que é a identidade dada por sua forma, o que o define como aquilo que é;
- **a causa final:** é o propósito que se insere na existência daquele objeto, sua finalidade ou objetivo de sua criação.

Assim, se pensarmos na canoa, a madeira que é usada em sua construção é sua causa material; o carpinteiro que a esculpe é sua causa eficiente; o formato que permite que percebamos que aquilo é uma canoa é sua causa formal; e a possibilidade de navegarmos com ela pelos rios é sua causa final.

Como dissemos, toda essa conceituação foi necessária porque só compreenderemos a ética e a política de Aristóteles se compreendermos bem os conceitos que acabamos de discutir.

Na sua concepção, as ciências se dividem em ciências **técnicas, teóricas e práticas**.

As ciências técnicas são aquelas concebidas por um fazer, relacionam-se à produção de objetos ou de resultados úteis, como a medicina e atividades artísticas. As teóricas se relacionam ao fato de terem um fim em si mesmas, ou seja, sua finalidade é concretizada pela própria realização do saber daquela ciência.

Podemos, por exemplo, citar a geometria, a álgebra, a aritmética e assim por diante. Por fim, temos as ciências práticas: a ética e a política são ciências dessa ordem e devem determinar a essência do fim a ser alcançado.

Aqui Aristóteles também se diferencia de Platão. Pois, mesmo que para Platão as ideias sejam dotadas de uma existência real, a atividade política parte de um trabalho de contemplação filosófica do governante, enquanto para Aristóteles a política e a ética devem passar necessariamente pela ação, e todos os cidadãos devem estar envolvidos nela.

Desse modo, a causa material da cidade (*pólis*) são as pessoas, os lares e seus vilarejos. Sua causa formal é sua constituição ou o regime político que a organiza. A causa eficiente é a ação política dos cidadãos. E, por fim, sua causa final é o viver bem.



Christian Krepper/Opção Brasil Imagens

Em Aristóteles, o fim da ação ética é a felicidade. Quando brincamos com nossos filhos ou sobrinhos, vivenciamos uma experiência de felicidade. No entanto, para Aristóteles, a felicidade se relaciona a desenvolvermos plenamente nosso intelecto e agirmos prudentemente segundo uma justa medida.



Veronika Sirovtseva/Dreamstime.com

A felicidade é um bem em si mesmo. Quando envelhecemos, uma série de fatores podem determinar a nossa felicidade: nosso estado de saúde, condições psicológicas, afetivas ou financeiras. Se equilibrarmos esses aspectos temos grande probabilidade de nos sentirmos felizes. Contudo, para Aristóteles, a felicidade plena está no equilíbrio entre a contemplação e a ação.

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma que o bem supremo a que a humanidade almeja é a felicidade. A causa final da ação ética é, portanto, a vida feliz. Por mais que discordemos naquilo que definimos como felicidade, não podemos negar que em várias concepções e de vários modos o que buscamos primordialmente é sermos felizes. Porém, essa definição não é uma constatação simples.

Ele discorre demoradamente sobre as várias concepções que podem estar envolvidas na definição de felicidade e tenta se aproximar a um conceito geral de como alcançá-la. Ela é um bem em si mesmo, por isso, segundo a definição aristotélica, é superior a outros bens justamente porque não é procurada como meio para obter outras coisas. A riqueza, a sabedoria, o prazer podem levar à felicidade, mas ela por si só já é um bem desejável por ir além dessas coisas.

Assim, podemos entender que a felicidade pode passar pela riqueza, pela posse de bens materiais, mas não é a própria riqueza. A política seria então a ciência prática por excelência, visto que a ética trataria do que é a felicidade, e a política, de como obtê-la. Ser feliz, para Aristóteles, não é o resultado de ações, mas uma certa maneira de agir.

A sabedoria e a prudência são essenciais, porém, a segunda é que permite que os homens atinjam o meio-termo em suas decisões. A virtude estaria em não tomar decisões ou praticar ações extremas. É interessante notar que a ética aristotélica se concebe na união entre teoria e prática, é uma filosofia da *práxis*, visto que é uma atividade que possui um fim em si mesma e em sua própria reflexão já pressupõe uma certa maneira de agir.

Portanto, a ética é uma atividade que somente se realiza na *pólis*. O ser ético é aquele que busca realizar sua felicidade, mas esta não é apenas um estado de espírito, na verdade é uma prática incessante da virtude, visando ao aperfeiçoamento do caráter. Para ele “o homem é um animal político”, e a política deve garantir que o indivíduo exerça sua virtude de maneira democrática dentro da cidade.

Ao contrário à ideia de Platão, não é um grupo especial preparado desde a infância que deve governar a cidade. Aristóteles acredita que a cidade deve ser conduzida por um grupo de cidadãos que se conhecem mutuamente e, justamente por isso, devem participar de uma grande assembleia que governe a cidade e redija leis que garantam uma vida digna para todos. Ser cidadão é participar diretamente do governo e dos negócios públicos.

Apesar dessa visão, ele justificava a sociedade escravista grega pela concepção de que existem pessoas que devem ser escravos por natureza e outras que, também por natureza, devem ser livres. Segundo Aristóteles, um escravo é um instrumento dotado de voz. É alguém cuja alma não vai além da imaginação, por isso, não seria pleno no uso da razão. Ele acreditava que existiam funções múltiplas da alma presentes nos vários seres vivos.

As principais seriam a nutritiva-reprodutiva, a sensitiva e a intelectual. Os escravos não passariam da sensitiva, que em seu grau mais elevado é responsável pela imaginação. Essa justificativa de que existem escravos por natureza vai se reproduzir pelo Ocidente até meados do século XVIII. Aristóteles reconhece que há escravos por conquista, reconhece que esse tipo de escravatura é injusto, mas não contribui em nada para que tal prática seja abolida.

Desse modo, podemos perceber que em Platão e Aristóteles o conceito de igualdade plena entre os seres humanos não existe. Em Platão, grupos distintos assumem funções específicas na cidade, assumindo-se que, quanto mais importante é o papel desempenhado na cidade, mais preparado é o grupo. Assim, veremos que, para Platão, os grupos que permanecem mais tempo em formação são superiores aos outros que atingem os graus menos elevados.

Para Aristóteles, em contrapartida, todos os cidadãos são iguais e responsáveis pela cidade. Porém, ele institucionaliza a escravidão como algo natural para alguns e institui que existem pessoas que nunca irão chegar ao uso pleno da razão.

Devemos lembrar que esse tipo de pensamento é reflexo de sua época e apenas reproduz ideias que faziam sentido naquele momento. A vida pública, para esses filósofos, era extremamente importante, mas era permitida apenas a uma pequena parcela da sociedade.

## APLICAR CONHECIMENTOS

- UEL (2004) Observe a charge e leia o texto a seguir.



Fonte: LAERTE. *Classificados*. São Paulo: Devir, 2001. p. 25.

*É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem [...].*

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. p. 13.

Com base no texto de Aristóteles e na charge, é correto afirmar que:

- O texto de Aristóteles confirma a ideia exposta pela charge de que a condição humana de ser político é artificial e um obstáculo à liberdade individual.
- A charge apresenta uma interpretação correta do texto de Aristóteles segundo a qual a política é uma atividade nociva à coletividade, devendo seus representantes serem afastados do convívio social.
- A charge aborda o ponto de vista aristotélico de que a dimensão política do homem independe da convivência com seus semelhantes, uma vez que o homem basta-se a si próprio.
- A charge, fazendo alusão à afirmação aristotélica de que o homem é um animal político por natureza, sugere uma crítica a um tipo de político que ignora a coletividade privilegiando interesses particulares e que, por isso, deve ser evitado.
- Tanto a charge quanto o texto de Aristóteles apresentam a ideia de que a vida em sociedade degenera o homem, tornando-o um animal.

## EPICURO E A NEGAÇÃO DA VIDA POLÍTICA

Após a guerra do Peloponeso e a tomada da Grécia pelos macedônios, a Filosofia assumiu um caráter primordialmente prático e, para alguns, passou a ser uma fórmula para viver tranquilamente a vida. Esse período ficou conhecido como **helenismo**. Nele, a grandiosidade do pensamento sistemático da filosofia ateniense dá lugar a uma filosofia moral que geralmente afasta o filósofo dos negócios da cidade.

Nesta perspectiva, surgiram muitas correntes de pensamento de visões variadas, muitas influenciadas pelas reflexões socráticas, como a do ceticismo, a do cinismo, estoicismo, entre outras. No entanto, finalizaremos essa discussão fazendo um pequeno passeio pelas ideias de Epicuro (341-270 a.C.), que foi educado na cidade grega de Samos, viveu em Atenas e ensinava em um jardim de uma grande casa, que ficou conhecida como o Jardim de Epicuro. Seus discípulos não viam nele um mestre no sentido que a palavra assumiu.

Epicuro era mais um organizador de um grupo de amigos que filosofavam juntos do que alguém com um conjunto de saberes e normas a serem compartilhados. Ele era um homem bondoso e cativante que cultivava a amizade, auxiliava os irmãos e tratava os escravos com delicadeza e cortesia. Esse perfil permitiu que fosse venerado pelos discípulos que conviveram com ele e por outros como o poeta romano Lucrécio (99-55 a.C.), que ajudou a perpetuar suas ideias.

Influenciado pelas concepções de Demócrito (460-370 a.C.), Epicuro assumiu uma perspectiva materialista em sua filosofia. Ambos acreditavam que todas as coisas eram formadas por átomos, partículas minúsculas e invisíveis, de infinitas formas e de infinita quantidade, que dariam origem a tudo que existe.

Como ele era materialista, isto é, acreditava que a única substância de que se pode afirmar a existência é a matéria, sua concepção de alma também a definia como constituída de matéria. A alma seria formada por átomos, mas átomos imperceptíveis, e de matéria muito sutil. Nessa concepção, a vida seria uma junção de átomos e a morte apenas uma dissolução deles. Não existiria vida após a morte e todo propósito da vida na Terra se encerraria na matéria. A filosofia epicurista nos ensina a não temermos a morte, como vemos nestas duas citações:

- Habitua-te a pensar que a morte nada é para nós, visto que todo o mal e todo o bem se encontram na sensibilidade: e a morte é a privação da sensibilidade.
- É insensato aquele que diz temer a morte, não porque ela o aflija quando sobrevier, mas porque o aflige o prevê-la: o que não nos perturba quando está presente inutilmente nos perturba também enquanto o esperamos.

EPICURO. In: *Epicuro, Lucrécio, Cícero, Sêneca*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 13-14. (Coleção Os Pensadores.)

Sua ética se baseava no fato de que a finalidade da vida é o prazer, não os prazeres corporais ou dos excessos, mas a capacidade intelectual de superar os desejos, não sentindo a necessidade de esperar nem de possuir nada. O autodomínio seria a forma de atingirmos a felicidade nos libertando dos medos e dos desejos, nos aproximando do prazer e nos afastando da dor. Não deveríamos tampouco temer os deuses, pois esses viveriam em um lugar que Epicuro chamou de intermundos e não se preocupariam com as atitudes e questões dos mortais.

Para ele, a virtude do sábio é não se envolver, se possível, nos assuntos da cidade. Se para Aristóteles e Platão é essencial que o filósofo atue na vida política, para Epicuro a verdadeira virtude estaria em viver longe dos negócios dela.

O sábio não participará da vida pública se não sobrevier causa para tal. Vive ignorado.

EPICURO. In: *Epicuro, Lucrécio, Cícero, Sêneca*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 19. (Coleção Os Pensadores.)

Do mesmo modo, seu conceito de justiça confunde-se com a obtenção de uma vida tranquila e sem perturbações, fruto de um pacto de não sofrer nem causar danos aos outros.

A serenidade espiritual é o fruto máximo da justiça.

EPICURO. In: *Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 19. (Coleção Os Pensadores.)

Portanto, vemos que no epicurismo a maior riqueza está no controle de si e no cultivo da amizade. É uma filosofia voltada para o aperfeiçoamento interior e para a busca da verdadeira liberdade, que só é obtida pela vontade de suprimir os desejos e cultivar os prazeres intelectuais.

## PARA REFLETIR II

Leia os fragmentos a seguir:

Nunca se protele o filosofar quando se é jovem, nem canse o fazê-lo quando se é velho, pois que ninguém é jamais pouco maduro nem demasiado maduro para conquistar a saúde da alma. E quem diz que a hora de filosofar ainda não chegou ou já passou assemelha-se ao que diz que ainda não chegou ou já passou a hora de ser feliz.

\*

Deves servir à Filosofia para que possas alcançar a verdadeira liberdade.

\*

Assim como realmente a medicina em nada beneficia, se não liberta dos males do corpo, assim também sucede com a Filosofia, se não liberta das paixões da alma.

EPICURO. In: *Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 13. (Coleção Os Pensadores.)

1. Segundo os fragmentos, qual o objetivo da filosofia?
2. Você já filosofou sobre algum aspecto do seu cotidiano? Produza um texto narrando as experiências e conversas que você considera filosóficas em sua vida.
3. Epicuro e a maioria dos filósofos de seu tempo encaravam a liberdade como uma forma de se conter os impulsos e manter certa autodisciplina, de não se deixar levar pelo instinto, guiando-se pela razão. Uma outra visão de liberdade nos é dada por Clarice Lispector no texto a seguir:

Acordei hoje com tal nostalgia de ser feliz. Eu nunca fui livre na minha vida inteira. Por dentro eu sempre me persegui. Eu me tornei intolerável para mim mesma. Vivo numa dualidade dilacerante. Eu tenho uma aparente liberdade mas estou presa dentro de mim. Eu queria uma liberdade olímpica. Mas essa liberdade só é concedida aos seres imateriais. Enquanto eu tiver corpo ele me submeterá às suas exigências. Vejo a liberdade como uma forma de beleza e essa beleza me falta.

LISPECTOR, C. *Um sopro de vida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p.39.

Atualmente, podemos perceber uma grande necessidade das pessoas em afirmarem-se como pessoas livres. No entanto, geralmente definem a liberdade como o direito de fazermos o que quisermos. Pensando-se acerca da sociedade contemporânea, como você acredita que exercemos a nossa liberdade hoje, mediante as limitações sociais, afetivas e econômicas que esta mesma sociedade nos impõe?

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### SITE



#### GRÉCIA ANTIGA

O *site* é uma fonte preciosa de pesquisa sobre cultura, filosofia e ciência da Grécia Antiga.  
Disponível em: <<http://greciantiga.org>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

### FILME



#### FÚRIA DE TITÃS

Refilmagem de um clássico de 1981, mostra de forma dinâmica vários personagens da mitologia grega, incluindo as moiras que foram apresentadas neste capítulo.

Direção de Jonathan Liebesman. Estados Unidos: Warner, 2010, 118 min.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, inicia-se uma nova fase na história da Europa, o chamado período medieval ou Idade Média. Marcada pela forte presença da Igreja Católica, que ditava as regras da cultura e do pensamento, a vida passou a se concentrar em grandes estabelecimentos rurais e as cidades perderam importância.

O medo e a insegurança foram uma constante nesse período. As guerras contínuas e os períodos de fome e doenças, como a varíola, a hanseníase e a peste bubônica, atemorizavam e dizimavam grande parte da população.

No entanto, a miséria não era conhecida tal qual em muitas metrópoles contemporâneas, pois, nos momentos de fome, os laços de solidariedade e as obrigações sociais faziam com que os celeiros dos senhores mais ricos fossem abertos para alimentar os mais pobres.

Vamos refletir sobre a organização da vida em sociedade, tendo em vista as particularidades desse período histórico.



Kunsthistorisches Museum, Gemäldegalerie, Viena, Áustria

Representação da pregação de São Domingos no século XIII em frente a uma igreja localizada em uma cidade fortificada (1508), de Lorenzo Lotto (1480-1556), óleo sobre madeira, 24,5 × 61 cm.

A pintura representa uma cena própria do cotidiano medieval: fiéis assistindo a uma pregação cristã. A Igreja ditava regras morais na sociedade medieval.

## A EXPANSÃO DO CRISTIANISMO E O FEUDALISMO



No mapa da Europa medieval, não encontramos as nações modernas, mas cidades e impérios. Na região da atual França, existia o Império Carolíngio, governado por Carlos Magno, que foi coroado imperador pelo papa Leão XIII, em 800. Apesar de sua grande extensão, após a morte de Carlos Magno, em 814, esse Império começou a dar sinais de fragilidade e foi dividido em vários reinos.

O período medieval estende-se do século V ao século XV. Inicia-se com a queda do Império Romano do Ocidente e encerra-se com a crise do feudalismo e a queda do Império Romano do Oriente, em 1453. Esse, contudo, não é considerado o único marco do fim do período medieval. Há historiadores que definem a chegada dos europeus à América, em 1492, como outro momento possível para o fim da Idade Média.

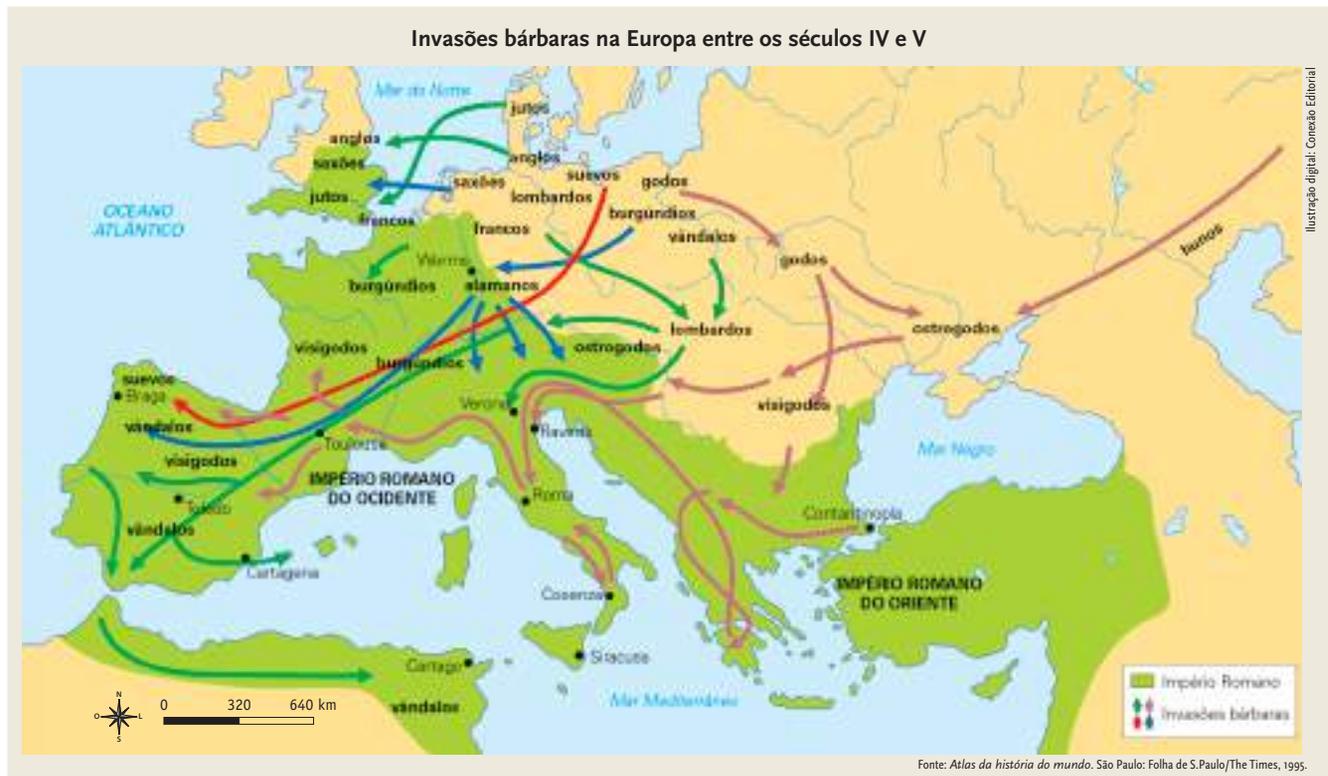
Duas grandes características desse período da história europeia são: a grande presença do cristianismo e a fragmentação política.

Durante o Império Romano, o cristianismo era uma religião proibida, pois era monoteísta (tinha um único Deus) e não reconhecia a existência dos deuses romanos. Muitos católicos seguidores de Cristo foram perseguidos, presos e executados em cerimônias públicas em que eram atirados a leões para serem devorados.

Com as invasões bárbaras e a crise do Império Romano do Ocidente, começou a crescer a adesão ao cristianismo. Com isso, os governantes de Roma consideraram melhor permitir o culto cristão em vez de perder ainda mais o apoio político da população e enfrentar mais resistência por parte dos povos dominados. Em 313, o imperador Constantino concedeu a liberdade de culto para os cristãos com a publicação do *Édito de Milão*.

Em 325, com a realização do Concílio de Niceia, a Igreja Católica uniu-se ao Império romano. Em 455, o bispo de Roma tornou-se chefe da cristandade e o primeiro papa católico, com o nome de Leão I.

Ao mesmo tempo, os povos bárbaros da Europa, ou seja, aqueles que não tinham sido dominados pelos romanos, não falavam o latim nem tinham aderido à cultura romana. Começaram a invadir e a dominar regiões do Império. A dificuldade dos romanos em controlar fronteiras tão distantes facilitou tais invasões. A Gália foi ocupada pelos francos; os visigodos invadiram Roma e parte da atual Espanha; os germanos derrotaram o imperador Rômulo e, em seu lugar, entronaram um rei germano, em 476. A partir daí, inicia-se o período que denominamos Alta Idade Média.



Nesse contexto de fragmentação e grande instabilidade política, a religião católica encontrou ainda mais espaço para crescer, e vários povos bárbaros aderiram ao catolicismo. O papa se transformou em uma importante autoridade na Europa.

Diante dessa crise política, do ponto de vista econômico ocorreu uma grande diminuição dos fluxos comerciais entre as cidades e a queda da produção agrícola. As cidades perderam parte de sua importância econômica e predominou a vida rural. Os vários ataques bárbaros ocorridos nas cidades fizeram com que grande parte da população europeia procurasse refúgio no meio rural. Essas pessoas passaram a viver como camponeses, prestando serviços ao dono de uma propriedade rural na condição de servos, sem receber nenhuma remuneração pelo trabalho que realizavam. Elas trabalhavam durante parte da semana em troca de proteção e da terra que ocupavam para moradia e produção de sua subsistência. Os camponeses ficaram submissos a esse senhor, a quem deveriam pagar taxas e cumprir as obrigações estipuladas. Esse foi o período de formação do que se denomina sistema feudal ou feudalismo.

O feudalismo consolidou-se em várias regiões da Europa a partir do século X. Antes,

no século VIII, já se observava certo crescimento demográfico, bem como da produção de alimentos, o que ampliou a oferta de mão de obra e contribuiu para o crescimento da atividade econômica.

No sistema feudal, os grandes domínios senhoriais eram divididos em duas partes: a **reserva senhorial** e os **mansos**. A primeira era explorada pelo senhor. Além das terras de cultivo, nela havia a moradia do senhor, moinhos, fornos, celeiros, áreas de pasto e florestas, que eram de uso comum da comunidade local. Já os mansos eram pequenas faixas de terras ocupadas pelas famílias camponesas ligadas àquele senhor.

Ali se produzia o suficiente para sua subsistência, e o excedente deveria ser entregue ao senhor. Ele podia exigir também a **corveia**, que era o trabalho servil do camponês na reserva senhorial. Podiam ser cobrados ainda alguns tributos, como a talha, valor que o senhor tinha o direito de exigir arbitrariamente quando julgasse necessário. Existiam também taxas genericamente chamadas de banalidades, cobradas para a utilização de fornos, ferramentas ou instalações do senhor.

Assim, criaram-se unidades produtivas que buscavam a autossuficiência, ou seja, a maioria dos produtos necessários para o consumo era produzida no próprio domínio senhorial, o feudo. Senhores e camponeses recorriam ao mercado somente para a obtenção daqueles produtos que não conseguiam produzir no local.

Para entendermos melhor o que é um feudo, precisamos compreender o que foram as relações de **vassalagem** estabelecidas nesse período.

Na sociedade feudal, criou-se um laço contratual entre homens nobres: o senhor e o vassalo. Esse último devia obrigações ao senhor, especialmente militares. Em contrapartida, o vassalo recebia do senhor um feudo, isto é, terras. O contrato incluía um juramento de fidelidade entre o senhor e o vassalo, o qual só se romperia com a traição ou a morte de uma das partes.

Com a morte do vassalo, o feudo voltaria para o senhor, que poderia estabelecer novos contratos feudo-vassálicos. Vale lembrar que um senhor podia ter muitos vassalos e com isso garantir para si um pequeno exército que lhe oferecia proteção em um mundo onde a insegurança e as guerras eram constantes.

A sociedade medieval era dividida em ordens. A primeira delas era o clero, que incluía o papa, chefe maior da Igreja, os bispos e os padres. A segunda ordem era a dos nobres, formada pelas famílias proprietárias de terras e que tinham como dever se dedicar à guerra. Era a ordem dos guerreiros e dos cavaleiros.

A última ordem era a dos camponeses, que não tinham terras e que teriam nascido para trabalhar. Não havia a possibilidade de um indivíduo ascender socialmente, ou seja, um camponês jamais poderia se tornar nobre. Aquele que nascesse camponês morreria camponês. Essa estrutura social era ratificada pela Igreja Cató-



Senhor entrega armas a um vassalo, século XI. Detalhe de tapeçaria de Bayeux, anterior a 1082, bordado de lã sobre linho. O vassalo, em troca de um feudo, devia prestar serviços militares. Neste caso, as armas simbolizam esse compromisso no qual um cavaleiro, nobre guerreiro, jura fidelidade a um senhor. Na imagem, lê-se: "Guilherme entrega armas a Haroldo".

lica, cujos membros pertenciam à ordem superior da sociedade. Esses estariam mais próximos de Deus, por isso, compunham a primeira das ordens. A sociedade era bastante hierárquica, pois havia uma clara escala de importância entre os diferentes grupos sociais. O camponês devia submissão às ordens superiores, assim como os nobres deviam submissão ao clero.

### Representações das ordens medievais

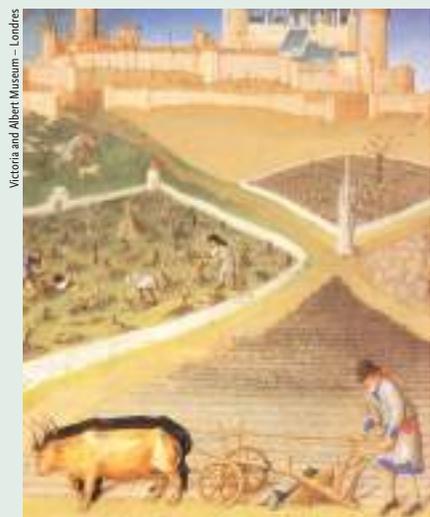
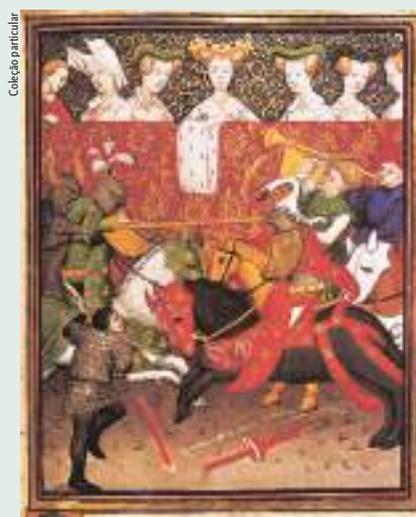
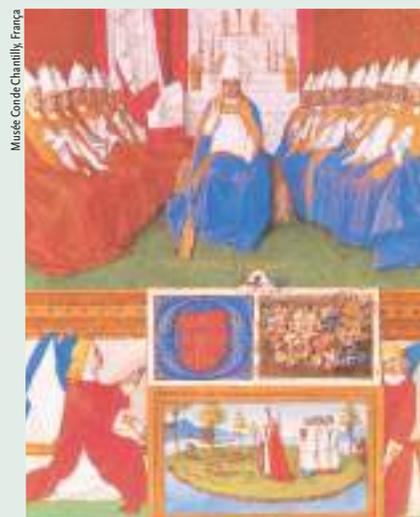


Imagem de trabalhadores camponeses em feudo, no século XV, encontrado em manuscrito dos irmãos Linbourg.



Representação de cavaleiros medievais, século XV.



Santo Hilário, teólogo francês, presidindo um concílio de bispos (c. 1445).

Nessa sociedade de ordens, os reis continuaram a existir e recebiam o sacramento do papa. O rei, que era um suserano, ou seja, o senhor dos senhores, proprietário de muitas terras, tinha caráter sagrado e acreditava-se até mesmo que ele realizava milagres, como a cura de seus súditos. Um suserano tinha muitos vassallos, mas poderia ser também vassallo de outros suseranos. Assim, formava-se uma enorme rede de compromissos pessoais, que era uma importante característica do feudalismo. Os reis frequentemente lideravam guerras de conquista. Filipe II, por exemplo, rei francês entre 1180 e 1223, ampliou o reino capetúgio, ou seja, da dinastia dos Capetos, ao expandir suas fronteiras orientais. Em 1204, derrotou o rei João Sem-Terra e dominou as terras da Normandia (atual norte da França).

### LER BIOGRAFIA

**Guilherme I, o Conquistador**, foi duque da Normandia e rei da Inglaterra entre 1066 e 1087. Em 1047, quando já era duque, recebeu o apoio do rei Henrique I, da França, para derrotar seus inimigos. Em 1050, ganhou força ao se casar com Matilde de Flandres (região ao norte da atual Bélgica). Na década seguinte, conseguiu realizar uma grande expansão territorial, conquistando a Inglaterra em 1066, após derrotar o rei Haroldo I. Nos anos que se seguiram, ocupou o trono inglês sufocando as rebeliões que se instalaram contra seu reinado. A maioria dos grandes proprietários ingleses era obediente e cumpria obrigações feudais ao rei. Guilherme I faleceu em uma campanha militar para manter seu reino.

**Guilherme I, o Leão**, viveu entre 1143 e 1214. Foi rei da Escócia a partir de 1165, quando sucedeu a seu irmão Malcolm IV. Conseguiu ampliar seus domínios até o norte da Escócia. Lutou contra a expansão territorial promovida pelos reis ingleses, mas foi derrotado e obrigado a se tornar vassallo do rei Henrique II e, mais tarde, de João Sem-Terra, rei da Inglaterra entre 1199 e 1216.

1. Retire exemplos das biografias para mostrar de que maneira um rei medieval pode ser considerado um guerreiro e conquistador.
2. A partir do que você leu, explique o significado das relações de suserania e vassalagem.

## O medo da miséria

A grande maioria das pessoas vivia no que nós consideráramos uma extrema pobreza [...]. Nas margens de um lago, no Delfinado, foram postas recentemente a descoberto as fundações de um conjunto de casas conservadas em virtude de uma subida das águas. Aí se encontraram muitos objetos. Vivia ali, nas imediações do ano mil, uma comunidade de guerreiros e de agricultores. Temos perante nós os instrumentos de que se serviram e percebemos até que ponto esse equipamento era irrisório. Por exemplo, havia muito poucos utensílios de ferro. Era quase tudo de madeira. Os camponeses rasgavam a terra com arados munidos de uma **relha** de madeira endurecida ao fogo [...]. O rendimento do solo era ridiculamente fraco. Era com enorme dificuldade que se tirava o pão da terra. Temos que imaginar esses homens e mulheres vestidos em grande parte de peles de animais [...]. Os trabalhadores eram esmagados pelo peso de um pequeno grupo de exploradores, homens de guerra e homens da Igreja, que arrebanhavam quase todos os **excedentes**. O povo vivia permanentemente no temor do dia seguinte. Em contrapartida, não podemos falar de verdadeira miséria, pois as relações de solidariedade, de fraternidade faziam com que a pouca riqueza fosse redistribuída. Esta solidão medonha do miserável que vemos [...] não existia.

### GLOSSÁRIO

**Exação:** ato ou efeito de exigir.

**Excedente:** o que excede, sobra da produção.

**Relha:** peça utilizada para perfurar e levantar o solo.

**Sobrevir:** que acontece em seguida ou depois. Algo que chega de modo inesperado ou imprevisto.

[...] As sociedades medievais eram sociedades solidárias. O homem inseria-se em grupos, o grupo familiar, o grupo da aldeia, o senhorio, que era um organismo de **exação**, mas também de segurança social. Quando **sobrevinha** a fome, o senhor abria os seus celeiros para alimentar os pobres. Era o seu dever e ele estava convencido disso. Esses mecanismos de entreatajuda pouparam essas sociedades da miséria terrível que hoje conhecemos. Havia um medo da penúria brusca, mas não havia exclusão de uma parte da sociedade atirada para o desespero.

Eram muito pobres, mas estavam juntos. Os mecanismos de solidariedade comuns a todas as sociedades tradicionais desempenhavam plenamente o seu papel [...]. Os ricos tinham o dever de dar e o cristianismo estimulava este dever de ajudar os outros.

DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: no rastro dos nossos medos*. Lisboa: Teorema, 1997. p. 26-28.

1. De que maneira o autor do texto caracteriza a vida cotidiana e as condições de trabalho no período medieval?

---



---



---

2. Por que havia segurança social na Idade Média?

---



---



---

3. Que diferenças podemos identificar quanto à miséria na sociedade medieval e no presente?

---



---



---

## A EXPANSÃO DAS CIDADES E A CRISE DO FEUDALISMO

Com o crescimento demográfico e o desenvolvimento do sistema feudal, a partir do século XI começa a ocorrer um processo de crescimento das cidades e do comércio. A geração de mais excedentes e a criação de novas técnicas agrícolas que ampliavam a produção tornaram possível a expansão das relações comerciais. Formaram-se rotas terrestres e marítimas que iam buscar no Oriente produtos raros na Europa. Nesse momento, a cidade de Veneza, localizada no caminho entre o Ocidente e o Oriente, transformou-se em grande força econômica comercial.

Tornou-se importante a figura dos mercadores, comerciantes que iam e vinham do Oriente com novas mercadorias a serem vendidas nas feiras, que se instalavam próximas aos muros das cidades. Com o passar do tempo, esses mercadores enriquecidos foram se tornando banqueiros que emprestavam dinheiro a juros, o que era proibido pela Igreja Católica. Para os cristãos, os mercadores pertenciam a uma quarta ordem, que era associada ao inferno.

Para que se tivesse a proteção necessária contra as possíveis invasões de conquistadores, as cidades eram muradas e estavam sob constante vigilância. A partir do século XI, com o desenvolvimento do comércio e o crescimento da população, os muros foram sendo ampliados. Os mercadores foram também se estabelecendo em núcleos urbanos fora dos muros da cidade original, chamados **burgos** (daí a origem da palavra burguês) e sua importância foi crescendo na mesma proporção em que enriqueciam.

Nesse período, muitas cidades surgiram na Europa e desenvolveu-se o artesanato, que empregava ferramentas no processo de produção de mercadorias. Essa produção ocorria nas chamadas **corporações de ofício**, que reuniam pessoas de uma mesma profissão e religião sob a orientação de um mestre.



Biblioteca Real da Bélgica, Bruxelas

Imagem de sepultamento de vítimas da peste negra em Tournai (na atual Bélgica), ilustração dos Anais do Abade Gilles le Muisit, 1349.

Esse cenário, que começou a se construir na Europa a partir do século XI, trouxe um novo crescimento populacional. Em 1300, a população europeia havia mais que dobrado em relação ao século XI. Mas, apesar das novidades tecnológicas, a produção de alimentos não foi suficiente para nutrir tantos novos europeus. Com a escassez de comida, observa-se, já no século XIII, um movimento de subida de preços e disseminação da fome, o que contribuía para o desenvolvimento de doenças em uma população já fragilizada.

Nesse contexto, no século XIV, espalhou-se a epidemia de peste bubônica, que ficou conhecida como peste negra, pois a doença provocava muita febre, dores de cabeça, calafrios e produzia manchas negras pelo corpo. Outra manifestação da peste atacava os pulmões. Estima-se que um terço da população do continente morreu vítima da doença. Vale lembrar que a expansão do comércio entre as cidades fazia com que houvesse muitos viajantes e que a peste se espalhasse com mais rapidez para muitos lugares.

Diante disso, podemos afirmar que havia uma crise no sistema feudal. Não só devido à peste, mas a todas as mudanças que começaram a ocorrer a partir do século XI. Muitas estruturas do sistema feudal foram se desfazendo, dando lugar a outra forma de organizar a produção. No campo, o trabalho assalariado já começava a surgir no lugar do trabalho servil, especialmente na Inglaterra.

Com a escassez de mão de obra, os senhores optaram pelo pagamento de salários em dinheiro para a obtenção de novos trabalhadores. Estes, por sua vez, dirigiam-se ao mercado para comprar alimentos e bens de consumo, e teve início a busca de autossuficiência. Dessa forma, o domínio senhorial existente no feudalismo já não se sustentava. A economia se tornava cada vez mais dependente da moeda e das trocas comerciais e a corveia era cada vez menos praticada. Até mesmo as taxas e os tributos cobrados pelos senhores aos servos passaram a ser solicitados em moeda e não mais em produtos agrícolas.

Nesse momento, começaram a ocorrer também os chamados cercamentos de terras: os antigos senhores ou novos proprietários de terras de feudos que não conseguiam mais sustentar a produção agrícola convertiam as terras de cultivo em terras de pastagens. O objetivo era criar ovelhas para vender a lã às tecelagens que começavam a se desenvolver nas cidades. Assim, os camponeses perderam seus mansos e muitos tiveram de migrar para as cidades em busca de trabalho assalariado.

Com isso, já estavam estruturadas as condições para o surgimento de um novo modo de produção, posteriormente denominado capitalista: muitos trabalhadores sem-terra e disponíveis para exercer um trabalho assalariado, propriedade privada da terra, grande atividade comercial e monetária, além de bancos dispostos a financiar novos empreendimentos.



Detalhe da cidade de Veneza, representada por iluminura do século XIV, em um manuscrito de Bibliet-Bodleian, publicado em 1893.

## PESQUISAR

Com base no que você já aprendeu, organize uma linha do tempo com os tópicos relacionados a seguir. Primeiro indique as datas, depois verifique a distância em anos da primeira para a última data ou século. Vá inserindo as demais datas ou séculos na sequência, respeitando uma distância proporcional. A distância entre dois séculos, por exemplo, deve ser a metade da distância entre quatro séculos.

Séculos XIV-XV

grande crise do  
feudalismo e  
formação do  
capitalismo

- a) Século de formação das primeiras cidades do Egito e da Mesopotâmia.
- b) Século do auge da democracia ateniense.
- c) Data de início e fim do período monárquico romano.
- d) Data de início e fim do período republicano romano.
- e) Data de início e fim do período imperial romano.
- f) Marcos de início e fim da Idade Média.
- g) Período em que o feudalismo predominou em várias regiões da Europa.
- h) Século da grande crise do feudalismo e formação do capitalismo.

## LER TEXTO JORNALÍSTICO

### “Duas cidades”

Eliane Cantanhêde

“São duas cidades, como dois exércitos inimigos, uma diante da outra. Uma cidade fitando a outra cidade.”

Uma é “a cidade de miséria”, que “está diante de nós, aos nossos olhos, em face à nossa cidade, em posição de combate”.

A outra é “a cidade mais visível, que contempla a miséria e dorme confiante do inimigo que cresce”.

O alerta do poeta, editor, jornalista e empresário Augusto Frederico Schmidt, está em [...] “As Duas Cidades”. É de 1948, quase 60 anos atrás. E deu no que deu.

Uma cidade, a deles, os miseráveis – ou “inimigos que crescem” –, foi-se ampliando, “em posição de combate”, com as levas de migrantes empurrados pela fome, pela falta de escola, de saúde, de dignidade.

A “outra”, a nossa, os que comemos e estudamos, construiu muros, portões e grades, com seguranças e cães assassinos.

E chegamos aonde chegamos. Na cidade deles, os mais espertos viram chefões, comandam o tráfico, vão para as cadeias e subornam as autoridades. Na nossa, os mais espertos viram autoridades,

estimulam o tráfico, são subornados. E não vão para as cadeias.

Nessa guerra, tão anunciada e de motivos tão óbvios, os maus policiais matam inocentes, os bons são mortos pelos bandidos, com o Estado segurando o desenvolvimento e os empregos e distribuindo bolsas-esmolas, enquanto o Estado dentro do Estado se avoluma e comanda a guerra a partir das cadeias. Com celulares modernos e baterias que se recarregam misteriosamente para deflagrar atentados contra policiais, civis, prédios públicos, veículos privados.

Se depois de 60 anos do alerta de Augusto Frederico Schmidt chegamos a isso, a grande incógnita é: onde estaremos nos próximos 60?

*Folha de S. Paulo*, 16 jul. 2006. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1607200604.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1607200604.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2009.

1. Conforme o texto, como se caracterizava a cidade do Rio de Janeiro (cidade brasileira à qual se refere o texto) em 1948?

---

---

---

2. Na opinião da autora, que mudanças ocorreram na cidade do Rio de Janeiro do século XXI?

---

---

---

3. Existem semelhanças entre a cidade de 1948 e a cidade do Rio de Janeiro do século XXI?

---

---

---

4. Elenque os elementos que, conforme a autora, favorecem ou estimulam a violência na sociedade brasileira contemporânea.

---

---

---

5. Que comparações podemos fazer entre a vida nas cidades medievais e no Brasil contemporâneo?

---

---

---

---

---

---

6. Redija, em dupla, um pequeno texto em que vocês expõem as possibilidades de reverter o quadro apresentado no artigo.

## APLICAR CONHECIMENTOS

- Enem (2010)

*Se a mania de fechar, verdadeiro habitus da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha.*

DUBY, Georges et al. Séculos XIV-XV. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (adaptado).

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos. Este processo está diretamente relacionado com

- a) o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- b) a migração de camponeses e artesãos.
- c) a expansão dos parques industriais e fabris.
- d) o aumento do número de castelos e feudos.
- e) a contenção das epidemias e doenças.

## ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

### Historiador

A Idade Média, objeto de estudo deste capítulo, é um entre os muitos períodos históricos pesquisados e analisados pelo historiador. Ele estuda o passado humano em seus vários aspectos, como economia, sociedade, cultura, ideias e vida cotidiana, oferecendo contribuições para compreender o presente. Ao contrário do que defendiam até recentemente alguns estudiosos, a História não é uma lista inerte de datas ou a crônica dos feitos de grandes personagens do passado. O historiador investiga e interpreta criticamente os acontecimentos, buscando resgatar a memória das coletividades e ampliar a compreensão da vida do ser humano em sociedade.

O historiador colabora para a compreensão

da pluralidade das experiências do ser humano no tempo e no espaço. O campo do conhecimento histórico, construído principalmente por meio das pesquisas feitas nas universidades, abrange uma gama extremamente variada de aspectos da vida humana e das sociedades no passado e no presente, como a economia, as relações de poder, os conflitos sociais, as crenças religiosas, as relações familiares, a arte, as manifestações da cultura e do cotidiano.

Os programas dos cursos universitários, em geral, exigem do estudante ritmo intenso de leituras, realização de seminários e redação de monografias.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior completo (4 anos).

**Área de atuação:** Na área de História, têm crescido significativamente as oportunidades de especialização. O historiador pode, além de ser professor no ensino fundamental, médio e superior, dedicar-se à organização e à manutenção de arquivos públicos ou privados e trabalhar em museus, centros de documentação e acervos diversos. Há significativa demanda por especialistas nessa área, que poderão trabalhar em revistas, jornais, museus, arquivos de prefeituras e de empresas. Tal como outros profissionais, pode escrever artigos e resenhas para veículos de comunicação, elaborar materiais didáticos ou especializar-se com uma pós-graduação, habilitando-se para a docência e a pesquisa.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### FEUDALISMO: UMA SOCIEDADE RELIGIOSA, GUERREIRA E CAMPONESA

Este livro explica o funcionamento do feudalismo no contexto da sociedade de ordens.

FRANCO JR., Hilário. *Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica.)



#### A MULHER NA IDADE MÉDIA

Problematiza as várias formas de expressão feminina na Idade Média em um contexto de intenso controle da Igreja Católica.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1999.

### FILMES



#### DENTRO DO PENSAMENTO MEDIEVAL: CRENÇAS

TV Escola, 60 min. Disponível em: <[http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com\\_zoo&view=item&item\\_id=700](http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=700)>. Acesso em: 28 nov. 2011.



#### O NOME DA ROSA

Baseado no romance homônimo de Umberto Eco, o filme destaca o poder da Igreja Católica e os conflitos presentes na sociedade medieval.

Direção de Jean-Jacques Annaud. Alemanha, França, Itália: 1986, 130 min.

Você já deve ter ouvido falar na expressão “idade das trevas”. Mas o que ela significa? É uma forma que alguns historiadores encontraram para definir o período medieval (476-1453 d.C.). No entanto, devemos ressaltar que essa expressão caiu em desuso, pois contribuiu para reforçar uma noção preconceituosa que supõe não se ter produzido nada de cientificamente significativo durante o período, visto que a política e a produção do conhecimento eram fortemente influenciadas pela Igreja Católica. E, se tomarmos isso como verdade, não compreenderemos que a Idade Média foi rica em discussões filosóficas, manifestações culturais e artísticas.



Bibliothèque Sainte-Geneviève, Paris. Foto: The Bridgeman Art Library/Keystone

Durante o período medieval, grande parte do conhecimento que se produziu ficou restrito aos mosteiros e conventos. Nesta imagem do século XIII, vemos um mestre estudando com seus discípulos.

Realmente, quase toda a filosofia que se produziu durante a Idade Média está ligada ao cristianismo. Mas é a partir desse tema que questões filosóficas das mais complexas e variadas irão se desenvolver. Em seu início, a filosofia medieval é uma tentativa de conciliar os métodos filosóficos gregos e romanos com os **dogmas** da fé cristã, visando dois objetivos principais: expandir a nova fé

#### GLOSSÁRIO

**Dogma:** em Filosofia, é uma crença ou doutrina que é imposta e que não admite contestação. No sentido religioso, é uma verdade revelada, portanto divina. Geralmente, os dogmas são os fundamentos primordiais e inquestionáveis em que se baseia uma religião.

por meio da evangelização, especialmente em culturas que não partilhavam das ideias do judaísmo, mas haviam sido influenciadas pela cultura grega a partir do domínio macedônio; e organizar os ensinamentos cristãos na forma de uma doutrina que explicasse por que o culto a Jesus era a forma principal de conhecer a Deus.

Esse processo permitiria que o Cristianismo tivesse ferramentas para se defender dos ataques teóricos dos não cristãos, e seria uma forma de tentar convertê-los às novas verdades que ali estariam colocadas. De maneira geral, costuma-se dividir a filosofia medieval em dois períodos: a **patrística** (dela estudaremos um pouco do pensamento de santo Agostinho), e a **escolástica** (em que exporemos algumas ideias de santo Tomás de Aquino).

## AGOSTINHO DE HIPONA E A PATRÍSTICA

Entende-se por filosofia patrística a filosofia dos primeiros padres da Igreja, aqueles que a dirigiam política e espiritualmente após a morte dos apóstolos. Compreende o período que vai do século I ao VII, ou seja, inicia-se alguns séculos antes do que historicamente conhecemos como período medieval, que começa em 476 com a queda do Império Romano do Ocidente.

Um dos pensadores mais expressivos desse período foi santo Agostinho (354-430), que nasceu em Tagaste, na Numídia, uma província romana situada no norte da África, onde se localiza atualmente a Argélia.

Nascido Aurélio Agostinho, era filho de um pequeno proprietário de terras chamado Patrício, quem o incentivou no estudo da retórica, pois esse caminho lhe propiciaria a oportunidade de seguir carreira nos cargos administrativos do Império Romano.

Após os primeiros ensinamentos na escola da aldeia, Agostinho foi enviado a Madaura, cidade vizinha e com mais recursos, onde se entregou com dedicação ao estudo da filosofia, da retórica e da literatura.



Detalhe do afresco de 1465 intitulado *Santo Agostinho iniciando seus estudos*, de Benozzo Gozzoli (1420-1497), na igreja de Santo Agostinho, em Siena, Itália.

### Outros percursos do pensamento filosófico

Seria uma limitação histórica analisarmos toda a filosofia medieval apenas pelo crivo da Europa. Tradicionalmente, quando se trata da filosofia medieval, tem-se em mente a filosofia cristã. No entanto, o Oriente Médio e a África já produziam uma reflexão extremamente consistente sobre alguns temas que se consagraram na filosofia. A tradição oral de boa parte das culturas africanas realiza esse pensamento, em grande parte, pela oralidade, levando em consideração o caráter ancestral do pensamento africano. Porém, já na antiguidade, o filósofo Plotino que passou grande parte da vida no Egito deixou inúmeras obras que influenciaram filósofos como Santo Agostinho e outros a conhecer Platão. Na história contemporânea da África grandes pensadores contribuíram

para a divulgação do pensamento africano, como Amadou Hampâté Bâ (mestre da tradição oral) e Joseph Ki-Zerbo (político e historiador).

Além disso, durante a Idade Média, muitos comentários sobre a filosofia grega foram produzidos, durante séculos, em Bizâncio, garantindo que grande parte da obra de Aristóteles, até então desconhecida para o Ocidente, fosse preservada. Dali esse conhecimento passa ao mundo árabe, onde filósofos como Avicena e Averróis a discutiam permitindo que o mundo ocidental pudesse, por meio do trabalho desses filósofos, conhecer a obra aristotélica, desempenhando um papel fundamental na história da filosofia.

Em 369, por motivos domésticos, retorna a Tagaste, e após um ano, com a ajuda financeira de um amigo da família, vai para Cartago e retoma seus estudos, quando surge a oportunidade de ler *Hortênsio*, do filósofo romano Cícero (106-43 a.C.). Atualmente, essa obra está perdida, mas acredita-se que se trata de um diálogo que defendia a Filosofia como um culto à sabedoria e à verdade.

A partir da leitura desse texto, Agostinho começa a conceber a vida contemplativa como o ideal mais nobre a ser seguido. Essa consiste em priorizar a busca da verdade por meio da pesquisa filosófica, deixando em segundo plano as atividades práticas e manuais.

Nessa mesma época, ele inicia a leitura da Bíblia, mas as traduções deficientes o fazem considerá-la um livro simplista e mal escrito. Além disso, ainda concebia o cristianismo como uma doutrina que não apresentava argumentos fortemente convincentes para que se convertesse.

No entanto, o cristianismo cruzava constantemente sua vida, pois sua mãe, Mônica, acreditava fervorosamente nos preceitos cristãos e os seguia, buscando com dedicação a conversão de seu filho a essa doutrina.

Apesar dos anseios de sua mãe, aos 20 anos Agostinho adere ao **maniqueísmo**, seita fundada por Maní, quem defendia que o mundo havia sido criado por meio do conflito entre a luz e a escuridão, isto é, entre o bem e o mal. Essa doutrina se julgava a portadora do verdadeiro cristianismo. Ele permaneceu durante nove anos entre os maniqueus e, nesse período, também estudou astrologia.

Após lecionar gramática em Tagaste por um ano, vai para Cartago, como já foi dito, abre uma escola de retórica e permanece nessa cidade por mais oito anos. Depois se dirige para Roma, onde cai, por um período, em uma crise de profundo ceticismo. Mas é também em Roma que tem contato com as pregações do bispo Ambrósio, a quem ouve frequentemente, e começa a mudar sua postura em relação à Bíblia e ao próprio cristianismo.

Há uma passagem em seu livro *Confissões* em que ele narra que sua conversão se deu em um jardim. Uma voz de criança lhe veio à cabeça e disse insistentemente “toma e lê”. Depois de alguma resistência, ele abriu a Bíblia e leu a primeira passagem que lhe apareceu, um trecho do livro de *Romanos* em que estava escrito que a salvação não estava na vida mundana, mas na vida ao lado de Cristo. Após esse episódio, ele aceitou o batismo e retornou a Tagaste com o intuito de fundar uma comunidade religiosa de oração e contemplação.

Alguns anos depois, dirige-se à cidade de Hipona e torna-se padre. Logo é ordenado bispo e fica responsável pela diocese da cidade. Nesse período, além de cumprir suas obrigações com a Igreja, escreve muitos tratados que serão fundamentais na consolidação dos dogmas e preceitos do cristianismo. Permanece como bispo da cidade até o final de sua vida, ficando também conhecido como Agostinho de Hipona.



Fitzwilliam Museum, Cambridge

Santo Agostinho de Hipona (1320-1325), de Simone Martini (1284-1344), têmpera sobre madeira, 59 × 35 cm.

## CRER PARA ENTENDER

A filosofia de Agostinho é extremamente voltada para o conhecimento interior, pois acredita que por meio dele pode-se atingir a essência divina. Partindo da ideia de que o homem, segundo as escrituras, é imagem e semelhança de Deus, Agostinho compreende que a presença de Deus pode ser encontrada no interior de si mesmo, por meio do estímulo daquilo que há de mais elevado na alma. E o atributo da onisciência divina, ou seja, de que Deus tudo sabe, já o define como portador e origem de toda sabedoria, sendo ele a verdade mais suprema e inquestionável. A alma seria a parte do indivíduo que estaria mais próxima dessa sabedoria. Também chamada por Agostinho de *homem interior*, é a alma que estabelece nossa ligação com Deus.

Todo conhecimento deveria ser buscado a partir dela, pois constituiria a centelha divina que residiria em nós. O conhecimento verdadeiro, então, não poderia ser introduzido em nossas mentes de fora para dentro. Ele já estaria em nosso interior, inserido em nossas almas. Aqueles conhecimentos que já temos estariam como que ativados em nossas memórias. Os que não temos deveriam ser despertados por essa busca. Para Agostinho, o conhecimento só é possível por meio da iluminação interior.

Como veremos, é esta recorrência ao uso da memória que permite que o conhecimento das coisas se realize. E a ideia de memória somente adquire sentido se a pensarmos levando em consideração o tempo.

Agostinho sofreu, em seu pensamento, uma forte influência do neoplatonismo. Essa corrente filosófica, que tinha Plotino (205-270) como um de seus principais representantes, caracteriza-se por uma interpretação espiritualista e mística das doutrinas de Platão, influenciada pelo **estoicismo** e pelo **pitagorismo**. Além disso, ele afirmava que a perfeição das coisas é determinada pela proximidade em que elas estão de Deus. Quanto mais distantes dele, menos perfeitas elas são. Para obter a verdade, o homem deve aproximar-se de seu espírito, parte do indivíduo que estaria mais próxima de Deus.

### GLOSSÁRIO

**Estoicismo:** nome dado a uma corrente filosófica do período helenístico. Seu fundador, Zenão de Cítio (335?-264? a.C.), tinha o costume de reunir os discípulos e passar seus ensinamentos próximo ao pórtico da cidade. Em grego, a palavra que significa pórtico é *stoá*, daí o nome recebido por essa corrente. Os estoicos acreditavam que o homem somente seria pleno de felicidade a partir do momento que buscase a tranquilidade da alma, negando os vícios e paixões que pudessem perturbá-la.

**Pitagorismo:** doutrina da escola fundada por Pitágoras, que influenciou grande parte do pensamento antigo. Sofreu influência dos cultos a Orfeu, assumindo um caráter místico e espiritualista em alguns aspectos, como a crença na transmigração da alma. Também desenvolveu um profundo pensamento filosófico, caracterizando-se por considerar o número como a substância geradora de toda a realidade. Dessa maneira, o pensamento pitagórico demonstrava uma profunda ligação entre a Filosofia e a Matemática.

## TEMPO

Há uma conexão extremamente importante na filosofia agostiniana entre tempo e memória. Como usamos essas palavras de maneira corriqueira, não conseguimos atingir seu verdadeiro significado. Acabamos por tentar compreender esse dois conceitos concretamente. Isso não é possível, porque só podemos mensurar e compreender o tempo à medida que ele está acontecendo. Apesar de o tempo em si mesmo ser um contínuo, nossa percepção tende a dividi-lo em três partes distintas que não podem ser realmente quantificadas: o passado, o presente e o futuro. Vejamos um trecho de *Confissões* que trata desse tema.

Agora está claro e evidente para mim que o futuro e o passado não existem, e que não é exato falar de três tempos – passado, presente e futuro. Seria talvez mais justo dizer que os tempos são três, isto é, o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes e o presente dos fatos futuros. E

estes três tempos estão na mente e não os vejo em outro lugar. O presente do passado é a memória. O presente do presente é a visão. O presente do futuro é a espera. Se me é permitido falar assim, direi que vejo e admito três tempos: passado, presente e futuro, conforme a expressão abusiva em uso, contanto que se entenda: o futuro não existe agora, nem o passado. Raramente se fala com exatidão. O mais das vezes falamos impropriamente, mas entende-se o que queremos dizer.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 344-345.

O passado não existe porque trata de acontecimentos que já ocorreram, podemos apenas entendê-lo como lembrança do que já foi. O presente é algo muito fugaz, pois, se o compreendermos literalmente, veremos que é apenas um instante entre o que já foi e o que virá. O futuro é a maneira como definimos aquilo que ainda não aconteceu, o que nos faz compreender que as coisas futuras ainda não existem.

Desse modo, o tempo seria um fluxo contínuo que vem do futuro para o passado, atravessando o instante presente. O que define o tempo é justamente seu transcorrer. Ele só é percebido à medida que presenciamos as mudanças e transformações nas coisas e nos acontecimentos que se colocam à nossa frente.

Não podemos definir nem a memória nem o tempo apenas pelas palavras. Quando nos referimos a esses termos, entendemos o que queremos dizer, mas não definimos o que cada um deles é essencialmente. Pensamos acerca do tempo, falamos sobre ele, mas não podemos tocá-lo ou estabelecer uma relação concreta com ele.

A fala não é suficiente para captar a essência do tempo nem da memória. Mas, ainda sim, ela nos permite pensar acerca deles, mesmo que não consigamos captar o que são em sua essência. Mais do que isso, a linguagem somente adquire sentido por meio do tempo, não é possível pensar um sem o outro.



Museu de Arte Moderna, Nova York

**A persistência da memória** (1931), de Salvador Dalí (1904-1989), óleo sobre tela, 24,1 × 33 cm. Para Agostinho, a noção que temos do tempo só existe em nossas mentes, pois o tempo é um contínuo que somente é percebido à medida que transcorre.

O poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto faz no poema a seguir uma reflexão sobre o tempo semelhante à de santo Agostinho. Leia o poema e, em seguida, responda às perguntas.

### Habitar o tempo

Para não matar seu tempo, imaginou:  
vivê-lo enquanto ele ocorre, ao vivo;  
no instante finíssimo em que ocorre,  
em ponta de agulha e porém acessível;  
viver seu tempo: para o que ir viver  
num deserto literal ou de alpendres;  
em ermos, que não distraiam de viver  
a agulha de um só instante, plenamente.  
Plenamente: vivendo-o de dentro dele;  
habitá-lo, na agulha de cada instante,  
em cada agulha instante: e habitar nele  
tudo o que habitar cede ao habitante.

E de volta de ir habitar seu tempo:  
ele corre vazio, o tal tempo ao vivo;  
e como além de vazio, transparente,  
o instante a habitar passa invisível.  
Portanto: para não matá-lo, matá-lo;  
matar o tempo, enchendo-o de coisas;  
em vez do deserto, ir viver nas ruas  
onde o enchem e o matam as pessoas;  
pois como o tempo ocorre transparente  
e só ganha corpo e cor com seu miolo  
(o que não passou do que lhe passou),  
para habitá-lo: só no passado, morto.

MELO NETO, João Cabral de. A educação pela pedra e depois. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. p. 365-366.

1. Como o poeta imaginou viver o tempo?

.....

.....

2. Há uma relação no poema entre “matar o tempo” e “viver o tempo”. Como podemos interpretar essas duas expressões? O que elas querem dizer no contexto do poema?

.....

.....

.....

3. É possível relacionar a visão que o poeta nos apresenta sobre o tempo e a reflexão que Agostinho realiza sobre o mesmo assunto? Justifique.

.....

.....

## MEMÓRIA

Para santo Agostinho, o tempo, como o compreendemos, reside apenas em nossas mentes. É no interior de nossas almas que o tempo faz sentido. A alma, para ele, é a morada de todas as nossas características mais profundas. Lá residem nossas percepções, os sentimentos, nossa capacidade de compreensão das coisas. O tempo também faz parte desse processo, pois Agostinho compreende que ele também é uma criação de Deus. Aliás, tudo que existe neste mundo faz parte da criação, apenas a eternidade de Deus estaria fora dela. Geralmente, entendemos a eternidade como um tempo infinito, quando na verdade ela é justamente ausência de tempo. Deus é eterno e não está preso às incertezas humanas do nascimento ou da morte, nem a limites temporais como um começo ou um fim. Daí se entende que Deus, para Agostinho, é um ser que sempre existiu.

Mas em que essa reflexão sobre o tempo se relaciona com a memória? Como vimos, o tempo é algo que reside apenas em nossas almas. As três características do tempo (passado, presente e futuro) também só são dotadas de sentido se as encararmos nesse contexto. O passado somente se faz possível pela memória. É por meio dela que conseguimos trazer de novo a nossas mentes algo que já ocorreu. A referência aos tempos passados só se torna possível se a concebermos como recordação. O presente é consciência e percepção das coisas no momento em que elas ocorrem diante de nós. E o futuro é o conjunto de nossos planejamentos, previsões e esperanças.

Em Agostinho, a questão da memória inúmeras vezes precede a do tempo. A temporalidade é interiorizada pela memória. É ela que garante que aquela presença que se foi e se tornou passado fique gravada como uma imagem na alma. Se não houvesse a memória, não conseguiríamos lidar com o tempo.

Essa relação nos leva a compreender que o conhecimento em geral, para Agostinho, parte do conhecimento de si. De fato, a trajetória que ele realiza ao investigar os atributos e a natureza de Deus, por meio da compreensão de como a memória e o tempo se relacionam, somente adquire sentido se pensarmos nessa relação como uma justificativa da importância do conhecimento de si.

A memória desempenha um papel de extrema relevância no exercício desse autocohecimento, pois, de certa maneira, conhecer é recordar, e não se pode conhecer o que não se recorda. As lembranças pessoais e a memória individual não se restringem a uma mera coleção de recordações, na verdade, elas auxiliam na construção de uma compreensão mais profunda de si mesmo.

Não há apenas uma reflexão de cunho metafísico ou cosmológico quando Agostinho pensa acerca do tempo e da memória, que constitui uma análise inseparável da interioridade psíquica do ser humano. A memória é um elemento extremamente importante na constituição do sujeito e do próprio eu. Esse percurso temporal permite que o ser humano produza sua identidade e se reconheça como um ser em construção.

Se tomarmos o texto de *Confissões*, encontraremos o longo processo de formação de si mesmo realizado por santo Agostinho. O homem que inicia as narrativas do livro não é o mesmo de quando o livro se encerra. Algo nesse processo contribuiu para seu crescimento intelectual e espiritual. Mas a quem essas confissões são realizadas? A obra pode ser considerada como uma narrativa em que o filósofo se dirige a Deus. A garantia da veracidade daquilo que ele narra vem justamente dessa situação. Ele não pode enganar seu leitor, pois senão estaria enganando a Deus.

É a partir dessa característica que podemos compreender quando Agostinho diz: “creio para entender, entendo para crer”. Como parte da criação, somente podemos conhecer Deus a partir de nós mesmos e de nossa alma. É preciso que se realize esse processo para encontrá-lo. Para Agostinho, deveria haver uma ligação muito clara entre seus sentimentos, que percebiam a ação de Deus sem a questionar, e sua inteligência, que exigia critérios racionais para a explicação da fé. Mas é só por meio dessa iluminação divina que a alma consegue conhecer a verdade. A relação entre fé e razão é uma ligação constante em suas reflexões e, para ele, as duas devem caminhar juntas no conhecimento de Deus e da verdadeira religião.

## LER TEXTO FILOSÓFICO I

Leia o texto a seguir e responda às questões propostas.

### A origem do mal

Mas, até esse momento eu sustentava tua intangibilidade e total imutabilidade e acreditava nelas, ó nosso Deus verdadeiro, que fizeste não só nossas almas, mas também nossos corpos, e não só nossas almas e corpos mas todos os seres e todas as coisas. Não tinha, no entanto, ideia clara e nítida da causa do mal. No entanto, qualquer que ela fosse, o procurá-la não poderia obrigar-me a ter por mutável um Deus imutável, se não quisesse tornar-me eu mesmo aquilo que eu procurava.

[...] Por outro lado, continuava a me perguntar. “Mas quem me criou? Não foi o meu Deus, que não somente é bom, mas é ele a própria bondade? Como explicar que a minha vontade tenda para o mal e não para o bem? Será isso talvez uma punição justa? Quem plantou em mim esse germes de sofrimento e os alimentou, uma vez que sou criatura do meu Deus que é cheio de amor? Se foi o diabo, de onde ele vem? Se também ele se tornou diabo por sua própria vontade perversa, ele que era um anjo bom inteiramente criado por um Deus de bondade, de onde lhe veio essa vontade má que o tornou diabo?” E eu ficava novamente deprimido diante de tais reflexões, e sentia-me sufocado, mas de modo algum arrastado àquele inferno do erro, “em que ninguém te confessa”, preferindo crer que estás sujeito ao mal a considerar o homem capaz de cometê-lo.

#### *O mal como perversão da vontade*

Por experiência compreendi que não é de admirar se o pão, que é tão agradável ao paladar do homem sadio, parece tão detestável ao enfermo, e que a luz, tão cara aos olhos límpidos, seja desagradável aos olhos irritados. Tua justiça desagrada aos homens maus, e com maior razão lhes desagradam as víboras e vermes que criaste bons e de acordo com a parte inferior da criação. Com esta parte também os malvados estão de acordo, e tanto mais quanto mais diferem de ti. Por outro lado, os justos são tanto mais parecidos com os elementos superiores da criação, quanto mais se tornam semelhantes a ti. E procurando o que era a iniquidade compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que, ao afastar-se do Ser supremo, que és tu, ó Deus, se volta para as criaturas inferiores; e, esvaziando-se por dentro, pavoneia-se exteriormente.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 173; 190-191.

### 1. Explique como Agostinho vê a relação entre Deus e o mal.

---

---

---

---

2. A partir da leitura, descreva qual é a origem do mal para o autor.

---

---

---

3. Se considerarmos que, para Agostinho, o mal é fruto da perversão da vontade dos homens que escolhem afastar-se de Deus, nos dias de hoje como você acredita que o mal se caracteriza? Será que podemos estabelecer limites claros entre o bem e o mal no mundo socialmente desigual em que vivemos? Pesquise sobre as características do gênero “crônica” e produza uma com a ajuda de seu professor e colegas de classe.

## SANTO TOMÁS DE AQUINO E A ESCOLÁSTICA

A filosofia medieval propriamente dita compreende o período que vai do século VIII ao século XIV. É um período rico em ideias que abarca tanto os filósofos europeus, como Alberto Magno (1193 ou 1206-1280) e Guilherme de Ockham (1285-1347), quanto pensadores árabes, como Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198), esses últimos responsáveis pela tradução e conservação do pensamento de Aristóteles. A Igreja Católica Apostólica Romana já havia se consolidado e dominava política e espiritualmente a Europa.

É nesse período que surgem as primeiras escolas e universidades. Dessa maneira, a Filosofia que se faz a partir do século XII ficou conhecida como escolástica, por ser ensinada e realizada no ambiente das escolas medievais. Mas é preciso destacar que estas eram muito diferentes das escolas modernas, situavam-se em meio às catedrais e estavam ligadas ao ensino religioso.

Os temas que são discutidos pela escolástica são os mesmos da patrística, ou seja, contribuir para esclarecer o debate sobre os limites possíveis entre a fé e a razão. No entanto, essa discussão alcança outro patamar, pois já sofre a influência dos trabalhos de santo Agostinho e da redescoberta de Aristóteles pelos pensadores árabes.

Nesse contexto, Tomás de Aquino é considerado um dos maiores filósofos da escolástica. Seu pensamento foi fortemente influenciado pela leitura de Aristóteles, diferentemente de Agostinho, que tinha o pensamento voltado para a filosofia de Platão. Contudo, a leitura que tanto um como outro fazem desses filósofos os leva a buscar na filosofia deles elementos do cristianismo. Podemos então dizer que Tomás e Agostinho cristianizaram os



Santo Tomás de Aquino (detalhe do altar Demidoff, 1476), de Carlo Crivelli (c. 1430-c. 1494), têmpera sobre madeira. Trata-se do detalhe de um políptico de Crivelli com a Madona e outros santos à sua volta.

National Gallery, Londres

filósofos gregos. É importante notar, porém, que Tomás não acreditava que corpo e alma fossem substâncias distintas, como Agostinho. Para ele, o corpo e a alma formariam juntas a identidade do ser.

Santo Tomás de Aquino (1225-1274) nasceu no castelo de Rocca Secca, que ficava próximo à cidade de Aquino, em um território conhecido como Reino das Duas Sicílias, hoje pertencente à Itália. Seu pai era o conde Landolfo de Aquino, um dos homens mais importantes da Itália e amigo da família imperial. Ainda criança, foi enviado à Abadia de Monte Cassino, onde iniciou os estudos com os monges beneditinos. Após a morte do pai, em 1243, ingressou na ordem dos dominicanos, também conhecida como ordem dos pregadores.

Além disso, dedicou-se ao estudo da filosofia e da teologia, tendo passado por várias universidades da Europa. Com Alberto Magno, em Paris, estuda mais profundamente a teologia. Em 1248, seu mestre é nomeado para dirigir um importante centro de estudos da ordem dominicana em Colônia, na Alemanha. Tomás de Aquino o acompanha e o auxilia nessa tarefa.

Em 1259, retorna a Paris para terminar seus estudos e obtém o título de doutor em Teologia. Ainda nesse ano, volta para a Itália e leciona em algumas universidades até 1268. De 1269 a 1272 volta a ensinar em Paris, entrando em fortes embates teóricos com os seguidores de Averróis. Dois anos depois, em 1274, morre no convento dos cistercienses em Fossa Nova, na Itália.

A partir de seus estudos e das lições que recebeu de Alberto Magno, Tomás de Aquino trabalhou incansavelmente no intuito de ordenar os conhecimentos teológicos e morais acumulados durante a Idade Média. Dono de uma extensa produção intelectual, contam-se mais de sessenta obras produzidas por ele, entre as quais, longos tratados sobre filosofia e teologia.

Porém, de maneira diversa de Agostinho, Tomás acreditava que a Filosofia devia permanecer em um campo distinto da teologia, pois funcionariam com base em pressupostos diferentes. A teologia trabalharia a partir das revelações religiosas, portanto no campo da fé e da crença; enquanto a Filosofia se fundamentaria em evidências, o que exigiria dela se situar no campo da ciência e da razão.

Além dessa contribuição, podemos considerar o pensamento tomista como o precursor da cristianização do pensamento aristotélico. Mas o que isso quer dizer?

Havia nas universidades medievais uma série de pensadores que se dedicavam a estudar a obra de Aristóteles, cuja concepção sobre a ideia de Deus e da alma não era compatível com o que o cristianismo defendia. Por exemplo, se pensarmos na física aristotélica, como em todo pensamento grego, o mundo é eterno e não foi criado, como defende o pensamento judaico-cristão. Além disso, Deus pode ser considerado o motor imóvel do universo, move o mundo como causa final, sem, no entanto, conhecê-lo ou relacionar-se com ele. Como vimos ao tratarmos da filosofia de Aristóteles, a causa final é o propósito que se insere na existência de algo, sua finalidade ou o objetivo de sua criação. Também há a ideia de que a alma não tem nenhuma destinação que considere sua imortalidade, ela é parte constitutiva do corpo e morre com ele. Todas as noções que são fundamentais para o cristianismo, como a de uma alma imortal, de um Deus que cria o mundo a partir do nada e cuida de sua criação, e da queda e da redenção do homem, são ignoradas na filosofia de Aristóteles.

A Igreja chegou até a proibir que se ensinassem sua metafísica e sua física natural. No entanto, o papa Gregório IX permitiu que se discutissem as obras de Aristóteles,

desde que não se propagassem as afirmações que contrariavam os dogmas e os ensinamentos da Igreja. Tomás, assim, realizou um esforço metódico para a conciliação dos conceitos aristotélicos com os preceitos do cristianismo.

Em uma das obras de Aristóteles, chamada *Segundos analíticos*, há uma discussão que distingue os conceitos de essência e de existência. Se pensarmos naquilo que uma coisa é, estaremos definindo uma essência, mas isso não define necessariamente a existência real ou lógica dessa essência. Para ele, a distinção entre essência e existência é meramente conceitual.

Ao contrário de Aristóteles, Tomás de Aquino defende que essa distinção se define sim de maneira real, mas apenas quando se trata da ideia de Deus. Ele conclui que, quando se define a essência das criaturas, sua existência não se implica necessariamente. Isto é, o fato de eu possuir e compreender o conceito do que é um cavalo, por exemplo, não quer dizer que esse ser realmente exista.

Podemos, da mesma maneira, definir o que é um dragão, mas não há como conceber a existência desse ser. Desse modo, as criaturas não podem existir por si mesmas, é preciso que outra realidade lhes conceda a existência. Para ele, o único ser em que a essência pressupõe a existência é Deus, pois esses dois atributos não podem ser distintos nele. Portanto, Deus é o único com a capacidade de dotar de existência a essência das coisas criadas. Deus seria, assim, criador de todas as coisas e o próprio fundamento de suas existências. Ele seria o próprio ato de existir. Nada pode lhe ser acrescentado, senão estaria dotado de carências e faltas.

Assim, Deus pode ser considerado imóvel e eterno, sem ferir os preceitos do cristianismo. Por ser a pura perfeição, sua essência é por natureza imutável. Com essa reflexão, Tomás consegue trazer a ideia de criação para os conceitos aristotélicos.

Desse modo, na concepção de Tomás de Aquino, se Deus é um ser absoluto, que basta a si mesmo e não se pauta por nenhum limite, a inteligência do ser humano não é capaz de compreendê-lo em toda sua plenitude. A única maneira que temos de compreendê-lo é recorrermos a analogias. Não posso afirmar e conhecer verdadeiramente o que Deus é, mas posso afirmar o que ele não é. Assim, sabemos que ele não pode ser limitado e imperfeito. Também não podemos conhecê-lo diretamente, apenas por meio da semelhança e da comparação, o que deixa claro que há uma distância implícita entre o criador e a criatura.

Aqui, mais uma vez, Aquino se coloca em posição contrária à de Agostinho. Para este, o conhecimento de Deus se dá pela iluminação, o que pressupõe que o conhecimento se dá por meio um processo interno e um contato imediato com Deus. Para Tomás, como vimos, só podemos conhecer Deus por analogias, o que pressupõe que esse processo se dá de maneira externa.

Nosso conhecimento da existência de Deus é possível apenas de maneira indireta. O conhecimento de sua essência torna-se mais limitado, pois está muito acima daquilo que a mente humana pode conceber. Entretanto, segundo Tomás, o conhecimento de Deus se evidencia racionalmente, por meio de cinco vias que podem ser provadas de maneira lógica. São elas: o movimento, a série de causas, a contingência, os graus de perfeição e a ordem do mundo.

A primeira via fundamenta-se no fato de que todo o Universo está em constante movimento. Partindo das argumentações de Aristóteles, Tomás compreende que a origem de todo movimento se baseia em uma causa, que se coloca exteriormente ao ser que está

em movimento. Se admitíssemos que um movimento levaria a outro, cairíamos em um processo infinito, se não existisse uma primeira causa que gerasse todas as outras. Para Aristóteles, essa causa é o primeiro motor, e Tomás de Aquino dirá que é Deus.

A segunda via passa pelo próprio conceito de causa. Uma coisa não pode ser causa e efeito de si mesma. Se não admitirmos que em algum momento houve uma causa eficiente que não foi causada e deu origem às outras, também colocamos em xeque o próprio conceito de causalidade. Deus é, assim, o que podemos definir como a causa não causada de todas as causas.

A terceira via considera o fato de que todas as coisas estão em permanente transformação, portanto, em certo sentido, elas são contingentes, isto é, possuem algumas características que são incertas e aleatórias. Elas não seriam possíveis se não existisse um ser que não estivesse regrado pela contingência. O único ser que poderia assumir esse papel é Deus, porque ele é causa de sua existência, não sendo limitado pelas transformações do mundo.

Na quarta via, ele se utiliza de um argumento que se baseia em Platão. Os seres seriam pautados por graus de perfeição e, para que isso seja possível, deve haver um que seja absolutamente perfeito e esteja no topo dessa escala. Mais uma vez, essa característica somente pode ser encontrada em Deus.

A quinta via se fundamenta no próprio ordenamento que encontramos no mundo. Para Aristóteles, todas as coisas tendem para um fim, mesmo que não sejam dotadas dessa consciência. Essa é uma característica da doutrina aristotélica, na qual Tomás busca fundamentar suas reflexões. Como, apesar de sua contingência, há uma regularidade na maneira como esses corpos materiais atingem suas finalidades, não se pode dizer que isso seja fruto do acaso. Deve haver então uma consciência superior responsável pelo ordenamento do mundo. Essa inteligência somente poderia vir de Deus.

Essa fundamentação é muito importante, pois há em Tomás de Aquino uma necessidade de aliar o conhecimento de Deus não apenas a uma revelação ou a uma experiência mística de fé. Para ele, deve-se considerar a existência de Deus como uma constatação que decorre logicamente do conhecimento e da análise que podemos fazer daquilo que ele criou, ou seja, de todas as coisas que nos cercam. Seus trabalhos ainda hoje influenciam de maneira profunda as discussões filosófico-teológicas e servem de fundamento para muitos dogmas das igrejas cristãs.

## LER TEXTO FILOSÓFICO II

O texto a seguir consiste na argumentação detalhada sobre a primeira via ou prova de acesso racional à existência de Deus, segundo santo Tomás de Aquino. Após a leitura, responda às questões que seguem.

Quanto à unidade da essência divina, a primeira coisa a crer é que Deus existe, o que aliás é óbvio à própria razão.

Efetivamente, observamos que tudo quanto se move é movido por outros. Assim, os seres inferiores são movidos pelos superiores, da mesma forma como os elementos são movidos pelos corpos celestes. Nos elementos terrestres, por sua vez, o que é mais forte move o que é mais fraco. Também nos corpos celestes, os inferiores são movidos pelos superiores. Ora, é impossível que este processo se prolongue até ao infinito. Com efeito, se tudo aquilo que é movido por outro é como



## Filósofo

O filósofo dedica-se a investigar e a questionar com profundidade e rigor metodológico a essência e a natureza do Universo e do ser humano. Ele estuda as grandes correntes do pensamento e a obra dos filósofos antigos e contemporâneos.

De acordo com o *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*, de André Lalande, a Filosofia, em uma das acepções possíveis, refere-se a estudos que apresentam um alto grau de generalidade e organizam as diferentes ordens de conhecimento em um pequeno conjunto de princípios diretivos. Quase todos os conhecimentos humanos têm origem na Filosofia. Pensadores da Grécia Antiga, como Sócrates, Platão e Aris-

tóteles, são referências importantes para o pensamento humano até os dias atuais.

É papel do filósofo refletir sobre questões éticas, políticas, metafísicas e epistemológicas, além de buscar compreensão teórica sobre conceitos fundamentais como espaço, tempo, liberdade, consciência, existência, saber, vontade, razão e outros. Este profissional desenvolve estudos acadêmicos sobre diversos temas nas áreas de Lógica, Filosofia da Ciência, Filosofia do Direito, Ética, Estética e outras.

O estudante de Filosofia deve se preparar para cumprir extensos programas de leitura, introduzir-se no universo dos estudos acadêmicos e exercitar sua capacidade crítica e reflexiva.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior completo (4 anos).

**Área de atuação:** Uma das possíveis atribuições do filósofo é analisar e julgar obras artísticas e literárias, escrevendo artigos, resenhas e comentários para jornais, revistas, mídia eletrônica e outros meios. Pode lecionar no ensino médio, já que a disciplina de Filosofia é obrigatória nesse nível e há falta de licenciados em algumas regiões do país. Assim como outros profissionais, pode habilitar-se para a docência em pós-graduação, escrever e organizar publicações e fazer consultorias a instituições científicas, artísticas e culturais.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

## LIVROS

**A FILOSOFIA NA IDADE MÉDIA**

Etienne Gilson é um dos mais conceituados pesquisadores do pensamento medieval. Essa obra em particular é essencial para a compreensão da Filosofia que se produziu durante a Idade Média, abarcando os problemas e pensadores mais significativos desse período.

GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE SANTO AGOSTINHO**

Obra indispensável para aqueles que desejam se aprofundar na filosofia de santo Agostinho.

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus/Discurso, 2007.

**O QUE É FILOSOFIA MEDIEVAL**

O livro discute as características da filosofia medieval de maneira clara e precisa, estabelecendo relações importantes com a história e o cotidiano da Idade Média.

NASCIMENTO, Carlos Arthur. *O que é filosofia medieval*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos.)

**TOMÁS DE AQUINO: A RAZÃO A SERVIÇO DA FÉ**

Trata-se de uma importante contribuição ao estudo da obra de santo Tomás de Aquino, buscando compreender seu lugar na história do pensamento humano.

COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé*. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Logos.)

## SITE

**CENTRO DE ESTUDOS DE FILOSOFIA PATRÍSTICA E MEDIEVAL DE SÃO PAULO**

Grupo que agrega o trabalho de vários estudiosos sobre o pensamento medieval. Nele se encontram artigos, teses e notícias sobre eventos relacionados ao tema.

Disponível em: <[www.fflch.usp.br/df/cepame/index.php](http://www.fflch.usp.br/df/cepame/index.php)>. Acesso em: 23 dez. 2012.

## FILMES

**O NOME DA ROSA**

Baseado em um romance de Umberto Eco, o filme narra a história fictícia de William de Baskerville e Adso de Melk, um monge franciscano e seu aprendiz que chegam a um mosteiro no norte da Itália para investigar uma série de assassinatos que lá ocorreram. No entanto, o mais interessante neste filme é a recriação que se realiza do ambiente dos mosteiros, suas tradições, disputas ideológicas e seus problemas.

Direção de Jean Jacques Annaud. França, Itália, Alemanha, 1986, 131 min.

**SANTO AGOSTINHO**

O filme narra, com rigor histórico, a vida de Agostinho, sendo uma importante referência para compreendermos melhor sua obra.

Direção de Roberto Rossellini. Itália, 1972, 115 min.

# O capitalismo e a construção do espaço: pobreza e riquezas no espaço urbano

Você já refletiu sobre alguns aspectos do sistema capitalista e suas implicações em diversas dimensões da vida humana.

Discutimos a noção de progresso e trabalhamos com a ideia de que o progresso material por si só não assegura boas condições de vida para a maior parte da população.

Ampliamos os conceitos de riqueza e pobreza para além dos aspectos puramente econômicos. Consideramos a existência de um ambiente saudável, a sensação de pertencimento a determinado lugar, as manifestações culturais, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o acesso à informação, a possibilidade de se fazer ouvir, entre outros, como riquezas de uma sociedade.

É importante ressaltar que os séculos XIX e XX marcaram o apogeu desse sistema que desencadeou grandes mudanças no modo de vida em todo o planeta. Pode-se dizer que o modo de vida urbano e o surgimento de metrópoles correspondem a um período de forte desenvolvimento do capitalismo. A lógica das cidades modernas está fortemente ancorada no processo de industrialização e, sendo assim, elas surgem, modificam-se e transformam-se juntamente com o desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a própria construção e reconstrução permanente das cidades obedece à lógica do sistema capitalista naquele momento histórico.

Neste capítulo, vamos ampliar o estudo sobre o sistema capitalista e conhecer sua origem, seus principais teóricos e suas principais características, tendo em mente que esse sistema vem se transformando ao longo dos séculos. Vamos agora aos seus primórdios.

## O SISTEMA CAPITALISTA: UMA PEQUENA INTRODUÇÃO

Para melhor compreender o significado da sociedade capitalista, é necessário refletir sobre o contexto histórico-social vivido pela humanidade na passagem do feudalismo para o capitalismo.

No sistema feudal, a produção era organizada com base nas relações entre senhores e camponeses. Os camponeses eram obrigados a pagar taxas e entregar parte de sua produção aos senhores e, em troca, recebiam a terra para produzir o necessário à sua sobrevivência.

A partir do século XII, o trabalho assalariado começou a ganhar espaço e a modificar as relações de produção e de consumo existentes até aquele momento. O trabalhador passou a comprar no mercado as mercadorias de que necessitava e a vender o excedente de sua produção.

A partir do processo de expansão comercial, notam-se claramente as transformações nas relações de poder existentes. Os burgueses foram os grandes responsáveis pela intensificação das práticas comerciais, tornando-se prósperos banqueiros. À medida que ampliavam seu poder econômico, começavam a reivindicar o poder político. Este era obtido hereditariamente pelos membros da nobreza, que também controlavam a economia, por meio da cobrança de taxas e impostos, e que viram sua legitimidade ser cada vez mais questionada.

Nesse cenário de grande turbulência, engendraram-se as condições, na Europa, para o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XVIII.

Entre as diversas mudanças introduzidas no processo de produção, destacamos o surgimento das primeiras unidades fabris. Elas surgiram com a mecanização da produção, que passou a concentrar, em um mesmo espaço físico, um número expressivo de operários. Os trabalhadores viram-se obrigados a se subordinar à hierarquia da produção comandada pelos industriais, perdendo o domínio do processo produtivo, característica do modo de produção artesanal. Nesse período, intensificou-se a exploração da mão de obra. Além disso, a distribuição das riquezas ocorria de forma extremamente desigual, pois os trabalhadores não se apropriavam do produto de seu trabalho.

A fábrica passou a ser o cenário de conflitos entre trabalhadores e industriais. O processo de reivindicação por melhores condições de trabalho e pela diminuição das jornadas (que podiam chegar a até 16 horas diárias) e a luta contra a insalubridade marcaram as revoltas do processo de resistência, que teve como resultado a criação dos primeiros sindicatos para defender os interesses dos trabalhadores e organizar o movimento operário.

A Revolução Industrial se estendeu pelo século XIX. Foi um período de grandes transformações, no qual observamos a mudança do fundamento da sociedade, que antes era a produção agrícola e passou a ser a produção industrial. Na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos essa revolução possibilitou o desenvolvimento do sistema econômico capitalista.

Nesse histórico, a burguesia industrial se constituiu como a classe proprietária dos meios de produção (fábricas, maquinários, ferramentas, entre outros) e delineou-se a divisão social do trabalho, que passou a nortear o processo produtivo. De um lado, a burguesia, e, do outro, o proletariado, que produzia as riquezas nas fábricas e vendia sua força de trabalho em troca de salário.

Com base nessa divisão de trabalho instaurada no sistema capitalista, estabeleceram-se um novo modo de produção de riquezas e uma forma diferente de sua acumulação, que serão abordados mais à frente.

#### LER IMAGEM I



A imagem, extraída do filme *Tempos modernos* (1936), de Charles Chaplin, sugere alguns elementos interessantes para refletirmos sobre o capitalismo industrial.

A partir do que foi lido, faça uma interpretação da imagem.

## O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Em todos os momentos da história da humanidade, os homens criaram maneiras de produzir os bens necessários para satisfazer suas necessidades. Os diferentes modos de produção correspondem às dinâmicas sociais, econômicas e políticas de cada época.

Abordaremos especificamente o modo de produção da sociedade capitalista, analisando sua origem e seu desenvolvimento, os impactos sociais que ele causou e suas características mais recentes. É fundamental compreender como ocorre a produção de riquezas e o surgimento de pobreza nesse sistema para entender seus impactos na vida contemporânea.

Antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, predominava a produção artesanal, que era independente, na qual o produtor era possuidor de matéria-prima, instalações e ferramentas. Desse modo, o artesão podia desenvolver todas as etapas da produção em casa e com a ajuda de sua família.

Depois, surgiu o fabricante, um tipo de comerciante que, inicialmente, contratava o artesão para realizar o trabalho em sua casa em troca de pagamento combinado.

A manufatura foi a primeira forma de divisão do trabalho na fase da industrialização, pois colocava, de um lado, o fabricante no controle da produção e, do outro, o trabalhador, que passava a desempenhar apenas uma etapa específica na atividade produtiva.

### APLICAR CONHECIMENTOS I

1. Redija uma reflexão sobre a organização da produção antes da manufatura.
2. Entre os aspectos que caracterizam o modo de produção capitalista, temos a divisão social do trabalho. Discuta com seus colegas sobre como se desenvolve a divisão do trabalho na fase inicial do sistema capitalista.

## O PROCESSO PRODUTIVO NO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Desde o início do capitalismo industrial, a matéria-prima, as ferramentas e as fábricas eram de propriedade privada, ou seja, os capitalistas detinham o **controle dos meios de produção** de riquezas. Naturalmente, necessitavam de trabalhadores para pôr as máquinas em funcionamento; por isso, quanto maior fosse o contingente de trabalhadores, maior seria a capacidade produtiva. Dessa forma, aos poucos foi se consolidando uma das características centrais do modo de produção capitalista, que é a **divisão social do trabalho**. Essa divisão pressupunha que, de um lado, estavam os capitalistas (a classe burguesa) e, do outro, os trabalhadores (a classe proletária). Portanto, a divisão do trabalho no capitalismo se materializou em torno de duas classes sociais, **burguesia e proletariado**, com interesses antagônicos e constantes conflitos.

O lucro e a acumulação de capital são o motor da sociedade capitalista. Mas como se produzia e o que se fazia com o lucro?

Tomaremos, por exemplo, um casaco. É uma peça do vestuário que satisfaz uma necessidade humana, ou seja, serve para o ser humano se aquecer. Portanto, tem uma finalidade específica e por isso um **valor de uso**.

Como nenhum indivíduo é capaz de produzir todas as mercadorias necessárias para satisfazer suas necessidades, tem que trocar aquilo que produz com outros indivíduos. Inicialmente, tratava-se de um sistema de trocas simples.

O capitalismo consagrou uma nova forma de valorizar as mercadorias. A utilização do dinheiro como equivalente geral já era adotada no período anterior, mas passou a ocupar um lugar central na dinâmica comercial e, em certa medida, colocou as atividades de trocas em segundo plano. Nesse sentido, poderíamos dizer que um casaco adquire um valor expresso na forma de dinheiro. Quando o alfaiate vende um casaco, recebe em dinheiro e pode comprar uma cadeira ou qualquer outra mercadoria disponível no mercado. Portanto, o casaco, que tinha um **valor de uso**, passou a ter também **valor de troca**.

Quando o casaco é produzido em escala industrial, ou seja, em grandes quantidades, o trabalhador produz muito mais do que corresponde a seu salário. Assim, se subtrairmos os custos da produção (matéria-prima, pagamento de salários, manutenção das instalações etc.), o valor que sobrava ou o **capital excedente** era apropriado pelos capitalistas e a maior parte reinvestida na produção por meio da aquisição de outras máquinas e da compra de mais matéria-prima. Dessa forma, os capitalistas ampliavam seu patrimônio e incrementavam o processo de acumulação. Essa diferença foi nomeada por Karl Marx (saiba mais sobre o sociólogo no quadro da p. 154) de **mais-valia** e também pode ser entendida como a fonte do lucro.

## AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO INDUSTRIAL

É necessário entendermos a equação pela qual a economia no sistema capitalista gera a mais-valia, o chamado capital excedente. Ao se tornarem proprietários dos meios de produção, os capitalistas definem a jornada de trabalho e os salários dos trabalhadores, assim como os preços finais das mercadorias. Ou seja, eles passaram a ter o controle total da produção e principalmente dos trabalhadores, que têm que se submeter às suas determinações.

A partir do momento em que os operários passaram a trabalhar nas fábricas, transformaram-se em uma mercadoria como qualquer outra. Seu trabalho tinha um valor de troca, ou seja, eles trocavam sua força de trabalho por um salário.

É importante considerarmos que esses trabalhadores, ao serem obrigados a se submeter ao regime de trabalho imposto pelos capitalistas, deixavam de ser autônomos e passavam a se subordinar a essas condições. Afirmamos, portanto, que desde o início o sistema capitalista é um sistema gerador de desigualdades sociais, já que, nele, os trabalhadores não se apropriam da maior parte das riquezas produzidas.

As fábricas eram espaços sem condições de higiene e de segurança, acidentes e mortes eram frequentes. Não havia qualquer tipo de direitos trabalhistas e os capitalistas organizavam a produção livremente.

Na Inglaterra, os operários começaram a se reunir e a reivindicar a regulamentação do trabalho. Assim surgiram os primeiros sindicatos, que organizavam os trabalhadores para reivindicar melhoria das condições de trabalho, para a proibição da exploração infantil e para a diminuição da jornada que, naquele período, podia chegar a 16 horas diárias.

Do final do século XIX aos dias de hoje, muitas mudanças ocorreram no sistema capitalista. As fábricas atravessaram um período de muitas transformações, com a introdução tanto de máquinas cada vez mais sofisticadas como de novas formas de organizar a produção.

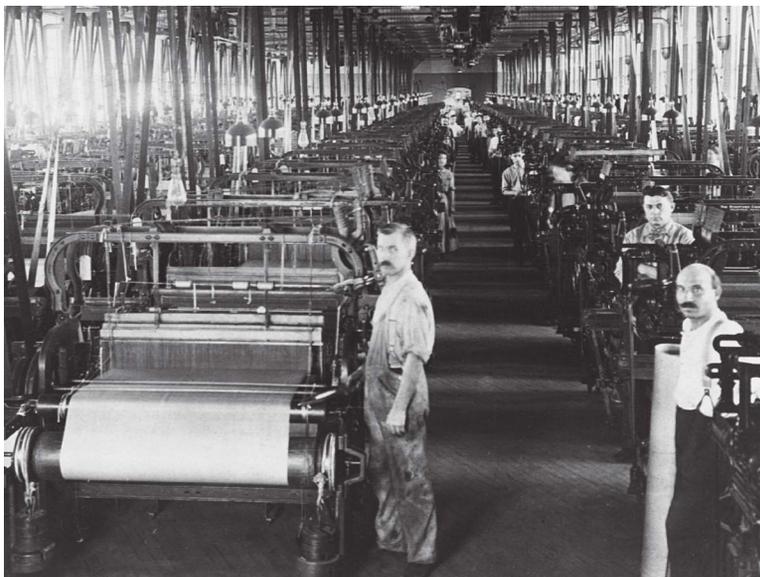
Na atualidade, o capitalismo atravessa um período de aceleração do processo produtivo, proporcionada pelas novas tecnologias de informação e de comunicação e por diversos modelos de gestão do trabalho. As fábricas se modernizam a cada dia e não necessitam mais de grandes contingentes de operários.

Conseqüentemente, vivemos em âmbito global o fenômeno do desemprego, que afeta milhões de trabalhadores. Nesse sentido, a grande oferta de mão de obra no mercado faz com que os capitalistas ampliem ainda mais o controle da produção de riquezas e da organização do processo produtivo.

### **Estado do Bem-Estar Social – Welfare State**

É importante ressaltar que o século XX é marcado também por grandes lutas dos trabalhadores, trazendo-lhes conquistas significativas. O sistema capitalista sofreu profundas mudanças a partir da Segunda Guerra Mundial, que se materializaram na diminuição do grau de exploração dos trabalhadores na Europa Ocidental. Entre as conquistas, podemos destacar: melhores salários, auxílio-desemprego, auxílio-doença, redução da jornada de trabalho, ampliação dos serviços de saúde e educação, garantia de uma renda mínima a cada indivíduo da sociedade e auxílio complementar para sustento dos filhos. O Estado do Bem-Estar Social tornou-se o provedor desses serviços por meio da cobrança de impostos progressivos, ou seja, os mais ricos pagam mais, para que o Estado possa oferecer melhor qualidade de vida à totalidade da população. Esses benefícios foram implantados sobretudo na Europa Ocidental e atingiram também países como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia.

### **LER IMAGENS II**



**Trabalhadores e máquinas em uma fábrica de tecido de seda, nos Estados Unidos, em 1900.**

Observe que cada uma das máquinas necessita de pelo menos um trabalhador para operá-la.



**Indústria automobilística moderna, em Betim (MG), em 2011.**

Hoje, a produção se dá com um número reduzido de empregados em virtude dos avanços tecnológicos, ou seja, as máquinas têm substituído o trabalho humano.

1. Descreva as duas imagens e relate o maior número de detalhes que conseguir. Observe que tipo de trabalhador há em cada uma delas.
2. Indique algumas das transformações ocorridas no modo de produção capitalista, desde sua fase inicial até o presente momento.

Procure, nos jornais ou em revistas de grande circulação, reportagens sobre o desemprego, de preferência em sua cidade ou seu estado, e analise seu conteúdo, considerando a abordagem deste capítulo. Discuta as conclusões de sua pesquisa com a classe e troque opiniões sobre sua reflexão. O desemprego atinge diferentemente cada localidade. Existem mecanismos que amenizam esse problema na cidade estudada? E em sua cidade, existem mecanismos de solidariedade envolvendo a comunidade? A paróquia, o sindicato, as organizações de bairro, a Secretaria de Serviço Social do município contribuem de alguma forma para resolver o problema do desemprego?

## O PAPEL DA CIDADE NO CAPITALISMO

A partir do estudo do capitalismo, devemos refletir sobre a paisagem urbana que se constrói, desconstrói e reconstrói atendendo à lógica da produção capitalista. Nosso desafio é olhar para as paisagens à nossa volta e perceber os contrastes, as desigualdades e as formas distintas de como os diversos grupos sociais se apropriam do espaço urbano e o transformam.

Como você já sabe, as cidades existem há muito tempo. Temos referências históricas de importantes cidades na Antiguidade e na Idade Média. Porém, é com o advento da Revolução Industrial que elas se transformam em espaços produtivos e passam a se adaptar à necessidade da produção, da venda e da distribuição da produção industrial em grande escala.

A criação do espaço urbano também se dá a partir das lutas que ocorrem na cidade, um local da confluência de pessoas, que abriga milhares de trabalhadores.

Segundo o geógrafo Milton Santos, “A cidade é o único lugar onde se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro”. (*Folha de S.Paulo*, 2 fev. 2001.) Para ele, a cidade é um espaço que pode aproximar as pessoas, favorecer as relações e, portanto, é nela que se cria um ambiente que pode facilitar o surgimento dos movimentos sociais, que lutam por mudanças e dão uma feição mais humana à própria cidade. Então, podemos dizer que o espaço é produzido pelas lutas que nele ocorrem. O ser humano, como ser social, é produtor desse espaço, é um agente de transformação.

As cidades no capitalismo são pontos de concentração da população, da força de trabalho e de consumidores, e expressam, de forma bastante clara, a desigualdade de que tratamos neste capítulo. Uma cidade como São Paulo, por exemplo, no início dos anos 1970, tinha aproximadamente 1% de sua população vivendo em favelas e outras habitações precárias, como cortiços; já no início dos anos 1990 essa porcentagem subiu para 20%.

Isso se explica pelos baixos salários pagos pela indústria que se instalou no Brasil, especialmente em São Paulo, em busca de mão de obra farta e barata. Esses salários não possibilitavam grandes gastos com moradia, o que empurrou a população para as periferias ou áreas de grande precariedade à margem do mercado imobiliário. Esse processo é muito comum em países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. É importante salientar que na Europa Ocidental, por exemplo, essa precariedade de habitações e de infraestrutura não ocorre.

## Carta Mundial pelo Direito à Cidade

[...]

As cidades são, potencialmente, territórios com grande riqueza e diversidade econômica, ambiental, política e cultural. São muito mais que simples espaços físicos marcados por maior densidade populacional. O modo de vida urbano influencia a maneira como estabelecemos vínculos com nossos semelhantes e com o território.

No entanto, inversamente a tais potencialidades, os modelos de desenvolvimento implementados na maioria dos países do Terceiro Mundo se caracterizam por estabelecer padrões de concentração de renda e poder e processos acelerados de urbanização que contribuem para a depredação do ambiente e para a privatização do espaço público, gerando exclusão e segregação social e espacial.

As cidades estão longe de oferecer condições e oportunidades equitativas a seus habitantes. A maior parte da população urbana está privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, raciais, étnicas, de gênero e idade – nas possibilidades de satisfazer suas mais elementares necessidades. Esse contexto favorece o surgimento de lutas urbanas representativas, mas, concomitantemente, fragmentadas, incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente.

Diante de tal realidade, as entidades da sociedade civil reunidas desde o Fórum Social Mundial 2001 discutiram e assumiram o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e de vida urbana, baseado nos princípios da solidariedade, liberdade, equidade, dignidade e justiça social. Um de seus fundamentos deve ser o respeito às diferentes culturas urbanas e o equilíbrio entre urbano e rural.

A participação dos atores locais, especialmente dos movimentos sociais e das associações populares, torna-se decisiva para a construção desse modelo. Os governos e os organismos internacionais devem reconhecê-los como interlocutores significativos e garantir espaços permanentes de participação democrática.

A Agenda Hábitat, aprovada por todos os governos nacionais participantes da Conferência Internacional Hábitat II, em junho de 1996, Istambul, na Turquia, já enfoca tais questões, principalmente quando afirma: Nós nos comprometemos a conseguir que os assentamentos humanos sejam sustentáveis num mundo em processo de urbanização, zelando pelo desenvolvimento de sociedades que façam uso eficiente de seus recursos, dentro de limites, conforme as capacidades dos ecossistemas, e que levem em conta o princípio da precaução, oferecendo a todas as pessoas, em particular às que pertencem a grupos vulneráveis e desfavorecidos, as mesmas oportunidades de levar uma vida sã, segura e produtiva em harmonia com a natureza e seu patrimônio cultural e valores espirituais e culturais, e que garantam o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio ambiente, contribuindo assim para a consecução dos objetivos do desenvolvimento nacional sustentável. (Agenda Hábitat, art. 42.)

Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006. Produção coletiva.  
Publicado em: 12 jun. 2006. Disponível em: <[www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=139](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=139)>. Acesso em: 8 dez. 2011.

### 1. Qual é a visão de cidade que o documento apresenta?

---

---

---

### 2. O que essa visão tem em comum com a do geógrafo Milton Santos?

---

---

## LER TEXTO CIENTÍFICO

Leia o texto a seguir e depois responda às questões:

Ainda que a indústria seja a forma pela qual a sociedade se apropria da natureza e a transforma, a industrialização é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. Dado o caráter urbano da produção industrial, as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização: núcleos urbanos na história; Revolução Industrial e urbanização; A cidade moderna: para onde?* São Paulo: Contexto, 1988. p. 43.

1. O que a autora entende por industrialização?

---

---

---

2. Que relação podemos estabelecer entre produção industrial e urbanização?

---

---

## LER IMAGEM III



Contrastes na cidade de São Paulo. Imóveis em ruínas contrastam com empreendimentos imobiliários modernos na cidade de São Paulo (SP), 2011.

Observe a fotografia na página anterior. Perceba como fachadas novas convivem lado a lado com fachadas deterioradas. Cidades como São Paulo sofrem com intervenções desordenadas que, em nome do progresso, apagam os vestígios de outras épocas e constroem uma nova cidade sobre os escombros do passado. A cada nova cidade erguida, o passado, a memória, os espaços públicos e as lembranças são também soterrados. É importante salientar que esse processo de crescimento exacerbado e que imprime constantes mudanças na fisionomia urbana ocorre de forma diferenciada, existindo, em alguns países, cidades que se organizam de modo a preservar sua memória e que promovem a valorização de seu patrimônio histórico e cultural.

Tendo em vista os contrastes que a imagem da página anterior denuncia, organize, em grupo, uma visita ao centro da cidade onde você vive, ou na cidade mais próxima de sua escola. Registre essa visita com fotografias, esquemas ou desenhos.

1. Redija suas observações e reflexões a partir da visita e das imagens produzidas por você e seus colegas.

---

---

---

---

2. Como é o centro da cidade visitada? O fenômeno retratado na foto também aconteceu em sua cidade?

---

---

---

---

3. Em que medida o que aprendemos sobre o sistema capitalista nos ajuda a compreender esses contrastes?

---

---

---

---

---

---

#### LER TABELA

A utilização de tabelas e gráficos contribui para a comunicação de dados estatísticos de forma rápida, clara e organizada. Parece difícil, mas não é.

A tabela a seguir traz informações sobre as maiores aglomerações urbanas do mundo. Mas como ler esses dados? Primeiro, observando o título da tabela; em seguida, as informações nas colunas. Neste caso, na primeira coluna há um número que indica a posição da cidade no ranking das maiores cidades do planeta; na segunda coluna há o nome da cidade; na terceira, o nome do país; na quarta, temos o número de habitantes daquela cidade; e por fim, na quinta coluna há uma observação, dizendo que aquele número engloba outras localidades (daí a especificação – **aglomerações urbanas** – no título da tabela), à exceção de Karachi, no Paquistão.

Principais aglomerações urbanas no mundo				
	Cidade	País	População	Observações
1	Tóquio	Japão	34 600 000	Incluindo Yokohama, Kawasaki, Saitama.
2	Guangzhou (Cantão)	China	26 300 000	Incluindo Dongguan, Foshan, Jiangmen, Zhongshan.
3	Xangai	China	25 800 000	Incluindo Suzhou.
4	Jakarta	Indonésia	25 800 000	Incluindo Bekasi, Bogor, Depok, Tangerang, Tangerang Selatan.
5	Seul	Coreia do Sul	25 600 000	Incluindo Bucheon, Goyang, Incheon, Seongnam, Suweon.
6	Cidade do México	México	23 500 000	Incluindo Nezahualcóyotl, Ecatepec, Naucalpan.
7	Délhi	Índia	23 500 000	Incluindo Faridabad, Ghaziabad, Gurgaon.
8	Karachi	Paquistão	22 100 000	
9	Manila	Filipinas	21 800 000	Incluindo Kalookan, Quezon City.
10	Nova York	EUA	21 500 000	Incluindo Bridgeport, Newark, New Haven.
11	São Paulo	Brasil	21 300 000	Incluindo Guarulhos.

Fonte: BRINKOFF, Thomas. *The Principal Agglomerations of the World*. Disponível em: <[www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html](http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html)>. Acesso em: 7 mar. 2013.

As grandes cidades do planeta cresceram juntando-se às cidades vizinhas e sofreram um processo conhecido como **conurbação**.

#### GLOSSÁRIO

**Conurbação:** união de duas ou mais cidades preexistentes, formando uma área urbana contínua, um único aglomerado urbano, porém mantendo suas autonomias político-administrativas.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena *Dicionário de Geografia: termos, expressões, conceitos*. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

## PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES URBANAS DO MUNDO

A procura pelas cidades é um fenômeno mundial. O que vemos no mapa a seguir são os principais aglomerados humanos no mundo. Podemos perceber que em grande parte eles estão nos países subdesenvolvidos, que têm graves problemas estruturais e elevados índices de pobreza e de pessoas vivendo em condições precárias. Na Ásia, há uma enorme população rural, entretanto, cada vez mais a cidade atrai um maior número de pessoas. Na África, os números da população rural também são grandes.



2. Encceja (2005) Observe as imagens.



Coletor particular



Márcio Fernandes/Estado/Conexão/AE

Artesão do século XV.

Operário trabalhando em linha de montagem de veículos em Gravataí (RS), 2001.

Fonte: CATELLI JR., Roberto; CABRINI, Conceição; MONTELLATO, Andréa. *História temática*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2005. p. 127 e 156.

A Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra no século XVIII. Esse fenômeno contagiou o homem moderno, que não conseguiu viver mais sem as máquinas. Considerando as imagens, pode-se afirmar que

- a) o trabalhador medieval realizava o trabalho artesanalmente, confeccionando os produtos integralmente, da mesma forma que o trabalhador moderno.
- b) o trabalho artesanal tem qualidade superior ao automatizado, pois a divisão de trabalho existente entre os artesãos garante que o produto seja mais bem-acabado.
- c) a automatização do processo produtivo substituiu o homem na sociedade contemporânea e recriou o papel do artesão, tal qual ocorria na Idade Média.
- d) dentre as consequências do progresso técnico está a concorrência da mão de obra humana com a produção automatizada que gera desemprego.

### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

#### LIVROS



##### CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO

Analisa processos de urbanização em sua relação com o desenvolvimento econômico-social capitalista.  
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

#### SITES



##### OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Traz dados, notícias, vídeos e publicações sobre as principais metrópoles do Brasil e do mundo, destacando os desafios colocados para superar contradições urbanas.  
Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)>. Acesso em: 2 mar. 2013.



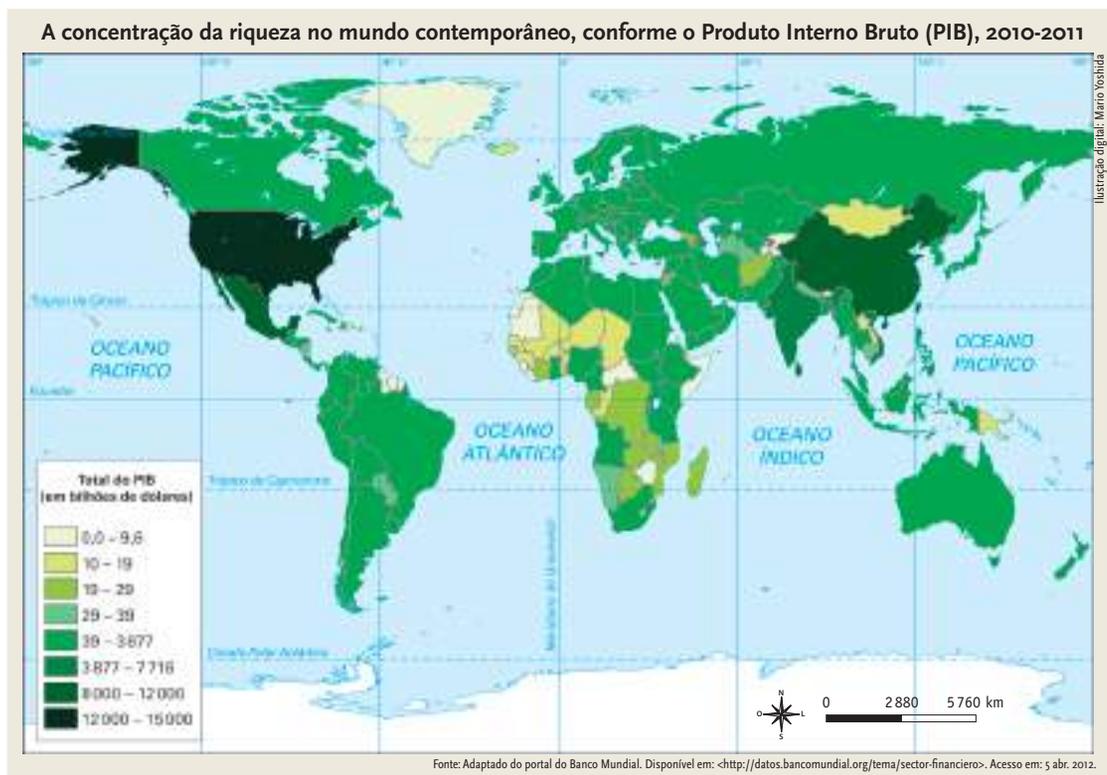
##### ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

O órgão da ONU apresenta dados, notícias e relatórios sobre a situação das cidades no mundo.  
Disponível em: <[www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat](http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat)>. Acesso em: 2 mar. 2013.

Já estudamos e ampliamos o significado dos conceitos de riqueza e pobreza e fizemos referências a diferentes momentos históricos.

Vamos agora pensar e entender como o mundo está organizado no momento atual, apreender a lógica da riqueza e da pobreza, além da dimensão econômica, e verificar como esses fenômenos se expressam espacialmente.

### A LINGUAGEM CARTOGRÁFICA



O mapa acima é, na verdade, um planisfério, ou seja, é um mapa do mundo representado em um plano. A primeira coisa que devemos fazer diante de um mapa é buscar compreender sua linguagem, que é essencialmente visual. Portanto, precisamos ver a imagem que ele mostra. Procure identificar os elementos que esse mapa apresenta. Há informações que precisam ser bem observadas para que a representação seja compreendida.

Precisamos saber ainda que a linguagem cartográfica é universal, ou seja, em qualquer lugar do mundo, ao ler um mapa, todos devem ser capazes de entendê-lo. Por isso, foram criadas algumas convenções quanto ao uso de símbolos, como pontos ou ícones (para representar cidades ou aeroportos, por exemplo) e linhas (como as que mostram o traçado de rodovias ou ferrovias). As cores têm funções variadas, desde a de diferenciar espaços (caso do mapa-múndi político) até organizar e classificar países de acordo com

o tema (como neste mapa sobre o PIB). Há também mapas com setas de diferentes larguras, que indicam fluxos e movimentos (migrações, comércio mundial etc.) e aqueles que trazem círculos ou outras formas de diferentes tamanhos; são mapas quantitativos: quanto maior o círculo, maior a quantidade.

O título deste mapa indica que está sendo representada a **concentração de riquezas** no mundo. E isso está sendo medido segundo o Produto Interno Bruto (PIB).

Você verá também que os países estão representados com cores diferentes. E não são cores quaisquer: são tons da mesma cor, indo do verde-claro ao verde-escuro. Esse é um mapa de tipo **ordenado**. Nesse tipo de mapa, as cores mais fortes simbolizam fenômenos de maior intensidade. Desse modo, países com tons mais escuros de verde são os que apresentam maior PIB – caso dos Estados Unidos e da China. Os tons mais claros da mesma cor indicam PIB menor.

Os mapas devem trazer uma legenda. Ela é constituída de informações que, exibidas em uma das margens, irão auxiliar na leitura, compreensão, interpretação e avaliação do fenômeno expresso em um mapa.

Além disso, em regra, os mapas vêm acompanhados de outros elementos. São eles:

- área de abrangência e localização no globo, continente, país, região, estado ou município;
- escala, projeção e elementos para orientação do mapa;
- organização executora.

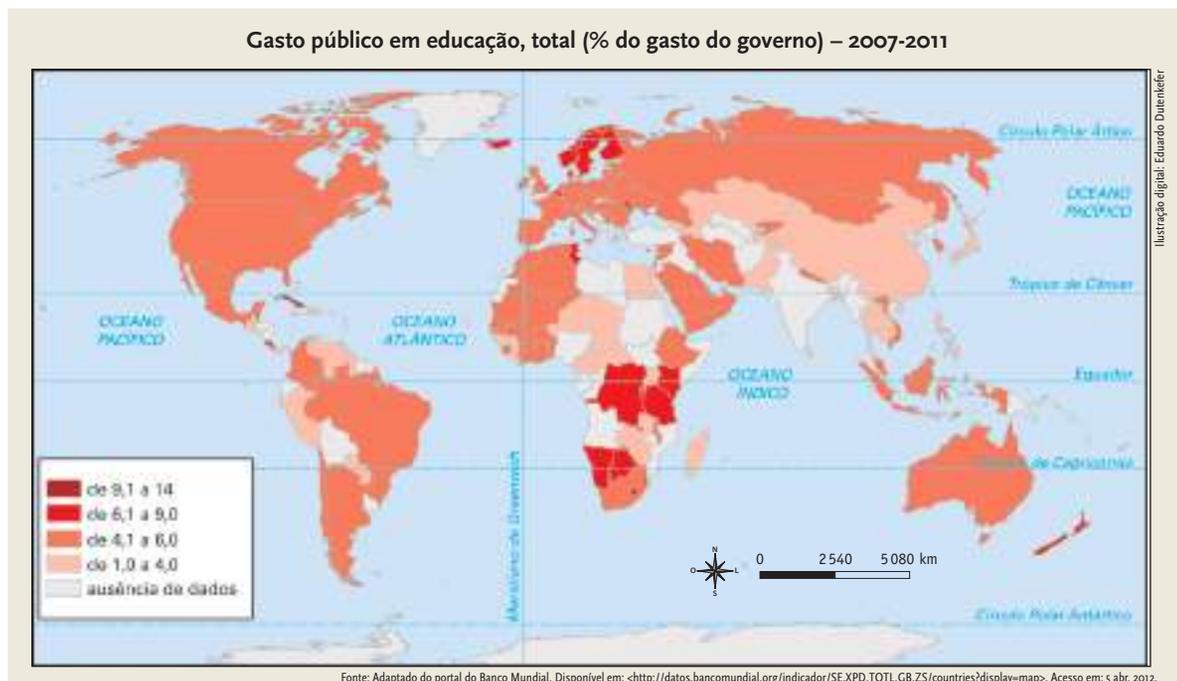
### Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

Qual a diferença entre os dois conceitos? O PIB é o valor de toda a produção de bens e serviços ocorrida dentro das fronteiras do país, sem considerar a nacionalidade dos que se apropriaram dessas rendas, sem descontar rendas eventualmente enviadas ao exterior e sem considerar as recebidas do exterior, daí o qualificativo de "interno". O PNB considera as rendas recebidas do exterior por nacionais do país e desconta as que foram apropriadas por nacionais de outros países, daí o qualificativo "nacional".

No caso do Brasil, o PNB é menor do que o PIB porque uma parcela da ordem de 3% do PIB brasileiro não é usufruída por brasileiros e sim enviada ao exterior na forma de lucros, dividendos e juros do capital estrangeiro. Assim, a renda interna bruta é de fato menor do que o PIB. Nos Estados Unidos, ao contrário, o PNB é maior do que o PIB porque as rendas obtidas pelas empresas norte-americanas no exterior e enviadas aos Estados Unidos na forma de remessa de lucros e dividendos são consideradas parte do PNB do país.

Adaptado de: *EconomiaNet*. Disponível em: <[www.economiabr.net/economia/6\\_pib.html](http://www.economiabr.net/economia/6_pib.html)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

## LER MAPA I



1. Observe o mapa no início deste capítulo. Em que continente, hemisfério e países se concentra o poderio econômico no mundo, conforme o PIB?  
.....
2. No segundo mapa, o que significam os tons de cor mais escuros e os mais claros?  
.....
3. No mapa, verifique em quais continentes o investimento em educação é maior.  
.....
4. Que relação você observa entre o volume do PIB e os investimentos em educação?  
.....

## A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO AGENTE PROPULSOR DA SOCIEDADE MODERNA

Já sabemos que a Revolução Industrial foi um importante acontecimento que ocorreu primeiro na Inglaterra e definiu uma nova forma de produzir e de organizar o espaço. A indústria converteu-se no motor da economia do Reino Unido a partir do século XIX e expandiu-se para a França, a Alemanha e a Itália, entre outros países europeus, bem como para os Estados Unidos da América. Esses países, pioneiros no processo de industrialização, acabaram por se tornar o que hoje conhecemos como **países centrais**, por serem a vanguarda no processo industrial e terem continuamente incorporado avanços tecnológicos no processo produtivo. Hoje eles agregaram novos elementos ao seu poderio, ligados principalmente às pesquisas científica e tecnológica, ao domínio dos meios de comunicação de massa, entre outros.

Industrialização e crescimento econômico passaram a ser fenômenos intimamente ligados e, como resultado desse processo, a renda média dos trabalhadores nesses países é superior à de outros.

O PIB é um dado utilizado para medir a riqueza de um país, assim como a renda *per capita* tem sido usada como indicativo da riqueza da população de um determinado local.

Como você deve ter percebido, a renda *per capita* refere-se unicamente à dimensão econômica, já que divide o PNB pelo número de habitantes de um determinado país. Esse método oculta muitas contradições, uma vez que se trata de uma média e não considera que uma parcela da população se apropria muito mais diretamente dessa riqueza do que outra, ou seja, ocorre uma



### Cidade de Avondale, Alabama (EUA), 1910.

No início do século XX, a vida nas cidades fabris era bastante insalubre. Havia grande concentração populacional, intensa poluição, péssimas condições de trabalho, intensas jornadas de trabalho, situação precária de moradia, entre outros problemas. Nesse contexto, chamamos a atenção para a fragilidade de se adotar o fator econômico como único indicador de riqueza e de pobreza.

concentração de renda nas mãos de alguns poucos. Esse parâmetro, portanto, não traduz com eficiência as outras dimensões do desenvolvimento. Por isso, iniciou-se a busca por outro indicador de desenvolvimento social de um país. Dessa forma, o economista paquistanês Mahbub ul Haq criou, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), procurando uma forma mais realista e equilibrada de medir o desenvolvimento social dos países:

Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números da expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

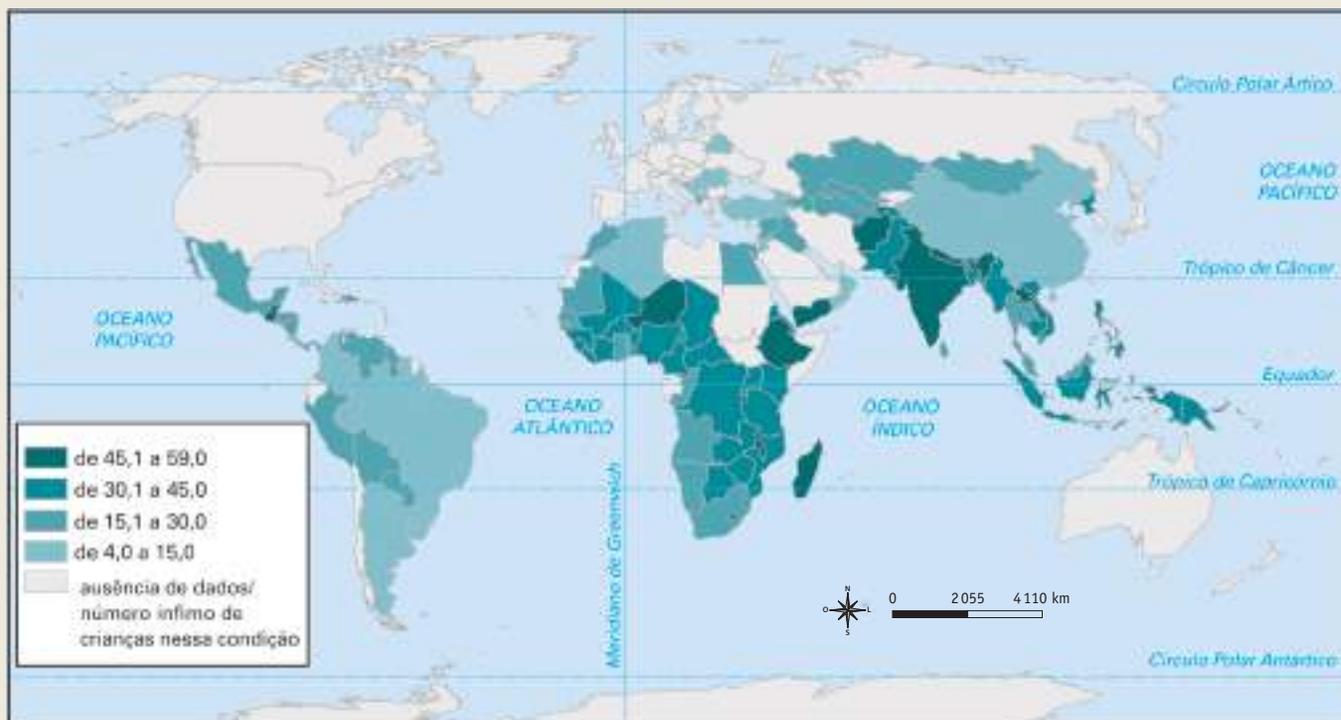
Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Disponível em: <[www.pnud.org.br/idh](http://www.pnud.org.br/idh)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

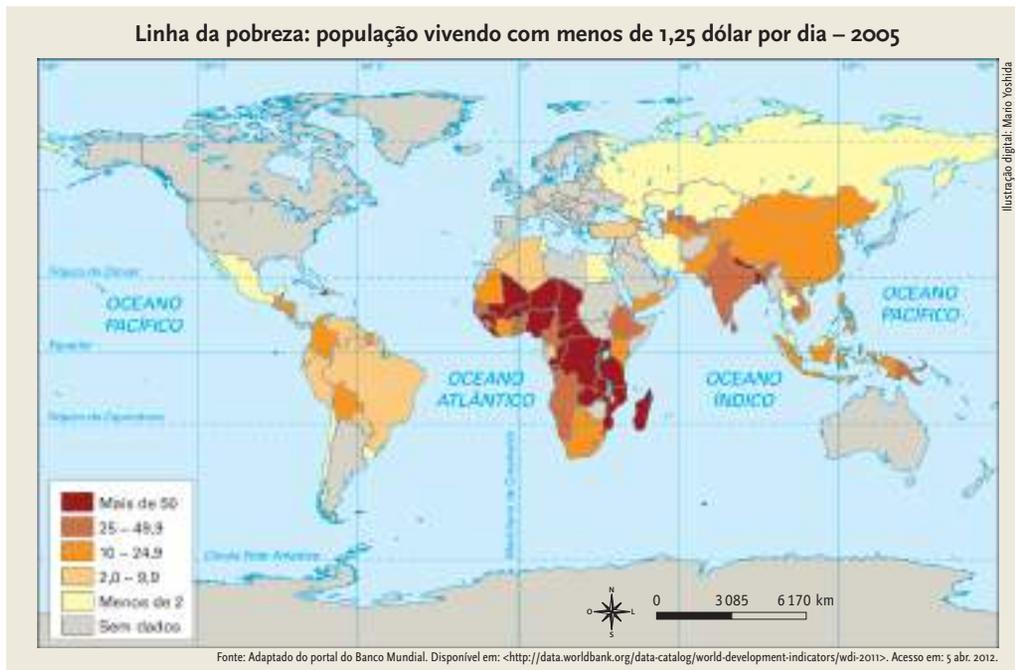
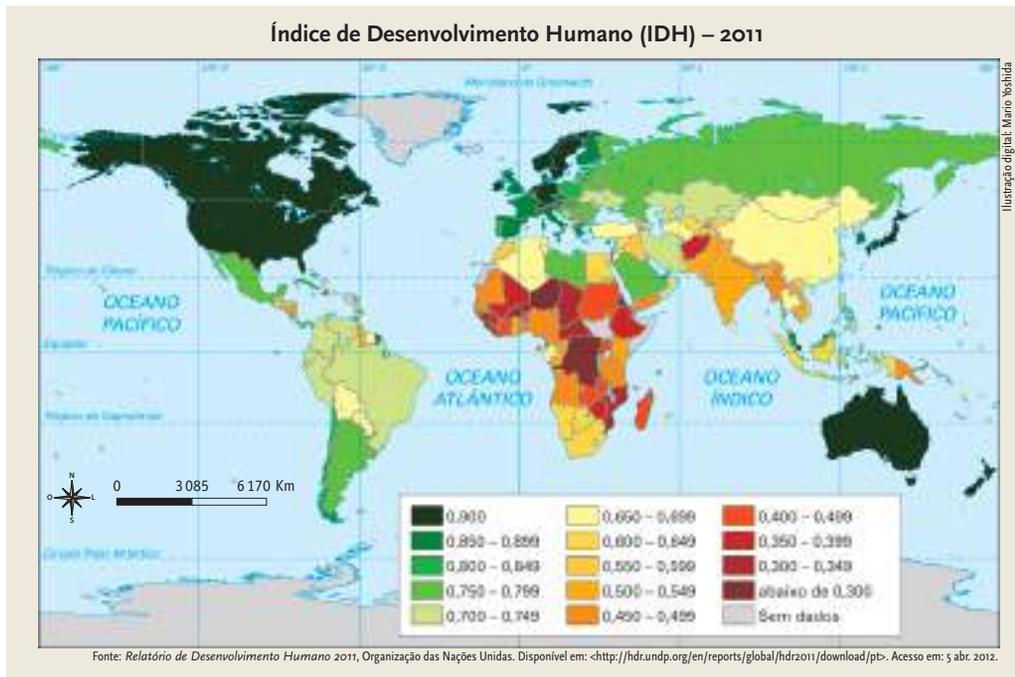
## LER MAPAS II

Para responder às questões a seguir, observe os mapas. Considere que o primeiro mapa mostra percentuais de crianças com retardo de crescimento. Isso pode interferir no IDH, em especial em indicadores de expectativa de vida e escolaridade. No segundo mapa, os países estão assinalados com tons de cor referentes aos níveis de IDH (alto, médio e baixo). O terceiro retrata a pobreza no mundo atual.

Porcentagem de menores de 5 anos sofrendo com retardo de crescimento (2006-2010)



Fonte: Adaptado do portal do Banco Mundial. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/SH.STA.MALN.ZS/countries?display=map>>. Acesso em: 5 abr. 2012.



1. Analise o primeiro mapa e anote os países ou regiões com maior concentração de crianças com retardo de crescimento.

.....

.....

2. Formule uma hipótese que justifique essa ocorrência nos países ou regiões em questão.

.....

.....

.....

3. Identifique e registre em que partes do mundo há mais pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

.....

.....

.....

4. Observe os diferentes mapas e anote a relação que você consegue estabelecer entre o IDH de um determinado país e a porcentagem de crianças com retardo de crescimento.

.....

.....

5. Os mapas apresentados são, em linguagem cartográfica, representações ordenadas, ou seja, é possível verificar certa ordem nos fenômenos representados. Qual é o significado das cores utilizadas neles?

.....

.....

## POR QUE EXISTEM PAÍSES RICOS E PAÍSES POBRES?

Como vimos, a Revolução Industrial definiu um novo padrão de riqueza econômica. Os países pioneiros no processo de industrialização assumiram a vanguarda do mundo contemporâneo e começaram a exercer diferentes formas de dominação sobre os outros países do globo.

Entre os séculos XVI e XVIII, ocorreu a dominação colonial europeia, que envolveu todo o continente americano, parte da África e da Ásia. Tal momento do capitalismo é denominado por alguns autores de **capitalismo comercial**.

Após a Revolução Industrial, surgiu a necessidade crescente de obter matérias-primas e novos recursos naturais para movimentar as indústrias. Era necessário também expandir os mercados para escoar os excedentes de produção.

Nesse contexto, ocorreu o chamado **neocolonialismo**, quando os continentes africano e asiático passaram a ser disputados pelas potências industriais emergentes. O continente africano foi dividido entre os países europeus industrializados, após a Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1886.

Esse processo de dominação de países africanos e asiáticos ficou conhecido como **imperialismo**. Assim, o capitalismo assumia uma face imperialista anexando novas áreas coloniais e criando um mercado de dimensões planetárias.

### *Divisão Internacional do Trabalho*

Trata-se de um conceito-chave para compreender a assimetria existente entre as nações no que diz respeito à distribuição da mão de obra e à produção de riquezas. Essa divisão se manifesta de forma diferenciada ao longo da história do sistema capitalista e está diretamente relacionada com as diversas fases do desenvolvimento socioeconômico de cada país.

Desse modo, na primeira fase da industrialização, a Inglaterra garantia a dianteira do processo de desenvolvimento e praticamente detinha o monopólio da produção manufatureira, consolidando-se no centro do capitalismo naquele momento.

Já países como o Brasil, que, até o início do século XX, eram eminentemente agrícolas, eram considerados **países periféricos**, ou seja, estavam na periferia do sistema capitalista por não acompanhar o desenvolvimento industrial de outras nações.

Se, durante parte do desenvolvimento do sistema capitalista, esse tipo de divisão serviu para compreender os processos de desenvolvimento desigual entre as nações, verifica-se que na atualidade ele não corresponde mais à realidade. Atualmente, um conjunto de países, entre eles o Brasil, vem compondo o bloco dos chamados semiperiféricos, os que alcançaram maior desenvolvimento tecnológico e vêm aperfeiçoando o processo de qualificação de sua mão de obra. Trata-se de países que não se dedicam apenas à produção de bens primários. No entanto, estão distantes do desenvolvimento verificado nos países do centro do capitalismo, que se mantêm na dianteira no processo de produção de tecnologias de informação e de comunicação.

## A PARTILHA DA ÁFRICA PELAS NAÇÕES EUROPEIAS A PARTIR DA CONFERÊNCIA DE BERLIM

Nesse período começa a se estabelecer uma nova lógica dentro da divisão internacional do trabalho, na qual as colônias ou os países localizados na área de influência das metrópoles europeias produziam alimentos ou forneciam matérias-primas para a indústria.

Os países europeus, por sua vez, principalmente o Reino Unido, escoavam produtos industrializados para as colônias africanas ou asiáticas. A lógica desse sistema consistia em supervalorizar os produtos manufaturados e desvalorizar os produtos das colônias. Assim, grande parte da riqueza produzida nas colônias era transferida para as metrópoles.

Divisão dos territórios africanos após a Conferência de Berlim – 1884-1886



Ilustração digital: Mario Yoshida

## O CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO E O DE TERCEIRO MUNDO

O capitalismo originado na Europa expandiu-se por todo o globo e produziu um mundo interligado, dividido em áreas centrais ou desenvolvidas e áreas periféricas ou subdesenvolvidas.

A expressão “subdesenvolvimento” surgiu após a Segunda Guerra Mundial, nos documentos dos organismos internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O termo passou a ser utilizado a partir da constatação de que os indicadores sociais e econômicos de países da América Latina, África e Ásia eram muito inferiores aos indicadores da maioria dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, por exemplo. Ao se perceber a existência de altas taxas de mortalidade, desigualdade na distribuição da renda, baixa expectativa de vida, precariedade habitacional, entre outros indicadores, buscou-se compreender a dinâmica desses fenômenos.

Outro termo bastante empregado para expressar as diferenças de qualidade de vida e dos indicadores sociais entre os países é “Terceiro Mundo”. A expressão surgiu apenas em 1952, a partir de uma comparação que o francês Alfred Sauvy fez entre os países pobres daquela época e o Terceiro Estado da França às vésperas da Revolução Francesa de 1789.

O Terceiro Estado na França do século XVIII, ao qual pertencia a imensa população pobre, incluía os camponeses, os artesãos e a burguesia, que não tinham direitos políticos. O Primeiro e o Segundo Estados correspondiam ao clero e à nobreza.

Nesse sentido, usou-se o termo “Primeiro Mundo” para os países pioneiros no processo de industrialização e que possuíam bons indicadores sociais; “Segundo Mundo” foi o termo usado para os países de economia estatal; “Terceiro Mundo” para os países que apresentavam baixo IDH e que estruturavam suas economias em função de demandas externas.

O conceito de Terceiro Mundo passou a ser questionado no fim dos anos 1980, por causa das mudanças que começaram a acontecer nos países socialistas, ou de economia estatal. Hoje, o mais comum é se referir à divisão Norte-Sul, apesar de tal abordagem ser pouco precisa em termos de localização geográfica. Ainda assim, traz em sua concepção uma entonação mais leve, pois não reforça a ideia de atraso. Usa-se ainda o conceito de países centrais e periféricos, como vimos em substituição ao conceito de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, respectivamente.

### LER TEXTOS CIENTÍFICOS

O médico Josué de Castro, que foi embaixador do Brasil nos órgãos das Nações Unidas, em Genebra, e presidente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), preocupou-se ao longo de sua vida com o fenômeno do subdesenvolvimento em uma de suas mais duras expressões: a fome. Para Castro:

Na verdade, o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza – sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista, que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas.

“Estratégia do desenvolvimento.” Trabalho apresentado na conferência Environment and Society in Transition e publicado no *Annals of the New York Academy of Sciences*, sob o patrocínio da American Geographical Society e da American Division of the World Academy of Art and Science, Nova York, 1970. Incluído no livro *Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Organizadora: Anna Maria de Castro.

Igualmente falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver é outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil.

Disponível em: <[www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html](http://www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

Com base nas afirmações de Josué de Castro, responda em dupla:

1. O que é subdesenvolvimento?

---

---

2. Depois de tudo o que aprendemos sobre riqueza e pobreza, explique a frase do texto reproduzida a seguir: “Igualmente falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico”.

---

---

---

---

## SÉCULO XX, NOVOS CONTORNOS DA DESIGUALDADE

Analisamos até aqui dados que mostram como a lógica da desigualdade se perpetuou na relação entre os países e quanto a colonização ou o neocolonialismo contribuíram para definir uma determinada inserção desses países na economia mundial.

Cabe agora analisar como, durante o século XX, essa desigualdade assumiu novos contornos e como a lógica da industrialização se propagou para outros países que ainda continuam subdesenvolvidos. Quais são as características de um país subdesenvolvido hoje? Pode-se dizer que existem países subdesenvolvidos que são industrializados? Quais os mecanismos que perpetuaram a lógica do subdesenvolvimento? Vimos, pelos mapas e gráficos, que os países centrais detêm os melhores indicadores sociais e que os países periféricos apresentam, de modo geral, indicadores sociais e econômicos desfavoráveis.

Assim, podemos afirmar que os países centrais foram os pioneiros no processo de industrialização e hoje possuem variados tipos de indústria e diversificação produtiva, investem em pesquisa e tecnologia e, portanto, estão à frente dos outros países nesse quesito; além disso, exportam produtos que, para produzir, necessitam do emprego dessa tecnologia; detêm patentes sobre suas pesquisas e novas descobertas; apresentam alto grau de urbanização sem, contudo, experimentar o caos urbano nas proporções das metrópoles dos países periféricos.

De um modo geral, países periféricos viveram um processo de industrialização tardia, de substituição de importações com base, principalmente, na produção interna de itens que antes eram importados. Suas economias baseiam-se na produção de bens para a exportação. Assim, atendem à demanda externa, mantêm grande dependência tecnológica, não dispõem, de modo geral, de um parque industrial muito diversificado, importam máquinas e equipamentos de maior sofisticação tecnológica e são sede de empresas transnacionais.

Desde o século XIX já existia o conceito de empresa multinacional, ou seja, uma empresa com sede em um país que possui fábricas em vários outros países. Nos anos 1890, além das potências europeias, os Estados Unidos já se apresentavam como uma importante economia capitalista. Países como Argentina e Brasil estreitaram suas relações econômicas com os Estados Unidos como exportadores de alimentos e produtos agrícolas. O Brasil exportava principalmente café, açúcar e cacau; e a Argentina, trigo, carne bovina e couro. Já os países da América Central e das Antilhas exportavam açúcar e banana.

Os Estados Unidos, por sua vez, exportavam máquinas e outros produtos industrializados para esses países. Em 1905, os Estados Unidos já tinham uma indústria siderúrgica que produzia aço para várias finalidades, enquanto o Brasil só teria sua primeira siderúrgica quase três décadas depois. Desse modo, firmava-se uma clara divisão da atividade econômica entre os diferentes países. Aqueles que não tinham grande desenvolvimento econômico dependiam da tecnologia dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

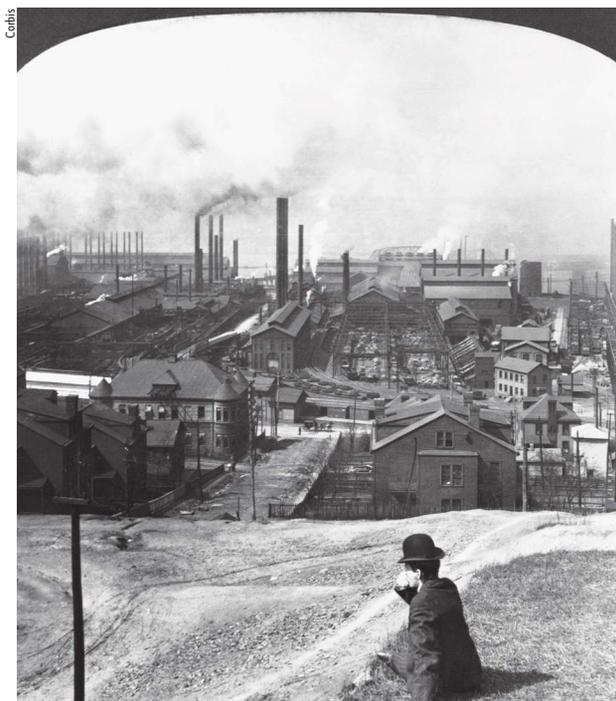
Este, assim como os países europeus, comprava matéria-prima e produtos agrícolas dos países periféricos e mantinha uma posição de superioridade ao deter o domínio sobre a tecnologia da qual as nações não industrializadas dependiam. Basta lembrar que todos os produtos e as aplicações que utilizavam, por exemplo, diferentes tipos de chapas de aço, precisavam ser importados dos Estados Unidos ou de um país europeu. Assim, máquinas, embalagens, automóveis e uma infinidade de outros produtos só poderiam ser produzidos com a importação de produtos dos países centrais.

Entre 1914 e 1918, ocorreu a Primeira Guerra Mundial, favorecendo ainda mais a fortalecida economia norte-americana. O conflito envolveu as maiores potências econômicas da Europa: França, Alemanha e Inglaterra. A guerra provocou a desorganização interna dessas economias, e os Estados Unidos se tornaram um importante fornecedor de produtos industrializados para os países europeus.

Em 1929, o sistema capitalista enfrentou uma grave crise, quando a livre competição desenfreada entre as empresas capitalistas levou à quebra da Bolsa de Valores de Nova York e à falência, em muitos lugares do mundo, de empresas que estavam ligadas ao mercado financeiro estadunidense. Como afirma o economista Paul Singer:

No capitalismo, a instabilidade é recorrente, causada por fatores inerentes ao modo de produção. Numa fase de crise ou depressão, boas colheitas, por exemplo, tendem a agravar a superprodução, em vez de contribuir para recuperar a economia. A crise contrapõe à abundância de recursos penúria de produtos, como se um surto de inapetência, de anorexia tivesse se assenhoreado do organismo econômico. O espetáculo recorrente de fábricas paradas, matérias-primas sobrando, trabalhadores desempregados, enquanto grande parte da população não pode satisfazer suas necessidades básicas, tem sido um dos grandes enigmas a desafiar a argúcia dos estudiosos. [...] O ano de 1929 presenciou o início da pior crise da história do capitalismo. Durante quatro anos, a produção, o consumo e o emprego baixaram sem cessar. A amplitude da perda econômica, a dimensão do empobrecimento foram inéditas.

SINGER, Paul. *O capitalismo*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 39.



Em 1907, o condado de Allegheny, na Pensilvânia, EUA, já tinha sua paisagem dominada pelas indústrias. Na imagem, homem olha a siderúrgica Homesband Steel Works, na Pensilvânia.

A partir da crise, que continuou nos anos 1930, houve uma forte intervenção do Estado na economia a fim de regular as relações econômicas e evitar novos colapsos.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreriam novas mudanças na dinâmica da sociedade capitalista, na qual os Estados Unidos, grande força vitoriosa na guerra, se tornariam a grande potência capitalista mundial e atuariam como os maiores financiadores da reconstrução dos países europeus destruídos. Isso acarretou um grande dinamismo à economia mundial, cuja fase de crescimento iniciada então durou até os anos 1970.

Contudo, não foi alterada a lógica pela qual os países ditos subdesenvolvidos continuariam dependentes das grandes potências. Porém, alguns países, como Brasil, México, Coreia do Sul e Taiwan, conseguiram intensificar seu processo de industrialização.

Nos anos 1970, uma nova crise do capitalismo tomou conta do cenário mundial. A lucratividade das empresas começou a entrar em queda em um contexto em que trabalhadores estadunidenses e europeus exigiam melhores salários e condições mais dignas de trabalho.

Foi nesse momento que muitas multinacionais transferiram parte de sua produção para países como Brasil e México, onde a mão de obra era muito mais barata. Ao mesmo tempo, para superar a queda da produtividade, ocorreu a elevação de preços de muitos produtos, aumentando o custo de vida e reduzindo o consumo.

Em 1973, teve início a primeira crise do petróleo, quando os preços subiram e afetaram as indústrias, que dependiam dessa forma de energia, bem como todo o sistema de transportes. Somente em fins dos anos 1970 a economia mundial voltou a crescer, e começou a se delinear uma nova fase do capitalismo bastante ligada a uma revolução tecnológica provocada pelo desenvolvimento da informática e dos processos de automação.

Iniciou-se um período no qual as fábricas foram substituindo gradativamente trabalhadores por robôs e processos automatizados de produção. A profunda mudança nos sistemas de comunicação, principalmente a partir dos anos 1990, permitiu também que os negócios se ampliassem em escala mundial.

Até os dias atuais, tem havido muitas fusões entre grandes empresas, que passam a controlar a produção de uma infinidade de produtos. Exemplo disso é uma grande empresa transnacional que fabrica bens alimentícios e itens de higiene pessoal e beleza e está

## ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

### Geógrafo

Este capítulo aborda questões relativas ao desenvolvimento desigual dos países, à concentração regional de riquezas e à divisão territorial do trabalho – processos econômicos e sociais fundamentais para a compreensão da vida contemporânea. Tais assuntos são normalmente estudados pelo geógrafo, sob seu ângulo específico de análise da sociedade – o espaço geográfico. Esse profissional tem, entre suas atribuições, a de conduzir o ensino da disciplina na educação básica e superior. No campo da pesquisa, estuda questões sociais, econômicas e políticas das coletividades humanas, nas mais variadas escalas de relações (local, regional, nacional, planetária). Desenvolve também investigações sobre temas como a organização espacial de países e regiões, as bases naturais do espaço geográfico, a geopolítica e as relações internacionais, a urbanização, a demografia e a energia, entre outros.

No Brasil, foi um profissional muito requisitado nas equipes de planejamento urbano e regional, sobretudo a partir da década de 1970, período de acelerada urbanização. Hoje o geógrafo também participa de equipes multidisciplinares que realizam estudos de impacto ambiental ou programas de educação ambiental. Pode operar sistemas de informação geográfica e analisar imagens e fotografias aéreas ou de satélites para a preparação de mapas e para levantamento de dados sobre uso do solo, relevo, recursos hídricos, vegetação, clima e o modo como as sociedades constroem seus espaços. A Geografia é uma ciência dotada de amplo campo de conhecimentos, divididos basicamente em três grandes áreas: Geografia Física, Geografia Humana e representação cartográfica. Na primeira, que também envolve o enfoque ambiental, há especializações em Climatologia, Geomorfologia, Biogeografia, Gestão Hídrica, Gestão de Recursos Naturais e outras. Na área de representação cartográfica, há especializações em cartografia e geoprocessamento. Na Geografia Humana, destacam-se subáreas como Geografia Urbana, Geografia Agrária, planejamento urbano e regional, Geografia Econômica, Geografia Cultural, Geografia do Turismo e outras.

Os cursos solicitam muitas leituras e realização de trabalhos de campo, seminários e monografias.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior completo (4 anos).

**Área de atuação:** O mercado de trabalho apresenta várias oportunidades, mas exige do profissional sólida formação e domínio das ferramentas de trabalho. O local de atuação do geógrafo vai depender da opção feita na graduação – licenciatura ou bacharelado. No primeiro caso, poderá lecionar em escolas de ensino fundamental e médio ou ainda elaborar e publicar materiais didáticos diversos. Se a opção for pelo bacharelado, poderá atuar em empresas privadas ou em instituições públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos de pesquisa, prefeituras, secretarias do meio ambiente ou de planejamento etc. Pode elaborar ou organizar publicações ou aprofundar-se em pesquisas de pós-graduação, habilitando-se para a docência no ensino superior e para pesquisas em instituições diversas.

presente em cerca de 150 países. A empresa detém marcas que são conhecidas mundialmente, tanto de sorvete, maionese ou manteiga, como de sabão em pó, sabonete e xampu, entre outras.

Assim, a partir dos anos 1980, inicia-se um novo período de crescimento das economias capitalistas. Ainda se verifica uma distância em termos econômicos, tecnológicos e sociais entre as economias periféricas e os países centrais e isso mostra que o capitalismo continua a se reproduzir com base no desenvolvimento desigual. Entretanto, alguns países ditos emergentes vêm ganhando destaque no cenário econômico mundial. Entre eles estão a China – considerada hoje a oficina do mundo –, o Brasil, a Rússia, a Índia e a África do Sul.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Enem (2005) Analise o quadro acerca da distribuição da miséria no mundo, nos anos de 1987 a 1998.

Mapa da miséria					
População que vive com menos de US\$ 1 por dia (em %)					
Região	1987	1990	1993	1996	1998 (preliminar)
Extremo Oriente e Pacífico	26,6	27,6	25,2	14,9	15,3
Europa e Ásia Central	0,2	1,6	4,0	5,1	5,1
América Latina e Caribe	15,3	16,8	15,3	15,6	15,6
Oriente Médio e Norte da África	4,3	2,4	1,9	1,8	1,9
Sul da Ásia	44,9	44,0	42,4	42,3	40,0
África Subsaariana	46,6	47,7	49,7	48,5	46,3
Mundo	28,3	29,0	28,1	24,5	24,0

Fonte: Gazeta Mercantil, 17 out. 2001, p. A6.

A leitura dos dados apresentados permite afirmar que, no período considerado,

- no sul da Ásia e na África Subsaariana está, proporcionalmente, a maior concentração da população miserável.
  - registra-se um aumento generalizado da população pobre e miserável.
  - na África Subsaariana, o percentual de população pobre foi crescente.
  - em números absolutos, a situação da Europa e da Ásia Central é a melhor dentre todas as regiões consideradas.
  - o Oriente Médio e o Norte da África mantiveram o mesmo percentual de população miserável.
2. FGV (2003) Sobre o imperialismo no século XIX, é correto afirmar:
- Caracterizou-se pela valorização da diplomacia e do reconhecimento da autodeterminação dos povos em lugar de intervenções militares e da manutenção das áreas coloniais.
  - Caracterizou-se pelo incremento das atividades mercantis e pelo fluxo de matérias-primas dos países desenvolvidos para as regiões em processo de desenvolvimento.
  - Caracterizou-se pela emergência de potências asiáticas detentoras de alta tecnologia, abundante mão de obra e enormes reservas de matérias-primas.
  - Caracterizou-se pela conquista e subordinação de territórios destinados ao papel de fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos dos países industrializados.
  - Caracterizou-se pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista comercial e pela articulação de diversas regiões do planeta por meio do fortalecimento do mercado internacional.

### 3. Enem (2011)

*A introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de efeitos sociais que afetaram os trabalhadores e sua organização. O uso de novas tecnologias trouxe a diminuição do trabalho necessário, que se traduz na economia líquida do tempo de trabalho, uma vez que, com a presença da automação microeletrônica, começou a ocorrer a diminuição dos coletivos operários e uma mudança na organização dos processos de trabalho.*

*Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 170(9), 1º ago. 2004.*

A utilização de novas tecnologias tem causado inúmeras alterações no mundo do trabalho. Essas mudanças são observadas em um modelo de produção caracterizado

- a) pelo uso intensivo do trabalho manual para desenvolver produtos autênticos e personalizados.
- b) pelo ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho no setor industrial.
- c) pela participação ativa das empresas e dos próprios trabalhadores no processo de qualificação laboral.
- d) pelo aumento na oferta de vagas para trabalhadores especializados em funções repetitivas.
- e) pela manutenção de estoques de larga escala em função da alta produtividade.

### 4. Enem (2009)

*Colhe o Brasil, após esforço contínuo dilatado no tempo, o que plantou no esforço da construção de sua inserção internacional. Há dois séculos formularam-se os pilares da política externa. Teve o país inteligência de longo prazo e cálculo de oportunidade no mundo difuso da transição da hegemonia britânica para o século americano. Engendrou concepções, conceitos e teoria própria no século XIX, de José Bonifácio ao Visconde do Rio Branco.*

*Buscou autonomia decisória no século XX. As elites se interessaram, por meio de calorosos debates, pelo destino do Brasil. O país emergiu, de Vargas aos militares, como ator responsável e previsível nas ações externas do Estado. A mudança de regime político para a democracia não alterou o pragmatismo externo, mas o aperfeiçoou.*

SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar do Brasil e o silêncio do parlamento. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 maio 2009 (adaptado).

Sob o ponto de vista da política externa brasileira no século XX, conclui-se que

- a) o Brasil é um país periférico na ordem mundial, devido às diferentes conjunturas de inserção internacional.
- b) as possibilidades de fazer prevalecer ideias e conceitos próprios, no que tange aos temas do comércio internacional e dos países em desenvolvimento, são mínimas.
- c) as brechas do sistema internacional não foram bem aproveitadas para avançar posições voltadas para a criação de uma área de cooperação e associação integrada a seu entorno geográfico.
- d) os grandes debates nacionais acerca da inserção internacional do Brasil foram embasados pelas elites do Império e da República por meio de consultas aos diversos setores da população.
- e) a atuação do Brasil em termos de política externa evidencia que o país tem capacidade decisória própria, mesmo diante dos constrangimentos internacionais.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### **CAPITALISMO PARA PRINCIPIANTES: A HISTÓRIA DOS PRIVILÉGIOS ECONÔMICOS**

Neste livro, é traçado um interessante perfil do sistema capitalista, analisando-se suas diferentes etapas e períodos.

NOVAES, Carlos Eduardo.; RODRIGUES, Vilmar. *Capitalismo para principiantes: a história dos privilégios econômicos*. São Paulo: Ática, 2003.



#### **OS EXCLUÍDOS: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA POBREZA NO BRASIL**

Este livro analisa aspectos da pobreza na transição da escravidão para o capitalismo.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp e Campinas: Unicamp, 2008.



#### **GEOATLAS**

Atlas bastante atualizado, com gráficos, imagens de satélite e bons mapas abordando diferentes temas do Brasil e do mundo.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 33. ed. São Paulo: Ática, 2010.

### FILME



#### **POWAQQATSI: A VIDA EM TRANSFORMAÇÃO**

Este filme apresenta fortes imagens de países subdesenvolvidos, explorando, de forma plástica, suas belezas e contradições.

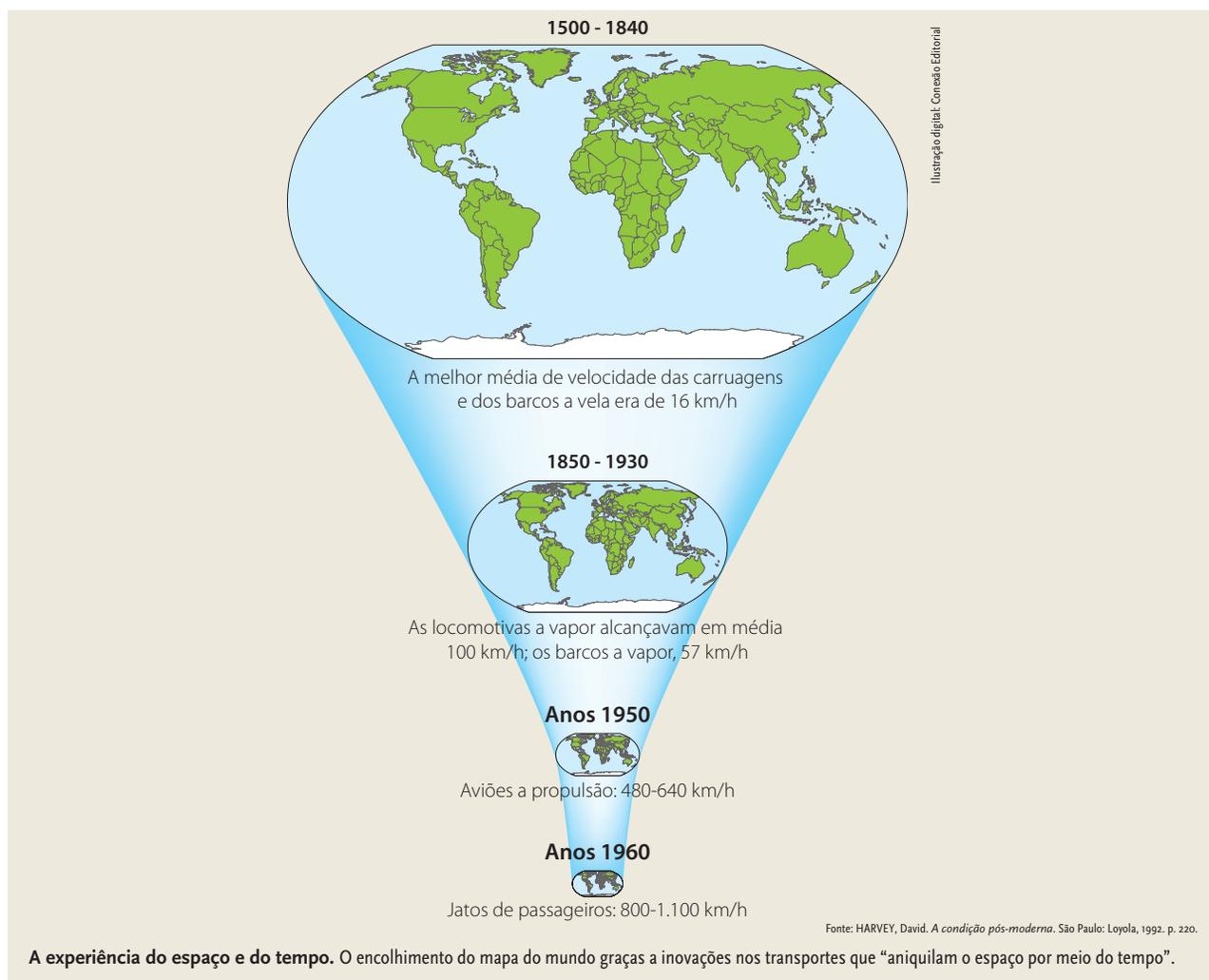
Direção de Godfrey Reggio. EUA: Cannon Films, 1988, 100 min.

Este capítulo pretende analisar como vem se constituindo a globalização, uma nova escala geográfica de relações humanas. Vamos examinar seu alcance e sua repercussão em diversas dimensões, como: trabalho, produção econômica, cidades e, claro, vida cotidiana.

## UMA ESCALA GLOBAL DE RELAÇÕES HUMANAS

### LER ESQUEMA E CANÇÃO

Considere o esquema e a letra de música a seguir.



## Parabolicamará

Gilberto Gil

Antes mundo era pequeno  
Porque Terra era grande  
Hoje mundo é muito grande  
Porque Terra é pequena  
Do tamanho da antena parabolicamará  
Ê, volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

Antes longe era distante  
Perto, só quando dava  
Quando muito, ali defronte  
E o horizonte acabava  
Hoje lá trás dos montes, den de casa, camará  
Ê, volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

De jangada leva uma eternidade  
De saveiro leva uma encarnação

Pela onda luminosa  
Leva o tempo de um raio  
Tempo que levava Rosa  
Pra aprumar o balaio

Quando sentia que o balaio ia escorregar  
Ê, volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

Esse tempo nunca passa  
Não é de ontem nem de hoje  
Mora no som da cabaça  
Nem tá preso nem foge  
No instante que tange o berimbau, meu camará  
Ê, volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

De jangada leva uma eternidade  
De saveiro leva uma encarnação  
De avião, o tempo de uma saudade

Esse tempo não tem rédea  
Vem nas asas do vento  
O momento da tragédia  
Chico, Ferreira e Bento  
Só souberam na hora do destino apresentar  
Ê, volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

GIL, Gilberto. *Parabolicamará*. Rio de Janeiro: Warner Music, 1992. Faixa 2. © Gege Edições Musicais LTDA. (Brasil e América do Sul)/Preta Music (Resto do mundo) Todos os direitos reservados.

Converse com seus colegas sobre:

1. Quais “pistas” o esquema e a música trazem para compreender a globalização?
2. Existe algo em comum entre o que diz o esquema e a letra da canção? Existe divergências na visão de cada um?
3. Algo chamou sua atenção no título da canção de Gilberto Gil? O quê?
4. Com base no esquema e na música, procure relacionar o tema de ambos. Prepare uma lista com algumas noções e processos aos quais ambos se referem.
5. Essas ideias significam algo para você? Você está de acordo com elas?

## GLOBALIZAÇÃO: ALGUMAS VISÕES

O esquema mostrado na abertura do capítulo foi publicado em 1992 pelo geógrafo estadunidense David Harvey, enquanto *Parabolicamará* é a letra de uma canção de Gilberto Gil, gravada em 1992. Note que o esquema mostra a evolução técnica dos sistemas de transporte, desde o século XVI. Nesse percurso, a velocidade média dos meios de transporte à disposição (barcos a vela, trens a vapor, aviões etc.) aumentou, ao mesmo tempo em que o tempo gasto para percorrer as distâncias diminuiu. O esquema de Harvey representa um “encolhimento” do mundo.

Gilberto Gil também menciona processos similares no trecho da canção: “De jangada leva uma eternidade / De saveiro leva uma encarnação / De avião, o tempo de uma saudade”. E mais, nos quatro primeiros versos, ele diz que antes o mundo era pequeno porque a Terra era grande, ao passo que hoje o mundo ficou muito maior, enquanto a Terra passou a ser pequena.

Cada qual a seu modo, os autores abordam um dado central da globalização: as inovações tecnológicas nos sistemas de transporte e de telecomunicação, que nos permitem percorrer distâncias em menos tempo. O que não quer dizer, obviamente, que todos os indivíduos, grupos sociais ou lugares tenham essa possibilidade técnica à sua disposição.

Indicamos até aqui algumas semelhanças. Será que existem diferenças entre as visões apresentadas? Seriam elas importantes? Vejamos:

A legenda do esquema proposto por David Harvey assinala que vem ocorrendo um “aniquilamento do espaço por meio do tempo”. O texto da canção de Gilberto Gil diz que “Hoje mundo é muito grande / Porque Terra é pequena”. Para Gilberto Gil, o planeta ficou “menor”, já que pode ser percorrido e apreendido com maior facilidade.

De outro lado, ficou “maior” a ideia de mundo, como uma construção e uma possibilidade eminentemente humanas. Assim, enquanto para Harvey parece haver uma tendência ao desaparecimento do espaço, para o músico brasileiro, ao afirmar que “hoje mundo é muito grande”, o que parece ocorrer é a abertura de uma janela para a criação e a multiplicação de novos espaços, havendo, portanto, maiores possibilidades para estabelecer interações sociais.

## GLOBALIZAÇÃO: ENFOQUES E POLÊMICAS

O termo “globalização” passou a ser usado com maior frequência a partir da década de 1980, especialmente em universidades norte-americanas. Afirmava-se na época que era preciso criar um cenário favorável aos novos investimentos, dessa vez ultrapassando as fronteiras nacionais. Em outras palavras, pretendia-se erguer um mundo cada vez mais “liberalizado” e “desregulamentado”. Tais perspectivas foram reforçadas em encontros, no mesmo período, entre economistas, representantes de órgãos econômicos dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Os eventos deram origem a um pensamento que ficou conhecido como Consenso de Washington.

É preciso também assinalar que o tema ainda provoca muitas polêmicas. Uma delas opõe, de um lado, aqueles que afirmam que não há nada de novo na globalização ou mesmo que nem sequer ela existe como um processo, já que se trata apenas de uma nova fase de expansão do modo de produção capitalista em seu desejo de explorar novos mercados e obter lucros. Nesse grupo, alguns autores não hesitam em afirmar que a globalização vem ocorrendo desde o século XVI, a partir da expansão marítimo-comercial proporcionada pelas grandes navegações.

De outro lado, envolvendo tanto os críticos como os entusiastas da globalização, estão aqueles que pensam que o fenômeno realmente é algo novo, distinto de fases passadas. Alguns afirmam mesmo que estamos vivendo plenamente esse novo momento, em que todas as dimensões das relações sociais estariam vinculadas aos ditames da nova condição.

Por fim, vale notar que, entre os que acham que realmente existe um fenômeno novo a ser compreendido, nem todos o denominam da mesma forma. Um exemplo: enquanto o termo

“globalização” é corrente nas universidades, na mídia e nas palavras dos governantes dos Estados Unidos, intelectuais e mídia franceses preferem denominar os novos eventos de “mundialização”. Em outro sentido ainda, para o antropólogo brasileiro Renato Ortiz, por exemplo, globalização refere-se aos eventos da esfera econômica, enquanto mundialização vincula os eventos de ordem cultural.

É importante ressaltar que a globalização é um processo extremamente complexo, desigual e contraditório. Não seria possível apreender, em poucas linhas, toda a riqueza e diversidade envolvendo tanto os processos reais, concretos, como as ideias e as concepções que existem a respeito do tema.

Partimos aqui da ideia de que existe um processo novo, que precisa ser compreendido em suas diferentes faces.

Quais seriam então seus principais atores? Quais desafios e repercussões, positivas ou negativas, a globalização traz? Como afeta a vida de milhões de trabalhadores? Quais eventos, de fato, se dão em escala global? Ao falar de escala, estamos nos referindo à abrangência espacial de um determinado fenômeno.

Começemos por assinalar alguns processos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990 que colaboraram para aumentar a certeza de que era possível a criação de espaços globais de relações:

- A queda do muro de Berlim, em 1989, símbolo do **desmoronamento do chamado socialismo real**, que tinha a União Soviética à frente. A partir daí, surge a perspectiva de se criarem novos mercados capitalistas.
- O extraordinário **desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte, comunicação e informação**, permitindo superar distâncias, romper isolamentos geográficos e estabelecer novas interações sociais.
- Com a combinação dos avanços da informática e da microeletrônica, temos o advento da **rede mundial de computadores**. Ela torna possível a comunicação em **tempo real** entre indivíduos e grupos em diferentes partes do mundo. De um lado, isso traz fortes **repercussões culturais**: diferentes grupos, povos e países passam a interagir com informações, gostos, valores e hábitos vindos “de fora”. De outro lado, a informação passa a ser matéria-prima básica de empresas, Estados e organismos multilaterais. Uma empresa pode, por exemplo, enviar um novo comando a uma de suas unidades produtivas utilizando esses meios e servindo-se de informações disponíveis sobre indicadores econômicos.
- A constituição de uma nova ordem econômica, baseada em **sistemas produtivos flexíveis e adaptáveis**. As unidades de produção passam a ser mais enxutas e baseadas em tecnologias de ponta. Eleva-se a produtividade, mas ao mesmo tempo cresce o poder de decisão das empresas de transferir sedes de um país para outro rapidamente. Isso aumenta a possibilidade de uso de diferentes lugares para negócios e para a produção, permitindo a criação de novos espaços. Nesse caso, tais espaços passam a operar em função de uma lógica econômica global.
- Maior **mobilidade geográfica e descentralização da produção** econômica. Diferentemente do modo de operar das empresas multinacionais, surgem as **transnacionais**. Tradicionalmente, a empresa multinacional instalava uma filial em outro país e passava a produzir para aquele e para outros mercados nacionais. As empre-

sas transnacionais cada vez mais desvinculam-se de seu país de origem e instalam suas unidades produtivas em diferentes pontos, passando a fabricar e vender produtos para o planeta como um todo. Portanto, sua lógica operacional não fica mais restrita aos interesses e às determinações de caráter nacional. Por isso, pode-se dizer que sua ação **transcende** as fronteiras nacionais.

- A criação de **blocos econômicos regionais** para proteger os mercados internos dos países-membros, bem como para colaborar para sua inserção na competitiva arena global, considerando-se, claro, as diferenças entre os países que compõem cada bloco e os interesses ou a força econômica de cada um. Por exemplo, o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta) pode servir para salvaguardar interesses protecionistas da América do Norte, mas não tem facilitado a mobilidade dos trabalhadores entre seus três países-membros (Estados Unidos, Canadá e México) –, sobretudo dos mexicanos.
- A atuação do **sistema financeiro mundial**, que, valendo-se das inovações nos sistemas de comunicação e informação, cria o dinheiro que “nunca dorme”. Assim, um abalo financeiro em um mercado local provoca turbulências no sistema como um todo. Diante de riscos, os investidores buscam imediatamente aplicações mais seguras.

## LER TEXTO

### Globalização: uma nova ordem?

No interior da aparente unanimidade, vozes discordantes afirmam que não há *globalização* alguma. Afinal, qual seria a surpresa e a novidade diante do fato da força motriz do mundo moderno, o capitalismo, continuar seu destino expansionista pelo mundo – apesar das fronteiras nacionais, que na verdade lhe opõem pouca resistência? [...]

Entretanto, há uma novidade, que está no surgimento de uma poderosa esfera que se situa acima dos Estados nacionais, que é a *esfera global*. Vejamos o exemplo de duas forças econômicas que a constituem:

a) *O sistema financeiro especulativo*. Opera em *escala planetária* e por ele circulam trilhões de dólares. Ele se instala em bolsas de valores de todo o mundo ou como empréstimos a governos, mas *nunca se territorializa*. Não é aplicado na produção, que exige território, e sua existência se dá num *espaço eletrônico*, que é seu suporte material, e é operado com *instantaneidade* e de forma *simultânea*.

b) *As empresas transnacionais*. O prefixo *trans* vem de transcendência, daquilo que transcende, que está acima, além dos nacionais. Empresa transnacional é aquela empresa que *não é de nacional algum*. Como podem estar acima dos territórios nacionais? Por exemplo, ocupando nesses países áreas especialmente preparadas para recebê-las, que não seguem as mesmas regras que valem para o restante do território nacional. No Brasil, prefeituras cedem terrenos e isentam empresas do IPTU, os governos estaduais eliminam total ou parcialmente cobranças de ICMS e a esfera federal renegocia impostos e taxas de importação e exportação, numa verdadeira “guerra fiscal”, nem sempre com retorno econômico e social vantajoso para os lugares que vencem a disputa.

Assim, esses setores formam um poderoso segmento da economia moderna, que se transnacionalizou e opera em escala planetária. Ficou acima dos Estados nacionais. Não é americano, nem japonês e nem europeu. É global.

Adaptado de: OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. *Espaço e modernidade: temas da Geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999.

Responda às questões a seguir:

1. Para esses autores, como se caracteriza a chamada esfera global?

.....

.....

2. Quais forças econômicas constituem a globalização, segundo esses autores? Destaque o que essas forças econômicas têm em comum.

.....

.....

3. Com base nas informações debatidas, discuta com os colegas e elabore um glossário de termos relacionados à globalização. Exemplos: Empresa transnacional – Sistema financeiro global – Fronteiras – Estados nacionais – etc.

---

## NOVA ESCALA DE RELAÇÕES

Vimos até aqui que a globalização atua prioritariamente em diversas esferas da vida humana, como a produção de bens, transportes e comunicações, atividades financeiras, bem como no plano sociocultural.

Do ponto de vista geográfico, vale dizer que estamos diante de uma nova escala de relações humanas. Dessa forma, o **global** pode ser entendido como **o que não é nacional**. Para o geógrafo Milton Santos, trata-se de compreender esse contexto de **aceleração e instantaneidade**. Mas será que essa nova escala de relações humanas eliminou a produção de valores, de cultura ou de bens nos níveis local ou nacional? Voltaremos a isso adiante.

Anote os termos que chamaram a sua atenção neste bloco e apresente seu significado no glossário. A seguir, vamos examinar com mais detalhes o papel de alguns atores da esfera global: trabalhadores, empresas transnacionais, sistema financeiro, Estado nacional, cultura nacional e outras.

## EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Observe e compare as fotografias a seguir.



Luiz Saez Parra/Folha Imagem

Linha de montagem de automóveis em indústria automobilística na capital paulista, em 1983.



©Charles O'Rear/Corbis/Corbis (DC)/Lainstock

Linha de montagem robotizada de indústria automobilística japonesa no início dos anos 2000.

Nas fotografias da página anterior, vemos linhas de montagem em diferentes momentos históricos da evolução técnica dos processos produtivos. A segunda foto mostra uma tendência contemporânea na ação dos grandes **conglomerados econômicos**: cada vez mais conta-se com sistemas informatizados e com a robotização de máquinas e comandos operacionais. Embora isso esteja se disseminando nos mais variados ramos empresariais – até mesmo entre as empresas tipicamente nacionais –, transnacionais são as que melhor se servem do novo sistema.

As montadoras de automóveis são um caso exemplar: elas procuram construir unidades produtivas menores e mais enxutas. Já está no passado o tempo em que as montadoras possuíam unidades com mais de 10 mil operários e funcionários administrativos.

Por que essas empresas são chamadas de transnacionais? Aí está uma pista importante para compreender a globalização. O prefixo “multi” quer dizer vários, e na palavra multinacional, “muitos nacionais”. São empresas de uma dada origem nacional – norte-americana, japonesa, alemã... – que instalavam filiais em outros países, adquirindo parte da nacionalidade do país em que passava a atuar. No caso das transnacionais, como foi visto, o prefixo vem de “trans”, daquilo que transcende. Assim, essas novas empresas operam acima das realidades nacionais. Então, a empresa transnacional não é de um país, ela supera a origem nacional.

Como assinala o geógrafo francês Jacques Lévy, trata-se do fim do chamado *jus sanguines*, expressão que denota o compromisso ou origem nacional da empresa. Assim, uma grande empresa automobilística estadunidense de origem instala sua sede na Alemanha. Essa empresa se “deslocaliza” porque é estratégico para ela criar empregos fora dos Estados Unidos. Ela cria um circuito próprio que já não é mais nacional.

Esse autor questiona também se, no novo sistema, um Estado ou sociedade nacional pode tirar algum proveito disso. Ao contrário: é possível afirmar que essas empresas tiram partido ao máximo das vantagens de localização, pois se trata de uma estratégia espacial. Em regra, elas buscam países que possuem mercados consumidores promissores e lugares dotados de infraestrutura com forte densidade técnica de comunicação e informação.

Aqui entra também o papel dos Estados nacionais no processo de globalização, muitas vezes em posição subordinada. Para se instalar, as transnacionais recebem vários tipos de isenção fiscal, e até mesmo os terrenos onde serão construídas as plantas industriais são doados. Vejamos o exemplo do Brasil, onde se instituiu uma verdadeira “guerra fiscal” entre os estados e municípios para receber as novas empresas.

Cada empresa cria sua própria geografia e desenha seu próprio mapa-múndi, estabelecendo uma rede de unidades produtivas que se comunicam e realizam a estratégia de produção e vendas. Importam para a empresa muito mais os pontos dessa rede do que as frações de territórios nacionais onde elas se instalam. Mais adiante examinaremos alguns efeitos perversos dessa lógica, sobretudo para os trabalhadores e para regiões e países mais pobres.

Sobre os resultados da atuação dos conglomerados econômicos, leia o texto a seguir, do pesquisador brasileiro Eduardo F. Matias, especialista em Direito Internacional, para ter ideia da ordem de grandeza do faturamento de certos agentes econômicos.

## Empresas transnacionais e perda do poder estatal

O poder econômico das transnacionais pode ser medido pelo tamanho que essas empresas alcançaram. Já na década de 1970, chamava-se a atenção para o fato de que o faturamento de algumas havia superado o PIB [Produto Interno Bruto] de vários países. Por exemplo, enquanto uma gigante como a General Motors teve lucros de 1,3 bilhão de dólares em 2004 [4,6 bilhões em 2010], países da África, como Mali ou Mauritânia, apresentaram PIB que não chega nem à metade desse valor [9,2 bilhões e 3,6 bilhões, respectivamente, no ano de 2010 – deve-se apontar que o PIB do Mali sofreu grande aumento desde 2010, ano de produção deste texto]. Hoje grande parte do comércio não passa pelos Estados, e as transnacionais seriam as maiores responsáveis pelos intercâmbios mundiais. Tornaram-se “competidoras do Estado-nação” [...]

Contudo, não é só a potência econômica que as levaram a ofuscar e submeter o poder das nações. Essas empresas exercem um controle sem igual dos recursos, mão de obra e mercados globais. Além disso, elas costumam deter tecnologias avançadas, muitas vezes inacessíveis a Estados menos desenvolvidos. Esses fatores somados fazem com que essas empresas ponham em xeque o poder do Estado na condução das atividades econômicas.

MATIAS, Eduardo F. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 172-173.

A preponderância das empresas transnacionais, entretanto, não elimina o fato de que o movimento principal do comércio de bens e investimentos produtivos diretos envolve os três grandes polos econômico-financeiros do planeta. Neles estão situadas as nações mais desenvolvidas.

## SISTEMA FINANCEIRO GLOBAL

Ao lado das empresas transnacionais e dos Estados nacionais, o sistema financeiro também é um ator importante do cenário global. Mas como ele funciona?

Podemos afirmar que o **sistema financeiro** opera em **escala global**, 24 horas por dia, especialmente a fatia desse setor chamada de “especulativa”. Essa talvez seja a definição exata da essência do capital que circula no sistema. A palavra “especular” vem de “espeelho”, aquilo que se reproduz a partir de si mesmo.

Essa parte do sistema financeiro é chamada de especulativa porque se instala em bolsas de valores de todo o mundo ou como empréstimos a governos, mas **nunca se territorializa**. Sua existência se dá num espaço eletrônico, que é seu suporte material, podendo ser operada com **instantaneidade**. Se esse sistema nunca se territorializa e ocupa um sistema eletrônico de operações instantâneas, estamos diante de uma força econômica que praticamente eliminou o espaço geográfico.

Quais nacionalidades compõem o sistema financeiro especulativo mundial? Evidentemente, alguns capitais podem ter origem nacional. Mas eles se dissolvem numa torrente de capitais que cresceram por especulação, sem território. O sistema não é controlado por nenhum país nem por organismos internacionais.

Complete seu glossário com os novos termos vistos até aqui.



Paul Hilton/epa/Corbis/Corbis (DQ) / ianstock

**Operadores de Bolsa de Valores de Hong Kong, 2006.**

Ao iniciar suas atividades pela manhã, quando no Ocidente ainda é noite, as operações financeiras contam com a participação de investidores de todo o mundo.

Assim, livre, leve e solto, ele “sobrevoa” o planeta em busca de aplicação lucrativa, mesmo que de curto prazo. A qualquer sobressalto, levanta voo e vai se instalar em outros pontos. Está aí uma das **personagens-chave** da globalização!

O sistema financeiro especulativo é uma força considerável nos destinos econômicos do mundo moderno. Para se ter uma ideia, estima-se que o setor movimentava valores acima de 1 trilhão de dólares por dia. Sua existência e sua ação têm sido tanto a salvação como o desastre para muitos países, como mostraram as crises financeiras ocorridas na Ásia e na Rússia no final da década de 1990 e também nos Estados Unidos e boa parte do planeta no final de 2008.

## ESTADOS NACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO

Para falarmos das relações entre os Estados nacionais e a globalização, antes é preciso caracterizarmos de forma sucinta o que é o Estado moderno e quais suas principais atribuições.

O Estado nacional, ou Estado-nação, é o conjunto formado por uma nação (grupo relativamente homogêneo do ponto de vista social e cultural) e um Estado, sobre uma base territorial definida. Corresponde, portanto, à ideia de **país**.

O Estado é o **poder político**. Trata-se da organização institucionalizada desse poder. Para ser legítima, a autoridade estatal deve ser assim reconhecida pelos que a ela se vinculam. Isso conduz à questão de como escolher os representantes que vão ocupar o poder. Concretamente, o Estado moderno reúne instituições como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já a partir do século XIII, mas em especial após a expansão marítimo-comercial do século XVI e o advento da Revolução Industrial, as sociedades passaram a se organizar em Estados nacionais. Baseado em fronteiras claramente delimitadas, o Estado nacional exerce a soberania sobre seu território e estabelece relações com outros Estados.

Entre as atribuições básicas do Estado nacional moderno, estão:

- as funções político-administrativas;
- o planejamento e incentivo a atividades econômicas e ao desenvolvimento social;
- o controle das fronteiras e da inviolabilidade do território;
- a garantia do funcionamento do sistema de representação política;
- a participação em organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para executar essas missões, o Estado moderno dispõe de instrumentos sobre os quais detém o monopólio, como a polícia, a justiça, o exército e a diplomacia. O Estado tem sido a célula central e estrutural do mundo moderno.

A Inglaterra, por exemplo, adquiriu uma força expansionista, nos séculos XVIII e XIX, porque promoveu uma radical revolução interna, com a **integração de seu território**, criando um país coeso e centralizado e um mercado nacional unificado.

De posse dessas ferramentas, podemos refletir sobre as relações entre o Estado nacional e a esfera global. É justamente do **enfraquecimento do Estado** como aglutinador e organizador das relações sociais no planeta que surge a “grande novidade”.

O Estado moderno ganha assim concorrentes e passa a perder a primazia para a **esfera global**, composta do sistema financeiro especulativo mundial e das empresas transnacionais. Como vimos, em muitos casos, ele também atua como agente da globalização.

Isso não significa, porém, que desapareceram outras funções do Estado e os componentes das relações internacionais. A ordem econômica e geopolítica anterior, e que ainda se manifesta, foi marcada pelas disputas territoriais, de hegemonias e por confrontos ou conflitos armados para resolver tensões entre dois ou mais Estados nacionais. O século XX está repleto de exemplos desse tipo, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e dezenas de conflitos armados, muitos dos quais perduram até hoje.

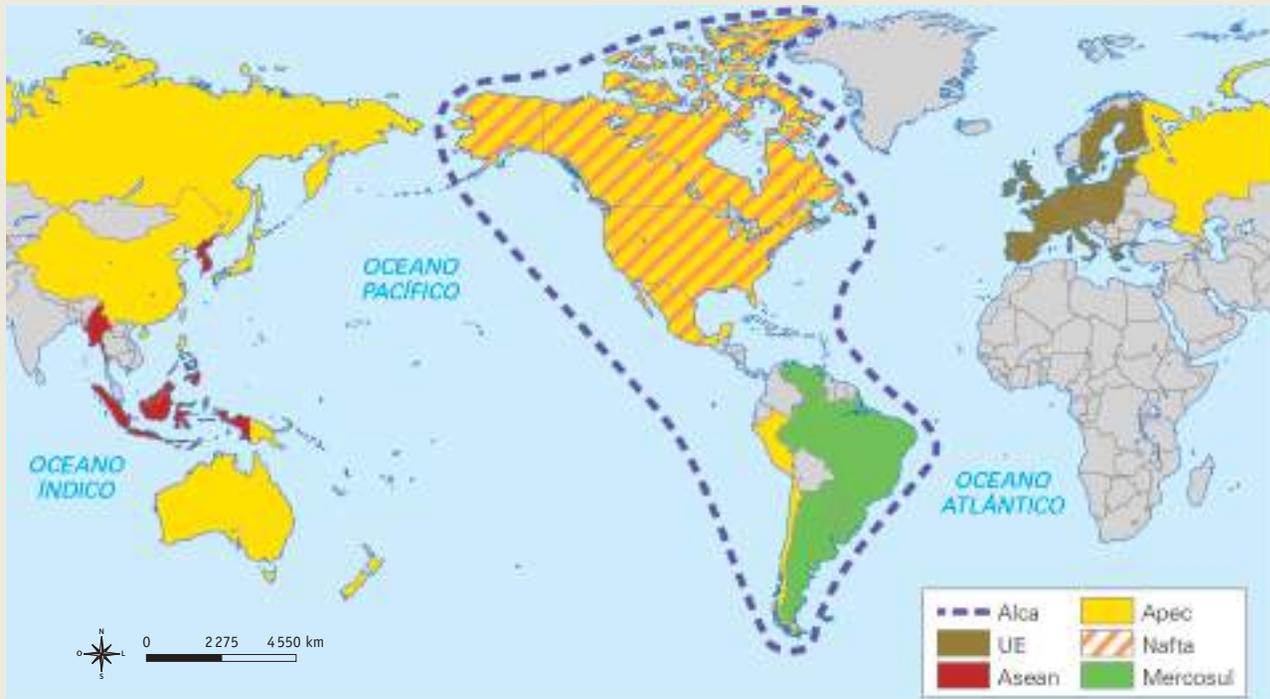
Na atualidade, os conflitos armados e as situações de tensão geopolítica dizem respeito à chamada ordem internacional – entre nações –, que ainda está em vigor. Por outro lado, os Estados nacionais participam ativamente de processos e atividades econômicas da esfera global, seja estimulando, seja colocando freios nos agentes da globalização.

Vimos que as novas fronteiras econômicas e políticas do mundo vêm sendo redesenhadas pela ação das grandes empresas transnacionais – que muitas vezes “escapam” do controle dos Estados nacionais.

Esse novo quadro é composto pelos chamados blocos regionais, de origem relativamente antiga (alguns começaram a se delinear ainda no século XIX). Eles são associações entre países com o objetivo principal de eliminar entraves ao intercâmbio comercial entre seus membros. Essas associações também possibilitam a adoção de tarifas comerciais e regras comuns aos países de cada bloco em suas relações com outros países e blocos, conforme apresentado no mapa a seguir.

### *Tipos de integração regional entre países*

#### Processos de integração regional



Fonte: GIMENO, Roberto; MARTIN, Benoit; MITRANO, Patrice. *Atelier de Cartographie Science Po*, 2005.

Existem basicamente quatro tipos de bloco de integração regional. São eles:

**Área ou Zona de livre-comércio:** prevê a redução ou eliminação de barreiras alfandegárias entre os países-membros, cada um deles mantendo seus próprios sistemas tarifários em relação a terceiros. Exemplos: Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) e Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta). Diante da resistência dos países, o projeto da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), lançado por lideranças dos Estados Unidos, foi abandonado.

**União aduaneira:** estágio de integração mais avançado, em que a alíquota no comércio dentro dos países-membros é zero. Os países-membros adotam em relação ao resto do mundo a tarifa externa comum (TEC). Exemplo: o Mercosul.

**Mercado comum:** além da TEC e do livre-comércio de

bens, possui livre circulação de fatores de produção (capitais, serviços e pessoas) no interior do bloco.

Neste tipo de integração regional, é importante a ordenação de políticas macroeconômicas. A mobilidade de mão de obra também exige prévia compatibilização entre os países quanto aos sistemas de contratação de trabalhadores, previdência social, seguro-desemprego e outros. Exemplo: Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e outras.

**União econômica e monetária:** é o estágio mais avançado de um processo de integração regional. Trata-se de um mercado comum com maior integração, em que os países adotam políticas de desenvolvimento e intercâmbio comuns e uma mesma moeda, controlada por um Banco Central único. Exemplo: União Europeia na fase atual.

Fonte: Adaptado de: PADOVESI, Fernanda et al. *Olhar geográfico: os espaços mundiais*. São Paulo: Ibp/Nacional, 2006. p. 105.

## UMA GEOGRAFIA DAS REDES

A ideia de rede é essencial para compreender o funcionamento da esfera global. De início, vejamos o que são essas redes.

Do latim *retis*, que significa fio, uma rede é um conjunto de linhas interconectadas que permitem a circulação de fluxos. Essas linhas asseguram interações entre os espaços, permitindo o movimento ou a circulação de pessoas, mercadorias, energia e informações.

Para Jacques Lévy, os **nós**, na junção da rede, asseguram a interconexão. Os **arcos** ou as **linhas** que os ligam podem ser **materiais**, como a linha do trem, as rodovias, as redes de transmissão de energia elétrica.

Podem ser também **imateriais**: uma linha aérea ou uma linha de transmissão de TV por meio de satélite. Por outro lado, os nós são sempre materiais (estação de trem, aeroportos, agência bancária e outros).

O traçado reticular indica que as redes não precisam ocupar áreas, em termos de extensão – como acontece com campos agrícolas –, mas ativar os nós e os arcos ou as linhas.

Assim, são redes técnicas que permitem as ligações entre espaços.

Além de sua motivação fundamental, que é a **interconexão**, as redes também têm um papel na integração e articulação dos territórios.

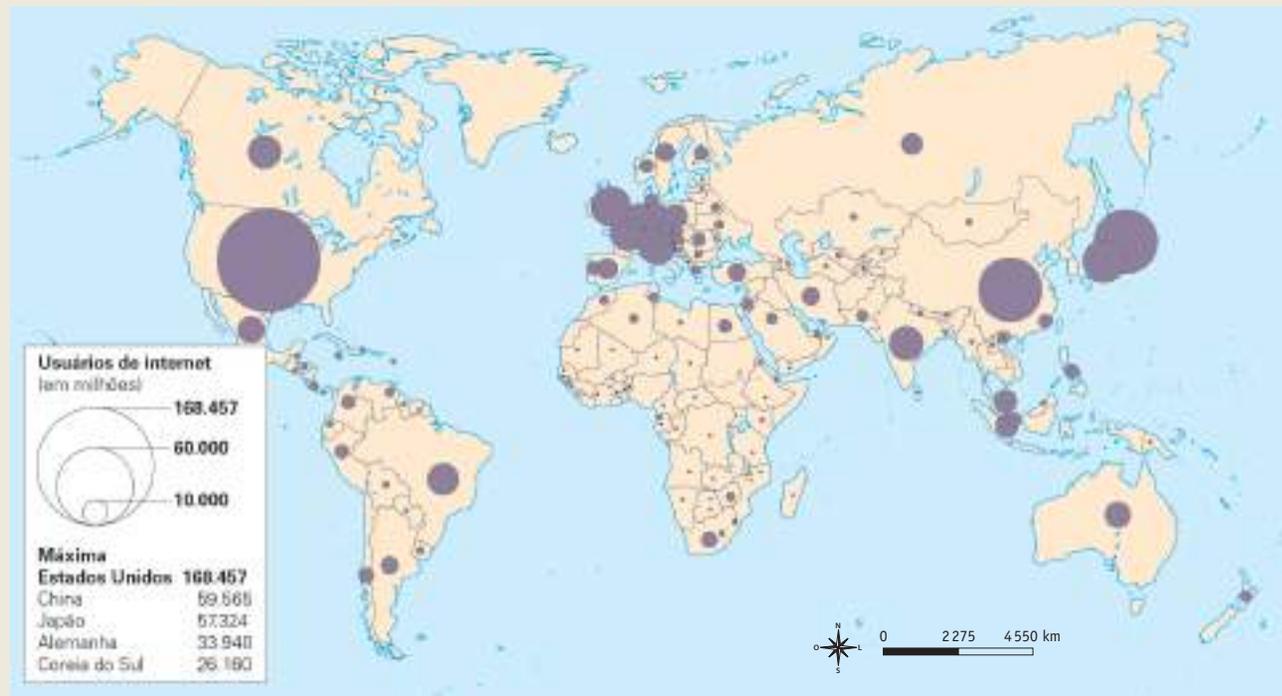
No caso do Brasil, ainda existe o contraste entre zonas bastante integradas e outras de baixa integração.

Mas a tendência é que o conjunto das redes garanta a integração do território nacional como um todo, alcançando mesmo as áreas mais remotas. Isso acontece com a telefonia e as transmissões de TV.

Complete seu glossário com os novos termos vistos até aqui.

## Distribuição mundial de usuários de internet

Ilustração original: Conexão Editorial



Fonte: *Rapport sur le développement humain*, Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2004; MARTIN, Benoit. *Atelier de Cartographie Science Po*, jul. 2005.

São essas redes, tanto materiais como imateriais, que asseguram os fluxos de mercadorias e informações em escala global. Como já vimos, para funcionar de modo pleno, agentes da globalização, como as empresas transnacionais e o sistema financeiro global, valem-se dessas redes e de seus suportes fortemente dotados de novas tecnologias.

No entanto, assim como outras infraestruturas e atividades econômicas, as redes também têm distribuição desigual, pois são igualmente apropriadas por quem tem mais recursos e condições para isso.

1. Examine o mapa e identifique as regiões com maior número de usuários de internet. Discuta com seus colegas até que ponto uma rede desse tipo beneficia os cidadãos das diferentes partes do mundo.
2. Discuta também em que medida as novas redes reduzem ou aprofundam desigualdades sociais.

Complete seu glossário com os novos termos vistos até aqui.

É importante salientar que as redes técnicas não se confundem com a noção de rede geográfica. Esta última é uma **modalidade de espaço**. O espaço é uma construção humana e é organizado sob a forma de territórios e redes. No caso dos territórios, está em questão uma multiplicidade de ações, interações sociais e sujeitos. As redes geográficas, entretanto, são muitas vezes o resultado da criação de um espaço de uso **seletivo** ou **exclusivo**, que não envolve a totalidade dos atores. Um exemplo: as fatias mais ricas da população de uma grande cidade como São Paulo vivem em redes constituídas por pontos de acesso mais ou menos exclusivos desses segmentos (*shopping centers*, condomínios residenciais, clubes etc.) e por trajetos diários (em geral, percorridos de automóvel) que evitam em grande medida o contato com os demais atores e espaços da cidade. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a agentes econômicos que operam na escala global.

## GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Um debate importante e que está longe de terminar é quanto ao significado da emergência de uma esfera global de relações humanas para a vida dos cidadãos comuns. De um lado, é inegável que possuir recursos tecnológicos como a informática, envolvendo o acesso a computadores e à internet, traz vantagens para a vida cotidiana. Pode, por exemplo, favorecer a disseminação de notícias e informações importantes para comunidades diversas, permitir que pessoas de dois países distintos tenham novas formas de comunicação à disposição, que lugares e comunidades remotos se comuniquem com o mundo, utilizando *e-mails*, telefones celulares ou recebendo transmissões de TV por meio de satélite.

Tudo isso pode ter efeitos produtivos, criar novas possibilidades econômicas, novas solidariedades, novas formas de organização social. Há vários exemplos de comunidades que trocam produtos sem se submeter ao poder do dinheiro ou do mercado, constituindo circuitos da chamada economia solidária que, muitas vezes, ultrapassam as fronteiras nacionais.

Esse avanço nas relações humanas é o que pode ser chamado de mundialização. Trata-se da criação de outro mundo, algo maior e de maior significado que a chamada globalização, que tem se limitado ao poder dos atores hegemônicos.

De outro lado, é preciso enfatizar e combater os efeitos negativos desse processo, especialmente para os trabalhadores e as pessoas mais pobres.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que são os agentes hegemônicos da globalização (empresas, Estados, agentes financeiros e outros) os que melhor se valem da possibilidade de acesso a informações para atender seus interesses, que são privados.

Outro aspecto importantíssimo diz respeito às transformações nas estruturas produtivas e no mundo do trabalho. Com os sistemas produtivos mais enxutos, ágeis e flexíveis, houve perda significativa de empregos nos mais variados setores de atividade econômica.

Há quem afirme que estamos entrando numa era do **fim do emprego**, como o economista norte-americano Jeremy Rifkin. Além disso, muitas empresas transnacionais **terceirizam** boa parte de seu ciclo produtivo. E as condições de trabalho desse circuito terceirizado nem sempre são as melhores. Portanto, há uma sistemática precarização das condições de trabalho.

E aqueles que não conseguem um emprego formal, com direitos trabalhistas garantidos, acabam se dirigindo aos chamados setores informais da economia – desprovidos de qualquer seguridade social. Na economia global, ainda é o Estado enfraquecido que tem de “segurar o rojão” do desemprego.

A simples decisão de uma empresa de transferir unidades produtivas ou cancelar investimentos pode levar cidades, regiões e até mesmo países ao colapso econômico.

Os Estados nacionais, por sua vez, acabam contribuindo com certas políticas públicas que levam a piorar as condições de vida dos cidadãos – quando deveriam, ao contrário, promover o bem-estar social. É o que Milton Santos chama de “morte da política” em função dos interesses das empresas globais.

Vejamos o exemplo da concessão de incentivos fiscais no Brasil. As prefeituras, os governos estaduais e o governo federal, ao conceder esses incentivos a grandes empresas, deixam de investir recursos em equipamentos e serviços básicos de uso coletivo, como saneamento, escolas, hospitais, habitações, transporte coletivo e outros. Isso torna mais difícil a vida de quem já ganha baixos salários ou está desempregado – embora com frequência se alegue que estarão sendo criados novos empregos.

Vale lembrar também que a ideologia da globalização capitalista indica que capitais, informações, mercadorias e pessoas devem circular livremente. Se isso tem sido verdade para os três primeiros – pelo menos em parte e em favor dos interesses dos donos do capital –, o mesmo não se pode dizer do último. Muitos trabalhadores migrantes são barrados na porta de entrada dos países centrais, seja nos Estados Unidos, no Japão, ou nos países da Europa. Quase sempre é noticiado que esses países vão endurecer o controle da entrada de imigrantes, até mesmo com a construção de muros, como o que está sendo erguido na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

## RESISTÊNCIAS À GLOBALIZAÇÃO

Milton Santos afirmou certa vez que a cidadania é um dique eficiente contra os efeitos da globalização e uma arma de combate às desigualdades sociais. Ele se referia à luta contra o leilão que se faz dos territórios nacionais em proveito dos agentes globais. Para ele, seria preciso reforçar cada vez mais as iniciativas de produção local solidária e recusar os efeitos imediatos das promessas de emprego com a chegada de empresas transnacionais aos lugares.

Vale lembrar que Milton Santos não é contrário à globalização, mas um crítico de seus efeitos negativos. Em vários escritos, defendeu a ideia de que é preciso criar uma “outra globalização”, em que as inovações técnicas, por exemplo, estejam a serviço da criatividade e do desenvolvimento das potencialidades humanas.

Ideia semelhante é a do economista brasileiro Paul Singer, que defende a economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social.

De outro lado, embora tenham pouco espaço nas mídias globais, há um sem-número de movimentos sociais, entidades e organizações de todo tipo que cotidianamente se mobilizam e se manifestam contra decisões e reuniões do G-8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo, com participação da Rússia). Um exemplo são os eventos organizados pelo Fórum Social Mundial, que reúnem anualmente centenas de entidades de todo o mundo (trabalhadores, mulheres, estudantes, camponeses, migrantes e tantos outros).

Valendo-se positivamente dos meios de comunicação existentes, o Fórum opera com uma agenda de mobilizações permanentes, que acompanham passo a passo as decisões dos agentes do capital globalizado e lutam pela garantia de direitos. O *slogan* com que o Fórum tem trabalhado é muito sugestivo: “Um outro mundo é possível”. Esse “outro mundo” também pode ser entendido como a “outra globalização” defendida por Milton Santos.

Outro exemplo que vale a pena ser citado por sua originalidade é o da Attac (sigla em francês para Associação para uma Taxação de Transações Financeiras para Auxílio dos Cidadãos). Fundada em 1998 e hoje organizada em dezenas de países, entre eles o Brasil, a entidade tem como objetivo instituir uma taxa das atividades de especulação financeira.

A partir daí, tornou-se uma das vozes mais fortes contra a globalização. Com isso, põe em discussão a democratização das instituições globais que vêm escrevendo as regras do crescimento da humanidade. Nas palavras do presidente francês da Attac, Bernard Cassen: “Trata-se apenas de trazer de volta para nossas mãos o nosso futuro”.



#### 4. Enem (2010)

*Sozinho vai descobrindo o caminho  
O rádio fez assim com seu avô  
Rodovia, hidrovía, ferrovia  
E agora chegando a infovia  
Para alegria de todo o interior*

Banda Larga Cordel, Gilberto Gil. *Banda Larga Cordel*. Faixa 15. Gegê Edições Musicais LTDA. (Brasil e América do Sul)/Preta Music (Resto do mundo). Rio de Janeiro: Warner Music, 2007.

O trecho da canção faz referência a uma das dinâmicas centrais da globalização, diretamente associada ao processo de

- a) evolução da tecnologia da informação.
- b) expansão das empresas transnacionais.
- c) ampliação dos protecionismos alfandegários.
- d) expansão das áreas urbanas do interior.
- e) evolução dos fluxos populacionais.

### ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

#### Tecnólogo em comércio exterior

Hoje, a produção, distribuição e montagem de bens e equipamentos se dá em escala global. As corporações instalam unidades produtivas em diferentes países e continentes e cada vez mais se afastam de suas origens nacionais. Assim, no mundo globalizado, são cada vez mais necessários profissionais que dominem as regras de funcionamento desse mercado. É o caso desse profissional, que gerencia negócios e atividades de compra e venda com empresas estrangeiras ou governos

de outros países. Identificando necessidades de empresa, clientes ou fornecedores no exterior, analisa tendências de mercado, elabora projetos e estratégias de negócios e *marketing* e organiza procedimentos de importação e exportação de produtos e serviços. É necessário também conhecer os sistemas de transportes e os fundamentos do setor financeiro e de câmbio.

**Formação escolar exigida:** Curso técnico (duração média de 2 anos).

**Área de atuação:** O profissional dessa área pode atuar em bancos, firmas de importação e exportação, no setor de comércio exterior de indústrias de grande e médio porte, em escritórios de despachos aduaneiros – encarregados dos trâmites de envio, recebimento e conferência de mercadorias – e em empresas de logística internacional. Pode completar sua formação em áreas como administração, economia e comércio exterior.

### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

#### LIVRO



##### POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

#### SITE



##### FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O *site* traz muitas informações sobre todas as edições do Fórum Social Mundial, além de artigos sobre a globalização e o contexto político e econômico mundial.

Disponível em: <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)>. Acesso em: 29 nov. 2011.

#### FILME



##### ENCONTRO COM MILTON SANTOS OU O MUNDO GLOBAL VISTO DO LADO DE CÁ

O documentário apresenta uma entrevista com o consagrado geógrafo e intelectual Milton Santos, acompanhada de textos e imagens sobre globalização, consumo, desorganização dos Estados diante da esfera global, desigualdades e lutas sociais no mundo contemporâneo.

Direção de Silvío Tendler. Brasil, 2007. 89 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=UUB5DW\\_mnM](http://www.youtube.com/watch?v=UUB5DW_mnM)>. Acesso em: 29 nov. 2011.

#### MÚSICA



##### DISNEYLÂNDIA

Titãs. *Titanomaquia*. Rio de Janeiro: Warner Music, 1993. Faixa 3.

Entre as mais intrincadas questões do mundo contemporâneo está a da **energia**, essencial para a existência das sociedades humanas. Sem energia não haveria como pôr em funcionamento a produção de bens – incluindo os alimentos –, os meios de transporte, a vida nas cidades e as próprias tecnologias de obtenção de energia.

Trata-se de um setor vital e estratégico, já que a questão da energia contribui para a compreensão do atual quadro de disputas, tensões, conflitos de interesses e relações de poder que marcam as relações internacionais do mundo pós-Guerra Fria, do pós-socialismo “real” e da globalização. Dessa forma, a **geopolítica da energia** é uma importante chave para o entendimento do mundo em que vivemos.

Atualmente, a questão energética tem grande importância devido ao intenso debate sobre quatro pontos principais:

- o aquecimento global – que tem relação direta com a adoção de determinadas matrizes energéticas, como as baseadas em combustíveis fósseis;
- as tensões e os conflitos em áreas produtoras de petróleo, parte delas alvo de ações de países e de grupos terroristas;
- a demanda por energia para o desenvolvimento dos países;
- o virtual esgotamento de fontes não renováveis e a busca por fontes alternativas.

Plataforma de petróleo na baía de Guanabara, Rio de Janeiro (RJ), 2010. Há uma busca por fontes de energia alternativa, mas o petróleo ainda hoje é a fonte energética mais utilizada no mundo todo.



## COMPREENENDO OS SISTEMAS ENERGÉTICOS

A energia se apresenta de diferentes formas na natureza. Por exemplo: quase toda a energia existente em nosso planeta provém da radiação solar, é a energia solar. O restante tem origem na energia geotérmica situada no interior da Terra; na energia nuclear presente em alguns minerais, como o urânio e o tório; e na energia gravitacional contida no movimento das marés. Por meio de processos naturais, a energia sofre várias transformações, podendo ser encontrada, por exemplo, na forma de energia hidráulica. Para suprir suas necessidades, as sociedades humanas capturam essa energia natural e a transformam a fim de utilizá-la.

Foi assim que, ao longo de sua história, a humanidade foi descobrindo sobre os **sistemas energéticos naturais** e aperfeiçoando técnicas de aproveitamento que atingiram níveis de grande complexidade e eficiência.

## MATRIZES ENERGÉTICAS

A primeira energia utilizada pelo ser humano foi a de sua própria força muscular. A seguir, ele aprendeu a utilizar a lenha, a tração animal, o vento e as águas correntes. Criou engenhos para melhor aproveitar a energia natural, como moinhos de vento e as rodas-d'água. Um grande avanço técnico ocorreu na Revolução Industrial, no fim do século XVIII, quando houve um extraordinário acréscimo de energia para a produção de novos bens industriais. A principal matriz energética desse período na Europa foi o carvão mineral. Mais tarde, no final do século XIX, o petróleo iniciou sua hegemonia como fonte de energia.

No mundo contemporâneo, o crescimento econômico e tecnológico deu-se em função, entre outros fatores, da ampliação das atividades econômicas, do aumento da mobilidade de pessoas e mercadorias e da construção de uma infinidade de obras de infraestrutura. Quanto mais esses processos se intensificam, mais recursos energéticos são exigidos em vários pontos do planeta.

Como a energia não está disponível de forma igualitária, foi preciso desenvolver sistemas técnicos energéticos que equilibrassem essa distribuição. Tais sistemas são construídos para se obter e gerar energia, além de transmiti-la para outros territórios.

Um modo de entender a montagem desses sistemas é por meio do conceito de **matriz energética**. A matriz é a **fonte natural** – antes de qualquer intervenção humana –, a **energia primária**.

É comum dizer que o conjunto das fontes de energia primária usado num país é a sua matriz energética. As matrizes energéticas podem ser de dois tipos:

- **renováveis** – aquelas que a natureza tem capacidade de repor rapidamente, a partir dos padrões temporais do ser humano. Exemplo: as águas correntes de um rio.
- **não renováveis** – após seu uso, o tempo de reposição da natureza é muito lento para os limites de tempo humanos. Exemplos: petróleo, carvão mineral e gás natural.

O conceito de **fonte de energia**, por sua vez, é bem mais abrangente. Ele inclui as fontes naturais de energia primária (a matriz) e as fontes artificiais de energia secundária. Essa última é a energia natural transformada pela ação humana em novos sistemas energéticos, como a energia elétrica. Assim, um rio é uma **fonte de energia natural**, portador de uma energia primária, a hidráulica. Já a usina hidrelétrica é uma **fonte de energia artificial**, pois transforma energia hidráulica (primária) em eletricidade (secundária). O mesmo raciocínio se aplica ao caso do petróleo – energia primária – e da gasolina – energia secundária.

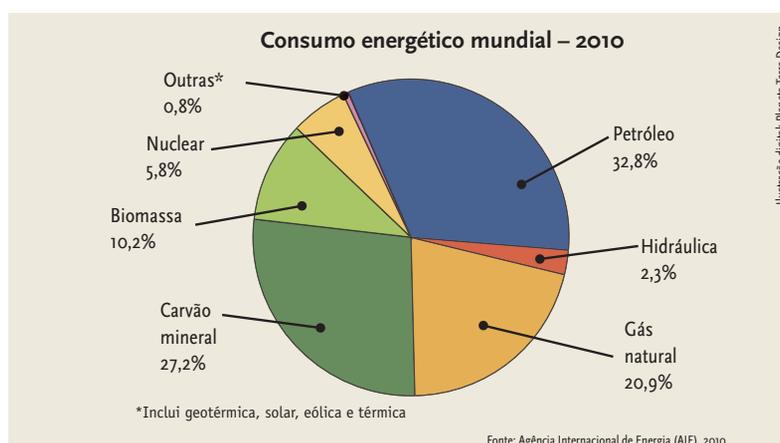
É importante destacar, considerando o tema do capítulo, que as fontes de energia naturais têm localização fixa. As fontes de energia artificiais, por sua vez, têm sua localização escolhida pelas diferentes sociedades humanas. Esse dado é imprescindível quando examinamos as disputas entre Estados que dispõem de recursos energéticos e aqueles que precisam importar esses recursos.

## GEOPOLÍTICA DA ENERGIA

Um exame do consumo mundial de energia é um passo importante para compreender as disputas e as tensões entre os países quanto à questão energética. Observe o gráfico a seguir, com dados organizados pela Agência Internacional de Energia (AIE).

As fontes alternativas são uma opção ao uso de fontes convencionais, como o petróleo e o carvão mineral, mais poluentes. Entre elas, estão: hidroeleticidade, biomassa (extraída de organismos vivos, como combustíveis à base de cana, milho e óleos vegetais, além de lenha, serragens, restos de cultivos agrícolas etc.), energia solar, eólica, geotérmica, das marés e outras. Uma de suas principais características é o fato de serem renováveis. Algumas apresentam desvantagens ambientais, como o desmatamento para obtenção de lenha e as alterações nos regimes hídricos derivadas da construção de usinas hidrelétricas.

### LER GRÁFICO I



1. De acordo com o gráfico, qual é a fonte de energia mais utilizada em todo o mundo?
2. Das fontes que aparecem no gráfico, quais são primárias? E quais são secundárias?
3. Qual é a participação das chamadas fontes alternativas no consumo mundial?
4. Em sua opinião, como pode ser reduzida a dependência da fonte de energia mais utilizada? Dê exemplos.
5. Converse com os colegas e responda: qual ou quais conflitos entre países podem ser associados à distribuição do consumo de energia apresentada no gráfico?

Cada Estado nacional moderno possui uma estratégia não só para a defesa de seu território como também para a garantia de seus interesses mais gerais nas relações com outros Estados. Esse é o campo da geopolítica em que, com muita frequência, os países mais poderosos fazem valer seus interesses no cenário internacional de acordo com seu

peso político-econômico e seu poderio militar. A geopolítica refere-se à dimensão espacial da relação entre Estados, inclusive quanto a seus esforços pela apropriação e pelo controle do território (em escala nacional e internacional).

A questão da energia não está fora desse contexto, sendo um trunfo para os países que possuem grandes jazidas em seu território ou têm sobre elas um controle estratégico.

Vale a pena assinalar, tomando como exemplo uma grande área produtora como o Oriente Médio, que os conflitos envolvem também grupos organizados para ações terroristas. Tais ações não têm necessariamente vínculos com governos. Ao contrário, esses grupos atuam à revelia das leis vigentes, organizando-se em redes que se utilizam de regiões de diversos territórios nacionais para treinar milícias, coletar recursos, organizar seu comando operacional e preparar e executar ações. Atos como o atentado às torres gêmeas em Nova York, em setembro de 2001, e a explosão de bombas no metrô de Madri, em março de 2004, provocaram o aumento, nos últimos anos, dos sistemas de controle territorial, evidenciando o jogo atual entre territórios e redes.

No caso do Oriente Médio, as ações terroristas ocorrem num quadro onde se imbricam questões complexas, como a luta entre árabes e israelenses, a presença militar norte-americana no Iraque e a existência, no local das maiores jazidas de petróleo do mundo.

Vamos analisar inicialmente o caso do **petróleo**. Apesar de seu uso estar em declínio, ele ainda é a fonte de energia mais utilizada no mundo. A maior parte é empregada na fabricação de combustíveis, destinando-se também uma parcela a uma infinidade de subprodutos e matérias-primas industriais, como: plásticos, parafina, lubrificantes e tecidos sintéticos.

A tabela a seguir mostra quem são os maiores produtores mundiais – em regra, também grandes exportadores.

#### LER TABELA I

Analise a tabela e depois responda às questões propostas:

Principais países produtores de petróleo – 2009		
Posição	País	Produção (milhões de barris)
1	Rússia	9,9
2	Arábia Saudita (Opep)*	9,8
3	Estados Unidos	9,1
4	Irã (Opep)	4,2
5	China	4,0
6	Canadá	3,3
7	México	3,0
8	Emirados Árabes Unidos (Opep)	2,8
9	Brasil	2,6
10	Kuwait (Opep)	2,5
11	Venezuela (Opep)	2,5
12	Iraque (Opep)	2,4
13	Noruega	2,4
14	Nigéria (Opep)	2,2
15	Algéria (Opep)	2,1

Fonte: Departamento de Estatística dos Estados Unidos da América. Disponível em: <www.eia.gov/countries/index.cfm?vew=production>. Acesso em: 6 dez. 2011.  
\*Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

1. Em qual região do planeta estão concentrados os principais países produtores de petróleo?  
.....  
.....
2. Ocorrem conflitos, disputas, atentados ou confrontos armados nessa região? Cite dois exemplos.  
.....  
.....
3. Examine o caso da Europa. Qual é a posição desse continente em relação ao petróleo?  
.....  
.....  
.....
4. Qual é a posição da América Latina e da África em relação à produção de petróleo?  
.....  
.....

---

O petróleo foi a principal fonte de energia do século XX, essencial para os padrões de industrialização, transportes e desenvolvimento econômico dos países de economia mais avançada. Por que essa matriz se firmou dessa maneira?

Esse combustível possui alto teor energético e flexibilidade nos processos de estocagem, refino e transporte. Pode ser levado a qualquer parte e transformado em quase todos os tipos de fonte de energia secundária.

Quanto ao consumo, para se ter ideia, os países mais ricos do mundo (o G-8: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Canadá e Rússia) consomem cerca de 40% da demanda mundial. Os Estados Unidos, especialmente, são consumidores vorazes de petróleo. Mesmo estando entre os maiores produtores do mundo, ainda importam cerca de 50% daquilo que necessitam.

O petróleo transforma-se em matriz estratégica para muitos países, mas é um recurso não renovável. Cálculos indicam que, mantidos os padrões de produção e consumo atuais, haverá reservas suficientes até meados do século XXI. É justamente dessa condição que derivam inúmeras tensões e disputas pelo recurso. Vamos dividi-las em dois blocos:

- a) o controle das jazidas e o acesso ao recurso;
- b) o debate em torno do aquecimento global.

No primeiro bloco, vamos retomar alguns dados para análise. Observe que o principal centro produtor de petróleo é o Oriente Médio. A região é palco de disputas e manobras geopolíticas. Combinada a outros interesses além da garantia de abastecimento de petróleo, a presença militar dos Estados Unidos na região é frequente e ostensiva, assim como sua ação diplomática. Vejamos:

- **Crise do petróleo.** Na década de 1970, dois episódios sacudiram praticamente o mundo todo na chamada crise do petróleo. Em 1973, países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decidiram aumentar em 300% o preço do barril do petróleo em represália ao apoio dado pelos Estados Unidos a Israel na ocupação de territórios palestinos na guerra do Yom

Kippur. Isso provocou desabastecimento e recessão econômica em muitos países, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Em 1976, o então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, entregou o controle do canal de Suez para uma empresa anglo-francesa. Esse canal é uma passagem de produtos exportados pelo Oriente Médio para os países ocidentais. Como protesto ao novo controle, os países árabes boicotaram a distribuição de petróleo, causando turbulências no mercado internacional. Portanto, podemos perceber que possuir jazidas do precioso recurso é uma importante “arma geopolítica” e econômica.

- **Primeira e segunda guerras do Golfo Pérsico.** Em 1991, tropas do Iraque, então governado por Saddam Hussein, invadiram o Kuwait, um dos maiores produtores de petróleo e grande fornecedor dos Estados Unidos, juntamente com a Arábia Saudita. Forças militares lideradas pelos Estados Unidos, em nome da Organização das Nações Unidas (ONU), comandaram a desocupação do Kuwait, mas, para isso, destruíram poços de petróleo e causaram a morte de cerca de 100 mil soldados iraquianos. É importante lembrar que o Iraque havia terminado uma longa guerra contra o Irã (1980-1988) poucos anos antes. Em 2003, com o apoio do Reino Unido, os Estados Unidos voltaram a atacar o Iraque. Um dos argumentos utilizados na época era que os iraquianos abrigavam terroristas internacionais e possuíam armas de destruição em massa – uma mal disfarçada justificativa para retirar Saddam do posto de supremo mandatário do país com a segunda maior reserva de petróleo do mundo, abundante e de boa qualidade. Até hoje o mundo assiste aos desdobramentos desse conflito, marcado pelas dificuldades de reconstrução das instituições iraquianas.

Ainda nesse primeiro conjunto de questões, vale a pena examinar o caso da Europa. A União Europeia (UE) importa 50% da energia que consome e, dentro de duas décadas, se nada fizer, vai comprar do exterior 70% da energia de que necessita.

Com exceção da Noruega, da Rússia e da França (essa última por ter sua matriz energética apoiada na energia nuclear), os demais países do continente possuem uma dramática dependência do petróleo e também do gás natural vindos das grandes fontes produtoras, como o Oriente Médio e a Rússia. Consultores da UE vêm recomendando que os países-membros do bloco econômico procurem aumentar a importação de energia de países do norte da África (como Líbia e Argélia), da África Ocidental (sobretudo Nigéria e Angola) e da chamada bacia Atlântica (Venezuela e Brasil). A ideia é evitar as instabilidades do Oriente Médio e diminuir a dependência do gigante russo. Outras alternativas são a energia térmica obtida do carvão mineral – apesar de esse recurso estar com os dias contados – e a energia nuclear, que é eficiente, mas traz a dificuldade de lidar com o descarte de rejeitos radioativos.

A Alemanha decidiu desativar suas usinas nucleares e também deixar de construir novas instalações desse tipo. Juntamente com países como Espanha e Dinamarca, os alemães estão entre os que mais investem em energias limpas e alternativas. Entre elas, a eólica e a solar. Os alemães também produzem biodiesel.

A Rússia é importante peça no tabuleiro da geopolítica energética mundial. Atualmente, é grande fornecedora de petróleo e de gás natural para a UE, e um sinal de alerta para a dependência europeia veio com a suspensão provisória, por esse país, do forne-

cimento de gás natural para a Ucrânia em janeiro de 2006. Outra questão de natureza geopolítica surgiu com a decisão de construir dutos submarinos no mar Báltico para transporte de petróleo e gás natural, ligando diretamente a Rússia à Alemanha.

Com consequência, a Polônia e os países bálticos perderiam seus direitos de cobrar taxas para a circulação desses bens em seus territórios. Além disso, tal construção pode aumentar a força dos russos, já que poderiam promover embargos quando julgassem necessário.

Os russos vêm disputando com a Noruega a exploração das ricas reservas potenciais tanto de petróleo como de gás natural do mar de Barents, no Ártico. Além disso, estão construindo alianças militares e no campo energético com a China e a Índia. Esse novo eixo asiático pode representar um contraponto aos Estados Unidos no cenário geopolítico mundial, garantir a cooperação para a obtenção da energia necessária ao crescimento econômico dos três países e também gerar alianças no combate a tendências separatistas de inúmeros povos e culturas abrigados em seus territórios. China e Índia também possuem interesses nas reservas do Irã, sendo a China uma grande importadora do petróleo do Oriente Médio. China e Japão, por sua vez, almejam usufruir as ricas reservas siberianas, o que novamente põe a Rússia em posição de vantagem na questão energética.

Os russos têm também como projeto controlar ou monitorar os dutos que levam recursos energéticos dos países da Ásia Central à Europa.

Vale a pena lembrar que o mar Ártico é palco de disputas por recursos energéticos potenciais entre os Estados Unidos e o Canadá e também entre o Canadá e a Dinamarca, em face do potencial das jazidas da Groenlândia, colônia do país europeu.

É importante também falarmos sobre o **gás natural**. Ele pode ser encontrado em associação ou não com o petróleo. Como combustível, não se confunde com o gás liquefeito de petróleo (GLP) que consumimos em nossas casas. É menos poluente que o petróleo e o carvão mineral, mas suas reservas conhecidas ou potenciais são também finitas e não renováveis. A projeção para seu esgotamento é de cerca de um século (quatro ou cinco décadas a mais que as previsões feitas para o petróleo).

O gás natural vem sendo objeto de disputas e controvérsias na América do Sul, especialmente entre Brasil, Bolívia e Venezuela. De um lado, com o apoio de Hugo Chávez, então Presidente da Venezuela, o governo boliviano de Evo Morales resolveu nacionalizar as reservas de gás natural, atendendo a uma reivindicação histórica no país. Tal atitude trouxe implicações diretas para os interesses da Petrobras na Bolívia.

De outro lado, Chávez (morto no dia 5 de março de 2013) é o grande incentivador da construção de um gasoduto norte-sul transamazônico ligando as reservas venezuelanas no mar das Caraíbas ao Brasil e à Argentina. Há obstáculos de toda ordem para tal projeto, como o risco à biodiversidade da floresta Amazônica.

O gás natural pode ser obtido também pela queima de biomassa (como o bagaço de cana). Portanto, é um combustível renovável e com menor emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) para a atmosfera. Assim, usinas térmicas movidas a gás proveniente da biomassa para a geração de energia elétrica podem ser uma opção eficiente e que causa menos impactos ambientais.

## AQUECIMENTO GLOBAL: MATRIZES ENERGÉTICAS EM QUESTÃO

O segundo bloco de questões relacionadas ao uso de combustíveis fósseis diz respeito ao evento conhecido como **aquecimento global**.

Em primeiro lugar, é fundamental examinar como funciona o aquecimento da atmosfera e qual tem sido a contribuição do uso de determinadas matrizes energéticas para esse fenômeno. Observe a seguir um esquema simplificado:



Fonte: Atlas do Meio Ambiente do Brasil. Brasília: Terra Viva, 1994. Esquema sem escala, cores-fantasia.

1. A partir do esquema, explique como se dá o aquecimento da atmosfera.
2. Localize e descreva quais atividades humanas e fontes emissoras de gases intensificam o chamado efeito estufa.
3. Converse com seus colegas e responda: qual ou quais medidas viáveis e eficientes poderiam ser tomadas para reduzir a intensificação do efeito estufa?

O tema do aquecimento global é cercado de incertezas e controvérsias. Nesse debate precisamos atentar à posição dos países sobre seus desdobramentos políticos e econômicos.

Em primeiro lugar, é importante assinalar que o efeito estufa é um processo natural, que cria condições para a vida. Quando se fala hoje em seus resultados catastróficos, o que está em pauta é sua possível **intensificação** por ações humanas prejudiciais e eventuais alterações climáticas dela decorrentes.

Os gases da atmosfera permitem a passagem da radiação do Sol e absorvem grande parte do calor (chamado de radiação infravermelha térmica) irradiado pela superfície aquecida do planeta. Essa propriedade dos gases é conhecida como **efeito estufa**.

Segundo o pesquisador e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luiz Carlos Baldaciero Molion, em seu artigo “Desmistificando o aquecimento global”, “graças a ela, a temperatura média da superfície da Terra mantém-se em cerca de 15 °C. Sem o efeito estufa, a temperatura média em nosso planeta seria de 18 °C abaixo de zero”.

Quanto maior a concentração dos chamados gases estufa, maior é a capacidade atmosférica de retenção de calor, evidenciando o efeito estufa. Os principais gases estufa são: o gás carbônico (CO<sub>2</sub>), o ozônio (O<sub>3</sub>), o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), o metano (CH<sub>4</sub>), o vapor de água (H<sub>2</sub>O) e os compostos de clorofluorcarbono (CFC). Pode-se dizer assim que a poluição é a saturação da atmosfera pela emissão de gases em grande quantidade.

Estima-se que são lançados 7 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> a cada ano na atmosfera, sendo cerca de 75% da queima de combustíveis fósseis (como petróleo e carvão mineral) e 25% pela queima de florestas, entre elas as tropicais.

Ainda segundo Molion, “quanto maior for a concentração de gases, maior será o aprisionamento de calor e, conseqüentemente, mais alta a temperatura do globo terrestre”. No entanto, o ponto central das discordâncias são as previsões alarmistas. Alguns pesquisadores questionam em que medida o aquecimento global, caso esteja ocorrendo, resulta do efeito estufa provocado pelas atividades humanas. Há também outro ponto importante nas discordâncias: quais as conseqüências desse suposto aquecimento?

Algumas previsões apontam que poderá haver uma elevação na temperatura média do planeta de 1,8 °C, 2,8 °C ou até de 4,0 °C, dependendo do estudo, até o ano 2100. Com isso, as calotas polares derreteriam, elevando o nível dos oceanos e provocando a inundação de regiões litorâneas, muitas delas de forte densidade demográfica. Entretanto, tais previsões são cercadas de polêmicas e disparidades nos dados sobre a elevação do nível do mar.

## ACORDOS INTERNACIONAIS × RESISTÊNCIAS LOCAIS

Mesmo que algumas dessas previsões sejam alarmistas e sem possibilidade de comprovação científica, diversos organismos internacionais voltaram os olhos para essa questão. Num cenário de incertezas, passaram a recomendar a contenção da emissão de gases estufa.

Não por acaso, o Prêmio Nobel da Paz de 2007 foi concedido ao ex-vice-presidente estadunidense Al Gore, um ativista das causas ambientais e idealizador do filme *Uma verdade inconveniente*, e aos especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). O IPCC é um órgão da ONU criado em 1988 encarregado de compilar os conhecimentos científicos e produzir relatórios de avaliação sobre mudanças climáticas no planeta. Em seu documento de 2007, o órgão destacou que “o aquecimento global é inequívoco”, fruto das atividades humanas.

Já em 1997, havia sido lançado o Protocolo de Quioto (nome da cidade japonesa que recebeu os participantes do encontro). Trata-se de um acordo internacional que prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa. O Protocolo entrou em vigor apenas em fevereiro de 2005, com a adesão da Rússia, apesar da relutância de seus governantes. Com isso, foi possível cumprir os requisitos que demandavam a adesão dos 55 países responsáveis pelas emissões globais. Outros mecanismos de contenção das emissões foram criados, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o comércio de emissões ou mercado de créditos de carbono.

### **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**

Mecanismo previsto no Protocolo de Quioto que pode ser utilizado por um conjunto de países que têm metas específicas de redução das emissões de gases estufa. Recebendo para isso financiamentos específicos, tais países podem comprovar a redução das emissões por meio das chamadas Reduções Certificadas de Emissões, unidade emitida em conformidade com os termos do Protocolo de Quioto, representando uma tonelada métrica equivalente de carbono. Os recursos obtidos podem ser aplicados nos países, entre outros, em projetos de investimento em tecnologias limpas, de fontes alternativas de energia e constituição de sumidouros (processos ou atividades que retiram gases da atmosfera, como o plantio de árvores em áreas degradadas

etc.). O Brasil foi o primeiro país a ter um projeto de MDL certificado, o de transformação de gás metano em energia elétrica em um aterro de Nova Iguaçu (RJ).

Comércio de emissões – mecanismo semelhante ao MDL também incluído no Protocolo de Quioto, que prevê o comércio internacional de emissões. Nesse caso, o vendedor é o país que conseguiu redução excedente à sua meta, e o comprador aquele país que, ao contrário, não atingiu o cumprimento total da sua. Críticos do mercado de emissões entendem que a sua existência pode diminuir ou eliminar a responsabilidade de países pelas emissões em seu próprio território, algo como “paga-se para que o outro reduza”.

Fonte: “Por dentro de Quioto.” Entrevista de Philip Fearnside. *Caros Amigos*, n. 23, abr. 2005, p. 13.

A tabela a seguir traz a lista dos dez maiores emissores de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Os 10 maiores emissores de CO <sub>2</sub> na atmosfera – 2008	
País e sua posição	Emissão (%)
1. China	23,5
2. Estados Unidos	18,2
3. Índia	5,8
4. Rússia	5,7
5. Japão	4,0
6. Alemanha	2,6
7. Canadá	1,8
8. Irã	1,8
9. Grã-Bretanha	1,7
10. Coreia do Sul	1,7

Fonte: Millenium Development Galo Indicators. Disponível em: <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Em grupo, responda com base nos dados do quadro:

1. Quais países da lista são considerados desenvolvidos?

.....

.....

2. Escolha alguns países dessa lista e pesquise sobre sua matriz energética.

A posição dos países nesse processo é bastante reveladora, confirmando o cenário geopolítico apresentado anteriormente. Estados Unidos e Austrália, por exemplo, estão entre os países emissores que não ratificaram o Protocolo de Quioto, apesar das pressões que sofreram e da mobilização internacional.

É fato também que governos e empresas de países contrários à limitação das emissões procuram desqualificar os resultados obtidos e divulgados pelo IPCC. Isso ocorreu com o relatório de fevereiro de 2007. Foram publicados inúmeros artigos de cientistas que, por variadas razões, tinham como objetivo desqualificar ou minimizar os impactos do texto. É bom lembrar que há divergências mesmo entre os pesquisadores que participam do IPCC.

Em diversos fóruns internacionais, ficou também conhecida a posição de países produtores de petróleo. Eles são normalmente refratários à contenção do uso de combustíveis fósseis ou à busca de fontes alternativas de energia.

## O CASO BRASILEIRO

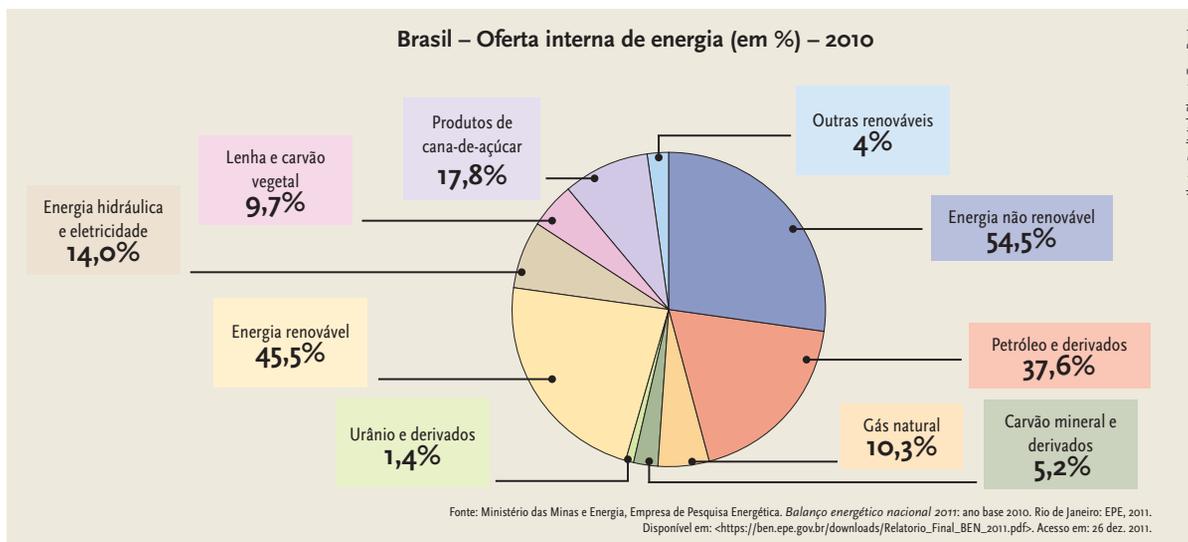
O Brasil tem exercido liderança positiva no debate sobre o aquecimento global. O país foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 – a **Rio-92** ou **ECO-92**. Ali foram lançadas as bases para propostas do chamado **desenvolvimento sustentável**. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo originou-se de uma proposta brasileira apresentada, em 1997, à regulamentação de metas da Convenção do Clima, firmada em 1992. Em junho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Rio+20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que teve como objetivo renovar o compromisso político, avaliar progressos e falhas e definir novos desafios para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, o Brasil vem implementando fortemente a produção de álcool combustível – o etanol – obtido da cana-de-açúcar desde a década de 1970. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado justamente em função da crise do petróleo de 1973. Entretanto, aumentou significativamente a emissão interna de gases estufa no país em razão das **queimadas**, o que também agrava o problema do **desmatamento**.

Vamos analisar alguns dados sobre as opções energéticas nacionais.

### LER GRÁFICO II

Em grupo, examine o gráfico e analise a participação de cada fonte na oferta total de energia no Brasil.



O gráfico mostra as diferentes matrizes energéticas do Brasil. Houve uma diversificação da oferta nos últimos anos, combinando o uso de fontes não renováveis convencionais com fontes renováveis.

Vem se consolidando a produção de energia por meio da biomassa, como resultado da expansão da produção de álcool combustível para veículos automotores. De outro lado, há a perspectiva de aumento da produção nacional de petróleo, face ao desenvolvimento de tecnologias de exploração em grandes profundidades oceânicas. Destaca-se aqui a bacia de Campos, no litoral do estado do Rio de Janeiro. Além disso, há novas descobertas na chamada camada do pré-sal (a mais de 6 km

de profundidade), na bacia de Santos, no litoral do estado de São Paulo. Isso poderá representar novas receitas e autossuficiência na produção de petróleo, mas há um risco de “carbonificar” a matriz energética nacional justamente num período em que o país ganhou destaque no mundo pelo investimento em fontes alternativas e renováveis.

O gás natural importado da Bolívia é uma importante fonte de energia, mas há descobertas recentes em território nacional também na bacia de Santos.

A energia obtida por meio das usinas hidrelétricas já se consolidou, sendo a maior matriz energética do país. Embora não traga os efeitos deletérios dos combustíveis fósseis (como a poluição atmosférica), a criação de barragens e usinas também traz impactos ambientais e sociais. Entre eles está a perda de biodiversidade e de áreas destinadas a cultivos agrícolas, devido ao grande porte das construções, às alterações no regime dos rios e à desorganização social resultante do deslocamento de populações das áreas que serão inundadas. Experiências em outros países e mesmo no Brasil têm demonstrado que o melhor caminho é a construção de usinas de pequeno porte.

Há no país também o desenvolvimento de experiências com outras fontes – entre elas, a produção de biodiesel com a utilização de espécies vegetais nativas ou cultivadas, como mamona, dendezeiro, girassol, babaçu e outras. Essas fontes alternativas, contudo, ainda não são exploradas em escala suficiente para substituir as convencionais.

É o que também pode ser dito da disseminação em pequena escala do uso de energia solar em empresas e residências e de experiências com geração de eletricidade a partir da força dos ventos (energia eólica) no litoral do Nordeste e no Rio Grande do Sul, que já conta com um complexo eólico, no município de Osório. Ainda é preciso avançar na consolidação de projetos e na implementação dessas fontes alternativas, estabelecendo formas mais sustentáveis de geração de energia.

O álcool combustível é uma alternativa energética economicamente viável. Seu uso tem sido defendido por representantes brasileiros em diferentes fóruns e instâncias internacionais. Mas alguns cuidados precisam ser observados. Segundo Rajendra Pachauri, engenheiro indiano que preside o IPCC, é preciso garantir que não haja conflitos entre a produção de biocombustíveis e a produção de alimentos.

Embora representantes do governo brasileiro afirmem não haver essa oposição, é importante salientar que o plantio de cana-de-açúcar voltado para a produção de álcool combustível avançou nas últimas décadas sobre espaços antes destinados a culturas de produtos alimentícios. Também já existem sinais de avanço da cultura da cana sobre espaços além da fronteira agrícola do sul da Amazônia, pondo em risco reservas florestais.

O debate sobre a energia lança uma importante questão: como conter os efeitos negativos das opções energéticas e, além disso, promover mudanças radicais nos estilos de vida e padrões de consumo atuais?

É preciso assinalar que as novas conquistas no campo da energia serão em vão se não vierem acompanhadas de mudanças nos modos de vida nem estiverem a serviço do bem-estar das populações, acima de interesses de grupos privados, alguns deles “encastelados” em governos de nações muito poderosas.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Observe a tabela a seguir. Identifique e compare o papel dos diferentes setores de atividade na emissão de gases estufa:

Emissão de gases estufa por setor de atividade – 2007 (%)*	
Setor de atividade	Emissão (%)
Geração de energia	24,9
Indústria	19,4
Florestas (queima)	17,4
Agropecuária	13,5
Transportes	13,1
Construção	7,9
Rejeitos sólidos e líquidos	2,8

\*Em gigatoneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (unidade de medida que correlaciona a quantidade de CO<sub>2</sub> ao total emitido de todos os gases estufa).Fonte: IPCC/ONU, 2007.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2. Com base no que foi visto no capítulo, comente a seguinte situação sobre as pretensões chinesas no campo energético.

Em setembro de 2007, chamou a atenção da opinião pública mundial o apoio do governo chinês aos militares que ocupam o poder no país vizinho Mianmar (antiga Birmânia). Nesse período, em resposta aos protestos populares pacíficos contra a ditadura desse país, soldados abriram fogo contra a população civil desarmada. Esse mesmo governo autorizou os chineses a iniciar a construção de um oleoduto de 1 200 quilômetros ligando o porto de Sittwe, em Mianmar, à cidade de Kunming, no sul da China, atravessando seu território. Com isso, boa parte do petróleo transportado pelo estreito de Málaca passaria a ser feito pelo novo oleoduto, deixando de circular por rotas marítimas próximas a Taiwan, tradicional rival do governo chinês.

.....

.....

.....

.....

.....

3. Enem (2011)

*Uma empresa norte-americana de bioenergia está expandindo suas operações para o Brasil para explorar o mercado de pinhão-manso. Com sede na Califórnia, a empresa desenvolveu sementes híbridas de pinhão-manso, oleaginosa utilizada hoje na produção de biodiesel e de querosene de aviação.*

MAGOSS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo*, 19 maio 2011 (adaptado).

A partir do texto, a melhoria agrônômica das sementes de pinhão-manso abre para o Brasil a oportunidade econômica de

- a) ampliar as regiões produtoras pela adaptação do cultivo a diferentes condições climáticas.
- b) beneficiar os pequenos produtores camponeses de óleo pela venda direta ao varejo.
- c) abandonar a energia automotiva derivada do petróleo em favor de fontes alternativas.
- d) baratear cultivos alimentares substituídos pelas culturas energéticas de valor econômico superior.
- e) reduzir o impacto ambiental pela não emissão de gases do efeito estufa para a atmosfera.

#### 4. Enem (2011)

### Sobradinho

*O homem chega, já desfaz a natureza  
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar  
O São Francisco lá pra cima da Bahia  
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar  
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que  
dizia que o Sertão ia alagar*

SÁ E GUARABYRA. *Pirão de peixe com pimenta*. Som Livre, 1977 (adaptado).

O trecho da música faz referência a uma importante obra na região do rio São Francisco. Uma consequência socioespacial dessa construção foi

- a) a migração forçada da população ribeirinha.
- b) o rebaixamento do nível do lençol freático local.
- c) a preservação da memória histórica da região.
- d) a ampliação das áreas de clima árido.
- e) a redução das áreas de agricultura irrigada.

#### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

##### LIVROS



##### O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aborda o tema da relação entre o homem e a natureza, especialmente na questão que busca conciliar o desenvolvimento econômico com o uso responsável dos recursos naturais.

GIASANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. 6 ed. São Paulo: Atual, 2011. (Coleção Meio Ambiente.)



##### ENERGIA E CIDADANIA

Este livro analisa o modelo energético brasileiro e seus impactos para o ambiente e a sociedade.

BENINCÁ, Dirceu. *Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.

##### SITE



##### PLANETA SUSTENTÁVEL – ENERGIA

Coletânea de artigos e reportagens sobre ambiente e sustentabilidade, todos relacionados a energia.

Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/energia>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

##### FILMES



##### SYRIANA

O filme traça um amplo painel das obscuras relações entre governos e empresas de vários países que atuam na exploração e na comercialização do petróleo. São enfocados personagens e situações em vários pontos do planeta, interligando política externa, indústria do petróleo e terrorismo, apresentando incidentes ambientados no Irã, na Suíça, na Espanha, em Washington e no estado do Texas (Estados Unidos), além de um país fictício que remete ao título do filme.

Direção de Stephen Gaghan. EUA: Warner Bros Pictures, 2005, 128 min.



##### UMA VERDADE INCONVENIENTE

O documentário é uma versão em película do *slide-show* que o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore vem exibindo desde 1978 sobre a sistemática destruição do meio ambiente e o aquecimento global. Embora bastante centrado nas responsabilidades individuais e com pouca ênfase nas questões políticas, permite o debate sobre causas e consequências do problema.

Direção de Davis Guggenheim. EUA, 2006, 94 min.

##### REVISTA



##### CAROS AMIGOS

Esta edição temática trata dos problemas ambientais pelos quais nosso planeta passa atualmente. Traz reportagens especiais sobre assuntos como o aquecimento global, a falta de água e os desastres naturais.

*Caros Amigos*. "Terra em transe." Edição especial Aquecimento Global, n. 23, abr. 2005.

**T**odos nós somos filhos, estudantes, temos amigos, trabalhamos, somos moradores de um bairro, cidadãos pertencentes a um território nacional. Reconhecemos a nós mesmos dessa forma em cada um desses grupos porque compartilhamos identidades com outras pessoas, crescemos e vivemos numa sociedade.

Isso ocorre desde nosso nascimento: podemos ter chegado ao mundo pelas mãos de uma parteira numa cidade do interior ou pelas mãos de um médico obstetra numa maternidade, mas todos nós, assim que chegamos, somos recebidos por um conjunto de seres humanos que logo tratam de nos incluir num grupo social, dando-nos um nome e sobrenome e rapidamente nos ensinando como viver em sociedade.

Se formos uma menina de classe média nascida numa maternidade urbana, provavelmente pendurarão um enfeite cor-de-rosa na porta do quarto. Mas se formos um menino, é provável que seja pendurado algo azul ou um escudo do time de futebol para o qual torcem os homens da família.



Fernando Favoretto/Ciara Imagem

Desde o nascimento, a sociedade em nossa volta começa a atribuir seus símbolos à nossa existência, para nos incluir em seu sistema de classificações e de funcionamento.

Observe a imagem da página anterior. As meninas são estimuladas desde cedo a brincar com bonecas porque isso as prepara para os papéis femininos da vida adulta: cuidar do outro, ter afeto, paciência, muito associados à figura da mãe. Vários homens, entretanto, vêm assumindo também essas tarefas de cuidado com os filhos, mas provavelmente não foram preparados para isso na infância, sendo estimulados com outras brincadeiras que envolvem disputa e cooperação, atributos valorizados no mundo do trabalho, por exemplo, no futebol.

Uma pessoa jovem já tem consciência do quanto nossa vida está enredada por relações sociais, valores, conceitos, práticas que não são criados por nós, mas pertencem a grupos com os quais nos relacionamos, seja de perto (relações pessoais com a família, os amigos), seja mediada (modos de se vestir e agir que chegam até nós pela TV e pela internet, por exemplo).

Podemos dizer que todos somos especialistas em viver em sociedade. Fazemos isso há muitos anos, desde que nascemos, e julgamos saber como ela funciona na prática. Ninguém aprende a ser um ser social porque leu livros de Sociologia.

Mas então por que é necessário estudar Sociologia, ou seja, tornar a própria sociedade um objeto de investigação e de reflexão, já que sabemos viver em sociedade?

## VALE A PENA APRENDER SOCIOLOGIA?

A Sociologia não pretende ser um método para nos ensinar a conviver com os outros, mas é uma ciência que quer descobrir como e por que convivemos, desvendando as forças que nos conectam uns aos outros. Tais forças surgem a partir de redes de interdependência que não foram criadas por nós, mas nas quais nos enredamos desde que nascemos.

A Sociologia é uma investigação sistemática sobre aquilo que já fazemos na prática, uma reflexão construída a partir de teorias, questionamentos, métodos, conceitos e muita imaginação.

### A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

Charles Wright Mills foi um importante sociólogo estadunidense que nasceu em 1916, no Texas, e faleceu em 1962, em Nova Iorque. Um dos seus livros mais importantes, *A imaginação sociológica*, de 1959, estabelece um debate crítico com o tipo de sociologia quantitativa (que enfatiza os dados estatísticos) que então dominava o cenário.

Ele questiona a busca de muitos sociólogos da época por uma grande teoria capaz de abarcar as regularidades da vida social por considerar que isso estava afastando a Sociologia dos temas que preocupavam as pessoas e que exigiam reflexão.



Charles Wright Mills (1916-1962), em foto de 1954.

O que [as pessoas] precisam, ou o que sentem precisar, é uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo, e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 11.

Ele denominou essa qualidade de espírito de “imaginação sociológica”, um pensamento mais livre e criativo, não aprisionado nos dados e nas teorias, e que permite estabelecer as relações entre aquilo que vivemos e as estruturas sociais, a biografia do indivíduo e a história do grupo social em que ele vive.

Podemos dizer, assim, que Wright Mills defendia que a Sociologia era um pensamento relacional, cuja missão seria estabelecer conexões entre fatos e situações aparentemente soltos ou desconectados.

## PARA CRIAR

Falar de Sociologia é também falar de quem somos, do que pensamos, de como agimos e nos posicionamos diante das várias questões que permeiam nossa vida e nosso cotidiano. A seguir, vamos levantar algumas características das pessoas que compõem esta sala de aula.

### Passo 1

Desenhe um boneco numa folha de papel grande.

### Passo 2

- a) Na cabeça do boneco, escreva quais são os valores e princípios pessoais para conviver e participar na sociedade que você tem.
- b) No coração, escreva quais são os sentimentos que você mais valoriza na relação com os outros que o cercam.
- c) Nas mãos do boneco, escreva quais são as atitudes que definem sua personalidade e que você considera importantes para se relacionar com os outros.
- d) Nos pés do boneco, escreva quais são seus projetos, o que você deseja conquistar.

### Passo 3

Esse é o momento de partilhar com os colegas seus valores, sentimentos, atitudes e projetos de vida. Em grupos, cada estudante deverá ler e comentar o que escreveu no boneco.

### Passo 4

Reunidos ainda no mesmo grupo, desenhem um único boneco grande. Façam uma síntese das ideias mais importantes que representam a opinião do grupo e escrevam:

- a) Na cabeça do boneco: quais são os valores que esse grupo possui.
- b) No coração: quais são os sentimentos que esse grupo mais valoriza.
- c) Nas mãos: quais são as atitudes que esse grupo considera mais importantes.
- d) Nos pés: quais são os projetos de vida e as conquistas que esse grupo pretende obter.

### Passo 5

Os grupos devem apresentar sua síntese para a turma e realizar um debate.

## O CONVITE À SOCIOLOGIA

A tarefa da Sociologia é investigar aquilo que somos, fazemos e pensamos, algo que pode ser bastante incômodo e desconfortável. Geralmente temos receio de nos defrontar com ideias que questionem o que acreditamos, que possam nos lançar à dúvida e até mesmo causar estranhamento, por exemplo, descobrir como atuam certas estruturas sociais que geram injustiça e sofrimento, e que são difíceis de modificar.

A frase “queremos ter razão ou ser felizes?”, que foi dita pelo poeta Ferreira Gullar, mostra um dilema muito comum. Afinal, vale a pena conhecer a realidade das coisas, partir em busca de níveis mais profundos de significado a respeito de nossas vidas (alguns chamam de buscar a “verdade”), ainda que isso possa gerar preocupação e sensação de impotência? Ou é melhor permanecer acomodado em nossos valores conhecidos, mesmo que isso seja pura ilusão?

Não há uma resposta definitiva para essa questão, mas o convite à Sociologia demarca um caminho a ser percorrido: compreender o mundo que nos cerca, pelo prazer e satisfação em entendê-lo, desvendá-lo, e com isso exercer nossa liberdade de pensamento. Isso pode, ou não, nos levar a tentar transformar essa realidade, assim como pode gerar satisfação e, por vezes, descontentamento. Como disse Peter Berger:

O convite à Sociologia é um convite a um tipo de paixão muito especial. Não existe paixão sem perigos.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 34.

Há bons motivos para defender a importância de aprender Sociologia. Vamos nos concentrar em quatro deles.

## QUATRO BONS MOTIVOS PARA APRENDER SOCIOLOGIA

### 1º ESTRANHAR O QUE É FAMILIAR OU VER ALÉM DA “FACHADA”

Vamos nos deter na seguinte questão: por que nós trabalhamos? Podemos dizer que trabalhamos para sobreviver, e também porque nos dá um sentimento de dignidade perante os outros. No entanto essa explicação é insuficiente para responder à questão num nível mais profundo. Afinal, trabalhar é uma escolha? Podemos trabalhar naquilo que gostamos? Nós escolhemos quanto, quando e como vamos trabalhar? Por que, em nossa sociedade, algumas pessoas trabalham e outras não? Por que há pessoas que não trabalham, mas, mesmo assim, têm muito dinheiro?

Responder essas questões implica ir além de nossa experiência cotidiana. É preciso pensar, refletir, ler teorias, conhecer alguns dados. O trabalho vai se tornando um tema de pesquisa e de reflexão. Nessa jornada, vamos nos dando conta de que não sabemos tudo sobre um assunto que é muito presente em nossa vida, e parecia ser totalmente conhecido para nós. O estranhamento daquilo que conhecemos surge como possibilidade de ampliar nossa consciência e dar asas a nosso pensamento.

## 2º COMPREENDER AS FORÇAS QUE ATUAM SOBRE NOSSAS VONTADES

Todos nós temos opiniões, gostos, preferências, e nossas vontades são vistas como o fruto dessas características individuais. Frases como “eu gosto de ir ao cinema” ou “eu prefiro dançar numa roda de samba” em geral são interpretadas como reflexo de tipos da personalidade individual. No entanto, posso preferir o samba ao cinema porque essas duas opções existem na cidade em que eu moro, elas me foram apresentadas.

Provavelmente há inúmeras coisas que poderíamos fazer em nosso tempo livre, mas que não existem em nosso horizonte de possibilidades: andar de esquí num país tropical, por exemplo. Nossas vontades são manifestadas entre as opções disponíveis e visíveis para nós. Além disso, essas vontades são criadas a partir de um conjunto de símbolos e referências sociais que fomos adquirindo na vida: a maioria dos meninos diria que prefere brincar de carrinho a brincar de boneca, mas essa “vontade” individual manifesta um papel social que eles aprenderam desde o nascimento.

Por que algumas pessoas, quando estão tristes, vão dar uma volta no *shopping center* para se animar? Provavelmente isso não é simplesmente um traço de personalidade, mas reflete valores da sociedade atual, em que o bem-estar, a beleza e a alegria são muito associados ao consumo. Comprar determinado celular é necessário? As roupas que você compra têm influência de alguém ou de alguma personalidade famosa? As palavras do seu vocabulário, de onde vêm?

A Sociologia nos ajuda a compreender as forças que atuam produzindo nossas vontades justamente porque ela revela o processo social que está nos bastidores, aquilo que nos move a fazer escolhas, mas que geralmente é imperceptível para nós.

## 3º ENXERGAR ALÉM DO NOSSO PRÓPRIO TEMPO E ESPAÇO

Tendemos a explicar o que ocorre à nossa volta como o resultado da ação proposital de pessoas e de instituições que conhecemos. Baseamo-nos em nosso próprio mundo cotidiano para explicar o que acontece. Mas, quando expandimos nosso olhar para a vida social mais ampla, percebemos que há uma enorme variedade de condições de vida e experiências individuais que se dão em espaços e tempos diferentes do nosso que podem ou não ter influência em nossa vida e que, portanto, nossa própria experiência será sempre parcial e insuficiente para entender o que acontece com o “outro”.

Quando comparo minha época com o passado, consigo perceber que aquilo que hoje existe nem sempre foi igual ou existiu, o que ajuda a desconstruir a naturalidade do mundo tal qual eu conheço, e também ajuda a perceber que a vida social é dinâmica e está em constante transformação. Essas mudanças são, muitas vezes, imperceptíveis durante meu tempo de existência individual no mundo. Para entender mais profundamente o mundo atual, é necessário conhecer as conexões que ele tem com outras épocas históricas e outros espaços, e por isso o conhecimento histórico é fundamental para exercitar o pensamento sociológico. Por que existe preconceito no Brasil? Por que existem palavras “estrangeiras” em nosso vocabulário? Por que empresas mudam de lugar?

Esse aspecto se torna mais importante tendo em vista que vivemos num mundo cada vez mais globalizado, isto é, conectado no que diz respeito a trocas econômicas, sociais e culturais, criando uma interdependência enorme entre os países de todo o globo.

#### 4º EXERCITAR A TOLERÂNCIA EM RELAÇÃO AO “OUTRO”

Os antropólogos dizem que todos os indivíduos julgam o “outro” de seu próprio ponto de vista e tendem a considerar os valores e normas dominantes em sua sociedade como melhores e superiores. Tal visão de mundo é conhecida como etnocentrismo. Quando estamos diante de um costume cultural muito diferente do nosso, sentimos um estranhamento e temos uma atitude de reprovação.

Os valores do grupo social em que crescemos foram interiorizados por nós de tal forma que não conseguimos conviver com formas de vida que os coloquem em risco, por isso tendemos a considerá-las como inferiores e irracionais, visando defender nosso próprio ponto de vista.

Um pensamento desse tipo tende a ser intolerante com o “outro”, fechando-se em seu próprio mundo. Ao questionar a aparente naturalidade de nossos valores e visões de mundo, a Sociologia nos ajuda a compreender o ponto de vista alheio, a entender que ele também possui uma lógica própria que é apenas diferente da nossa. Isso abre as portas para uma maior solidariedade, compreensão mútua e diálogo com as diferenças.



BROWNE, Dik. *O melhor de Hagar, o Horrível*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

Hagar conversa com seu filho Hamlet buscando transmitir-lhe sua visão de mundo. Podemos dizer que a posição de Hagar é etnocêntrica, pois vê o mundo apenas através de sua própria condição de navegante, considerada superior, enquanto os “outros” são definidos, de forma negativa, por aquilo que não são.

### SOCIOLOGIA E SENSO COMUM

O senso comum é um “saber de experiência feito”, escreveu Paulo Freire, importante educador brasileiro. O senso comum corresponde àqueles conhecimentos práticos que obtemos no dia a dia, acertando e errando, tentando resolver problemas e fazer melhor as coisas cotidianas. São conhecimentos importantes para a vida de qualquer pessoa.

A maioria das ciências busca se definir em contraste com o senso comum, mas é difícil sustentar essa posição em relação à Sociologia, pois é fato que ela estabelece uma relação muito próxima com o senso comum, sendo os conhecimentos práticos das pessoas uma de suas principais matérias-primas. No entanto, a Sociologia cria algo novo a partir do questionamento e da análise do senso comum.

A Sociologia elabora suas análises com base em conceitos e teorias e na construção de um discurso que é submetido a regras rigorosas. Suas explicações precisam ser debatidas e confirmadas por uma comunidade de cientistas. Além disso, a Sociologia não se limita à intenção ou ação dos indivíduos isolados (àquilo que eles fazem, sabem ou querem), mas busca relacionar suas ações aos processos sociais mais amplos, o que só pode ser alcançado por meio de métodos sistemáticos.

## UMA CIÊNCIA DA SOCIEDADE

A Sociologia surgiu como ciência no século XIX, época em que os métodos científicos e racionais de conhecimento se expandiam e passavam a ser valorizados, a ponto de o período ficar conhecido como o “século da ciência”. Muitas descobertas nas áreas de física e de biologia foram realizadas. Em 1859, foi publicado *A origem das espécies*, de Charles Darwin, no qual ele defendia que as espécies não haviam sido criadas, mas eram resultado da evolução de outros organismos em um processo de seleção natural. O livro foi um sucesso e todos os exemplares foram vendidos num único dia.

Na Física houve grandes avanços, tanto que os conteúdos ministrados no ensino médio atualmente foram elaborados no século XIX: mecânica clássica, óptica, termodinâmica e eletromagnetismo. O estudo desses assuntos tornou possível sua aplicação em invenções tecnológicas como o telégrafo, a fotografia, os trens, os automóveis, os grandes navios, os dirigíveis e os submarinos.

Acreditava-se que os avanços científicos poderiam construir uma sociedade melhor e próspera. De um lado, havia a crença na positividade da ciência, e de outro, a emergência de problemas sociais típicos da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e industrial, como aumento da pobreza nas cidades, proliferação de doenças, concentração populacional e criminalidade.

No século XIX, o desenvolvimento capitalista intensificou o processo de modernização, o aumento das fábricas, o crescimento do operariado e da burguesia, provocou intensos fluxos migratórios para as cidades e enfraqueceu a autoridade religiosa, gerando profundas transformações nos modos de viver.

A crença na ciência para o progresso humano e os novos problemas sociais culminaram em teorias que defendiam a criação de uma ciência social capaz de compreender as “leis” que organizavam a sociedade e que pudesse, a partir desses conhecimentos, reorganizá-la, de modo a restaurar a ordem e a harmonia que haviam sido abaladas.

Um dos pioneiros da Sociologia, Auguste Comte (1798-1857), defendeu a criação de uma “física social” que ele denominou de Sociologia, uma ciência preocupada em investigar a sociedade com os mesmos métodos da física e das ciências da natureza, ou seja, a partir da observação dos fenômenos e da elaboração de leis gerais que explicassem suas causas.

Essa abordagem passou a ser chamada de “positivismo” porque se opunha à filosofia “negativa” dos iluministas do século XVIII, baseada na crítica à sociedade feudal e à sua estrutura tradicional. O positivismo, em contraponto, não criticava a realidade social existente, mas propunha o restabelecimento do equilíbrio, da harmonia e da coesão social, que estavam sendo ameaçados pelo processo de modernização.

Como o progresso estava gerando desagregação social, era preciso ter uma ciência que pudesse conciliá-lo com a manutenção da ordem na sociedade. Isso é muito familiar a nós, brasileiros, afinal o lema de nossa bandeira nacional é *Ordem e Progresso*, o que reflete a forte influência que as ideias positivistas tiveram no Brasil no século XIX.



A bandeira brasileira foi projetada em 1889 por dois ilustres positivistas: Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. O lema “Ordem e Progresso” remonta à máxima filosófica de Augusto Comte: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”.

## AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Já que vimos um pouco do contexto do surgimento da Sociologia como ciência, vale a pena mencionar que ela se encontra muito próxima a outras duas ciências: antropologia e ciência política. O que chamamos de “ensino de Sociologia” no ensino médio é algo que, na verdade, abrange o ensino de temas e conceitos dessas três áreas de conhecimento. Veja o esquema a seguir:

Sociologia	Antropologia	Ciência política
Analisa a sociedade em seus diversos níveis, como as instituições sociais (escola, família, Igreja, mídia etc.) e os grupos sociais, bem como a relação indivíduo e sociedade. Busca compreender os mecanismos que produzem a mudança social e a reprodução da ordem social existente, em suas múltiplas dimensões. Utiliza métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos (estatísticas). Palavras-chave: relações sociais	Analisa o "outro", as culturas tradicionais, como populações indígenas e ribeirinhas. Nas últimas décadas, por meio da Antropologia Urbana, vem investigando manifestações da cultura moderna como dotadas de uma organização simbólica própria, por exemplo, grupos de jovens roqueiros ou pagodeiros. Toma como unidade de análise um sistema cultural. Palavra-chave: cultura	Investiga a política como uma esfera própria de ação humana. Analisa as questões de poder e dominação na sociedade. Estuda os sistemas políticos, como os governos, compostos por organizações, atores e processos. Também pode se interessar por outras organizações que tenham estruturas de poder passíveis de ser analisadas a partir de suas teorias. Palavra-chave: política

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

## SOCIEDADE E INDIVÍDUO

“O que é a sociedade?” Muitos sociólogos buscaram elaborar respostas a essa pergunta.

Para um dos principais autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim, a sociedade é algo que existe acima dos indivíduos, existe antes de eles nascerem e exerce uma forte pressão sobre sua conduta. Nessa visão, a sociedade é uma ordem moral que conduz os indivíduos a agirem conforme suas regras e valores, cumprindo as funções que espera deles.

Uma característica dessa teoria é tratar indivíduo e sociedade como se existissem separadamente. Nosso raciocínio no dia a dia, que forma o senso comum, geralmente é este: a sociedade é aquilo que está fora de nós. Como vivemos numa sociedade muito individualizada, em que cada pessoa constrói uma existência singular, uma personalidade, um caráter próprio, tendemos a olhar para nós mesmos sempre como indivíduos, independentes e separados dos outros.

Mas essa separação pode ser questionada. Existe sociedade sem indivíduos? Existe indivíduo sem sociedade? Tal provocação foi feita por um sociólogo alemão chamado Norbert Elias. Para ele, as duas perguntas mostram como seria complicado separar de forma radical a existência do indivíduo e da sociedade, pois são duas instâncias interdependentes, ou seja, uma não existe sem a outra.

Nessa teoria, o que constitui a sociedade são **as relações** entre os indivíduos, construídas em um tempo histórico longo, que remonta ao início da espécie humana, num desenvolvimento repleto de rupturas e continuidades. Assim, se hoje, quando pensamos em sociedade, o que vem à cabeça é a ideia do país em que vivemos (sociedade = país), é preciso ter em mente que nem sempre essa foi a forma social predominante na história da espécie humana, ou seja, o conceito de sociedade muda ao longo do processo histórico. Os países tal como os conhecemos assumiram essa forma num processo longo que foi iniciado há cerca de 600 anos, com a decadência da sociedade medieval.

Para Norbert Elias, nós nascemos e morremos dentro de uma teia de interdependência formada por muitos seres humanos relacionados. Nossa vida, embora nunca seja predeterminada, é em grande parte resultado de onde, quando, como e com quem nascemos e vivemos. Mas essa teia social não é independente ou superior aos indivíduos: ela é formada pelos indivíduos que estão em relação uns com os outros.

Uma metáfora utilizada por Elias para explicar seu conceito de sociedade é a dança. Leia o texto a seguir para saber mais sobre ela.

### Norbert Elias (1897-1990)

Norbert Elias nasceu em 22 de junho de 1897 na cidade de Breslau, então na Alemanha, e que hoje se localiza na Polônia, e faleceu em Amsterdam, na Holanda, em 1990. Estudou medicina antes de se dedicar à Sociologia e construiu um enorme legado teórico analisando temas variados. Uma de suas obras mais conhecidas é *O processo civilizador*, em que analisa a modernização

das sociedades no ocidente europeu do século XIV ao início do século XX. Ele faz uma história dos costumes mostrando como hábitos hoje comuns, como usar talheres na refeição, foram resultado de um processo longo de "civilização" dos comportamentos, que refletia a necessidade de um controle social cada vez maior sobre o comportamento dos indivíduos.

## LER TEXTO CIENTÍFICO

Danmorgantz/Dreamstime.com



Casais de crianças dançando em Minsk, na Bielorrússia, em 6 de novembro de 2011.

Vamos imaginar, como símbolo da sociedade, um grupo de bailarinos que execute uma dança de salão, como a *frança* ou a quadrilha, ou uma dança de roda do interior. Os passos e medidas, os gestos e movimentos feitos por cada bailarino são todos inteiramente sincronizados com os dos demais bailarinos. Se qualquer dos indivíduos que dançam fosse considerado isoladamente, as funções de seus movimentos não poderiam ser entendidas. A maneira como o indivíduo se comporta nessa situação é determinada pelas relações dos bailarinos entre si.

### GLOSSÁRIO

**França:** tipo de dança de salão que deu origem à quadrilha, muito praticada na cidade de Paris (França) durante o século XVIII.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 25.

No trecho, o autor mostra que a dança não pode ser compreendida por meio da análise dos dançarinos isoladamente, mas pelas relações recíprocas que eles estabelecem ao dançar. Pense agora em sua vida como uma “dança”.

1. Quais são as “danças” ou grupos sociais em que você está inserido? Para responder, pense nos seguintes temas: família, religião, amigos, trabalho, escola etc.
2. Com quais “dançarinos” você interage?
3. Sua relação com os “dançarinos” se dá com igualdade, ou alguns dançarinos têm mais poder de definir a “dança” do que os demais?

#### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

##### LIVROS



##### APRENDENDO A PENSAR COM A SOCIOLOGIA

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tony. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



##### O QUE É POSITIVISMO

RIBEIRO JR., João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.



##### O QUE É SOCIOLOGIA

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



##### A SOCIEDADE DOS INDIVÍDUOS

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



Delfim Martins/Pulsar Imagens



ableimages/Alamy/Otherimages



Neidson Moreira/OMF/D. A Press

Três situações de trabalho: um catador de papelão, uma dona de casa e voluntários em hospital infantil.

É muito comum associarmos a palavra trabalho a alguma atividade que realizamos para ganhar dinheiro. Essa associação não acontece por acaso. De fato, em nossa sociedade e especialmente em países como o Brasil, ainda é por meio do trabalho que a maioria das pessoas consegue efetivar outros direitos, como os de alimentação, cultura, lazer e até mesmo o direito à educação.

Mas esse tipo de trabalho – o trabalho assalariado – é apenas uma das formas que o trabalho adquiriu ao longo de nossa história. As imagens anteriores nos permitem pensar em outros tipos: o trabalho de cuidado da casa e dos filhos, o trabalho voluntário, o trabalho nas ruas. Além disso, ele também pode ter significados muito diferentes para as pessoas. As Ciências Sociais contribuem para que possamos entender um pouco mais sobre suas várias formas e seus diversos significados em nossa sociedade, bem como suas mudanças e permanências no tempo.

E para você? Quais são os significados do trabalho?

**Trabalhador**

Está na luta, no corre-corre, no dia a dia  
 Marmita é fria mas se precisa ir trabalhar  
 Essa rotina em toda firma começa às sete da manhã  
 Patrão reclama e manda embora quem atrasar  
 Trabalhador  
 Trabalhador brasileiro  
 Dentista, frentista, polícia, bombeiro  
 Trabalhador brasileiro  
 Tem gari por aí que é formado engenheiro  
 Trabalhador brasileiro  
 Trabalhador  
 E sem dinheiro vai dar um jeito  
 Vai pro serviço  
 É compromisso, vai ter problema se ele faltar  
 Salário é pouco, não dá pra nada  
 Desempregado também não dá  
 E desse jeito a vida segue sem melhorar  
 Trabalhador  
 Trabalhador brasileiro  
 Garçom, garçonete, jurista, pedreiro  
 Trabalhador brasileiro  
 Trabalha igual burro e não ganha dinheiro  
 Trabalhador brasileiro  
 Trabalhador

Seu Jorge, *América Brasil*. [São Paulo]: EMI, 2009. Faixa 2.

- A letra da canção diz que trabalhamos muito (“igual burro”) em troca de um salário muito baixo. Você concorda com essa visão? Ela se aproxima ou se distancia dos sentidos que o trabalho tem para você?

**PESQUISAR**

Vamos agora refletir sobre nossas experiências e percepções em relação ao trabalho.

**Passo 1**

Responda às questões a seguir:

1. Com qual idade você começou a trabalhar? .....
2. Atualmente, você está trabalhando? (escolha apenas uma alternativa)
  - ( ) Sim
  - ( ) Não, por opção
  - ( ) Não, porque estou desempregado
3. Caso esteja trabalhando, qual atividade você realiza?  
 .....

4. Para você, o trabalho representa principalmente: (escolha apenas uma alternativa)

- Independência
- Dignidade
- Sobrevivência
- Realização
- Ter dinheiro
- Sofrimento
- Outra resposta .....

5. O fato de trabalhar: (escolha apenas uma alternativa)

- Ajuda na escola
- Atrapalha na escola
- É indiferente

6. O fato de estudar: (escolha apenas uma alternativa)

- Ajuda no trabalho
- Atrapalha no trabalho
- É indiferente

### Passo 2

Vamos agora fazer a tabulação dos resultados. O professor deve anotar no quadro as questões e as alternativas correspondentes. Para as questões 2, 4, 5 e 6, que são “fechadas”, ou seja, já trazem as alternativas prontas, a tabulação é mais fácil. Basta que cada estudante vá até o quadro e assinale com um risco ou um X na frente da alternativa escolhida e, no final, o professor e os alunos fazem a soma do número de menções a cada alternativa. Já para as questões 1 e 3, que são “abertas”, ou seja, permitem que o aluno formule sua própria resposta, é necessário um espaço maior para que todos possam anotar no quadro sua resposta, que, então, será analisada e agrupada pelos alunos com a ajuda do professor.

Depois de realizada a tabulação, vamos analisar os resultados. O que mais chamou a atenção nas respostas?

### Passo 3

As questões 5 e 6 referem-se à relação entre trabalho e escola. Com base em sua trajetória como trabalhador e nos resultados desta pesquisa em sua sala, produza um texto que apresente sua opinião sobre o fato de conciliar trabalho e estudo. Para iniciar o texto, considere as seguintes questões: Quais os aspectos positivos de trabalhar e estudar ao mesmo tempo? Quais os aspectos negativos de estudar e trabalhar ao mesmo tempo? O que o estudo traz para sua vida profissional?

---

## O TRABALHO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Ao longo da história, o trabalho assumiu múltiplas formas. Um importante pensador sobre o tema foi Karl Marx, estudioso alemão do século XIX. Para ele, a compreensão da sociedade passa pela análise do modo como os seres humanos produzem sua existência a partir do trabalho. O que é produzido, como é produzido e a maneira como os bens são trocados entre os seres humanos é central para entender as relações sociais e as diferenças de riqueza e de poder.

## Karl Marx

Nasceu em 5 de maio de 1818 na cidade de Trier (antiga Prússia) e faleceu em Londres (Inglaterra) em 14 de março de 1883. Filósofo, economista e sociólogo, Marx é considerado um dos autores mais importantes do pensamento sociológico. Sua análise crítica da sociedade capitalista teve forte impacto nos meios acadêmicos e na esfera política. Além de acadêmico, Karl Marx também foi um revolucionário. Fez parte de organizações clandestinas de operários e exilados e inspirou a formação de vários partidos e movimentos sociais em busca da superação do sistema capitalista. Em sua perspectiva, a luta dos trabalhadores levaria ao fim do sistema capitalista e à constituição de uma nova forma de associação entre os homens: o socialismo. Escreveu *O capital* (1867), uma das mais importantes obras de análise do capitalismo, além de *A miséria da filosofia* (1847), *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1869), entre outras. Em parceria com Friedrich Engels, amigo que lhe deu muito apoio em vários momentos da vida, escreveu também o *Manifesto do Partido Comunista* (1847) e *A ideologia alemã* (1847).

Georgios Kallidas/Dreamstime.com



Além de desenvolver um estudo sobre esse sistema, também foi um dos ativistas mais importantes das organizações operárias do século XIX que lutavam contra a exploração e as desigualdades geradas pelo capitalismo. Marx propunha aos trabalhadores que se organizassem para construir uma sociedade comunista, na qual não haveria a exploração de uma classe pela outra, pois a produção de bens seria estruturada de forma coletiva e a apropriação das riquezas, comum a todos os membros da sociedade.

Segundo Marx, o trabalho é o resultado da relação do ser humano com a natureza, e do homem com o próprio ser humano, é o que nos distingue dos animais e movimenta a história. O trabalho humano diz respeito à capacidade de transformar a natureza e produzir a própria existência, ou seja, satisfazer as necessidades de vida, que não se limitam aos instintos e à sobrevivência física (alimentar-se, abrigar-se, reproduzir-se), mas vão além: o ser humano possui diversas outras necessidades, como lazer, diversão, cultura e religião.

Como afirma a canção “Comida” da banda Titãs: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. As necessidades humanas são diversas e variam conforme a sociedade e o tempo em que vivemos. Podemos dizer que hoje assistir à TV é uma necessidade ou pelo menos um desejo e costume de grande parte das pessoas, mas isso não acontecia até ela ser inventada. Em outros momentos históricos, havia outras necessidades.

Uma característica importante do trabalho humano, que o distingue do trabalho realizado por outros seres vivos, é que homens e mulheres conseguem planejar no pensamento o que vão realizar e, assim, antecipar os possíveis resultados de sua ação, podendo escolher os melhores métodos a serem seguidos. Essa capacidade de planejar e antecipar, como dizia Marx, diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: a abelha nunca será capaz de projetar a construção de um favo antes de realizá-la, já que ela age apenas conforme seus instintos numa programação que permanece sempre a mesma. O trabalho humano, ao contrário, varia historicamente, pois são alteradas as formas de trabalho, os instrumentos de produção, os objetos a serem produzidos e as relações sociais de trabalho.

No mundo capitalista, o trabalho assumiu uma forma muito específica: o trabalho assalariado, no qual um trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. É o caso do trabalhador brasileiro da canção que lemos no começo do capítulo. Mas o que levou as pessoas a terem que vender sua força de trabalho?

Para explicar como isso aconteceu, vamos começar retomando alguns conteúdos sobre a divisão do trabalho na sociedade. E ao falar em divisão do trabalho, também será preciso explorar um conceito muito importante para Karl Marx: o conceito de **classe social**.

A divisão do trabalho sempre existiu em todas as sociedades, uma vez que sempre foi muito difícil para os homens produzirem todos os bens necessários para sua sobrevivência. Mas essa divisão era baseada na idade, na força física, no sexo. A partir do momento que os homens passaram a melhorar suas ferramentas e suas formas de trabalhar, começaram a produzir mais que o necessário para a sobrevivência.

Maior produção, maior possibilidade de acumular. Os bens acumulados, no entanto, não eram distribuídos igualmente entre todos. Nesse processo histórico, alguns membros passaram a se apropriar do excedente e a explorar o trabalho de outros. O grupo que acumula mais propriedades, terras, moedas etc. também acumula mais poder sobre os demais. A divisão do trabalho fundou uma desigualdade entre os homens, colocando em polos opostos os que têm e os que não têm, os que mandam e os que são subordinados. Essa é a origem das classes sociais. O conceito de classe social é central para Marx, e em sua posição a classe tem relação com o lugar ocupado no mundo do trabalho.

Para Marx, a classe social origina-se da posição ocupada pelas pessoas na divisão do trabalho.

Os proprietários são aqueles que detêm os **meios de produção** (ferramentas, matérias-primas, equipamentos etc.) e os trabalhadores são aqueles que não possuem os meios de produção. Marx acreditava que a história da sociedade tem sido a história da **luta de classes**, mas essas lutas se modificam nos diferentes modos de produção.

A luta dos servos no modo de produção feudal não era a mesma luta dos operários no modo de produção capitalista, assim como não é a mesma a luta dos escravos no modo de produção da Antiguidade.

É muito comum associarmos a palavra classe social à renda das pessoas: pertence à classe alta ou à classe A quem pode comprar mais e melhor e à classe baixa ou classe C, D quem não tem um poder aquisitivo elevado. Mas, como vimos, na perspectiva de Marx, pertencer a determinada classe não significa apenas ter mais ou menos renda. O mundo social é formado por classes e por relações entre as classes.

Quando Marx analisa a sociedade, ele não vê apenas indivíduos isolados, com diferentes níveis de renda, mas sim pessoas que ocupam determinados lugares na divisão do trabalho: de maneira mais simples, os trabalhadores que vendem sua **força de trabalho** e os proprietários que são os donos dos meios de produção. Por isso não é apenas a renda que determina a classe social dos indivíduos.



Plataforma do metrô paulistano em horário de pico, em 27 de julho de 2012.

## LER TEXTOS

Leia os textos a seguir:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou

das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*.

Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cvoo00042.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cvoo00042.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 1-2.

## A nova classe média

### 66% dos moradores das favelas cariocas pertencem à nova classe média

O comércio e os empreendimentos em comunidades cariocas estão movimentando a economia do Rio de Janeiro, totalizando R\$ 13 bilhões por ano. A menos de dois meses de completar um ano de pacificação, a Rocinha está entre as comunidades que ajudam no desenvolvimento da capital fluminense. Além disso, parte de seus moradores já pertencem à nova classe média, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa).

O estudo encomendado pela Rádio BEAT98, do Sistema Globo de Rádio, foi realizado em agosto [de 2012] em cinco comunidades pacificadas do Rio de Janeiro: Alemão, Rocinha, Chatuba, Salgueiro e Cidade de Deus. Foram entrevistados 100 moradores de cada comunidade. Na pesquisa, foi constatado que o percentual de integrantes da classe C – chamada também de “a nova classe média” – nas comunidades cariocas é de 66%.

Surpreendentemente o estrato social logo acima, composto pelas classes A/B, têm 13% de moradores dessas comunidades. No estudo, a definição das faixas de renda segue os critérios estabelecidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, assim, pertencem à classe média famílias com renda *per capita* de R\$ 291 a R\$ 1 019.

Essa classe foi dividida em três subgrupos: a baixa classe média (renda *per capita* de R\$ 291 a R\$ 441), a média (de R\$ 441 a R\$ 641 por pessoa) e a alta classe média (de R\$ 641 a R\$ 1 019). As famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 291 estão na baixa renda (classes D e E), enquanto aquelas com renda *per capita* acima de R\$ 1 019 estão na chamada alta renda (classes A e B).

Segundo o secretário-geral da Cufa, Celso Athaide, este cenário representa uma grande oportunidade. “Poucas empresas ainda enxergam esse mercado consumidor. Há uma grande parte dos moradores que ascendem, melhoram sua condição, compram outros imóveis, montam negócios e querem permanecer nas comunidades”, afirmou.

Na Rocinha, por exemplo, os comerciantes estão se tornando empreendedores e os consumidores, mais ativos. Com a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que aconteceu no último dia 20/09, a expectativa é de que agora o potencial de consumo também aumente na comunidade. Juntas, as mil principais favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro somam 1,7 milhão de moradores. Grandes redes bancárias e varejistas já estão percebendo a necessidade de estarem mais próximas aos consumidores e estão se instalando em diversas comunidades.

IBX: *Encontro de ideias*. Com informações da Subsecretaria de Comunicação Social do Estado do Rio de Janeiro, 4 out. 2012. Disponível em: <[www.iebxcompartilha.org.br/2012/10/66-dos-moradores-das-favelas-cariocas-pertencem-a-nova-classe-media](http://www.iebxcompartilha.org.br/2012/10/66-dos-moradores-das-favelas-cariocas-pertencem-a-nova-classe-media)>. Acesso em: 23 nov. 2012. Texto adaptado.

Com base na leitura dos dois textos anteriores, responda em grupo às seguintes questões:

1. O primeiro texto foi publicado em 1848 e suas análises permanecem atuais. Podemos falar na existência de classes sociais em nossa sociedade hoje? Você teria exemplos de lutas de classes?

---

---

---

2. Nos meios de comunicação, muito se tem falado sobre a nova classe média do Brasil. O conceito de nova classe média apresentado no segundo texto se aproxima ou se distancia do conceito de classe social apresentado por Karl Marx?

---

---

---

## A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Com o desenvolvimento do capitalismo, a divisão social do trabalho foi se tornando cada vez mais complexa. Quantas ocupações e quantas especialidades diferentes temos hoje em nossa sociedade? Cada vez mais, com o desenvolvimento do capitalismo, os trabalhadores deixaram de produzir um produto do começo ao fim do processo de produção para se dedicarem apenas a uma parte dele. O local de trabalho também se modificou.

Antes de existirem as fábricas, grande parte do trabalho ocorria em casa, sendo muitas vezes realizado por todos os membros da família. Primeiro vieram as manufaturas, que deram o pontapé inicial nessa separação e fizeram com que um produto deixasse de ser resultado do trabalho de um único trabalhador para se tornar o resultado da atividade de vários. Depois, surgiu a grande indústria, que aumentou ainda mais a divisão do trabalho com os avanços da tecnologia. Aqueles que procuravam emprego em uma fábrica eram treinados para se especializarem em uma única tarefa, recebendo um salário pelo trabalho realizado.



A divisão do trabalho foi analisada de diferentes maneiras por vários autores. Émile Durkheim, por exemplo, um sociólogo muito importante na formação do pensamento sociológico, considerava fundamental a divisão do trabalho para a vida dos homens em sociedade. Para Durkheim, a sociedade pode ser comparada a um corpo vivo, um organismo em que cada uma das partes – instituições e indivíduos – tem papéis determinados e existe em função do todo.

O que mantém esses indivíduos unidos ou, em uma comparação com o organismo humano, o sangue que circula e mantém todos os órgãos conectados e em funcionamento, é o que Durkheim chama de **solidariedade**. Em sociedades onde há uma divisão simples do trabalho, e cujos membros se assemelham entre si e compartilham uma vida comum, como em uma tribo indígena tradicional, por exemplo, prevalece um tipo de solidariedade por ele chamada de **solidariedade mecânica**. Nesse caso, é o pertencimento ao grupo que dá sentido à vida das pessoas; o nós é muito mais forte que o eu.

Isso é muito diferente no mundo construído a partir do capitalismo: o aumento da vida nas cidades e da circulação dos indivíduos de um lado para outro, a ampliação da produção e da troca de mercadorias tornam cada vez mais difícil dizer que os homens permanecem juntos porque compartilham uma vida em comunidade. Pelo contrário, o que começa a aparecer com mais força são as diferenças entre eles.

Assim, nesse novo tipo de sociedade, um outro elo entre as pessoas é predominante: a **solidariedade orgânica**. Esse tipo de solidariedade é resultado da nova divisão do trabalho no capitalismo. Cada um dos indivíduos precisa cada vez mais dos bens e dos serviços produzidos por outros para sobreviver: se desejo comer ou me vestir, preciso de pessoas que produzam os alimentos e as roupas, que já não são mais produzidos no âmbito da comunidade. Do mesmo modo, meu trabalho também pode ser essencial para outros. A sociedade precisa de pessoas com diferentes funções e especialidades, o que contribui para gerar solidariedade e coesão entre os indivíduos. Assim, a divisão do trabalho no capitalismo é vista de maneira bastante positiva em Durkheim.

Outros autores, como Adam Smith, economista e filósofo escocês do século XVIII, também tinham uma visão bastante otimista sobre a divisão do trabalho. Leia o que Adam Smith afirma sobre a divisão do trabalho em uma manufatura:

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, ao passo que em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas. Mas, embora não fossem muito hábeis, e portanto não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, uma libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia [...]. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo 1 [...].

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 41-42. (Coleção Os Economistas.)

Para Smith, o aumento da divisão do trabalho também contribuiria para o desenvolvimento e enriquecimento das sociedades gerando riquezas. Todas as camadas da população, inclusive as mais empobrecidas, seriam beneficiadas pela abundância de bens que passaria a ser produzida a partir do aumento dessa divisão.

O que Karl Marx pensava sobre isso? Na perspectiva de Marx, tanto Durkheim como Smith deixaram de lado muitas questões. A divisão do trabalho, que tinha como objetivos o aumento da produtividade e o aperfeiçoamento do método de trabalho, tornando

o trabalho cada vez mais leve, menos pesado e mais criativo, acabou por contribuir para que os trabalhadores perdessem o controle sobre seu trabalho e se tornassem dependentes dos donos do capital. Essa é a relação social fundamental do capitalismo para Karl Marx, da qual derivam várias outras, como a relação de compra e venda da força de trabalho (há os donos dos meios de produção – os proprietários – e há os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário – os trabalhadores).



Fonte: Tirinha de Frank e Ernest publicada em 19 de fevereiro de 1997 no *Jornal do Brasil*.

Como já não produz um objeto do começo ao fim e como a decisão do que e como produzir é do capitalista, o trabalhador não mais percebe que seu trabalho é tão mercadoria quanto as mercadorias que enchem as prateleiras dos supermercados e aumentam a riqueza dos proprietários. Marx chama esse processo de **alienação** do trabalho. Mercadoria e alienação também são dois conceitos fundamentais na obra desse autor.

## MERCADORIA

Mercadoria é a forma assumida pelos produtos e pela força de trabalho na sociedade capitalista. Toda mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca. Enquanto valor de uso, a mercadoria tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas. Por exemplo: o pão é útil para aplacar nossa fome, um casaco é útil para nos proteger do frio. Mas há coisas úteis que podem não ser mercadorias: se fazemos um pão em casa para o consumo da família, este pão não é uma mercadoria.

Para ser uma mercadoria, ele precisa ser comercializado: o pão que compramos na padaria é uma mercadoria, ele também tem, além de um valor de uso, um valor de troca. O valor de troca de uma mercadoria é calculado pelo tempo de trabalho gasto em sua produção, o que pode variar a depender da sociedade e do período histórico. Em troca do que precisa, cada um oferece o resultado de seu trabalho, ainda que esse resultado apareça na forma de moeda (o salário), que foi adquirida por meio do trabalho. Assim, no capitalismo, as mercadorias são produzidas para venda no mercado e acabam ganhando vida própria, como se não existisse muito trabalho por trás delas.

Quando compramos mercadorias nos supermercados, nos *shopping centers*, não enxergamos que por trás delas há muito trabalho humano e que foram estabelecidas relações sociais para sua produção. As mercadorias ganham vida própria: uma calça *jeans* vale um corpo mais bonito, um cigarro vale uma vida mais livre, um automóvel traz felicidade. Esse processo Marx chamou de **fetichismo da mercadoria**. O que tem mais

valor no capitalismo é o que se pode comprar e vender no mercado. Coisas simples, como cultivar um jardim, perdem valor porque não entram nesse esquema de compra e venda.

## ALIENAÇÃO

Na perspectiva de Marx, a alienação pode ser caracterizada por três aspectos.

1. O trabalhador é alienado em relação às coisas: não se percebe como produtor das mercadorias nem percebe as mercadorias como resultado de seu trabalho.
2. O trabalhador é alienado em relação a si mesmo: suas atividades de trabalho, sua vida pessoal, sua energia física e mental são percebidas como se não lhe pertencessem.
3. O trabalho deixa de ser uma atividade de liberdade e criação para se tornar apenas uma obrigação, uma necessidade para que o trabalhador obtenha os meios necessários para sua sobrevivência.

### LER POEMA

Leia o poema a seguir e depois responda à pergunta proposta.

#### Eu etiqueta

Em minha calça está grudado um nome  
Que não é meu de batismo ou de cartório  
Um nome... estranho.  
Meu blusão traz lembrete de bebida  
Que jamais pus na boca, nessa vida,  
Em minha camiseta, a marca de cigarro  
Que não fumo, até hoje não fumei.  
Minhas meias falam de produtos  
Que nunca experimentei  
Mas são comunicados a meus pés [...]  
Desde a cabeça ao bico dos sapatos,  
São mensagens,  
Letras falantes,  
Gritos visuais,  
Ordens de uso, abuso, reincidências.  
Costume, hábito, premência,  
Indispensabilidade,  
E fazem de mim homem-anúncio itinerante,  
Escravo da matéria anunciada.  
Estou, estou na moda.  
É duro andar na moda, ainda que a moda  
Seja negar minha identidade,  
[...] E bem à vista exibo esta etiqueta  
Global no corpo que desiste  
De ser veste e sandália de uma essência  
Tão viva, independente,  
Que moda ou suborno algum a compromete.  
Onde terei jogado fora

Meu gosto e capacidade de escolher,  
Minhas idiossincrasias tão pessoais,  
Tão minhas que no rosto se espelhavam  
E cada gesto, cada olhar  
Cada vinco da roupa  
Sou gravado de forma universal,  
Saio da estamperia, não de casa,  
Da vitrine me tiram, recolocam,  
Objeto pulsante mas objeto  
Que se oferece como signo dos outros  
Objetos estáticos, tarifados.  
Por me ostentar assim, tão orgulhoso  
De ser não eu, mas artigo industrial,  
Peço que meu nome retifiquem.  
Já não me convém o título de homem.  
Meu nome novo é Coisa.  
Eu sou a Coisa, coisamente.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

O poema aborda uma das dimensões da alienação humana: a alienação do homem em relação às coisas. Os homens são etiquetas. Dialogue com seus colegas de classe. Você também se sente uma etiqueta?

## A RESISTÊNCIA: OS SINDICATOS E A LUTA DOS TRABALHADORES

A constituição do trabalho assalariado não aconteceu sem resistência dos trabalhadores. Desde o início da expansão da indústria nos países europeus, os trabalhadores organizaram-se para lutar contra a exploração do trabalho, as longas jornadas de trabalho, inclusive de mulheres e de crianças, os baixos salários e a vida difícil nas cidades.

A construção de uma consciência histórica a respeito das relações de exploração e a necessidade de garantir condições dignas de vida fizeram emergir organizações que passaram a lutar pelos direitos dos trabalhadores: os sindicatos.

No Brasil, os sindicatos surgiram no início do século XX, período em que nasciam e proliferavam as indústrias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e se constituía uma nascente classe operária. Parte expressiva desses operários era composta de imigrantes europeus, que trouxeram para o Brasil não apenas seus sonhos de construir uma nova vida, mas também algumas ideias políticas que influenciaram muito no surgimento dos sindicatos. Uma delas foi o **anarquismo**, um ideário que realiza uma crítica radical ao capitalismo e propõe a coletivização dos meios de produção e a autogestão dos trabalhadores.

A greve de 1917, na cidade de São Paulo, um marco na luta dos trabalhadores no país, foi muito influenciada por esse ideário. Essa greve foi iniciada numa indústria têxtil do bairro da Mooca, mas transformou-se numa greve geral após a morte de um jovem grevista em confronto com a polícia.

Em seu ponto alto, a paralisação envolveu cerca de 50 mil trabalhadores de diversos setores, e culminou numa pauta de reivindicações que incluía aumento salarial, libertação dos grevistas presos, proibição do trabalho de menores de 14 anos, jornada de trabalho de 8 horas diárias, entre outras. No período entre 1917 e 1920, foram realizadas mais de cem greves na cidade de São Paulo.

Nos anos 1920, os grupos anarquistas passaram a perder sua influência para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, que, desde então, tornou-se a corrente política mais importante na organização dos sindicatos, incorporando em seus quadros várias lideranças anarquistas. De lá pra cá, o movimento sindical passou por diversos estágios, de legalização por meio de um forte controle do Estado (no governo Vargas), e de grande perseguição no período da ditadura militar.

Mas foi justamente nesses períodos de maior tensão que muitas organizações sindicais nasceram e se ampliaram, processo esse decorrente do desenvolvimento econômico pelo qual o país passava e que aumentava os postos de trabalho em diferentes setores.

No final dos anos 1970, há sinais de abertura democrática por parte do regime militar, que recua em sua ostensiva repressão aos que a ele se opunham. Em 1979, ganha destaque um movimento denominado “novo sindicalismo”, bastante combativo, e que mostraria sua força quando mais de 3 milhões de trabalhadores entraram em greve, numa onda de paralisações desencadeada em 1978 por uma importante greve na fábrica de caminhões Scania, em São Bernardo do Campo (SP).

Essa greve conquistou aumentos salariais para os trabalhadores e estimulou as mais variadas categorias a reforçar suas lutas trabalhistas. Foi um marco para o que se tornaria um movimento nacional, com a constituição de um sindicalismo forte politicamente e que culminou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Uma das mais importantes lideranças desse movimento foi Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.



Folhapress

Assembleia dos metalúrgicos da região do ABC no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em 16 de março de 1979.

## O TRABALHO E SUAS METAMORFOSES

Ao longo do desenvolvimento do trabalho assalariado, empresas e Estado construíram várias estratégias de produção e de controle para que os trabalhadores produzissem cada vez mais mercadorias em um tempo cada vez menor, ao mesmo tempo que buscavam controlar o movimento dos trabalhadores. Além disso, também construíram mecanismos para garantir o consumo dos bens produzidos, pois de nada adiantaria produzir se não fosse possível vender. É nessa perspectiva que nas primeiras décadas do século XX constrói-se um modelo de organização do trabalho conhecido como taylorismo-fordismo.

Nas aulas de História você ouviu falar desse tipo de organização. Em primeiro lugar emerge o taylorismo: cada movimento do trabalhador será rigorosamente controlado por uma gerência que o vigia permanentemente. O fordismo acentua essas mudanças por meio da linha de montagem: a cada trabalhador caberia apenas uma tarefa, a ser executada em seu posto de trabalho, em um tempo determinado, por exemplo, enquanto a esteira rolante passa. Não sem razão, o movimento operário vai posicionar-se fortemente contrário a essa intensa disciplina. O fordismo também está associado a uma nova dinâmica do modo capitalista: produção em quantidade, custos baixos, grandes fábricas que produzem todas as peças de um produto. Para favorecer o consumo dessa produção em massa, introduziram-se aumentos reais de salários. Começam os tempos da produção e do consumo em massa. Tal dinâmica predominará no século XX, particularmente entre a Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970, nos países ditos “desenvolvidos”.

Esse sistema, no entanto, modifica-se e entra em crise a partir da segunda metade dos anos 1960. As transformações atuais no mundo do trabalho resultam principalmente da grande presença de sistemas robotizados e automatizados de produção, que torna possível produzir mais com um número menor de trabalhadores. Máquinas modernas como computadores, celulares, robôs revolucionaram as formas de comunicação, de relacionamento entre as pessoas e também de trabalho. Claro que as inovações tecnológicas não são as únicas responsáveis pelas mudanças, pois por trás delas estão os homens: os proprietários, os governantes, os trabalhadores.

A Sociologia preocupa-se em entender como essas mudanças no trabalho estão afetando a vida dos indivíduos e de suas famílias. Novos termos passam a ser usados para explicar o que está acontecendo: polivalência, flexibilidade, competências... Você já ouviu alguma dessas palavras?



Rodrigo Páez/Folhapress

O lado positivo da robótica: o barateamento de valores e o aumento do poder de compra de maior número de consumidores. A imagem retrata linha de montagem de indústria automobilística da região do ABC, em 29 de março de 2007.

Trata-se agora de produzir da maneira mais “enxuta” possível, ou seja, evitando desperdícios de mão de obra e grandes estoques. A produção também deve ser “flexível”, isto é, realizada em pequenas quantidades para atender a um número pequeno de clientes. Pequenas equipes introduzem, com auxílio do computador e outras tecnologias, mudanças no produto a partir do perfil dos consumidores. Por exemplo: as empresas passam a produzir não mais o mesmo tipo de carro para todos. É possível produzir carros com pacotes opcionais para mulheres ou para jovens, carros que poluem menos o ambiente etc.

O trabalhador deve ser “polivalente”: realizar mais de uma tarefa, operar mais de uma máquina, trabalhar em grupos ou em equipes. Espera-se que ele participe ou colabore com as decisões, dando sugestões para melhorar a produção e a produtividade. Tanto em razão das novas tecnologias como pelas mudanças na divisão do trabalho, passa-se a exigir maior escolaridade e qualificação de uma parte dos trabalhadores.

Mas a flexibilidade também atinge o trabalhador, as relações de trabalho, seus direitos, os horários de trabalho, os salários. Flexibilidade pode significar ter a chance de trabalhar em sua própria casa, com o uso do computador, mas também de não mais conseguir separar o trabalho da vida familiar e trabalhar muito mais; pode significar abrir mão de alguns direitos conquistados pelos trabalhadores, como a carteira de trabalho, as férias remuneradas, o descanso.

As mudanças no trabalho não atingem da mesma maneira o conjunto dos trabalhadores, dos setores, dos países. Como se tem um menor número de trabalhadores para produzir, o desemprego e a busca por novas ocupações passam a fazer parte da vida de muitas pessoas.

Para quem consegue se manter em um emprego, o risco da demissão pode levar à submissão às exigências da empresa, significando baixos salários, longas jornadas de trabalho com número alto de horas extras, ritmos mais intensos. Para aqueles que não conseguem um emprego regular, novas formas de contrato passam a fazer parte de sua vida de trabalho: o trabalho temporário, que dura apenas algumas semanas ou meses do ano, o trabalho em tempo parcial, aquele realizado por algumas horas no dia ou na semana. Quando esses contratos são registrados em carteira, alguns direitos trabalhistas são garantidos, mas persiste a incerteza em relação à permanência no trabalho e à construção de uma carreira.

Todas essas transformações também contribuíram para que alguns sociólogos passassem a questionar o lugar do trabalho e especialmente o trabalho assalariado como um elemento essencial na criação de uma identidade social e como eixo central dos conflitos em nossa sociedade, como defendido por Karl Marx. Esse é um debate importante e polêmico na Sociologia.

O trabalho passa a ser menos importante? A Sociologia não tem uma única resposta para essa questão. É possível concordar com o fato de Karl Marx ter focalizado seus estudos mais intensamente no trabalho fabril e no trabalhador do sexo masculino, por exemplo. Mas as atuais metamorfoses do trabalho não parecem levar à afirmação de que o trabalho torna-se menos importante em nossas vidas: para muitos de nós e especialmente em países como o Brasil, o trabalho remunerado ainda é central, seja para a sobrevivência, seja para a realização e independência pessoal.

Além disso, as transformações não alteraram o núcleo central do capitalismo, tal como analisado por Karl Marx: a desigualdade entre os proprietários, que continuam a definir o que, como e quanto será produzido, apropriando-se do excedente da produção, e os trabalhadores.

### O trabalho passa a ser menos importante?

Os números persistentes do desemprego, a insegurança no emprego, a redução do tamanho das empresas, as carreiras de portfólio, o trabalho de meio turno, a flexibilidade dos padrões empregatícios, a partilha de cargo... Parece que, mais do que nunca, as pessoas estão desviando-se dos padrões de trabalho, ou nem sequer têm um emprego remunerado! Talvez este seja o momento de reconsiderarmos a natureza do trabalho e, particularmente, a posição dominante que ele normalmente ocupa na vida das pessoas.

Por associarmos tanto o “trabalho” com o “emprego remunerado”, às vezes fica difícil perceber as oportunidades que podem existir fora dessa perspectiva. O sociólogo francês e crítico social André Gorz é um analista que afirma que, no futuro, o trabalho remunerado irá desempenhar um papel cada vez menos importante em nossa vida. Gorz baseia seus pontos de vista em uma avaliação crítica dos escritos de Marx. Marx acreditava que a classe trabalhadora – à qual um número cada vez maior de pessoas supostamente iria pertencer – lideraria uma revolução que levaria a um tipo mais humano de sociedade, na qual o trabalho seria fundamental para os prazeres que a vida tem a oferecer. Mesmo escrevendo como um esquerdista, Gorz rejeita essa visão. A classe trabalhadora, em vez de estar se tornando o

maior grupo da sociedade (como sugeriu Marx) e liderando uma revolução de sucesso, na verdade, está encolhendo. Os operários representam agora uma minoria da força de trabalho – e uma minoria em declínio.

Para Gorz, não faz mais muito sentido supor que os trabalhadores possam assumir a direção das empresas das quais fazem parte, quanto mais tomar o poder do Estado. Não existe nenhuma esperança concreta de se transformar a natureza do trabalho remunerado, já que ele está organizado de acordo com considerações técnicas que são inevitáveis para a eficiência de uma economia. “O essencial agora”, como explica Gorz, é “que nos libertemos do trabalho” [...]

Qual a validade desse ponto de vista? Não restam dúvidas de que há grandes mudanças ocorrendo na natureza e na organização do trabalho nos países industrializados. Porém, ao menos até o momento [...] parece que estamos bem longe da situação prevista por Gorz. Com a pressão das mulheres para a ampliação das oportunidades de emprego, houve um aumento e não uma redução no número de pessoas efetivamente interessadas em arranjar um emprego remunerado. Para muitos, o emprego remunerado continua sendo a chave para a geração dos recursos materiais necessários a fim de manter uma vida diversificada.

Fonte: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 338.

## LER TEXTOS JORNALÍSTICOS

### Jornada de trabalho – Um debate necessário

João dos Santos (nome fictício) mora no Itaim Paulista, na zona leste de São Paulo. Todos os dias acorda às 4 h, toma banho, café e se dirige ao ponto de ônibus, de onde parte, em uma viagem de mais de duas horas, rumo ao estacionamento em que trabalha, do outro lado da cidade. Lá, sua rotina começa às 7 h e termina às 22 h 30, se nenhum cliente se atrasar. Sem intervalo para o almoço, pois é o único funcionário do estacionamento – pertencente a uma grande rede de São Paulo –, João espera uma brecha no movimento, atravessa a rua, compra um sanduíche e volta para o plantão na guarita, onde faz sua refeição enquanto recebe um carro e despacha outro. O dia demora a passar. São pelo menos 13 horas e meia de jornada, todos os dias. A única folga é no domingo. Situações como essa, somadas aos altos índices de desemprego no Brasil, foram as principais motivações para a Campanha Unificada das Centrais Sindicais pela Redução da Jornada sem Redução de Salário, lançada em 15 de março deste ano [2012], na Assembleia Legislativa de São Paulo, e encabeçada pela CUT, Força Sindical, CGT, SDS, CGTB e CAT. A proposta é simples e direta: reduzir a jornada de trabalho legal, fixada em 44 horas semanais, para 40 horas semanais, sem redução de salário. Segundo estudo do Dieese, elaborado pelo economista Cássio Calvete, técnico da instituição, essa medida permitiria gerar cerca de 1,8 milhão de postos de trabalho. Aliada à eliminação das horas extras, o número de novos postos subiria para pouco mais de 2,8 milhões. “A redução da jornada também deve ser acompanhada de medidas como melhor fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho, fim do banco de horas, controle sobre a intensificação do trabalho e garantia de acesso dos sindicatos ao interior das empresas”, lembra Calvete. Ele cita como exemplo o caso da França, que em 1998 iniciou um processo de redução da jornada e não obteve os resultados esperados. O economista explica que, sem controle sobre a flexibilização, as pessoas passaram a ter folgas em dias de semana e compensações aos domingos, por exemplo, além de fazer horas extras. “Uma coisa é trabalhar 40 horas, de segunda a sexta-feira, outra é ter de trabalhar no fim de semana. O trabalhador perde em qualidade de vida”, adverte.

Revista do Dieese. Disponível em: <[www.dieese.org.br/esp/revistadieese.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/revistadieese.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2012.

## As mulheres e o trabalho

As mudanças no trabalho não atingem da mesma maneira os diferentes perfis de trabalhadores: homens e mulheres, negros e brancos, jovens e adultos inserem-se de modo muito desigual no mercado de trabalho. Muitos estudos sociológicos procuram compreender como esses diferentes grupos vivem e significam essas transformações.

Tradicionalmente, os arranjos familiares eram biparentais, compostos por casais heterossexuais e com filhos; os matrimônios eram estáveis e de longa duração. O homem era o chefe da família, encarregado de ser o provedor, sendo que para isso trabalhava remuneradamente e recebia um salário que sustentava toda a família. A mulher, por outro lado, exercia a função de cuidadora e era responsável pelas tarefas da casa e cuidado com as crianças, sem receber remuneração para este trabalho. Desta maneira, construiu-se a dicotomia homem provedor (esfera pública e produtiva) e mulher cuidadora (esfera privada e doméstica), cuja lógica se reproduzia no mercado de trabalho. O mercado de trabalho, portanto, era estruturado para homens que não precisavam se preocupar com as responsabilidades familiares, pois as mulheres em casa se dedicavam exclusivamente a isso. As mulheres, quando trabalhavam, eram consideradas uma força de trabalho secundária. A organização do trabalho estava ancorada em trabalhos mais estáveis, com jornadas bem definidas, estruturada para “trabalhadores ideais”: homens, sem responsabilidades familiares e totalmente disponíveis para o trabalho. O modelo tradicional de conciliação entre trabalho e família estava assentado em rígidos papéis de gênero, no modelo de família biparental e em uma organização do trabalho e da produção que não corresponde mais à atualidade. As famílias passaram por transformações e hoje se observa uma multiplicidade de arranjos familiares: domicílios monoparentais (com crescente presença de mulheres chefes de domicílio); biparentais (tanto uniões homoafetivas, quanto casais heterossexuais); famílias extensas e domicílios unipessoais.

O envelhecimento e a incidência mais alta de doenças crônicas geraram novas necessidades de assistência a pessoas mais velhas e as tendências mostram que as responsabilidades familiares aumentaram, enquanto o desenvolvimento de serviços formais de assistência ainda se mantém incipiente.

Os papéis sociais associados a homens e mulheres vêm passando por mudanças fundamentais com a inserção das mulheres no espaço público, a partir de sua entrada no mercado de trabalho (haja visto o aumento crescente e irreversível de suas taxas de participação ao longo das últimas décadas). Ademais, a renda gerada por elas passou a ser essencial para a manutenção das famílias, as mulheres não são mais uma força de trabalho secundária. A insegurança e a instabilidade no trabalho aumentaram nos dias atuais e as jornadas de trabalho se tornaram menos previsíveis. Consequentemente, trabalhadores e trabalhadoras sentem-se menos seguros para gerar renda, enfrentam maiores restrições quanto à vida pessoal e familiar e sentem-se mais cansados.

Além disso, o aumento observado no número de empregos informais e atípicos deixa mais pessoas excluídas da legislação que protege a maternidade e trabalhadores com responsabilidades familiares. As mulheres passaram a compartilhar com os homens o tempo dedicado ao trabalho remunerado, mas não ocorreu um processo equivalente de mudança na redistribuição das responsabilidades familiares e tarefas domésticas, tampouco produziu-se um aumento significativo na oferta de serviços públicos de apoio a estas atividades. As mulheres continuam sendo percebidas como as responsáveis exclusivas ou principais pelas atividades de cuidado, como consequência, as estratégias de conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar permanecem privadas e femininas: algo que diz respeito às famílias e, no interior delas, às mulheres. Por esta razão, as mulheres tendem a “ajustar” sua inserção no mercado de trabalho e a concentrar-se em empregos vulneráveis e informais, porque estes se adequam melhor às responsabilidades familiares e não envolvem horários e locais de trabalho fixos. Assim, as mulheres estão particularmente sobrerrepresentadas em trabalhos menos produtivos e precários, com pouco acesso a uma remuneração adequada e justa, à proteção social e a direitos fundamentais no trabalho.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trabalho e responsabilidades familiares: novos enfoques. In: *Notas da OIT (Trabalho e Família)*. p. 2. Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/br\\_nota\\_1\\_695\\_721.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/br_nota_1_695_721.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2012.

### **Passo 1**

Depois de ler os textos, forme grupos com homens e mulheres e faça uma pesquisa entre os membros do grupo.

- Qual a jornada de trabalho dos homens e qual a jornada das mulheres?
- Quem faz mais hora extra?
- Qual a faixa salarial dos homens e das mulheres?

- ( ) Menos de um salário mínimo
- ( ) Entre um e dois salários mínimos
- ( ) Entre dois e três salários mínimos
- ( ) Entre três e cinco salários mínimos
- ( ) Mais de cinco salários mínimos

- Os homens ganham mais do que as mulheres em seu grupo?

### **Passo 2**

Verifique em seu grupo quais são as atividades realizadas pelos homens e pelas mulheres no trabalho e em casa. As mulheres realizam uma quantidade maior de tarefas domésticas? Quantas horas diárias ou semanais elas dispendem realizando tais tarefas? E os homens?

### **Passo 3**

Verifique em seu grupo o tempo que homens e mulheres gastam diariamente com transporte entre a casa, o trabalho e a escola e quanto tempo gastam estudando. Você acha que o tempo com transporte e com estudos deveria ser considerado como tempo de trabalho? Por quê?

### **Passo 4**

Você concorda com a redução da jornada de trabalho? De quanto tempo deveria ser essa redução? A redução deveria ser igual ou diferente para homens e para mulheres? A jornada deveria ser reduzida para os que estudam?

O professor deve fazer um levantamento, no quadro, de todos os homens e mulheres que são a favor e os que são contra a redução da jornada de trabalho. Converse sobre isso com seus colegas de trabalho e com seus familiares e procure se informar mais a respeito do assunto, inclusive verificando qual a posição do sindicato, das centrais sindicais, do governo e do empresariado a respeito disso. Afinal, trata-se da garantia dos nossos direitos, e precisamos construir nossas opiniões e também ações em sua defesa.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE

Ministério do Trabalho e Emprego. *Agenda nacional de trabalho decente para a juventude*. Brasília, 2011.



#### MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



#### AS NOVAS FRONTEIRAS DA DESIGUALDADE

MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.



#### PLANO NACIONAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE

Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano nacional de emprego e trabalho decente*. Brasília, 2010.



#### O QUE É TRABALHO

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.



#### A SITUAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Dieese, 2012.



#### TRABALHADORES, UMA ARQUEOLOGIA DA ERA INDUSTRIAL

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores, uma arqueologia da era industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



#### TRABALHO E TECNOLOGIA

CATTANI, Antonio (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Porto Alegre: Universidade, 1997.

### SITES



#### DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE)

Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 18 jan. 2012.



#### FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE)

Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>. Acesso em: 18 jan. 2012.



#### ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Disponível em: <[www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)>. Acesso em: 18 jan. 2012.

### FILMES



#### OS COMPANHEIROS

Relata a luta de um professor e ativista durante uma greve em Turim (norte da Itália). Importante retrato do processo de tomada de consciência dos trabalhadores e das redes de solidariedade no âmbito dos primeiros movimentos operários do fim do século XIX, que antecederam à formação dos sindicatos.

Direção de Mario Monicelli. Itália, 1963. 130 min.



#### ELES NÃO USAM BLACK-TIE

A história do filme se passa na cidade de São Paulo do começo dos anos 1980 e tem como tema a greve e o conflito entre pai e filho com posturas opostas e divergentes em relação ao movimento grevista. O pai é um operário com uma trajetória de participação e militância sindical. Em uma das greves que liderava entra em conflito com o filho, que, trabalhando na mesma empresa, decide furar a greve. Além de preocupado em não perder o emprego porque havia decidido casar-se com uma moça que esperava um filho seu, o filho considerava a greve como algo utópico, iniciando um conflito familiar que sai da esfera privada para ganhar as assembleias e os piquetes.

Direção de Leon Hirszszman. Brasil, 1981. 134 min.



#### PEÕES

É um documentário sobre a trajetória de trabalhadores e trabalhadoras da indústria metalúrgica da região do ABC paulista que participaram do movimento grevista de 1979 e 1980. Não é uma história sobre as greves, mas sobre as experiências, os sentidos da greve e as percepções sobre Lula e os rumos do país para trabalhadores que não ocupavam nem no passado, nem no presente o papel de liderança sindical ou política.

Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 2004. 85 min.



#### TEMPOS MODERNOS

O filme focaliza a vida urbana nos Estados Unidos dos anos 1930, imediatamente após a crise de 1929, quando a depressão leva grande parte da população ao desemprego e à fome. Trata-se de uma crítica à "modernidade" e à sociedade industrial, caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e especialização do trabalho. Carlitos, figura central do filme, ao conseguir emprego numa grande indústria, transforma-se em líder grevista.

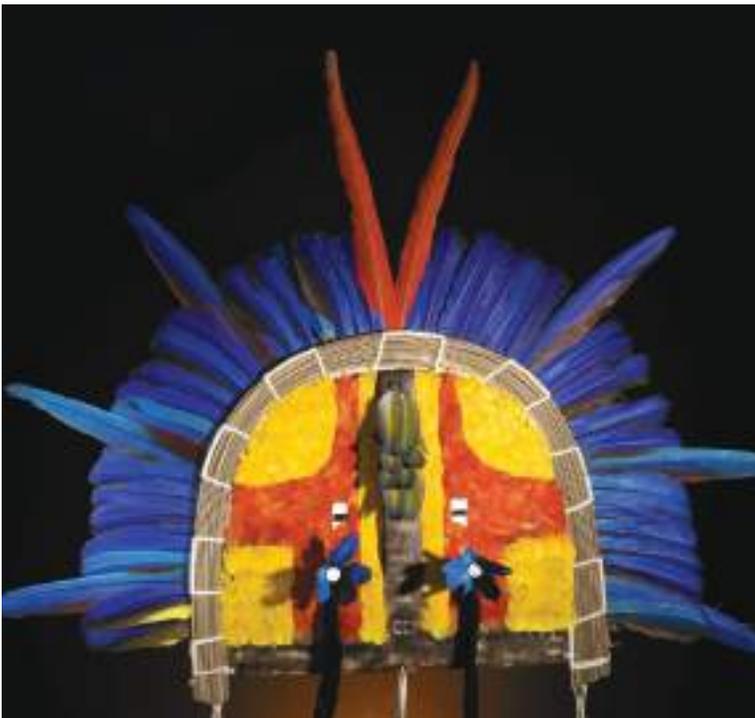
Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. 87 min.

**Q**uando começa a história do Brasil? Qual é a nossa origem? Somos europeus, africanos ou indígenas? Quando começou a ser fundada a cultura brasileira?

Para estudar a história brasileira, precisamos saber responder a essas perguntas para poder responder a outra questão: Afinal, o que é ser brasileiro? Em que nos diferenciamos de outras culturas?

Primeiro, devemos considerar que estudar as origens da cultura brasileira significa ir além do momento em que os europeus tomaram posse do território no ano de 1500. Quando eles chegaram aqui, centenas de povos com línguas e culturas variadas já habitavam essas terras. Devemos, portanto, iniciar o estudo da cultura brasileira a partir da história desses povos.

Nas imagens a seguir, observamos peças da arte plumária indígena dos Karajá e Kaxinawá. Por meio dessas peças e do uso que tinham, podemos começar a perceber a diversidade cultural existente nessas terras, ocupadas por centenas de povos que falavam cerca de 600 línguas diferentes. Na atualidade, registramos ainda a presença de 238 povos indígenas no Brasil, somando aproximadamente 818 mil pessoas, segundo dados do Instituto Socioambiental. Estima-se que em 1500 fossem mais de 5 milhões de habitantes.



Renato Soares/Pulsar Imagens

**Leque Karajá usado por jovens em ocasiões especiais ou cerimoniais.** Os Karajá vivem atualmente em Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Em 2010, havia 3 198 deles no Brasil.



Ross Gaudiano

**Plumária Kaxinawá usada em rituais.**

Os Kaxinawá vivem no Acre e no sul do Amazonas. Em 2010, havia 7 535 deles no Brasil e no Peru.

## O BRASIL PRÉ-CABRALINO

Existe mais de uma teoria para explicar como e quando o ser humano teria chegado à América. Acredita-se que, há cerca de 35 mil anos, em um período de glaciação chamado de última glaciação de Würm-Wisconsin, no qual ocorreram bruscas reduções de temperatura na Terra, o mar, na região do estreito de Bering, tenha ficado congelado no ponto onde se torna possível a travessia da Ásia (Sibéria) para a América (Alasca) (veja a imagem a seguir). Esse caminho, com aproximadamente 1 600 km, foi denominado de ponte terrestre de Bering. Por essa passagem, teria ocorrido um longo processo de migração de populações asiáticas para a América.



Foto de satélite do estreito de Bering, 2010.

Trata-se de um estreito entre o cabo Dezhnev, o ponto extremo oriental do continente asiático, e o cabo Príncipe de Gales, o extremo ocidental do continente americano.

No entanto, existem controvérsias sobre essa datação. A arqueóloga Niède Guidon contesta a hipótese de que isso teria ocorrido há cerca de 35 mil anos. Ao estudar o sítio arqueológico da Toca do Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí, além de milhares de pinturas rupestres, foram encontrados utensílios de pedra e restos de fogueiras datados em aproximadamente 50 mil anos. Para ela e outros estudiosos, as migrações para a América teriam começado a ocorrer muito antes.

Em uma gruta da região de Lagoa Santa, Minas Gerais, foram descobertos esqueletos humanos cuja datação comprova que possuem mais de 10 mil anos. O crânio mais antigo encontrado em Lagoa Santa, com mais de 11 500 anos, foi reconstituído e apelidado de Luzia. O resultado desse trabalho leva a supor que possam ter existido outras formas de ocupação do continente americano, pois o estudo do crânio de Luzia indica que teriam chegado ao Brasil populações não mongoloides (asiáticas). Mas o que isso significa? O historiador Pedro Paulo Funari explica:

[...] todos os indígenas americanos conhecidos apresentam semelhanças morfológicas com as populações norte-asiáticas mongoloides. Ou seja, os indígenas das Américas parecem-se com os

povos mongoloides, como os atuais chineses ou japoneses. Essa semelhança levou a pensar de maneira generalizada que a entrada do homem no continente americano teria se dado pelo nordeste da Ásia pelo estreito de Bering (onde estão e estavam essas populações mongoloides), há poucos milhares de anos, pois o surgimento das características físicas mongoloides teria, segundo a maioria dos analistas, um máximo de 20 mil anos. Nesse contexto, o estudo do crânio de Luzia e de outros da mesma época trouxeram novidades: dados que sugerem outra (pré-)História e um outro modo de refletir sobre a ocupação [...]

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 34-35.

A morfologia de Luzia é mais semelhante à de grupos australianos e africanos. Assim, outra leva migratória teria chegado à América.

De qualquer forma, esses grupos humanos começaram a ocupar a América do Norte e, ao longo de milhares de anos, teriam se espalhado por todo o continente, inclusive pelo atual território brasileiro.

#### GLOSSÁRIO

**a.P. (antes do presente):** notação arqueológica que usa como base o ano de 1950.

O período que vai de 12 mil a 5 mil anos **a.P. (antes do presente)** é chamado de Paleóíndio. Estima-se que a ocupação do atual território brasileiro pelas populações paleóíndias tenha ocorrido em diferentes momentos. Mas como teriam vivido esses pioneiros da floresta tropical? Pedro Paulo Funari diz que eles:

[...] Usavam pontas de lança de pedra bifaciais triangulares e se alimentavam tanto da pesca e caça como da coleta de frutos e vegetais. Comiam peixes, roedores, morcegos, moluscos, jabutis, pássaros, anfíbios, mas também cobras e grandes mamíferos terrestres. Não prescindiam dos frutos da palmeira, da castanha-do-pará e de várias espécies de leguminosas.

[...] É possível acreditarmos que havia, num mesmo meio ambiente, espalhados pelo território da floresta tropical, ceramistas e não ceramistas, pintores rupestres e povos desinteressados em pintar.

As recentes descobertas na Amazônia têm revelado ainda outras importantes surpresas. [...] Em sítios do baixo Amazonas, se produzia cerâmica já há 7500 mil a.P., sendo, portanto, a área em que se produziram as vasilhas de cerâmica mais antigas (descobertas até o momento) da América e uma das áreas das mais precoces no mundo com vestígios desse tipo.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 54.

Na Amazônia, surgiram os grupos ceramistas e também agricultores, que se expandiram entre 4 e 2 mil anos atrás. Há vestígios de que há mais de 5 mil anos já se cultivava a mandioca na região. Na Amazônia, destacaram-se dois grupos: a cultura tapajônica, que vivia na atual cidade de Santarém, e a cultura marajoara, estabelecida na ilha de Marajó.

[...] Nas margens do rio Tapajós, nas proximidades de Santarém, por volta de mil anos atrás, desenvolveu-se um modo particular de fazer cerâmica e representar plasticamente mitos e crenças. Integram a cerâmica de Santarém pequenas estatuetas que representam mulheres e homens. Esses



**Pintura rupestre na Toca do Pajaú (PI) que tem entre 12 e 6 mil anos.** Podemos observar a representação de figuras humanas segurando um tronco e a cena da corrente humana, que poderia estar relacionada a rituais. As pinturas rupestres são desenhos feitos pelos povos que viviam no território brasileiro antes da chegada de Cabral e podem representar tanto cenas do cotidiano como eventos ligados a rituais. É comum o desenho de animais como capivaras, macacos, tatus, emas, além de referências à caça, à dança e às lutas.

objetos são ricos em detalhes e fornecem informações sobre os adereços femininos e masculinos. Indicam ainda o costume de perfurar o lóbulo da orelha e introduzir um disco auricular, o uso de faixas nas pernas, o hábito de pintar o corpo e o cuidado com os cabelos.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia (Orgs.). *Pré-história brasileira*. Rio de Janeiro: Manati, 2007. p. 84-85.

Os Marajoara criaram ricas peças de cerâmica e vários tipos de enfeites para o corpo. Esse povo desapareceu em aproximadamente 1300, antes da chegada dos europeus. É possível que os Marajoara tenham sucumbido diante das frequentes inundações que a ilha sofria.

Estima-se que a ocupação das margens do rio São Francisco tenha ocorrido entre 9 e 12 mil anos atrás. No caso do Piauí, a teoria de Niéde Guidon supõe que essa ocupação já possa ter ocorrido há 50 mil anos. O Centro-Oeste, por sua vez, pode ter sido ocupado entre 15 e 22 mil anos a.P.

Entre 7 e 12 mil anos a.P., vários grupos, denominados sambaquieiros, ocuparam parte do litoral. Eram grupos caçadores-coletores, que depositavam seus mortos em montes construídos com conchas, ossos de peixes e mamíferos. Esses montes, denominados sambaquis, são encontrados em vários pontos do litoral brasileiro.



Rosa Gaudiano/Studio R

**Cerâmica tapajônica.**  
Acervo do Museu Nacional (RJ), 2007.



Eduardo Marques/Tempo Editorial

Grande sambaqui em Santa Marta (SC), 2008.



Fabio Colombini

Sepultamento de cerca de 2 500 anos encontrado no sítio arqueológico da Tarioba, em Rio das Ostras (RJ), 2008.

Vários grupos agricultores se fixaram em outras partes do território brasileiro, produzindo milho, mandioca e abóbora, entre outros alimentos. Os Kaiapó, que vivem atualmente no Pará, os Guarani Kaiowá, que vivem em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e os Xavante, que vivem atualmente no Mato Grosso, são exemplos de povos indígenas agricultores.



Fabio Columbini

Vista aérea da aldeia Aiha, do povo Kalapalo, que vive no estado do Mato Grosso. Parque Indígena do Xingu (MT), 2011. Os Kalapalo são um dos povos agricultores que habitavam a América antes da chegada dos europeus.

### APLICAR CONHECIMENTOS I

1. Pode-se considerar que a história da formação cultural brasileira se inicia com a conquista europeia do atual território brasileiro em 1500? Justifique.

.....

.....

2. As diferentes teorias sobre a história da ocupação da América podem ser consideradas complementares ou são excludentes? Explique.

.....

.....

.....

3. Indique, com base no texto, elementos que mostrem a diversidade sociocultural existente entre os povos indígenas.

.....

.....

## A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Podemos considerar que a história da conquista portuguesa das terras brasileiras começa em 1415, quando Portugal inicia sua expansão marítima e realiza a sua primeira conquista: Ceuta, um importante entreposto comercial com o Oriente.

No começo do século XV, Portugal já tinha um forte grupo mercantil constituído e um Estado centralizado. Os vários reinos existentes na região de Portugal foram unificados sob o comando do rei d. João I. Com isso, aumentou a arrecadação de impostos e o comércio pôde se desenvolver com o apoio do Estado.

Assim, Portugal lançou-se na aventura de descobrir um novo caminho para o Oriente, já que a rota do Mediterrâneo e a comunicação por terra com essa parte do mundo era monopólio dos venezianos e dos muçulmanos, que funcionavam como intermediários de todo o comércio entre o Ocidente e o Oriente. A ambição dos comerciantes era ter acesso à rota das especiarias (isto é, condimentos, temperos). Produtos orientais como pimenta, cravo e canela poderiam ser vendidos a alto preço na Europa.

Após a conquista de Ceuta, Portugal continuou a investir na descoberta de uma nova rota para o Oriente. Seu objetivo era contornar a África para chegar às Índias. Esse era um caminho inteiramente desconhecido pelos europeus. Sob a liderança do infante (nome dado ao filho do rei que não é herdeiro ao trono) português d. Henrique, a Coroa portuguesa investiu no aperfeiçoamento das embarcações e em novos tipos de velas e de instrumentos náuticos. Criaram as chamadas naus e caravelas, embarcações com boa capacidade de carga e de manobra no oceano.

Em maio de 1492, foi a vez do navegador genovês Cristóvão Colombo sair à busca de um novo caminho para o Oriente com financiamento da Coroa espanhola, chefiada pelo rei Fernando e pela rainha Isabel. No entanto, Colombo optou por outro caminho. Ele navegou na direção ocidental com a intenção de alcançar o Japão e depois as Índias.

Em 12 de outubro, ele chegou às atuais Bahamas. Mas sem saber a distância correta entre a Europa e as Índias, julgou ter já chegado às Índias, no Oriente. Por isso, chamou equivocadamente a população local de índios. Colombo realizou ainda outras três viagens para a América, iniciando o processo de conquista e posse do território que ficaria conhecido como América espanhola.

Observe a seguir a cronologia das conquistas portuguesas até chegar à costa brasileira em 1500.



Ilustração digital: Conexão Editorial

Conquistas portuguesas	
Ano	Evento
1415	Conquista de Ceuta.
1431	Os portugueses chegam ao arquipélago dos Açores.
1433	Gil Eanes consegue atravessar o cabo Bojador, o limite do mundo conhecido ao sul da Europa. Para tanto, foram necessárias 15 expedições, sendo que as 14 anteriores fracassaram. Além de tudo, temia-se chegar à chamada zona tórrida, ou seja, temia-se que, ao rumar em direção ao sul, as temperaturas fossem cada vez maiores e, por isso, as terras seriam inabitáveis.
1435	Os navegadores portugueses conquistam as Ilhas Canárias.
1444	Nuno Tristão atinge o rio Senegal e dois anos depois chega a Guiné-Bissau.

1471	Os portugueses conseguem ultrapassar pela primeira vez a linha do Equador.
1480	Diogo Cão chega ao cabo Lobo, na atual Angola.
1488	Portugal começa a vislumbrar a real possibilidade de descobrir um novo caminho para o Oriente, pois o navegador Bartolomeu Dias havia conseguido chegar ao extremo sul da África, no local que fora inicialmente batizado de cabo das Tormentas e, mais tarde, de cabo da Boa Esperança.
1498	Em 1497, é a vez de Vasco da Gama partir de Lisboa para tentar chegar às Índias. Após chegar ao atual Moçambique, na costa africana, em fins de 1498, ele consegue finalmente realizar o projeto português de chegar a Calicute, nas Índias. No entanto, o chefe local (samorim) recusou-se a negociar mercadorias com Vasco da Gama, pois exigia que fossem trazidas mais riquezas. Sua frota retornou então a Portugal em 1499, sendo aclamado pelo rei como grande herói pelo feito de ter chegado às Índias.
1500	Após o retorno de Vasco da Gama, o rei de Portugal logo organizou uma nova expedição com treze navios, chefiada por Pedro Álvares Cabral. As dez naus e três caravelas estavam carregadas de riquezas que seriam trocadas por especiarias em Calicute. Em 9 de março, Cabral deixou Portugal e, em 22 de abril, aportou no litoral sul do atual estado da Bahia, que denominou de Terra de Vera Cruz.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

Nesse contexto, em 1494, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas, que dividia as possíveis descobertas na América entre os dois países. Estipulou-se que todas as terras que estivessem a 370 léguas a leste do arquipélago de Cabo Verde seriam de Portugal e tudo que estivesse a oeste dessa linha imaginária pertenceria à Espanha.

Royal Geographical Society, Londres. Foto: The Bridgeman Art Library/Keystone

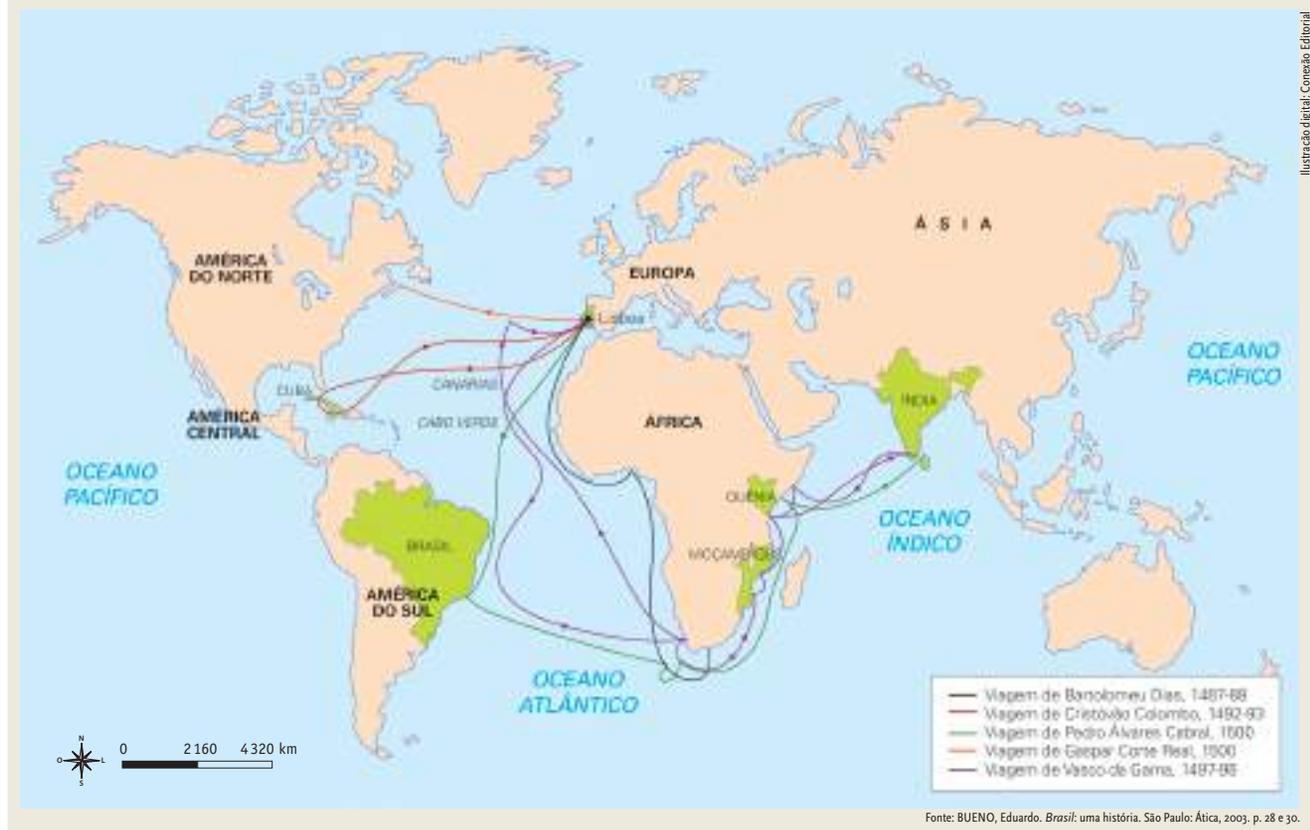


**Pesquisadores supõem que este mapa foi feito em 1502.**

Nesta imagem, vemos um detalhe que mostra as terras recém-conquistadas pelos portugueses. Observe, à esquerda, linha do Tratado de Tordesilhas.

Assim, após passarem pelo monte Pascoal, em 22 de abril de 1500, os portugueses aportariam nas terras que denominariam de Porto Seguro, no sul do atual estado da Bahia. Permaneceram por dez dias nessas terras, tiveram o primeiro contato com o povo local e seguiram viagem para as Índias, onde chegariam ainda em 1500. No ano seguinte, retornaram a Portugal levando muitas especiarias a serem negociadas na Europa.

## A expansão marítima portuguesa e espanhola (1415-1500)



Cabe, por fim, refletir sobre a intencionalidade ou não da chegada dos portugueses às terras brasileiras. Durante muitos anos, defendeu-se a tese de que a armada de Cabral havia chegado ao Brasil por acaso. Uma tempestade poderia ter feito os portugueses saírem de sua rota. No entanto, existem vários argumentos contrários a essa tese, uma vez que não há testemunho de que tempestades teriam feito as embarcações perderem o rumo.

Além disso, Vasco da Gama teria fornecido a Cabral indicações de que poderia haver terras a ocidente, pois, para evitar as correntezas contrárias do golfo da Guiné, ele havia desviado sua rota, aproximando-se bastante da costa brasileira. Sabe-se também que outros navegadores teriam possivelmente chegado à costa brasileira antes de Cabral. Em 1499, Américo Vespúcio e o espanhol Vicente Pinzón teriam navegado pelo litoral nordestino. Em janeiro de 1500, Diogo de Lepe teria chegado ao norte do Brasil. Com isso, podemos afirmar que existem muito mais argumentos a favor da intencionalidade da conquista portuguesa do que da não intencionalidade.

## O ENCONTRO COM OS INDÍGENAS E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Um dos únicos documentos históricos sobre o primeiro encontro entre indígenas e portugueses é a *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Ele era o escrivão da frota de treze navios comandada por Pedro Álvares Cabral que chegou à Bahia em 22 de abril de 1500.

Conforme essa carta, não houve hostilidade entre as duas culturas. Ambos os lados se surpreenderam com hábitos tão distintos. Para os portugueses, era estranho ver os indígenas andarem nus. Já para os indígenas, o inusitado era ver aquelas pessoas cobertas

com tantos panos e adereços. Nesse primeiro encontro, europeus e indígenas tiveram a oportunidade de entrar em contato com uma cultura que lhes era estranha. Esses moradores da terra falavam línguas próprias, tinham outros hábitos, rituais e formas de viver desconhecidas dos europeus.

No dia 1º de maio de 1500, os portugueses fincaram uma grande cruz cristã nas terras que começavam a conquistar. A religião foi, nos anos seguintes, um importante instrumento para que os portugueses transmitissem sua visão de mundo e seus valores. Conforme a *Carta de Pero Vaz de Caminha*:

[...] pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a cova para a fincar. [...] E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar [...]. Andando-se ali nisto, viriam bem cento e cinquenta, ou mais. Plantada a cruz [...] armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, a ela, perto de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2012.

Conforme o relato, percebemos que Pero Vaz de Caminha considera que o povo indígena tinha respeitado o culto cristão e, portanto, não houve conflito entre o povo indígena e os europeus. No entanto, nos anos seguintes isso não ocorreria da mesma forma.

Em 2 de maio de 1500, os portugueses deixaram essas terras e seguiram viagem com destino às Índias para adquirir especiarias, como a pimenta e a canela, que seriam vendidas na Europa com muito lucro. Desde que saíra de Portugal, esse fora o principal objetivo da expedição de Cabral.

Conforme o relato de Caminha, os portugueses não viram sinais de riquezas que pudessem ser exploradas nas terras brasileiras. Nos anos seguintes, foi pequeno o interesse dos portugueses em explorá-las. Preferiram se dedicar ao comércio com o Oriente, que era mais lucrativo.

Nem por isso deixaram de vir ao território que hoje corresponde ao Brasil várias expedições portuguesas, algumas oficiais, outras não. A finalidade era verificar as possíveis riquezas presentes na terra conquistada.



**Marcha indígena na praia Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabralia (BA), 2000.**

Nas comemorações dos 500 anos da conquista europeia das terras brasileiras, povos indígenas organizaram uma Conferência Nacional dos Povos Indígenas e realizaram protestos no mesmo local onde a primeira cruz teria sido erguida em 1500. Eles reivindicaram direitos e denunciavam 500 anos de extermínio.

## A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL E AS FEITORIAS

Em 1502, os lusitanos começaram a explorar o pau-brasil, também chamado pau-de-tinta ou lenho tintorial. Da sua madeira era possível produzir uma tintura vermelha ou púrpura usada para tingir tecidos. A madeira era picada e fervida com água quente. Depois o tecido era banhado nesse líquido para se chegar à cor avermelhada. Eram necessários vários banhos para atingir a cor ideal.

Para explorar o pau-brasil e fortalecer a defesa do território, os portugueses criaram, entre 1504 e 1517, as feitorias na baía de Guanabara, no atual estado do Rio de Janeiro, e no atual estado de Pernambuco. Eram fortificações usadas como depósito de toras de pau-brasil.

Além disso, constituíam pontos militares estratégicos de defesa do território a partir do litoral. As toras de pau-brasil eram retiradas das florestas pelos indígenas e trocadas por objetos de baixo valor para os europeus, mas inovadores para os povos da América. Esse era o caso dos machados, facas e outros utensílios de metal desconhecidos desses povos até então. O comércio realizado pela troca direta de mercadorias sem o uso de moeda é denominado **escambo**. Conforme o viajante francês Jean de Léry

em troca de algumas roupas, chapéus, facas, machados [...] [os indígenas] cortam, serram, racham, atoram e devastam o pau-brasil, transportando-o nos ombros nus às vezes de duas a três léguas (de 13 a 20 quilômetros) por sítios escabrosos, até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem.

DE LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil, 1557*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

Por causa do interesse europeu pelo pau-brasil, os lusos determinaram o **estanco**, ou seja, somente eles poderiam explorá-lo e comercializá-lo. A grande exploração do pau-brasil por negociantes particulares durante todo o século XVI fez com que no começo do século seguinte já fosse difícil encontrar essa madeira no litoral de Pernambuco.





Delim Martins/Pulsar Imagens

#### Árvore de pau-brasil em Porto Seguro (BA), 2000.

O pau-brasil, cujo nome científico é *Caesalpinia echinata*, é da família das leguminosas e originário das regiões de clima tropical e subtropical. Era encontrado em abundância nas regiões onde predominava a mata atlântica. A árvore chega a atingir 15 m de altura e existia em praticamente todo o litoral brasileiro. Estima-se que cerca de 70 milhões de árvores de pau-brasil, em tupi, arabutã, tenham sido derrubadas pelos europeus em três séculos de colonização. No mapa da página anterior vemos (em verde) as áreas em que ocorreu a exploração do pau-brasil. Na atualidade, é considerada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) espécie em perigo de extinção. Por isso, é proibido derrubá-la e explorá-la economicamente. Mesmo assim, ainda ocorre o desmatamento em áreas em que a espécie sobrevive.

Além da exploração do pau-brasil, nos primeiros anos de ocupação, foram organizadas as expedições de reconhecimento do território e as chamadas expedições guarda-costas. Elas tinham como objetivo defender o território de ataques inimigos ou de outras nações europeias interessadas em explorar e colonizar a terra.

Foram organizadas três grandes expedições chefiadas por Cristóvão Jaques em 1516, 1521 e 1527. Antes dele, o navegador genovês Américo Vesúcio percorreu grande parte da costa brasileira entre 1501 e 1504, o que tornou possível fazer melhores registros cartográficos.

## AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Somente nos anos 1530, a metrópole portuguesa demonstrou efetivo interesse na colonização do Brasil. O comércio de especiarias com as Índias entrou em declínio. Portugal passou a viver uma enorme crise financeira por causa dos muitos empréstimos que havia contraído com banqueiros europeus, a fim de manter as caras viagens para o Oriente e custear a expansão marítima. Assim, colonizar as terras portuguesas da América passou a ser uma chance de encontrar riquezas. Entretanto, isso deveria ser feito com baixos custos, pois, com a crise econômica pela qual passava, Portugal não teria como investir recursos na Colônia.

Por tudo isso, Portugal optou pelo sistema de capitanias hereditárias, já implementado anos antes na ilha da Madeira, no oceano Atlântico. Dividiu o território considerado possessão portuguesa em 15 faixas de terras paralelas. A partir de 1534, entregou a nobres portugueses cartas de doação hereditária dessas capitanias, isto é, que passariam de pai para filho. Os nobres que recebiam essas terras não se tornavam proprietários, somente tinham o direito de explorá-las. Como obrigação, deveriam cultivar a cana-de-açúcar, fazer todos os investimentos necessários para o desenvolvimento do local e até mesmo levar novos habitantes para as capitanias, além de policiar o território contra ataques de índios e estrangeiros.

Doze donatários – como eram chamados os que recebiam as capitanias – tomaram posse das terras. Em duas capitanias, houve significativo desenvolvimento econômico:

São Vicente, concedida a Martim Afonso de Sousa, e Pernambuco, entregue a Duarte Coelho. Nesta última, tanto o comércio de pau-brasil como o de açúcar prosperaram. Nas demais capitanias, a ocupação efetiva não chegou a ocorrer de maneira que garantisse a defesa do território ou gerasse riquezas para a metrópole.

Nesse mesmo período, começaram também a ser cedidas as sesmarias, terras com aproximadamente 15 km<sup>2</sup> concedidas a nobres com a autorização do rei de Portugal. Quando o explorador europeu Martim Afonso de Sousa chegou ao atual Brasil em dezembro de 1530, trazia consigo uma carta régia que o autorizava a tomar posse das terras que descobrisse e a conceder sesmarias a quem achasse oportuno. O sistema de doações de sesmarias foi criado em Portugal no século XIV e existiu no Brasil até 17 de julho de 1822, quando foi extinto.

As sesmarias eram mais uma estratégia de ocupação do território. Nos séculos que se seguiram, as concedidas nem sempre foram ocupadas. Grande parte das terras foi conquistada pelo apossamento, sem que houvesse uma doação oficial do governo metropolitano.

Essa forma de distribuição da terra, que se iniciou com a conquista portuguesa, é a origem de muitos latifúndios no Brasil da atualidade, no qual famílias ocupam grandes extensões de terras que nem sempre são produtivas.

#### LER TEXTO JORNALÍSTICO

## Invadidos, invasores e brasileiros

PORTO SEGURO – Na Conferência dos Povos Indígenas em Coiro Vermelha, escuto os discursos roucos, tensos, comovidos. Por um lado, os índios se fazem porta-vozes de todos os excluídos da história do Brasil. Isso funciona sem problema.

Por outro lado, lembram a tragédia deles: como repetem os oradores, são 500 anos de invasão e extermínio. “Antes de 1500, cada dia era dia de índio.” É verdade, mas agora é complicado distribuir os crachás da história.

A oposição entre invasores e invadidos é emaranhada. É tarde para resolvê-la pensando em planos de resistência e de guerra. Os índios, com a exceção de alguns silvícolas, não são mais os mesmos que receberam Nicolau Coelho nessas praias. Hoje eles vestem suas saias de palha, pintam o rosto e o corpo, mas sabem que para muitos é uma maneira de lembrar quem eles foram. Um artifício temporário.

Os pretensos brancos sabem que desde o descobrimento escravizaram, exterminaram os índios, mas não pararam de sonhar com sua pureza. E com sua beleza. Não pararam de idealizá-los. Eles sabem também [...] o quanto é frequente haver uma índia no passado da família.

“Descobrimto” é um termo problemático. “Achamento”, que é a palavra de Pero Vaz de Caminha, se presta à mesma complicação. Os portugueses, segundo eles, “descobriram” os índios. Ora, os índios já sabiam existir bem antes da chegada dos portugueses. E poderiam dizer que descobriram os portugueses e suas caravelas 500 anos atrás. Mas “os brasileiros”, a descendência dos marujos portugueses que pularam no mar e decidiram ficar com os índios, foram o quê? A “invenção” dos brasileiros (e portanto do Brasil) teria minha preferência, pois colocaria o acento sobre o que os portugueses e os ín-

dios (e depois os negros e todos os outros) fizeram juntos.

Para isso seria preciso acreditar que todos compartilham hoje um pouco do mesmo destino, que têm uma invenção comum, além do prazer de misturar genes.

Na Conferência dos Povos Indígenas, R., brasileira “branca”, deixa cair uma lágrima. Índios, malocas e indiadas, ela está vendo pela primeira vez na vida. Mas as histórias que ela escuta lhe doem como se fossem as suas. Chora de pena? De culpa? Chora de divisão. Justamente porque essas histórias são também suas.

[...]

Se os 500 anos não tivessem produzido tamanha exclusão, quem sabe a coisa se resolvesse na possibilidade de dizerem todos, hoje: “nós, brasileiros”.

CALLIGARIS, Contardo. Invadidos, invasores e brasileiros. *Folhapress*, 21 abr. 2000.

1. Conforme o autor, por que o termo “descobrimento” é inadequado para fazer referência à chegada dos portugueses ao território brasileiro em 1500?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Para o autor, é possível afirmar que, hoje, somos todos “nós, brasileiros”?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

##### *Técnico em museologia*

Realiza tarefas técnicas relacionadas à organização de acervos. Suas funções incluem trabalhos de pesquisa, conservação e caracterização de documentos históricos de diversas naturezas. Pode atuar também com o público dos museus, orientando e informando os visitantes.

**Formação escolar exigida:** Formação técnica de nível médio. O curso tem duração mínima de 800 horas.

**Locais de atuação:** Museus públicos e privados.

#### PARA REFLETIR

Assista ao vídeo *Índios no Brasil: quem são eles?*, que está disponível em [http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com\\_zoo&view=item&item\\_id=4935](http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=4935) (Acesso em: 2 fev. 2012). Em seguida, debata em sala de aula as seguintes questões.

1. Quais as visões sobre os indígenas que as pessoas entrevistadas expressam? Elas demonstram conhecimento sobre os povos indígenas do Brasil?
2. Que preconceitos existem nas falas dos entrevistados?
3. O que você aprendeu sobre os povos indígenas a partir do vídeo?
4. É possível criar uma definição única de povos indígenas? Explique.
5. Como você e seus colegas podem se mobilizar para que exista maior conhecimento sobre os povos indígenas do Brasil, sem repetir os preconceitos que alguns entrevistados expressaram no vídeo?

## APLICAR CONHECIMENTOS II

### 1. Encceja (2005) Leia o texto:

"[...] Assim, quando o **batel** chegou à foz do rio estavam até 18 ou 20 homens, pardos, todos nus [...] Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas **vergonhas**; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto [...].

*Parece-me gente de tanta inocência que se a gente os entendesse e eles a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm e nem atendem a nenhuma crença."*

*Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500 (trecho selecionado). In: VALENTE, José Augusto Vaz (Org.). A certidão de nascimento do Brasil: a carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1975. p. 1v-13v.*

Após a análise do documento, que descreveu o encontro entre os primeiros habitantes do Brasil e o colonizador europeu, é correto afirmar que

- a) o europeu concordava que o índio seguisse a sua própria religião.
- b) o europeu considerava-se culturalmente superior ao índio.
- c) os povos indígenas e os europeus tinham a mesma cultura.
- d) o primeiro encontro entre as culturas indígena e europeia foi hostil.

### 2. Enem (2011)

*Em geral, os nossos Tupinambá ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arbotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: "Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?"*

*DE LÉRY, Jean. Viagem à Terra do Brasil, 1557. In: FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1974.*

O viajante francês Jean de Léry (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá, o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido

- a) do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
- d) da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
- c) do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
- d) da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
- e) da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.

#### GLOSSÁRIO

**Batel:** antiga embarcação pequena.

**Vergonha:** o órgão sexual humano.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### O BRASIL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Inclui a história da conquista portuguesa das terras brasileiras no contexto da formação de um Império Português entre os séculos XV e XVI.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império Português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



#### PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL

Painel sobre a história das populações que viviam no Brasil antes da chegada dos europeus à América.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.



#### A VIAGEM DO DESCOBRIMENTO: A VERDADEIRA HISTÓRIA DA EXPEDIÇÃO DE CABRAL

O livro aprofunda o tema da chegada dos portugueses ao Brasil contando a história dessa viagem.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

### SITES



#### INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Disponibiliza a Enciclopédia dos Povos Indígenas, com muitas informações sobre os diversos povos indígenas do Brasil.

Disponível em: <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)>. Acesso em: 26 jan. 2012.



#### TIMOR LESTE E O IMPÉRIO LUSO NA ÁSIA

Artigo que trata do processo de conquista e colonização portuguesa na Ásia.

Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/timor\\_luso.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/timor_luso.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2012.

### FILME



#### DESMUNDO

O filme retrata a chegada de jovens órfãs de Portugal que vinham para o Brasil para se casar com colonos portugueses no século XVI. Mostra o cotidiano da Colônia nesses primeiros anos de ocupação portuguesa e o violento processo de exploração e escravização de povos indígenas.

Direção de Alain Fresnot. Brasil, 2003, 100 min.

Imagine um país com cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de extensão, onde vivem pouco menos de 200 milhões de habitantes, com um território de grande diversidade de riquezas naturais e que se estende por três fusos horários. Esse país imenso abriga um verdadeiro “caldeirão” étnico-cultural, formado a partir da presença de povos indígenas, da chegada de colonizadores portugueses e dos negros africanos trazidos à força para trabalhar como escravos. Somaram-se a eles imigrantes vindos de outras partes do planeta: italianos, espanhóis, sírio-libaneses, judeus, alemães, japoneses e tantos outros. O português é a língua predominante, mas além dela são faladas nesse país cerca de 180 línguas nativas, em diferentes comunidades indígenas. Pequenos núcleos de imigrantes também preservam sua língua materna, como alguns alemães e os japoneses. Porém, a maior parte desses grupos – nativos ou de origem estrangeira – também fala o português.



Imagem de satélite do Centro-Sul do Brasil e de parte da Argentina, Uruguai e Paraguai, 2003.

### Território

Do latim *territorium*, o termo indica uma extensão de terra delimitada ou, ainda, a fração de terra sob determinada jurisdição. Nos discursos científicos, ganha amplitude. Trata-se de noção comum em diferentes áreas do conhecimento. Nas Ciências Naturais, figura em estudos de ecologia sobre distribuição ou área de abrangência de espécies.

Em Geografia, podemos compreendê-lo também como a base material sobre a qual se ergue a vida social. Mas ele não se restringe ao arranjo dos objetos no espaço; importa aí também o conjunto dos atores sociais e suas relações. De modo geral, aceita-se a ideia de que as diferentes sociedades humanas, ao se apropriarem de uma dada área para a sua reprodução social, transformam-na em (seu) território. Essa concepção ganha vulto quando se aproxima do sentido político moderno, associada às ideias de *controle*, *poder* e *domínio*, estas referidas fundamentalmente ao espaço do Estado nacional.

GIANSANTI, Roberto. Território e práticas educativas. In: *Educação & participação*. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec, n. 13, p. 3, jun.-jul. 2005..

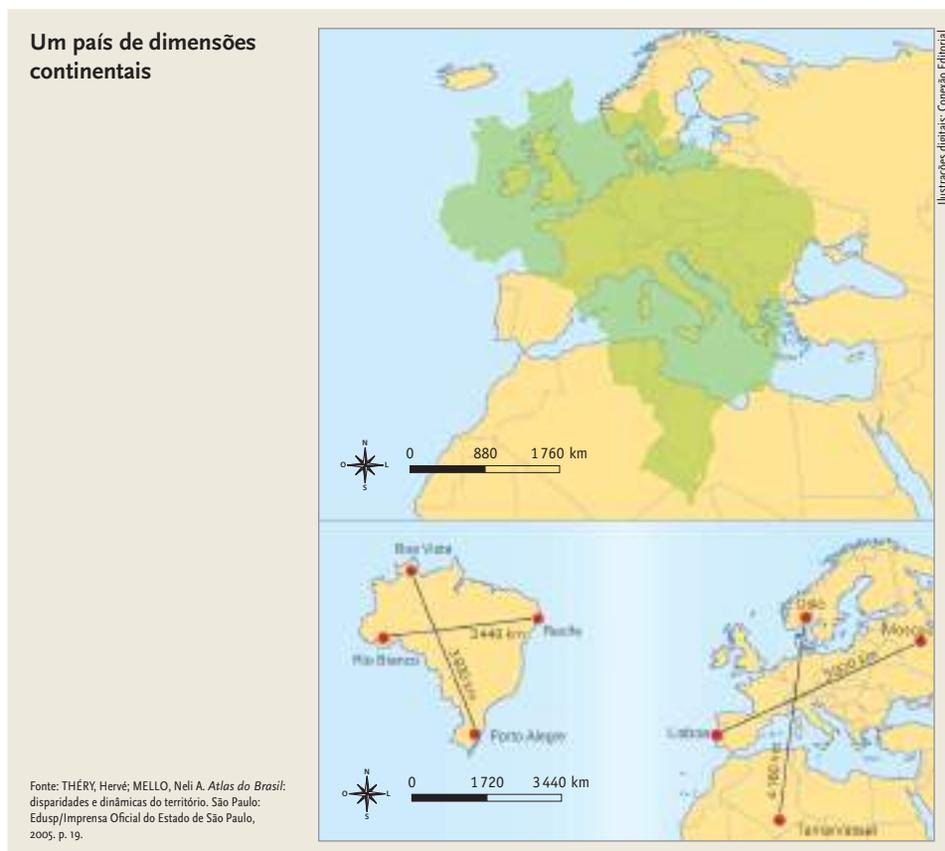
Como você já deve ter percebido, estamos nos referindo ao Brasil, o país onde vivemos. Ele está entre os cinco maiores países do mundo em extensão territorial e tem tido “cadeira cativa” entre as quinze maiores economias do planeta há pelo menos duas décadas.

Entretanto, o gigantismo do território brasileiro não é suficiente para explicar toda a complexidade do país. Um exemplo: indicadores sociais, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mostram que, em termos de educação, saúde e renda, estamos numa posição apenas intermediária. O grande contingente de pobres em nosso país também é um fato conhecido e preocupante.

De todo modo, um primeiro elemento de diferenciação entre países é justamente a extensão de seu território. Sendo assim, conhecer como se constituiu o território nacional e avaliar o seu potencial podem ser uma fonte de informações importantes para explicar nossas diferenças e desigualdades regionais e sociais, bem como para saber mais a respeito de sua viabilidade econômica e social e da grande riqueza cultural brasileira. Essa configuração territorial que conhecemos hoje resulta, como assinala o texto “Brasil: 500 anos de povoamento”, do IBGE, de uma “lenta, longa e difícil construção, tecida durante cinco séculos de história”.

Para ter ideia da extensão do Brasil, pode-se criar um mapa em que o seu território é “projetado” sobre outro ou outros. Com esse procedimento, é possível caracterizar a grande diversidade existente entre os espaços humanos.

## LER MAPAS I



1. Leia o título do mapa. A qual país ele se refere?

2. Identifique o continente ao qual o país em questão está sendo sobreposto.  
.....
3. Agora, observe no segundo mapa as distâncias entre as cidades. Compare essas distâncias e responda: elas são da mesma ordem de grandeza?  
.....
4. Ainda com base no segundo mapa, responda: Quantos territórios nacionais estão sendo atravessados em cada percurso assinalado? Se necessário, consulte um atlas geográfico.  
.....
5. A partir das observações feitas, discuta com a classe a ordem de grandeza dos territórios nacionais representados.

### **Um mundo de Estados nacionais**

A forma de organização social baseada em Estados territoriais nacionais é a dominante no mundo atual. Todas as terras emersas pertencem a um Estado nacional. A única exceção é a Antártida. Mas nem sempre foi assim.

No passado, até pelo menos meados do século XVIII, o Estado nacional não era a forma de organização do poder político predominante. O que existia eram os poderes locais, as tribos, os reinos e os impérios. Essas formas de organização social foram desaparecendo e, em seu lugar, passaram a predominar os Estados nacionais.

Os vários Estados nacionais territoriais (ou países) que se organizaram na história recente da humanidade são diferentes entre si em vários aspectos. Mas partem do mesmo padrão de organização: todos são Estados nacionais territoriais.

FONSECA, Fernanda P. et al. *Olhar geográfico: a diversidade do mundo*. São Paulo: Igep, 2006. p. 24.

## **A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO**

Para chegar ao tamanho atual, com um território integrado e sem riscos iminentes de fracionamento, muitos conflitos e processos de exploração econômica ocorreram ao longo de cinco séculos. Uma série de fatores contribuiu para o alargamento do território, a partir da chegada dos portugueses em 1500. Conforme os geógrafos Hervé Théry e Neli A. Mello (2005), alguns desses fatores foram:

- a sucessão de grandes produções econômicas para exportação (cana-de-açúcar, tabaco, ouro, borracha, café etc.), além de culturas alimentares e pecuária, em diferentes bases geográficas do território;
- as expedições (bandeiras) que partiam de São Paulo – então um colégio e um pequeno povoado fundado por padres jesuítas – e se dirigiam ao interior, aproveitando a topografia favorável e a navegabilidade de afluentes do rio Paraná, para a captura de indígenas e a busca de metais preciosos;
- a criação de aldeias de missões de jesuítas, em especial ao sul do território, buscando agrupar e catequizar grupos indígenas;
- o esforço político e administrativo da Coroa portuguesa em assegurar a posse do novo território, especialmente após as ameaças da efetiva ocupação de frações do território – ainda que por curtos períodos – por franceses e holandeses.

É importante destacar que a construção da unidade territorial nacional significou também o sistemático massacre, deslocamento ou aculturação dos povos indígenas. Além de provocar a redução da diversidade cultural do país, determinou a imposição dos padrões culturais europeus. A geração de riquezas exauriu também ao máximo o trabalho dos negros africanos trazidos à força, tratados como mera mercadoria e de forma violenta e cruel. Nesse caso, houve imposições de ordem cultural: muitos grupos, ao longo do tempo, perderam os ritos religiosos e traços culturais que possuíam.

## DE ARQUIPÉLAGO A CONTINENTE

É costume dizer que, ao longo do período de colonização portuguesa, o território brasileiro se assemelhava a um arquipélago – um **arquipélago econômico**.

Por que um arquipélago? As regiões do Brasil colônia que foram palco da produção agroexportadora se mantiveram sob o domínio do poder central da metrópole portuguesa, formando assim um **arquipélago geográfico**, já que não existiam ligações entre as regiões. O mesmo ocorreu no Brasil independente. Sobre isso, observe os mapas.

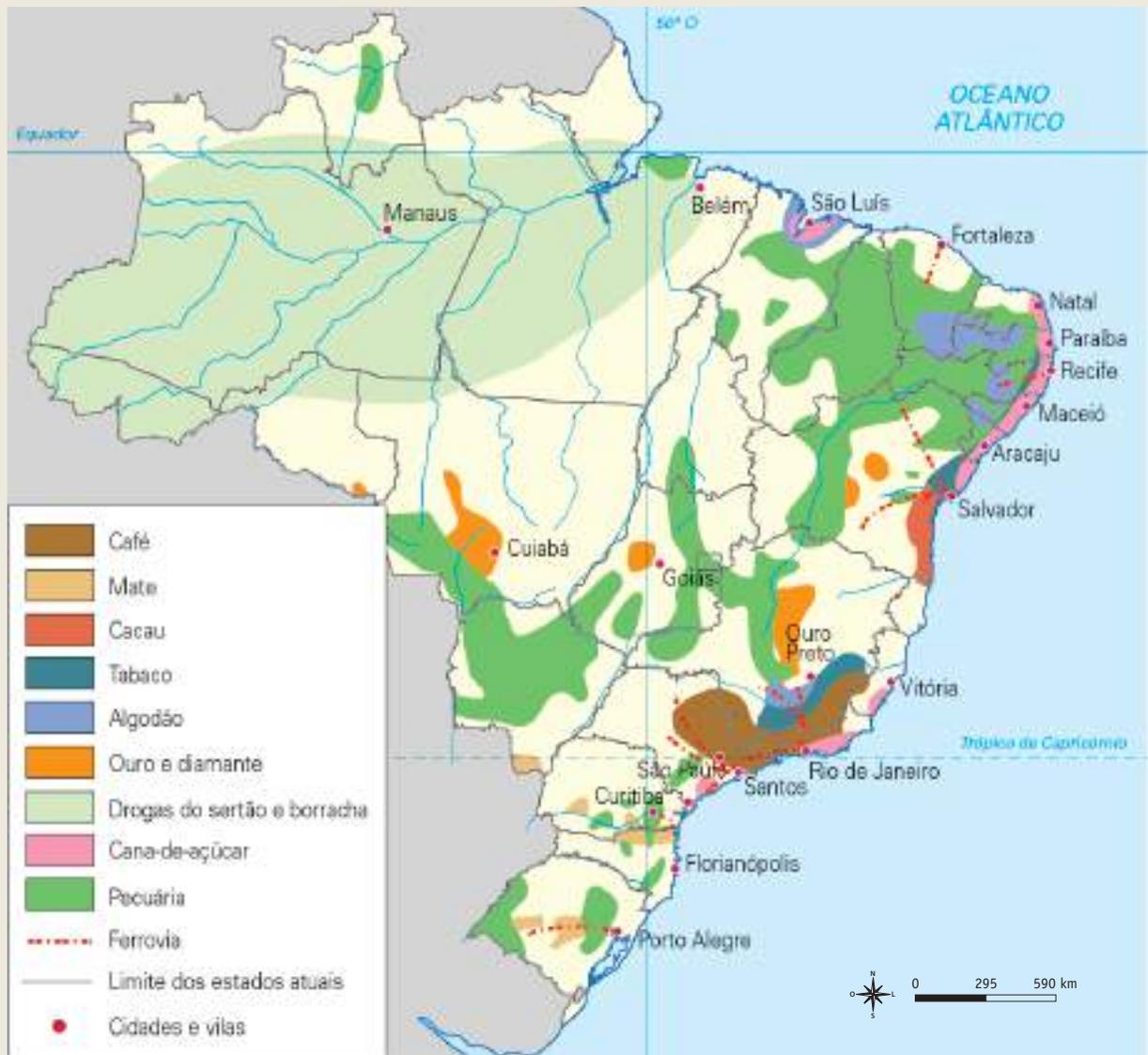
### LER MAPAS II

A economia e o território brasileiro no século XVIII



Fonte: THÉRY, Hervé; MELLO, Neli A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. p. 39.

### A economia e o território brasileiro no século XIX



Fonte: THÉRY, Hervé; MELLO, Neli A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, p. 41.

1. Leia os títulos e as legendas dos mapas. Quais são os assuntos e o período retratados em cada um deles?
2. Compare esses mapas e responda:
  - a) Houve expansão da cultura de cana-de-açúcar? Quais são as novas áreas atingidas?
  - b) Para quais regiões a pecuária se expandiu ao longo dos séculos no Brasil colonial?
  - c) A exploração de ouro, diamantes e outros minerais preciosos ocorreu em determinadas bases geográficas, ou seja, frações do território que foram sendo organizadas para esse fim. A partir de que século se expandiu esse tipo de exploração? Quais foram suas bases geográficas?
  - d) Identifique e descreva a base geográfica da exploração da borracha e das drogas do sertão.
3. Foram criadas ligações entre as diferentes regiões do território. Cite exemplos.
4. A partir do que você observou, em que faixa do território houve maior concentração de cidades e atividades econômicas?

## A EXPANSÃO ECONÔMICA

A expansão de atividades dos colonizadores avançou gradativamente das faixas litorâneas para o interior. Nos primeiros dois séculos, formou-se um complexo geoeconômico no Nordeste do país. Para cultivar a cana, os colonos passaram a importar escravos africanos. A primeira leva chegou já em 1532, num circuito perverso de comércio humano que durou até 1850. Conforme os geógrafos Hervé Théry e Neli Mello, a produção da cana gerou atividades complementares, como a plantação do tabaco, na região do Recôncavo Baiano, a criação de gado nas zonas mais interiores e as culturas alimentares no chamado Agreste (transição da Zona da Mata úmida para o semiárido).

A pecuária desempenhou importante papel na ocupação do interior, aproveitando-se o rebrotar das folhas na estação das águas nas caatingas arbustivas mais densas, além dos brejos e dos trechos de matas. Com a exploração das minas de ouro descobertas mais ao sul, foram necessários também carne, couro e outros derivados, além de animais para o transporte.

Desse modo, a pecuária também se consolidou no alto curso do rio São Francisco, expandiu-se para áreas onde hoje se encontram o Piauí e o Ceará, e para o sul, seguindo o curso do “Velho Chico”, até o sudeste e o sul do território. Vários povoados foram surgindo ao longo desses percursos, oferecendo pastos para descanso e engorda e feiras periódicas.

A organização do espaço no Brasil central ganhou contornos mais nítidos com a exploração de ouro, diamantes e diversos outros minerais preciosos, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ao longo do século XVIII, o que deu origem à criação de inúmeros núcleos urbanos nas rotas das minas.

Nos séculos XVIII e XIX, a constituição do território começou a se consolidar com a ocupação da imensa frente amazônica. Por motivações mais políticas do que econômicas – a defesa do território contra incursões de corsários estrangeiros –, a região passou a ser ocupada com a instalação de fortes e missões, acompanhando o curso do rio Amazonas e alguns de seus afluentes. Esse avanço ocorreu inclusive sobre domínios espanhóis, que estavam mais interessados no ouro e na exploração dos nativos do México e do Peru e em rotas comerciais do mar do Caribe (América Central) e no rio da Prata, na parte mais meridional da América do Sul.

A dinamização das fronteiras amazônicas ocorreu mais efetivamente com o surto da borracha, no fim do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento da indústria automobilística justificava a demanda por borracha para a fabricação de pneus. Esse período curto, mas virtuoso, foi responsável pela atração de mais de 1 milhão de nordestinos, que fugiam da terrível seca que se abateu sobre o sertão nordestino em 1877.

Os períodos econômicos indicados, em seus momentos de apogeu e crise, contribuíram para determinar um processo de regionalização do território, marcando a diferenciação de áreas. Ao mesmo tempo, contribuíram para a integração territorial.

## CAFÉ, FERROVIAS, FÁBRICAS E CIDADES

O enredo de formação do território brasileiro culminou, ainda no século XIX, com a economia cafeeira e a constituição de um núcleo econômico no Sudeste do país. A cultura do café, em sua origem próxima à cidade do Rio de Janeiro, expandiu-se pelo vale do rio Paraíba do Sul para os estados de São Paulo e de Minas Gerais. Mas foi no planalto

ocidental paulista, sobre os solos férteis de terra roxa (do italiano *rossa*, que significa vermelha), que o café mais se desenvolveu. Em torno desse circuito econômico, foram construídas as ferrovias para escoar o produto do interior paulista ao porto de Santos. No caminho, São Paulo, a pequena vila do final do século XIX, foi crescendo rapidamente, transformando-se em sede de empresas, bancos e serviços diversos e chegando a sediar a nascente industrialização do país. O Rio de Janeiro, já na época um núcleo urbano considerável, também veio a exercer esse papel.

Ao longo do século XX, intensificou-se a concentração regional das riquezas. O Sudeste, e particularmente o eixo Rio-São Paulo, passou a ser o meio geográfico mais apto a receber inovações tecnológicas e novas atividades econômicas, aumentando sua posição de comando no país.

#### LER IMAGENS

Examine as fotografias a seguir.



João Prudente/Pulsar Imagens

#### Vista da cidade de Lins (SP), 2006.

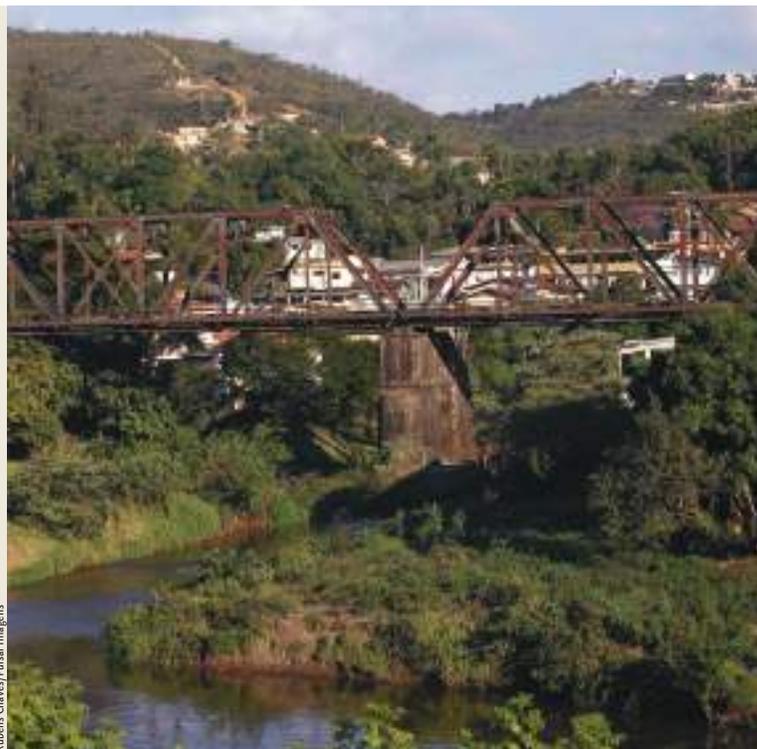
Lins surge por volta de 1906, no cruzamento de trilha de índios próxima aos rios Tietê e Dourado e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no oeste do estado de São Paulo. A ferrovia conduzia ao Mato Grosso e, no sentido contrário, escoava a produção de café via porto de Santos.



Fábio Colombini

**Vista de Olinda (PE), com o Recife ao fundo, 2009.**

Olinda foi fundada em 1535, em ponto estrategicamente situado no alto de uma colina de onde se avista o mar. Tornou-se um dos mais importantes centros comerciais da Colônia.



Rubens Chaves/Pulsar/Imagens

**Pontilhão sobre o rio das Velhas, na periferia de Sabará (MG), 2011.**

Sabará, fundada em 1707, teve importância como pouso obrigatório na travessia de Minas Gerais. Tornou-se local de exploração de ouro e pedras preciosas. Na imagem, observamos o rio das Velhas, que atravessa a cidade.

As fotografias mostram diferentes cidades brasileiras, criadas em diferentes períodos da história territorial do país e associadas a diferentes circuitos econômico-sociais. Com base nos textos que você acabou de ler, faça as seguintes atividades.

1. Observe cada foto e leia com atenção a legenda. Depois, identifique e descreva o cenário apresentado.
2. Indique a qual período econômico cada cidade está associada.
3. Escreva um texto dissertativo sobre a presença e o importante papel das cidades na organização territorial brasileira. Para isso, retome os textos e as imagens (mapas e fotos) do início deste capítulo.

## UNIDADE TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL

Vimos que, ao longo de três séculos, houve uma gradativa expansão, articulação interna e integração do território brasileiro. A expansão da ocupação rumo ao interior se completou no século XX. Entretanto, foi ainda durante o período imperial (1822-1889), no Brasil independente, que boa parte das fronteiras terrestres com outros países foi finalmente definida.

Os acordos com os países vizinhos, porém, não se deram sem a ocorrência de conflitos, como os embates violentos da longa e sangrenta Guerra do Paraguai (1864-1870). O país vizinho foi arrasado por uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, chamada de Tríplice Aliança. Apesar das rivalidades históricas, em especial entre Brasil e Argentina, nesse episódio os aliados juntaram forças para dizimar parte da população paraguaia.

Do mesmo modo, houve o estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia, em 1867. O atual estado do Acre, antes pertencente à Bolívia, permaneceu em disputa até o início do século XX. A área foi incorporada definitivamente ao território nacional em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, negociado exaustivamente pelo Barão do Rio Branco com o país vizinho.

É importante lembrar que, ao contrário de outras nações, o movimento pela independência no Brasil ocorreu com base em arranjos na Corte em torno do príncipe regente, d. Pedro I. Isso significou a exclusão das massas populares das decisões sobre os destinos do novo Estado nacional que surgia a partir de 1822. Como era um acordo entre as elites políticas e econômicas, foram mantidos os traços essenciais da ordem colonial, como a permanência do trabalho escravo e a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

No plano interno, o Império deparou-se também, em especial após 1830, com um dos períodos de maior convulsão social na história brasileira. Como destaca o geógrafo Wanderley Mesias da Costa, o descontentamento das populações locais e regionais, que até então tinham como alvo os portugueses, aos poucos se dirigiu também aos novos donos do poder, na verdade a antiga classe dos grandes proprietários rurais. Durante todo o período do Primeiro Reinado, até a abdicação de d. Pedro I, eclodiu uma série de revoltas em diversas províncias e em grandes cidades, incluindo o Rio de Janeiro, então capital do país.

Isso colocava em xeque a ordem política e a própria ideia de unidade territorial nacional, já que várias dessas revoltas tinham caráter separatista. Entre 1831 e 1848, registraram-se cerca de vinte revoltas provinciais. Dentre elas, algumas merecem destaque pela forte participação popular, por seu conteúdo político e seu tempo de duração:

- Cabanagem, no Pará (1835-1840);
- Praieira, em Pernambuco (1848);
- Sabinada, na Bahia (1837-1838);
- Balaiada, no Maranhão (1838-1841);
- Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845).

O poder central teve êxito no combate a essas revoltas, mas permaneceu aberta uma questão que se estende até hoje em nosso país: trata-se do princípio federativo. Ou seja, um princípio liberal que indica a construção de uma unidade nacional garantindo-se autonomia aos entes que a compõem. No caso do Brasil, esses entes são os estados da federação. No período atual, os municípios também são considerados entes federativos. Hoje, a autonomia dos estados e dos municípios está garantida por lei, mas ainda é relativa, em face das insuficiências e das desigualdades na distribuição de recursos. Mas ela tem se manifestado em diferentes questões, como no tenso debate entre estados e União sobre a cobrança de impostos e repasses dos recursos.

### **As fronteiras do Estado moderno**

No período moderno, as fronteiras aparecem como as molduras dos Estados-nações, de modo que tanto o seu estabelecimento, como eventuais modificações, manifestam transformações que estão se processando no interior das sociedades, sem esquecer, é claro, das relações de vizinhança. Essas últimas, por sua vez, são bastante elásticas e mutáveis, podendo variar desde uma situação de amizade crescente que tende para a integração, até a indiferença que aos poucos vai se tornando uma viva hostilidade. [...]

Os Estados modernos necessitam de limites precisos para exercer sua soberania. Esse “limite” é reconhecido como uma linha, e portanto não pode ser habitada. A fronteira, numa acepção mais ampla, ocupa uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada, onde os Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio. [...] Mas a presença do Estado impõe distinções marcantes. Obrigações como o pagamento de impostos e prestação do serviço militar e a garantia de direitos serão diferentes de cada lado da fronteira.

Fonte: MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 46-47.

Forme um pequeno grupo de colegas. Com o(a) professor(a) e demais alunos da turma, escolha uma revolta provincial do período imperial para pesquisar. Divida as tarefas entre os colegas do grupo e obtenha dados sobre as principais motivações do movimento, quando e onde ocorreu, quais as classes sociais envolvidas e suas principais lideranças, como se desenrolou o conflito entre as forças regionais e o poder central e qual foi o desfecho. Depoimentos ou fragmentos de documentos com textos e imagens podem ajudar a enriquecer o trabalho do grupo. Feita a pesquisa de cada grupo, organizem uma apresentação e debatam os resultados de todos os grupos. Discutam como seria o desenho do território brasileiro, caso algumas dessas revoltas tivessem sido bem-sucedidas em seus objetivos.

## REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA

Os processos de desenvolvimento no Brasil, tal como em muitos outros países, foram marcados por **eventos simultâneos de integração nacional e diferenciação regional**. Os chamados processos de regionalização, que se referem a essa diferenciação entre frações do território, deram-se por inúmeras razões. Entre elas, o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho e da produção, definindo quais produtos passariam a ser produzidos e os meios e as técnicas utilizados em cada região. Também não é possível compreender os processos de regionalização sem levar em conta a ação do Estado, cujas políticas visam incentivar o desenvolvimento de determinadas áreas e de setores econômicos.

Vale lembrar também que hoje as regiões devem ser vistas de modo dinâmico. Elas já não mais se constituem em relativo isolamento geográfico, independentes umas das outras; são vinculadas a processos econômicos e sociais verificados em outras partes. Portanto, as características das regiões são também determinadas “de fora”.

A modernização econômica do Estado brasileiro ao longo do século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), influenciou o duplo processo de articulação/regionalização do país. Foram construídas rodovias ligando o Centro-Sul ao Norte e ao Centro-Oeste do país, inúmeros planos de desenvolvimento econômico foram feitos e a nova capital federal, Brasília, foi inaugurada em 1960. Criou-se também uma extensa malha de redes técnicas (rodovias, ferrovias, sistemas de telecomunicações, oleodutos, portos, aeroportos etc.) que recorta e cruza o território. Assim, esse duplo processo tanto contribuiu para promover a integração do território nacional como, por outro lado, estabeleceu papéis diferenciados às regiões. Um exemplo claro disso é a concentração de recursos de toda ordem no Centro-Sul do país.

Esse grande conjunto de transformações permitiu a passagem de um país essencialmente agrícola e rural para um país com feições urbanas. Nas cidades, prolifera uma multiplicidade de atividades e funções. Hoje, oito em cada dez brasileiros vivem nelas. A essa nova realidade territorial corresponde uma divisão regional: temos cinco grandes regiões, 26 estados, um Distrito Federal e 5 565 municípios. Vamos examinar inicialmente a divisão político-administrativa do país e identificar em que medida ela reflete as realidades regionais.

LER MAPAS III

Examine os mapas a seguir. Identifique as mudanças que ocorreram ao longo do século XX.

Ilustrações digitais: Conexão Editorial

Divisão regional do Brasil (1940)



Divisão regional do Brasil (1970)



Divisão regional do Brasil (1980)



Divisão regional do Brasil (1990-2000)



Fonte dos mapas: Atlas geográfico escolar, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, p. 101.

Com base nos mapas, responda.

1. Em sua opinião, os critérios de divisão regional em 1940 levavam em conta os aspectos naturais ou econômico-sociais do território? Explique.
2. Quais estados ou territórios foram criados ao longo do período apresentado?
3. Quais territórios foram transformados em estados? Por que você acha que isso ocorreu? Se necessário, faça com alguns colegas uma rápida pesquisa ou procure a ajuda de seu professor para responder.
4. Note que o estado da Bahia mudou de região. Converse com seus colegas e levante hipóteses que ajudem a explicar esse processo. Se necessário, faça uma pesquisa ou peça a ajuda do professor para conferir os resultados.
5. Em sua opinião, a divisão atual reflete o estado de desenvolvimento regional verificado no país? Explique sua resposta.
6. Converse com seus colegas e responda: de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento, você faria mudanças na atual divisão regional do país? Quais seriam elas? Com a ajuda do professor, produza com alguns colegas um novo mapa com a proposta de divisão regional de vocês.

#### LER TEXTO CIENTÍFICO

O texto a seguir traz mais alguns elementos para refletir sobre a atual divisão regional de nosso país e as diferentes realidades sociais existentes. É importante que você leia procurando articular os novos dados às discussões feitas até aqui.

#### A concentração regional de recursos

No Sudeste do Brasil atual, funcionam 67% das maiores empresas do país, e são gerados e consumidos cerca de 68% da energia elétrica. Trata-se da parte do território nacional que mais recebe investimentos para as atividades econômicas, inclusive das poderosas corporações empresariais que atuam no mundo inteiro. No eixo Rio-São Paulo, juntamente com Brasília, estão as sedes dos maiores bancos e de grandes empresas estatais, como a Petrobras.

A rede rodoviária nessa região é quatro vezes mais densa que a do restante do país. Os portos e aeroportos são os mais movimentados.

Das instituições de ensino e pesquisa do país, 65% estão no Sudeste. Nele estão também as maiores universidades públicas, que formam o maior número de pesquisadores e professores universitários do país. Em São Paulo e Rio de Janeiro estão as sedes das grandes emissoras de TV e dos principais jornais.

Mas por que tanto predomínio e poder do Sudeste em relação às demais regiões?

Essa condição está evidentemente ligada à formação do território brasileiro. E também se refere a processos mais recentes: o forte processo de renovação econômica e criação de um mercado nacional unificado ocorreu sob o comando do Sudeste, particularmente das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como já vimos, o poder dessa região baseou-se na concentração de riquezas advindas da economia cafeeira e da economia industrial. O Estado brasileiro também atuou para reforçar essa concentração. Por exemplo, estimulando a migração de mão de obra de outras regiões para o Sudeste (caso do Nordeste).

PADOVESI, Fernanda et al. *Olhar geográfico: a diversidade do mundo*. São Paulo: Ibp, 2006. p. 165-166.

Converse com seus colegas a respeito do texto e responda.

1. Quais regiões e estados do Brasil concentram mais recursos econômicos?
2. Associe a concentração regional dos recursos no Brasil atual com a sua história territorial.

3. Em sua opinião, houve iniciativas para promover maior equilíbrio entre as regiões brasileiras? Pesquise a respeito e peça ajuda ao professor, se necessário.
4. Para você, há correspondência entre a concentração regional de recursos e as melhores condições sociais das regiões mais ricas? Explique e dê exemplos.

## DEBATER II

Vimos que o Estado é um ator essencial na definição dos processos de regionalização verificados em um país. No Estado territorial moderno, a divisão regional é um importante instrumento para a gestão política e administrativa e um motor para o desenvolvimento econômico. A divisão em regiões deve também oferecer informações para as intervenções do Estado visando atenuar as desigualdades na distribuição regional das riquezas.

Alguns exemplos “clássicos”, no caso brasileiro, foram a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esses órgãos tiveram entre suas atribuições promover investimentos – muitos deles à base de incentivos fiscais – para dinamizar a economia das respectivas regiões.

Mas será que a gestão política do território brasileiro está sendo eficiente nessa tarefa?

Ter um grande território representa ter acesso a variados recursos naturais. Ter uma economia em crescimento, além disso, aumenta os recursos humanos. Mas somente isso não garante o sucesso de um país. É preciso que o potencial do território e das riquezas geradas beneficie de modo justo todos os seus habitantes, um grande desafio para toda a sociedade brasileira no século XXI.

Organize-se em grupos para realizar uma pesquisa sobre essas formas de intervenção e discuta os resultados com sua turma. Com a ajuda do professor, construa com os colegas um texto coletivo com as conclusões desse debate.



Favela do bairro de Amaralina, em Salvador (BA), em 2006, com edifícios de alto padrão: contraste de classes.

Ricardo Kuehn/Folha Imagem

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Com base no que você viu neste capítulo, redija um comentário sobre o texto a seguir:

*Os índios reagiram de formas diversas à presença dos colonizadores e à chegada de invasores, como os holandeses e franceses. Alguns grupos moveram inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses. Dentre estes, os Aymoré, posteriormente chamados de Botocudos, foram um permanente flagelo para os colonizadores durante o século XVI, na Bahia.*

*Entre os episódios célebres de resistência ou represália, ficaram registrados:*

*o do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, devorado pelos Tupiniquim, em 1547;*

*o do jesuíta Pero Correa, devorado pelos Carijó, nas bandas de São Vicente, em 1554;*

*o do primeiro bispo do Brasil, d. Pero Fernandes Sardinha, em 1556, devorado pelos Caeté, após naufragar no litoral nordestino.*

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/fbgeteen/povoamento/indios/colonizadores.html](http://www.ibge.gov.br/fbgeteen/povoamento/indios/colonizadores.html)>. Acesso em: 27 jan. 2012.

2. Encceja (2005) Leia o texto abaixo:

*Não há quem não tenha ouvido falar dos bandeirantes: ensina-se sobre eles nas escolas, e a maioria dos manuais didáticos traz a representação de algum. [...] As crianças aprendem, quando leem esses livros, que "os bandeirantes alargaram as fronteiras de nosso país". Não resta dúvida para elas: foram heróis. É a mesma imagem que têm os adultos com igual formação.*

*[...] O bandeirismo iniciou-se na América portuguesa nos finais do século XVI. Os colonos tinham o propósito de colocar os indígenas para trabalhar a seu favor, pois viam a necessidade do trabalho escravo em sua produção agrícola... Enquanto as populações de outras partes da Colônia dedicavam-se a tarefas diversas, capturar indígenas na selva tornou-se especialidade paulista, e a explicação mais aceita para isso é que, enquanto as capitanias do Nordeste se desenvolviam em virtude das atividades canavieiras e recebiam escravos africanos graças ao tráfico atlântico, a capitania de São Vicente ficara à parte desse projeto [...].*

*Nos finais do século XIX e princípios do seguinte, período de nacionalismos e regionalismos exacerbados, criou-se em São Paulo toda uma lenda dourada sobre os bandeirantes. [...] Ao se desconsiderar o caráter violento do bandeirante, enalteceu-se a miscigenação populacional resultante.*

DIAS, Madalena M. Imaginário e realidade no retrato dos bandeirantes. *História Viva*, n. 23. p. 90-95.

Levando em consideração o texto, podemos afirmar sobre o bandeirismo que:

- a) a imagem do traficante de escravos foi uma lenda construída em fins do século XIX.
  - b) se refere aos heróis que serviram à Coroa portuguesa e civilizaram as terras conquistadas.
  - c) os bandeirantes atuaram na expansão das fronteiras ao investir na atividade canavieira.
  - d) capturar indígenas e comercializá-los tornou-se importante atividade econômica paulista.
3. Pesquise em um atlas geográfico a evolução das redes rodoviária e ferroviária no Brasil. Identifique nesses mapas as regiões onde ocorre maior adensamento dessa malha. Esse dado relaciona-se com o quadro de concentração regional de recursos no país? Explique sua resposta.
  4. A população do estado do Pará foi convocada para votar em 2011 sobre o plebiscito relativo à criação de dois novos estados. Pela proposta, o Pará passaria a ser dividido em três: Pará (capital: Belém), Carajás (capital: Marabá) e Tapajós (capital: Santarém). O resultado do plebiscito rejeitou mudanças no estado nesse momento. Pesquise as motivações que levaram à formulação dessa proposta. Em seguida, escreva um texto dissertativo sobre as vantagens e as desvantagens da divisão do estado para as populações locais, que acabou não acontecendo.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVRO



#### ATLAS DO BRASIL

Os autores desse atlas investigaram as dinâmicas territoriais e a maneira como elas interagem com as disparidades sociais de nosso país.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

### SITE



#### TERRITÓRIO LEGALIZADO: OS TRATADOS

Informações sobre os diferentes tratados que legalizaram as fronteiras do Brasil.

Disponível em: <[www.ibge.gov.br/brasil500/consttrterrit/territ\\_legalizado.html](http://www.ibge.gov.br/brasil500/consttrterrit/territ_legalizado.html)>. Acesso em: 12 set. 2012.

A partir dos anos 1530 ampliou-se a ocupação das terras brasileiras por colonos portugueses, que vinham para cá na esperança de obter riquezas. Vieram também, nesse período, os jesuítas, que tinham como maior objetivo a evangelização dos povos indígenas, ou seja, pretendiam converter esses povos em cristãos, mudando suas crenças e seu modo de vida. Havia também a busca incessante por ouro e prata, que já haviam sido encontrados em abundância em outras partes da América, nas terras dominadas pelos espanhóis.

Além disso, iniciava-se o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação do açúcar, cujo comércio dava bons lucros na Europa. Outro importante negócio era a venda de escravos africanos, utilizados como mão de obra nas plantações do Brasil. A Colônia tornou-se a maior fonte de riquezas para Portugal, permanecendo assim por mais de trezentos anos.

Não é possível refletir sobre o Brasil do presente sem estar atento ao nosso longo período colonial, e sem notar que o Brasil foi a terra dos povos indígenas, europeus e africanos, que conviveram de maneira conflituosa por vários séculos. Entretanto, foram essas diferentes culturas que constituíram o nosso país, que se tornaria independente em 1822.



Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty/Blo de Janeiro

**Fortaleza de São Sebastião, origem do estado do Ceará (1613), gravura atribuída a Frans Post (1612-1680).** A região começou a ser ocupada no início do século XVII pelos portugueses. Além da fortaleza que servia como base militar de defesa, observamos na imagem a presença de escravos africanos que estavam muito presentes na vida brasileira colonial.

## POVOS INDÍGENAS, BANDEIRANTES E JESUÍTAS: CONFLITOS E COLONIZAÇÃO

Desde o século XV, os portugueses exploravam economicamente novas terras, como as da costa oeste africana. Mesmo já tendo entrado em contato com outras culturas, a terra conquistada na América representava para os portugueses o desconhecido. Era tudo novo e diverso, uma vez que aqui viviam vários povos indígenas de diferentes culturas. O modo de vida dos habitantes do Novo Mundo em nada se assemelhava aos padrões até então conhecidos e, por isso, surpreendia os exploradores e causava estranhamento. Nesse caso, o estranhamento resultou em dominação e destruição de grande parte da população original.

Os europeus tomaram posse das novas terras sem considerar que nelas habitavam diversos povos indígenas. Para os portugueses, a convivência com esses povos só seria importante se fosse um facilitador para a exploração e a obtenção de riquezas.

Os povos indígenas foram tratados pelos colonizadores como inferiores. Os europeus os consideravam selvagens pelo fato de muitos deles andarem nus, praticarem rituais desconhecidos e terem organizações sociais e econômicas bastante distintas da civilização ocidental. Também julgavam que não possuíam religião por não acreditarem no Deus cristão. O modo de vida indígena era inaceitável para os padrões culturais europeus.

O viajante e cronista português Pero de Magalhães Gândavo é o autor da primeira história do Brasil de que se tem notícia. Em sua obra *Tratado da Terra do Brasil*, lançada em 1576, ele comentava o que entendia ser selvageria e incapacidade dos índios para entender o catolicismo: “porque assim não têm fé, nem lei, nem rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”. Esse trecho é um exemplo da visão que predominava entre os europeus a respeito das práticas sociais indígenas.

Para o colonizador, era um benefício ensinar aos povos indígenas a língua portuguesa e trazer-lhes o conhecimento da religião católica. Uma carta do padre jesuíta Manoel da Nóbrega, escrita em 1549, sobre a relação que os padres vinham estabelecendo com os povos indígenas da capitania da Bahia, afirma:

Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós [...]. Se houver **tanger** à missa já **acodem** e quanto nos veem fazer tudo fazem: assentam-se de joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao céu e já um dos principais deles aprende a ler e toma a lição de cada dia com grande cuidado, e em dois dias soube o ABC todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser cristão e não comer carne humana, não ter mais de uma mulher e outras coisas.

### GLOSSÁRIO

**Acudir:** ir, dirigir-se, encaminhar-se (a algum lugar).

**Tanger:** soar.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 1. p. 110.

Desse modo, na visão dos colonizadores, estar-se-ia dando aos indígenas sentido à sua existência e a possibilidade de salvação da alma. Essas seriam algumas das funções dos padres jesuítas que desembarcaram aqui em meados de 1500. Os indígenas que resistiam ao contato com os colonizadores tornaram-se seus inimigos.

Os jesuítas pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, fundada em 1534 pelo espanhol Inácio de Loyola (1492-1556). Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Fundaram colégios e **aldeamentos** missionários (conhecidos também como **missões** ou **re-**

duções) em várias capitanias do Brasil, com o objetivo de converter os povos indígenas à fé católica. As missões jesuíticas no sul do Brasil são exemplos de edificações erguidas para a catequese indígena e a conversão desses povos à moral cristã. Os indígenas eram confinados nesses aldeamentos, nos quais recebiam os ensinamentos da religião cristã até serem batizados com um novo nome. Deviam andar vestidos como os cristãos, respeitar as regras monogâmicas de casamento, deixar de participar de rituais nos quais se comia carne humana e negar os seus deuses em nome do Deus todo-poderoso cristão.

Os padres jesuítas ficaram conhecidos por combater a escravização dos indígenas cristianizados, o que gerou muitos conflitos com os colonos portugueses, que os capturavam para trabalhar forçadamente em suas terras.

**Padre Antônio Vieira convertendo os índios no Brasil (1746).**

A litografia aparece na obra do jesuíta português André de Barros (1675-1754). Na imagem, pretende-se mostrar a superioridade dos jesuítas sobre os povos indígenas, que se rendem diante da autoridade do religioso.



## A ANTROPOFAGIA

Na primeira metade do século XVI, os portugueses conheciam somente os grupos indígenas de língua tupi. Pouco se sabia sobre a diversidade de culturas presentes nas terras ainda demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas.

A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei d. Manuel permaneceu inédita até 1733. Na verdade, foram as cartas escritas por Américo Vespúcio que primeiro divulgaram informações sobre os habitantes das novas terras. Vespúcio era **cosmógrafo** da segunda expedição enviada por d. Manuel, em 1501, que percorreu a costa, desde o cabo São Roque (no atual estado de Pernambuco) até São Vicente (SP), durante dez meses. Foi ele o primeiro a relatar a antropofagia. Não se tratava de um hábito alimentar, mas sim de um ritual no qual os indígenas se “alimentavam” simbolicamente das qualidades guerreiras de seu inimigo, como coragem, bravura ou habilidades na guerra. Américo Vespúcio também atentou para a ausência da propriedade privada, da cobiça e do desejo de reinar.

Os relatos das primeiras viagens ao Novo Mundo oscilavam entre a visão do “bom gentio”, inocente e dócil, e a visão do “selvagem”, quase bestial. A primeira impressão do “paraíso terrestre” foi substituída pela visão do Novo Mundo como local de práticas diabólicas, que contrariavam as leis de Deus.

O padre jesuíta Manoel da Nóbrega comparava os índios a animais: “São cães em se comerem e matarem”, demonstrando uma total aversão às práticas antropofágicas. Mais que isso, o discurso do jesuíta expressava a falta de compreensão dos costumes indígenas e o julgamento delas a partir dos valores portugueses. Esse conflito cultural – evidente na visão dos colonizadores – esteve presente nos contatos entre lusos e indígenas nos séculos da colonização e justificou a adoção de atitudes que obrigavam os povos nativos a se sujeitar à cultura cristã europeia.

### GLOSSÁRIO

**Cosmógrafo:** astrônomo que se dedica especificamente a descrever o universo.

## CONFLITO ENTRE INDÍGENAS E EUROPEUS

Se no início houve interesse dos indígenas em fornecer pau-brasil aos comerciantes europeus por meio do escambo, com o tempo esse acordo não funcionou mais. Os indígenas deixaram de cumprir as exigências cada vez maiores dos comerciantes, o que desagradou a ambas as partes. Vários povos foram submetidos à escravidão. A resistência gerou guerras entre colonizadores e povos indígenas por todo o território ocupado pelos europeus.

Exemplo disso foi a **Guerra dos Tamoios**, ocorrida entre 1562 e 1567. Tamoio era o nome pelo qual também eram conhecidos os Tupinambá, que viviam no litoral norte paulista e no Rio de Janeiro. Na luta dos Tupinambá contra os portugueses, esse povo indígena foi derrotado e grande parte da sua população exterminada. Muitos dos que sobreviveram ao confronto foram escravizados.

Além da resistência dos povos indígenas à dominação, a partir do século XVI, os europeus procuravam impor as práticas culturais europeias aos indígenas.

A intensa convivência entre os povos indígenas, especialmente os Tupi-Guarani, e os colonizadores permitiu que ocorressem também algumas trocas culturais. Por exemplo, a cultura do colonizador incorporou elementos da cultura dos Tupi-Guarani. A presença da mandioca e de seus derivados na alimentação brasileira, o hábito de dormir em redes, o consumo do chimarrão no Sul do país e do tererê no Centro-Oeste são elementos da cultura indígena que permanecem ainda hoje na cultura brasileira. Na língua portuguesa, inúmeras palavras têm origem tupi: biboca, canoa, capenga, pindaíba, carioca, pipoca, caju, Ipanema, Ipiranga, Sergipe, Paraíba, Paraná, Pernambuco, tucano, jacaré, jacu, taquara, mirim, abacaxi etc.

Os europeus que vieram habitar as terras conquistadas também se transformaram. A língua portuguesa sofreu influências do tupi, a alimentação incorporou ingredientes e receitas indígenas e mesmo valores como o casamento nos moldes cristãos foram esquecidos em vários momentos. Isso ocorreu, por exemplo, com João Ramalho (1493-1580), que chegou ao Brasil em 1512 e passou a viver com várias mulheres índias, adotando, assim, a prática de diversos povos indígenas, que permitiam o casamento com várias mulheres.

Podemos concluir que, para os europeus, colonizar significava conquistar o território, explorando suas riquezas, e também exercer o domínio sobre os povos indígenas, que deveriam ser convertidos em cristãos e ter sua cultura aniquilada.

## OS BANDEIRANTES

São chamados bandeirantes os paulistas que promoveram e participaram das bandeiras, expedições organizadas para explorar o sertão em busca de pedras e metais preciosos ou de indígenas que seriam vendidos como escravos. Essas bandeiras ficaram também conhecidas como entradas.

Já no século XVI, muitos europeus vieram ao Brasil tentar a sorte na busca de metais preciosos ou como negociantes. Em São Paulo, formou-se um núcleo de bandeirantes que explorariam o território das terras que hoje formam o Brasil. Entre os mais conhecidos estão: Anhanguera, Borba Gato, Fernão Dias e Raposo Tavares, que foram tratados por muito tempo como grandes desbravadores do Brasil. Foram desbravadores, mas

também caçadores de indígenas e contribuíram muito para que as culturas desses povos fossem parcialmente destruídas.

Os bandeirantes sofriam constante oposição dos jesuítas, que eram contrários à escravidão dos índios, proibida também pela Coroa portuguesa. A partir do século XVII, ocorreram vários ataques de bandeirantes aos aldeamentos jesuíticos com a intenção de capturar indígenas que seriam escravizados. Em um desses ataques, em 1628, o bandeirante Raposo Tavares aprisionou 30 mil índios que trabalhariam como escravos na capitania de São Paulo.

As bandeiras surgiram em parte devido à falta de mão de obra existente para trabalhar nas lavouras de açúcar que começavam a se constituir. Não havia ainda no século XVII suficiente abastecimento de escravos africanos para que plantadores abrissem mão da escravidão indígena. A necessidade de explorar e conquistar o interior do território foi outro motivo para essas expedições: os bandeirantes chegaram inclusive a ultrapassar os limites do Tratado de Tordesilhas.



Av. Anhanguera, Goiânia (GO), 2004.



Monumento em homenagem a Borba Gato. São Paulo (SP), 2009.

Por muito tempo, os livros de História puseram os bandeirantes entre os principais heróis nacionais por terem sido desbravadores das terras brasileiras e grandes conquistadores. Por isso, muitas rodovias e avenidas ganharam o nome deles, assim como muitas cidades brasileiras ergueram monumentos a eles. O bandeirante Anhanguera, por exemplo, que em tupi significa “diabo velho”, é o apelido de Bartolomeu Bueno da Silva. Ele teria sido o primeiro a penetrar o sertão de Goiás, em 1682, em busca de minérios. Outro bandeirante, Raposo Tavares, dedicou-se ao aprisionamento de indígenas, tendo liderado a invasão de reduções jesuíticas no sul do Brasil. Eles tanto contribuíram para a conquista e a exploração do território para os europeus como escravizaram e destruíram parte da cultura dos povos indígenas que habitavam as terras antes da chegada deles.

## LER DOCUMENTO

Leia o texto escrito pelo jesuíta Manoel da Nóbrega dando informações sobre o Brasil aos padres da Companhia de Jesus em Portugal e responda às questões.

### Carta do Padre Manoel da Nóbrega dando informação das partes do Brasil

Bahia, agosto de 1549

Aqueles com quem temos comunicação até agora são de duas castas: uns se chamam tupiniquins e os outros tupinambás. Estes têm casas de palmas mui grandes, e tais que nelas habitariam cinquenta índios casados, com suas mulheres e filhos. Dormem todos em redes de algodão, junto do fogo, que durante toda a noite têm aceso, assim pelo frio, porque andam nus, como também pelos demônios que dizem fugir do fogo, e por esta causa trazem tições à noite, quando saem. Esta gentildade a nenhuma coisa adora, nem conhece a Deus, somente aos trovões chamam Tupã, que é como quem diz coisa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais conveniente para trazê-los ao conhecimento de Deus que chamá-Lo pai Tupã. Somente entre eles se fazem umas cerimônias da maneira seguinte: de certos em certos anos vêm uns feiticeiros de longes terras fingindo trazer santidade,

e ao tempo de sua vinda lhes mandam limpar os caminhos, e os vão receber com danças e festas segundo seu costume. E antes que o feiticeiro chegue ao lugar, andam as mulheres de duas em duas pelas casas dizendo publicamente as faltas que fizeram a seus maridos, e umas às outras, e pedindo o perdão delas.

[...] Nas enfermidades dos gentios usam também esses feiticeiros de muitos enganos e feitiçarias. Esses são os maiores inimigos que temos aqui: algumas vezes fazem crer aos enfermos que nós lhes metemos no corpo facas, tesouras e coisas semelhantes, e que com isso os matamos. E em suas guerras os gentios aconselham-se com eles [...].

Quando cativam algum, trazem-no com muita festa, com uma sogá ao pescoço, e dão-lhe por mulher a filha do principal, ou qualquer outra que mais lhe contente, e põem-no a cevar como porco, até que o hão de matar; para o que se juntam todos os da aldeia para ver a festa. E um dia antes que o matem, lavam-no todo, e no dia seguinte tiram-no para um terreiro, atado pela cintura com uma corda [...] E, morto, cortam-lhe logo o dedo polegar, porque com ele atirava flechas, e o demais fazem em pedaços, para comê-lo assado ou cozido.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 35-38.

1. Destaque no texto as palavras cujo significado você não conhece e consulte o dicionário. Encontre a definição mais adequada ao contexto.
2. Destaque uma ou mais frases do texto em que fique explícita a negação da cultura indígena pelos jesuítas. Justifique sua escolha.
3. Por que os jesuítas chamavam os pajés de feiticeiros e os consideravam enganadores?

.....  
.....

4. Está presente no texto uma referência à antropofagia? Justifique.

.....  
.....

## O SISTEMA COLONIAL: AÇÚCAR, OURO E ESCRAVIDÃO

Em 1548, a Coroa portuguesa decidiu criar os chamados governos-gerais. Desse modo, a Colônia passaria a ter um representante direto de Portugal, o governador-geral, que seria responsável por administrar e realizar a defesa militar da Colônia. Com isso, foram criados no Brasil, cuja capital era Salvador, vários órgãos da administração portuguesa encarregados de fiscalizar e dinamizar os negócios coloniais.

Ao mesmo tempo, constituiu-se o que se denomina de sistema colonial. Na condição de Colônia, o Brasil só poderia vender os produtos que produzisse a Portugal e também só poderia comprar produtos de Portugal. Com isso, os preços dos produtos que os brasileiros vendiam ou compravam era determinado por Portugal. Esse processo constituía o chamado Pacto Colonial. Por essa lógica, o Brasil seria um fornecedor de matérias-primas para Portugal e também o comprador de produtos manufaturados vendidos pelos comerciantes portugueses. Era proibido à Colônia desenvolver qualquer atividade industrial.

Do mesmo modo, toda forma de comércio que não passasse pelos comerciantes portugueses era considerada contrabando. Ou seja, o comércio brasileiro era monopólio dos portugueses. Os lusos compravam produtos a baixos preços no Brasil e vendiam a altos preços na Europa. Já os brasileiros eram obrigados a comprar produtos manufaturados pelo preço determinado pelos comerciantes portugueses, sem que se pudesse recorrer a um concorrente de outro país.

Outra peça fundamental do sistema colonial foi a escravidão africana. Para os portugueses, ela se justificava pela necessidade de abastecer de trabalhadores as plantações brasileiras. No entanto, é importante lembrar que o tráfico negreiro em si era um negócio muito lucrativo.

Os portugueses haviam criado feitorias em várias partes da África, nas quais negociavam cativos em troca de armamentos e outros produtos de valor muito mais baixo que o preço negociado por escravos no Brasil. Esses negociantes, por sua vez, vendiam os escravos no Brasil em troca do açúcar que seria comercializado na Europa, também a um preço bem mais elevado que o pago no Brasil. Com isso, estabelecia-se o chamado comércio triangular, no qual os europeus iam à África negociar escravos levando o açúcar do Brasil, que seria comercializado na Europa.

Os escravos africanos vinham para o Brasil para trabalhar principalmente nas lavouras de açúcar, que foram instaladas no litoral nordestino a partir da segunda metade do século XVI e prosperaram no século XVII. No século seguinte, milhares de escravos africanos seriam levados para a região das minas, atual Minas Gerais, para trabalhar na extração de ouro. No século XIX, depois da independência política do Brasil, seria a vez de muitos escravos serem levados para São Paulo e Rio de Janeiro para trabalhar na cafeicultura.

O tráfico negreiro contribuiu para que se ampliassem os conflitos entre grupos tribais africanos, uma vez que o negócio acirrava os embates em território africano. Estimulados pelos ganhos com o comércio de escravos, grupos africanos praticavam a guerra para aprisionar inimigos que seriam vendidos aos europeus.

Os africanos capturados na África pertenciam a diferentes reinos e culturas. Eram bantos, iorubás, hauçás, fulanis, entre outros. Aproximadamente 4 milhões de africanos embarcaram para o Brasil entre o século XVI e o século XIX, sendo que, no século XVI, a maioria deles vinha do golfo da Guiné, da região do Congo e de Luanda (atual Angola). Já no século XVIII, muitos escravos vinham da Costa da Mina.

É importante considerar que, uma vez no Brasil, os africanos estavam em território estranho e diante de culturas desconhecidas. Mesmo entre os africanos, havia o estranhamento, pois eles falavam diferentes línguas e pertenciam a culturas distintas. Em alguns casos, ocorria até mesmo de escravos africanos vindos para uma mesma localidade pertencerem a grupos inimigos na África.

Isso demonstra a grande diversidade cultural dos povos africanos trazidos para o Brasil. Dos iorubás, por exemplo, vieram várias entidades religiosas presentes na cultura brasileira: os orixás. Xangô, uma delas, foi rei de Oió, cidade de um dos reinos iorubás.

O batuque, que está na origem do samba, é uma dança originária da região do Congo e de Angola. Da região do Congo veio também a congada, dança dramática presente em muitas festas tradicionais do Brasil.



*Mercado de escravos (1835), de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), litografia colorida à mão. 35,5 × 51,3 cm. In: Viagens pitorescas através do Brasil (c. 1835)*

## A FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR

Na segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII, o plantio de cana-de-açúcar espalhou-se por longo trecho do litoral nordestino, destruindo grande parte da mata atlântica. Imensas áreas de mata foram derrubadas para dar lugar à monocultura da cana-de-açúcar. Quando a terra se esgotava, outra área de mata era derrubada para seu cultivo.

O açúcar era um produto que poderia ser vendido por alto preço na Europa. Trazida da Ásia, a cana-de-açúcar encontrou boa adaptação nas terras litorâneas brasileiras. Conforme a lógica do sistema colonial, o objetivo dos portugueses era encontrar produtos que pudessem ser produzidos na Colônia e oferecessem boa oportunidade de lucros na Europa. A produção se organizaria em latifúndios monocultores baseados no trabalho escravo.

A economia açucareira, contudo, não se limitou ao plantio e à colheita da cana-de-açúcar. Em grandes propriedades rurais, chamadas de engenho, concentravam-se o plantio e também a fabricação do açúcar. Na mesma grande propriedade viviam o senhor de engenho, os homens livres agregados ao senhor, os escravos e até mesmo um padre, que podia manter uma capela nas dependências do engenho.

Em uma sociedade em que a maior parte da população habitava o mundo rural, o senhor de engenho tinha grande poder e influência, ditando normas de conduta e mantendo grande número de pessoas sob sua dependência. Ele vivia na chamada casa-grande, moradia e sede dos negócios. Os escravos, por sua vez, ocupavam as senzalas e trabalhavam até 16 horas por dia nas várias etapas de produção do açúcar.



Museu do Louvre, Paris

*Engenho de cana-de-açúcar*, de Frans Post, óleo sobre tela, 117 x 167 cm. A obra retrata parte das instalações de um engenho em Pernambuco.



Palácio Boa Vista, São Paulo

A moenda de cana, figuras e bois 1940/1950, de Alfredo Volpi (1896-1988) e Mário Zanini (1907-1981), pintura sobre azulejo, 90,5 × 106,3 cm.

A fabricação do açúcar se iniciava com o plantio da cana, que, depois de colhida, era levada para uma moenda a fim de se extrair o seu caldo, que seria cozido por muitas horas para formar o melaço, um mel de cana. Depois, o melaço era colocado em vasos de barro em forma de sinos e seguia para a casa de purgar, de onde era drenada a aguardente. Durante quarenta dias era processado o branqueamento do açúcar adicionando-se água às formas de barro. Vinha, então, o processo de secagem ao sol. Separava-se, depois, a parte do açúcar que ficava branca da escura (mascarada) e classificava-se o açúcar conforme a qualidade. Era, por fim, embalado e enviado ao porto. Em todas as etapas desse processo, havia a participação do trabalho escravo, desde o plantio até o acondicionamento para o embarque nos navios.

A fabricação de açúcar não era a única atividade econômica do Brasil colonial no século XVII. Eram extraídas as chamadas drogas do sertão no Norte, cultivava-se algodão no Nordeste, produzia-se tabaco na Bahia e no sertão nordestino e, depois, no Sul, passou a ser produzida a carne que abastecia várias regiões do país.

## A CORRIDA DO OURO

Enquanto na América espanhola os espanhóis já haviam extraído muitas toneladas de ouro e prata, os portugueses se ressentiam de não terem conseguido até o começo do século XVII descobrir na sua colônia veios de metais preciosos. Isso só ocorreria nos últimos anos desse século, quando os bandeirantes encontraram os primeiros veios no atual estado de Minas Gerais.

A notícia gerou uma rápida mobilização da Coroa e também de muitos colonos interessados em obter grandes lucros com o negócio. Já em 1702, a Coroa portuguesa criou o regimento das minas, que estabelecia regras para a concessão de áreas de exploração de ouro sob o seu controle. Ocorreu então o chamado represamento das minas: ninguém poderia entrar ou sair da região sem autorização e fiscalização dos funcionários da Coroa. Queria-se evitar o contrabando, ou seja, que o ouro saísse da região sem que se pagassem os impostos estipulados pela Coroa.

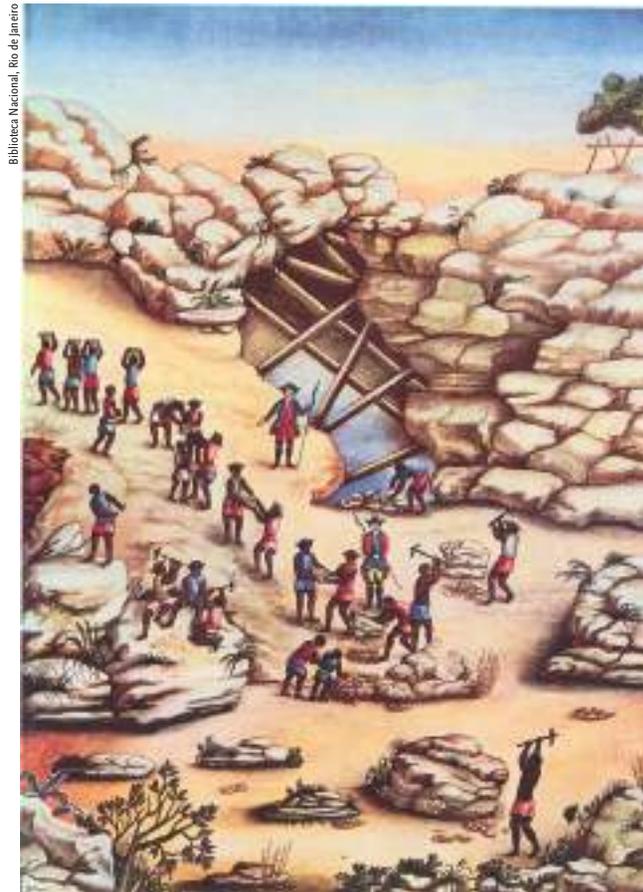
Em 1713, foi instituída a finta, pagamento de 30 arrobas de ouro por ano pela Câmara Municipal. Já em 1725, criou-se o quinto, que determinava que um quinto de todo o ouro extraído deveria ser entregue à Coroa portuguesa. Para evitar o contrabando do ouro em pó, foram criadas as casas de fundição, que transformavam o ouro em barras e extraíam o quinto.

Em 1750, a Coroa determinou uma quantia fixa para o quinto. A capitania das Minas deveria entregar 100 arrobas (aproximadamente 1 500 quilos de ouro) por ano à Coroa. Quando essa meta não fosse alcançada, ocorreria a derrama, ou seja, todos os moradores da região das Minas seriam obrigados a fornecer valores que completassem a quantia estipulada.

Apesar das várias medidas para controlar o contrabando, ele ocorria com muita frequência. Também era constante a tensão entre a Coroa e os mineradores, que reclamavam dos altos impostos.

Deve-se considerar ainda que a região das Minas distinguiu-se da região produtora de açúcar do Nordeste devido à sua intensa vida urbana. Na segunda metade do século XVIII, Vila Rica tornou-se expressão da arte barroca e tinha milhares de habitantes. Metade da população da capitania era composta de escravos, que viviam, em média, somente mais dez anos após iniciarem o trabalho de extração do ouro nas minas. Esse foi um dos períodos em que o tráfico de escravos da África foi mais intenso, pois era preciso abastecer a rica sociedade mineradora.

Em fins do século XVIII, contudo, as minas de ouro já começavam a dar sinais de exaustão. As escavações nas rochas para obter o ouro eram cada vez mais trabalhosas e exigiam que se alcançasse maior profundidade. Com isso, algumas minas foram abandonadas e, na última década do século XVIII, a região entrou em um período de decadência.



**Extração de diamantes (1776), de Carlos Julião (1740-1811), aquarela.** Além da extração de ouro, no século XVIII, criou-se uma região de exploração de diamantes, o chamado distrito diamantino, no qual se encontra atualmente Diamantina, uma das cidades que abrigam importante patrimônio cultural do país.

## LER IMAGEM

Observe a ilustração do século XVIII em que se mostram as várias etapas de trabalho em um engenho de açúcar e responda às questões.



Engenho de açúcar do Brasil (1710), anônimo.

Instituto de Estudos Brasileiros/USP

1. Faça uma descrição detalhada da imagem considerando as várias etapas de produção do açúcar.
2. Indique quantas e quais são as etapas de produção do açúcar. Retome o texto lido anteriormente para ajudar a identificar cada uma das etapas.
3. O que se pode observar sobre os trabalhadores da imagem? Eles seriam escravos ou homens livres? Justifique.

Para compreender a sociedade brasileira da atualidade, é fundamental que se conheça a longa história da escravidão no Brasil. Por mais de 300 anos, até 1888, a escravidão africana foi permitida e estimulada no Brasil, primeiro pela Coroa portuguesa e, depois de 1822, quando o Brasil se tornou independente, pelo governo imperial. A presença tão longa dessa instituição na sociedade brasileira, sem dúvida, deixou marcas que ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

Mas o que significava ser escravo no Brasil colonial? Qual a diferença entre um escravo e um homem livre?

Ser escravo não significava estar sempre acorrentado e recebendo chibatadas por qualquer erro que se cometia. Esse é o estereótipo bastante comum da escravidão no Brasil colonial. Não que isso não ocorresse, um escravo poderia ser acorrentado e castigado em praça pública, mas não era só isso que o fazia ser um escravo. Antes de tudo, ele era uma mercadoria de alto valor.

Ao comprar um escravo, seu senhor se tornava proprietário de uma mercadoria que tinha um documento de registro reconhecido pelo governo local. Aos escravos eram reservados os trabalhos ditos manuais, sendo que os homens livres não exerciam essas tarefas. Além de trabalhar na agricultura ou nas minas, escravos podiam ser vendedores ambulantes, cozinheiros, arrumadeiras, carregadores, barbeiros, sapateiros, encanadores, enfim, cuidar de uma infinidade de funções que os homens livres não se dispunham a realizar.

Durante o período em que a escravidão existiu, havia uma clara hierarquia social, na qual os homens brancos eram superiores aos homens negros. Hoje em dia, existem movimentos sociais organizados contra esse tipo de preconceito e leis que inibem a discriminação racial, mas ainda se faz presente o preconceito no que se refere à cor.

Era comum ver no Brasil colonial escravos trabalhando nas ruas como ambulantes, vendendo refrescos e doces. Não havia vigilância e eles não estavam presos com correntes, mas eram escravos. Mas por que não fugiam? As fugas existiam e eram uma forma de resistência, mas muitos não tentavam, pois não era fácil ter êxito nelas. Além disso, muitos escravos urbanos gozavam de maior autonomia e melhor condição de vida que escravos do campo.

O mesmo ocorria com os escravos domésticos que ganhavam a confiança do senhor e podiam se vestir com roupas melhores, alimentar-se com mais qualidade e viver com menos restrições. Já os chamados escravos do eito, que trabalhavam nas atividades agrícolas e na mineração, sob duras condições, não viviam muito mais que dez ou doze anos exercendo essas tarefas.

### Diferentes tipos de escravos

Havia os escravos que trabalhavam em lavouras canavieiras e nas de gêneros alimentícios, desenvolvendo diferentes funções: do plantio à colheita, do preparo do açúcar ao seu transporte para os centros consumidores. Eram os escravos do campo ou escravos do eito.

Aqueles que trabalhavam na casa do senhor, em tarefas como cozinhar, lavar e cuidar das crianças, e que recebiam mais cuidados do seu dono, eram os escravos domésticos.

Já nas cidades, havia outras categorias de escravos. Proprietários de escravos podiam alugar alguns deles, por dia ou tarefas, para a realização de serviços, como construções e transporte de pessoas ou mercadorias. Alguns escravos também ajudavam seu senhor a ganhar algum dinheiro vendendo produtos e quitutes nas ruas ou prestando alguns serviços à população. No fim do dia, entregavam o dinheiro ao patrão. Eram os escravos de ganho.

Aqueles que trabalhavam como artesãos — carpinteiro, pedreiro, marceneiro, alfaiate, ferreiro, joalheiro, sapateiro etc. — eram chamados escravos de ofício. O artesão branco era o mestre e ensinava o ofício ao seu escravo, passando a viver à custa dele.



Pinacoteca do Estado de São Paulo.

*O mercado de rua* (1819), de Henry Chamberlain (1796-1844), Água-tinta e aquarela sobre papel, 24,7 × 35,8 cm.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

*Vista da lagoa do Boqueirão e do aqueduto Santa Teresa* (1790), de Leandro Joaquim (c. 1738 - c. 1798), óleo sobre tela, 86 × 105 cm.

Nas imagens do Rio de Janeiro colonial, podemos observar ambulantes vendendo diversos produtos, lavadeiras e outros trabalhadores em funções destinadas aos escravos.

Uma das formas de o escravo se contrapor à escravidão era a fuga para um quilombo, local onde habitavam escravos que conseguiam fugir do domínio do senhor e passavam a viver livremente em uma comunidade constituída predominantemente de outros que conseguiram se libertar de sua condição de escravo. No entanto, nem sempre se conseguia chegar a um quilombo, pois, em geral, situavam-se em locais muito isolados. O mais conhecido desses quilombos foi o de Palmares, localizado entre Alagoas e Pernambuco, e que pode ter chegado a abrigar cerca de 20 mil fugitivos. Esse quilombo tinha a liderança de Zumbi, que se tornou um símbolo da luta antiescravista, e Ganga Zumba. Os habitantes de Palmares constituíram uma nova sociedade entre o fim do século XVI e 1694. No Quilombo dos Palmares, os fugitivos conseguiram restabelecer tradições africanas e criaram novas, relacionadas às influências europeias e indígenas.

A partir dos anos 1670, muitas expedições foram organizadas na tentativa de localizar e destruir esse quilombo, que se tornava símbolo de resistência e uma ameaça real à continuidade da escravidão na Colônia.

Em 1678, o líder Ganga Zumba aceitou uma proposta do governador da capitania de Pernambuco, que concordava com a existência do quilombo, mas impedia a entrada de novos fugitivos. Zumbi, por sua vez, discordou de Ganga Zumba, pois não acreditava ser possível um acordo com o governo da capitania.

Ganga Zumba deixou o quilombo e Zumbi passou a representar a luta pela resistência em nome de um povo livre. Em 1694, o bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado pelo governo de Pernambuco, destruiu o quilombo. Zumbi e outras lideranças foram mortas.

Quando um escravo fugitivo era capturado, poderia ser preso e torturado no pelourinho por um feitor. Recebia muitas chicotadas e, em alguns casos, colocavam-lhe a gargalheira, um colar de ferro que explicitava se tratar de um escravo que já havia fugido.

Além da fuga, os escravos tinham outras formas de resistência. Entre elas, o suicídio, que gerava prejuízo a seus donos, e também o envenenamento de seus senhores. Outra forma era o culto aos deuses africanos e a manutenção de rituais ligados às suas culturas originais. Nesse caso, era uma maneira de resistir a fazer parte dessa nova sociedade que os oprimia, além de manter os laços com aqueles que faziam parte de uma mesma cultura.

Um escravo poderia ser libertado pela compra de sua carta de alforria, o que era bastante difícil.



Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

*Castigo público* (1835), de Johann Moritz Rugendas, In: *Viagem pitoresca através do Brasil* (1835). Litografia, 22,7 x 31,1 cm.

Dia 20 de novembro é a data da morte de Zumbi e também o Dia da Consciência Negra. Leia o depoimento e o poema a seguir e responda às questões.

Vinte de novembro de 2004. Estava eu na cidade do Rio de Janeiro passando pela Avenida Presidente Vargas. De repente avistei um *outdoor* exibindo a data 20 de novembro. Julguei ser uma homenagem ao Dia da Consciência Negra e a Zumbi dos Palmares. Qual não foi minha surpresa ao ver o desenho de um enorme mosquito. Na verdade, o referido *outdoor* alertava para o inseto transmissor da dengue. Nada contra as campanhas de saúde, lógico. Mas não vi nenhum cartaz, faixa ou coisa semelhante que fizesse uma única referência ao aniversário de morte de Zumbi.

Nos programas de TV, opto pelo jornalismo. São muitos canais e quase todos têm noticiário. Reparei que apenas dois canais dão oportunidade aos apresentadores negros. Será que neste país, jornalistas negros não sabem falar ou a imagem deles não faz parte do padrão da mídia?

As agências publicitárias persistem na invisibilidade do negro. Lançamentos de carros, imóveis, *shoppings*, pacotes turísticos, bancos, etc. nós não somos vistos. A crueldade maior é com a criança negra. Nos comerciais, quando raramente aparecem é de forma rápida sem direito a *close*. Será que a criança negra não gosta de chocolate, iogurte, tênis, brinquedo, parque de diversões? Na cabeça dos publicitários, NÃO.

Companhias aéreas são tímidas na admissão de negros como comissários de bordo. As redes de *shoppings* evitam empregar negros em suas lojas. Agências bancárias temem que gerentes negros espantem a clientela. Nos grandes restaurantes, não vejo garçons negros. O lugar deles fica limitado na cozinha.

BRANDÃO, Leci. *Palmares*, ano 1, n. 1, ago. 2005, p. 85.

### Linhagem

Eu sou descendente de Zumbi  
 Zumbi é meu pai é meu guia  
 Me envia mensagens do Orum  
 Meus dentes brilham na noite escura  
 Afiados como o agadá de Ogum  
 Eu sou descendente de Zumbi  
 Sou bravo valente sou nobre  
 Os gritos aflitos do negro  
 Os gritos aflitos do pobre  
 Os gritos aflitos de todos  
 Os povos sofridos do mundo  
 No meu peito desabroçam  
 Em força em revolta  
 Me empurram pra luta me comovem  
 Eu sou descendente de Zumbi  
 Zumbi é meu pai é meu guia  
 Eu trago quilombos e vozes bravias  
 dentro de mim  
 Eu trago os duros punhos cerrados  
 Cerrados como rochas  
 Floridos como jardins

ASSUMPÇÃO, Carlos de. Linhagem. *Palmares*, ano 1, n. 1, ago. 2005, p. 42.

1. No depoimento de Leci Brandão, o que lhe causou estranhamento no Dia da Consciência Negra, em 2004?
2. No depoimento, que críticas são realizadas quanto à inclusão do negro na sociedade brasileira?
3. No poema, que relação se pode fazer entre Zumbi e a luta do povo negro?
4. Considerando o depoimento e o poema, explique o significado do Dia da Consciência Negra e o que Zumbi simboliza.

No período colonial, os quilombos eram terras que abrigavam escravos fugitivos que se reuniam em comunidade para construir uma vida na condição de liberdade. No presente, ainda existem as terras denominadas pelo artigo 68 da Constituição Federal como de “remanescentes de quilombos”. Conforme o texto constitucional: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Estes seriam descendentes dos escravos africanos que permaneceram em terras que podem ter sido quilombos ou propriedades abandonadas que foram ocupadas por ex-escravos. Desde a Constituição de 1988, é garantido aos quilombolas a propriedade legal destas terras, mas ainda existem muitas lutas para que este direito se efetive. Somente no Pará são reconhecidas pelo menos 240 comunidades quilombolas. Existem outras 524 no estado do Maranhão, 120 em Pernambuco, mais de 300 comunidades na Bahia, cerca de 400 em Minas Gerais, 35 em São Paulo e 15 no Rio de Janeiro, além de outras presentes nos demais estados brasileiros.

Estas comunidades não só têm o direito à terra, como são guardiãs da memória e da cultura brasileira que se constituiu com a chegada de milhões de africanos no Brasil. Existem particularidades no que se refere à língua, à expressão religiosa, à expressão artística, às técnicas de plantio, culinária, enfim, representam parte da diversidade cultural brasileira e da formação da identidade brasileira com base nas culturas africanas.

Leia o texto a seguir, que faz referência à comunidade quilombola Cafundó, do interior do estado de São Paulo.

Em 1888, o casal de ex-escravos Joaquim do Congo e Ricarda recebeu de seu antigo dono Joaquim Manoel de Oliveira a doação de um lote de terra. Posteriormente, o casal trocou as terras pela área onde vivem hoje. Tiveram duas filhas – Antônia e Ifigênia, e que deram origem aos Almeida Caetano e os Pires Cardoso. Antônia casou-se com Joaquim Pires Cardoso, e Ifigênia com Caetano Manoel de Oliveira: ambos moravam numa comunidade vizinha denominada Caxambu, que hoje não existe mais. Entre as duas comunidades a relação foi bastante intensa, havendo muitos casamentos entre seus membros. A partir da década de 40, as invasões começaram, Cafundó e Caxambu tornaram-se alvos da cobiça de fazendeiros vizinhos. Desde então nunca houve paz. Hoje, a comunidade quilombola no interior paulista preserva a língua ancestral e tem futuro incerto.

Era madrugada e, sem saber o quanto faltava, resolvemos dormir, ali mesmo, à beira da estrada, nos bancos “macios e confortáveis” do fusca 73 do Toninho Victório, meu grande amigo de trabalho. Depois de um longo cochilo, galos e crepúsculo anunciam um novo dia. Acordamos e ali mesmo em nossa frente um povoado coberto por neblina, misturando-se à mata em um espetacular *dégradé* de tons e linhas, estendia-se ao longo do horizonte. Será que é? Perguntamo-nos. Um morador que passava confirmou a suspeita. Sim, chegamos ao Cafundó, a 150 km da capital paulista, na região de Sorocaba.

O vocábulo *cafundó* no dicionário de língua portuguesa quer dizer: lugar de difícil acesso, retirado. Dizem até que é o lugar “onde Judas perdeu as botas”. Se as botas estão lá, eu não sei, mas muitos “Judas” passaram e ainda passam pelo quilombo. O comportamento arredo durante a recepção revela uma dolorosa história de luta e traições. Marcos Norberto de Almeida, líder na comunidade, nos recebe e, com olhar desconfiado, logo diz: “Antigamente, quando vovó era viva, os fazendeiros da região pediam emprestado um pedaço de terra, botavam umas vaquinhas e logo cercavam com arame, afirmando que a terra era deles [...]”, conta Marcos.

### A Cupópia

Dezoito famílias descendentes de escravos vivem no único quilombo brasileiro que ainda preserva um dialeto africano, a Cupópia. A língua ancestral, de origem banto, foi reconhecida pelo pastor africano Neves Mussaqui em visita ao quilombo. O pastor reconheceu a comunidade de Cafundó como descendentes de Kikongo, a mesma tribo de onde veio, ao norte de Angola. Hoje, a cupópia é falada por poucos e é usada para dizer ou se defender, em segredo, quando os descendentes de escravos estão perto de quem desconhece a língua. Segundo os pesquisadores Peter Fry e Carlos

Vogt, a língua acontece através de certo “aportuguesamento”, principalmente na estrutura das frases. O vocabulário é constituído de aproximadamente 140 palavras e gera recursos como a metáfora e a metonímia, usadas para expressar o que não há no vocabulário original. Por exemplo:

**Tenhora da mucanda** – “enxada da escrita” – caneta.

**Cupópia de ramunhau** – “fala do gato” – miado.

**Cambererá do Vava** – “carne da água” – peixe.

**Nanga do viso** – “roupa dos olhos” – óculos.

**Tata que cupopeia a cupópia de Jambi** – “homem que fala a língua de Deus” – padre.

### **Sangue e tradições**

Fotografias das pessoas que já morreram são colocadas junto aos santos católicos e imagens do candomblé na pequena capela, no meio do povoado. Além de mostrar o sincretismo religioso, o local é o centro da festa tradicional de Santa Cruz, realizada no dia 29 de maio. O evento mostra manifestações tradicionais da comunidade, como a procissão de Santa Cruz, folia de Reis, fanfarras de São João Batista, dança do jongo, capoeira, o artesanato e a feijoada. Grupos de samba e forró são trazidos da região para agitar o povoado madrugado afora, regados à caipirinha e muita cerveja gelada. A festa acontece faz mais de 100 anos e o objetivo é manter viva a própria cultura.

[...]

### **Promessas e reconhecimento**

A guerra pelo direito às terras que gerou mortes de ambos os lados e arrasta-se há quase 40 anos parece estar acabando. Em 1999, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) fez o reconhecimento das terras. Em 2004, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) abriu processo de regularização das mesmas. Em 14 de junho de 2006, o então presidente do INCRA, Rolf Hackbart reconheceu o território de Cafundó com 218 hectares por meio da Portaria 235. Atualmente, estão em processo de desapropriação e titulação das áreas ocupadas pelos fazendeiros. Em 2009, o deputado estadual Simão Pedro (PT) criou o projeto de lei número 891/2009. A emenda prevê a construção de barracões comunitários em comunidades quilombolas no valor de R\$100.000,00. O recurso não chegou a Cafundó e nenhuma informação concreta é dada quando são questionados. [...]

Fonte: ÁVILA, Adriano. Quilombo Cafundó: fotografia e poesia. Revista *Raça*, 8 jun. 2010. Disponível em: <<http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/144/quilombo-cafundo-fotografia-e-poesia-175912-1.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

1. Que conflitos estão presentes na história dos Cafundó?
2. Faça uma lista com elementos das culturas africanas presentes na comunidade Cafundó.
3. Realize uma pesquisa adicional na internet sobre os kikongo ou quicongo, grupo de habitantes do norte de Angola. Organize informações sobre o modo de vida e as tradições culturais desta população. Verifique se há alguma semelhança ou aspecto comum com os Cafundó.

### **Concessão aos quilombolas**

Em agosto de 2012 os quilombolas do Cafundó receberam do Incra a concessão de uso de 220 hectares que devem ser ocupados por 18 famílias. A medida coloca fim em uma disputa histórica por estas terras, constantemente invadida por fazendeiros. A regulamentação e titulação foi feita com base no Decreto nº 4887/03, que instituiu os procedimentos para identificação, reconheci-

to, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. A Lei nº 12228/10 (Estatuto da Igualdade Racial) faz referência também ao processo de titulação e implementação de políticas de acesso à terra à população negra e também à titulação das terras da população remanescente de quilombos.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Encceja (2005) Leia o texto abaixo.

*No Brasil [...] os escravos foram os ombros, as costas e as pernas que fizeram andar a Colônia e, mais tarde, o Império. Foram o ventre que gerou uma imensa população mestiça e o seio que amamentou os filhos dos senhores. Deixaram uma herança profunda: em 500 anos de história, o Brasil teve três séculos e meio de regime escravocrata contra apenas um de trabalho livre.*

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 118-119.

Analisando o fragmento, é correto afirmar que:

- a) o Brasil é fruto de um processo de exploração e miscigenação relacionado com a escravização de africanos.
  - b) a cultura africana enraizou-se na Colônia brasileira e tornou-se padrão dominante a partir do século XVI.
  - c) em 150 anos de trabalho livre, o negro ascendeu socialmente, anulando as consequências da escravidão.
  - d) por meio do sacrifício dos africanos e indígenas escravizados, o Brasil adquiriu status de nação desenvolvida.
2. Enem (2011) O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, dotes de princesas casadoiras.

CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil* (1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de:

- a) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.
- b) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- c) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- d) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.
- e) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### A MISSÃO

Missão jesuítica na busca da catequização dos indígenas durante o século XVIII na América do Sul.  
Direção de Roland Joffé. Inglaterra, 1986, 125 min.



#### BRAVA GENTE BRASILEIRA

No final do século XVIII, na região do Pantanal, confronto entre o colonizador português e o povo indígena, que resistiu à dominação após ver suas terras serem invadidas.  
Direção de Lucia Murat. Brasil, 2000, 104 min.

### REVISTA



#### REVISTA PALMARES

Traz muitos artigos sobre a cultura afro-brasileira.  
Disponível em: <[www.palmars.gov.br/revista](http://www.palmars.gov.br/revista)>.

### SÉRIE



#### 500 ANOS – O BRASIL COLÔNIA NA TV – GENTE COLONIAL

Série produzida pela TV Escola e Fundação Gilberto Freyre com animação de bonecos que retrata vários aspectos da sociedade colonial. Os episódios 2, 3 e 4 tratam da cana-de-açúcar, da dominação holandesa e dos quilombos, respectivamente.

Disponível em: <[http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com\\_zoo&view=item&item\\_id=4778](http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=4778)>.

## Questão agrária no Brasil: a relação com a terra

Vimos nos capítulos anteriores que a relação dos homens com a terra tem sido de suma importância nos diferentes momentos históricos vividos pelo que conhecemos hoje como Brasil. Para os paleoíndios, da terra provinham os alimentos, por meio da coleta, da caça, da pesca e mais tarde da agricultura itinerante. Esses grupos também utilizavam os diferentes recursos naturais para produzir abrigo, vestimentas, armas e utensílios, explorando-os em pequena escala, sem a lógica da acumulação.

Com a chegada dos portugueses, a busca por riquezas minerais ganhou importância na relação estabelecida com a terra. Além disso, passou-se a praticar um tipo de agricultura sedentária e com produção em larga escala. Prevaleceu uma relação bastante predatória com a natureza. Os conquistadores lançaram-se sobre o pau-brasil, cuja exploração deixou profundas marcas na mata atlântica, que ocupava toda a costa brasileira. Em um segundo momento, foi implantado o cultivo da cana-de-açúcar nos solos férteis (massapê) na zona da mata nordestina, também à custa do desmatamento da floresta dessa região.



A produção canavieira ocupa um lugar de destaque na economia brasileira desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Paralelamente a esse cultivo, temos a produção de alimentos, que funcionava à margem do engenho de açúcar, e a criação de gado, ambas ocupando as terras menos férteis e mais secas, no entorno dos grandes engenhos. Vimos que a distribuição das terras era feita com base nas sesmarias e que essa característica dá origem ao latifúndio.

A palavra “latifúndio” se origina do latim *latifundium* e designa uma grande propriedade territorial, ou seja, uma vasta extensão de terra concentrada nas mãos de um só proprietário. No direito agrário brasileiro, o latifúndio pode ser definido como o imóvel rural de área igual ou superior ao **módulo rural**, que é mantido inexplorado ou com a exploração incorreta, ou, ainda, de dimensão incompatível com a razoável e justa repartição da terra.

#### O que é propriedade familiar?

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei nº 4504/1964), define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. O conceito de propriedade familiar é fundamental para entender o significado de módulo rural.

#### O que é módulo rural?

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, por isso, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Disponível em: <[www.incra.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=52&Itemid=83](http://www.incra.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=52&Itemid=83)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

## TERRA E CONFLITO NO BRASIL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Vamos começar nosso trabalho analisando a palavra **agrário** – que se origina da combinação de dois termos latinos: *agri* (roça/plantação) e *ruris* ou *ruralis* (do campo). O termo “agrário” se refere, portanto, às plantações do campo. É importante salientar que, quando usamos a expressão “questão agrária”, nos referimos às transformações nas relações de produção, isto é, estamos analisando como se produz e de que forma se produz no campo. Nesse caso, precisamos analisar como se dá a distribuição da terra – que no Brasil é um tema bastante complexo, pois ocorre aqui uma intensa concentração **fundiária**.

A principal atividade econômica do Brasil colonial era a agricultura, que, como vimos, nasceu ancorada no sistema de sesmarias, implementado no período colonial e que prevaleceu entre os anos 1530 e 1822. Nesse sistema, grandes extensões de terras eram concedidas a particulares que as exploravam por meio da mão de obra escrava. Em 1850, após a independência do Brasil, foi aprovada a Lei de Terras, que regulamentou as formas de acesso às terras públicas. Sua principal função foi estabelecer a posse de terra somente mediante a compra, transformando assim a terra em mercadoria e impedindo o acesso de quem não tinha dinheiro, muito difícil de se obter num regime colonial baseado no trabalho escravo.

Conforme Carlos Minc:

Com a Lei de Terras de 1850, os latifundiários conseguiram estabelecer que o acesso à propriedade da terra deveria se dar mediante o ato de compra, em dinheiro, fechando a possibilidade de acesso à propriedade mediante o uso continuado e produtivo da terra, sugerido na legislação de 1822. Isto significava vedar a propriedade da terra a escravos libertos, assim como a brasileiros – livres e imigrantes estrangeiros pobres, garantindo que a maior parte destes três contingentes trabalhasse diretamente em suas fazendas, como empregados.

MINC, Carlos. *A reconquista da terra: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 23.

#### GLOSSÁRIO

**Fundiário:** a palavra se origina da combinação dos termos latinos *fundus* (propriedade) e *ruris* (do campo). Assim, esse termo refere-se à propriedade no campo, ou à forma como essas propriedades estão distribuídas.

STRAZZACAPPA, Cristina.; MONTANARI, Valdir. *A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 10

Os conflitos em torno da questão do uso e da posse da terra acirraram-se, sobretudo, a partir de 1850, com a Lei de Terras. Eles deram-se entre os latifundiários escravistas e os **posseiros** que não tinham como adquirir terra para plantar e garantir a subsistência da família, ficando subjugados à situação de agregados nas grandes fazendas.

A consequência social dessa lei foi a consolidação, por um longo período histórico (até nossos dias), do latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Já nesse período, surgem os primeiros movimentos camponeses reivindicando o acesso à terra.

Somente em 1946, um século depois, quando se instalou uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição do Brasil, foi exposta a necessidade da realização de uma reforma agrária no país.

O deputado constituinte Luís Carlos Prestes defendia a necessidade de se conceder terras a quem nelas quisesse trabalhar e apresentava o conceito de uso social da terra. Defendia que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, para que se fizesse sua distribuição aos que de fato nela quisessem produzir. Essas teses foram derrotadas, mas se incorporava cultural e politicamente a ideia de que as terras poderiam ser

#### GLOSSÁRIO

**Grileiro:** pessoa que realiza o grilo, ou seja, forja documentos ou, usando capangas, expulsa posseiros e torna uma gleba [porção] de terras. Em geral, o grilo ocorre em terras devolutas [desocupadas] por alguém que se diz proprietário com documentos falsos ou autorizações ilícitas do poder público.

**Posseiro:** ocupante de um pedaço de terra, cujo direito se baseia no uso efetivo que se faz da terra e não em um título registrado em cartório.

*Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.*

desapropriadas, se fosse de interesse social.

No Brasil, a ausência de uma política eficiente de distribuição de terras e de outras medidas relacionadas à reforma agrária tem gerado inúmeros conflitos. Além disso, leva a movimentos migratórios de camponeses em direção a regiões até então pouco exploradas. Existem outros fatores que também contribuem para que ocorra a procura por terras ainda não comercialmente exploradas: nessas áreas, o preço da terra é muito menor, e criam-se projetos para atrair empreendedores e mão de obra para incrementar a produção.

Essas regiões denominam-se áreas de fronteira agrícola e para elas dirigem-se os mais diferentes movimentos migratórios de trabalhadores do campo, que se veem impossibilitados de se manter em suas regiões de origem. Tais movimentos têm se dado mais intensamente no Sul e no Sudeste em direção à região Centro-Oeste e no Nordeste em direção ao Maranhão, indo até o Acre. Essas terras com ocupação esparsa, cobertas por matas, de um modo geral são denominadas terras devolutas. A ocupação acabou por gerar conflitos com os **grileiros**, que reivindicam a posse dessas terras.

## OS GOVERNOS MILITARES E A LEI DE TERRAS

A década de 1960 foi um momento de grande efervescência política e os movimentos sociais ganharam as ruas. Nesse contexto, ressurgiu com força a discussão sobre a necessidade de se realizar uma **reforma agrária**. No entanto, o golpe de Estado de 1964, que levou os militares ao poder, tornou a reforma agrária um assunto sem perspectiva de mudança social relevante. A Lei nº 4504, que tratava do Estatuto da Terra, foi sancionada em 30 de novembro de 1964. Esse estatuto, contudo, não questiona a propriedade da terra, principal reivindicação dos segmentos rurais. Ele visa, ao contrário, defender a empresa agrícola.

A partir disso, houve grande avanço do capitalismo no campo, com a modernização do latifúndio e o surgimento de empresas capitalistas rurais, cujo acesso à terra se dava por arrendamento ou compra de antigos senhores. Os novos donos conta-

vam também com crédito rural fortemente subsidiado pelo governo, condicionado ao tamanho da propriedade, visando estimular o cultivo da soja, para exportação em grande escala. A produção da soja por monocultura altamente mecanizada pressupunha propriedades extensas. O crédito barato facilitava a aquisição das pequenas e médias propriedades, a competição era intensa e a manutenção de uma agricultura familiar tradicional tornou-se difícil.

Nesse processo, as empresas capitalistas incorporaram muitas propriedades pequenas. Conseqüentemente, assistimos a dois fenômenos: o êxodo rural, que levou milhares de trabalhadores do campo às grandes cidades em busca de emprego, e as migrações para as áreas de fronteira agrícola. O pequeno agricultor familiar via-se fora do processo de concessão de créditos e já não conseguia produzir como antes.

Nesse período, o país ampliou seu parque industrial e se urbanizou em larga escala. Dessa forma, deu-se o crescimento vertiginoso das cidades, e a população urbana brasileira ultrapassou a rural pela primeira vez em 1970. A modernização do campo pressupunha cada vez mais a incorporação de novas técnicas produtivas: a utilização de insumos agrícolas produzidos fora da unidade rural produtiva e a compra de sementes, fertilizantes e máquinas, o que dificultava a produção do pequeno agricultor.

Além disso, a produção em larga escala barateava o preço dos produtos agrícolas, com os quais o pequeno produtor não conseguia competir. Assistiu-se assim, nesse período, ao que se convencionou chamar “fagocitose”, ou seja, os grandes produtores engoliam os pequenos, que, atraídos pela oferta de empregos nas cidades, migravam em busca de novas oportunidades de trabalho.

O processo de expulsão da população do campo, também conhecido como modernização conservadora, promoveu um esvaziamento desse espaço. Entretanto, as grandes cidades também têm deixado de atrair os trabalhadores. Atualmente é possível verificar a existência de movimentos migratórios das grandes cidades para as pequenas e médias.

Além disso, muitos trabalhadores exercem atividades sazonais, ou seja, atividades ditadas pelo ritmo da safra e pelas estações do ano. Vivem a maior parte do tempo nas cidades e desenvolvem algumas atividades no campo – muitas vezes, sem vínculo empregatício. Por essas e outras razões, constata-se que há uma intensa subordinação da agropecuária brasileira às necessidades do capital urbano industrial. De um modo geral, o campo fornece alimentos e matéria-prima para a cidade e, em contrapartida, consome dela equipamentos, sementes e insumos diversos.

## A REFORMA AGRÁRIA

A discussão em torno da construção de uma política de reforma agrária para o Brasil tem perpassado vários governos, da década de 1960 aos dias atuais. Contudo, ainda não se viabilizou, do ponto de vista dos pequenos produtores familiares rurais, uma reforma que resolva, sobretudo, a questão da excessiva concentração de terras no país.

Como resposta a esse fato, intensificaram-se os conflitos e a pressão dos movimentos sociais em torno da questão. Hoje, as ocupações de terras e fazendas é tema corriqueiro dos jornais. Outra prática é a constituição de acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra, que procuram pressionar o governo para que se amplie a reforma agrária.

## LER IMAGEM

Observe a imagem e responda às questões.



**Acampamento de sem-terra, em Marabá Paulista (SP), 2010.** O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entende que uma das formas de pressionar o governo para que se acelere a desapropriação de fazendas improdutivas para a reforma agrária pode ser feita por meio da ocupação de áreas de interesse.

1. Discuta com seus colegas o que você consegue observar na imagem.
2. Redija em dupla um pequeno texto sobre sua observação da imagem e a relação dela com as informações sobre a questão agrária no Brasil.

## PESQUISAR I

1. Pesquise em jornais a reforma agrária, as ocupações de terras e reivindicações dos movimentos sociais que lutam para assegurar o acesso à terra. Lembre-se de que, geralmente, os jornais se referem aos trabalhadores rurais como invasores. Veja quantas vezes aparece a palavra “invasão” e discuta com os colegas a diferença entre invasão e ocupação.
2. Registre a pesquisa de acordo com as indicações a seguir.
  - a) Faça uma síntese da matéria jornalística. Qual o assunto e as ideias principais do autor?
  - b) Releia as chamadas da matéria e observe a abordagem feita pelo jornalista. Identifique os adjetivos utilizados, verifique se o movimento é desqualificado pela utilização de adjetivos como “baderneiros”, “invasores”, “subversivos”, entre outros.
3. Pesquise nos sites de movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, da Comissão Pastoral da Terra e da Associação Brasileira de Reforma Agrária abordagens diferentes sobre o tema. Faça um quadro com os adjetivos encontrados e as contraposições a essa abordagem e apresente aos seus colegas.
4. Produza uma página em formato de jornal, na qual você discute o que aprendeu sobre a polêmica envolvida no debate da reforma agrária.

Uma das grandes polêmicas levantadas pela reforma agrária diz respeito ao direito à propriedade, que muitos entendem como inalienável, ou seja, que não poderia ser questionado. Sobre o tema, o dr. Marés, defensor dos direitos humanos no Brasil, tece seus comentários.

### Histórico da reforma agrária

Durante o século XIX e boa parte do XX, o direito de propriedade foi considerado absoluto, isto é, o proprietário tinha o direito de usar ou não usar, manter ou destruir o objeto de sua propriedade, inclusive a terra. Sob este regime constitucional a reforma agrária era impossível. Foi a Constituição do México em 1917, fruto da revolução camponesa de 1910, que pela primeira vez determinou que a propriedade da terra estivesse subordinada aos interesses sociais. Depois dela a Constituição Alemã (1919), que inaugurou a República de Weimar, estipulou que “a propriedade obriga”. Isto é, o proprietário deve cumprir determinadas obrigações para com a sociedade, como produzir adequadamente, garantir relações de trabalhos justas, entre outras coisas, para que seja reconhecida sua propriedade.

A partir daí, cada país foi reescrevendo sua Constituição para permitir que o Estado estabelecesse obrigações aos proprietários. O não cumprimento dessas obrigações permite ao Estado intervir na propriedade e fazer com que ela passe a ser usada de acordo com a exigência jurídica, em geral anulando a propriedade de um e entregando-a a outros. Nisto consiste a reforma agrária. No Brasil a primeira Constituição a possibilitar a intervenção na propriedade foi a de 1934. Depois dela todas as outras (1937, 1946, 1967, 1969, 1988) a seguiram, mas apenas a de 1988 tratou especificamente da reforma agrária, as outras trataram da propriedade em geral. [...]

A reforma agrária no século XXI ganha uma nova importância com a questão ambiental. De fato, essa grande questão social do século XX, que tem sido o mais importante instrumento de reordenamento da terra, pode servir também para reordenar a terra a favor da natureza e do ambiente equilibrado. Por isso os movimentos sociais de reforma agrária já incorporaram em seus discursos e práticas a defesa do meio ambiente.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Histórico da reforma agrária. In: *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 273-274.

Em duplas, respondam às questões oralmente.

1. O que significa dizer que “a propriedade obriga”?
2. Por que o autor afirma que a reforma agrária no século XXI ganha uma nova importância?
3. Busquem a Constituição Federal brasileira e nela pesquisem o uso social da terra. O que isso significa?
4. Com base na leitura do texto, discuta com seu colega o que essas informações acrescentaram na sua visão sobre a reforma agrária. Vocês concordam ou discordam sobre elas? Por quê?

### PESQUISAR II

Com o auxílio de seu professor e em grupos, elejam uma região do seu município (ou de municípios vizinhos) para fazer um estudo sobre a questão da terra. Pesquisem nos jornais locais, façam entrevistas com autoridades e organizem uma visita para conhecer melhor a realidade dos trabalhadores do campo. Vocês podem escolher visitar alguma propriedade familiar, acampamentos ou assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, feira de produtores ou mesmo alguma empresa agrícola de médio ou grande porte.

Lembrem-se: tudo deve ser bem planejado, com agendamento prévio e estruturação das atividades a serem desenvolvidas durante o trabalho. Seria importante também documentar essa visita com fotos e vídeos, desde que haja, evidentemente, o consentimento dos envolvidos. Por fim, produzam algo capaz de sistematizar o aprendizado adquirido – pode ser um mural, um filme, uma poesia, um relatório ou mesmo um *blog*.

## LUTAS NO CAMPO

Os conflitos pela posse de terra sempre estiveram presentes na história do Brasil. Essa luta é responsável por diversos conflitos sociais desde o período colonial.

Nos anos 1980, ocorreu uma reorganização dos movimentos sociais, cuja atuação foi fundamental para o processo de redemocratização do país. Observa-se a articulação de diversos movimentos regionais de camponeses, que passaram a se organizar em torno da construção de um movimento nacional capaz de aglutinar os trabalhadores rurais de todo o país. Era o início do Movimento dos Sem-Terra (MST).

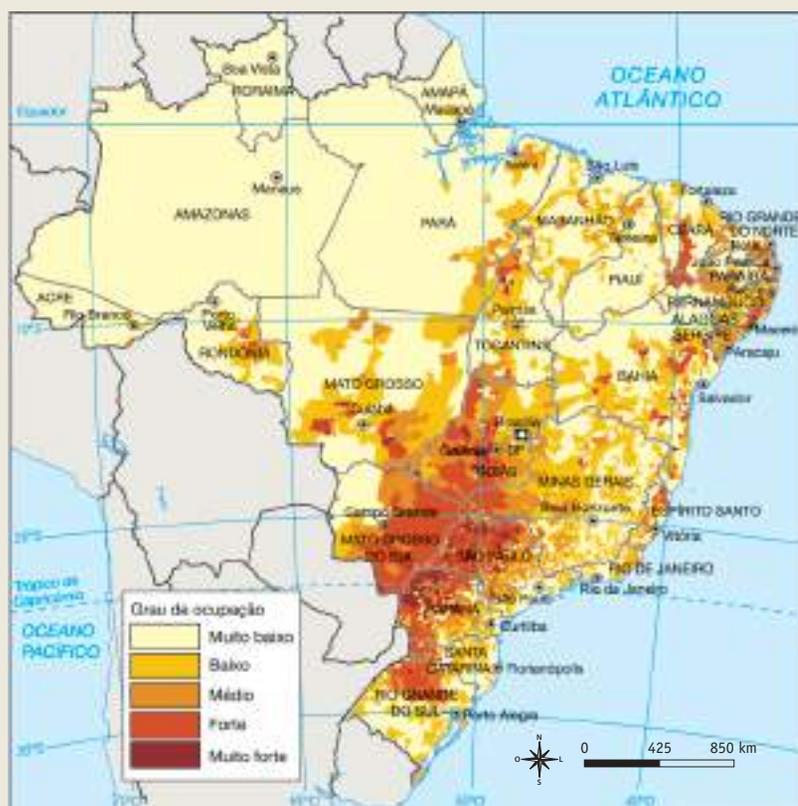
Em 1985, foi criada a Coordenação Nacional do MST, com representação de vários estados, que tem como eixo central a luta pela reforma agrária no país.

A estratégia de ação do MST se baseia na articulação dos trabalhadores sem-terra e na organização de acampamentos às margens das rodovias, passeatas e caminhadas de todas as partes do país rumo a Brasília, capital federal. O objetivo é sensibilizar a classe política e a sociedade em geral para pressionar o Estado a acelerar a reforma agrária de maneira que mais famílias sem-terra sejam assentadas.

Os integrantes do MST defendem que não basta ter a posse da terra, é necessário que se estabeleça um conjunto de políticas sociais que garanta crédito para que os pequenos agricultores adquiram os equipamentos e os produtos de que precisa para o desenvolvimento de sua produção.

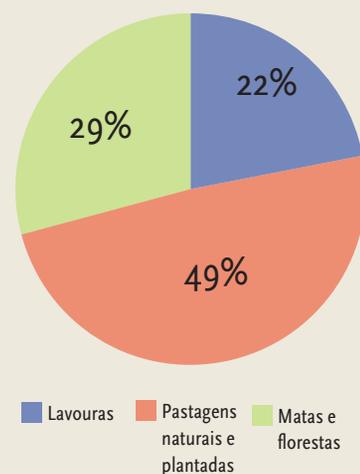
### LER MAPA, GRÁFICO E TABELA

Ocupação da terra pela agropecuária (1995-1996)



Fonte: Atlas geográfico escolar, 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p. 126.

Ocupação das terras no Brasil em ha (hectare)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2007.

Cobertura vegetal	Hectares ocupados
Lavouras	76 697 324
Pastagens naturais e plantadas	172 333 073
Matas e florestas	99 887 620

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

1. Em duplas, observem o gráfico e o mapa.
2. Agora comparem as informações neles contidas.
3. Em grupos, façam uma pesquisa no *site* do IBGE sobre a produção agrícola brasileira e elaborem um mapa com informações atuais sobre a produção agropecuária de cada unidade da federação. Lembrem-se: um mapa deve ter título, legenda, escala e indicação do norte.

## O AGRONEGÓCIO OU AGROBUSINESS

O Brasil agrário é marcado por contrastes. De um lado, há o Brasil do agronegócio, em que predominam a grande propriedade e as relações capitalistas de produção (trabalho assalariado, mecanização intensa, monocultura, produção em grande escala e concentração de poder político e econômico nas mãos de empreendedores).

Do outro lado, convivem diferentes formas de ocupação da terra. Existe a pequena agricultura familiar, com produtos destinados a abastecer o mercado interno, com diversificação da produção e intensa necessidade de mão de obra. Temos, ainda, produtores que vivem em **minifúndios** e com grande dificuldade de assegurar sua subsistência. Esses modelos apresentados são extremos, pois, entre eles, ainda há as pequenas e médias propriedades, parcialmente mecanizadas, às vezes, com uso coletivo de maquinaria e forte cooperativismo.

No agronegócio, a escolha do produto a ser plantado de forma intensiva é feita com base na demanda internacional, já que a produção é destinada majoritariamente à exportação. No Brasil, os principais produtos ligados a essa agricultura são: algodão, café, cana-de-açúcar, soja e laranja. As principais regiões produtoras do país são Sul, Sudeste e Centro-Oeste com grande extensão de terras férteis, fácil aquisição de insumos agrícolas necessários à atividade e escoamento da produção facilitado pelo acesso às rotas de exportação. É importante salientar que o país enfrenta sérias questões ligadas à infraestrutura do transporte. A opção que se fez pelo transporte rodoviário, num país de dimensões continentais, leva o Brasil a conviver com uma grande precariedade relacionada a ele. Devido ao excesso de caminhões e às longas distâncias, a malha rodoviária requer vultosos investimentos, que não vêm ocorrendo a contento. Por outro lado, a infraestrutura dos portos e dos aeroportos também tem se mostrado inadequada, diante de uma demanda cada vez maior. As regiões Nordeste e Amazônica vêm sendo incorporadas, cada uma à sua maneira, pela **atividade agroindustrial**.

A soja é um importante motor do desenvolvimento dessa atividade, sendo sua área de maior produção a região Centro-Oeste. Porém, a penetração da soja na floresta Amazônica tem se intensificado desde a década de 1990.

A lógica da agroindústria no país pressupõe a incorporação incessante de novas áreas/terras à atividade, tendo em vista que a produção em larga escala garante a competitividade do produto em termos de preço no mercado internacional. O dano ambiental, no entanto, é imenso, e não há nenhuma medida para valorá-lo, já que não é calculado o impacto

### GLOSSÁRIO

**Agroindústria (atividade agroindustrial):** conjunto das empresas industriais que fornecem produtos para a agricultura (adubo, pesticidas, máquinas) e daquelas que transformam, elaboram e embalam os produtos agrícolas, como a indústria agroalimentar, na qual os produtos agrícolas alimentares são embalados ou transformados pela indústria.

*Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Texto adaptado.)

**Minifúndio:** é uma área rural menor do que a da propriedade familiar e é tida como nociva à função social da terra.

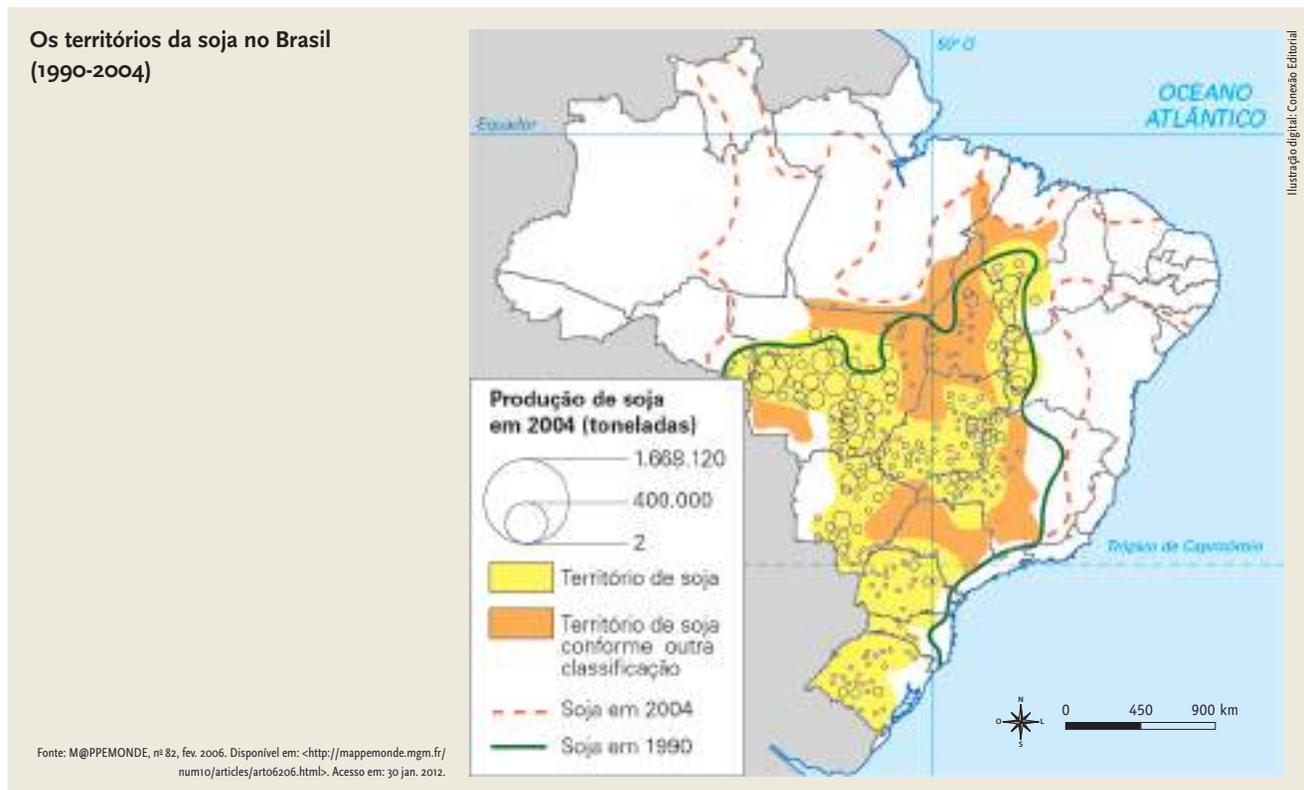
É “um imóvel rural de área e possibilidade inferiores às da propriedade familiar” (Estatuto da Terra, art. 40, IV.)

*Estatuto da Terra.* Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

ambiental causado pela incorporação de novas áreas de fronteira. A fronteira aqui mencionada não se refere necessariamente a uma região distante, vazia no aspecto demográfico, mas às áreas onde ainda existam terras “sem dono”, a serem incorporadas ao sistema produtivo capitalista.

A soja penetrou durante a década de 1980 e de 1990 na região Centro-Oeste e avançou sobre o Cerrado, o qual sofreu enorme impacto e foi praticamente eliminado. Hoje essa região produtora é uma das maiores do mundo.

O Brasil era, em 2002, um dos três principais produtores mundiais de soja, competindo com a Argentina e os Estados Unidos. Essa é hoje a principal cultura agrícola brasileira, com 60 milhões de toneladas colhidas em aproximadamente 21 milhões de hectares (2008).



O agronegócio é uma importante fonte de divisas para o país. Isso se deve a um crescente incentivo ao aumento contínuo da produção, com base na expansão desse tipo de agricultura sobre novas áreas. A escolha desse tipo de atividade, com baixo valor agregado e com forte dependência dos preços ditados internacionalmente, coloca o Brasil em uma situação de fragilidade diante do mercado internacional.

Ao longo do século XX, o país passou por importantes mudanças econômicas, atraiu empresas estrangeiras e modernizou seu parque industrial. Com essas transformações, em nossa pauta de exportações poderiam figurar bens de outra natureza e com maior valor agregado.

O fato é que, embora o Brasil seja um grande exportador de produtos agropecuários e esteja entre os grandes produtores de alimentos do mundo, nossas exportações não definem mais o peso econômico do país. Nosso comércio exterior representa apenas pouco mais de 1% do total mundial.

Outra questão referente a esse tipo de agricultura é que ela é altamente informatizada, utiliza tecnologia sofisticada, é muito produtiva, mas emprega um pequeno número de trabalhadores. Ou seja, esses empresários produzem uma ilha de riqueza, moderna e com sofisticada tecnologia, mas cercada por uma grande miséria social e cultural.

Uma discussão importante atualmente refere-se ao uso de organismos geneticamente modificados – os transgênicos –, que têm gerado grande polêmica no país pelo impacto ambiental, econômico, social e pelos riscos que podem causar à saúde humana.

Você já ouviu falar em transgênicos? Que tal elaborar uma pesquisa para conhecer os argumentos favoráveis e contrários ao seu uso?

## A CANA-DE-AÇÚCAR

Assim como a soja, a cana-de-açúcar é uma importante atividade do agronegócio brasileiro do século XXI. O setor é responsável por aproximadamente 8% do PIB do nosso país (dados de 2006). Até a década de 1970, esse setor era dominado pela produção de açúcar, mas, a partir daí, surgiu a necessidade de substituir os combustíveis derivados do petróleo utilizados em automóveis. Por isso, o governo criou o programa Proálcool, voltado à produção de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar.

Essa primeira experiência entrou em declínio na década de 1980, quando os preços do petróleo voltaram a baixar, mas ganhou novamente importância nos anos 1990 devido às questões ambientais, à instabilidade política nos países produtores de petróleo e à divulgação de que as reservas de combustíveis fósseis tendem a se esgotar num curto período de tempo.

Diante dessa nova realidade, o Brasil tenta se firmar como importante produtor e exportador de etanol no cenário mundial. Para isso, conta com experiência de mais de trinta anos em programas de produção de etanol e dispõe de grandes áreas agricultáveis. A produção deve provocar avanço da indústria agrícola sobre novas terras, o que tem gerado grande polêmica.

Em primeiro lugar, pelo forte impacto ambiental que representa e, em segundo lugar, pela precária situação de quem trabalha nos canaviais. Se, por um lado, esse é um setor com grande desenvolvimento tecnológico, por outro, a técnica de colheita adotada é das mais rudimentares, envolvendo trabalhadores boias-frias, com péssimas condições de trabalho.

## APLICAR CONHECIMENTOS I

### A agroindústria canvieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas

A agroindústria canvieira é a mais antiga atividade econômica não extrativista do Brasil. Seu produto principal, de meados do século XVI (1540/50) ao final do século XX (1979/80), foi o açúcar.

O álcool carburante tomou esse lugar por pouco tempo. Depois da reversão da tendência altista dos preços internacionais do petróleo a partir de 1983/4 e depois de alguns anos de dificuldades, o açúcar retomou sua primazia na década de 1990, com a grande ajuda das exportações. Recentemente, contudo, seja em função do novo patamar dos preços do petróleo, seja em função, principalmente, do problema ambiental, tem sido muito comentada a possibilidade de que o Brasil possa ser um grande exportador de etanol de cana. [...]

Isso porque há aspectos negativos na estrutura de produção de nossa agroindústria canvieira. [...] Tais aspectos negativos concentram-se em três dimensões: a da concentração fundiária, a dos aspectos relacionados ao uso de força de trabalho e a dos impactos ambientais.

Quanto à concentração fundiária é amplamente sabido que as usinas e destilarias são empreendimentos empresariais que congregam tanto a produção de cana como sua transformação. [...] Outra faceta é que uma boa parte da produção ocorre com base na prática do arrendamento de áreas por parte dos proprietários e/ou produtores maiores e/ou capitalizados/tecnificados. Parece não ser

necessário apontar que tais características implicam a exclusão e redução de fornecedores/produtores autônomos, o que perpetua a apropriação concentrada da renda gerada pelo agronegócio da cana. [...]

Quanto ao uso da força de trabalho, tem-se que a maior parte dele concentra-se na lavoura canavieira e se trata de uma ocupação temporária, viabilizada por um deslocamento de brasileiros entre e dentro das regiões, geralmente desprovidos de outras oportunidades de ganho perene no ano. Estima-se que em São Paulo o número de migrantes, vindos principalmente do Nordeste para cortar cana, chegue a 120 mil, dado o pífio crescimento da economia brasileira nas últimas décadas. Especialmente no âmbito das atividades urbano-industriais, tem sido reforçada a característica de pagamento por produção, o que se constitui em uma superexploração da força de trabalho utilizada na colheita de cana queimada, não se podendo descartar a possibilidade de que isso foi a causa de recentes mortes em canaviais paulistas, o que tem demandado uma ação de prevenção e de fiscalização por parte dos Ministérios Público e do Trabalho, inclusive no tocante às condições dos alojamentos. É comum a alegação de que, principalmente em São Paulo, a cana é a lavoura que paga os mais altos salários, bem acima do salário mínimo. [...] Isso se deve à elevação do rendimento do corte, tendo ocorrido uma perda real da remuneração diária, a qual chegou a quase dez reais no início da década de 1980 e atualmente situa-se em torno de sete reais, em valores de julho de 1994. É sabido que trabalhadores que não atingem um mínimo de rendimento do corte não são contratados e há quem diga que esse mínimo já está na casa das dez toneladas diárias. [...] Finalmente, não se justifica mais a queima prévia de cana para a colheita. Isso se constitui em um desperdício de material energético, assim como tem impacto urbano negativo em termos principalmente de saúde humana devido ao agravamento da poluição urbana justamente no período do inverno. [...]

Os impactos ambientais constituem-se em uma dimensão mais complexa e estão relacionados tanto com a lavoura como com o seu processamento. Depois de muitos anos, a prática de ferti-irrigação tem sido contestada, e a Cetesb teve que regulamentá-la. A proibição de lançamento de vinhaça nas águas superficiais foi o fator que levou àquela prática, mas ela tem provocado contaminação de lençóis freáticos. É necessário impedir que isso ocorra nas áreas de expansão, cabendo conservar seus mananciais. Nas áreas de ocupação antiga cabe recuperá-los, implantando-se matas ciliares como forma de impedir o assoreamento dos cursos de água. Por sua vez, a recente pressão para mudanças na legislação concernente ao percentual de reservas de matas nas propriedades pode vir a ser outro problema.

RAMOS, Pedro. A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas. In: *Com Ciência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <[www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=23&id=255](http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=23&id=255)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

1. Como tem se dado a expansão da soja no país? Responda levando em conta as informações do mapa (p.223) sobre os territórios da soja no Brasil.

.....

.....

.....

.....

2. Identifique as principais questões envolvendo a expansão da cultura canavieira no país.

.....

.....

3. Você concorda com o que o autor do texto científico apresenta? Que outra abordagem seria possível?

.....

.....

.....

4. Relacione o cartum abaixo ao texto.



Fonte: Folha de S. Paulo, 25 mar. 2007. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/inde25032007.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/inde25032007.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

## DEBATER

Há um debate interessante e frequentemente travado acerca da instabilidade do preço do etanol. Em algumas épocas, na entressafra, o preço do combustível deixa de ser competitivo.

Observe as manchetes de alguns jornais brasileiros:

01/02/2012 - 15H43

### Gasolina é mais vantajosa do que álcool em todos os estados do país

Folha.com, 1 fev. 2012. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/mercado/1042454-gasolina-e-mais-vantajosa-do-que-alcool-em-todos-os-estados-do-pais.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1042454-gasolina-e-mais-vantajosa-do-que-alcool-em-todos-os-estados-do-pais.shtml)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

### Preço do álcool sobe ao maior valor em 9 anos em plena safra

Nas usinas de São Paulo, maior produtor do país, a alta acumulada dos preços é de 28,8% desde 13 de maio, início do ciclo

Estadão.com.br, 30 ago 2011. Disponível em: <[www.estadao.com.br/noticias/impresso,preco-do-alcool-sobe-ao-maior-valor-em-9-anos-em-plena-safra,765888.o.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,preco-do-alcool-sobe-ao-maior-valor-em-9-anos-em-plena-safra,765888.o.htm)>. Acesso em: 8 out. 2011.

Discuta com seus colegas as manchetes de jornal sobre o aumento do etanol. Procure as causas e acompanhe o que acontece no seu município. Compare os preços do etanol, da gasolina e do diesel; converse com um frentista, com um dono de posto, autoridades, professores e apresente suas conclusões para a classe.

## AGRICULTURA FAMILIAR

O outro lado da moeda na agricultura brasileira está representado pela agricultura familiar, que é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado por uma família. É o sistema predominante em muitos países. No Brasil, são

cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos (80% do número de estabelecimentos agrícolas), dos quais 50% estão no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção nacional. É importante salientar que muitos dos produtos que fazem parte da dieta dos brasileiros advêm da agricultura familiar. Nas culturas de feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, chega a ser responsável por 60% de sua produção.

Essa atividade é exercida de modo que os agricultores diversifiquem sua produção e, muitas vezes, plantem de forma consorciada, ou seja, mais de uma cultura é cultivada em um mesmo terreno. Aliam a isso a criação de animais como meio de diluir seus custos, aproveitando ao máximo as possibilidades do local. É uma agricultura que, por ser praticada em pequena escala e de forma pouco intensiva, utilizando o esterco como adubo, é considerada de baixo impacto ambiental.

E, como emprega mão de obra familiar, acaba sendo um importante fator de agregação da família e manutenção do homem no campo. A atividade movimenta a economia de pequenos municípios, em geral com menos de 50 mil habitantes. Os produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades.

Atualmente há projetos que buscam incrementar a produção desse segmento e ampliar seu acesso à tecnologia, para que ocorra melhoria na qualidade de vida dessa população. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, é um órgão do governo que trabalha com aproximadamente 31 produtos voltados para esse segmento, visando ampliar a utilização de novas tecnologias e o acesso a mercados com oferecimento de produtos diferenciados.

Um exemplo é o algodão colorido naturalmente, desenvolvido no interior do estado da Paraíba, que tem contribuído para a geração de renda de muitas famílias da região.

Alguns autores apresentam a agricultura familiar, com emprego de tecnologias adequadas para agregar valor à produção, como alternativa à exclusão social. Outros questionam a viabilidade econômica e mesmo a possibilidade de manutenção do pequeno proprietário no campo, diante do fascínio que a cidade exerce sobre parte desses trabalhadores.

## APLICAR CONHECIMENTOS II

1. Que produtos são majoritariamente produzidos pela agricultura familiar?

.....

2. Pesquise, no *site* da Embrapa ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), informações sobre a produção da agricultura familiar e os diferentes projetos ligados ao desenvolvimento dessa atividade. Apresente os resultados para a classe.
3. Faça uma tabela com informações sobre a agricultura familiar e o agronegócio. Depois, compare essas duas atividades e apresente as vantagens e as desvantagens de cada uma delas para a classe.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVRO



#### CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 2011

Este importante relatório organizado e publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) discute o problema da violência contra os trabalhadores da terra.

CANUTO, Antônio; SILVA, Cássia Regina da; WICHINIESKI, Isolete. (Orgs.). *Conflitos no campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT, 2012. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/292?Itemid=23](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/292?Itemid=23)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

### SITE



#### SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SAF-MDA)

Disponível em: <[www.mda.gov.br/portal/saf](http://www.mda.gov.br/portal/saf)>. Acesso em: 4 mar. 2013.

Estudamos no capítulo anterior os grandes temas ligados à questão da terra no Brasil. Agora, vamos estudar as diferentes paisagens naturais que existem em nosso país e as diferentes formas de organização de vida dos grupos humanos que habitam e convivem há muito com essas formações vegetais.

Luis Salvatore/Pulsar Imagens



Alto Paraíso de Goiás (GO), 2011. O cerrado é uma das paisagens brasileiras que mais vêm sendo ameaçadas pela ação humana.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO

Na década de 1970, o geógrafo Aziz Ab'Sáber (1924-2012) propôs uma teoria sobre os domínios da natureza. Esses domínios resultam da interação de diversos fatores, tais como relevo, hidrografia, clima, solo e vegetação. Por isso, ele os denominou domínios morfoclimáticos. Na proposição do autor, as relações construídas ao longo do tempo entre esses fatores resultaram em uma paisagem, na qual o que observamos advém principalmente da forma do relevo e da relação com o clima (umidade e temperatura), sendo esses fatores – ora um, ora outro – o que mais condiciona a existência da paisagem. Um domínio morfoclimático manifesta-se em uma área específica do território onde os fatores clima e relevo propiciam uma homogeneidade paisagística.

Obviamente dentro da vasta área de um domínio pode haver formas diferentes de paisagem, já que nele há outros fatores. Os domínios morfoclimáticos brasileiros são os da floresta amazônica; dos Mares de Morros; da floresta de araucária; dos Cerrados; das Caatingas e dos Campos Sulinos.

Na área de ocorrência de um domínio em que há grande homogeneidade de relevo e clima, pode ocorrer variação de um fator que acaba por especificar outra paisagem, mas que nem por isso o descaracteriza. No domínio dos **Cerrados**, por exemplo, há áreas florestais de matas de galeria e vegetação de alagados, graças à existência de maior umidade na margem dos rios e das áreas baixas com acúmulo de águas pluviais. Tal fato, entretanto, não altera a predominância do cerrado.

É importante salientar o conceito de limite: um determinado domínio não se confronta diretamente com outro domínio, afinal, as condições climáticas e de relevo mudam abruptamente apenas em poucos casos. A passagem de um domínio para outro é gradual, as condições de clima e relevo vão se alterando até que se estabeleça outro domínio. Entre eles, há uma faixa que não pode ser definida nem como um, nem como outro domínio – são as **faixas de transição** – e que podem ter tamanhos variados. Um exemplo de faixa de transição ocorre na mata atlântica, no Nordeste brasileiro, que se separa da caatinga pela faixa de transição que é o **agreste**. No domínio amazônico, que veremos a seguir, a **mata dos cocais** é a faixa de transição para a caatinga.

## DOMÍNIO AMAZÔNICO

O domínio morfoclimático amazônico ocupa a quase totalidade da porção norte do território brasileiro, com uma área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup>, o que equivale a cerca de 60% do território nacional e compreende terras dos seguintes estados: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Maranhão, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso.

A Amazônia, como também é chamado o domínio amazônico, é extremamente influenciada pelo regime de cheias de seus rios, já que se encontra na maior bacia hidrográfica do mundo, a bacia amazônica, alimentada pelas chuvas abundantes dos dois hemisférios e pelo degelo das águas acumuladas na cordilheira dos Andes. A existência dessa bacia fluvial deve-se também ao soerguimento, na porção equatorial da América do Sul, de uma placa onde havia um mar raso ladeado por planaltos ao norte, ao sul e ao oeste.

As chuvas de verão e outono do Hemisfério Sul alimentam essa bacia hidrográfica. No período de inverno, as águas da margem esquerda da bacia amazônica advêm das chuvas do Hemisfério Norte, porém com menor intensidade. A variação do nível dos rios define as principais características desse domínio.

O relevo é plano, com altas taxas de sedimentação pelas águas dos rios. Os solos são pobres em nutrientes minerais, mas ricos em materiais orgânicos, pois a alta umidade e o calor favorecem a decomposição de restos vegetais da própria floresta, bem como de restos animais, que mantêm o solo “adubado”.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), em fevereiro de 2011. Canoas e casas de populações ribeirinhas que moram em palafitas.

Toda essa quantidade de água e o relevo plano fazem com que o deslocamento rodoviário, comum no Brasil, seja muito dificultado. Assim, o transporte fluvial e o aéreo são muito utilizados nesse domínio.

Ainda que a aptidão natural da região estivesse ligada ao transporte hidroviário, na década de 1970 houve um grande projeto que visava integrar a Amazônia ao restante do país por via rodoviária. Trata-se do projeto de construção da rodovia Transamazônica. Conforme Yuriy Castelfranchi:

Em 10 de outubro de 1970, a capa da *Folha de S. Paulo* noticiava dois grandes acontecimentos.

Após meses de debates violentos, os italianos acordavam num país onde o divórcio iria ser permitido. Oito mil quilômetros ao sudoeste, uma árvore de 50 metros derrubada no meio da selva amazônica era a muda testemunha, ao contrário, da intenção de um casamento que não iria ter vida fácil: entre a região Norte e o resto do Brasil. Ao lado da árvore, uma placa de bronze incrustada no tronco de uma castanheira, descerrada no dia anterior pelo general Emílio Garrastazu Médici, dizia:

“Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista desse gigantesco mundo verde”.

Mais de trinta anos depois, a “arrancada histórica” está longe de ser acabada. Dos sonhos do Plano de Integração Nacional e do “Brasil Grande” do regime militar, resta uma pista de terra vermelha e amarela que é, durante seis meses, poeira e outros seis meses, lama. E resta um milhão de pessoas esperando que a BR-230, que já foi rebatizada de “Transamargura” e “Transmiseriana”, se torne exemplo de um caminho possível em direção ao desenvolvimento da região. Pesquisadores, colonos e representantes de movimentos sociais trabalham hoje juntos, buscando inventar um futuro sustentável, que supere tanto o dogma da penetração e integração da selva a qualquer custo, quanto a antiga convicção ambientalista que via na presença humana profecia de catástrofes e nas estradas pavimentadas o vilão número um da floresta.

O resultado hoje é visível até do espaço: imagens de satélite mostram as típicas conformações de desflorestamento formadas pela estrada e suas vicinais em forma de espinha de peixe. Somente 2,5 mil quilômetros da rodovia, ligando Aguiarnópolis a Lábrea (AM), foram abertos. O que seguiu foi o abandono.

CASTELFRANCHI, Yuriy. Poeiras e esperanças na Transamazônica de hoje. In: *Com Ciência*. Disponível em: <[www.comciencia.br/200404/reportagens/07.shtml](http://www.comciencia.br/200404/reportagens/07.shtml)>. Acesso em: 31 jan. 2012.



**Rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá) no Pará, 2002.**

As estradas que cortam a Amazônia durante boa parte do ano apresentam-se com inúmeros atoleiros, como o visto nesta foto, graças à quantidade significativa de chuvas distribuídas em quase todos os meses do ano. Como a estação de poucas chuvas é curta, essa cena se repete com muita frequência.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO AMAZÔNICO

A formação vegetal predominante do **domínio morfoclimático amazônico** é a floresta Amazônica, um ambiente cuja umidade possibilita a predominância de espécies arbóreas. Precisamos, contudo, ressaltar que a **floresta amazônica** não é uma floresta única e uniforme, ela abriga grande diversidade de paisagens, desde florestas em áreas alagadas por períodos anuais e com pouca densidade vegetal até as estabelecidas em terra firme, onde a variedade, o tamanho e a densidade são altíssimos.

Ela abriga grande número de grupos humanos, com especificidades culturais e diferentes formas de se relacionar com a floresta. Entre eles podemos destacar os povos indígenas, tais como os Yanomami, os Krahô, os Kayapó, os Wai Wai, os Tukano e os Kaxinawá. Há ainda grupos humanos compostos de seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco do babaçu, pescadores artesanais, coletores de açaí (ou juçara) e caboclos que desenvolvem atividades extrativas de baixo impacto ambiental.

Existem na região também, e cada vez em maior número, aglomerados urbanos, grandes empreendimentos agrícolas, fazendas de gado e projetos de exploração de minério – um exemplo é o Projeto Grande Carajás, que explora minério de ferro, manganês, cobre e ouro na região. Essas atividades vêm transformando a paisagem amazônica em alguns locais de forma irreversível. Isso se deve a um discurso do poder público e dos empresários, segundo os quais o aproveitamento daquela região se destina a gerar riquezas à nação e lucro aos investidores.

Entretanto, essa lógica, na maioria das vezes, pressupõe que a cobertura vegetal seja removida para a implantação de projetos. Podemos dividir as ações empreendidas em níveis de atuação: o primeiro, pela invasão das madeiras na floresta, acaba com a diversidade florestal e abre caminho para a penetração da luz, que resseca a vegetação e facilita as queimadas; o segundo, pela introdução e pela expansão da pecuária, que, depois das queimadas, semeia o capim que alimentará o gado; e, atualmente, pelo plantio de soja, que vem ocupando as antigas áreas de pastagens e implantando a monocultura para atender à demanda do mercado externo (com esse processo, eliminam-se por completo as últimas árvores).

No domínio amazônico, o relevo e o regime de cheias impõem uma variedade de ambientes, que podem ser divididos em:

- a) os que recebem cheias dos rios todos os anos;
- b) os que recebem cheias eventualmente em anos alternados ou em ciclos de alguns anos;
- c) os que muito raramente ou nunca inundam, mas têm elevada quantidade de umidade advinda das chuvas.

Esses ciclos possibilitam a existência das três formações/fisionomias de florestas distintas, como veremos a seguir.

## A MATA DE IGAPÓ

Trata-se de uma mata de áreas que permanecem inundadas durante um curto período de até dois meses, quase todos os anos. A diversidade de árvores é pequena, visto que elas têm de se adaptar às inundações periódicas e **sazonais**, durante as quais permanecem com as raízes submersas. As árvores atingem até 20 m de altura, sendo que a maioria tem de 4 m a 5 m. A vitória-régia é uma planta característica dessa região.

### GLOSSÁRIO

**Sazonal:** relativo à estação do ano; próprio de uma estação.

*Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.*



Casa flutuante no rio Negro no Amazonas, 2011.  
Esse tipo de moradia é comum na Amazônia



Abaetetuba (PA), 2009.  
Açaizal em mata de várzea amazônica no estado do Pará.

## A MATA DE VÁRZEA

As espécies crescem em terrenos relativamente elevados, temporariamente alagados e com composição variável. Aqui a quantidade de espécies vegetais aumenta sensivelmente, apresentando cerca de cem por hectare e a fauna também é muito diversa. Várias espécies ainda são desconhecidas. Encontram-se nessa mata árvores como a seringueira, o coqueiro e o jatobá. Estão presentes ainda algumas espécies da mata de terra firme, porém poucas da mata de igapó.

Divide-se em três categorias: várzea baixa, várzea intermediária, ambas com predomínio das palmeiras, como açazeiro e buriti, e várzea alta, cujo solo é menos influenciado pelas águas das enchentes, onde ocorrem espécies arbóreas como a sumaúma, açacu, andiroba e copaíba.

## A MATA DE TERRA FIRME

As florestas de terra firme ocupam terras não inundáveis. Caracterizam-se pelo grande porte das árvores e pela formação de dossel, isto é, uma compacta e permanente cobertura formada pelas copas das árvores. Possuem muitas espécies arbóreas em um único hectare (1 ha = 10 mil m<sup>2</sup>). Essa floresta é o resultado da alta pluviosidade e das temperaturas elevadas, possibilitando a existência de uma grande diversidade de vida.

Há desde fungos e bactérias, que decompõem a matéria orgânica e se associam a outras formas de vida, até as mais exuberantes árvores com altura entre 50 m e 60 m. As florestas de terra firme dividem-se em florestas densas, com maior quantidade de madeira, e florestas abertas, que, pela maior incidência de luz, acabam possibilitando a existência de uma variedade diferenciada de espécies. Dentre as mais representativas, podemos citar: castanha-do-pará, caucho, sapucaia, maçaranduba, acapu, cedro, mogno, angelim-pedra, paxiúba (palmeira) e figueira (mata-paus).



Fábio Colombini

### Parque Nacional do Jaú (AM), 2001.

Imagem de uma porção da floresta amazônica de terra firme. Observe o comprimento dos troncos das árvores e a ausência de luz na parte em que há maior número de vegetais. Isso ocorre porque o dossel forma uma barreira à penetração da luz. A floresta retratada na imagem caracteriza-se pela existência de espécies mais baixas de árvores jovens, que substituirão as mais antigas quando caírem para dar lugar a elas.

## AMAZÔNIA: CONFLITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE

Na página seguinte, a imagem de satélite mostra em vermelho as áreas com ação antrópica, ou seja, áreas em que são desenvolvidas, de forma bastante intensa, atividades humanas dos mais variados tipos. O desmatamento na Amazônia brasileira está concentrado em uma faixa que se estende pelo sul da região, desde o Maranhão, abarca o nordeste do Pará até Rondônia, chegando ao leste do Acre. Esse setor é comumente denominado “arco do desmatamento” ou “arco do desflorestamento”.

É nessa área que ocorrem as mais elevadas taxas de desflorestamento da Amazônia, é também onde se concentram os maiores índices de queimada do país. Isso se explica pela pro-

ximidade de eixos rodoviários e pela facilidade de acesso aos grandes centros urbanos, que favorecem a implantação de madeireiras, da pecuária e finalmente da agricultura em larga escala, voltada para a exportação.

Hoje, o mundo olha para a Amazônia preocupado com seu futuro. Trata-se da maior reserva florestal do globo. Muitos grupos questionam a exploração descontrolada para a geração de divisas, a qual não leva em conta o custo ambiental que a destruição da floresta representa.

Uma questão fundamental que deve ser considerada é a função reguladora que o clima exerce no domínio amazônico. Por ser composto de grande massa vegetal, constitui um arsenal de carbono, que, se removido, será liberado para outros componentes do sistema, acabando por aumentar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, o que poderá, assim, elevar ainda mais a temperatura do planeta.

Outra questão é a relação entre a existência da floresta e a circulação atmosférica global. A mudança da paisagem para um padrão mais humano e menos natural acarreta o aumento da temperatura média local, a diminuição da quantidade de água dispersa no ar (umidade relativa do ar) e as amplitudes térmicas (diferença entre a maior e a menor temperatura) diárias e sazonais. Essa variação pode causar mudanças na localização das zonas de pressão de todo o planeta, provocando alterações no comportamento do clima em escala global. As massas de ar se deslocam graças às zonas de pressão, que podem alterar sua localização. A consequência disso pode ser o aumento da temperatura média e a mudança do padrão climático global.

Questiona-se ainda a pretensa “vocação natural” da floresta para a agricultura. Calcula-se que quase um terço (166 mil km<sup>2</sup>) da área desmatada na região do arco esteja abandonada por ter se mostrado imprópria para a agricultura.

É preciso ressaltar que, embora haja muitos avanços tecnológicos que permitem desenvolver a agricultura de larga escala em áreas antes consideradas impróprias, muitos estudiosos chamam a atenção para a fragilidade do solo da Amazônia. O ambiente possui alta pluviosidade e solo sedimentar, que, uma vez exposto devido a retirada da floresta, sofre processos erosivos e de **lixiviação**.

#### GLOSSÁRIO

**Lixiviação:** de modo geral, usa-se o termo para indicar qualquer processo de extração ou solubilização seletiva de constituintes químicos de uma rocha, mineral, depósito sedimentar, solo etc. pela aço de um fluido percolante (espécie de solvente). No caso dos solos muito porosos, como os arenosos, a água das chuvas passa facilmente e “leva” os nutrientes para a parte mais profunda. Se a água subterrânea for próxima, fica enriquecida pelos sais. O carregamento de sais aumenta se houver abundantes chuvas, como na Amazônia.



Imagem de satélite da Amazônia em 2004.

Fonte: MIRANDA, Evaristo E. de; COUTINHO, Alexandre C. (Coords.). *Brasil visto do espaço*. Campinas: Embrapa monitoramento por satélite, 2004.



 rea da terra indígena Arariboia devastada nas proximidades de Arame (MA) em 2007.

Nos últimos anos, o extrativismo tem sido a principal causa da devastação e dos constantes conflitos com a população indígena local.

## AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O USO SUSTENTÁVEL DO DOMÍNIO AMAZÔNICO

Como vimos anteriormente, uma forma de preservar a floresta sem comprometer a qualidade de vida de seus habitantes é o manejo sustentável das atividades nesse ambiente. Devem-se seguir algumas diretrizes que gerem benefícios sociais e ao mesmo tempo mantenham a floresta com um baixo grau de degradação. Há exemplos de extrativismo madeireiro manejado.

Nesse caso, escolhe-se uma área da floresta, que será parcialmente explorada. Nela, não se faz o corte raso: algumas árvores adultas de interesse comercial são selecionadas para serem cortadas, as restantes são deixadas para a recolonização da área por novas árvores. Há ainda a preocupação com o plantio de mudas das espécies retiradas. As parcelas exploradas só serão novamente usadas depois de dezenas de anos.

Em alguns lugares da Amazônia está surgindo uma estratégia alternativa para desenvolver o manejo florestal comunitário. Essa nova abordagem está ligada a uma produção em pequena escala de produtos acabados de alta qualidade para mercados consumidores diferenciados, chamados de “verdes”, pela preocupação em consumir produtos com certificação de origem, isto é, produtos comprovadamente extraídos de forma sustentável.

Há na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no oeste do Pará, um grupo comunitário de pequenos proprietários organizado para manejar os recursos florestais voltados à produção moveleira. Trata-se do projeto Oficinas Caboclas do Tapajós, cujo objetivo é produzir, a partir da madeira extraída com manejo sustentável, móveis de alta qualidade feitos à mão.

Adaptado de: McGRATH, David G.; PETERS, Charles M.; BENTES, Antônio José Mota. Manejo florestal comunitário para produção de móveis em pequena escala na Amazônia brasileira. In: ZARIN, Daniel J. et al. *As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?* São Paulo/Brasília: Peirópolis/IEB, 2005, p. 261-284.

Existem grupos humanos que convivem com a floresta há muitos anos e desenvolveram formas de exploração bem específicas de relação com ela. Tais grupos, denominados populações tradicionais, exploram as riquezas da floresta sem destruí-la e recorrem ao extrativismo vegetal como fonte de alimentação e renda.

Eles possuem uma identidade própria e têm na sua história e na sua relação com o ambiente natural a fonte de formação dos hábitos culturais e de produção, caracterizando uma relação sustentável. Esses grupos vêm intensificando sua luta para conservar a mata e consolidar, por vias institucionais, a manutenção da floresta, por meio da criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável.

Os produtos dessa forma de exploração dos recursos naturais florestais vêm ganhando mercado, e algumas empresas já estudam e usam uma maneira de tirar recursos da floresta sem precisar aniquilá-la. É o caso das indústrias de cosméticos, farmacêutica, química e madeireira. A exploração é realizada em áreas de floresta com manejo dos recursos, o que contribui para a preservação da Amazônia.

### **Reservas Extrativistas (Resex)**

extensas áreas da União, destinadas à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais, visando à sua melhoria de vida. São geridas coletivamente pelas próprias populações por meio da gestão compartilhada com o Centro Nacional de Populações Tradicionais de Desenvolvimento Sustentável (CNPT/Ibama).

### **Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)**

são áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. São geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

Fonte: Adaptado do folheto do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ibama/Ministério do Meio Ambiente, [s.d.].

O parasitologista Luiz Hildebrando da Silva salienta que a biotecnologia é muito mais rentável para a Amazônia do que a exploração da área com gado e soja, extremamente nociva. Para ele, existem importantes institutos de pesquisa que hoje asseguram grandes rendimentos para o Brasil, como no caso de substâncias extraídas de veneno de cobra, que são comercializadas a US\$ 350 o miligrama. Para ele, tal exemplo é a comprovação de que produtos extraídos da floresta, aliados a algum tipo de inovação tecnológica, podem gerar ganhos superiores aos da soja ou aos ligados à produção de carne.

#### PESQUISAR I

Monte um quadro com seus colegas sobre as vantagens e as desvantagens das atividades extrativistas na Amazônia. Apresente os resultados para a classe.

## AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

As populações tradicionais possuem modos de vida muito diferentes daqueles das sociedades urbano-industriais. Isso se atribui ao fato de viverem com relativo isolamento do mundo ocidental capitalista e pela forma de se relacionarem entre si, com os demais seres vivos e com a natureza. No Brasil, esses povos, que podem ser muito diferentes entre si, têm múltiplas formas de viver, o que pode indicar uma atividade econômica mais visível, sua origem étnica, os espaços que habitam ou aspectos de sua cultura. São pescadores artesanais, seringueiros, babaçueiros, quebradeiras de coco, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras. Essas populações são fundamentais para a manutenção da floresta, pois pela experimentação desenvolveram extenso conhecimento dos processos naturais.

Além do extrativismo vegetal, da caça e da pesca, muitos dos grupos citados praticam a agricultura itinerante. Plantam basicamente milho, mandioca, arroz e feijão. A produção é voltada ao sustento comunitário e à troca ou venda do excedente. É um tipo de agricultura que pressupõe uma constante mudança dos locais da plantação sempre que a produtividade entra em declínio. O plantio se dá utilizando culturas consorciadas e a técnica da coivara, na qual as vegetações rasteiras e de pequeno porte são derrubadas, empilhadas em locais estratégicos e deixadas por algum tempo para secar.

As árvores maiores são derrubadas e a vegetação empilhada é queimada, o que ocorre logo antes de o plantio começar. Formam-se roças de pequeno porte, que, depois de algum tempo (em torno de dois a quatro anos) são abandonadas, ou seja, deixadas em pousio. As terras permanecem em descanso por períodos que variam de três a doze anos, até que os nutrientes do solo se reconstituam, tornando-as novamente atraentes. As roças abandonadas permanecem servindo de depósitos de alimentos ou árvores frutíferas. No regime de coivara, a rotação entre as terras é intensa, o que exige que as comunidades disponham de diferentes áreas de plantio.



Ernesto Reigiran/Pulsar Imagens

**Seringueiro extraindo látex em Manicoré (AM), 2009.**  
Além da borracha e de produtos industrializados, como preservativos e luvas, o látex serve também como matéria-prima para produção de diversos artefatos utilizados pelas comunidades amazônicas.



Edson Sato/Pulsar Imagens

**Índios preparam o beiju que será servido durante assembleia de etnias Yanomami, em Barcelos (AM), 2010.**  
A mandioca é um importante alimento das comunidades amazônicas. Ela é cultivada com a técnica da coivara. A casa de farinha pode ser encontrada com muita frequência nas comunidades e sua produção envolve vários membros da família. Também é praticada em forma de mutirão.

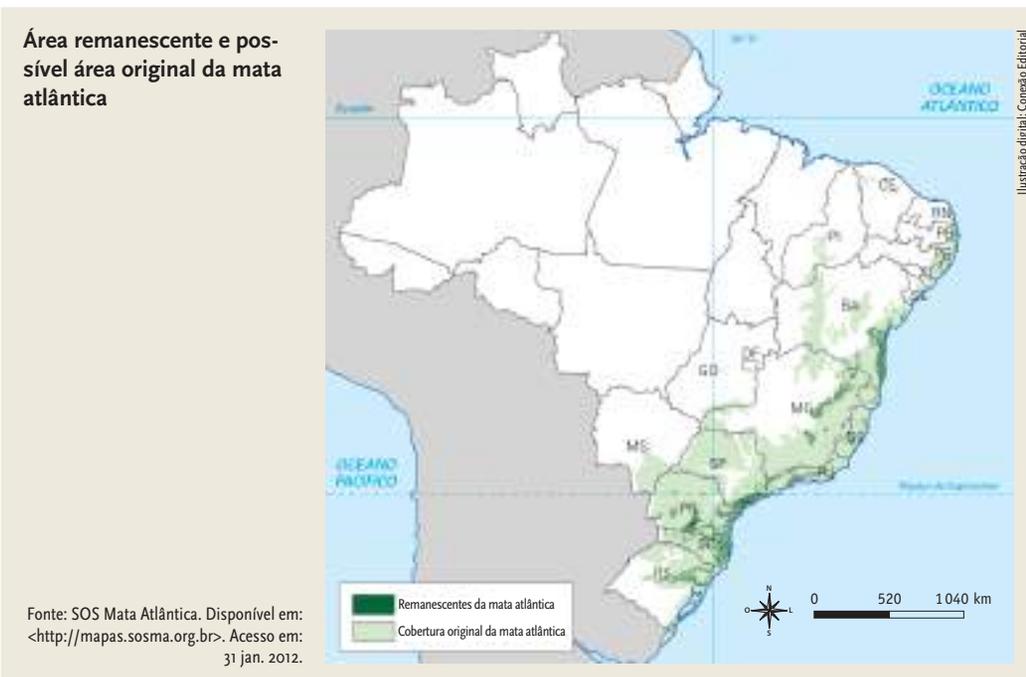
Existem análises bastante contraditórias sobre o impacto desse tipo de agricultura sobre a floresta. De modo geral, condena-se o emprego do fogo, mas alguns analistas entendem que essa atividade é de baixo impacto, pois as glebas destinadas às roças são fragmentos pequenos da floresta, e, passados os anos de pousio, são novamente utilizadas, sem que se anexem novas áreas. Isso cria uma espécie de convívio entre as necessidades do grupo comunitário e a manutenção dos ciclos florestais.

Alguns autores apontam que esse tipo de agricultura tem sido responsável por uma parte considerável do desmatamento do domínio amazônico, considerando-o um desmatamento silencioso, uma vez que ele vem aumentando. A queimada também tem sido combatida por diferentes organizações governamentais ou não, que vêm incentivando, entre outras coisas, a agrofloresta (**consorciado** de espécies arbóreas, arbustivas e agrícolas) como alternativa à perda dos nutrientes e à remoção florestal causadas pela queimada.

**GLOSSÁRIO**

**Consoiciado:** exploração de um terreno agrícola com duas ou mais culturas diferentes, em geral, uma de porte grande e ciclo longo e outra de porte pequeno e ciclo curto.

## A MATA ATLÂNTICA



A vegetação predominante da costa brasileira é uma floresta tropical. Sua umidade advém das chuvas que vêm do sul do planeta, trazidas por massas de ar frio que se deslocam para a região equatorial. Os ventos mais frios, atraídos pela zona de pressão tropical, são as chamadas frentes frias. Essas massas se deslocam em nosso território, trazendo muita umidade vaporizada nas nuvens que, ao chegarem aos Mares de Morro, ganham certa altitude e se transformam rapidamente em água. Esse fato possibilita a existência da floresta com a maior biodiversidade brasileira. Contribui para isso a frequente orientação dos ventos que trazem essas chuvas, pois acabam por “irrigar” mais uma parte dos morros, que assim têm uma composição vegetal e, conseqüentemente, animal, diferente de onde há menor abundância de chuvas. Já na floresta equatorial, a diferenciação está mais relacionada às áreas de inundação.

A produção de açúcar e de café no Brasil, empreendida em grandes latifúndios por fazendeiros que buscavam, pela monocultura, exportar e gerar muita renda, deu-se às custas da devastação da mata atlântica. A cafeicultura, depois de destruir as florestas próximas ao Rio de Janeiro e do vale do Paraíba, incumbiu-se de dizimar a vegetação desse domínio também no interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

Essa região sofreu ainda com o grande crescimento das cidades, que, ao se estabelecerem a partir do litoral, deslocaram os grupos humanos que ali habitavam em direção ao interior.

A mata atlântica abrangia, em 1500, uma área equivalente a 15% do território brasileiro (1,36 milhão de km<sup>2</sup>) e estendia-se ao longo do território de 17 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí).

Cerca de 62% da população brasileira vivem na área da **mata atlântica**, onde se localizam as maiores cidades do país. Apesar disso, há uma diversidade cultural bastante significativa, representada por pequenos grupos sociais de população tradicional: indígenas, quilombolas, caiçaras, entre outros. Esses povos, de maneira geral, desenvolveram sistemas de apropriação de recursos naturais de baixo impacto ambiental.

### Caiçaras

O termo “caiçara”, de origem tupi-guarani, é traduzido para o português como cerca para proteção, curral ou armadilhas para pesca e caça. É usado também para designar um dos primeiros grupos culturais nacionais: o dos mestiços de índios e portugueses que passaram a ocupar uma faixa litorânea do território nacional, correspondente ao que hoje compreende os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O grupo tem sua origem na união de indígenas perseguidos e escravizados pelos europeus com portugueses marginalizados do processo oficial de ocupação da nova Colônia. Essa perseguição proporcionou o distanciamento dos outros núcleos populacionais do período.

A consequência desse isolamento permitiu ao grupo caiçara uma independência econômica e cultural, mesclando técnicas e conhecimentos europeus e indígenas e dessa forma otimizando o aproveitamento dos recursos naturais da mata atlântica e de seus ecossistemas associados, como restingas, mangues e corpos de água.

Os caiçaras podem ser caracterizados pelo desenvolvimento de um complexo sistema de atividades que se complementam, destacando-se a agricultura de coivara, o extrativismo vegetal, a caça, a coleta de moluscos e crustáceos e a pesca, seja em rios, lagunas ou mar aberto.

A forma de exploração dos recursos naturais, os meios de produção simples, a baixa ocupação demográfica e o aspecto cultural de produção de poucos excedentes, além de seu profundo conhecimento do meio natural, determinaram que eles fossem importantes agentes da conservação ambiental, ou seja, esses grupos não removem a floresta, ao contrário, precisam dela para sobreviver.

Fonte: SOS Mata Atlântica. Disponível em: <[www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=3\\_6\\_3\\_5](http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=3_6_3_5)>. Acesso em: 25 jul. 2007.



Pescadores no barco onde trabalham, no canal de Bertioga (SP), em 2010.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO DOS MARES DE MORROS

Os Mares de Morros abrangem uma vasta área de norte a sul da porção leste de nosso território, indo do litoral dos estados da região Sul, passando pelos litorais de todos os estados, até a Paraíba. Eles encontram-se ainda no interior dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

No **domínio dos Mares de Morros** há um elevado índice de devastação, uma vez que a paisagem é a de mata atlântica. Da floresta original resta muito pouco, menos de 8% do total. Considerando-se que os ciclos de ocupação se deram a partir desse domínio, que acompanha o litoral, o número pode até parecer alto. Um fato que contribuiu para a preservação dessa porcentagem de mata é a existência de muitos morros de formas residuais e curtos em sua convexidade, com movimentos de massa generalizados, o que impediu que a atividade agrícola ou o desenvolvimento de cidades ocupassem toda a área. O encadeamento de morros compõe-se basicamente de rochas muito antigas, o granito, uma rocha magmática, e o gnaisse, uma rocha metamórfica. Em Pernambuco e na Paraíba, as altitudes estão entre 500 e 800 m. No Sudeste, a média fica em torno dos 900 m, com morros de mais de 1 800 m.

A vegetação natural da mata atlântica conta com poucas áreas nativas preservadas nas regiões onde a exacerbação do extrativismo, a agricultura e a sociedade urbano-industrial se estabeleceram. Essas matas são perenifólias (não têm uma estação específica para trocar as folhas, fazendo-o ao longo do ano) e de folhas largas, chamadas de latifoliadas. Como não há necessidade de adaptação à falta de água em nenhum período específico, essas folhas podem realizar suas trocas gasosas 24 horas por dia, sem o risco de desidratar. Por isso, são denominadas higrófilas, que significa “amigas da água”.

O professor Mário Guimarães Ferri, em seu livro *A vegetação brasileira*, comenta que a vegetação dessa mata é muito parecida com a da floresta Amazônica, diferenciando-se apenas na altura e na quantidade de espécies. As árvores são menores, porém mais variadas, e existe nela um denso sub-bosque composto de espécies específicas, não só de árvores jovens. Entre elas, há muitas epífitas (plantas que se alojam sobre árvores ou rochas usando-as apenas como suporte) e cipós. Ferri diz que é uma floresta sempre verde, cujos componentes em geral possuem folhas largas, indicando ainda que há umidade durante todo o ano e, finalmente, que essa vegetação acompanha a costa brasileira do oceano Atlântico.



Maria Lúcia B. Fernandes

Na imagem da região do alto vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, podemos notar a conformação serrana e a cobertura florestal do relevo. Observe a neblina, frequentemente encontrada no domínio dos Mares de Morros, dada a alta umidade do ar e as diferenças de temperatura entre o dia e a noite (amplitudes térmicas diurnas).

É importante ressaltar que a mata atlântica é extremamente rica do ponto de vista biológico. Seus recursos representam grande riqueza pelo enorme potencial de uso: fonte de novos remédios, alimentos, fibras, pigmentos e matéria-prima para produtos e processos agrícolas, químicos e industriais.

Além disso,

a mata atlântica proporciona inúmeros benefícios diretos e indiretos. Um deles é a água, já que a floresta protege as nascentes de diversos rios e regula o fluxo dos mananciais hídricos que abastecem as cidades e principais metrópoles brasileiras. Além disso, controla o clima, assegura a fertilidade do solo e protege escarpas e encostas das serras, preserva beleza paisagística e abriga um patrimônio histórico e social extremamente representativo.

*Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 116-117.*

## PESQUISAR II

Releia o texto e procure encontrar semelhanças e diferenças entre a floresta amazônica e a mata atlântica, sob os aspectos de relevo, clima e floresta. Procure encontrar imagens que demonstrem a paisagem dos dois domínios estudados. Monte um relatório com uma tabela que especifique as diferenças e ilustre com as imagens encontradas, lembrando de redigir uma legenda explicando o que podemos observar na imagem. Pesquise ainda imagens de plantas epífitas, cujos exemplos mais conhecidos são as bromélias. Inclua também no relatório exemplos de produtos oriundos dessas florestas.

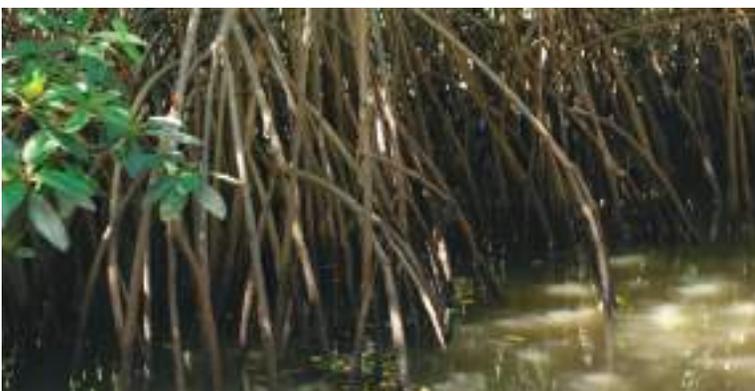
## MANGUEZAIS

Na faixa costeira, há a vegetação de mangue, que constitui um riquíssimo ciclo de nutrientes, e é a base da reprodução de espécies marinhas. O mangue é composto de espécies vegetais que desenvolveram dispositivos para viver em regiões de alta salinidade, uma vez que se situa na zona de marés, onde a água doce se mistura à água do mar. As raízes não podem absorver o sal da água, o que força a existência de duas formas distintas para a respiração **radicular**. A primeira está mais presente nas árvores das bordas dos canais, que são aéreas, sendo a respiração realizada acima do nível de inundação pelas marés. No segundo tipo, as raízes emergem do solo alagado para retirar o oxigênio do ambiente. Como uma parcela do sal entra na planta, elas conseguem eliminá-lo pela transpiração foliar.

### GLOSSÁRIO

**Radicular:** que pertence ou que diz respeito à raiz.

*Grande Dicionário Larousse cultural da língua portuguesa. São Paulo. Nova Cultural, 1999.*



Raízes aéreas de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*).



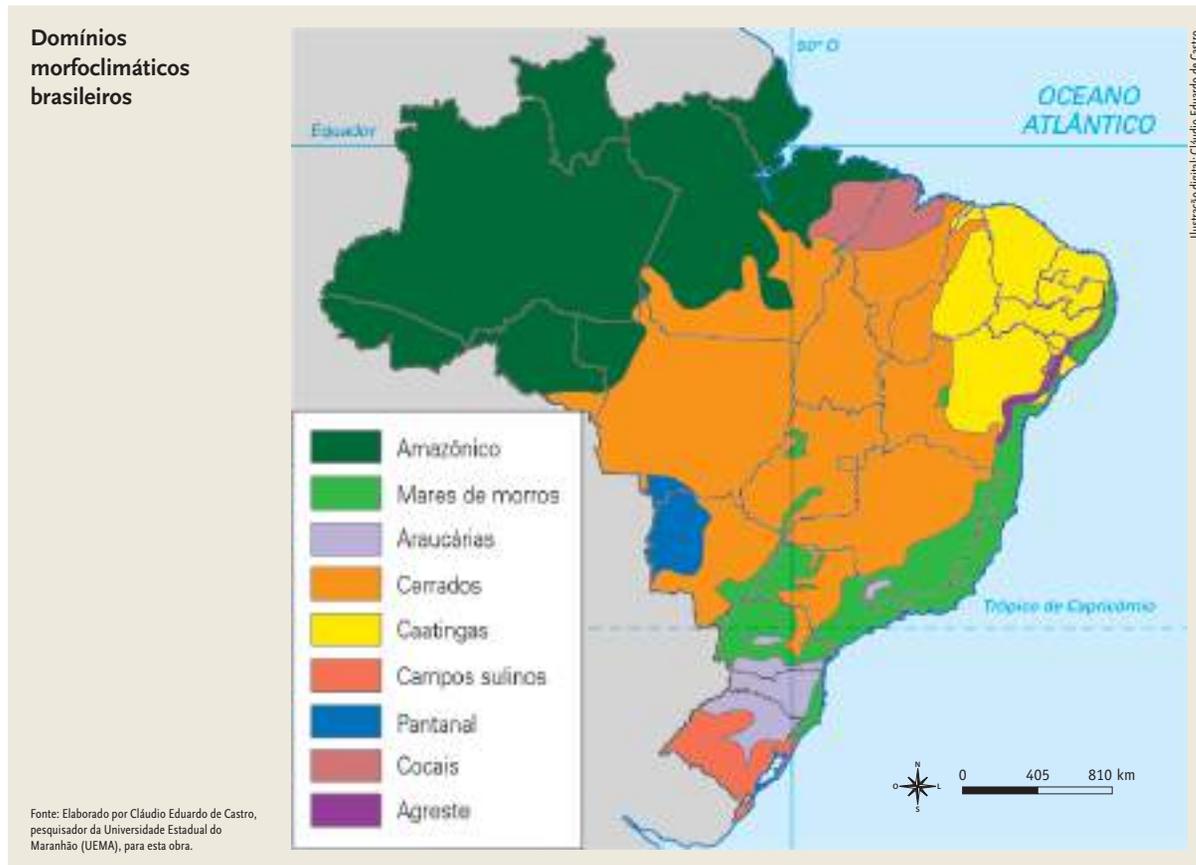
Catador de caranguejos.

Os mangues estendem-se de Laguna, em Santa Catarina, ao Amapá e abrigam uma variada quantidade de fauna. No Norte, o peixe-boi marinho, espécie em risco de extinção, vem ao mangue alimentar-se de gramíneas que nele brotam. A preservação dessa faixa é de vital importância para os mares brasileiros, mas ela vem sendo devastada para

a construção de bairros, portos, indústrias, estradas, oleodutos, gasodutos e residências de veraneio, além de sofrer com a poluição despejada nos rios e mesmo diretamente.

#### LER MAPA

Identifique as formações vegetais estudadas até aqui e as que faltam ser estudadas. Observe a localização de cada uma delas e a área de abrangência.



## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO DOS CERRADOS

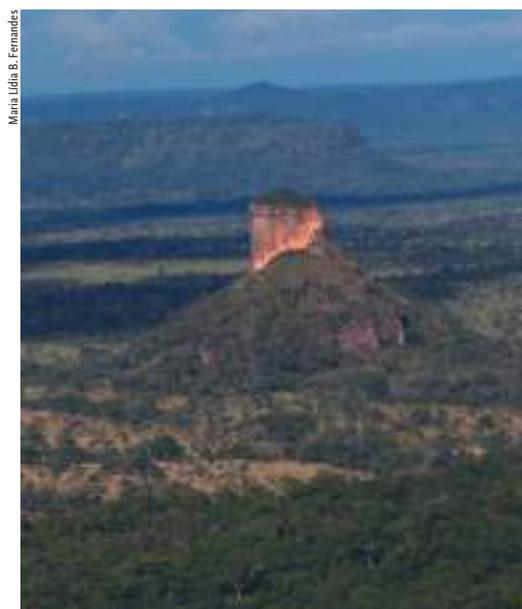
O cerrado é a formação de transição entre as florestas (constituídas predominantemente de árvores) e os domínios áridos (onde arbustos e gramíneas dominam a paisagem), e é assim denominado por apresentar várias fisionomias, dependendo dos fatores formadores. Está situado nas porções interiores do Brasil central, onde os solos são resultado do intemperismo acentuado, pois são formados por áreas muito antigas da crosta, daí serem profundos, bem drenados e muito lixiviados. Essa lixiviação moveu grande parte dos sais e das partículas finas para a parte mais profunda dos solos, tornando-os ácidos. Essa acidez libera o alumínio, que em altas concentrações é tóxico e interfere no desenvolvimento das plantas.

O relevo é de planaltos antigos, em geral areníticos, mas com ocorrências de outras rochas sedimentares, como o calcário, e as rochas vulcânicas, como o basalto. Esses planaltos têm a feição de chapadas dos mais diversos tamanhos e morros testemunhos de antigos planaltos, que hoje se rebaixaram pela ação da erosão.

É nesse domínio que estão localizadas muitas nascentes de grandes rios, como o rio São Francisco, o rio Paraná e muitos da margem direita do rio Amazonas.

A ocupação dessa porção do Brasil deu-se de forma irregular até o século XX, quando o governo federal iniciou os programas de interiorização, primeiro nas décadas de 1940-1950, com a construção de Brasília, e depois, na década de 1970, com programas de integração nacional. A partir daí, esse domínio passou cada vez mais a ser ocupado.

O clima dos Cerrados tem como característica fundamental uma acentuada estação seca anual e a continentalidade. A amplitude térmica diária é maior que em áreas litorâneas pois a grande distância do mar causa uma menor umidade relativa do ar. A pouca umidade do ar possibilita que ele se aqueça rapidamente quando há insolação e se esfrie com a mesma rapidez à noite, daí a grande diferença entre as temperaturas. A umidade chega a níveis baixíssimos no fim da estiagem, em setembro e outubro, provocando geralmente problemas de saúde à população.



Podemos notar um morro isolado e a chapada ao fundo, nesta imagem captada em 2007, no município de Carolina (MA).

## A VEGETAÇÃO DO CERRADO

A vegetação é muito variada, indo dos campos formados basicamente por gramíneas a uma floresta. As árvores têm troncos tortuosos e folhas coriáceas (parecendo couro, com porosidade embaixo e lustrosas na parte superior), para diminuir a perda de água. Em razão de os solos serem profundos, as raízes são longas para obter a água subterrânea. O fogo é uma constante no período seco, daí os caules serem protegidos por cascas grossas. O aspecto que chama mais atenção é a tortuosidade dos caules, que crescem curvando-se aleatoriamente.

Tal fato se dá pela precariedade mineral do solo e toxidez do alumínio. Durante muito tempo, esse foi um impedimento à ocupação da região pelas atividades humanas. Depois de estudos indicarem que a acidez era um fator possível de ser controlado para que se desenvolvesse a agropecuária, o cerrado começou a ser ocupado graças às técnicas agrícolas modernas. Algumas espécies da flora são muito conhecidas, como os ipês de várias tonalidades, o angelim, o cedro, o jatobá, a caviúna e o pequi, que é a fruta símbolo desse domínio.

O cerrado pode ser dividido segundo a maior ou a menor presença de gramíneas, árvores e arbustos, o que pode ser observado na figura a seguir.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

Até a década de 1970, o principal aproveitamento econômico do cerrado foi a pecuária extensiva. O rendimento das gramíneas naturais era baixo para uma pecuária intensiva e o uso de pastagens plantadas era pouco difundido, devido à carência mineral do solo.

María Lídia B. Fernandes



A imagem mostra uma área de amortecimento do Parque Nacional da Chapada das Mesas, no município de Riachão (MA). Observe que, com a remoção da vegetação para o cultivo de soja, os ventos têm facilidade de circulação, exigindo que se plante um cordão de eucaliptos em torno da área de moradia e de trabalho.

#### GLOSSÁRIO

**Calagem:** aplicação de calcário que eleva o pH do solo e permite que as plantas absorvam os nutrientes com facilidade, o que não ocorre com pH baixo, que é ácido.

Com a correção da acidez pela **calagem**, as plantas não sofreram mais com a toxidez e ganharam rendimento comercial. Foi com o uso da agropecuária altamente tecnicada, por volta da década de 1970, que o cerrado começou a ser amplamente ocupado, com migração de agricultores do sul do país em busca de terras e financiamentos baratos para a produção voltada principalmente à exportação de soja. Havia uma facilidade que, além das já comentadas, contribuiu para isso: o relevo plano.

O uso intenso de tecnologia no domínio do cerrado tornou a área a maior produtora de soja do Brasil, levando o país à segunda posição mundial em produção de soja e a assumir o primeiro lugar em produtividade por área (toneladas de soja por hectare), o que atraiu investimentos inclusive dos Estados Unidos. A ocupação pela agricultura altamente tecnicada vem expulsando os moradores para áreas de solos mais pobres, extinguindo espécies animais e vegetais, aumentando a migração para as cidades e criando uma paisagem de monocultura nunca antes vista.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO DAS CAATINGAS

A caatinga encontra-se na porção interior do Nordeste brasileiro, área onde a circulação atmosférica não favorece a ocorrência de ventos úmidos. As correntes advindas da zona de pressão do Atlântico Sul, na altura do Trópico de Capricórnio, seguem em direção norte, rumo à zona de Convergência Intertropical (CIT), sob o equador, atraídas pela zona de baixa pressão equatorial atlântica, paralelamente ao litoral do continente. É devido a esse fato que ocorrem mais chuvas no litoral nordestino e poucas no interior.

Os ventos deslocam-se pelo planeta saindo de uma região mais fria para outra mais quente, em pontos específicos de onde costumam sair ou chegar.

Essas áreas, chamadas de zonas de pressão, deslocam-se conforme o planeta translada ao redor do Sol. Dessa forma, quando é outono no Hemisfério Sul ocorre uma transição nas forças das zonas de pressão, os ventos passam pelo interior da região em direção ao equador. O resultado desses fatores é um clima semiárido (entre 500 mm e 900 mm anuais de precipitações) com chuvas de março a junho-julho, época de outono.

Uma característica da caatinga é a diversidade de solos e ambientes, como o sertão e o agreste. Mesmo tendo aspectos de um solo pobre, a caatinga nos engana, pois seus solos possuem alta quantidade de sais minerais e necessitam apenas de irrigação para florescer e desen-

volver a cultura implantada. Essa qualidade, quando mal usada pela irrigação, pode acelerar um processo natural ocorrido nos climas mais secos: a salinização.

A **salinização** dos solos em climas áridos e semiáridos ocorre quando as águas penetram

no solo e se associam aos minerais. Devido à pouca umidade do ar, as águas evaporam rapidamente. Isso traz à superfície os sais do solo, que ali ficam depois da evaporação da água que se infiltrou. Quando a irrigação é realizada nesses climas, a salinização tende a aumentar e tornar esses solos inférteis.

Os rios são em sua maioria temporários, surgindo num curto intervalo durante o ano. Existe um rio muito importante no sertão nordestino, o rio São Francisco. Vindo da região central do Brasil, passa por grandes áreas da caatinga, possibilitando uma atividade humana mais intensa às suas margens, semelhante ao que ocorre às margens do rio Nilo, no Egito.

Vários canais foram construídos no rio São Francisco, por onde suas águas são transpostas por bombas e usadas para consumo humano e para a agricultura irrigada, como ocorre nas cidades de Pirapora, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Petrolina.

### Ventos predominantes no Nordeste



A palavra “caatinga”, de origem tupi, significa *mata branca*. A razão para essa denominação reside justamente no fato de a caatinga se apresentar verde somente no inverno, época das chuvas, de curta duração. No restante do ano ela fica, inteira ou parcialmente, sem folhas e com os caules esbranquiçados. É esse aspecto o que mais perdura, pois a seca persiste por muito mais tempo que em outros lugares. Em certas ocasiões, ela pode prolongar-se por nove meses ou mais, e, em alguns casos, por anos sucessivos.



Estrada onde a vegetação da caatinga parece ter morrido, no sul do Piauí.



Coroa-de-frade, cactácea comum na caatinga.

Geralmente, associamos a caatinga aos cactos e aos arbustos espinhentos, sem folhas, sobre um solo pedregoso e árido. Essa é, realmente, uma de suas feições, mas ela também pode se apresentar como uma mata fechada, com árvores altas, ou como densos maciços de arbustos que perdem as folhas na estação seca. Algumas das árvores são juazeiro, baraúna, aroeira-do-sertão, imbuzeiro, imburana-de-cambão, angico, catingueira e faveleiro, além dos cactos mandacaru, xiquexique e coroa-de-frade. As bromeliáceas, como a macambira e o caroá, são também muito encontradas.



Jesuno Souza/SXCHU

Plantação de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, em 2007.

Esse domínio começou a ser ocupado pelas atividades modernas quando a cana-de-açúcar se instalou no litoral, no domínio dos Mares de Morros, e surgiu a necessidade de produzir carne para suprir a demanda da população que se concentrava no litoral nordestino. Os bois e os caprinos alimentavam-se das gramíneas e de algumas folhas de árvores e arbustos. A carne era salgada e posta ao sol para não estragar e poder servir ao consumo nos períodos de seca, quando a manutenção dos rebanhos era dificultada pela ausência de pastos. Essa atividade necessitou de vastas áreas, uma vez que a Caatinga floresce por um curto período do ano.

No fim do século passado, a agricultura de alta tecnologia foi incentivada graças aos canais de água construídos pelo governo federal, que permitiram o uso da irrigação. Algumas cidades como Petrolina e Juazeiro concentraram várias propriedades que, com o uso da irrigação, produzem frutas tropicais de alta qualidade, usando quantidades menores de defensivos graças ao clima seco. As culturas vão da manga à uva, um dos insumos para a indústria de vinho. Essas atividades só foram possíveis pela existência do rio São Francisco, que, nascendo no sul de Minas Gerais, corta a caatinga em direção ao norte.

## LER TEXTO CIENTÍFICO I

### Sertanejos/vaqueiros

Os sertanejos e vaqueiros ocupam a orla descontínua do agreste e avançam nas áreas semiáridas das caatingas. Penetrando no Brasil central, atingem campos cerrados que se estendem por milhares de quilômetros quadrados.

A cultura sertaneja, especializada na criação de animais de pastoreio, é marcada por certa dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica (perneiras, guarda-peito, gibão), nos folguedos estacionais, na visão de mundo, numa religiosidade propensa ao messianismo, na dieta e na culinária.

Possuem formas de cooperação que por vezes se transformam em festas religiosas, como as vaquejadas. Cultivam o algodão arbóreo (mocó), fazendo torta de sementes para o gado. Desenvolvem atividades extrativistas (coleta de coco-babaçu e drogas da mata). Fazem roças de subsistência e exploram os palmas de carnaúba para a produção de cera e artefatos de palha.

As zonas de pastoreio foram e são “criatório de gente” que migra para a floresta Amazônica, para explorar seringueira nativa e outras espécies gomíferas, para alimentar novas frentes agrícolas no sul e para engrossar a população urbana (construção civil ou indústria). Os imigrantes sertanejos que regressam à terra natal trazem do sul a imagem de regiões progressistas.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Segio Vieira. Sertanejos/Vaqueiros. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) et al. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2012.

A partir da leitura do texto, responda às questões propostas.

1. Em duplas, busquem imagens ou façam desenhos representando a Caatinga. Montem um painel coletivo para toda a classe.
2. Discutam o significado da seguinte frase do texto: “As zonas de pastoreio foram e são ‘criatório de gente’ que migra para a floresta Amazônica, para explorar seringueira nativa e outras espécies gomíferas, para alimentar novas frentes agrícolas no sul e para engrossar a população urbana (construção civil ou indústria)”.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO DA MATA DE ARAUCÁRIAS

As florestas de araucárias, ou pinheiro-do-paraná ou pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*), estendem-se pelas terras de planaltos da região Sul (planalto Meridional) e por uma faixa planáltica da região Sudeste, ocupando uma área aproximada de 400 mil km<sup>2</sup>, na qual as altitudes variam de 500 m a pouco mais de 1 200 m. Em seus domínios, ergueram-se cidades importantes como Curitiba, Ponta Grossa, Lages, Caxias do Sul, Passo Fundo, Chapecó e Cascavel.

No interior do estado do Paraná e no centro-sul de São Paulo, a araucária aparece entre os domínios do Cerrado e dos Mares de Morros. Sua vegetação é a floresta, onde o pinheiro está presente entre canelas, erva-mate, imbuías, jacarandá, pau-marfim, pitanga, guariroba e sassafrás.



Araucárias no Parque Nacional de Aparados da Serra, em Cambará do Sul (RS), 2012.

Edu Tyra/Pulsar Imagens

Hoje poucas áreas possuem remanescentes originais desse domínio, que ficou relegado às áreas de relevo mais inclinado, devido à agricultura e à urbanização nas áreas mais planas. As indústrias de celulose e as madeireiras da região praticaram um extrativismo descontrolado, do qual resultou o desaparecimento total dessa mata em algumas áreas. A floresta possui árvores de até 30 m de altura, cujos solos profundos possibilitaram uma agricultura moderna e produtiva.

O clima é subtropical com pluviosidade variando de 1 200 mm a 1 800 mm anuais. Com tal quantidade de precipitação e pela geomorfologia (relevo) planáltica, o **domínio das Araucárias** tem uma excelente rede de drenagem, com muitos rios e muitas bacias hidrográficas dos mais variados tamanhos, que se interligam até desagüarem no rio Paraná. Esse fato faz com que haja grande aproveitamento hidrelétrico e um acelerado processo de industrialização.

A ocupação dessas florestas pelo colonizador moderno se intensificou com a imigração dos europeus, em fins do século XIX, que acabaram degradando quase toda a araucária. As áreas remanescentes restringiram-se às encostas dos rios e dos planaltos mais íngremes.

### AS CONDIÇÕES ATUAIS PARA A SUSTENTABILIDADE

Hoje a **araucária** é protegida por lei no Brasil, onde algumas áreas foram declaradas Unidades de Conservação, como parques nacionais e estaduais, estações ecológicas, reservas biológicas, entre outras. Mas isso só garante a manutenção de poucas áreas. Um fator em defesa desse domínio é a aplicação da lei que obriga a manutenção de 20% das terras agropecuárias em estado natural e que tem garantido um nível de conservação e reestruturação vegetal considerável. É necessário agora prosseguir nessas conquistas, para assegurar a sobrevivência dessa floresta.

## DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO DAS PRADARIAS

A **região dos pampas**, como também é conhecida, está na porção sul do Brasil, no sudeste gaúcho, segundo Ab'Sáber, e compreende uma extensão de 80 mil km<sup>2</sup>. Predominando a faixa climática subtropical com zonas temperadas úmidas e subúmidas, a região é sujeita a alguma estiagem durante o ano, em qualquer estação.

Sua amplitude alcança índices elevados, o que evidencia suas limitações agrícolas, pois o solo é pouco espesso e tem ocorrência de seixos chamados localmente de pedregulhos.

A vegetação é predominantemente de gramíneas com algumas árvores em baixadas. Os campos secam no inverno sob o vento minuano (frio e veloz), apodrecendo as folhas e enriquecendo o solo com matéria orgânica. O relevo é de colinas suaves, conhecidas como coxilhas.

A ocupação do território das pradarias deu-se com a interiorização do Sul do país. Esta foi promovida pelos portugueses vindos da ilha dos Açores. A atividade empreendida pelos portugueses açorianos foi a pecuária extensiva, que perdura até hoje em latifúndios agropastoris.

O ciclo da mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste brasileiro estimulou a disseminação da atividade pecuária, com a venda de charque, transportado pelos tropeiros em lombos de muares e cavalos até a região das minas. O governo federal, nessa época, vendia terras a militares como forma de fortalecer a posse territorial para diminuir a pressão fronteiriça com a Argentina e o Uruguai, que têm muitas áreas de seu território nesse domínio morfoclimático. Aliás, o nome dado aos habitantes dessas paragens (gaúcho) vem de uma derivação da língua espanhola, e significa “morador do campo”, “vaqueiro”.



Maurício Simenelli/Poljar Imagens



Valéria Moreira/SXC.HU

Voçoroca no pampa em Manoel Viana (RS), 2008.

Vista dos pampas (RS), com campos recobertos de gramíneas

A atividade de pecuária extensiva nesse domínio vem causando extrema degradação ambiental nos Pampas, com o aparecimento de erosões, **ravinas** e **voçorocas**. Como os animais permanecem nos pastos durante todo o ano, a cobertura de gramíneas vem diminuindo cada vez mais.

Consequentemente, os ventos fortes (minuanos) removem as partículas do solo, que se torna infértil. Em algumas áreas, vem ocorrendo o acúmulo de sedimentos arenosos em dunas, isto é, a arenização, um processo que deixa a paisagem parecida com a de um deserto.

A pradaria tem hoje algumas áreas preservadas sob a forma de parques (Parque Estadual do Espinilho, em Barra do Quaraí) e de reservas biológicas (como a de São Donato, em Itaqui e Maçambará). Com o início da formação de uma paisagem desértica que tende a crescer, a região está sendo foco de muitos estudos e projetos para estagnar esse processo.

A seguir, selecionamos um texto sobre os gaúchos. Vamos estudar um pouco a especificidade cultural dessa população e conhecer o seu modo de vida nos pampas.

#### GLOSSÁRIO

**Ravina:** sulcos produzidos nos terrenos devido ao trabalho erosivo das águas de escoamento.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

**Voçoroca ou boçoroca:** são grandes buracos de erosão, causados pelas chuvas e intempéries, em terrenos onde a vegetação é escassa e não mais protege o solo, que fica cascalhento e suscetível de ser carregado por enxurradas.

Disponível em: <<http://dictionary.sensagent.com/voçoroca/pt-pt>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

## LER TEXTO CIENTÍFICO II

### O pastoreio (campeiro)

Fruto da miscigenação entre os habitantes originais, os Guarani, e os colonizadores espanhóis e portugueses, os gaúchos constituem um grupo pastoral de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva da região do pampa, vivendo no local onde trabalham, grandes estâncias voltadas para a produção de gado de corte e de lã. As famílias vivem em pequenos vilarejos, identificados como

*las casas*, nos limites das grandes propriedades rurais. Especializaram-se na exploração do gado alçado e selvagem, que se multiplicava muito nas Pradarias naturais das duas margens do rio da Prata. Darcy Ribeiro (1995) descreve esses gaúchos como uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade de língua, costumes e usos comuns, tais como o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar – o poncho, as boleadeiras e laços de caça e de rodeio –, as candeias de sebo para alumiar e toda a tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru, aos quais se acrescentaram as carretas puxadas por bois, os hábitos de consumo do sal como tempero, da aguardente e do sabão e a utilização de artefatos de metal.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. O pastoreio (campeiro). In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) et al. *Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Coordenadoria da Biodiversidade (Cobio), Universidade de São Paulo. 2000. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Agora responda às questões propostas.

1. Com base no texto, defina o gaúcho.

---

---

---

2. O que caracteriza esse grupo do ponto de vista cultural? Pesquise os costumes gaúchos e apresente imagens que mostrem aspectos característicos de sua cultura (vestimentas, utensílios, hábitos alimentares etc.).

## FAIXAS DE TRANSIÇÃO

Como já foi mencionado, os domínios quase sempre não se limitam com outros diretamente. Eles se separam por **faixas de transição**, onde características de um e de outro se juntam e outras aparecem. Vamos ver alguns de seus aspectos.

### FAIXAS DE TRANSIÇÃO DAS FLORESTAS PARA A CAATINGA

Nessa área, encontramos duas faixas de transição: o agreste, que está próximo ao litoral e transita entre o domínio de Mares de Morros e a caatinga, e a mata de cocais, que a separa da Amazônia.

O **agreste** tem um clima menos seco que o da Caatinga e menos úmido que o do litoral, dominado pela passagem das chuvas que vêm do Polo Sul, e possui vegetação com espécies dos dois domínios que ele separa. Porém, as cactáceas são bem menos presentes e o elemento arbóreo é bastante expressivo. Essa área é hoje utilizada pela agricultura de hortifrutigranjeiros para abastecimento dos núcleos urbanos estabelecidos ao longo de nossa história no litoral nordestino.



Palmeiras de babaçu, típicas da mata de cocais, na Reserva Extrativista de Chapada Limpa, no município de Chapadinha (MA), em 2010.

A **mata de cocais**, na parte oeste da caatinga, é representada pela presença, entre as árvores, de coqueiros de babaçu e carnaúba, devido à variação de pluviosidade e à ocorrência de uma estação seca pronunciada, que varia de quatro a oito meses.

Os estados do Maranhão e do Piauí são os que encerram a maior parte dessa faixa de transição e, graças à agricultura praticada na região desde o século XIX, os coqueirais puderam se multiplicar muito, tomando conta da paisagem em alguns pontos. Essas palmeiras representam uma importante fonte de renda para a população nordestina, pois é nessa área, principalmente, que se faz a extração dos cocos para inúmeras utilizações, como óleos, ceras e alimentação, além das folhas e troncos usados para cobertura e esteios de casas.

## O PANTANAL

O **pantanal mato-grossense** é uma das principais zonas de transição encontradas no Brasil. Trata-se de um complexo ambiental de suma importância, pois compreende grande diversidade de fauna e flora. Encontra-se entre os planaltos da parte central do Brasil e a serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, em uma depressão de formação geológica recente, que se deu com a elevação da placa tectônica que antes servia de solo ao mar. Alguns rios de sua drenagem têm importância expressiva: Cuiabá, Taquari, Negro e Paraguai (o principal deles).

O clima é típico de domínio dos cerrados, com duas estações climáticas durante o ano: a seca e as cheias dos rios. Esse regime sazonal, associado ao relevo, ocasiona vastas áreas alagadas durante as cheias, deixando poucas terras acima do nível das águas, e provoca acúmulo de sais nas lagoas, quando estas secam.

Daí resultam denominações únicas, como: **cordilheira** – áreas mais altas, que não sofrem alagamentos (pequenas elevações); **salinas** – regiões de depressão que se tornam lagoas rasas e salgadas com as cheias dos rios; **barreiros** – depósitos de sal após a seca das salinas; **caixas** – canais que ligam lagoas e existem somente durante as inundações; e **vazantes** – cursos de água existentes durante as épocas das chuvas.



Anderson Azevedino/Ses-MT/Secom

Uma sede de fazenda no período de cheias do rio Cuiabá (MT).



Prefeitura de Corumbá

Vista aérea do pantanal: as áreas sem árvores são alagadas na estação chuvosa, formando salinas na seca no município de Corumbá (MS).

A principal atividade nessa faixa é a pecuária, que tem o manejo facilitado por dois ciclos. Durante as cheias, os nutrientes trazidos pelos rios adubam as áreas mais baixas que são usadas no período seco, quando os pastos verdejam. Nas cheias, o gado vai para as cordilheiras, que, reservadas durante o período seco, estão cobertas por gramíneas. Contudo, o pantanal sofre com problemas ambientais dramáticos.

A agricultura intensiva do domínio dos Cerrados assoreia os rios e suas margens; a exploração mineral polui intensamente os rios; a caça predatória de algumas espécies e o uso pela pecuária vêm diminuindo suas populações e até pondo-as em risco. A navegação por comboios de barcaças pode levar à diminuição das cheias, pois existe a necessidade de remoção dos meandros dos rios, o que facilita o escoamento das águas. Essa ameaça se apresenta pela necessidade de escoamento de produtos advindos da mineração e da industrialização e pela incorporação de novas áreas para a agricultura moderna altamente tecnificada, como a da soja.

#### GLOSSÁRIO

**Meandro:** caminho tortuoso de um curso de água.

*Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.*

### PESQUISAR III

O pantanal está na rota do avanço do plantio de cana e da instalação de usinas na região. Esses são alguns exemplos de devastação que sofre o Pantanal em razão das atividades humanas no seu entorno. Pesquise essas e outras ameaças ao Pantanal.

### APLICAR CONHECIMENTOS

- Qual é a importância do ciclo de cheias para a pecuária pantaneira? Em que medida essa dinâmica contribui para o modo de vida pantaneiro?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

### FAIXA DE TRANSIÇÃO DA REGIÃO SUL BRASILEIRA

Essa faixa de transição está no contato entre as pradarias e o domínio das araucárias, em terras altas onde os campos se misturam ao pinheiro e a algumas espécies de cerrado. A imagem típica dessa faixa é a que temos no alto do vale do rio Itaimbezinho, como na foto a seguir.



Deilm Martins/Pulsar Imagens

Na divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no município de Cambará do Sul (RS), podemos distinguir uma visão muito particular de serra: rochedos afiados formam o maior cânion do Brasil, Itaimbezinho (o nome vem do tupi e quer dizer “pedra cortante”). Esse cenário pertence ao Parque Nacional de Aparados da Serra e a imagem é de 1999. Na parte alta do vale do Itaimbezinho, podemos observar a zona de contato entre as pradarias e a mata de araucárias.

## ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

### Engenheiro florestal

A engenharia florestal é um campo voltado ao estudo das florestas e do aproveitamento dos recursos de que elas dispõem. Com as fortes demandas pela preservação ambiental, ganha força o enfoque que prevê usos sustentáveis para os ecossistemas florestais. O engenheiro florestal analisa as características, composição e condição desses ecossistemas. Tem como tarefa identificar e classificar as espécies vegetais e sua adaptação ao meio, assim como planejar a exploração sustentável desse recurso, propondo planos de manejo. Em órgãos públicos e agências de preservação ambiental, participa de equipes que produzem diagnósticos e danos sofridos por essas coberturas, em especial pelas atividades humanas.

É de sua responsabilidade elaborar e executar projetos de recuperação de áreas florestais degradadas e participar de equipes que elaboram relatórios de impacto ambiental. Pode também coordenar atividades em diferentes unidades que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como os parques nacionais e estações ecológicas. Em cidades, pode atuar em planos de arborização e constituição de parques e áreas verdes. Na iniciativa privada, acompanha a produção, retirada e processamento da madeira.

**Formação escolar exigida:** Ensino superior completo (5 anos).

**Área de atuação:** O engenheiro florestal pode trabalhar em áreas de preservação como par-

ques, reservas biológicas e estações ecológicas, atuando como gerente da unidade ou na execução de estudos e planos de manejo. Sua especialização permite atuar em órgãos de planejamento e proteção ambiental como o Ibama e a Embrapa. Nas empresas privadas, trabalha em madeireiras, fábricas de papel e celulose e de carvão vegetal, delimitando a área a ser desmatada, acompanhando a retirada e estocagem da madeira e planejando o posterior reflorestamento. Também pode atuar em pesquisas para possibilitar melhorias na adaptação de plantas a certos ambientes e trabalhar em laboratórios e viveiros de plantas. Caso deseje, pode cursar a pós-graduação, habilitando-se para a pesquisa e a docência no ensino superior.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL

Nesta publicação do Instituto Socioambiental (ISA), você encontra muitas informações sobre os domínios naturais brasileiros e os principais desafios sociais e ambientais neles enfrentados.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Almanaque Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3266](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3266)>. Acesso em: 6 mar. 2013.



#### A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS

A conservação das florestas tropicais é abordada, nessa obra, a partir de uma perspectiva socioambiental. Considerando os conhecimentos já existentes sobre as florestas tropicais, os autores discutem a possibilidade de sua recuperação e de seu uso sustentável.

FURLAN, Sueli Angelo; NUCCI, João Carlos. *A conservação das florestas tropicais*. São Paulo: Atual, 1999.

### SITES



#### CERRADO: UM DRAMA EM SILÊNCIO

Matéria esclarecedora publicada pela revista *National Geographic Brasil* sobre a silenciosa e constante destruição do bioma cerrado.

NOVAES, Washington. *Cerrado, um drama em silêncio*, outubro de 2008. In: *National Geographic Brasil online*. Disponível em: <[www.viajeaqui.abril.com.br/materias/cerrado-brasil](http://www.viajeaqui.abril.com.br/materias/cerrado-brasil)>. Acesso em: 12 mar. 2013.



#### MAPA DE BIOMAS E DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA

A publicação traz dados e representações cartográficas sobre os biomas e coberturas vegetais originais do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a publicação reconstitui em detalhes a provável situação da vegetação na época do descobrimento. Em tamanho mural e escala de um para cinco milhões, os dois mapas foram lançados em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade (22 de maio).

IBGE. *Mapa de biomas e da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomas.shtm)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

Você já deve ter ouvido falar sobre a Revolução Francesa. Muitas das ideias que a inspiraram foram produzidas por filósofos que acreditavam que a característica mais essencial dos seres humanos é sua racionalidade. Mas você já se perguntou o que significa a palavra razão? Essa palavra possui muitos usos e significados. Na maioria das vezes, as pessoas a utilizam mais com o significado de “motivo” ou “certeza que leva a algo”, do que com o significado de capacidade racional. Por exemplo, é comum dizermos “por qual razão ele tomou essa atitude?” ou “você não tem razão no que diz”. Ou seja, no uso correto da palavra, não pensamos muito sobre qual seu significado mais forte.

Em Filosofia, podemos entender a razão como a faculdade do entendimento que permite que compreendamos e interpretemos o mundo em nosso redor. A capacidade que nossa mente possui de produzir ideias, problematizar situações ou criar soluções para problemas reais e imaginários. Uma maneira de organizar a realidade e conhecer suas características mais específicas.



Derby Museum and Art Gallery, Reino Unido

**Filósofo lecionando no planetário (1766), de Joseph Wright of Derby (1734-1797), óleo sobre tela 147,3 × 203 cm.**

Filósofo explicando o funcionamento dos planetas com a ajuda de um planetário. O conhecimento, durante o Iluminismo, era um bem extremamente precioso. Muitas palestras e dissecações públicas ocorreram na Europa nesse período. Além disso, publicações como a *Enciclopédia* de Denis Diderot e de Jean le Rond d'Alembert ajudaram a disseminar o conhecimento científico produzido até aquele momento.

O filósofo francês René Descartes (1596-1650), em seu livro *Discurso do método*, afirmou que

A capacidade de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é o que propriamente se denomina o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p.27. (Coleção Os Pensadores).

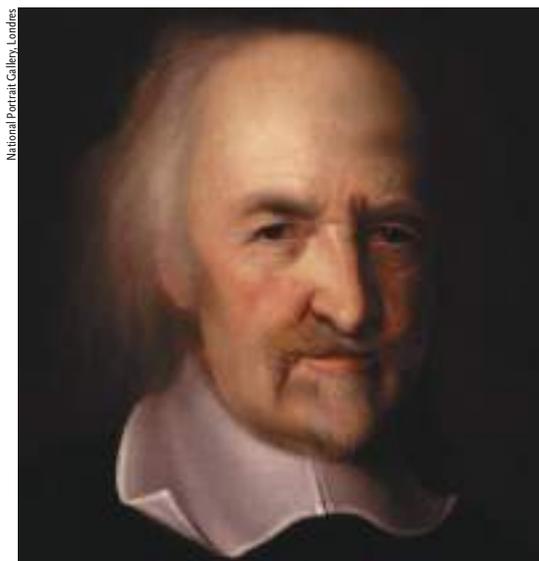
Ele também afirmou que esse bom senso é a coisa mais bem partilhada que pode existir, já que cada ser humano está satisfeito com a quantidade que dele tem. Isso implica que cada um é tomado de uma característica própria e fundamental que é a racionalidade. Ele defende, assim, a universalidade da razão como o único caminho para o conhecimento claro e distinto das coisas.

A razão seria então a luz natural que permite ao ser humano se relacionar com o mundo e seus problemas, visando respectivamente compreendê-lo e superá-los. Daí o sentido do termo “iluminismo”.

O Iluminismo, ou “Século das Luzes”, foi um movimento artístico-filosófico que teve seus momentos e representantes mais profundos no século XVIII. Contudo, as teorias que o inspiraram e lhe deram sustentação, como as de Descartes, surgiram no século anterior.

Se pensarmos a partir de uma perspectiva política, os iluministas defendiam as liberdades individuais do cidadão e seus direitos, o que os posicionava contra toda forma de abuso de poder e autoritarismo. A emancipação do homem se daria por meio do saber e da razão. O conhecimento, assim, deveria ser de livre acesso para todos.

## O HOMEM É O LOBO DO HOMEM



Thomas Hobbes (c. 1669-1670), de John Michael Wright (1617-1694), óleo sobre tela, 66 × 54,6 cm.

Para compreendermos algumas questões políticas que surgem com o Iluminismo é necessário que compreendamos o pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo que não se relacionava diretamente com esse período, visto que viveu entre os séculos XVI e XVII. No entanto, os temas que ele apresenta em sua filosofia se relacionam com a ideia de contrato social, um dos fundamentos presentes em grande parte da teoria política iluminista.

Hobbes é um contratualista, ou seja, acredita que a sociedade civil se fundamenta em um acordo que permite que os homens vivam bem e de maneira a ter garantida a conservação de suas vidas. Essa ideia, que virá a se denominar pacto ou contrato social, perpassa o pensamento

de muitos daqueles que se debruçaram sobre questões como as do **estado de natureza**, da **liberdade civil** e do **direito natural**.

Para compreendermos esses conceitos, devemos observar alguns aspectos do momento em que a Inglaterra se encontrava e como a vida do filósofo se insere neste contexto.

### GLOSSÁRIO

**Direito natural:** aquele que resulta da própria natureza do homem, superior a toda legislação que venha a se contrapor a seus direitos primordiais, é inalienável e contrapõe-se ao direito positivo, que é aquele estabelecido pelo Estado.

**Estado de natureza:** estado hipotético anterior à constituição da sociedade civil.

**Liberdade civil:** neste contexto, é a liberdade que se obtém com o processo de socialização, salvaguardando certos direitos individuais.

A Inglaterra, durante o século XVII, passou por um período de extrema tensão e incertezas provocado pela disputa entre uma monarquia absolutista, representada pela dinastia Stuart, e aqueles que defendiam o Parlamento, que, por sua vez, era controlado pela burguesia puritana, ligada em sua maioria ao liberalismo.

Soma-se a isso o fato de que esse conflito influenciou as disputas religiosas, que geravam uma série de embates entre católicos, puritanos, presbiterianos e anglicanos. A predileção do Estado pela centralização econômico-política e o beneficiamento dos anglicanos pelo rei Jaime I não eram compatíveis com os interesses do liberalismo, que se baseavam na liberdade de produção e de comércio.

A partir de 1640, o sucessor de Jaime I, Carlos I, acirra o confronto com o Parlamento, gerando uma violenta guerra civil que só se encerraria em 1649 com a vitória das forças parlamentares e a execução do rei. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como a Revolução Puritana, e levaram à implantação, durante um breve período, da república na Inglaterra, sob o comando de Oliver Cromwell.

É nesse contexto, no ano de 1651, que Hobbes, refugiado na França, publica seu livro mais marcante e decisivo, o *Leviatã*. A obra é uma reflexão sobre o poder do Estado que, dotado de caráter absoluto, torna-se o mantenedor da vida, da segurança e da paz de seus súditos.

Desse modo, podemos entender algo que ele escreve em sua autobiografia: “minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo”. Este momento da história inglesa é repleto de conflitos reais e sangrentos que poderiam levar o indivíduo, a qualquer momento, a enfrentar a morte de maneira violenta.

Esse sentimento de insegurança, esse medo que poucos filósofos se aventuraram a analisar abertamente é o que permitirá que dotemos de sentido sua frase mais célebre e repetida inúmeras vezes na história: “o homem é o lobo do homem”. Para ele, a tendência mais profunda e primitiva dos seres humanos não é a socialização, mas a desconfiança e o egoísmo.

Nesse ponto, para alguns, a figura de Hobbes é um tanto quanto controversa. Ele defende o poder absoluto do governante como a forma mais eficaz de organização humana. Sua visão sobre o estado de natureza (um momento hipotético da história em que os homens viveriam sem organização política e social) também é algo que nos chama a atenção, visto que ele afirma que o homem não é um ser naturalmente sociável, contrariando a maioria dos pensadores que se dedicaram a esse tema.

Para ele, a humanidade, sem o contrato social, estaria condenada a uma eterna “guerra de todos contra todos”. O fundamento dessa afirmação vem do fato de que a discórdia surgiria entre os homens por serem iguais, o que geraria três motivos para ela: a competição, a desconfiança e a glória.

A discórdia por competição seria a causa dos ataques que visam o lucro, fazendo uso da violência para obter dos outros seus bens e para se tornar seus senhores. A discórdia por desconfiança surgiria daqueles que, no intuito de defender suas posses e seus familiares, atacariam o outro para evitar a violência que este utilizaria por mera competição. A discórdia por glória, nas palavras de Hobbes, seria baseada em ninharias como pequenas desavenças, em olhares de desprezo que levariam à defesa da honra de quem os recebeu, para obter, assim, a glória.

Esse é um ponto muito importante para entendermos a teoria política de Hobbes. Para ele, a maior busca do homem não é a procura desesperada pelo acúmulo de bens. O que está em jogo, na verdade, é a busca e a manutenção da honra, que consiste no valor que se atribui a alguém não pelo que ele é, mas pelo que ele aparenta ser. Assim, o interesse maior

do indivíduo não é produzir ou tomar riquezas, é possuir uma imagem que transmita a aparência da honra. A riqueza é apenas um sinal, um meio para se obter essa imagem.

O homem, portanto, é um ser que vive basicamente daquilo que ele mesmo imagina, ou seja, imagina possuir o poder, imagina ser coroado com o respeito dos outros, mas também imagina as ofensas que poderiam surgir pela inveja de seu poder.

Mais do que isso, imagina que poderia ser traído e enganado por aqueles a quem ele concedeu confiança e, finalmente, imagina que isso tudo pode gerar sua morte pela cobiça que os outros têm da sua glória. É para evitar um suposto ataque furtivo que este homem, pelo medo, inevitavelmente ataca.

É esse quadro de incertezas e inseguranças que Hobbes acredita se desenhar no estado de natureza. Para ele, o direito natural consiste na liberdade que cada homem tem de usar seu próprio poder, como e onde quiser, na preservação de sua própria vida, fazendo tudo o que julgar necessário na realização de seus objetivos.

Para superar as consequências de uma vida de desconfiança e medo, é necessário que as pessoas se organizem e estabeleçam um acordo que permita que vivam bem. Devem substituir sua capacidade de decisão na ação privada por uma confiança superior na capacidade de decisão do governante. Sendo assim, o contrato em Hobbes é um pacto de submissão em que o indivíduo transfere para o governante (um ou mais homens) o poder de agir pela segurança da comunidade, trocando de maneira voluntária sua liberdade individual pela paz proporcionada pela organização da sociedade em um Estado forte.



Coletivo particular

**Ilustração do frontispício da edição de 1651 de *Leviatã*. Gravura, escola inglesa, século XVII.**

Segundo a Bíblia, o leviatã seria um monstro invencível que, para Hobbes, simboliza o poder do Estado absoluto. Seu corpo é constituído pela junção de todos os membros da sociedade e carrega em suas mãos símbolos do poder civil e do poder religioso.

Desse modo, podemos perceber que não basta existirem leis que garantam os direitos dos indivíduos, é necessário que exista o Estado armado que os force a respeitar as leis. As desconfianças geradas pela imaginação seriam contidas pela mão do soberano, único com o poder de decidir o que cabe a cada um. Não há sociedade e depois o poder. Diferentemente de como acreditam outros contratualistas, como

John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em Hobbes a sociedade e o poder, isto é, a socialização e a submissão, acontecem ao mesmo tempo.

Para que a sociedade funcione é necessário que o poder do governante seja ilimitado e este não participe do contrato social. Se ele “assinasse” o contrato junto aos súditos, estaria obrigado a cumprir os mesmos termos. O soberano não deve ter nenhuma obrigação além de proteger a vida de cada súdito e governar o Estado, para não favorecer ou se submeter a ninguém dentro da sociedade.

O que é interessante notar na filosofia de Hobbes é que ele, apesar de defender o absolutismo, não alia este ao direito divino, a ideia de que o poder do rei vem de Deus. Além disso, ele prevê que, se o soberano não cumprisse seu papel, garantindo a segurança de seus súditos, eles poderiam desobedecer-lhe, pois o pacto teria sido quebrado. Isso era uma inovação em relação ao pensamento de filósofos como Jean Bodin (1530-1596) e Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), que defendiam o direito divino dos reis.

Mas você deve estar se perguntando como as ideias que discutimos anteriormente afetam o seu dia a dia. A humanidade ainda não conseguiu dar conta de extinguir os regimes totalitários. Aqui mesmo no Brasil, há pouquíssimo tempo deixamos uma ditadura que ainda apresenta uma série de feridas não cicatrizadas: presos políticos desaparecidos, traumas psicológicos, falta de liberdade de expressão, governos autoritários, entre outras coisas.

Vemos em inúmeros lugares do mundo os indivíduos lutando pela sua liberdade. A chamada primavera árabe, quando o povo de alguns países do Oriente Médio foi às ruas para derrubar seus ditadores, é exemplo claro de como ainda alguns tentam restringir a liberdade das pessoas em nome de benefícios próprios. Mesmo com a sociedade civil instituída, não conseguimos garantir que a exploração entre as pessoas acabasse. Inevitavelmente, quando em decorrência das tragédias e da miséria coletiva nos vemos sem saídas, quando o Estado não desempenha seu papel de maneira eficaz, será que não experimentamos muito sutilmente as consequências de uma visão hobbesiana da natureza humana?

## LER TEXTO FILOSÓFICO

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. Isso equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como portador de suas pessoas, admitindo-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que assim é portador de sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e à segurança comuns; todos submetendo desse modo suas vontades à vontade dele, e as suas decisões à sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: autorizo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama república, em latim *Civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, a nossa paz e defesa. Pois, graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo na república, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz

de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência da república, a qual pode ser assim definida: Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por todos como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Àquele que é portador dessa pessoa chama-se soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 147-148.

Após a leitura do texto, responda às seguintes questões.

1. Pensando sobre o contrato social, o que Hobbes quer dizer com a frase: “conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades [...] a uma só vontade”?
2. Segundo o texto, qual a definição, para Hobbes, do termo Estado?
3. Como ele caracteriza a figura do “soberano”?
4. Resistir à decisões que contrariam os interesses da maioria é um direito inalienável. No entanto, mesmo nos regimes democráticos, não há total garantia de que tudo o que é decidido coletivamente será realmente cumprido. Deste modo, a participação política é uma prática fundamental na construção política das pessoas e da sociedade. Produza um texto destacando como, a partir de suas experiências, é possível colaborar na construção da cidadania e da garantia dos direitos.

## O BOM SELVAGEM E O CONTRATO SOCIAL

Se Hobbes não conseguia conceber a natureza humana de maneira otimista e cooperativa, o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau é seu contraponto perfeito. Para ele, o processo de civilização não trouxe grandes avanços nas relações sociais entre os homens. O indivíduo seria, por natureza, bom. Na verdade, a vida em sociedade é o que o corromperia. Do mesmo modo que Hobbes e Locke, Rousseau era contratualista. Porém, ele acreditava que aqueles que conceberam anteriormente a ideia de um contrato

social transportaram características da vida em sociedade para o estado de natureza, confundindo o homem selvagem com o homem civil. Para ele, discórdia, opressão e orgulho são características da socialização, não da vida no estado de natureza. Podemos afirmar, assim, que os problemas que Hobbes aponta no estado de natureza, para Rousseau são características da sociedade civil.

Em sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, ele realiza longamente o exercício hipotético de reconstruir a figura do homem antes do processo de socialização, o homem só. Partindo de uma análise de como o homem chegaria à vida em sociedade, imagina a trajetória que vai do convívio selvagem à fundação da organização social. Aqui, no entanto, consideraremos apenas alguns momentos desse percurso.

Musee Antoine Lecerier, Saint-Quentin, França



Retrato de Jean-Jacques Rousseau (1712), de Maurice Quentin de La Tour (1704-1788), pastel sobre papel, 45 x 34 cm.

Em sua origem, o homem viveria livre e feliz ao caminhar pelas florestas, dotado apenas de seu instinto de autopreservação, sem a necessidade de relacionar-se com os outros para viver bem. Buscava apenas satisfazer as necessidades de seu corpo, sem recorrer a maiores reflexões ou à criação de laços familiares. O querer, o desejar e o temer eram as primeiras e quase únicas operações de sua alma.

Neste momento ele ainda ignora o vício e traz consigo um coração tranquilo. Para Rousseau, esse seria o cenário mais propício ao surgimento da única virtude por ele considerada natural: a piedade. Sem esta, a razão não serviria de nada e os homens se tornariam monstros, já que o amor de si mesmo contribui para a preservação de toda a espécie.

Quando vemos alguém sofrer, sem maiores reflexões, nosso instinto é o de ajudá-lo. No estado de natureza, seria a piedade que desempenharia o papel que, na sociedade civil, têm as leis e a virtude.



**A violência está dentre as principais preocupações e temores da população das grandes cidades brasileiras no século XXI.**

Na imagem, observamos manifestação contra o uso de armas de fogo em partida entre Palmeiras e Corinthians, em 2012. Conforme pensamento de Rousseau, a violência urbana seria produto da sociedade que corrompe os seres humanos?

É a partir dessas suposições que Rousseau conceberia a noção de **bom selvagem**. Esta carregaria em si uma outra característica essencial ao processo de agrupamento e socialização: a tendência a sempre aperfeiçoar-se. Este aspecto comum e natural do homem permitiu que ele abandonasse seu inocente estado inicial de tranquilidade e desenvolvesse vícios e erros, mas com eles também novas virtudes.

Por meio do convívio encontrou o prazer, que se dava no canto, na dança, no amor e na amizade. Todavia, junto a esses prazeres veio o sofrimento, fruto da inveja e do ódio, propiciando a discórdia, mãe da guerra. O desenvolvimento das técnicas, sobretudo as da metalurgia e da agricultura, legitimou o conceito de propriedade privada, juntamente à percepção, agora nítida, de que uns possuíam mais do que outros.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 203.

É importante destacar que não era ideia de Rousseau retomar a igualdade inicial que existia entre os homens no estado de natureza. Aliás, isso nem é considerado possível. Na verdade, seu objetivo era minimizar as injustiças que a desigualdade social gerada pelo convívio humano propicia. Dessa maneira, algumas de suas ideias estão alinhadas com desafios sociais que temos que enfrentar mesmo nos dias de hoje, como a injusta distribuição de renda que gera o luxo demasiado de alguns e a miséria degradante de outros.

Para ele, é necessário que primeiro haja igualdade de direitos e deveres políticos entre ricos e pobres. Em seu livro *Do contrato social*, ele afirma que a vontade daqueles que são privilegiados economicamente não deve ser maior do que a vontade geral, de modo que os interesses particulares dos ricos não estejam acima da vida ou da liberdade de ninguém. Este conceito também é fundamental em sua filosofia política.

A vontade geral não seria simplesmente a soma ou o agrupamento das vontades individuais dos cidadãos. A vontade geral é aquela que busca realizar o que é melhor para a sociedade como um todo, fundamentando-se naquilo que é de interesse público. Todo cidadão deve estar submetido a ela, mesmo que seus interesses como indivíduo não sejam por ela beneficiados. O governo deveria agir como um corpo submisso à vontade geral, que é soberana.

Portanto, o povo somente é livre a partir do momento em que elabora suas próprias leis em condição de igualdade e respeita essas mesmas leis, que são frutos da vontade de todos. Respeitar a lei que se impõe a si mesmo é a verdadeira liberdade. Desse modo, quando o governante age em causa própria, o povo tem o direito e o dever de destituí-lo, porque já não mais representa a vontade geral, mas a sua própria.

Para Rousseau, a educação, por exemplo, deveria ser um dever público. As pessoas deveriam aprender a ser livres, realizando o que o coração manda, mas também autônomas e autênticas, conduzindo o próprio destino. Essa soberania, porém, está intimamente ligada ao sentido da coletividade. As questões públicas devem ser colocadas acima das questões privadas. O homem civil, na ótica de Rousseau, será o patriota que agirá em função do coletivo e não de si mesmo.

Suas ideias influenciaram profundamente o pensamento político como um todo. Suas concepções filosóficas geraram frutos na pedagogia, inspiraram os ideais proclamados durante a Revolução Francesa, repercutiram na formulação de teorias tão diversas como o comunismo e o anarquismo. Mas, sobretudo, permitiram uma alternativa ao extremo racionalismo que se fundou no século XVII, visto até ali como a única via segura na produção do conhecimento. Ele é um dos primeiros a perceber que, além da razão, os sentimentos e as emoções contribuem fortemente para a formação dos seres humanos, influenciando o movimento cultural chamado Romantismo, que surgirá no século XIX.

#### PARA REFLETIR I

Há um momento crucial no discurso sobre a desigualdade em que Rousseau demonstra como os ricos usam o contrato para legitimar seu direito a posse, garantindo sua segurança e legitimando a exclusão. Vejamos sua fala:

Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituímos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. Numa palavra, em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos os membros da associação, expulsem os inimigos comuns e nos mantenham em concórdia eterna.

[...]

Fora preciso muito menos do que o equivalente desse discurso para arrastar homens grosseiros, fáceis de seduzir, [...]. Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade [...]. Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram doravante todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 221 e 225

**Vidas secas é um romance escrito por Graciliano Ramos. Nele, o vaqueiro Fabiano e sua família enfrentam as dores e angústias da seca no sertão nordestino. O patrão de Fabiano claramente o explora, como veremos no texto a seguir.**

Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito.

Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se: aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era bom pensar no futuro, criar juízo. Ficava de boca aberta, vermelho, o pescoço inchando. De repente estourava – Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa.

Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia.

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinha Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinha Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher.

Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra.

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, enganchou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos.

Foi até a esquina, parou, tomou fôlego. Não deviam tratá-lo assim. Dirigiu-se ao quadro lentamente. Diante da bodega de seu Inácio virou o rosto e fez uma curva larga. Depois que acontecera aquela miséria, temia passar ali. Sentou-se numa calçada, tirou do bolso o dinheiro, examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 92.

1. Que relações podemos traçar entre o texto de Rousseau e o trecho de *Vidas secas* que acabamos de ler?
2. Como podemos relacionar o quadro *Retirantes* aos textos lidos?



Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo, Brasil

**Retirantes (1944) de Cândido Portinari (1903-1962), óleo sobre tela, 192 × 181 cm.**

No quadro, Portinari representa a angústia e o sofrimento dos migrantes, que, por causa da seca, têm de deixar suas terras em busca de melhores condições de sobrevivência.

3. A obra de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, faz referência à vida dos brasileiros na região em que predomina a seca no Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A referência a esses grupos, que vivem com muitas dificuldades até os dias atuais, nos coloca também em questão as condições de vida no campo. Existe muita diversidade nas variadas regiões brasileiras, sendo possível encontrar diferentes culturas e modos de vida no campo. Dentre estes estão quilombolas, populações ribeirinhas, povos indígenas, imigrantes, enfim, populações que estabelecem uma relação dinâmica com a vida econômica das cidades, realizando atividades fundamentais para que se torne possível a vida urbana. Considerando essas afirmações, levante outros elementos que tornam particular a vida no campo. Quais formas de desigualdade encontramos também na vida no campo de diferentes regiões do Brasil?

## MONTESQUIEU E OS TRÊS PODERES

É verdade que ainda estamos aprendendo a lidar com as responsabilidades e os deveres que estão ligados à democracia moderna. Mas existe uma pergunta fundamental que sempre devemos nos fazer: Como garantir que governos autoritários e tiranos não sufoquem as nações e passem por cima do direito dos povos?

A teoria política apresentada por Charles Louis de Secondat, mais conhecido como o Barão de Montesquieu (1689-1755), em seu livro *O espírito das leis*, publicado em 1748, pode nos ajudar a encontrar uma resposta para essa pergunta.

Montesquieu busca encontrar o equilíbrio entre a liberdade do cidadão e a autoridade do poder, para que os indivíduos não ultrapassem os limites que o poder lhes permitia ultrapassar.

Montesquieu realiza uma análise profunda da natureza das leis e de como elas influenciaram as diversas formas de governo. Antes dele, a noção de lei compreendia três dimensões que se confundiam com a ideia de lei divina.

As leis eram a expressão de certa ordem natural, que resultaria da vontade de Deus; eram um dever ser, já que se inseriam na finalidade divina; e representavam a expressão de uma autoridade, pois visavam uma finalidade perfeita, baseada em Deus.

Montesquieu rompe com essa subordinação da política à teologia, estabelecendo uma ligação da política com as ciências empíricas. Para ele, o termo lei se define como “as relações necessárias que derivam da natureza das coisas”. O que ele afirma é que é possível encontrar certa regularidade na forma como os homens se organizaram nas diversas sociedades. Nesse sentido, o intuito de Montesquieu foi entender as leis humanas e suas instituições.

Os homens têm a capacidade de criar leis para regerem seu comportamento. Da mesma maneira, tentam escapar das leis que eles mesmos criam. Como e por que isso se dá? Esse é um dos aspectos fundamentais que ele investiga.

Desse modo, ele concebe a ideia de que o poder deve dar conta de si mesmo. A separação dos poderes em legislativo, judiciário e executivo decorre dessa constatação. Uma das ideias mais citadas do seu pensamento consiste justamente nessa formulação. O poder, se está na mão de apenas um governante, torna-se **despótico**.

O governante não deve dominar a possibilidade de legislar (ou seja, de criar as leis), julgar a natureza dessas mesmas leis e executar as sentenças que foram decididas em julgamento. Se isso ocorresse, apenas a vontade de quem governa bastaria. É necessário que cada poder esteja em mãos diferentes, pois um acabaria por regular a ação do outro. Esta concepção permanece até hoje e permite o funcionamento do Estado moderno de direito.

Chateau de Versailles, Paris



Charles Louis de Secondat (1728), óleo sobre tela, 52 × 63 cm, escola francesa, século XVIII. Mais conhecido como o Barão de Montesquieu.

### GLOSSÁRIO

**Despótico:** aquele poder que é exercido por meio da tirania e da opressão.



Deifim Martins/Pulsar Imagens

**A Praça dos Três Poderes, retratada em dezembro de 2011, na cidade de Brasília.** Trata-se de uma homenagem aos poderes da República, estabelecidos por Montesquieu, e fica entre o palácio do Planalto, que representa o poder Executivo, o Supremo Tribunal Federal, que representa o Judiciário, e o Congresso Nacional, que representa o Legislativo.

Mas, até chegar a esse ponto, Montesquieu define três tipos de governo: o republicano, o monárquico e o despótico, e os analisa nos mais variados aspectos.

Assim, cada forma de governo determina necessariamente que se estabeleça uma conduta específica para com os cidadãos, determinando também leis que condigam com essas condutas. Na cidade antiga, por exemplo, a democracia só se dá pela virtude do cidadão. A monarquia tradicional baseia-se em relações de honra mútua entre vassalos e suseranos. Já o despotismo se legitima pelo uso da força e pela manutenção do medo.

Além disso, ele defende que não apenas as leis e o corpo político governam os homens. Muitas outras coisas afetariam os modos de se governar: a religião, os costumes, o clima, a tradição dos antepassados, por exemplo. Todos esses aspectos definiriam o espírito geral de uma sociedade. Para ilustrar isso, a formação de cidadãos virtuosos é a função da educação em uma república, mas, em um regime despótico, sua função é, por meio da religião, introduzir o medo para gerar o respeito cego ao governante.

Para ele, então, a política deve andar separada da religião e a liberdade é definida como “o direito de fazer tudo o que as leis permitem”. Defendendo a não intervenção da Igreja no Estado e a soberania da propriedade privada, Montesquieu pode ser considerado um dos principais teóricos do liberalismo político.

#### APLICAR CONHECIMENTOS

- UEM (2009)

*[...] com exceção de Rousseau, o pensamento liberal do século XVIII permanece restrito aos interesses dos proprietários e portanto elitista. Embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo liberalismo burguês, as suas convicções dão destaque aos interesses de sua classe e portanto o aproximam dos ideais de uma aristocracia liberal.*

ARANHA, Maria Lúcia. de Arruda; MARTINS, Maria Helena. Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 249.

Assinale o que for correto.

- a) Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.
- b) Montesquieu fundamenta-se na teoria política do contrato social de Rousseau para elaborar sua teoria da formação da sociedade civil e do Estado.
- c) O Estado republicano, para Montesquieu, permite a melhor forma de governo, pois possibilita aos cidadãos exercer um controle eficaz sobre os governantes eleitos, limitando seu poder.
- d) Na sua obra *O espírito das leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.
- e) Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes.

## PARA REFLETIR II

A canção a seguir é uma crítica à lógica das guerras, que são produzidas por aqueles que não lutarão nelas e agem segundo seus próprios interesses econômico-políticos. Observemos:

### A canção do senhor da guerra

Renato Russo

Existe alguém esperando por você  
Que vai comprar a sua juventude  
E convencê-lo a vencer

Mais uma guerra sem razão  
Já são tantas as crianças com armas na mão  
Mas explicam novamente que a guerra gera empregos  
Aumenta a produção

Uma guerra sempre avança a tecnologia  
Mesmo sendo guerra santa  
Quente, morna ou fria  
Pra que exportar comida?  
Se as armas dão mais lucros na exportação

Existe alguém que está contando com você  
Pra lutar em seu lugar já que nessa guerra  
Não é ele quem vai morrer

E quando longe de casa  
Ferido e com frio o inimigo você espera  
Ele estará com outros velhos  
Inventando novos jogos de guerra

Que belíssimas cenas de destruição  
Não teremos mais problemas  
Com a superpopulação  
Veja que uniforme lindo fizemos pra você  
E lembre-se sempre que Deus está  
Do lado de quem vai vencer

O senhor da guerra não gosta de crianças (6 vezes)

A canção do senhor da guerra. Legião Urbana, *Músicas para acampamento*. [São Paulo]: EMI, 1992. Faixa 3.

Renato Russo critica o caráter violento e destruidor das guerras, que sempre atinge aqueles que não queriam participar delas. Do mesmo modo, as crianças-soldados que vemos surgir em meio aos inúmeros conflitos que se travam pelo mundo são um exemplo de onde podem chegar o ser humano e sua ganância. Ismael Beah, um garoto de Serra Leoa que viveu os conflitos da guerra civil, a define da seguinte maneira:

Na guerra a alma está fechada e você não sente emoções, é como um mecanismo de defesa, porque senão você morreria de ver tanto horror.

*El Mundo*, 28 jan. 2008. Disponível em: <[www.elmundo.es/elmundo/2008/01/26/solidaridad/1201347498.html?a=a19ffb08816dad34e2944f701c24f859&t=1201393599](http://www.elmundo.es/elmundo/2008/01/26/solidaridad/1201347498.html?a=a19ffb08816dad34e2944f701c24f859&t=1201393599)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Além disso, se pensarmos sobre a realidade, veremos que o Brasil é um país imenso e cheio de contrastes. Encontramos em nosso país uma pluralidade de culturas e etnias que partilham do mesmo espaço. Entretanto, não é raro ouvirmos, em todo o Brasil, relatos de crianças sendo aliciadas por traficantes para realizar atividades ilícitas. Geralmente, essas crianças possuem vínculos frágeis com a família, a escola e a sociedade. Outro problema que se assemelha a este é o da exploração do trabalho e da prostituição infantil, questões que não podem ser ignoradas se quisermos avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Será que o uso de crianças inocentes em guerras geradas por adultos poderia ser relacionado às consequências da desconfiança e do medo presentes no estado de natureza hobbesiano? Será que, em Rousseau, a propriedade privada não leva a disputas semelhantes?

Partindo do que vimos na foto e refletimos e com ajuda da letra da canção, escreva um texto discutindo o problema.

#### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

##### FILMES



##### MORTE AO REI

O filme se passa no período em que Hobbes viveu, narrando os conflitos que a Inglaterra enfrentava durante a disputa de poder entre a burguesia que representava o Parlamento e a monarquia absolutista.

Direção de Mike Barker. Alemanha e Inglaterra, 2003, 102 min.



##### QUANTO VALE OU É POR QUILO?

É um filme que não trata diretamente dos autores estudados, mas nos leva a fazer analogias muito interessantes entre o escravismo colonial no Brasil e a atual exploração do assistencialismo por vários setores da sociedade. A ambição e a degradação do ser humano podem ser relacionadas aos males que a socialização, segundo Rousseau, causou aos homens. Também podemos fazer uma analogia com a visão que Hobbes possuía da natureza humana.

Direção de Sergio Bianchi. Brasil, 2005, 104 min.

As independências da América e a  
Revolução Francesa

Wangjun Jia/Dreamstime.com

Estátua da Liberdade, Nova York, EUA , 2011.

O processo de independência dos Estados Unidos influenciou diretamente os revolucionários franceses, que viram fortalecida a defesa da liberdade republicana contra o absolutismo monárquico. A estátua da Liberdade, símbolo da cidade de Nova York e da liberdade, foi um presente do governo francês para comemorar o primeiro centenário da Independência dos Estados Unidos, em 1886.

Entre os séculos XVI e XVIII, portugueses, franceses, ingleses e espanhóis conquistaram terras na América e criaram várias colônias com a finalidade de explorar e adquirir riquezas. No entanto, no século XVIII, começaram a se tornar frequentes as discussões quanto a essa dominação. Muitos colonos questionavam as leis impostas pelas metrópoles e discursavam em nome da liberdade. Várias colônias também queriam que seus negócios pudessem ser feitos sem a interferência da Metrópole, o que os tornaria muito mais lucrativos.

No caso do Brasil, por exemplo, como já estudamos, os colonos tinham de pagar aos portugueses o quinto do ouro durante o período em que grande quantidade desse metal era extraída em Minas Gerais. Caso o Brasil deixasse de ser Colônia de Portugal, não haveria mais necessidade de fazer esse pagamento.

As treze colônias britânicas da América do Norte foram as primeiras a declarar sua independência, em 1776, formando o país que conhecemos hoje como Estados Unidos da América. Esse movimento inspirou outras independências, inclusive a do Brasil, que ocorreu em 1822. O movimento pela independência dos Estados Unidos influenciou também a Revolução Francesa, uma das mais importantes transformações na vida política da Europa.

## O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO

No século XVI, já havia começado a se desenvolver embrionariamente o sistema capitalista na Europa, que tinha como base as atividades comerciais. Já havia se iniciado também a expansão marítima europeia, que levaria muitas riquezas para a Europa e abriria novas possibilidades para o comércio.

Nesse período, também foram se erguendo os chamados Estados nacionais, unificados em torno de uma família real. Isso ocorreu em Portugal, na Espanha, na França, na Inglaterra e em outros reinos europeus. Mas no que esses Estados nacionais eram diferentes dos reinos feudais? O que mudou na vida política da Europa?

Na Idade Média, as relações políticas estavam diretamente ligadas às relações pessoais de compromisso. Um rei conquistava aliados à medida que realizava acordos com outros nobres, que passaram a ser seus vassalos. Em troca da concessão de terras, um nobre se aliava ao rei, a quem devia proteção. Assim, o exército do rei era privado, ou seja, era formado com base nos laços que o rei estabelecia com muitos nobres.

Já na chamada Idade Moderna, período inaugurado com a crise do feudalismo, o governante era um chefe de Estado que exercia o poder independentemente das relações de compromisso. O exército do rei, por exemplo, tinha a função de proteger todos os súditos que vivessem naquele reino.

Desse modo, surgia um espaço nacional que tinha fronteiras delimitadas. O exército do rei, assim como a estrutura administrativa do reino, era sustentado pelos impostos e com o apoio financeiro dos comerciantes burgueses, interessados em obter melhores condições para realizar o comércio e expandir seus mercados.

Essa nova organização política denominou-se monarquia nacional absolutista. Em Portugal, a unificação do Estado em torno de um rei ocorreu no século XIV e, na Espanha, em fins do século seguinte. No caso português, a unificação contribuiu para que se ampliassem os investimentos na navegação e na busca de novas possibilidades de exploração do comércio. No século XVI, a Espanha era uma das mais ricas nações da Europa, pois desfrutava do ouro e da prata trazidos da América. Por isso, existe uma relação direta entre a formação das monarquias nacionais e a expansão marítima europeia.

No mesmo século, algumas dessas monarquias nacionais tornavam-se governos absolutistas. Mas o que isso significa?

O absolutismo é uma forma de governo na qual o governante, no caso, o rei, tem o poder absoluto. Não há uma constituição à qual o rei deva se submeter, a sua vontade é superior a todas as outras, sendo suas ordens uma vontade inquestionável. Na França, o rei Luís XIV, que governou entre 1643 e 1715, conhecido como Rei Sol, afirmava: “O Estado sou eu”.

O pensamento absolutista tem como base a teoria do direito divino dos reis, defendida pelo bispo Jacques Bossuet (1627-1704). Para ele, o rei era uma entidade superior, cujo poder

emanava de Deus. Qualquer desobediência a uma ordem do rei deveria ser considerada uma traição.

Portanto, o rei não dependia de uma Constituição ou da vontade de um parlamento para governar; ele encarnava a própria lei. Seu poder era hereditário, ou seja, com a sua morte, seus filhos ou parentes diretos assumiam seu lugar sem que a população pudesse dar qualquer palpite.

Isso não quer dizer, entretanto, que o rei não precisasse criar condições políticas adequadas para governar. Era preciso estabelecer equilíbrio político para sustentar seu poder. Por isso, realizava acordos e negociações com os grupos sociais que lhe davam sustentação.

O rei era o representante maior de uma dinastia de nobres. Nos círculos palacianos, a nobreza se distinguia da população artesã e camponesa ao desenvolver rituais nos quais a etiqueta, as vestimentas e as regras da corte destacavam a família real e evidenciavam sua superioridade.

Nas monarquias absolutistas, o comércio era importante fonte de riqueza que sustentava o Estado. Para garantir o acúmulo de riquezas, o Estado absolutista procurava fazer com que seus cofres tivessem a maior quantidade possível de ouro.

Era considerado um país rico aquele que tivesse grandes reservas de ouro. Para tanto, promovia-se uma política protecionista, na qual era incentivada a exportação de produtos nacionais e inibidas as importações. Portugal, por exemplo, procurava exportar vinhos e impedir a importação desse produto. Quanto mais riquezas coloniais conseguisse explorar e comercializar na Europa, mais favorável seria sua balança comercial e mais rica seria a nação. Na verdade, um dos princípios básicos da política econômica da época, denominada mercantilista, era vender mais produtos a outros países do que comprar.



*Luís XIV, o Rei Sol (1701), de Hyacinthe Rigaud (1659-1743), óleo sobre tela, 279 × 190 cm.*

O rei absolutista francês Luís XIV, conhecido também como Rei Sol, é retratado em uma representação que o coloca em posição de superioridade e divindade.

## DA CRÍTICA AO ABSOLUTISMO À REVOLUÇÃO INGLESA

Ainda no século XVII, surgiram as primeiras críticas e movimentos que se opunham ao absolutismo. Na Inglaterra, ocorreu entre 1640 e 1688 a chamada Revolução Inglesa. Em 1628, o Parlamento inglês aprovou e impôs ao rei a Petição de Direitos. Com essa petição, os deputados, muitos deles representantes da burguesia comerciante, pretendiam limitar o controle do rei sobre os impostos arrecadados e também impedi-lo de convocar o exército sem a autorização do Parlamento. Na prática, os parlamentares queriam restringir o poder absoluto do rei.

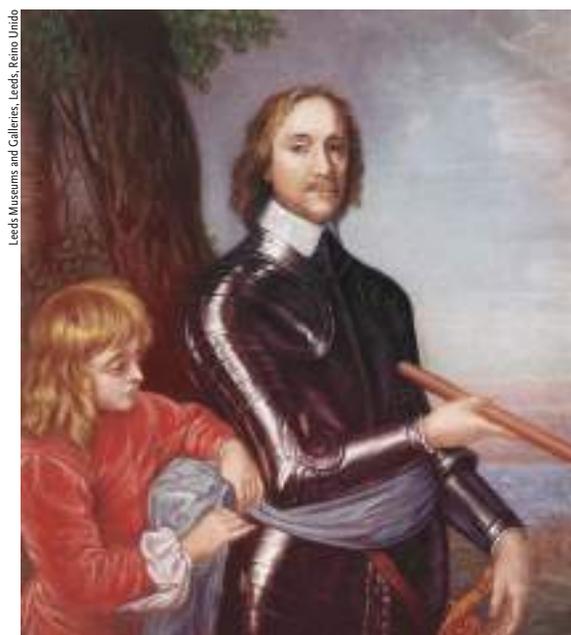
Em resposta às exigências do Parlamento, o rei dissolveu-o em 1629, inaugurando um longo período de conflitos entre os deputados e o rei. Entre 1640 e 1649, ocorreu a chamada Revolução Puritana, quando se instaurou uma guerra civil entre o Parlamento

e o rei. Esse conflito teve esse nome porque seus líderes, ligados à burguesia mercantil (*gentry*), defendiam que a Inglaterra eliminasse os rituais católicos da religião oficial do Estado, fazendo com que o país aderisse integralmente aos princípios do protestantismo.

Desde o século XVI, a religião oficial do Estado inglês era o anglicanismo, religião cristã que unia princípios do catolicismo com os do protestantismo fundado pelo teólogo alemão Martinho Lutero em 1517. Nas monarquias absolutistas era comum a união do Estado com uma instituição religiosa, como a Igreja Católica.

Em 1649, os puritanos saíram vitoriosos e conseguiram depor o rei Carlos I, que foi decapitado. A monarquia foi abolida e proclamada a República sob a liderança de Oliver Cromwell, um parlamentar puritano.

Nos anos 1650, Cromwell instaurou uma ditadura na Inglaterra e entrou em conflito com o Parlamento, que não aceitava seu poder ditatorial. Cromwell permaneceu no poder até 1658, quando faleceu. Nos anos 1660, sem que surgisse uma nova liderança efetiva no Parlamento, iniciou-se um movimento pela volta da Monarquia, o que ocorreu em 1660, quando o rei Carlos II assumiu o trono. Em 1685, após a morte de Carlos II, assumiu o trono seu irmão Jaime II, que tentou intensificar o poder absolutista. Ocorreu então a chamada Revolução Gloriosa, que depôs o rei e colocou no trono Maria, filha de Jaime II, e seu marido Guilherme de Orange. Para tanto, eles concordaram em assinar a chamada Declaração de Direitos, importante documento que limitava o poder do rei, que seria obrigado a seguir uma Constituição e ter seus projetos aprovados pelo Parlamento, ou seja, não poderia ser absolutista.



Detalhe de *Retrato de Oliver Cromwell* (c. 1649), de Robert Walker (1599-1658), óleo sobre tela, 127,7 × 102,9 cm.

## LER DOCUMENTO I

### Declaração de Direitos (1689)

Os Lordes espirituais e temporais e os membros da Câmara dos Comuns declaram, desde logo, o seguinte:

- que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento;
- que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio;
- que o ato de levantar e manter dentro do país um exército em tempo de paz é contrário à lei, se não proceder autorização do Parlamento;
- que devem ser livres as eleições dos membros do Parlamento;
- que é indispensável convocar com frequência o Parlamento para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis;

[...]

A esta petição de seus direitos fomos estimulados, particularmente, pela declaração de S. A. o Príncipe de Orange (depois Guilherme III), que levará a termo a liberdade do país, que se acha tão adiantada, e esperamos que não permita sejam desconhecidos os direitos que acabamos de recordar, nem que se reproduzam os atentados contra a sua religião, direitos e liberdades.

*Direitos e desejos humanos no ciberespaço.* Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/anthist/decbill.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/decbill.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

1. De que maneira está presente a noção de igualdade nesses princípios? Explique.
  2. Existe a defesa da liberdade nesses princípios? Explique.
  3. Em que medida os princípios presentes nesse documento se opõem ao absolutismo monárquico?
  4. Há alguma semelhança entre esses princípios e as leis na sociedade em que vivemos hoje? Justifique.
- 

## DA INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS À ECLOSÃO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

As mudanças ocorridas na Inglaterra não alteraram substancialmente o domínio que exercia sobre suas colônias na América. Entre suas principais posses estavam as chamadas 13 colônias inglesas, que depois do processo de independência se denominariam Estados Unidos da América.

Essas colônias apresentavam características diferenciadas. As colônias do Sul eram essencialmente agrícolas, enquanto as do Norte já exerciam atividades manufatureiras no século XVIII.

Nos anos 1760, a Inglaterra, que havia restaurado a monarquia, decidiu ampliar a cobrança de impostos das colônias para sanar suas finanças. Ao mesmo tempo, a Coroa britânica pretendia aumentar o controle político sobre suas colônias, que gozavam de relativa autonomia administrativa, diferente do que ocorria em outras colônias europeias, como o Brasil.

Tal orientação provocou a revolta de muitos colonos que defendiam a liberdade de comércio e não queriam ver seus custos de produção aumentados por uma imposição real. Assim, ganhou força um movimento que contestava o poder metropolitano e defendia a independência dos Estados Unidos.

Os revolucionários se apoiaram nas ideias de vários autores que defendiam a liberdade política e a igualdade de direitos. Dentre eles, o inglês Thomas Paine, que se mudou para a América em 1774 e defendia abertamente o regime republicano e o fim do domínio sobre a Colônia.

Em 1774, foi organizado um congresso na Filadélfia, que reuniu representantes da maioria das colônias norte-americanas. Nele foi redigido um documento que exigia do rei inglês a anulação das leis que criavam ou ampliavam impostos. Diante da negativa do rei, no ano seguinte, realizou-se o Segundo Congresso Continental da Filadélfia, que decidiu romper as relações comerciais com a Inglaterra. Em 4 de julho de 1776, veio o rompimento definitivo por meio da declaração de independência, sendo criados os Estados Unidos da América do Norte, que depois se tornariam Estados Unidos da América.

A independência dos Estados Unidos foi fundamental para que outras independências políticas ocorressem na América. Foi também um importante movimento contra as monarquias, pois criticava a Coroa inglesa e defendia o regime republicano, mais democrático por defender a maior participação dos cidadãos nas decisões políticas. Os governantes seriam escolhidos pelo povo e não haveria o caráter hereditário presente nas monarquias.

Em 1789, foi a vez de eclodir na França uma revolução. Tratava-se da chamada Revolução Francesa (1789-1799), que derrubou o poder absolutista do rei e, em 1792, proclamou uma República naquele país. O lema de seus revolucionários – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – ecoa até os dias atuais.

Na segunda metade do século XVIII, a França estava organizada socialmente em três estados ou ordens. O primeiro deles era formado pelo clero, o segundo pela nobreza e o terceiro pelos camponeses, artesãos e comerciantes (maioria da população).

Nesse período, uma grave crise econômica tomou conta do país, fazendo com que o governo absolutista de Luís XVI aumentasse os impostos para melhorar a arrecadação do Estado, que pagava ricas pensões à nobreza, que era também grande proprietária de terras. Nos anos 1780, muitos camponeses reclamavam da miséria e o número de desempregados e famintos aumentava visivelmente em Paris. Ao mesmo tempo, a burguesia, que fazia parte do Terceiro Estado, embora rica, não gozava dos mesmos direitos políticos que a nobreza. Assim, os burgueses eram críticos do regime absolutista, pois desejavam ter maior espaço político, além de defender maior apoio a suas atividades econômicas.

Foi nesse contexto que, em 14 de julho de 1789, eclodiu a Revolução Francesa, quando lideranças revolucionárias invadiram a Bastilha, uma prisão política para os inimigos do rei, libertando todos os presos. Os chefes da Bastilha foram assassinados e suas cabeças desfiladas em espetos pelas ruas de Paris. Era o primeiro grande momento de luta contra o poder absolutista. Os revolucionários exigiam que fosse instalada uma Assembleia Nacional e que fosse redigida uma constituição para a França.

O rei, a partir de então, não seria mais absoluto, devendo respeitar as leis criadas pela Assembleia com apoio popular. Inicialmente, tratou-se de um movimento contra o absolutismo e não contra a monarquia.

Ainda no mês de julho, a Assembleia Nacional se autoproclamou Assembleia Nacional Constituinte e redigiu a Constituição da França. No mês de agosto, a Assembleia publicou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O primeiro artigo desse documento confirmava o princípio iluminista: “Os homens nascem livres e iguais em direitos”. Essa era uma profunda transformação das estruturas sociais e políticas, pois se propunha que não existissem diferenças de direitos entre os grupos sociais, ou seja, os nobres não teriam mais direitos que os camponeses por serem nobres. Por essa regra, nem mesmo o rei estaria acima da lei. Ele também deveria respeitar a Constituição.



Diante da grande pressão popular, o rei teve que ceder e concordar com a elaboração de uma Constituição que ele mesmo deveria seguir. A primeira Constituição francesa ficou pronta em 1791, e o país se tornou uma monarquia constitucional. Havia um rei, mas este deveria se submeter às regras constitucionais. Nesse mesmo ano, contudo, o rei da França planejou uma fuga a fim de obter apoio no exterior para derrotar os revolucionários.

Ele esperava chegar à Áustria, país absolutista, que o ajudaria a organizar um exército para lutar contra os revolucionários franceses. Entretanto, foi capturado e julgado culpado de traição à nação. Em agosto de 1792, uma nova onda revolucionária derrubou definitivamente a Monarquia e transformou a França em uma República. Em janeiro de 1793, o rei Luís XVI foi decapitado em uma cerimônia pública.

Para impedir uma contrarrevolução que retornasse a Monarquia ao poder, os líderes políticos jacobinos, que se opunham aos girondinos instauraram uma ordem política que ficou conhecida como Terror, devido à forte repressão instituída para aqueles que supostamente conspirassem contra a Revolução.

Ao mesmo tempo, a Assembleia, denominada a partir de então de Convenção, votou uma nova Constituição, na qual seria garantido o direito ao trabalho, à instrução, à liberdade e à insurreição quando os direitos dos povos não fossem respeitados.

Uma das principais instituições governamentais do Terror era o Comitê de Salvação Pública, criado pelos deputados jacobinos. O comitê tomava as medidas necessárias para impedir que a contrarrevolução ganhasse força. Para tanto, criou a Lei dos Suspeitos, que permitia a prisão de qualquer pessoa considerada traidora da Revolução. Milhares de pessoas foram presas com base nessa lei, e muitas delas, guilhotinadas. Em outubro de 1793 foi a vez da rainha Maria Antonieta ser guilhotinada. O clima tornava-se ainda mais tenso devido à necessidade de combater os inimigos internos e externos da Revolução.

A intensa perseguição política fez com que até mesmo alguns jacobinos fossem condenados. Este foi o caso de Georges Danton, importante líder jacobino que passou a criticar os excessos do regime e acabou recebendo ordem de prisão de seu companheiro político, Maximilien Robespierre. Danton também foi guilhotinado em 1794.

A radicalização fez com que Robespierre perdesse muitos de seus aliados. Nem mesmo os *sans-culottes*, importante base de apoio dos jacobinos, aprovavam o Terror. Os *sans-culottes* reivindicavam uma solução mais rápida para os problemas sociais da França,



Representação da execução de Luís XVI, rei da França, em 21 de janeiro de 1793. Após centenas de anos sob a Monarquia, a França condenou o principal representante da realeza à guilhotina.

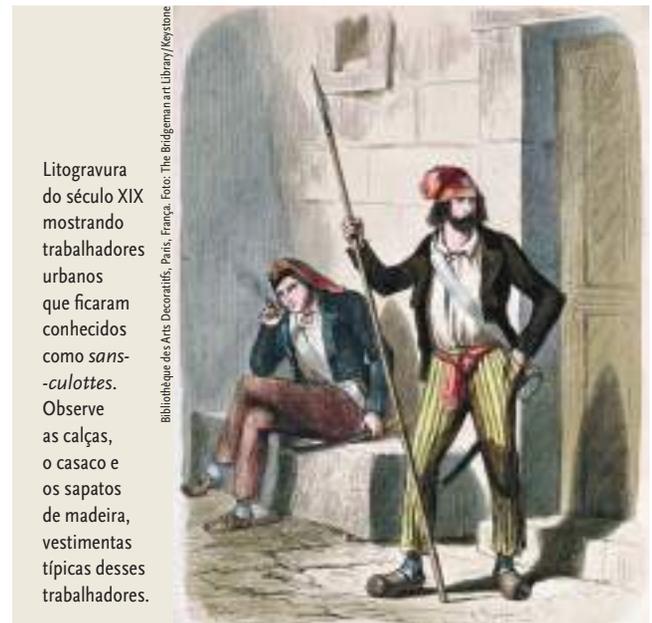
como a fome, a falta de terras para pequenos produtores e a existência de um grande número de indigentes nas cidades. Neste contexto, em julho de 1794, a Convenção volta-se contra Robespierre, que é preso, julgado e condenado à morte na guilhotina, encerrando o período do Terror.

Após o Terror, a Lei dos Suspeitos foi abolida e os girondinos ganharam maior espaço político. Os comitês se enfraqueceram e a Assembleia voltou a concentrar mais poder.

A partir de 1795, quando é criado o governo do Diretório, a Revolução cede espaço para a alta burguesia, que vai impor seus interesses, deixando menos espaço para que os *sans-culottes* e jacobinos retomem o caráter revolucionário do movimento.

Neste contexto, destaca-se Napoleão Bonaparte, militar que, nos anos anteriores, obteve importantes vitórias contra os inimigos externos da Revolução. Em 1799, quando os jacobinos obtiveram expressiva vitória nas eleições para os conselhos legislativos, temia-se um novo processo de radicalização revolucionária. Articulou-se assim, com o apoio dos girondinos, um golpe de estado liderado por Napoleão, que tomou o poder em novembro de 1799.

Napoleão passou a integrar o governo do Consulado, formado também pelo Abade Emmanuel Sieyès e Roger Ducos. Após a elaboração de uma nova Constituição, Napoleão tornou-se o primeiro-cônsul do país por dez anos. Já não havia mais fôlego para uma reação armada. A Revolução Francesa chegava ao fim, mas não sem forte impacto sobre a vida europeia.



Litogravura do século XIX mostrando trabalhadores urbanos que ficaram conhecidos como *sans-culottes*. Observe as calças, o casaco e os sapatos de madeira, vestimentas típicas desses trabalhadores.

Os principais grupos políticos da Revolução Francesa	
Girondinos	Estavam relacionados aos interesses da alta burguesia francesa, dentre eles grandes banqueiros e comerciantes. No entanto, havia também entre seus membros representantes de estratos inferiores da burguesia. Aliaram-se às classes populares contra o rei, uma vez que eram defensores de uma monarquia constitucional. Perderam espaço a partir da proclamação da República em 1792, sendo perseguidos pelo regime do Terror. Voltaram a ter força política na Assembleia a partir de 1795. O nome girondino advém da Gironda, próspera região do interior da França, que tinha deputados defensores de posições comuns, especialmente a monarquia constitucional.
Jacobinos	Formado por deputados representantes da burguesia e defensores do regime constitucional. Defendiam o fim de todas as estruturas feudais e a igualdade social. Foram fundados mais de cem clubes que propagavam as ideias dos jacobinos na França. Estiveram à frente do poder durante o regime do Terror, sendo perseguidos e seus clubes fechados com o fim desse regime. O nome jacobino advém do fato de terem fundado seu primeiro clube no convento dominicano Saint-Jacques.
<i>Sans-culottes</i>	Grupo formado por trabalhadores urbanos, especialmente de Paris. Dentre eles, operários, empregados domésticos, funcionários do comércio, artesãos e outros estratos sociais não relacionados aos interesses burgueses. Não tinham representação própria na Assembleia, mas foram importante base de apoio dos jacobinos. Tinham grande força popular e pregavam a igualdade, o respeito às leis e a criação de uma república popular e democrática. Com a queda dos jacobinos, em 1794, perderam força política. Seu nome advém da expressão francesa “sem <i>culotte</i> ”, referindo-se ao povo que não vestia as calças com <i>culotte</i> , utilizadas pela nobreza. Ao contrário dos calções que apertavam os joelhos usados pelos nobres, vestiam calças largas, casaco curto e sapatos de madeira.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

A efervescência política duraria muitos anos. No entanto, a Revolução Francesa já havia promovido transformações profundas na sociedade francesa e espalhado ideias revolucionárias por toda a Europa e a América. A defesa da liberdade individual, o repúdio à escravidão, a defesa da igualdade de direitos e a condenação do poder absoluto ecoariam em muitos países.

## LER TEXTO JORNALÍSTICO

Leia o texto e depois responda às perguntas.

### Guilhotina

O doutor [Joseph-Ignace] Guillotin, deputado do Terceiro Estado de Paris, apresenta, em dezembro de 1789, um relatório sobre o Código Penal, cujo tema principal é a igualdade perante a lei “tanto quando ela pune, como quando protege”. A Assembleia adota esse princípio sob a seguinte forma: “Os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe e o estado do culpado” (Moniteur, de 12 de dezembro de 1789). No que se refere à aplicação da pena de morte, o doutor Guillotin pede a construção de “um mecanismo que decapitaria a cabeça dos criminosos num piscar de olhos”, para evitar sofrimentos inúteis.

Essa proposição de Guillotin visava fazer desaparecer os escândalos do Antigo Regime: a desigualdade social, até na aplicação da pena de morte, e os sofrimentos que envolviam essa morte. Segundo a classe social do condenado, a morte vinha por degolamento a machado ou a espada, para os nobres, por forca para os não nobres. Segundo a natureza do crime, a pena de morte podia também ser aplicada pelo suplício da roda ou pelo fogo. O povo, muito apaixonado por execuções capitais, acompanhava os inúteis esforços do carrasco, forçado, por exemplo, a fazer vir cavalos repousados para esquarterar Damien, ou ainda a recomençar várias vezes, com o machado ou a espada, para decapitar Lilly.

A Constituinte decide, apoiando-se no relatório de Le Pelletier de Saint-Fargeau, que “todo condenado à morte terá a cabeça decapitada” (5 de junho de 1791), fazendo assim aceder todos os franceses a uma honra reservada somente aos nobres do Antigo Regime.

Em abril de 1792, o cirurgião Louis Guillotin é encarregado de estudar um modelo de mecanismo que permita decapitar a cabeça dos condenados; é ele quem imagina a máquina composta de “dois montantes com corrediça, afastados de um pé de distância”; de “um trincho de boa tempera”, com um peso grande na parte posterior da lâmina, para acentuar a força do golpe que cai, segundo a vontade do carrasco, por intermédio de duas cordas e de roldanas; de “um cepo de madeira chanfrado na parte superior para alojar, à vontade, a cabeça do paciente [...] deitado de barriga para baixo”. Em quinze dias, a primeira guilhotina é construída, experimentada em cadáveres de animais e de seres humanos, e colocada em Paris na praça de Grève. A primeira execução se realiza em 25 de abril de 1792: o condenado é Nicolas-Jacques Pelletier, culpado de “roubo a mão armada de noite”. Apesar da intervenção determinante do cirurgião Louis, a máquina toma o nome daquele que a imaginou, o doutor Guillotin [...].

PÉRONNET, Michel. *Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 174-175.

1. O que significa a expressão Antigo Regime presente no texto?

---

---

2. Em que medida a criação da guilhotina está de acordo com os ideais da Revolução Francesa?

---

---

---

## A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL

Como a independência do Brasil, ocorrida em 1822, relaciona-se com a história da independência dos Estados Unidos ou com a Revolução Francesa? A história da independência política do Brasil precisa ser entendida a partir da própria história brasileira, mas sofreu influências desses movimentos revolucionários. Vamos primeiro destacar o contexto em que a independência brasileira ocorreu.

Em 1806, o imperador da França, Napoleão Bonaparte, impôs à Europa o chamado Bloqueio Continental. O objetivo era sufocar sua principal inimiga, a Inglaterra, inibindo os países europeus de manter relações comerciais com ela. O país que desrespeitasse as regras seria invadido pelas poderosas forças militares de Napoleão. Portugal tinha como sua principal aliada econômica a Inglaterra, com quem possuía acordos comerciais e dívidas a pagar.

Nessa condição, Portugal decidiu manter-se aliado aos britânicos, desrespeitando as ordens napoleônicas. Com isso, em fins de 1807, Napoleão decidiu invadir Portugal. Para evitar a queda do rei, a família real portuguesa planejou fugir para o Brasil. Dessa forma, as tropas de Napoleão invadiriam o país, mas não capturariam seus governantes.

Assim, em janeiro de 1808, desembarcou no Brasil a família real portuguesa, liderada pelo príncipe regente d. João, já que a rainha, Maria I, mãe de d. João, havia sido afastada do trono.

Logo após a chegada ao Brasil, o príncipe decretou a abertura dos portos às nações amigas: depois de aproximadamente três séculos, o país, pela primeira vez, receberia navios de outras nações europeias em seus portos. Quebrou-se assim a exclusividade do comércio português no Brasil.

O principal objetivo da medida era permitir que os ingleses aportassem diretamente no Brasil para vender suas mercadorias e comprar produtos agrícolas brasileiros que seriam revendidos na Europa. Em troca, os ingleses ofereceriam ajuda militar aos lusos.

Em 1810, foram elaborados os Tratados de Comércio e Navegação, que claramente favoreciam a Inglaterra. Os produtos britânicos que chegassem ao Brasil sofreriam uma taxa menor que os de outros países. A historiadora Lilia Schwarcz explica a importância dessas medidas ao afirmar que:

O Rio de Janeiro havia se transformado, desde o tratado de 1810, no grande entreposto brasileiro, e de seus portos afluíam e partiam uma enormidade de produtos. Do Reino Unido vinham tecidos, metais, gêneros alimentícios e mesmo vinhos espanhóis; da França, artigos de luxo, quinquilharias, móveis, livros e gravuras, sedas, manteigas, licores, velas, drogas; da Holanda, cerveja, vidros, linho e genebra; da Áustria, que comercialmente representava o norte da Itália e o sul da Alemanha, relógios, pianos, tecidos de linho e seda, veludos, ferragens, produtos químicos [...]; da costa da África, mais especificamente de Angola e Moçambique, ouro em pó, marfim, pimenta, ébano, cera (consumida pelas igrejas em quilos), azeite de dendê, goma arábica e – a nota triste dessa relação – escravos negros. Mas a lógica do mercado, por certo, não tinha um lado só. O Rio passava a representar para as colônias africanas de Portugal o mesmo papel que antes cumprira Lisboa. Também o comércio português com a Índia e a China localizou-se então no Rio de Janeiro, de onde se faziam as reexportações para Lisboa e outros portos europeus, e para o restante da América. Por sua parte, as principais exportações do Brasil, e em especial do Rio, compreendiam o açúcar, o café, o algodão e o fumo, produzido também no Espírito Santo.

SCHWARCZ, Lilia. Pagando caro e correndo atrás do prejuízo. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 273-274.

Assim, pode-se dizer que o Brasil havia se transformado na sede do império português. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, deixando de figurar como Colônia.

No entanto, em 1820, depois que as tropas de Napoleão já haviam deixado Portugal e o próprio Napoleão já havia sido deposto na França, iniciou-se um movimento em

Portugal pelo retorno da família real, a chamada Revolução Liberal do Porto. Em 1821, o rei d. João VI e a família real retornaram a Portugal, cumprindo uma exigência dos constituintes portugueses, que elaboraram uma Constituição e colocaram fim ao absolutismo em seu país. No Brasil, ficou o filho de d. João VI, o regente d. Pedro.

Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro



*D. João et dona Carlota Joaquina passant la Quinta de Boa Vista près du Palais de São Cristóvão* (D. João e D. Carlota Joaquina passando na Quinta de Boa Vista perto do Palácio de São Cristóvão), 1816-1821, de Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), óleo sobre tela, 92 × 146 cm.

Nesse momento, a Metrópole adotou medidas que restringiam a autonomia brasileira conquistada a partir de 1808. Começou a ocorrer um processo de recolonização que os comerciantes brasileiros já não pareciam dispostos a aceitar, à medida que defendiam o livre-comércio entre o Brasil e as demais nações.

Começou a se organizar um movimento pela independência política do país com o apoio dos proprietários de terras e comerciantes. Nesse contexto, as ideias francesas de liberdade e igualdade, assim como a luta pela independência dos Estados Unidos, serviram como forte ideário.

Em setembro de 1821, a Metrópole ordenou também o retorno do príncipe regente d. Pedro. Mas, a pedido da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e sob influência de seu tutor José Bonifácio, em 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente declarou o Fico, recusando-se a cumprir as ordens de Portugal. Dessa forma, o príncipe tornou-se o principal instrumento de conquista da autonomia política desejada pela elite econômica da Colônia.

Após a notícia de que Portugal enviaria tropas para o Brasil com a finalidade de forçar o príncipe regente a voltar para lá, veio o rompimento definitivo. Em 7 de setembro de 1822, d. Pedro proclamou a Independência do Brasil com o apoio de proprietários de terras, garantindo a essa elite a continuidade da escravidão no país.

Em Pernambuco, Piauí, Bahia, Grão-Pará e Maranhão ocorreram movimentos de resistência, resultando na Guerra de Independência, que persistiu até fins de 1823. O primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil foram os Estados Unidos, em



Museu Imperial, Petrópolis

**Proclamação da Independência (1844)**, de François-René Moreau (1807-1860), óleo sobre tela, 244 × 383 cm.

O pintor francês, que não vivenciou a independência brasileira e produziu essa obra por encomenda do Senado nacional, criou uma cena idealizada em que, diante de uma população branca, d. Pedro é aclamado líder popular. Na realidade, ele representou os interesses de uma elite escravocrata interessada no livre-comércio.

junho de 1824. Já entre os países da América Latina, dos quais se esperava pronto reconhecimento, este só se concretizou em 1825, pois as repúblicas vizinhas encaravam com desconfiança a instauração de um regime monárquico na América.

Com a mediação da Inglaterra, que em troca exigiu a ratificação dos tratados comerciais de 1810 pelo governo brasileiro, Portugal, imerso em uma profunda crise econômica, desistiu da ideia de tentar recuperar a antiga Colônia, reconhecendo sua independência em agosto de 1825.

## LER DOCUMENTO II

Entre 1808 e 1823, o jornalista Hipólito José da Costa publicou o jornal *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal do país. Leia o trecho a seguir e responda às questões.

# Escravatura no Brazil

Não podemos deixar de louvar todos os procedimentos que têm havido no Brazil; porque todos eles se têm achado na mais admirável coincidência, com as ideias que temos anunciado, não sabendo ainda dos planos que no Brasil intentavam seguir.

Há, porém, um ponto, sobre que mais de uma vez temos falado, em nosso Periódico, dando nisso nossa decidida opinião e a respeito do qual observamos que todos os escritores do Brasil guardam ainda silêncio; e é este ponto, a gradual e prudente extinção da escravatura.

É ideia contraditória querer uma nação ser livre [...] e manter dentro em si a escravatura, isto é, o idêntico costume oposto à liberdade.

[...]

Argumentar-nos-ão que os escravos são necessários, para a cultura dos campos, e para lavrar as Minas; e que, sem os escravos, esses ramos essenciais da indústria do país desaparecerão, e com eles a riqueza do Brasil.

Negamos redondamente, e o provaremos quando for conveniente, que o Brasil deixe de ser igualmente rico, quando não tiver escravatura [...]

Da continuação da escravatura no Brasil deve sempre resultar uma educação que fará os homens menos virtuosos, e mais suscetíveis a submeterem-se ao governo arbitrário de seus superiores; e nem se argumentará, para alegar como regra geral, a energia e sentimentos nobres. [...]

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p. 574-575.

1. Por que, para o autor do texto, a continuação da escravidão é contraditória com a realização da independência?

.....

.....

2. Em que medida a reflexão do autor se relaciona com as ideias iluministas presentes na Revolução Francesa?

.....

.....

### APLICAR CONHECIMENTOS

1. Enceja (2006)



Charge de Angelo Agostini. In: MOURA,

Carlos Eugênio Marcondes. *A travessia da Calunga Grande*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 596.

Em 7 de setembro comemora-se a independência do Brasil, considerado um dos mais importantes marcos da história brasileira. É comum a organização de desfiles para relembrar esse grande feito.

Na charge acima, produzida por Ângelo Agostini, no século XIX, para uma das comemorações da Independência do Brasil, o autor

- a) fortalece o sentido de libertação dos brasileiros.
- b) comemora o fim da escravidão dos índios e africanos.
- c) despreza os índios e africanos na formação da nação.
- d) refere-se aos limites dessa libertação para escravos e índios.

2. Enceja (2005) Leia os textos a seguir.

**Texto 1** *O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus [...]. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina [...]. O rei vê de mais longe e de mais alto, deve acreditar-se que ele vê melhor e deve obedecer-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.*

Jacques Bossuet (1627-1704). A política inspirada nas Sagradas Escrituras.

**Texto 2** *A única maneira de instruir um poder comum [...] é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades por pluralidade de votos, a uma só vontade.*

Thomas Hobbes (1588-1679). *O Leviatã*.

Por meio da leitura dos textos, pode-se concluir que

- a) ambos defendem que a origem do poder absoluto dos reis advém do caráter divino deles.
- b) o primeiro explica a origem do poder absoluto a partir da razão iluminista e o segundo, a partir do cristianismo.
- c) os argumentos contidos no segundo texto são a base da democracia e no primeiro texto, da ditadura.
- d) os textos se complementam quanto à legitimidade da origem do poder dos governos absolutistas.

### 3. Enem (2010)

*Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.*

HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e Vida Privada*, in: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

### 4. Em 2010, entrou em vigor o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12228/2010). Leia alguns de seus artigos e responda às questões.

*Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.*

*Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:*

*I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;*

*II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;*

*III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;*

*IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;*

*V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;*

*VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.*

*[...]*

*Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.*

*Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

*I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;*

*II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;*

*III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;*

*IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;*

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 23 set. 2012.

1. Conforme os artigos, que ações deverão ser empreendidas pelo Estado para caminhar na direção da igualdade racial?
2. O que justifica, conforme o próprio estatuto, a necessidade de uma ação específica do Estado para promover a igualdade racial?
3. O que são e qual o papel das ações afirmativas no âmbito do Estatuto da Igualdade Racial?
4. Qual política afirmativa você conhece? Faça uma pesquisa complementar para identificar outras formas de política afirmativa.
5. Em que medida podemos relacionar a existência do Estatuto da Igualdade Racial com as ideias que surgem na Revolução Francesa e a forma pela qual se organizou a sociedade brasileira após a independência?

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVRO



#### A REVOLUÇÃO FRANCESA EXPLICADA À MINHA NETA

Um historiador francês explica para sua neta de 14 anos o significado da Revolução Francesa em uma longa conversa.

VOVELLE, Michell. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Unesp, 2007.

### SITES



#### CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Disponível em: <[www.campanhaeducacao.org.br](http://www.campanhaeducacao.org.br)>. Acesso em: 2 fev. 2012.



#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2012.



#### DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

Disponível em: <[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

### FILMES



#### CASANOVA E A REVOLUÇÃO

Na cidade de Varennes, personagens da Revolução Francesa, um jacobino, um industrial, uma cantora e o sedutor Casanova se encontram e presenciam a prisão do rei Luís XVI durante a Revolução Francesa.

Direção de Ettore Scola. França/Itália, 1982 (118 min).



#### MARIA ANTONIETA

O filme narra a vida da rainha Maria Antonieta, esposa do rei Luís XVI, destacando os anos conturbados que viveu a realeza durante a Revolução Francesa até 1793.

Direção de Sofia Coppola. EUA/França/Japão, 2006 (122 min).



#### SOB O DOMÍNIO DE NAPOLEÃO

Documentário sobre a história política de Napoleão e as transformações que provocou na história da França.

Direção de TV Escola. Disponível em: <[http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com\\_zoo&view=item&item\\_id=1164](http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=1164)>. Acesso em: 3 jan. 2012.

No início do século XIX, a maioria da população brasileira vivia na zona rural. Mas algumas cidades permaneciam, desde o século XVI, como polos administrativos, comerciais e culturais do Brasil imperial, especialmente as localizadas no litoral, com uma atividade portuária intensa, por exemplo, as cidades de Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).

Até 1763, a capital do Brasil colonial foi Salvador. A partir desse ano, a capital passou a ser a cidade do Rio de Janeiro. Com a chegada da família real, em 1808, ela tornou-se a sede do vice-reino do Brasil e, com a proclamação da Independência, em 1822, transformou-se na capital do país, condição que manteve até 1960, quando a sede do governo federal foi transferida para Brasília.

A noção de cidade que temos atualmente difere do que era uma cidade no século XIX, especialmente quando se fala da capital federal. Como era a infraestrutura urbana das cidades brasileiras naquela época? Como viviam as pessoas e como se relacionavam nos espaços públicos e privados? Quais projetos geraram transformações significativas nas suas dinâmicas ao longo do período imperial e nos posteriores?

Essas serão algumas das questões propostas no decorrer deste capítulo, no qual serão tratadas também, sob o ponto de vista político, econômico e social, as transformações ocorridas durante o século XIX.

## LER IMAGENS I



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

*Os refrescos do Largo do Palácio (1826), de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), aquarela sobre papel, 15,5 x 21,4 cm. In: Viagem Pitoresca e histórica pelo Brasil (1834).*

Esta aquarela representa uma cena cotidiana da cidade, em frente ao Paço Imperial, localizado na atual Praça XV, no Rio de Janeiro. Ao fundo, vê-se o Chafariz do Carmo, também conhecido como Chafariz do Mestre Valentim, construído no final do século XVIII.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

***Casa para alugar e cabra à venda*** (1822), de Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, 17,6 × 25,6 cm. In: ***Viagem Pitoresca e histórica pelo Brasil*** (1834).

O comércio de ambulantes pelas ruas era intenso. Escravos de ganho vendiam os mais diversos produtos e circulavam pela cidade em busca de compradores.

1. Observe as imagens e descreva cada uma delas – personagens, construções, ruas, objetos, vestimentas, animais etc.
2. O que chama a sua atenção nessas imagens do Rio de Janeiro no século XIX? Justifique.
3. Há semelhanças entre as antigas cenas representadas e a vida na sua cidade atualmente? Quais?

## O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE A CAPITAL BRASILEIRA

Após a chegada da Corte portuguesa com a família real, em 1808, o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações sociais e urbanísticas. A cidade foi adaptada às novas necessidades. Como concluiu o historiador Nicolau Sevcenko,

a entrada da frota imperial na baía do Rio de Janeiro se deu em meio a um festival espetacular, com toda a gente da cidade tomada de uma euforia misteriosa e contagiante. Em pouquíssimo tempo, d. João VI trataria de transformar e reconfigurar completamente a capital do Brasil. Aos olhos dos recém-chegados, o Rio de Janeiro parecia uma cidade árabe das costas da África, com suas casas totalmente cerradas, janelas com gelosias e treliças, de forma que mantivesse as mulheres retidas e ocultas, ruelas sinuosas e estreitas, ausência de espaços públicos, amenidades e áreas de convivência e lazer. O monarca regente seria responsável pela primeira experiência de planejamento urbano criterioso no Brasil.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 56. (Série Brasil Cidadão.)

Várias resoluções governamentais procuraram transformar – tanto do ponto de vista funcional como do estético – a antiga cidade colonial em capital do Império português, segundo padrões europeus. As antigas ruas estreitas e sinuosas foram alvo de inúmeras obras e foram construídas novas habitações. A urbanização da capital despertou cuidados do poder público. D. João implantou escolas de ensino superior, além das primeiras escolas de artes e ofícios, fundou o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia.

Durante a permanência do monarca português, vieram ao Brasil viajantes interessados em conhecer, explorar e registrar a natureza e a vida nos trópicos. Com a vinda da Missão

Artística Francesa, em 1816, aportou no Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses, liderados por Joachim Lebreton (1760-1819). Dentre eles estavam o pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848), o paisagista Nicolas Taunay (1755-1830) e o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850). Esses artistas organizaram, em 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada, em 1826, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes, responsável pela divulgação e criação de novos padrões estéticos na América portuguesa, como o estilo neoclássico e a pintura acadêmica.

Um dos objetivos era difundir a instrução necessária aos homens que ocupariam cargos públicos na administração do Estado e que seriam os responsáveis pela introdução e manutenção de uma nova ordem social, cultural e política no país. Em suma, a intenção era criar uma imagem do Brasil afinada com os padrões europeus, apagando os resquícios coloniais tradicionais.

O cotidiano dos brasileiros alterou-se. Os preços dos alimentos, aluguéis, impostos e materiais de construção subiram, empurrando os mais pobres para regiões distantes do centro da capital. Uma das transformações mais significativas decorrentes da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro foi o crescimento urbano, bem como o aumento populacional. Em menos de duas décadas, a população do Rio de Janeiro passou de 50 mil para 100 mil habitantes.

#### **Jean-Baptiste Debret (Paris, França, 1768-1848)**

Foi pintor, desenhista, gravador, professor, decorador e cenógrafo. Frequentou a Academia de Belas-Artes, em Paris, entre 1785 e 1789. Veio para o Brasil em 1816, integrando a Missão Artística Francesa. Instalou-se no Rio de Janeiro e, a partir de 1817, ministrou aulas de pintura em seu ateliê. Viajou para várias cidades do país, quando retratou tipos humanos, costumes e paisagens locais.

Trabalhou como pintor da Corte, representou acontecimentos ilustres e cenas oficiais; revelou-se um desenhista atento às questões sociais brasileiras. A maioria de suas telas parece ser destinada à gravura, forma com que divulgava a imagem do Estado.

Deixou o país em 1831 e retornou a Paris. Entre 1834 e 1839, publicou o livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, em três volumes, ilustrado com litogravuras que tinham como base as aquarelas realizadas com seus estudos e suas observações.

## **O PRIMEIRO REINADO**

Como você estudou anteriormente, após 1822 o Brasil passou a ser um país independente politicamente. D. Pedro I tornou-se o primeiro imperador brasileiro. A instauração da **Monarquia** brasileira não impediu que as lutas internas continuassem durante todo o Primeiro Reinado. Como afirmou o historiador Evaldo Cabral de Mello, “o Brasil fez-se Império antes de se fazer nação”. Isso porque o processo de emancipação política não se originou dos movimentos nacionalistas anteriores.

Além disso, a Independência não possuía um projeto nacional global, e o Estado surgiu no Brasil como uma maneira de manter os privilégios das elites, articuladas em torno do “partido brasileiro”, que tinham no monarca um aliado contra os grupos mais radicais. O Império seria o instrumento de construção da nação que ainda não existia.

Convocada inicialmente por d. Pedro I, em junho de 1822, a Assembleia Constituinte somente iniciou seus trabalhos em maio de 1823. A elaboração de uma Constituição era fundamental para o estabelecimento das regras que norteariam a construção da nova nação e do Estado nacional.

#### **Monarquia**

Palavra de origem grega (monarchía; mono = único; archía = poder, autoridade). O governo é centralizado em uma única pessoa que, por ter poderes especiais, é colocada acima de todos os outros governados. É geralmente fundado em bases hereditárias, e a tradição determina a base da soberania. Na Idade Média, o rei era um representante de determinada localidade; na Idade Moderna, durante o período absolutista, foi considerado o representante divino da nação.

Fonte: CATELLI JR., Roberto. *História: texto e contexto*. São Paulo: Scipione, 2006. p. 216. (Ensino Médio.).

Uma **constituição** é “o conjunto de leis fundamentais que rege a vida de uma nação e que regula as relações entre governantes e governados, traçando limites entre os poderes e declarando os direitos e garantias individuais” (*Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2009). Essas leis devem, a princípio, representar os interesses da nação. No entanto, uma Constituição pode ser outorgada ou promulgada. Você sabe a diferença? Leia o quadro a seguir.

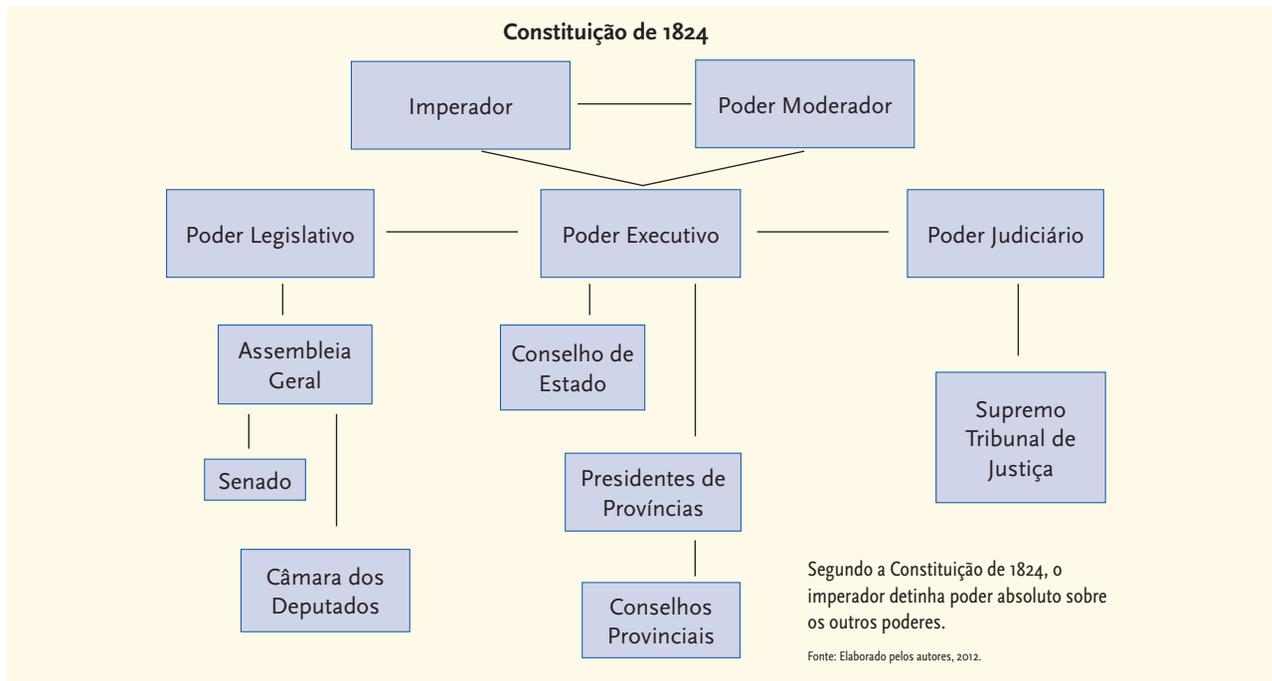
A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por d. Pedro I. O ano de 1823 foi marcado por disputas entre os representantes das elites brasileiras e os dos interesses portugueses. A grande questão era definir o poder do imperador, isto é, definir as atribuições do Poder Executivo. Grande parte dos deputados defendia a instauração de uma Monarquia constitucional, o que significava que o monarca deveria governar de acordo com uma Constituição.

Dizemos que uma Constituição é **outorgada** quando ela é imposta pelo governante, sem a participação da população. Uma Constituição **promulgada** é fruto da discussão e votação das leis pelos representantes do povo.

Isso acarretaria um controle do poder central, o que desagradou completamente d. Pedro I. Temendo perder o controle sobre as tensões políticas internas, o imperador dissolveu a Assembleia Constituinte. Em março de 1824, anunciou a nova Carta Constitucional, em vigor (salvo pequenas alterações) até o advento da República.

A **Constituição de 1824** definiu a implantação de uma monarquia constitucional, hereditária e centralizadora. O controle político do imperador foi garantido com a criação do **Poder Moderador**. O Poder Moderador concedia poderes superiores ao monarca, como o veto sobre as decisões dos outros poderes (**Executivo, Legislativo e Judiciário**).

#### LER ORGANOGRAMA



1. O que demonstra a desigualdade entre os quatro poderes?
2. A posição do imperador indica que tipo de relação existia com as instituições políticas?
3. Consulte a Constituição em vigor atualmente e, levando em consideração a organização dos poderes, compare-a com a Constituição de 1824. O que mudou?

## A CONSTITUIÇÃO DE 1824

Essa Constituição tinha caráter centralizador, pois concedia pouca autonomia política e financeira às províncias locais. Também estabelecia um sistema eleitoral em dois turnos, indireto e censitário. Isso excluía a grande maioria da população da vida política, pois era exigida uma renda mínima para o direito ao voto, bem como para se candidatar. Estavam alijados do colégio eleitoral as camadas mais pobres, assim como os analfabetos, os escravos e as mulheres. A escravidão foi mantida, e havia uma religião oficial: a católica.

As tensões internas, vindas de grupos insatisfeitos com a política em vigor, e as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil passava geraram desgaste da imagem do imperador, que via seu prestígio e autoridade abalados. Paralelamente às questões internas, houve também uma situação externa que colaborou para que d. Pedro I deixasse o governo do Brasil.

Em Portugal, com a morte de seu pai, o rei d. João VI, a sucessão ao trono português gerou conflitos familiares. Em 1828, o irmão d. Miguel deu um golpe e impediu que dona Maria da Glória, filha de d. Pedro I, assumisse o trono. Diante da crise no contexto nacional brasileiro e da disputa em Portugal pela sucessão, d. Pedro I decidiu retomar os laços familiares e retornou a Portugal, abdicando do trono brasileiro em 1831. O sucessor foi seu filho d. Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. Tinha fim o Primeiro Reinado.

## AS REGÊNCIAS E AS REVOLTAS REGIONAIS

Segundo a Constituição de 1824, d. Pedro de Alcântara só poderia assumir o trono depois dos 18 anos de idade. O país passou então a ser governado por regentes indicados pelo Congresso.

A primeira Regência Trina (composta de três regentes) foi provisória, sendo substituída por outra permanente em junho de 1831, que governou até 1835. Nesse ano, a Assembleia decidiu pela adoção de uma Regência Una, ou seja, um único governante. Seguiram-se duas regências, a do padre Feijó (1835-1837) e a de Araújo Lima (1837-1840).

A busca pela autonomia regional foi um dos fatores que colaboraram para o surgimento de inúmeras revoltas contra o poder central, em diferentes regiões do Brasil. Não é possível, porém, definir um motivo único para explicar essas revoltas. Cada uma possuía contextos históricos e geográficos específicos; por isso, as reivindicações e os objetivos eram bastante diversos. Houve levantes a favor da Monarquia e outros defendendo a República; houve revoltas rurais e urbanas; uns pediam mais autonomia à província, outros, a separação do estado, e outros, ainda, a abolição da escravidão.

Esse hiato entre o Primeiro e o Segundo Reinado foi um período bastante conturbado na história do Império. Movimentos separatistas resultaram em conflitos armados violentos. Destacaram-se, no período, os seguintes levantes: Cabanada (1832-1835, em Pernambuco e Alagoas), Levante dos Malês (1835, na Bahia), Cabanagem (1835-1840, no Pará); Sabinada (1837-1838, na Bahia), Balaiada (1838-1841, no Maranhão e no Piauí) e a Revolta Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845, no Rio Grande do Sul).

As disputas do período regencial refletiam a nova situação política do país, na qual setores distintos da sociedade buscavam um novo equilíbrio político.

## A VIDA NAS CIDADES DO IMPÉRIO

Enquanto no Rio de Janeiro concentrava-se a administração do Estado nacional, em outras regiões do Brasil, durante o século XIX, ocorriam processos distintos, relacionados à história local.

Nas primeiras décadas de 1800, a cidade de São Paulo era habitada em sua maioria por mulheres pobres, escravas e forras (ex-escravas), que viviam do artesanato e do comércio ambulante. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu estudo sobre o cotidiano da cidade, afirmou que a presença da figura feminina no espaço público era tolerada, pois eram elas quem garantiam a sobrevivência de grande parte das famílias.

As mulheres pobres da cidade concentravam-se, no seu vaivém, em locais mais movimentados, onde podiam oferecer aos estudantes e forasteiros os seus serviços de lavadeiras, cozinheiras e melhor podiam tratar pequenas operações de comércio miúdo ou expedientes de ocasião – vender cera, enfeitar as ruas para uma procissão, fazer sabão... [...] Este vaivém marcava a dura luta de sobrevivência de uma maioria de mulheres sós chefes de família.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 15-16.

Enquanto isso, no Nordeste brasileiro a tradicional economia açucareira definia as relações sociais e econômicas. Além da cana, também se desenvolveram as lavouras de algodão e de tabaco e a pecuária. Recife, em Pernambuco, era o principal entreposto comercial até o século XVIII.

No início do século XIX, Salvador tinha por volta de 50 mil habitantes, e a desigualdade social era gritante. A suntuosidade de seus palácios, o ouro de suas quase trezentas igrejas e o movimento do porto contrastavam com a vida miserável de seus escravos, mulatos libertos desempregados e brancos pobres.

### LER TEXTO CIENTÍFICO

Kátia Maria de Queirós Mattoso, no artigo “A opulência na província da Bahia”, classificou a riqueza dos baianos no século XIX em algumas categorias. Leia o trecho a seguir e depois responda às questões.

As fortunas “muito pequenas” no geral só incluem bens pessoais: roupas, móveis e, antes de 1850, muitas vezes um escravo de pouco valor. Nestas não há sinal de opulência; muito pelo contrário, o que transparece é uma real precariedade no viver cotidiano. Lembremos que são necessários trezentos mil-réis, ou mais, para a compra de uma casinha ou, no período anterior a 1850, para a aquisição de dois bons escravos. Repare-se também que o século XIX é, em geral, um período de baixa inflação.

São as fortunas “médias baixas” que apresentam os bens mais diversificados: uma ou duas casinhas, mobiliário que não se limita ao catre rústico e aos bancos em torno de uma mesa de má qualidade. Cadeiras, baús, roupas, utensílios de cozinha já são aí mais numerosos. A morada talvez não seja mais uma construção de taipa, podendo consistir numa casa térrea com quintal, porta e janela abrindo para a rua, paredes de um colorido alegre, os dois quartos dando para o corredor. Mesmo se isentas de imposto, essas casinhas conferem ao seu dono um real prestígio. Quanto ao sobrado, este figura entre os bens daqueles cuja fortuna está na faixa dos 2 mil aos 10 mil contos de réis. Nesse tipo de casa, a família mora no andar superior e o térreo serve de local de trabalho ao seu proprietário, artesão ou negociante; o andar térreo pode eventualmente estar alugado a escravos ou a artesãos livres. Os que alcançaram esse nível de riqueza possuem escravos e agregados, móveis e joias. Essas fortunas nem sempre se encontram ao abrigo de uma falência, já que dívidas importantes, ou empréstimos concedidos sem precaução, podem

arruinar um proprietário que tenha emprestado ou tomado emprestado dinheiro para manter sua posição. Não faltam exemplos de testamentos revelando aos herdeiros mais dívidas do que bens, aspecto a ser lembrado quando se quer compreender o que é na verdade a opulência baiana. As fortunas verdadeiras ultrapassam os 10 mil contos de réis. São aquelas em que se estabeleceu uma espécie de estratégia de equilíbrio entre os diferentes elementos que as compõem: bens imobiliários, depósitos bancários, ações, obrigações. Na categoria dos que possuem esse tipo de fortuna encontram-se muitos comerciantes bem estabelecidos na praça, funcionários e magistrados, representantes de várias profissões liberais e alguns membros do alto clero. São, em geral, fortunas sólidas. É possível afirmar ainda, com base na documentação já trabalhada, que já existe então uma elite da classe média baiana e que esta, sem possuir uma grande fortuna, representa de 31% a 34% do total das fortunas inventariadas, enquanto as grandes fortunas representam 40% a 50% desse total.

MATTOSO, Kátia Maria. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 160-162. v. 2.

1. Como a historiadora classificou as fortunas existentes na Bahia no século XIX?
2. O que caracteriza as riquezas no espaço urbano?
3. Como vivia a classe média urbana daquela época?
4. Há semelhanças entre as grandes fortunas do passado e as do presente? Quais?

Na região central do Brasil, a mineração impulsionou o crescimento urbano e populacional. A necessidade de Portugal de controlar a produção aurífera deslocou grande contingente de pessoas para a região. Em torno das minas de ouro e pedras preciosas, surgiram centros comerciais e culturais de destaque. A cidade de Ouro Preto (antiga Vila Rica) chegou a ser a capital da província de Minas Gerais.

O Sul permaneceu por muito tempo relacionado às atividades rurais, como a pecuária, a produção de animais para transporte (tropas de mulas) e a produção do charque (carne salgada).

No Norte, a extração de látex – iniciada em meados do século XVIII – tornou-se a principal economia da região amazônica no século XIX, pois a área era a única produtora mundial de borracha. As cidades de Manaus (AM) e Belém (PA) viveram um surto de crescimento e modernização, com investimentos em infraestrutura urbana, como a introdução da iluminação pública a gás – e posteriormente a elétrica –, bondes, serviços telefônicos e de telégrafo submarino, água encanada, ampliação do porto e a construção de bulevares, do mercado municipal, bancos, companhias seguradoras, fábricas, biblioteca pública e teatro.

## PESQUISAR

1. Com seus colegas, pesquise a história da sua cidade. Vocês podem consultar a biblioteca municipal ou a da Câmara Municipal, acervo de jornais e revistas, arquivos públicos e acadêmicos. Procurem trabalhar com diversas fontes históricas: documentos escritos, visuais e depoimentos. Busquem saber: quando a cidade foi fundada; como era a vida dos primeiros habitantes; qual a origem dos seus fundadores e moradores; quais os motivos da sua fundação; as suas fases de desenvolvimento econômico; as mudanças que ocorreram no espaço urbano; como tem se dado o crescimento populacional etc.
2. Organizem os dados coletados, escrevam um texto expositivo e o ilustrem com imagens, se possível. Apresentem suas descobertas para a classe, na forma de seminário.

## A CRISE DO SISTEMA ESCRAVISTA

Suba ao trono o jovem Pedro  
Exulte toda a nação  
Os heróis, os pais da pátria  
aprovaram a união.  
Queremos Pedro Segundo  
Embora não tenha idade  
A nação dispensa a lei  
E viva a maioridade.

Quadrinhas populares cantadas nas ruas do Rio de Janeiro em 1840.

Essas quadrinhas populares refletem o movimento pelo adiantamento da posse de d. Pedro de Alcântara. Em junho de 1840, liderada pelos liberais, foi aprovada pela Câmara a maioria do príncipe, então com 14 anos. Tinha início o Segundo Reinado.

D. Pedro II precisava trazer de volta ao país o clima de tranquilidade. Uma política de acordos com as elites, mediante negociações de orçamento e de favores, manteve temporariamente o Brasil numa aparente calma.

Já a segunda metade do século XIX foi marcada pela crise do regime monárquico, inserida no contexto das transformações econômicas e sociais decorrentes do fim do tráfico de africanos na condição de escravos, da expansão da cafeicultura e do início da industrialização no país.

Praticada desde o início da colonização, a escravidão era a base da economia colonial e manteve-se durante todo o período imperial. Durante mais de três séculos, africanos foram trazidos à força para trabalhar como escravos nas colônias europeias de toda a América. Calcula-se que o Brasil tenha recebido cerca de 4 milhões de africanos – número discutível, pois a documentação sobre o tráfico é escassa.

Desde o fim do século XVIII, com a Revolução Francesa (1789) e a Independência do Haiti (1791-1804), os ideais de liberdade e igualdade espalhavam-se pelo mundo ocidental e arregimentavam cada vez mais simpatizantes. Apesar disso, entre 1808 e 1850, foram trazidos para o Brasil cerca de 1,4 milhão de escravos africanos.

A presença africana pode ser percebida nos dados existentes sobre a composição populacional brasileira do início do século XIX: 28% de brancos, 27,8% de negros e mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados e 5,7% de índios.

O Rio de Janeiro, por ser a capital do Brasil e necessitar de mais serviços devido à presença da Corte, em 1849, possuía a maior população urbana de escravos do mundo, abrigando 110 mil escravos para 266 mil habitantes.

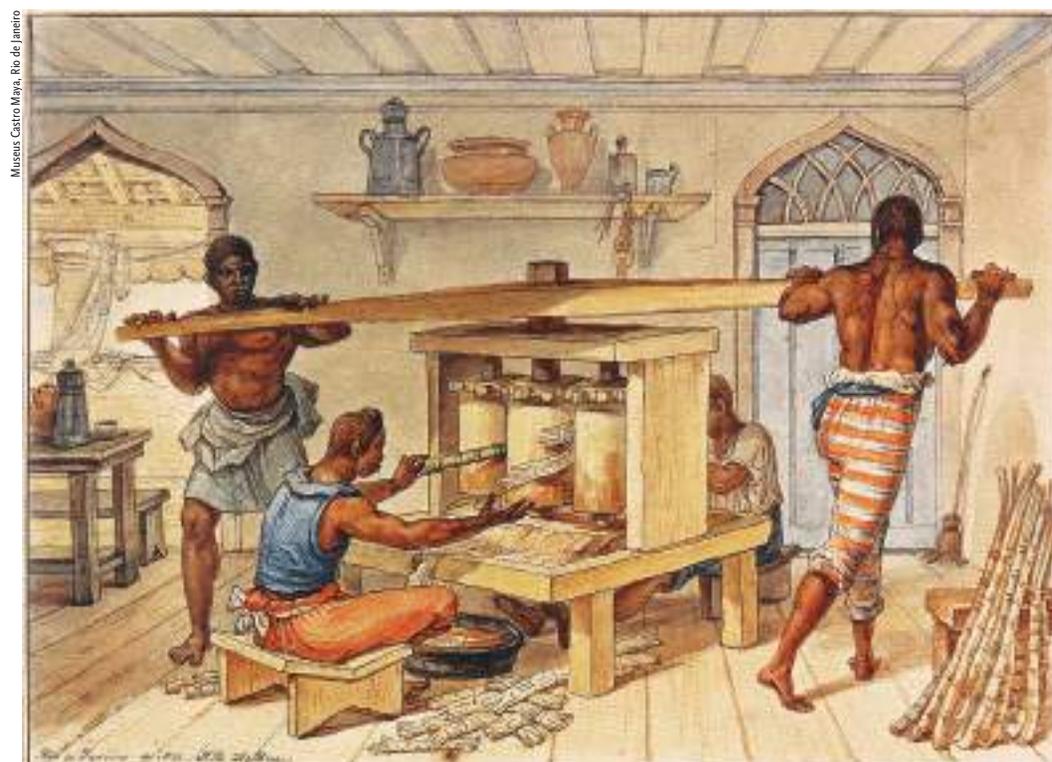
Em 1850, após a campanha antiescravista da Inglaterra, o Brasil decretou o fim do tráfico negreiro. Isso não impediu o comércio de africanos em terras brasileiras, nem pôs fim à escravidão. Os trabalhos, tanto nas lavouras como nas cidades, eram realizados fundamentalmente pelos escravos. Como romper com essa dinâmica secular?

### O Haiti aboliu a escravidão

Durante o século XVIII, o Haiti era uma colônia francesa e, em 1791, enquanto ocorria a Revolução Francesa, o escravo liberto Toussaint-Louverture liderou uma rebelião de escravos que exterminou a maior parte da população branca local. No governo da colônia francesa, Louverture decretou o fim da escravidão. A independência só ocorreu em 1804, quando o ex-escravo Jean-Jacques Dessalines liderou o movimento pela ruptura com a metrópole e se tornou imperador do país. [...]

O caso do Haiti tornou-se objeto de reflexão das elites coloniais e metropolitanas, pois se passou a temer que novas rebeliões de escravos pudessem ocorrer sob inspiração do que se deu no Haiti.

Fonte: CATELLI JR., Roberto. *História: texto e contexto*. São Paulo: Scipione, 2006. p. 406. (Ensino Médio.)



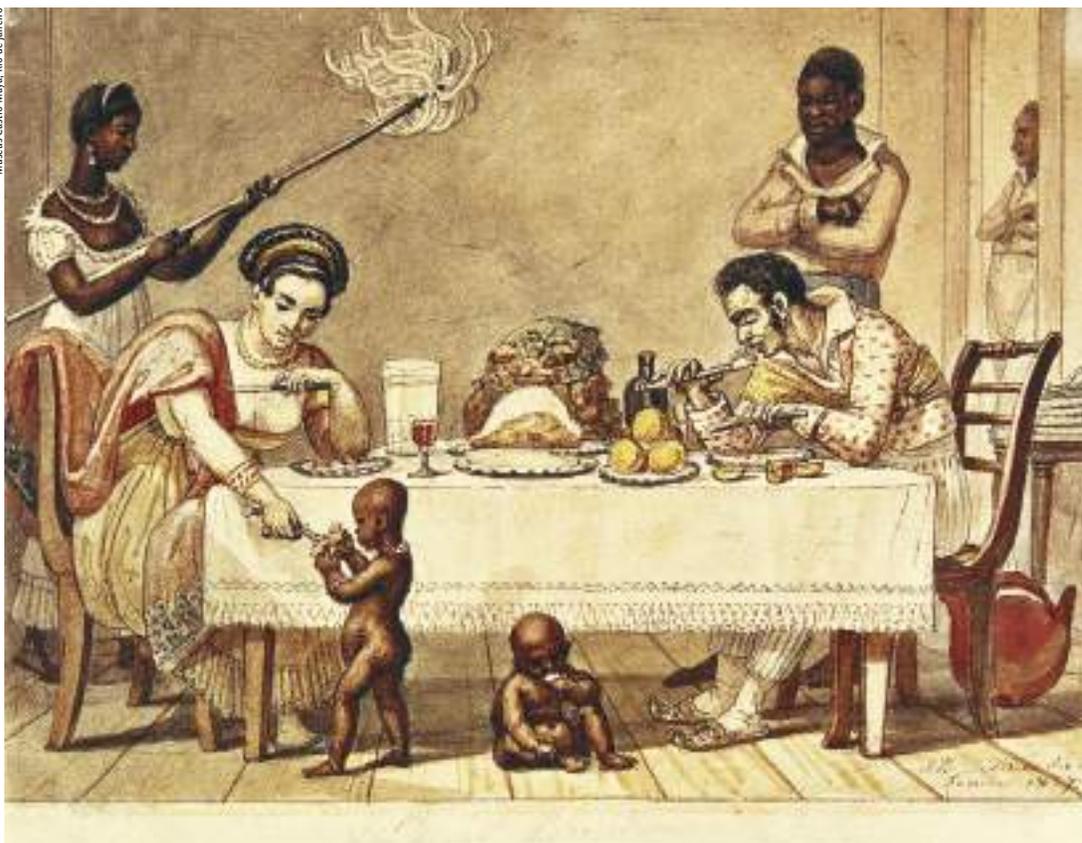
Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

*Engenho manual que faz caldo de cana* (1822), de Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, 17,6 × 24,5 cm. In: *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil* (1834).

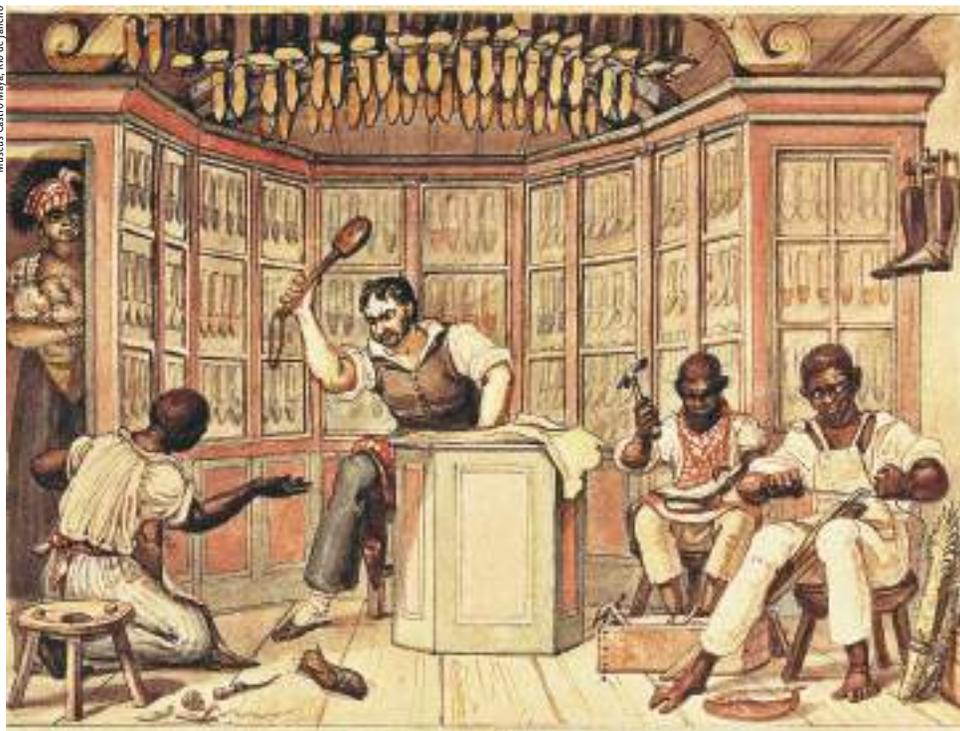


Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

*Negros vendedores de galinhas e peru* (século XIX), de Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, 18,8 × 27,6 cm. In: *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil* (1834).



Um jantar brasileiro (1827), de Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, 15,9 × 21,9 cm. In: *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil* (1834).



Loja de sapateiro (c. 1820-1830), de Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, 16,7 × 23,1 cm. In: *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil* (1834).

Embora fundamentais para a vida nas cidades e nas lavouras, os escravos, pela própria condição, eram privados de direitos. A total falta de liberdade podia ser percebida não apenas nos castigos físicos a que estavam sujeitos, mas também nas restrições às manifestações cotidianas, como calçar sapatos, frequentar alguns locais públicos, conversar com seus pares, comprar bebidas alcoólicas, jogar capoeira ou ainda cultivar suas divindades africanas.

1. Observe atentamente cada uma das imagens anteriores. Quais eram as atividades realizadas pelos escravos? Onde elas aconteciam?
2. Redija um pequeno texto descrevendo as imagens e identificando quais seriam os escravos de ofício, os de eito, os domésticos e os de ganho. Se necessário, releia o quadro sobre os diferentes tipos de escravos na página 208.

## A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A CHEGADA DOS IMIGRANTES

Após a proibição do tráfico negreiro, em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, cresceu a pressão externa e interna pelo fim da escravidão. A partir de 1880, ganha visibilidade em todo o país o movimento abolicionista, cujos integrantes organizavam-se em clubes, jornais e associações para divulgar suas ideias e conquistar cada vez mais adeptos.

Oficialmente, uma sucessão de leis foi paulatinamente minando o sistema escravista. Em 1871, a Lei do Ventre Livre determinou que os filhos de escravos nasceriam livres. Em 1885, os cativos com mais de 65 anos foram libertados com a Lei dos Sexagenários. Finalmente, em 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil.

A transição para o trabalho livre e assalariado, iniciada nas primeiras décadas do século XIX, tornou-se fundamental após o fim do trabalho escravo. A demanda por mão de obra crescera com a proibição do tráfico e com o incentivo à produção interna. Tentativas de substituição dos escravos foram feitas na década de 1840, por iniciativa do senador Nicolau Vergueiro, que financiou a vinda de colonos europeus para as fazendas de café em Ibicaba (hoje Rio Claro, São Paulo), no sistema de parceria, no qual o colono recebia um bloco de cafezais para cultivar, colher e beneficiar e, após a venda, o patrão lhe pagava metade do lucro líquido. Como não havia legislação para a imigração, fazendeiros e colonos entraram em atrito.

O sistema de parceria acabou fracassando, em função dos altos juros cobrados sobre as dívidas dos imigrantes, além dos maus-tratos que sofriam e da baixa remuneração que recebiam. A demanda por mão de obra fez os cafeicultores pressionarem o governo imperial, que passou a patrocinar a imigração estrangeira. Assim, a iniciativa privada foi substituída pela iniciativa estatal, que regulamentou a relação entre fazendeiros e trabalhadores.

A difícil conjuntura europeia do final do século XIX, marcada por uma crise econômica em decorrência de inúmeros conflitos internos, motivou camponeses a abandonarem suas terras e buscar oportunidades na América. O fluxo migratório intensificou-se e, entre 1886 e 1934, entraram cerca de 4 milhões de imigrantes no Brasil. Eram italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, alemães, romenos, lituanos, poloneses, entre outras nacionalidades.

A lavoura cafeeira expandira-se pelo Centro-Sul, tornando-se a principal economia de exportação. Para o escoamento da produção das regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista foi implantada, a partir de 1860, uma rede ferroviária que ligava o interior ao porto de Santos, a exemplo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867.

Uma figura que se destacou nesse contexto de mudanças econômicas tanto nacionais como internacionais foi Irineu Evangelista de Sousa, conhecido como Visconde de Mauá.

Empreendedor pioneiro da indústria nacional, ele investiu em diversos setores da economia urbana, como tubulação para encanamentos de água, caldeiras para máquinas a vapor, guindastes e construção naval. No setor público, apostou na implantação de uma rede ferroviária e de companhias de navegação a vapor, na iluminação a gás e na introdução de cabos submarinos de telégrafos. Além de industrial, foi também banqueiro.

Abolicionista declarado, ele empregou trabalhadores assalariados em suas indústrias. No entanto, a arcaica estrutura agroexportadora que ainda preponderava na economia brasileira aliada à concorrência com empreendimentos estrangeiros, principalmente ingleses, e à falta de apoio financeiro do governo colaboraram para a decadência de seus negócios e falência de seus empreendimentos. Esse período ficou conhecido como a “Era Mauá”.

O Segundo Império terminou com a proclamação da República, em novembro de 1889. As crescentes urbanização e industrialização consolidaram-se. A vida nas cidades no início do período republicano trouxe novas dinâmicas sociais e políticas. Esse tema você estudará mais detalhadamente no capítulo seguinte.

#### LER DOCUMENTO

Leia trechos do depoimento escrito, em 1850, pelo imigrante suíço Thomaz Davatz, que veio com a família para trabalhar na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro e, a seguir, responda às questões.

[...] Em companhia de numerosos outros emigrantes embarquei na primavera de 1855 para essa terra mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos.

“Destá vez estou perdido!” O mais triste é quando se chega a descobrir isso, quando percebemos que uma nova escravidão nos submergiu e que dessa escravidão é mais difícil escapar-se do que à tradicional, que de há longa data **jungiu** os negros africanos. À medida em que essa conclusão se formava em meu espírito, crescia também em mim o desejo e a deliberação de me socorrer e aos meus pobres companheiros, [...].

[...]

Muitos leitores hão de ter concluído do noticiário da imprensa que os colonos de Vergueiro, ao saberem-se espoliados, iniciaram uma revolução em regra, desprezando todos os recursos legais e valendo-se da força para melhorar de condição. Para corrigir desde já essa crença infundada devo e quero declarar, com toda a sinceridade, que o pensamento de uma revolução era profundamente antipático aos dirigentes do movimento reivindicador dos colonos, a mim sobretudo. Eu já era por princípio inimigo das revoluções e particularmente no Brasil, onde tínhamos razões para acreditar que o governo imperial nutria o propósito de oferecer melhor situação aos colonos, e onde seria bastante, talvez, um esclarecimento amplo de nossas condições e um apelo vigoroso e oportuno para que obtivéssemos aquilo que desejávamos: vermo-nos livres dos opressores, que em nossa opinião tinham violado os contratos de muitos modos, tornando-os nulos, e conquistar o direito de viver como cidadãos livres e súditos do governo do país.

DAVATZ, Thomaz. *Memória de um colono no Brasil*: 1850. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 48.

#### GLOSSÁRIO

**Jungir:**  
submeter  
por meio  
da força.

1. Qual a opinião de Davatz sobre a condição dos colonos?

---

---

2. O colono era escravo ou homem livre? O que ele quis dizer com a expressão “nova escravidão”? Por que ele afirma que é “mais difícil escapar” dessa “nova escravidão”?

---

---

3. Qual foi a reação de Davatz diante dos problemas encontrados na fazenda Ibicaba?

.....

.....

4. A versão veiculada pelo noticiário da imprensa sobre o ocorrido na fazenda Ibicaba é a mesma versão de Davatz? Justifique.

.....

.....

## LER TEXTOS JORNALÍSTICOS

### Ação conjunta liberta 8 em fazenda de Mato Grosso

O Ministério Público do Trabalho anunciou ontem a liberação de oito trabalhadores que eram mantidos em regime análogo à escravidão em uma fazenda de Marcelândia (690 km de Cuiabá) – campeã de desmatamento no segundo semestre de 2007.

No domingo, a *Folha* publicou levantamento que indica que os municípios que mais

desmatam na região amazônica são também os líderes nas listas de trabalho escravo e violência no campo.

Em Marcelândia, segundo a procuradoria, os trabalhadores nunca receberam salário pelos serviços que prestavam ao proprietário da fazenda Nossa Senhora Aparecida – que não teve seu nome divulgado. A operação foi realizada pelo

Ministério Público, por auditores fiscais e policiais rodoviários.

O flagrante ocorreu após a denúncia de um dos trabalhadores, que, em fevereiro, conseguiu sair da propriedade. Após o resgate, segundo o Ministério Público, os trabalhadores receberam os pagamentos e os direitos trabalhistas.

“Ação conjunta liberta 8 em fazenda de Mato Grosso”.  
*Folha de S. Paulo*, 2 nov. 2008.

### Escravos da moda

A boliviana Idalena Furtado vive há cinco anos no Brasil e, como tantos outros imigrantes sul-americanos, veio trabalhar numa confecção de roupas no bairro paulistano do Bom Retiro.

Seu relato, publicado nesta [edição do jornal] *Folha* [de *S. Paulo*], descreve condições aná-

logas às de uma situação de trabalho escravo. Trabalhava 15 horas por dia. Comia sobre a máquina de costura e dormia em um cômodo, “todo mundo amontoado”.

Aliciados em seus países de origem, bolivianos, peruanos e paraguaios se juntam a trabalhadores brasileiros para viver em oficinas

clandestinas, sem direito a férias e a um dia de descanso semanal, enredados numa espiral de dívidas e degradação. O ambiente de clausura em que trabalham não poderia oferecer maior contraste com o das lojas de grife para as quais fornecem seus produtos.

“Escravos da moda”, *Folha de S. Paulo*, 20 ago. 2011.  
Editoriais.

1. Nas matérias jornalísticas apresentadas, o que se caracteriza como trabalho em regime **análogo** à escravidão?
2. Compare a situação dos imigrantes em Ibicaba no século XIX com a situação dos imigrantes em confecções paulistas no século XXI. Que semelhanças e diferenças podemos apontar entre esses regimes de trabalho? Se achar necessário, faça uma breve pesquisa sobre os tipos de contratos estabelecidos com os imigrantes e sobre a legislação trabalhista atual.
3. É correto afirmar que o trabalho escravo ainda existe?

**GLOSSÁRIO**

**Análogo:** semelhante, comparável.

**LER BIOGRAFIAS**

Para compreender a história da abolição da escravidão no Brasil, é preciso fazer referência aos abolicionistas que nos anos 1880 defendiam a abolição imediata desse regime sem o pagamento de indenização aos proprietários. Entre eles estão José do Patrocínio e Luís Gama, ambos filhos de escravos que conseguiram posições de destaque na sociedade da época. Leia agora as biografias dos dois e responda às questões propostas.

**José do Patrocínio**

Líder abolicionista e jornalista. Nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 1853, filho de uma escrava liberta e de um vigário. Mudou-se para a capital, onde se empregou como servente-aprendiz da Santa Casa de Misericórdia. Formou-se em Farmácia em 1874. Ainda quando estudante fundou a revista mensal *Os Ferrões*. Em 1877 entrou para a redação da *Gazeta de Notícias*, no qual passou a escrever diversos artigos defendendo a abolição da escravidão. Em 1881 adquiriu a *Gazeta da Tarde*, transformando-a em instrumento da campanha abolicionista. Em 1887 fundou e passou a dirigir o jornal *A cidade do Rio*. Orador de grande senso dramático, ficou conhecido como o “Tigre da abolição”,

participando de inúmeros eventos públicos em que denunciava os excessos cometidos pelos donos de escravos, a negligência governamental e conclamava pelo fim da escravidão. Participou também da Campanha Republicana desempenhando o mesmo papel de orador e jornalista. Em 1892, já proclamada a República e abolida a escravidão, foi acusado de participar de um movimento contrário à permanência de Floriano Peixoto na presidência da República e acabou por ser deportado para Cacuí, no Amazonas. No mesmo ano foi anistiado. Afastado da política, interessou-se pela navegação aérea, chegando a construir um aeróstato denominado “Santa Cruz”. Morreu em 1905.

**Luís Gama**

Nasceu em Salvador, Bahia, em 1830, filho de Luísa Mahin, e foi vendido pelo pai, em 1840, devido a uma dívida de jogo. Comprado em leilão pelo Alferes Antonio Pereira Cardoso, passou a viver em cativo em Lorena, São Paulo.

Em 1847 foi alfabetizado e, no ano seguinte, fugiu da fazenda e foi para São Paulo. Lá se casou, por volta de 1850, e frequentou o curso de Direito como ouvinte. Em 1864, fundou o jornal *Diabo Coxo*, do qual foi redator. Entre 1864 e 1875 colaborou nos jornais *Ipiranga*, *Cabrião*, *Coroaci* e *O Polichileno* e fundou, em 1869, o jornal *Radical Paulistano*, com Rui Barbosa.

Sempre utilizou seu trabalho na imprensa para a divulgação de suas ideias antiescravistas e republicanas. Em 1873 foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, em Itu, São Paulo. Nos

anos seguintes teve intensa participação em sociedades emancipadoras, na organização de sociedades secretas para fugas e ajuda financeira a negros, além do auxílio na libertação nos tribunais de mais de 500 escravos foragidos. Por volta de 1880, tornou-se líder da Mocidade Abolicionista e Republicana.

Os poemas de Luís Gama estão vinculados à segunda geração do Romantismo. Para Luís Gama, ser poeta “não era debruçar-se sobre si mesmo, num irremediável narcisismo, mas voltar-se para o mundo, medi-lo com olhos críticos, zurzir-lhe os erros, as injustiças, as falsidades”. Morreu em São Paulo em 1882.

MUNANGA, Kabengele. *Para entender o negro no Brasil de hoje*. 2. ed. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2006, p. 141. Texto adaptado.

1. Segundo as biografias, como Luís Gama e José do Patrocínio atuaram na defesa do fim da escravidão?

.....

.....

2. O que chamou mais a sua atenção em cada uma das biografias? Justifique.

.....

.....

.....

O fim do século XIX no Brasil foi marcado pela abolição da escravidão, em 1888, e pela Proclamação da República, em 1889.

Com a proclamação da República, instalou-se um governo provisório sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, apoiado pela elite dos cafeicultores paulistas, que buscavam uma autonomia política ainda maior para os estados. Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana do país, a qual adotava o federalismo como forma de organização administrativa e o presidencialismo como forma de governo.

Assim, os estados da nação mantinham sua autonomia e o chefe do governo – o presidente – era eleito para mandatos de quatro anos, com voto direto, porém aberto (não secreto).

Durante os primeiros tempos da República, o Brasil era um país eminentemente rural, com uma economia agroexportadora e uma incipiente industrialização. No entanto, havia grande diversidade cultural, e o sistema republicano deveria integrar essas diferentes realidades em um único modelo de representação política.

Ao longo deste capítulo, estudaremos alguns aspectos do Brasil no período chamado de Primeira República, ou República Velha (1889-1930), bem como as manifestações políticas e culturais que se deram no espaço urbano.



Augusto Malta/Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACCRJ)

**Morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, 1914.**

O fotógrafo Augusto Malta (1864-1957) registrou o cotidiano das ruas e das crianças moradoras das residências do morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 1914. Esse foi provavelmente um dos primeiros lugares a ter barracos ocupados pela população de ex-escravos.

Com a **República**, abria-se a oportunidade de ampliar o poder popular em detrimento do antigo poder centralizado no imperador. Com realidades históricas e geográficas distintas, as regiões do Brasil eram habitadas por descendentes de portugueses, ex-escravos de origem africana, comunidades indígenas diversas, mestiços e imigrantes europeus.

Sobre esse contexto, escreveu o historiador Paulo César Garcez Marins:

Fim da escravidão. Migrações e imigrações. A aurora do regime republicano dava-se em meio a transformações demográficas e sociais, que liberavam populações e franqueava novos destinos geográficos às esperanças de sobrevivência de muitos dos velhos e novos brasileiros. Mutações difíceis, todavia. As grandes cidades surgiram no horizonte como o espaço das novas possibilidades de vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativo.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 132. v. 3.

Será que todas essas populações conseguiram, nessa época, exercer a cidadania e participar da vida política brasileira?

## PRIMEIRA REPÚBLICA: O DOMÍNIO DAS OLIGARQUIAS AGRÁRIAS

A partir de 1900, o governo federal estabeleceu um pacto com governos estaduais, chamado de **política dos governadores**. Em troca da autonomia dos estados, as elites locais procuravam garantir o apoio ao governo federal por meio da eleição de deputados e de senadores aliados. Como o voto não era secreto, a manipulação e as fraudes eleitorais eram facilitadas. O “voto de cabresto” – como ficou conhecido o voto aberto manipulado – era o pilar da consolidação do poder das oligarquias regionais. As elites econômicas locais mantinham seu poder por meio de favores e de ameaças aos eleitores da sua região, que se viam obrigados a eleger os candidatos indicados por elas. Dessa maneira, o sistema republicano implantado não garantiu a ampliação da participação popular, mas manteve o poder das elites dominantes, especialmente o da cafeeira.

O poder econômico advindo da exportação do café foi confirmado pela eleição de representantes das **oligarquias** paulistas e mineiras. Essa política de alternância no governo de presidentes oriundos de São Paulo e de Minas Gerais ficou conhecida como **política do café com leite**. Era uma República para poucos, governada pela elite agrária.

O capital vindo da cafeicultura, porém, não foi investido apenas na agricultura. Os cafeicultores diversificaram seus investimentos e acabaram por transformar também o espaço urbano.

### República

Contrapõe-se à Monarquia, pois na República o chefe de Estado ou o grupo de pessoas que governa só pode ser eleito pelo povo direta ou indiretamente (mediante uma assembleia). Na Roma antiga, a República referia-se à *res publica*, “coisa pública” [em latim], ou seja, ao bem comum para o qual são criadas leis comuns, princípio de construção da justiça. No mundo contemporâneo, a partir do século XVIII, surgem as repúblicas federativas, que têm por base a Constituição, os estados e a União. Inclui-se aí o Poder Legislativo, que seria formado pelo Senado (representação dos estados) e pela Câmara dos Deputados (representantes da Nação).

Fonte: CATELLI JR., Roberto. *História: texto e contexto*. São Paulo: Scipione, 2006. p. 216 (Ensino Médio.)

### Oligarquia

Significa “governo de poucos”, também designado, na Grécia antiga, como “governo dos ricos”. Desde a Antiguidade, a expressão tem um valor negativo, não indicando exatamente uma forma própria de governo, mas determinando que o poder está sob o controle de um número restrito de pessoas (às vezes, ligadas por vínculos de sangue) e que gozam de privilégios por estar no poder.

Fonte: CATELLI JR., Roberto. *História: texto e contexto*. São Paulo: Scipione, 2006. p. 216. (Ensino Médio.)

## CASARÕES, CORTIÇOS E VILAS OPERÁRIAS EM SÃO PAULO

Até meados do século XIX, a cidade de São Paulo permaneceu como um insignificante vilarejo, com poucos recursos e uma população basicamente constituída por mestiços, brancos e índios. Com o crescimento da economia cafeeira, São Paulo recebeu inúmeros investimentos comerciais, industriais, financeiros e imobiliários. Nicolau Sevckenko explicou assim o vertiginoso ritmo de metropolização ocorrido na cidade no final do século XIX:

Como os ingleses precisavam de um ponto intermediário entre as fazendas de café, no interior do estado, e o porto exportador de Santos, no litoral, escolheram São Paulo como o vértice estratégico da rede exportadora, fazendo convergir para lá todas as ferrovias [...]. Assim, o grosso da riqueza gerado pela economia cafeeira acabou se concentrando na capital paulista, atraindo legiões de imigrantes de todas as partes do Brasil e dos quatro cantos do mundo.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 77. (Série Brasil Cidadão.)

Para dar espaço à metrópole, a antiga cidade de taipa foi sendo demolida e, em seu lugar, surgiram construções suntuosas e bairros traçados de acordo com os padrões urbanísticos em voga na Europa, que defendiam o planejamento e o saneamento do espaço urbano.

Esse processo, segundo a urbanista Raquel Rolnik, deu início à segregação espacial na cidade.

A grande transformação que ocorreu na cidade do café foi, sem dúvida, a configuração de uma segregação espacial mais clara: territórios específicos e separados para cada atividade e cada grupo social. Isso se deu por meio da constituição de bairros proletários e dos loteamentos burgueses, da apropriação e reforma do centro urbano pelas novas elites dominantes e da ação discriminatória dos investimentos públicos e regulação urbanística.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 18.

Antigas fazendas foram loteadas, fazendo surgir novos bairros, como os de Campos Elísios, Santa Ifigênia e Higienópolis. Neles, instalaram-se famílias abastadas ligadas aos negócios da cafeeira. Em 1891, foi inaugurada a Avenida Paulista, no espigão central da cidade, que passaria a concentrar dezenas de palacetes para abrigar as famílias dos cafeicultores, chamados de “barões do café”. A arquitetura eclética dessas construções inspirava-se em modelos europeus, especialmente os praticados na França. Os padrões franceses – classicistas ou *art nouveau* – serviam de parâmetro para engenheiros e arquitetos, pois agradavam às elites.



Casa das Rosas, Avenida Paulista, São Paulo (SP), 2001.

Muitos exemplares arquitetônicos do fim do século XIX e do início do XX foram demolidos com o passar dos anos. Foi o que aconteceu com a residência da família Von Büllow, construída em 1902 na Avenida Paulista. Outros resistiram à especulação imobiliária, como a residência da filha do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, finalizada em 1935, que ainda permanece na paisagem da cidade, conhecida como a Casa das Rosas pelo seu belo jardim.



Residência Von Büllow, Avenida Paulista, São Paulo (SP), 1902.

Se de um lado cresciam os bairros das famílias ricas nas regiões centrais, de outro proliferavam as ocupações de áreas periféricas, como as várzeas e os distritos industriais, pela população menos favorecida, constituída de ex-escravos e seus descendentes, bem como pelos recém-chegados imigrantes europeus. Essas áreas, apesar de se localizarem nas adjacências da região central, eram consideradas distantes naquela época. Hoje, esses bairros estão bem próximos ao centro histórico da cidade de São Paulo.

Outro tipo de moradia surgiu na capital paulista com o objetivo de abrigar os imigrantes que vieram para trabalhar nas indústrias: as vilas operárias. Essas habitações populares eram construídas pelos industriais para os empregados, nas proximidades dos seus estabelecimentos fabris.

O industrial Jorge Street foi o proprietário e o idealizador da Vila Maria Zélia, construída entre 1912 e 1916 para abrigar os 2 100 funcionários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta. A vila tinha 180 casas unifamiliares e localiza-se no bairro do Belém, às margens do rio Tietê. Outros exemplos são as vilas operárias construídas nos bairros do Brás e da Mooca, pela Fábrica Santana, Álvares Penteados, Francisco Matarazzo e Crespi.

O arquiteto Nestor Goulart Reis Filho comenta: “Algumas vezes [as vilas] contavam com equipamentos complementares, como igrejas ou creches. Mas sistematicamente tinham um armazém, no qual os trabalhadores faziam suas compras, anotadas em cadernetas, exatamente como os colonos das fazendas”.

## PLANEJAMENTO E SANEAMENTO DAS CIDADES

Inúmeras cidades da Europa e das Américas foram alteradas por planos urbanísticos. Pode-se dizer que a expressão “planejamento urbano” passou a significar uma nova concepção de cidade e colocou em prática transformações nos antigos espaços, seguindo novos padrões de organização e procurando direcionar o modo de vida das populações urbanas.

“Há consenso entre historiadores em identificar o planejamento urbano desenvolvido no século XIX com um sistema de ordenação e controle sociais, baseado numa ideologia progressista, numa filosofia racionalista e numa estratégia higienista, com alto custo social”, escreveu Heloisa Barbuy. Segundo a autora, o modelo seguido para os planos urbanísticos foi a cidade de Paris (França), remodelada pelo barão Haussmann, prefeito entre 1852 e 1870.

Como os ecos parisienses se manifestaram aqui no Brasil? A primeira cidade a sofrer um amplo projeto de reformulação do espaço urbano foi o Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, sob o governo do prefeito e engenheiro urbanista Francisco Pereira Passos. Com base nos ideais difundidos por Haussmann, de construção de uma “cidade espetacular”, foi posta em ação uma radical transformação urbana na então capital brasileira.

Segundo Heloisa Barbuy, o modelo haussmanniano defendia uma cidade moderna, “caracterizada pelas grandes avenidas ordenadoras do tráfego, de linhas retas e axiais, pela presença de escul-

### *Revolta da Vacina*

Paralelamente à reforma urbana, estava sendo implantado no Rio de Janeiro, durante a primeira década do século XX, um projeto de saneamento liderado pelo ministro Oswaldo Cruz. Esse sanitarista criou brigadas encarregadas de combater a peste – por meio da remoção do lixo e matança de ratos – e exterminar o mosquito transmissor da febre amarela. No combate à varíola, ele instituiu a obrigatoriedade da vacinação para toda a população carioca. A imposição da vacina obrigatória foi o estopim de uma revolta popular, que ficou conhecida como a “Revolta da Vacina”. O que estava sendo questionado era muito mais do que a vacinação. Na verdade, a população estava gritando contra o processo de exclusão social e espacial ocorrido desde o “bota-abaixo” de Pereira Passos. Durante uma semana, em novembro de 1904, populares montaram barricadas e protestaram contra as medidas governamentais, mas foram duramente reprimidos pela polícia e pelo exército, que puseram fim ao movimento.

turas monumentais e imponentes edifícios públicos estrategicamente situados para ser referências espaciais, pelos parques e jardins também planejados de maneira minuciosa, entremendo o tecido urbano”.

O Rio de Janeiro, no início do século XX, era uma cidade de ruas estreitas e saneamento precário, o que gerava focos de doenças como febre amarela, varíola, tuberculose e peste. Para sanear esses problemas, Pereira Passos iniciou a demolição de centenas de moradias populares da região central. Essa operação ficou conhecida como “bota-abaixo” e desalojou milhares de famílias que viviam em condições precárias e não receberam nenhuma indenização pela desapropriação de suas casas.

A reforma urbana teve um grande impacto na vida social e cultural da cidade e contou com a transferência do complexo portuário para a atual Praça Mauá e a reformulação do centro da cidade, com o alargamento das ruas, a extinção dos cortiços e a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco).

O poder público estava empenhado em redesenhar o Rio de Janeiro para torná-lo uma vitrine do progresso e da modernização da capital federal. A dimensão física da reforma vinha acompanhada de um simbolismo modernizador. O espaço público foi remodelado para atender ao gosto das elites, admiradoras dos padrões europeus.

Como afirmou o historiador Nicolau Sevcenko, a operação “bota-abaixo” buscou construir a imagem de cidade europeia, porém o processo aconteceu sem que a população recebesse um novo local adequado para se instalar. “Sem alternativas, essa massa de excluídos foi se deslocando para os bairros distantes ou se instalando precariamente nas encostas dos morros que cercam a cidade, dando assim origem às favelas.”

### História da fotografia no Brasil

Foi no Brasil, mais precisamente na cidade de Campinas, em São Paulo, no ano de 1833, que um inventor chamado Hercules Florence criou a palavra fotografia para designar uma de suas descobertas. Assim, nosso país é considerado um dos pioneiros nessa forma de representação da realidade. A data da invenção de Florence surpreende ao se comparar com os demais inventos: na Inglaterra, a Calotípi, por William Henry Fox Talbot, em 1835; e, na França, a Heliogravura, por Nicephore Niepce, em 1827; o processo positivo em papel, de Hypolyte Bayard, em 1839; e a Daguerreotípi, por Louis Jacques Mandé Daguerre, também em 1839. Na segunda metade do século XIX, época coincidente com o desenvolvimento da fotografia, o Brasil encontrava-se em acelerado desenvolvimento econômico. A imigração de europeus para compartilhar nossas metas de progresso trouxe junto à mão de obra e à tecnologia fotógrafos e aparatos fotográficos para documentar e difundir esta transformação social e econômica.

Fonte: CASTANHO, Eduardo. *Um olhar pela história da fotografia no Brasil*. Disponível em: <[www.tecsi.fea.usp.br/eventos/contecsiz004/brasilemfoco/port/artecult/foto/apresent/index.htm](http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/contecsiz004/brasilemfoco/port/artecult/foto/apresent/index.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2012.



Avenida Central, Rio de Janeiro (RJ), 1904.

Avenida Central, Rio de Janeiro (RJ), 1906.

As fotografias registram a transformação do espaço urbano. Entre 1903 e 1906, o então prefeito Pereira Passos executou uma reforma urbana no Rio de Janeiro com a intenção de modernizar a área portuária e central da capital brasileira. O eixo do seu projeto era a abertura da Avenida Central – atual Avenida Rio Branco – nos moldes das grandes avenidas parisienses. Essa avenida foi concebida como lugar privilegiado do “bom gosto”, destinado ao consumo, à cultura e ao lazer dos cariocas abastados.

Nicolau Sevcenko, no parágrafo a seguir, apresenta os motivos geradores da reurbanização da área central do Rio de Janeiro. Leia o texto e responda às questões.

A capital se vira inchada de grandes contingentes de população, vindas das áreas rurais, sobretudo após a nova lei de terras e a abolição da escravatura. O atrativo maior eram as atividades do porto, o terceiro em importância nas Américas. Por isso, essa gente se instalava ao redor da área portuária, em antigos casarões imperiais degradados, que foram sendo redivididos internamente em inúmeros pequenos cubículos para aluguel. Para as autoridades, aquela situação era insalubre, insegura e de difícil controle. Sobretudo, aquela população, majoritariamente constituída de negros, forros e ex-escravos, seus descendentes e convivas, representavam um foco de cultura considerada “bárbara”, com seus tambores, danças sensuais, rituais e festas pagãs, capoeiragem e mandingas. Tudo isso depunha contra a imagem de modernidade à europeia. Não bastava sanear e reurbanizar, era preciso mudar a imagem da capital. Ela deveria ser uma vitrine vistosa para atrair capitalistas, técnicos e imigrantes europeus.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de moda*. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 60. (Série Brasil Cidadão).

1. Procure no dicionário os significados das palavras desconhecidas. Releia o texto.
2. Segundo o autor, qual era o tipo de ocupação existente na área portuária? Como elas surgiram?

.....

.....

3. O que a população dos cortiços representava para o governo? Por quê?

.....

.....

4. Em que ideias o governo baseava-se para a reurbanização dessa região?

.....

.....

## INTERLÚDIO

Enquanto uma minoria subia na escala social, outra parte da população literalmente subia o morro e ocupava essas áreas próximas ao centro, de onde havia sido expulsa. Nas primeiras décadas do século XX, várias intervenções urbanísticas foram planejadas e executadas nos morros cariocas, com a intenção de sanear a cidade, mesmo que para isso fosse necessário deslocar milhares de pessoas.

Em 1928, o sambista Sinhô compôs o samba “A Favela vai abaixo”, no qual protestava contra a ameaça de desabrigo dos moradores do Morro da Favela. A letra da música dizia: “Minha cabocla, a Favela vai abaixo / Quanta saudade tu terás deste torrão. / [...] Vê agora a ingratidão da humanidade / [...] quem sem brilho vive pela cidade / impondo o desabrigo ao nosso povo da Favela. / Minha cabocla, a Favela vai abaixo. / Ajunta os troço, vamo embora pro Bangu”.

O discurso civilizatório e sanitário continuava a **segregar** as populações de baixa renda, empurrando-as para longe dos olhos da burguesia. Tal discurso ainda está presente, nos dias de hoje, nas revitalizações dos centros degradados.

### GLOSSÁRIO

**Segregar:** apartar, evitar contato, isolar.

## Favela

Sua definição é bastante discutida entre os cientistas políticos, urbanistas e assistentes sociais e demais estudiosos de tal manifestação urbana. O atual Morro da Providência, na área central da cidade do Rio de Janeiro, é considerado a primeira favela. Ali é o local onde no final do século XIX existia o Morro da Favela, uma comunidade formada por ex-escravos e ex-combatentes da Guerra de Canudos. O nome favela era uma alusão ao nome da planta que crescia na região onde aconteceu tal conflito, no sertão da Bahia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), favela é um “aglomerado subnormal”, um conjunto cons-

tituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, dispostas, em sua maioria, de forma desordenada e densa, carentes de serviços públicos essenciais e que ocupam ou ocuparam até recentemente terreno de propriedade alheia (pública ou particular). Verifica-se que atualmente a realidade das favelas, com suas moradias precárias, é muito mais complexa, o que torna tal definição limitada e inadequada para descrevê-las.

### Dados do IBGE

“Das 5 427 prefeituras que responderam sobre a existência de favelas, cerca de 28% apontaram existir. [...]”

Disponível em: <[www.ibge.gov.br/ibgeteen/noticias/municipios.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/noticias/municipios.html)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

## PESQUISAR

Em duplas, realizem o trabalho de levantamento de dados indicado no roteiro a seguir.

1. Faça um levantamento de dados a respeito das moradias de baixa renda, sejam cortiços, sejam favelas (ou o nome regional usado) em sua cidade. Organize os dados sobre localização, porcentagem de população que vive nessas condições, quantidade de ocupações, existência ou não de serviços públicos essenciais etc.
2. Se possível, levante dados sobre o surgimento, crescimento populacional e número de ocupação de áreas por favelas, bem como de outras formas precárias de moradia. Em quais décadas houve uma expansão desse tipo de ocupação? Procure interpretar tais dados, relacionando as causas à história da sua cidade e do país.
3. Há alguma política pública voltada para a urbanização das áreas de favela ou sua desocupação, melhoria das condições de moradia, atendimento médico etc.? Há desalojamentos de populações sem a preocupação com o destino delas?
4. Organizem uma roda de discussão e apresentem para os colegas os dados e as conclusões das pesquisas, atentando para o tratamento dado pelo poder público à situação dos habitantes das favelas.

## LER TEXTO JORNALÍSTICO I

# Promotora quer remoção de famílias da Via Sul

Desde que chegaram ao local com suas carroças, papelões, tábuas e animais, as famílias que começaram a favela da Via Sul, dividindo o espaço com insetos, lama e lixo, ouvem que vão ter que sair de lá. O número de moradores e de barracos, no entanto, só aumentou.

Agora, porém, a remoção das famílias está bem perto de acontecer. A promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Rossana Sudário, entrou com uma ação civil pública contra o município de Natal obrigando-o a retirar a favela, instalada em uma rua de areia do conjunto Parque das Colinas

[condomínio de alto padrão], vizinho à Candelária.

Na ação, a promotora pede que a prefeitura faça a demolição das construções irregulares e urbanize a área, implantando pavimentação e saneamento básico. Antes, porém, o município terá de relocar imediatamente os moradores para locais provisórios, até que essas famílias possam ser inseridas em algum programa de habitação.

[...] Os moradores do Parque das Colinas são quem mais tem reclamado da favela. Eles se queixam do acúmulo de lixo, da proliferação de insetos e roedores e

dos riscos à saúde que o ambiente oferece. A situação foi exposta nas reuniões e também numa audiência pública realizada em 2006 na Câmara Municipal de Natal. A prefeitura informou que até o final do primeiro semestre daquele ano – quando construísse casas para as famílias – resolveria o problema. Mas nada foi feito.

A promotora Rossana Sudário observa que na cidade inteira áreas estão sendo ocupadas por favelas sem que a prefeitura tome uma providência. Ela avisa que vai mover outras ações com o mesmo objetivo dessa primeira.

Disponível em: <[www.tribunadonorte.com.br/print.php?not\\_id=39611](http://www.tribunadonorte.com.br/print.php?not_id=39611)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

1. Segundo o texto, como vivem os moradores da favela da Via Sul?  
.....  
.....
2. Quais os motivos alegados pela promotora para a remoção das habitações?  
.....  
.....
3. É correto afirmar que há uma permanência do discurso sanitarista (difundido desde o fim do século XIX) no tratamento das questões sociais relativas às moradias de baixa renda? Justifique.  
.....  
.....
4. Qual é sua opinião sobre o discurso sanitarista? Ele é positivo ou negativo? Por quê?  
.....  
.....
5. Discuta com seus colegas, com base no que estudou no capítulo, a relação entre o poder público e os grupos econômicos na organização do espaço urbano. Registrem suas conclusões e façam uma roda de discussão para compartilhar suas reflexões.

## A CONSTRUÇÃO DE NOVOS BAIROS NAS CIDADES

Em outras cidades do Brasil, o governo procedia da mesma maneira: demolia antigas moradias populares e expulsava os pobres das áreas centrais. Um exemplo é o que aconteceu na capital pernambucana, entre 1910 e 1913, quando, segundo Paulo César Garcez Marins, 50% dos habitantes do bairro do Recife – o mais antigo da cidade – foram deslocados para os **arrabaldes**, que concentravam 37 735 **mocambos** – 43% do total de habitações municipais.

Em São Paulo, nas gestões dos prefeitos Antônio da Silva Prado (1899-1911) e de Raymundo Duprat (1911-1914), foram realizadas grandes obras de saneamento das várzeas e demolição de moradias antigas. Em consequência, as regiões vizinhas à área central foram valorizadas e receberam planos urbanísticos para novos bairros, como os projetos da Companhia City – City of São Paulo Improvements and Freehold Co.

A partir da década de 1910, bairros foram desenhados, loteados e equipados para receber moradores da elite paulistana, nos moldes das *city-gardens* (cidades-jardins) britânicas e americanas, chamadas aqui de bairros-jardins.

A influência estrangeira era percebida nos novos padrões de moradia, no planejamento urbano, na arquitetura das edificações públicas, nos bens de consumo disponíveis e na implantação de novos serviços públicos, que alteraram o cotidiano das principais cidades brasileiras das primeiras décadas do século XX.

### GLOSSÁRIO

**Arrabalde:** arredor, cercania, subúrbio.

**Mocambo:** habitação precária, barraco, casebre.

## OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Se o Rio de Janeiro era a capital do governo, São Paulo era a capital econômica do país e não ficava atrás nas inovações culturais do período. No governo do prefeito Antônio da Silva Prado, herdeiro de uma das mais influentes e abastadas famílias paulistanas, ocorreram a inauguração do Teatro Municipal, a criação da Pinacoteca do Estado e a construção da Estação da Luz e da Avenida Tiradentes, entre outras grandes obras realizadas na cidade.

Outro acontecimento marcante do mandato de Silva Prado foi a implantação do sistema de energia elétrica na cidade, pela empresa canadense The São Paulo Light & Power Co. Com essa energia, vieram também os bondes elétricos, que revolucionaram o sistema de transportes coletivos da época. A cidade foi rasgada pelos trilhos, que percorriam quilômetros interligando a área central aos arrabaldes mais distantes e incentivando o crescimento urbano para essas direções.

A primeira linha de bondes elétricos ligava o Largo São Bento à Barra Funda e foi inaugurada em 7 de maio de 1900. Sobre esse episódio, o geógrafo Pierre Mombeig registrou:

“em maio de 1900 circularam pela primeira vez pelas ruas de Piratininga bondes elétricos. Data memorável, pois, com a energia elétrica, uma nova era começa em São Paulo, a qual já não será apenas a capital dos fazendeiros, mas uma metrópole em toda a extensão da palavra. Reunirá todas as funções urbanas”.

TOLEDO, Benedito Lima de; PONTES, José Alfredo V. *São Paulo registros: 1899-1940*. São Paulo: Eletropaulo, 1992. p. 17-19.

Em seguida, outras linhas foram inauguradas, como as que se dirigiam para o Bom Retiro, Vila Buarque, Avenida Paulista, Consolação, Higienópolis, Avenida Angélica, Rua Augusta, Brás e Penha.

Mas qual teria sido a lógica para a implantação das linhas de bondes? A princípio, por ser um serviço público, pensava-se em melhoria ao atendimento dos usuários de transporte coletivo. No entanto, em diversos momentos, percebeu-se a aliança entre interesses da Light com setores imobiliários, como a Companhia City, responsável pela implantação de projetos de urbanização. Alguns membros do comitê administrativo da City também faziam parte da administração da Light, o que facilitou a convergência de ações no espaço urbano. Os loteamentos da City, a partir de 1915, foram beneficiados por serviços de infraestrutura, especialmente os de iluminação pública e de linhas de bondes elétricos. Conseqüentemente, os terrenos adjacentes às linhas Augusta, Pacaembu e Lapa foram valorizados e a Light assegurou o monopólio da prestação de serviços nessas regiões.

A capital paulista e outros centros urbanos brasileiros foram desenhados, ocupados e usufruídos de acordo com um conjunto de interesses que envolvia muito mais as expectativas das classes dirigentes e dos grupos econômicos do que as necessidades da maioria da população.

## A POPULAÇÃO OPERÁRIA

No início do período republicano, a cidade de São Paulo era habitada por cerca de 65 mil pessoas. Quando entraram os anos 1930, essa população já passava de 1 milhão. Em quatro décadas, o crescimento populacional foi vertiginoso. O que gerou tamanha explosão demográfica? Quem eram os habitantes de São Paulo?

Como já vimos, o capital da cafeicultura foi aplicado em diferentes setores da economia, entre eles o industrial. Mesmo que ainda de maneira tímida, o número de fábricas crescia e atraía cada vez mais trabalhadores. Esse processo foi intenso na cidade de São Paulo, onde a população urbana cresceu aceleradamente durante o século XX.

O historiador Nicolau Sevcenko descreve a cidade como uma “colcha de retalhos cosmopolita”, tamanha a diversidade dos seus moradores.

A população se compunha dos descendentes dos povos indígenas originais; dos ex-escravos fugidos das fazendas; dos libertos com a extinção da escravidão e seus descendentes, mestiços ou não; das populações vindas da área **platina**, do Brasil central e do Norte; dos diferentes povos europeus, com destaque para os italianos, portugueses, espanhóis, alemães e eslavos; dos imigrantes árabes, turcos, armênios, israelitas, ademais de gentes do oriente distante, sobretudo japoneses e chineses.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000. p.84.

Com os imigrantes europeus, o cotidiano da cidade alterou-se e as relações de trabalho apresentavam novas situações. Se a vida dos imigrantes não era fácil nas fazendas de café, também não o era nas fábricas. As condições de trabalho nesses ambientes eram péssimas, não havendo legislação que regulasse a relação capital-trabalho. Havia mão de obra infantil, as jornadas ultrapassavam 14 horas diárias, os trabalhadores não tinham direito a férias, indenizações ou pagamento de horas extras e os salários eram miseráveis.

Contra essa situação, organizaram-se em alguns centros urbanos associações de trabalhadores que buscavam melhorias trabalhistas. Assim, tiveram origem nesse período os movimentos operários. Em 1908, foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), com o objetivo de lutar a favor dos trabalhadores, mobilizando-os para greves e protestos necessários às conquistas almejadas. Durante as duas primeiras décadas do século XX, inúmeras greves ocorreram, sendo a mais conhecida a que aconteceu em São Paulo em 1917. Os grevistas defendiam uma jornada de trabalho de oito horas, o direito de livre associação e a libertação daqueles que haviam sido presos durante os protestos.

Nessa época, a repressão policial aos movimentos operários era constante, pois o Estado, durante a Primeira República, atuava na defesa dos interesses dos proprietários. Não poderia ser diferente, visto que o governo republicano era controlado pelas oligarquias estaduais.

Excluídos da participação política, já que as eleições eram manipuladas pelos grupos oligárquicos, diversos setores da população discordavam das práticas implantadas pelas elites econômicas, inclusive acerca das políticas urbanas, e manifestavam tal descontentamento pressionando essas elites, indo contra os interesses dominantes, como foi o caso da Revolta da Vacina.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a região portuária agregava grande número de trabalhadores, muitos deles descendentes de escravos, com uma cultura distante dos valores europeizados da classe dominante. Essa população era considerada uma ameaça à ordem; suas manifestações culturais eram tidas como inferiores e atrasadas e, portanto, era proibido jogar capoeira e dançar e cantar ritmos tradicionais de influência africana.

O samba, por exemplo, permaneceu por muitas décadas associado às camadas mais pobres da população, aquela que morava nos morros, e por isso era considerado “coisa de malandro”.

Foi na capital federal que, em 1910, eclodiu um movimento que ficou conhecido como a Revolta da Chibata. Os marinheiros protestaram contra maus-tratos, em especial, contra

#### GLOSSÁRIO

**Platina:**  
referente  
à região  
da bacia  
do rio da  
Prata.

a prática de chicotear os oficiais da Marinha que cometessem erros. O líder do movimento, João Cândido, era descendente de africanos e ficou conhecido como o Almirante Negro.

A revolta, que durou cinco dias, conseguiu acabar com os castigos físicos. No entanto, o então governo republicano do marechal Hermes da Fonseca afastou os marinheiros de suas funções e os condenou à prisão. João Cândido, após ter permanecido detido na ilha das Cobras e internado no Hospital dos Alienados (RJ), foi julgado em 1912 e, finalmente, absolvido com todos os outros participantes.

Lembrado na música “O mestre-sala dos mares”, de João Bosco e Aldir Blanc, o líder da revolta da Chibata morreu aos 89 anos, pobre e doente, após trabalhar décadas na descarga de pesqueiros, na Praça XV, no Rio de Janeiro. Sua história tornou-se um símbolo da resistência negra.

Os versos da música em sua homenagem reconhecem sua trajetória de luta:

“[...] Glória a todas as lutas inglórias / Que através da nossa história / Não esquecemos jamais! / Salve o navegante negro / Que tem por monumento / As pedras pisadas do Cais”.

BOSCO João; BLANC, Aldir. O mestre sala dos mares. *Caça à raposa*. Rio de Janeiro: RCA Vitor, 1975.

Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, ao estudarem os movimentos de resistência ao longo do tempo e as ações afirmativas no Brasil atual, também destacaram o papel de João Cândido:

[...] todos aqueles que se opõem ao poder “nadam contra a correnteza” e estão sujeitos a receber os duros golpes dos dominantes. O que gostaríamos de ressaltar é que muitos desses bravos personagens da nossa história são lembrados e estudados mas, nem sempre, os homens e mulheres negras que também se destacaram na luta contra a opressão e a dominação recebem o mesmo tratamento. O povo brasileiro tem muito que se orgulhar dos muitos homens e mulheres negros anônimos que ajudaram a construir esta nação com a sua capacidade de organização e de luta.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004. p. 115.

A Revolta da Chibata e a Revolta da Vacina foram movimentos urbanos que contestaram a ordem estabelecida. Apesar de reprimidos, eles alertavam para a insatisfação das classes populares e expressavam o desejo de maior participação na vida política do país.

Como já vimos, a política do café com leite, como era popularmente conhecida a alternância de poder entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais, foi soberana até o final da Primeira República.

Uma das primeiras manifestações de descontentamento com essa situação ocorreu em São Paulo, em julho de 1924, com um movimento militar liderado pelo general Isidoro Dias Lopes.

A cidade transformou-se em arena de conflito entre tropas **tenentistas** e tropas federais. Durante quase um mês, ela foi dominada pelos revoltosos. A insatisfação das classes médias urbanas somou-se à dos jovens militares que queriam a modernização das instituições republicanas.

### Tenentismo

No começo dos anos 1920, a situação continuava desalentadora no Exército. Faltava de tudo: armamento, cavalos, medicamentos, instrução para a tropa. Os oficiais brasileiros se ressentiam de uma política mais eficaz e mostravam-se descontentes com a nomeação do civil Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa. Os soldos permaneciam baixos e o governo não fazia menção de aumentá-los.

Essa situação afetava particularmente os tenentes. Havia um grande número deles, e as promoções eram muito lentas. Um segundo-tenente podia demorar dez anos para alcançar a patente de capitão.

Foi nesse quadro de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que eclodiram diversos levantes militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo “tenentismo”. Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes.

Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/producao/dossus/aeravargas1/anos20/crisepolitica/movimentotenentista](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossus/aeravargas1/anos20/crisepolitica/movimentotenentista)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

Na madrugada de 5 de julho, militares revoltosos iniciaram o movimento. O bombardeio entre as forças oficiais e os insurgentes nas ruas, praças e avenidas paulistanas deixou marcas na paisagem.

Granadas e tiros atingiram casas, edifícios públicos e estabelecimentos comerciais, deixando a população atônita. Estima-se que 300 mil pessoas deixaram temporariamente a capital paulista. São Paulo só voltou à normalidade no final de julho.

Com o apoio da classe média urbana e das elites não ligadas à cafeicultura, os tenentes defendiam o voto secreto, o combate à corrupção e à fraude eleitoral, a liberdade de imprensa, a limitação dos poderes do Executivo, a ampliação da autonomia do Judiciário, a moralização do Legislativo e a centralização do Estado, limitando o federalismo.

Mesmo derrotados na revolta de 1924, os movimentos tenentistas fizeram oposição **contumaz** às oligarquias agrárias, desempenhando papel fundamental tanto na preparação como na direção do movimento que promoveu a derrubada do governo na Revolução de 1930.

#### GLOSSÁRIO

**Contumaz:** que age com insistência, teimosia.

## LER TEXTO JORNALÍSTICO II

### A capoeira

Também reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural imaterial, em julho de 2008, a Roda de Capoeira é uma arte multidimensional e também dança, luta, jogo e música. Essa arte apresenta registros documentais e iconográficos desde o século XVIII.

Na pesquisa realizada pelo IPHAN, a capoeira é definida como um fenômeno urbano surgido provavelmente nas grandes cidades escravistas litorâneas, que foi desenvolvido entre africanos escravizados ligados às atividades “de ganho” da zona portuária ou comercial. A maioria dos capoeiras dessa época trabalhava como carregador e estivador, atividades ligadas à região dos portos, onde muitos realizavam trabalho braçal.

As pesquisas foram realizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, principais cidades portuárias apontadas como prováveis origens dessa manifestação, e por serem os locais onde havia documentação a respeito.

O mais antigo registro vem do Rio de Janeiro, em 1789 – um documento sobre a libertação de um escravo de nome Adão, que havia sido preso por praticar “capoeiragem”.

No período da Primeira República, a capoeiragem era uma manifestação de rua, afrodescendente, e muitos dos seus praticantes tinham ligações com o candomblé, o samba e os batuques. A iniciação dos capoeiras nessas atividades acontecia provavelmente na própria família, no ambiente de trabalho e também nas festas populares.

Ainda sobre o universo das ruas, estudiosos revelam que o cancionário da capoeira se enriqueceu dos cantos de trabalho e que o trabalhador de rua, em momentos lúdicos ou de conflitos, também se utilizava dos golpes e movimentos da capoeira.

Tanto no Rio de Janeiro como em Salvador e Recife, o jogo surge como prática associada à marginalidade social, porém amplamente presente na vida política das cidades e do país, na medida em que os capoeiras envolveram-se, por exemplo, em “capangagem” eleitoral e na Guerra do Paraguai.

A partir de 1890, quando a capoeira foi criminalizada – artigo 402 do Código Penal – como atividade proibida (com pena que poderia levar de dois a seis meses de reclusão), a repressão policial foi dura com os seus praticantes. Os capoeiristas eram considerados por muitos como “mendigos ou vagabundos”. Outras práticas afro-brasileiras, como o samba e os candomblés, foram igualmente perseguidas.

Já na década de 1920, com o apoio de intelectuais modernistas, que procuraram reconstituir as bases ideológicas da nacionalidade, as práticas afro-brasileiras começaram a ser discutidas e passaram a constituir um referencial cultural do país.

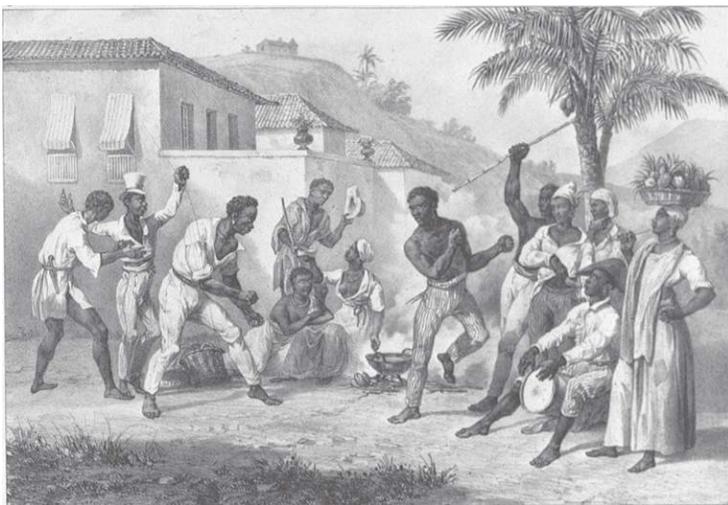
Ao final dos anos 1930, a capoeira foi descriminalizada e passou de um extremo a outro, a ponto de ser defendida por historiadores e estudiosos como esporte nacional e considerada a verdadeira ginástica brasileira. Getúlio Vargas a proclamou o “único esporte genuinamente nacional”.

[...]

Os mestres Bimba e Pastinha foram os responsáveis pela adaptação da capoeira aos novos tempos, de forma que ela pudesse sobreviver, e formaram inúmeros outros mestres ilustres, que continuaram suas linhagens. A partir dos anos 1950, a capoeira expande-se por todo o Brasil e para outros países e multiplica-se em diversos estilos.

Manifestações culturais. Revista *Palmares*, ago. 2009, p. 10-11.

Disponível em: <[www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/a-capoeira-na-historia](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/a-capoeira-na-historia)>. Acesso em: 2 fev. 2012.



Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



dimages/Alamy/Oherimages

*Jogar capoeira ou Dança da guerra* (1835), de Johann Moritz Rugendas, litogravura. In: *Viagem pitoresca através do Brasil* (1835).

Jovens jogando capoeira em Salvador, no dia 20 de fevereiro de 2011.

1. Organize um quadro com duas colunas. Na primeira, indique o período e na segunda, a maneira como a capoeira era vista pela sociedade ou pelos governos.
2. Por que os capoeiristas foram perseguidos em diferentes momentos da história?
3. A capoeira, ao ser considerada oficialmente patrimônio cultural imaterial do Brasil, expressa o reconhecimento da importância da cultura afro-brasileira para a formação cultural do país? Justifique.



Edson Sato/Pulsar Imagens

**Aldeia Yanomami em São Gabriel da Cachoeira (AM), 2010.**  
Ainda existem povos indígenas que vivem com pouca ou nenhuma tecnologia, ao contrário do que ocorre em grandes centros urbanos.



Jared McMillen/Aurora Photos/Corbis/latinstock

**Empresa de venda de roupas e calçados *on-line*, em Las Vegas. EUA, 2010.**  
Hoje em dia não precisamos mais nos deslocar a lojas físicas para comprar diversos produtos, que podem ser adquiridos pela internet.

Uma das ideias centrais da sociologia é que os seres humanos são seres sociais, vivem em grupos e precisam do outro para sobreviver. Mas o modo como essa vida social foi organizada variou muito ao longo da história e dos diferentes espaços geográficos habitados pelos seres humanos. A sociedade é construída historicamente, por isso ela é dinâmica e se transforma ao longo do tempo. Os fenômenos sociais possuem uma lógica própria e para compreendê-la é necessário fazer uso de teorias sociais.

Essa ideia básica, aparentemente simples, nem sempre foi aceita. A sociedade é um tema que ensejou diferentes explicações, das quais podemos destacar duas grandes abordagens.

**Determinismo biológico:** atribui características **inatas** a algumas raças ou grupos humanos. Nessa visão, o comportamento social é resultado das características biológicas dos indivíduos.

**Determinismo geográfico:** considera que os aspectos físicos e geográficos do território condicionam o comportamento cultural dos grupos humanos. Ellsworth Huntington (1876-1947), no livro de 1915 *Civilização e clima*, escreveu: “Hoje, a civilização só parece progredir onde existe um clima estimulante. Uma civilização de primeira categoria pode ser transportada de um lugar para outro, mas só pode crescer com vigor onde o clima der energia aos homens”.

Nesse trecho há uma associação direta entre clima e grau de desenvolvimento de uma sociedade. No entanto, estudos posteriores comprovaram a existência de formas de organização social e cultural diversas numa mesma região, submetida às mesmas condições climáticas.

#### GLOSSÁRIO

**Inato:** de nascença.

No Brasil, por exemplo, entre os índios que habitam o Parque Nacional do Xingu, existem muitas diferenças culturais. Os Kamayurá têm sua alimentação baseada na pesca e caça de aves, enquanto os Kayabi caçam mamíferos de grande porte, como o veado e a anta, animais que não são caçados pelos Kamayurá por motivos culturais.

Atualmente, as abordagens deterministas são questionadas pelas ciências sociais, mas seus resquícios permanecem em outras áreas de estudo e também no senso comum, quando as pessoas tentam explicar as características de um povo.

## O DETERMINISMO BIOLÓGICO NO BRASIL

Embora esteja em desuso atualmente, o determinismo biológico teve enorme repercussão no Brasil no século XIX e no início do século XX.

Essa corrente teórica procurou explicar os comportamentos sociais dos grupos a partir de suas características biológicas. Nessa visão, o “biológico” comandava o “social”. Devido à forte presença do negro e do indígena na formação social brasileira, a questão racial assumiu destaque em nosso país. Acreditava-se que o negro e o índio eram biologicamente inferiores ao branco, e por isso não podiam se dar bem em atividades intelectuais, ou seja, ser negro limitava as capacidades e habilidades que um ser humano poderia desenvolver na sociedade.

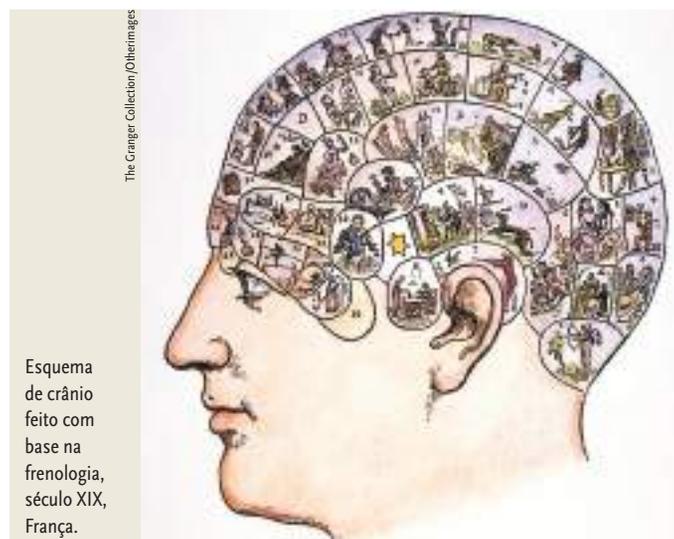
As aptidões de uma pessoa seriam transmitidas pela hereditariedade, e não poderiam ser modificadas pelas influências sociais do meio ou pela educação. Quanto mais pura fosse uma raça, mais ela preservaria suas características originais, o que implicava a rejeição à miscigenação, ao casamento entre raças diferentes, pois isso causaria uma degeneração racial e, conseqüentemente, social.

Com base nessa teoria, afirmava-se que o atraso econômico e cultural do Brasil, naquela época, seria resultado da miscigenação entre raças diferentes, o que gerava um resultado racial inferior. A mestiçagem era vista como um mal para o país inclusive pelo governo, que implementou uma política oficial de branqueamento da população por meio do estímulo à imigração europeia.

Sendo um tipo de determinismo biológico, o chamado **darwinismo social** acreditava na existência de uma “seleção natural” dos mais aptos no plano social, que tenderiam a ser mais bem-sucedidos e a dominar os menos aptos.

Estudos foram feitos sobre o tamanho do crânio e as características fisiológicas de negros e das ditas populações primitivas comparando-as com as características dos europeus, atribuindo a essas características o maior desenvolvimento da civilização branca europeia, considerada superior.

No século XIX, cientistas europeus desenvolveram técnicas para medir o tamanho e as proporções do cérebro dos diferentes povos, com o objetivo de detectar faculdades mentais, aptidões sociais e traços de caráter a partir das dimensões cranianas. Esse novo ramo científico recebeu o nome de frenologia. Baseada na obra



Esquema de crânio feito com base na frenologia, século XIX, França.

do cientista Francis Galton (1758-1828), a frenologia advogava que as faculdades morais e intelectuais do ser humano são inatas e que sua manifestação depende da organização do cérebro. Postulou a existência de 27 faculdades afetivas, morais e intelectuais, assumindo que essas faculdades estariam localizadas em áreas específicas do córtex cerebral e que o nível de atividade de cada função determinaria o tamanho da região craniana, gerando uma elevação que poderia ser observada para a realização de um diagnóstico.

Posteriormente, suas técnicas foram estendidas para a área criminal pelo italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que acreditava que a criminalidade era um fenômeno hereditário e biologicamente determinado. Lombroso estudou também o crânio de personalidades históricas como Napoleão Bonaparte, concluindo que seus talentos eram derivados de suas características craniológicas.

Essas teorias justificavam a desigualdade econômica e social como resultado das características biológicas de certas raças. Se a desigualdade era “natural”, não poderia ser modificada, de modo que tais teorias ofereciam uma justificativa científica para a invasão e dominação dos territórios na África, Ásia e Oceania, durante a segunda metade do século XIX, por parte de potências como Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica e Itália, o que ficou denominado como neocolonialismo. Esse processo de dominação de novos territórios pelos países ricos e desenvolvidos era justificado pela necessidade de levar o progresso, a ciência e a civilização para outras partes do globo, vistas como “atrasadas”.

Intelectuais brasileiros atuantes nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, como Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909), Silvio Romero (1851-1914) e Oliveira Viana (1883-1951), foram muito influenciados por essa abordagem racial e biológica ao interpretarem as características do povo brasileiro.

## OLIVEIRA VIANA (1883-1951)

Francisco José de Oliveira Viana estudou ciências jurídicas e sociais, foi professor na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro e ocupou cargos importantes na administração pública após a Revolução de 1930. Foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, tendo forte influência na criação da previdência social e na legislação sindical e trabalhista. Foi membro da comissão que redigiu o projeto da Constituição de 1934.

Entre suas principais obras estão *O idealismo na Constituição* (1920), em que o autor critica o sufrágio universal (o direito de voto a todos os brasileiros) e o princípio federativo; *Populações meridionais do Brasil* (1922), resultado de longos anos de estudos e pesquisas sobre as questões da formação brasileira; *Raça e assimilação* (1932), um tratado antropológico que reitera sua adesão às teorias raciais.

Oliveira Viana era adepto do determinismo biológico e da eugenia, e aplicou tais teorias no estudo das características sociais e psicológicas da população brasileira. Considerava que na formação étnica do Brasil havia três elementos-chave: o índio, o negro e o branco, sendo o último superior aos demais.

Por isso, o controle da miscigenação da população brasileira poderia conduzir a um branqueamento que seria fundamental na promoção do desenvolvimento cultural, social e econômico do país. Ao lado de outros eugenistas com poder de influência no governo Vargas, Oliveira Viana estimulou o Brasil a adotar uma política de Estado voltada ao

branqueamento da população, o que gerou uma legislação voltada ao controle da imigração, estimulando a entrada no país de europeus brancos e desestimulando a entrada de japoneses, mestiços e de pessoas com deficiências físicas.

Duas frases de Oliveira Viana que se tornou famosa é: “Os 200 milhões de hindus não valem o pequeno punhado de ingleses que os domina” e “Japonês é como enxofre: insolúvel”. Nelas, Viana se refere ao fechamento dos japoneses em suas próprias comunidades, o que impedia que se miscigenassem e aperfeiçoassem sua raça a partir do sangue branco. Daí sua posição taxativa contra a entrada de japoneses no Brasil.

Vamos ler a seguir um trecho da Constituição de 1934 que revela o forte controle imigratório do período e, indiretamente, a influência das ideias eugênicas:

### Constituição de 1934

Art. 121

§ 6º – A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º – É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do **alienígena**.

#### GLOSSÁRIO

**Alienígena:**  
estrangeiro.

Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

O termo **eugenia** foi criado em 1883 por Francis Galton e baseava-se na premissa de que as capacidades humanas são inatas e hereditárias, e não adquiridas no meio cultural. Tornou-se uma ciência voltada ao aperfeiçoamento da reprodução humana defendendo a ideia de que a “pureza racial” seria benéfica às sociedades. O movimento eugenista desdobrou-se em políticas sociais adotadas em diversos países, visando um suposto “aprimoramento racial” das populações, por meio do estímulo aos casamentos entre determinados grupos.

O prestígio do determinismo biológico e das ideias eugênicas começou a diminuir a partir de 1930-1940, quando novos estudos passaram a enfatizar os benefícios da mistura racial na formação de nossa sociedade, valorizando a diversidade cultural do Brasil.

Mas até hoje alguns resquícios do determinismo biológico sobrevivem, por exemplo, quando atribuímos uma maior inteligência aos japoneses, ou ao afirmar que os negros possuem maior tendência para o esporte. Ou, ainda, quando buscamos explicar algum comportamento social baseando-nos exclusivamente em características genéticas.

As importantes descobertas da antropologia na primeira metade do século XX amadureceram um pressuposto hoje amplamente aceito pelas ciências humanas: o comportamento das pessoas, o modo como alguém trabalha, seu desempenho intelectual, sua língua, seus costumes, sua forma de se alimentar não são eventos determinados por características biológicas. Todos esses eventos são fruto de um processo de interação complexo entre nossa base biológica e o aprendizado social.

## HOMO SAPIENS SAPIENS: UMA ESPÉCIE E DIVERSAS CULTURAS

O nascimento, o desenvolvimento e a maturação do corpo biológico dos animais, incluindo os seres humanos, seguem processos naturais até a morte, um percurso bastante

complexo que é estudado pela biologia. E o que dizer sobre o nascimento e o desenvolvimento das sociedades humanas?

Embora o corpo humano tenha praticamente a mesma estrutura biológica desde cem mil anos atrás, quando se calcula que nossa espécie *Homo sapiens sapiens* (que significa homem sábio que reconhece que é sábio) tenha se espalhado pelos vários continentes, os historiadores e antropólogos têm registrado uma enorme variedade de culturas e tipos de sociedades humanas ao longo do tempo.

O que explicaria tamanha diversidade cultural, uma vez que somos muito parecidos biologicamente?

Isso ocorre porque ao longo do nosso processo evolutivo como seres humanos fomos desenvolvendo, por meio da cultura, um conjunto de capacidades e possibilidades que nos fizeram ultrapassar os limites fixados na natureza de nossa espécie. Seres humanos não possuem asas, e do ponto de vista natural não poderiam voar.

No entanto, o desenvolvimento de conhecimentos, ferramentas e tecnologias possibilita atualmente que os seres humanos voem utilizando um artefato cultural e tecnológico chamado avião. Nossas possibilidades são enormemente ampliadas porque produzimos cultura.

Essa produção de cultura não segue uma lógica única, mas uma dinâmica complexa. Por isso, para entender a cultura de um grupo, uma cidade ou um país, é necessário se aproximar do seu cotidiano, reconstituir seu processo histórico, os contatos, influências, relações de poder e formas de interação com o meio ambiente físico.

Cada grupo, cada sociedade construiu um percurso próprio para produzir seu sistema cultural, o que não quer dizer que tenha feito isso isoladamente. As trocas culturais são constantes, e cada grupo assimila, reconstrói e reinventa os elementos culturais de forma própria e singular.

A necessidade de atribuir significado cultural a um fato biológico, como a reprodução e a concepção, gerou respostas diversas em diferentes grupos. Em nossa cultura ocidental atual, a concepção de uma nova vida humana é explicada cientificamente pela biologia.

Sabemos que é necessário haver uma relação sexual entre um homem e uma mulher férteis para que o óvulo da mulher seja fecundado pelo espermatozoide do homem, e que também é possível essa fecundação ocorrer em laboratórios. Com base na ciência atribuímos explicações e significados culturais a um dado natural, que é a concepção de uma nova vida.

Outros grupos humanos em que não prevalece o conhecimento científico explicam de maneiras diferentes essa mesma situação, como é o caso de algumas populações indígenas.

### ***A concepção na visão dos indígenas Jê e Tupi***

Os Jê, do Brasil, correlacionam a relação sexual com a concepção mas acreditam que só uma cópula é insuficiente para formar um novo ser. É necessário que o homem e a mulher tenham várias relações para que a criança seja totalmente formada e torne-se apta para o nascimento. O recém-nascido

pertencerá tanto à família do pai como à da mãe. E se ocorrer que a mulher tenha, em um dado período que antecede ao nascimento, relações sexuais com outros homens, todos estes serão considerados pais da criança e agirão socialmente como tal.

Outra é a concepção dos Tupi, também do Brasil. Para estes, a criança depende exclusivamente do pai. Ela existe anteriormente como uma espécie de semente no interior do homem, muito tempo mesmo antes do ato sexual que a transferirá para o ventre da mulher. No interior desta a criança se desenvolve sem estabelecer nenhuma relação consanguínea com a esposa do pai. A mulher não passa, então, de um recipiente

próprio para o desenvolvimento do novo ser. E ela será sempre uma parente afim tanto de seu marido quanto de seu filho. Esta teoria permite o matrimônio entre meio-irmãos, isto é, jovens que tenham a mesma mãe e pais diferentes. As explicações encontradas pelos membros das diversas sociedades humanas, portanto, são lógicas e encontram a sua coerência dentro do próprio sistema.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 90-91. Texto adaptado.



Renato Soares/Pulsar Imagens

Menina Xavante lavando louça em rio de aldeia Idzo Hunno, em agosto 2010, no município de General Carneiro (MT).

Certos comportamentos que em muitas espécies ocorrem naturalmente, guiados pelos instintos, nos seres humanos só emergem a partir de um processo de socialização. Um cachorro late não porque aprendeu a fazer isso, mas porque essa característica corresponde à sua natureza instintiva. Mesmo que um filhote de cão seja retirado do convívio da mãe e seja colocado no meio de gatos, ele não poderá miar.

Em contrapartida, uma criança só poderá falar se aprender uma língua com pessoas que já a praticam, e se for abandonada em isolamento não poderá jamais dominar a linguagem de seu grupo. Somos seres sociais por natureza, o que significa que a realização de nossa natureza humana envolve necessariamente o convívio com outros seres humanos.

## SOCIALIZAÇÃO

Se aquilo que somos é resultado de um processo de aprendizado, resta saber como isso acontece. Um conceito central na Sociologia e que nos ajuda nessa tarefa é o de socialização.

Para Émile Durkheim, um dos autores mais importantes da Sociologia, a socialização é o processo por meio do qual aquilo que está fora dos indivíduos (valores, comporta-

mentos, leis, habilidades etc.) é interiorizado por eles tornando-se uma propriedade de seu ser.

Nesse sentido, a socialização é a força que a sociedade exerce sobre todos os indivíduos e que impõe a eles os valores, normas e regras a partir dos quais devem agir. A sociedade exerce sobre nós uma força moral tão forte que, antes que possamos nos dar conta, já estamos agindo dentro de seus padrões.

Isso ocorre porque grande parte do processo socializador é imperceptível para os indivíduos, como o aprendizado da linguagem. Não estamos conscientes desse aprendizado na infância, não sabemos que poderíamos aprender outras línguas ou até outros sotaques, simplesmente vamos ouvindo, falando, praticando e, por fim, começamos a usar a língua de nosso grupo como se fosse algo que brotou da nossa natureza, o que é uma percepção enganosa.

Outro aspecto importante da socialização para Durkheim é que ela depende das características de cada sociedade. Numa sociedade socialista, por exemplo, na qual não existissem muitas diferenças econômicas entre os indivíduos, a socialização tenderia a ser mais homogênea, valorizando a igualdade, a unidade, a solidariedade coletiva e a autoridade. Já uma sociedade capitalista desenvolvida terá uma socialização que aposta na individualização, no valor da diferença de cada um, e formará pessoas competitivas, consumistas e que buscam a autonomia.

## ÉMILE DURKHEIM

Durkheim é considerado um dos fundadores da Sociologia, ao lado de Max Weber e Karl Marx, tendo sido o primeiro professor universitário dessa disciplina. Nasceu na região de Épinal, na França, em 1858, e faleceu em Paris, em 1917, tendo vivido numa Europa assolada por guerras e profundas transformações sociais, como o processo de industrialização, o crescimento das cidades e o declínio das instituições tradicionais ligadas à vida rural e ao domínio religioso.

Sua obra revela suas preocupações diante dessas transformações, já que elas punham em risco o equilíbrio e a coesão das sociedades, mas também reflete suas convicções acerca da necessidade do progresso e da modernização. Em sua visão, a Sociologia seria um instrumento científico para compreender essas mudanças e orientá-las na direção mais apropriada ao equilíbrio social.

Em sua obra *Educação e Sociologia*, nota-se que a educação escolar teria um papel fundamental na criação desse equilíbrio, pois, enquanto tarefa do Estado, passaria a ser a principal instância de preparação sistemática das novas gerações para ocuparem um lugar na divisão social do trabalho, e para a cooperação social mais ampla que possibilitaria um funcionamento coeso da sociedade.

Outras obras importantes do autor são: *As regras do método científico* (1895), em que ele define o objeto e o método científico da Sociologia; *Da divisão do trabalho social* (1893), em que analisa o tipo de cooperação social que a nova sociedade industrial propicia, comparando-a com sociedades tradicionais; *As formas elementares da vida religiosa*



Émile Durkheim (1858-1917).

(1912), obra na qual dissecou as manifestações do pensamento religioso em diferentes sociedades e defende que a religião é uma forma de expressão da transcendência da própria sociedade sobre os indivíduos.

Uma de suas principais contribuições foi defender a análise da sociedade como algo diferente e mais amplo do que a soma de seus indivíduos, possibilitando a compreensão dos fenômenos sociais como ocorrências que vão além das condutas individuais. Isso permitiu que Durkheim diferenciasse a Sociologia da Psicologia, uma vez que essa última estaria voltada ao estudo das consciências individuais.

## FATO SOCIAL

A sociedade é ampla, e inclui muitos aspectos: desde os objetos materiais criados socialmente, como mesas e cadeiras, às opiniões que as pessoas têm no dia a dia. Por isso, Durkheim, preocupado em tornar a Sociologia uma ciência reconhecida, tinha que apresentar uma definição mais objetiva.

Para ele, o objeto de estudo da Sociologia não é a sociedade, e sim os fatos sociais. Ele define fato social como uma “coisa”, ou seja, algo dotado de existência objetiva e real, e que possui três características:

- **exterioridade**, pois está fora do indivíduo, e é independente de sua vontade. Quando uma pessoa nasce, várias regras, como usar certos tipos de roupa e falar determinada língua, já estavam prontas, existiam antes e independentemente de sua existência;
- **coercitividade**, pois exerce uma força moral que obriga os indivíduos a se portarem conforme os valores sociais vigentes, exercendo sobre eles uma coerção. Se em uma família tradicional católica uma noiva decide se casar de preto, ela poderá fazê-lo, mas sentirá uma forte pressão de sua família e dos convidados quando entrar na igreja;
- **generalidade**, ou seja, abrange todos os indivíduos, ou a média dos indivíduos de dada sociedade. O casamento ou o divórcio são fatos sociais porque são situações comuns na sociedade, e não um fato único que ocorreu apenas com um ou poucos indivíduos.

### DEBATER I

Com base na definição de fato social, analise se os itens a seguir poderiam ser assim classificados:

1. Casamento
2. Religião
3. Leis
4. Regras de disciplina de uma escola

Escreva suas respostas e depois as compartilhe e as debata com toda a turma.

### O social interage com o biológico

Quase todas as facetas do mundo da criança estão ligadas a outros seres humanos. Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência. São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências. É só através desses padrões que o organismo consegue estabelecer relações estáveis com o mundo exterior – e não apenas com o mundo social, mas também com o da ambiência física. E esses mesmos padrões penetram no organismo; em outras palavras, interferem em seu funcionamento. São os outros que estabelecem os padrões pelos quais se satisfaz o anseio da criança pelo alimento. E, ao procederem assim, esses outros interferem no organismo da criança. O exemplo mais ilustrativo é o horário das refeições. Se a criança é alimentada somente em horas determinadas, seu organismo é forçado a adaptar-se a esse padrão. E, ao realizar o processo de adaptação, suas funções sofrem uma modificação. O que acaba acontecendo é que a criança não apenas é alimentada em horas determinadas, mas também sente fome nessas horas. Numa espécie de representação gráfica, poderíamos dizer que a sociedade não apenas impõe seus padrões ao comportamento da criança, mas estende a mão para dentro de seu organismo a fim de regular as funções de seu estômago. O mesmo aplica-se à secreção, ao sono e a outros processos fisiológicos ligados ao estômago.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice M. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S/A, 1980. p. 201.

O texto oferece um exemplo do peso das convenções sociais em relação até mesmo a uma de nossas funções fisiológicas, que é o da sensação de fome. Reúna-se com um colega e pense em outros exemplos que possam ilustrar esse processo.

### DEBATER II

Assista ao filme *O garoto selvagem*, baseado no livro do médico Jean Itard *A educação de um homem selvagem*, de 1801, que retrata a trajetória de Victor, uma criança que viveu isolada da sociedade e que depois de resgatada passa a ser educada por Itard. O médico discorda do parecer de seu professor, o doutor Pinel, que acredita que Victor era uma criança “idiota”, termo usado para designar pessoas com atraso mental. Esse atraso teria sido responsável pelo abandono de Victor por sua família. Itard discorda dessa ideia e acredita que Victor não fala e não consegue agir como uma pessoa normal porque foi privado da convivência social, vivendo isolado de outros seres humanos. A partir daí, Itard passa a ensinar Victor a se comportar socialmente, desde aprender a se alimentar com pratos e talheres, até a lidar com conceitos morais.

1. Na época em que ocorreu o caso de Victor, a ciência levantava duas hipóteses (suposição ou solução provisória para determinado problema) para explicar os motivos do comportamento selvagem do garoto. Quais eram essas hipóteses?
2. Com qual das hipóteses você concorda e por quê? Escreva pelo menos dois argumentos que fundamentem seu parecer.

## O QUE É EDUCAÇÃO?

A educação é a socialização sistemática das novas gerações. Ou seja, educação tem tudo a ver com socialização. Para entender isso melhor, vamos ler o que o próprio Durkheim escreveu a respeito.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as novas gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 41.

Vamos analisar a definição de Durkheim, tentando extrair dela as principais características da educação como processo socializador:

- ela é realizada pelas velhas gerações com o objetivo explícito de ensinar as novas gerações;
- é um processo realizado por pais, familiares e professores, ou seja, não é exclusiva da escola;
- não se limita a ensinar conteúdos específicos como português e matemática, mas busca transmitir principalmente valores, esquemas de pensamento e de ação;
- ela tem uma dimensão geral, algo que todos os indivíduos sem distinção precisam aprender, e algo específico, coisas que a criança ou o jovem aprende como parte de sua integração num ambiente social determinado. Por exemplo, aqueles jovens que precisam trabalhar cedo terão que ser socializados para isso, enquanto outros jovens de classes médias e altas serão socializados para o ingresso na universidade, e só posteriormente no trabalho.

### DEBATER III

Assista ao documentário *Pro dia nascer feliz*. O filme aborda a escola brasileira e, principalmente, a visão dos jovens que nela estudam, abarcando uma diversidade econômica, cultural e regional, retratando jovens ricos e pobres, de escolas públicas e particulares, do Sudeste e do Nordeste. Mostra as tensões do processo de escolarização atual que envolve violência, descaso das autoridades públicas, medos e esperanças. Foram ouvidos alunos de escolas da periferia de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como alunos de escolas particulares de elite.

1. Que aspectos da definição de educação de Durkheim podemos encontrar no documentário?
2. Que elementos são retratados no filme a respeito da educação feita nas escolas e da educação das famílias?

## DURKHEIM E A EDUCAÇÃO



Alunos de Boa Vista (RR), em uma escola estadual, 2010.



Alunos de Hangzhou, na China, em sala de aula bem equipada, 2012.

Durkheim trouxe importantes contribuições para a compreensão da socialização e da educação, mas estudos posteriores levantaram críticas à sua teoria.

Durkheim considera a sociedade como uma totalidade harmônica, em que todos os indivíduos cooperam visando o bem comum, e nesse contexto a educação é vista como um processo voltado à manutenção e continuidade dessa totalidade benéfica a todos. Mas, quando observamos a sociedade real, percebemos que ela é atravessada por conflitos, disputas entre grupos diferentes, que visam defender seus interesses. A educação e a socialização são diretamente afetadas por esses conflitos e pelas diferenças sociais entre os grupos que as compõem.

Exemplo disso é que as pessoas recebem diferentes tipos de educação escolar conforme sua classe social. Em uma sociedade de classes em que há ricos e pobres, haverá escolas para os ricos e escolas para os pobres, embora isso não seja explícito.

Os que têm maior poder econômico podem pagar altas mensalidades em escolas privadas de elite, aumentando as chances de seus filhos entrarem na universidade e exercerem, no futuro, profissões mais prestigiadas e remuneradas no mercado de trabalho. Sendo assim, em vez de colaborar na manutenção do bem comum, como pensava Durkheim, a educação favorece a classe social dominante.

A escola reflete as desigualdades entre os grupos sociais, e acaba por perpetuá-las. Pierre Bourdieu (1930-2002), renomado sociólogo francês, é um dos principais representantes dessa visão crítica e da denúncia da educação como um espaço que, em vez de promover o desenvolvimento de todos igualmente, acaba favorecendo alguns grupos e excluindo outros.

Essas ideias foram apresentadas num livro publicado em 1970 intitulado *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino, em que juntamente com Jean-Claude Passeron ele analisa o sistema escolar na França, concluindo que a alta seletividade social na passagem dos jovens para o ensino superior é reveladora do papel da educação na reprodução das desigualdades econômicas e culturais.

Com essa obra, Bourdieu fez uma importante denúncia da escola como um espaço que contribui para perpetuar desigualdades, contrariando a imagem comum da escola como um espaço positivo de crescimento individual que possibilita às pessoas melhorarem de vida.

Essa seletividade gerada pela escola é realizada a partir da imposição do que Bourdieu chama de **arbitrário cultural**, um conjunto de conhecimentos, esquemas de pensamento e práticas que favorecem determinados grupos sociais. Por exemplo, ao valorizar a escrita em detrimento da oralidade, a escola está promovendo um determinado arbitrário cultural, e negando outras culturas.

Assim, os conhecimentos e a cultura da classe dominante aparecem para o resto da sociedade como a cultura verdadeira e correta, um modelo a ser perseguido por todos. Quando uma pessoa não consegue aprender a cultura ensinada pela escola, isso passa a ser visto como uma incapacidade individual, como se todos tivessem chances iguais de aprender as mesmas coisas.

Mas será que uma criança cujos familiares não sabem ler, que mora numa casa em que não há livros, tem as mesmas condições de aprendizado da leitura de uma criança que cresceu numa família de professores, cercada de livros?

É para essa desigualdade que Bourdieu busca chamar nossa atenção, e para a sutileza dos mecanismos sociais que acabam gerando sua reprodução, como é o caso da escola.

A obra de Bourdieu teve muita importância para ajudar a desmistificar a visão do senso comum que considera a educação a solução dos problemas sociais e o caminho para a construção da igualdade. A educação pode permitir isso em alguma medida, mas ela possui também outras facetas.

No entanto, as ideias de Bourdieu podem levar a outro extremo ao afirmarem que a escola apenas reproduz as desigualdades sociais. Afinal, a escola é um espaço dinâmico, vivo, constituído de pessoas em interação, e não existe uma determinação mecânica e prévia do processo educacional e escolar.

Os indivíduos atuam em sua própria educação, atribuem a ela significados, tomam decisões, constroem trajetórias diferenciadas. Existem muitos fatores que atuam no processo de escolarização, e que irão favorecer ou dificultar o êxito escolar dos indivíduos.

## MEMÓRIA DE TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Todos nós já passamos pela escola e temos histórias para contar. Às vezes são situações alegres, outras não. São experiências boas e/ou difíceis, dessas que fazem parte do caminho escolar percorrido até aqui, de que iremos tratar.

### Passo 1

Feche os olhos durante alguns minutos e volte no tempo. Lembre como era sua vida quando era mais jovem ou criança.

- Onde você morava?
- Quem eram seus amigos?
- Onde ficava a escola?
- Quando entrou na escola pela primeira vez?
- Como era essa escola?
- Qual professor de que mais gostava?
- Por que parou de estudar?

### Passo 2

Converse com seus colegas e organize-se em grupos. Faça uma dramatização, uma representação teatral, contando a história de uma das pessoas do grupo. Que sentimentos as recordações lhe trouxeram? Onde se sentia melhor na escola? Que sentimento teve ao abandonar a escola? Por que voltou a estudar?

### Passo 3

Fizemos um exercício de resgatar parte da nossa trajetória escolar. Muitas vezes, pode parecer que a história escolar de cada pessoa é responsabilidade apenas dela. Pense sobre outros fatores que influenciam sua vida escolar.

### Passo 4

Retome o texto sobre Pierre Bourdieu e responda: As ideias deste autor ajudam a analisar e compreender sua trajetória escolar? Explique.

**LIVROS**



**CULTURA: UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO**

O livro traz uma introdução ao conceito de cultura utilizando uma linguagem direta e oferecendo muitos exemplos que ajudam o leitor na compreensão dos conceitos. A leitura de alguns capítulos ou excertos do livro pode ser um bom apoio para o estudo dos temas aqui trabalhados.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.



**ESMERALDA: POR QUE NÃO DANÇEI**

Livro autobiográfico em que Esmeralda narra sua trajetória de vida como menina de rua, desde o abandono de casa após ser vítima de inúmeras violências, até a vida nas ruas, o uso de drogas, a internação num centro para menores infratores e, por fim, as estratégias de superação e de reconciliação consigo mesma. Nele podemos analisar o processo de socialização a partir de um caso real, apreendendo as influências sociais e a ação do indivíduo na construção dos muitos fios que tecem sua trajetória de vida.

ORTIZ, Esmeralda do Carmo. *Esmeralda: por que não dancei*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.

**FILMES**



**O GAROTO SELVAGEM**

O filme retrata a história de Jean Itard e Victor, abordada neste capítulo.

Direção de François Truffaut. França, 1970, 83 min.



**PRO DIA NASCER FELIZ**

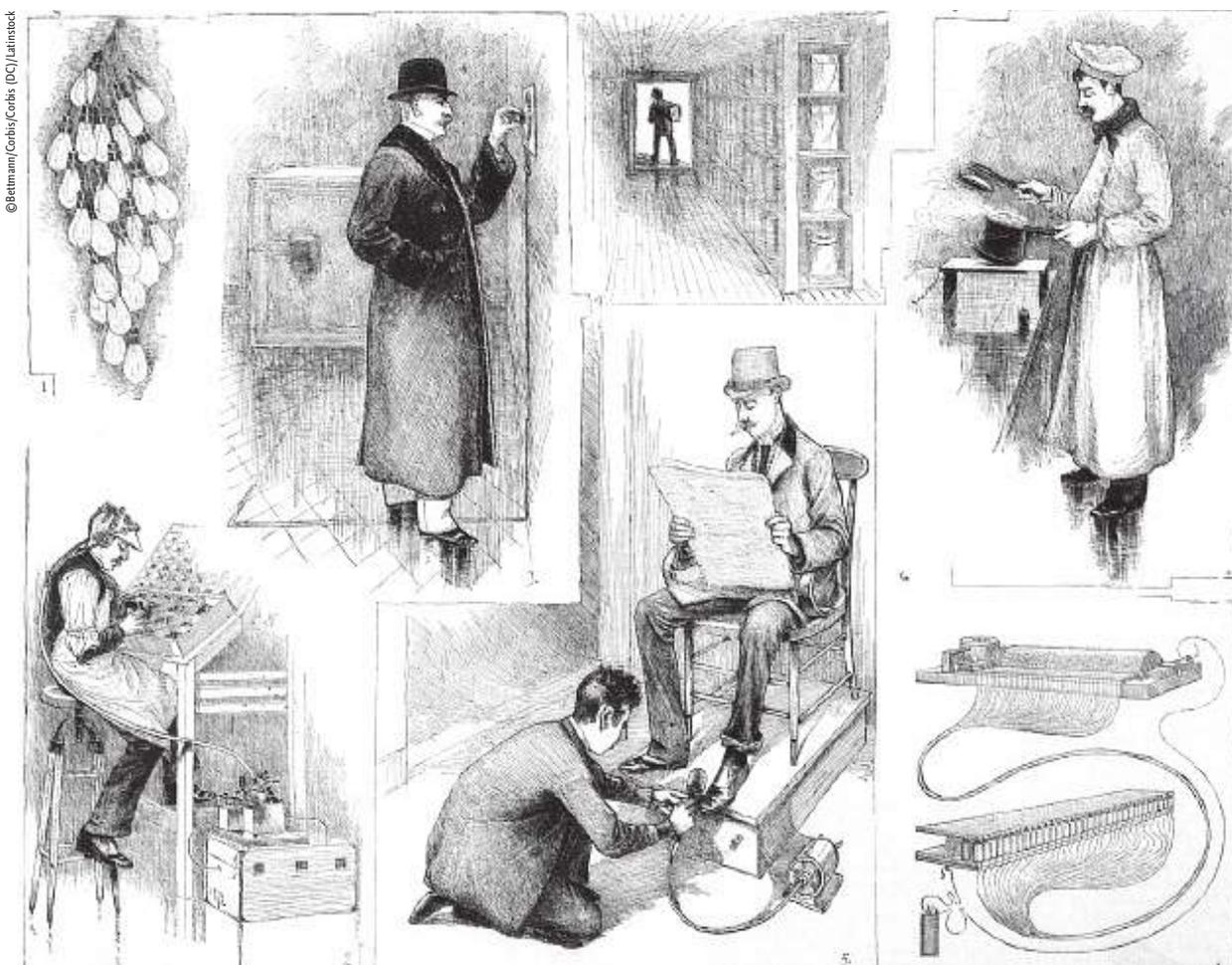
Documentário brasileiro sobre o tema “escola”.

Direção de João Jardim. Brasil, 2005, 88 min.

**D**e que maneira a globalização dos dias atuais se relaciona com o que ocorreu no passado?

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por profundas transformações na ordem econômica mundial. Iniciada na Inglaterra, a Revolução Industrial alterou os padrões de produção e as relações de trabalho, criou hábitos de consumo antes inexistentes, construiu uma paisagem urbana e modificou a percepção das distâncias e do tempo.

A partir da Revolução Industrial, cada vez mais os trabalhadores deixaram de ser camponeses e migraram para as cidades. A Inglaterra reunia uma série de condições para sua industrialização, como: disponibilidade de capitais para investimento, mão de obra barata e abundante, rede de transporte desenvolvida e um mercado consumidor em expansão.



As imagens anunciam os usos modernos da eletricidade em fins do século XIX na Europa, como a iluminação, um novo tipo de fonógrafo, uma máquina de engraxar sapatos e o fogão. A energia elétrica era um dos símbolos do capitalismo industrial que avançava em várias partes do mundo.

A produção industrial em larga escala exigiu constante ampliação desses mercados consumidores. Os produtos não se destinavam apenas à população inglesa, mas cada vez mais aos consumidores de outras regiões do mundo. Vamos estudar de que maneira o desenvolvimento do capitalismo pode se relacionar com a eclosão de guerras mundiais que provocaram a morte de milhões de pessoas no século XX.

## CAPITALISMO MONOPOLISTA E A DIVISÃO DO MUNDO

A partir da segunda metade do século XIX, não apenas a Inglaterra havia se industrializado. Outros países da Europa – como Bélgica, França, Alemanha e Itália –, da América – como os Estados Unidos – e da Ásia – como o Japão – também tinham iniciado seu processo de industrialização. O mundo dividia-se em dois blocos: um composto de países industrializados, detentores de tecnologia e de capitais e impulsionadores do progresso; outro, de países ainda predominantemente agrícolas.

O aumento da oferta de produtos industrializados ocasionou grande redução dos preços no mercado internacional, agravada pela livre concorrência. Como consequência, houve diminuição dos lucros das empresas, que faliram ou foram incorporadas por grandes corporações.

Para abrandar os efeitos negativos da queda generalizada de preços, os Estados adotaram medidas protecionistas, procurando resguardar suas indústrias. Formaram-se grandes empresas, que dominaram o mercado e estabeleceram acordos para os preços de seus produtos. Iniciou-se assim o chamado **capitalismo monopolista**, fase em que o capital industrial associado ao capital bancário favoreceu a concentração do capital financeiro.

Mas quem consumiria todos esses produtos industrializados? Uma solução era ampliar o mercado consumidor para além da Europa. Dessa forma, a expansão colonial foi retomada, porém com novos objetivos.

Se nos séculos anteriores as colônias deviam fornecer produtos agrícolas e minérios para serem vendidos por suas metrópoles no mercado europeu, agora o objetivo era a criação de novos mercados consumidores para os produtos industrializados. A partir das últimas décadas do século XIX, construíram-se novos impérios em outros continentes. Segundo disse o historiador chileno Héctor Hernán Bruit,

Entre 1870 e 1914, a Europa e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais, que só tinham em comum o desenvolvimento da acumulação capitalista.

BRUIT, Hector Hernán. *O imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994. p. 5.

Esse processo de divisão política e econômica do mundo entre as nações industrializadas ficou conhecido como **imperialismo**.

Para as grandes potências capitalistas que exploravam o bloco não industrializado do planeta, uma das justificativas do imperialismo era levar para todos os povos o progresso e a cultura. Esse “discurso civilizatório” norteou a ação missionária religiosa e a exploração científica das Sociedades de Geografia daquela época.

Assim como nos séculos XV, XVI e XVII, os colonizadores do século XIX precisavam conhecer as regiões colonizadas para melhor dominá-las. Dessa vez, a conquista territorial e a dominação econômica e política, muitas vezes estabelecidas militarmente, pretendiam impor padrões de consumo e garantir novas áreas de investimento e produção de riquezas.

Ao estudar a origem e a atuação da Sociedade de Geografia de Lisboa, o historiador Fernando Reis constatou que o interesse científico português relacionava-se com outros interesses, comuns a outras nações europeias.

Por toda a Europa as Sociedades de Geografia promoviam uma política de exploração geográfica que vinha ao encontro das pretensões políticas de ocupação dos territórios africanos. Países que até então não tinham interesses instalados na África, como a França, a Espanha, a Alemanha, a Bélgica e a Itália, começam a cobiçar as riquezas desse continente.

As Sociedades de Geografia europeias tinham sido criadas durante a primeira metade do século XIX, e tinham desenvolvido trabalhos de exploração geográfica e científica com ampla divulgação nos periódicos e livros da época. As informações obtidas, apresentadas de forma atrativa, com mapas, imagens exóticas com reprodução da fauna e flora, atraíam a atenção de um público cada vez maior. Estas explorações chamavam também a atenção dos poderes políticos para as possibilidades de exploração econômica.

[...] Embora a sua atuação não fosse direcionada exclusivamente para o continente africano, logo nos primeiros anos da sua existência foi criada a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África. A ação da Sociedade foi determinante, promovendo expedições geográficas e contribuindo para a definição de uma política colonial portuguesa em África.

[...] As pretensões portuguesas de ocupação do espaço entre Angola e Moçambique chocaram, no entanto, com as pretensões inglesas, que se materializaram no *ultimatum* de 1890 e consequente reivindicação dessa zona para o império inglês.

REIS, Fernando. *Em Lisboa com olhos em África: a fundação da Sociedade de Geografia*. Disponível em: <[www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e50.html](http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e50.html)>. Acesso em: 9 out. 2011.

**1. Quais eram, naquela época, os objetivos da Sociedade de Geografia de Lisboa?**

.....

.....

**2. Além de Portugal, que outras nações tinham interesses nas pesquisas realizadas? Por quê?**

.....

.....

.....

**3. Explique como as Sociedades de Geografia contribuíam com o imperialismo.**

.....

.....

.....

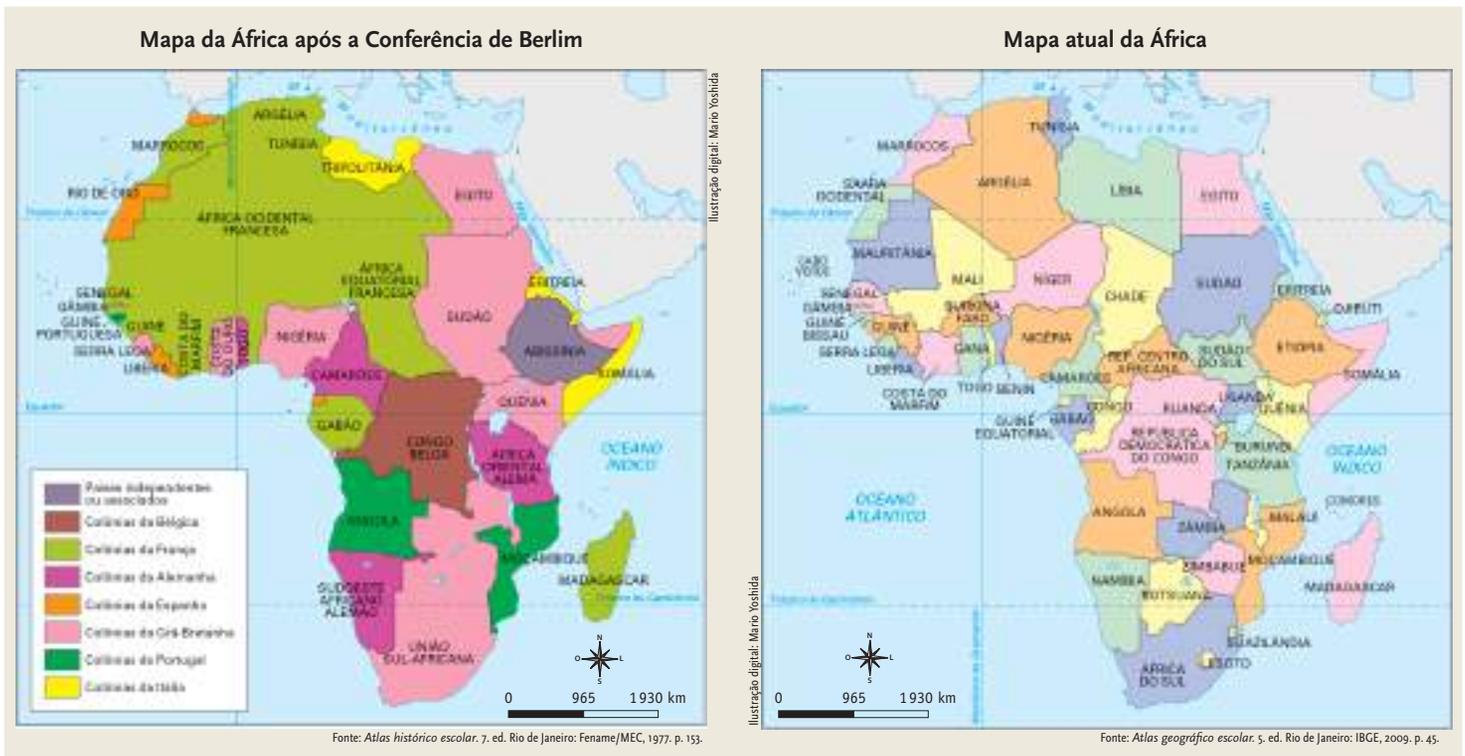
## A PRESENÇA EUROPEIA NA ÁFRICA

Os interesses imperialistas europeus voltaram-se para o continente africano no século XIX. Uma imensidão de terras desconhecidas significava a possibilidade de exploração de recursos naturais – como o carvão, o ferro e o petróleo – para abastecer de matéria-prima o processo de industrialização.

O termo neocolonialismo, ou “novo colonialismo”, é usado para denominar o processo de ocupação e dominação do território africano, principalmente entre as décadas de 1880 e 1910. Ignorando as antigas organizações territoriais, o neocolonialismo fatiou

a África entre as nações europeias e transformou esse continente em uma colcha de retalhos. As sociedades tradicionais africanas foram profundamente alteradas pelas intervenções militares organizadas pelos europeus. O marco dessa prática neocolonialista foi a Conferência de Berlim, de 1885, quando representantes de 14 países, entre eles Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Itália, Holanda e Estados Unidos, reuniram-se para decidir a partilha da África e o futuro dos africanos. As fronteiras foram reorganizadas conforme os interesses imperialistas e à revelia dos povos que lá viviam.

Se compararmos o mapa da África após a Conferência de Berlim com o mapa político atual, podemos perceber que alguns territórios se aproximam da divisão neocolonial do século XIX, mesmo após as independências dos países africanos ao longo do século XX.



## LER ENTREVISTA

O texto a seguir faz parte da entrevista feita pelo *site* USP Online com o antropólogo e professor Kabengele Munanga, que nasceu na República Democrática do Congo e leciona na Universidade de São Paulo (USP) desde 1980.

**USP Online:** O senhor explica que foi após a Conferência de Berlim (1885) que se deu a passagem de uma imagem positiva do povo e continente africanos para uma negativa.

**Kabengele Munanga:** Os primeiros viajantes na África, como os árabes, deixavam documentos sinceros sobre aquela sociedade, relatando as formas de organização política, expressão artística etc. Quando começou a colonização da África, essas memórias foram apagadas. Para se justificar a dominação por meio do discurso da Missão Civilizadora, foi preciso negar os atributos daquelas sociedades. Os livros escritos depois da colonização não trazem mais uma África autêntica, mas estereotipada. É essa África que foi ensinada na historiografia oficial. Isso também tenta justificar a posição do negro na sociedade brasileira. O discurso é também um dispositivo de dominação, é ele que legitima a situação do “outro”, o nomeia. Não basta força militar, é preciso que o poder seja legitimado pelo discurso.

*Pambazuka News.* Disponível em: <[www.pambazuka.org/pt/category/features/62676/print](http://www.pambazuka.org/pt/category/features/62676/print)>. Acesso em: 8 out. 2011.

1. Segundo o texto, quais são as consequências das resoluções da Conferência de Berlim para a imagem da África atual?
2. Você concorda com Munanga sobre a existência de uma imagem negativa do continente africano? Justifique.
3. O passado escravista da América, alimentado pelo intenso comércio de escravos africanos entre os séculos XVI e XIX, também contribui para essa imagem negativa da África? Por quê?
4. Durante uma semana, leia reportagens sobre a África. Faça uma lista sobre os assuntos comentados e os países citados. Qual foi a imagem construída pela mídia sobre esse continente?
5. Organize as notícias que saem no mesmo período sobre os outros continentes – Europa, América, Ásia e Oceania – e compare os temas em destaque. Há semelhanças entre as versões dos continentes construídas pela mídia impressa?

### Os ingleses na Índia

Além do continente africano, a Ásia também foi palco da ação imperialista. Um exemplo é a exploração da Índia. O país esteve sob domínio da Inglaterra a partir do século XVIII. Os britânicos exploravam o comércio de ópio e chá e também os tecidos de algodão lá produzidos. No século XIX, rodovias e ferrovias foram construídas e, em troca, altos tributos eram cobrados da população local. Padrões culturais e de consumo

eram impostos pelos britânicos. Porém, ainda no século XIX, começou a se formar um movimento de resistência à dominação inglesa. Hindus, muitos formados em universidades na Inglaterra, pregavam a igualdade de direitos entre eles e seus colonizadores e a autonomia política da Índia. A independência hindu foi conquistada apenas em 1947, após inúmeros conflitos civis e tentativas de intervenções militares.

### LER BIOGRAFIA

Leia o texto sobre a vida de Mahatma Gandhi, líder pacifista e político indiano, e responda às questões a seguir.

Mohandas Karamchand Gandhi (2/10/1869, Porbandar, Gujara, Índia; 30 /1/1948, Nova Délhi, Índia), dito Mahatma, que em sânscrito significa "grande alma", foi um dos idealizadores e fundadores do moderno Estado indiano e um defensor do princípio da não violência como um meio de protesto.

[...] Aos 19 anos foi estudar direito na Universidade de Londres. Após se formar, passou a trabalhar como advogado em Durban, África do Sul (1893).

[...] Durante a Primeira Guerra Mundial, retornou à Índia e, após o seu término, envolveu-se com o Congresso Nacional Indiano e com o movimento pela independência. Ganhou notoriedade internacional pela sua política de desobediência civil e pelo uso do jejum como forma de protesto. Por esses motivos, sua prisão foi decretada diversas vezes pelas autoridades inglesas.

Outra estratégia de Gandhi pela independência era o boicote aos produtos importados. Todos os indianos deveriam usar vestimentas caseiras, em vez de comprar os produtos têxteis britânicos. O tear manual, símbolo de afirmação, viria a ser incorporado à bandeira do Congresso Nacional Indiano e à própria bandeira indiana.

Sua posição pró-independência endureceu após o Massacre de Amritsar em 1920, quando soldados britânicos mataram centenas de indianos que protestavam pacificamente contra medidas autoritárias do governo britânico.

Uma de suas mais eficientes ações foi a marcha do sal, que começou em 12 de março de 1930 e terminou em 5 de abril, quando Gandhi levou milhares de pessoas ao mar a fim de coletarem seu próprio sal, em vez de pagarem a taxa prevista sobre o sal comprado.

Em 8 de maio de 1933, Gandhi começou um jejum que durou 21 dias em protesto à "opressão" britânica contra a Índia. Em Bombaim, no dia 3 de março de 1939, Gandhi jejuou novamente em protesto às regras autoritárias para a Índia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Gandhi deixou claro que não apoiaria a causa britânica. Foi preso em Bombaim pelas forças britânicas em 9 de agosto de 1942 e mantido em cárcere por dois anos.

Gandhi posicionou-se contra qualquer plano que dividisse a Índia em dois Estados, o que acabou acontecendo, com um Estado denominado Índia, predominantemente hindu, e o Paquistão, predominantemente muçulmano.

No dia 20 de janeiro de 1948, após um jejum em protesto contra as violências cometidas por indianos e paquistaneses, Gandhi sofreu um atentado. Uma bomba foi lançada em sua direção, mas ninguém ficou ferido. Entretanto, no dia 30 de janeiro de 1948, ele foi assassinado a tiros, em Nova Délhi, por um hindu radical. O corpo do Mahatma foi cremado e suas cinzas jogadas no rio Ganges.

Fonte: *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias/ulti1789u400.jhtm>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

1. O que Gandhi fez para atingir os interesses imperialistas da Inglaterra?
2. Descreva a filosofia de Gandhi e como se manifestou em seus protestos contra a dominação inglesa.
3. O princípio da não violência está presente em protestos da atualidade? Pesquise e converse com seus colegas sobre movimentos de protesto e estratégias usadas pelos manifestantes nos dias de hoje.

---

## A EUROPA EM GUERRA

Na segunda metade do século XIX, houve uma expansão colonial promovida pelos Estados capitalistas, que buscavam criar novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. A formação de oligopólios (situação em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado) em setores como o elétrico, siderúrgico, têxtil, naval, ferroviário, petrolífero, entre outros, pretendia aumentar ainda mais o lucro dos grandes investidores. Esses novos impérios coloniais acirraram a disputa pelo poder político-econômico entre as nações imperialistas.

Referindo-se ao período de transição do século XIX para o XX, os geógrafos Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves afirmam que

é difícil imaginar o funcionamento desse modelo de desenvolvimento sem guerras, até porque a lógica da economia capitalista implica uma lógica de guerra permanente por conquista de mercado. Depois que o capital comercial foi associado ao capital industrial e a concorrência gerou o seu contrário, os oligopólios, não só se disputam mercados para a venda de produtos, mas também para a obtenção de matérias-primas (incluindo fontes de energia), ou o controle dos lugares e regiões estratégicos. É a geografia do imperialismo regeografando o mundo.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova desordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 25-26.

Na Europa, vários conflitos ocorreram ao longo do século XIX, resultando nas unificações italiana e alemã e na redefinição das fronteiras de alguns países. Com a formação do Segundo Reich (Segundo Império), acelerou-se a industrialização alemã e aumentaram suas pretensões expansionistas, baseadas em princípios nacionalistas e de defesa do **pangermanismo** – movimento que pretendia unificar os povos de cultura germânica.

Nessa época, também ocorreu a independência dos Estados eslavos (na região dos Balcãs), que até então compunham o Império Turco-Otomano: Sérvia, Montenegro, Bulgária e Romênia.

Interesses diversos dos Estados imperialistas, sempre atentos à conquista de novos mercados consumidores e de fontes de matéria-prima, acabaram criando uma rede de alianças entre nações, que, no início do século XX, ocasionaria inúmeros conflitos.

## PAZ ARMADA

A Revolução Industrial produziu no século XIX uma série de inovações tecnológicas e científicas que alteraram completamente a visão de mundo europeia daquela época. Essas invenções haviam criado um sentimento de fascínio pelas máquinas, pelas novidades e pelo consumo e uma crença no progresso do ser humano, o qual parecia não ter limites. Entretanto, a racionalidade tecnocientífica traçou caminhos menos “encantadores” para a humanidade.

Conforme observa Nicolau Sevcenko em *História da vida privada no Brasil*, quem viveu esses anos da chamada *Belle Époque* (“bela época”) pôde acompanhar as inúmeras invenções e descobertas que transformavam radicalmente a relação do homem com o mundo.

Em um curto período surgiram, entre tantas outras novidades, o automóvel, o avião, o trem, a fotografia, o cinema, a iluminação elétrica, as rodas-gigantes, os primeiros eletrodomésticos, os arranha-céus, a anestesia, a penicilina, o raio-X, a geladeira, o rádio, o telégrafo e o telefone. Jamais o mundo seria o mesmo, pois a modernidade fez surgir uma nova noção de tempo e espaço, refletida em um modo de vida marcado pela ideia de conforto e velocidade.

Paralelamente, o progresso tecnológico possibilitou a criação de armas de destruição poderosíssimas, como armas químicas, aviões bombardeiros, submarinos, tanques, metralhadoras, lança-chamas, munições e projéteis explosivos.

As tensões geradas pela ação imperialista e por causas nacionalistas desequilibravam as relações internacionais no cenário europeu. Com medo de invasões e para intimidar possíveis inimigos, as nações passaram a se militarizar na chamada **corrida armamentista**. Esse período ficou conhecido como Paz Armada. No entanto, a proteção pretendida por meio das armas acabou provocando a Primeira Guerra Mundial.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Interesses nacionais criaram alianças entre países que disputavam a hegemonia da Europa. Em 1907, definiu-se o bloco da **Tríplice Entente**, que reunia Inglaterra, França e Rússia. Eles dividiram seus interesses imperialistas em relação à África e à Ásia e excluíram outras potências capitalistas, como a emergente Alemanha. Do outro lado, formou-se a **Tríplice Aliança**, reunindo Alemanha, Itália e o Império Austro-Húngaro.

Em 1912, na Península Balcânica, foi constituída a **Liga Balcânica**, com a Grécia, a Bulgária e a Sérvia. A Liga estava em conflito com o Império Turco-Otomano e tinha o apoio da Rússia. No entanto, gregos e sérvios conspiraram contra a Bulgária, que entrou em conflito com a Sérvia e, depois de ser derrotada, aproximou-se da Alemanha.

Os sérvios lutavam pela unificação dos países de cultura eslava, o **pan-eslavismo**, e avançaram sobre o território da Bósnia-Herzegovina, nos Bálcãs, sob o domínio dos austríacos.

### Guerra de trincheiras (1915-1916)



Soldados em trincheira durante a Primeira Guerra Mundial.

A segunda fase da guerra ficou conhecida como guerra de trincheiras. Os comandantes decidiram pela escavação de valas, protegidas por arame farpado, e, dada a impossibilidade de avanço, abandonaram a estratégia da guerra de movimento. Os conflitos eram travados pelos soldados ao longo de centenas de quilômetros de trincheiras, interligadas por túneis e cavadas no *front* (linha de frente) de combate entre os países inimigos. Vagarosamente, a guerra avançava nos territórios alheios. Milhares de soldados permaneciam semanas nas trincheiras, o que causava muitos problemas. Lama, chuva, frio e a permanência dos feridos e dos cadáveres no local trouxeram muitas doenças e acabaram provocando milhares de mortes, além das ocasionadas pelos enfrentamentos bélicos. As trincheiras protegiam da luta corpo a corpo, mas não evitavam a morte provocada por projéteis e pelo lançamento de gás tóxico. Os soldados acostumaram-se com o uso de máscaras de proteção contra gases venenosos usados por ambos os lados da guerra. A chamada guerra de movimento foi adotada nas primeiras invasões (1914) e, depois, só voltou aos campos de batalha nos dois últimos anos de conflito.

O estopim da Primeira Guerra Mundial ocorreu quando o herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, em visita a Sarajevo (na Bósnia-Herzegovina), foi assassinado por um grupo terrorista sérvio, chamado Mão Negra. Em 28 de junho de 1914, o governo austro-húngaro declarou guerra à Sérvia.

Sucederam-se as declarações de guerra entre países dos blocos. A Alemanha declarou guerra à França e à Rússia, e logo foi a vez de a Inglaterra declarar guerra à Alemanha. Em agosto desse ano, o Japão aliou-se à Tríplice Entente. Já a Turquia buscou aliança com a Alemanha e com os austro-húngaros, formando as **Potências Centrais**, assim designadas por localizarem-se na parte central do continente europeu.

## O DESFECHO DO CONFLITO

Após mais de três anos de combates, ambos os lados encontravam-se desgastados. Ao longo do tempo, as alianças foram se redefinindo. Em 1915, a Itália e a Grécia passaram para o lado da Tríplice Entente. Já a Bulgária e a Romênia aderiram às Potências Centrais. A guerra prosseguia sem uma clara definição de quem seria vitorioso.

Militarmente, a Entente tinha a superioridade bélica, pois avançava sobre as trincheiras inimigas com seus tanques de guerra, usados pela primeira vez em 1916. Os alemães atacavam com seus submarinos, enquanto os aviões da Entente bombardeavam as Potências Centrais.

Em 1917, a Rússia saiu da guerra, pois estava envolvida em uma guerra civil decorrente da revolução socialista. Com a saída da Rússia, a guerra tomou novos rumos. Os alemães ganhavam espaço e os Estados Unidos viram-se ameaçados de perder o mercado europeu, caso a Alemanha vencesse e continuasse com o crescimento econômico que a transformara na maior potência industrial da Europa no início do século XX. A entrada dos norte-americanos na guerra, ao lado da Entente, deu novo fôlego aos combatentes, que começaram a acumular vitórias.

Desde o início da guerra, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, optou pela neutralidade do país. No entanto, antigas relações comerciais com a França e a Grã-Bretanha levaram-no a fornecer suprimentos à Entente. Durante essa colaboração, navios norte-americanos foram bombardeados por submarinos alemães, que buscavam impor um bloqueio naval à Grã-Bretanha.

A perda de vários navios e a morte de centenas de marinheiros e tripulantes fizeram os Estados Unidos cruzar o oceano Atlântico e participar, de maneira decisiva no conflito mundial, contra as Potências Centrais. Nessa época, a produção de aço dos Estados Unidos era o triplo da produção da Alemanha e Áustria-Hungria juntas, o que possibilitou aos Estados Unidos transformarem-se na maior máquina de guerra do planeta.

O bloco das Potências Centrais foi se desfazendo com a saída de alguns países. Em 1918, a Bulgária abandonou a guerra, seguida pelos austro-húngaros e pelos turcos. Nesse mesmo ano, nasceu a Iugoslávia (então denominada o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos), que incluía também a Macedônia, a Bósnia-Herzegovina e Montenegro. Restava apenas a Alemanha. Isolada, enviou pedido de paz ao presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos. Em 11 de novembro de 1918, foi decretado o cessar-fogo e a guerra terminou oficialmente.

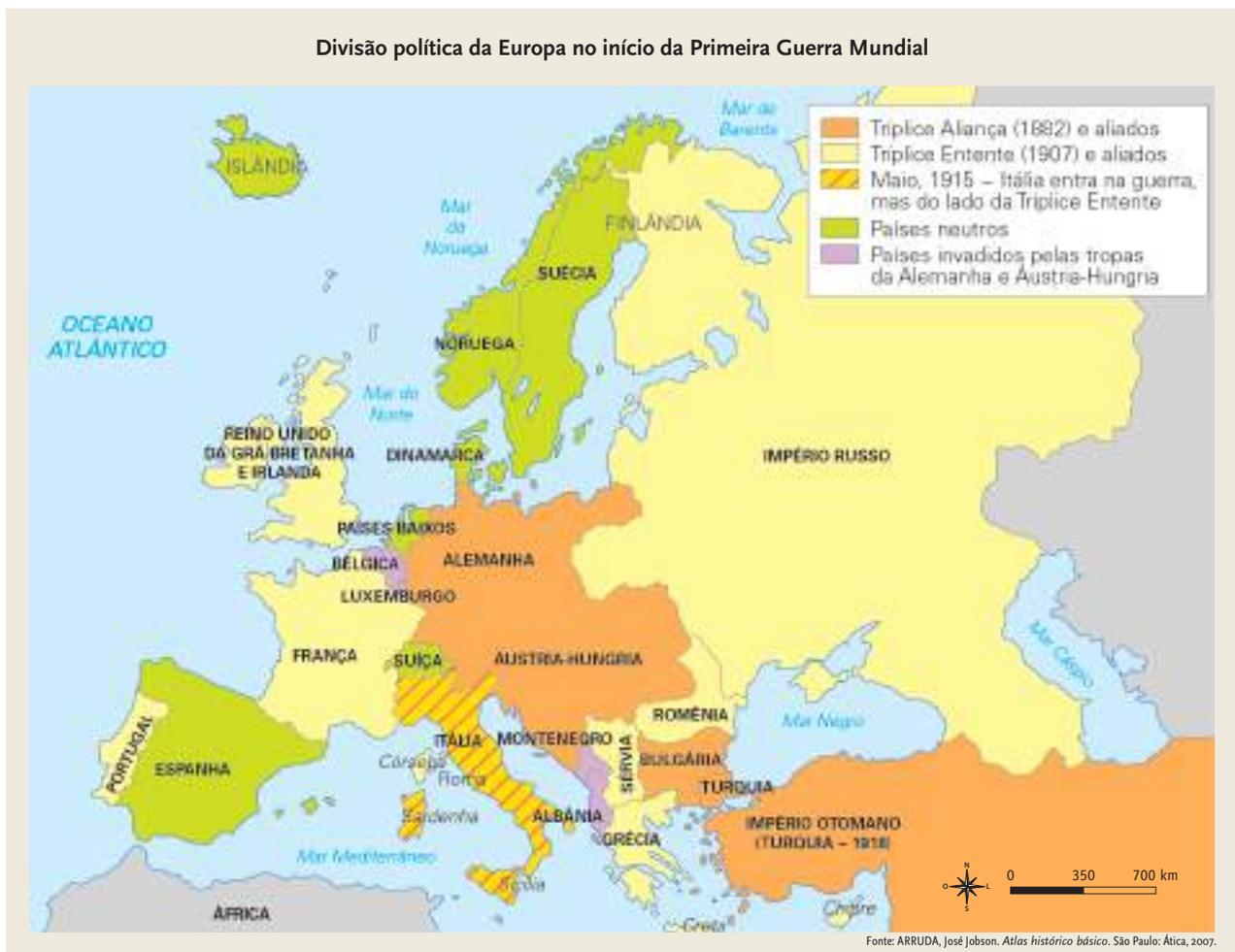
Os alemães foram obrigados a aceitar uma série de condições impostas pelo presidente norte-americano. Essas condições ficaram conhecidas como os “**14 pontos de Wilson**” e previam, entre outras coisas, a imediata retirada dos alemães dos territórios ocupados.

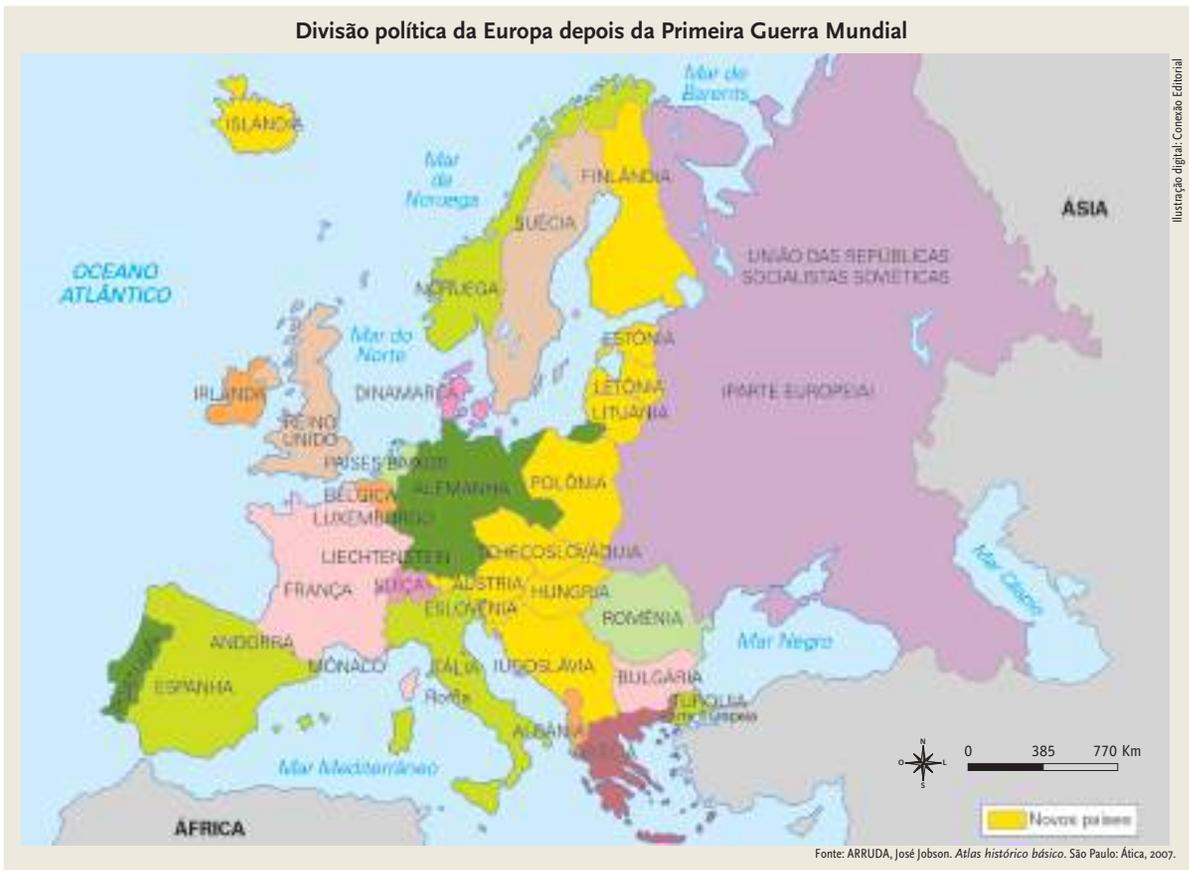
Logo após o final dos combates, foi criada a Liga das Nações, com sede em Genebra (Suíça), com o objetivo de evitar que novas guerras ocorressem. Em junho de 1919, no Palácio de Versalhes (França), após muitas discussões, foi assinado um tratado, no qual os países da Entente impunham uma série de condições à Alemanha, a fim de garantir a paz futura. O **Tratado de Versalhes**, documento produzido nesse encontro, obrigava, por exemplo, os alemães a pagar indenizações aos vencedores, renunciar às colônias ultramarinas, ceder o território da Alsácia-Lorena à França para exploração mineral, reconhecer a independência da Polônia e limitar seu potencial militar a 100 mil homens. Essas decisões, somadas aos efeitos da guerra, fizeram com que a Alemanha mergulhasse em uma profunda crise econômica.

O saldo da guerra foi assustador: cerca de 30 milhões de feridos e mais de 9 milhões de mortos – entre militares e civis –, sendo 5 milhões deles dos países da Entente.

#### LER MAPAS

Compare os mapas políticos da Europa antes e depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e identifique as alterações de fronteiras, o desaparecimento de países e impérios e a formação de novas nações.





## O SURGIMENTO DOS ESTADOS TOTALITÁRIOS

Derrotados na Primeira Guerra Mundial, os alemães viveram uma crise econômica, política e social sem precedentes: desvalorização da moeda, desemprego, aceleração da inflação, insatisfação dos ex-combatentes e empobrecimento geral da população. Com a queda do Segundo Reich, formou-se uma nova República alemã, na cidade de Weimar. A partir de 1919, a República de Weimar tornou-se parlamentarista, com um governo social-democrata, de posição moderada.

A vida política dos alemães dividia-se em partidos com perfis bem distintos, variando dos conservadores (Partido Nacional Alemão) aos mais radicais (Partido Comunista Alemão).

Em 1919, em Munique, foi fundado o partido nazista, chamado de partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) a partir de 1920. Era liderado por um ex-cabo da Primeira Guerra Mundial, Adolf Hitler, e defendia a superioridade da raça ariana (branca) e o antissemitismo (perseguição aos judeus), negava as instituições da democracia liberal, combatia o comunismo internacional, apoiava o totalitarismo, a luta pelo expansionismo alemão e o nacionalismo. Tal doutrina veio a ser designada **nazismo** – termo originário da abreviação da palavra alemã *Nationalsozialist*.

### Totalitarismo

- Os regimes totalitários destacam-se pelas seguintes características:
- ideologia oficial que todos os membros da sociedade devem abraçar;
  - um partido único de massa dirigido tipicamente por um ditador, estruturado de forma hierárquica, com uma posição de superioridade ou de mistura com a organização burocrática do Estado;
  - um sistema de terrorismo policial que apoia e controla o partido;
  - monopólio absoluto dos meios de comunicação de massa, como rádio, imprensa e cinema;
  - monopólio absoluto nas mãos do partido de todos os instrumentos de luta armada; e
  - controle e direção central de toda a economia.

Fonte: Adaptado do verbete “totalitarismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília; São Paulo: UnB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

O partido nazista tinha um discurso extremamente nacionalista e defendia a nacionalização dos trustes, a reforma agrária e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Tais propostas traziam consigo ideias extremamente autoritárias associadas à defesa de extermínio racial dos judeus, acusados de serem os responsáveis pelos males do mundo.



**Benito Mussolini e Adolf Hitler em desfile militar durante a Segunda Guerra Mundial.**

Representantes do fascismo e do nazismo, respectivamente, eles foram responsáveis por instaurar regimes totalitários na Europa. Defendiam políticas nacionalistas e expansionistas, que acabaram por deflagrar um novo conflito mundial.

O sentimento antissemita era muito mais antigo e ultrapassava as fronteiras da Alemanha. Historiadores afirmam que Hitler aproveitou-se desse sentimento, originário de um milenar conflito religioso entre judaísmo e cristianismo na Europa Ocidental.

Na Alemanha, parte da sociedade, humilhada pela derrota na guerra e imersa em uma crise econômica, viu no Partido Nazista uma alternativa para a retomada da estabilidade política e econômica. Em 1933, Adolf Hitler foi escolhido para o cargo de primeiro-ministro. Sua ascensão ao poder estava apenas começando. Políticos de outros partidos foram para a ilegalidade e a Alemanha caminhou para a constituição de um **governo totalitário**.

O povo deveria seguir fielmente as ordens de seu líder, que teria controle total sobre todos os aspectos da vida – pública e privada – da nação. Hitler proclamou o Terceiro Reich (um novo império) e, em 1934, com a morte do presidente Hindenburg, tornou-se a autoridade máxima do império alemão, o *Führer* (que significa líder, condutor).

Enquanto os alemães buscavam no nazismo a solução para seus problemas, na Itália o modelo de governo que se configurava também tinha caráter totalitário e nacionalista. Era o **fascismo**, liderado pelo primeiro-ministro italiano Benito Mussolini.

A Itália havia terminado a Primeira Guerra com 600 mil mortos e sem a posse de nenhum novo terri-

### **Holocausto**

Um dos pilares ideológicos dos nazistas foi o extermínio judaico, por considerarem os judeus os grandes responsáveis pelos problemas dos alemães e do mundo. Hitler defendia a construção de uma Alemanha pura, formada apenas pelos herdeiros da raça ariana – ancestrais germânicos. Essa proposta era reforçada pela ideia de superioridade racial dos alemães.

A perseguição aos judeus renderia um dos episódios mais horríveis da história da humanidade, o Holocausto. Durante a ditadura nazista, mais de 6 milhões de judeus foram mortos, a maioria em campos de concentração ou extermínio. Esses últimos eram verdadeiras “fábricas da morte”, e exterminavam cruelmente seus prisioneiros. Um dos métodos usados eram as câmaras de gás. O mais conhecido campo de concentração foi o de Auschwitz, na Polônia. Cerca de dois terços da população judaica europeia foi morta, entre eles 1,5 milhão de crianças. Além de judeus, prisioneiros de guerra, comunistas, homossexuais, deficientes e ciganos, entre outras etnias, também foram enviados para esses campos.

tório em outro continente, o que deixou – por diferentes motivos – líderes e população bastante insatisfeitos. O sonho imperialista havia se frustrado e o povo amargava uma séria crise econômica. A população mais pobre exigia reformas sociais e os socialistas italianos criticavam o governo liberal, mas não conseguiam pôr em prática seus planos revolucionários. Em 1919, surge em Milão o *Fascio di Combattimento* (Feixe de Combate), que deu origem ao Partido Nacional Fascista (PNF), em 1921.

O comandante do partido fascista era Benito Mussolini, um ex-líder socialista que pregava contra o liberalismo e o republicanismo, além de condenar veementemente o comunismo e a democracia. Grupos paramilitares fascistas – conhecidos como **camisas-negras** por causa das cores dos seus uniformes – recebiam apoio dos conservadores e de setores da classe média. O primeiro grande movimento de mobilização da população italiana, liderado pelos fascistas, foi a Marcha sobre Roma. Esse episódio levou Mussolini ao poder – o rei Vitor Emanuel III, da Itália, incumbiu-lhe de formar um novo governo, e o Parlamento concedeu-lhe plenos poderes. Estava aberto o caminho para a instauração de um regime totalitário. Chamado de **Duce** (líder, em italiano), Benito Mussolini tornou-se ditador fascista em 1926.

#### LER IMAGENS I

As imagens a seguir são cenas do filme *O grande ditador*, de Charles Chaplin. Seu roteiro foi elaborado em 1939, enquanto a Alemanha nazista invadia a Polônia e dava início à Segunda Guerra Mundial. Por considerá-lo subversivo, Hitler proibiu a exibição do filme, que tem como protagonista o ditador Adenoid Hynkel, interpretado por Chaplin. Esse ator e diretor inglês ficou mundialmente conhecido pela sua filmografia, produzida nos Estados Unidos. Entretanto, em 1952, sob a acusação de militância comunista, ele abandonou definitivamente o país e retornou à Inglaterra.



Cenas do filme *O grande ditador*, de Charles Chaplin, EUA, 1940.



1. Compare as imagens anteriores com a imagem dos líderes políticos que se destacavam no período da produção do filme. Com que ditador a personagem de Chaplin se assemelha? Que elementos indicam tal semelhança?
2. Por que a personagem criada por Chaplin aparece segurando o globo em uma mão? O que isso significa?

## A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 1938, a Alemanha, sob o comando de Adolf Hitler, iniciou sua campanha militar expansionista. O primeiro território a ser anexado foi a Áustria, seguida da Tchecoslováquia. Em 1º de setembro de 1939, os alemães invadiram a Polônia. Era o início da Segunda Guerra Mundial.

Em poucos dias, o exército polonês foi derrotado e a Polônia, anexada pelos alemães. A perseguição nazista foi colocada em prática: os judeus poloneses foram expulsos de suas terras.

Preparados para a guerra, os alemães rapidamente ocuparam outras regiões da Europa: Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Iugoslávia, Grécia e parte da França, além do Egito e do norte da África. Em 1940, foi a vez de a Inglaterra ser bombardeada, mas as forças britânicas não foram derrotadas.

### Guerra Civil Espanhola

Enquanto na Alemanha instaurava-se a ditadura nazista e, na Itália, o regime fascista, em outros países da Europa governos totalitários chegavam ao poder. Na Espanha, o general Francisco Franco tomou o poder e pôs fim à Segunda República Espanhola. Desde a saída do rei Afonso XIII, os espanhóis viviam um regime democrático. No entanto, setores conservadores da sociedade pediam o retorno à monarquia. Grupos políticos opostos disputavam o governo e acabaram instaurando um clima de guerra civil, com mortes de militantes de ambos os lados. A Falange Espanhola Tradicionalista defendia a instauração de um regime fascista, por isso recebeu o apoio dos italianos e alemães. Já a Brigada Internacional era formada por voluntários de diferentes países que lutavam em defesa da República.

Em 1936, venceu as eleições a Frente Popular, uma coligação eleitoral dos partidos republicanos de centro-esquerda, que incluía os socialistas, comunistas e nacionalistas. Meses depois, um **golpe de Estado** (derrubada ilegal de um governo constitucionalmente legítimo) deu início a uma guerra civil, marcando a oposição entre forças democráticas e fascistas. O auge do conflito foi o bombardeamento da cidade de Guernica, em 1937, com um ataque aéreo desfechado pelos nacionalistas, com o apoio da Força Aérea Alemã. Apenas em 1939, após tomarem Barcelona (então sede do governo republicano) e depois Madri, os franquistas chegaram ao poder, pondo fim à Guerra Civil Espanhola. A vitória do general Franco foi mais uma conquista do fascismo na Europa.

### LER IMAGEM II

Você conhece a tela *Guernica*, de Pablo Picasso, pintor espanhol? O acontecimento que inspirou a obra foi o bombardeamento da cidade de Guernica, capital da província basca, em 26 de abril de 1937, por aviões alemães. Dos 7 mil habitantes, 1 654 foram mortos e 889, feridos. Observe os elementos que compõem a imagem e responda às questões a seguir.



*Guernica* (1937), de Pablo Picasso (1881-1973), óleo sobre tela, 349 × 776 cm.

© Sucesion Pablo Picasso, Picasso, Pablo, *Guernica*, 1937, licenciado por AUTVIS, Brasil, 2008.

1. Descreva a cena representada na tela *Guernica*. Atente para a composição da imagem: personagens, ambiente, objetos, expressões etc.
2. Por que essa obra ficou conhecida como um dos símbolos dos horrores da Segunda Guerra Mundial? Se necessário, faça uma pesquisa ou converse com os colegas sobre o tema.

### Cubismo

Movimento artístico cuja origem remonta a Paris e a 1907, ano do célebre quadro de Pablo Picasso (1881-1973), *Les Femmes d'Alger*. Considerado um divisor de águas na história da arte ocidental, o Cubismo recusa a ideia de arte como imitação da natureza, afastando noções como perspectiva e modelagem, assim como qualquer tipo de efeito ilusório. “Não se imita aquilo que se

quer criar”, dirá Georges Braque (1882-1963), outro expoente do movimento. [...] Cubos, volumes e planos geométricos entrecortados reconstroem formas que se apresentam, simultaneamente, de vários ângulos nas telas. O espaço do quadro – plano sobre o qual a realidade é recriada – rejeita distinções entre forma e fundo ou qualquer noção de profundidade.

Disponível em: <[www.itaucultural.org.br/aplicenternas/enciclopedia-ic/index.cfm?fuseaction=termos-text&cd=verbetes=3781&lst-palavras=&cd-idioma=2855&cd-item=8](http://www.itaucultural.org.br/aplicenternas/enciclopedia-ic/index.cfm?fuseaction=termos-text&cd=verbetes=3781&lst-palavras=&cd-idioma=2855&cd-item=8)>. Acesso em: 7 mar. 2012.

## O DESENVOLVER DO CONFLITO

Em 1941, dois blocos antagônicos já estavam constituídos. Interesses nacionais particulares motivaram as alianças. De um lado, os países do **Eixo**: Alemanha, Itália e Japão; de outro, os **Aliados**: França, Inglaterra e, depois, Estados Unidos. Os norte-americanos entraram no conflito após o ataque japonês à sua base militar de Pearl Harbor, no Pacífico. O Japão, que pretendia expandir seus domínios no Oriente, recebeu a declaração de guerra do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, em dezembro de 1941.

Ainda nesse ano, a Alemanha resolveu invadir a União Soviética, quebrando o acordo de não agressão, conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov, de 1939. Mais de 2 milhões de soldados foram mobilizados para a operação. O objetivo de Hitler era dominar a capital Moscou e destruir o comunismo soviético. Em 1941, num discurso aos comandantes de seus exércitos, o Führer anunciava:

A guerra contra a Rússia tem características que não dão margem a atos de cavalheirismo; a luta é de ideologias e diferenças raciais e terá de ser conduzida de maneira implacável e inflexível.

CHIARELLI, Marco. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1998. p. 24.

Apesar da superioridade militar e tecnológica alemã, os soviéticos conseguiram, aos poucos, retomar as áreas que se encontravam sob o poder alemão. Uma grande derrota imposta aos países do Eixo foi a Batalha de Stalingrado, grande centro industrial soviético, que ficou sob o cerco nazista por quase dois anos. Nessa batalha de 99 dias, uma das mais sangrentas da História, estudiosos estimam que mais de 850 mil soldados do Eixo morreram ou foram feridos. Do lado soviético, as baixas somaram mais de 1 milhão, entre soldados e civis.

Os Aliados ganharam força com a entrada dos Estados Unidos na guerra. Os norte-americanos não sofriam com ataques internos, e sua potente indústria bélica recebia mais investimento, já que a produção de armamentos era fator fundamental para uma vitória.

Em 1943, após a invasão das tropas aliadas à Sicília, a Itália rendeu-se e Benito Mussolini foi deposto e preso. Resgatado pelos nazistas, fundou uma República Fascista no norte da Itália.

Uma grande ofensiva dos Aliados teve início em 1944.

O grande marco da vitória contra o Eixo foi o desembarque das forças aliadas na Normandia, França, em 6 de junho de 1944. Essa data ficou conhecida como o **Dia D**. Mais de 185 mil soldados com veículos aéreos, marítimos e terrestres participaram da

invasão, que resultou na retomada dos territórios do norte da França e na libertação da capital Paris do domínio nazista. Até o início do ano seguinte, os Aliados bombardearam várias cidades alemãs e aproximaram-se da capital Berlim, deixando os nazistas cercados.

Na Itália, Mussolini foi capturado por combatentes da resistência italiana e fuzilado. Em abril de 1945, com a iminente chegada das tropas soviéticas a Berlim, Hitler suicidou-se. Dias depois, a Alemanha anunciava sua rendição incondicional. Era o fim da guerra na Europa, com um saldo de mortos assustador. Na União Soviética, foram mais de 18 milhões; na Alemanha, 4,2 milhões; na Polônia, 5,8 milhões; na Itália, mais de 400 mil; na Inglaterra, 422 mil.

Mas e os conflitos no Oriente? Como terminaria a guerra entre Estados Unidos e Japão?

## A BOMBA ATÔMICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Enquanto na Europa a guerra havia terminado com a rendição dos países do Eixo, no Oriente o Japão continuava com seu projeto de conquista territorial. Já no fim do século XIX, tropas japonesas haviam invadido a China e conquistado parte de seu território. Seguiram-se a Guerra Russo-Japonesa (1904 a 1905), o Incidente da Manchúria (1931), a Guerra Total entre a China e o Japão (1937 a 1945) e a Guerra do Pacífico (1941 a 1945).

Essas expedições militares do Japão ao longo do século XX demonstravam o projeto nipônico de se tornar uma potência no Oriente e garantir a posse de territórios que assegurassem o fornecimento de recursos naturais, como minérios, borracha e petróleo, e os mercados consumidores asiáticos. Para isso, o Japão contou com o apoio da Alemanha para ocupar antigas colônias europeias na Ásia, como a colônia francesa da Indochina (atuais Vietnã, Laos e Camboja). O Japão avançou também sobre as ilhas da Polinésia, a Indonésia, a Malásia e a Birmânia, ameaçando inclusive a Índia e a Austrália.

Do outro lado da guerra, as forças norte-americanas procuravam combater e conquistar postos militares estratégicos japoneses.

Como frear a vontade japonesa de vencer? Como forçar o Japão a sair da guerra? Tarefa difícil para os norte-americanos, já que os combatentes japoneses lutavam, antes de tudo, em nome do imperador Hirohito, considerado uma divindade.

Conhecido como o Império do Sol Nascente, o Japão nunca havia perdido uma batalha em 2 mil anos de história. Para os japoneses, a derrota era inaceitável; por isso, tudo foi feito na tentativa de saírem vitoriosos. Uma das últimas estratégias adotadas foram os *kamikazes* – pilotos suicidas que se lançavam com seus aviões carregados com bombas contra a frota naval norte-americana. Entretanto, os Estados Unidos tinham outras armas para deter os japoneses.

Antes da Segunda Guerra, a indústria bélica norte-americana já era considerada uma potência. Durante o conflito, grandes investimentos foram feitos para garantir o desenvolvimento tecnológico de novos equipamentos e armamentos de combate. Com a perseguição nazista aos judeus, muitos cientistas emigraram da Europa para os Estados Unidos e puderam trabalhar e pesquisar em seus laboratórios.

Um dos resultados dessas pesquisas foi a energia atômica, desenvolvida com base nas teorias do físico alemão Albert Einstein sobre a relação entre matéria e energia e nas pesquisas sobre a estrutura do átomo. O cientista acreditava ser possível criar uma reação em cadeia, utilizando o plutônio e o urânio, o que faria com que partes de átomos atingissem outras partes

de átomos, liberando uma energia excepcional. No entanto, essa descoberta poderia ser transformada em armas com capacidade de destruição inimaginável até então.

Após um teste bem-sucedido em Los Alamos, no Novo México (Estados Unidos), os cientistas demonstraram aos governantes o poder da bomba atômica. Essa alternativa, que foi considerada a “solução final” para o conflito com o Japão, visava evitar o avanço soviético no Pacífico.

O presidente norte-americano Henry Truman ordenou o lançamento de duas bombas atômicas sobre cidades japonesas. A primeira delas – ironicamente apelidada por “*Little boy*” (menininho, em inglês), referindo-se a Franklin Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos – caiu sobre a cidade de Hiroshima, no dia 6 de agosto de 1945.

A segunda delas, três dias mais tarde – chamada de “*Fat man*” (homem gordo), uma alusão a Winston Churchill (primeiro-ministro britânico) – destruiu Nagasaki. As estimativas apontam a morte imediata de cerca de 100 mil pessoas, além da morte de mais de 200 mil pelos efeitos secundários.

Ondas de calor superiores a 3 mil graus Celsius atingiram Hiroshima. A população sobrevivente pulava no rio Ota, que cruza a cidade, para aliviar as queimaduras. Depoimentos, como o de Takashi Morita, então com 21 anos, revelam o desespero dos atingidos. Ele estava a 1,3 quilômetro do epicentro da explosão:

As lembranças que tenho daquele dia são horríveis. Pessoas com os cabelos queimados e as peles penduradas pelos dedos, agonizando de dor, pulavam no rio para tentar aliviar as queimaduras. Só que acabavam morrendo afogadas. Depois de certo tempo, o rio estava coberto por cadáveres. Muitos corpos também foram encontrados nos tanques de água da cidade, que serviam para apagar os incêndios causados pelos bombardeios. O cheiro era insuportável. Todos gritavam.

Revista *Made in Japan*. Disponível em: <<http://madeinjapan.uol.com.br/2007/03/12/depoimentos-de-sobreviventes-da-bomba-atmica/5>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

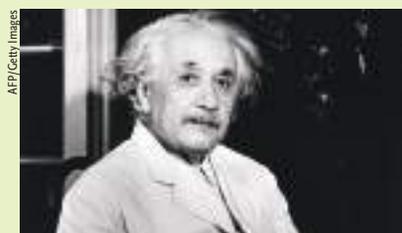
As cidades japonesas bombardeadas ficaram em ruínas. No dia 15 de agosto de 1945, o imperador Hirohito anunciou a rendição do Japão. Chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial. O número de mortos no mundo passou dos 40 milhões de pessoas.

Em fevereiro desse ano, na Crimeia, dirigentes dos países aliados haviam se reunido para decidir sobre o futuro do mundo. Para substituir a Liga das Nações – criada no final da Primeira Guerra –, foi criada a **Organização das Nações Unidas** (ONU), com o objetivo de regular as relações entre nações e viabilizar alternativas diplomáticas para conflitos, impedindo assim novas guerras mundiais. A ONU, com sede em Nova York (Estados Unidos), ainda tem essa função, apesar da ineficácia de sua atuação em muitos episódios da atualidade.

### Albert Einstein (1879-1955)

[...] Einstein também assumiu sua posição em relação a algumas questões políticas. Sua condição de judeu, pacifista e socialista colocou-o numa situação cada vez mais incômoda na Alemanha, obrigando-o, em 1933, em pleno período nazista, a emigrar para os Estados Unidos. Em 1939, falou com o presidente norte-americano Franklin Roosevelt acerca da possibilidade de desenvolver armas atômicas, já que acreditava que os cientistas alemães estavam trabalhando na criação da bomba atômica. Deste modo, indiretamente, deu o primeiro passo em direção ao projeto norte-americano “Manhattan”, dirigido por Robert Oppenheimer, cujo objetivo era a construção da bomba atômica. Após a Segunda Guerra Mundial, Einstein empenhou-se em advertir contra os perigos ocasionados pela utilização de armamento nuclear.

Fonte: UOL Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/клик/0,5387,381-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em: 9 out. 2011.



Albert Einstein ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1921. Foto de 1950.

O texto a seguir foi composto por Vinicius de Moraes, em 1946.

### Rosa de Hiroshima

Pensem nas crianças	Da rosa da rosa
Mudas telepáticas	Da rosa de Hiroshima
Pensem nas meninas	A rosa hereditária
Cegas inexatas	A rosa radioativa
Pensem nas mulheres	Estúpida e inválida
Rotas alteradas	A rosa com cirrose
Pensem nas feridas	A antirrosa atômica
Como rosas cálidas	Sem cor sem perfume
Mas oh não se esqueçam	Sem rosa sem nada

MORAES, Vinicius de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 196.

A fotografia a seguir é das ruínas de um antigo prédio da prefeitura de Hiroshima, parcialmente destruído pela explosão atômica em 1945. Hoje, no local, há o Parque Memorial da Paz. O edifício é também chamado pelos japoneses de Cúpula Genbaku, ou Cúpula da Bomba Atômica.



©Jon Hicks/Corbis/Getty Images

Ruína do prédio da prefeitura de Hiroshima, destruído durante a Segunda Guerra Mundial e transformado em Memorial da Paz de Hiroshima, 2003.

Depois de lerem o poema e a imagem, reúnam-se em trios, reflitam e respondam:

1. Que denúncia é feita no poema? Quais são os recursos poéticos usados pelo autor para transmitir seu ponto de vista sobre a guerra?
2. Como vocês justificariam a escolha da cidade e do edifício em ruína para a localização do Memorial da Paz?
3. Com base na leitura do poema e na imagem anterior, e também nas informações lidas ao longo do capítulo, redijam um manifesto pela paz mundial.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Enem (2010) *Os cercamentos do século XVIII podem ser considerados como sínteses das transformações que levaram à consolidação do capitalismo na Inglaterra. Em primeiro lugar, porque sua especialização exigiu uma articulação fundamental com o mercado. Como se concentravam na atividade de produção de lã, a realização da renda dependeu dos mercados, de novas tecnologias de beneficiamento do produto e do emprego de novos tipos de ovelhas. Em segundo lugar, concentrou-se na inter-relação do campo com a cidade e, num primeiro momento, também se vinculou à liberação de mão de obra.*

RODRIGUES, Antonio E. M. Revoluções burguesas. In: REIS FILHO, Daniel A. et al. (Orgs.) *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1. (Adaptado.)

Outra consequência dos cercamentos que teria contribuído para a Revolução Industrial na Inglaterra foi o:

- a) aumento do consumo interno.
  - b) congelamento do salário mínimo.
  - c) fortalecimento dos sindicatos proletários.
  - d) enfraquecimento da burguesia industrial.
  - e) desmembramento das propriedades improdutivas.
2. Enem (2011) *Os três tipos de poder representam três diversos tipos de motivações: no poder tradicional, o motivo da obediência é a crença na sacralidade da pessoa do soberano; no poder racional, o motivo da obediência deriva da crença na racionalidade do comportamento conforme a lei; no poder carismático, deriva da crença nos dotes extraordinários do chefe.*

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Adaptado.)

O texto apresenta três tipos de poder que podem ser identificados em momentos históricos distintos. Identifique o período em que a obediência esteve associada predominantemente ao poder carismático:

- a) República Federalista Norte-Americana.
- b) República Fascista Italiana no século XX.
- c) Monarquia Teocrática do Egito Antigo.
- d) Monarquia Absoluta Francesa no século XVII.
- e) Monarquia Constitucional Brasileira no século XIX.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### LIVROS



#### A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O livro apresenta o contexto histórico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e os principais episódios desse conflito.

RODRIGUES, Luiz César Barreto. *A Primeira Guerra Mundial*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História.)



#### A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Uma obra crítica que analisa não apenas o surgimento das ideologias nacionalistas e totalitárias típicas do início do século XX, mas a herança deixada por esses movimentos, mesmo com a derrocada dos regimes nazifascistas, após a Segunda Guerra Mundial.

PEDRO, Antonio. *A Segunda Guerra Mundial*. 10. ed. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História.)

### SITE



#### GUERRAS MUNDIAIS

Site sobre os grandes conflitos mundiais do século XX, com relatos, mapas, imagens, cronologia, artigos e pesquisas, além de outros links sobre o tema.

Disponível em: <[www.grandesguerras.com.br](http://www.grandesguerras.com.br)>. Acesso em: 18 mar. 2012.

### FILMES



#### ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO

Documentário sobre a trajetória de Adolf Hitler e seus colaboradores rumo à reconstrução de uma Alemanha puramente ariana. Esse filme é um estudo sobre a ideologia nazista e os valores fundamentais que guiaram a política de destruição e perseguição racial.

Direção de Peter Cohen. Suécia, 1992, 121 min.



#### O GRANDE DITADOR

O primeiro filme falado de Chaplin é uma sátira ao ditador alemão Adolf Hitler. A crítica foi realizada quando o nazismo estava em ascensão.

Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1940, 128 min.



#### O PIANISTA

A história do pianista Wladyslaw Szpilman, durante a ocupação alemã da Polônia, retrata a situação da população judia no gueto de Varsóvia.

Direção de Roman Polanski. Inglaterra/Polônia, 2002, 148 min.

### MÚSICA



#### COMIDA

Titãs. Comida. In: *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. São Paulo: WEA, 1987. Faixa 2.



Michael Nicholson/Corbis/Alamy

Pôster soviético de propaganda bolchevique criado pelo artista El Lissitzky (1890-1941) em 1919 que mostra setas vermelhas penetrando em seus oponentes. Os brancos representam os inimigos da Revolução Russa.

Nos anos 1960, lia-se com frequência nos jornais e revistas que o mundo estava dividido entre os blocos socialista e capitalista. Havia até mesmo grande temor de uma nova guerra mundial de dimensões até maiores que as anteriores, por causa dos interesses conflitantes desses blocos.

Mas o que significa ser socialista? Em que medida o socialismo se opõe ao capitalismo? Atualmente, quais países são socialistas? Existe hoje conflito entre países capitalistas e socialistas? Que críticas são formuladas aos países socialistas atuais?

### LER DOCUMENTOS

Cuba é socialista e o Brasil é capitalista. Leia alguns artigos das constituições desses países e responda às questões.

#### Constituição da República de Cuba (1976)

Artigo 14º – Na República de Cuba impera o sistema econômico baseado na propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção e a supressão da exploração do homem pelo homem [...]

Artigo 15º – São de propriedade estatal socialista de todo o povo:

1. As terras que não pertençam aos pequenos agricultores ou às cooperativas integradas por estes, o subsolo, as minas, os recursos naturais tanto vivos como não vivos dentro da zona econômica marítima da República, os bosques, as águas e as vias de comunicação.

2. As centrais açucareiras, as fábricas, os meios fundamentais de transporte, e quantas empresas, bancos e instalações tenham sido nacionalizadas e expropriadas dos imperialistas, latifundiários e burgueses, assim como as fábricas, empresas e instalações econômicas e centros científicos, sociais, culturais e desportivos construídos, fomentados ou adquiridos pelo Estado e os que no futuro sejam construídos, fomentados ou adquiridos pelo Estado.

Traduzido de: *Constitución de la República de Cuba*. Havana: Del Minjus, 2004. p. 12-13. (Tradução dos autores.)

### **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII – busca do pleno emprego;
- IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2012.

1. Indique algumas características da organização social e econômica de Cuba presentes em sua Constituição.
2. Agora, faça o mesmo levantamento na Constituição brasileira.
3. De acordo com os trechos lidos, quais são as principais diferenças entre Brasil e Cuba?
4. Faça uma pesquisa sobre a vida em Cuba hoje e procure identificar aspectos que representem alguns dos princípios defendidos na Constituição do país.
5. Escreva o que você entendeu sobre o socialismo com base no trecho lido da Constituição cubana e da pesquisa realizada.

---

## **A ORIGEM E A TEORIA DO SOCIALISMO**

A origem da teoria socialista está diretamente relacionada ao contexto europeu do século XIX. Já nas primeiras décadas desse século, associações de operários começaram a reivindicar melhores condições de trabalho nas fábricas, que há algumas décadas começaram a surgir na Inglaterra, depois na França e em outros países da Europa. Os operários reclamavam das péssimas condições de trabalho, da inexistência de direitos do trabalhador, dos baixíssimos salários e das longas jornadas de trabalho.

Nesse contexto, começaram a surgir pensadores que faziam crítica ao próprio sistema capitalista e propunham formas alternativas de organização do trabalho e da sociedade. Eles denunciavam a situação de exploração do trabalhador e buscavam modelos que permitissem alcançar maior igualdade social.

Entre esses pensadores, encontra-se o francês Charles Fourier (1772-1837), um forte crítico da sociedade burguesa. Ao usarem o termo “sociedade burguesa”, os fundadores do pensamento socialista estavam se referindo aos capitalistas e a todos os princípios que defendiam. Um dos maiores princípios burgueses, como veremos a seguir, é a defesa da propriedade privada.

Fourier acreditava que os seres humanos deveriam viver para alcançar o maior prazer individual possível. Só que estava evidente que a sociedade industrial não proporcionava isso ao impor aos trabalhadores longas e estafantes jornadas de trabalho em troca de salários miseráveis. Fourier defendia que a sociedade deveria se organizar com base em cooperativas, nas quais as tarefas e os benefícios do trabalho seriam partilhados por todos os cooperados.

Não haveria a propriedade privada, mas sim a propriedade coletiva. Em uma fábrica, por exemplo, os trabalhadores seriam cooperados e participariam em condição de plena igualdade das tarefas a serem executadas, recebendo igualmente os rendimentos advindos dessa atividade. Não haveria patrões e empregados, nem altos e baixos salários; todos seriam iguais. Para ele, esse seria o caminho para a implementação do socialismo, estágio em que a cooperação estaria disseminada pela sociedade e a felicidade do ser humano se tornaria possível com o fim da exploração dos trabalhadores.

Outro autor que pode ser considerado um dos fundadores do pensamento socialista é o inglês Robert Owen (1771-1858). Ele era proprietário de uma fábrica, mas discordava de que o lucro do proprietário fosse a maior finalidade de uma fábrica. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores de sua fábrica, ele reduziu a jornada de trabalho e investiu na formação das crianças, além de contribuir para que os trabalhadores tivessem melhores condições de moradia e saúde.

Defensor do comunismo, que seria para ele um princípio de organização social no qual prevaleceria o trabalho comunitário, foi para os Estados Unidos e, em 1824, fundou uma colônia comunitária denominada Nova Harmonia, que fracassou em 1829.

Na primeira metade do século XIX, outros pensadores elaboraram novas teorias socialistas. Entre eles, estão os alemães Karl Marx e Friedrich Engels, autores do *Manifesto Comunista*. Para eles, os socialistas que os antecederam eram “utópicos”, pois não conseguiram construir um caminho possível para o socialismo. Marx e Engels autodenominavam-se fundadores do **socialismo científico**, cujo objetivo era fazer a crítica da sociedade capitalista e viabilizar o socialismo, ao que se seguiria o estágio mais avançado de sociedade: o comunismo.

Para eles, a História propriamente dita se constituía da história da luta de classes. Existiam aqueles que exerciam o domínio e aqueles que eram explorados, ou seja, de um lado estavam os patrões, os donos da riqueza; e de outro, os trabalhadores, população pobre, que precisava vender sua força de trabalho para obter dinheiro suficiente para seu sustento.

### Forças produtivas

São forças naturais (inclusive o próprio homem) apropriadas pelo homem para a produção e reprodução de sua vida social. A parte material das forças produtivas, isto é, os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho, constituem a base material e técnica da sociedade. A principal força produtiva, no entanto, é o próprio homem, que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos, aperfeiçoa seus objetos de trabalho, combina ambos no sentido de ampliar constantemente a produção. Isso significa que as forças produtivas tendem a crescer constantemente. Essa expansão opera modificações nas relações de produção e no modo de produção. Assim, a determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações de produção.

### Exploração

Para Marx e Engels, ocorre sistematicamente na sociedade capitalista a exploração dos trabalhadores, que são a força de trabalho comprada pelos capitalistas. Já que o trabalhador é desprovido de capital, ou seja, não tem recursos para montar o seu próprio negócio, ele vende a sua força de trabalho, sua capacidade física e intelectual de desempenhar uma tarefa para um capitalista. Em troca recebe um salário que deve ser o suficiente para que possa se alimentar, morar, enfim, conduzir a sua própria vida. No entanto, o valor produzido por esse trabalhador ao realizar tarefas de trabalho deverá ser sempre maior do que o valor recebido. Assim, a exploração capitalista é medida pela diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor destinado a esses na forma de salário. Na teoria marxista, parte do lucro capitalista advém desse valor que é produzido pelo trabalhador, mas é apropriado pelo capitalista. E é chamado de mais-valia.

Fonte: SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Segundo essa teoria, na sociedade capitalista havia clara distinção entre os detentores da riqueza (os proprietários do capital) e os trabalhadores explorados. Enquanto os primeiros acumulavam cada vez mais riquezas, os segundos mal ganhavam o necessário para a sobrevivência. O capitalismo produz muitas desigualdades sociais, fato que levaria os trabalhadores a se organizar contra os próprios capitalistas, tornando possível uma revolução socialista. Os trabalhadores organizados tomariam o poder dos capitalistas.

A riqueza gerada pela sociedade capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas seriam agora utilizados a favor dos trabalhadores em uma sociedade na qual as diferenças de classe seriam eliminadas.

No socialismo de Marx e Engels, a propriedade privada seria eliminada, e toda a riqueza seria redistribuída igualmente a todos pelo Estado. As fábricas, os bancos e as outras empresas pertenceriam ao Estado, que transformaria os lucros em bem-estar para a população. No estágio final (comunismo), até o Estado seria abolido.

Eles defendiam também a internacionalização da revolução socialista. Não acreditavam na possibilidade de uma sociedade socialista obter sucesso em um único país. Por isso, em 1864, foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como I Internacional (que fazia parte de um grupo de movimentos que ficariam conhecidos como Internacional Comunista). Essa organização estipularia objetivos e estratégias revolucionárias para os movimentos operários de várias partes do mundo.

## AS TRÊS GRANDES REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DO SÉCULO XX

Marx e Engels faleceram, respectivamente em 1883 e 1895, antes que uma revolução socialista conseguisse efetivamente tomar o poder de maneira duradoura. Isso só ocorreria pela primeira vez em 1917, com a Revolução Russa.

A seguir, você vai ler informações sobre revoluções socialistas do século XX que tiveram grande repercussão mundial e influenciaram muitos outros países. Seus líderes tornaram-se personalidades mundialmente reconhecidas e colocaram em destaque a possibilidade de se construir um modelo de organização social alternativo à sociedade capitalista. Muitos foram os aliados e críticos desses novos modelos, que até os dias atuais ainda suscitam muitos debates.

### A REVOLUÇÃO RUSSA

Nos anos 1900, o movimento operário começou a tomar força na Rússia, que era um império governado pelo czar Nicolau II. A partir dos anos 1860, a Rússia passou por um forte processo de industrialização, e os trabalhadores se organizaram para reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

Em 1905, centenas de pessoas morreram no chamado Domingo Sangrento, quando o czar ordenou que suas tropas reprimissem uma manifestação pacífica por melhores condições de vida. Com isso, aumentou a pressão popular pelo fim do Império.

Em 1906, o governo czarista transformou a Rússia em uma monarquia constitucional, sendo criado o parlamento russo, a Duma. Começaram a surgir também os sovietes, conselhos de autogestão que reuniam representantes de fábricas.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a Rússia aliou-se à França na luta contra a Alemanha, fato que elevou seus gastos e agravou a já difícil situação econômica do país. Ocorreram muitas greves e protestos e, em 1917, o czar foi deposto.

Foi instalado um governo provisório sob a liderança de Alexander Kerenski, membro de um dos partidos socialistas mais moderados. Faziam parte desse governo membros de diversos partidos. Entre eles o Partido Operário Social Democrata Russo, dividido entre mencheviques e bolcheviques.

Os mencheviques acreditavam que era necessário a Rússia passar pelo estágio de desenvolvimento capitalista para depois se transformar em socialista. Em oposição a eles, os bolcheviques defendiam a instalação imediata do socialismo e do fortalecimento dos soviets. Entre os principais líderes desse grupo estavam Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924), conhecido como Lênin, e Leon Trotsky (1879-1940). Eles eram contrários à formação de uma república parlamentar e defendiam o confisco dos latifúndios e a nacionalização das terras, fábricas e bancos.

O Partido Bolchevique foi posto na ilegalidade e Lênin passou a ser perseguido pelo governo provisório. Ao mesmo tempo, os soviets, diretamente ligados às lideranças operárias, ganhavam cada vez mais força e apoiavam Lênin.

Assim, em outubro de 1917, foi organizado um comitê revolucionário com o intuito de derrubar o governo provisório. Sob a liderança de Trotsky foi criado o Exército Vermelho, formado por soldados desertores e operários, que conseguiram dominar as forças militares do governo menchevique e depor Kerenski. Foi criado então o Conselho de Comissários do Povo, o novo governo russo que seria presidido por Lênin.

Após a revogação da Assembleia Constituinte, que deveria criar as bases de um governo multipartidário, o governo bolchevique fundou a República Soviética Russa. Entre as primeiras medidas tomadas pelos bolcheviques, estão a reforma agrária e a estatização das indústrias e dos bancos.

No entanto, os bolcheviques sofreram a resistência armada dos mencheviques e dos czaristas que pretendiam derrubar o governo socialista. Instaurou-se, assim, uma longa guerra civil que se estendeu até 1921. Somente nesse ano, consolidou-se a vitória dos partidários de Lênin.

Em 1921, Lênin instituiu a Nova Política Econômica (NEP), que estimulou a pequena produção privada e o livre-comércio para normalizar o abastecimento e desenvolver a economia. Era uma combinação de planejamento estatal socialista com as práticas capitalistas de mercado. Recorrer a essas práticas capitalistas era uma forma de acelerar a construção de uma economia socialista mais sólida.



Soldados bolcheviques marchando nas ruas de Moscou, 1917.

©Corbis/Corbis (DC)/Latinstock



Vladimir Ilitch Lênin e a demonstração (1919), de Isaak Israilevich Brodsky (1870-1924), óleo sobre tela.

Como defensores da internacionalização da revolução socialista, os bolcheviques criaram, em 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Expandir a revolução ao maior número de países possível era uma forma de se defender das economias capitalistas e de consolidar o socialismo.

Lênin morreu em 1924. E um grande desafio rondou seus partidários: encontrar seu substituto. Um dos aspirantes ao cargo era Trotsky, líder da revolução ao lado de Lênin. Além dele, Josef Stalin, secretário-geral do partido, que defendia o “socialismo em um só país”, ou seja, o fortalecimento interno do regime antes da internacionalização da revolução socialista.

Já Trotsky defendia a chamada “revolução permanente”. Para ele, o sucesso do socialismo dependia da sua capacidade de difundir-se pelo restante do mundo, minando o capitalismo. Stalin foi o escolhido pelo Partido Comunista, apoiado por parte do exército, e governou a União Soviética até 1953, quando morreu.

Em 1925, o Partido Operário Social-Democrata Russo foi transformado em Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Esse era um partido único (não era permitida a existência de outros) e deveria reprimir os inimigos do socialismo.

Stalin conseguiu fortalecer a socialização da economia russa, ao mesmo tempo que modernizou e incrementou a indústria. Entretanto, governou de maneira ditatorial, perseguindo seus opositores políticos no país.

Um de seus principais opositores, Trotsky, foi exilado em 1929 e assassinado no México, em 1940. Milhões de pessoas que se opunham às diretrizes de Stalin foram eliminadas ou enviadas para campos de trabalhos forçados na Sibéria.

Após a morte de Stalin, vários outros governos se sucederam, só ocorrendo um processo efetivo de abertura política nos anos 1980, quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder. Gorbachev propôs uma reforma econômica (*Perestroika*) e uma reforma política (*Glasnost*). O objetivo era descentralizar o poder e reestruturar a economia.

### **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

A União Soviética, fundada em dezembro de 1922, foi constituída por países que formavam o antigo Império Russo. Durante a maior parte de sua existência era composta de 15 países: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Cazaquistão, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Usbequistão. A União Soviética foi extinta em 26 de dezembro de 1991. Nessa organização política, existiam os Conselhos (Sovietes) dos Deputados do Povo, dos quais o Conselho Supremo da União Soviética, sediado na capital Moscou, era mais importante. Os Conselhos eram, na prática, controlados pelo Partido Comunista da União Soviética, que formava listas de candidatos aos Conselhos nas várias repúblicas que constituíam o país. Os deputados eleitos deveriam aprovar ou não as medidas tomadas pelo Conselho Supremo.

Para isso, pôs fim ao regime de partido único, permitindo a criação de novos partidos políticos. Em 1990, Boris Yeltsin, defensor de uma grande abertura política e econômica, foi eleito presidente do Congresso do Povo das Repúblicas Russas e do Soviete Supremo da Rússia.

Em dezembro de 1991, Yeltsin articulou o fim da União Soviética, sendo fundada a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que reunia a maioria dos antigos países da URSS. A partir de então ocorreu um rápido processo de transformação econômica, no qual muitas repúblicas soviéticas foram aderindo ao capitalismo de mercado. A propriedade privada voltou a dominar e grandes empresas capitalistas mundiais passaram a realizar negócios nesses países.

## LER MAPAS



Comparando os dois mapas, é correto afirmar que a União Soviética consolidou-se como república socialista incorporando os mesmos territórios dominados pelo Império Russo? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

### APLICAR CONHECIMENTOS

- Enceja (2006) Em 1917 ocorreu a primeira revolução socialista operária da história: a Revolução Russa. No entanto, existiam discordâncias claras entre alguns dirigentes revolucionários sobre os rumos que a revolução deveria tomar. Entre esses estavam Joseph Stalin e Leon Trotsky. O primeiro governou a União Soviética entre 1924 e 1953. Leia o texto abaixo, de Leon Trotsky, a respeito do governo de Stalin.

*A Revolução de Outubro anulava os privilégios, declarara guerra às discriminações sociais, substituíra a democracia pelo autogoverno dos trabalhadores [...]; esforçara-se para dar a mais completa transparência a todas as relações sociais. O stalinismo restaurou as formas mais ofensivas de privilégio, conferiu à desigualdade um caráter provocativo, sufocou com absolutismo policial a atividade espontânea das massas, fez da administração um monopólio da oligarquia do governo [...].*

TROTSKY, Leon. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 32.

Considerando o texto anterior, é correto afirmar que:

- a) Trotsky criticava a posição de Stalin quanto aos rumos da política econômica.
- b) Trotsky e Stalin defendiam a democratização do Estado para defender o ideal revolucionário.
- c) Stalin defendia a participação das massas no governo e Trotsky a condenava.
- d) O governo de Stalin foi condenado por Trotsky por seu caráter autoritário.

## A REVOLUÇÃO CHINESA

Em 1949, ocorreu a revolução socialista na China. No entanto a história desse movimento revolucionário começou a se construir nos anos 1920, quando foi fundado o Partido Comunista.

Em 1927, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade pelo governo de Chiang Kai-shek, líder do Kuomintang, partido que governava o país com o apoio de empresários capitalistas. Nesse contexto, sob a liderança de Mao Tsé-tung, os comunistas começaram a mobilizar os camponeses contra o governo de Chiang Kai-shek. Em 1928, foi criado o Exército Vermelho, que tomava terra de proprietários para redistribuir aos camponeses. As massas camponesas foram se tornando, aos poucos, a principal força da revolução comunista.

Em 1934, Chiang Kai-shek começou a perseguir os comunistas que atuavam no campo. Com isso, teve início a Longa Marcha, quando os comunistas se retiraram de suas áreas de atuação e aproximadamente 100 mil soldados vermelhos se dirigiram para o norte do país com o objetivo de ampliar suas forças militares contra o governo nacionalista de Chiang Kai-shek. Após um ano de marcha, o grupo ficou bastante reduzido, pois muitos foram mortos pelo exército nacionalista ou morreram de fome. Apesar dessas dificuldades, o apoio aos comunistas liderados por Mao Tsé-tung continuava crescendo.

Nos anos 1940, o Exército Vermelho continuou a promover a reforma agrária no interior do país e aumentou ainda mais o apoio popular aos comunistas e a Mao Tsé-tung. Em 1949, o Exército Vermelho conseguiu tomar Pequim. Meses depois, os comunistas proclamaram a **República Popular da China**, tendo Mao como presidente.

O episódio obrigou Chiang Kai-shek a se refugiar na ilha de Formosa (Taiwan), que foi reconhecida como sede do governo chinês por vários países, entre eles os Estados Unidos. Dessa forma, os países que lutavam contra o comunismo procuraram isolar a China e o governo de Mao Tsé-tung. O país aproximou-se então da União Soviética, mas ocorreram disputas territoriais e discordâncias políticas entre eles. Os russos não admitiam que os chineses tivessem o próprio arsenal atômico, e os chineses, por sua vez, acusavam os russos de manterem uma atuação imperialista na Ásia e em parte da Europa.

Uma vez no poder, Mao Tsé-tung criou um plano de desenvolvimento econômico e estimulou o desenvolvimento industrial da China, além de combater a fome. Nos anos 1950, foram criadas as comunas populares, unidades coletivas de produção que executavam tanto a produção agrícola como o processo de industrialização de muitos produtos.

Nos anos 1960, ocorreu na China o que se chama de **Revolução Cultural**, a qual procurou radicalizar a implementação dos ideais revolucionários e fazer a crítica dos valores burgueses. Estimulou-se a crítica às relações hierárquicas e pregou-se a igualdade social, mas ocorreu também a perseguição de intelectuais e militantes contrários às ideias veiculadas pelo Partido Comunista.

O movimento opunha-se à burocracia que tomava conta do partido e existiu entre 1966 e 1969, quando, sob o risco de uma guerra civil, Mao Tsé-tung ordenou sua dissolução.

Em 1976, Mao Tsé-tung faleceu e iniciou-se um processo de transformação da economia chinesa com Deng Xiaoping no poder. Começou a ser empreendida a abertura da economia chinesa ao mercado internacional, que, nos anos 1980, denominou-se economia socialista de mercado. Foi permitido que empresas capitalistas estrangeiras instalassem indústrias no país. O Estado interviria para evitar e reduzir as desigualdades sociais, mas a produção da riqueza teria origem na indústria capitalista.

Nesse período, foram criadas as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que permitiam a instalação de grandes indústrias estrangeiras com vantagens fiscais e baixo custo de salários, que seriam compensados pelos benefícios oferecidos pelo Estado, como educação, saúde e preços subsidiados aos trabalhadores. Dessa forma, a China despontou como uma grande força econômica no mercado mundial, exportando produtos para todo o mundo com preços muito competitivos.

Nesse período, foram criadas as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que permitiam a instalação de grandes indústrias estrangeiras com vantagens fiscais e baixo custo de salários, que seriam compensados pelos benefícios oferecidos pelo Estado, como educação, saúde e preços subsidiados aos trabalhadores. Dessa forma, a China despontou como uma grande força econômica no mercado mundial, exportando produtos para todo o mundo com preços muito competitivos.

Nos primeiros anos do século XXI, a China vem sustentando um grande índice de desenvolvimento econômico. No entanto, esse crescimento tem provocado riscos ao meio ambiente, com o aumento da poluição das águas e do ar, além do risco de esgotamento dos recursos naturais.



Mao Tsé-tung fala para a multidão durante a Longa Marcha, 1934-1935.

### Que comunismo é esse?

“Mas vem cá: a China não é comunista?”, todo mundo me pergunta. Em tese, sim. Na prática, nem tanto. [...] Afinal, não se pode dizer que um país com cerca de 150 mil estatais, com a mobilidade de trabalhadores ainda controlada (a população de regiões no interior ainda precisa de autorização para se estabelecer nos grandes centros) e com vários setores estratégicos – como energia elétrica, petróleo, telecomunicações e bancos – nas mãos do Estado seja movido inteiramente pelas leis de mercado.

[...] E a classe média, antes odiada pelos comunistas puristas, hoje é o objetivo-fim da tecnocracia comunista econômica chinesa. A lógica é simples. O sociólogo Li Qiang, da Universidade Tsinghua, explica que a emergência da classe média chinesa é um condutor do desenvolvimento econômico e redutor de conflitos sociais.

“A classe média pode ajudar a reduzir as contradições entre ricos e pobres”, diz. Com a bênção do governo e o investimento estrangeiro maciço, a China vai ampliando sua classe média e fundamentando seus conceitos de socialismo de mercado, que, para o bem e para o mal, muito se assemelham aos conceitos capitalistas ocidentais. Senão vejamos: praticamente todas as grandes grifes de luxo estão na China hoje e têm planos ambiciosos de expansão. Em Xangai, por exemplo, está a segunda maior loja Louis Vuitton do mundo (só perde para a de Paris). A receita publicitária na China cresce à taxa de 20% ao ano, mesmo com a mídia sob controle forte do Estado. Em 2004, havia um milhão de chineses com mestrado e doutorado, além de 95 mil com algum curso de MBA. O crescimento das vendas no varejo mantém-se acima de 20% todos os meses em comparação ao ano anterior, pelo menos em 2003 e 2004. As bicicletas dão lugar aos carros nas grandes cidades e são hoje mais de 240 milhões de veículos circulando nas estradas. Os donos de telefones celulares, mais de quatrocentos milhões, já ultrapassaram os de fixos, por volta de 380 milhões.

E então: isso é capitalismo ou socialismo de mercado?

SCOFIELD JR., Gilberto. *Um brasileiro na China: o olhar de um jornalista estrangeiro sobre o país que mais cresce no mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro/O Globo, 2007. p. 21 e 27.

1. Aponte no texto elementos que caracterizam a China como um país comunista.
2. Indique no texto elementos que caracterizam a China como um país capitalista.
3. Responda à pergunta do autor: “Isso é capitalismo ou socialismo de mercado”? Justifique.

## A REVOLUÇÃO CUBANA

Em 1959, Cuba foi o primeiro país da América a fazer uma revolução socialista.

Até 1897, o país foi uma colônia espanhola. A independência cubana ocorreu sob a liderança de José Martí e com o apoio dos Estados Unidos, que lutou contra a Espanha.

No entanto, a liberdade cubana logo se transformou em dependência dos Estados Unidos. Em 1901, o Congresso cubano aprovou a emenda Platt, que permitia a interferência estadunidense na sociedade cubana. Com a emenda, os Estados Unidos puderam instalar uma base militar em Guantánamo, ampliando sua presença militar no continente. A região se transformou em importante centro turístico, onde estavam presentes cassinos e casas de prostituição. Além disso, empresas estadunidenses dominavam o comércio de produtos locais, como o açúcar e o fumo.

Mesmo com a revogação da emenda Platt em 1933, os Estados Unidos continuaram a exercer grande influência sobre a ilha. Nos anos 1930, um movimento nacionalista lutava contra a interferência estadunidense. Em 1952, Fulgêncio Batista tornou-se presidente de Cuba por meio de um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos. Instalou uma ditadura no país e mandou prender os nacionalistas que se opunham ao regime.

Foi nesse contexto que surgiram lideranças como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que faziam oposição à ditadura de Fulgêncio Batista. Em 1953, Castro, que era estudante da Universidade de Havana, organizou o ataque ao quartel de La Moncada, em Santiago. Foi a primeira tentativa de abalar as bases do governo Batista. No entanto, com o fracasso militar do movimento, Fidel Castro acabou preso.

Em 1955, Fidel Castro foi anistiado e partiu para o México, onde, junto com Ernesto Che Guevara e outros guerrilheiros, começou a organizar um movimento contra o governo cubano. Voltaram para o país em 1956 e, depois de nova tentativa fracassada contra o governo de Batista, refugiaram-se na região de Sierra Maestra, onde obtiveram o apoio de outros grupos guerrilheiros e de parte da população camponesa.

A partir de 1957, as precárias condições de vida da população cubana resultaram em greves, protestos e crescente apoio ao grupo revolucionário. Em 1958, os partidários de Fidel já dominavam parte da ilha, tendo criado hospitais, fábricas e escolas. No segundo semestre desse ano, os revolucionários marcharam rumo a Santiago e depois em direção a Havana, onde chegaram em janeiro de 1959. Sem ter como resistir às forças rebeldes, Batista deixou Havana sob ameaça dos guerrilheiros. Em fevereiro, Fidel Castro assumiu o poder.

Dentre as primeiras medidas do novo governo, destacam-se a redução de preços em vários setores essenciais da economia, o combate à prostituição e o fechamentos dos cassinos, além de ser anunciada a reforma agrária.

A partir de 1961, Cuba começou a caminhar mais decisivamente na direção do socialismo, e empresas estadunidenses sofreram intervenção do governo.

Ocorreu nesse ano o alinhamento com a União Soviética e foi criado o Partido Único da Revolução Socialista, depois chamado Partido Comunista Cubano (PCC).

Com isso, houve o rompimento definitivo das relações políticas e diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba.

Nesse mesmo ano, aviões estadunidenses bombardearam Santiago e invadiram uma praia na Baía dos Porcos, na porção sul da ilha, mas o exército



Fidel Castro durante a "Marcha para Havana", 1959.



de Fidel conseguiu conter o avanço das tropas dos Estados Unidos.

No ano seguinte, os Estados Unidos decretaram o bloqueio comercial a Cuba, impondo sanções aos países que mantivessem relações comerciais com a ilha. Assim, Cuba tornou-se dependente do bloco socialista para obter insuamos como petróleo, remédios e vários produtos industrializados. O país teve de realizar um grande racionamento para sobreviver ao bloqueio, que continua a existir até os dias atuais.

Do ponto de vista social, a revolução obteve sucesso quanto à melhoria das condições de vida da população. O analfabetismo foi erradicado, a população goza de boa infraestrutura de saúde, não faltam escolas e o desemprego é muito pequeno quando comparado ao das economias capitalistas.

No entanto, os adversários políticos do regime cubano no mundo capitalista condenam a presença da censura e a impossibilidade de constituir um pensamento crítico ou divergente em relação ao governo socialista.



**Mural de Che Guevara. Guantánamo, Cuba, s.d.**

Após a vitória dos revolucionários cubanos, Che Guevara assumiu vários cargos no governo. Foi embaixador, presidente do Banco Nacional e ministro da Indústria. Em 1965, entretanto, Che Guevara deixou Cuba e começou a viajar por vários países da América Latina e África para organizar a luta contra o imperialismo e disseminar os ideais da Revolução Cubana. Em 1967, ao promover a guerrilha na Bolívia, foi preso e executado por um soldado boliviano. Seu corpo desapareceu e só foi encontrado em 1997. Em Cuba, ele é considerado um herói da revolução socialista, e sua imagem está estampada em muitos locais, assim como dizeres a ele atribuídos.

## LER TEXTOS JORNALÍSTICOS II

Leia os textos a seguir e responda às questões.

### Em países com censura à rede, cidadãos buscam alternativas

Acesso a redes sociais é privilégio em certas partes do mundo

Leonardo Luis

Folha de S.Paulo, 13/07/2011

No dia 1º de julho, cerca de 50 cubanos que têm Twitter se reuniram pessoalmente para contar suas experiências com a rede social e debater sobre as dificuldades que enfrentam para usar a internet.

No evento, chamado de TwitterHab, falaram também sobre o cabo venezuelano de fibra ótica que chegou a Cuba há poucos meses e deve melhorar a condição da conexão à internet no país – antes, a conexão discada era a única opção em Cuba.

Os 50 tuiteiros fazem parte do ínfimo contingente de cubanos que dribla as restrições e arranja maneiras de acessar redes sociais.

Além das dificuldades técnicas, barreiras políticas afetam os internautas de Cuba. Fora de hotéis, só alguns privilegiados têm acesso à rede. Aos cidadãos comuns, resta uma intranet (rede interna) com poucas opções: sites do governo, alguns portais de notícias liberados pelas autoridades, uma enciclopédia e um serviço de e-mail.

Neste ano, junto com outras nove nações, o país caribenho foi listado mais uma vez como um “inimigo da internet” pela ONG internacional RWB (Reporters Without Borders), cujo objetivo é promover a liberdade de imprensa no mundo.

Anualmente, no dia 12 de março, a organização celebra o Dia Mundial Contra a Censura na Internet e divulga um balanço da censura à rede nas nações, classificando-as em duas categorias: as inimigas da internet e as que estão sob observação.

Segundo o documento deste ano (12mars.rsf.org), o aparato mais sofisticado de censura à internet está na China. Além de restringir o acesso a redes sociais como o Facebook e o Twitter, o governo chinês impede a entrada em páginas internacionais que contenham certas palavras, como “democracia” e “direitos humanos”.

(...)

Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/fsp/tec/tc1307201122.htm](http://www.folha.uol.com.br/fsp/tec/tc1307201122.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2011.

## Google anuncia o fim dos serviços de busca em seu site na China

Acessos de usuários no país são agora desviados a endereço sediado em Hong Kong, livre de censura

DA REDAÇÃO

Folha de S.Paulo, 23/03/2010

Pouco mais de dois meses depois de desafiar abertamente a censura chinesa e confirmando relatos surgidos na última sexta, o Google anunciou ontem o fechamento do seu site de buscas na China e o direcionamento dos seus usuários ao endereço que a empresa mantém em Hong Kong – livre de censura.

A empresa americana afirmou que desde a manhã de ontem acessos a mecanismos de buscas do Google.cn (busca, notícias e imagens) são direcionados ao Google.com.hk – onde não são submetidos à censura devido à autonomia da ex-colônia do Reino Unido, devolvida à China há 13 anos.

O Google disse, no entanto, que pretende manter em atividade outras operações realizadas pela equipe de cerca de 600 pessoas que sua sede na China mantém, inclusive pesquisa e desenvolvimento.

A medida é o auge de uma crise iniciada no dia 12 de janeiro, quando a empresa americana disse

ter descoberto que hackers chineses haviam tentado violar contas de ativistas de direitos humanos críticos ao regime em seu serviço de e-mail.

Embora não tenha feito uma acusação aberta à China no episódio, a empresa insinuou que o país poderia tê-lo reprimido.

O caso motivou o Google a ameaçar a interrupção do filtro de conteúdo que aceitou fazer ao entrar, em 2006, no maior mercado de internet do mundo, com 400 milhões de usuários e em rápido crescimento, e desatou uma crise entre a China e os EUA, que cobrou publicamente investigação do caso.

Um funcionário do governo chinês disse à agência oficial Xinhua que o Google “violou o compromisso assumido ao entrar na China”. Para Pequim, a recente ofensiva do Google em desafio à legislação chinesa tem origem na perda de espaço para seu similar local, Baidu.com, líder no mercado local.

Para analistas, a saída encontra-

da pelo Google é justamente uma maneira de driblar a censura chinesa sem ter de abandonar o mercado local, o que poderia custar ao crescimento da empresa nos próximos anos – embora menos de 2,5% do faturamento global da empresa hoje venha da China.

A expectativa é saber se o governo da China manterá o Google.cn em funcionamento ou o bloqueará, como já ocorre com sites como Facebook, Twitter e Youtube – todos eles com equivalentes locais desenvolvidos à semelhança dos sites originais.

“Nós esperamos que o governo chinês respeite a nossa decisão, embora tenhamos a consciência de que a qualquer momento o acesso aos nossos serviços possa ser bloqueado”, afirmou o Google, em nota assinada por seu diretor jurídico, David Drummond.

A Casa Branca se disse “decepcionada” pelo fracasso das negociações entre Pequim e a empresa.

Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2303201007.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2303201007.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2012.

1. O que as matérias jornalísticas noticiaram em relação ao uso da internet em Cuba e na China?
2. Crie hipóteses para justificar, na visão do governo cubano, possíveis razões para limitar o acesso à internet no país.
3. Faça uma pesquisa complementar na internet. Consulte outras informações sobre o uso da internet na China e em Cuba e faça um registro. Apresente os resultados para os colegas de classe.

### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

#### LIVRO



#### A ILHA

Atualização da reportagem feita em 1975 sobre a Cuba socialista. Aborda temas como educação, saúde e reforma agrária, além de apresentar uma entrevista com Fidel Castro.

MORAIS, Fernando. *A ilha*: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

**A**nalisaremos neste capítulo um dos períodos mais marcantes da história contemporânea recente: a Guerra Fria. Trata-se de uma disputa de interesses entre as duas maiores potências mundiais. De um lado, a expressão mais desenvolvida do sistema capitalista, os Estados Unidos e, de outro, a União Soviética, que havia adotado o regime socialista a partir da Revolução de 1917, ocorrida na Rússia.

No quadro internacional, a oposição entre socialismo e capitalismo foi levada ao extremo após 1945, numa bipolarização política, ideológica, econômica e militar que afetou todo o mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, dois blocos distintos de países surgiram: de um lado, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos; do outro, o socialista, liderado pela União Soviética.

Essa bipolaridade esteve presente de várias formas, por exemplo, na corrida armamentista, na corrida espacial e até mesmo no desempenho nas competições esportivas.

A economia do sistema capitalista baseia-se na propriedade privada, na livre concorrência e na presença restrita do Estado na regulação das relações econômicas, enquanto a economia dos países socialistas é regida por princípios opostos, com o Estado ocupando o lugar de regulador das relações econômicas, a extinção da propriedade privada e a nacionalização das indústrias nacionalizadas. Na União Soviética, a partir de 1928, foram adotados planos quinquenais que planejavam a destinação dos recursos econômicos arrecadados pelo Estado.

Embora cada lado defendesse ferrenhamente seus interesses e procurasse se fortalecer cada vez mais, não houve confronto armado direto. Por isso, esse período, entre 1945 e fim dos anos 1980, foi denominado Guerra Fria.

O que caracterizava o embate entre as duas superpotências era o aspecto ideológico. Para manter seus ideais e consolidar suas áreas de influência, os dois blocos desenvolveram novas tecnologias militares e arsenais nucleares com grande poder de destruição,



Pôster de lançamento do segundo filme da série 007, lançado em 1963. A série colocou em destaque o confronto entre agentes vinculados ao bloco capitalista e espiões russos no contexto da Guerra Fria.

o que impulsionou enormes investimentos no setor bélico. Tal dinâmica passou para a história com o nome de **corrida armamentista**. A frágil estabilidade causada pelo medo, de ambas as partes, de que ocorresse um conflito nuclear levou a um equilíbrio de forças, que ficou conhecido como “equilíbrio do terror”.

Essa disputa expandiu-se por todos os continentes e marcou profundamente uma época. O cinema foi um veículo fundamental de propaganda ideológica e também de crítica a esse embate. Havia um risco real de que um dos dois lados envolvidos nessa “guerra fria” detonasse uma bomba e desencadeasse a reação do outro, que poderia levar à destruição mútua.

São muitos os filmes que retrataram esse momento, e alguns alcançaram bastante sucesso graças à visão crítica que mostravam sobre esse período. Entre esses filmes destacam-se: *Planeta dos macacos* (1968), *O dia seguinte* (1983) e *Dr. Fantástico* (1964).

Outros filmes destacaram a espionagem, os agentes da CIA (*Central Intelligence Agency* – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) e a KGB (*Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti* – Comitê de Segurança do Estado da União Soviética). Exemplo disso são os filmes da personagem James Bond, o agente 007, que enfrenta os russos em seu caminho, como ocorre no filme *Cassino Royale* (1967).

#### LER MAPAS

Países socialistas nos anos 1970



Fonte: Adaptado do Atlas histórico escolar, 7. ed. Rio de Janeiro: Fename/MEC, 1977.

## Divisão política da Europa atual



Fonte: Adaptado do Atlas geográfico escolar, 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE: 2009. p. 45.

Em duplas, observem os mapas anteriores e comparem:

1. Que mudanças ocorreram na Europa?
2. O que se pode observar com relação à Alemanha?
3. Quantas repúblicas faziam parte da União Soviética na parte europeia? Quais eram elas?

## O CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Após derrotar o exército de Hitler, o líder soviético Josef Stalin ocupou todo o Leste Europeu, até então dominado pelos alemães. Assim, pouco a pouco, o socialismo foi sendo instituído na região.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu, em julho de 1945, em Berlim, a Conferência de Potsdam, que reuniu os líderes da União Soviética, da Inglaterra e dos Estados Unidos para discutir a reorganização geopolítica, econômica e financeira dos países envolvidos no conflito.

Enfraquecida pela guerra, a Europa foi dividida, nesse encontro, em duas áreas de influência: uma dos Estados Unidos e outra da União Soviética, respectivamente, capitalistas e socialistas. Essa partilha definiu os blocos antagônicos da Guerra Fria.

Uma das características do continente europeu bipolarizado é que a Alemanha foi dividida em República Federal da Alemanha e República Democrática Alemã: a primeira

capitalista e a segunda socialista. Elas ficaram mundialmente conhecidas como, respectivamente, Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental.

Observe o mapa a seguir:



## DIVISÃO DE BERLIM

A capital da Alemanha, Berlim, também estava dividida. Essa divisão deu origem a um dos maiores símbolos da Guerra Fria: o muro de Berlim. Construído pelos soviéticos em 1961, separou a cidade em duas partes: uma sob o domínio capitalista (subdividida em três zonas de ocupação pertencentes à França, à Inglaterra e aos Estados Unidos), outra controlada pelos socialistas: Berlim Oriental.

Enquanto existiu, o muro de Berlim foi utilizado pelos capitalistas como símbolo da falta de liberdade no mundo socialista, comandado pela União Soviética. Nos países socialistas, o controle da liberdade de expressão e de comunicação era muito rígido por parte do Estado. Já a União Soviética propagava as contradições do mundo capitalista, evidenciadas, por exemplo, pela desigualdade social.



Muro de Berlim, Alemanha, 1983.

Album/akg-images/Hans W. Mende/akg-images/Latinstock

Leia o texto a seguir, que faz referência a algumas características da Guerra Fria.

### Guerra Fria: os fatos básicos da disputa EUA × URSS em perguntas e respostas

#### Por que podemos dizer que a Guerra Fria foi algo diferente?

Diferente porque as duas superpotências jamais se enfrentaram num conflito militar direto, jamais se enfrentaram numa “Guerra Quente”. Daí o conflito entre as duas superpotências ter recebido o nome de “Guerra Fria”. Apesar de toda a hostilidade que havia entre as duas superpotências, os dois lados sabiam que uma guerra total, isto é, uma guerra em que cada potência utilizasse todos os seus recursos, seria uma guerra sem vencedores e uma ameaça à própria continuidade da espécie humana no planeta. Afinal, o monopólio norte-americano da bomba atômica não durou muito tempo. Em agosto de 1949, a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica.

#### Qual a característica mais marcante da Guerra Fria?

Uma das características principais foi transferir os conflitos militares para áreas periféricas do mundo. Ou seja, norte-americanos e soviéticos se envolveram em guerras localizadas em outras partes do mundo, como África, Ásia e América Latina. Exemplos dessas guerras foram a intervenção norte-americana no Vietnã, durante as décadas de 1960 e 1970, a intervenção soviética no Afeganistão, final dos anos 1970 a meados dos anos 1980, e o envolvimento direto ou indireto dessas superpotências em praticamente todas as guerras no Oriente Médio, especialmente a luta entre palestinos, apoiados pela União Soviética, e israelenses, apoiados pelos norte-americanos.

#### Por que os Estados Unidos e a União Soviética eram adversários?

A rivalidade entre as duas superpotências tinha origem na incompatibilidade entre as ideologias defendidas por cada lado. Essa incompatibilidade ideológica podia ser percebida no fato de cada superpotência ter um sistema político diferente e organizar sua economia de modo diferente da outra. Enquanto os Estados Unidos defendiam o capitalismo, a democracia, princípios como a defesa da propriedade privada e a livre-iniciativa, a União Soviética defendia o socialismo e princípios como o fim da grande propriedade privada, a igualdade econômica (uma sociedade sem ricos nem pobres) e um Estado forte capaz de garantir as necessidades básicas de todos os cidadãos.

#### Essas ideologias vigoravam de fato nas duas superpotências?

Havia muitas contradições entre o discurso e as práticas de cada superpotência. De um lado, os Estados Unidos apresentavam-se como defensores da liberdade e da democracia, mas, para combater o socialismo, apoiaram ditaduras na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970 (dentre as quais os regimes militares da Argentina, Chile e do próprio Brasil) onde eram praticadas a prisão e a tortura dos opositores desses regimes. Por outro lado, a União Soviética, que se apresentava como defensora da igualdade e inimiga da miséria, era controlada por um partido único, o Partido Comunista, cujos altos funcionários formavam uma elite privilegiada: usufruíam de luxos, como produtos importados de boa qualidade, enquanto a maioria da população era obrigada a enfrentar longas filas para comprar artigos de primeira necessidade que faltavam nas prateleiras.

VILELA, Túlio. *Lição de casa UOL*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1690u30.jhtm>>. Acesso em: 9 mar. 2012. (Texto adaptado.)

Em duplas, respondam:

1. Com base no texto, destaque os principais aspectos que diferenciam a Guerra Fria de outras guerras que você já estudou.
2. O autor afirma que há contradições entre os discursos e as práticas das superpotências. Exemplifique essas contradições.

### **Teoria Dominó**

O primeiro regime socialista da Ásia surgiu em 1924, com a proclamação da República Popular da Mongólia. Em 1945, o Vietnã do Norte adotou o socialismo. Em 1948, foi a vez da Coreia do Norte, e, em 1949, ocorreu a revolução socialista na China. Diante da proliferação dos países que adotaram o socialismo, os Estados Unidos iniciaram uma política externa mais agressiva. Em 1954, o presidente Eisenhower dos EUA anuncia a Teoria do Dominó, que, em 1960, foi

adotada pelo presidente Kennedy. Segundo essa teoria, os países do sul da Ásia eram como pedras de um dominó postas em fila: se uma caísse, todas as outras também cairiam. A crença de que a adoção do socialismo por um desses países levaria os países vizinhos ao mesmo caminho levou à intervenção armada estadunidense, como no caso do Vietnã, e à promoção de ditaduras militares na América Latina, com a finalidade de conter o avanço do socialismo.

## **ASPECTOS QUE CARACTERIZARAM O INÍCIO DA GUERRA FRIA**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns países militarmente atingidos pelo conflito tiveram de passar por verdadeiras reconstruções. Os responsáveis pela política externa dos Estados Unidos pretendiam que o país se tornasse o líder do mundo capitalista. Para isso, precisavam agregar o maior número possível de países à lógica desse sistema.

Uma grande preocupação deles era a de que o aumento do desemprego e a pobreza vivida em vários países europeus levassem a população a acreditar que o socialismo seria o melhor sistema a ser adotado, o que promoveria a expansão da influência da União Soviética.

Temiam que essa influência se estendesse do Pacífico ao Atlântico, incluindo o Mediterrâneo e o norte da África, assegurando à União Soviética um poderio de grande envergadura, tanto do ponto de vista populacional como de acesso a recursos naturais importantes. Contra isso se criou o que ficou conhecido como Doutrina Truman.

Ambos os blocos, capitalista e comunista, passaram a promover programas de ajuda econômica a diversos países pobres ou empobrecidos por conflitos internos ou pela Segunda Guerra, com a intenção de fazer aliados. Do lado capitalista, o Plano Marshall, iniciado pelos Estados Unidos em 1947, atendeu os países devastados pelo conflito mundial.

Além de reconstruir esses países, visava reforçar os laços comerciais entre eles e os Estados Unidos por meio do aumento das exportações de produtos estadunidenses. Esta era uma forma de garantir a aliança com os países capitalistas da Europa e a hegemonia dos Estados Unidos no mundo capitalista. O Plano Marshall teve grande êxito e permitiu que a economia europeia se restabelecesse rapidamente. Isso foi ao encontro dos interesses dos Estados Unidos, que se tornaram a maior economia mundial.

Foi criada, em 1949, uma aliança militar entre os países capitalistas da Europa, os Estados Unidos e o Canadá: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), cujo objetivo principal era evitar a expansão da ideologia soviética.

Os países que aderiram a esse tratado foram: Bélgica, Dinamarca, França, Inglaterra, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega e Portugal. Posteriormente, aderiram Grécia, Turquia, Alemanha Ocidental e Espanha.

### **Plano Marshall**

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o general George Marshall, que naquele momento era o Secretário de Estado do presidente estadunidense Harry S. Truman, elaborou um plano de ajuda à reconstrução dos países europeus atingidos pela guerra.

O governo decidiu investir aproximadamente US\$ 15 bilhões em empréstimos e doações nessa empreitada. A grande preocupação do presidente Truman era que a crise econômica que assolava os países europeus pudesse se converter em adesão aos regimes comunistas, o que colocaria em risco a supremacia dos Estados Unidos.

As relações políticas entre Estados Unidos e União Soviética eram muito tensas. A iminência de um conflito bélico mobilizava ambos os lados, com a explicitação do poder por parte das duas potências, e fazia com que cada lado se valesse de muitas estratégias para demonstrar a supremacia diante do inimigo.

## O BLOCO SOCIALISTA

Do lado soviético, as iniciativas para estreitar relações políticas e econômicas com os países socialistas eram muito importantes para o projeto de expansão e de consolidação da ideologia socialista. Por isso, a União Soviética criou o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon), em 1949.

Outro aspecto fundamental era garantir a defesa das fronteiras e impedir os ataques do bloco capitalista. Para tanto, era necessário que se obtivesse coesão entre os países socialistas e forte organização militar. Foi aí que surgiu o chamado Pacto de Varsóvia, organização militar criada em 1955 para dar apoio aos países socialistas que sofriam ameaças de invasão da Otan.

Inicialmente compuseram o acordo: União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Tchecoslováquia, Albânia, Romênia, Polônia e Hungria. Cabe destacar que a China foi aliada da União Soviética até 1958, mas uma série de divergências a respeito da condução dos processos políticos fez com que os chineses nunca se juntassem de fato ao Pacto de Varsóvia.

## AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NO COMANDO DA POLÍTICA SOVIÉTICA

No início dos anos 1950, Stalin estava na linha de frente do comando do governo soviético. Dirigente político autoritário, sustentou o regime impondo forte censura, exilando ou eliminando seus adversários políticos e instaurando o sistema de partido único, o Partido Comunista.

Ferrenho opositor de Stalin, Leon Trotsky, fundador do Exército Vermelho, foi assassinado, a mando do ditador, quando estava exilado no México.

A perseguição política aos opositores do regime fazia com que todos aqueles contrários à direção política e econômica do sistema fossem deportados às regiões distantes do país, como a Sibéria, e isolados nos *gulags*, os campos de trabalhos forçados.

Dados oficiais apontam a morte de pouco mais de 1 milhão de prisioneiros nesses campos; porém, historiadores estimam em mais de 20 milhões as mortes nos *gulags*. Esta era uma forma de impedir que a população expressasse sua opinião e criticasse qualquer tipo de medida adotada pelo Estado.

Com a morte de Stalin em 1953, houve uma acirrada disputa no interior do Partido Comunista para decidir quem seria seu sucessor.

Após inúmeros embates, Nikita Krushev se tornou o primeiro secretário do partido. Ele propõe certa abertura ao denunciar os crimes e as perseguições do regime stalinista. Sua postura reformista incomodava alguns setores do partido, mas, mesmo assim, permaneceu no poder até 1964, quando foi substituído pelo conservador Leonid Brejnev.

Com Brejnev, a União Soviética conseguiu estabelecer ao menos algum diálogo com os Estados Unidos, mas as tensões eram constantes. Foi ele o responsável pelo envio de tropas

militares, em 1968, para reprimir a manifestação de intelectuais reformistas e trabalhadores adeptos do Partido Comunista Tcheco, que haviam organizado um movimento social reivindicando mudanças na estrutura econômica, política e social da Tchecoslováquia. Esse movimento, conhecido como Primavera de Praga, era temido pelo governo soviético, pois poderia desencadear uma onda opositora ao regime socialista.

Em 1985, Mikhail Gorbachev tornou-se secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Ele iniciou dois programas de reformas, um político e outro econômico, que ficariam mundialmente conhecidos: respectivamente, a *Glasnost* e a *Perestroika*.

## PROPAGANDA: UMA DAS PRINCIPAIS ARMAS DA GUERRA FRIA

A propagação dos pressupostos das ideologias capitalista e socialista constituiu uma das principais preocupações tanto do lado estadunidense como do soviético, e os dois países não mediram esforços na elaboração de estratégias para disseminar suas ações políticas.

Os estadunidenses valorizavam o sucesso individual. Propagavam a ideia de que o Estado deveria garantir que cada indivíduo pudesse buscar a riqueza livremente e, assim, alcançar a felicidade. Já na União Soviética se difundia a ideia de igualdade e de busca do bem-estar de toda a sociedade. No entanto, havia contradições nos dois regimes.

É importante destacar que a utilização de imagens para evidenciar força e poder diante do inimigo não foi exclusividade da Guerra Fria. Em períodos históricos anteriores, já verificamos esse tipo de demonstração, por exemplo, por meio de monumentos, de obras vistosas.

A grande diferença da propaganda utilizada durante o período da Guerra Fria reside na exploração dos meios de comunicação de massa. A comunicação passou a atingir um número cada vez maior de pessoas com o surgimento de transmissores radiofônicos, passando do cinema e da televisão.

Demonizar o adversário também fazia parte dessa propaganda, e não faltaram filmes que difundissem uma visão manipulada do outro lado.

Estavam em jogo dois blocos econômicos, dois sistemas políticos que se expressavam por meio de diferentes estilos de vida. A televisão cumpriu um grande papel na disseminação do chamado *American way of life* (o modo de vida americano), segundo o qual o consumo trazia a felicidade aos indivíduos.

Henry Ford, dono da fábrica de automóveis Ford, teve importante papel nesse período ao desenvolver um carro que fosse fácil de fabricar, fácil de dirigir e mais acessível. O automóvel passou a ser o grande sonho de consumo dos americanos, e a propaganda tratava sempre de associar consumo ao prazer e, conseqüentemente, à felicidade.

## A CORRIDA ARMAMENTISTA

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética desenvolveram muitas armas de guerra, como tanques, aviões bombardeiros, submarinos etc., mas as bombas atômicas eram fabricadas somente pelos americanos.

Em 1949, tanto os Estados Unidos como a União Soviética já tinham a bomba atômica. A possibilidade de destruição em massa se convertia em forte poder de dominação e foi usada para buscar aliados para os propósitos de ampliação das áreas de influência de ambos os países.

Quando um dos lados do conflito desenvolvia um tipo de arma, o outro imediatamente iniciava pesquisas para superá-lo, e assim sucessivamente. Portanto, o temor de que o inimigo fosse capaz de conseguir a superioridade bélica com a criação de uma arma mais potente mobilizava tanto os EUA como a URSS. A insensatez era tamanha que, no fim da década de 1960, os dois países tinham desenvolvido armas tão potentes que poderiam destruir o planeta várias vezes.

## A ESPIONAGEM COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA

É certo que a espionagem sempre foi uma estratégia utilizada entre países em conflito para descobrir os planos de atuação do inimigo e prevenir-se deles, além de propiciar a antecipação de algum tipo de ofensiva.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a espionagem foi muito empregada e permeou um conjunto de medidas utilizadas pelos países em conflito. Na corrida armamentista, esse expediente foi usado tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética para o desenvolvimento de armas e pesquisas em torno delas.

Nos Estados Unidos, alguns filmes ressaltavam essa estratégia, como o filme *O espião que veio do frio* (1965), adaptado do romance homônimo de John Le Carré, e a série televisiva *Agente 86* (1965-1970), com a personagem Maxell Smart parodiando o famoso espião James Bond, o agente 007. Esses espiões representavam o lado capitalista; cabia a eles descobrir os segredos dos soviéticos utilizando vários truques. Eram personagens que cativavam a plateia, ou pelo lado sedutor ou pela comédia, enquanto os soviéticos encarnavam o mal, que deveria ser eliminado.

### KGB

A KGB foi criada em 1954 após a morte do líder soviético Stalin. Substituindo polícias secretas de períodos anteriores, tinha a tarefa de reforçar o controle político da União Soviética pelo Partido Comunista e também manter o controle da situação externa, mais especificamente dos países aliados. Assim, sua função era apagar os focos de insatisfação identificados em alguns desses países, como Polônia, Hungria e Alemanha Oriental.

Diante das possibilidades de ataque das forças militares da Otan e após a criação do Pacto de Varsóvia em 1955, a KGB passou a funcionar como uma espécie de polícia política, infiltrando-se em estruturas do Estado e em órgãos de imprensa, identificando e perseguindo os que se opunham ao regime socialista.

Efetivamente, a KGB cumpria um papel fundamental no governo soviético, uma vez que não era nada fácil controlar um extenso território, com aproximadamente 22 milhões de quilômetros quadrados, nos quais se encontravam 15 repúblicas com características culturais muito diversas e com uma centena de idiomas diferentes. Era necessário controlar as ações políticas para a manutenção dos comunistas no poder; e a KGB, à custa de muita repressão às vozes conflitantes, pôde lhes garantir isso por muito tempo.

### CIA E FBI

A *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência) e o *Federal Bureau of Investigation* (Departamento de Investigação Federal), mais conhecidos por suas siglas, CIA e FBI, respectivamente, desempenharam um papel fundamental durante a Guerra

Fria, pois eram os responsáveis pelas atividades de Defesa e de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

O FBI funcionava como uma espécie de polícia federal, que investigava cidadãos para identificar aqueles adeptos da ideologia comunista, tendo, desse modo, perseguido e afastado das atividades culturais diversos escritores, artistas e intelectuais.

Esses dois órgãos dividiam as tarefas na cruzada anticomunista. Enquanto o FBI se encarregava de perseguir qualquer foco de ideias comunistas no interior dos Estados Unidos, a CIA se incumbia de desenvolver atividades de espionagem no exterior.

## A GLASNOST E A PERESTROIKA

A palavra *glasnost* em russo significa transparência e *perestroika*, reconstrução. Essas expressões popularizaram-se durante os anos 1980 na União Soviética, cunhadas no governo de Mikhail Gorbachev, que promoveu amplas reformas políticas e econômicas no regime socialista.

Gorbachev era contrário à forte censura existente no país e propunha um amplo debate sobre a presença da iniciativa privada na economia soviética, e também uma revisão nos gastos militares e menor centralização na tomada de decisões e no controle da produção, já que muito do que se produzia era perdido diante da enorme burocracia criada pelo regime.

Para reduzir os gastos militares, previa a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, da fronteira com a China e da Europa Oriental. Decretou moratória unilateral (adiamento do prazo de vencimento ou suspensão do pagamento de uma dívida) na corrida armamentista, pois entendia que esse processo exauria recursos extremamente importantes para a modernização do país.

### LER TEXTO JORNALÍSTICO II

#### Promessas e misérias do “socialismo real”<sup>1</sup>

Como resultado do regime de partido único, da assimilação do Estado pelo Partido, da censura e da repressão à dissidência e à economia centralizada, surgiram ao menos três deformações na URSS.

1. Em uma sociedade que se diz sem classes, surge a progressiva formação de uma classe dirigente e/ou “de negócios” introduzida no poder, privilegiada e paulatinamente minada pela corrupção.

2. A onipresença do Partido e seus principais líderes sobre o conjunto da sociedade, a suposta infalibilidade de suas análises e decisões, a repressão de toda a dissidência, o controle total da imprensa e da educação acabam por eliminar todo o verdadeiro debate de ideias na sociedade. Desaparece a crítica e, com ela, a dialética entre prática e consciência social. Se “é a prática que determina a consciência”,<sup>2</sup> esta, produto de tal tipo de socialismo, fica longe do ideal. Estabelece-se, ao contrário do desejado, uma prática da desconfiança e são ocultadas as verdadeiras opiniões, o que acaba por determinar uma consciência cínica e, no fim das contas, reacionária.

3. No plano econômico, os diversos problemas podem se resumir em um aspecto: a produtividade. O socialismo não conseguiu substituir o estímulo do progresso individual, próprio do capitalismo, por outro, de caráter social ou ideológico, capaz de igualar ou superar seus resultados. A economia socialista foi muito menos produtiva que a capitalista em qualidade, quantidade e em qualquer de seus níveis: primário, secundário e terciário. Mesmo que o “socialismo real” tenha tido êxitos iniciais e procurado maiores níveis de igualdade,

não pôde sustentar essas vantagens por muito tempo – precisamente por não ser capaz de produzir com eficácia. Assim, recaiu-se em uma situação de pobreza, agravada pelo aumento das expectativas sociais.

<sup>1</sup> A expressão socialismo real nasce pelo fato de que muitos críticos a favor do socialismo afirmavam que os socialismos existentes não correspondiam aos ideais marxistas, por isso se falava em socialismo real em oposição ao socialismo ideal ou científico.

<sup>2</sup> MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Uma versão gratuita, em português, pode ser baixada no site Domínio Público: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf)>.

GABETTA, Carlos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <[www.diplo.org.br/imprima1601](http://www.diplo.org.br/imprima1601)>. Acesso em: 8 mar. 2012.

**1. Que problemas o autor do texto aponta no socialismo:**

**a) no plano político?**

.....

.....

.....

**b) no plano econômico?**

.....

.....

.....

**2. Explique com suas palavras o significado da seguinte afirmação do autor: “O socialismo não conseguiu substituir o estímulo do progresso individual, próprio do capitalismo, por outro, de caráter social ou ideológico, capaz de igualar ou superar seus resultados. A economia socialista foi muito menos produtiva que a capitalista em qualidade, quantidade e em qualquer de seus níveis: primário, secundário e terciário.”**

.....

.....

.....

.....

.....

**3. Que importância o autor atribui à democracia em uma sociedade?**

.....

.....

.....

.....

---

## A QUEDA DO MURO DE BERLIM

A União Soviética não conseguia manter seu poder como antes e teve de afrouxar o controle sobre os países socialistas do Leste Europeu. Havia também o apelo da população, que desejava maior oferta de bens de consumo duráveis e não duráveis e que o

investimento em armamentos, defesa e repressão do Estado fosse diminuído. A crescente insatisfação da população de toda a Europa Oriental pelas dificuldades de abastecimento mínimo (roupas, alimentos, medicamentos etc.) e pela falta de liberdade tomou um caminho que mudou profundamente os rumos da história.

Como reflexo desse novo período, o muro de Berlim foi derrubado na noite entre 9 e 10 de novembro de 1989. O muro dividiu a antiga capital alemã por mais de 28 anos. Contribuiu para sua queda uma série de manifestações que vinham ocorrendo na Alemanha Oriental. Os alemães desse lado do muro pressionavam o governo pelo direito de viajar para fora dos países da chamada Cortina de Ferro (bloco dos países socialistas).

Houve também uma fuga em massa de alemães orientais em direção à Alemanha Ocidental, que se deu em parte por meio de consulados em algumas capitais da Europa Oriental (Praga e Budapeste), em parte pela fronteira da Hungria, que desde 11 de setembro daquele ano encontrava-se aberta para a Áustria. Muitos historiadores consideram a queda do muro de Berlim o fim da Guerra Fria.

#### APLICAR CONHECIMENTOS

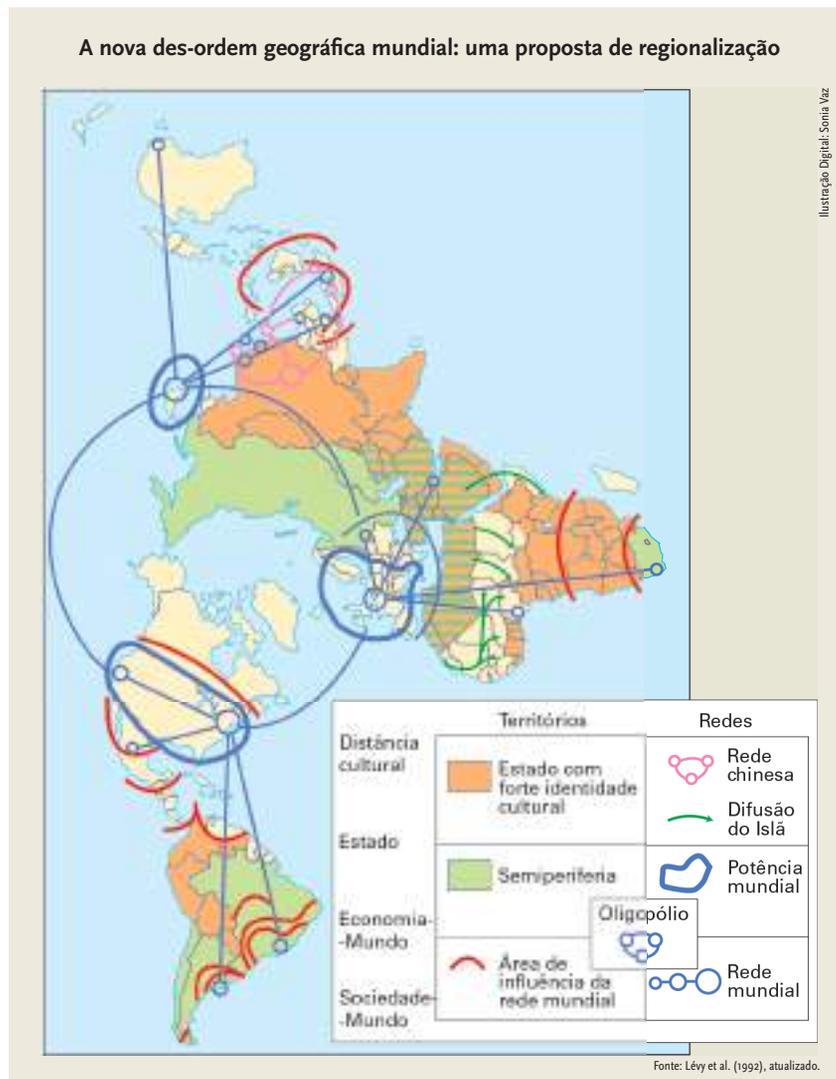
##### 1. Enem (2010)



Nick Ut/AP Photo/Glowimages.

A foto revela um momento da Guerra do Vietnã (1965-1975), conflito militar cuja cobertura jornalística utilizou, em grande escala, a fotografia e a televisão. Um dos papéis exercidos pelos meios de comunicação na cobertura dessa guerra, evidenciado pela foto, foi:

- demonstrar as diferenças culturais existentes entre norte-americanos e vietnamitas.
- defender a necessidade de intervenções armadas em países comunistas.
- denunciar os abusos cometidos pela intervenção militar norte-americana.
- divulgar valores que questionavam as ações do governo vietnamita.
- revelar a superioridade militar dos Estados Unidos da América.



*O espaço mundial sob a “nova des-ordem” é um emaranhado de zonas, redes e “aglomerados”, espaços hegemônicos e contra-hegemônicos que se cruzam de forma complexa na face da Terra. Fica clara, de saída, a polêmica que envolve uma nova regionalização mundial. Como regionalizar um espaço tão heterogêneo e, em parte, fluido, como é o espaço mundial contemporâneo?*

HAESBAERT, Rogério; PORTO GONÇALVES, Carlos Walther. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006.

O mapa procura representar a lógica espacial do mundo contemporâneo pós-União Soviética, no contexto de avanço da globalização e do neoliberalismo, quando a divisão entre países socialistas e capitalistas se desfez e as categorias de “primeiro” e “terceiro” mundo perderam sua validade explicativa.

Considerando esse objetivo interpretativo, tal distribuição espacial aponta para:

- a) a estagnação dos Estados com forte identidade cultural.
- b) o alcance da racionalidade anticapitalista.
- c) a influência das grandes potências econômicas.
- d) a dissolução de blocos políticos regionais.
- e) o alargamento da força econômica dos países islâmicos.

## Um olhar sobre a América Latina e os movimentos de contestação

A Guerra Fria criou um cenário no qual os países se dividiram entre socialistas, liderados pela União Soviética, e capitalistas, aliados dos Estados Unidos. Lembre-se de que já estudamos o caso de Cuba, país latino-americano que fez uma revolução socialista em 1959. O cenário político mundial em que ocorreu tal revolução era de extrema instabilidade. Os principais articuladores da política externa estadunidense temiam que as revoluções socialistas já ocorridas provocassem a adesão de outros países de seu entorno.

Nesse contexto, os Estados Unidos desenvolveram uma política externa bastante agressiva, com o intuito de coibir iniciativas que pudessem levar outros países a adotarem o sistema socialista. Mas quais foram as consequências desse processo histórico, em especial para a América Latina? Existiram novos movimentos socialistas? Em que medida a ação dos Estados Unidos durante a Guerra Fria trouxe consequências para o desenvolvimento dos países latino-americanos a partir dos anos 1990?



Reuters/Latinstock

Soldados guardam refinaria após o presidente Evo Morales decretar sua nacionalização. Santa Cruz, Bolívia, 2006.

Entre as mudanças recentes ocorridas na América Latina está o processo de nacionalização de empresas petrolíferas na Bolívia, que resultou em conflitos no setor.

## DA GUERRA FRIA AO MODELO NEOLIBERAL

A queda do muro de Berlim, em 1989, é o marco do fim da Guerra Fria. O desmantelamento da União Soviética, em 1991, veio para confirmar o fim da disputa global entre capitalismo e socialismo. No entanto, alguns países, como Cuba e China, permaneceram sob o regime socialista, ainda que tenham implementado mudanças do ponto de vista econômico e político.

Estudaremos neste capítulo os anos 1990 na América Latina. É importante lembrar que esses anos representaram a crise do chamado socialismo real, já mencionado anteriormente.

Alguns políticos e pensadores consideraram que o capitalismo saíra vitorioso da disputa entre os blocos, e, assim, passaram a difundir a ideia de buscar um modelo único, que deveria ser abraçado por todos os países para que atingissem, enfim, o almejado desenvolvimento político e social.

Seguindo essa linha de pensamento, na qual o modelo capitalista prevalecia, a política econômica no continente americano, mais especificamente nos países latino-americanos, sofreu algumas mudanças. Uma delas estava ligada à abertura dos mercados, ou seja, ao esforço desses países em desenvolver sua indústria, que estava em xeque, pois mercadorias produzidas no exterior poderiam adentrar suas fronteiras sem barreiras.

Os países da América Latina estavam, em sua maioria, endividados, saindo de ditaduras sangrentas, com as instituições fragilizadas, e acentuado crescimento da pobreza. Durante a década de 1990, os organismos internacionais propuseram medidas drásticas de combate à inflação, de enxugamento da máquina do Estado, cortes salariais, privatizações e abertura de mercado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambos sediados em Washington, nos Estados Unidos, veiculavam a ideia de que deveria haver ajustes fiscais. Enquanto isso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) defendia políticas de “livre-comércio”.

Alguns desses países adotaram a paridade do dólar com as moedas locais, o que tornava os produtos importados mais baratos, mas também encarecia os produtos nacionais no mercado externo. No Brasil, por exemplo, esses ajustes levaram milhões de pessoas ao desemprego e ocasionaram uma quebra da indústria nacional, impossibilitada de competir com os produtos importados que inundaram as prateleiras dos supermercados. Muitos desses produtos eram também fabricados por multinacionais instaladas nos países latino-americanos.

Depois de adotadas as medidas neoliberais da cartilha do FMI, percebeu-se que os setores sociais e políticos enfrentavam problemas. Segundo dados do Panorama Social da América Latina 2001-2002, realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em 1980, 120 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza na região; em 2001, passaram a ser 214 milhões (43% da população).

Hoje em dia, a maioria dos países conseguiu diminuir as taxas de pobreza e indigência, com destaque para o Brasil, o Chile, a Venezuela e a Argentina. Um relatório lançado em 2011 traz estimativas sobre a magnitude da pobreza. Elas indicam que, em 2010, 31,4% da população da região (177 milhões de pessoas) vivia em condições de pobreza e 12,3% da população (70 milhões de pessoas) vivia na pobreza extrema ou na indigência.

Alguns analistas afirmam que essa situação da América Latina decorre da derrota do socialismo com o fim da União Soviética e o triunfo dos Estados Unidos na Guerra Fria.

A esse fato junta-se o enfraquecimento dos sindicatos, que, na década de 1990, encontravam-se na defensiva diante do desemprego crescente, e das políticas de flexibilização das leis trabalhistas. Na prática, o que vemos é uma precarização cada vez maior das relações de trabalho. No caso do Brasil, não chegou a haver essa flexibilização jurídica, mas, mesmo assim, criou-se um grande mercado informal de trabalho, no qual os trabalhadores não gozam dos direitos vigentes na legislação.

Chegamos ao século XXI com uma América Latina em forte ebulição: da Argentina ao Haiti, do Uruguai à Nicarágua, do Peru ao Paraguai, da Venezuela à Bolívia, da Colômbia ao Equador, as crises se multiplicam. Razões para isso não faltam: o peso econômico e político da América Latina no mundo diminuiu sensivelmente e o preço de seus produtos de exportação despencou no mercado internacional.

O desempenho da economia de alguns países asiáticos levou os investimentos dos países ricos para aquele continente; a falta de mão de obra qualificada comprometeu ainda mais a atração de investimentos estrangeiros; as políticas neoliberais desmontaram os parques industriais nacionais, e a América Latina se viu obrigada a se conformar com a condição de produtor de *commodities*. A esse quadro somou-se ainda o esgotamento de algumas jazidas de minérios, como é o caso do estanho, na Bolívia. Tudo isso provocou um quadro de desaceleração econômica com muitas consequências para os países latino-americanos.

O mundo, desde o fim da Guerra Fria, tem se tornando mais complexo. Você já parou para pensar na quantidade de coisas que vêm acontecendo ultimamente? A crise econômica de 2008, a retomada dela em 2010 e 2011, movimentos de jovens pelo mundo, o movimento Ocupe Wall Street, nos Estados Unidos...

Alguns autores afirmam que o próprio capitalismo tem estado em xeque com esses acontecimentos. A crise na Europa e nos Estados Unidos aponta a necessidade de mudanças.

Como a América Latina tem se inserido nesse contexto?

Em 2011, o sociólogo Emir Sader fez a seguinte afirmação sobre a América Latina em seu *blog*:

Os governos progressistas fizeram da América Latina a região mais avançada do mundo na luta contra o neoliberalismo. A única que combate sistematicamente as desigualdades sociais, que propõe formas inovadoras de políticas sociais, de reforma do Estado, de integração regional e de inserção internacional soberana.

Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog\\_id=1&post\\_id=780](http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=780)>. Acesso em: 16 out. 2011.

Essa afirmação está relacionada a uma série de medidas que vêm sendo tomadas desde a década de 1990 e que estão voltadas para o estabelecimento de parcerias e para a criação de espaços de integração regional.

Dentre as parcerias regionais, podemos destacar o Mercosul e a Unasul. A região tem se organizado para construir e consolidar uma integração capaz de torná-la independente da política externa dos Estados Unidos.

#### GLOSSÁRIO

**Commodity:** É um termo da língua inglesa que significa mercadoria, produto. Seu plural é *commodities*. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre etc.

*Dicionário de termos utilizados em economia.* Disponível em: <[www.ens.ufsc.br/~soares/dicionario.htm](http://www.ens.ufsc.br/~soares/dicionario.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2012. (Texto adaptado.)

### Mercosul

Em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram um acordo para ampliar as dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração é condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos. Assim, criaram o Mercosul, que visa à formação de um mercado comum entre seus membros, o que implica:

- a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco;
- o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os membros;
- o compromisso dos membros de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

O Mercosul também prevê o incremento das trocas comerciais com outros países da região. A Bolívia e o Chile são associados ao Mercosul desde 1996, o Peru desde 2003 e a Colômbia e o Equador desde 2004. Além disso, o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, é aberto, mediante negociação, à adesão de demais membros. Nesse sentido, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/aspectos-gerais-do-mercosul/objetivos-do-mercosul](http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/aspectos-gerais-do-mercosul/objetivos-do-mercosul)>. Acesso em: 16 out. 2011.

### Unasul

A União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, é formada pelos doze países da América do Sul e tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul](http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul)>. Acesso em: 16 out. 2011.

## UM RETRATO DE UMA ILHA PERDIDA NO MAR DO CARIBE

Nesse cenário de generalização de regimes democrático-liberais, a única exceção era Cuba, uma pequena ilha caribenha, considerada o modelo remanescente de regimes não democráticos.

Em 2006, foram frequentes nos jornais notícias sobre o afastamento “temporário” do líder de Cuba, Fidel Castro, concretizado em 31 de julho de 2006. Fidel esteve à frente do país por 40 anos.

Na capital do país, Havana, observam-se as contradições que vigoram nessa ilha caribenha. Nela, vemos modernos automóveis transitando ao lado de antigos calhambeques. A deterioração econômica de Cuba se dá em grande parte por causa do colapso da União Soviética, que era a principal fonte de ajuda financeira externa de que o país dispunha.

Nos anos 1990, Cuba deixou de receber subsídios da ordem de US\$ 4 a US\$ 6 bilhões por ano. Nos anos recentes, o governo passou a intensificar o turismo como forma de aumentar o fluxo de dólares para a economia cubana.

No entanto, há outro fator que explica as dificuldades financeiras por que passa essa pequena ilha: a vigência de um embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, que se intensificou a partir dos anos 1990. Com isso, Cuba ficou isolada, não conseguia vender cana-de-açúcar (seu principal produto de exportação) nem comprar produtos industrializados.



Roberto Cattelli Jr

### Havana, Cuba, 2007.

Em Havana Velha, a parte antiga da cidade, há sinais de deterioração dos prédios por falta de recursos para conservá-los. A questão habitacional é um dos problemas a serem enfrentados.



AFP/Getty Images

### Havana, Cuba, 2011.

Automóveis antigos ainda são comuns na capital cubana, mas já é possível ver automóveis mais novos, reflexo das mudanças ocorridas no país.

Nesse cenário, Cuba protagonizou uma abertura econômica, com a instalação do turismo de massa, estabelecendo parceria com grandes empresas internacionais. Embora o governo continue com um grande controle sobre a economia e a vida política no país, a chegada do turismo ocasionou acentuada desigualdade em um regime que se orgulhava das conquistas para todos os cidadãos indistintamente.

Assim, de um lado temos os trabalhadores das áreas convencionais e, de outro, os do setor de turismo. Para assegurar a entrada de divisas e garantir recursos para as outras áreas, criou-se uma nova moeda, o CUC, usada pelos turistas e com valor muito próximo ao euro, moeda da Comunidade Europeia. O peso cubano, que tem valor muito menor (aproximadamente 24 vezes menos que o CUC em 2007), é usado pelos cubanos de maneira geral.

Entre os problemas que Cuba precisa enfrentar está o fato de o país ter um regime de partido único, que exerce censura e repressão à dissidência de forma contundente e mantém uma economia centralizada, comandada por burocratas que detêm o poder de decisão sobre a produção, a pesquisa, a distribuição, entre outros. Esses problemas atingem a alma do sistema: a autonomia política da sociedade, que é um meio para decidir o destino da coletividade, e a eficiência econômica, o que coloca em risco a própria sociedade.

Alguns desdobramentos desses problemas são: a existência de uma classe dirigente privilegiada e de um forte centralismo nas decisões, do ponto de vista da produção, o que inibe iniciativas individuais, tanto dentro das empresas estatais, como de cidadãos que queiram abrir os próprios negócios. Embora nos últimos anos tenham surgido algumas empresas familiares, como é o caso dos restaurantes denominados “paladares”, a economia socialista cubana não prima pela eficácia produtiva.

Além disso, os trabalhadores sentem-se pouco estimulados com os baixos salários e a necessidade cada vez maior de acumular funções. É comum vermos médicos e professores de excelente formação em outras atividades nas horas vagas para ganhar um dinheiro extra. O grande interesse é nas áreas de atendimento ao turista, graças à possibilidade de acesso ao CUC. Há dependência de recursos gerados externamente, e parte da economia da ilha é movimentada pelo dinheiro que os exilados cubanos nos Estados Unidos enviam para familiares.

## PESQUISAR

Compreender Cuba e o socialismo lá instaurada é uma tarefa árdua. Existem muitas perspectivas e versões para explicar a situação do país.

Em duplas, façam uma pesquisa sobre o país. Obtenham o maior número de dados possível e elaborem um quadro. Não se esqueçam de pesquisar os produtos que Cuba exporta. Hoje, esse país se destaca num ramo muito interessante, que é o da biotecnologia e engenharia genética. Coloquem em uma das colunas as coisas positivas sobre o país e na outra, seus problemas. Com base nisso, façam um debate sobre as vantagens e desvantagens do socialismo em Cuba. Procurem descobrir também que mudanças têm sido adotadas na ilha desde o afastamento de Fidel Castro.

## A VENEZUELA

Nos últimos anos, a Venezuela passou por grandes transformações. Vocês já devem ter lido ou ouvido falar de Hugo Chávez, que foi presidente da Venezuela de 1999 até 5 de março de 2013, dia de sua morte.

Frequentemente, ele era citado na mídia com um tratamento bastante pejorativo. De qualquer forma, cabe ressaltar que ele empreendeu uma arrojada política de integração do continente, negociava sua abundante reserva petrolífera com diferentes líderes, recebendo em contrapartida produtos variados. Ele ainda era conhecido por seus polêmicos discursos em que contestava abertamente as diretrizes dos Estados Unidos.

Chávez esteve também à frente de discussões referentes à formação da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), plano concebido para atuar no continente de forma que permita uma complementação produtiva entre os diversos países, a fim de construir alianças e um projeto de cooperação entre as nações latino-americanas. No âmbito interno, Chávez se propôs a fazer uma reforma política e várias reformas sociais, entre elas a reforma agrária, a utilização da riqueza gerada pelo petróleo para atender às necessidades das classes menos favorecidas, entre outras ações.



Vista parcial de refinaria em Moron, a oeste de Caracas, Venezuela, 2009.

A base de sustentação de suas políticas, tanto no plano interno como no externo, eram as reservas petrolíferas nacionais. Em outubro de 2007, o Ministério de Energia da Venezuela informou que o país havia alcançado 100 bilhões em reservas comprovadas de petróleo cru em seu subsolo. Segundo dados da PDVSA – Companhia de Petróleo da Venezuela –, as reservas comprovadas de petróleo no fim de 2010 eram de 296 501 MMbbls (milhões de barris), a maior parte na bacia de Maracaibo.

Apesar de toda essa potencialidade proporcionada pela existência do petróleo, atualmente a Venezuela enfrenta problemas sérios associados à falta de eficácia administrativa e de gerenciamento de recursos.

O discurso de Chávez vinha ao encontro de outros que também buscam nas alianças uma das soluções para os problemas da região. Mas qual modelo político-econômico-social deve ser buscado para administrar tudo isso? Alguns apostam na necessidade de reinventar a política e a economia e apontam para um novo socialismo no século XXI.

## A BOLÍVIA

A Bolívia é um país de pouco mais de 9 milhões de habitantes, de uma geografia variada, também chamada de país-síntese da América do Sul, pois detém em seu território uma grande variedade de ambientes bastante representativos de toda a região. Há desde planícies – o Chaco – até altiplanos e altíssimas montanhas (como o Illimani, símbolo nacional).

É um país rico em recursos minerais. Foi berço e palco do desenvolvimento de civilizações antigas, como os Huari-Tiahuanaco, que tiveram grande domínio dos Andes Centrais, tendo como centro religioso a cidade de Tiahuanaco, próximo ao lago Titicaca. Entretanto, ao mesmo tempo, é o segundo país mais pobre da América Latina, na frente apenas do Haiti.

A riqueza e a pobreza caminham lado a lado desde sua colonização. Potosí chegou a ser a cidade mais importante das Américas e sinônimo de riqueza. No entanto, a exploração sistemática dos recursos, somada a algumas perdas territoriais, como de Antofagasta para o Chile, do Chaco para o Paraguai e do Acre para o Brasil, a apropriação privada dos bens públicos e a corrupção levaram o país a uma situação bastante delicada, que hoje se materializa nas constantes eclosões sociais. Eduardo Galeano, escritor uruguaio e conhecedor da América Latina, escreveu sobre a Bolívia:

a prata de Potosí deixou uma montanha vazia, o salitre da costa do Pacífico deixou um mapa sem mar, o estanho de Oruro deixou uma multidão de viúvas. Isso, e somente isso, deixaram.

GALEANO, Eduardo. *Agência Carta Maior*. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia\\_=9820](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_=9820)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

A partir dos anos 1980, o gás natural tornou-se uma esperança de desenvolvimento e de distribuição de renda no país. Entretanto, repetiu-se a antiga história de enriquecimento de alguns enquanto a maioria da população vivia uma situação de desemprego, analfabetismo, falta de moradia e assistência médica, fome etc.

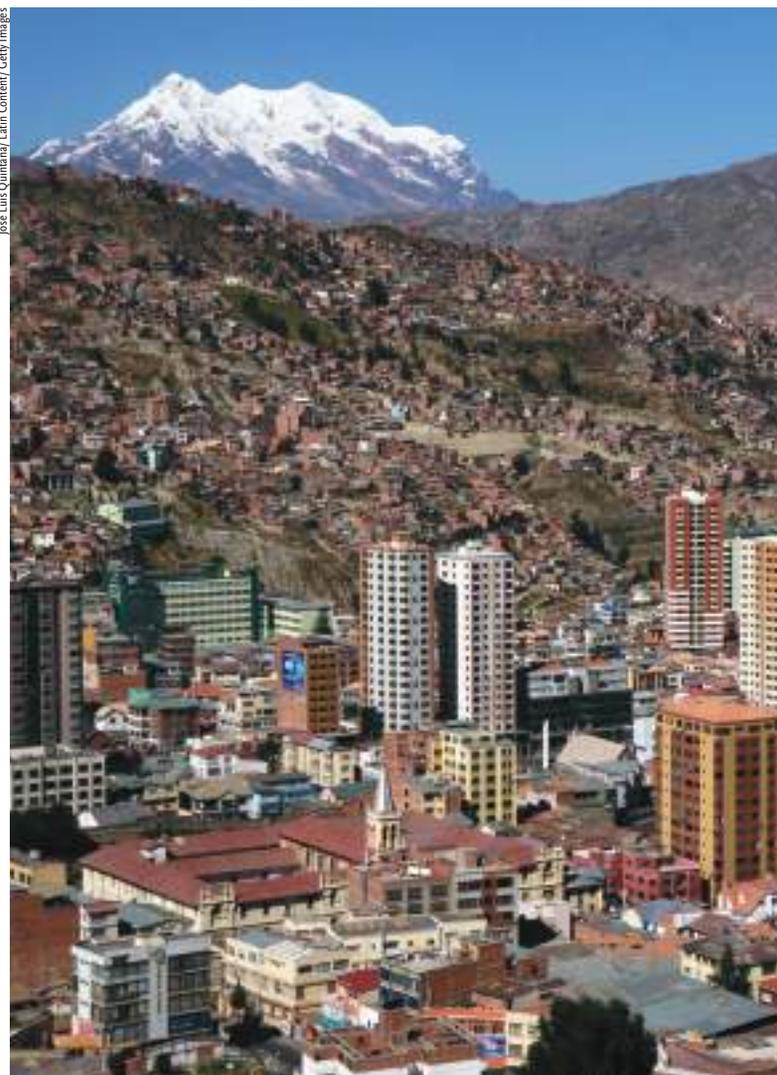
É essa extrema pobreza, em contraposição à riqueza do território, que foi decisiva no processo de contestação que tomou conta do país.

A população camponesa, mineira e indígena se sublevou, revertendo algumas medidas do governo: impediram a exportação de gás natural pelos portos do Chile, rumo aos Estados Unidos; inviabilizaram alguns processos de privatização em curso; bloquearam o aumento de impostos, entre outras ações.

A Bolívia tem uma história complexa, pois viveu a partir dos anos 1950 um momento bastante conturbado do ponto de vista político: golpes de Estado, revoltas e assassinatos de líderes do governo estão entre os acontecimentos desse período.

A partir de 1982, o país viveu uma época de retorno à democracia, que assegurou o direito ao voto, mas não ofereceu condições de vida digna à maior parte da população.

Após 1998, verifica-se a emergência do Movimento ao Socialismo (MAS), que chegou em segundo lugar na campanha presidencial de 2002, com a candidatura



Illimani, montanha-símbolo nacional da Bolívia, que fica bem próxima à capital La Paz, 2012.

de Evo Morales, e conquistou a presidência da República nas eleições de 2005, sendo reeleito em 2009.

Ele é indígena da etnia Aimará e autodidata (em relação à cultura do branco). Vinha de uma trajetória de lutas à frente de um dos setores mais reivindicativos do país: o dos camponeses arruinados com a erradicação do cultivo da folha de coca.

O programa do MAS defende o uso social dos recursos naturais do país por meio da recuperação do poder do Estado, com a nacionalização dos bens naturais e sua exploração estatal e a redistribuição da riqueza gerada pela exploração dos hidrocarbonetos. Defende, ainda, a reforma agrária.

O governo de Morales enfrentou, desde a chegada ao poder, forte resistência dos setores conservadores da sociedade boliviana. Enfrentou também problemas relacionados às contradições entre desenvolvimento econômico e os interesses dos povos indígenas, tanto do ponto de vista ambiental como cultural.

## O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais bolivianos vêm cumprindo um papel-chave para a mudança da história do país. A resistência popular está combinada com a defesa da autonomia no que diz respeito à gestão das riquezas naturais existentes, exploradas por empresas multinacionais. Essa relação sempre foi marcada pela tradição colonizadora presente nas negociações comerciais. Essa história começou a mudar no início do ano 2000, quando se observam algumas vitórias de movimentos sociais, que começaram a reverter a história de opressão a que o povo estava submetido.

Um dos aspectos que caracterizam o movimento social boliviano é sua “indianização”, evidenciada pela forte presença das etnias indígenas no cenário político. Conforme podemos observar nos indicadores do Censo Populacional de 2001, 62% dos bolivianos declararam ter origem nas etnias indígenas, e a maioria se identifica como Quechua e Aimará – etnias com grande presença no país.

A política de autonomia é um dos elementos centrais dos movimentos sociais latino-americanos. Mas o que significa autonomia para esses movimentos? Talvez um dos exemplos mais emblemáticos seja o do movimento zapatista no México, considerado um dos movimentos fundadores das novas práticas sociais, por buscar uma nova forma de organização.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é uma organização político-militar surgida na região de Chiapas, no México, e é constituída principalmente pela população indígena da região. Fez sua primeira manifestação pública em 1º de janeiro de 1994 contra a adesão do país ao



Manifestantes fazem bloqueio com pneus queimados durante protesto em Camiri, cidade ao sul de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2007.

Tratado de Livre-Comércio da América (TLC) – também conhecido como Nafta –, que pressupunha a criação de uma zona de livre-comércio entre Canadá, Estados Unidos e México.

A preocupação central naquele momento era que a adesão mexicana ao tratado significasse a formalização das desigualdades existentes nas relações comerciais entre os países. O comércio de mercadorias entre os Estados Unidos e o México representava então aproximadamente 5% do total das relações comerciais americanas, ao passo que os mexicanos detinham cerca de 70% de suas relações comerciais exteriores com os Estados Unidos.

O EZLN mobilizou a população da região para impedir que a adesão ocorresse e se posicionou claramente contrário ao conteúdo político do tratado. Com isso, se lançou no debate dos novos movimentos sociais latino-americanos, apresentando novas práticas sociais que se diferenciavam significativamente dos movimentos de esquerda existentes até então.

Para os zapatistas, o Nafta não significava a entrada do México no chamado primeiro mundo, como propagandeava o então presidente mexicano. A partir de 1997, foi criada a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), uma espécie de braço civil da luta zapatista, da qual qualquer cidadão mexicano pode participar, desde que não seja filiado a nenhum partido político.

Essa iniciativa tinha como objetivo ampliar o leque de atuação dos zapatistas e, principalmente, abrir espaço à participação de outros setores sociais, possibilitando que a sociedade mexicana se articulasse em torno de seus ideais e princípios organizativos.

Dessa forma, nota-se a necessidade de construir amplas redes de resistência com a sociedade civil com base na interlocução com outras forças políticas, mas privilegiando a construção de uma sociedade autônoma. O levante foi organizado durante mais de dez anos, preparando a população para o enfrentamento com o exército.

O levante indígena entrou na cena dos meios de comunicação, e em poucos dias as notícias sobre a rebelião estavam presentes nos principais jornais internacionais, passando a ser motivo de análises e debates dentro e fora do México. Os zapatistas ocuparam a cidade de San Cristóbal de las Casas e afirmaram que declarariam guerra ao exército mexicano caso o Nafta fosse assinado pelo país.

Eles emitiram a Declaração da Selva de Lacandona, na qual afirmavam que o objetivo do movimento era lutar por trabalho, terra, casa, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz, tendo como uma das lideranças mais importantes o subcomandante Marcos, uma espécie de porta-voz do movimento.

Os combates entre exército e integrantes do EZLN tiveram cifras elevadas de mortos e duraram aproximadamente 15 dias. Vários observadores diplomáticos internacionais foram à região para tentar mediar o conflito.

A questão da autonomia como elemento central das práticas políticas dos zapatistas era a grande novidade que chamou a atenção de outros movimentos sociais e de intelectuais de todas as partes do mundo, que buscavam, de alguma forma, identificar os principais aspectos que poderiam ser aprendidos da experiência do EZLN. Essa autonomia implicava um processo constante de análise das práticas internas do movimento, do modo como se articulam entre si, como tomam as decisões e, principalmente, da relação entre os interesses do movimento e dos indivíduos que o compõem.

Isso significa estar constantemente repensando a atuação, voltada, em primeiro plano, para a história política dessa região, na qual a herança das tradições culturais e políticas dos povos indígenas é muito presente. Na verdade, os zapatistas buscam articular

os aspectos dessas práticas que devem ser recuperados, como a relação de comunidade existente nessas culturas, mas também querem analisar que aspectos dessas tradições merecem ser recriados, conforme as características do tempo presente.

Dentre os aprendizados dessa experiência, podemos destacar a importância da democracia participativa praticada pelos integrantes do movimento e a ação direta articulada por eles, que consistia em uma novidade no cenário político contemporâneo, no qual se verifica uma crise da chamada democracia representativa, organizada sob a forma de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais que se baseiam em uma forma organizativa vertical, ou seja, na qual a hierarquia entre os indivíduos é a marca forte da estrutura.

Submetido às precárias condições de vida, o povo de Chiapas vive a contradição de ser uma terra rica com um povo muito pobre, característica que se repete em vários países latino-americanos, cada um com suas tradições, perspectivas históricas, manifestações culturais e étnicas, relacionadas a sucessivos conflitos políticos e econômicos ao longo da história.

#### PARA REFLETIR

Em grupos, realizem a atividade a seguir.

1. Pesquisem em sua cidade ou região próxima algum movimento social que tenha reivindicações e características semelhantes às dos zapatistas. (Atenção: cada grupo se encarregará de pesquisar um movimento específico e tentará, na medida do possível, não repetir os mesmos movimentos em mais de um grupo)
2. Busquem informações na biblioteca, nos jornais e por meio de entrevistas com moradores sobre a história do movimento e sua relação com a comunidade.
3. Façam um levantamento das condições sociais e econômicas, bem como das características culturais e tradições mantidas pelo movimento.
4. Preparem um seminário para expor o que conseguiram descobrir aos demais alunos da sala.

## ARGENTINA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CRISE ECONÔMICA

No início de 2000, a Argentina atravessou a mais grave crise econômica de toda a sua história. Para um país que já teve uma economia de destaque e um nível social e cultural diferenciado de toda a América Latina, essa situação foi dramática e provocou transformações significativas no país.

A crise econômica foi responsável pelo fechamento de várias empresas e pelo aumento expressivo de desempregados e da população de pobres e miseráveis do país. No entanto, o movimento social argentino foi às ruas e buscou novas formas de se organizar para vencer as adversidades vividas. Dentre os movimentos, destacamos o dos chamados *piqueteros* e o dos *ocupas*, símbolo da resistência do povo argentino.

### Os PIQUETEROS

Movimento de desempregados, os *piqueteros* argentinos ganharam visibilidade pública ao adotarem ações de grande impacto político. Seu objetivo era chamar a atenção

das autoridades públicas e da sociedade civil para suas reivindicações. Dessa forma, muitas vezes, obstruíram estradas e vias de importante circulação.

Diversos grupos de *piqueteros* mantêm uma rede social intensa e desenvolvem atividades nas comunidades nas quais estão inseridos. Desse modo, organizam refeições populares, centros educativos e empreendimentos produtivos, como hortas comunitárias com venda direta, sem intermediários. Também se dedicam à elaboração de artesanatos, tecidos, entre outras atividades, cuja renda é revertida para a própria comunidade.

Essas atividades são organizadas de forma autogestionária e cooperativa, ou seja, para que tenham êxito, necessitam da participação ativa dos membros da comunidade, mesmo que, às vezes, não haja consenso na gestão dos recursos e ocorram discussões internas sobre a autossustentação desses empreendimentos.

## Os OCUPAS

Após a grave crise econômica argentina, muitos trabalhadores que perderam seu emprego por causa do fechamento de fábricas organizaram-se e começaram a ocupá-las para reativar seu funcionamento. Assim surgiu o movimento dos *ocupas*, que fez renascer frigoríficos, indústrias de plástico, têxteis, metalúrgicas, entre outras.

A transição da empresa para o comando dos trabalhadores impunha um conjunto de questões jurídicas e acordos com provedores de matérias-primas ou de mercadorias para que fosse possível obter um mínimo de capital para reiniciar a produção.

Os trabalhadores não estavam acostumados a gerir sua produção e planejá-la, pois essa atividade competia aos empresários ou aos cargos diretivos das empresas. Isso era um desafio ao movimento dos trabalhadores, que passaram a pensar em organizar a produção de forma menos hierarquizada, sem exploração da força de trabalho e sem as tradicionais formas de opressão verificadas nos ambientes de trabalho.

## A GUERRA SUJA

Entre 1976 e 1983, a Argentina viveu um dos momentos mais dramáticos de sua história. Governado por militares, o país passou pela chamada Guerra Suja, responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 30 mil pessoas que contestavam as práticas autoritárias do governo.

Tais práticas incluíam a detenção de supostos opositores e a aplicação de tortura, que visava subjugar física e moralmente os presos para que dessem informações sobre movimentos contrários à ditadura militar.

Essa estratégia utilizada pelos militares argentinos ocorreu também em outros países da América Latina, entre os anos 1960 e 1980, como Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru e Bolívia.

A supressão dos direitos políticos por meio da instalação de uma ditadura fazia com que todos aqueles que se manifestassem contrariamente a algum ato do governo fossem perseguidos e detidos.

Desde 1977, um grupo de mulheres argentinas, conhecido como Mães da Praça de Maio, se reúne uma vez por semana em frente à Casa Rosada – sede do governo argentino – para reivindicar informações sobre seus filhos desaparecidos durante o regime militar.

Levando cartazes com fotos dos filhos desaparecidos e fraldas amarradas na cabeça, símbolo do movimento, essas mulheres ficaram conhecidas internacionalmente pela tenacidade com que reivindicam que os crimes praticados pelos militares não permaneçam impunes.

Algumas as chamam de “loucas”, mas, conforme o escritor Eduardo Galeano afirma: “Essas ‘loucas’ são um exemplo de saúde mental, porque elas se negam a esquecer, em tempos que a amnésia é obrigatória”.



Cinet Pierre-Yves/Rapho/Eyedea Presse/Otherimagepress



Chris Howarth/Alamy/Other Images



© Carlos Carrion/Sigma/Corbis/Contis (DCI)/Latinstock

#### Buenos Aires, Argentina, 2006.

A imagem acima retrata a manifestação das Mães da Praça de Maio, cujo símbolo aparece pintado no chão na segunda imagem. A foto à esquerda apresenta a marcha com fotos de desaparecidos durante o trigésimo aniversário do golpe de Estado de 1976.

### PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

#### LIVRO



#### AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

O autor traça um panorama da realidade da América Latina a partir da colonização até o fim da década de 1970.

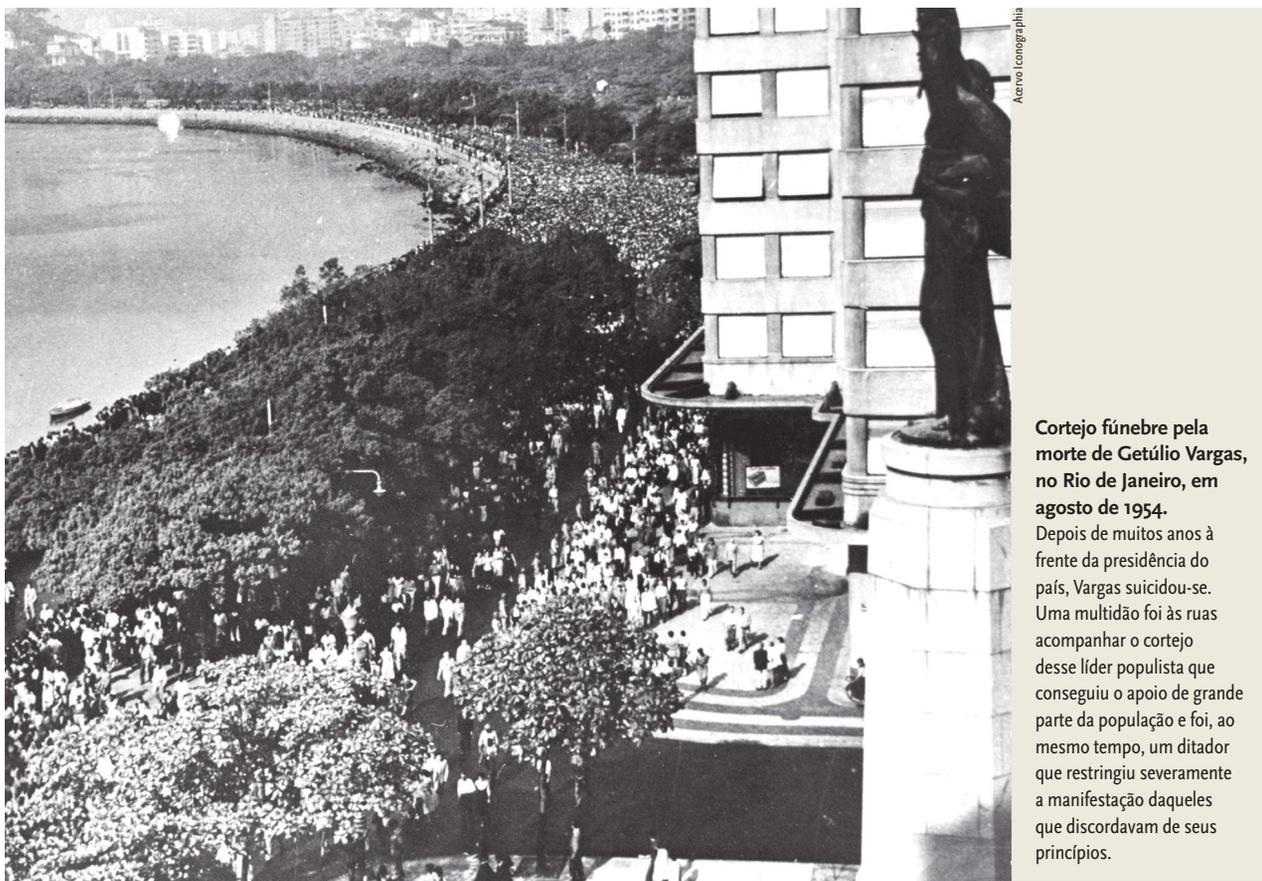
GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

Você já ouviu falar em Getúlio Vargas? Ele foi presidente do Brasil durante quinze anos seguidos e depois ainda por mais quatro anos. Ele é considerado um populista. Você sabe o que significa o termo “populista”?

Seguindo adiante na história de nosso país, o que você sabe sobre os agitados anos 1960, sobre a ditadura militar, o movimento estudantil, a guerrilha e a tortura? Afinal, você sabe o que aconteceu com os brasileiros nesses chamados “anos de chumbo”?

Que lutas mobilizam atualmente sua comunidade? E o Brasil? Neste capítulo, você estudará como tudo isso aconteceu e como o país retomou o caminho da democracia. Será que foi fácil? Foi preciso lutar, protestar, resistir? E votar para presidente? Você acha que sempre foi assim? Não foi. Foi preciso lutar para conquistar esse direito no Brasil.

Talvez algumas das questões feitas anteriormente tenham ficado sem resposta. Estudando este capítulo, você pode conseguir mais respostas. Como dizia uma canção de Geraldo Vandré, composta em 1968: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.



**Cortejo fúnebre pela morte de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em agosto de 1954.**

Depois de muitos anos à frente da presidência do país, Vargas suicidou-se. Uma multidão foi às ruas acompanhar o cortejo desse líder populista que conseguiu o apoio de grande parte da população e foi, ao mesmo tempo, um ditador que restringiu severamente a manifestação daqueles que discordavam de seus princípios.

## DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO: DITADURA E DIREITOS SOCIAIS

Em 1929, ocorreu a campanha presidencial que promoveria a sucessão do paulista Washington Luís. Seguindo a lógica de alternância da política do café com leite, o provável indicado para representar a oligarquia cafeeira nas eleições seria um candidato mineiro.

No entanto, Washington Luís apoiou a candidatura do também paulista Júlio Prestes. Isso fez com que a oligarquia mineira rompesse com os paulistas e apoiasse a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Formou-se então a chamada Aliança Liberal, que reunia políticos mineiros, gaúchos e também paraibanos, sob a liderança do governador da Paraíba, João Pessoa, que seria o candidato à vice-presidência na chapa de Vargas.

Pela primeira vez, rompia-se com a política do café com leite e articulava-se uma candidatura que defendia a criação de mecanismos de incentivo à industrialização e não somente à agricultura. Propunha-se também a criação de leis que fundamentassem os direitos dos trabalhadores, como o direito a férias e à aposentadoria.

A candidatura Vargas recebeu também o apoio da maioria dos tenentes que durante a década de 1920 lutaram contra a corrupção e o caráter oligárquico da Primeira República.

As eleições ocorreram em março de 1930, e Júlio Prestes, candidato da oligarquia cafeeira, foi o vencedor.

A partir de então, parte da Aliança Liberal começou a articular um golpe de Estado para depor Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. Uma das alegações para isso era a fraude eleitoral, muito frequente na Primeira República.

Em julho de 1930, João Pessoa, presidente da Paraíba (era assim que se chamava na época o governador) e aliado de Vargas, foi assassinado por um inimigo político local. Embora o caso não tivesse relação direta com as eleições presidenciais, foi usado como motivo para iniciar um movimento revolucionário contra a oligarquia cafeeira.

Em outubro de 1930, ocorreram as operações militares que levariam Vargas ao poder. O líder tenentista Juarez Távora conseguiu o controle da Paraíba e de Pernambuco. Ganhando cada vez maior apoio político e força militar, os revolucionários conseguiram forçar a renúncia de Washington Luís antes de marcharem para tomar São Paulo. A renúncia ocorreu em 24 de outubro de 1930 e, em 3 de novembro, Getúlio Vargas chegou à Presidência do Brasil, sendo então retirado o direito do candidato vitorioso nas eleições, Júlio Prestes, de assumir o cargo de presidente.

Com isso, encerrou-se a Primeira República, ou República Velha, marcando o fim do poder dos cafeicultores no controle político do país.

Fundação Getúlio Vargas/CPDOC



Tropas militares revolucionárias em Alegrete (RS), 1930.

Uma vez no poder, Getúlio Vargas começou a criar condições para impulsionar o desenvolvimento da indústria e instituir leis trabalhistas. Para isso, criou o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria. Ao mesmo tempo, limitou a atuação dos sindicatos.

A partir de então, haveria um único sindicato para cada categoria, que deveria ser reconhecido pelo Estado. Realizou também uma reforma eleitoral, introduzindo o voto feminino.

### As sufragistas

As sufragistas (do francês *suffragettes*) foram as primeiras ativistas do feminismo e da luta por direitos iguais. Elas lutaram pelo direito de voto (sufrágio) ainda no século XIX. Inspiradas no ideário iluminista da Revolução Francesa, as mulheres iniciaram um movimento pelo direito de participar da vida política e do processo democrático. Iniciado na Europa e nos Estados Unidos, tal movimento ganhou adeptas em muitos outros países, como o Brasil. Em 1832, a potiguar Nísia Floresta (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto), publicou a obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, sob influência da feminista inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797). Por isso, é considerada por muitos como a precursora do feminismo na América Latina.

Nas primeiras décadas do século XX, outras ativistas destacaram-se, como a paulista Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1922) e representante brasileira na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, fundada em 1920, em Washington (Estados Unidos). Em 1932, com o Código Eleitoral Provisório, as mulheres obtiveram o direito ao voto, mas ainda de forma restrita, já que só as casadas poderiam votar (com autorização dos maridos), além das viúvas e das solteiras com renda própria. A partir de 1934, as mulheres brasileiras conquistaram o pleno direito ao voto e Lutz foi eleita suplente de deputado federal, perdendo o mandato em 1937, com o golpe do Estado Novo.

Em 1933, foram eleitos 214 deputados que comporiam a Assembleia Constituinte, cuja finalidade era redigir a nova Constituição do país.

Finalizada em julho de 1934, essa Constituição ampliava o poder do governo federal e reduzia o poder dos estados. Além disso, fixava um salário mínimo e determinava a jornada máxima de oito horas de trabalho por dia. Por fim, a Constituição definiu que Vargas permaneceria na Presidência até 1938, quando ocorreriam as eleições diretas para presidente.

Antes que as eleições fossem realizadas, contudo, Vargas impôs um novo golpe que lhe permitiu governar com poderes ditatoriais. Esse período, entre 1937 e 1945, foi denominado Estado Novo. Mas devemos perguntar: Quais eram os objetivos de Vargas? Contra o que estava lutando? O que ameaçava seu projeto de governo?

Em 1935, o Brasil convivia com a ascensão do nazismo na Alemanha, com Adolf Hitler, e do fascismo na Itália, com Benito Mussolini. Vargas manteve vários acordos de cooperação com os alemães e foi acusado de ser favorável ao pensamento nazista.

Muitas propostas e reformas do governo Vargas estavam fundamentadas na doutrina corporativista, uma das bases do pensamento fascista italiano. Buscava-se a harmonização das relações entre capital e trabalho. Acreditava-se que a intervenção do Estado poderia resolver os conflitos entre trabalhadores e patrões e promover o bem-estar social.

Em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado, foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB). De orientação nazifascista, pretendia introduzir no Brasil as diretrizes políticas presentes na Alemanha e na Itália. Seus integrantes defendiam a construção de um Estado forte, limitando a atuação dos partidos políticos. Seu principal lema era “Deus, pátria e família”. Tratava-se da defesa de um regime totalitário, nacionalista e anticomunista.

Em oposição ao integralismo surgiu, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular antifascista, que congregava setores de várias correntes ideológicas, como democratas, comunistas, operários e intelectuais, e que foi constituída a partir do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A ANL defendia um amplo programa de reformas políticas e sociais, como a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização

de empresas estrangeiras, a reforma agrária, a defesa das liberdades individuais e a constituição de um governo popular. Luís Carlos Prestes, que estava diretamente relacionado à Internacional Comunista e vivia em Moscou, foi aclamado presidente de honra da organização. Em 1935, Prestes retorna ao Brasil clandestinamente, com instruções para instaurar um governo revolucionário no país.

O movimento ocorreu em 1935 e ficou conhecido como Intentona Comunista. Em Natal, no Rio de Janeiro e no Recife rebentaram levantes que pretendiam derrubar os governos locais para depois o movimento ganhar força e tomar o poder federal.

O objetivo era instituir um Estado revolucionário de orientação comunista. Entretanto, a falta de coesão dos levantes, a falta de apoio popular e a pouca força militar para enfrentar as forças legais impôs a derrota ao movimento. Seus líderes foram presos e considerados inimigos do Estado.

Em 1936, surgiram os primeiros candidatos à Presidência, mas Vargas não apoiou nenhum deles, nem mesmo o líder integralista Plínio Salgado. Pouco disposto a abandonar o poder, Vargas articulou um golpe de Estado em 1937. Afirmou existir um plano revolucionário comunista, que ficou conhecido como o Plano Cohen. Um

integralista (Cohen) teria sido visto datilografando uma mensagem que denunciava a existência do plano. Os integralistas estariam propondo em seu boletim formas de resistir a um possível levante comunista. A fabricação desse fato pelo governo Vargas foi o pretexto para suspender as eleições, fechar o Congresso Nacional e outorgar uma nova Constituição. A ameaça comunista foi usada por Vargas como motivo para instituir no país um governo ditatorial, no qual todos os opositores do governo seriam perseguidos.

Somente em 1945 terminaria o chamado Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas. Após a vitória dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e a queda dos regimes totalitários na Europa, tornou-se insustentável o regime ditatorial de Vargas. Um grande movimento nacional começou a exigir a volta da democracia e das eleições presidenciais.

Em 1945, quando se realizariam as eleições presidenciais, temia-se um movimento que articularia a manutenção de Vargas no poder. Diante disso, com o apoio dos Estados Unidos, a oposição a Vargas organizou o golpe que o depôs da Presidência em outubro daquele ano.

Garantidas as eleições presidenciais, Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio, foi eleito presidente da República pelo Partido Social Democrático (PSD), fundado com o apoio de Vargas. Mesmo sendo deposto, Vargas ainda estaria muito presente na política brasileira. Em 1950, após o fim do governo Dutra, seria a vez de Vargas ser eleito pelo voto direto para a Presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



Campanha de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais de 1950.

Os textos a seguir abordam as relações de trabalho na Era Vargas. Leia-os com atenção e responda às questões.

### Texto 1

#### Anos de Incerteza (1930-1937) Política Social

A Revolução de 1930 colocou na ordem do dia a necessidade de se pôr em prática uma nova política social no país. A criação do Ministério do Trabalho, menos de um mês depois da vitória do movimento revolucionário, indicava a disposição do Governo Provisório de alterar os rumos da política trabalhista, previdenciária e sindical até então adotada pelos governos da Primeira República. Na avaliação de membros do governo revolucionário, chegara o momento de abandonar a postura vacilante e defensiva dos governos anteriores frente à questão social e estabelecer um novo tratamento para um problema que voltava a preocupar as autoridades. A crise econômica continuava a ceifar empresas e empregos; eclodiam greves e manifestações contra a fome em importantes cidades, ao mesmo tempo que crescia a ação sindical. O Governo Provisório tinha consciência de que era necessário fazer algo mais do que reprimir as manifestações operárias a bala e suspender as comemorações do 1º de maio de 1931.

O primeiro ministro do Trabalho, nomeado quando da criação do ministério, foi Lindolfo Collor. A ele coube colocar em andamento um conjunto de medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. [...]

[...] foram inúmeras as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as relações de trabalho no país. Entre as mais importantes, pode-se destacar a nova Lei de Férias; o novo Código de Menores; a regulamentação do trabalho feminino e o estabelecimento de convenções coletivas de trabalho. Esse conjunto de medidas esbarrou, muitas vezes, na resistência de setores do empresariado, preocupados com a crescente intervenção do Estado nas relações de trabalho.

No campo da assistência social, o governo também introduziu importantes mudanças. Ao lado das Caixas de Aposentadoria e Pensões (que vinham desde a década de 1920), foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos controlados pelo Estado, responsáveis pela extensão de direitos sociais a categorias nacionais de trabalhadores. Durante a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos etc. [...]

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC). Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_politica\\_social.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_politica_social.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2008.

### Texto 2

#### Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) Direitos sociais e trabalhistas

A Constituição de 1937 fixou as diretrizes da política social e trabalhista que seria implementada no Estado Novo. Foram confirmados direitos trabalhistas já fixados na Constituição de 1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, e foi também mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores. [...] A greve e o *lock-out* [paralisação de uma empresa promovida pelo próprio patrão, geralmente com o objetivo de exigir algo do governo] foram proibidos, pois passaram a ser considerados recursos “antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.

O salário mínimo foi regulamentado em abril de 1938, devendo corresponder às necessidades básicas de um trabalhador. Já a nova organização sindical foi definida em detalhes pelo Decreto nº 1.402, de julho de 1939. Foi dada uma feição ainda mais centralizada à estrutura sindical, uma vez que se eliminaram as centrais que reuniam diferentes categorias profissionais por município ou região em favor de uma organização de caráter vertical, em que os sindicatos de cada categoria convergiam para as federações estaduais e confederações nacionais. Ao mesmo tempo, o governo tratou de dar garantias de sobrevivência aos sindicatos através da instituição de uma contribuição sindical compulsória – o imposto sindical, criado em 1940, correspondente a um dia de salário, pago ao sindicato por trabalhadores sindicalizados ou não. A medida possibilitou a constituição e a manutenção de sindicatos de “fachada”, que passavam a não depender mais da contribuição

voluntária dos associados. O governo se utilizou de muitos desses sindicatos e de seus dirigentes, os chamados pelegos, para fortalecer sua base sindical. Outra regulamentação importante feita durante o Estado Novo foi a da Justiça do Trabalho, finalmente inaugurada em 1º de maio de 1941, na gestão do ministro Valdemar Falcão.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

### Texto 3

#### Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada por decreto de 1º maio de 1943, representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida no país após a Revolução de 1930.

[...] Constituindo um código de considerável abrangência, tratou minuciosamente da relação entre patrões e empregados e estabeleceu regras referentes a horários a serem cumpridos pelos trabalhadores, férias, descanso remunerado, condições de segurança e higiene dos locais de trabalho etc. A anotação dos contratos de trabalho deveria ser feita na carteira de trabalho, instituída em 1932 e reformulada quando da aprovação da CLT.

A promulgação da CLT conferiu grande prestígio popular ao regime e em particular a Getúlio Vargas, que fortaleceu sua imagem de protetor da classe trabalhadora. Nos anos que se seguiram ao fim do Estado Novo, a CLT passou por sucessivas reformas e ampliações. Seu corpo básico, contudo, continua em vigência até os dias de hoje.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/CLT](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/CLT)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

1. Organize uma lista com as mudanças adotadas pelo governo Vargas no que se refere às relações entre capital e trabalho.
2. Os sindicatos tiveram maior liberdade de atuação com as reformas impostas por Vargas? Por quê?
3. De que maneira essas reformas e medidas trabalhistas se relacionam com seu cotidiano profissional nos dias atuais? Esses direitos ainda existem? Você se beneficiou com esses direitos? O que mudou?
4. Levando em consideração a resposta anterior, reúna-se com alguns colegas e discutam o significado da CLT nos dias atuais. Para tanto, consultem a atual CLT e verifiquem o que mudou e o que ainda persiste. Discutam também em que medida vocês são respaldados pela CLT. Para consultar uma versão atualizada da CLT, você pode acessar o *site* do Ministério do Trabalho: <[www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto-Lei/Del5452.htm)>.

## O POPULISMO DE VARGAS A JANGO

Uma das características do populismo é o estreito relacionamento do governante com o povo, buscando o respaldo, a aprovação e mesmo a comoção popular. Nessa forma de governar não se fala em nome de um programa partidário nem de uma classe social, mas sim em nome de um governante que se julga capaz de atender às demandas da população pela sua força individual.

O político se transforma nesse contexto em um líder carismático que atrai o apoio popular. Será que atualmente ainda há esse tipo de prática política em nosso dia a dia? Você conhece algum exemplo?

Pode-se considerar que no populismo

o chefe do Estado passaria a atuar como um árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada por interesses dominantes, deveria contar agora com um novo parceiro – as massas populares urbanas – e a representação das massas nesse jogo estaria controlada pelo próprio

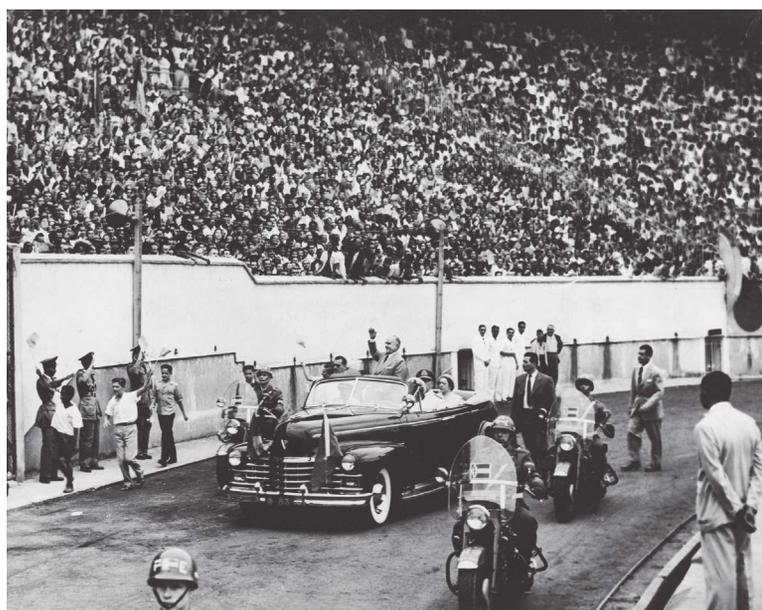
chefe do Estado. Nas funções de árbitro, Getúlio Vargas passou a decidir em nome dos interesses de todo o povo, tendendo, até mesmo, a optar por determinadas alternativas que despertavam menor resistência ou maior apoio popular.

ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 4.740. v. IV.

Getúlio Vargas chegou a ser chamado de o “pai dos pobres”, por ter criado a legislação trabalhista e outras leis que melhorariam a vida do trabalhador. As propagandas empreendidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) contribuía para que a população cultuasse essa imagem de Vargas.

Isso era feito como uma estratégia de governo, ou seja, o Estado investia no culto à personalidade de Vargas. Grandes quantias de dinheiro público eram gastas para glorificar o presidente.

Na imagem da direita, em comício realizado no estádio do Pacaembu, em São Paulo, é possível ver, ao fundo, uma faixa em que Vargas é saudado como *o comandante do Brasil em guerra*. O Dia do Trabalho, uma data para lutar pelos direitos dos trabalhadores, foi transformado em uma data para homenagear o líder Vargas.



Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio de 1951 no estádio do Vasco da Gama, na capital carioca.

O slogan “Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado” refere-se ao contexto em que o sindicalismo havia sido atrelado ao Estado e os trabalhadores não deveriam fazer greves ou protestar contra o governo.



Concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembu, São Paulo (SP), 1944.

Em 1950, Vargas foi eleito presidente do Brasil pelo voto direto. Em estilo populista, logo após a vitória, realizou uma festa para 120 mil pessoas no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Artistas e jogadores foram convidados para prestigiá-lo no evento.

Em seu projeto de governo, pretendia alavancar o desenvolvimento industrial e aprofundar as reformas trabalhistas, estendendo os direitos dos trabalhadores urbanos para o campo.

Em 1953, após muitas discussões no Congresso, a Petrobras foi criada com a finalidade de ampliar a pesquisa, a refinação e o comércio de petróleo no país, que se tornaria monopólio do Estado. Com isso, ganhou força seu projeto nacionalista, que pretendia desenvolver a indústria nacional.

Em 1954, contudo, um grave episódio mudou os destinos do governo Vargas. O jornalista Carlos Lacerda, que fazia oposição a Vargas, sofreu um atentado e foi ferido no pé. Com ele, estava o major-aviador Rubens Vaz, que morreu vítima de disparos de arma de fogo. Lacerda responsabilizou Vargas pelo atentado, e os líderes dos partidos de oposição já tentaram votar no Congresso Nacional o afastamento do presidente.

Após a descoberta de que um membro da guarda presidencial havia sido o mandante do crime, a situação tornou-se insustentável. A oposição incriminou diretamente o presidente, mesmo não sendo possível provar sua participação no episódio. Seu governo foi acusado também de corrupção, que envolvia até mesmo seu filho, Manuel Vargas.

Diante disso, em 24 de agosto de 1954, Vargas suicidou-se. Sua decisão teve grande repercussão e colocou parte da população contra os que o acusavam, pois a oposição teria exercido pressão excessiva sobre o presidente.

Com a morte de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu a Presidência. Em 1955, foi a vez de o mineiro Juscelino Kubitschek ser eleito presidente.

Juscelino Kubitschek (que ficou conhecido pelas iniciais JK) e o vice-presidente eleito, João Goulart, eram considerados populistas herdeiros da política varguista. Goulart, eleito pelo PTB, havia sido ministro do Trabalho de Vargas. Um dos objetivos de Kubitschek era ampliar as bases para o desenvolvimento industrial brasileiro. Para isso, criou o Plano de Metas, que tinha como lema “50 anos em 5”. Pretendia realizar investimentos nas áreas de educação, tecnologia, transportes, energia e produção de alimentos. JK construiu uma nova capital, Brasília. Esta seria uma forma de desenvolver economicamente a região central do país.

Além disso, criou e pavimentou muitas estradas e estabeleceu o plano para a instalação da indústria automobilística no Brasil. Até então existiam carros montados no país, mas não fabricados aqui. Em 1956, foi apresentado o primeiro veículo fabricado no Brasil, um DKW-Vemag.



Automóvel DKW-Vemag na Exposição de Automóveis, 23 de julho de 1956.



Primeira sede da Volkswagen, em um galpão alugado na rua do Manifesto, bairro do Ipiranga, São Paulo (SP), 1953. A montagem de veículos começou em 23 de março de 1953.

No fim do governo JK, o país tinha alcançado significativo desenvolvimento econômico, mas também aumentado consideravelmente sua dívida externa e os índices de inflação.

Em 1960, ocorreriam as eleições sucessórias de JK. Na chapa PSD-PTB, que daria continuidade ao governo JK, foi lançado o nome do marechal Henrique Teixeira Lott, que havia sido ministro de JK. Em oposição a ele, foi candidato o governador populista de São Paulo, Jânio Quadros, pela União Democrática Nacional (UDN).

O carisma de Jânio diante da população se construía por seus hábitos singulares, como usar os cabelos despenteados, roupas amassadas e até mesmo sacar sanduíches do bolso em meio a um comício. Seu discurso voltava-se contra a corrupção e ele usava uma vassoura para simbolizar que esse mal seria varrido de seu mandato.



Campanha de Jânio Quadros para a Presidência da República, 1960.



Jânio Quadros condecora Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Brasília, agosto de 1961.

Nessa época, a legislação permitia o voto separado para presidente e vice-presidente. Jânio Quadros venceu as eleições de 1960. Mas para vice-presidente venceu novamente João Goulart, candidato de oposição a Jânio e aliado de JK. A dupla ficou conhecida como Jan-Jan (Jânio e Jango), ambos com forte apoio popular. No entanto, não havia nenhuma articulação política entre eles.

O governo de Jânio Quadros foi marcado por controvérsias. Ele tomou medidas para colocar em prática seu discurso de campanha, que pretendia varrer a corrupção. Tentou acabar com regalias de funcionários públicos e moralizar a administração pública. Fazia visitas-surpresa a repartições públicas para verificar pessoalmente o andamento do trabalho. Algumas de suas medidas foram polêmicas, como proibir as brigas de galo e as propagandas em cinemas. Na política externa, procurou aproximar-se dos países socialistas e condecorou o líder revolucionário de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, o que provocou a reação dos adversários do comunismo, no contexto da Guerra Fria.

Em agosto de 1961, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, acusou Jânio de querer realizar uma reforma constitucional para reduzir o poder do Congresso Nacional e ampliar o poder do Executivo. Afirmava que Jânio fecharia o Congresso provisoriamente para reformar a Constituição. A denúncia provocou uma grave crise política, ampliada pela falta de apoio dos militares ao presidente. Ele também tinha perdido o apoio popular por ter congelado os salários e desvalorizado a moeda. Nesse contexto, no dia 25 de agosto,

Jânio Quadros decidiu renunciar ao cargo de presidente. Supõe-se que ele esperava que a população pedisse seu retorno, o que não aconteceu.

João Goulart era seu sucessor natural, mas não tinha a simpatia dos militares e de alguns setores políticos que temiam a radicalidade de suas propostas. Para assumir o cargo, teve de aceitar a mudança do sistema presidencialista para o sistema parlamentarista, ou seja, o poder do presidente seria reduzido e transferido para o Congresso Nacional, que elegeria o primeiro-ministro.

As primeiras propostas do governo Goulart foram o aumento regular de salários, a nacionalização de subsidiárias estrangeiras e as reformas de base, que consistiam em medidas que reorganizariam a estrutura econômica e social do país. Dentre as medidas polêmicas, destacam-se a realização de uma reforma agrária e o controle de remessa de lucros ao estrangeiro pelas empresas multinacionais.

Em janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito para decidir se a população defendia a continuidade ou não do sistema parlamentarista. Venceu o não e Goulart voltou a governar no sistema presidencialista.

Com a resistência do Congresso Nacional em aprovar as reformas de base, em 13 de março de 1964 ocorreu no Rio de Janeiro o Comício das Reformas, que, além da reforma agrária, propunha uma reforma da Constituição, das universidades e do sistema eleitoral.

Entretanto, desde o início de 1964, já estava em curso a preparação de um golpe militar com o apoio dos Estados Unidos para derrubar o presidente Jango, que cada vez mais recebia o apoio de partidos e organizações de esquerda. Para os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, o risco de o Brasil se aproximar dos países comunistas era grande e, por isso, incentivaram o golpe para conter essa possibilidade.

Em 31 de março de 1964, iniciaram-se manobras militares que deporiam Goulart no dia seguinte. Sem o apoio dos militares, o presidente não teve outra opção senão deixar o governo e se dirigir para Montevidéu, capital do Uruguai, onde pediu asilo político. Esse foi o fim do período democrático, iniciando-se um novo período de ditadura, que se estenderia até 1985.



Comício das Reformas, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em defesa das reformas de base do governo João Goulart, em 13 de março de 1964.

## A DITADURA MILITAR: RESISTÊNCIA E LUTA PELA CIDADANIA

Em 11 de abril de 1964, o general Humberto Castelo Branco foi eleito presidente pelo Congresso Nacional. Antes disso, no entanto, foi publicado o **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**, que permitia ao Executivo exonerar funcionários públicos e detentores de mandatos políticos que ameaçassem o que se denominava segurança nacional. Em verdade, pretendia-se afastar da vida pública todos aqueles que fossem considerados comunistas. Castelo Branco governaria até 1966, quando haveria novas eleições presidenciais, mas não foi isso que ocorreu.

### GLOSSÁRIO

**Atos institucionais:** decretos emitidos no Brasil durante a ditadura militar. Os objetivos eram legitimar e legalizar as ações políticas do governo, que se autoconcedia diversos poderes extraconstitucionais.

A chamada “linha dura” do Exército, liderada pelo ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, defendia a instalação de um governo militar forte e autoritário por mais tempo. Entre 1964 e 1966 foram se constituindo também os instrumentos para perseguir os opositores do regime. Mais de 2 mil pessoas passaram por inquéritos que investigaram sua conduta e pensamento.

Além disso, outros 2 mil funcionários públicos foram demitidos por não se alinharem ao regime ditatorial. Diretores de sindicatos foram depostos e professores universitários, compulsoriamente aposentados.

Em 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) extinguiu os partidos políticos existentes, criando o bipartidarismo, ou seja, a partir de então só seria permitida a existência de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O primeiro representaria a situação e o segundo, a oposição. Já as eleições presidenciais se tornaram indiretas, ou seja, o presidente seria eleito por um colégio eleitoral formado pelo Congresso Nacional. Em 1966, o AI-3 tornou as eleições para governadores indiretas, e os prefeitos das capitais passaram a ser indicados pelos governadores.

Em 1967, foi promulgada uma nova Constituição, que fortaleceu o Poder Executivo e ratificou as medidas tomadas anteriormente. Essa Constituição definiu também o que seria segurança nacional, autorizando o governo a reprimir qualquer iniciativa que fosse contrária à manutenção do Estado militar.

Qualquer infração ou manifestação cultural contrária à ordem social estabelecida poderia ser reprimida. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei de Imprensa, que previa a censura aos meios de comunicação.

Ainda no mesmo ano, o general Costa e Silva assumiu a Presidência. Como representante da linha dura do Exército, foi responsável pela intensificação da repressão aos opositores do regime. Para tanto, em dezembro de 1968, Costa e Silva anunciou o mais famoso dos atos institucionais, o AI-5.



**São Paulo (SP), em 3 de julho de 1968.**  
No Largo São Francisco, junto à Faculdade de Direito, estudantes, professores, artistas, intelectuais e alguns padres protestam contra as prisões políticas.

## LER TEXTO CIENTÍFICO II

### AI-5, o mais duro golpe do regime militar

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 [...]. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

O ano de 1968, “o ano que não acabou”, ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrou-se como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades. O radicalismo jovem pode ser bem expresso no lema “é proibido proibir”. Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a linha dura providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição.

Também no decorrer de 1968, a Igreja começava a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos, e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar visando a um retorno à política nacional e ao combate à ditadura. A marginalização política que o golpe impusera a antigos rivais – Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart – tivera o efeito de associá-los, ainda em 1967, na Frente Ampla, cujas atividades foram suspensas pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, em abril de 1968. Pouco depois, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, reintroduziu o atestado de ideologia como requisito para a escolha dos dirigentes sindicais. Uma greve dos metalúrgicos em Osasco, em meados do ano, a primeira greve operária desde o início do regime militar, também sinalizava para a linha dura que medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas para controlar as manifestações de descontentamento de qualquer ordem. Nas palavras do ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, o governo precisava ser mais enérgico no combate a “ideias subversivas”. O diagnóstico militar era o de que havia “um processo bem adiantado de guerra revolucionária” liderado pelos comunistas.

A gota-d’água para a promulgação do AI-5 foi o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares do 7 de Setembro e para que as moças, “ardentes de liberdade”, se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã* considerados provocações. O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram “ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis”. O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político, entrecortados pela visita da rainha da Inglaterra ao Brasil, e no dia 12 de dezembro a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte, foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. No mesmo dia, foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado – só em outubro de 1969, o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal. O AI-5 não só se impunha como um instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção de modelo econômico em que o crescimento seria feito com “sangue, suor e lágrimas”.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

1. Em que contexto o AI-5 foi instaurado? Havia resistência ao governo militar?
2. Quais foram as medidas mais importantes do AI-5?
3. Por que o AI-5 aprofundou a ditadura e impediu a democracia?

### **Tropicalismo e canção de protesto**

O Movimento Tropicalista, ou Tropicalismo, surgiu no fim da década de 1960, em pleno regime militar. Era um movimento cultural que misturava manifestações tradicionais da cultura brasileira com propostas inovadoras, sob a influência estética das vanguardas e da cultura *pop* mundiais. O Tropicalismo manifestou-se pela música (Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto, Tom Zé), pelo teatro (José Celso Martinez Corrêa), pelas artes plásticas (Hélio Oiticica) etc.

Como o Brasil vivia um governo autoritário, alguns críticos consideravam os tropicalistas como alienados, por não fazerem uma música engajada politicamente. No entanto, para os artistas do movimento, a contestação dos padrões artísticos e valores sociais já demonstrava uma luta revolucionária. Sem necessariamente produzirem uma arte engajada, como as “canções de protesto”, os tropicalistas questionaram os costumes da época e acabaram perseguidos pela censura, que levou alguns de seus representantes ao exílio.

**Pra não dizer que não falei das flores**

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição  
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Geraldo Vandré. © 1968 Fermata do Brasil/Editora Música Brasileira Moderna Ltda.

1. Qual é o tema da canção de Geraldo Vandré?
2. Você sabe quem foi Geraldo Vandré, o autor dessa canção? Faça uma pesquisa e redija uma pequena biografia com algumas informações sobre ele.
3. Que relações você pode fazer entre a história de vida do autor e o conteúdo dessa canção?
4. Que relações você pode fazer entre a canção e o ano em que foi composta?
5. Pode-se afirmar que essa canção estimulava a resistência à ditadura? Explique.

## A ABERTURA E O RESTABELECIMENTO DA DEMOCRACIA

A partir de outubro de 1969, após o afastamento por doença e a posterior morte de Costa e Silva, o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República.

A dura repressão não impediu que a resistência se organizasse. Em setembro de 1969, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado pelos militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e pela Aliança Libertadora Nacional (ALN). Para libertar o embaixador, eles exigiram a libertação de presos políticos. Na época, existia também o que se denominou luta armada, ou seja, a formação de grupos de guerrilheiros que se preparavam para o confronto armado contra a ditadura militar.

Um de seus líderes, Carlos Marighella, foi morto por policiais em São Paulo, em 1969. Havia ainda a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca. O objetivo desse grupo era arrecadar fundos e organizar a luta armada contra o governo ditatorial. Para isso, planejaram assaltos a três agências bancárias em São Paulo, em 1969, e criaram um campo de treinamento para a guerrilha no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. Em 1971, Lamarca foi morto na Bahia.

Uma das formas de o governo ditatorial reprimir e obter informações sobre as atividades de resistência era a tortura. Estudantes, políticos, artistas, dirigentes sindicais e qualquer pessoa que fosse suspeita de atuar contra a ditadura militar poderia ser presa e submetida à tortura no Departamento de Ordem Política e Social (Deops), como aconteceu com o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog. Em 1975, ele foi convocado para depor no Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e acusado de subversão. No mesmo dia, apareceu morto em uma cela do local. Conforme essa instituição, ele teria se suicidado, mas a oposição protestou, acusando o governo de tê-lo torturado e assassinado.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência, afastando-se da linha dura do Exército. Durante o governo Geisel, iniciou-se uma transição para a volta do regime democrático. As dificuldades econômicas vividas pelo país, as denúncias cada vez mais frequentes de casos de tortura e a pressão de vários setores pelo retorno da democracia, inclusive da Igreja Católica, impulsionaram tal processo.

A partir de meados da década de 1970, o movimento estudantil e o movimento operário também começaram a se reorganizar. Em 1978 e 1979, ocorreram várias greves do setor metalúrgico no estado de São Paulo.

Em outubro de 1978, com a revogação do AI-5 pelo Congresso Nacional, iniciou-se o processo de abertura política. Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, que permitia a volta ao país de muitos exilados políticos, mas não daqueles que haviam participado

### Movimento negro

Durante o período ditatorial, o movimento negro, surgido na primeira metade do século XX, foi desarticulado pela propaganda oficial da “democracia racial”. Os militares consideravam os ativistas como antipatrióticos, pois estariam imitando os militantes dos movimentos raciais dos Estados Unidos, como o Black Power e os Panteras Negras, e os líderes Martin Luther King e Malcolm X.

A luta contra a discriminação racial e por direitos iguais foi rearticulada nos anos 1970. Em 1978, após um ato preconceituoso contra quatro jovens negros em um clube desportivo paulistano, foi fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), despertando debates sobre a questão da desigualdade racial e da discriminação. A legislação brasileira já abordava o racismo desde 1951, com a Lei Afonso Arinos, mas apenas com a Constituição de 1988 ele passou a ser considerado crime.

Com a redemocratização, o tema da discriminação racial ganhou espaço e as políticas de ações afirmativas integraram não apenas a agenda dos movimentos dos afrodescendentes, mas também as ações públicas oficiais, como as realizadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003. Como informa o *site* oficial:

“A Seppir utiliza como referência política o programa Brasil sem Racismo, que abrange a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais. A criação da Seppir reafirma o compromisso com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados.”

Fonte: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <[www.seppir.gov.br/sobre](http://www.seppir.gov.br/sobre)>. Acesso em: 3 dez. 2011.

das guerrilhas. Em dezembro do mesmo ano, foi restabelecido o pluripartidarismo, sendo permitida a criação de novos partidos políticos e extintos a Arena e o MDB.

Ainda em 1979, Geisel seria substituído por João Batista Figueiredo, o último presidente militar, que governou o país até março de 1985.

Pouco antes, em 1984, uma grande campanha nacional, denominada Diretas Já, após dezenas de passeatas e comícios, culminou com uma imensa manifestação no dia 25 de janeiro, no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. Reuniu mais de 1,5 milhão de pessoas, que lutavam pela aprovação de uma emenda constitucional que restabelecesse as eleições diretas para presidente no próximo mandato.

O Congresso Nacional, apesar da grande mobilização popular, rejeitou a emenda, e as eleições de 1985 foram indiretas. Disputaram Paulo Maluf, pelo Partido Democrático Social (PDS), e Tancredo Neves, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Vitorioso, Tancredo não assumiu o cargo por causa de uma doença que se agravou e o levou à morte; em seu lugar tomou posse o vice-presidente José Sarney.

Com o fim do período autoritário, foi elaborada uma nova Constituição para o Brasil. Buscou-se que ela refletisse as conquistas políticas e sociais das lutas pela redemocratização.

A Constituição Federal de 1988 assegura garantias constitucionais, visando garantir os direitos fundamentais e permitir a participação do Poder Judiciário em situações em que tais direitos forem ameaçados. Por exemplo, a Constituição qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o Estado democrático e a ordem constitucional.

Com a volta de um civil à Presidência, o fim da tortura, o restabelecimento da liberdade de imprensa, o pluripartidarismo e a anistia, o país havia voltado à democracia no plano formal.

As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram em 1989, quando Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

### **Os povos indígenas na Constituição de 1988**

O princípio da igualdade promoveu uma série de determinações sobre os direitos dos povos indígenas, como vemos nos artigos a seguir da Constituição:

[...]

Art. 20. São bens da União:

[...]

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

[...]

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XIV – populações indígenas.

[...]

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

[...]

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

[...]

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

[...]

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai). Disponível em: <[www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios\\_na\\_constitui.htm](http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm)> Acesso em: 3 dez. 2011.

### **Comissão da Verdade**

Em 18 de novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff assinou duas leis que permitem aos brasileiros conhecer a história do período da ditadura. Uma delas garante a todos os brasileiros o acesso aos documentos produzidos pela administração pública. A outra lei criou a Comissão da Verdade, formada por sete membros escolhidos por sua conduta ética, e que tem o intuito de ouvir depoimentos e analisar documentos que ajudem a esclarecer fatos de violações dos direitos humanos entre 1946 e 1988. Entretanto, a Comissão não tem poder para solicitar a abertura de processos na Justiça contra possíveis torturadores, já que a

Lei da Anistia, de 1979, garante anistia ampla e irrestrita a todos os envolvidos.

Oficiais da reserva do Exército temem as pesquisas e a divulgação de documentos do período em que os militares estavam no poder, pois alguns ainda estão vivos e participaram de “ações anticomunistas”, como eram chamadas as atividades de repressão aos atos contestatórios. A Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) elogiou a iniciativa brasileira de investigar seu passado e buscar esclarecimentos, mas defende uma revisão na Lei da Anistia, para que os torturadores sejam julgados por seus crimes.

## APLICAR CONHECIMENTOS

### 1. Enem (2010)

*A solução militar da crise política gerada pela sucessão do presidente Washington Luís em 1929-1930 provoca profunda ruptura institucional no país. Deposto o presidente, o Governo Provisório (1930-1934) precisa administrar as diferenças entre as correntes políticas integrantes da composição vitoriosa, herdeira da Aliança Liberal.*

LEMOS, Renato. A revolução constitucionalista de 1932. In: SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brauli; LAMARÃO, Sérgio (Orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

No contexto histórico da crise da Primeira República, verifica-se uma divisão no movimento tenentista. A atuação dos integrantes do movimento liderados por Juarez Távora, os chamados “liberais” nos anos 1930, deve ser entendida como:

- a) a aliança com os cafeicultores paulistas em defesa de novas eleições.
- b) o retorno aos quartéis diante da decepção política com a “Revolução de 30”.
- c) o compromisso político-institucional com o governo provisório de Vargas.
- d) a adesão ao socialismo, reforçada pelo exemplo do ex-tenente Luís Carlos Prestes.
- e) o apoio ao governo provisório em defesa da descentralização do poder político.

### 2. Enem (2010)

*Os generais abaixo assinados, de pleno acordo com o Ministro da Guerra, declaram-se dispostos a promover uma ação enérgica junto ao governo no sentido de contrapor medidas decisivas aos planos comunistas e seus pregadores adeptos, independentemente da esfera social a que pertençam. Assim procedem no exclusivo propósito de salvarem o Brasil e suas instituições políticas e sociais da hecatombe que se mostra prestes a explodir.*

Ata de reunião no Ministério da Guerra, 28 set. 1937. BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. (Orgs.). *Textos políticos da história do Brasil*, v. 5. Brasília: Senado Federal, 2002. (Texto adaptado.)

Levando em conta o contexto político-institucional dos anos 1930 no Brasil, pode-se considerar o texto como uma tentativa de justificar a ação militar que iria:

- a) debelar a chamada Intentona Comunista, acabando com a possibilidade da tomada do poder pelo PCB.
- b) reprimir a Aliança Nacional Libertadora, fechando todos os seus núcleos e prendendo os seus líderes.
- c) desafiar a Ação Integralista Brasileira, afastando o perigo de uma guinada autoritária para o fascismo.
- d) instituir a ditadura do Estado Novo, cancelando as eleições de 1938 e reescrevendo a Constituição do país.
- e) combater a Revolução Constitucionalista, evitando que os fazendeiros paulistas retomassem o poder perdido em 1930.

### 3. Enem (2011)

*Embora o Brasil seja signatário de convenções e tratados internacionais contra a tortura e tenha incorporado em seu ordenamento jurídico uma lei tipificando o crime, ele continua a ocorrer em larga escala. Mesmo que a lei que tipifica a tortura esteja vigente desde 1997, até o ano 2000 não se conhece nenhum caso de condenação de torturadores julgado em última instância, embora tenham sido registrados nesse período centenas de casos, além de numerosos outros presumíveis, mas não registrados.*

Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2010. (Texto adaptado.)

O texto destaca a questão da tortura no país, apontando que:

- a) a Justiça brasileira, por meio de tratados e leis, tem conseguido inibir e, inclusive, extinguir a prática da tortura.
- b) a existência da lei não basta como garantia de justiça para as vítimas e testemunhas dos casos de tortura.
- c) as denúncias anônimas dificultam a ação da Justiça, impedindo que torturadores sejam reconhecidos e identificados pelo crime cometido.
- d) a falta de registro da tortura por parte das autoridades policiais, em razão do desconhecimento da tortura como crime, legitima a impunidade.
- e) a Justiça tem esbarrado na precária existência de jurisprudência a respeito da tortura, o que a impede de atuar nesses casos.

### 4. Enem (2011)

*Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o “imperialismo” e seus “aliados internos”.*

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados à União Democrática Nacional – UDN –, Igreja católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização:

- a) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
- b) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
- c) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
- d) prestava um serviço importante à sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.
- e) diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

#### LER TEXTO CIENTÍFICO, IMAGEM E TABELA

Leia o texto a seguir, escrito em 2004, observe a tabela produzida em 2009 e a fotografia tirada em 2011. Todos estes fazem referência aos movimentos relacionados às questões de gênero e aos preconceitos ainda existentes no país. A tabela refere-se a uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com o Ministério da Educação, que investigou as práticas discriminatórias no espaço escolar. Seu objetivo é fazer um levantamento crítico das atitudes preconceituosas existentes na escola.

Em seguida, responda às questões propostas.

### O movimento *gay*

O movimento *gay* começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento *gay*, mas outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam. O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento *gay* de uma sociedade em que a homossexualidade poderia ser celebrada sem restrições. Havia a consciência de que a luta era árdua e que passava pela desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, com seus consequentes tabus, e pela construção de identidades mais positivas, embasadas na valorização da autoestima, da autoimagem e do autoconceito de seus integrantes.

[...] Mesmo concentrando o foco na cultura brasileira, os movimentos tiveram ou buscaram influência em outros países. A inspiração veio das lutas empreendidas pelos movimentos da contracultura, originários da Inglaterra e dos Estados Unidos. Na medida em que era crescente o desinteresse pela forma como a política era conduzida, aumentavam as preocupações com o desejo, o erotismo, a intimidade, o corpo, a subversão de valores e comportamentos. Esses dois aspectos que se complementam, ou seja, a influência dos movimentos da contracultura e os novos interesses, serviram de terreno fértil para o nascimento do movimento *gay*.

O resultado foi a vivência de um período de efervescência da homossexualidade. Talvez se possa explicar esse *boom* pelo próprio contexto da década de 1970, em que a glorificação da marginalidade era um aspecto que atingia a cultura brasileira. Mas o que importa nesse aspecto é o seu desdobramento: a crescente visibilidade das práticas homossexuais, a descoberta desse novo público pelos setores comerciais e o surgimento de uma moderna subcultura *gay*.

[...] Por tudo isso, o movimento *gay* vem constituindo-se como um espaço de extrema importância na luta por direitos, por visibilidade, por emancipação e por justiça, no melhor exemplo do que Boaventura Santos classifica de globalização alternativa ou periférica. Nascida em meio a um contexto político específico, essa luta foi capaz de se renovar incorporando novas reivindicações e buscando novos mecanismos de luta.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento *gay* como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr. 2004. p. 105-106. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2012.

Percentual de concordância com frases que expressam o preconceito em relação à orientação sexual no espaço escolar – 2009					
Frases	Diretores	Professores	Funcionários	Alunos	Pais
Pessoas homossexuais não são confiáveis.	4,1	4,2	13,6	25,2	17,5
Não evito, mas também não procuro chegar perto de homossexuais.	9,8	13,3	21,4	35,3	22,2
Os alunos homossexuais não são alunos normais.	2,2	3,0	12,0	21,1	14,4
Acho muito difícil aceitar a homossexualidade masculina.	17,9	19,2	29,7	36,4	31,8
Os alunos homossexuais deveriam estudar em salas separadas dos demais alunos.	1,8	1,7	6,9	17,6	10,6

Fonte: Fipe/MEC, 2010.

A Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) ocorre desde 1997 reunindo todos aqueles que compartilham com a defesa dos direitos desses grupos.

Em 2011, a parada reunia cerca de 4 milhões de pessoas, transformando-se em um dos principais eventos públicos do país. A grande faixa com o arco-íris é o símbolo do movimento LGBT.

1. Que relações o autor do texto estabelece entre o fim da ditadura militar e o florescimento do movimento gay?
2. Que relações se pode fazer entre o movimento gay e a luta por direitos?
3. A pesquisa realizada pela Fipe/MEC confirma a existência do preconceito de gênero no espaço escolar? Utilize os dados para fundamentar sua resposta.
4. Em que medida os movimentos sociais podem se constituir como espaço de luta contra o preconceito de gênero? A Parada do Orgulho LGBT seria uma dessas formas de luta contra o preconceito e afirmação de direitos?



Parada do Orgulho Gay em São Paulo, 2011.  
A parada da capital paulista é uma das maiores do mundo.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS

A vida de um garoto de 12 anos muda completamente quando seus pais saem de férias inesperadamente. Na verdade, os pais são militantes de esquerda e fogem, pois são perseguidos pela polícia do governo ditatorial.

Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006, 110 min.



#### CABRA-CEGA

Mostra o cotidiano dos guerrilheiros nos anos 1970 que lutavam contra a ditadura militar.

Direção de Toni Ventura. Brasil, 2005, 107 min.



#### OLGA

Conta a história do relacionamento amoroso de Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Mostra também a trajetória de Prestes antes e depois da Intentona Comunista de 1935.

Direção de Jaime Monjardim. Brasil, 2004, 141 min.



#### O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?

Inspirado no livro escrito por Fernando Gabeira, o filme conta a história do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, realizado em 1969, por um grupo de jovens, inclusive o autor, que lutava contra a ditadura militar.

Direção de Bruno Barreto. Brasil, 1997, 105 min.



#### VLADO – 30 ANOS DEPOIS

A história do jornalista Vladimir Herzog, assassinado na prisão em 1975 durante o regime militar brasileiro, contada por meio de depoimentos de pessoas que conviveram com ele.

Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 2005, 90 min.



Jorge Araujo/Folhapress

Durante o ano de 1992, os jovens se mobilizaram para pedir o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. Esse movimento ficou conhecido como Os caras pintadas. Na imagem, de 16 de agosto de 1992, ciclista pede a saída do presidente.

É comum encontrarmos um grande número de pessoas que dizem não gostar de política. Muitos repetem essa afirmação quase automaticamente, sem fazer uso de maiores análises ou de reflexões mais profundas. Todavia, a política é uma atividade que, mesmo rejeitada e incompreendida, é parte essencial da vida cotidiana.

Foi por meio da atividade política que se garantiram alguns direitos comuns às várias sociedades e, com estes, vieram também deveres que tornaram possível a convivência entre as pessoas e o surgimento da sociedade civil.

Mas será que a política é uma atividade realizada apenas pelos que se ocupam do poder, ou seja, pelos políticos? Será também que não podemos fazer nada para melhorar as condições do bairro ou da cidade em que vivemos? Como podemos interferir ou dar nossa opinião se acreditamos que a política não tem nada a ver conosco?

Essas perguntas nos levam a pensar sobre nosso papel de cidadãos e o modo como interferimos na vida de nossa cidade ou mesmo de nosso país.

Cotidianamente, costumamos compreender como ações políticas apenas aquelas que são realizadas pelo Estado, seus representantes ou pelas instituições sociais. No entanto, quando nos organizamos em associações de bairro ou realizamos abaixo-assinados para pedirmos melhorias na iluminação pública, por exemplo, também estamos fazendo política. Ela está presente na maioria das relações sociais e não diz respeito apenas aos políticos: é uma atividade realizada por todos os cidadãos.

Aristóteles considerava o homem como um animal político. Um ser que se envolve na vida da cidade e age eticamente em vista de um fim maior, que é o bem dos cidadãos como um todo. A consciência de que apenas estar inserido na sociedade não é prova de que haja cidadania é um aspecto extremamente importante na tentativa de construir um sistema político forte e estruturado.

A condição de cidadão se dá na participação política daquele que se proclama como tal, e esta passa por qualquer contribuição pessoal ou coletiva que vise à melhoria da sociedade.

Na história do Brasil não foram poucas vezes que o povo se mobilizou por causas, governos ou proposições consideradas injustas. Revoltas populares como a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata, ocorridas na Primeira República, mostravam que a história brasileira, ao contrário do que se costuma afirmar, está repleta de lutas contra a discriminação e pela construção da igualdade. A ditadura militar, por exemplo, acabou em 1985, e ainda vivemos as consequências da tortura e do desaparecimento de presos políticos, permanecendo muitos casos ainda sem solução. Em 1992, a população saiu às ruas para pedir a deposição (*impeachment*) do presidente Fernando Collor. Na ocasião, a participação dos jovens foi fundamental, tal como pode ser lido na legenda da imagem que abre este capítulo.

As mobilizações populares são um termômetro da insatisfação do povo e ajudam a pressionar os governantes a rever posturas e traçar novos caminhos. Em junho de 2013, milhares de pessoas foram às ruas para reivindicar a redução da tarifa de ônibus em São Paulo. Algumas reações violentas por parte das autoridades e o aparato das redes sociais levaram o movimento a assumir grandes proporções, espalhando-se por todo o país. Uma mobilização dessa proporção não era vista há algum tempo no país e abriu espaço para discussões sobre novas formas de protestos e de engajamento político.

Reivindicar os serviços a que se tem direito, cobrar daqueles que governam o país que apresentem uma postura ética e transparente são formas de participação política, do mesmo modo que a preocupação com a reciclagem do lixo ou com o desperdício da água também são. Antes de começarmos essa conversa, porém, vejamos como alguns jovens se mobilizaram politicamente em um importante momento da história recente.

## LER IMAGENS

Observe as imagens a seguir:



Luciana Whittaker/Pulsar Imagens

Durante o mês de junho de 2013, presenciamos uma série de manifestações populares em várias cidades brasileiras, que deram origem ao que ficou conhecido como as “Jornadas de junho em 2013”. Na imagem, manifestação do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa do ônibus no Rio de Janeiro (RJ). A questão da mobilidade urbana foi uma das pautas mais importantes dessas manifestações.



Julie Dermansky/Corbis/Lainstock

**Banksy é um talentoso artista inglês que tem diversos trabalhos que se espalham pelos muros de várias cidades do mundo.**

Apesar de ele ser um artista contemporâneo e não ter participado dos movimentos de 1968, o conteúdo de suas obras é claramente sociopolítico, realizando uma forte crítica aos conceitos de poder e autoridade.

Além disso, o grafite é uma forma de expressão muito característica do meio urbano. Originalmente, está ligado aos quatro elementos da cultura hip hop: o M.C., o D.J., a arte gráfica de rua e a dança (*breaking*). Porém, hoje em dia, o grafite expandiu os seus limites, levando nossos artistas a serem reconhecidos internacionalmente. Dessa maneira, esse tipo de arte constitui uma forte linguagem para a juventude expressar suas ideias e seus questionamentos.

1. Analise a primeira imagem com seus colegas e responda em que medida se pode considerar que as “Jornadas de Junho em 2013”, ocorridas em vários lugares do Brasil, relacionam-se com a luta por maior igualdade social.
2. Agora, pensando sobre as duas imagens apresentadas, responda às seguintes perguntas:
  - a) Que semelhanças podemos encontrar entre as duas imagens?
  - b) Como elas estão relacionadas entre si? Podemos relacioná-las ao texto que lemos no início do capítulo? Se sim, como?
  - c) Podemos considerar o protesto como uma forma de participação política? Por quê?

## AUTORIDADE E PODER

Nos outros capítulos em que discutimos Filosofia, vimos muitas definições para a palavra “política”. Entretanto, tecnicamente e em sentido mais amplo, podemos definir a política como o conjunto das relações de poder vividas na sociedade. Desde o núcleo familiar até o ambiente profissional estamos diariamente submersos em relações políticas, ou melhor, relações que são regidas por alguma espécie de poder.

Em nossos empregos vivemos sob as regras que nos são impostas pelas empresas, seus horários, procedimentos e hierarquias. Na família, a autoridade dos pais é um valor frequentemente cultivado. Nas religiões, os líderes espirituais têm o respeito e orientam a vida de seus fiéis. A vida social é organizada pelas relações de poder, e este consiste na maneira como os indivíduos estabelecem relações de força, com base em sua situação na sociedade.

Ao usar o termo força, não estamos nos referindo à força física. Em política podemos definir força como a capacidade de incentivar ou de inibir ações. Os valores que adquirimos no decorrer de nossas vidas fazem que respeitemos algumas pessoas como nossos pais e reconheçamos a autoridade de algumas instituições como as igrejas, a escola ou a polícia, por exemplo. Essa autoridade se constitui porque há um grupo que a exerce e um grupo que a reconhece, legitimando-a por um acordo, tradição ou mesmo por uma imposição.



Miramax/courtesy Everett Collection/LatinStock

**Cena do filme italiano *O carteiro e o poeta*.**

O longa narra a história do carteiro Mário, um dos únicos letrados em uma ilha de pescadores, que, ao conhecer o poeta Pablo Neruda em seu exílio na Itália, passa de uma consciência ingênua e desinteressada por seu cotidiano para a consciência política. Além disso, o filme é uma metáfora poderosa sobre o amor e a força das palavras.

Por que é importante entendermos esses termos? Justamente, porque a participação política tem a ver com a realização constante de uma crítica sobre a legitimidade do poder a que estamos submetidos. Devemos acompanhar as ações daqueles que nos governam e protegem para termos a certeza de que o melhor para todos está sendo realizado, sem que interesses particulares estejam à frente dos interesses do povo.

A democracia é uma forma de garantir que todos tenham acesso e o direito a certa gama de bens comuns, garantidos e especificados nas leis: saúde, moradia, direitos trabalhistas, por exemplo. Avançar politicamente é possibilitar que essa consciência seja partilhada por todos. Perceber que ações individuais podem afetar direitos coletivos, envolver-se nas questões que influenciam a vida de nosso bairro, mobilizar-se em prol de uma causa podem ser considerados frutos de uma conscientização política.

Se pensarmos em nossas relações com a sociedade, veremos que um dos elementos centrais das transformações que ocorrem em nosso meio é o trabalho. Por meio dele, as pessoas transformam as coisas do mundo, mas também transformam a si mesmas. É pela lógica do trabalho que se estabelecem relações sociais, profissionais e afetivas entre as pessoas. Além disso, o trabalho é uma forma de superar o determinismo e as condições impostas pela natureza e por outras pessoas. No entanto, há o trabalho que liberta, gera disciplina, e o trabalho que aliena e aprisiona. Esta última maneira de encararmos o trabalho produz distorções na sociedade que somente se amenizam por meio da conscientização e da participação política dos trabalhadores. Soma-se a isso o fato de que devemos também prestar atenção às questões relativas ao lazer, que podemos considerar como uma contraparte fundamental para as atividades profissionais.

## É PRECISO TRANSFORMAR O MUNDO

Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo alemão que acreditava que a história da humanidade se dava na luta entre determinadas classes que estavam em constante conflito. Essa concepção ficou conhecida como materialismo histórico, pois afirma que a evolução histórica do ser humano é fruto do conflito entre os interesses materiais das diferentes classes sociais. Suas ideias buscavam construir uma sociedade mais igualitária em que não houvesse dominadores e dominados, ou seja, uma sociedade sem classes.

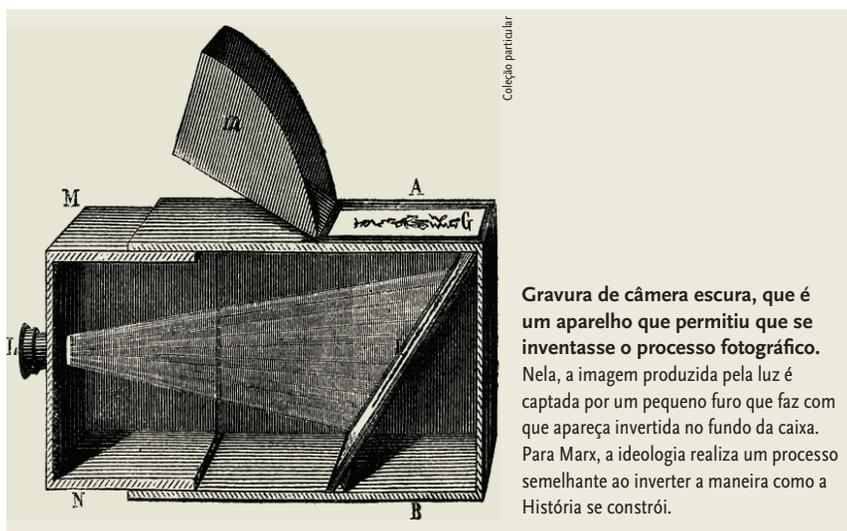
Para ele, não são os dogmas que fundamentam o conhecimento, e sim os indivíduos reais e suas ações. A primeira condição da história humana é a existência de seres humanos vivos, as bases naturais e sua transformação pelo homem. Desse modo, os homens distinguem-se dos animais por sua consciência, isto é, produzem seus meios de subsistência e indiretamente produzem a própria vida material.

A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela cria entre eles e o restante da natureza. Não podemos, naturalmente, fazer aqui um estudo mais profundo da própria constituição física do homem, nem das condições naturais que os homens encontraram já prontas (condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas, entre outras). Toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens no curso da História.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a **produzir seus meios de existência**, e esse passo à frente é a própria consciência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 13.

O materialismo de Marx impede que ele entenda a estrutura social como uma decorrência das representações que os indivíduos fazem de si mesmos ou das que os outros façam deles. O que os determina é sua existência real e a maneira como interagem com seu meio e com as forças produtivas. Ele se contrapõe a uma noção que havia adquirido muita força em seu tempo, a de que as ideias produziram a História, e não o contrário. Essa concepção, baseada no idealismo de Hegel (1770-1831), constituiria uma inversão de valores ao atribuir à consciência a existência material dos homens. São suas condições materiais que os determinam como seres conscientes: a maneira como produzem, se apropriam e refletem sobre o meio que os cerca.



Em seu texto *A ideologia alemã*, ele afirma que, como uma “câmera escura”, a ideologia é uma lente que inverte o real sentido das coisas. Esse mundo invertido não se funda na matéria bruta do ser humano e busca atingir o céu: sua consciência. Realiza o movimento contrário, não respeitando o indivíduo, sua natureza e seus processos. A inquietação de Marx quanto a esse tema esboça a necessidade de uma filosofia da *práxis*, desejo

impresso neste célebre trecho das *Teses contra Feuerbach*, um dos textos mais curtos e ao mesmo tempo mais lidos de sua obra. Feuerbach era um jovem hegeliano e, portanto, representava uma tradição que estava ligada ao idealismo, corrente filosófica contrária ao materialismo histórico que o marxismo representava:

A Filosofia sempre se preocupou em interpretar o mundo, quando na verdade cabe a ela transformá-lo.

Para Marx, a Filosofia deve se basear na realidade concreta e, com base em sua análise crítica, transformá-la, criando condições para que o ser humano viva em igualdade. Suas ideias influenciaram uma série de pensadores e movimentos sociais.

Mas voltemos aos protestos e movimentos estudantis da década de 1960. Será que a liberdade política era o único direito a se conquistar? Vejamos outra opinião sobre esse tema.

#### LER TEXTO JORNALÍSTICO

Leia o texto de Mirian Goldenberg que comenta a questão do comportamento e da liberdade durante os movimentos sociais de 1968.

#### Amantes constantes

Os eventos do Maio de 68 na França podem ser interpretados como o estopim de uma série de transformações políticas e comportamentais ocorridas na segunda metade do século XX e que tiveram como eixos centrais: o desejo de liberdade, a busca do prazer sem limites, a recusa de qualquer forma de controle e de autoridade, a explosão da sexualidade e a defesa da igualdade entre homens e mulheres.

A feminista francesa Simone de Beauvoir, muito antes de maio de 1968, havia defendido que a questão existencial básica era a luta pela liberdade, e não a busca da felicidade. Em *O segundo sexo*, publicado em 1949, Beauvoir dizia que, mesmo pagando o preço do sofrimento ou da solidão, “não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação”. Já para os jovens estudantes franceses, protagonistas do Maio de 68, liberdade, felicidade e prazer eram elementos inseparáveis de uma revolução cujo lema era: “É proibido proibir”.

No final da década de 60, quando no Brasil muitos jovens estavam preocupados em combater o regime militar, outros, como os jovens franceses, lutavam contra a repressão sexual, a repressão familiar e a repressão internalizada em cada indivíduo [...].

GOLDENBERG, Mirian. *Folha de S. Paulo*, 4 maio 2008, p. 6.

Responda às questões a seguir:

1. Segundo o texto, quais eram as reivindicações dos jovens que protagonizaram os movimentos sociais de maio de 1968?
2. Pensando sobre o que discutimos acerca dos conceitos de poder e autoridade, podemos afirmar que esses movimentos questionavam a forma como o poder estava sendo conduzido durante aquele período? Justifique.
3. Citando Simone de Beauvoir, a autora do texto afirma que provavelmente a busca essencial da humanidade seria pela liberdade, e não pela felicidade. Você concorda com essa afirmação? Escreva um texto dissertativo defendendo sua opinião sobre o assunto.

## O HOMEM ESTÁ CONDENADO À LIBERDADE

Muitas são as formas de se engajar em um projeto social ou em uma luta política. A consciência de que nossa liberdade de ação passa necessariamente pela convivência com outros, que também desejam exercer seu direito à liberdade, é uma amostra de como essa questão é complexa.

Em meio a essa discussão, alguns pensadores chegaram à conclusão de que a participação política seria uma das maneiras mais importantes de darmos sentido a nossas existências e produzirmos uma sociedade mais justa e igualitária. Um desses pensadores foi Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo existencialista e companheiro de Simone de Beauvoir.

Sartre foi alguém que se dedicou tanto à Filosofia quanto à Literatura. Seus primeiros contatos com a Filosofia se dão a partir de 1924, quando ingressa na Escola Normal Superior de Paris. Naquele mesmo ano conhece Simone de Beauvoir e permanece a seu lado praticamente por toda a sua vida.

Suas primeiras publicações filosóficas são os textos: *A imaginação* e *Transcendência do Ego*, ambos de 1936. Escreveu romances como *A náusea* (1938), que acabou por antecipar alguns conceitos que ele viria a desenvolver no existencialismo.

Para muitos, sua obra fundamental na área da Filosofia foi *O ser e o nada* (1943). Nela, ele realiza um profundo ensaio sobre o ser e a consciência, com base no método fenomenológico. Além disso, publicou peças de teatro como *As mãos sujas* (1948) e *Entre quatro paredes* (1945), na qual eternizou a célebre frase “o inferno são os outros”.

Durante toda a sua vida realizou uma intensa atuação política, tendo sido membro por um período do Partido Comunista Francês. Sua produção intelectual foi extremamente influenciada pela Segunda Guerra Mundial e pelo fato de a Alemanha Nazista ter ocupado a França durante parte da guerra. O engajamento da Resistência Francesa contribuiu para que sua concepção de engajamento se fortalecesse. Usamos algumas vezes esse termo, mas o que podemos compreender por engajamento?

No caso de Sartre, engajar-se significa comprometer-se com a análise da realidade em que estamos inseridos. O intelectual não pode ser apenas aquele que reflete sobre o meio ou a sociedade em que vive. Na verdade, é seu dever se solidarizar com aqueles que vivem a situação sociopolítica de seu tempo. Por meio do engajamento, a liberdade deixa o mero plano da imaginação e se instala na necessidade do comprometimento e do agir.

Desse modo, em maio de 1968, esteve ao lado dos estudantes em suas manifestações e colaborou com uma série de jornais de esquerda. Não só nesse momento, mas até o fim de sua vida, participou de vários movimentos políticos e se envolveu fortemente na luta contra o racismo.



Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, em um café romano em 1978.



Sartre discursa em manifestação na praça Bir-Hakein. Ele está em frente à portaria de uma indústria automobilística, em 21 de outubro de 1970. Somente pelo engajamento em causas sociais, a existência humana torna-se plena de sentido.

Sartre teve uma vida política agitada e que escreveu muitas coisas importantes. Mas o que esse tal de existencialismo tem a ver com a participação política? Podemos nos arriscar a dizer que tudo. Para Sartre, as próprias características de nosso modo de existir são fortes motivos para que nos engajemos em causas que dotem nossa vida de sentido. Entretanto, para compreendermos o que ele quer dizer quando afirma isso, precisamos observar um pouco de sua filosofia.

Quando se fala de Sartre, é muito comum associá-lo ao existencialismo e, conseqüentemente, à seguinte frase: “a existência precede a essência”. O que essa frase quer dizer? Leiamos um trecho de uma conferência que ele proferiu no clube *Maintenant* em Paris, em 29 de outubro de 1945, intencionando esclarecer essas dúvidas.

O existencialismo ateu, que eu represento, é mais coerente. Declara ele que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido em qualquer preceito, e que este ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana. Que significará aqui o dizer-se que a existência precede a essência? Significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é

definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana visto que não há Deus para conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que se chama de subjetividade, e o que nos censuram sobre este mesmo nome. Mas que queremos dizer nós com isso senão que o homem tenha uma dignidade maior que uma pedra ou uma mesa? Porque o que nós queremos dizer é que o homem primeiramente existe, ou seja, que o homem, antes de mais nada, é o que se lança para o futuro e o que é consciente de se projetar para o futuro. [...] Mas, se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Bertrand, 2004. p. 202-203.

Para ele, a condição humana difere da dos objetos ou de outros seres. Quando pensamos em um lápis ou um abridor de latas, já concebemos suas finalidades, ou seja, quais são as características fundamentais que os tornam aquilo que são. O lápis, antes de existir, já é concebido em nossas mentes como um utensílio que permite riscar e traçar em folhas de papel ou em outros materiais. Do mesmo modo, o abridor de latas já carrega a ideia de que serve para abri-las para termos acesso a seu interior. Isso quer dizer que nesses objetos a essência precede a existência, ou seja, sua natureza já é dada antes que eles venham a existir.

Sartre afirma que o homem está em uma condição completamente diversa. Ele é o único ser em que a existência precede a essência. O homem primeiro é lançado no mundo para depois começar a descobrir qual é sua essência. Daí decorre que não podemos saber o que o homem é antes que ele exista.

É por isso que, segundo a perspectiva de Sartre, é impossível concebermos uma natureza humana, pois estaríamos realizando uma predefinição do homem antes mesmo de ele existir. Se não pode haver uma natureza humana pensada por Deus, o que define o homem é a própria condição de ser existente, e esta somente passa a ter sentido a partir do momento que cada homem surge no mundo.

Nesse instante, o homem só pode ser definido como nada, pois somente se tornará algo quando fizer de si alguma coisa. É um ser *para si*, ou seja, ele é aquilo que fizer de si mesmo. Justamente por isso, ele é o único responsável por aquilo que se torna.

O homem parte do nada, e seu futuro está sempre em aberto. Ele é livre para decidir sobre o próprio destino, que é fruto de suas escolhas e decisões. Como ele não tem nenhuma condição prévia vinda de uma consciência acima dele, o que se experimenta é uma plena experiência da liberdade. O homem estaria, assim, condenado à liberdade.



Vladimir Kush. All Rights Reserved

**Nascer do sol sobre o oceano** (2000), de Vladimir Kush (1965-), óleo sobre tela 53,3 × 63,5 cm.

O homem só se define plenamente na ação, por isso está condenado à liberdade.

Cada escolha carrega consigo uma responsabilidade, e a maneira como lidamos com nossas liberdades e nossas existências inevitavelmente afeta a liberdade e a existência daqueles que estão à nossa volta. O sentimento de que aquilo que foi decidido não pode ser mais desfeito pode ser profundamente angustiante e desesperador, pois, quando escolho, posso

escolher mais por mim do que pela humanidade, e, escolhendo de maneira errada, estamos prejudicando os que nos cercam. Fugir de nossa liberdade é negar nossa responsabilidade.

Aliás, isso é impossível. Somos seres definidos por nossas ações. Quando nos calam diante das injustiças do mundo, estamos, na verdade, aceitando-as. A não ação também é uma escolha. Portanto, é necessário que nos engajemos e ajamos politicamente, pois somente assim, segundo Sartre, nossa existência fará sentido.

## DEBATER

Estamos falando sobre liberdade, mas uma das primeiras coisas que se aprende em Filosofia sobre o fato de sermos livres é que não existe liberdade absoluta. Não há uma situação em que sejamos plenamente livres. Estamos limitados pelas leis do país em que vivemos, pelos horários e compromissos que assumimos, até mesmo pelo respeito que devemos à liberdade de outras pessoas. Mesmo a liberdade existencial plena que, segundo Sartre, experimentamos, é relativa. A liberdade concede ao homem a capacidade de escolher o que fazer de si; entretanto, as limitações físicas e sociais do próprio homem regulam sua ação. A liberdade, para Sartre, não sofre perdas por causa dessa condição; na verdade, as próprias limitações possibilitam que se exerçam constantemente escolhas que nos trazem uma liberdade de decisão a que inevitavelmente estamos associados.

Podemos, com base nesses questionamentos, nos fazer algumas perguntas. Será que podemos nos considerar totalmente livres? O que fazemos individualmente pode interferir na liberdade das outras pessoas? A cada momento de nossas vidas somos impelidos a fazer escolhas – será que estamos mesmo condenados à liberdade?

Leia os textos a seguir e discuta com seus colegas, tendo em vista as ideias presentes em Sartre, levando em conta as questões sobre liberdade apresentadas ou outras que surgirem.

(...) E não preciso sequer cuidar da minha alma, ela cuidará fatalmente de mim, e não tenho que fazer para mim mesma uma alma: tenho apenas que escolher viver. Somos livres, e este é o inferno.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo GH*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. p. 148.

Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe a todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; o que escolhermos é sempre o bem e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos.

[...] O existencialista declara frequentemente que o homem é angústia. Tal afirmação significa o seguinte: o homem que se engaja e que se dá conta de que ele não é apenas aquele que escolheu ser, mas também um legislador que escolhe simultaneamente a si mesmo e à humanidade inteira, não consegue escapar ao sentimento de sua total e profunda responsabilidade. Veremos que este tipo de angústia – a que o existencialismo descreve – se explica também por uma responsabilidade direta para com os outros homens engajados na escolha. Não se trata de uma cortina entreposta entre nós e a ação, mas parte constitutiva da própria ação.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Bertrand, 2004. p. 205.

Realmente, só pelo fato de ser consciente das causas que inspiram minhas ações, estas causas já são objetos transcendentais para minha consciência; elas estão fora. Em vão tentaria apreendê-las. Escapo delas pela minha própria existência. Estou condenado a existir para sempre além da minha essência, além das causas e motivos dos meus atos. Estou condenado a ser livre. Isso quer dizer que nenhum limite para minha liberdade pode ser estabelecido, exceto a própria liberdade, ou, se você preferir, que nós não somos livres para deixar de ser livres.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Antonio Gramsci foi um pensador italiano que nasceu em 1891, na Sardenha. Ele era filho de um funcionário público. Foi membro do Partido Comunista Italiano, tendo assumido um mandato como deputado. Em 1926, apesar da imunidade parlamentar, é preso e condenado a vinte anos de prisão. Nesse período escreve os *Cader-nos do cárcere*. No entanto, em 1934, com sua saúde extremamente abalada, recebe liberdade condicional. Em 1937, aos 46 anos, morre em decorrência de uma grave tuberculose óssea.

Gramsci acreditava que os trabalhadores deviam ter acesso a tudo de grandioso que a humanidade pudesse produzir, por isso era necessário que as classes trabalhadoras recebessem uma formação sólida e de qualidade, desde os primeiros anos da vida escolar. Além disso, revisou o conceito de Estado, dividindo-o em sociedade civil e sociedade política. A primeira expressa o momento da persuasão, da busca do consenso e utilizaria mecanismos como a escola e a igreja para colocar a ideologia das classes dominantes na mentalidade do povo.

A segunda consistiria em um espaço privilegiado da repressão da classe vigente, sendo formada pela polícia, pelas forças armadas, pelos tribunais e pelo governo. A essas instituições ele chamaria de aparelhos ideológicos do Estado, pois serviriam para manipular o povo, segundo os interesses de quem ocupa o poder.

Neste texto ele critica aqueles que permanecem inertes perante as questões políticas de sua sociedade.

Universal History Archive/UIG/Getty Images



Antonio Gramsci em foto tirada em 1º de janeiro de 1937, três meses antes de sua morte.

### Odeio os indiferentes

Odeio os indiferentes. [...] Acredito que “viver é tomar partido”. Não podem existir apenas homens, os estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário.

Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da História. É a bola de chumbo para o inovador, é a matéria inerte na qual frequentemente se afogam os entusiasmos mais esplendorosos.

A indiferença atua poderosamente na História. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade, é aquilo com o que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mais bem construídos. É a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca. O que acontece, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode gerar, não se deve tanto à iniciativa dos poucos que atuam, quanto à indiferença de muitos.

O que acontece não acontece tanto porque alguns o queiram, mas porque a massa de homens abdica de sua vontade, deixa de fazer, deixa enrolarem os nós que, depois, só a espada poderá cortar; deixa promulgar leis que, depois, só a revolta fará anular; deixa subir ao poder homens que, depois, só um sublevação poderá derrubar.

Os fatos amadureceram na sombra porque mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva, e a massa não sabe, porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões restritas, os objetivos imediatos, as ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora, porque não se preocupa. [...] Vivo, sou militante. Por isso, odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.

GRAMSCI, Antonio. La città futura. Turim, fevereiro de 1917. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Orgs.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

Agora, responda às seguintes questões:

1. O que você acredita que Gramsci quis dizer com a frase “viver é tomar partido”?  
.....  
.....  
.....
2. É possível que a indiferença das pessoas em relação à política permita que ditadores e tiranos subam ao poder? Justifique sua resposta.  
.....  
.....  
.....
3. Você se considera indiferente em relação às questões políticas de seu bairro, cidade ou país? Por quê?  
.....  
.....  
.....
4. Comente sobre que tipo de atuação política você exerce ou gostaria de exercer no bairro em que vive.  
.....  
.....  
.....
5. Em 2013 ocorreram as manifestações impulsionadas a partir do movimento “Passé Livre”, que reivindicava a redução da tarifa de ônibus e a gratuidade do transporte público em várias cidades do Brasil. Partindo dessa experiência de engajamento político, debata com seus colegas de classe o sentido e a importância da mobilização da população em torno de causas que a levem a refletir e reivindicar seus direitos.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### O CARTEIRO E O POETA

O filme narra o exílio do poeta Pablo Neruda em uma ilha na Itália. Lá ele conhece Mário, um rapaz sonhador que não se adapta ao modo de viver da ilha, que foi contratado como carteiro exclusivamente para cuidar da correspondência do poeta. Por meio do contato entre os dois, surge uma grande amizade e uma discussão sobre o poder transformador das palavras.

Direção de Michael Radford. Itália, 1995, 108 min.



#### A LÍNGUA DAS MARIPOSAS

Moncho era um garoto que vivia as primeiras transformações de sua vida. Havia acabado de ingressar na escola, descobrindo uma série de coisas novas e fazendo amigos. Entretanto, explode a Guerra Civil Espanhola e os rebeldes fascistas desejam derrubar o regime republicano. Seu professor e seu pai são partidários da república, mas, quando os fascistas começam a vencer, a vida do garoto muda drasticamente em meio a essa disputa política.

Direção de José Luis Corda. Espanha, 1999, 96 min.



#### TERRA E LIBERDADE

Uma jovem encontra entre os pertences do avô que já morreu recortes de jornais, uma carta e um pouco de terra embrulhado em um lenço. Por meio dessa imagem, o filme narra a história desse homem, um ex-revolucionário que lutou contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola.

Direção de Ken Loach. Reino Unido, Espanha, Itália e Alemanha, 1995, 109 min.

Cidadania é uma palavra que vem aparecendo cada vez mais nos últimos anos. No telejornal, constantemente ouvimos falar de cidadania. Nas telenovelas não tem sido diferente: o tema aparece nas tramas, fazendo-se presente na história de algumas personagens.

Embora seja uma palavra muito frequente em contextos diversos, será que sabemos qual é o seu significado?

O significado de cidadania não é único e depende dos diferentes contextos históricos, sendo diverso conforme a época e a realidade em que se insere.

Neste capítulo, vamos estudar o conceito de cidadania com base no contexto social, político e econômico brasileiro, observado de acordo com especificidades locais e regionais.

#### LER ENTREVISTA I

No Brasil, é impossível falar de cidadania sem reconhecer a importância do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho.

Betinho foi uma personalidade da história recente do Brasil que contribuiu muito para que essa palavra passasse a fazer parte do vocabulário do país, atribuindo a ela não somente a busca por direitos, mas a construção de indivíduos participantes ativos das mudanças sociais necessárias para transformar o país.



Patrícia Simões/Folha Imagem

O sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho.

Ele foi o empreendedor da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, mostra um cartaz da campanha em 1995.

Liderou, no início dos anos 1990, a campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que, além de arrecadar alimentos para as populações mais pobres, teve o mérito de introduzir o tema da fome como um problema de todos e não somente daqueles que sofrem por não ter o que comer. A fome e a miséria são problemas a ser solucionados por toda a sociedade: governo, entidades e cidadãos.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), naquele momento, o Brasil tinha 32 milhões de habitantes que viviam abaixo da linha da pobreza. A iniciativa liderada por Betinho fazia um convite aberto à população brasileira para integrar essa ação cidadã.

Betinho afirmava que “quando uma pessoa não tem o que comer, é porque tudo lhe foi negado”; portanto, aqueles que não têm acesso sequer à alimentação básica não conseguem lutar pela conquista de sua cidadania.

Leia agora o trecho de uma entrevista concedida por Betinho, em 1990, ao apresentador Sidney Rezende do programa de rádio *Panorama Brasil*:

**Jornalista:** O entrevistado de hoje do *Panorama Brasil* é Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. Sempre que nós queremos conversar a respeito do país ou sobre o que está acontecendo, até do futuro também, dos desdobramentos políticos e econômicos, nós procuramos o Betinho. Ele é uma pessoa que tem a capacidade de antever, pela sua sensibilidade, o que pode ocorrer nos próximos tempos. Betinho, você se sente também uma pessoa que tem essa capacidade ou estou exagerando nessa abertura?

**Betinho:** Eu acho que capacidade, não. [...]

Eu tenho uma preocupação muito grande, como cidadão, com as “partes”, e eu gostaria de me preocupar mais com o “todo”, né? Eu acho que o Brasil passa por uma necessidade de um entendimento, não união nacional, nada disso, mas um entendimento sobre os problemas básicos e tentar solucioná-los, ou pelo menos amenizar a dor e o drama daqueles que são menos favorecidos no Brasil.

[...]

**Jornalista:** Betinho, a propósito, uma pessoa um dia me disse que ela ouvia o *Panorama Brasil* com entusiasmo, mas saía bastante deprimida depois que acabava, por causa dos problemas brasileiros que nós trazíamos e eram tantos e pareciam ser insolúveis. Você acha mesmo que as pessoas, hoje, no Brasil, estão ganhando consciência de que é impossível superar os problemas? Ou você acha que é o contrário, há um otimismo muito grande, um esforço de que dá pra mudar este país de uma vez por todas?

**Betinho:** Essa pergunta é fundamental. Nós só mudamos a realidade quando nós somos capazes de praticar duas rupturas. A primeira é a ruptura com a paralisia. O conformismo. Se você acha que nada vai mudar, você já está decretando a impossibilidade da mudança. Segundo, eu acho que as pessoas teriam que descobrir que a mudança não vai cair do céu. A mudança é resultado da atuação de cada um e de todos na sociedade.

**Jornalista:** [É] preciso fazer a hora...

**Betinho:** Exatamente. Você precisa fazer com que a mudança ocorra. Isso implica consciência da sua própria força e do seu próprio valor. Eu acho que a sociedade brasileira vem demonstrando, ao longo do tempo, que está viva, desperta e acordada. E, muitas vezes, o tom pessimista que aparece até mesmo nas análises que eu faço é porque nós queremos mais. Se 30% estão participando, nós queremos que 70% participem. Se 90% estão participando, nós queremos 100% participando. Então, às vezes, a gente fica cobrando mais e não fica olhando pro que já tem.

RÁDIO CBN. Programa *Panorama Brasil*. Disponível em: <[www.conversascombetinho.org.br](http://www.conversascombetinho.org.br)>. Acesso em: 13 mar. 2009.

Em grupos, discutam:

1. Os possíveis significados de cidadania, com base na entrevista.
2. As relações entre participação na vida social e política e a construção da cidadania.

## DIREITOS POLÍTICOS: A LUTA PELA CIDADANIA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

A cidadania pode ser entendida como a conquista e o usufruto de direitos civis, políticos e sociais, que em cada sociedade e momento histórico se manifestam de maneiras diferentes, principalmente se levarmos em conta o nível de organização dos movimentos reivindicatórios existentes.

Isso significa dizer que os direitos que temos garantidos em lei, mesmo que muitas vezes não existam na prática, resultaram de intensas, e por vezes longas, mobilizações sociais, ou seja, da ação dos movimentos sociais e políticos que ocupam um papel fundamental na conquista da cidadania.

Isso também quer dizer que não basta conquistar um direito e transformá-lo em lei, é preciso cobrar o exercício da lei e praticá-lo.

Para isso, é necessária uma mobilização constante. Na maioria das vezes, fazer com que uma lei saia do papel e atue diretamente na vida das pessoas requer mais a participação dos indivíduos do que o processo de criação da lei.

Ser cidadão significa engajar-se em um processo de mobilização em torno de reivindicações justas e legítimas.

Por isso, destacaremos alguns movimentos sociais, cuja atividade principal era a conquista de direitos políticos.

O primeiro foi o movimento contra a ditadura militar instalada no país entre 1964 e 1985. Nesse período, a participação política dos indivíduos foi limitada pelo governo.

Em alguns momentos, a ditadura perseguiu seus opositores, impôs forte censura e manteve na prisão aqueles que se manifestavam contra a ordem imposta, mas não conseguiu impedir que muitos lutassem por uma sociedade democrática, livre e justa.

Passeata dos 100 mil



A passeata dos 100 mil foi desencadeada pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto pelo regime militar e ocorreu na capital carioca, em 26 de junho de 1968. O governo militar havia interditado várias entidades da sociedade civil, tais como órgãos estudantis, sindicatos e partidos políticos. O movimento estudantil tomou a frente na organização de manifestações contra a ditadura e pela redemocratização do país, para que a população voltasse a exercer seus direitos civis e políticos, como o de liberdade de expressão, o de organização e de manifestação. Não havia eleições, e os brasileiros só puderam voltar às urnas após anos de mobilização e luta em 1989, quando ocorreram eleições diretas para presidente da República.

Mesmo com a proibição da atividade dos partidos políticos e dos movimentos sociais e com a censura à liberdade de expressão, a luta pela retomada dos direitos políticos se manteve e, pouco a pouco, vieram as conquistas, fruto da mobilização de sindicalistas, estudantes, mulheres, negros, jovens, enfim, cidadãos que acreditavam que somente com a liberdade e a democracia seria possível construir uma sociedade com justiça social.

## A CIDADANIA PARA ALÉM DO VOTO

Votar e eleger representantes para diversos cargos políticos significa transformar ou contribuir para a mudança e a melhoria da situação do povo brasileiro?

Em 1984, os brasileiros foram às ruas para garantir seu direito de votar para presidente, e esta foi uma demonstração de cidadania e de participação. Naquele momento, o Congresso Nacional desconsiderou o desejo popular e rejeitou uma emenda constitucional que restabeleceria o voto direto para presidente do Brasil nas eleições do ano seguinte.

Para muitos, o movimento foi derrotado porque não conseguiu alcançar seu objetivo, mas também podemos vê-lo como uma vitória, considerando a articulação das entidades e dos movimentos sociais em torno da campanha pelas eleições diretas para presidente.

A participação maciça da população expressou o nível de organização da sociedade, o exercício de construção da cidadania e a busca pelo aprofundamento do sistema democrático.

Finalmente, em 1989, os brasileiros votaram para presidente em eleições diretas. A campanha presidencial mobilizou partidos políticos e movimentos sociais. Tratava-se de uma eleição histórica, e o debate político foi acompanhado de perto por uma parcela expressiva da população.

Houve grande polarização em torno de dois candidatos: Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Collor ganhou a eleição com 53% dos votos e começou seu mandato prometendo acabar com a corrupção e melhorar a vida dos mais pobres.

No entanto, a história não caminhou dessa maneira. Em dois anos de governo, as denúncias de corrupção não paravam e o desgaste político do presidente aumentava. Começaram a ocorrer manifestações em todas as partes do país a favor de sua deposição e a palavra *impeachment* (de origem inglesa, que significa impedimento) entrou no vocabulário cotidiano dos brasileiros.

Em 1992, antes que o Congresso Nacional votasse o *impeachment*, Collor renunciou por causa da pressão dos movimentos sociais, que manifestaram seu descontentamento em passeatas, comícios e debates.



Arquivo dos autores

**Símbolo da campanha Diretas Já.**  
Com manifestações ocorridas em todas as partes do país, a população foi às ruas.



Eder Chiodetto/Folha Imagem

**Av. Paulista, São Paulo, 25 de agosto de 1992.**  
Passeata pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Esses momentos da história recente do país demonstram a capacidade de mobilização do povo brasileiro na busca pela cidadania e em ações concretas para a obtenção de direitos políticos, civis e sociais. Nos três momentos apresentados, vemos que a participação direta dos indivíduos deve ser considerada uma manifestação de cidadania, ou seja, de participação nas decisões políticas dos rumos do país.

Em alguns momentos, os movimentos foram vitoriosos do ponto de vista do atendimento das reivindicações. Do ponto de vista político, foram demonstrações concretas da importância da participação da sociedade e na luta por direitos.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA CIDADANIA

Vamos conhecer alguns movimentos sociais que apresentam reivindicações específicas e ocupam um papel importante na vida social.

No Brasil, esses movimentos fazem parte da nossa história política e, por meio de um conjunto de práticas sociais, fazem com que setores da população se transformem em agentes sociais e importantes sujeitos ativos da sociedade.

### O MOVIMENTO NEGRO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Em 1978, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU). Seus principais objetivos são a luta pelos direitos da população afrodescendente e o combate ao preconceito racial. Ocorreram muitas conquistas ao longo desses anos, como a discussão das cotas para afrodescendentes nas universidades, um assunto bastante polêmico.



Brasília (DF), 2008. Comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi.

Juca Varela/Folha Imagem

## Consciência Negra

### O Brasil avançou na questão racial nos últimos anos?

**Joel:** A questão racial está na pauta e não vai sair tão cedo. [...] Mas o outro lado da questão é o que não mudou, como a discriminação no mercado de trabalho. Os salários, em média, baixam 50% quando um negro vende a mão de obra. E o que piorou, a meu ver, é a incompreensão dos intelectuais. Como o assunto é um divisor de águas, vejo um recuo. Hoje, há quem negue a questão racial no Brasil.

### Onde esse recuo aparece?

**Joel:** Vimos um grupo de professores universitários lançar um manifesto em que negam que houvesse racismo no Brasil.

### O senhor é a favor das cotas?

**Joel:** Acho que o sistema é um avanço, embora aqui e ali tenha problemas. Ele vem dentro da assistência compensatória, da ação afirmativa que, a meu ver, são positivas. [...]

### Como o senhor vê a tese de que se trata de uma discriminação?

**Joel:** Não concordo. Discriminação, racismo e preconceito – que são três coisas diferentes, mas a gente usa como uma só – existem sim no Brasil. Esse movimento não nasceu ontem, não tem um mês ou um ano. Se há cerca de 100 anos os negros lutam contra o racismo é porque há o racismo. Esta é a prova.

Clarissa Oliveira entrevista o historiador Joel Rufino dos Santos. Publicada em *O Estado de S. Paulo*, 20 nov. 2007.

1. Por que os afrodescendentes precisam lutar? Explique.
2. O que são as cotas a que se refere o texto? Pesquise sobre isso e converse com seus colegas sobre o assunto. Depois, explique se você concorda ou não com a opinião do autor.
3. Em sua opinião, existe racismo no Brasil? Explique.

## A DEFESA DO AMBIENTE

Os movimentos ambientalistas não são somente aqueles que se dedicam às questões de âmbito planetário, como aquelas em relação aos impactos do aquecimento global. Não podemos nos esquecer de que, em nosso bairro, em nossa cidade também podem existir problemas que afetam o meio ambiente local, e que está ao alcance de cada um de nós intervir nessa realidade, buscando alterá-la para melhor.

Este é um verdadeiro exercício de cidadania, quando os indivíduos se reconhecem como parte de certa realidade e assumem responsabilidades sobre ela.

## Ser ambientalista

O número de movimentos ambientalistas no Brasil é grande e tem de tudo; desde a defesa de preservação de uma única espécie animal ou vegetal, como é o caso do Grupo Tucuxi, movimento que luta pela preservação do boto-cor-de-rosa, na Amazônia, como aqueles que lutam pela preservação de um rio, de um lago, de um simples córrego, ou uma árvore ameaçada num determinado jardim. Existem outros movimentos que lutam por questões mais planetárias, como os movimentos que lutam contra a perfuração da camada de ozônio que circunda o Globo Terrestre [...]. No Grande ABC não é diferente, tem os mais variados tipos de movimentos ambientalistas. Tem aqueles que desenvolvem

um trabalho unicamente na luta pela preservação da represa Billings, como é o caso do S.O.S. Billings. Existe movimento que luta contra a poluição do ar, como é o caso do Grupo Ecológico Consciência, que luta contra as chaminés e suas fuligens. O S.O.S. Mata Atlântica luta pelo que resta de uma das matas mais exuberantes do planeta, que na época de nosso descobrimento ocupava todo o litoral Atlântico e que abrange grande parte do litoral de São Paulo. A Uipa – União Internacional Protetora dos Animais, se dedica a defender os indefesos, isto é, os animais, contra o abandono e maus-tratos. [...]

Alguns movimentos ambientalistas são compostos por 2 ou 3 pessoas, enquanto outros têm 200 ou mais integrantes, porém, mais importante do que a quantidade é a persistência e a capacidade de conhecimento específico daquilo que se está defendendo. Não basta somente defendermos o mico-leão-dourado, é necessário que conheçamos cada particularidade do animal para podermos convencer as outras pessoas da necessidade de sua preservação. Na questão da defesa da represa Billings se faz necessário conhecer um mínimo de legislação sobre os mananciais. Os principais diretores do MDV – Movimento em Defesa da Vida – conhecem o básico sobre a represa Billings e sobre a história da degradação ambiental do Grande ABC. Se em cada bairro existissem algumas pessoas preocupadas com a própria história local, provavelmente a preservação desses bairros se daria de forma mais concreta, e suas praças, córregos e terrenos baldios seriam mais conservados.

CASTILLHO, José Contreras. Disponível em: <[www.meioambientenews.com.br/conteudo.ler.php?q%5B1%7Cconteudo.idcategoria%5D=26&id=76](http://www.meioambientenews.com.br/conteudo.ler.php?q%5B1%7Cconteudo.idcategoria%5D=26&id=76)>. Acesso em: 12 mar. 2012.



São José dos Campos (SP), 2008.  
Estudantes durante passeata pelo Dia Mundial do Meio Ambiente.

- Organize um quadro com os movimentos ambientalistas citados no texto e seu foco de atuação. O que há em comum entre eles?

## OS MOVIMENTOS DE MULHERES

Os movimentos de mulheres procuram acabar com as desigualdades entre homens e mulheres quanto a salários, oportunidades de trabalho, responsabilidades na divisão do trabalho doméstico e com os filhos, lutam pelo direito ao aborto e pelo fim da violência doméstica, entre outras reivindicações.

No Brasil, existem várias entidades que atuam em situações específicas. Preocupam-se também com problemas de âmbito mais geral, como a melhoria dos transportes públicos, o direito à moradia, à educação e à saúde, o cuidado com os filhos etc.

Dentre as conquistas obtidas por esses movimentos, destaca-se a criação, nos anos 1980, do Conselho Estadual da Condição Feminina e da Delegacia Especializada da Mulher, como canais de diálogo entre o Estado e as mulheres.



Manifestação pelo Dia Internacional da Mulher, em Maceió (AL), 2007.



O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, usa boné que recebeu de integrantes do movimento *hip-hop* durante encontro no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), 2004.

## MOVIMENTO CULTURAL: O HIP-HOP E A CIDADANIA

O movimento cultural *hip-hop* surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960 e ganhou vários adeptos no Brasil nos anos 1980, especialmente em São Paulo. O *hip-hop* ganhou força no Brasil como movimento que expressa o protesto da população da periferia contra as elites e o Estado.

### Movimento cultural *hip-hop*: arte e cidadania

A discussão aprofundada deste tema é de fundamental importância para o Movimento Cultural Político e Social *Hip-hop*, e seus novos rumos no futuro próximo. Acreditamos que a utilização dos elementos artísticos do *hip-hop* (dança de rua, grafite e DJ) como veículo aglutinador da juventude, para a construção de um verdadeiro processo de cidadania dos jovens de periferia, deva ser encarado como o maior desafio da história do movimento.

É importante destacar como o Movimento *Hip-hop* poderá desenvolver o processo de uma cidadania plena da juventude pobre e como deve ser a relação do *hip-hop* com os outros movimentos populares, que também estão trabalhando para construir a cidadania nas suas áreas específicas de atuação.

Mas, antes de tudo, o que é cidadania? O que se entende por cidadania?

Hoje, a opinião predominante é o entendimento do conceito de cidadania como sendo um processo que tem como objetivo final a formação de cidadãos críticos, cientes dos seus direitos e deveres e altamente participativos da construção política do seu país, estado ou município. Cidadãos que realmente se importem com os rumos da sociedade na qual estão inseridos [...]. Cidadãos que se preocupem uns com os outros. Inclusive um valor que deve ser cultivado no processo de cidadania é o da solidariedade. [...]

Quando se diz que o Movimento *Hip-hop* contribui com o processo de cidadania dos jovens, não se tem necessariamente no pensamento o abrangente conceito de cidadania anteriormente descrito. Porém, a cidadania no *hip-hop*, hoje, quer dizer: aumento da autoestima dos jovens das camadas populares, envolvimento com a produção de cultura, internalização individual de uma identidade coletiva, como a que o *hip-hop* proporciona e, conseqüentemente, o combate à ociosidade e a efetivação da inclusão social.

É evidente que para o Movimento *Hip-hop* contribuir para a construção da cidadania plena da juventude pobre como um todo primeiramente deve construí-la internamente, isto é, dentro do movimento com seus próprios militantes.

Para isso, o primeiro passo necessário consiste no *hip-hop* despertar para a definitiva consolidação do quinto elemento que, na prática, se constitui na busca do conhecimento, na responsabilidade social e na participação política na sociedade. Este novo elemento vem sendo cada vez mais discutido dentro do movimento, principalmente em estados como Pernambuco, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande Sul, São Paulo, entre outros. Podendo ser traduzido pela organização e formação de entidades locais, a exemplo da Associação Metropolitana de *Hip-hop*, como a realização de trabalhos sociais com os quatro elementos artísticos do *hip-hop* nas periferias. O *rap*, a dança de rua, o grafite e o DJ representam o lado lúdico-artístico e cultural do Movimento *Hip-hop* e funcionam como mobilizador da juventude pobre, que facilmente se identifica. E que acompanhado da formação política possa vir a se traduzir na ascensão de sujeitos ativos capazes de lutar por outro mundo sem opressores e oprimidos.

Mas qual é a principal importância da formação política dentro do Movimento *Hip-hop*? Exatamente para que se consiga pôr em termos práticos o que tanto se fala nas letras de *rap*: a construção de uma sociedade justa, solidária, onde todos os cidadãos vivam com dignidade.

Mas, então, com que tipo de política o *hip-hop* deve se orientar?

A política de defesa radical do povo da periferia, especialmente da juventude. Para isso, é preciso que o Movimento *Hip-hop* entenda: quem são os inimigos da camada popular e da periferia, como agem e quais são as alternativas para combatê-los.

[...]

RICARDO, Sérgio (Sociólogo da favela). Disponível em: <[www.institutovotorantim.org.br/pt-br/artigos/Paginas/culturaejuventude.aspx](http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/artigos/Paginas/culturaejuventude.aspx)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

1. Que relações o autor estabelece entre o movimento *hip-hop* e a construção da cidadania?
2. Procure saber se em sua região há algum movimento cultural que em sua atuação aborde diretamente as questões relacionadas à cidadania. Levante informações sobre esse movimento e compartilhe com os colegas tal iniciativa.

3. Leia a canção a seguir e responda às questões.

**R.A.M.**

Marcelo Yuka

Nação não é bandeira  
Nação é união  
Família não é sangue  
Família é sintonia

Novos satélites nos aproximam  
Mais e mais  
Então a gente se vê nos telejornais  
Agora mesmo pedras estão voando  
Na direção certa  
Confie nisso, “véio”  
Ritmos, ações e manifestos (refrão)

Atirados em passeatas  
Ou em casos solitários  
Como batuques diferentes  
Numa mesma pulsação  
Que não vão mudar o mundo

Mas fazem a diferença  
Fazem nossa diferença  
Ao fascismo que cresce  
Com a crise  
Fazem nossa diferença  
Na maneira de encarar  
Cidadania, ruas e microfones

*O Rappa* [Rio de Janeiro]: Warner Music, 1994. Faixa 6.

a) Que ideias Marcelo Yuka defende nessa canção?

---

---

---

b) Pode-se considerar que parte das ideias do autor do primeiro texto está em concordância e representada na canção de Marcelo Yuka? Justifique.

---

---

---

---

---

## PESQUISAR

Em grupos, escolham um dos movimentos sociais listados a seguir e procurem saber se ele está organizado em sua cidade ou em alguma localidade próxima:

- movimento negro;
- movimento de mulheres;
- movimento ambientalista;
- movimento cultural *hip-hop*.

Se houver outro movimento em sua localidade, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), ou algum outro, este também poderá fazer parte da pesquisa.

Elaborem um roteiro de entrevista com algum representante do movimento com o objetivo de levantar:

- sua história;
- seus objetivos;
- suas formas de organização e atuação;
- e outras perguntas que o grupo considerar pertinentes.

Com base nas respostas obtidas, redijam um texto sobre esse movimento social e exponham para a classe as descobertas da pesquisa de vocês.

## APLICAR CONHECIMENTOS

### 1. Enem (2010)

*O crescimento rápido das cidades nem sempre é acompanhado, no mesmo ritmo, pelo atendimento de infraestrutura para a melhoria da qualidade de vida. A deficiência de redes de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, de pavimentação de ruas, de galerias de águas pluviais, de áreas de lazer, de áreas verdes, de núcleos de formação educacional e profissional, de núcleos de atendimento médico-sanitário é comum nessas cidades.*

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009. (Texto adaptado.)

Sabendo que o acelerado crescimento populacional urbano está articulado com a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de implementação de leis de proteção ao meio ambiente, pode-se estabelecer o estímulo a uma relação sustentável entre conservação e produção a partir:

- do aumento do consumo, pela população mais pobre, de produtos industrializados para o equilíbrio da capacidade de consumo entre as classes.
- da seleção e recuperação do lixo urbano, que já é uma prática rotineira nos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento.
- da diminuição acelerada do uso de recursos naturais, ainda que isso represente perda da qualidade de vida de milhões de pessoas.
- da fabricação de produtos reutilizáveis e biodegradáveis, evitando-se as substituições e descartes, como medidas para a redução da degradação ambiental.
- da transferência dos aterros sanitários para as partes mais periféricas das grandes cidades, visando-se à preservação dos ambientes naturais.

### 2. Enem (2010)

*A ética exige um governo que amplie a igualdade entre os cidadãos. Essa é a base da pátria. Sem ela, muitos indivíduos não se sentem “em casa”, experimentam-se como estrangeiros em seu próprio lugar de nascimento.*

SILVA, Roberto Romano da. Ética, defesa nacional, cooperação dos povos. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (Org.). *Segurança & Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007. (Texto adaptado.)

Os pressupostos éticos são essenciais para a estruturação política e integração de indivíduos em uma sociedade. De acordo com o texto, a ética corresponde a:

- valores e costumes partilhados pela maioria da sociedade.
- preceitos normativos impostos pela coação das leis jurídicas.
- normas determinadas pelo governo, diferentes das leis estrangeiras.
- transferência dos valores praticados em casa para a esfera social.
- proibição da interferência de estrangeiros em nossa pátria.

### 3. Enem (2011)

*O brasileiro tem noção clara dos comportamentos éticos e morais adequados, mas vive sob o espectro da corrupção, revela pesquisa. Se o país fosse resultado dos padrões morais que as pessoas dizem aprovar, pareceria mais com a Escandinávia do que com o Bruzundanga (corrompida nação fictícia de Lima Barreto).*

FRAGA, Plínio. Ninguém é inocente. *Folha de S.Paulo*, 4 out. 2009. (Texto adaptado.)

O distanciamento entre “reconhecer” e “cumprir” efetivamente o que é moral constituiu uma ambiguidade inerente ao humano, porque as normas morais são:

- a) decorrentes da vontade divina e, por esse motivo, utópicas.
- b) parâmetros idealizados, cujo cumprimento é destituído de obrigação.
- c) amplas e vão além da capacidade de o indivíduo conseguir cumpri-las integralmente.
- d) criadas pelo homem, que concede a si mesmo a lei à qual deve se submeter.
- e) cumpridas por aqueles que se dedicavam inteiramente a observar as normas jurídicas.

## ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO

### Bacharel em Direito

Nesta profissão, o bacharel tem o domínio dos textos da Constituição, leis ordinárias e outros documentos legais. Defendendo interesses de indivíduos, empresas ou poder público, atua nos mais diferentes campos do direito: civil, penal, trabalhista, tributário, ambiental e outros. Para atuar como advogado, precisa ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ao defender o interesse de seus clientes ou do Estado, deverá

redigir textos, petições e saber expressar-se oralmente para fazer valer seus argumentos. O estudante deverá se dedicar com profundidade ao estudo das leis e adquirir noções de economia, sociologia e ciência política.

**Formação escolar exigida:** Ensino Superior (cinco anos).

**Área de atuação:** Pode atuar tanto no setor privado como no setor público, assim como defender instituições em causas ambientais

ou no direito de minorias. Pode montar o próprio escritório ou trabalhar em empresas. Na carreira jurídica, que dispensa o exame da OAB, exerce funções como delegado de polícia, defensor público, procurador do Estado, promotor de Justiça, entre outros. Para isso, precisa ser aprovado em concurso público. Se desejar, tem a possibilidade de seguir carreira acadêmica, mediante a realização de curso de pós-graduação.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### ELES NÃO USAM BLACK-TIE

Baseado na peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Um operário engravida a namorada e resolve se casar. Paralelamente, a empresa onde ele trabalha entra em greve e ele resolve furar o movimento para garantir o emprego, mas entra em choque com seu pai, o líder da greve.

Direção de Leon Hirszman. Brasil, 1981, 115 min.



#### O HOMEM QUE VIROU SUCO

Conta a história de um poeta popular recém-chegado do Nordeste a São Paulo, que sobrevive de suas poesias e seus folhetos. Na capital, ele é confundido com o operário de uma multinacional que mata o patrão na festa em que recebe o título de operário-símbolo.

Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 1980, 90 min.



#### VISTA A MINHA PELE

Esse filme é uma paródia da realidade brasileira, para servir de material para discussão sobre racismo e preconceito. Nessa história invertida, os negros são a classe dominante e os brancos foram escravizados.

Direção de Joel Zito Araújo. Brasil, 2003, 23 min.



#### ZUMBI SOMOS NÓS

Uma produção independente da terceira edição do DOCTV (MinC/TV Cultura), o documentário propõe uma reflexão sobre questões raciais na sociedade brasileira contemporânea e a criação de estratégias artísticas para responder a essas questões, inscrevendo na vida cotidiana novas formas de olhar, pensar e agir.

Direção de Frente 3 de Fevereiro. Brasil, 2007 (acompanha livro), 52 min.

O MELHOR DE

## SP

Paulistano diz que vai gastar mais neste Natal, mostra revista. Pág. 14

---

SAÚDE

Grupo trata obeso como viciado

# Dilma demite assessora por suspeita de corrupção

Indiciada pela PF, Rosemary Noronha chefiava escritório da Presidência da República em SP

O Palácio do Planalto decidiu punir os servidores envolvidos na Operação Porto Seguro da Polícia Federal. Dilma avaliou com sua equipe que o caso era "grave" e exigiu uma resposta rápida do governo.

A chefe de gabinete da Presidência em São Paulo, Rosemary Noronha de Moronha, foi demitida. Também foi indiciada por suspeita de ligação com organização criminosa que obtinha parcerias ilícitas fraudulentas.

Outro que deixa o cargo é José Weber (kolanta, irmão direito do ministro Luís Inácio Adorno na AGU (Advocacia-Geral da União), Rosemary e Weber (kolanta não foram encontrados pela reportagem. Folha B6

ELIAMI CARVALHO

Durante busca da PF em sua casa, Rose ligou para José Dirceu

Como é que a chefe de gabinete nomeia diretor de agência? Opinião A7

Manchete de jornal paulistano destacando caso de corrupção no governo federal. *Folha de S. Paulo*, 25/11/2012.

Quando pensamos em política, o que vem muitas vezes à nossa cabeça são as manchetes dos jornais sobre corrupção dos políticos, desvios de verbas de obras públicas, falta de hospitais, transporte coletivo lotado etc. Talvez por isso foi sendo construído em nossa memória social um retrato negativo e desinteressante do tema.

No entanto, essa imagem reflete apenas a aparência, aquilo que a política parece ser. Não que ela não tenha corrupção, por exemplo, mas ela vai muito além disso. As Ciências Sociais nos ajudam a enxergar o que está nos bastidores da política, aquilo que nem sempre está visível para nós.



Pichação na rua Quirino de Andrade, no centro da capital paulista, 2009.



## VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?

A política relaciona-se com poder, e o poder está presente em nossas relações cotidianas. Por exemplo: quando em conjunto com outras pessoas escolhemos um passeio ou uma refeição, ou ainda no trabalho, quando aceitamos executar determinadas tarefas, e não apenas no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. Mas como as relações de poder em nosso dia a dia se conectam a dimensões mais amplas, como as instituições políticas e as eleições?

Um dos antropólogos brasileiros mais conhecidos, Roberto DaMatta, estudou a cultura brasileira de acordo com seus vários rituais: carnaval, futebol, festas religiosas, e com um rito menos visível, mas nem por isso menos importante, que ele denominou rito do “Você sabe com quem está falando?”

Você já deve ter ouvido essa expressão. Para DaMatta, ela é reveladora de nossa cultura política cotidiana, aquela política que fazemos em nosso dia a dia manejando os pequenos poderes e hierarquias que atravessam a vida de todos nós. Costumamos utilizá-la na relação entre mãe e filho, delegado e cidadão, funcionário e usuário, e em muitas outras situações, geralmente quando uma hierarquia é rompida. Ou seja, quando uma relação de poder que implica um superior e um inferior é colocada em xeque.

Nesse momento, quando vemos nosso poder ameaçado, buscamos restabelecer a hierarquia e mostramos ao outro qual é seu lugar. O ditado “cada macaco no seu galho” ou, como diz uma letra de *funk* mais recente, “Ado, ado, ado, cada um no seu quadrado”, reflete bem esse valor cultural brasileiro.

### Roberto DaMatta

Nelson Perez/Agência Estado/AE



Nasceu em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 1936. É um dos antropólogos mais conhecidos e lidos do Brasil. Realizou pesquisas entre os índios Gavião e Apinayé e posteriormente foi pioneiro nos estudos de rituais e festivais em sociedades industriais, tendo investigado o Brasil como sociedade e sistema cultural por meio do carnaval, do futebol, da música, da comida, da cidadania, da mulher, da morte, do jogo do bicho e das categorias de tempo e espaço. Autor de dezenas de livros, entre eles *Carnavais, malandros e heróis* e *O que faz do Brasil, Brasil*, atualmente é docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e

Nossa história, desde a colonização, passando pela escravidão e exploração capitalista, causando a enorme pobreza e desigualdade que existem até hoje, nos ajuda a entender por que a expressão “Você sabe com quem está falando” é tão utilizada. A noção de igualdade é uma construção recente no Brasil, e seus significados mais profundos estão sendo ainda construídos com muitas resistências e oposições. Leia a notícia a seguir para entendermos mais sobre o tema.

### Jovens alcoolizados são autuados ao sair de boate no Centro

RIO – Dois dos seis jovens detidos esta manhã por estarem alcoolizados foram autuados após terem sido flagrados alcoolizados, saindo da boate The Week, na Rua Sacadura Cabral, na Gamboa.

O motorista, identificado apenas como Tiago, foi conduzido para o IML para realizar o teste de alcoolemia. A estudante de direito Natália Martins Costa, de 21 anos, foi autuada por tráfico de influência, já que ao ser abordada pelos PMs afirmou ser filha de um procurador do Ministério da Fazenda.

Os jovens foram abordados pela polícia por volta das 7h30m, na Rua do Acre, no Centro. Os policiais pararam o carro, um Palio com placa de Niterói, por excesso de passageiros, com sete jovens. Ao fazer a abordagem, eles sentiram forte cheiro de álcool e resolveram conduzir os jovens para a 5ª DP (Gomes Freire) para realizar o teste do etilômetro. Os outros cinco jovens, que também tinham bebido, foram liberados, pois estavam de carona.

Segundo os PMs, ao ser abordado, o motorista do carro se recusou a fazer o teste do etilômetro. Natália afirmou que o motorista do carro, Tiago, havia bebido apenas três cervejas já que havia sido escalado para o ser motorista do grupo. Ela afirmou ainda ser difícil para os jovens saírem à noite sem beber nada.

COSTA, Ana Cláudia. *Extra*. 27 nov. 2008. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/rio-transito/jovens-alcoolizados-sao-autuados-ao-sair-de-boate-no-centro-582348.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Para DaMatta, nós brasileiros aceitamos a igualdade desde que cada um saiba qual é seu lugar, ou seja, uma igualdade que está baseada no respeito às hierarquias sociais. No entanto, hierarquia e igualdade não são coisas opostas? Em nosso cotidiano convivemos com essas duas orientações contraditórias: de um lado a lei, que diz “todos somos iguais”, e de outro uma prática que ensina manda quem pode; obedece quem tem juízo.

O uso da expressão “Você sabe com quem está falando?” teria surgido e se disseminado num período em que as hierarquias sociais diminuíram no Brasil, quando foi instalada a igualdade jurídica entre todos os cidadãos, e quando a urbanização criou uma situação de maior contato e convívio entre pobres e ricos, brancos e negros, homens e mulheres, adultos e crianças nos vários ambientes sociais. Como reação à fragilização das antigas hierarquias, as pessoas que passaram a sentir seu poder diminuído, perdendo seus privilégios, buscariam então restituí-los nas interações face a face.

Sendo assim, nossa cultura política teria traços autoritários, já que não apenas os políticos, mas a população de modo geral, reconhecem e reproduzem as formas de poder que podem ser aparentemente pequenas, mas alimentam realidades maiores.

Na reportagem, por exemplo, a jovem, quando autuada, tentou se livrar alegando ser filha de um procurador do Ministério da Fazenda, reivindicando um privilégio, dizendo para o policial nas entrelinhas: “Você sabe com quem está falando?”. Vemos, assim, que a corrupção, sempre associada aos “políticos”, é algo que depende de um corruptor, alguém que ofereça suborno e vantagens àquele que desenvolve funções públicas; por isso, ela é sempre uma relação entre pessoas, e atribuí-la unicamente ao “político” é ver apenas uma face da moeda.

Há uma prática, ainda comum em nosso país, que é a de votar num candidato reconhecendo nele uma autoridade, a fim de extrair dela benefícios pessoais e familiares. Na verdade, o político é alguém que depende do eleitor, de seu voto, e não alguém cuja autoridade se impõe à população. E mais: o papel do vereador ou deputado não é atender aos interesses pessoais de uma ou outra pessoa, mas ao interesse da comunidade que ele representa, como um todo. Para o político, alimentar essa relação pessoal com os eleitores e suas famílias é interessante porque os torna dependentes de seus favores e benefícios. Para o cidadão comum, esta acaba sendo uma forma de tentar resolver problemas imediatos relacionados com a sobrevivência ou com o bem-estar de sua família.

No período de nossa história conhecido como República Velha (1889-1930), o voto de cabresto era uma realidade no país, ainda predominantemente rural. Os coronéis exerciam grande poder sobre os trabalhadores e sobre a população em geral, um poder que era político, social, econômico e moral, de forma que as pessoas se viam obrigadas, pela coerção, a votar nos próprios coronéis ou nos candidatos por ele apoiados. Há resquícios dessa realidade presentes até hoje em nossa cultura política.

É possível perceber que nossos valores cotidianos também estão inter-relacionados com o exercício da política institucional. O macro se relaciona com o micro, mesmo que nem sempre seja fácil enxergar essas relações.

#### PARA REFLETIR I

Claro está que o “sabe com quem está falando?” denuncia em níveis cotidianos essa **ojeriza** à discórdia e à crise, traço que vejo como básico num sistema social extremamente preocupado com “cada qual no seu lugar”, isto é, com hierarquia e com a autoridade. Nessa perspectiva, descobre-se por que o “sabe com quem está falando?” causa embaraço. Realmente, num mundo que tem de se mover obedecendo às engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural, os conflitos tendem a ser tomados como irregularidades. O mundo tem de se movimentar em termos de uma harmonia absoluta, fruto evidente de um sistema dominado pela totalidade que conduz a um pacto profundo entre fortes e fracos. É, portanto, nesse sistema de dominação em que o conflito aberto é evitado que encontramos, dentro mesmo da relação entre superior e inferior, a ideia de consideração como valor fundamental.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 184-185.

#### GLOSSÁRIO

**Ojeriza:**  
Antipatia,  
aversão.

1. Dê exemplos de situações concretas conhecidas ou vividas por você em relação ao “Sabe com quem está falando?”

.....

.....

.....

2. Reflita sobre a maior ou menor presença da hierarquia e dos privilégios nas relações sociais em quatro instituições: empresa, igreja, família e política.

.....

.....

.....

## QUAL É O SENTIDO DA POLÍTICA?

Um importante sociólogo que estudou a política no mundo moderno foi Max Weber. Antes de estudar seus conceitos políticos, vamos entender o que é a sociedade para esse autor.

Weber acredita que a sociedade é constituída de indivíduos interligados. Não existe uma sociedade fora dos indivíduos ou acima deles, algo separado que tenha vida própria. Os indivíduos é que constituem a sociedade com base em suas ações e relações concretas.

Sendo assim, para Weber, o objeto de estudo da Sociologia não é a sociedade, mas a ação social dos indivíduos. São eles que devem ser estudados se quisermos entender como as relações sociais são construídas.

O mais importante para Weber é compreender e interpretar a construção dos significados e sentidos pelos indivíduos na vida social, de modo que se possam desvendar

os significados que as ações teriam para aqueles que agem. Por isso, Max Weber é considerado um representante da chamada sociologia compreensiva.

### Max Weber (1864-1920)

Maximilian Weber nasceu em Erfurt, em 21 de abril de 1864, e faleceu em Munique, em 14 de junho de 1920. Foi um importante intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia. Sua teoria enfatiza o indivíduo em suas relações com outros, e acredita que a sociedade é uma realidade múltipla e inesgotável, que não pode ser conhecida em sua totalidade. Todo conhecimento sobre a vida social é construído com base em um ponto de vista, que obtém certas respostas de acordo com seu campo de visão. Para Weber, a característica mais importante das sociedades modernas é a expansão da racionalidade (um modo de pensar e agir baseado no cálculo e no planejamento visando atingir resultados), que abarcou todas as dimensões de nossa vida, como a economia, a religião e a política.

Sua obra mais conhecida é *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, na qual ele analisa a emergência do moderno capitalismo no Ocidente como algo impulsionado pela ética religiosa protestante, principalmente pela doutrina calvinista, para a qual a disciplina no trabalho (elemento fundamental para a consolidação do capitalismo) se apresentava como dever religioso, favorecendo a construção de “espíritos” sintonizados com o modo capitalista de viver.



Mondadori Portfolio/Getty Images

## AÇÃO SOCIAL

Ação é toda conduta individual dotada de significado por aquele que a executa, ou seja, é uma conduta em que o indivíduo constrói um significado próprio. Para ser social uma ação deve estar referida a outros indivíduos (ou indivíduo), estejam eles vivos ou mortos, no presente, no passado ou no futuro.

Como a sociedade não existe sem seres humanos agindo em grupos, não se pode buscar o significado da vida social fora dos seres humanos. Por isso, é necessário estudar o indivíduo e os significados que ele dá à sua vida e às suas decisões. Para Weber, não se pode presumir a existência prévia de estruturas sociais dotadas de um significado **intrínseco**, porque os significados são produzidos, reproduzidos e modificados por seres humanos em suas relações mútuas.

Por exemplo, se analisarmos uma religião, não podemos antecipar como um elemento **a priori** que ela seja voltada à libertação das pessoas ou à sua alienação. Tudo vai depender dos significados que são produzidos pelos indivíduos que fazem parte dessa religião, o que implica considerar as diferentes posições que esses indivíduos ocupam dentro dela e os sentidos por eles construídos. Não se pode presumir algo como inerente à religião, uma espécie de essência da instituição.

Entretanto, os indivíduos não criam os significados para suas ações de forma autônoma ou isolada de seu ambiente social; pelo contrário, eles constroem significados de acordo com as relações sociais e históricas. Isso significa que, ao analisar os períodos históricos, podemos encontrar tendências para a ação social dos indivíduos.

Analisando as ações religiosas das pessoas, por exemplo, é possível perceber certos padrões compartilhados ao longo do tempo e variações no tipo de ação individual construída em cada uma das religiões.

Veja a seguir quatro tipos de ações sociais. Os tipos de ação raramente se encontram em estado puro na realidade. Geralmente há uma mistura de mais de um tipo de orientação nas ações que praticamos no dia a dia, ainda que uma das orientações costume ser predominante.

### GLOSSÁRIO

**A priori:** expressão latina que designa o conhecimento anterior à experiência, que antecede a observação dos fatos. Costuma ser contrastada com a expressão *a posteriori*, que significa aquilo que é posterior à experiência.

**Intrínseco:** aquilo que é próprio e essencial; que existe por si mesmo.

## AÇÃO RACIONAL COM RELAÇÃO A FINS

É a ação orientada para os resultados, preocupada com o planejamento das etapas que melhor levam o indivíduo a alcançar seus objetivos. É uma ação planejada para atingir um fim.

Por exemplo, quando alguém tem como objetivo entrar numa faculdade, o jeito mais racional de obter êxito é planejar os passos necessários: estudar para o vestibular, fazer a inscrição, informar-se sobre o calendário e, finalmente, fazer a prova. Entretanto, você também poderia mandar rezar uma missa pedindo a aprovação aos céus. Nesse caso, porém, não seria uma ação racional.

## AÇÃO RACIONAL COM RELAÇÃO A VALORES

É a ação orientada por valores e princípios éticos. Nela o indivíduo age de forma consciente-racional, mas seu objetivo maior é preservar um valor ou uma crença.

Por exemplo, imaginemos uma situação em que um trabalhador faltou ao trabalho porque estava cansado. No dia seguinte, ele precisa dar uma justificativa ao patrão, e falar a verdade pode colocar seu emprego em risco, mas mesmo assim ele prefere fazer isso. Nesse caso, prevaleceu o valor do indivíduo (falar a verdade) sobre o objetivo de preservar seu emprego.

## AÇÃO AFETIVA

É a ação baseada nas emoções, nas explosões dos impulsos e nos afetos. A ação afetiva pode causar tragédias (como machucar alguém por ciúmes) ou causar maravilhas (como produzir uma obra de arte). É vista por Weber como irracional.

Por exemplo, imagine que em uma discussão no ambiente de trabalho você se descontrola e começa a falar francamente tudo o que pensa de seu chefe, movido pela indignação diante de uma atitude cometida por ele. Você agiu com base nas emoções, sem pensar, e só posteriormente avaliará as consequências.

## AÇÃO TRADICIONAL

São as ações orientadas por hábitos enraizados, por costumes que se reproduzem por gerações e que não são conscientes para os indivíduos. Elas são repetidas de forma quase automática; por isso, Weber as considera ações irracionais.

Por exemplo, não passar debaixo de escada, porque dá azar, é um hábito tão mecânico que, muitas vezes, as pessoas não pensam para realizá-lo.

### DEBATER

Em grupo, pensem em outros exemplos que se encaixam nas definições de ação de Max Weber. Apresentem suas conclusões para a classe e as debatam com os outros grupos.

## ÉTICA DA CONVICÇÃO E ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

Quando analisamos a política hoje, qual é o tipo de ação social que predomina: a ação racional, a ação afetiva ou a ação tradicional?

Em sua época, Weber analisou a conduta dos políticos e percebeu que ela estava baseada em dois tipos de ética: a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

Os políticos movidos pela ética da convicção enfatizam os valores e princípios defendidos: por exemplo, o valor do combate à pobreza ou a defesa dos valores morais da família. Comprometem-se, sobretudo, com as próprias convicções, sem se preocupar com as consequências reais que elas terão na sociedade.

O valor defendido tem um sentido em si mesmo e é o fim último da ação política. No exemplo citado: acabar com a pobreza ou preservar os valores morais da família.

Já os partidários da ética da responsabilidade estão mais preocupados em planejar, calcular, racionalizar suas ações tendo em vista os objetivos que buscam alcançar. Trata-se de uma ética comprometida com o resultado, com o efeito da ação na realidade.

Nela, os fins justificam os meios, na medida em que, para alcançar os fins almejados, pode ser necessário utilizar meios duvidosos ou mesmo contrários aos valores pessoais do agente político. Para atingir um bem maior, é preciso estar disposto a planejar os meios mais eficientes.

### Weber e Maquiavel

A famosa frase “os fins justificam os meios” foi difundida como síntese das ideias do filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527). Em sua obra *O príncipe*, escrita em 1513, ele defende que a política deve ser separada da religião, e que o monarca deve fazer o que for necessário para preservar seu poder. Segundo ele, o príncipe

[...] não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 80. (Coleção Os Pensadores.)

Daí vem o adjetivo “maquiavélico”, que assumiu um significado pejorativo, relacionando-se a alguém que não tem escrúpulos. Weber reconhece a importância de o político encarar de forma racional sua tarefa, sem falsos valores morais e ilusões, mas também reconhece que apenas essa visão prática pode levar a um desvirtuamento, sendo necessário um equilíbrio entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção.

Como podemos relacionar a ética da responsabilidade e a ética da convicção com os tipos de ação social elaborados por Weber? É possível verificar que a ética da convicção relaciona-se muito com ações que envolvem menos racionalidade (ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional).

Nela, a vontade do indivíduo está submissa aos valores tradicionais, religiosos ou éticos. Por sua vez, a ética da responsabilidade associa-se muito mais à ação racional com relação a fins, uma ação dotada de forte racionalidade, que consiste num exercício consciente do indivíduo.

Como esses tipos de ação não se encontram em estado puro, notamos que os políticos agem ora com uma ação mais afetiva, ora com uma ação mais tradicional, ligada a valores muito antigos que se perpetuam no tempo, e isso muitas vezes se mistura às ações racionais. Os conceitos de Weber são, por esse motivo, uma ferramenta muito interessante para analisar a ação política no mundo atual.

## APLICAR CONHECIMENTOS I

Assista ao documentário *Vocação do poder* (veja mais informações sobre esse vídeo no final desse capítulo). Em seguida, elabore o perfil de pelo menos dois candidatos retratados no documentário, analisando os seguintes pontos:

1. A orientação dos candidatos está mais próxima da ética da convicção ou da ética da responsabilidade?
2. Quais são as consequências da orientação ética no caso desses candidatos?

Se não for possível assistir ao filme, responda às questões com base em dois candidatos que disputaram as eleições passadas na cidade onde você vive.

## PARA REFLETIR II

Certo que a política se faz com o cérebro, mas indiscutível também, que ela não se faz exclusivamente com o cérebro. Quanto a esse ponto, razão cabe aos partidários da ética da convicção. Não cabe recomendar a ninguém que atue segundo a ética da convicção ou segundo a ética da responsabilidade, assim como não cabe dizer-lhe quando observar uma e quando observar outra. [...] Vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à "vocação política".

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

1. Qual das duas éticas você acha que predomina no modo como a política é feita em nosso país? Cite um exemplo de cada.

.....

.....

.....

.....

2. Qual é a importância dessas éticas para que a política possa produzir o bem comum da população?

.....

.....

.....

.....

## ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Rigorosamente, não existe uma divisão ou oposição entre a sociedade e o Estado e, como vimos, essas dimensões estão muito interligadas. Entretanto, para entender o funcionamento do Estado e seu modo de inter-relação com a população, vale a pena compreender melhor os conceitos de Estado e de sociedade civil. Max Weber também pode nos ajudar aqui.

Para ele, o **Estado** consiste no exercício legítimo da violência física. O Estado estaria, em última instância, assentado no poder legítimo de exercer a violência em nome do bem comum e da proteção dos indivíduos que estão sob sua jurisdição.

Essa coerção exercida pelo Estado ocorre por meio de vários mecanismos de controle, como as Forças Armadas, as leis e as instituições públicas. Do ponto de vista mais concreto, vemos que o Estado abrange um conjunto de estruturas, pessoas, relações e instituições que estão a serviço da vida pública, daquilo que diz respeito à vida coletiva de um país.

A **sociedade civil** é formada por todos aqueles que não compõem as estruturas e as instituições estatais, e que atuam de maneira organizada na sociedade por meio de entidades associativas. Há uma inter-relação dinâmica entre Estado e sociedade civil, pois essa última atua promovendo valores, ideias e práticas que podem ter impactos políticos que afetarão direta ou indiretamente o Estado.

Quando nos voltamos à realidade brasileira, deparamos com uma sociedade civil extremamente diversificada e heterogênea, constituída por escolas, sindicatos, clubes, organizações não governamentais (ONGs), grupos culturais, meios de comunicação, movimentos sociais, igrejas, organizações empresariais, entre outras, que disputam espaço social e político.

Propostas mais recentes que defendem uma reformulação do Estado para que ele se torne mais permeável aos interesses da população mostram como Estado e sociedade civil encontram-se entrelaçados, e como é importante que um país tenha uma sociedade civil atuante e dinâmica, pois isso ajuda as necessidades da população chegar até o Estado. No entanto, antes de falar das mudanças que muitos grupos da sociedade civil gostariam de promover no Estado, vamos entender melhor como funciona sua estrutura atual.



Jorge Araujo/Folhapress

Em junho de 2012, na Rio+20, diversas ONGs fizeram manifestações nas areias da praia de Copacabana (RJ) pelo fim dos subsídios públicos para a exploração de combustíveis fósseis, como o petróleo.

O Brasil é uma República federativa presidencialista regida por uma Constituição promulgada em 1988, ou seja, elaborada e aprovada por representantes eleitos. Uma República, porque o povo é soberano e elege seus representantes para que governem o país por determinado período. É federativa porque as unidades que o compõem (os estados) têm relativa autonomia em relação ao poder central. E, finalmente, é presidencialista porque o chefe de Estado e chefe de governo é o presidente da República, que nomeia e destitui seu Ministério.

Nosso país alternou períodos relativamente democráticos com longos períodos de governos autoritários (monarquia, Estado Novo e ditadura militar), e podemos afirmar que ainda estamos no processo de construção de nossa democracia.

Ao longo de sua história, o Brasil teve duas Constituições outorgadas (impostas por governantes): uma no Império e outra durante o Estado Novo.

Constituições no Brasil			
Forma de governo	Ano	Outorgada/Promulgada	Chefe do poder executivo
Monarquia	1824	Outorgada	D. Pedro I
República	1891	Promulgada	Deodoro da Fonseca
	1934	Promulgada	Getúlio Vargas
	1937	Outorgada	Getúlio Vargas
	1946	Promulgada	Eurico Gaspar Dutra
	1967	Promulgada	Humberto A. Castello Branco
	1988	Promulgada	José Sarney

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

Em nossa democracia representativa, há um importante elemento de equilíbrio do poder político, que consiste na separação dos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Em seu funcionamento, os Poderes devem ser independentes e harmônicos, princípios que remontam à obra do filósofo Montesquieu, escrita no século XVIII num contexto de crise do Estado absolutista e de emergência dos Estados democráticos.

Em *O espírito das leis*, Montesquieu defende que a organização dos Três Poderes seria um modo de desconcentrar o poder político, evitando os desmandos do regime absolutista. Cada poder tem uma esfera de ação e uma independência em relação aos demais.

Ao mesmo tempo, eles devem ser coordenados de modo que funcionem como contrapesos um em relação ao outro. Quando o presidente da República, chefe do Poder Executivo, governa com base nas chamadas medidas provisórias (leis que diante da extrema urgência e relevância podem ser criadas pelo Executivo e são analisadas mais rapidamente), por exemplo, está agindo de forma contrária ao princípio defendido por Montesquieu, pois está invadindo a esfera de competência do Poder Legislativo, responsável pela elaboração das leis.

Os Três Poderes	
Executivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplica as leis e governa</li> <li>• União: presidente</li> <li>• Estados: governador</li> <li>• Municípios: prefeito</li> </ul>
Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elabora as leis e fiscaliza o Poder Executivo</li> <li>• União: deputados federais e senadores (compõem o Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal)</li> <li>• Estados: deputados estaduais (compõem a Assembleia Legislativa, ou Câmara Legislativa, no caso do Distrito Federal)</li> <li>• Municípios: vereadores (compõem a Câmara Municipal)</li> </ul>
Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscaliza o cumprimento das leis</li> <li>• União: juízes federais (Supremo Tribunal Federal – STF, Supremo Tribunal de Justiça – STJ), Tribunais Regionais Federais)</li> <li>• Estados: juízes estaduais (Tribunais Estaduais)</li> <li>• Municípios: não há</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

Vimos que a separação entre os Três Poderes tem como princípio equilibrar o exercício do poder político. Mas será que isso é suficiente?

## DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

Diversos grupos e setores da sociedade brasileira vêm discutindo nosso atual modelo democrático e afirmando que ele precisaria ser reformado para se aproximar efetivamente dos interesses da população, acompanhando a modernização da própria sociedade.

A noção de democracia representativa e nosso sistema de escolha de representantes não seriam mais suficientes para satisfazer os anseios de participação da população e as necessidades da sociedade. As pessoas comuns sentem-se afastadas dos espaços de poder, sentem-se pequenas diante de estruturas estatais e governamentais gigantescas que parecem inacessíveis.

Assim, não bastaria mais a eleição direta dos representantes políticos para construir uma genuína democracia; seria necessário aproximar esse representante do eleitor e conferir mais poder a esse último, fazendo com que ele possa, por exemplo, elaborar leis de interesse público sem a mediação do deputado.

Isso já é permitido pela atual Constituição brasileira, por meio dos “projetos de lei de iniciativa popular”, e um exemplo desse tipo de iniciativa é a Lei da Ficha Limpa. No entanto, as exigências para a aprovação de uma lei de iniciativa popular são rigorosas, e implicam o recolhimento de um número de assinaturas que corresponda a 1% do eleitorado brasileiro, o que, em 2012, era em torno de 1 385 443 assinaturas.

A participação de uma sociedade que fiscaliza e cobra seus representantes mostra o amadurecimento político da Nação, com a denúncia, a apuração e a condenação de crimes cometidos por políticos.

### **Lei da Ficha Limpa**

Essa lei foi resultado de uma grande mobilização nacional que envolveu cerca de 46 entidades, entre elas o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Seu principal objetivo é proibir a candidatura de políticos com condenação na Justiça, nos julgamentos em instâncias colegiadas (nas quais houve decisão de mais de um juiz). A lei abarca:

- Os crimes dolosos, quando há a intenção, e com penas acima de dois anos. Por exemplo, crimes contra a vida, contra a economia popular, contra o sistema financeiro, contra o ambiente, tráfico de entorpecentes, entre outros.
- Os condenados por atos de improbidade administrativa.
- Os que tiverem seus mandatos cassados por abuso de poder político, econômico ou de meios de comunicação, ou por corrupção eleitoral.
- Os que forem condenados por crimes graves.
- Os que foram excluídos do exercício da profissão por algum crime grave, incluídos os casos de profissionais que tiverem seus registros profissionais cassados.

A Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) mantém o portal *Ficha Limpa*. Disponível em: <[www.fichalimpa.org.br](http://www.fichalimpa.org.br)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

## APLICAR CONHECIMENTOS II

### 1. Enem (2011)

*Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.*

SOUZA, Maria Antônia de. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas*. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010. (Texto adaptado.)

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque:

- a) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- b) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- c) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- d) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- e) propiciam a adoção de valores.

### 2. Quais as estruturas do Estado estão presentes no seu dia a dia? Quais estão ausentes? Por quê?

---

---

---

## LER DEPOIMENTOS

Desde que o Brasil iniciou seu processo de redemocratização no início dos anos 1980, após um longo período de ditadura militar, as formas de participação na vida social e política do país multiplicaram-se e tornaram-se diversas. Reunimos a seguir depoimentos de pessoas que participam de três espaços diferentes: partido político, voluntariado e movimento social.

### Partido político

Eu me aproximei do partido político quando estava no ensino médio. Participava do grêmio da escola e nós ajudamos na organização do Fórum Jovem da Cidade de São Paulo, daí tive contato com pessoas que militavam no partido. Comecei a frequentar as reuniões e atividades e, após um ano, me filiei. Tive dois momentos de engajamento: o primeiro foi ao escolher o espaço do partido mesmo estando no grêmio, porque eu via o partido como um espaço mais amplo de militância. O segundo momento foi o final do ensino médio, e a saída do grêmio. Aprofundei-me mais na militância ao partido. Foi uma escolha, pois acho que o partido em que estou filiada tem uma função muito importante, que é a de se relacionar com a sociedade, com as pessoas e partir disso para a criação e o desenvolvimento da política.

É no partido político que podemos organizar um projeto de sociedade, e lutar pelas transformações que queremos. Esse tipo de participação nos permite disputar o poder, propor políticas públicas para melhorar a educação, a saúde, diminuir a desigualdade social, ou seja, é o caminho para mudar a sociedade. Nosso partido tem uma grande base social organizada, formada pelos movimentos sociais, e também contamos com intelectuais.

Minha atuação é na juventude partidária, nos debates de políticas públicas de juventude e nas lutas sociais. Nem sempre é fácil, porque você tem que lidar com o senso comum da população, que não vê com bons olhos aqueles que participam da política principalmente num partido político.

Carmen, 20 anos

Depoimento colhido por Ana Paula Corti em São Paulo, 2007.

## Voluntariado

Meu primeiro contato com o voluntariado foi quando trabalhei numa organização que desenvolvia projetos em escolas públicas. Ao longo do tempo, passei a atuar como voluntária em três escolas públicas estaduais da cidade de São Paulo, utilizando meu tempo livre, fora do trabalho.

As ações voluntárias eram direcionadas para os alunos das escolas, pais, professores e funcionários, de acordo com o interesse da escola e também da disponibilidade dos voluntários.

Fui participar como voluntária porque queria doar minha capacidade de realização e meu tempo em prol de pessoas com menos acesso a oportunidades sociais. De certa forma, para promover pequenas ações que auxiliassem a diminuir as injustiças sociais da nossa sociedade, dentro do limite de alcance dessas pequenas ações.

As ações voluntárias eram pontuais: festa para as crianças, concursos de música e dança, gincanas de pais e filhos, oficinas de reciclagem, oficinas de artes, oficinas de capoeira e malabarismo, cursos para professores e palestras para pais e a comunidade em geral.

Ações mais longas: organização de biblioteca para a escola; curso de teatro para os alunos, curso de artes plásticas etc.

O objetivo do voluntariado é propiciar mais acesso a bens culturais, sociais ou de saúde a segmentos da sociedade excluídos desses bens. E também doar tempo e talento em prol de outro ser humano. Você se sente útil, sente que está fazendo alguma coisa. Mas também tem a dificuldade de achar tempo, conciliar o tempo que precisa para trabalhar e cuidar da família com o tempo para exercer as ações voluntárias. Nem sempre é fácil você entrar numa realidade diferente da sua, e entender o universo de outras pessoas.

Lara, 48 anos

Depoimento colhido por Ana Paula Corti em São Paulo, 2007.

## Movimento social

Participo de um fórum de luta pela educação. Nossos objetivos são lutar por uma nova qualidade de ensino; ensino público para todos (com extinção do analfabetismo); democratização da gestão da escola; melhoria salarial dos profissionais da educação; mais recursos orçamentários para a educação básica.

Participam professores, estudantes, diretores, coordenadores pedagógicos, líderes comunitários e integrantes de conselhos de escolas, professores universitários e alunos de variados cursos superiores, assim como outros interessados.

Minha participação começou com uma greve de professores ocorrida em 1993. Foi uma grande greve, dessas que ainda ocorrem na rede pública. Eu era aluno do 1º ano do ensino médio e percebi, naquele momento, que não bastava apenas lutar por educação de qualidade e salário digno para os professores só uma vez por ano, quando a educação estava em crise; daí minha disposição para mobilizar as pessoas para entender e lutar por uma educação pública, de qualidade e para todos.

Nossas ações são variadas, realizamos debates nas comunidades e buscamos contato com autoridades para reivindicar e propor mudanças nas políticas educacionais.

Acho que o ponto positivo de participar de um movimento de educação é que você pode aprender muito sobre o tema e, ao mesmo tempo, conhecer pessoas muito especiais, que acreditam (ainda) que é possível construir um mundo mais justo e solidário. Por outro lado, você também pode ter a oportunidade de se perceber como um educador popular e tentar fazer disso seu trabalho. No meu caso, fui estudar pedagogia muito em razão dessas vivências. A maior dificuldade de participar de um movimento como esse é que a realidade muda de forma muito lenta e, às vezes, a gente fica desanimado. Como você vai mobilizar alguém desanimado? É por isso que atuamos como um coletivo, que vai fazendo o grupo acreditar nas mudanças e trabalhar para que elas aconteçam de fato.

Mário, 31 anos

Depoimento colhido por Ana Paula Corti em São Paulo, 2007.

Depois de ler os três depoimentos, reúna-se em duplas, reflita e responda:

1. Qual forma de participação você achou mais interessante? Por quê?

---

---

---

---

2. Das três formas de participação, quais são mais parecidas ou próximas? Por quê?

---

---

---

---

3. Quais são as principais diferenças entre a participação em partidos políticos e em grupos voluntários?

---

---

---

---

4. Em sua opinião, todas essas formas de participação podem contribuir para melhorar a vida da população, garantindo os direitos sociais básicos (educação, saúde, moradia, trabalho etc.)?

---

---

---

---

## PESQUISAR

Há diferentes formas de participar da vida social e política de nossa sociedade.

Organize-se em duplas para entrevistar uma pessoa que esteja engajada em algum dos grupos a seguir:

- grupo de igreja;
- sindicato;
- grupo de *hip-hop* (*rap*, *break* ou *grafite*);
- grêmios estudantis.

Veja a seguir uma sugestão de roteiro para a realização da entrevista:

1. Como você entrou nesse grupo?
2. Que ações esse grupo realiza?
3. Quais são os objetivos de seu grupo?
4. Quais são os pontos mais positivos de participar desse grupo?
5. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por esse grupo?
6. Você aprende alguma coisa atuando nesse grupo? Se sim, o quê?

Depois de realizada a entrevista, reúna-se em grupos de quatro, juntando duplas que pesquisaram pessoas ligadas a grupos diferentes: por exemplo, uma dupla que entrevistou alguém de um sindicato e outra que entrevistou alguém ligado a um grupo de *hip-hop*.

Cada dupla deve apresentar o resultado de sua entrevista. Na sequência, troquem ideias e debatam com base nas seguintes questões:

1. Todos esses grupos podem ser considerados formas de participação social e política? Por quê?
2. Quais são os pontos positivos de cada grupo? E os negativos?
3. Com qual grupo vocês se identificaram mais? Por quê?
4. O que as pessoas aprendem atuando nesses grupos?

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### CAFÉ FILOSÓFICO COM ROBERTO DAMATA

Você pode ter acesso ao programa *Café Filosófico* com uma palestra de Roberto DaMatta no *site* indicado ou digitando em um *site* de busca as palavras “Roberto DaMatta Café Filosófico” para localizar o vídeo.

Disponível em: <[www.cpfcultura.com.br/palestrante/roberto-damatta](http://www.cpfcultura.com.br/palestrante/roberto-damatta)>. Acesso em: 17 dez. 2012.



#### VOCAÇÃO DO PODER

O documentário filmou a campanha eleitoral de seis candidatos que concorriam a uma vaga na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro em 2004. São pessoas com perfis muito diferentes: um cantor de *funk* proveniente da comunidade, uma pastora evangélica, e quatro jovens de classe média alta, de diferentes partidos políticos. Somos levados a conhecer os bastidores das campanhas eleitorais (claro que em parte, porque a filmagem já é uma seleção do que será ou não mostrado ao espectador), bem como as miudezas do dia a dia de um candidato em busca de votos. A equipe de filmagem acompanhou as personagens durante 42 dias. Participou de convenções, reuniões, encontros, gravações de programas e, por fim, registrou a apuração dos votos.

Direção de Eduardo Escorel e José Jofilly. Brasil, 2005, 110 min.

Adegoke Taylor é um vendedor ambulante nigeriano de 32 anos de idade. Há cerca de oito anos, ele saiu da pequena vila onde nasceu, Ile-Oluji, para morar em Lagos, a maior cidade da Nigéria, com cerca de 9,5 milhões de habitantes. Chegando à grande cidade, trabalhou em um salão de cabeleireiro, carregou pacotes em um depósito e foi vendedor ambulante de materiais de escritório – atividades que nada têm a ver com a profissão na qual se formou, a de técnico em mineração.

Apesar das dificuldades com emprego e moradia – divide um quarto de 6 m<sup>2</sup> com outros três jovens –, Taylor jamais cogitou voltar à pequena Ile-Oluji, com seus dias monótonos e o anoitecer que chega cedo. Para ele, seu futuro está em Lagos. Em suas palavras, “não há outra saída, exceto ter êxito”.

Essa história de vida consta no relatório do Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado *O estado da população urbana mundial, 2007*: liberar o potencial de crescimento urbano. A história do nigeriano oferece algumas pistas para entender melhor o que poderá ocorrer com a população mundial, especialmente a brasileira, e como será a vida em cidades num futuro próximo.



Distrito de Oshodi, em Lagos, Nigéria, 2007. Ambulantes vendem seus produtos próximo à linha férrea, em Oshodi.

Pius Utomi Ekpe/AFP/Getty Images

Talvez a conclusão mais importante do estudo seja a de que, em 2008, pela primeira vez em toda a história, mais da metade da população mundial está vivendo em cidades. Isso representa um contingente de cerca de 3,5 bilhões de pessoas.

A previsão é a de que, em 2030, o número de habitantes nas cidades atinja 5 bilhões de pessoas. O crescimento urbano ganhará força notadamente em regiões como a África e a Ásia. Nesses continentes, grande parte das populações ainda vive no campo, o que significa que há possibilidade de darem um salto na quantidade de população urbana.

O crescimento da população nas cidades – e, de forma geral, o da população como um todo – será menor na Europa e na América do Norte. A América Latina e o Caribe vêm conhecendo elevados índices de urbanização de sua população há pelo menos três décadas e não deverão apresentar grande variação no crescimento da população urbana e total.

Estima-se também que, dos novos habitantes das cidades em todo o planeta, muitos serão pobres.

Diante desse quadro, quais são os desafios enfrentados pelas sociedades e pelos gestores públicos? O incremento da população urbana traz mais vantagens ou desvantagens? Como será a distribuição da população nas diferentes regiões do planeta e nos países? As chamadas megacidades vão ficar ainda maiores? Quais são as perspectivas demográficas, sociais e urbanas para o Brasil? Essas e outras questões serão objeto de análise deste capítulo, que vai examinar também propostas e práticas sociais que vêm contribuindo para a melhoria da vida das pessoas nas cidades.

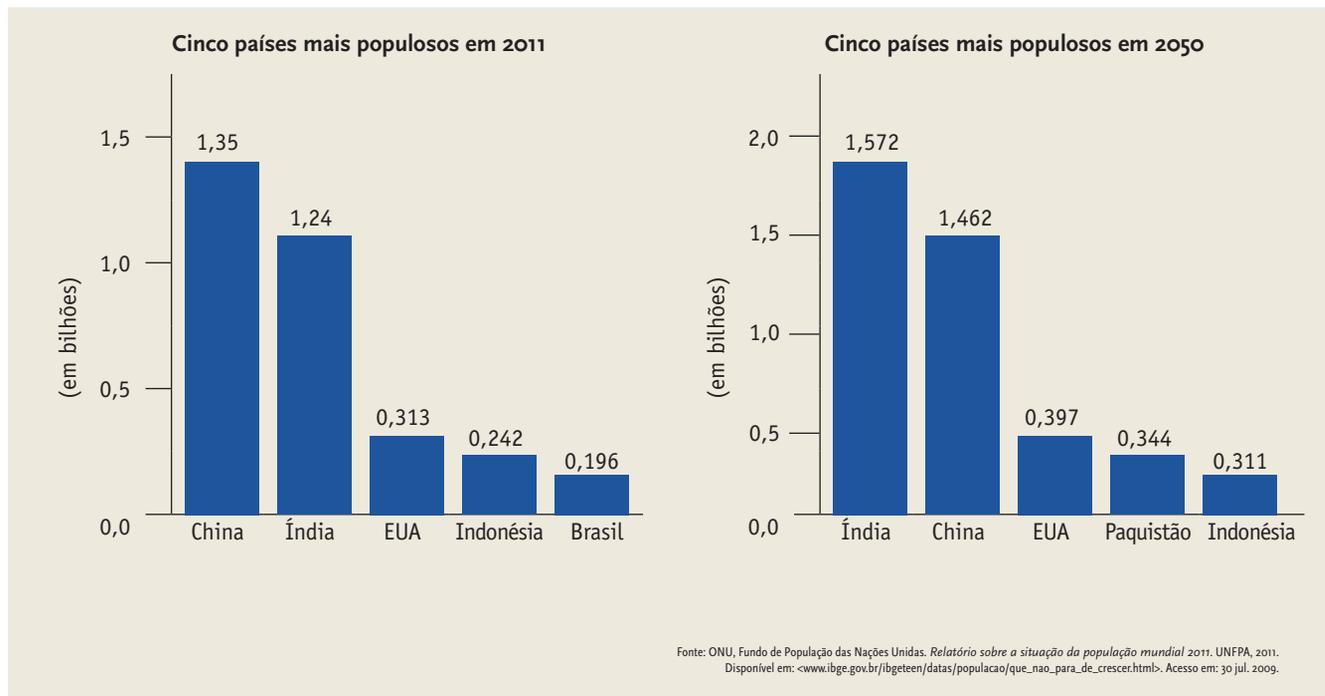
## **A POPULAÇÃO MUNDIAL: DISTRIBUIÇÃO, DESAFIOS, PERSPECTIVAS**

Segundo estimativas do Escritório do Censo dos Estados Unidos (U.S. Census Bureau), a população humana, cerca de 10 mil anos a.C., seria de aproximadamente 4 milhões de pessoas. Até o início da Era Cristã, ela estaria em torno de 250 a 285 milhões de habitantes. No século XVI, após epidemias na Europa e o flagelo de populações nativas do continente americano, a população mundial teria atingido 450 milhões de pessoas.

A partir do século XIX, quando o mundo passou a conhecer uma série de inovações tecnológicas e uma nascente vida urbana, o aumento populacional adquiriu proporções em escala nunca vista antes. Em 1850, contabilizava-se 1,1 bilhão de habitantes, subindo para 1,6 bilhão em 1900.

O século XX foi o período em que a humanidade conheceu novos medicamentos, como os antibióticos e a vacina contra a poliomielite, e os avanços nos sistemas produtivos, nos meios de transportes e comunicações e nas tecnologias de saneamento básico. O progressivo desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, que ampliou a produção alimentar, também possibilitou o crescimento demográfico das populações ao longo do tempo.

Assim, a população mundial chegou a 2,5 bilhões em 1950, 3 bilhões em 1965 e 6 bilhões no fim da década de 1990. A segunda década do século XXI inicia-se com uma população na casa dos 7 bilhões de habitantes. É preciso, entretanto, analisar cuidadosamente a distribuição desses contingentes.



Responda às seguintes questões:

1. Em quais continentes se situam os cinco países mais populosos do mundo, nos períodos considerados?
2. Observe a posição da China e da Índia nos dois períodos. Em sua opinião, quais fatores podem levar à inversão de ambos no posto de país mais populoso do mundo?
3. Agora, considere a posição do Brasil e sua dinâmica demográfica interna. Para você, o que pode explicar o fato de o nosso país já não figurar entre os cinco mais populosos do mundo em 2050?

Até o início do século XX, como regra geral, a dinâmica demográfica da população mundial combinava taxas de natalidade e de mortalidade elevadas. No decorrer do século, entretanto, diminuíram as taxas de crescimento populacional, sobretudo em regiões como a Europa e a América do Norte, ao mesmo tempo que passou a ocorrer uma contenção dos índices de mortalidade. No entanto, eles ainda são altos em muitos países da África, Ásia e América Latina.

Nesse quadro, chamam a atenção as desigualdades entre os países ricos e os países pobres. Vejamos um exemplo: em 2010, o *ranking* do Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) divulgado pela ONU indicava nas primeiras posições países desenvolvidos da Europa e da Oceania, como a Noruega e a Austrália, e nas últimas posições países pobres da África, como República Democrática do Congo e Zimbábue. O IDH leva em conta três fatores: o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (relação entre o valor do PIB e o número de habitantes), o grau de escolaridade e a expectativa de vida.

Do fim do século XVIII ao início do século XX, uma primeira onda de urbanização atingiu em especial os hoje chamados países desenvolvidos da Europa Ocidental. Em especial a partir do fim do século XIX, esse processo passou a atingir também países como Estados Unidos, Canadá e Japão. Nasceram e se consolidaram, nessas regiões, sociedades industriais e urbanas modernas que hoje concentram boa parte da riqueza mundial.

Entretanto, não foi um movimento unívoco em todos esses países. Por exemplo: houve crescimento significativo da cidade de Paris ao longo do século XX. No caso norte-americano, o ritmo de crescimento urbano acelerou-se a partir do fim do século XIX. Houve muitas situações demonstrando também dificuldades de incorporar novos incrementos de população urbana nessas sociedades – é o caso dos sistemas de saneamento básico precários em Nova York na virada do século XIX para o século XX.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma segunda onda de urbanização ocorreu em países do chamado mundo subdesenvolvido (ou em desenvolvimento, como preferem alguns).

Esse processo deu-se de forma acelerada. Assim, em cerca de quatro décadas, Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul, entre outros, fizeram o percurso que o mundo desenvolvido levou dois séculos para completar. Nesse processo, constituíram-se grandes áreas metropolitanas como São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires.

Vejamos o exemplo do Brasil. Segundo o Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, em nosso país, de cada dez habitantes, oito vivem em cidades.

Do ponto de vista demográfico, contribuíram para essa segunda onda as quedas nas taxas de mortalidade e de fecundidade. Ficou para esses países também o desafio de resolver inúmeros problemas de infraestrutura urbana, como garantir moradia, transporte coletivo, saneamento básico e abastecimento de água, além de empregos para grandes massas populacionais.

Hoje, os processos de aumento da população urbana atingem sociedades com grandes contingentes rurais, onde deverão se registrar as mais altas taxas de urbanização nos próximos anos, como os gigantes China, Índia, Indonésia, Paquistão, países do Sudeste Asiático, do Oriente Médio – que têm população urbana significativa em razão do predomínio de desertos em vários territórios – e da África.

---

## QUAL CIDADE?

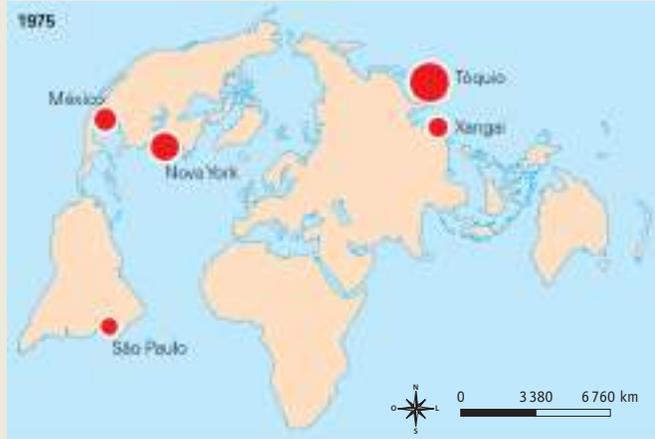
As perspectivas para as próximas décadas confirmam algumas tendências e desfazem certos mitos. Um desses mitos envolve um tema muito debatido: a “inevitável” explosão das cidades com mais de 10 milhões de pessoas, notadamente em países pobres.

Sobre isso, examine a sequência de mapas a seguir.

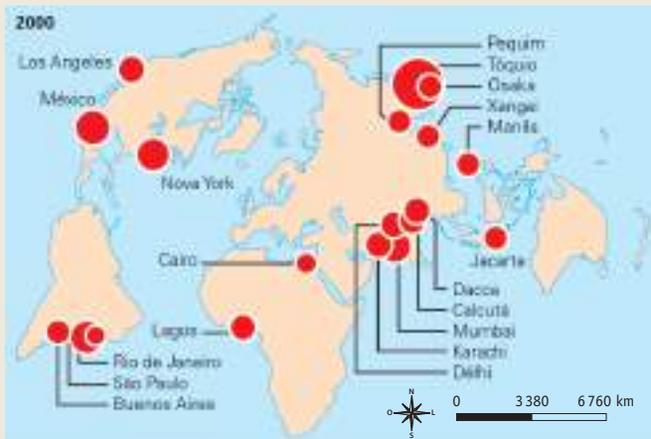
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



Fonte: Elaborado pela Conexão Editorial com base nos arquivos do Atelier de Cartographie Sciences Po. Disponível em: <[http://cartographie.sciences-po.fr/cartotheque/12C\\_agglo\\_1950-2015.jpg](http://cartographie.sciences-po.fr/cartotheque/12C_agglo_1950-2015.jpg)>. Acesso em: 14 mar. 2012.

Responda às perguntas a seguir.

1. Qual processo ocorrido entre 1950 e 2000 é apresentado nos três primeiros mapas?

.....

.....

2. Quais são as estimativas para 2015 mostradas no quarto mapa?

.....

.....

.....

3. Observe a localização das aglomerações urbanas apresentadas no período. Em que tipo de país a maioria delas está concentrada?

.....

.....

4. Em sua opinião, o que poderá acontecer com os núcleos urbanos apresentados nos mapas: expansão ou estagnação? Justifique sua resposta.

---

Em boa parte dos países que se urbanizaram ao longo da segunda metade do século XX (entre eles o Brasil), houve a combinação de dois processos:

- **forte migração campo-cidade** – deslocamento de grandes contingentes populacionais do meio rural para as cidades, em decorrência dos conflitos fundiários por posse e uso da terra e da expansão econômica e força de atração dos grandes centros urbanos;
- **concentração da população urbana em grandes aglomerações** – em países da América Latina, bem como na Ásia e na África (China, Índia, Indonésia, Paquistão, Filipinas, Nigéria, Egito, entre outros), constituíram-se grandes metrópoles (chamadas por alguns de **megacidades**), marcadas pela pobreza e pela precariedade da infraestrutura urbana, mas também pela concentração de recursos humanos, técnicos, econômicos e financeiros. No entanto, as dificuldades e situações de informalidade não são barreiras para muitos dos novos contingentes, que acabam por se integrar à economia urbana.

Vale a pena destacar que esse padrão de urbanização no mundo subdesenvolvido ainda é predominante. Entretanto, não se confirmaram as previsões – muitas vezes alarmistas – de que as metrópoles “explodiriam”. Ao contrário: o que se verificou nos últimos anos é que muitas dessas grandes cidades, como Calcutá, Cidade do México, São Paulo e Seul, vêm apresentando crescimento populacional discreto. Segundo dados do Fundo de População da ONU, a previsão é de que apenas Dacca (Bangladesh) e Lagos (Nigéria) deverão crescer a taxas superiores a 3% ao ano até 2020.

Esse dado confirma o que muitos especialistas vêm dizendo: o próprio processo de urbanização pode ser um “dique” para o crescimento populacional. Com efeito, ao se transferirem para as cidades, as famílias optam por ter menor número de filhos, em face dos custos elevados para criá-los.

Trata-se de uma mudança no modo de vida. Além disso, é preciso considerar o novo papel da mulher nas sociedades modernas, marcado por seu ingresso no mercado de trabalho, por sua busca pela emancipação e pelo adiamento da maternidade. Isso tudo deve ser considerado na hora de formular políticas públicas urbanas.

Os dados da ONU indicam também que, em muitos países, o peso das migrações campo-cidade no crescimento dos núcleos urbanos *hoje é menor do que no passado recente*. Talvez a grande exceção hoje seja a China. Assim, com variações segundo os países e as regiões do planeta, boa parte do crescimento urbano deve-se mais ao crescimento vegetativo da população – e não às migrações.

## CHINA E ÍNDIA

É importante saber um pouco mais sobre as relações entre comportamento demográfico e urbanização em dois países muito peculiares, a China e a Índia.

Trata-se dos dois países mais populosos do mundo. No caso da China, houve um rígido controle do tamanho da população urbana entre 1948 e o fim da década de 1970. Dos anos 1980 em diante, a transformação do país na grande oficina do mundo levou ao deslocamento de milhões de pessoas das províncias do interior para as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) da costa leste, das quais fazem parte grandes cidades, como Beijing (Pequim), Tianjin, Xangai e Guangzhou (antiga Cantão), além da recém-incorporada Hong Kong. As autoridades chinesas “baixaram a guarda” quanto às migrações internas.

Estima-se que nos próximos dez anos quase 900 milhões de chineses deverão desembarcar nas cidades. O país deverá ter mais de 80 cidades com população acima de 750 mil habitantes. O crescimento populacional do país deverá sofrer os efeitos desse processo, embora ele já venha sendo contido pela política de controle da natalidade conhecida como “do filho único”.

Há casos em que minorias étnicas e populações rurais são autorizadas a ter pelo menos dois filhos. Sem essa política, estima-se que a China teria hoje pelo menos 200 milhões de habitantes a mais.

As mulheres acabam sendo desvalorizadas, e vem ocorrendo assim um desequilíbrio de gênero no país, com 100 mulheres para cada grupo de 120 homens. São frequentes também os casos de infanticídio, cujas vítimas em geral são meninas.

A Índia caminha na direção contrária. Sem uma política de controle de natalidade ou planejamento familiar tão incisiva (com exceção da vasectomia em massa em alguns períodos), seu crescimento populacional deverá superar o da China em breve.

Mesmo considerando as dinâmicas demográficas próprias de cada um, em ambos vêm se verificando elevados índices de crescimento econômico. Isso indica também a perspectiva de aceleração da urbanização nos dois países, pois seria menos provável no mundo de hoje atingir taxas de crescimento econômico acima de 5% ao ano em bases rurais tradicionais.

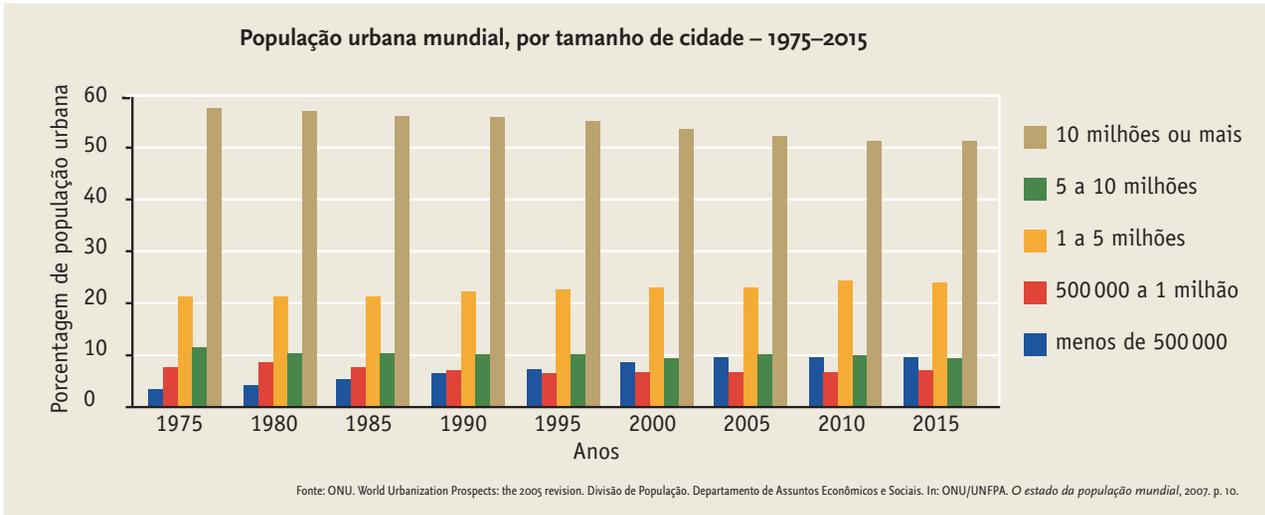
Segundo o estudo da ONU citado anteriormente, no caso da Índia talvez tenhamos índices de urbanização maiores do que os que aparecem nas estatísticas oficiais. Nesse país, as zonas periurbanas, núcleos de menor adensamento no entorno das aglomerações, não figuram na contagem da população urbana.

O governo indiano instituiu, em 2005, incentivos de um plano nacional de empregos no meio rural, destinados a evitar o deslocamento para as cidades.

Experiências como a da Índia são objeto de controvérsias entre pesquisadores e analistas. Tendências recentes têm mostrado que é inútil tentar impedir as pessoas de viver em cidades, pois muitas delas querem – mais do que emprego e moradia – ter acesso a um novo modo de vida, mais próximo das inovações e do consumo de bens coletivos e individuais.

Como afirmou certa vez o geógrafo Milton Santos, não há por que “condenar” as pessoas a viver no campo, se essa não é sua vontade. Dessa forma, as políticas públicas urbanas contemporâneas devem considerar o *direito à cidade* de cada indivíduo.

Para o debate sobre o tamanho das cidades, é fundamental verificar em quais núcleos a população urbana mundial vem se distribuindo hoje. Sobre isso, observe o gráfico a seguir:



Responda às questões propostas a seguir.

1. Quais tendências de distribuição da população urbana mundial o gráfico apresenta, segundo os diferentes portes de cidades?

.....

.....

2. Em sua opinião, o que representam essas tendências para o futuro de cidades de menor porte e para as grandes metrópoles? Justifique sua resposta.

.....

.....

.....

3. Converse com colegas e responda: o caso do Brasil confirma as tendências apontadas no gráfico? Por quê? Dê exemplos.

.....

.....

.....

Vimos que há uma tendência à redução ou à estagnação do crescimento populacional nas grandes metrópoles. Mas, se a população urbana mundial tem apresentado crescimento em algumas regiões, onde estão os novos contingentes? Como já vem ocorrendo em alguns países em desenvolvimento, muitas pessoas estão procurando cidades de pequeno e médio portes para viver. Muitos dos que nelas chegam vêm das grandes cidades – e não do campo. Um exemplo brasileiro é a migração de habitantes do município de São Paulo para cidades médias ou pequenas (com menos de 100 mil habitantes) do interior do estado ou mesmo para outros estados do país. Essa migração ocorre em especial entre segmentos de classe média com qualificação profissional.

Esse novo quadro propõe uma série de reflexões e desafios. Em primeiro lugar, há uma tendência mundial à *descentralização política e administrativa*. Isso significa que as cidades pequenas e médias terão de se mobilizar com outras esferas de governo, empreariado e com a própria sociedade para garantir os recursos necessários à acolhida dos que vão chegando.

Essa reorganização do espaço pode representar também, para todos os seus atores, novas oportunidades de investimentos e de crescimento econômico-social. Em segundo lugar, estudos e relatórios internacionais recomendam que os administradores públicos aceitem as migrações para a cidade como um fato e conscientizem-se de que parte desses contingentes será de pobres. As políticas públicas devem ter esses elementos como foco.

A experiência dos países ricos mostrou também que a urbanização é um componente central do desenvolvimento econômico e social.

## BRASIL, UM PAÍS URBANO

Ao ingressar no século XXI, o Brasil tem uma das populações mais numerosas do mundo – ainda que se verifiquem enormes vazios populacionais em seu território. Durante o século XX, o número de habitantes aumentou cerca de dez vezes, de 17,5 milhões em 1900 para cerca de 186 milhões no início de 2008. O Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, registrou a marca de 191 milhões de habitantes no país. A faixa litorânea (com certa heterogeneidade) apresenta densidade demográfica mais elevada, que vai se tornando mais rarefeita conforme se adentra o interior do país.

Somos hoje um *país urbano*: aproximadamente 84% da população brasileira vive em cidades, ainda com peso acentuado das grandes metrópoles. Isso reforça a *transição demográfica* que vivemos: há franca redução das taxas de natalidade e fecundidade e desaceleração do ritmo de crescimento populacional.

O número de jovens ainda é expressivo, mas eleva-se o contingente de idosos – resultado da combinação entre a queda da mortalidade e o aumento da expectativa de vida.

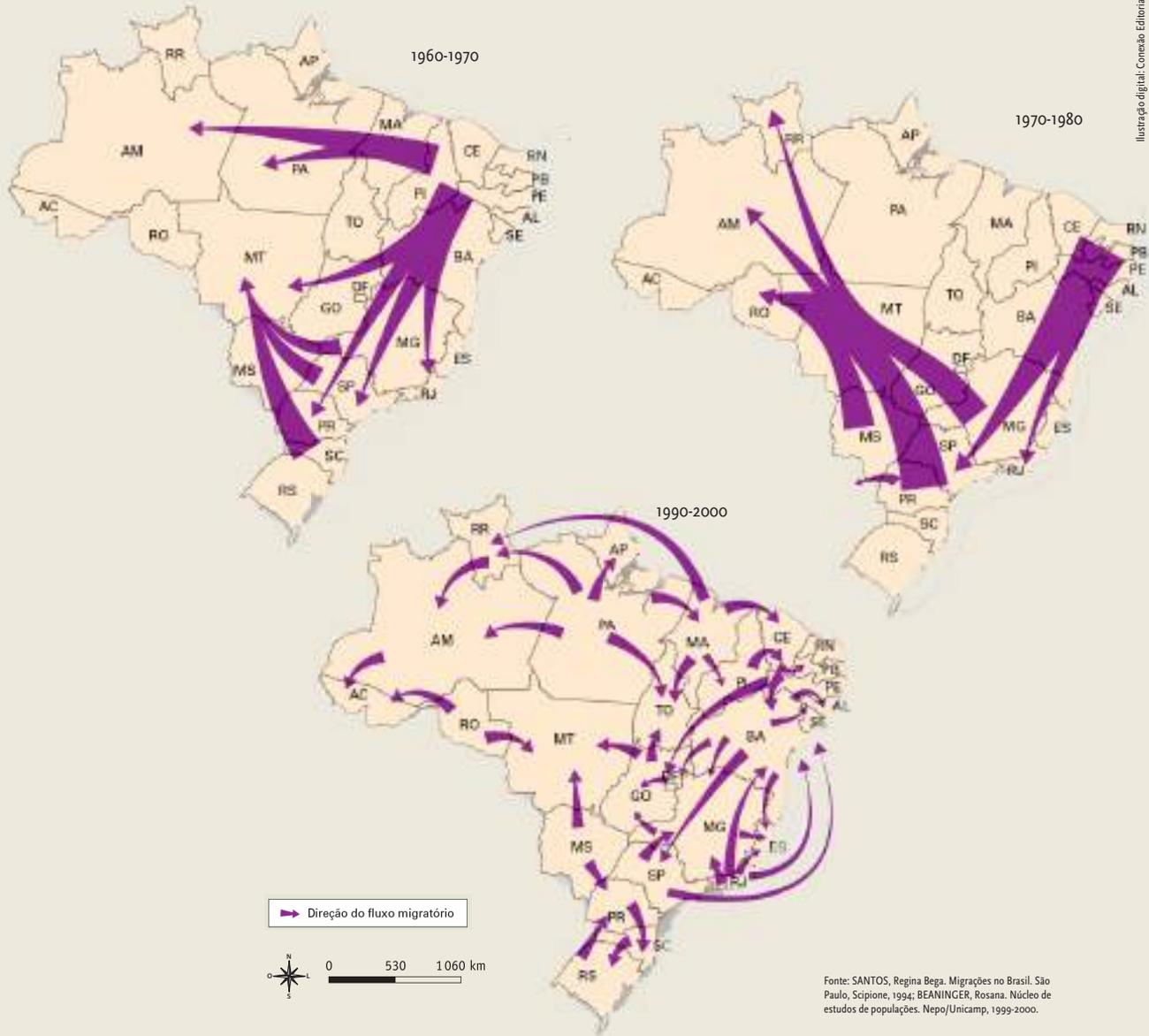
Outros componentes têm merecido a atenção de estudiosos.

- Há uma reorientação dos fluxos migratórios internos: os grandes deslocamentos de populações de áreas rurais e de regiões de menor crescimento econômico em direção a grandes centros (no Sudeste, por exemplo) ou a frentes pioneiras (no sul da Amazônia, por exemplo) vêm sendo substituídos por fluxos multidirecionais e de curta distância, muitos deles realizados entre estados vizinhos e, em boa parte, entre núcleos urbanos.
- Surge um expressivo movimento de emigração de brasileiros. Segundo dados da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, estima-se que cerca de 3 milhões de brasileiros estejam vivendo atualmente em outros países, com destaque, segundo o número de migrantes, para: Estados Unidos, Paraguai, Japão e Portugal, este como principal destino na Europa. Em geral, procuram outras cidades (não as capitais) desses países para viver. No caso estadunidense, os contingentes mais expressivos de brasileiros situam-se em Nova York e em Newark.

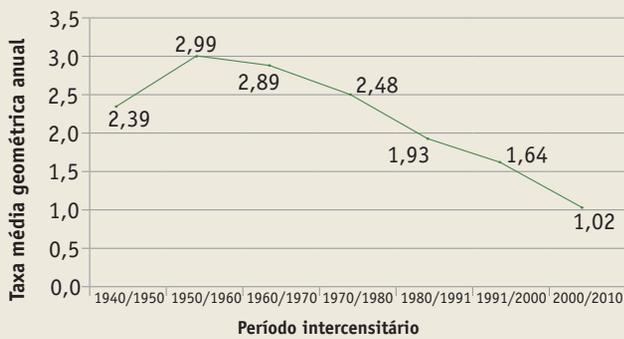
Vamos examinar alguns desses dados em detalhe nos gráficos e mapas a seguir.

Migrações internas

Ilustração digital: Conexão Editorial

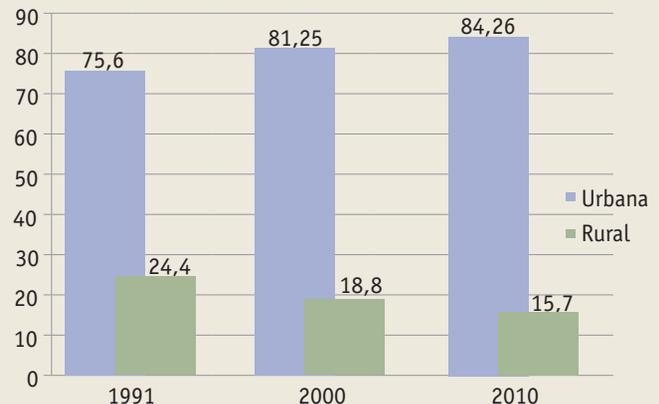


Brasil – taxa média geométrica de crescimento anual 1940/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Primeiros resultados, 29 nov. 2010, p. 5.

Proporção da população residente, por situação do domicílio



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Primeiros resultados, 29 nov. 2010, p. 16.

Compare as afirmações a seguir com os gráficos e os mapas e escreva um pequeno texto sobre cada uma delas. Explique ou justifique as que estão corretas e reformule as que estão incorretas.

- Vem ocorrendo um aumento no crescimento populacional do país, o que explica o elevado contingente de pessoas vivendo nas cidades.
- Houve um predomínio da população urbana sobre a população rural no Brasil entre os anos 1990 e 2010.
- A predominância de população urbana vem contribuindo para a desaceleração do ritmo de crescimento populacional no Brasil.
- As migrações de nordestinos para as grandes cidades constituem o único fluxo significativo entre os anos 1990 e 2000.
- Os fluxos migratórios no Brasil em anos mais recentes ocorrem em múltiplas direções. Muitos deles são de distância mais curta que em décadas passadas e envolvem deslocamentos, entre regiões ou estados de uma mesma região.

## OS DESAFIOS DA REALIDADE URBANA

A transição demográfica e as novas realidades urbanas verificadas nos últimos anos trazem uma série de desafios para a sociedade brasileira. Entre eles está o de criar mecanismos de *governabilidade urbana*. Significa dizer que a gestão das cidades deve ser compartilhada entre o setor público, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral.

Um bom exemplo vem ocorrendo em diversas cidades brasileiras, como Porto Alegre e Recife: trata-se do orçamento participativo, mecanismo que prevê a realização de audiências públicas ou assembleias de moradores para examinar os recursos orçamentários e decidir onde e como devem ser feitos os investimentos.

É preciso considerar, no planejamento urbano, a presença de contingentes expressivos de pobres nas cidades. Assim, em vez de procurar expulsá-los ou conter sua chegada, os gestores públicos devem formular políticas para integrá-los à vida da cidade.

Tais iniciativas não são fórmulas mágicas, mas processos sociais que, para serem construídos, exigem a decisiva participação dos cidadãos.

### APLICAR CONHECIMENTOS

1. Encceja (2005) A população brasileira, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, está em processo de desconcentração regional. Contingentes populacionais cada vez maiores têm se dirigido a novos polos regionais de desenvolvimento.

Considere a tabela de crescimento de algumas cidades brasileiras entre 1996 e 2000. De acordo com as informações, a opção que melhor reflete o resultado do processo descrito é:

	Cidade	1996	2000	% de crescimento
a)	Florianópolis-SC	271 281	342 515	26,2
b)	São Paulo-SP	9 839 066	10 434 252	6,1
c)	Relvado-RS	2 383	2 294	-3,7
d)	Abaíra-BA	12 729	9 067	-28,8

Fonte: IBGE. Contagem Populacional 1996 e Censo Demográfico 2000.

Justifique sua resposta.

---

---

---

2. O relatório da ONU intitulado *O estado da população mundial*, publicado em 2007, destaca que muitas famílias resolvem migrar do campo para as cidades “porque percebem as vantagens da vida urbana”. No entanto, muitos planejadores e os que executam as políticas públicas querem prevenir o crescimento urbano. Com base no que você viu no capítulo, discuta essa questão, apontando eventuais vantagens e desvantagens para aqueles que procuram as cidades para viver.

---

---

---

3. Leia o texto a seguir e redija um comentário:

*[...] As cidades cheias de vida não são impotentes para combater mesmo os problemas mais difíceis. Não são vítimas passivas de uma sucessão de circunstâncias, assim como não são a contrapartida maléfica da natureza. As cidades vivas têm uma estupenda capacidade natural de compreender, comunicar, planejar, inventar...*

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 498.

---

---

---

---

---

---

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### SITES



#### **INSTITUTO PÓLIS – ESTUDOS, FORMAÇÃO E ACESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS**

Nesse *site*, você encontra publicações e vídeos sobre o direito à cidade e políticas urbanas.

Disponível em: <[www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)>. Acesso em: 14 mar. 2012.



#### **MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO**

Apresenta debates e propostas de soluções da sociedade civil para a melhoria das condições de vida na metrópole paulistana.

Disponível em: <[www.nossasaopaulo.org.br/portal](http://www.nossasaopaulo.org.br/portal)>. Acesso em: 14 mar. 2012.



#### **NÚCLEO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO**

Nepo/Unicamp. Núcleo de Estudos da População. Universidade Estadual de Campinas. No *site* estão disponíveis dados, publicações e debates sobre questões demográficas.

Disponível em: <[www.nepo.unicamp.br](http://www.nepo.unicamp.br)>. Acesso em: 14 mar. 2012.

Já vimos que no Brasil atualmente cerca de 84% de seus 191 milhões de habitantes vivem em cidades. Agora, vamos examinar o significado desse Brasil urbano. Para compreender a extensão desse fenômeno, é fundamental ir além do dado demográfico ou populacional.

É importante compreender como o modo de vida urbano se constitui e como se dissemina para além das cidades. Trata-se, portanto, de uma concepção de urbanização ampliada e mais abrangente.

Importa também verificar como as cidades se organizam internamente e que repercussões isso tem trazido para a vida das pessoas.

Em uma série de textos escritos para o Ministério das Relações Exteriores, os geógrafos Milton Santos, Adriana Bernardes e Elisa Almeida, entre outros, destacam que, além da urbanização da população, no Brasil vem ocorrendo uma *urbanização do território*.

O que isso quer dizer? Significa que, além do crescimento do número de cidades e do crescimento populacional de boa parte das que já existiam, os núcleos urbanos passam a se espalhar mais por todos os estados e regiões do país. Em outras palavras, a *rede urbana* brasileira adquire maior capilaridade e torna-se mais ampla e mais complexa.



Delfim Martins

Vista geral de Cuiabá (MT), 2006.

A urbanização em seus diversos níveis não é um fato isolado. Ela se insere num processo que, sobretudo após a década de 1950, passa a ocorrer no país graças a mudanças associadas à modernização econômica. Com isso, o mercado nacional está cada vez mais integrado.

Um dos principais pilares dessa integração é a transformação das funções produtivas de núcleos urbanos, que passam a acolher novas atividades econômicas. Vamos examinar esse processo em dois planos interligados: as *relações entre cidades*, a partir da evolução da rede urbana brasileira e, mais adiante, a *organização interna das cidades*.

## REDE URBANA: ALGUMAS IDEIAS-CHAVE

A constituição de uma rede urbana está intimamente associada às dinâmicas sociais que vão ocorrendo ao longo do tempo e nos mais diferentes espaços. Segundo o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, ela é reflexo e também condição para os processos sociais.

Conforme esse autor, a **rede urbana**, de modo geral, é “um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas”. Ele aponta também que os *caminhos ou ligações* são as vias pelas quais os diversos fluxos (pessoas, bens, informações etc.) se dão entre esses centros urbanos.

Para Corrêa, a existência de uma rede urbana minimamente constituída necessita de uma economia de trocas de bens, serviços ou informações entre pontos fixos instalados de modo mais ou menos permanente no espaço – como as cidades. Isso supõe uma *divisão territorial do trabalho*, com especialização produtiva de cidades e regiões e diferentes níveis de interação social entre os núcleos urbanos.

Os núcleos com maior concentração e diversidade de atividades exercem atração, *polarizando* os de menor porte. Um fato comum hoje, por exemplo, é o deslocamento de uma pessoa de sua cidade para um centro urbano maior – que pode ser uma metrópole – em busca de algum produto ou serviço que não está disponível em sua localidade.

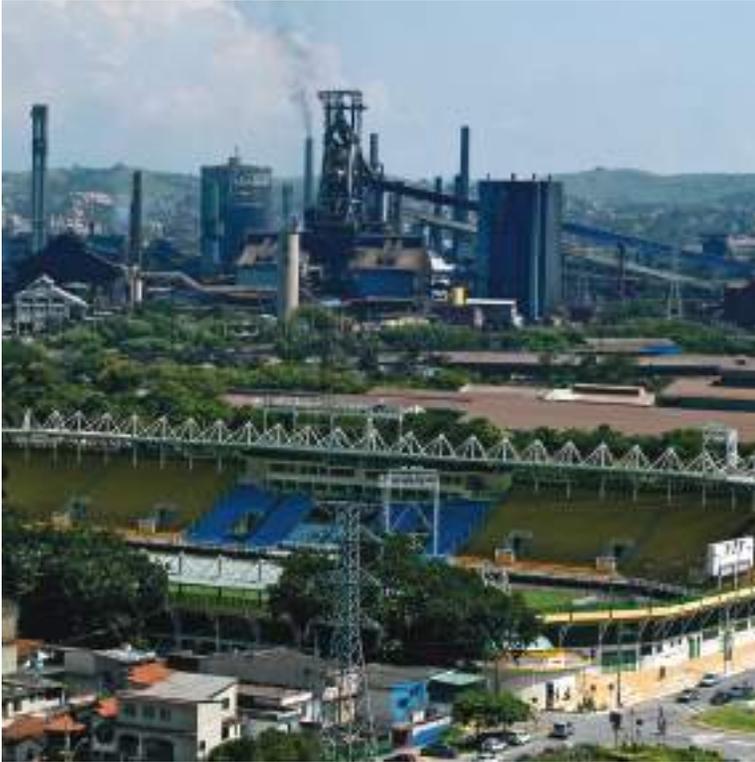
Uma metrópole como São Paulo exerce influência sobre todo o território nacional, seja porque historicamente atraiu populações, seja porque comanda atividades econômicas situadas em pontos mais remotos.

Tradicionalmente, os estudos sobre rede urbana classificavam as cidades segundo determinada hierarquia, conforme seu tamanho, influência e porte das atividades: metrópole nacional, metrópole regional, centros regionais e sub-regionais e cidades locais. Entretanto, embora ocorram essas influências, os graus de articulação e relações entre os núcleos variam bastante.

É preciso assinalar de antemão, como destaca Roberto Lobato Corrêa, que a rede urbana nacional ainda não está pronta. Novas cidades poderão surgir no século XXI, enquanto outras terão suas funções principais, peso econômico e papel político transformados.

## REDE URBANA NO BRASIL: ORIGENS, GÊNESE, GRAUS DE ARTICULAÇÃO

A rede de cidades existente no Brasil é constituída por um conjunto de centros urbanos datados de diferentes períodos. Há muitas diferenças quanto aos agentes e aos propósitos de criação de cada núcleo. Sobre os períodos e respectivos processos de criação de núcleos urbanos no Brasil, observe as fotos a seguir.



Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Volta Redonda (RJ), 2005.



Fundada em 1974, Sinop (MT) surgiu com a colonização agropecuária no sul da Amazônia. A imagem é de 2005.



Casario colonial em Tiradentes (MG), 2004.

1. Em grupos, localizem em um mapa do Brasil as cidades apresentadas.
2. Em seguida, associem cada uma delas ao período histórico correspondente a seu surgimento.
3. Escreva algumas características dos processos sociais vinculados à criação de cada uma delas.

## A URBANIZAÇÃO NA HISTÓRIA

A criação dos primeiros núcleos urbanos do Brasil se deu ao longo da faixa litorânea. Como assinala Corrêa, do ponto de vista do colonizador português, tratava-se de criar núcleos estrategicamente localizados sob a proteção de um forte, à entrada de uma baía ou junto à foz de um rio. A intenção era proteger o litoral e as vias de penetração para o interior. Alguns exemplos são as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Belém. No Nordeste, o Recife se destacava como entreposto do comércio de açúcar e algodão. Corrêa destaca também o papel do Estado e das ordens religiosas na criação de vilas e povoados.

Entretanto, essas manchas de urbanização ocorriam de forma isolada, como verdadeiras ilhas – daí a metáfora do *arquipélago* usada por muitos autores para se referir à organização territorial brasileira no período colonial e em boa parte do Brasil independente. Não é possível, portanto, afirmar que nesse período as cidades existentes formavam uma rede urbana.

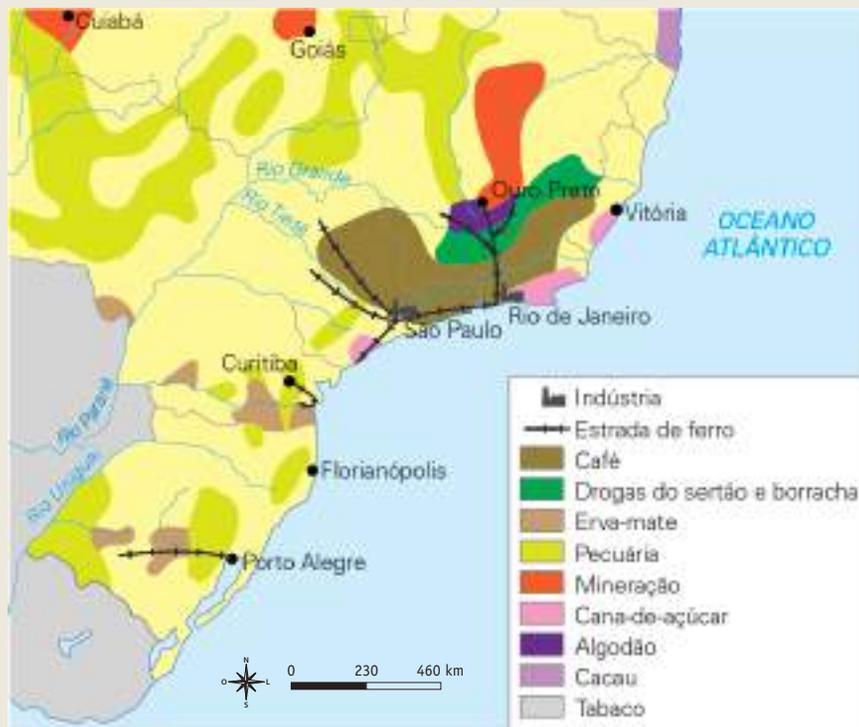
A exploração do ouro e das pedras preciosas, acompanhada pela expansão da pecuária, sobretudo ao longo do século XVIII, permitiu a incorporação de novas regiões às frentes de expansão econômica. Essas regiões correspondem aproximadamente aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Isso reforçou a importância da cidade do Rio de Janeiro para o escoamento e a fiscalização da produção aurífera. Em Minas Gerais, surge um conjunto de vilas e povoados, aprofundando a ocupação do interior, como Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará, Tiradentes e São João del Rei.

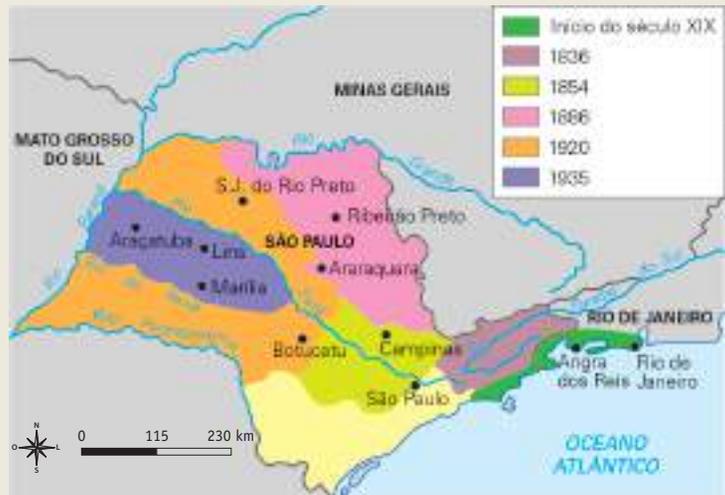
Para Milton Santos, o século XIX marcou uma nova etapa no processo de *valorização do território*, com o desenvolvimento da economia cafeeira na porção sudeste do Brasil. Esse período, em especial a partir da segunda metade desse século, foi também marcado pelo surgimento de novas redes técnicas de transportes e de comunicações, como a estrada de ferro, o telégrafo e os cabos submarinos, com a emergência de setores comerciais e bancários nas cidades. Dessa forma, foram criadas condições para as articulações internas e entre as cidades.

### LER MAPAS I

Produção agropecuária e ferrovias, Centro-Sul do Brasil – segunda metade do século XIX



O avanço do café em São Paulo, século XIX



Fonte dos mapas: ARRUDA, José Jobson. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2007. p. 43.

Inicialmente cultivado no Vale do Paraíba, o café – na época o principal motor do crescimento urbano – avança pelo Planalto Paulista ao longo do traçado das ferrovias, que tinham o papel de escoar a produção para o Porto de Santos.

No fim do século XIX e no início do século XX, ocorreu o surto da borracha na Amazônia, que evidenciou o papel preponderante de Manaus naquele momento.

No início do século XX, já era possível identificar alguma integração em torno de São Paulo e do Rio de Janeiro, com uma rede urbana relativamente adensada. São Paulo, por exemplo, concentrava o comércio e os serviços bancários associados à produção e à exportação cafeeira.

Entretanto, as relações com as demais regiões do país ainda eram tênues e pouco frequentes. O salto de urbanização no país deu-se, de fato, ao longo do século XX, com a emergência das metrópoles e o surgimento ou crescimento de núcleos urbanos.

---

## REDE URBANA: URBANIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO

A urbanização brasileira ao longo do século XX pode ser dividida basicamente em duas fases: a primeira tem vínculos com o início da industrialização e com a formação de um mercado nacional; e a segunda ocorre após a Segunda Guerra Mundial e é marcada pela centralidade das grandes metrópoles.

Na primeira fase, que se estende dos primeiros anos do século XX até por volta da década de 1940, ocorre a instalação de fábricas em núcleos urbanos mais bem estruturados, como Rio de Janeiro e São Paulo, mais aptos, portanto, a receber as novas atividades.

Na década de 1930, as duas cidades concentravam cerca de 60% da produção industrial no país. A partir do fim dessa década e do início da seguinte, o Estado brasileiro assume o papel de principal indutor do desenvolvimento nacional e inicia o processo de construção das chamadas indústrias de base, com a criação da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional – essa última instalada em Volta Redonda (RJ).

Na segunda metade do século XX ocorreu um vigoroso processo de crescimento econômico e de urbanização, que aumentou e intensificou o grau de articulação e as relações entre as cidades, sob o comando de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse processo mudou definitivamente a face do Brasil. Podemos resumir as mudanças ocorridas em alguns pontos principais:

- instalam-se no país empresas multinacionais de produção de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis) e bens intermediários (metalúrgicos, elétricos e mecânicos). As grandes cidades são mais aptas a receber as novas atividades;
- progressiva modernização das atividades agropecuárias, com a incorporação de insumos industriais como máquinas, sementes, defensivos agrícolas etc.;
- articulação de economias regionais complementares aos principais centros urbanos do país, integrando cidades como as do norte do Paraná (como Londrina e Maringá), sul do Mato Grosso (cujo centro passou a ser Campo Grande), Goiás e Minas Gerais (as cidades do Triângulo Mineiro e do sul do estado, como Juiz de Fora, cresceram);
- construção de Brasília, que se torna o nó articulador de uma rede de transportes (em especial, as rodovias) e de comunicação. Nesse caso, é importante salientar que a cidade nasce e cresce sob o comando das funções político-administrativas;

- relativa desarticulação e subordinação ao Sudeste das economias regionais como a do Nordeste e dos centros situados na Amazônia (como Manaus, antiga capital da borracha, e Belém);
- surgimento ou crescimento de cidades nas fronteiras econômicas na faixa sul da Amazônia, associado à colonização agropecuária. Essa rede apresentou maior dispersão espacial e distância entre os núcleos, se comparada às redes do Centro-Sul do país.

Nesse novo contexto, é importante destacar o papel das metrópoles modernas. Mas o que são elas? São apenas cidades que se destacam por seu porte, com milhões de habitantes, ou elas têm atributos que não encontramos nas demais? Para compreender um pouco melhor o papel dessas cidades, seu peso e importância na rede urbana e na organização dos espaços, leia o texto a seguir.

## LER TEXTO CIENTÍFICO

### As metrópoles modernas no Brasil

Metrópoles modernas são grandes aglomerações urbanas que, além de sua complexidade interna, têm a capacidade de *irradiar suas influências* por vastos territórios. Diz-se, metaforicamente, que uma metrópole pode comandar o território inteiro de um país. Em geral as metrópoles são sedes formais do poder político, e para exercer seu papel de comando devem ser um meio técnico, com infraestruturas de comunicações e transportes, para controlar o fluxo de informações. Quanto ao seu papel econômico, as metrópoles são: espaço da gestão econômica dos grandes empreendimentos modernos, porque nessas áreas se acumulam informações indispensáveis para a administração; centros de decisão do sistema financeiro; e local de produção, embora essa sua face esteja se modificando.

São Paulo e Rio de Janeiro são as duas grandes metrópoles brasileiras. Localizam-se no centro dinâmico da economia do país, o Sudeste, e estão aliadas a um significativo conjunto de cidades médias, as quais são suporte e reflexo do desenvolvimento agrícola, industrial e terciário da região. Dividem o comando do *setor financeiro* e concentram a maior parte das sedes de instituições financeiras (bancos, financeiras, mercado de capitais, corretoras, sociedades de crédito etc.). Também concentram os maiores investimentos e sediam grande parte das empresas ligadas ao universo da indústria cultural, publicidade, órgãos de imprensa e atividades de comunicações (ligações telefônicas, entre outros).

O desenvolvimento das atividades modernas marca a *primazia* da metrópole paulistana no cenário nacional. Sua área metropolitana é a mais extensa faixa contínua de *espaço urbano denso do mundo*, com cerca de 80 km no sentido Leste-Oeste e de 40 km no sentido Norte-Sul. É uma das grandes metrópoles do mundo em desenvolvimento, com milhões de trabalhadores em fábricas (em especial em municípios como Guarulhos, Osasco e os do ABC) e, ao mesmo tempo, uma *metrópole terciária*, concentrando serviços de controle e gestão da produção. Possui o maior número de empregos em atividades intelectuais e a classe média mais numerosa do país.

Uma metrópole como São Paulo desenvolve tanta influência no Brasil que pode ser denominada como *metrópole nacional*. Na fase de globalização que vivemos, já se está classificando as cidades com relação ao seu papel na esfera global. Nesse caso, podemos dizer que São Paulo é uma metrópole com certa presença global. Essa importância que ultrapassa o território nacional relaciona-se ao papel reservado às metrópoles na difusão dos fluxos econômicos, do consumo, por exemplo. Assim, as metrópoles de influência global são necessárias para aumentar a eficiência do capitalismo moderno e atraem para seu interior a gestão econômica de empreendimentos que atuam em vários outros países e regiões.

OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. *Espaço e modernidade: temas da Geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999. p. 281-282.

Com base no texto, responda:

1. O que caracteriza uma metrópole moderna? Explique e dê exemplos.

.....

.....

.....

2. Qual é o papel das duas grandes metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro – na rede urbana nacional? Por que elas exercem esse papel?

.....

.....

.....

3. Como as duas metrópoles estão articuladas com outros centros urbanos?

.....

.....

.....

4. Os autores afirmam que “o desenvolvimento das atividades modernas marca a primazia da metrópole paulistana”. O que você acha que eles quiseram dizer com isso?

.....

.....

.....

5. Em sua opinião, São Paulo pode ser considerada uma cidade global? Justifique sua resposta.

.....

.....

.....

---

## AS METRÓPOLES

Em geral, as metrópoles são aglomerações de grande porte, mas o tamanho não é imprescindível, pois cidades como Londres, Paris, Genebra ou Frankfurt têm papel importante nos fluxos financeiros e de serviços globais sem serem gigantescas. Portanto, um dado central que caracteriza as metrópoles é sua *capacidade de irradiar influências* sobre um vasto território. São Paulo e, em menor escala, o Rio de Janeiro, também têm participação relevante nos circuitos mundiais financeiros, econômicos e de informação.

Para cumprir seu papel, as metrópoles constituíram-se como espaços com *grande densidade técnica* (infraestruturas de transportes, comunicação e informação) e caracte-

rizam-se pela grande *concentração de recursos humanos, financeiros e econômicos*, associados aos diversos setores de atividade.

Assim, São Paulo e Rio de Janeiro formam o coração econômico do país, envoltas por uma constelação de outras aglomerações urbanas e cidades médias. O papel de metrópole reflete-se na organização espacial das cidades, como os Central Business Districts (CBDs), centros de negócios e serviços que podem ser encontrados em São Paulo em vias situadas nos anéis interiores da cidade.

Nelas se concentram também grandes universidades públicas e privadas, centros de pesquisa e de publicações universitárias, bem como salas de cinema, teatros, museus etc. Portanto, agregam-se elementos para a produção do conhecimento científico-tecnológico e a difusão cultural.

Em contrapartida, vem ocorrendo nos últimos anos uma desconcentração de atividades – sobretudo industriais –, com o deslocamento de unidades produtivas do núcleo central de metrópoles como São Paulo para outras cidades e aglomerações urbanas de diferentes portes e localizadas em diferentes estados e regiões do país.

É nítida também a redução no ritmo de crescimento populacional de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isso não quer dizer, entretanto, que houve redução do poder e da influência nacional e internacional de ambas. Processo semelhante ocorreu em Nova York, nos Estados Unidos, o que não diminuiu o peso dessa metrópole global no cenário mundial. São Paulo, em especial, participa intensamente das redes e fluxos de cada escala global.

No caso das metrópoles brasileiras, se elas concentram recursos de toda ordem, mostram também o “pior dos mundos”: a situação de extrema pobreza de parte de suas populações. Contudo, não é possível estabelecer correspondência direta entre pobreza e urbanização. A pobreza tem muito mais a ver com desigualdades estruturais e históricas do que com o fato de viver em cidades.

## REGIÕES METROPOLITANAS, CIDADES LOCAIS, CIDADES MÉDIAS

Ao longo da década de 1970, constatou-se no Brasil a existência de grandes aglomerações, formadas pelo município principal e seus vizinhos, em muitos casos em processo de *conurbação* (junção física das cidades) e com forte integração econômica, social e cultural. Em face das dimensões da concentração urbana nas grandes metrópoles do país, foram criadas nesse período nove regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém.

Mas o que são as chamadas **regiões metropolitanas**? Trata-se de uma forma político-administrativa que serve para orientar investimentos e, no nível metropolitano, em especial, para resolver problemas que ultrapassam a ação de um município, como deficiência nos transportes, no abastecimento de água, no tratamento de esgotos, entre outros.

A legislação que rege a criação dessas regiões é estadual, embora os recursos para projetos e investimentos venham das três esferas de governo (federal, estadual, municipal). Hoje, já são quase quarenta regiões metropolitanas, criadas ao longo das últimas duas décadas. Observe o mapa a seguir.



Com base no mapa, responda às questões propostas.

1. Quais são as regiões metropolitanas mais antigas?

.....

.....

2. Quais são as novas regiões metropolitanas do Brasil?

.....

.....

3. O que se pode afirmar em relação à distribuição dessas regiões pelo território nacional?

.....

.....

## A DESCENTRALIZAÇÃO URBANA

Outros eventos, que tornaram mais complexa a rede urbana brasileira, foram o crescimento de **cidades médias** e a formação de **aglomerações urbanas não metropolitanas** – estas reconhecidas também ao longo dos anos 1990. São múltiplas as causas desse crescimento: uma divisão do trabalho das metrópoles com os demais núcleos (sobretudo na indústria e nos serviços modernos); a atração de atividades diversas pelas cidades médias, com cerca de 100 mil habitantes, e até por algumas consideradas pequenas, em torno dos 20 mil habitantes, como montadoras de veículos, fábricas de aviões e helicópteros, agroindústrias, novas universidades e centros de produção científica e tecnológica, comércio e serviços ligados à produção agrícola moderna, polos de informática, entre outros. É importante lembrar as novas condições geográficas que permitiram essa descentralização, como os sistemas de transportes, comunicações e informações. Veja os exemplos a seguir e localize em um mapa do Brasil os núcleos urbanos citados.

- Sobral, municípios do Vale do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato) e da Região Metropolitana de Fortaleza, com a instalação de inúmeras fábricas de calçados. No caso de Sobral, trabalham no setor populações que moram em pequenos municípios vizinhos, como Santana do Acaraú, Senador Sá, Cariré, Mucambo, entre outros.
- Itajubá, no sul de Minas Gerais, com a ampliação de seu parque educacional e tecnológico, instalação de fábricas de componentes eletrônicos e de empresa que produz helicópteros, exportados para países como Argentina, Chile, México e Uruguai.
- Dourados, hoje a segunda cidade em número de habitantes de Mato Grosso do Sul, que desenvolveu um forte setor agroindustrial, com base no cultivo de grãos (soja, milho, trigo) e na produção de carne para exportação (o chamado *agrobusiness*).
- Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, que combina a atração de indústrias de transformação, turismo e a produção de flores e bens hortifrutigranjeiros.
- Florianópolis, considerada por muitos a “cereja do bolo” entre as cidades de porte médio. A capital catarinense experimentou um crescimento de 6% de seu PIB *per capita* ao longo dos anos 1990, com receitas com base no turismo, nos serviços, no comércio e na indústria de transformação, atraindo contingentes da população de classe média.

É preciso citar também o exemplo de Campina Grande, na Paraíba, que vem se destacando pela constituição de um importante parque científico e tecnológico e pelas empresas associadas. Outros polos tecnológicos especializados são os de Santa Rita do Sapucaí (MG), São Carlos (SP) e Ilhéus (BA). Caxias do Sul e municípios vizinhos, como Bento Gonçalves e Farroupilha, também constituem uma importante aglomeração urbana do Rio Grande do Sul, de economia de base industrial diversificada (incluindo a cadeia automotiva e a tradição vinícola), e bons indicadores sociais.

As aglomerações urbanas não metropolitanas são conjuntos formados por cidades médias e pequenas com forte integração funcional, econômica e cultural e, em muitos casos, em situação de *conurbação*. O reconhecimento desses aglomerados e a criação de outro meio de gerirlos cabem aos estados da federação. Veja o exemplo de São Paulo.

Nesse estado, em especial por causa da *desconcentração* e *interiorização* do desenvolvimento econômico, várias cidades médias tiveram, nos anos 1990, crescimento econômico e populacional superior ao da Grande São Paulo, como é também chamada a Região Metropolitana de São Paulo.

Portanto, permanece o peso acentuado das metrópoles, ao mesmo tempo que há desconcentração ou repartição de atividades entre elas e outros núcleos de menor porte.

Nas palavras de Milton Santos, temos um “reforço da metropolização com uma espécie de desmetropolização”.

O número de **idades locais** também cresceu rapidamente, sobretudo após a década de 1950, passando a ter um papel importante no funcionamento das redes urbanas no país. Em termos demográficos, o conjunto dos pequenos municípios representava apenas 15% do total da população nacional em 1940, passando para mais de 60% no fim da década de 1990.

A Contagem da População de 2007, realizada pelo IBGE em pouco mais de 5 mil municípios com até 170 mil habitantes, revelou que cerca de 4 mil deles apresentava população de até 20 mil habitantes, representando 72% do número de municípios do país.

Vale notar que muitos municípios pequenos, em parte criados nas últimas décadas, ainda dependem bastante de transferências de recursos de outras esferas de governo – especialmente da federal – para criar programas sociais e sanar suas demais necessidades.

## A CIDADE VISTA POR DENTRO

Agora vamos verificar em que medida os eventuais avanços econômicos e sociais se refletiram na melhoria das estruturas internas de cada cidade e na vida de seus habitantes.

Assim como em outros países (inclusive nos Estados Unidos), as cidades brasileiras são ainda bastante marcadas pelas desigualdades sociais. Há diferenças brutais entre riqueza e pobreza. A distribuição de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos é bastante desigual, afetando principalmente os mais pobres. Um levantamento realizado pelo IBGE, em 2000, por meio da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, constatou que a quase totalidade dos municípios estudados contava na época com serviços de abastecimento de água, drenagem urbana e coleta de lixo; em contrapartida, apenas 55% deles dispunham de coleta e tratamento de esgotos em 2008, segundo o *Atlas de Saneamento 2011* do IBGE.

### ○ QUE A CIDADE É E O QUE ELA PODE VIR A SER

A cidade é um objeto espacial criado pelas sociedades humanas para superar distâncias e permitir interações sociais. Ela se caracteriza por seus níveis de diversidade e concentração de pessoas, recursos e objetos. Uma ideia que poderá servir de referência é a de *urbanidade*. Ela resume pontos sobre como uma cidade pode e deve ser. Veja alguns desses pontos:

- Uma cidade deve ter diversidade social e cultural, já que a diversidade é uma das bases da riqueza humana e permite múltiplas relações entre as pessoas.
- Uma cidade deve, antes de tudo, permitir a todos os moradores o acesso pleno aos recursos de que ela dispõe em todos os seus espaços, evitando segregação e discriminação de grupos sociais.
- Uma cidade deve oferecer grande diversidade de atividades e múltiplas opções econômicas, culturais e de lazer a seus habitantes.
- Uma cidade deve oferecer acessibilidade e mobilidade plenas (inclusive espaços para a marcha pedestre) e dispor de espaços públicos amplos, generosos e equipados.
- Uma cidade deve utilizar adequadamente suas bases naturais, evitando comprometer os recursos hídricos, impermeabilizar os solos, ocupar áreas de risco ou eliminar as coberturas vegetais.

Com base nessas premissas, podemos analisar alguns desafios enfrentados pelas cidades brasileiras – sem a pretensão de esgotá-los –, assim como propor soluções.

## A DESVALORIZAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

Até os anos 1970, o centro tradicional das grandes cidades brasileiras tinha importância. Neles estavam, e ainda estão em alguns casos, órgãos de administração pública, sedes de bancos, comércio atacadista e varejista, serviços de lazer etc. Os serviços urbanos irradiavam-se do centro para a periferia, tornando-se cada vez mais escassos com a distância. Nas regiões mais próximas do centro, encontravam-se as áreas residenciais mais “nobres”. Por tudo isso, o sistema viário caracterizava-se, segundo o *modelo radio-cêntrico*, pela predominância das ligações centro-bairro.

Especialmente nas metrópoles e cidades médias de maior porte, a relação centro-periferia começa a sofrer rupturas e a dar lugar a novas *centralidades*. À medida que a cidade cresce, surgem *centros secundários* de comércio e serviços, provocando a expansão do centro ou valorizando novas áreas. Pulveriza-se o “centro velho”, com o surgimento de novos centros especializados, transitando, como já vimos, do espaço público ao espaço privado.

O advento dos *shopping centers* e hipermercados provocou uma mudança definitiva no sistema centro-periferia e a criação da *cidade policêntrica*. O primeiro *shopping* do Brasil foi inaugurado em São Paulo, nos anos 1960. Hoje são centenas, espalhados pelas cidades grandes e de porte médio. Situam-se em áreas valorizadas, ao lado de zonas comerciais e de serviços, reforçando a posição dos centros secundários em relação ao núcleo original. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro começaram a desenhar uma rede viária para ligações entre as radiais longe do centro velho, criando assim vias de acesso entre os novos centros. Desse modo, boa parte dos habitantes das cidades deixa de frequentar o centro antigo, que acaba sofrendo um processo de desvalorização e decadência.

Um reflexo disso é a “fuga” dos habitantes de renda mais alta para condomínios fechados de alto padrão, situados em áreas periféricas (onde existe “ar puro” e “tranquilidade”). Outro exemplo é a localização de setores comerciais, de serviços e lazer nos *shoppings*.

Diante da degradação dos centros urbanos, temos assistido no Brasil a algumas iniciativas de políticas de resgate dos centros velhos. Entretanto, são políticas polêmicas. Há quem defenda a retirada dos pobres para as periferias e a demolição de edifícios para erguer modernos prédios de escritórios. Essa proposta, de modo geral, atende aos interesses dos empreendimentos imobiliários.

Há os que advogam a recuperação do centro velho com a *preservação do patrimônio histórico* e a realização de *eventos culturais* e de *lazer*, “oxigenando” o centro antigo e estimulando usos coletivos e diversificados – como ocorre em Salvador, no Recife, em Curitiba e em São Luís.

## TRANSPORTE URBANO

Além de permitir deslocamentos, o sistema de transportes de uma cidade exerce importante papel em sua expansão física e nas formas de apropriação do solo urbano. As metrópoles do mundo desenvolvido, de modo geral, dispõem de escoamento de massa apoiado na combinação trem/metrô. Ônibus e carros têm papel complementar. Esse sistema é considerado ideal, já que obstrui menos as vias públicas e integra as diferentes modalidades de transporte.

Examine o texto a seguir, que apresenta as diretrizes propostas pelo Ministério das Cidades no Brasil.

Os Programas Estratégicos visam mudar radicalmente a atuação do governo federal, aliando-o aos estados e municípios para desenvolver e implementar uma Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, com prioridade para investimentos nos meios coletivos e não motorizados de transporte.

#### Diretrizes gerais

1. Em relação a promover a cidadania e priorizar os modos coletivos e não motorizados de transporte:
  - Estimular a participação cidadã [...] fomentando o efetivo controle social das políticas públicas de mobilidade.
  - Priorizar a circulação, a fluidez e a paz no trânsito dos meios de transporte coletivo e do transporte não motorizado, como forma de garantir um crescimento urbano sustentável [...].
  - Priorizar os investimentos no sistema viário urbano e interurbano onde houve prioridade aos modos coletivos e não motorizados. [...]

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Disponível em: <[www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf](http://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2012.

1. Quais são os meios de transportes urbanos recomendados pelo documento?
- .....
2. Em sua opinião, essas opções estão adequadas às necessidades das cidades? Justifique sua resposta.
- .....
- .....

## A CIDADE DO AUTOMÓVEL

No Brasil, a presença da indústria automobilística, a partir dos anos 1950, enfatizou o uso do automóvel individual e dos ônibus, em detrimento de outras modalidades. São Paulo, por exemplo, é a cidade onde mais trafegam veículos de superfície sobre pneus no mundo. Isso trouxe várias consequências. A principal delas é a organização do *espaço geográfico das cidades em função do automóvel*, que privilegia a parcela motorizada da população; outras são os imensos congestionamentos, que fazem as pessoas gastar mais tempo para se deslocar, o aumento da poluição atmosférica e sonora, o estresse etc.

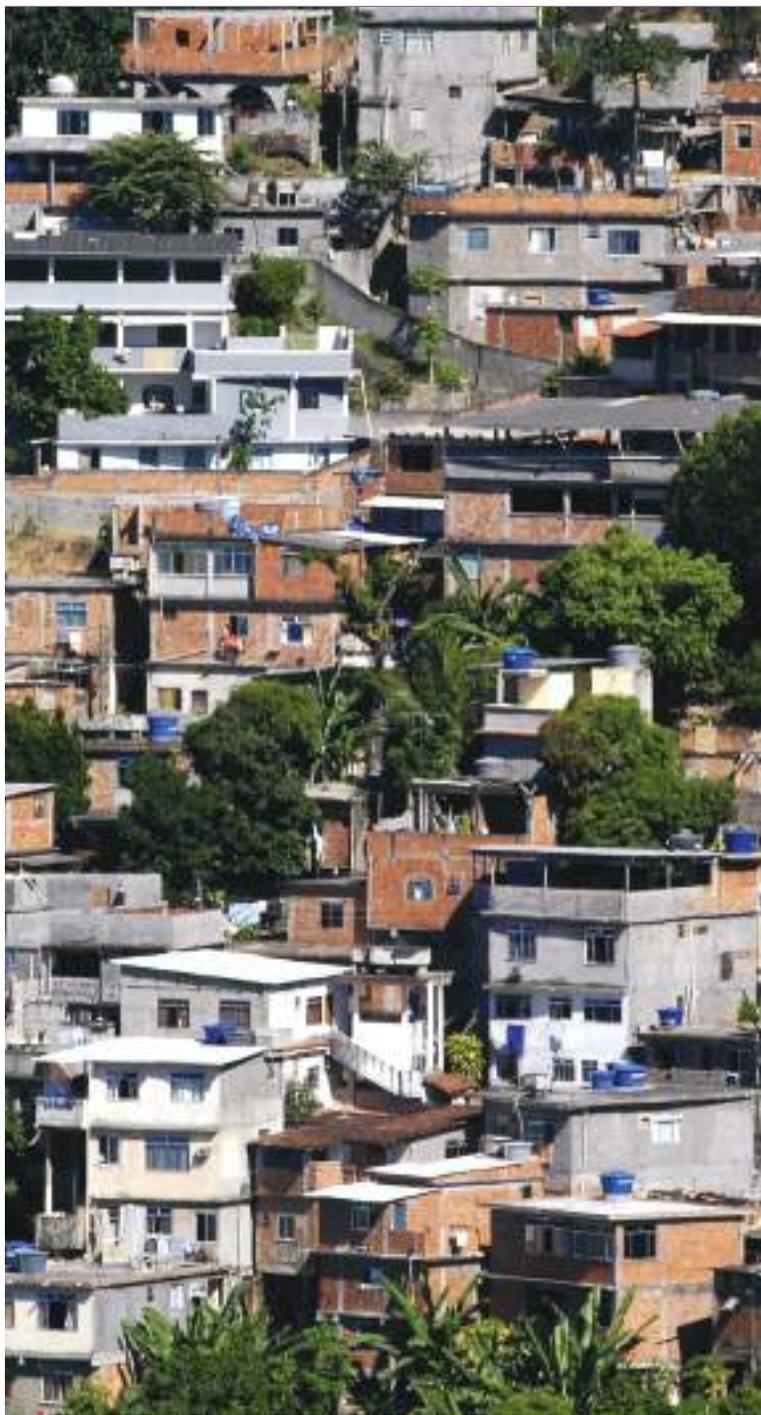
Articulado à lógica do consumo das sociedades modernas, o automóvel é mais que um simples meio de transporte. Principal manifestação do individualismo contemporâneo, tornou-se um bem especial, que encanta e confere *status* e sensação de poder a quem o possui. Talvez por essa razão, muitas pessoas resistam a deixar o automóvel em casa, mesmo quando há disponibilidade de transportes coletivos.

Por causa dos automóveis, as metrópoles brasileiras vêm sofrendo um processo de reestruturação. Criou-se um cenário de *fragmentação urbana*: as vias expressas retalham a cidade, investe-se em soluções viárias de alto custo e retorno duvidoso (como túneis, pontes e viadutos) e criam-se novos centros acessados por automóvel (contribuindo para a decadência do centro antigo).

As soluções urbanas passam pelas políticas de restrição ao automóvel particular (caso do rodízio de veículos em São Paulo), investimentos em transporte coletivo de qualidade (caso de Curitiba) e a criação de espaços diversos para circular a pé ou em veículos não motorizados (como as ciclovias do Recife e do Rio de Janeiro).

## A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR

Examine as imagens a seguir e responda às questões propostas.



Renata Mello/Pulsar Imagens



Paix Zuppiani/Pulsar Imagens

Conjunto habitacional em Teresina (PI), 2008.



JMPereira

Construção de casas populares em Buri (SP), 2007.

1. O que essas fotos mostram?
2. Em sua opinião, quais fatores contribuíram para levar a situações como as apresentadas?

Um dos principais problemas enfrentados nas cidades brasileiras é a falta de habitação, especialmente para grupos de baixa renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2008, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há hoje um déficit de cerca de 5 milhões de moradias adequadas nas cidades do país.

Numa conta rápida, isso afeta cerca de 25 milhões de brasileiros. Estima-se também que haja cerca de 5 milhões de residências fechadas, sem nenhum tipo de uso ou ocupação – portanto, um descompasso da produção e a existência de imóveis em relação às necessidades sociais.

Assim, pessoas de renda mais baixa acabam vivendo em ocupações espontâneas – as favelas – ou em cortiços, habitações coletivas extremamente precárias. Outros constroem suas casas aos poucos, nos fins de semana, em terrenos situados em periferias, por vezes em áreas de grande risco ou áreas de proteção ambiental, adquiridos de loteadores clandestinos.

Até a década de 1970, havia um sistema nacional centralizado de produção de habitações populares. Mesmo assim, a regra era a construção de centenas de prédios ou casas em conjuntos habitacionais em áreas relativamente isoladas e carentes de serviços urbanos. Edificados com materiais de baixa qualidade em situação de forte adensamento, muitos desses conjuntos deterioraram-se rapidamente.

Com isso, aos pobres restou habitar sempre as piores terras, mal localizadas e precárias. Além disso, investiu-se em habitação popular, mas sem olhar a problemática urbana e o território da cidade como um todo (transportes, empregos, fluxos etc.).

Entre as soluções à vista está a retomada de programas habitacionais, especialmente por estados e municípios – hoje ainda muito distantes de atender à demanda. Outra opção é a política de estímulo à ocupação de edifícios nas áreas centrais (que são bem servidos de infraestruturas, comércio e serviços) para uso residencial. No Brasil, já foram testadas também iniciativas de locação social, nas quais o poder público auxilia as famílias no complemento do aluguel a ser pago.

## EMPREGOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS

O crescimento econômico e populacional de aglomerações urbanas e de cidades médias deu-se com o incremento ou a atração de atividades ligadas aos serviços (educação, informática, produção científica e tecnológica, turismo, entre outros), à indústria artesanal, ao processamento industrial de bens agrícolas e às novas atividades industriais, muitas delas em distritos construídos especialmente para abrigar as unidades produtivas.

No entanto, houve casos também de aproveitamento das bases e atividades já instaladas nos municípios. Acrescente-se a isso que muitas dessas atividades foram adotadas com *incentivos fiscais*, que as atraíram para municípios ou estados que cobravam menos impostos ou taxavam menos determinados produtos e serviços. Esses incentivos podem representar uma sangria de recursos públicos se não revertidos em criação de empregos.

O combate ao desemprego depende bastante dos rumos da economia nacional e internacional e de políticas públicas adotadas pelas diferentes esferas de poder, como as de formação profissional de jovens e as de complementação de renda.

Obviamente, não existem fórmulas prontas. Entretanto, as próprias cidades têm potencial para desenvolver alternativas. Uma delas é investir na criação de equipamentos e serviços de saúde, educação, transporte ou proteção ambiental, o que gera empregos na construção civil, serviço público e inúmeras funções técnicas qualificadas (professores, agentes de saúde, veterinários etc.).

Mesmo as cidades médias que vêm tendo crescimento vigoroso ainda têm muito o que fazer nesse campo, como garantir vagas para todos nas escolas. Há também os casos de reconversão das atividades econômicas, como vem ocorrendo no ABC paulista. Cidades antes marcadas pelo grande número de operários de montadoras de veículos, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul vêm procurando diversificar suas atividades, ampliando o investimento em inúmeros serviços.

Outro caminho é incentivar a formação de cooperativas urbanas de trabalho, como ocorre com a coleta seletiva e o reaproveitamento de lixo e com a indústria artesanal em inúmeras localidades. Vale a pena lembrar do chamado setor informal da economia: em vez de serem reprimidos, os trabalhadores devem ser estimulados a criar microempresas e, se necessário, ter a chance de obter crédito para impulsionar suas atividades.

## PROBLEMAS AMBIENTAIS NAS CIDADES

Vivemos em um país tropical sujeito a grandes índices de precipitação. A maioria de nossas grandes cidades encontra-se na zona litorânea. E praticamente todas vivem sérios problemas de enchentes. Nas grandes aglomerações, as construções impedem o ciclo normal das águas; a *pavimentação* excessiva impede a penetração da água nos solos. Assim, a água chega com velocidade e grande volume aos córregos e rios da cidade, que, por sua vez, não dão vazão em tempo suficiente para o escoamento, provocando as enchentes.

Com o **assoreamento** de rios e córregos, a questão se agrava. As áreas críticas são os *fundos de vale*. A ocupação de encostas e morros, por parte da população, também traz problemas. Sem vegetação ou obras de contenção, ocorrem, com as chuvas, *escorregamentos de terra*, arrastando moradias e causando mortes e prejuízos.

No fim de 2010, a frota de veículos motorizados de todo tipo no Brasil era de aproximadamente 65 milhões de unidades. Esse número elevado vem contribuindo para intensificar os problemas atmosféricos registrados nas grandes cidades, já que a maioria desses veículos circula a maior parte do tempo nos espaços urbanos. As emissões de gases comprometem a qualidade do ar.

Nos períodos de inverno, em geral mais secos, a não dispersão das partículas torna o ar irrespirável nas grandes cidades. O *smog* formado pela poluição é reforçado pelo fenômeno da *inversão térmica*, quando o ar frio superficial, por ser mais pesado, não se eleva, não havendo assim dispersão dos gases poluentes.

Em 2011, São Paulo tinha uma frota de 7 milhões de veículos circulando diariamente (inclusive motocicletas), número que chega a dobrar se considerarmos a Região Metropolitana.

Com isso, seus índices de poluição são muito grandes, o que tem levado os poderes públicos – nas instâncias estadual e municipal – a tentar tirar das ruas uma parte da frota de veículos. Isso tem sido feito por meio do rodízio de automóveis. É preciso avançar mais nesse debate, pois ele ainda está restrito à questão ambiental.

Os itens examinados até aqui podem ser encarados como um roteiro para avaliar a cidade onde vivemos. O Brasil é um país urbano, o que impõe aos cidadãos o desafio de buscar alternativas para elevar seu grau de urbanidade, ou seja, garantir o bem-estar e melhorar as condições de vida de todos os cidadãos.

### GLOSSÁRIO

**Assoreamento:** acúmulo de sedimentos em um rio, um lago etc. Isso é decorrente de enchentes provocadas pela chuva, frequentemente devido ao mau uso do solo e da degradação da bacia hidrográfica, causada por desmatamentos, monoculturas, garimpos, construções etc.

**Smog:** mistura de neblina e fumaça.

## APLICAR CONHECIMENTOS

1. Com base no que você estudou neste capítulo, elabore um esquema gráfico para representar as relações entre os diferentes tipos de cidades do Brasil atual. Leve em conta a existência de metrópoles, cidades médias e locais e outras aglomerações.
2. Leia o texto.

*Dentre as consequências da descentralização e participação dos cidadãos nas ações de governo destacam-se o uso eficiente e transparente dos recursos públicos, a agilidade em dar respostas às demandas dos cidadãos e a promoção de políticas integradas eficazes, que não tratam de maneira fragmentada e setorializada as necessidades da população.*

*Para criar um governo transparente, voltado para os interesses da cidadania e sob controle dela, é preciso considerar que as cidades são construções históricas e, portanto, singulares. [...] É preciso levar em conta sua complexidade, suas dinâmicas internas, seus atores, suas relações com a área metropolitana e os demais entes da federação.*

BAVA, Sílvio Caccia. A reapropriação das cidades. In: *Le Monde Diplomatique*: um outro mundo urbano é possível. Edição especial, n. 2, p. 18, jan. 2001.

Considerando o que você estudou, cite duas medidas ou políticas públicas que confirmam a perspectiva de gestão da cidade proposta pelo autor.

3. Analise os dados a seguir, destacando as mudanças de posição das maiores metrópoles do Brasil e seus respectivos ritmos de crescimento. Escreva um texto que discuta o significado desse crescimento para a rede urbana nacional.

Evolução da população das metrópoles brasileiras (em milhões de habitantes)			
Município	2000	Município	2011
1. São Paulo (SP)	10,4	1. São Paulo (SP)	11,2
2. Rio de Janeiro (RJ)	5,8	2. Rio de Janeiro (RJ)	6,3
3. Salvador (BA)	2,4	3. Salvador (BA)	2,6
4. Belo Horizonte (MG)	2,2	4. Brasília (DF)	2,5
5. Fortaleza (CE)	2,1	5. Fortaleza (CE)	2,4
6. Brasília (DF)	2,0	6. Belo Horizonte (MG)	2,3
7. Curitiba (PR)	1,5	7. Manaus (AM)	1,8
8. Recife (PE)	1,42	8. Curitiba (PR)	1,7
9. Manaus (AM)	1,40	9. Recife (PE)	1,5
10. Porto Alegre (RS)	1,3	10. Porto Alegre (RS)	1,4

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Sinopse preliminar.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILME



#### A REVOLTA DO BUZU

O filme retrata a onda de protestos de estudantes, na cidade de Salvador (BA), contra o aumento nas tarifas de ônibus em 2003. O movimento, que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”, foi um dos marcos para a criação do Movimento Passe Livre no Brasil.

Direção de Carlos Pronzato. Brasil, 2003, 70 min.

### SITE



#### OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Grupo com centenas de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. O *site* apresenta pesquisas, indicadores e análise de problemáticas das grandes metrópoles do país. Traz dados, notícias, artigos, entrevistas e vídeos sobre as grandes cidades.

Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

A rua em questão é uma das principais artérias da cidade, e tinha estado apinhada de gente o dia inteiro. Mas, à medida que escurecia, a massa ia aumentando; e, quando os lampiões já estavam todos acesos, dois fluxos densos e contínuos de gente corriam diante da porta. Eu nunca estivera antes em situação parecida naquele momento específico da noite, e o mar tumultuoso de cabeças humanas me enchia, portanto, com uma emoção deliciosamente nova. Renunciei, afinal, a todo interesse pelas coisas de dentro do hotel e fiquei absorto na contemplação da cena lá fora.

A princípio minhas observações tomaram um rumo abstrato e generalizante. Olhava para os transeuntes em massa, e considerava-os em suas relações coletivas. Logo, no entanto, passei para os detalhes, e examinava com minucioso interesse as inúmeras variedades de figura, vestuário, jeito, andar, rosto e expressões fisionômicas.

A grande maioria dos que passavam tinha uma atitude satisfeita e eficiente, e parecia só pensar em abrir caminho na torrente. Tinham as sobrancelhas franzidas e moviam os olhos com rapidez; quando esbarrados por outros passantes, não expressavam nenhum sinal de impaciência, apenas ajeitavam a roupa e seguiam se apressando. Outros, de uma classe também numerosa, tinham movimentos agitados, o rosto vermelho e falavam e gesticulavam sozinhos, como que se sentindo solitários exatamente por causa da densidade do agrupamento à sua volta.

POE, Edgar Allan, *O homem na multidão*. Porto Alegre: Paraula, 1993. p. 13.



Vista de Londres, 1797, gravura, escola inglesa.

Coleção particular/Bridgeman/Keystone



Regent Street, Londres, Cecil King (1881-1942), gravura.

Coleção particular/Bridgeman/Keystone

As imagens mostram as impressionantes mudanças em uma mesma região urbana, no caso Londres, em um período de apenas um século.

O trecho foi escrito por um famoso escritor dos Estados Unidos em 1840, tendo como pano de fundo a cidade de Londres e seu processo de **urbanização**. Tratava-se de uma das decorrências da Revolução Industrial iniciada em décadas anteriores, que marcou o surgimento de novas relações de trabalho e impactou os modos de vida e a organização social das cidades. Iniciou-se, a partir de então, um

#### GLOSSÁRIO

**Urbanização:** é o nome dado ao processo de aumento populacional de uma cidade, acompanhado de mudanças em sua infraestrutura (como a pavimentação das ruas e a oferta de água tratada e luz elétrica), nos serviços públicos oferecidos (como os meios de transporte coletivos) e nos equipamentos disponíveis (como escolas e hospitais).

intenso fluxo de **migração** de camponeses em busca dos novos postos que as fábricas ofereciam, mesmo sendo expostos a situações de alta exploração da mão de obra e condições precárias de trabalho.

#### GLOSSÁRIO

**Migração:** é o movimento de pessoas de uma localidade para outra. Pode ser o deslocamento para outra cidade ou país e, no geral, está ligada à busca por melhores condições de vida.

No início do século XIX, menos de 2% dos europeus viviam em cidades; no fim desse período, o número chegava a 15%. Em algumas localidades, esse crescimento mostrou-se radical: Londres (na Inglaterra) duplicou sua população, Berlim (na Alemanha) registrou um crescimento de mais de 800% de seus habitantes, Viena (na Áustria), de 490%, e São Petersburgo (na Rússia), de 300%.

As sociedades urbanizaram-se e passaram a apresentar aglomerações humanas nunca antes vistas. Primeiro, as cidades onde havia maior desenvolvimento das indústrias e do sistema capitalista na Europa, e depois as capitais políticas e os grandes portos comerciais da América, todos foram fortemente marcados pelo aumento populacional e pela consequente necessidade de melhoria das condições de vida de seus habitantes, o que levou ao enfrentamento de problemas sociais e à precariedade dos serviços e bens coletivos oferecidos, como moradia, meios de transporte e saneamento.

As grandes cidades tornaram-se palco de greves e revoltas populares, assim como da organização de centros de produção de saberes e experimentações artísticas. Multidões estavam nas ruas, criando outras formas de comportamento, convivência e interação social.

E essas novas experiências passaram a caracterizar o que ficou conhecido como sociedade moderna, contexto de realização das primeiras pesquisas sociológicas e objeto de estudo de boa parte dos pensadores reconhecidos como referência para as Ciências Sociais.

#### APLICAR CONHECIMENTOS

- Enem (2010)

*A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros, tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.*

DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Texto adaptado.)

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre-iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

## A CIDADE COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA

O alemão Georg Simmel (1858-1918) teve ideias que se tornaram importantes para a formação da Sociologia, em especial para o estudo do impacto das grandes cidades sobre

a vida dos indivíduos. Interessava a Simmel refletir sobre a adaptação do indivíduo diante das transformações ocasionadas pela industrialização e pela expansão do capitalismo que ocorreram na Europa a partir da segunda metade do século XIX.

Ele considerava as cidades industrializadas, e em especial as **metrópoles** que se formavam no contexto europeu, um espaço exemplar dos princípios da sociedade capitalista e da realização do moderno, isto é, da ampliação da economia monetária, já que o dinheiro seria um dos símbolos da modernidade por alargar os círculos sociais e estabelecer novos estilos de vida.

Para ele, o ritmo acelerado, a impessoalidade, a concentração de riquezas, a produção voltada para o mercado e a exigência de exatidão nos compromissos nas cidades grandes contrastavam com o compasso lento e as relações pautadas pelo sentimento nas pequenas cidades.

Observando a vida que se desenrolava nos salões, cafés e ruas, mas também os objetos, como relógios e máquinas de escrever, esse pensador demonstrou que o morador das metrópoles tinha uma espécie de personalidade calculista e pouco aberta para interações mais profundas com as outras pessoas, enquanto o habitante da pequena cidade tinha a vida baseada em relacionamentos e laços emocionais fortes. Um exemplo pode ajudar a compreender como ele olhava para a cidade: em cidades grandes estamos muito próximos corporalmente uns dos outros, já que o tempo todo esbarramos nas pessoas nas ruas, nas filas, no transporte público etc. Ao mesmo tempo, estamos muito distantes, já que na maior parte das vezes as relações que estabelecemos uns com os outros nas grandes cidades é muito fria e impessoal.

Essa posição de distanciamento, indiferença ou reserva se refere, nos termos do autor, ao caráter **blasé** que os indivíduos assumem para se proteger dos inúmeros estímulos quantitativos, estéticos, monetários e auditivos das grandes cidades, como o barulho das máquinas e o grande número de pessoas transitando nas ruas e estações de trem.

E foi justamente esse tipo de postura, de distanciamento em relação ao outro e às situações que aconteciam nas cidades, que tornou possível a adaptação da personalidade humana às intensas transformações da cidade industrial, sendo este o tipo de individualismo possível na sociedade moderna que se apresentava.

Além disso, Simmel argumentou que a sociedade é um dos modos pelos quais a experiência humana pode ser organizada; é uma rede de relações que opera em dado espaço e tempo social e na qual o indivíduo se torna parte do todo. Ainda segundo o autor, a associação básica de toda sociedade é a sociabilidade, uma forma de associação valorizada em si mesmo, sem qualquer outro interesse e objetivo que não seja o ato de estar junto.

Isto é, a sociabilidade é uma forma de associação de pessoas que se reúnem para compartilhar momentos e estarem juntas em diferentes contextos, como nos salões burgueses, clubes e cafés.

Mas cabe perguntar: Como a sociabilidade nas grandes cidades é possível se a vida cotidiana é marcada pela reserva e indiferença dos indivíduos, pela situação de proximidade física e distância espiritual?

Para Simmel, a sociabilidade na cidade grande apresenta um momento de alívio e descontração diante

#### GLOSSÁRIO

**Blasé:** é um termo francês que significa “entediado”. No contexto da discussão apresentada, um indivíduo com caráter *blasé* pode ser classificado como alguém indiferente aos estímulos externos e às novidades, aquele que não se comove nem sente fortes emoções diante dos acontecimentos do cotidiano das cidades.

**Metrópole:** o termo se refere às grandes cidades que ultrapassaram a marca de 1 milhão de habitantes e tornaram-se referências econômicas, políticas e culturais dada a quantidade de bens, serviços e equipamentos que oferecem.

dos tantos comportamentos sérios e objetivos que as metrópoles estabelecem a seus habitantes cotidianamente. Mais que isso, a sociabilidade é o próprio espaço das subjetividades, ou seja, da expressão das emoções, da intimidade e da realização interior de cada indivíduo.

### IDEIAS FUNDAMENTAIS DE GEORG SIMMEL

- **Sociedade:** é uma rede de relações que opera em certo espaço e tempo social, na qual o indivíduo se torna parte de todo; é o nome dado a vários indivíduos ligados pela interação, isto é, agindo e reagindo entre si para promover aproximação, distanciamento, conflito etc.
- **Individualismo moderno:** todo indivíduo moderno se situa entre o anonimato e a multiplicidade de papéis sociais, e é por meio de uma postura *blasé*, entendida como reservada, distanciada e indiferente aos variados estímulos das metrópoles, que os indivíduos preservam suas singularidades.
- **Sociabilidade:** é a forma de socialização básica de toda sociedade; uma forma de associação valorizada em si mesma, sem qualquer outro interesse e objetivo que não seja o ato de estar junto.

#### PARA REFLETIR

Será que aquilo que Simmel descreveu sobre a cidade se mantém nos dias de hoje? Ainda permanecem as sensações de anonimato e os comportamentos de reserva de cada indivíduo diante das multidões nas ruas? Quais serão as formas de sociabilidade atuais?

Vamos fazer o exercício de relacionar as ideias desse pensador à vida em sociedades urbanas no cenário atual, interpretando algumas imagens que correspondem ao contexto das grandes cidades brasileiras.



Rubens Chaves/Folhapress

Clientes em praça de alimentação de um *shopping center* em Teresina (PI), 2010.



Cescon Cerloff/Pulsar Imagens

Pista de caminhada do Parque do Lago, em Guarapuava (PR), 2010.

Observe atentamente todos os detalhes dessas imagens e reflita:

1. O que elas têm em comum?

---

---

---

2. Qual ou quais dessas imagens fazem parte de seu dia a dia?

---

3. Em quais imagens os indivíduos estão se relacionando entre si e em quais, possivelmente, experimentam situações de anonimato e reserva?

---

4. Como você se sente quando está em uma dessas situações, cercado de pessoas que não são de seu círculo de intimidade? E como se sente quando está em espaços junto com pessoas com as quais gosta de compartilhar seus momentos de lazer?

---

---

5. O que essas imagens nos dizem sobre as formas de sociabilidade na cidade contemporânea?

---

---

---

---

## A ESCOLA DE CHICAGO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A CIDADE

A história da Sociologia, como a de outras ciências, está relacionada à trajetória de autores, universidades e comunidades de pesquisadores, assim como à escolha de temas e metodologias originais para a realização de estudos sobre a vida social. Uma importante contribuição dada pelos pesquisadores ligados à Escola de Chicago foi o enfoque em problemas sociais urgentes que afetavam as sociedades modernas, além da valorização do trabalho empírico e dos métodos qualitativos para a análise social.

O termo Escola de Chicago diz respeito ao Departamento de Sociologia e Antropologia que se constituiu na Universidade de Chicago no fim do século XIX e que se tornou o principal centro de estudos sociais dos Estados Unidos.

Bastante inspirados pelas ideias de Simmel sobre sociabilidade e a relação entre indivíduo e sociedade, os pesquisadores da Escola de Chicago desenvolveram um extenso programa de estudos que se tornou pioneiro por tomar a cidade como laboratório de investigação da vida social.

A partir daí, temas até então inexplorados, como pobreza, migração, prostituição, estigma, marginalidade, delinquência juvenil, criminalidade e os modos como

os distintos grupos se organizam no espaço urbano entraram definitivamente em pauta.

No entanto, é muito importante considerar que a escolha desses temas estava diretamente ligada ao momento histórico em que os pesquisadores viviam: as cidades que se formaram ao longo do século XX e que deparavam com questões políticas e sociais causadas pela falta de planejamento e pelos processos de imigração.

Um dos pesquisadores de destaque em Chicago foi Robert Park (1864-1944). Em um de seus ensaios mais conhecidos, intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” e publicado em 1916, ele afirmou que a cidade é um produto da natureza humana que está diretamente ligado à história mundial e dos homens **civilizados**, já que a história do mundo seria a própria história dos indivíduos nas cidades.

Park acreditava que era possível analisar as populações e sua relação com o ambiente, as instituições e a organização desse tipo de espaço de maneira científica, e a essa ciência ele deu o nome de **ecologia humana**.

Para Park, o estudo da vida urbana deve levar em consideração a organização física, as ocupações profissionais e a cultura que se desenvolve nas cidades. A organização física diz respeito à própria estrutura criada para atender às necessidades dos habitantes (os comércios, as indústrias, as moradias, os hotéis etc.).

Já as ocupações se referem às especializações profissionais, tendo em vista que as cidades se organizam em torno da divisão social do trabalho e oferecem um grande mercado para o desenvolvimento dos talentos e das competições individuais.

Esse pesquisador entendia que a cidade, como um tipo de unidade geográfica e econômica específica, criava também uma cultura própria, isto é, tradições, modos de vida, costumes e maneiras próprias de cooperar e competir entre as pessoas.

Além disso, segundo ele, mais do que manter uma organização física, toda cidade mantém suas regiões morais, locais onde os indivíduos se distribuem, se encontram e se reúnem em função de seus gostos, práticas de lazer, sentimentos e interesses comuns – como os ambientes onde se pode ouvir música, acompanhar corridas de cavalo, experimentar a vida boêmia.

Dessa forma, a cidade seria o lugar da vida pública, uma vez que torna públicas as várias experiências individuais e coletivas. É por isso que Park enfatizou o **trabalho empírico**, destacando a importância de observar, registrar, transcrever e analisar o que se vê, ouve e sabe-se sobre as cidades.

#### GLOSSÁRIO

**Civilizado:** remete ao padrão de vida e a comportamentos, hábitos, valores e modelos de organização política e econômica europeus.

**Trabalho empírico:** diz respeito à produção e à análise dos dados por meio de vivências e interações dos investigadores com os objetos e sujeitos das pesquisas. Pode envolver técnicas diversificadas, como a coleta de depoimentos, as entrevistas e a observação direta.

#### Importância da Escola de Chicago

A chamada Escola de Chicago tornou-se importante para as ciências sociais por causa do pioneirismo de seus pesquisadores em tomarem a cidade como campo de investigações e se mostrarem preocupados em produzir estudos que pudessem ser úteis para a transformação social. Outra contribuição importante foi a ênfase nos estudos empíricos por meio do desenvolvimento de métodos originais de investigação, como a pesquisa porta a porta e a análise de documentos pessoais.

Dentre seus pesquisadores, destacam-se Robert Park e suas análises sobre a cidade como espaço público que produz sociabili-

dades e culturas específicas; Robert Redfield, precursor na realização de estudos de comunidade; e Louis Wirth, com suas contribuições sobre o urbanismo como modo de vida e estudos sobre o gueto.

Outro pesquisador ligado a Chicago e que se tornou bastante influente no Brasil foi Donald Pierson, por ter sido um dos responsáveis por instaurar o ensino da Sociologia na primeira universidade dedicada à disciplina no país – a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo nos anos 1930 – e também por ter desenvolvido importantes estudos sobre relações raciais no contexto brasileiro.

As grandes cidades são associadas ao desenvolvimento econômico e tecnológico, a riqueza e a melhores condições de vida; mas também estão relacionadas a problemas sociais em grande escala, como pobreza e criminalidade, levando muitos indivíduos a preferir morar em áreas rurais ou em pequenas cidades. O filme *A vila* retrata a experiência de moradores de uma grande cidade norte-americana que decidem trocar a vida numa sociedade moderna pelo convívio em um pequeno vilarejo, isolado e desconhecido pela vizinhança. Com meios próprios de subsistência e regras rígidas de convívio social, os fundadores dessa comunidade tentam evitar o sofrimento coletivo e preservar a vida pacata que conheceram antes dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no século XIX.

Com base na história que se desenrola no filme *A vila*, e no que foi lido até aqui sobre as contribuições de Georg Simmel e dos pesquisadores da Escola de Chicago sobre a formação das grandes cidades, discuta em grupo:

1. Quais motivos levaram os fundadores a abandonar a vida numa cidade industrializada, que estava se urbanizando, e a fundar uma nova comunidade?
2. Que recursos os fundadores utilizaram para manter a ordem social e a permanência dos habitantes nesse local?
3. Como se davam as relações sociais nessa vila? Tratava-se de relações de “distância espiritual”, como diria Simmel, ou de laços emocionais fortes e relacionamentos de proximidade? Cite exemplos.
4. Uma experiência como “a vila” seria possível nos dias de hoje?
5. Você considera que cabe aos indivíduos buscar soluções para os problemas da vida em sociedade ou este é um papel dos governantes?

## AS CIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil urbanizou-se muitos anos depois das primeiras sociedades industriais europeias, tal como aconteceu com outros países da América Latina. No século XIX, aproximadamente 10% da população vivia nas cidades brasileiras, e foi somente a partir da virada de período que o processo de urbanização começou a se realizar, como consequência da Abolição da Escravatura, da Proclamação da República e do surgimento das primeiras indústrias e sua demanda por trabalhadores e mercado consumidor interno.

No fim do século XIX, nas cidades onde esse processo ocorreu inicialmente, São Paulo e Rio de Janeiro, ainda se percebia grande distância com relação à modernização urbana que se expandia pela Europa.

Entretanto, por aqui havia um intenso desejo, principalmente das elites econômicas e políticas, de que os gostos, conhecimentos e hábitos europeus fossem incorporados ao modo de vida do brasileiro, até como forma de distanciamento de algumas práticas ligadas ao mundo rural que persistiam nas cidades industriais que se organizavam.

Muitas reformas urbanas foram promovidas na tentativa de se igualar ao modelo europeu de cidade, como as obras de saneamento básico e paisagismo, tendo sido acompanhadas de forte segregação territorial e social, com a população marginalizada da época sendo expulsa para os morros e arrabaldes das cidades.

O aceleração da urbanização das cidades brasileiras ocorreu dos anos 1960 até o fim do século XX, período em que a população, que era 80% rural, tornou-se 78%

urbana. Isso se deve aos movimentos de migração de trabalhadores, principalmente para o Sudeste do país, em busca de melhores condições de vida, oportunidades nas fábricas que se instalaram nessa região e possibilidades de adquirir bens de consumo como eletrodomésticos e automóveis.

A urbanização brasileira, porém, também está relacionada aos processos de mecanização do trabalho no campo, com boa parte dos agricultores perdendo seus postos para máquinas e sendo forçados a migrar para outras localidades em busca do sustento de suas famílias.

Atualmente, cerca de 84% da população vive em áreas urbanas, o que equivale a quase 161 milhões de pessoas. As regiões mais urbanizadas são o Sudeste e o Centro-Oeste, e as com menores taxas são o Nordeste e o Norte, como demonstra a tabela a seguir:

Brasil: taxa de urbanização por região (%)				
Região	1950	1970	2000	2010
Sudeste	44,5	72,7	90,5	92,2
Centro-Oeste	24,4	48	86,7	88,8
Sul	29,5	44,3	80,9	84,9
Norte	31,5	45,1	69,9	73,5
Nordeste	26,4	41,8	69,1	73,1
Brasil	36,2	55,9	81,2	84,4

Fonte: IBGE, *Censos demográficos 1950, 1970, 2000 e 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 fev. 2013.

É importante lembrar que nem sempre a urbanização é acompanhada de planejamento, tampouco as grandes cidades são apenas locais de mais e melhores oportunidades de trabalho, educação e infraestrutura. Pelo contrário, o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico e social das cidades têm tido como consequência a constituição de espaços de segregação social e bolsões de pobreza, onde se concentram os trabalhadores assalariados e as populações marginalizadas.

No Brasil, por exemplo, boa parte da população negra teve condições de morar apenas em favelas depois da Abolição, assim como a maioria dos que migraram para as cidades do Sudeste encontrou possibilidades de moradia e de estabelecer suas relações sociais somente nas chamadas periferias.

Além desses territórios de segregação e pobreza, as grandes cidades têm em comum aquilo que conhecemos como problemas tipicamente urbanos: a poluição e o trânsito ruim causados pelo crescente número de carros nas ruas, o acúmulo e a falta de tratamento do lixo, a degradação da paisagem, a violência, o tráfico de drogas, a acentuada desigualdade social entre ricos e pobres, os elevados níveis de desemprego, entre outros.

As charges a seguir, de autoria do cartunista paulistano Arnaldo Angeli Filho, retratam algumas dessas questões urbanas e nos ajudam a refletir sobre elas:



Para a sociologia brasileira, o olhar para os espaços de segregação social foi fundamental para entender a experiência de constituição das cidades e das relações sociais nelas desenvolvidas, sobretudo entre os anos 1970 e 1980. Enquanto as regiões centrais dispunham de equipamentos públicos e abrigavam as populações mais ricas, as periferias acolhiam os migrantes e os trabalhadores com baixos salários, mas ofereciam pouco acesso a infraestrutura (como rede de esgoto e luz elétrica), a serviços básicos de educação, saúde e transporte, e mesmo a oportunidades de trabalho e de consumo.

Os moradores das periferias quase não se sentiam parte do espaço urbano, sendo comum dizerem que “iam à cidade” quando queriam expressar o deslocamento até as regiões centrais em busca daquilo que faltava em seus locais de moradia.

No entanto, muitos estudos revelaram que, para além da pobreza e da carência de equipamentos e serviços coletivos, as periferias criaram formas de cooperação e sociabilidades próprias. Nesses espaços, por exemplo, muitas casas são produto da autoconstrução, do esforço dos moradores e seus vizinhos de as erguerem com as próprias mãos quando não possuem recursos para pagar um profissional nem recebem subsídios de governos para moradia.

A ausência de equipamentos culturais como cinemas e teatros, por sua vez, fez dos bares, praças e circos alguns dos pontos de encontro mais constantes, locais de uso do tempo livre e práticas de lazer das populações dessas localidades.

Além disso, as periferias e favelas brasileiras têm suas histórias marcadas por lutas sociais. Muitos moradores desses espaços constituíram novas formas de atuação política e se tornaram importantes protagonistas da cidade, organizando-se em movimentos coletivos, clubes de mães e associações de bairro para reivindicar creches, escolas, transportes públicos, postos de saúde e todos os outros serviços que não chegavam aos locais onde viviam.

E, desse modo, certa parcela da população das cidades demonstrou que a experiência de vivenciar o urbano também passa pela necessidade de exigir o acesso aos bens e direitos sociais.

### **Ruth Cardoso**

Ruth Cardoso (1930-2008) foi antropóloga, professora da USP e de algumas universidades internacionais. Suas pesquisas tiveram como foco o cenário urbano, em especial temas como movimentos sociais, participação política, imigração e juventude. Foi uma das primeiras pesquisadoras a atentar para a importância dos movimentos reivindicatórios que surgiram nas periferias.

Ela considerava que os movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 1980 revelaram novas formas de associativismo, baseadas numa atuação comunitária e independente dos partidos políticos. Para ela, foi a própria experiência excludente da cidade que estimulou a necessidade de participação popular e fez da periferia um importante ator político que exigia direitos iguais e cidadania plena.

Nos anos 1990, também ganhou visibilidade graças à sua atuação como primeira-dama do país e aos projetos sociais que assumiu voltados para a alfabetização e o combate à pobreza.

### **Lucio Kowarick**

Lucio Kowarick é professor da Universidade de São Paulo (USP) desde 1970. Sociólogo, publicou mais de oitenta artigos no Brasil e no exterior. Autor de diversos livros, dedica sua carreira intelectual, até os dias de hoje, à pesquisa urbana sobre temas como centro e periferia, movimentos sociais, marginalidade e cidadania.

Pioneiro da Sociologia urbana no país e referência para muitos pesquisadores da América Latina por suas análises sobre a cidade industrial, entre outros argumentos, Kowarick defendeu que o Brasil foi um país de capitalismo tardio onde o novo sistema econômico só se completou porque a cidade industrial fez parte de contexto amplo de submissão da força de trabalho a padrões constantes de superexploração e espoliação urbana, isto é, sistemática exclusão das classes trabalhadoras do acesso aos serviços de consumo coletivo, como o transporte, o saneamento e a saúde.

## **PESQUISAR**

Uma das técnicas utilizadas por cientistas sociais é a realização de entrevistas. Por meio de questões previamente organizadas, o pesquisador seleciona entrevistados para identificar, por exemplo, histórias de vida relacionadas ao tema estudado.

A proposta desta atividade é que você se coloque no papel de pesquisador que está investigando a vida de pessoas que migraram para um centro urbano, tendo em vista que o fenômeno da migração marca a experiência de muitas cidades brasileiras.

Procure entre seus colegas de classe ou familiares alguém que já tenha feito esse tipo de percurso e possa conceder uma rápida entrevista. Sua primeira tarefa é organizar um roteiro com dez perguntas que lhe permita entender quais foram os motivos que levaram alguém a sair de seu lugar de origem e ir morar numa cidade grande.

- Descubra quais são as características, as condições de vida e os problemas sociais desse lugar de origem.
- Questione sobre os tipos de trabalho, moradia e estudo que esse migrante encontrou e pôde oferecer à sua família nesse contexto de migração.
- Pergunte se houve engajamento em algum movimento social que buscasse melhorar suas condições de vida.
- Por fim, investigue o que mudou na trajetória de seu entrevistado a partir dessa experiência.

## **CULTURAS URBANAS**

Uma das ideias mais influentes de Robert Park até os dias de hoje é que, como produto humano, a cidade criou mais do que ruas pavimentadas, edifícios, sistemas de transporte coletivos e aparelhos tecnológicos. Ela estabeleceu também uma cultura específica, a cultura urbana: costumes, atitudes, sentimentos, entre outros, que foram produzidos com base na experiência de viver nas cidades.

No entanto, pode-se dizer que a noção de cultura urbana vai muito além daquilo que Park argumentou. Quando se fala em cultura urbana, fala-se em entender o que se tornou característico de um tipo de espaço social, não desconsiderando que essa cultura é influenciada por

tradições que se desenvolveram em várias localidades, inclusive no meio rural e em pequenas cidades. Por exemplo, não é possível pensar a cultura das duas maiores metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, sem considerar a influência dos modos de falar, da música, das crenças e da comida do Nordeste, já que essas cidades atraíram grande fluxos de migrantes nordestinos. Assim como não se pode refletir sobre a cultura de Salvador sem atentar para a interferência das tradições das populações negras, tendo em vista que se trata de um antigo polo mercador de africanos escravizados. Do mesmo modo, em cidades do Sul do Brasil, como Porto Alegre e Florianópolis, encontram-se muitos elementos da culinária, dança e religiosidade de colonos europeus vindos de países como Alemanha, Itália e Rússia.

A cultura urbana também está ligada aos modos de vestir, falar e se relacionar, aos estilos musicais, movimentos artísticos, formas de atuação política, hábitos de lazer, comportamentos, sociabilidades, valores, entre muitos outros aspectos da vida em sociedade.

A cultura urbana revela, ainda, como diferentes indivíduos e grupos – como jovens, afrodescendentes, homossexuais, estudantes, esportistas, trabalhadores, ricos etc. – circulam, se apropriam e fazem uso das cidades.

Os *skatistas*, por exemplo, se reúnem em praças públicas ou usam as ruas para realizar manobras radicais, os roqueiros expressam sua preferência musical vestindo roupas pretas e adereços metalizados; aqueles que gostam de *rap* tratam-se como “manos” e usam diversas gírias para demonstrar seu pertencimento à periferia; e os jovens que são mais abastados frequentam clubes e festas exclusivas, exibindo roupas e acessórios de grife.

Essa cultura, além de relacionada a outras tradições não necessariamente ligadas às cidades e baseada nos modos como os diferentes indivíduos se relacionam no espaço urbano, é um processo, e por isso está em constante mudança, até mesmo para acompanhar as transformações históricas, políticas e econômicas que acontecem constantemente.

Assim, podemos falar em não apenas uma, mas em múltiplas e diversas culturas urbanas se compararmos as características de uma cidade com as de outra, ou mesmo se pensarmos na variedade de costumes, relações e práticas presentes numa grande metrópole.



Jovens *skatistas* praticam o esporte na praça Roosevelt, no centro de São Paulo (SP), reinaugurada em 2012.

Alexandre Tokitake/Pulsar Imagens

As canções a seguir são produtos de dois estilos musicais que podem ser associados a culturas urbanas e que têm como característica comum a crítica social ao modo de vida e aos problemas das grandes cidades. A primeira canção, “A cidade”, está ligada ao movimento Manguebeat, criado nos anos 1990 por músicos do Recife com a mistura de ritmos regionais, como o maracatu e o frevo, com o *rock*, o *funk*, o samba, entre outros. A segunda, intitulada “Suburbano”, é um *rap*, ritmo ligado ao *hip-hop*, movimento associado aos jovens negros e moradores de periferias.

**A cidade**

Chico Science

O sol nasce e ilumina  
As pedras evoluídas  
Que cresceram com a força  
De pedreiros suicidas  
Cavaleiros circulam  
Vigiando as pessoas  
Não importa se são ruins  
Nem importa se são boas

E a cidade se apresenta  
Centro das ambições  
Para mendigos ou ricos  
E outras armações  
Coletivos, automóveis,  
Motos e metrô  
Trabalhadores, patrões,  
Policiais, camelôs

A cidade não para  
A cidade só cresce  
O de cima sobe  
E o de baixo desce  
A cidade não para  
A cidade só cresce  
O de cima sobe  
E o de baixo desce

A cidade se encontra  
Prostituída  
Por aqueles que a usaram  
Em busca de uma saída  
Ilusora de pessoas  
De outros lugares,  
A cidade e sua fama  
Vai além dos mares  
E no meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos [...]

Eu vou fazer uma embolada,  
Um samba, um maracatu  
Tudo bem envenenado  
Bom pra mim e bom pra tu  
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus  
Num dia de sol, Recife acordou  
Com a mesma fedentina do dia anterior

Chico Science e Nação Zumbi. *Da lama ao caos*. [Rio de Janeiro]: Estúdio Nuvens, 1994. Faixa 4.

**Suburbano**

Rappin' Hood

Todo dia a 5 da manhã começa tudo de novo  
Todo dia às 5 da manhã desperta meu povo  
Suburbano, suburbano, suburbano  
Suburbano, suburbano, suburbano

Acorda meu amigo, pois já chegou a hora  
A hora da batalha, simbora  
E dá a caminhada até a estação  
Com trem lotado e a marmita na mão  
Olha o ambulante vendendo seus produtos  
Paga 2 leva 3 e não se fala mais no assunto  
Desce daí, moleque, você vai se machucar  
Surfista de trem *office-boy* vai trabalhar  
Jah que ilumine o seu dia a dia  
Pois Jah ilumine o povo da periferia [...]

5 da manhã, tudo começa, é um novo dia  
Deus que ilumine a periferia  
Gente saindo pro trabalho, noia indo dormir  
Noite e dia contrastes, se liga aí  
A garotada acordando pra ir para a escola  
E vai saindo pra treinar o mano que joga bola  
Percebo que a preta velha vai fazer café  
E hoje ela canta Gil, anda com fé  
E é na fé que eu vou, é hora de levantar  
Mais uma jornada, vai nego trabalhar  
Correr atrás do prejuízo pra sobreviver  
Nessa terra que o pobre já perdeu  
Eu vou até a padaria buscar pão e o leite  
Fico sabendo que à noite morreu um caguetu  
Episódio ruim, é infelizmente  
Mas quem mandou caguetar, problema dele  
Na banca de jornal vejo as novas do dia  
O dólar que subiu, o pai que matou a filha  
No boteco a conversa sobre futebol  
E a eterna briga se foi pênalti ou não  
Penso um número pra apostar no jogo do bicho  
Quem sabe levo uma sorte e levanto um níquel  
Fico sabendo que a polícia já tá pela área  
Coletando informações sobre a noite passada  
Mas, se perguntar pra mim, digo não sei de nada  
Eu sou sossegado, sou da rapaziada  
Eu nada vi, eu nada sei, eu nada falo, aí  
Pra esses tipos de conversa eu me calo, eu vou  
Eu vou contar o que acontece na minha quebrada  
Se liga na parada  
Vou contar o que acontece na minha quebrada  
Zona sul de São Paulo essa é minha área [...]

*Sujeito homem*. [São Paulo]: Trama, 2011. Faixa 9.

Agora, reúna-se em grupo e escolha uma dessas músicas para refletir com mais atenção.

1. Discuta com seus colegas o que vocês sabem sobre o movimento cultural ao qual a canção escolhida está ligada (o Manguebeat ou o *hip-hop*) e faça pesquisas para descobrir mais sobre o assunto.
2. Interprete coletivamente o que a letra da música está falando sobre a cidade e indique se vocês concordam com o ponto de vista do autor.
3. Elabore uma redação para apresentar os resultados dessa reflexão.

## PARA AMPLIAR SEUS ESTUDOS

### FILMES



#### BERLIM: SINFONIA DA METRÓPOLE

O documentário explora as movimentações de um dia típico de Berlim nos anos 1920, em pleno contexto de desenvolvimento industrial e urbanização. Com registros do cotidiano, como o deslocamento de operários até o trabalho, as máquinas em funcionamento e os momentos de lazer, a própria cidade é a personagem principal dessa história.

Direção de Walter Ruttmann. Alemanha, 1927, 65 min.



#### A CIDADE PARA POUCOS

Neste vídeo, desenvolvido por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, é apresentado um breve histórico da propriedade urbana no Brasil, a fim de discutir como se deu a ocupação do espaço das cidades desde o início do século XIX até a atualidade.

Direção de Nisiane Madalozzo e Renato Dombrowski. Brasil, 8 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=401tBe3ajME&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=401tBe3ajME&feature=related)>. Acesso em: 29 jan. 2013.



#### A VILA

O filme retrata a experiência de moradores de uma grande cidade norte-americana que decidem trocar a vida numa sociedade moderna pelo convívio em um pequeno vilarejo, isolado e desconhecido pela sua vizinhança. Com meios próprios de subsistência e regras rígidas de convívio social, os fundadores dessa comunidade tentam evitar o sofrimento coletivo e preservar a vida pacata que conheceram antes dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no século XIX.

Direção de Manoj Shyamalan. Estados Unidos, 2004, 120 min.



#### VIRAMUNDO

Esse documentário aborda a trajetória de migrantes nordestinos que buscaram melhores oportunidades em São Paulo. Por meio de entrevistas, investigam-se a adaptação dessas pessoas ao novo modo de vida, suas redes de solidariedade e experiências de trabalho e educação, além de seus desejos de permanecer na cidade ou voltar para os locais de origem.

Direção de Geraldo Sarno. Brasil, 1965, 40 min.

# Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, Aziz. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGNEW, John. Geopolitique. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. (Orgs.). *Dictionnaire de la géographie e de l'espace des sociétés*. Trad. Jaime T. Oliva. Paris: Belin, 2003, p. 409.
- ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Ibama, 1998.
- ALMANAQUE Brasil socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império Português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- ARBEX JUNIOR, José. *Guerra Fria, terror de Estado, política e cultura*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O poder da tevê*. São Paulo: Scipione, 1995.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edição trilingue. Madri: Gredos, 1982.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_.; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora da UFRJ, 2001.
- ATELIER DE CARTOGRAPHIE SCIENCE PO. Disponível em: <<http://cartographie.sciences-po.fr>>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- ATLAS geográfico escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 2004. p. 101.
- BALSDON, John Percy; DACRE, Vyvian (Orgs.). *O mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAUMANN, Zygmunt. *A Arte da vida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. s.d.
- BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos.)
- BORNHEIM, Gerd. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. São Paulo: Vozes, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2013.
- BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- BRUN, Jean; PITTA, Carlos. *Sócrates, Platão e Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athenas, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/ Edusp, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História.)
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço e Indústria*. São Paulo, Contexto: 1988.
- CARRIL, Lurdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao golpe militar*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. v. 1.
- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CAVALCANTI, Clovis. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos.)
- CHEVALIER, Jean-Jaques. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 2 v.
- CHIARELLI, Marco. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. In: *Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 1, n. 1, jul./dez. 1996. p. 28-29.
- \_\_\_\_\_. *Trajetoórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. São Paulo: Feusp, 2001.
- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. Havana: Del Minjus, 2004.
- D'HAUCOURT, Genevieve; DEA, Marisa. *A vida na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- D'ARAJO, Maria Celina de. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica.)
- \_\_\_\_\_. (Org.). *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/UERJ, 1999.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Reinaldo Sérgio Vieira. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.
- DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000 no rasto dos nossos medos*. Lisboa: Teorema, 1997
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao científico*. 6. ed. São Paulo: Global, 1984.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FERNANDES, Rubens. (Cur.). *São Paulo pelo telephone: imagens da primeira metade do século XX*. São Paulo: Dialéktikós, 2006.
- FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.
- FINLEY, Moses I. *A economia Antiga*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1980.
- FOLLET, Ken. *Na toca do leão*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- FONSECA, Fernanda P. et al. *Olhar geográfico: a diversidade do mundo*. São Paulo: Ibepe, 2006.
- FORSYTH, Frederick. *A alternativa do diabo*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. Campinas: Papirus, 2006.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FURLAN, Sueli Angelo; NUCCI, João Carlos. *A conservação das florestas tropicais*. São Paulo: Atual, 1999.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998. (Série Meio Ambiente.)
- GOMES, Angela de Castro et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.
- GOMES, Horieste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1991.
- GREFFE, Christiane; GREEFFRATH, Mathias; SCHUMANN, Harald. *Attac: o que querem os críticos da globalização*. São Paulo: Globo, 2005.
- GROPPO, Luis Antonio; MORAES, Regis; NORONHA, Maria Olinda. *Sociedade e educação: estudos sociológicos e interdisciplinares*. São Paulo: Alinea, 2008.
- GUERRA, Antonio José Teixeira; GUERRA, Antonio Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GUIMARÃES, Roberto P. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMONDA, Héctor (Compilador). *Ecología política, naturaleza y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Coleção Paradidáticos, Série Poder.)
- \_\_\_\_\_. *Territórios alternativos*. Niterói/São Paulo: Eduff /Contexto, 2002 (Contexto Acadêmica.)
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (Orgs.). *Pré-história brasileira*. Rio de Janeiro: Manati, 2007.
- HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2008.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Pensadores.)
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IBAZEBO, Isimeme. *Explorando a África*. São Paulo: Ática, 2001.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- KALBERG, Stephen. *Max Weber, uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KOK, Glória. *Trabalhadores em movimento: desafios e perspectivas*. São Paulo: Ed. Global/Ação Educativa, 2003.
- LAGO, Antonio; PADUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LEMOS, Carlos. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil, 1557*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). *Ecologiapolítica, natureza y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- MACEDO, José Rivair. (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- MAGALHÃES-VILHENA, Vasco. *O problema de Sócrates: O Sócrates histórico e o Sócrates platônico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Moderna, 2004.
- MAO JÚNIOR; José; SECCO, Lincoln. *A revolução chinesa: até onde vai a força do Dragão?* São Paulo: Scipione, 1999.
- MARCONDES, Ciro. *Televisão*. São Paulo: Scipione, 1994.
- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MATIAS, Eduardo Felipe Perez. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MEKSENAS, Paulo. *Sociologia*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *A travessia da Calunga Grande*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.
- MUÑOZ, Emilio. *Biocultura y sociedad: encuentros y desencuentros*. Madrid: Cambridge University Press, 2001.
- NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. São Paulo: Difel/Círculo do Livro, 1983.
- NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. *O povo de Luzia*. São Paulo: Globo, 2008.
- NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. *Capitalismo para principiantes: a história dos privilégios econômicos*. São Paulo: Ática, 2006.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A formação do PCB. Grandes temas: 90 anos da Revolução Russa. In: *História Viva*. ed. Especial temática, n. 18.
- PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.
- PEIXOTO, Fernando. *Hollywood: episódios da histeria anticomunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PINSKY, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 1988.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alpha-Ômega, 1976.
- RATTNER, Henrique. *Mercosul e Alca: o futuro incerto dos países sul-americanos*. São Paulo: Edusp, 2002.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- \_\_\_\_\_. Um outro olhar. In: HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ao leitor sem medo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- ROSS, Jurandy Luciano Sanches. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUSILEY, Celi Moreira Maia; GOMES, Wilson. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Pensadores.)
- RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1990.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALLES, Catherine. *Nos submundos da Antiguidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Novíssimo dicionário de economia*. 7. ed. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Socialismo século XXI. Folha de S. Paulo*, 21 maio 2007.
- SANTOS, Genivalda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anppur, 1996.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.
- SCORZA, Manuel. *Bom dia para os defuntos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Socialização e Cultura: ensaios teóricos*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.). *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SIMIELI, Maria Elena. *Geoatlas*. 32. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- SINGER, Paul. *O capitalismo*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SOUZA, José Cavalcante de. *Os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Pensadores.)
- SPOSATI, Andraíza de Oliveira. *Cidade em Pedacos*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2011. (Espaço e Debate.)
- STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. *A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna, 1999.
- TAMAIU, Irineu. *O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental*. São Paulo: Anablume Editora, 2002.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.
- THOMPSON, Edward. (Org.). *Extermínio e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- TOLEDO, Benedito Lima de; PONTES, José Alfredo Otero Vidigal. *São Paulo registros: 1899-1940*. São Paulo: Eletropaulo, 1992.
- TROTSKI, Leon. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel/Edusp, 1973.
- \_\_\_\_\_. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- VESENTINI, José William. *Geografia, natureza e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- VICENTINO, Cláudio. *Rússia: antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995.
- VIEZZER, Moema; CHUNGARA, Domitília B. *Se me deixam falar*. 11. ed. São Paulo: Global, 1986.
- VIRÍLIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. *Guerra pura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.
- WEFFORT, Francisco. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo, Ática, 1989. 2 v.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- YUNUS, Muhamad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.

COLEÇÃO  
**Viver,**  
**Aprender**

**Ciências Humanas**  
**Ensino Médio**

**Tempo, espaço e cultura**

**Ana Paula Corti**

Mestre em Sociologia e professora da rede federal de educação para o Ensino Médio

**André Luis Pereira dos Santos**

Mestrando em Filosofia e professor de Filosofia da rede pública de ensino

**Denise Mendes**

Mestre em História e professora de História para o Ensino Médio

**Maria Carla Corrochano**

Doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal de São Carlos

**Maria Lidia Bueno Fernandes**

Doutora em ensino de Geografia e professora da Universidade de Brasília

**Roberto Catelli Junior**

Mestre em História e coordenador do programa EJA da Ação Educativa

**Roberto Giansanti**

Licenciado em Geografia e autor de livros didáticos da disciplina

MANUAL DO EDUCADOR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**global**  
EDITORA

1ª edição, São Paulo, 2013

**E**m 2010, havia aproximadamente 1,6 milhão de estudantes matriculados em cursos presenciais e semi-presenciais de EJA Ensino Médio, representando 32,8% do total de matrículas. Mais da metade (64%) dos estudantes matriculados nos cursos presenciais era de jovens, que tinham entre 18 e 29 anos de idade, conforme o Censo Escolar. Em 2011, ainda conforme o Censo Escolar, a idade média dos estudantes de EJA Ensino Médio era de 28 anos e, nas séries iniciais, 36 anos. Isso significa que, como os estudantes de Ensino Médio são mais jovens, muitos deles não são egressos da EJA, mas sim pessoas que iniciaram sua formação escolar nas redes de ensino convencionais. De acordo com o Censo 2010, 60% dos estudantes de EJA Ensino Médio eram pessoas com renda familiar de até um salário mínimo e apenas 11,6% tinham renda familiar superior a dois salários mínimos. Pouco mais da metade desses estudantes declararam-se negros ou pardos.

É pensando nesse contexto que se dá a produção desta obra, a fim de atender ao público que busca ampliar sua escolarização e obter maior qualificação para aumentar suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, ou seja, pessoas que tentam se manter – ou evitar a exclusão – em um contexto social cada vez mais exigente quanto à formação profissional. Em 2010, apenas 4,5% das pessoas matriculadas em cursos de EJA Ensino Médio tinham mais de 40 anos, ou seja, são pessoas mais jovens que buscam construir novas possibilidades de atuação na vida profissional.

Entretanto, acreditamos que o objetivo de um processo de ensino-aprendizagem, comprometido com a formação da pessoa e com a construção de uma sociedade menos excludente, não pode estar apoiado somente no ingresso em uma universidade ou no mercado de trabalho. É certo que maior escolaridade favorece a inclusão social. No entanto, para nós, embora necessário, concluir um nível de ensino e receber um diploma não é suficiente.

Parece-nos fundamental que exista a aprendizagem significativa, obtida também por meio da seleção de conteúdos e pela escolha de uma metodologia que privilegie o desenvolvimento de habilidades e competências.

Para isso, trabalhamos com os conceitos e procedimentos fundamentais do Ensino Médio, levando em conta as questões relacionadas ao universo vivido por esse jovem ou adulto. Não se trata, então, de fazer um resumo dos conteúdos ensinados no chamado ensino regular, mas sim de criar um material que atenda às especificidades desses estudantes. São jovens e adultos que reúnem uma significativa experiência de vida e têm conhecimentos prévios adquiridos ao longo de sua trajetória pessoal e profissional.

Nesse sentido, a educadora Marta Kohl afirma:

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação à inserção na aprendizagem, essas peculiaridades da etapa da vida em que se encontra o adulto fazem que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em relação à criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e seus próprios processos de aprendizagem. (KOHL, 2001, p. 18).

Dessa forma, criamos um material que deve colaborar para a formação da pessoa, desenvolvendo suas habilidades e competências, ampliando seus conhecimentos e contribuindo para que esse cidadão faça conscientemente suas próprias escolhas.

---

## SUMÁRIO

---

<b>1. Concepção da obra</b> .....	<b>4</b>
<b>2. A organização e funcionamento da obra</b> .....	<b>5</b>
<b>3. Currículo e avaliação na Educação de Jovens e Adultos</b> .....	<b>8</b>
<b>4. Concepção de área</b> .....	<b>11</b>
<b>4.1. Indicações específicas sobre as abordagens construídas em cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas</b> .....	<b>13</b>
História .....	<b>13</b>
Geografia .....	<b>14</b>
Filosofia .....	<b>15</b>
Sociologia .....	<b>16</b>
<b>5. O ensino de História da África, da história e da cultura afro-brasileira e das nações indígenas</b> .....	<b>17</b>
<b>6. Leituras para o professor sobre a Educação de Jovens e Adultos</b> .....	<b>19</b>
<b>6.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”</b> .....	<b>20</b>
<b>6.2. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil</b> .....	<b>22</b>
<b>6.3. O currículo e as questões de gênero, etnia e orientação sexual</b> .....	<b>25</b>
<b>6.4. A infantilização como regra: experiências vividas e trabalhos escolares</b> .....	<b>26</b>
<b>7. Comentários específicos sobre os capítulos</b> .....	<b>28</b>
<b>7.1. Etapa 1 – Riquezas e pobreza</b> .....	<b>28</b>
<b>7.2. Etapa 2 – A construção da Nação</b> .....	<b>48</b>
<b>7.3. Etapa 3 – Cidadania e conflitos no mundo contemporâneo</b> .....	<b>69</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>86</b>

## 1. CONCEPÇÃO DA OBRA

A publicação de parâmetros e orientações curriculares nos últimos anos não foi suficiente para que, na prática cotidiana, os objetivos do Ensino Médio se tornassem explícitos. Seu principal objetivo seria a formação para o mercado de trabalho? A formação do cidadão crítico? A preparação para o vestibular e a universidade? Seria possível conciliar todos esses objetivos? Há uma dicotomia entre um ensino propedêutico e um ensino profissionalizante? Qual seria, enfim, a identidade do Ensino Médio?

Ao mesmo tempo que o mercado de trabalho exige cada vez mais a certificação no Ensino Médio para que se consiga um emprego, a carência de ocupações formais torna-se uma realidade, principalmente para os mais jovens, faixa etária na qual há o maior índice de desemprego no país.

O lançamento de programas do governo federal, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), a partir de 2005, procura dar respostas a esse dilema, com base em proposições curriculares que buscam combinar a elevação de escolaridade com perspectivas de qualificação profissional. O Proeja tem como objetivo ampliar a oferta da educação profissionalizante para jovens e adultos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental. No entanto, seu documento-base adverte que:

uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2005, p. 26).

Assim, sem deixar de se preocupar com essa questão, o Ensino Médio da EJA pode colaborar para a formação de jovens e adultos que, em um contexto marcado pela precariedade e instabilidade do mercado de trabalho, sejam capazes de lidar com as incertezas que esse mercado apresenta no mundo contemporâneo. Nesse quadro, o estudo deve ser visto como um direito social e um fator de promoção de justiça social.

O parecer do Conselho Nacional de Educação, formulado por Carlos Roberto Jamil Cury, em 2000, com referência à criação de Diretrizes Nacionais para a EJA, confirma as proposições citadas, ao afirmar:

Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura, mesmo minimamente; outros têm iniciação de tal modo precária nestes re-

ursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia. Além disso, pode-se dizer que o acesso a formas de expressão e de linguagem baseadas na microeletrônica são indispensáveis para uma cidadania contemporânea e até mesmo para o mercado de trabalho. No universo composto pelos que dispuserem ou não deste acesso, que supõe ele mesmo a habilidade de leitura e escrita (ainda não universalizadas), um novo divisor entre cidadãos pode estar em curso (CURY, 2000, p. 3).

Em seguida, afirma ainda:

A rigor, as unidades educacionais da EJA devem construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram. Tais unidades educacionais da EJA devem promover a autonomia do jovem e do adulto de modo que eles sejam sujeitos do aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver (CURY, 2000, p. 35).

Muito mais do que formar técnicos especializados ou treinados para exercer determinadas funções, o Ensino Médio pode colaborar para desenvolver competências que estimulem a formação de adultos:

- criativos e capazes de propor soluções novas;
- detentores de um pensamento crítico;
- autônomos quanto às suas escolhas pessoais;
- competentes intelectualmente;
- atuantes na comunidade em que vivem e no que se refere ao exercício da cidadania;
- capazes de conviver com a diversidade no que se refere a etnia, gênero e religião sem perpetuar preconceitos que levam à violência e marginalização de grupos sociais.

Assim, ao mesmo tempo que preparamos esse jovem para enfrentar a precariedade e as incertezas do mundo do trabalho contemporâneo, contribuimos para formar um cidadão autônomo e crítico, capaz de analisar historicamente fenômenos e processos, atento à diversidade cultural dos indivíduos e grupos e ao confronto entre sua realidade social e os estudos e discussões desenvolvidos no espaço escolar. Essas são habilidades necessárias tanto para a construção da cidadania como para o ingresso na universidade, cuja demanda cresce cada vez mais, e para outras etapas da formação profissional.

Nesse caso, não se trata de organizar um rol de conteúdos que expresse a síntese de conhecimentos acadêmicos básicos aprendidos no ensino regular, mas sim de fazer uma seleção adequada desses conhecimentos para colocar em prática seus objetivos.

Para isso, é necessário contextualizar o conteúdo e o trabalho interdisciplinar, já que nosso ponto de partida é, fundamentalmente, o mundo em que se vive e as experiências cotidianas, as quais por natureza têm um caráter multidisciplinar.

Levando em conta os princípios expostos, podemos considerar que a obra tem como referência os seguintes pressupostos:

- superar o paradigma compensatório e assegurar a equidade educativa com maior flexibilidade. Para isso, é preciso abordar temas, questões e assuntos relacionados aos interesses e às necessidades educativas de pessoas jovens e adultas e das comunidades de que fazem parte, buscando contemplar tanto os contextos urbanos como as realidades do campo no Brasil (articulação entre conteúdos das diversas áreas do conhecimento e aprendizagens necessárias para inserção plena em sociedades letradas);
- articular as orientações curriculares dessa modalidade de ensino às questões do mundo do trabalho. O material didático abarca tanto uma base comum da educação geral como a formação científica e tecnológica que colaboram para que jovens e adultos possam compreender as mudanças na estrutura econômica e a dinâmica atual do mercado de trabalho;
- incorporar às aprendizagens pretendidas a formação política para a cidadania moderna. Para isso, o material didático é orientado pelo respeito à dignidade do ser humano, à diversidade cultural, à igualdade de direitos, à participação e à corresponsabilidade pela vida social.

## 2. A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA OBRA

A obra está organizada em três etapas divididas em unidades que agrupam conhecimentos conforme seu foco temático. Em cada uma das unidades estão presentes conteúdos das disciplinas, organizadas por áreas de conhecimento, em uma perspectiva que possibilite um diálogo interdisciplinar entre os temas propostos.

Em vários casos, os conteúdos se referem a conhecimentos que destacam temas estudados por mais de uma

disciplina com base em diferentes abordagens. Indicamos no quadro a seguir, para cada um dos capítulos, de qual abordagem disciplinar os conteúdos partiram. No entanto, ocorre com frequência que um determinado conteúdo não definido como foco do capítulo possa ser abordado a partir dos conhecimentos e pressupostos de outra disciplina da área de ciências humanas.

Etapa	Capítulo	Disciplinas relacionadas
1. Riquezas e pobreza	1 – Riquezas e pobreza no mundo contemporâneo	História, Filosofia, Sociologia e Geografia
	2 – Riquezas e pobreza ambientais	Geografia
	3 – Riquezas e pobreza em outros tempos: Antiguidade	História
	4 – A Filosofia no mundo antigo: ética, política e desigualdade	Filosofia
	5 – Riquezas e pobreza em outros tempos: Idade Média	História
	6 – A Filosofia e o cotidiano: Deus, fé e Filosofia	Filosofia
	7 – O capitalismo e a construção do espaço: pobreza e riqueza no espaço urbano	Geografia
	8 – Países ricos e países pobres nos séculos XX e XXI	Geografia
	9 – Globalização e espaço geográfico	Geografia
	10 – Questões contemporâneas: a geopolítica da energia	Geografia
	11 – A imaginação sociológica	Sociologia
	12 – O trabalho e suas metamorfoses	Sociologia

Etapa	Capítulo	Disciplinas relacionadas
2. A construção da Nação	1 – A invenção do Brasil	História
	2 – A constituição do território brasileiro	Geografia
	3 – Dimensões do Brasil colonial	História
	4 – Questão agrária no Brasil: a relação com a terra	Geografia
	5 – Paisagens naturais brasileiras e expressões culturais regionais	Geografia
	6 – A Filosofia e o cotidiano: a sociedade civil e o Iluminismo	Filosofia
	7 – As independências da América e a Revolução Francesa	História
	8 – Mudanças do Brasil imperial	História
	9 – Cidades da oligarquia	História
	10 – Cultura e sociedade	Sociologia
Etapa	Capítulo	Disciplinas relacionadas
3. Cidadania e conflitos no mundo contemporâneo	1 – As guerras mundiais	História
	2 – Socialismos	História e Sociologia
	3 – Guerra Fria: um mundo bipolar	História e Sociologia
	4 – Um olhar sobre a América Latina e os movimentos de contestação	Geografia e História
	5 – Populismo, ditadura, democracia e protesto popular no Brasil	História
	6 – A Filosofia e o cotidiano: engajamento político	Filosofia
	7 – Cidadania e participação social no Brasil	História e Sociologia
	8 – Política, cotidiano e democracia no Brasil	Sociologia
	9 – Uma população cada vez mais urbana	Geografia
	10 – Um Brasil urbano	Geografia
	11 – Cidade e relações sociais	Sociologia

Cada capítulo da obra está estruturado em seções que têm como finalidade organizar e tipificar as atividades conforme a proposta de aprendizagem que a atividade ou texto propõe. Ao mesmo tempo, permite ao professor ter maior flexibilidade no

uso da obra considerando o tempo disponível às necessidades dos estudantes. Ele pode optar por utilizar atividades do capítulo e recompor seu planejamento sem necessariamente fazer uso do todo.

A seguir, o quadro de seções da obra e suas finalidades.

Seção	Descrição
<b>Aplicar conhecimentos</b>	Atividades variadas que têm como finalidade a retomada de conceitos e temas estudados nos textos didáticos e em outras atividades. Incluem-se nesta seção questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e de vestibulares.
<b>Debater</b>	Proposta de diálogo entre o grupo-classe para desenvolver ideias e argumentos com base em um tema de estudo. Todo debate exige uma preparação prévia com base nos assuntos estudados, que podem ser enriquecidos com novas pesquisas realizadas pelos estudantes. Trata-se de uma importante estratégia para tornar os estudantes parte efetiva do processo de aprendizagem por meio do diálogo e da construção coletiva.
<b>Experimentar</b>	Situações em que os estudantes são convidados a realizar experimentos práticos levando em conta uma determinada aprendizagem.
<b>Ler documento</b>	Análise de fontes históricas diversas (textos legais, depoimentos, objetos da cultura material e imagens) que possibilitam o estudante levantar hipóteses e construir argumentos para interpretar um determinado evento relacionado a um período histórico. É fundamental que se faça uma análise crítica do documento sempre perguntando quem o produziu, em que contexto, com qual intenção. Os documentos não trazem a verdade objetiva, mas sim a visão daqueles que o produziram, que estão também relacionados a um determinado grupo social. A comparação de diferentes documentos pode trazer à tona as interpretações diversas sobre um mesmo tema em um mesmo período.
<b>Ler mapa</b>	A leitura de mapas permite ao estudante desenvolver gradativamente capacidades de compreensão e aplicação de fundamentos da linguagem cartográfica. Envolve localizar, correlacionar e compreender diferentes fatos e fenômenos geográficos e apreender elementos estruturais dos mapas (título, legenda, escala cartográfica, orientação, projeção cartográfica, fontes, bases de dados etc.). Em mapas temáticos, implica dedicar especial atenção às modalidades de representação (qualitativas, quantitativas, ordenadas e de movimento) e aos modos de implantação das informações (ponto, linha e área).
<b>Ler gráfico/tabela/esquema</b>	A leitura de gráficos e tabelas está presente em diferentes momentos, uma vez que se trata de importante habilidade para compreender e analisar dados relacionados a um determinado tema. Com base nessa leitura, é possível construir novos argumentos para resolver um determinado problema.
<b>Ler imagem</b>	Apresentação de uma imagem (foto, réplica de obra de arte etc.) a ser lida pelos estudantes. As imagens são textos não verbais que precisam ser observados, descritos e decompostos para que se possam aproveitar seus elementos para produzir novos textos e argumentos acerca de um determinado tema. Toda imagem, assim como um texto escrito, tem um autor que a produziu com uma determinada intenção, ou seja, uma imagem precisa também ser interpretada para se conhecer seus possíveis significados.
<b>Ler...</b> (texto literário, texto filosófico, texto jornalístico, texto informativo, canção, poema, texto jurídico, anúncio publicitário, biografia, tira, entrevista, charge, texto científico, depoimento, organograma)	Apresentação de um texto verbal ou intersignífico (verbal e visual) a ser lido pelos estudantes. Esta seção conta com informações prévias sobre o texto a ser lido, sobre seu contexto de produção e, na maior parte das vezes, com a explicitação do objetivo da leitura a ser feita. Há também um glossário a ser consultado pelos estudantes. No caso de textos literários, informações adicionais podem ser encontradas em subseções sobre o autor e sua obra, sobre o período literário e o contexto histórico em que a obra se insere.
<b>Para ampliar seus estudos</b>	Seção presente no final de vários capítulos com indicação de livros, <i>sites</i> , vídeos educacionais e filmes sobre o tema estudado no capítulo.
<b>Para criar</b>	Estímulo à criatividade com base em um tema, uma técnica ou um conceito estudado em um capítulo.
<b>Para refletir</b>	Ampliação de um tema estudado para promover uma reflexão que coloque os estudantes na situação de buscar novas respostas levando em conta os conhecimentos já trabalhados.

<b>Pesquisar</b>	Realizar pesquisas devidamente orientadas pelo professor é uma importante estratégia para tornar o estudante protagonista do trabalho em sala de aula. É também uma das formas de fazê-lo trazer conhecimentos para a sala de aula com base em sua experiência de vida na localidade em que vive.
<b>Produzir texto</b>	Proposta de produção de textos de gêneros variados. As sequências de atividades pretendem orientar o processo de produção por meio de informações relativas às características do gênero a ser produzido (contexto de produção – papel social do autor, público destinatário, suporte, circulação etc. –, estrutura composicional, recursos linguísticos e expressivos geralmente empregados etc.) e/ou por meio de roteiros orientadores de pesquisa prévia (quando necessário), planos de texto, escrita, socialização da produção, reescrita e publicação. Propõe-se tanto a produção de textos orais, tais como o relato, o relato autobiográfico, o debate regrado, a exposição oral, o seminário, quanto a produção de textos escritos, como a reportagem, a crônica, o poema visual, a resenha, o artigo opinião.

Além das seções descritas, a obra contém a seção **Orientação para o trabalho**, inserida toda vez que um assunto permite fazer referência a uma possível profissão.

Desde fins do século XX vem ocorrendo um grande conjunto de transformações no mundo do trabalho. Há uma revolução tecnológica em curso que está na base dessas mudanças. As tecnologias de comunicação e informação estão em alta e são um dos principais motores da sociedade que se ergue.

As transformações são visíveis nos mais variados setores da economia. Nas fábricas, a automação dos processos ocorre continuamente. Os trabalhadores são cada vez menos montadores de produtos e mais operadores de computadores ou máquinas informatizadas.

No setor de serviços, cada vez mais o trabalhador precisa saber manipular um computador para executar suas tarefas. A internet é bastante utilizada para realizar consultas, fazer pedi-

dos e compras. No mundo contemporâneo, os setores produtivos precisam alcançar uma alta produtividade para concorrer em igualdade de condições nos mercados nacional e internacional. Por isso ocorrem mudanças no processo de produção das mercadorias.

Considerando essas transformações, inserimos a seção **Orientação para o trabalho** como forma de apresentar ao estudante da EJA novas possibilidades de atuação profissional, tendo em conta o domínio de determinados conhecimentos da área de estudo.

Esta seção não tem uma posição fixa nem propõe uma atividade específica, mas, em geral, relaciona-se com o assunto estudado em um capítulo. Sugerimos que se faça a leitura com os estudantes e, eventualmente, proponham-se pesquisas de aprofundamento acerca daquela profissão, conforme o interesse da turma.

---

### 3. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

---

Devemos entender por material didático toda e qualquer fonte utilizada como meio para favorecer a aprendizagem. Assim literatura, vídeos, filmes, propagandas, sites, mapas etc. são também materiais didáticos. O livro didático, tal como é conhecido hoje no Brasil, reúne várias dessas linguagens para formular uma proposta de ensino-aprendizagem que atenda às demandas de um determinado público em uma fase específica de aprendizagem. De qualquer modo, é preciso ter claro que devemos nos referir aos muitos possíveis materiais didáticos e não ao material didático, comumente confundido no Brasil de maneira quase automática apenas com o livro didático impresso.

Os materiais didáticos devem atender às demandas do currículo, e não assumir a feição de currículo. Em muitos lugares observa-se uma ausência de currículo, levando o material didático a assumir o vazio deixado pela falta de uma proposta. Os materiais didáticos, incluindo o livro didático impresso, estão a serviço da criatividade da escola e do professor. O professor não deve ser apenas um seguidor de um

único material didático. Neste sentido, a obra apresenta-se como uma proposta de trabalho em sala de aula que não pretende esgotar o universo de possibilidades de trabalho do professor. Também não precisa ser um material seguido página a página. Cabe ao professor fazer uso do livro didático da maneira que considerar mais adequada.

O currículo, por sua vez, não é o mesmo que a grade curricular que se impõe como rotina na escola. Mais do que isso, o currículo deve ser encarado como um projeto político, do qual cada um dos atores – professores, corpo técnico, estudantes e comunidade – deve ser responsabilizado pela construção de uma parte. Precisa ser um documento vivo, em constante transformação, sempre rediscutido, recriado e revisto conforme as demandas reais. O currículo ganha feições no dia a dia do trabalho realizado e não apenas na forma de projeto. Ele inclui uma visão de mundo e de sociedade, além do desenho organizativo dos conhecimentos, métodos e atividades em disciplinas, matérias ou áreas. O currículo também precisa ter uma interface direta com quem aprende.

Jamil Cury, em conhecido parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a organização da Educação de Jovens e Adultos, define o público da EJA:

[...] os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re) inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência [...]. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razões de caráter sociocultural (CURY, 2000, p. 33-34).

Quais são os pressupostos que embasam a educação de jovens e adultos? O que ela tem de particular? O que os documentos nacionais e internacionais têm expressado? Uma dessas referências é o Marco de ação de Belém, documento que expressa o diálogo na Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea VI), ocorrida em Belém, em 2009. Conforme o documento, seriam pressupostos da EJA:

[...] Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada país. Estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos. Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento (CONFITEA, 2010, p. 7).

Se levarmos em conta os princípios enunciados nesses documentos, já é possível delinear que materiais didáticos para a educação de jovens e adultos devem ter um forte papel de inclusão do sujeito no mundo do trabalho e na formação de um cidadão crítico capaz de tomar decisões. A formação deve favorecer também a ampliação dos direitos desses jovens e adultos. Existe também o pressuposto de que não se aprende só na escola, pois há espaços não formais de aprendizagem que devem ser levados em conta na construção de um currículo.

Esses são princípios bastante gerais que podem ser retomados e discutidos em diferentes comunidades empenhadas na construção de um currículo e de materiais didáticos que sejam a expressão dele.

O grande desafio, no que se refere à criação de materiais didáticos para a EJA, é ser capaz de dar conta de toda sua pluralidade e especificidade. Ainda precisamos inovar para que alguns dos princípios mencionados se transformem em ferramenta de trabalho, fazendo a escola de fato contribuir para a inserção social dos jovens e adultos, permitindo-lhes sonhar com passos maiores.

O livro didático, tão utilizado no Brasil, deve também estar a serviço de um projeto pedagógico. Não pode ser usado como compêndio nem como cartilha. Ele é um conjunto de ferramentas que deve ser empregado pelo professor em consonância com o projeto pedagógico da escola.

## Perspectivas para a avaliação na EJA

A avaliação não pode estar dissociada da proposta curricular. Enunciamos alguns princípios anteriormente que já indicam alguns caminhos para a avaliação na EJA.

As perspectivas apresentadas pelas teorias da aprendizagem trazem possibilidades de recriação das práticas avaliativas na EJA. Precisamos nos perguntar em que a avaliação de jovens e adultos é diferente da avaliação que pode se realizar para crianças e adolescentes inseridos no sistema regular de ensino.

Mas, para discutir a avaliação, devemos primeiro fazer referência ao processo de aprendizagem. Para tanto, nos valem das reflexões do educador português Domingos Fernandes:

Os resultados da pesquisa no campo das ciências cognitivas começaram a mostrar que os processos de aprendizagem não são lineares, antes se desenvolvem em múltiplas direções e em ritmos que não obedecem propriamente a padrões regulares. O desenvolvimento de processos complexos de pensamento deve iniciar-se desde o início da escolaridade, e, em geral, não ocorre só após os alunos “dominarem” previamente um conjunto de fatos básicos. As pessoas de todas as idades e com os mais variados níveis de conhecimentos e competências utilizam, reconstruem e integram conceitos de diferentes graus de complexidade. Por outro lado, parece haver grande variedade nas formas e nos ritmos com que elas aprendem, nas capacidades de atenção e de memorização que podem utilizar em seus diferentes desempenhos e na aprendizagem de conceitos e ainda nas formas que utilizam para comunicar os significados pessoais que atribuem ao que vão aprendendo (FERNANDES, 2009, p. 32-33).

Com base nessas afirmações, podemos considerar que, do mesmo modo que não se aprende de uma única maneira nem de forma linear, a avaliação também precisa considerar os diferentes processos de aprendizagem percorridos pelos estudantes. Assim, avaliar não significa apenas medir aquilo que o professor ensinou, mas diagnosticar os avanços e caminhos percorridos pelo estudante. Isso se torna ainda mais essencial na EJA, pois se trata de um público extremamente heterogêneo. São alunos com história de vida muito particulares, com história escolar fragmentada e, em muitos casos, com um percurso de vida profissional e também como chefes de família. Nesse contexto, sabemos que são pessoas que já construíram muitas aprendizagens nem sempre formalizadas como conhecimento escolar tal qual se espera dos estudantes que concluem a educação básica no tempo determinado pelos sistemas de ensino.

Desse modo, é essencial que se construa uma avaliação que valorize as aprendizagens obtidas por esses sujeitos ao longo de

sua trajetória. É fundamental a observação de Domingos Fernandes sobre a diversidade de caminhos para aprender e a não linearidade desses processos. Existe uma subjetividade nas formas de aprender que precisa ser levada em conta também nas formas de avaliar.

Isso não significa, entretanto, que os instrumentos de avaliação não devam ter critérios claros e precisos, mas que, ao se definir critérios de avaliação, precisam ser considerados também os sujeitos que estão sendo avaliados e não somente os objetos de ensino. É necessário que se criem instrumentos de avaliação diversificados, permitindo que as diferentes formas de expressar o que se aprendeu se tornem visíveis. Ainda se pode permitir que os estudantes participem do processo de construção da avaliação, refletindo com eles sobre quais seriam os possíveis caminhos da avaliação de aprendizagem. Democratizar o processo de avaliação é uma forma de inclusão, ou seja, de viabilizar que os educandos indiquem caminhos para expressar suas aprendizagens. É preciso ter cuidado para não se limitar a um único caminho escolhido pelo professor, que pode ocultar outras possibilidades de avaliação.

Ao se referir à construção de currículos para a educação de jovens e adultos, Inês Barbosa de Oliveira chama a atenção para a importância de criar currículos em rede para esse público:

A ideia da tessitura do conhecimento em rede pressupõe [...] que as informações às quais são submetidos os sujeitos sociais só passam a constituir conhecimento quando se enredam a outros fios já presentes nas redes de saberes anteriores de cada um, ganhando, nesse processo, um sentido próprio, não necessariamente aquele que o transmissor da informação pressupõe. Ou seja, dizer algo a alguém não provoca aprendizagem nem conhecimento, a menos que aquilo que foi dito possa entrar em conexão com os interesses, crenças, valores ou saberes daquele que escuta. [...] Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas e classes decorrem exatamente dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que deve aprender e apreender os conteúdos escolares, igualando desiguais e criando expectativas de homogeneização. [...] Não faz sentido pressupor um trajeto único e obrigatório para todos os sujeitos em seus processos de aprendizagem. Cada um tem uma forma própria e singular de tecer conhecimentos através dos modos como atribui sentido às informações recebidas, estabelecendo conexões entre os fios e tessituras anteriores e os novos. No caso da EJA, outro agravante se interpõe e se relaciona com o fato de que a idade e as vivências sociais e culturais dos educandos são ignoradas, mantendo-se nestas propostas a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentam a escola regular (OLIVEIRA, 2009, p. 98-99).

O processo de avaliação na EJA e os resultados obtidos estão intrinsecamente relacionados com as escolhas realizadas para a construção do currículo. Se as escolhas sempre forem feitas apenas com base na enumeração de conhecimentos enciclopédicos que devem ser dominados de maneira homogênea, abrindo mão da interação com a significativa experiência de vida e da interação com o mundo vivido, continuarão sendo frequentes as recla-

mações de professores e gestores quanto ao baixo desempenho escolar e a alta evasão de estudantes jovens e adultos.

Em muitas práticas escolares para a EJA, não se consegue nem mesmo criar uma abordagem própria, sendo oferecidos os mesmos materiais didáticos e instrumentos de avaliação propostos para crianças com menos de 10 anos.

Um relato de experiência de trabalho com a EJA ocorrida em Manaus nos ajuda a visualizar novos caminhos diante de realidades específicas. Conforme as organizadoras da proposta, Keler Cristina Bastos e Carla Marina Lobo, os alunos viviam em uma comunidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) às margens do Rio Negro, na qual tudo que se consumia era produzido localmente. Após um período de observação das práticas escolares desenvolvidas no local, realizaram algumas intervenções propondo novas abordagens. Consideraram que:

Entendíamos como “erro” algumas ações, a forma de falar com os alunos e a própria maneira de avaliar o rendimento escolar. Na forma de falar usavam palavras no diminutivo, tais como: aluninho, trabalhinho, tarefinha para reflexão, o que desagradava à classe por parecer um tratamento infantil por demais; o outro “erro” considerado era o de estarem, constantemente, utilizando uma prova para saber se o conteúdo dado foi realmente absorvido pelos alunos. Notávamos que os alunos não apreciavam o tratamento que recebiam delas, onde, embora carinhoso, passava uma sensação de distância entre aluno-professor devido à ideia de infantilidade que o diminutivo passa às pessoas. Quanto à frequência das provas, percebemos que os alunos se sentiam medidos a todo o momento gerando inseguranças e insatisfações, o que confirmava o nosso pensamento a respeito do “fazer errado”, apesar da grande vontade de fazer certo. E assim, em vista de tais observações, combinamos que em nossas atividades não utilizaríamos palavras no diminutivo, e não aplicaríamos provas; proporíamos atividades mais atrativas, tais como: debates, palestras feitas por grupos de fora, aulas onde exploraríamos letras de músicas para trabalhar um conteúdo [...]. Parecia-nos que estavam mais preocupadas em medir o que os alunos aprendiam ou não, sem levar em conta o local e as condições em que viviam, e as dificuldades naturais que encontravam para estarem ali. [...] Não percebiam que os alunos precisavam de motivações diferenciadas e que a avaliação do rendimento poderia ser feita de forma mais subjetiva, com trabalhos, debates e outras atividades que fizessem com que eles não se sentissem pressionados, o que gerava afastamento e conseqüente abandono da sala de aula (BASTOS & LOBO, p. 4-5).

Assim, criar estratégias avaliativas para a EJA exige dos educadores um esforço para construir possibilidades novas que considerem os sujeitos envolvidos no processo, que são em sua maioria brasileiros que, por diversas razões, foram excluídos do sistema escolar na infância ou adolescência. Trata-se de construir uma avaliação em diálogo com os educandos, que abarque a diversidade de instrumentos possíveis e tenha como pressuposto que a avaliação é sempre uma oportunidade de aprender e não um instrumento de punição e controle. Avaliam-se as conquistas que os estudantes construíram e não apenas o conjunto de conhecimentos enciclopédicos eleito pelo educador.

## 4. CONCEPÇÃO DE ÁREA

Quais são os objetivos da área de Ciências Humanas no Ensino Médio da EJA? Ele não se difere substancialmente dos objetivos da área em outras modalidades de ensino. No entanto,

no caso do público participante da EJA/EM [...] a idade, a participação no mundo do trabalho, as responsabilidades sociais e civis são outras, diferentes daquelas dos alunos da escola regular que se preparam para a vida. O público da EJA/EM está na vida atuando como trabalhador, pai de família, provedor. Entretanto, se o ponto de partida é diferente, o ponto de chegada não o é. Ao final do EM, espera-se que esse público possa dar continuidade aos estudos com qualificação, disputar uma posição no mercado de trabalho e participar plenamente da cidadania, compartilhando os princípios éticos, políticos e estéticos da unidade e da diversidade nacionais, colocando-se como ator no contexto de preservação e transformação social (MURRIE, 2002, p. 20).

Coloca-se ainda como uma nova demanda atender a um público cada vez mais jovem presente no Ensino Médio da EJA. Nesse sentido, é preciso criar uma metodologia de ensino na área de Ciências Humanas que leve em consideração essa grande presença de jovens.

Na ausência de documento específico que oriente a organização curricular da EJA/EM, é possível tomar como ponto de partida para a definição das metas da área de Ciências Humanas na EJA alguns dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como:

- compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros; [...].
- compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e aos processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos; [...].
- compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos; [...].
- compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e aos deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos; [...].
- traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, econômica e cultural; [...].
- entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social [...].
- aplicar as tecnologias das Ciências Humanas e Sociais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida (BRASIL, 2002, p. 11-16).

Com essa perspectiva, buscamos o desenvolvimento de competências e não uma organização curricular voltada somente para a apreensão de um rol de conteúdos sequencialmente organizados. O texto dos PCN esclarece que:

O Ensino Médio deve orientar a formação de um cidadão para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Isto é, deve buscar um modo de transformar indivíduos tutelados e infantilizados em pessoas em pleno exercício da cidadania, cujos saberes se revelem em competências cognitivas, socioafetivas e psicomotoras e nos valores de sensibilidade e solidariedade necessários ao aprimoramento da vida neste país e neste planeta. Entendemos que, ao se identificar com seu lugar no mundo, ou seja, o espaço de sua vida cotidiana, o aluno pode estabelecer comparações, perceber impasses, contradições e desafios do nível local ao global. Sendo mais problematizador que explicativo, poderá lidar melhor com o volume e a velocidade das informações e transformações presentes [...] (BRASIL, 2002, p. 31).

Pretendemos contribuir ainda para formar cidadãos aptos a selecionar e compreender informações em um mundo em que o acesso à informação é cada vez maior. A partir da busca de informações de fontes fidedignas, os estudantes devem ser capazes de construir conhecimento ao confrontar diversas opiniões, refletir sobre elas e chegar às suas próprias conclusões.

Sobre esse aspecto, o geógrafo Milton Santos escreveu:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. [...] O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível (SANTOS, 2000).

Nesse sentido, buscamos oferecer o acesso a fontes diversificadas de informação e contrapontos ao pensamento hegemônico, utilizando uma literatura que incorpora visões plurais.

No que se refere à EJA propriamente dita, além dos PCN, tomamos como referência os pressupostos do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), criado pelo Inep/MEC em 2002. Segundo eles, considera-se que na área de Ciências Humanas:

A identificação e uma reflexão sobre as atuais formas de convívio humano tornam-se, assim, o ponto inicial e fundamental para a organização da área de ciências humanas ao pretender que ela sirva como um dos instrumentos para a constituição de uma formação humanística. É, portanto, uma área que pensa o conhecimento acumulado das ciências sociais articulado ao conhecimento pragmático adquirido pelos diferentes indivíduos a partir de práticas cotidianas, dos conflitos pessoais e coletivos, das relações de poder em seus diferentes níveis, desde a família, passando pelo poder institucional do Estado, ao poder econômico local e internacional (MURRIE, 2002, p. 50).

Pretende-se uma formação humanística moderna, que abrange reflexões e estudos sobre as atuais condições humanas, mas que se fundamenta nas singularidades e no respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, sexuais das diversas sociedades.

A reflexão sobre o presente das condições de vida das diversas sociedades contemporâneas não exclui a compreensão histórica desse processo. A perspectiva histórica permite uma visão não apenas abrangente ao estabelecer as relações entre passado e presente na busca de explicações do atual estágio da humanidade. Além disso, permite também identificar as semelhanças e as diferenças que têm marcado a trajetória dos homens no mundo.

Vale destacar que, conforme os pressupostos do Enceja, é necessário construir uma formação humanística, na qual as disciplinas da área vão contribuir para que se possa refletir sobre os vários aspectos da sociedade em que se vive. Essa reflexão inclui a construção de um pensamento crítico capaz de avaliar propostas e tomar posição diante dos problemas relevantes do nosso tempo. Assim, trata-se de contribuir para a formação de um cidadão participativo que reconheça seu papel e o da sociedade civil na construção de uma sociedade democrática solidária e justa.

Nesse sentido, optamos pela construção de um material didático de Ciências Humanas que não tem uma abordagem apenas disciplinar. Os temas foram pensados para que os estudantes reflitam sobre sua realidade de forma crítica e articulada com outros saberes. Ao propormos um trabalho em que há espaço para outras disciplinas – como Filosofia e Sociologia – dialogarem com História e com Geografia, procuramos romper a lógica de um saber fragmentado, que dificulta aos estudantes a compreensão da realidade em sua multiplicidade.

Os conteúdos tradicionalmente atribuídos às disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia estão aqui a serviço de temas relevantes para a área de Ciências Humanas. Rompe-se, assim, com uma fragmentação que dificulta realizar uma análise crítica consistente da vida social. Ao analisar, por exemplo, as dimensões da pobreza e da riqueza no Brasil, precisamos recorrer tanto à análise sociológica como às razões históricas e também às especificidades relacionadas à organização espacial. Restringir a análise a um desses aspectos certamente empobreceria o trabalho da área. Além disso, ao oferecermos outras formas de interpretar os conceitos de riqueza e pobreza, saímos da esfera de um pensamento único e hegemônico.

Esta obra inclui também o trabalho com diferentes linguagens que podem contribuir para ampliar as possibilidades de olhar para uma determinada realidade e para a formação de sujeitos mais preparados para o mundo do século XXI. O cinema, a literatura, a propaganda, os quadrinhos, as fotografias, as artes plásticas e os documentos da cultura material são todos elementos que nos permitem elaborar uma reflexão sobre o mundo em que vivemos.

É muito importante também considerarmos que é essencial para a área de Ciências Humanas o desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura e à produção de textos. Não é possível formar alunos competentes nessa área do conhecimento sem que eles sejam capazes de identificar as ideias principais de um texto, fazer inferências e saber

se comunicar adequadamente na linguagem escrita. Por isso, desenvolver as práticas de leitura e escrita é fundamental.

É necessário ainda explicitar que a área de Ciências Humanas deve propor aos estudantes reflexões que permitam colocar em destaque a questão da diversidade cultural. Trata-se de realçar os vários projetos de organização social em diferentes culturas, apontando suas diferenças. Essa é uma oportunidade para desfazer visões preconceituosas ou mistificadas sobre determinadas culturas.

Uma situação ainda presente é a visão do senso comum de que os indígenas seriam todos iguais e selvagens. Desconsidera-se a variedade cultural dos diversos povos indígenas que habitam o Brasil e ainda se reproduz uma visão colonialista de superioridade do homem branco diante de um indígena, comumente caracterizado como selvagem, inculto e parte integrante da floresta.

Cabe, por fim, perguntar: Qual é então o conteúdo adequado para a EJA diante das considerações efetuadas?

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que todo conteúdo é uma seleção, ou seja, um recorte das muitas realidades e experiências vividas pelo ser humano. Ninguém pode ensinar toda a História ou toda a Geografia. Fazemos referência àqueles assuntos e conceitos que foram considerados essenciais para que os alunos reflitam sobre a experiência humana a partir de certo ponto de vista. Um curso de História, por exemplo, que valoriza o herói como motor das transformações históricas daria bastante ênfase à biografia desses heróis. Já a historiografia marxista, que coloca a luta de classes como grande motor das transformações, certamente daria mais espaço para os conflitos entre as diferentes classes sociais.

No que se refere às relações espaciais, optamos por dar menos ênfase à amplitude, priorizando o aprofundamento dos temas tratados; levar em conta a compreensão da relação de espaço e tempo; e valorizar as escalas global e local e a relação dos seres humanos com a natureza, buscando sempre que possível problematizar os modelos adotados e oferecer novas perspectivas de olhar. Devido à necessidade de aproximar o ensino da realidade, propomos nesse trabalho a construção de estudos do meio, de maneira que os professores possam refletir sobre a proposta e, de forma interdisciplinar, criar estratégias para se adaptarem à EJA.

Já no que se refere à construção de um material escolar para a EJA, escolhemos conteúdos e conceitos que são significativos para os diferentes atores sociais que estão presentes na EJA, construindo assim uma aprendizagem significativa. Ao mesmo tempo, acreditamos que é necessário conhecer e refletir acerca de conteúdos e conceitos que estruturam as disciplinas da área. Entre eles, estão: a formação do território brasileiro, a formação histórica do país, o processo de industrialização, os conceitos de capitalismo, liberalismo, cidadania, democracia e a Revolução Francesa. A discussão sobre a questão ambiental e a relação das sociedades com a natureza encontra nesta obra um espaço bastante importante. Cabe ressaltar que a questão cultural é tratada de forma a valorizar a diversidade e a multiplicidade de olhares, saberes e perspectivas. Para isso, selecionamos conteúdos que tornam possível desenvolver um pensamento sobre a vida social a partir dessa área de conhecimento.

## 4.1. Indicações específicas sobre as abordagens construídas em cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas

### História

A História trata do estudo das diferentes experiências de organização social em diferentes tempos. Com base nos conhecimentos da disciplina, podemos refletir sobre o passado e o presente, levando em conta os grupos sociais em conflito e seus sujeitos históricos que produzem fatos e documentos a serem analisados pelo historiador.

No entanto, não são documentos objetivos, tampouco podem trazer a verdade à tona por si só. Trata-se, na realidade, de textos, imagens, objetos da cultura material, depoimentos, enfim, fontes que precisam ser interpretadas à luz de seu tempo.

Isso configura a complexidade do conhecimento histórico, que é especialmente importante para a disciplina de História, pois a existência de diferentes visões e interpretações obriga que sejamos capazes de desenvolver espírito crítico. Esse é um grande desafio que a disciplina nos coloca, já que tal espírito visa construir uma interpretação que possa ler nas entrelinhas. Ele visa também compreender o que não está explícito, mas que pode ser interpretado reunindo-se um conjunto de elementos sobre um determinado período histórico.

Mas, para isso, precisamos de mais do que informações. É necessário construirmos um problema e utilizar conceitos que possam nos ajudar a construir propostas. Por isso, esta obra apresenta questões como o significado da pobreza e da riqueza em diferentes tempos e a própria compreensão da formação cultural do Brasil. Preocupa-se em levar aos alunos o conhecimento do processo histórico, mas também desenvolver problemas que permitam refletir sobre a experiência humana e seus conflitos em diferentes tempos.

Nessa forma de ensinar e aprender História, os conceitos são fundamentais, pois não é possível pensar sobre determinados temas sem os conceitos que organizam o pensamento e criam categorias explicativas que permitem comparar diferentes formas de organização social. Escravidão, por exemplo, é um importante conceito para as ciências humanas.

Podemos comparar a escravidão na Antiguidade com a escravidão no Brasil colonial, ou com formas análogas de trabalho escravo no contexto atual, ainda que não seja possível aplicar a mesma definição de escravidão para os períodos tratados. De qualquer forma, para pensar sobre o significado da escravidão, devemos nos debruçar sobre a análise das especificidades de diferentes períodos históricos.

Essa forma de organizar uma proposta de ensino de História não exclui a cronologia, fundamental para a disciplina, uma vez que não se ensina sem considerar que todos os conceitos e eventos estão relacionados a um determinado período histórico.

Os estudantes precisam conhecer e entender a organização do processo temporal para que desenvolvam análises pertinentes e estabeleçam relações de causa e de consequência, de semelhanças e de diferenças, bem como identifiquem permanências e rupturas.

Também a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis à aprendizagem de História. Quanto maior seu letramento, mais é possível que o aluno elabore relações significativas entre objetos, fatos e conceitos, de acordo com as linguistas Angela Kleiman e Silvia Moraes:

A principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento que nos enreda a todos. Somente quando elaboramos relações significativas entre objetos, fatos e conceitos podemos dizer que aprendemos. [...] A ideia de conhecer assemelha-se à de enredar-se, e a leitura constitui a prática social por excelência para esse fim (KLEIMAN & MORAES, 1999, p. 91).

Entre as leituras propostas para a disciplina, está a de documentos históricos, já que, conforme Vera C. Andrade, professores e alunos, em contato com tais documentos:

[...] constroem, no ato de ensinar e aprender, as relações e representações entre o passado e o presente, numa experiência possível de leitura do mundo. O ensino de História a partir do trabalho com fontes documentais possibilita, ainda, a professores e alunos identificarem, registrarem e (re)significarem no cotidiano vivido as marcas do passado (ANDRADE, 2007, p. 234).

A pesquisa também tem um papel central na disciplina de História, pois é por meio dela que os estudantes podem ocupar papel mais ativo na sala de aula, trazendo novos elementos para o debate acerca de um tema, assim como suas experiências de vida e da comunidade em que vivem. *Sites*, livros, jornais, imagens, monumentos e outras fontes podem se tornar, sob a orientação do professor, parte constitutiva da construção de respostas aos problemas formulados em sala de aula. Vale lembrar que os estudantes da EJA são sujeitos que carregam histórias pessoais e profissionais que podem ser importantes elementos para discutir vários temas relacionados à organização da vida social.

Também a plena utilização de linguagens e fontes diversificadas desenvolve nos alunos habilidades e competências fundamentais para as mais diversas disciplinas escolares, propiciando a eles a integração entre as várias áreas do conhecimento e um aprendizado mais significativo.

No caso específico da disciplina de História, a ampliação do conceito de fonte cria novas possibilidades de trabalho em sala de aula. Considerando que os textos históricos, mas também os jornais, revistas, imagens, canções, vídeos educacionais, filmes, propagandas, quadrinhos, textos literários, depoimentos e objetos da cultura material são fontes históricas, abrimos a possibilidade de interpretar, analisar e estabelecer relações com base em

diferentes linguagens que abrem caminhos para diferentes formas de aprender. No entanto, é preciso ter claro que, assim como ocorre com o texto escrito, estamos sempre tratando de um documento que expressa um ponto de vista específico de um autor inserido em uma determinada época. Todas as fontes precisam ser lidas de maneira crítica, sendo necessário identificar o ponto de vista do autor, que pode ser confrontado com outras visões.

Assim, é preciso preparar os alunos para a utilização das diferentes fontes. É necessário que se analisem as mudanças e permanências, estabelecendo um diálogo entre o presente e o passado sem incorrer em anacronismos.

Esse diálogo amplia o significado do estudo de História. Ao realizarmos essa ponte, evitamos a visão de História como um conhecimento que apenas narra o passado para tornar-se uma disciplina que permite construir um repertório para analisar o presente. Vale mencionar mais uma vez as reflexões de Vera Andrade:

Ensinar História hoje – História como construção, diálogo passado/presente, problematização de questões oriundas do presente, mas que se apresentam em diferentes tempos históricos –, nos parece, encerra uma questão básica: como ensinar os alunos a pensar historicamente? Em outras palavras: como direcionar as ações pedagógicas no sentido do desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos? Sem dúvida, tarefa das mais complexas, considerando que o exercício mental de pensar historicamente não é uma capacidade inata, ou mesmo dada, mas, sim, uma forma de raciocinar adquirida através da prática sistemática e específica de operações cognitivas e afetivas (ANDRADE, 2007, p. 235).

Por fim, não podemos deixar de fazer referência aos sujeitos históricos, que vão muito além das personalidades consagradas por terem liderado grandes feitos. Há muito tempo, a ideia tradicional, que via como agentes da história apenas os “grandes homens”, foi superada pela perspectiva de que todos são protagonistas da história. Os sujeitos históricos são aqueles que põem a história em marcha e podem ser tanto lideranças políticas como integrantes de movimentos sociais, enfim, todos aqueles que de alguma forma participam do processo coletivo de construção social, que inclui uma constante disputa entre os diferentes grupos e classes sociais.

Conforme Holien Bezerra:

O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre identidades sociais e as pessoais, é o verdadeiro construtor da História. Assim, é necessário acentuar que a trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas uma construção consciente/inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos (BEZERRA, 2004, p. 45).

Assim, estudar e aprender História em um curso da EJA faz sentido quando o conhecimento adquirido colabora para a formação do aluno como cidadão, com suas capacidades de intervenção e participação social ampliadas.

## Geografia

A Geografia compreende o estudo das sociedades por meio do seu ângulo privilegiado de análise, o espaço geográfico. Tal espaço é tomado aqui como uma das instâncias fundamentais da sociedade e uma obra eminentemente humana. Portanto, ele é contemporâneo das sociedades humanas.

Para compreender a constituição e a produção do espaço geográfico e suas respectivas relações com as formas de organização social, consideram-se aqui os conceitos e categorias internas do espaço e recortes espaciais: paisagem, território, lugar, escala geográfica e as relações natureza-sociedade. É preciso registrar que elas envolvem tanto as dinâmicas naturais como os objetos naturais transformados pelas ações humanas. Segundo o geógrafo Milton Santos:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 1997, p. 51).

Nesta obra, o ponto de vista geográfico privilegia a compreensão das relações espaço-tempo e das relações natureza-sociedade, examinando situações ligadas a determinadas formas de uso e apropriação do espaço e suas repercussões. A todo instante, o estudante é convidado a refletir sobre essas questões em suas manifestações na realidade local, em conexão com eventos, fluxos e ações que emanam das demais escalas geográficas, como a nacional e a global ou planetária.

Considerando os focos e campos temáticos da área de Ciências Humanas, a Geografia oferece contribuições para desvendar traços das desigualdades sociais no mundo e em nosso país. Sob o viés espacial, propõe ao estudante examinar a localização, a distribuição e a apropriação de recursos naturais, humanos e técnico-tecnológicos, e desenvolver competências e habilidades associadas à garantia de direitos essenciais e ao bem-estar social. Não basta constatar desequilíbrios e desigualdades ou quadros de pobreza e riquezas; é preciso também refletir e propor alternativas que revertam situações de pobreza extrema e segregação social/espacial.

Os capítulos e temas propostos procuram também dispor fundamentos e formas de aplicação de recursos ligados à leitura

e à compreensão de mapas, além da leitura e da interpretação de imagens, como as fotografias, e das demais informações graficamente representadas (gráficos, tabelas, esquemas).

A cartografia aqui é compreendida como uma linguagem do campo das imagens, portanto, uma linguagem visual, não verbal, atemporal e não sequencial. Gradativamente, o estudante terá a oportunidade de reconhecer os elementos estruturais dos mapas (título, legenda, escala cartográfica etc.) e aspectos das modalidades de representação (qualitativas, quantitativas, ordenadas e de movimento), compreendendo e fazendo uso consciente de símbolos, códigos e convenções que caracterizam essa linguagem. Tal perspectiva guarda a intenção educativa de melhor dispor e permitir análises e debates sobre fatos e fenômenos geográficos – portanto, sociais – em diferentes escalas geográficas de relações humanas.

Como ressalta o geógrafo Marcello Martinelli,

Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído. São imagens carregadas de julgamentos de valor. Não há nada de inerte e passivo em seus registros [...] Como linguagem, os mapas conjugam-se com a prática histórica, podendo revelar diferentes visões de mundo (MARTINELLI, 2008, p. 8).

Em conexão com as demais disciplinas, a Geografia também compartilha dos objetivos de trabalhar junto aos estudantes da EJA do Ensino Médio o desenvolvimento progressivo de habilidades ligadas à produção escrita e ao debate oral, valorizando diferentes gêneros que lhes permitam usar de modo mais pleno a comunicação escrita em diferentes situações da vida social.

Baseado nesse diálogo interdisciplinar, os temas-conteúdo propostos estão em sintonia com o debate de questões relevantes para o estudante jovem e adulto. Entre eles, a vida em cidades, a natureza dos fluxos e deslocamentos de bens, pessoas e informações, e questões ambientais e sociais urgentes no mundo contemporâneo, como as mudanças climáticas, os riscos à biodiversidade, a geração de energia e a produção de alimentos no mundo atual.

Do mesmo modo, os capítulos têm o firme propósito de debater e valorizar a questão da diversidade cultural no Brasil e no mundo, diversidade que se constitui numa das bases da riqueza da humanidade.

## Filosofia

A filosofia é uma simples ideia de uma ciência possível, que em parte alguma é dada *in concreto*, mas de que procuramos aproximar-nos por diferentes caminhos, até que se tenha descoberto o único atalho que aí conduz, obstruído pela sensibilidade, e se consiga, tanto quanto ao homem é permitido, tornar a cópia, até agora falhada, semelhante ao modelo. Até então não se pode aprender ne-

nhuma filosofia; pois onde está ela? Quem a possui? Por que caracteres se pode conhecer? Pode-se apenas aprender a filosofar, isto é, a exercer o talento da razão na aplicação dos seus princípios gerais em certas tentativas que se apresentam, mas sempre com a reserva do direito que a razão tem de procurar esses próprios princípios nas suas fontes e confirmá-los ou rejeitá-los (KANT, 2001, p. 661).

Como nos ensina o filósofo Martin Heidegger, por mais que busquemos uma definição precisa para “o que é a filosofia”, com essa pergunta sempre nos encontraremos em um ponto que abre para inúmeros caminhos, cada um deles forjado no fogo do mesmo rigor e afincos. E ainda assim nenhum deles poderia abarcar a complexidade de significações que essa palavra pode assumir.

Ensinar Filosofia exige, imprescindivelmente, a escolha de caminhar por uma ou mais dessas trilhas e nelas encontrar os instrumentos que nos permitam nos aproximarmos de uma resposta que seja plausível. Pois, por mais que se possa objetar o contrário, uma das maneiras mais eficazes de lidarmos com a Filosofia é mergulhar em seus assuntos.

Quanto mais temos contato com suas particularidades, seu vocabulário e seus problemas, mais próximos chegamos à compreensão daquilo de que ela trata. Todos os assuntos de todas as áreas são passíveis de serem abordados filosoficamente. A Filosofia é uma forma de lidar com nossa realidade que não coloca limites em seu campo de investigação e procura realizar essa tarefa de maneira profunda e rigorosa. É uma forma de se servir do pensamento que tem como objeto de estudo o próprio pensamento.

[...] Não existe uma Filosofia – como há uma Física ou uma Química –, o que existem são filosofias, podendo o professor (a quem chamaríamos de filósofo-educador) privilegiar certas linhas de pensamento e de metodologia, sejam elas a dialética, a fenomenológica, a racionalista etc. Também, diferentemente de outras disciplinas, não há um “começo”, um pré-requisito para se introduzir a Filosofia, a não ser quanto aos cuidados necessários com o estágio de competência de leitura e abstração dos alunos, bem como o universo de conhecimentos e valores que cada um deles já traz consigo (BRASIL, 2002, p. 41-42).

Como já citado, Immanuel Kant formulou a ideia – repetida amiúde – de que não se pode ensinar Filosofia, apenas a filosofar. No entanto, é a partir de reflexões e pensamentos guardados em obras dos clássicos que encontramos as ferramentas para construir o nosso próprio pensamento. A Filosofia que se faz nas universidades exige que tais obras sejam lidas, relidas, interpretadas e retomadas, visando formar um conhecimento sólido acerca de um autor ou de um período estudado.

Mas como tais reflexões podem auxiliar o trabalho com a Filosofia no Ensino Médio? É importante destacarmos que nessa etapa da formação escolar, sobretudo se pensarmos na EJA, é possível traçar relações com questões envolvidas com os anseios, angústias e indagações de nossos estudantes, muitos já inseridos no mundo do trabalho e dotados de uma bagagem cultural forjada pela vida.

Portanto, é dada a todos a capacidade de questionar os problemas que enfrentamos em nosso cotidiano e buscarmos soluções mais profundas e racionais para eles.

Nesta obra, optou-se por estabelecer uma aproximação do discurso filosófico por meio do estudo de autores clássicos e do contexto histórico-biográfico em que se inserem, selecionando-se alguns problemas que, dentro da tradição filosófica, se mostraram fundamentais. Essas questões são expostas sem, no entanto, assumir-se posições, visando demonstrar a pluralidade de ideias em que se funda a Filosofia.

A ideia é que a partir dessas primeiras reflexões possam se estabelecer pontes entre elas e os questionamentos que os estudantes carregam em seu cotidiano, gerando criticidade em relação ao mundo em que vivem, mas também procurando despertar o desejo de conhecer mais sobre o universo da Filosofia.

Os capítulos, apesar de abordados de maneira temática, buscaram selecionar reflexões pertencentes aos quatro grandes períodos da história da Filosofia, procurando também tratar de temas que podem se relacionar a outras disciplinas do Ensino Médio como História, Geografia e Sociologia.

No trabalho com os jovens e os adultos há algumas particularidades que não podem ser deixadas de lado. Como exemplo, citamos o diálogo e a construção do conhecimento por meio de uma prática democrática em sala de aula. Assim, a forma de abordagem que procuramos imprimir aos textos e atividades pressupõe que haja um trabalho integrado entre professor e aluno em sua interpretação.

É importante que os problemas expostos sejam compreendidos como não somente uma forma de gerar discussões dos conceitos filosóficos expostos, mas de aliá-los ao cotidiano dos estudantes, abrindo espaço para suas indagações e problematizações. Tais conceitos podem também ser abordados por meio da leitura individual e intimista.

Os capítulos buscam também estabelecer o contato com diversos gêneros de escrita, propiciando não só a leitura de textos filosóficos, mas a possibilidade de ler filosoficamente textos de outros gêneros. Assim, procurou-se recorrer à leitura de imagens, poemas, textos jornalísticos, entre outros, que estivessem em consonância com os temas estudados.

Além disso, em qualquer área do conhecimento é fundamental que se sistematizem os conhecimentos adquiridos. Por isso, os capítulos apresentam uma série de atividades de reflexão como debates e rodas de conversa, além de inúmeras oportunidades de produção de textos que têm o intuito de ampliar o horizonte de reflexão dos estudantes. Como é possível perceber neste trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais,

Para se apropriar mais completamente de toda a riqueza possível de um texto, o aluno tem que desenvolver alguns procedimentos analíticos e, ao fazê-lo, ele já precisa ir registrando, de algum modo, suas impressões, interpretações, observações parciais etc. até que consiga reconstruir a estrutura textual e efetuar as críticas que julga pertinentes. Portanto, uma reelaboração por escrito dos conteúdos é simplesmente o contraponto necessário de uma leitura criteriosa.

Para além disso, deve-se esperar que o aluno possa desenvolver argumentações próprias e aprender a encadeá-las, no sentido de estruturar uma justificação para suas críticas (BRASIL, 2000, p. 60).

## Sociologia

Ensinar Sociologia na escola é um desafio para os professores da área. As disciplinas de Sociologia e de Filosofia foram definitivamente incorporadas ao Ensino Médio como obrigatórias em 2009, a partir da aprovação da Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008. Essa aprovação retomou os debates sobre a Sociologia no Ensino Médio e sobre a formação de professores para ministrar essas aulas.

O ensino de Sociologia teve idas e vindas na história da escola brasileira dos últimos anos, por isso os debates sobre os objetivos e programas da disciplina foram intermitentes. Os conteúdos programáticos estão sendo construídos recentemente pelas práticas dos professores, dos coordenadores das escolas e dos pesquisadores das áreas das Ciências Sociais.

O desafio maior para o ensino de Sociologia no Ensino Médio é trabalhar em sala de aula com autores e textos clássicos que são, muitas vezes, de difícil compreensão. Nossa tarefa, como professores da área, é preciso fazer isso sem, no entanto, simplificar demais o pensamento desses autores. É necessário encontrarmos os caminhos para que os alunos consigam refletir a partir dos conceitos, das teorias e das metodologias que são próprios das Ciências Sociais. Para que essas teorias e esses conceitos contidos nos textos façam sentido para os alunos e contribuam para uma melhor compreensão da sociedade na qual eles vivem, é fundamental a mediação do professor, que estabelecerá as conexões entre as teorias sociológicas e a experiência dos estudantes. As mediações, nesse sentido, são formas de traduzir o conhecimento produzido pelos cientistas sociais para os alunos do Ensino Médio.

Os capítulos da disciplina de Sociologia foram formulados em torno de problemas sociológicos relacionados à cidade, à sociedade capitalista, ao trabalho, à educação e à cultura. O exercício que propomos aos alunos a partir desses temas é o de “estranhamento” da realidade na qual eles estão inseridos e de questionamento daquilo que lhes parece ser “natural” ou familiar. Desse modo, o pensamento sociológico pode proporcionar aos alunos novas interpretações a respeito do dia a dia de cada um deles. A reflexão sociológica permite que eles problematizem seu cotidiano a partir de uma diversidade de temas, de métodos e pontos de vista sobre a realidade social.

A reflexão sociológica é fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea, tão marcada por incertezas, por profundas mudanças tecnológicas, pelos processos de globalização e pelas ameaças ambientais. Com os temas tratados em cada capítulo, pretende-se despertar nos alunos a percepção de que a sociedade é um produto da atividade humana e, sendo assim, pode ser avaliada, criticada e modificada. O pensamento sociológico contribui, dessa forma, para produzir uma postura questionadora.

nadora sobre a realidade e para melhor compreendermos a nós e aos outros.

Cada um dos capítulos apresenta um dos autores clássicos da sociologia, que contribuíram para a formação do pensamento sociológico. Também introduz o pensamento de autores contemporâneos que são expressivos para uma reflexão da sociedade na qual os alunos estão inseridos. E destaca ainda sociólogos brasileiros que desenvolveram pesquisas que auxiliam na construção das interpretações da realidade nacional. A ideia foi apresentar esses autores a partir de temas pertinentes às Ciências Sociais, destacando que a Sociologia é uma disciplina dinâmica, na qual as teorias vão sendo repensadas e refeitas a partir das transformações sociais.

Destacamos também que a Sociologia analisa a sociedade a partir de uma metodologia científica. Sendo uma ciência, suas observações diferenciam-se das opiniões do senso comum. Nos capítulos, são apresentadas metodologias de trabalho dos sociólogos, como a entrevista, a coleta de dados e a pesquisa de campo. A partir dessas pesquisas, a Sociologia coloca questões sobre a sociedade e produz dados quantitativos e qualitativos a respeito de determinados fenômenos sociais. Seguindo uma metodologia, as pesquisas sociológicas devem ultrapassar os limites das opiniões, das crenças e das experiências individuais.

Só então as realidades delimitadas da experiência individual serão reveladas, assim como a complexa rede de dependência e interconexões na qual elas estão envolvidas – rede que vai muito além da esfera que pode ser acessada a partir do ponto de vista da biografia singular.

O resultado global de tal ampliação de horizontes será a descoberta da íntima ligação entre biografia individual e amplos processos sociais. É por essa razão que a busca de uma perspectiva mais ampla efetivada pelos sociólogos faz uma enorme diferença – não só quantitativamente, mas também na qualidade e nos usos do conhecimento. Os sociólogos Zygmunt Bauman e Tim May resumem bem as perspectivas que as Ciências Sociais apresentam:

Para gente como nós, o saber sociológico tem algo a oferecer que o senso comum, por mais rico que seja, sozinho não pode nos dar (BAUMAN & MAY, 2000, p. 22).

O sociólogo segue o trabalho de toda a ciência: submete suas hipóteses à prova dos fatos, que, no caso da Sociologia, correspondem às ações humanas, às instituições sociais e aos mecanismos de produção e reprodução da vida social.

---

## 5. O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E DAS NAÇÕES INDÍGENAS

---

O ensino de história e cultura afro-brasileiras ganharam força a partir de 9 de janeiro de 2003, com a promulgação da Lei n. 10.639, na qual se afirma:

Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>.

Acesso em: 6 fev. 2013.

O estudo de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras se relaciona também com a conquista de direitos, ou seja, é um passo na luta do movimento antirracismo, dando a relevância necessária à história africana no conjunto da história brasileira. É importante lembrar que durante muitas décadas a história brasileira foi constituída apenas com base na valorização da matriz europeia, sendo negligenciada a forte relação econômica e troca cultural com as nações africanas ao longo de vários séculos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicadas em 2004 pela Secadi/MEC:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia (BRASIL, 2004, p. 17).

No que se refere ao racismo, as Diretrizes explicitam o significado de uma educação das relações étnico-raciais:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com

as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira (BRASIL, 2004, p. 16-17).

Nilma Lino Gomes, ao discutir os desafios que a implementação da lei traz para as escolas, especifica que:

A mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro--brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros (GOMES, 2012, p. 105).

Precisamos, ainda, tornar mais claro qual perspectiva de trabalho em sala de aula pode nos levar à realização desses pressupostos. As Diretrizes enunciam alguns princípios que nos ajudam a delinear este caminho. Citamos aqui alguns deles, que são também pressupostos desta obra:

- compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- conhecimento e valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros e os povos indígenas;
- ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais;
- valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura.

No que se refere especificamente à EJA, vale lembrar que, conforme o Censo 2010, 56% dos que frequentam o Ensino Mé-

dio nesta modalidade são pretos ou pardos. Ainda conforme o Censo 2010, 60% dos estudantes da EJA Ensino Médio possuem renda domiciliar de até um salário mínimo e apenas 11,6% possuem renda superior a dois salários mínimos. Assim, fica evidente que grande parte do público da EJA Ensino Médio é composta de pretos ou pardos com baixa renda.

As Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, produzidas pela Secadi/MEC, especificam algumas das particularidades da EJA e indicam caminhos para a construção de um currículo que leve em conta a educação das relações étnico-raciais:

Além de considerar o conhecimento que os estudantes da EJA trazem consigo, é necessário construir propostas pedagógicas a partir da vivência cotidiana dos/das estudantes, de suas práticas sociais e profissionais, religiosidade, opções de lazer e suas vivências socio-culturais. Cada um com seu retalho, de cor, de textura e tamanho diferentes, busca costurar e contribuir com o gestar do que acontece no espaço educativo marcado pelo muito que se aprende e que se ensina com as histórias de vida de todos os envolvidos. Abarcar os diferentes e suas diferenças requer disposição para uma tomada de postura política.

Os saberes em torno dos sujeitos da EJA devem constituir-se como a matéria-prima da construção dos projetos e atividades propostas. São esses sujeitos que irão tecer com os fios de suas vidas a colcha da educação de jovens e adultos.

De onde vêm? Para que vieram? Com quem e onde vivem? O que buscam? O que gostam de fazer em seu tempo livre? Todas essas questões devem sempre perpassar uma proposta pedagógica da EJA.

A proposta da EJA articulada a uma pedagogia antirracista cria estratégias para garantir a permanência na escola de quem a ela retorna; necessita, ainda, construir condições de acompanhamento coletivo do processo de envolvimento e aprendizagem dos estudantes, o que pode ocorrer com reuniões pedagógicas constantes, nas quais o projeto pedagógico é discutido e reorganizado com o olhar de todos. O trabalho realizado a partir dessa concepção se fundamenta inteiramente nos sujeitos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem coletivo, tanto estudantes quanto educadores/as aprendem e ensinam, respeitam e são respeitados em suas diferenças (BRASIL, 2006, p. 108-109).

No conjunto desta obra, muitas atividades trazem elementos da história e da cultura africanas e afro-brasileiras. Há referências às produções artísticas de origem africana, a movimentos de resistência e à formação cultural do Brasil fortemente marcada pela presença das culturas africanas no país. Ao lado disso, coloca-se a possibilidade de resgatar as próprias histórias e experiências de vida dos estudantes, muitas das quais traduzem parte da experiência cultural afro-brasileira que deve ganhar destaque, transformando-se em objeto de estudo incorporado ao processo de ensino-aprendizagem.

Deve-se mencionar também a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório, além do ensino da cultura afro-brasileira, o das culturas indígenas, pilar da formação do Brasil. Conforme a lei:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil

Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

Ao longo da história do Brasil, os povos indígenas foram massacrados pelos europeus na luta pelo domínio das terras que os portugueses desejavam conquistar. Impuseram a grande parte dos que sobreviveram os valores cristãos, sendo considerados inimigos aqueles que insistiam em preservar sua cultura. Ao longo dos séculos, os indígenas foram chamados de selvagens, preguiçosos, atrasados, enfim, criaram-se todos os artifícios possíveis para colocar a cultura indígena em uma condição de inferioridade. A consequência última desse discurso era acreditar que, ao aderir à cultura europeia, os indígenas estariam sendo favorecidos, pois estariam alcançando uma cultura superior.

Nos dias atuais, ao contrário disso, o que se propõe é inserir a diversidade de povos e culturas indígenas no âmbito da formação cultural do Brasil.

Há um grande patrimônio cultural indígena que precisa ser conhecido e valorizado, assim como é fundamental reconhecer os direitos destes povos no que se refere à preservação de sua cultura e de suas terras, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento das comunidades.

Por isso, assim como ocorre com a cultura afro-brasileira, é necessário, na sala de aula, colocar em destaque o patrimônio cultural dos povos indígenas, fugindo de estereótipos e visões preconceituosas que ameaçam esses povos.

José Ribamar Bessa Freire, estudioso dos povos indígenas, faz referência a cinco equívocos que precisam ser superados ao nos referirmos a esses povos:

1. **O índio genérico.** A ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua.

O Tupinambá, o Goitacá, o Puri, o Coroadó, o Coropó deixam de ser Tupinambá, Goitacá, Puri, Coroadó e Coropó para se transformarem no “índio”, isto é, no “índio genérico”.

2. **Culturas atrasadas.** Considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Os povos indígenas produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensa muita gente que ignora completamente a complexidade dessas culturas ou se pauta em estereótipos e no senso comum sobre elas.

3. **Culturas congeladas.** Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Este aí não é mais índio, já está civilizado”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós. [...] A cultura brasileira muda, a chinesa muda, a americana muda, todas as culturas mudam. As culturas indígenas também mudam, e isto por si só não é ruim. Não é ruim que mudem, o ruim é quando a mudança é imposta, sem deixar margem para a escolha.

4. **Os índios fazem parte do passado.** Os índios, é verdade, estão encravados no nosso passado, mas integram o Brasil moderno, de hoje, e não é possível a gente imaginar o Brasil, no futuro, sem a riqueza das culturas indígenas.

5. **Brasileiro não é índio.** O brasileiro não considera a existência do índio na formação de sua identidade. Há 500 anos atrás não existia no planeta Terra um povo com o nome de povo brasileiro. Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos, com a contribuição de matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros (FREIRE, 2010, p. 18-31).

Construir propostas didáticas que não incorram nesses equívocos e promover a valorização do patrimônio cultural indígena, vendo-o como parte integrante da cultura brasileira, já pode ser um bom começo para construir uma nova visão dos povos indígenas do Brasil.

---

## 6. LEITURAS PARA O PROFESSOR SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

---

Apresentamos a seguir quatro leituras relacionadas à Educação de Jovens e Adultos que podem contribuir para uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem nessa modalidade da educação básica.

O primeiro texto faz referência ao tema da juventude da EJA. Deve-se considerar que, especialmente no Ensino Mé-

dio, os jovens estão cada vez mais presentes na EJA, sendo que mais da metade do público do Ensino Médio nesta modalidade é composto por jovens entre 18 e 29 anos. Assim, é fundamental a reflexão sobre os caminhos a serem trilhados pelos docentes, considerando que grande parte de nossos alunos são jovens.

O segundo texto, que integra o Documento Preparatório para a VI Conferência Internacional da Educação de Adultos (Confin-tea), realizada em Belém, em 2009, faz referência à pluralidade de sujeitos presentes na EJA, o que exige também a criação de currículos particulares.

O terceiro texto também faz referência aos sujeitos da EJA, mas trata especificamente das questões de gênero, etnia e orientação sexual na construção dos currículos.

Por fim, o último texto, embora não faça uma referência imediata ao Ensino Médio, traz importantes reflexões sobre a construção de currículos na Educação de Jovens e Adultos ao discutir o tema da infantilização na EJA, ou seja, discute como construir um currículo para a modalidade sem tomar como pressuposto as mesmas estratégias utilizadas nos currículos elaborados para crianças e jovens em contextos diferentes dos de jovens e adultos trabalhadores.

## 6.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”

### Paulo Carrano

Este texto é parte da obra MACHADO, Maria Margarida. Formação de educadores de jovens e adultos. Brasília: Secadi/MEC, UNESCO, 2008, p. 103-118. A publicação completa está disponível em: <<http://forumaja.org.br/files/livrosesemi.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

É notável o crescente interesse que o tema da juventude vem despertando no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A preocupação com os jovens na EJA está, em grande medida, relacionada à evidência empírica de que eles já constituem número significativo nas diversas classes de EJA e, em muitas circunstâncias, representam a maioria ou a quase totalidade dos alunos em sala de aula. Entretanto, para além da dimensão quantitativa expressa pela presença cada vez mais significativa desses jovens, parece haver certo ar de perplexidade. E, em alguns casos, de incômodo revelado – perante sujeitos que emitem sinais pouco compreensíveis e parecem habitar mundos culturais reconhecidos por alguns professores como social e culturalmente pouco produtivos para o desafio da escolarização. Ou se pensarmos nos termos da reflexão de Bourdieu (1997), jovens oriundos de famílias com baixo “capital cultural” e que experimentaram acidentadas trajetórias que os afastaram do “tempo certo” da escolarização.

Alguns professores (e também alguns alunos mais idosos) parecem convencidos de que os jovens alunos da EJA vieram para perturbar e desestabilizar a ordem “supletiva” escolar. Outros demonstram vontade de aprofundar processos de interação, mas reconhecem seus limites para despertar o interesse desses que, sob certos aspectos, se apresentam como “alienígenas em sala de aula” (GREEN & BIGUM, 1995). Quais estratégias poderiam despertar os sentidos para uma presença culturalmente significativa dos jovens da EJA no espaço

da escola? Essa parece ser uma pergunta-chave para a reorganização curricular e a articulação de processos educativos social e culturalmente produtivos no cotidiano escolar.

Para enfrentar o desafio disso que temos chamado de “juvenilização da EJA”, deveríamos caminhar para a produção de espaços escolares culturalmente significativos para uma multiplicidade de sujeitos jovens – e não apenas alunos – histórica e territorialmente situados e impossíveis de conhecer a partir de definições gerais e abstratas. Nesse sentido, seria preciso abandonar toda a pretensão de elaboração de conteúdos únicos e arquiteturas curriculares rigidamente estabelecidas para os “jovens da EJA”. A aposta – e por extensão também o risco – estaria na realização de um inventário permanente das trajetórias de vida (BORDIEU, 1996) e escolarização e na atenção necessária aos reais interesses e necessidades de aprendizagem e interação desses sujeitos, com os quais estamos comprometidos no tabuleiro escolar da “segunda chance” que é a EJA. Dessa forma, a articulação do processo educativo dos jovens da EJA deixaria de ser vista apenas como escolarização e assumiria toda a radicalidade da noção de diálogo da qual nos fala Paulo Freire. Uma ética da compreensão da juventude que “habita” a EJA: é sobre isso que gostaria de tratar aqui.

### Compreender

“Compreender” – esse é o título de um dos capítulos do livro *A miséria do mundo*, de Pierre Bourdieu (1997). O mestre-sociólogo francês alerta para a necessidade de um exercício reflexivo diante da interação social entre pesquisador e pesquisado que o processo de entrevista provoca numa pesquisa. Essa busca do agir reflexivo teria, em última instância, a finalidade de elaboração de uma comunicação não violenta e que fosse capaz de reduzir os efeitos da “intrusão” que a situação de entrevista pode significar para o entrevistado. Nas palavras do próprio Bourdieu:

É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (BOURDIEU, 1997, p. 695).

É sob essa perspectiva do estabelecimento de uma relação compreensiva que inicio nosso diálogo sobre a presença dos jovens na EJA. Guardando-se as devidas proporções entre uma situação de pesquisa sob a direção de um pesquisador ou pesquisadora e um processo de ensino-aprendizagem conduzido por um educador ou educadora, é possível dizer que estamos diante de um mesmo campo de interação simbólica. Campo esse capaz de produzir (re)conhecimentos e proximidades, mas também distâncias e estranhamentos entre sujeitos situados em distintos lugares sociais: pesquisadores e pesquisados, professores e alunos.

O educador e amigo Moacyr de Góes conta uma história que exemplifica a importância de fazer do gesto educativo uma relação compreensiva. Conto de memória e mantenho o sentido da narrativa sem me

preocupar com a precisão das palavras. Um padre-educador da cidade de Natal impressionava a todos com sua capacidade de ensinar o latim a crianças muito pobres da periferia da cidade. Perguntado sobre o método que utilizava para ensinar, disse: “como faço para ensinar latim ao João? Para ensinar latim ao João eu primeiro conheci o João. Fui a sua casa, descobri do que ele gostava, descobri sua árvore preferida, fiquei seu amigo; primeiro conheci o João, o latim veio depois”. Esta é uma história simples que nos convida a encontrar no sujeito do conhecimento a verdadeira centralidade dos processos de ensino-aprendizagem.

Deixo, então, aos professores e professoras da EJA a tarefa política, educativa e, por que não dizer, afetiva de descobrir na recuperação da trajetória de seus jovens alunos e alunas as “portas de acesso” ao sujeito que pode conhecer, na medida em que é “re-conhecido” no jogo da aprendizagem escolar. E passo, então, a apresentar alguns elementos sobre a socialização contemporânea dos jovens que podem contribuir para a compreensão sobre o que é viver a juventude nos dias de hoje. Parto do princípio de que muitos dos problemas que os educadores enfrentam nas muitas salas de aula e espaços escolares deste país com os jovens alunos têm origem em incompreensões sobre os contextos não escolares, os cotidianos e os históricos mais amplos em que os alunos estão imersos. Dito de outra forma, cada vez mais é improvável que consigamos compreender os processos sociais educativos escolares, se não nos apropriarmos dos processos mais amplos de socialização.

Concordo com Marília Sposito (2003), ao defender a adoção do ponto de vista de uma sociologia não escolar da escola. É preciso buscar compreender os tempos e os espaços não escolares dos sujeitos jovens que estão na escola, mas que não são, em última instância, *da* escola. Esse jovem aluno, que cada vez mais jovem chega às classes de EJA, carrega para a instituição referências de sociabilidade e interações que se distanciam das referências institucionais que se encontram em crise de legitimação.

O novo público que frequenta a escola, sobretudo adolescente e jovem, passa a constituir no seu interior um universo cada vez mais autônomo de interações, distanciado das referências institucionais trazendo novamente, em sua especificidade, a necessidade de uma perspectiva não escolar no estudo da escola, a via não escolar [...]. A autonomização de uma subcultura adolescente engendra, para os alunos da massificação do ensino, uma reticência ou uma oposição à ação do universo normativo escolar, ele mesmo em crise. A escola cessa lentamente de ser modelada somente pelos critérios da sociabilidade adulta e vê penetrar os critérios da sociabilidade adolescente, exigindo um modo peculiar de compreensão e estudo. (SPOSITO, 2003, p. 19-20)

[...]

### **Articulando currículos e espaços-tempos escolares culturalmente significativos**

Os educadores da EJA têm o desafio de trabalhar numa modalidade da educação em que a homogeneidade dos sujeitos não é a tônica dominante. A ideia de homogeneidade – de faixas etárias, de tempos de aprendizagem, de conhecimentos etc. –, que pode até fazer sentido em algumas circunstâncias educacionais, é, por definição, inviável nos tempos e espaços da EJA. Nos espaços da EJA, os sujeitos são múltiplos e, ainda que existam sujeitos com perfis similares, é pre-

ciso estar atento para as trajetórias de vida, que sempre são singulares e portadoras de potencialidades que podem não se revelar de imediato. O desafio do conhecimento na EJA não pode ser circunscrito àquilo que alunos e alunas devem aprender; ele também é provocação para que educadores e educadoras aprofundem seus conhecimentos – suas compreensões – sobre seus sujeitos da aprendizagem. Já que não temos a resposta, podemos caprichar na pergunta: Como contribuir para a constituição de uma escola flexível em conjunto com esses múltiplos sujeitos da EJA, que chegam até nós com as marcas da desigualdade de oportunidades? (RIBEIRO, 2004).

É necessário aprender a trabalhar com as experiências prévias dos jovens alunos, para que estes sejam entendidos como sujeitos culturais e portadores de biografias originais e não apenas alunos de uma dada instituição. O mito da intencionalidade pedagógica como a viga mestra da educação não permite a emergência dos acasos significativos, das surpresas reveladoras, da escuta do outro e nem permite que alunos e professores corram o risco da experimentação. Os jovens, mesmo aqueles das periferias onde cidade não relaciona-se com cidadania, são mais plurais do que aquilo que a instituição escolar espera receber. A escola espera alunos, e o que chega são sujeitos com múltiplas trajetórias e experiências de vivência do mundo. São jovens que, em sua maioria, estão aprisionados no espaço e no tempo – presos em seus bairros e incapacitados para elaborar projetos de futuro. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca experiência de circulação pela cidade e se beneficiam pouco ou quase nada das poucas atividades e redes culturais públicas ofertadas em espaços centrais e mercantilizados das cidades. Jovens que vivem em bairros, onde a violência é a chave organizadora da experiência pública e da resolução de conflitos.

Talvez seja possível pensar as reorganizações curriculares não apenas como estratégias funcionais de favorecer o ensino-aprendizagem, mas como políticas educativas e culturais que permitam reorganizar espaços e tempos de compartilhamento de saberes, ampliar a experiência social pública e o direito de todos às riquezas materiais e espirituais das cidades. Por que não pensar o currículo como tabuleiro de xadrez, no qual algumas peças se movem com alguma previsibilidade e linearidade e outras peças como cavalos, reis e rainhas que fazem movimentos surpreendentes? Esta é uma metáfora de crítica aos currículos rígidos e uniformizadores que tentam comunicar e fazer sentido para sujeitos de múltiplas necessidades e potencialidades. É assim que enxergo o desafio cotidiano de organização de currículos flexíveis capazes de comunicar aos sujeitos concretos da EJA, sem que com isso se abdique da busca de inventariar permanentemente a unidade mínima de saberes em comum, que as escolas devem socializar.

Não se trata, contudo, de negar o planejamento pedagógico (da intenção do plano), mas de praticar a escuta e a atenção que pode nos lançar para o plano dos afetos, das trocas culturais e do compromisso político entre sujeitos de diferentes experiências e idades. Por que não? Não é isso que as pesquisas e a nossa própria experiência têm narrado, ou seja, que são aqueles espaços, tempos e sujeitos escolares nos quais alunos e alunas encontram atenção e cuidado que lhes fortalece o sentido de presença na instituição escolar?

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.
- \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CRUZ, Rossana Reguillo. *En la calle otra vez: las bandas – identidad urbana y usos de la comunicación*. Guadalajara: Iteso, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.
- GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas em sala de aula. In: SILVA, Tomáz Tadeu da (Org.). *Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IBASE/POLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ibase, Polis, 2005.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Ed.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura e juventud*. Buenos Aires: Bibles, 1996. (Estudios Sociales.)
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2003.
- \_\_\_\_\_. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RIBEIRO, Eliane Andrade. *A educação de jovens e adultos e os jovens do “último turno”: produzindo outsiders*. Niterói: Faculdade de Educação da UFF, 2004. Tese (Doutorado).
- SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, n. 57, p. 210-226, mar.-maio, 2003.
- TOURAINÉ, Alain. *Qué es la democracia?* Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

## 6.2. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Este texto é fruto do debate “Educação e aprendizagem ao longo da vida” realizado nos encontros preparatórios à VI Conferência Inter-

nacional de Educação de Adultos (ConfinteA), realizada em Belém, em 2009. Sua construção partiu de um amplo debate envolvendo Estado e sociedade civil, através dos fóruns de EJA que congregam educadores/professores e alunos de EJA; gestores municipais e estaduais; universidades; movimentos sociais e sindicais, além de muitos outros atores. Nesse processo foram realizadas cinco Oficinas Regionais de Formação em Organização e Análise de Dados; 27 encontros estaduais/distritais, reunindo em cada um entre 80 e 600 participantes de diferentes segmentos interessados na temática da EJA; e cinco encontros regionais com cerca de dez delegados por estado. O documento é uma das principais referências sobre a educação de adultos no país. O texto integral está disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2013.

### Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de concepções que norteiam este documento, e sustentar modos de formular e compreender o diagnóstico e, mais do que isso, verificar como essa compreensão pode orientar políticas públicas de Estado eficientes e eficazes, que atendam jovens e adultos, considerando-os nas suas realidades histórica, política e cultural.

Primeiramente, cabe abordar a concepção ampliada de Educação de Jovens e Adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e de partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os educandos passam a maior parte de suas vidas na condição de aprendizes e, portanto, muitas são as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.

Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isso, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofias a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e, por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. A EJA, como direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho realizado garanta acesso, elaboração e reconstrução de saberes que contribuam para a humanização e a emancipação do ser humano.

A EJA é também espaço de tensionamento e aprendizagem em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da História. Nesses espaços, a EJA volta-se para um conjunto amplo e heterogêneo de jovens e adultos oriundos de diferentes frações da classe trabalhadora. Por isso, é compreendido na diversidade e multiplicidade de situações relativas às questões

étnico-raciais, de gênero e geracionais; de aspectos culturais, regionais e geográficos; de orientação sexual; de privação da liberdade; e de condições mentais, físicas e psíquicas – entendida, portanto, nas diferentes formas de produção da existência, sob aspectos econômico e cultural. Toda essa diversidade institui distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e na execução de diferentes propostas e encaminhamentos na EJA.

A consciência do direito à educação e a mobilização em sua defesa crescem entre a população jovem e adulta excluída do e no sistema escolar e fazem que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a ela destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? Como aprendem? Esses sujeitos participam da elaboração das políticas públicas?

Pensar sujeitos da EJA é trabalhar *para, com e na* diversidade. A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar e agir que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir cidadania e identidades sociais e étnico-raciais, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas que incluam todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco concepções e propostas de EJA voltadas à formação humana que passam a entender quem são esses sujeitos e que processos político-pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades, desejos, resistências e utopias.

A desigualdade tem sido a marca da diversidade em nosso país, conforme demonstrado no diagnóstico anterior. Segundo o IBGE (PNAD, 2006), para 49,5% da população, por exemplo, constituída de negros (pretos e pardos), para os 0,3% de indígenas, fazer valer seus direitos na prática é resultado de lutas encabeçadas por movimentos sociais.

A EJA, à medida que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos, nega a forma de pensar segundo a qual uns valem mais do que outros, e enfrenta as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a diversidade na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação e execução de propostas educativas em que esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade estejam no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação, cultura, saberes e práticas – um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.

A diversidade transformada em desigualdade tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a desigualdade engendrada pelo sistema capitalista.

A produção e efetivação de política pública de Estado para a EJA – ouvida sempre a sociedade civil – centrada em sujeitos jovens, adultos e idosos, com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira, é responsabilidade de governos com a participação da sociedade, de maneira a superar formas veladas, sutis e/ou explícitas de exploração e exclusão de que a desigualdade se vale.

A EJA, como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de re-conhecimento da experiência e da sabedoria, tencionados pelas culturas de jovens, adultos e idosos, tem, muitas vezes, essas relações tratadas como problemas. As formas de expressão conflitam com padrões homogêneos, exigindo acolher a discussão de juventudes, do tempo de vida adulta e de velhices, no plural.

O Brasil ainda é um país que possui parcela considerável de jovens, e dessa cultura é preciso dar conta. Grupos jovens têm questões próprias, ligadas a formas de ser e de estar no mundo, de expressar suas juventudes, suas culturas, seus desejos e sonhos futuros. Essas formas de ser são constituídas, também, na luta cotidiana, no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais, à violência. Os jovens são vítimas de altos índices de homicídio, de situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica jovem, de juventudes, nos processos educacionais imprime também a necessidade de foco das ofertas educativas sobre esses sujeitos.

Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com sessenta anos ou mais, por exemplo, com a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram nem se alfabetizaram no país; e, por outro, a concepção do aprender por toda a vida exigem repensar políticas públicas que valorizem saberes da experiência dos que, não mais vinculados ao trabalho, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

Nas cidades, a EJA é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país, consequência do processo de exclusão social causado pelo sistema capitalista. Encontram-se nas periferias urbanas índices e situações humanas degradantes, dentre os quais: precárias condições de moradia, de saneamento básico, de trabalho, insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças e áreas de lazer, além do crescente índice de violência e desemprego. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam mi-

lhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais e econômicas, de geração de trabalho e renda e demais atividades, buscando superar desigualdades sociais, criando identidades e expressando a diversidade ali existente.

Os sujeitos da EJA, presentes na educação do campo, trazem consigo baixo nível de escolaridade marcado também pelo fracasso no ensino formal, bem como pelo fechamento indiscriminado de escolas na zona rural. Aliada a esse quadro, soma-se a constante negação da produtividade econômica e cultural campesina, que acaba forçando essa população a constantes migrações. O reconhecimento desses sujeitos como produtores de uma cultura que precisa ser reapropriada e ressignificada no processo de construção pedagógica, fundamentada no contexto social em que vivem, vem orientando a perspectiva de atendimento às necessidades socioeconômicas, políticas e culturais da juventude e dos adultos do campo.

Reconhecer na EJA a diversidade como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira exige superar aspectos colonizadores, escravocratas e elitistas, representados pela superioridade de um padrão físico, de mentalidade, de visão de mundo, de matriz cultural de raiz europeia, branca, que tem favorecido um pequeno grupo da sociedade, privilegiando-o tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos do país. Exige, ainda, superar preconceitos e discriminação que reforçam as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira, reeducando as relações étnico-raciais, como prevê a atual legislação.

Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações dos educandos entre si e com seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais presentes no dia a dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas e negros em virtude de seu pertencimento étnico-racial, de seu fenótipo, de suas condições de vida e de sobrevivência. Preconceitos e discriminações, forjados a partir de estereótipos, omissão e/ou de visão distorcida do universo indígena e das raízes africanas formam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros e indígenas brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. Algumas reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais e, a partir daí, princípios, referências para a formulação de políticas educacionais, propostas pedagógicas, planos de ensino e diretrizes curriculares passaram a orientar a educação das relações étnico-raciais, o ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena integrante da legislação vigente, assegurando a preservação de seus valores culturais.

As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança e política –, em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo personificado nas mais diferentes formas. Com muitas questões a enfrentar, como a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função profissional, pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado.

Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Há muitas mulheres que vivem problemas de duplas jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, muitas vezes sem que possa escolarizar-se, seja devido ao tempo escasso, seja devido aos horários de oferta inadequados à realidade dessas famílias. Também a falta de centros de educação infantil e a falta de apoio da própria escola contribuem para a não permanência dessas mulheres no espaço escolar.

[...] O uso e a posse da terra têm sido objetos de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Eles defendem um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário do campo, em outro projeto de nação, nos termos da Constituição Federal de 1988. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra e pela preservação da cultura dos povos do campo e pela garantia de acesso aos diversos bens culturais, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não só a educação no campo, mas a educação do campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.

A educação inclusiva, como paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, confronta práticas discriminatórias e pressupõe a transformação dos sistemas de ensino, a fim de assegurar o exercício do direito à educação, à eliminação de barreiras atitudinais, físicas, pedagógicas e nas comunicações – em particular, a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) na identidade da pessoa surda –, de forma a garantir a escolarização, a formação para o mundo do trabalho e a efetiva participação social de todos os educandos. Considerando especificidades no processo educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, é reconhecido o direito à oferta de atendimento educacional especializado e complementar na EJA, bem como à promoção da acessibilidade.

Os 227 povos indígenas brasileiros, falantes de 180 línguas, por determinação da Constituição de 1988 passam a ter reconhecido e respeitado o direito a seus territórios, suas especificidades étnicas, socioculturais, suas organizações políticas e, com apoio na Lei Maior, buscam determinações legais para terem atendidas suas metas, particularmente no tocante à educação básica e superior indígena. Contemporaneamente, organizações de povos indígenas têm ocupado lugar no cenário brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação de sua gente e à formação de seus educadores. Buscam garantir o direito a manter e disseminar a herança educativo-cultural que os forma como grupo humano diverso. Características importantes como o bilinguismo, que reconhece e valoriza línguas nativas, e a interculturalidade própria do projeto de educação indígena constituem princípios educativos para a formação de cidadãos e importantes contribuições para a educação brasileira em geral.

Tanto quilombos formados durante a escravidão, como quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias têm assegurado na lei, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, é ainda pre-

ciso definir políticas de Estado que preservem e valorizem marcas de suas culturas, destacando a importância da resistência de afrodescendentes à escravidão e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino, ainda devem superar o caráter assimilacionista, presente em toda a educação.

[...] O atendimento educacional aos adolescentes, a partir dos 15 anos, cumprindo medidas socioeducativas, é um desafio a ser enfrentado pelos sistemas públicos, desafio no qual a EJA tem papel destacado pela história de atuação com sujeitos socialmente excluídos. A doutrina de proteção integral, consagrada na Constituição de 1988, reconhece esses adolescentes como sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento e prioridade absoluta no atendimento. Garantir, portanto, a educação como direito contribuirá como fundamento socioeducativo para a inclusão social, por meio de um ensino de qualidade social, de vivência do trabalho como princípio educativo e de formação para a cidadania, reconhecendo as especificidades dos que se encontram privados da liberdade.

Pensar os sujeitos da EJA implica situar também as especificidades de seus educadores/professores, que seguem percursos de respeito e de busca permanente pela articulação do processo pedagógico às particularidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos. Essa articulação envolve a necessidade de adequação tanto curricular, como de organização e validação dos tempos escolares. Há uma docência que se constitui conjuntamente a um estatuto próprio da EJA, na produção e acúmulo de saberes teórico-metodológicos, o que leva à defesa de uma sólida formação de nível superior para a docência na EJA.

### 6.3. O currículo e as questões de gênero, etnia e orientação sexual

#### Eliete Santiago

Este texto é parte da obra MACHADO, Maria Margarida. *Formação de educadores de jovens e adultos*. Brasília: Secad, MEC, Unesco, 2008, p. 141-144. (Adaptado.)

Há diversas formas de enfocar o currículo escolar. Mas, seja qual for a abordagem, formou-se um consenso em torno da compreensão de currículo como uma política cultural e do conhecimento que se materializa nos espaços de aprendizagens, de modo particular na sala de aula, por meio da relação docente-discente. É essa perspectiva que apoia a compreensão e a construção deste texto para a discussão do grupo de trabalho Currículo e as Questões de Gênero, Etnia e Orientação Sexual.

#### Pontos essenciais na compreensão e configuração curricular

Um primeiro ponto diz respeito à compreensão do currículo como decorrente das relações que se travam entre as questões mais gerais da sociedade e da educação e aquelas que estão presentes no âmbito da escola e da sala de aula. Portanto, as questões que estão presentes nos espaços de aprendizagens – nas salas de aula – são

questões sociais produzidas nas relações travadas nas diferentes esferas sociais. Isso significa dizer que as questões sociais e educacionais obedecem a uma dinâmica entre o global (a sociedade no seu conjunto) e o local (a escola e a sala de aula), embora seja na localidade que as questões ganham vida, encarnam-se, transparecem. Logo, é na escola e na sala de aula que as questões sociais, enquanto conteúdos da educação, materializam-se.

As questões de gênero, etnia e orientação sexual são construções sociais e culturais que estão presentes nos espaços de aprendizagens e nas salas de aulas por meio de posturas, atividades, situações de aprendizagens e recursos didáticos. Na verdade, essas questões constituem o conteúdo da educação e por isso são instituintes do currículo escolar e do trabalho docente-discente.

Um segundo destaque parte desse entendimento do currículo escolar como mediação entre as questões da sociedade e aquelas a serem tratadas na escola/sala de aula. Trata-se da abordagem dos conteúdos. A abordagem de questões geradas nas situações reais, como conteúdos da educação e do ensino, carrega a possibilidade de contribuir para a compreensão do lugar dos sujeitos na realidade social e nos processos de inclusão e exclusão nos espaços sociais e nos espaços de aprendizagens. O trato dessas questões ganha importância na vivência educativa e pode contribuir para que ensinantes-aprendentes reconheçam e considerem diferenças culturais sem, no entanto, hierarquizá-las ou aprofundá-las. As questões poderão contribuir também, por um lado, para um afastamento crítico dos mecanismos de discriminação e silenciamento e, por outro lado, para a discussão de situações que envolvem discriminação, preconceitos e exclusão.

O terceiro ponto que merece destaque diz respeito à importância do cotidiano e do cotidiano da escola para reconhecer e considerar as diferenças culturais presentes na sociedade e na escola e o lugar que essas questões ocupam no trato dos conteúdos de ensino e das relações pedagógicas. Nesse caso, somos partidárias do currículo escolar na perspectiva emancipatória. E nessa perspectiva ressaltamos a importância da diversidade cultural como instituinte do ambiente escolar. Vale dizer que nesse contexto compreensivo se inscrevem, produzem e merecem consideração as questões relativas a gênero, etnia e orientação sexual na configuração do currículo escolar.

#### O lugar das questões de gênero, etnia e orientação sexual na configuração do currículo

As questões postas como desafios para o trabalho docente-discente que se originam no social e estão presentes nos espaços de aprendizagens, entre eles o escolar, inscrevem-se como conteúdo do movimento social e como luta por uma vida melhor, digna, decente e por uma sociedade justa e igualitária. As categorias explicativas da realidade e as posturas tomadas como posições perante o real assumem um caráter compreensivo da construção social e histórica dos homens e das mulheres – negros e negras; índios e índias; brancos e brancas –, podendo ser também propositivas. Nesse sentido, desmistificam as explicações biológicas e tomam lugar as explicações sociais e culturais, deslocando-se da polarização/confrontação para uma perspectiva relacional e sócio-histórico-cultural.

Tomar essas questões como componentes e como conteúdos curriculares implica uma (re)configuração dos currículos escolares, tendo em vista a superação da tradição disciplinar. Requer uma organização que parta das situações concretas de vida e de trabalho dos sujeitos da educação a serem assumidos como conteúdos da educação e da escolarização.

Na verdade, buscamos, inspirados por Paulo Freire, propor que a configuração curricular parta de situações concretas das vidas e dos contextos dos sujeitos da educação, com base nas vivências didáticas. Para tanto, é necessário valer-se da pesquisa do cotidiano, mediante o processo de produção de temáticas úteis à geração de um universo temático, sistematizado, constituindo textos de discussão e estudo.

#### 6.4. A infantilização como regra: experiências vividas e trabalhos escolares

##### Inês Barbosa de Oliveira

Este texto é parte do artigo intitulado “Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA”, publicado pela Revista *Educar*. Curitiba, n. 29, p. 88-99, 2007.

Esse é possivelmente um dos principais problemas que se apresentam ao trabalho na EJA. Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordá-los seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção são muitos.

Convidada a ministrar um curso de formação de professores da EJA, vivenciei duas situações que evidenciam esse problema da inadequação das propostas curriculares ao público da EJA. Em primeiro lugar, ao propor aos professores cursistas que falassem do seu trabalho, dos problemas e dificuldades nele enfrentados, deparei-me com depoimentos semelhantes aos que ouvia no tempo em que atuava no primeiro segmento do Ensino Fundamental, com crianças de 6 a 10 anos. Frases que me forneceram indícios de que a mudança de faixa etária e de histórico de vida não traziam consigo uma mudança na proposta de trabalho: “a aluna não consegue entender a folhinha”; “eu mando o dever de casa e eles não trazem”. Considerando que o público dessas classes é de pessoas entre 20 e 75 anos de idade, fica evidente que o termo “folhinha” usado pela professora deve causar estranhamento ao grupo e, muito possivelmente, realimentar a baixa autoestima que caracteriza muitos desses grupos e que decorre do processo de “culpabilização da vítima” presente em nossa sociedade meritocrática e individualista. Ou seja, o uso do diminutivo relembra permanentemente ao aluno da EJA que aquele lugar que ele ocupa naquela classe configura uma dis-

torção. Além disso, se a folha do aluno é do mesmo tamanho que a do professor, por que o diminutivo? (Tenho questionado esse linguajar infantilizante mesmo na escola regular, por entender que ele desqualifica o aluno ao tratá-lo de maneira artificialmente infantil por meio do excesso de diminutivos.)

Quanto ao dever de casa, acredito que o nobre objetivo da atividade é o de criar hábitos e disciplina de estudo em crianças que vão prosseguir na escola e que estão em processo geral de formação, além da facilitação da “fixação” do conteúdo trabalhado. Porém, pergunto-me qual é a possibilidade real que tem um adulto, sem hábitos de lidar com atividades organizadas do modo como são as escolares e que, na maior parte das vezes, trabalha o dia inteiro, de fazer sozinho o dever de casa. Mais ainda, pergunto-me qual é a função do dever de casa nessas circunstâncias, considerando o fato de que a criação da disciplina no estudo, importante como formação geral das crianças, não se aplica a esse público e considerando que a própria ideia de fixação de conteúdos pressupõe uma concepção de aprendizagem inadequada aos objetivos da escolarização de jovens e adultos. Sem pretender julgar professores e professoras que buscam desenvolver da melhor maneira possível o seu trabalho docente, acredito ser fundamental compreendermos o quanto essa lógica prejudica os alunos da EJA, na medida em que reforça, mais do que resolve, os problemas que os obrigaram a deixar a escola, na medida em que a torna incompatível com as necessidades e interesses das suas vidas cotidianas.

A outra situação é ainda mais significativa. Angustiado com uma aluna de segunda série de 75 anos que não conseguia aprender Matemática e preocupada com a possibilidade de ela desistir da escola, uma professora cursista me pediu ajuda para solucionar o problema. Dizia-me ela: “Professora, o que eu faço com a Dona Josefa (o nome é fictício)? Ela não consegue fazer as continhas de jeito nenhum! Ela não sabe fazer e não consegue aprender”. Solidária com a professora, nitidamente comprometida com o seu trabalho, vi que ela precisava de socorro. Refletindo sobre o problema, perguntei-lhe sobre a vida de Dona Josefa, uma senhora que morava na periferia do município, mãe de muitos filhos e avó de muitos netos, responsável pela criação de muitos deles. Como se explica que uma pessoa, que provavelmente passou a vida contando dinheiro para alimentar, vestir e dar casa a tantos filhos e netos, não consiga aprender a fazer contas? Parece-me impossível, mesmo sabendo dos problemas enfrentados nos supermercados por pessoas que chegam ao caixa com uma cesta de produtos e os colocam diante do caixa pela ordem de prioridade, considerando encerrada a sua compra quando o subtotal atinge a quantidade de dinheiro de que dispõem. Ou seja, se é verdade que muitos são aqueles que compram coisas e vivem sem fazer contas, é também fato que, se o ensino da aritmética estivesse vinculado à possibilidade de evitar esse constrangimento, talvez o interesse pela aprendizagem da matéria se ampliasse. Ou seja, se, notadamente de EJA, os conteúdos aparentemente abstratos fossem trabalhados em relação com sua utilidade concreta, a escola poderia ter, na adesão dos alunos à necessidade de

aprendizagem deles, um contributo fundamental para a facilitação dos processos pedagógicos.

Voltando ao problema da professora, na época, depois de alguns esclarecimentos e discussões, expliquei como entendia a questão. Dona Josefa sabia, penso eu, fazer contas. O que ela não sabia era pegar a folhinha e fazer as continhas de acordo e a partir da ordem de arme e efetue que caracteriza esse tipo de atividade na escola. O que ela não sabia era colocar o seu saber em diálogo com o que a professora buscava a todo custo lhe ensinar: como se fazem contas na escola. Penso, ainda, que essa era uma possibilidade, embora hoje minha reflexão me leve a não estar certa disso. Por outro lado, para ambas as interpretações que pude fazer da questão, vale a ideia de que os conteúdos escolares precisam ser compreendidos em seu significado social para que sua aprendizagem seja potencializada.

Outra história interessante, que mostra a dificuldade de comunicação entre as populações que procuram os cursos de EJA e a linguagem especificamente escolar, foi ouvida por uma amiga em um ponto de ônibus no Rio de Janeiro. Duas senhoras conversavam sobre as dificuldades que enfrentavam com a escola. No diálogo entre as duas, minha amiga ouviu: “Eu agora já entendi. Problema é aquilo que a gente tenta resolver na escola e pobreza são as coisas que a gente tem que resolver na vida da gente. Entendeu?”

Talvez fosse desnecessário comentar o que a fala evidencia. A tentativa da escola de trabalhar a Matemática dos anos iniciais com situações-problema que trariam um sentido de realidade ao ato de fazer contas fracassa diante da evidente inadequação entre o modo como os “problemas” são apresentados e os “pobrezas” reais que habitam o cotidiano dos educandos. Cabe, ainda, ressaltar que não me refiro apenas aos termos da linguagem em seu sentido mais estrito, mas a toda uma forma de se conceber os processos de vida e de comunicação que vão muito além das palavras utilizadas. A lógica que preside a organização da escola e as propostas de trabalho que ela busca pôr em prática trazem embutidos valores, ideias e concepções de mundo bastante diferentes do público que a frequenta, o que dificulta imensamente ao educando realizar o enredamento daquilo que se diz e se propõe na escola com os saberes que traz de sua vivência. Com isso, os processos de aprendizagem não se efetivam de acordo com as expectativas nem de uns nem de outros.

### **Entendendo os conteúdos como meio e para uma vida mais plena**

Considerando a importância específica que tem na EJA o desenvolvimento do trabalho pedagógico a partir das histórias de vida, dos interesses e dos saberes que os alunos trazem para as salas de aula, a reflexão sobre a questão dos conteúdos a serem trabalhados assume uma dimensão que lhe é específica. O debate torna-se, então, incontornável. Vamos a ele.

Em primeiro lugar, a lógica que deve presidir a seleção e apresentação dos conteúdos aos alunos é a da Educação de Jovens e Adultos e não a do Ensino Regular. Entende-se por isso uma abor-

dagem dos conteúdos relacionando-os, tanto quanto possível, as situações da vida cotidiana das populações trabalhadoras pouco ou nada escolarizadas, ausentes das escolas – regulares ou não – por longo período. Populações às quais o direito à escolarização foi historicamente negado. Em algumas regiões do país, muitos desses alunos adultos e trabalhadores foram “escolarizados” por meio de situações não legalizadas ou reconhecidas, mas de nítido perfil escolar, configurando-se como um público específico.

Podemos dizer que, com relação à seleção dos conteúdos, cabe ressaltar a necessidade de uma lógica que os compreenda não como uma finalidade em si, mas como meio para uma interação mais plena e satisfatória do aluno com o mundo físico e social à sua volta, possibilitando a essas populações a valorização dos saberes tecidos nas suas práticas sociais em articulação com saberes formais que possam ser incorporados a esses fazeres/saberes cotidianos, potencializando-os técnica e politicamente. Na seleção dos conteúdos dos programas de escolarização, a prioridade seria, então, a abordagem de conhecimentos relacionados à vida social e à compreensão dos elementos que intervêm na vida cotidiana. As formas mais tradicionais de seleção e abordagem dos conteúdos encontradas no Ensino Regular devem dar lugar a formas alternativas que possam favorecer a escolarização de trabalhadores anteriormente excluídos desse processo. Nesse sentido, a definição prévia e coletiva de princípios norteadores do trabalho de seleção e organização dos conteúdos torna-se um instrumento valioso para o trabalho na EJA, na medida em que incorporam essas prioridades.

Algumas inovações na criação dos instrumentos de avaliação para a EJA, propostas nas Matrizes Curriculares de Referência do Saeb, vêm ao encontro dessas preocupações. De acordo com esse documento, os conteúdos das avaliações devem aparecer não apenas por meio do nome pelo qual são tradicionalmente chamados pelos profissionais da área, mas de modo mais esmiuçado e associado a formas concretas por meio das quais serão abordados nos exames. Essa parece ser uma boa estratégia para evitar que, ao se deparar com a nomenclatura oficial, o aluno busque o termo e sua definição como conteúdo de estudo – o que é um equívoco –, podendo compreender melhor o que vai ser exigido no exame e dedicar-se ao estudo do que efetivamente deve ser sabido por ele nesse campo.

Que conteúdos são necessários para jovens e adultos que buscam uma escolarização tardia? A resposta poderia ser: os conteúdos necessários são aqueles que podem ser utilizados na vida cotidiana como meio para a autonomia do sujeito. Baseado na Declaração de Jomtien, entende-se que “a escola deverá incorporar efetivamente os conhecimentos – conteúdos e competências – necessários para que o indivíduo possa desenvolver-se física, afetiva, intelectual e moralmente, a fim de desempenhar-se com autonomia no âmbito político, econômico e social no seu contexto de vida.” (p. 9).

Os objetivos do trabalho pedagógico deixariam de ser apenas os de levar ao aluno alguns conhecimentos escolares clássicos formais e passariam a incorporar as possibilidades dos con-

teúdos de contribuírem para as ações concretas que os alunos devem ser capazes de desenvolver na sua vida cotidiana, tanto para melhorar sua própria qualidade de vida como para associar esta com a vida do conjunto da sociedade.

Isso significa que alguns conteúdos formais clássicos devem ser abandonados em prol de outros que sejam operacionais, ou seja, que possam contribuir para uma capacitação da ação social dos alunos. Assim sendo, a principal preocupação do trabalho pedagógico, bem como dos processos de avaliação, não deve ser o “saber enciclopédico”, mas saberes que contribuam para o

desenvolvimento da consciência crítica e para tal capacitação, sem que isso signifique uma opção por um tipo de minimização, como foi e ainda é preconizado por alguns. Não se trata de reduzir conteúdos para “facilitar”, mas de adequar conteúdos a objetivos mais consistentes do que o da mera repetição de supostas verdades universais desvinculadas do mundo da vida.

#### Referência bibliográfica

OLIVEIRA, Inês Barbisa de; PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

---

## 7. COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS SOBRE OS CAPÍTULOS

---

### 7.1. Etapa 1 – Riquezas e pobreza

#### CAPÍTULO 1 Riquezas e pobreza no mundo contemporâneo

---

Este capítulo abre a unidade temática e introduz o subtema “Riquezas e pobreza”, escolhido para organizar os conteúdos trabalhados em Ciências Humanas neste primeiro volume.

As várias dimensões da riqueza e da pobreza no mundo contemporâneo permitem discutir alguns dos problemas centrais das Ciências Humanas de maneira contextualizada, pois ambas são abordadas aqui não apenas a partir do aspecto econômico. Pretende-se ampliar a definição dos termos considerando-os também nas dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais. Consideramos que as más condições de sustentação econômica de uma população são uma forma de pobreza, mas a falta de participação política, a presença de governos ditatoriais, o desrespeito ao meio ambiente, a falta de laços de solidariedade também são expressões da pobreza presentes em uma sociedade.

Vera da Silva Telles explica que “o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais”. Assim, discutir as pobreza e riqueza no mundo contemporâneo significa refletir sobre os direitos sociais que os cidadãos possuem em vários níveis, o que obriga também a refletir sobre a maneira como a riqueza tem sido distribuída desigualmente em sociedades como a brasileira. Nesse sentido, a autora afirma ainda: “É uma figuração que corresponde ao modo como as relações sociais se estruturam sem outra medida além do poder dos interesses privados, de tal modo que o problema do justo e do injusto não se coloca nem tem de se colocar, pois a vontade privada – e a defesa de privilégios – é tomada como a medida de todas as coisas” (TELLES, 2006, p. 88).

#### Ler imagens I

Na seção, estão presentes cinco imagens de diferentes situações vividas na sociedade brasileira. A partir da sua análise, o estudante deve exprimir seu conhecimento prévio acerca do que entende por pobreza e riqueza. Trata-se de iniciar uma discussão sobre o tema, e não há uma resposta correta. O fundamental é estimular o debate entre as diferentes opiniões para que depois se possam trabalhar os conceitos. É importante que seja feita uma descrição detalhada das imagens levando em consideração o ambiente em que a cena está ocorrendo, os personagens e a ação vivida. Saber descrever é um procedimento essencial para a área, pois só com uma descrição detalhada é possível criar argumentos coerentes para responder a uma questão formulada.

#### Aplicar conhecimentos I

Após a leitura do texto didático, os alunos deverão prosseguir refletindo sobre a questão da pobreza e da riqueza em seu cotidiano, bem como aprofundar a discussão por meio da pesquisa de dados estatísticos que contribuam para a compreensão da desigualdade social no país.

#### Ler texto jornalístico I

Eleilson Leite faz uma leitura sobre a vida cultural da periferia da cidade de São Paulo e coloca em destaque a produção cultural dos bairros que reúnem um grande contingente populacional.

#### Produzir texto

Após a leitura do texto “Capitalismo, riqueza e pobreza”, apresente a letra da canção “Música de trabalho”, em que são colocados em discussão a precariedade das condições de trabalho, os baixos salários e o descontentamento com o trabalho exercido. É uma oportunidade para refletir sobre as condições de trabalho dos estudantes e a desigualdade social existente.

#### Ler imagem II

Coloca-se o contraste, presente em muitas cidades brasileiras, entre bairros pobres e seus vizinhos bairros ricos. Propõe-se

mais uma vez que se reflita acerca do próprio espaço de convívio, identificando nele os mesmos contrastes presentes na imagem inserida na atividade.

### Ler texto jornalístico II

Na seção, é apresentada um texto que propõe uma iniciativa para redução da pobreza: a criação de um banco de microcrédito para empreendimentos populares. Surge, portanto, a questão da melhoria das condições financeiras de parte da população, bem como uma proposta solidária para reduzir a desigualdade social no mundo.

### Aplicar conhecimentos II

Alternativa d.

### Para ampliar

#### Livros

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade*: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

O livro faz uma retomada histórica das origens da pobreza, da riqueza e da exclusão social na América. Nos vários capítulos, abordam-se os casos do Brasil, do México e dos Estados Unidos.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais*: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

Coletânea de artigos que abordam as relações entre pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.

A obra é uma autobiografia de Muhammad Yunus, criador de um banco de microcrédito com a finalidade de contribuir para a superação da exclusão social. Ele narra o processo de criação de sua proposta e as etapas que percorreu para tal, assim como o sistema de funcionamento do banco de microcrédito.

### Sugestões para aprofundamento

#### Participação social

##### Índice de participação cidadã

Pesquisa realizada pela Rede Interamericana para a Democracia (Redinter) em oito países da América Latina (Brasil, Chile, Costa Rica, Bolívia, República Dominicana, Argentina, Peru, México), em 2005, revelou que o Brasil apresenta o mais alto índice de participação cidadã da região. Este índice considera três tipos de participação: o envolvimento direto em grupos e associações (participação direta); a expressão pública de opiniões em meios de comunicação e outros espaços (participação opinativa); e a participação no processo eleitoral por meio do voto e dos mecanismos de democracia semidireta como os plebiscitos, por exemplo (participação eleitoral).

O relatório da Redinter concluiu que os cidadãos brasileiros mostram-se disponíveis para o engajamento ativo na democracia do país. Entre as atividades mais realizadas destacam-se as religiosas e culturais, e as associações sindicais. A pesquisa indicou também forte participação eleitoral, mas este deve ser relativizado, pois sabemos que, no Brasil, o voto é obrigatório, e a participação eleitoral não se coloca como uma escolha dos cidadãos.

### Índice de participação Cidadã – 2005

Países	IPC
Argentina	4,3
Brasil	5,1
Chile	4,5
México	4,8
Peru	4,5
República Dominicana	4,7
Bolívia	4,5
Costa Rica	3,9

Fonte: Rede Interamericana para a Democracia, 2005.

*Índice de participação cidadã na América Latina 2005 – Relatório regional.*

Buenos Aires, set. 2005, p. 23. Disponível em: <[www.al.sp.gov.br/web/instituto/ilp\\_arquivos2005/ipc\\_comp\\_2005.pdf](http://www.al.sp.gov.br/web/instituto/ilp_arquivos2005/ipc_comp_2005.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2009.

Vamos ler a tabela e verificar:

Quais são os quatro países que apresentam os maiores índices de participação cidadã?

Quais são os quatro países que apresentam os menores índices?

Quais países podem ser considerados mais “ricos” em termos do envolvimento de seus cidadãos com a vida coletiva e democrática?

Agora vamos elaborar uma tabela organizando um *ranking* entre os países considerando seus índices de participação cidadã (a primeira linha da tabela deve ser preenchida com o país que apresenta o maior índice de participação, e assim por diante, em ordem decrescente).

Podemos também criar outro tipo de representação dos dados da tabela, elaborando um gráfico.

O nível de participação dos cidadãos de um país pode ser considerado um fator de riqueza ou de pobreza? Por quê?

### O PIB como indicador econômico

Vamos agora nos deter em outro tipo de indicador, bem mais conhecido e utilizado para definir se um país é pobre ou rico. O Produto Interno Bruto (PIB) representa a quantidade de riquezas de um país, considerando-se o volume da sua atividade produtiva de bens e serviços. Vejamos, na tabela a seguir, o PIB dos mesmos países investigados na pesquisa sobre o índice de participação cidadã, citada acima, e no mesmo ano (2005).

Países	Produto Interno Bruto (PIB) em 2005, em milhões de dólares
Argentina	183 193 000
Bolívia	9 549 000
Brasil	882 185 000
Chile	118 250 000
Costa Rica	19 965 000
México	848 947 000
Peru	79 385 000
República Dominicana	34 004 000

Fonte: Banco Mundial.

Disponível em: <[www.seplan.gov.br/sepin/pub/pib/mundo\\_americalatina.htm](http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/pib/mundo_americalatina.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Tendo o PIB como indicador, quais são os quatro países que podem ser considerados os mais ricos? Quais são os quatro que podem ser considerados os mais pobres?

Vamos comparar os países tendo em vista os dois indicadores: o índice de participação cidadã e o PIB.

Para isso, temos de elaborar uma tabela com: na primeira coluna, o nome dos oito países; na segunda, o índice de participação cidadã; e na terceira, o PIB (você pode aproveitar a tabela com o *ranking* elaborada no exercício anterior). Quais os três países mais ricos e os três mais pobres considerando os dois indicadores?

## CAPÍTULO 2

### Riquezas e pobreza ambientais

A proposta deste capítulo está direcionada à questão ambiental e sua relação com as formas de pobreza e riqueza. Gostaríamos de iniciar sugerindo que o educador retomasse as ideias já trabalhadas anteriormente:

- a capacidade do ser humano em conhecer e transformar a natureza;
- a busca pela sobrevivência;
- a capacidade de desenvolver conhecimento tecnológico;
- a pobreza que também pode ser expressa pelo impedimento da liberdade de expressão do cidadão, pela falta de laços de solidariedade e pela falta de acesso aos recursos naturais, pois onde faltam água, energia, esgoto, condições ambientais e há várias formas de poluição, coloca-se em risco a possibilidade de continuidade da vida humana;
- a pobreza vista como a transformação da natureza em mercadoria, causando fortes impactos ambientais;

- a riqueza vista como algo além dos bens materiais, envolvendo laços sociais fortes, manutenção de aspectos culturais de uma comunidade, acesso à educação e à saúde, entre outros;
- características do sistema capitalista e as contradições a ele inerentes.

Este capítulo pretende discutir a questão ambiental em seus diversos aspectos. Assim, iniciamos nossa abordagem solicitando que os educandos leiam manchetes de jornal para refletir sobre alguns problemas ambientais que ocorrem nas diferentes regiões do país.

Note que buscamos trazer aqui diversos problemas, de diferentes magnitudes e ocasionados por razões variadas.

#### Ler notícias

Seria interessante estimular os educandos a debaterem as manchetes e a pensar nos problemas ambientais que eles conhecem e que os afetam no cotidiano. Os resultados desse debate podem ser registrados na lousa.

O próximo passo pode ser a leitura coletiva do texto didático. É interessante levantar as palavras desconhecidas e verificar se todos compreenderam bem o que foi apresentado.

Incentive os alunos a redigirem suas reflexões sobre pobreza e desigualdade na relação da sociedade com a natureza.

Um aspecto importante é salientar que a riqueza, do ponto de vista puramente econômico, tem levado à opulência, ao consumo desenfreado e à obsolescência programada, que são fatores de forte impacto ambiental e comprometem a própria continuidade da vida no planeta.

Como contraponto à lógica de mercantilização da natureza pelo modelo capitalista, apresentamos outros modelos de relação entre grupos humanos e natureza. Salientamos que não se trata de vê-los como modelo alternativo para a sociedade contemporânea, mas eles servem para ilustrar outros modos de vida e de relação com o ambiente que têm sido menos impactantes e predatórios. Muitos dos conhecimentos e saberes desses grupos podem servir de inspiração para que cada sociedade busque suas soluções para os problemas que as afetam.

#### Ler imagens I

Sugerimos um trabalho metódico com as fotografias. Chamamos a atenção para o fato de que, para além da descrição detalhada, feita no primeiro capítulo, trata-se agora de entender o que o fotógrafo quis comunicar com aquela foto, que mensagem ele quis transmitir. Sugerimos que se faça a leitura do box sobre a intencionalidade e que se explicita a importância desse olhar. Podem-se usar aqui outras imagens, trabalhar com as obras de Sebastião Salgado, Pedro Martinez e tantos outros fotógrafos que usam a linguagem para transmitir conteúdos políticos importantes.

Sugerimos que, antes de proceder à leitura do box com nossa interpretação, o educador peça aos estudantes que analisem a mensagem que o fotógrafo quis transmitir.

Finalizando essa etapa, pode-se sugerir que os alunos tenham as possibilidades de comunicação por imagem, a partir de uma intenção previamente definida.

### **Pesquisar e Ler poema**

Outro momento de trabalho com esse capítulo deve ser o de retomar as grandes questões ambientais da atualidade e compreender sua relação com a lógica capitalista de um mercado em crescente expansão, sobre uma base material que é fixa. Essa discussão possibilitará a reflexão sobre a lógica presente na atual relação da sociedade com o ambiente.

Cabe salientar que existe uma diversidade mesmo no interior das sociedades modernas de cada lugar. A Alemanha é um bom exemplo de país com um discurso e uma atuação bastante diferenciados com relação às questões ambientais. No debate sobre a implementação do Protocolo de Quioto, os Estados Unidos tiveram uma atitude que foi extremamente contestada por países que buscam diminuir o aquecimento global. É sempre importante que o educador evite generalizações e incentive os alunos a descobrir brechas e comportamentos diferenciados, relacionados a essas e a outras questões.

Sugerimos que se parta sempre do conhecimento prévio dos educandos, e que se formulem questões provocadoras.

Finalize essa parte do trabalho com a leitura do texto “Novas perspectivas” e saliente que existe uma preocupação com a questão ambiental que tem levado a novas formulações sobre crescimento econômico. Mencione que o desenvolvimento hoje envolve a questão social e a ambiental também. Mostre que existem movimentos que procuram reverter esse quadro que vimos. Peça aos alunos que também pensem em soluções e pesquisem sobre as diferentes organizações que lutam pela causa ambiental.

Outras questões podem ser formuladas sobre o tema abordado no capítulo.

### **Ler imagens II**

O trabalho pode ser iniciado a partir das seguintes questões:

- O que as imagens nos mostram?
- Que paisagem está sendo retratada?
- Como o fotógrafo retrata a relação do ser humano com a natureza?
- O que ele sugere com essa imagem?
- Que título poderíamos dar para cada uma das fotos?
- Qual é a causa desse problema ambiental?

Nesse momento, seria interessante dialogar com o capítulo anterior e perguntar o que há de pobreza e riqueza expressas naquelas imagens.

Sugerimos que se listem as respostas na lousa e que se procure explorar o conhecimento acumulado dos alunos sobre essa questão.

Trabalhe com o texto didático e leve os alunos a encontrar outras respostas possíveis.

### **Aplicar conhecimentos**

1. c;
2. b;
3. a.

### **Sugestões para aprofundamento**

#### **Participação social**

Você conhece alguma pessoa que tenha ficado conhecida pela atuação política ligada às causas ambientalistas?

A seguir, temos uma breve biografia de Chico Mendes, uma liderança reconhecida nacional e internacionalmente pelo seu pioneirismo em defesa da floresta Amazônica.

Nasceu em Xapuri, Acre, em 1944, onde, desde criança, exercia a atividade de seringueiro, profissão de seu pai. Nos anos 1970, tornou-se líder sindical, atuando no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia. Participou ativamente da luta dos seringueiros para impedir o desmatamento da Amazônia. Em 1977, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e foi eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A partir de então, começou a sofrer constantes ameaças de morte por fazendeiros descontentes com sua atuação. Durante a ditadura militar, após ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional como subversivo, participou, em 1985, da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e ganhou projeção internacional com a proposta de “União dos povos da floresta”, que tinha como objetivo a criação de reservas extrativistas que preservassem as terras indígenas e garantissem a reforma agrária pretendida pelos seringueiros. A partir de 1987, Chico Mendes recebeu vários prêmios internacionais pela sua atuação em defesa da ecologia. Constantemente ameaçado por proprietários de terra no Acre, percorreu diversas regiões do Brasil denunciando a ação predatória contra a floresta e as ações violentas contra os trabalhadores. Em 1988, foram implantadas as primeiras reservas extrativistas no estado do Acre, que implicou a desapropriação do Seringal Cachoeira, de propriedade de Darly Alves da Silva. Em dezembro do mesmo ano, o fazendeiro mandou assassinar Chico Mendes, crime pelo qual Darly e seu filho, executor do homicídio, foram condenados dois anos depois. O assassinato de Chico Mendes teve repercussão mundial, sendo o julgamento acompanhado por toda a imprensa internacional. Em 1993, Darly Alves da Silva e seu filho fugiram da prisão. Atualmente, Darly cumpre pena em regime semiaberto e sua pena é prevista para acabar em 2015.

A biografia de Chico Mendes indica que sua origem humilde não foi obstáculo para a construção de uma trajetória política. Pelo contrário, foi essa origem que lhe possibilitou vivenciar a exploração sofrida pelos seringueiros e organizar-se para combatê-la.

Quais eram os valores que orientavam a vida de Chico Mendes e sua luta política?

Você conhece outras personalidades que tiveram a mesma origem social de Chico Mendes e conseguiram alcançar visibilidade no mundo da política?

Faça uma lista na lousa com as indicações de todos e troque informações sobre essas pessoas e suas trajetórias políticas, contando o que sabemos sobre elas.

## Para ampliar

### Livros e sites

ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Ibama, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMONDA, Héctor (Compilador). *Ecología política, naturaleza y utopia*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

LAGO, Artênio. PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, Héctor (Compilador). *Ecología política, naturaleza y utopia*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

MUÑOZ, Emilio. *Biotecnología y sociedad: encuentros y desencuentros*. Madri: Cambridge University Press, 2001.

PORTILHO, Fátima. *Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?* Disponível em: <www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>. Acesso em: 24 nov. 2011.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAMAIIO, Irineu. *O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental*. São Paulo: Annablume, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_; ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas: Autores Associados, 2008.

VESENTINI, José William. *Geografia, natureza e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

### Filme

*Amazônia em chamas (The burning season)*, de John Frankenheimer. Estados Unidos: HBO, 1994. 123 min.

O filme relata a vida de Chico Mendes. É um bom subsídio para compreender os interesses políticos presentes na Amazônia, o processo de organização dos seringueiros como uma categoria de trabalhadores e a

ameaça que passaram a representar aos interesses dos fazendeiros.

Mostra também as dificuldades vividas por Chico Mendes em sua militância, em razão da necessidade de sobrevivência material e de questões de ordem familiar.

## CAPÍTULO 3

### Riquezas e pobreza em outros tempos: Antiguidade

---

Após a reflexão acerca das riquezas e pobreza no mundo contemporâneo, iniciamos o estudo de outro tempo histórico: a Antiguidade. Trata-se de um aprofundamento no tema investigando outros modelos de organização social. Ao mesmo tempo, introduzimos conteúdos essenciais para o estudante de História, pois a Antiguidade é um dos pilares da sociedade ocidental. Em suas organizações sociais, estavam presentes a teocracia, a democracia, a escravidão, a produção agrícola, uma intensa vida cultural etc. Em muitos aspectos, a sociedade ocidental contemporânea pode se considerar herdeira dessas sociedades.

O capítulo faz referência à sociedade egípcia da Antiguidade, mas dedica especial atenção à Grécia e à Roma Antiga.

No caso da Grécia, constituíram-se inicialmente sociedades aristocráticas. Entretanto, em Atenas, criou-se o primeiro modelo de democracia conhecido, uma democracia diferente da que conhecemos no mundo moderno, pois era restrita a uma pequena parte das pessoas. A grande população escrava, as mulheres e aqueles que não fossem nascidos de pai e mãe atenienses não tinham os direitos de cidadão. Os que tinham o direito de participar podiam votar diretamente nas decisões de caráter público. Nos dias atuais, ao contrário, a maioria da população pode participar da vida democrática, no entanto, as decisões governamentais são votadas por representantes eleitos, ou seja, de maneira indireta. A isso denominamos de democracia representativa. Nessa sociedade, além da riqueza econômica, os direitos do cidadão são uma grande riqueza. Na hierarquia social, os atenienses mais respeitados são os cidadãos. Alguns escravos poderiam até obter ganhos para seu próprio proveito, mas, por não terem direitos políticos, eram considerados inferiores na hierarquia social.

Na Roma Antiga, a escravidão também teve grande importância. Os patrícios detinham a riqueza econômica e o poder político, contudo, ao longo de sua história, vários conflitos fizeram com que os direitos dos plebeus fossem gradativamente ampliados.

Mesmo assim, Roma era uma cidade onde estavam claras as fronteiras entre a população rica e a pobre. Havia bairros periféricos e suntuosas casas de patrícios.

Deve-se destacar também a presença de uma intensa vida cultural na cidade, que abrigava aproximadamente 1 milhão de habitantes no século I a.C. Existiam muitas opções de lazer,

como as peças de teatro exibidas em espaço público e as longas temporadas de jogos. Essa era uma das riquezas dessa sociedade.

### Ler imagens

Foram inseridos painéis do Egito Antigo presentes em túmulos de membros da nobreza. Neles, podemos identificar várias das atividades econômicas exercidas pelos egípcios. Apesar da variedade de atividades, não havia uma distribuição igualitária das riquezas. Parte da população trabalhava no regime de servidão e o faraó era o grande proprietário das terras e dos celeiros que armazenavam alimentos. É importante os estudantes fazerem uma descrição detalhada das imagens, que oferecem muitos elementos para que se compreenda a vida econômica do Egito Antigo.

### Ler documento

Na seção, propomos a reflexão a partir de um texto do filósofo Aristóteles no qual ele explicita que os cidadãos não poderiam exercer trabalhos que dificultassem sua atuação como pessoas dedicadas às questões relacionadas à vida pública.

### Para refletir

O estudante terá a oportunidade de entrar em contato com o pensamento de Platão, um dos mais importantes filósofos gregos. O texto explora o conceito de justiça e o que ele consideraria uma cidade ideal. Para ele, o conhecimento é uma riqueza que pode garantir a justiça na cidade.

Na proposta de atividade, pede-se que se faça uma reflexão com base na história do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que teve uma infância pobre e pouco estudo formal. Como sua história pode ser interpretada a partir do pensamento de Platão? Não há uma resposta correta para essa pergunta, o importante é que os estudantes realizem um debate questionando preconceitos utilizando as categorias propostas por Platão. Trata-se de um importante exercício de argumentação fundamentado no pensamento de um autor clássico, ou seja, o objetivo é construir argumentos que saiam do chamado senso comum.

### Aplicar conhecimentos

1. b; 2. e.

### Para ampliar

#### Livros

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Nesse livro, encontramos uma análise da organização social e política do Egito Antigo. Há grande ênfase no sistema econômico instituído com base em um poder teocrático fundamentado na organização do trabalho servil.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Repensando a História.)

O livro é uma síntese da história greco-romana na Antiguidade e aborda diferentes aspectos: a vida social, o cotidiano, a

estrutura política e econômica, além da força imperialista das cidades da Antiguidade, em especial Atenas, Esparta e Roma.

JOHNSON, Paul. *História ilustrada do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Uma análise ampla do desenvolvimento, da permanência e do declínio de uma sociedade que até hoje nos instiga e influencia. Paul Johnson examina a religião, a cultura, o cotidiano, a política e muitos outros aspectos dessa civilização.

## CAPÍTULO 4

### A Filosofia no mundo antigo: ética, política e desigualdade

---

O capítulo tem como objetivo realizar um trabalho paralelo aos temas tratados no restante do livro. De certa forma, ele dialoga com alguns assuntos que foram abordados nos capítulos de História, e essa é uma boa possibilidade para uma abordagem interdisciplinar dos temas.

De maneira alguma tivemos a pretensão de esgotar o assunto ou os temas referentes à filosofia antiga. Na verdade, fizemos um recorte metodológico, selecionando aqueles que nos pareceram mais profícuos na produção de um trabalho com o tema da desigualdade, buscando sempre associar esse conteúdos a questões atuais, voltadas para vivências que os estudantes já possam haver partilhado.

Os textos podem ser trabalhados na sequência em que foram propostos, mas também isoladamente, conforme as necessidades e discussões que surgirem em sala de aula. O professor deve ter em mente que a função maior desses textos é provocar alguns questionamentos e produzir menos respostas do que perguntas, abrindo espaço para o pensamento crítico por meio do diálogo entre professor e aluno.

### Senso comum e senso crítico

O texto se inicia com uma imagem de Maurits Cornelis Escher, artista gráfico holandês que utiliza a matemática para produzir imagens que questionam as regras da física e da lógica. Pode-se usar a imagem apresentada como um meio de sensibilização para a discussão sobre o senso crítico. Ela nos convida a olharmos para dentro de nós mesmos. Mas olhar para dentro de si é um processo que requer maturidade e autocrítica. Pode-se pensar no fato de que o objeto refletivo é uma esfera. Uma esfera distorce o reflexo produzido, gerando uma imagem que não é totalmente fiel ao que somos exteriormente. A palavra “reflexão” tem origem nesse ato propiciado pelo espelho de olhar para nós mesmos, primeiro exteriormente, e depois de maneira interiorizada. Provavelmente, a análise inicial dessa imagem pode gerar uma série de discussões para começarmos a definir algumas práticas e termos da filosofia.

Após essa sensibilização, podemos definir mais precisamente o que é senso comum e o que é senso crítico. A passagem de um a outro pode ser considerada uma forma de atingir a filosofia, se a definirmos como uma tomada de consciência sobre as verdades e as regras que nos são impostas pelo mundo.

### Ler imagem

O trabalho de Sue Webster e Tim Noble é realmente fascinante e nos leva a uma série de questionamentos sobre a ilusão que o mundo pode gerar em nós. A comparação com o mito da caverna é quase que imediata. Porém, é importante trazer para os estudantes as questões que estão envolvidas tanto na obra quanto no mito: a ideia de uma realidade que nos ilude e a reflexão sobre a maneira como ela nos ilude.

É importante ressaltar como as sombras produzidas surgem de objetos resgatados do cotidiano e do lixo, sucata e pedaços de madeira. Para Platão, se pensarmos na alegoria da caverna, as sombras que os homens observavam no fundo da caverna eram produzidas pelas estatuetas carregadas por homens em seu exterior. O que é interessante notar é que podemos considerar essas imagens como cópias (sombras) das cópias (estatuetas) dos homens reais.

A resposta deve permitir que os estudantes reflitam sobre os aspectos do mito e da imagem. Além disso, você pode propor que eles leiam os textos que foram produzidos e os debatam, gerando uma segunda etapa do trabalho.

### Mito e destino na cultura grega

O objetivo do texto é mostrar como, a partir do conceito de destino (que na Grécia, numa perspectiva mítica, é implacável), podemos pensar a justificação de uma sociedade escravista e extremamente desigual. Também serve como uma preparação para a leitura dos textos sobre as concepções ético-políticas de Platão e Aristóteles.

### A cidade ideal e a justiça

A ideia do texto é percorrer alguns aspectos das obras políticas de Platão, sobretudo baseando-se em *A República*. O texto é uma oportunidade de aprofundar-se no tema da justiça. Uma abordagem possível é pensar esse tema pelo viés de como a educação pode afetar a formação ética do indivíduo.

### Para refletir I

A atividade proposta visa produzir uma reflexão sobre a questão de que a invisibilidade ou o fato de não ser visto permite que as pessoas tomem atitudes que não tomariam na frente de olhares que as repreendessem. Os estudantes devem ser levados a perceber as consequências disso. Alguns tomam atitudes que não acarretam maiores consequências, outros usam essa possibilidade para obter vantagens pessoais. Como ser ético se não há mecanismos de controle? É justamente a ética e a justiça que devem permitir que ajamos de maneira a não prejudicar os que convivem conosco, independentemente do que os outros pensam.

1. Ao se tornar invisível, Gíges se liberta da repreensão que se apresenta no olhar do outro. O fato de não estar sendo visto o deixa livre para tomar a atitude que quiser, pois ninguém poderá julgar ações que não puderam ser vistas, impedindo que se determine o indivíduo que as realizou.
2. Resposta pessoal.
3. Podemos perceber tanto na história de Gíges quanto na música que o fato de não haver ninguém nos observando nos causa certa sensação de impunidade. Por pensarmos no juízo que as outras pessoas fazem acerca de nós, agimos segundo aquilo que pensamos que os outros vão achar. Desse modo, quando não há olhares sobre nós, supostamente somos livres para fazer o que quisermos. Os dois textos nos convidam a pensar as possibilidades dessa falta de cerceamento moral.
4. Resposta pessoal.
5. Segundo a visão que o personagem Glauco nos apresenta em *A República*, o ser humano precisa apenas parecer justo. No entanto, a visão que Platão nos apresenta nos textos anteriores aponta para o fato de que o ser humano justo é aquele que age racionalmente segundo os ideais da justiça, não apenas por impulsos ou favorecimentos pessoais.

### Política, ética e felicidade

O texto trata de alguns aspectos da filosofia de Aristóteles e busca mostrar como seu pensamento é constituído por um sistema que pretende explicar os vários aspectos da realidade. O enfoque maior é na política e visa realizar um contraponto às concepções políticas de Platão.

### Aplicar conhecimentos

Alternativa d. O exercício foi aplicado no vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). De uma maneira bem humorada, ele nos mostra uma visão bem distinta da ideia aristotélica de “animal político”.

### Epicuro e a negação da vida política

O texto foi concebido apenas como um contraponto ao comprometimento político defendido, cada um a sua maneira, por Platão e Aristóteles. Pode ser uma forma interessante de ampliar a discussão, relacionando-se diretamente com a atividade final.

### Para refletir II

Trata-se de uma atividade de síntese que deve levar os estudantes a refletir sobre o que é o filosofar. As frases de Epicuro são apenas uma inspiração para essa reflexão.

### Para ampliar

#### Livros

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores.)

\_\_\_\_\_. *Metafísica*. Madri: Gredos, 1982.

BORNHEIM, Gerd. (Org.) *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BRUN, Jean. *Sócrates, Platão e Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athenas, 1990.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. (Coleção Os Pensadores.)

SOUZA, José Cavalcante de. *Os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de. *O problema de Sócrates: o Sócrates histórico e o Sócrates platônico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel/Edusp, 1973

\_\_\_\_\_. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

#### Dicionários de Filosofia

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000.

## CAPÍTULO 5

### Riquezas e pobreza em outros tempos: Idade Média

---

Dando continuidade ao capítulo anterior, propomos o estudo da sociedade medieval europeia. Com a decadência do Império Romano, instituiu-se um modo de vida em grande parte da Europa que tinha como principal unidade produtiva propriedades rurais extensas. Havia também um clima de insegurança diante das muitas guerras por territórios. Assim, grande parte da vida europeia se organizou no meio rural e a Igreja Católica se transformou na grande ditadora das regras naquela sociedade.

Na organização social da época, os laços pessoais são fundamentais para a manutenção da vida social. Os senhores feudais estabelecem laços de compromissos com seus vassalos e também com os servos camponeses. Esses últimos estão unidos a seu senhor por laços de obrigação, devendo-lhe fidelidade.

Nesse contexto, o que se pode entender por riqueza e pobreza é substancialmente diferente do que entendemos no mundo contemporâneo. Os laços de obrigação existentes faziam com que os senhores acudissem seus servos em momentos de penúria ou de grandes dificuldades pessoais. Não ocorria a exclusão social da mesma forma que conhecemos nas sociedades atuais. Ao mesmo tempo, a ascensão social praticamente não existia, pois a estrutura de ordens impedia que um servo se tornasse um nobre, por exemplo. Aqueles que a sociedade considerava ter nascido para trabalhar estavam condenados a morrer trabalhando.

A maior riqueza daquela sociedade era a posse de terras, que estavam concentradas nas mãos de uma nobreza ligada a um rei, que, para manter seu poder, também dependia muito dos laços de fidelidade estabelecidos com os senhores feudais que o rodeavam. Uma das grandes dificuldades era exatamente manter a defesa militar do território.

Ao estudar o mundo medieval, é imprescindível compreender também o feudalismo, sistema econômico que predominou por vários séculos e teve como unidade básica de produção a grande propriedade rural. Um feudo não precisava ser necessariamente uma porção de terra. Poderia ser um cargo exercido em determinada jurisdição ou o direito de cobrar um pedágio. O feudo era concedido em troca da fidelidade, ou seja, era um elo fundamental da rede de compromissos que se constituía nessa sociedade.

O estudo do feudalismo é um pressuposto essencial para a compreensão da sociedade capitalista, que começou a se constituir ainda no período medieval.

#### Ler biografia

Os alunos devem entender a relação de suserania e vassalagem, partindo dos exemplos de Guilherme I, o Conquistador, e de Guilherme I, o Leão.

#### Ler texto científico

A seção coloca em destaque dois textos de historiadores que caracterizam a vida cotidiana na Idade Média e fornecem elementos relacionados à vida econômica e ao mundo do trabalho. O texto de Georges Duby faz uma referência clara ao fato de que a miséria não tinha o mesmo sentido que nos dias atuais. No segundo texto, a autora explicita o papel do casamento naquela sociedade, que estava intimamente ligado à manutenção e à expansão da riqueza das famílias abastadas e à possibilidade de reunir as condições de sobrevivência das famílias mais pobres.

É importante que, a partir dessa atividade, sejam exploradas as habilidades relacionadas a leitura e interpretação de textos, essenciais para a área de Ciências Humanas. É preciso identificar as ideias principais do texto e também ser capaz de estabelecer relações entre elas. Além disso, construir uma interpretação significa também ser capaz de fazer inferências e elaborar opiniões próprias fundamentadas no que foi lido.

## Pesquisar

Ao propor a construção de uma linha do tempo, estamos valorizando o domínio da cronologia básica da história europeia. Para que um estudante possa construir um pensamento histórico, é essencial que ele saiba se localizar no tempo e no espaço. Não é possível discutir conceitos relacionados ao período medieval sem que se saiba também que a Idade Média sucede a Antiguidade e antecede o capitalismo.

Sem essas informações, o aluno pode incorrer em anacronismos e utilizar os conceitos incorretamente. É importante também que, ao fazer a linha do tempo, haja uma preocupação com os aspectos formais, ou seja, deve haver uma organização estética que se preocupe com a distância proporcional entre as datas. Assim, torna-se possível fazer uma leitura visual desse instrumento.

## Ler texto jornalístico

Apresentamos um texto jornalístico contemporâneo que permite uma reflexão acerca das cidades brasileiras, sendo que sua referência mais específica é a cidade do Rio de Janeiro, sobre a qual Augusto Frederico Schmidt havia escrito em 1948. A partir do que foi estudado nesse capítulo e no anterior, propomos que os estudantes façam uma comparação entre o cenário exposto pela autora sobre as cidades atuais e a vida nas cidades da Antiguidade e da Idade Média.

## Aplicar conhecimentos

Alternativa a.

## Para ampliar

### Livros

D'HAUCOURT, Geneviève. *A vida na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

O livro reconstitui vários aspectos da vida cotidiana na sociedade medieval: o casamento, o ritmo do dia, a educação e as habitações.

FRANCO JR. Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

O historiador Hilário Franco Jr. é um especialista em história medieval e escreveu várias obras de síntese do período. Nessa obra, ele faz referência à constituição da sociedade medieval e suas principais características.

\_\_\_\_\_. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Livro paradidático que aborda a estrutura da sociedade feudal não apenas em seu aspecto econômico, mas também levando em conta os aspectos sociais e culturais do mundo medieval.

### Filme

*Quanto vale ou é por quilo?*, de Sérgio Bianchi. Brasil, 2005, 104 min.

O filme faz uma analogia entre o comércio de escravos ocorrido no Brasil e a atual exploração da miséria pelo *marketing* social, que defende a minimização da pobreza e uma solidariedade de fachada.

## CAPÍTULO 6

### A Filosofia e o cotidiano: Deus, fé e Filosofia

O objetivo geral do capítulo é refletir sobre a relação entre Deus, religião e filosofia, à luz do pensamento que se produziu durante a Idade Média, considerando a exposição de alguns conceitos de dois autores fundamentais para o estudo do pensamento medieval: santo Agostinho e santo Tomás de Aquino. Essa escolha se deu pelo fato de que o trabalho desses dois filósofos ajudou a construir o pensamento da Igreja, mas, além disso, produziu reflexões essenciais sobre a metafísica e a teoria do conhecimento que são discutidas até hoje.

### Agostinho de Hipona e a patrística

Esse primeiro texto tem caráter biográfico e trata um pouco da história de santo Agostinho e de como ele se inicia na filosofia. Pode ser uma sensibilização para pesquisas e uma oportunidade de compreender como sua filosofia se confunde com sua vida.

### Crer para entender

O texto introduz uma pequena discussão sobre a questão do conhecimento em Agostinho, baseando-se sobretudo nas reflexões que ele realiza sobre o tema em seu livro *Confissões*.

### Tempo

O texto expõe esse conceito que é fundamental para entendermos como se dá o conhecimento em santo Agostinho. E discute a questão da alma em sua filosofia, alma que, para ele, é a morada do conhecimento, sendo este alcançado apenas pela iluminação divina.

### Ler poema

A atividade se relaciona à ideia de que o tempo somente pode ser percebido à medida que ele decorre. João Cabral também afirma que o tempo só é vivo no instante em que ocorre, se perdermos este instante ele já estará morto, como no passado, por exemplo. Porém, há na segunda estrofe do poema uma mudança na ideia que se expõe na primeira. Não é possível apenas habitar o tempo pelo mero instante, para habitar o tempo é necessário preenchê-lo de experiências, o que se torna possível apenas pela ideia de passado. É importante lembrar que nesse poema cabem muitas interpretações. O que se propõe com essa atividade é refletirmos sobre essas propriedades do tempo por meio de um exercício de abstração. Há entre as ideias de Agostinho e o que se expõe no poema algumas similaridades: a ideia de que o tempo somente pode ser percebido como um fluxo contínuo, a relação com o passado só se dá pela lembrança, entre outras coisas. O trabalho com este texto em sala de aula deve pressupor essa riqueza de interpretações.

### Memória

Assim como o tempo, a memória é um assunto importante para santo Agostinho. Essa parte do capítulo trata essencialmente dessa questão. É por meio da memória que o conhecimento se torna possível, pois recordar é um processo análogo ao ato de

conhecer, visto que, para retermos aquilo que conhecemos, inevitavelmente fazemos uso da memória.

### Ler texto filosófico I

Para complementar o estudo da filosofia agostiniana, estes dois textos tratam do problema do mal. Se Deus é sumamente bom, como permite que o mal surja no mundo?

1. A resposta de Agostinho se baseará no fato de que o mal na verdade é ausência de bem. Quanto mais o homem, por meio de seu livre-arbítrio, se afasta de Deus, mais se inclina para as coisas más. Do mesmo modo, quanto mais se aproxima de Deus, mais se inclina para o bem.
2. O mal não surgiria, para Agostinho, da essência perfeita de Deus, mas da imperfeição dos homens, que por meio de seu livre-arbítrio escolhem realizá-lo.

### Santo Tomás de Aquino e a escolástica

Trata-se de uma exposição da biografia e das ideias de Tomás de Aquino, relacionando-as com as questões de sua época e fazendo algumas contraposições às ideias de Agostinho.

### Ler texto filosófico II

O texto retoma a primeira prova da existência de Deus de Tomás de Aquino, é uma oportunidade de tomar contato com o texto do filósofo e fixar algumas de suas ideias.

1. Para Tomás, a existência de Deus é uma necessidade lógica justificada também pelos atributos daquilo que ele criou.
2. Resposta pessoal. A questão convida os estudantes a refletirem sobre os aspectos trabalhados no capítulo, posicionando-se em relação a essas afirmações. É importante que essas ideias sejam analisadas com imparcialidade, pois o que está em discussão não é a existência ou não de Deus, mas os argumentos que são construídos para justificar suas afirmações.

### Para ampliar

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. *História da filosofia cristã: das origens a Nicolau de Cusa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

Este livro é um manual que analisa a evolução da filosofia cristã desde Orígenes até o final da Idade Média. O trabalho é centrado diretamente no estudo das fontes originais e incentiva o leitor a também buscar compreendê-las.

DE BONI, Luts Alberto. *Filosofia medieval: textos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

Coletânea de textos que compreende o pensamento dos filósofos mais representativos do período medieval.

INÁCIO, Inês. C.; DE LUCA, Tânia Regina. *O pensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1988.

Obra introdutória sobre a filosofia produzida na Idade Média.

JEAUNEAU, Édouard. *A filosofia medieval*. Lisboa: Edições 70, 1980.

LIBERA, Alain de. *A filosofia medieval*. São Paulo: Loyola, 1998.

Esses dois últimos livros são outros manuais de história da filosofia medieval e podem auxiliar na compreensão de alguns problemas e conceitos envolvidos no estudo do período.

## CAPÍTULO 7

### O capitalismo e a construção do espaço: pobres e riquezas no espaço urbano

As atividades sugeridas têm como objetivo fazer com que os alunos reflitam sobre as principais características da sociedade capitalista e identifiquem em seu cotidiano as formas da organização do sistema e como elas refletem diretamente em sua vida.

Desse modo, é apresentada uma breve descrição do contexto histórico-social vivido pela humanidade desde a passagem do feudalismo para o sistema capitalista. Retoma-se a lógica da ascensão da burguesia e o momento político econômico que possibilitou que ocorresse a Revolução Industrial. São apresentados conceitos-chave para o entendimento desse sistema, como *classes sociais, divisão social do trabalho, meios de produção, classe proletária, propriedade privada, força de trabalho, mais-valia, acumulação de capital, geração de lucros, valor de uso, valor de troca*, entre outros.

Discute-se a questão do desemprego estrutural, causado pela crescente substituição do trabalho humano pelo mecanizado. É feita apenas uma pequena introdução sobre o tema, que deverá ser aprofundado mais tarde.

Procura-se ainda apresentar a discussão sobre a produção do espaço e a lógica capitalista, interferindo nas diferentes dimensões da sociedade contemporânea, tanto na realidade urbana quanto na rural. Salienta-se, entretanto, que a lógica das cidades modernas está fortemente ancorada no processo de industrialização e, assim, essas cidades surgem, se modificam e se transformam no palco do desenvolvimento industrial. Outra reflexão, que é apenas esboçada, refere-se às grandes aglomerações urbanas espalhadas pelo mundo. Esse tema será aprofundado no próximo capítulo.

### Ler imagem I

A seção traz a possibilidade de discutir o filme *Tempos modernos* e destaca o elevado grau de exploração a que a classe operária vem sendo submetida. A expectativa é que os estudantes percebam quanto o sistema capitalista pode desumanizar o trabalhador e quanto a lógica da superexploração da força de trabalho está presente no processo produtivo.

A geógrafa Ana Fani Carlos, numa discussão sobre a imagem do filme de Charles Chaplin, nos diz o seguinte:

Com a grande indústria, a maquinaria, o trabalho socializado, coletivo, com o aumento da intensidade do trabalho, a incorporação da população como um todo no processo produtivo – homens, mulheres e crianças – teremos a passagem do homem destro, criativo, virtuoso, ao ser mecânico, degradado moralmente e devastado intelectualmente. Marx afirma que a especialidade vitalícia de manejar uma ferramenta parcial converte-se, com esse processo, na especialidade vitalícia de servir a uma máquina especial. O novo processo de produção e de trabalho vai se utilizar abusivamente da máquina para transformar o operário, desde sua infância, em parte de uma máquina parcial. O filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, é um exemplo de como o homem se torna escravo e apêndice da máquina.

A máquina aparece como o elo de transformação, não do modo de produção em outro, mas do homem no processo de trabalho e da mudança do seu papel neste mesmo processo. A máquina, enquanto meio de produção e meio material de existência do capital, passa a ser o fundamento material do modo de produção capitalista. A grande indústria, ao revolucionar as relações gerais de produção da sociedade, produz uma nova concepção de trabalho, de vida, de relação entre os seres humanos. Isso é provocado pela mudança das relações entre o capital e o trabalho, pois a maquinaria, de meio de trabalho, converte-se, de imediato, em competidor do próprio operário e a habilidade deste desaparece. Não se exige mais que o operário produza algo com uma ferramenta que ele maneje com o movimento de seus músculos. Exige-se, isto sim, que ele utilize uma máquina que ditará um novo ritmo de trabalho.

Tal fato é decorrente da mudança dos meios de produção gerada pelo desenvolvimento técnico que levou à mecanização do processo de trabalho e à necessidade de um novo homem para operacionalizar o processo produtivo, agora desenvolvido sobre novas bases. Não será mais o homem que dominará a máquina, mas o contrário. [...]

A introdução da máquina, que não tem por objetivo aliviar o trabalho do homem e sim baratear as mercadorias, acaba produzindo a intensificação do trabalho, desqualifica-o e transforma o operário em uma parte da máquina. Com isso, o trabalho perde seu conteúdo e passa a ser coercivo (CARLOS, 1988, p. 30-31).

É importante ressaltar que o filme *Tempos modernos* retrata um modelo de trabalho taylorista-fordista. Essa análise é parcial e circunscrita àquele momento histórico, pois ocorreram muitas mudanças – não necessariamente para melhor. Vale ainda lembrar que o modelo taylorista já não é dominante em todo o sistema produtivo e a maquinaria aliviou o trabalho do homem em muitas circunstâncias.

### Aplicar conhecimentos I

As atividades propostas pretendem levar o estudante a refletir sobre o que foi lido no texto didático e, na discussão com os colegas, adquira novos elementos de entendimento do texto e dos conceitos trabalhados. Os textos didáticos, distribuídos ao longo do capítulo, são importantes para explorar as habilidades relacionadas à leitura e à interpretação do que foi lido. Peça aos alunos que identifiquem as ideias centrais do texto, que redijam, com suas palavras, o significado dos conceitos trabalhados e

emitam e construam opiniões sobre as questões apresentadas. Peça sempre que façam relação com sua vida cotidiana. Você pode, para motivá-los a pensar sobre as questões apresentadas, propor uma questão geradora: O que foi retratado no texto que os ajuda a entender sua realidade cotidiana?

### Ler imagens II

A comparação de imagens de fábricas no fim do século XIX e início do século XXI traz a discussão sobre as mudanças na forma de produzir e na demanda de mão de obra, que se transforma drasticamente entre o início da Revolução Industrial e o final do século XX, com a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo.

### Pesquisar, Ler documento, Ler texto científico e Ler imagem III

A discussão sobre o papel das cidades no capitalismo traz em seu bojo a discussão sobre as desigualdades e as contradições que se expressam no espaço urbano. Inúmeros autores trabalham com a ideia de segregação espacial, que é complementada com a imagem de imóveis em ruínas, retratando outro aspecto da discussão apresentada no texto didático.

Reproduzimos, a seguir, um trecho do livro *Espaço e indústria* que elucida a relação entre a indústria e o urbano.

O processo de industrialização, ao provocar uma profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem. A aglomeração da população, dos meios de produção e capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada.

O espaço urbano aparece aos seus habitantes como caótico e desordenado. O homem não se vê na produção do espaço que ele direta ou indiretamente ajudou a criar com o seu trabalho.

[...]

Enquanto pressuposto das condições de reprodução de capital, o espaço deve permitir o desenvolvimento, articulado e simultâneo, dos processos de produção, distribuição, circulação e troca. A atividade produtora liga-se às demais à medida que a produção e o consumo ocorrem em lugares diferenciados do espaço e em tempos diferentes.

A indústria, por sua vez, para se desenvolver pressupõe a concentração espacial, beneficiando-se daquilo que os economistas chamam de “economias de aglomeração”: infraestrutura, mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado e economia dos gastos de produção. A indústria se aproveita, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, congestionamentos etc.). Assim, a produção em grande escala, com grande número (absoluto) de empregados, pressupõe a concentração da população e do próprio capital em determinados pontos.

A eficiência é outro fator importante a ser buscado na produção e nisso as vias de circulação têm papel determinante. Essa articulação é bem estruturada pelas grandes empresas, particularmente as multinacionais. Elas procuram localizar-se em países que têm mão de obra barata, estabilidade política (que evite perdas com greves) e que sejam mercados consumidores de seus produtos (CARLOS, 1988, p. 34-35).

## Ler tabela

Procuramos oferecer a possibilidade de ampliar o domínio de leitura para diferentes linguagens. Assim, essa atividade deve ser destacada para chamar a atenção do aluno sobre as diferentes maneiras de apresentar dados. Peça-lhes que elaborem conclusões próprias sobre os dados apresentados e solicite que as cidades mostradas na tabela sejam localizadas nos seus respectivos países e continentes.

## Aplicar conhecimentos II

1. c; 2. d.

## Para ampliar

### Livros

CARLOS, Ana Fani. A. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1988.

Esse livro aborda a questão da produção do espaço, tendo a indústria como motor da produção da cidade e das metrópoles.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

A autora traça um perfil da cidade de São Paulo no qual a questão étnica está bastante presente, e alia a discussão da segregação espacial com a da etnicidade.

GOMES, Horeste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1991.

O autor propõe a discussão sobre o processo de produção do espaço a partir da lógica capitalista, e aborda o tema da industrialização.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1986.

Nesse livro, o autor aborda de forma crítica a base ideológica que sustenta a construção de um modo de pensar necessário à manutenção e à reprodução do capitalismo.

NOVAES, Carlos Eduardo.; RODRIGUES, Vilma. *Capitalismo para principiantes: a história dos privilégios econômicos*. São Paulo: Ática, 2006.

Os autores abordam de forma divertida as mazelas do sistema capitalista.

SPOSATI, Adalgiza. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

A professora da PUC e ex-vereadora de São Paulo (SP) envolvida com as questões urbanas de São Paulo mostra, por meio de mapas, uma cidade marcada pelas contradições e desigualdades.

SPOSITO, Maria Encarnação. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

Nesse livro, a autora traça uma análise da problemática urbana a partir da lógica do sistema capitalista.

## Filmes

Utilizar um filme para realizar um debate após sua exibição pode ser uma estratégia interessante para despertar o interesse para uma discussão tão complexa quanto a definição sobre as origens e o desenvolvimento do sistema capitalista.

Segue uma lista de filmes que podem auxiliar nessa atividade. Após a exibição, sugerimos realizar atividades em grupos de no máximo quatro alunos.

Os dois filmes a seguir ilustram, de forma significativa, as discussões deste capítulo. Peça aos alunos que, após a exibição, reflitam sobre a seguinte questão:

Quais imagens do(s) filme(s) simbolizam de forma mais significativa as origens da sociedade capitalista?

*Daens*: um grito de justiça (*Daens*), de Stijn Coninx. Bélgica, 1992, 132 min.

O filme narra a história do padre belga Adolf Daens, um pioneiro na luta pelos direitos dos trabalhadores em seu país na virada do século XIX para o XX. Nessa época, as tecelagens do norte da Bélgica decidiram substituir os operários por mulheres e crianças, a quem pagavam salários menores. Conseguiram, assim, manter preços no mercado internacional que permitiam enfrentar a concorrência da indústria inglesa. Essa era a situação, por exemplo, na cidade de Aalst, para onde vai o padre Daens. Impressionado pela miséria que presencia, o religioso lidera um movimento de protesto.

Crítico: Luiz Carlos Furucho. Disponível em: <[www.filmeemcasa.com.br/local/conteudo/detalhecritica.cfm?cod=87796&chave=48](http://www.filmeemcasa.com.br/local/conteudo/detalhecritica.cfm?cod=87796&chave=48)>. Acesso em: 3 abr. 2007.

*Tempos modernos* (*Modern times*), de Charlie Chaplin. EUA, 1936, 87 min.

A figura central do filme é Carlitos, o personagem clássico de Chaplin, que, ao conseguir emprego numa grande indústria, transforma-se, acidentalmente, em líder grevista. O filme focaliza a vida na sociedade industrial, caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e especialização do trabalho. É uma crítica à “modernidade” e ao capitalismo, representados pelo modelo de industrialização, em que o operário é engolido pelo poder do capital e perseguido por suas ideias “subversivas”. Disponível em: <[www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=181](http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=181)>. Acesso em: 29 nov. 2011.

*Segunda-feira ao Sol* (*Los lunes al sol*), de Fernando León Aranoa. Espanha, 2002, 113 min.

O filme aborda alguns aspectos mais atuais da sociedade capitalista e pode servir como referência para que os alunos estabeleçam relações entre sua vida cotidiana e a temática abordada.

O cotidiano de uma cidade costeira do norte da Espanha, que há muito abandonou a agricultura, atraiu indústrias, imigrantes e cresceu desordenadamente. Paira no ar o fantasma

do fechamento do estaleiro da cidade, e o ritmo da produção industrial já não oferece o mesmo número de empregos de outras épocas. O bar de Rico é um ponto de encontro de muitos trabalhadores, que se reúnem nas horas mortas, compartilham recordações e projetos, frustrações e esperanças. Eles conseguem trabalhos precários, de curta duração, e vivem na corda bamba, sem saber como pagarão as contas no fim do mês.

Disponível em: <www2.uol.com.br/mostra/30/p\_exib\_filme\_arquivo\_5062.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2009.

## CAPÍTULO 8

### Países ricos e países pobres nos séculos XX e XXI

---

O capítulo foi montado de forma que pudéssemos fazer uma síntese da discussão sobre riqueza e pobreza iniciada no Capítulo 1 e que pudéssemos, ao trabalhar com a espacialização de diversos fenômenos, perceber as enormes contradições e desigualdades atuais entre as diversas nações do planeta. É importante salientar que, hoje em dia, essas contradições existem de forma cada vez mais contundente dentro de cada nação. Nesse capítulo, procuramos traçar o histórico das riquezas e pobres relacionadas aos diferentes continentes e também apresentar índices que envolvem a análise de outros indicadores que não fossem somente de cunho econômico, para discutir a lógica da riqueza e da pobreza dessas nações.

Esse capítulo traz uma série de mapas e alguns gráficos que devem ser explorados no sentido de construir a possibilidade de uma boa análise cartográfica junto aos alunos.

A seguir, apresentamos as expectativas de resposta.

#### Ler mapa I

1. De acordo com o mapa, os dois países com maior PIB, Estados Unidos da América e China, situam-se no Hemisfério Norte. De forma geral, outros países de PIB elevado também estão nesse hemisfério, como Alemanha, Japão e Índia. Dos que foram citados, China e Índia são considerados países em desenvolvimento.
2. Trata-se de um mapa ordenado. Os tons mais escuros significam maior percentual de gasto público em educação; os tons mais claros representam percentuais menores.
3. Há países desenvolvidos com elevado investimento em educação, como Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia. Diversos países pobres também apresentam elevado percentual do PIB para gastos em educação, como Angola, Quênia, Tunísia e República Democrática do Congo. Entretanto, eles estão partindo de condições e infraestruturas mais precárias no setor.
4. Há relação direta entre PIB elevado e gastos em educação em diversos países desenvolvidos, como no norte da Europa e nos

Estados Unidos da América. Mas é preciso considerar que, nos países desenvolvidos as estruturas voltadas à educação estão mais preparadas, o que dispensa investimentos maiores. O inverso ocorre em países em desenvolvimento: mesmo com PIB mais baixo, há maior demanda por investimento na educação, dadas as insuficiências históricas no setor.

#### Ler mapas II

Espera-se que os alunos respondam às questões propostas de acordo com a grade apresentada a seguir.

1. Entre os países com maiores percentuais de crianças com retardo de crescimento estão alguns da África (Níger, Etiópia, Madagascar), da Ásia (Índia, Afeganistão, Laos) e América Latina (Guatemala).
2. Resposta pessoal. Espera-se que a turma associe esse quadro social grave à pobreza ou conflitos regionais, que vitimam as crianças.
3. Chama a atenção a situação de vários países da África ocidental, central e do Sul e também na Ásia (Nepal, Bangladesh).
4. Há correlação entre países com baixo IDH e percentual mais elevado de crianças com retardo de crescimento, caso de alguns da África.
5. Os três mapas são de tipo ordenado. Neles, as cores mais escuras significam maior intensidade do fenômeno representado; quanto mais claras as cores, menor a intensidade do mesmo fenômeno. É importante notar que no mapa de IDH os países estão com tons de cores segundo os níveis do indicador: alto (verde), médio (do amarelo mais claro ao laranja mais escuro) e baixo (vermelho).

#### Ler textos científicos

Um importante eixo de discussão está ligado ao conceito de subdesenvolvimento; buscamos apresentar as raízes históricas desse fenômeno, mas também apresentar a lógica que perpetua essa condição. A seguir transcrevemos alguns excertos de outros textos que nos ajudam a ampliar as possibilidades de compreensão dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento de uma nação:

#### Subdesenvolvimento

Atualmente, a problemática do desenvolvimento tende a ser situada além de seus aspectos econômicos, numa abordagem mais geral do sistema de relações internacionais e segundo critérios econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, o subdesenvolvimento está ligado ao problema da dependência, que atinge desde países extremamente pobres, como Bangladesh, até países de considerável nível de industrialização e diversificação do aparelho produtivo, como o Brasil, México e mesmo os ricos Estados árabes produtores de petróleo.

Há economistas, como o francês Charles Bettelheim, que rejeitam a conceituação de subdesenvolvimento. Segundo Bettelheim, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido por

esses países para que atinjam o desenvolvimento. Para ele não é uma questão de tempo, mas de rompimento de relações internas e externas, que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais (SANDRONI, 2001, p. 580).

Outra análise importante no que tange à discussão sobre desenvolvimento e que foge dessa lógica puramente econômica nos traz Amartya Sen, um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também apresentado no capítulo:

[...] o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdades: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos [...] (SEN, 1999, p. 22).

É importante chamar ainda a atenção para a realidade brasileira, que, apesar de ter um PIB elevado e estar entre as 15 maiores economias do mundo, apresenta indicadores muito ruins. Dependendo da região que se observa, esse fator pode ser ainda pior.

Ainda pensando em relativizar o peso econômico quando se discute riqueza e pobreza, uma importante ilustração é a discussão de como o PIB é contabilizado. A transcrição a seguir pode ilustrar bem essa discussão:

Nos dias de hoje podemos perceber a existência de uma ideologia extremamente difundida, elevada quase à categoria de dogma. Ela é aceita por regimes de direita e de esquerda, por governos de países ricos e pobres, e está na base de quase todas as políticas econômicas postas em prática no mundo atual. Trata-se da ideologia do “crescimento ilimitado”, que diz que o crescimento acelerado e sem limites da produção material não só é possível e necessário, como também define o próprio nível de “progresso” de um país. E a partir dessa ideologia é que se estabelece a visão linear e reducionista que classifica os países em “desenvolvidos”, “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento”, de acordo basicamente com o nível quantitativo da sua produção material, quase nunca levando em conta a qualidade humana e o tipo de distribuição social dessa produção.

Um exemplo típico dessa mentalidade é o próprio índice consagrado para medir o desenvolvimento econômico, o PNB (Produto Nacional Bruto). Esse índice registra apenas a criação positiva de produção econômica, não levando em conta sua natureza social ou seus efeitos sobre o ambiente. Assim, por exemplo, a derrubada comercial de uma floresta, ou a exploração até o esgotamento de um poço de petróleo são contabilizadas no PNB apenas como criação positiva de riqueza, sem que se desconte a perda definitiva de bens naturais de valor incalculável. É uma situação semelhante à de um homem que encontrasse um tesouro e fosse gastando rapidamente o seu conteúdo, sentindo-se cada vez mais rico por isso, quando, na verdade, a cada dia que passa o tesouro diminui e ele está mais pobre. Por outro lado, o índice do PNB é meramente quantitativo, não se preocupando com a qualidade social do que está sendo produzido. Um episódio lamentável como a Guerra das Malvinas,

por exemplo, contribui para aumentar o PNB em diversos países, na medida em que estimula a produção de armamentos, meios de transporte, medicamentos, etc. Um homem leviano, que esbanja seu dinheiro em futilidades, consome muitos supérfluos e causa bastante impacto ambiental negativo, gera muito mais PNB do que um homem frugal, que se dedique ao cultivo da arte, da ciência e ao serviço humanitário. Esse índice, portanto, simboliza bem a ideologia do crescimento que lhe serve de suporte: uma preocupação exclusiva em crescer e produzir, independentemente de para quem e para quem se dará esse crescimento (LAGO, PÁDUA, 1998, p. 46-47).

Esse texto oferece uma ótima oportunidade para discutir a distorção que representa o predomínio da vertente econômica nas relações humanas. A economia, ou seja, a obtenção de recursos materiais para garantir a sustentação material da vida humana no planeta tem se tornado um fim em si mesma. Com isso, outras esferas da vida humana ficam em segundo plano.

Caso queira ilustrar dados sobre a situação dos países apresentados nos mapas com baixo IDH, apresentamos a seguir alguns trechos do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, que revelam as causas e expressões da pobreza que afeta mais de um terço da população mundial.

#### **Saúde**

Todos os anos, seis milhões de crianças morrem de má nutrição antes de fazer 5 anos.

Mais de 50% dos africanos sofrem de doenças relacionadas à qualidade da água, como cólera e diarreia infantil.

#### **Fome**

Mais de 800 milhões de pessoas vão se deitar todas as noites com fome; entre elas, 300 milhões são crianças.

Desses 300 milhões de crianças, apenas 8% são vítimas de fome ou de outras condições de emergência. Mais de 90% sofrem de má nutrição prolongada e de um déficit de micronutrientes.

A cada 3,6 segundos, mais uma pessoa morre de fome; em sua maioria, crianças com menos de 5 anos.

#### **Agricultura**

Em 1969, a África era um exportador líquido de alimentos; hoje, o continente importa um terço dos cereais de que necessita.

Mais de 40% dos africanos não têm capacidade de obter diariamente os alimentos suficientes.

A decrescente fertilidade dos solos, sua degradação e a pandemia da Aids levaram a uma diminuição da produção de alimentos *per capita* da ordem dos 23% nos últimos 25 anos na África, apesar de a população ter aumentado muito significativamente.

O agricultor africano paga pelos fertilizantes convencionais entre três e seis vezes mais que seu custo no mercado mundial. (BANCO MUNDIAL. Disponível em: <[www.pnud.org.br/milenario/numeroscrise.php](http://www.pnud.org.br/milenario/numeroscrise.php)>. Acesso em: 16 nov. 2009).

### **Aplicar conhecimentos**

1. a; 2. d; 3. c; 4. e.

## Para ampliar

### Livros

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

O sociólogo italiano Giovanni Arrighi trabalha, nesse livro, com a ideia de que é quase impossível superar a distância entre países centrais e periféricos.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O economista Celso Furtado defende, nesse livro, a tese da impossibilidade prática de generalizar os padrões de vida dos países centrais ao resto do planeta.

HOBBSAWM, Eric. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O historiador britânico discute, nessa entrevista, o avanço da globalização econômica e as mudanças na natureza do trabalho e do cotidiano promovidas pelos progressos tecnológicos e pela informática.

LAGO, Antonio.; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Nesse livro, a lógica econômica como grande geradora de riqueza é questionada e valores filosóficos da vida e da relação com a natureza são resgatados.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 7. ed. São Paulo: BestSeller, 2001.

Essa edição revista traz mais de 6500 verbetes sobre a história da economia no Brasil e no mundo. Fugindo dos jargões e do “economês”, o autor cuidou da redação dos verbetes com linguagem acessível.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Nesse livro, o economista indiano apresenta outros indicadores de desenvolvimento, que devem ser incorporados aos critérios hoje existentes. O autor pretende demonstrar que a qualidade de vida é mais do que os números podem expressar, que ela é, acima de tudo, a liberdade da qual se pode desfrutar, em todas as esferas da vida.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Analisa a passagem do século XX para o século XXI, levando em conta as profundas transformações tecnológicas que têm ocorrido nas últimas décadas.

### Filmes

*Brasil outros 500*. Produtores: Instituto Maurício Grabóis e Centro de Estudos Sindicais. Brasil, 1999, 53 min.

O documentário se inicia com belas imagens do nosso país e lança a seguinte pergunta: de quem é o Brasil? O filme questiona a desigualdade social e aborda a questão da dívida externa e dos lucros das multinacionais. Ao longo de três capítulos,

apresenta momentos importantes da história do país, como a luta pelo fim da escravidão, a campanha “O petróleo é nosso”, a Marcha dos Cem Mil, a guerrilha do Araguaia, a guerrilha urbana, passando pelas Diretas Já, e chegando ao neoliberalismo.

*Queimada*, de Gillo Potencorvo. Itália, 1969, 125 min.

Filme que faz uma crítica contundente ao papel dos países europeus quanto à colonização da América e à forma como se deu a apropriação das riquezas produzidas.

*A corporação (The corporation)*, de Mark Achbar. Canadá, 2004, 145 min.

O documentário é uma profunda e divertida análise do mundo corporativo, a partir do estudo de crimes cometidos por transnacionais, e de dezenas de entrevistas com gente direta ou indiretamente ligada ao mundo corporativo, como ativistas de esquerda e de direita, acadêmicos, jornalistas, executivos e espiões industriais. Os autores fazem uma radiografia das corporações como “seres” autônomos, que funcionam de acordo com um conjunto específico e determinado de regras e motivações, bastante distintas daquelas partilhadas entre os homens comuns.

## CAPÍTULO 9

### Globalização e espaço geográfico

---

A ideia central do capítulo é convidar os alunos a refletir sobre a constituição da globalização e as transformações por ela geradas em variadas esferas de relações humanas.

Trata-se de um tema relativamente novo, mas sobre o qual a discussão tem sido muito intensa. Isso indica que os alunos devem ser estimulados a conhecer diferentes pontos de vista e enfoques e organizar as ideias em torno deles.

Partimos de um enfoque geográfico da globalização e do exame dos principais atores desse processo, como os Estados nacionais, as empresas transnacionais, o sistema financeiro mundial e os movimentos sociais, além das ideias de pensadores que se debruçaram sobre o assunto.

Leve em conta a noção de *escala*, mais propriamente a de *escala geográfica* (não confundir com a escala cartográfica), que se refere a recortes ou frações do espaço aos quais correspondem a extensão ou abrangência de um fenômeno. São elas, basicamente: local, regional, nacional e global. O capítulo explora, assim, algumas relações entre a escala global e as demais escalas em que se dá a vida humana.

Para organizar as ideias sobre o tema, há uma proposta que percorre as diferentes atividades e unidades internas do capítulo: a construção de um glossário com verbetes que auxiliam na elucidação do objeto de estudo. Isso servirá de roteiro de estudos e poderá resultar na construção de ferramentas para melhor compreensão dos processos associados à globalização. Colabore com os alunos e acompanhe-os nessa tarefa, considerando palavras

e expressões, como *território, lugar, escala geográfica, Estado, Estado-nação, rede geográfica, movimentos sociais, tecnologia, distância, mundo, mundialização, globalização*, entre outras.

### Ler esquema e canção

A atividade coletiva com base no esquema de David Harvey e na canção de Gilberto Gil tem a finalidade de despertar os alunos para o tema e suas implicações na nossa vida. O que está em pauta aqui é o debate sobre a chamada *compressão espaço-tempo*, por causa da revolução tecnológica. Esperamos que o aluno possa, com isso, ter novos elementos para refletir sobre o próximo e o distante ou a chamada “realidade” do indivíduo. Considere que outras modalidades de distância não foram eliminadas por essa nova realidade. Um exemplo: uma favela e um condomínio de luxo podem ser vizinhos (próximos fisicamente), mas guardam uma distância social muito grande entre si. Muitas vezes, a realidade de cada um é compreendida como o domínio das relações que se dão no lugar, mas é importante salientar que as pessoas vivenciam processos que se dão ou se referem a diferentes escalas. Exemplo: a aprovação de uma lei federal, que atinge a todos que vivem no território nacional.

### Ler texto

1. Os autores destacam que a esfera global passa a ser constituída por atores e forças econômicas que se situam acima dos Estados nacionais. Entre eles estão as empresas transnacionais e o sistema financeiro global.
2. Entre as forças econômicas que constituem a globalização estão as empresas transnacionais e o sistema financeiro global. Ambos têm em comum o fato de terem como espaço de atuação o mundo como um todo, abandonando gradativamente seus compromissos com sociedades nacionais.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os alunos entendam o papel das empresas transnacionais e do sistema financeiro global, que gradativamente abandonam seus compromissos com territórios e Estados nacionais e suas respectivas sociedades. A fronteira pode ser considerada uma “moldura” dos Estados nacionais, que confere a estes atributos de soberania sobre seu território.

### Empresas transnacionais

As fotos das linhas de montagem de uma indústria mostram um dado importante da reestruturação econômica em curso, sinalizando a passagem do modelo fordista de produção para um sistema flexível e com base em inovações tecnológicas. Aliada ao desenvolvimento dos sistemas de transportes, comunicações e informações, essa reestruturação vai permitir que as empresas se organizem em redes de abrangência planetária.

### Estados nacionais e globalização

Esse bloco versa sobre o Estado nacional, a unidade política básica de organização das sociedades modernas. Como salienta o geógrafo francês Olivier Dollfus, além das relações

internas a cada um dos Estados nacionais territoriais, dois campos se formam numa *escala superior* ao Estado territorial. O primeiro deles, que vem se consolidando especialmente desde o século XIX, é o campo do *internacional* (ou entre “nacionais”), tecido pelas relações entre os Estados territoriais. Entre elas, estão as trocas comerciais, as relações diplomáticas, as arenas formadas pelas organizações multilaterais e os conflitos armados entre dois ou mais Estados. O outro campo refere-se justamente ao evento em análise no capítulo, que é o do *transnacional* ou *global*, que ultrapassa ou transcende as fronteiras nacionais. Essa compreensão constitui um verdadeiro divisor de águas para a análise dos eventos contemporâneos, pois há simultaneidade entre aqueles da ordem internacional (que inclusive reforçam o papel dos territórios nacionais, esfera de domínio da geopolítica) e outros vinculados à nova ordem global (abalos ou turbulências no sistema financeiro, por exemplo).

O primeiro campo está em plena vigência, ao contrário do que muitos afirmam. O controle de fronteiras, por exemplo, está bastante ativo, haja vista as restrições à entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos e a invasão do Iraque pelos norte-americanos. Trata-se de um “retorno” do território. Os blocos econômicos regionais são iniciativas relativas ao primeiro campo (do internacional), embora esses organismos possam ser vistos também como reação ou adaptação dos países à constituição de uma ordem global. No segundo campo, objeto de análise do próximo bloco do capítulo, o papel das redes geográficas é fundamental.

### Uma geografia das redes

Para a compreensão do modo de funcionamento e da importância das redes geográficas, examine com seus alunos a representação de algumas redes “clássicas”, como as de transportes ou energia. Elas são redes técnicas implantadas no território. Num mapa (como o de rodovias ou de um gasoduto), elas possuem uma representação linear, com *pontos, linhas e nós*, diferentemente de eventos configurados em áreas ou zonas (como um cultivo agrícola). Peça aos alunos que examinem com atenção o gráfico de usuários de internet no mundo e verifiquem os novos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que surgiram com a emergência das redes.

É importante considerar que redes e territórios são, assim, espacialidades distintas, diferentes expressões da constituição do espaço geográfico. Leve em conta também que existe um “jogo” entre redes e territórios, pois as redes tanto podem promover a articulação e integração dos territórios como tangenciá-los sem promover seu dinamismo ou interação.

As possibilidades técnicas atuais permitem a constituição de novas redes, muitas delas operando sem uma base física instalada nos territórios. Assim, parte delas são redes imateriais, com exceção de alguns nós ou pontos que servem de articulação da rede como um todo. Dessa forma, indivíduos, agentes governamentais ou corporações econômicas diversas podem estabelecer relações de diferentes or-

dens que tangenciam os territórios ou, em outras palavras, operar como atores “desterritorializados”.

Os blocos seguintes analisam algumas das principais repercussões desses novos contextos na vida social contemporânea. Entre elas estão as mudanças nos sistemas produtivos e na organização do trabalho, o que diz respeito diretamente à vida de jovens e adultos trabalhadores que frequentam os cursos de EJA.

O exame de alguns movimentos sociais mostra como é possível utilizar os novos recursos para garantir direitos e também para lutar contra novas ou renovadas situações de opressão e de exclusão social. O tema pode ser objeto de pesquisas sobre fóruns e organizações da sociedade civil, leituras de reportagens e artigos de especialistas, publicados em jornais e revistas, ou de pesquisas de opinião versando sobre trabalho, emprego, usos da internet e muitos outros. As restrições à circulação de trabalhadores entre países e blocos econômicos é outro assunto que merece exame mais detalhado.

#### Aplicar conhecimentos

1. A questão trata de tensões entre Estado nacional e globalização.
2. Examina o aumento da produtividade no trabalho, ao mesmo tempo que ocorre queda do número de empregos. Alternativa d.
3. A questão traz um retrato irônico do uso das redes a favor dos ricos, a partir do cartum de Angeli.
4. Alternativa a.

#### Para ampliar

##### Livros

Entre as obras literárias que tematizam o advento das novas tecnologias, sugerimos:

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

##### Filmes e vídeos

Obras como as citadas receberam adaptações cinematográficas. Outros filmes e documentários também podem ser explorados, como *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, e *Blader runner*, de Ridley Scott. Sobre a fase contemporânea da globalização, assista e discuta com os alunos o documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá* (direção de Silvio Tendler, Brasil, 2006, 89 min.).

##### Letras de música

Existem diversas letras de música sobre o tema do capítulo que podem ser trabalhadas em sala de aula. Entre elas, estão “Parabolicamará” e “Pela internet”, de Gilberto Gil, respectivamente de 1992 e 1997, e “Televisão e Estado violência”, dos Titãs, respectivamente dos anos de 1985 e 1986.

#### Site

Há uma série de entidades e núcleos de estudos que se dedicam ao exame da globalização, entre os quais destacamos: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Disponível em: <www.iea.usp.br>. Acesso em: 2 dez. 2011.

## CAPÍTULO 10

### Questões contemporâneas: a geopolítica da energia

---

Este capítulo trata de uma das mais importantes questões contemporâneas: a obtenção, a produção e o consumo de energia. A proposta é que o tema estudado seja um mote para compreender não apenas a questão da energia, mas tensões e conflitos contemporâneos e as relações de poder entre os diferentes Estados nacionais. A análise recai sobre os principais focos de tensão que envolvem as áreas produtoras e as divergências e os acordos em torno dos tratados internacionais que regulamentam o uso das diferentes fontes de energia.

Alguns conceitos centrais devem ser considerados, como: energia, matriz energética, fontes primária e secundária de energia, fontes alternativas de energia, recursos renováveis e não renováveis, Estado nacional, geopolítica, poder, território, redes técnicas, sistemas de energia e desenvolvimento sustentável.

O enfoque pode auxiliar a compreensão das escolhas em relação às fontes de energia feitas nos diferentes países e as disputas em torno desses elementos vitais para as atividades econômicas e a vida humana em geral.

#### Ler gráfico I

Trabalhe com os alunos os dados apresentados, discutindo o que representa o consumo de energia por fontes, levando em conta o virtual esgotamento das fontes de combustíveis fósseis e o potencial de aproveitamento de outros recursos, como o gás natural (incluindo o de biomassa), a hidreletricidade e o etanol. Peça aos alunos que busquem dados sobre o consumo de energia por setor de atividade (indústria, agropecuária, o próprio setor de produção de energia, transportes e outros), e analisem criticamente as demandas.

#### Ler tabela I

A partir da atividade prevista, identifique as grandes regiões produtoras e as consequências geopolíticas da concentração da produção de algumas regiões. Na questão sobre o controle e acesso a jazidas, destaque o papel do Oriente Médio, da Rússia e das bacias situadas na África e na América Latina, a dependência energética da Europa e do Japão e o elevado consumo energético dos Estados Unidos.

No plano geopolítico, mostre que o controle estratégico de fontes de energia é uma fonte de poder, em especial para os Estados Unidos e as potências regionais, como a Rússia e a China. É preciso que fique claro o papel central da energia nos processos de desenvolvimento econômico e de poder político.

Esse plano repercute plenamente no debate sobre o *aquecimento global*, em que devem ser considerados tanto as incertezas sobre os efeitos do uso das matrizes energéticas como as resistências e os acordos motivados pelos interesses de nações ou grupos de nações, ao lado das perspectivas de esgotamento de modelos energéticos convencionais. É importante retomar aqui as análises críticas sobre a subordinação da produção de energia para atender padrões e estilos de vida consumistas.

O caso brasileiro oferece alguns contrapontos ao cenário mundial, em especial em face do desenvolvimento nacional das fontes ligadas à hidroeletricidade e à produção do álcool combustível.

Proponha pesquisas e levantamentos que complementem ou aprofundem temáticas apresentadas no capítulo, como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia (solar, eólica, biomassa e outras) e sua capacidade ou não de substituir as fontes convencionais a médio e longo prazos. Vale a pena também pesquisar e examinar projetos associados ao mecanismo de desenvolvimento limpo e ao mercado mundial de créditos de carbono. Na experiência brasileira, vêm sendo testadas, por exemplo, alternativas como a produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana, de biogás associado à suinocultura e de transformação do metano em biogás em aterros sanitários, como o de Salvador, Bahia.

Uma retrospectiva do caso do “apagão” brasileiro de energia no final da década de 1990 e início do século XXI pode mostrar aos alunos a necessidade de investimentos e políticas públicas continuadas e a importância da diversificação das ofertas e fontes.

### Ler tabela II

1. Espera-se que os alunos respondam que todos os países da lista são desenvolvidos.
2. Espera-se que os alunos pesquisem temas como petróleo, gás natural, energia nuclear e energia hidrelétrica.

### Ler gráfico II

Espera-se que a turma analise a matriz energética brasileira, que é uma das mais limpas do mundo.

### Aplicar conhecimentos

1. A questão permite situar as responsabilidades de setores de atividade na emissão de gases estufa, aprofundando sugestões feitas no capítulo.
2. A questão apresenta um caso exemplar sobre o cenário geopolítico. Chama a atenção à iniciativa chinesa de garantir o abastecimento de energia para o desenvolvimento econômico, em articulação com o regime ditatorial de Mianmar.

3. Alternativa a.

4. Alternativa a.

### Para ampliar

#### Sites

Agência Internacional de Energia (IEA – International Energy Agency). Disponível em: <[www.iea.org](http://www.iea.org)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Consulte o portal para informações e notícias sobre a questão energética no mundo (em inglês).

Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo (campus São Carlos). Disponível em: <[http://fisica.cdcc.sc.usp.br/olimpiadas/01/artigo1/fontes\\_eletrica.html](http://fisica.cdcc.sc.usp.br/olimpiadas/01/artigo1/fontes_eletrica.html)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Voltado a professores, o *site* apresenta informações sobre fontes alternativas de energia.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

O portal apresenta textos didáticos a respeito da questão da energia para estudantes jovens e adultos. Consulte as coleções para Ensino Médio/EJA do MEC/Inep/Encceja.

Consulte o portal do Ministério para conhecer planos e projetos de desenvolvimento em energia.

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Disponível em: <[http://ipcc-ddc.cptec.inep.br/ipccddcbr/htmlipca\\_ddc.index.html](http://ipcc-ddc.cptec.inep.br/ipccddcbr/htmlipca_ddc.index.html)>. Acesso em: 6 nov. 2009.

Portal Comércio. Disponível em: <[www.comciencia.br/relatorios/2004/12/12.shtml](http://www.comciencia.br/relatorios/2004/12/12.shtml)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Esse *site* também trata da temática das fontes alternativas de energia.

Proinfra. Disponível em: <[www.mme.gov.br/programas/proinfra](http://www.mme.gov.br/programas/proinfra)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Site do Proinfra, do Ministério de Minas e Energia.

Acesse esse *site* para obter dados em língua portuguesa do IPCC).

Protocolo de Quioto. Disponível em: <[www.mct.gov.br/index.php/content/view/4006.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4006.html)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

O texto do Protocolo de Quioto pode ser encontrado nesse *site*.

Balanco Energético Nacional. Disponível em: <[www.ben.epe.gov.br](http://www.ben.epe.gov.br)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

Para avaliar a produção e o consumo de energia no Brasil e a matriz energética de outros países, consulte os relatórios produzidos pelo Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)>. Acesso em: 2 dez. 2011.

## CAPÍTULO 11

### A imaginação sociológica

---

O capítulo apresenta para os estudantes o objeto de estudo da Sociologia, que é definida como uma disciplina que se interessa pelo estudo da sociedade e das relações sociais. Sendo uma ciência, a Sociologia possui uma metodologia de pesquisa para a análise da sociedade, diferenciando-se das noções do senso comum a respeito da realidade.

A Sociologia coloca questões sobre a sociedade e utiliza os dados coletados em pesquisas qualitativas ou quantitativas para respondê-las. Ela não se limita exclusivamente aos aspectos sociais, mas trata também de outros campos presentes na sociedade: religião, cultura, poder, arte, comunicação, tecnologia, ciência etc.

O conceito de “imaginação sociológica”, de Charles Wright Mills, é tratado neste capítulo. A partir desse conceito, Mills procurou refletir sobre as práticas de pesquisa e análise dos sociólogos. Criticou a Sociologia que era realizada de forma burocrática ou sem referências concretas à realidade social.

Segundo ele, o trabalho do sociólogo deve ser artesanal, ou seja, ele tem que dominar todas as etapas da pesquisa: a escolha do tema, a coleta dos dados e sua interpretação. Essa atitude artesanal permitiria ao pesquisador conhecer de fato a realidade e colocar novas questões sobre ela. Mills defendia ainda um pensamento sociológico livre e crítico ao mesmo tempo.

O capítulo expõe também a importância dessa disciplina. Por que aprender Sociologia? Quatro respostas são dadas a essa pergunta: estranhar a realidade ou desnaturalizá-la, compreender a realidade na qual vivemos, enxergar além do nosso tempo e espaço e entender os modos de vida alheios.

#### Para criar

A atividade proposta tem por objetivo introduzir os estudantes ao universo do pensamento sociológico. É uma atividade para levar os educandos a exporem livremente suas opiniões sobre eles mesmos, sobre sua relação com outros e com a sociedade de uma forma geral.

#### Ler texto científico

A partir da leitura do texto de Norbert Elias, a atividade procura promover uma reflexão sobre a importância das relações sociais. Tem por objetivo fazer o aluno refletir sobre o fato de que ele não está isolado e que seus pensamentos e ações estão relacionados à sociedade em que ele vive.

As respostas são pessoais.

#### Para ampliar seus estudos

##### Livros

BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

O autor traça um perfil de como se dá o entrelaçamento entre as escolhas pessoais e as limitações sociais da vida contemporânea.

GUIMARÃES NETO, Euclides. *Educar pela Sociologia: contribuições para a formação do cidadão*. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

O livro foi formulado com o objetivo de auxiliar professores de Sociologia do Ensino Médio. Pretende contribuir com determinados aspectos teóricos da disciplina e trata da imaginação sociológica e suas aplicações na sociedade do século XXI.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia*. São Paulo: Cortez, 2010.

O autor discute o perfil do curso de Sociologia hoje, traça um histórico da disciplina e fornece sugestões didáticas para o trabalho em sala de aula.

##### Sites

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Disponível em: <[www.cebrap.org.br](http://www.cebrap.org.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

O Cebrap desenvolve pesquisas na área de Ciências Sociais. No seu *site*, podemos encontrar informações sobre as pesquisas já realizadas e as que estão sendo feitas atualmente. Também podemos ter acesso a suas publicações.

Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

O *site* possui diversas informações a respeito da sociedade do Norte e Nordeste do Brasil. No mesmo endereço, temos também acesso às pesquisas e a publicações realizadas por essa fundação.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Disponível em: <[www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Alguns dados utilizados por sociólogos para suas pesquisas podem ser encontrados em sites de institutos de pesquisa. No *site* do Ibope, é possível conseguir informações sobre dados de opinião pública, de comportamento e pesquisas eleitorais.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

No *site*, é possível ter acesso a dados populacionais e socioeconômicos de todo o território brasileiro.

##### Filmes

*Urga*: uma paixão no fim do mundo, de Nikita Mikhalkov. França, Rússia, 1991, 118 min.

Um pastor mora com sua família na Mongólia, até que um dia um motorista de caminhão russo aparece na região. O encontro entre as duas culturas e o aprendizado com as diferenças entre eles é o tema do filme.

*A vida em um dia*, de Kevin Macdonald. EUA, Reino Unido, 2011, 95 min.

O documentário é feito a partir de postagens de usuários do *site* Youtube do mundo todo, que capturaram um momento de suas vidas.

## CAPÍTULO 12

### O trabalho e suas metamorfoses

---

O capítulo aborda o tema do trabalho a partir do ponto de vista das Ciências Sociais e explora também alguns aspectos contemporâneos em relação às mudanças que atingiram os trabalhadores no Brasil e no mundo.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, o tema do trabalho é tratado a partir das concepções de Karl Marx, que realizou uma análise profunda da sociedade capitalista. Para Marx, o trabalho humano é o que move a história pelo processo de transformação da natureza. E é a transformação da natureza pelo trabalho que permite a reprodução da sociedade.

Para Marx, o trabalho enquanto capacidade de transformação da natureza e da sociedade não era motivo de preocupação. O que ele problematizava era o trabalho dentro da divisão industrial capitalista. Segundo Marx, na sociedade capitalista o trabalho não pertence ao próprio trabalhador, mas sim é de um outro que se apropria de seu trabalho. Esse processo de apropriação do trabalho de um outro é o que gera a alienação do trabalhador e uma sociedade dividida em classes sociais. O conceito de alienação e o de classe social são tratados nesse capítulo. Outro conceito importante abordado é o de mercadoria. A mercadoria pode ser entendida em Marx como a célula da sociedade capitalista. O trabalho, segundo Marx, produz mercadorias e produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.

As formas de trabalho se modificaram historicamente. Lutas sociais, reivindicações de trabalhadores e mudanças tecnológicas propiciaram diversas transformações no trabalho industrial ou em outras modalidades de trabalho humano. O capítulo aborda as transformações que ocorreram nas indústrias a partir do fordismo e do taylorismo. Trata também das lutas sindicais por melhores salários e da redução da jornada de trabalho. Aborda a questão das mulheres no mercado de trabalho, que ainda possuem uma posição desigual quando comparadas aos homens.

#### Ler canção

A música trabalhada permite uma introdução ao tema do trabalho. A partir da leitura da letra da música, o aluno deverá refletir e expor sua opinião sobre seu próprio trabalho. O aluno poderá ainda esboçar seu ponto de vista sobre a questão do trabalho na sociedade atual.

#### Pesquisar

O aluno fará uma pequena pesquisa a respeito das formas de trabalho praticadas pelos colegas de sua sala de aula. No Passo 1, ele responderá questões a respeito do seu próprio trabalho. No Passo 2, o professor deverá construir coletivamente a tabulação dos dados, lembrando de diferenciar a forma de coletar as questões “fechadas” e as questões “abertas”. Os dados deverão ser interpretados pelos alunos com a colaboração do professor. Para que a

atividade atinja bons resultados, é preciso que o professor planeje adequadamente de que forma essa tabulação será realizada coletivamente. Após a sistematização dos dados, os alunos poderão expor suas conclusões e estabelecer comparações entre os dados apresentados. No Passo 3, o aluno produzirá um texto sobre a relação escola e trabalho, a partir da sua experiência, dos dados que foram coletados e do debate que ocorreu em sala de aula.

#### Ler textos

Após a leitura dos textos, o aluno deverá responder às questões. O objetivo da atividade é refletir sobre o conceito de classe social e sobre como as classes sociais estão presentes na sociedade contemporânea.

1. É possível falarmos em classes sociais na sociedade contemporânea. A existência dos diversos grupos sociais está condicionada às relações assimétricas de poderes e de distribuição desigual dos recursos econômicos. Entretanto, temos hoje uma estrutura de classes bem mais complexa do que quando Marx e Engels formularam suas teorias a respeito das classes sociais na sociedade capitalista. Por isso, os sociólogos contemporâneos tratam de diversos outros segmentos além das três classes tratadas por Marx e Engels: os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários. Na sociedade atual podemos observar uma diferenciação maior nesse universo dos trabalhadores com o alargamento do setor de serviços, o incremento dos níveis educacionais e uma maior mobilidade social.
2. Karl Marx procurou analisar as classes sociais do ponto de vista das relações de produção capitalista. Na emergente sociedade industrial, duas grandes classes compunham a estrutura da produção: trabalhadores assalariados e capitalistas. Mas isso não significa que não podemos estudar esse fenômeno social mais contemporâneo das novas classes médias a partir da teoria marxista de classe social. Para isso, determinadas atualizações do conceito de classe social devem ser feitas a partir de análises empíricas da nova estrutura de classes no capitalismo pós-industrial.

#### Ler poema

O escritor Carlos Drummond de Andrade trata no poema de como incorporamos coisas e comportamentos em nosso cotidiano sem ter clareza exatamente do significado desses aspectos para nós. Utilizamos roupas em que palavras estão estampadas sem ter de fato escolhido essas palavras. Seguimos uma moda que não foi criada por nós. Essas coisas, essas palavras, essas modas, passam a governar nossa vida e assim nos alienamos de nossa própria existência. Nesse processo de alienação não conseguimos mais governar nossas escolhas. Podemos dizer que nos transformamos num corpo, numa coisa, que serve para estampar e vestir mercadorias.

O conceito de alienação, reproduzido a seguir, pode auxiliar na interpretação do poema.

A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um ser-outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles (CHAUI, 2003, p.171).

### Ler textos jornalísticos

Na seção, estão reproduzidos trechos de dois textos, um deles trata da campanha pela redução da jornada de trabalho, realizada em 2012 pelas centrais sindicais brasileiras, e o outro aborda as diferenças de gênero no atual mercado de trabalho. A partir de uma pequena pesquisa realizada em grupos, os alunos deverão refletir sobre essas questões em sua vida cotidiana. No Passo 1 os alunos responderão sobre sua faixa salarial e jornada de trabalho. No Passo 2, deverão refletir sobre quem realiza as tarefas domésticas e quantidade de horas despendidas para isso. No Passo 3, deverão verificar as horas que eles despendem no transporte e no estudo diariamente. No Passo 4, eles darão a posição do grupo em relação à diminuição na jornada de trabalho. As reflexões desenvolvidas em cada uma das etapas contribuirão para a conclusão do grupo a respeito da pertinência ou não da diminuição da jornada de trabalho.

### Para ampliar

#### Livros

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

O autor discute as características do mundo do trabalho na sociedade contemporânea.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

Para trabalhar com o conceito de alienação, sugerimos o capítulo 7 do livro.

CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FE-USP, 2001.

As questões da seção **Pesquisar** foram inspiradas nesta dissertação de mestrado, cuja leitura pode ser de grande utilidade para o professor compreender o tema tratado no capítulo.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2008.

Coletânea de artigos a respeito do trabalho no mundo contemporâneo.

#### Site

Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Dados do mercado de trabalho, emprego, renda e relações de trabalho.

### Filmes

*O fim do sem fim*, de Lucas Bombozzi. Brasil, 2000, 92 min.

O documentário aborda uma série de profissões que estão em extinção no Brasil contemporâneo.

*Motoboy vida loca*, de Caito Ortiz. Brasil, 2003, 53 min.

O documentário acompanha o cotidiano de cinco motoboys, retratando as dificuldades de sua rotina e suas condições de trabalho.

*Terra fria*, de Niki Caro. EUA, 2005, 126 min.

O filme conta a história de uma mulher que é contratada nas minas de ferro de uma região de Minnesota, nos Estados Unidos. Nesse novo emprego, ela enfrenta problemas com os colegas de trabalho, compostos majoritariamente de homens.

## 7.2. Etapa 2: A construção da Nação

### CAPÍTULO 1

## A invenção do Brasil

---

Esse capítulo tem como objetivo central introduzir o educando no estudo da História do Brasil. Coloca-se em destaque a formação cultural do nosso país, marcada pela diversidade e pelos muitos conflitos que estiveram presentes no processo de conquista e dominação dos povos indígenas. Há também a introdução da escravidão africana, que trouxe aproximadamente quatro milhões de africanos para o Brasil até meados do século XIX.

O capítulo mostra que a história da cultura brasileira não se inicia com a conquista portuguesa, mas muito antes, quando uma grande variedade de povos indígenas já habitava essas terras e desenvolveu tradições e modos de viver que permaneceram após a conquista portuguesa. Há um grande patrimônio cultural material e imaterial que expressa e guarda a memória das culturas indígenas, como danças, rituais, vestimentas, grafismos, comidas, línguas, manifestações religiosas etc. que ainda estão presentes na cultura brasileira.

Em seguida, examinamos a história da conquista portuguesa, diretamente relacionada com a história da chamada expansão marítima europeia. Vale aqui discutir acerca da intencionalidade ou não do descobrimento. Durante muitos anos, os professores pregaram que o acaso teria feito a esquadra de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil. Na atualidade, muitos argumentos pesam contra essa tese, pois Cabral já tinha indicações de que essas terras poderiam existir. Além disso, não há elementos que possam comprovar que sua esquadra tenha se perdido. Além disso, outros navegadores já tinham pisado em terras brasileiras antes dele.

Iniciamos aqui também o estudo dos primeiros passos da colo-

nização do Brasil pelos europeus, enfocando o corte do pau-brasil, a criação das capitânicas hereditárias e a chegada dos jesuítas, importante braço da consolidação do processo de conquista. É importante lembrar também que a história da exploração do pau-brasil é o início da história da devastação da mata atlântica, que, ao longo de vários séculos, sofreu o impacto da exploração do pau-brasil, da plantação da cana-de-açúcar, da mineração e da cafeeira.

### Aplicar conhecimentos I

A primeira atividade do capítulo faz referência às teorias de ocupação da América e à história do continente antes da ocupação europeia.

1. Pode-se afirmar que a história da formação cultural brasileira não se inicia com a conquista europeia, mas com a própria história da ocupação do continente americano.
2. Deve-se considerar que as teorias sobre a ocupação da América são contraditórias, especialmente no que se refere à sua datação.
3. A diversidade cultural pode ser observada com a presença dos grupos amazônicos ceramistas, de povos agricultores e de diferentes grupos que ocupam o território com variadas tradições.

### Ler texto jornalístico

O texto do psicanalista Contardo Calligaris coloca várias questões sobre o significado da conquista portuguesa. Ele foi produzido no ano 2000, momento em que se realizavam as comemorações dos 500 anos da conquista portuguesa em Porto Seguro. Paralelamente às comemorações, ocorreu a Conferência dos Povos Indígenas, que protestava contra uma festa que na visão deles não fazia sentido. O que haveria de fato para eles comemorarem, considerando todo o processo de destruição das culturas indígenas e a perda das terras para os portugueses?

O autor questiona, inclusive, o uso do termo descobrimento, pois esse seria o descobrimento na visão de quem?

Em 22 de abril de 2000, o líder indígena pataxó Jerry Adriani Santos de Jesus, mais conhecido como Matalauê, leu o discurso abaixo, comentando o evento:

Hoje, é esse dia que podia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra.

Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito porque essa terra pertence a nós.

Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente?

Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos desta terra, que vivem em harmonia com a natureza: Tupi, Xavante, Tapuia, Caiapó, Pataxó e tantos outros.

Séculos depois, estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar.

São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas diferentes, mas apenas em 500 anos esses 990 povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil.

Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturação, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão.

Hoje, querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do Descobrimento.

Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo.

Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás.

Com o nosso sangue, comemoram mais uma vez o Descobrimento.

Com tudo isso, não vão conseguir impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase 6 mil organizações indígenas em todo o Brasil.

Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos; teremos resultado a médio e a longo prazo.

A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais clamando por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis pelas agressões aos povos indígenas.

Estamos de luto. Até quando?

Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração, e vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade.

MATALAUÊ, índio Pataxó registrado com o nome de Jerry Adriani Santos de Jesus. "Discurso sobre as comemorações dos 500 anos de Brasil".

Folha de S.Paulo. São Paulo, 27 abr. 2000. Caderno Brasil, p. 1-4.

### Aplicar conhecimentos II

1. b; 2. a

### Sugestões para aprofundamento

#### Participação social

Nesse volume, as atividades de participação social estão voltadas ao reconhecimento e à apropriação da escola como espaço público e político. Muitas vezes as discussões e abordagens escolares sobre cidadania ficam num plano geral e pouco contextualizado, quando na verdade a cidadania é um processo de construção, com avanços e recuos, que se coloca em planos muito concretos da vida.

A escola é um desses planos em que o exercício e o aprendizado da cidadania podem ser construídos, na medida em que a própria escola é um espaço atravessado por relações de poder, hierarquia, interesses distintos e conflitos e, sobretudo, um espaço conhecido pelos estudantes e repleto de significados, positivos e negativos. Mas nem sempre esta passagem pela escola propicia

a reflexão dos alunos sobre o espaço escolar como um espaço político, de aprendizado e de exercício da participação, tampouco possibilita a eles pensarem-se como sujeitos dessa instituição, como autores do cotidiano escolar.

O objetivo das atividades é justamente esse: promover a construção de um novo olhar sobre a escola, partindo das próprias trajetórias escolares dos alunos, passando pelo reconhecimento dos espaços internos de participação na escola e chegando à questão da educação como direito humano e algumas de suas decorrências em termos da exigibilidade desse direito.

As atividades convidam aluno e os professores a investigarem a realidade específica de cada escola no que diz respeito à participação e às formas como as relações de poder estão configuradas, e a estabelecerem relações entre essa realidade e alguns conhecimentos mais amplos, como as legislações que definem a forma de gestão das escolas públicas. Além disso, as atividades podem motivar alunos e professores a provocarem outras discussões e ações, que possam ampliar o processo de democratização escolar, previsto em lei e que é um aspecto que abertamente defendemos aqui como tarefa de todos nós.

As propostas de atividades foram elaboradas através de passos sequenciais, de fácil compreensão. Mas o fechamento das atividades, a sistematização das informações e ideias levantadas, a produção de novas questões, a elaboração de sínteses é um trabalho artesanal, autoral e único.

## **CAPÍTULO 2**

### **A constituição do território brasileiro**

---

O capítulo está estruturado em três partes: “De arquipélago a continente”, “Unidade territorial e integração nacional” e “Regionalização brasileira”. Juntas, elas compõem o seu objetivo central, que é levar o estudante a compreender alguns dos mais importantes processos que levaram à constituição do território brasileiro atual, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Uma ideia-chave aqui é a de arquipélago geográfico e econômico como metáfora do território nos momentos em que a vida social se dava em relativo isolamento geográfico entre as frações que o compunham. A ausência de vias de ligação e as condições dos meios de transporte de então não permitiam deslocamentos mais rápidos e conferiam baixa fluidez aos espaços da Colônia.

Dessa forma, os circuitos econômicos ocorriam em bases geográficas razoavelmente delimitadas, como mostram os mapas do capítulo. Na passagem de arquipélago a continente, ergue-se um extenso território nacional, um desafio à unidade e à coesão internas, mas também uma possibilidade de desenvolvimento em face dos recursos de toda ordem. As elites coloniais e econômicas foram eficientes e bem-sucedidas na tarefa de construir a unidade nacional, mantendo sob seu jugo as populações nativas e afrodescendentes, sufocando rebeliões e revoltas provinciais.

Estado nacional, território, extensão e fronteira são noções geográficas importantes a serem desenvolvidas aqui.

É objetivo do capítulo também permitir que os estudantes analisem e avaliem os processos de integração territorial nacional e de regionalização do Brasil e examinem criticamente a concentração regional de recursos a partir da análise de dados estatísticos, ligados à exploração econômica no regime colonial escravista e no Brasil independente. Concorrem para isso as ideias de região, regionalização, integração e unidade territorial, destacando-se aqui o duplo processo de regionalização (implicando a diferenciação de áreas) e integração (enfatizando a gradativa integração e articulação internas).

O capítulo cria a oportunidade de leitura e interpretação de textos científicos, mapas e fotografias para compreender os processos de constituição do território brasileiro. Entretanto, isso não se dá de modo espontâneo. É importante que o professor crie oportunidades de aprendizagem para que os objetivos e as capacidades de leitura sejam desenvolvidos. Cabe salientar que os mapas são textos não verbais que exigem modos de leitura distintos do texto escrito. A linguagem cartográfica tem como base uma percepção visual universal, de apreensão imediata, apoiada em componentes a serem observados pelos estudantes (título, legenda, escala cartográfica, norte, toponímia, coordenadas geográficas, símbolos gráficos e outros). Pesquisas e redação de textos de síntese são propostas também desenvolvidas.

#### **Ler mapas I**

1. Refere-se ao Brasil.
2. O Brasil está sendo sobreposto à Europa.
3. Sim, são da mesma ordem de grandeza.
4. De Lisboa a Moscou, percorrem-se nove países diferentes e de Oslo a Tamanrasset, são seis os países percorridos.
5. Espera-se que a turma compreenda as dimensões continentais do Brasil.

#### **Ler mapas II**

1. Os mapas tratam das relações entre economia e território no Brasil. O primeiro deles, ao longo do século XVIII; o segundo, ao longo do século XIX.
2.
  - a) A cana-de-açúcar permaneceu basicamente na faixa litorânea, com alguma retração no sul da Bahia. Surgiram novas áreas de cultivo no entorno de São Luís (MA).
  - b) Do século XVIII ao XIX houve expansão da pecuária em largas faixas do sertão nordestino e do Pantanal (no atual Mato Grosso do Sul).
  - c) Já a partir do século XVIII a exploração de ouro, diamante e pedras preciosas se estabeleceu em Minas Gerais, oeste da Bahia, Goiás e região de Cuiabá (atual Mato Grosso), com alguma retração no século seguinte.

- d) Esse tipo de exploração alcançou basicamente uma larga faixa ao longo do rio Amazonas/Solimões nos séculos iniciais do período colonial, estendendo até o estado do Acre no século XIX.
3. Alguns eixos de transporte se estabeleceram ou se consolidaram ao longo do século XVIII, com nos cursos do rio Amazonas e Madeira e longos caminhos terrestres no Centro-Oeste e ligando cidades do litoral nordestino ao Sertão semiárido.
  4. Diversas cidades e vilas foram fundadas ou cresceram ao longo da faixa litorânea, com ampliação de núcleos no período da mineração em Minas Gerais e Centro-Oeste. Ao longo dos séculos XVIII e XIX houve uma divisão territorial do trabalho, se considerarmos as diferentes atividades econômicas.
3. Espera-se que os alunos percebam que, quanto mais densa é a malha, mais recursos são concentrados na respectiva região.
  4. A resposta é pessoal. Espera-se que os estudantes apresentem diferenciações regionais do estado e as diferentes motivações para uma eventual fragmentação, em especial dos possíveis futuros estados: Carajás/Marabá (expansão econômica em função da extração, processamento e exportação de minérios) e Tapajós/Santarém (vínculos econômico-sociais mais fortes com Manaus do que com Belém). Belém é a metrópole regional, sede do poder político e onde está concentrada a maior parte da população do Estado. O plebiscito resultou na rejeição da proposta de criação de dois novos estados. A divisão, se aprovada, demandaria recursos públicos para criar instituições do poder político nos novos estados.

### Ler imagens

A atividade permite uma reflexão sobre as cidades como espaços que serviram de base a inúmeras relações de trocas econômicas e interações sociais no processo de construção do território. É essencial deixar claro que as cidades ultrapassam as funções meramente econômicas, sendo também importantes espaços de trocas sociais e culturais.

Os estudantes terão a oportunidade de conhecer um pouco mais as tensões e os conflitos envolvidos nas revoltas provinciais, um dado que colocou em xeque a unidade territorial nacional. Para a consecução da tarefa, consulte e utilize a bibliografia de apoio e as indicações de fontes.

### Debater I

Espera-se que os alunos descubram as principais motivações do movimento, quando e onde ocorreu, quais as classes sociais envolvidas e suas principais lideranças, como se desenrolou o conflito entre as forças regionais e o poder central e qual foi o desfecho a fim de compreenderem, em parte, a questão da unidade territorial e da integração nacional.

### Ler mapas III e Ler texto científico

As atividades são propostas para desenvolver ideias a respeito da regionalização e da concentração regional dos recursos no país, um dado central para compreender inclusive políticas públicas e tensões sociais/regionais contemporâneas.

### Debater II

A atividade examina criticamente o papel do Estado como motor da gestão política interna e da intervenção nos processos de regionalização do território.

### Aplicar conhecimentos

Proponha aos estudantes que examinem as questões apresentadas ao final do capítulo.

- 1 e 2. As questões referem-se aos dois primeiros blocos do capítulo, enfocando os diferentes eventos e atores sociais no período colonial. Na segunda questão, a alternativa correta é d.
2. Alternativa d.

### Sugestões de atividade suplementar

Sugira a produção coletiva de um painel sobre identidade nacional e diversidade cultural brasileira. Nos processos de integração territorial e unidade nacional brasileira construiu-se a ideia de que todos pertencemos ao mesmo país, que possuímos, todos nós, um sentimento de identidade nacional. Por outro lado, ergueu-se um país que ainda não eliminou suas desigualdades sociais, gerando cidadãos de “1ª e 2ª classe”. Negros, indígenas pobres e mulheres, como se sabe, são os mais discriminados socialmente.

Contribui para tornar essa realidade mais complexa o fato de que possuímos também uma enorme diversidade cultural. Vivemos no mesmo país, sob as mesmas leis, todos que aqui nascem possuem uma nacionalidade – a brasileira – e falam a mesma língua. Ao lado disso, vivem no território brasileiro 238 etnias indígenas, que falam cerca de 180 línguas. Considere que sempre vamos encontrar nos países algum grau de diversidade cultural. Há casos de grande homogeneidade cultural (como Portugal), como outros em que a grande diversidade coloca em xeque a ideia de que há algo em comum entre os grupos que os constituem (caso da Índia). Por vezes, a diversidade cultural é grande a tal ponto que é quase o mesmo que diversidade nacional (como Canadá e Espanha).

No exemplo dos Estados Unidos, grupos com origens culturais distintas mal convivem e seguem modos próprios de vida, como “chicanos” de terceira geração, que não se reconhecem e não são reconhecidos como norte-americanos. Existem também situações em que há grandes diferenças socioculturais, mas que não chegam a apagar a identidade nacional construída, como parece ser o caso do Brasil. O que é então essa identidade nacional brasileira?

De posse dessa discussão, proponha aos estudantes que se organizem em grupos. Juntos, eles vão construir o painel sobre identidade nacional e diversidade cultural brasileira. Para isso, é importante estabelecer um roteiro de pesquisa, destacando, entre outros: a formação étnico-cultural da sociedade brasileira; os grupos que a compõem, segundo a cor, origem, cultura ou região de origem; os intercâmbios culturais que ocorreram entre as diferentes regiões brasileiras, sobretudo em função de migrações, e a força dos meios de comunicação de massa.

O grupo pode também realizar pesquisas de opinião, entrevistando pessoas de diferentes faixas de renda, idade, sexo, escolaridade ou local de origem para descobrir o que elas pensam a respeito de sua própria identidade, sua relação de pertencimento com o país, região ou o estado em que vivem. Sugira que os grupos criem um título que reflita as conclusões a que cada um deles chegou. Em seguida, que discutam os resultados com a turma e exponham o que foi desenvolvido pela turma para outros públicos, como os demais estudantes da escola, membros da comunidade e outros.

### Para ampliar

#### Livros

CORRÊA, Roberto L. *Trajéorias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Wanderley M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. *Território*. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, ano IV, n. 7, p. 7-23, jul./dez., 1999.

DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido da Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

## CAPÍTULO 3

### Dimensões do Brasil colonial

---

Este capítulo amplia o estudo da história da colonização portuguesa na América já iniciado no Capítulo 1, focando-se no chamado sistema colonial. Ainda no século XVI, os portugueses começaram a montar no Brasil um sistema produtivo baseado no trabalho escravo, especialmente africano, na criação de latifúndios monocultores com produção voltada para o mercado externo.

Nesse contexto, iniciou-se o plantio da cana-de-açúcar, instituiu-se o tráfico de escravos africanos e, em fins do século XVII, a exploração de ouro e diamantes.

Nessa história da colonização, tiveram importante papel os jesuítas e os bandeirantes. Os primeiros contribuíram para que a autoridade da metrópole se constituísse na Colônia. Ao catequizar os índios, os jesuítas estavam estabelecendo os marcos de uma nova cultura que se constituiria com base no pensamento católico.

Já os bandeirantes atuaram como desbravadores dessas novas terras e destruíram muitas comunidades indígenas ao escravizarem suas populações, que seriam comercializadas por eles como trabalhadores cativos.

Nesse contexto, constituiu-se uma sociedade em que muitos conflitos estavam presentes. A colônia tinha uma finalidade evidente para os portugueses: fornecer toda a riqueza possível.

Ao estudar esse Brasil colonial, vale refletir sobre as consequências dessa formação social na construção de uma nação independente. De que maneira a longa história da escravidão, por exemplo, teria influência no país que somos hoje? Além disso, devemos abordar a diversidade cultural que se instituiu, uma vez que se trata de um país constituído por diversas culturas, havendo grande presença das culturas africanas, indígenas e europeias.

#### Ler documento

A carta do jesuíta Manoel da Nóbrega, escrita pouco tempo depois da chegada do grupo religioso a Salvador, deixa bastante clara a visão que esse grupo tinha dos povos indígenas. Ele afirma que os índios não teriam religião, apenas adorariam trovões, que chamavam Tupã. Assim, ele descaracteriza os elementos dessa cultura, considerando que o único Deus que poderia se admitir era o cristão. Ele também condena os pajés e as práticas tradicionais de cura.

#### Ler imagem

Nessa imagem de 1710 estão representadas diferentes etapas de trabalho na produção de açúcar. É possível observar ao fundo a moenda, em que a cana é moída logo após a colheita. Extraído o caldo, é levada às fornalhas para que se produza o melaço. Observa-se ainda trabalhadores manipulando o açúcar na etapa em que é colocado em vasos para se processar o seu branqueamento.

#### Ler depoimento e poema

A atividade é uma oportunidade para discutir o preconceito racial existente no Brasil e ao mesmo tempo o sentido de luta inspirado em Zumbi na direção da superação do preconceito e afirmação da identidade cultural afro-brasileira. Levante com os alunos outras situações cotidianas em que os negros são colocados em segundo plano ou mesmo sua presença é negada. Discuta também os caminhos para superação das desigualdades.

#### Ler textos jornalísticos

Possibilita a ampliação dos conhecimentos sobre a constituição da cultura brasileira com base em suas origens também africanas. O texto faz referência à história dos quilombos, que guardam parte da memória e das tradições africanas presentes no Brasil. A história da comunidade quilombola Cafundó traz alguns desses elementos que estão presentes em nossa cultura. Além disso, deve-se discutir também os conflitos vividos pelos quilombolas que precisam lutar pelo registro de suas terras cuja posse foi garantida pela Constituição de 1988.

#### Aplicar conhecimentos

1. a; 2. a.

## Para ampliar

### Livros

MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007.

O livro traz subsídios para a compreensão mais ampla da história africana e sua relação com a história da colonização do Brasil.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Traz vários verbetes sobre a história colonial brasileira e aborda os mais diferentes aspectos. Obra de referência que pode contribuir para o estudo do período.

### Filmes

*Brava gente brasileira*, de Lucia Murat. Brasil, 2000, 104 min.

Conta a história de um forte, em 1778, na região do atual Mato Grosso, que foi cercado por colonizadores e atacado com a intenção de escravizar índios que ali se encontravam.

*A missão*, de Roland Joffe. Inglaterra, 1986, 125 min.

Relata o trabalho missionário de um padre jesuíta na América do Sul.

*Hans Staden*, de Luiz Alberto Pereira. Brasil, 2000, 92 min.

Coloca em cena a história do soldado e marinheiro alemão Hans Staden, que ficou sob o domínio de índios antropófagos por vários meses nos anos 1550.

*Xica da Silva*, de Cacá Diegues. Brasil, 1976, 117 min.

Reconstitui a história de uma escrava negra de Diamantina (MG), que, nos anos 1750, seduziu um fidalgo e conseguiu enriquecer, transformando-se em primeira-dama local.

## CAPÍTULO 4

### Questão agrária no Brasil: a relação com a terra

---

Este capítulo tem como objetivo apresentar a questão agrária no Brasil a partir dos primórdios da colonização, buscando as origens do latifúndio e da exclusão do acesso à terra de uma parcela significativa da população brasileira.

Do início da colonização até a Lei de Terras, fazemos um recorte histórico e retomamos nossa abordagem a partir do governo militar que se instalou no país em 1964.

Abordamos então o tema da reforma agrária, que tem um forte apelo nos movimentos sociais.

Apresentamos ainda o tema do agronegócio, também conhecido como agricultura patronal. Chamamos a atenção aqui para a desigualdade entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. A cultura da soja é destacada pelo seu poder de penetração e pela enorme movimentação financeira que proporciona.

Na outra ponta do agronegócio aparece a cana-de-açúcar, que tem ganhado terreno devido ao seu potencial energético: o biocombustível.

Passamos pela agricultura familiar e seu enorme peso na produção de alimentos que abastece o mercado interno brasileiro.

Outro tema bastante relevante é o das novas relações campo-cidade. Sobre isso, inicialmente, gostaríamos de trazer um artigo da *Folha de S.Paulo*, citado no início da abordagem sobre o tema:

### População das cidades se iguala à rural no planeta

#### Para a ONU, processo pode ser positivo; áreas urbanas concentram pobreza, mas também permitem sair dela Onda de urbanização se concentra agora na África e na Ásia; fenômeno só terá saldo benéfico com maiores planejamento e poder local

O mundo vivencia em 2007 um marco histórico: pela primeira vez, a população urbana se igualou à rural e, a partir de 2008, será cada vez mais predominante. Esse ponto de transição levou o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) a abordar o tema em seu relatório mundial de população, divulgado ontem.

As principais conclusões são:

- 1) a urbanização é inevitável, mas seus efeitos podem ser altamente positivos se as cidades se prepararem ou desastrosos em caso contrário;
- 2) não são as megacidades que concentram o crescimento. Ele se dá principalmente em cidades médias;
- 3) também não é a migração rural-urbana que mais explica a expansão, mas sim o crescimento vegetativo nas cidades;
- 4) a concentração populacional é melhor para o meio ambiente do que a dispersão;
- 5) os pobres têm direito à cidade e a decisão de migrar ou permanecer lá é racional. A pobreza é, em média, maior nas áreas rurais, onde também é mais difícil para os governos universalizar o acesso a serviços como educação e saúde.

O desafio de preparar as cidades para o crescimento existe desde que, entre 5 mil e 15 mil anos atrás (não há data consensual), as primeiras vilas urbanas surgiram. A melhoria das técnicas agrícolas permitiu que a produção superasse o consumo, liberando mão de obra para outras atividades.

### Segunda onda

Desde então, ocorreram duas grandes ondas de urbanização. A primeira começou na Europa e na América do Norte durante a Revolução Industrial e durou dois séculos (1750 a 1950). A mais recente teve início na segunda metade do século passado e acontece em ritmo mais acelerado. Ela está num estágio bastante adiantado na América Latina – onde as taxas de urbanização já superam as europeias – e cresce principalmente na Ásia e na África. Essa segunda onda acontece também num período em que as projeções da ONU indicam que a população mundial sairá dos atuais 6,6 bilhões para 9 bilhões em 2050. O relatório do UNFPA tem visão positiva desse

processo e sustenta que, se é fato que as cidades concentram pobreza, também é verdade que elas representam maior esperança de escapar dela. Mas o texto alerta que os benefícios da urbanização dependem de uma mudança das políticas públicas. A primeira dessas mudanças é a aceitação de que o processo é inevitável. Segundo o relatório, quase todas as tentativas para conter a migração rural-urbana no mundo foram em vão, e as poucas que funcionaram fizeram uso de métodos autoritários (Vietnã e China), com resultados temporários. Mesmo assim, um número crescente de países em desenvolvimento (51% em 1996 e 73% em 2005) tinham políticas para reduzir a migração. “As pessoas migram para as cidades porque têm consciência de que estarão melhores lá. Muitos governos tentaram conter esse fluxo evitando a oferta de serviços, despejando-as, ou até pagando a passagem de volta, mas isso não teve efeito”, diz George Martine, autor principal do relatório. Martine, que é também presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, afirma que ele mesmo já participou, no Brasil, de um grupo de estudos criado na década de 1970 para discutir a migração do Nordeste para São Paulo. “Era um plano bem-intencionado. O pressuposto era de que a concentração populacional era negativa. Havia na época a ideia de que a igualdade social seria maior se houvesse igualdade espacial. Olhando hoje em retrospectiva e dentro de uma economia de mercado, é um raciocínio triste.”

## Crescimento vegetativo

A mudança de política depende também de um melhor entendimento das razões da urbanização. Elas são distintas em cada cidade, mas o relatório sustenta que, na média mundial, o maior componente é o crescimento vegetativo (mais nascimentos do que mortes). Por isso, a diminuição das taxas de fecundidade – por meio da equidade de gênero e da melhoria da saúde reprodutiva – seria mais eficiente para reduzir o crescimento do que a tentativa de controle da migração. Outra característica do crescimento que, para o UNFPA, exige adaptação imediata é que, como o processo acontece principalmente em cidades de médio porte, é preciso fortalecer os governos municipais. Para o fundo, isso não significa que as grandes cidades devam deixar de ser alvo de ações de governos, pois uma variação percentual pequena, como uma taxa de 1% ao ano, significa para uma cidade de dez milhões de habitantes mais um milhão de pessoas em dez anos. Martine destaca também que o fato de reconhecer que o crescimento urbano é inevitável não deve levar governos a deixarem de se preocupar com o desenvolvimento rural: “Não são duas opções excludentes”.

GOIS, Antônio. *Folha de S.Paulo*, 28 jun. 2007.

Gostaríamos ainda de destacar algumas modificações no campo em razão do processo de modernização. O educador pode colocar alguns desses tópicos na lousa e pedir que os educandos complementem com novas informações. A questão é entender o que mudou na área rural brasileira, em razão da modernização, que tem um caráter urbano e, por isso, tem diminuído as diferenças entre o que é urbano e o que é rural.

Atividades econômicas – Esse aspecto sofre mudança radical em algumas regiões do Brasil. As atividades ainda têm como base a agricultura e a pecuária, porém foram introduzidos novos proces-

sos de transformação do produto agropecuário. É o caso da agroindústria da cana e da laranja, por exemplo.

Natureza – Com a modernização tecnológica nas atividades agropecuárias, a dependência em relação à natureza diminui acen-tuadamente. O processo produtivo obedece mais ao ritmo do planejamento humano e de suas necessidades [...]. Com isso, a produtividade aumenta, áreas consideradas inadequadas são aproveitadas e rompe-se com a sazonalidade de alguns bens agrícolas.

Demografia – O campo continua apresentando baixa densidade demográfica, menor ainda que no passado. Mas há mudanças significativas em relação ao mundo rural tradicional. O trabalho em algumas áreas se assemelha ao trabalho fabril, e os empregados dos empreendimentos agrícolas não moram no local onde trabalham. Muitas vezes moram nas cidades e vivem no seu tempo livre uma vida urbana. Em torno da prosperidade de algumas regiões agrícolas, há um adensamento urbano da cidade associada. Nesse caso fica difícil distinguir o campo da cidade.

OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. *Espaço e modernidade: temas da Geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999. p. 242.

Procuramos oferecer nesse capítulo uma grande quantidade de definições, tabelas explicativas, mapas e dados sobre o que se produz na área rural brasileira.

Esse capítulo tende a ser muito polêmico e a despertar discussões em sala de aula. Recomendamos que o educador estimule o debate e provoque os educandos para que respaldem suas opiniões por meio da pesquisa de material fidedigno.

Sugerimos que os educandos sejam incentivados a contar as experiências que eventualmente tenham tido trabalhando no campo. Peça que busquem relatos de outras pessoas, incentive-os a entrevistar trabalhadores do campo, boias-frias, entre outros.

O educador pode ilustrar as aulas com outras histórias da luta pela terra, como é o caso do Quilombo dos Palmares e da Guerra de Canudos. Sobre ambos, existem muitas fontes e bons filmes.

## Ler imagem

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante indique a presença de barracos improvisados ao longo da rodovia, formando um acampamento.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante indique que tais acampamentos foram erguidos por trabalhadores rurais sem terra, um retrato da concentração de terras no país e da modernização conservadora, que expulsa agricultores de suas pequenas propriedades. O acampamento muitas vezes é a etapa anterior a uma ocupação de terra, antes considerada improdutivo.

## Pesquisar I

Resposta pessoal. Professor, ofereça apoio aos estudantes na pesquisa, coleta, seleção e organização das matérias e suas principais informações e dos termos utilizados para se referirem aos protagonistas das reportagens. Reserve tempos e espaços no laboratório de informática para que os alunos consultem portais de entidades e sites com notícias sobre trabalhadores rurais e sua luta pela terra.

### Ler texto científico

1. O termo, extraído da Constituição alemã de 1919, indica obrigações sociais do proprietário de terras naquele país. Entre elas, produzir de forma adequada e garantir relações de trabalho mais justas para com seus funcionários.
2. Para o autor, a questão da reforma agrária ganha nova importância porque passa a incorporar preocupações com a proteção ambiental. Trata-se de uma grande demanda social do final do século XX e do início do século seguinte.
3. A dupla deverá indicar que a Constituição Federal aprovada em 1988 estabelece no título II, capítulo I, artigo 5º, inciso XXIII que “a propriedade atenderá sua função social”. Trata-se de um princípio que indica que o uso da terra e da propriedade deve ocorrer em favor do bem-estar coletivo, e não somente do seu titular, seja produzindo alimentos ou abrigando pequenos produtores.
4. Resposta pessoal.

### Pesquisar II

Professor, ofereça apoio e subsídios para viabilizar os trabalhos de campo e todas as possíveis formas de registro das visitas. Auxilie a turma na identificação das entidades, associações, assentamentos rurais ou pequenos proprietários propostos na pesquisa. Se necessário, convide profissionais para rodas de conversa e debate com a turma. Organize tempos e espaços para organização, apresentação e discussão dos resultados.

### Ler mapa, gráfico e tabela

1. Recomende a cada aluno que examine com atenção a legenda do mapa e os títulos do mapa, do gráfico e da tabela.
2. Espera-se que a turma indique que os resultados mostram forte ocupação da agropecuária no Centro-Sul e na faixa litorânea do Nordeste. Os dados do gráfico e da tabela revelam que a maior parte das terras no país está ocupada com lavouras e pastagens naturais ou plantadas, superando biomas mais preservados.
3. Espera-se indicação de áreas de criação de gado bovino (MT, MS, SP), cana-de-açúcar (Sudeste e faixa litorânea do Nordeste), soja (Centro-Oeste, sul da Amazônia e BA, MA, PI e TO), café (MG, ES), arroz (RS) e outros.

### Pesquisar III

Professor, estimule a turma a realizar pesquisas e consultas sobre o tema. Há textos, relatórios e notícias em portais do Ministério da Agricultura, Embrapa e sites de empresas e órgãos dedicados a pesquisas em biotecnologias e biossegurança.

### Aplicar conhecimentos I

1. O mapa mostra um avanço inicial da soja envolvendo parte dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com expansão para o oeste da Bahia, Tocantins e sul do Maranhão e Piauí. Além disso, o mapa traz previsões de alargamento das áreas deste cultivo na região Norte e Nordeste, o que poderá intensificar problemas sociais e ambientais graves.

2. De acordo com o texto, a cana é um cultivo agrícola que remonta ao período colonial. Ele adquire nova relevância no final do século XX e início do XXI com a retomada das exportações de açúcar e as perspectivas promissoras para os biocombustíveis (etanol). O setor ainda é marcado pela concentração de terras e da renda agrícola, por práticas pouco sustentáveis do ponto de vista ambiental e por situações de exploração da força de trabalho.
3. Resposta pessoal.
4. Espera-se que o estudante indique que o cartum reforça um aspecto abordado no texto, que é o das más condições de trabalho ainda existentes na cultura canavieira.

### Debater

Professor, discuta os conteúdos das manchetes e considere, para o debate com os alunos, que determinadas instabilidades no preço do etanol estão ligadas à margem de lucros das grandes usinas e eventuais variações climáticas. Além disso, concorre com o preço da gasolina, um derivado do petróleo, que também apresenta oscilações no mercado internacional.

### Aplicar conhecimentos II

1. A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil, respondendo por boa parte da produção de feijão, mandioca, arroz, milho, hortaliças e outros.
2. Resposta pessoal.
3. O estudante deve considerar, na comparação, as respectivas situações fundiárias de cada segmento, modo de produção e destino dos bens produzidos. A agricultura familiar é praticada basicamente em pequenas e médias propriedades, com produção de alimentos para o mercado interno. Por vezes, arrenda suas terras ou trabalha na produção do agronegócio. Este se concentra em grandes propriedades, com produção de grãos (soja, milho, arroz) e criação de gado bovino e suíno e de aves, visando em grande parte o mercado externo.

### Informações complementares sobre as lutas no campo

#### Quilombo dos Palmares

Considerado um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão negra no Brasil, o Quilombo dos Palmares, hoje município de Palmares, localizava-se na serra da Barriga, fronteira entre os estados de Alagoas e Pernambuco.

A palavra *quilombo* tem origem em um dos grupos linguísticos falado na África Subsaariana pelos povos bantos. Originalmente, a palavra “quilombo” significa lugar de parada para os povos nômades, mas, no Brasil, adquire um significado de resistência dos povos africanos contra a escravidão. O quilombo era uma espécie de comunidade autônoma na qual viviam escravos fugidos principalmente dos engenhos de cana-de-açúcar existentes em Pernambuco, mas nele também existiam índios e brancos que eram marginalizados pela sociedade da época.

Segundo alguns registros históricos, o Quilombo dos Palmares chegou a ter uma população de aproximadamente 20 mil

habitantes e uma organização própria, uma espécie de Estado com regras e normas que eram decididas em assembleias nas quais todos os adultos podiam participar. No entanto, aqueles que desrespeitavam essas regras eram punidos e, dependendo do tipo de infração, poderiam até mesmo ser condenados à morte.

Os quilombolas possuíam um forte esquema de segurança para se protegerem, com armadilhas colocadas estrategicamente no entorno da área ocupada.

Localizado em uma área com grandes florestas de palmeiras – essa é a origem do nome, Palmares –, o local era de difícil acesso, questão estratégica para evitar que os fazendeiros tentassem recapturar os escravos fugitivos. Os senhores de engenho pertencentes à classe dos proprietários rurais pagavam para que os chamados “capitães do mato”, uma espécie de segurança dos fazendeiros, recuperassem os escravos fugidos.

As atividades econômicas eram baseadas na caça, na pesca, na agricultura e também no artesanato que era comercializado com as populações que viviam nas redondezas.

Foram várias as expedições para destruir o Quilombo dos Palmares, mas a resistência era muito organizada. Entretanto, em 1694, o quilombo foi invadido e os quilombolas, derrotados. Contudo, Zumbi, o rei de Palmares e símbolo dessa luta, conseguiu fugir. Um ano depois foi capturado, teve seu corpo esparado e sua cabeça ficou exposta na cidade de Olinda.

## Guerra de Canudos

Outro momento significativo na história da luta pela terra pode ser observado no fim do século XIX durante a Guerra de Canudos, que teve início em 1893 e terminou em 1897, no município de Canudos, sertão da Bahia.

Para compreender o contexto desse movimento, é necessário entendermos a realidade socioeconômica da época.

Em 1889, o Brasil proclamou a República e dava início a uma nova era de organização da estrutura social e política no país. O novo governo incrementava a cobrança de impostos para manter a máquina administrativa que estava surgindo. Ainda nesse contexto, a escravidão já havia acabado após a assinatura da Lei Áurea em 1888, mas os ex-escravos não tinham direito à terra e viviam um processo de discriminação social que fazia com que vagassem em busca de uma vida melhor.

Somada a essa situação, a questão climática não era nada favorável, com a ocorrência de longos períodos de seca cujas consequências eram a fome, o aumento da miséria e a revolta de lavradores pobres e ex-escravos. Essa situação de miserabilidade fez com que muitos desses excluídos buscassem alternativas para sair da precariedade em que viviam e comesçassem a se organizar em torno da utopia de uma vida melhor.

Naquele momento, surgiu a figura do beato Antônio Vicente Mendes Maciel, uma espécie de andarilho que percorria os sertões, vivia de esmolas e acreditava ser um enviado de Deus. Subversivo, louco e místico, essas eram algumas das definições para identificar aquele que ficou conhecido como Antônio Conselheiro,

ro, líder messiânico do Arraial de Canudos, local escolhido para aglutinar os sertanejos pobres que buscavam uma vida melhor, distante da exploração dos latifundiários.

O arraial, fundado em 1893, possuía regras próprias, com produção e distribuição coletiva de alimentos, e chegou a ter uma população de 25 mil habitantes, sendo considerado uma cidade de grande porte na Bahia daquela época. A religiosidade era uma das características aglutinadoras da população, formada por fiéis que acreditavam também lutar pela justiça social e pela construção de uma nova ordem social, na qual não houvesse tantas desigualdades.

Anunciando a salvação eterna e a libertação da situação de extrema pobreza, Antônio Conselheiro utilizava diversas passagens bíblicas em suas pregações e atraía cada vez mais adeptos às suas ideias. Em um primeiro momento, as autoridades republicanas acreditavam que o Arraial de Canudos era formado apenas por fanáticos religiosos que não ameaçavam o poder da República e da Igreja, mas, aos poucos, perceberam que ali havia um foco de resistência e que os rebeldes poderiam ampliar seu poder e, portanto, deveriam ser dominados e até mesmo eliminados.

Ao se sentir ameaçado, o governo federal enviou ao local três expedições militares para acabar com o arraial. De 1893 a 1897, a população de Canudos se manteve firme, derrotando as tropas republicanas, até que, na quarta expedição, foram enviados aproximadamente 10 mil soldados arrematados em 17 estados brasileiros e desse conflito resultaram aproximadamente 25 mil mortos.

Em 1897, o engenheiro militar Euclides da Cunha foi escolhido para ser o correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* e acompanhar o conflito entre os sertanejos do Arraial de Canudos e as tropas militares republicanas. O jornal publicou algumas reportagens sobre a última expedição que dominou os rebeldes, cujo resultado foram os milhares de mortos citados. Posteriormente, em 1902, Euclides da Cunha publica um livro intitulado *Os sertões*, um ensaio sobre a luta ocorrida em Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro.

## Para ampliar

### Livros

ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

Obra que oferece um panorama do Brasil a partir da perspectiva socioambiental.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

A obra é um panorama sobre a agroindústria canavieira no país, apresentando a modernização do setor e as transformações ocasionadas nesse processo.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ática, 2009.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Livro pioneiro no que diz respeito à abordagem de uma história do Brasil contada a partir do ponto de vista das relações entre sociedade e meio ambiente.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.

LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

Neste livro, Martins aborda questões polêmicas, como a atuação do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e aponta para o caráter ideológico das discussões em torno da questão agrária.

MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Este livro aborda a questão agrária no período de 1964 a 1984, analisando o que o autor chama de modernização conservadora no campo brasileiro ocorrida durante a ditadura militar no Brasil.

MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Escrito para jovens, pode ser adotado como livro paradidático, contribuindo para o conhecimento da luta pela terra em toda a história da humanidade. Obra fundamental para entender a estrutura agrária brasileira, as políticas públicas elaboradas e o surgimento dos diversos movimentos camponeses, entre messiânicos, espontâneos e organizados.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REVISTA HISTÓRIA VIVA, ano IV, n. 45, São Paulo: Dueto, 2006.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA, ano 3, n. 30, Rio de Janeiro: Vera Cruz, abr. 2006.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2011.

Obra de referência para pensar dessa matéria e seu ensino. De forma abrangente, discute os principais temas

da Geografia, elaborada por professores da Universidade de São Paulo.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 2011. (Espaço e debate.)

Livro que apresenta a questão e discute a reforma agrária como um pressuposto para o desenvolvimento econômico e social do país. O autor, o principal líder do MST, assume já na apresentação o seu posicionamento em defesa da reforma agrária.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. *A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna, 1999.

Com linguagem bastante acessível, este livro apresenta um apanhado histórico sobre o processo de colonização e povoamento do Brasil e aborda a questão da ocupação desordenada e do mau aproveitamento da terra no país.

### Sites

Brasil. Disponível em: <[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Nesse portal, é possível acessar informações dos diferentes órgãos ligados ao governo com dados sobre produção, política agrícola, pesquisa, entre outros.

Embrapa. <[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que traz informações sobre a agroindústria, agricultura, pesquisa, tecnologia, projetos de desenvolvimento agrário, bem como mapas interessantes.

IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Traz informações sobre o censo agropecuário e populacional, mapas e uma diversidade enorme de dados sobre o Brasil.

Marcio Baraldi. Disponível em: <[www.marciobaraldi.com.br](http://www.marciobaraldi.com.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

O cartunista oferece nesta página uma série de charges que abordam a questão agrária.

### Filmes

*Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho. Brasil: Globo Vídeo, 1984, 120 min.

O filme, iniciado em fevereiro de 1964, pretendia contar a história política do líder da liga camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. O golpe militar de 31 de março interrompe esses planos. O diretor retorna à região 17 anos depois, reencontra vários personagens e retoma as filmagens. O filme é interessante para discutir a organização camponesa, as lutas e a violência no campo.

*Canudos*, de Ipojuca Pontes. Brasil, 1978, 78 min.

*Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende. Brasil, 1997, 169 min.

*Quilombo*, de Cacá Diegues. Brasil/França, 1984, 119 min.

*Sobreviventes: os filhos da Guerra de Canudos*, de Paulo Fontenelle. Brasil, 2004, 76 min.

## CAPÍTULO 5

### Paisagens naturais brasileiras e expressões culturais regionais

Esse capítulo trata dos domínios morfoclimáticos brasileiros; no entanto, discutiremos também o tema populações tradicionais, apresentando aos alunos diferentes grupos humanos e sua forma de se apropriar dos recursos naturais. Entre os objetivos desse capítulo destacam-se a apresentação da variedade significativa de mosaicos naturais existentes nesse vasto território e das principais ameaças que pairam sobre os diferentes domínios. Apresentamos ainda elementos para que os alunos tenham alguma informação sobre fundamentos climáticos, geomorfologia, pedologia e distribuição biogeográfica.

Uma questão correlata é a apropriação dos recursos naturais pelos diferentes grupos humanos do país. Assim, apresentamos desde o agronegócio até a forma de exploração de algumas populações tradicionais.

Apresentamos aqui um pouco da discussão que levou à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), para auxiliar na compreensão da legislação ambiental do país e para apresentar a especificidade de uma reserva extrativista, que representa um modelo de conservação no qual a população que habitava tradicionalmente a área e que contribui com suas técnicas de manejo para sua conservação pudesse ser mantida em seu local de origem e, ao explorar a área de forma sustentável, contribuísse com a sua conservação ao mesmo tempo em que asseguraria novos ganhos com a incorporação de novas tecnologias e com o desenvolvimento de atividades que agregassem valor ao produto, antes comercializado *in natura*. Assim, a criação desse tipo de unidade de conservação é considerada uma grande conquista social e ambiental para o país.

O Snuc entrou em vigor com a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, após 8 anos de debates no Congresso Nacional, envolvendo ambientalistas, populações tradicionais, congressistas e diferentes ONGs.

As unidades de conservação que fazem parte do Snuc dividem-se basicamente em duas famílias:

- unidades de proteção integral – a lei traz cinco categorias de unidades de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre;
- unidades de uso sustentável – aqui temos sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie); Floresta Nacional (Flona); Reserva Extrativista (Resex); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva de Fauna; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Entre as diretrizes do Snuc\* podemos citar:

- a) assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

- b) assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- c) incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;
- d) considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
- e) garantir às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;
- f) preservar a natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

\*Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Paralelamente à apresentação de reservas extrativistas, apresentamos algumas populações tradicionais. Abaixo escolhemos um excerto que pode contribuir para uma melhor compreensão desse conceito:

[...] O território dessas sociedades (tradicionais), distinto daquele das sociedades urbano-industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça) e tem levado órgãos responsáveis a transformá-lo em “unidade de conservação” porque “não é usado por ninguém”. Daí, resultam conflitos entre comunidades camponesas e autoridades conservacionistas.

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema não visa somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revela a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos.

Além do espaço de reprodução econômica das relações sociais, o território é também o *locus* das representações mentais e do imaginário mitológico dessas sociedades. A íntima relação do homem com o meio e sua dependência maior com o mundo natural, comparada à do homem urbano-industrial, faz que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes, a abundância nas rochas) sejam associados às explicações míticas ou religiosas. As representações simbólicas que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também dependem de um maior ou menor controle que dispõem sobre o meio físico.

Assim, o caçador tem um comportamento familiarizado com a mata, nela adentrando para retirar os recursos de que precisa; também não tem receio de fazer uso dos estuários e lagunas costeiras, mas muitos têm um verdadeiro pavor do mar aberto, do “mar de fora”, da “paisagem da barra”, dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controlam.

Disponível em: <[www.usp.br/nupaub/saberes/sabereshtm](http://www.usp.br/nupaub/saberes/sabereshtm)>.

Acesso em 8 fev. 2012.

É importante analisar o sistema de representações que essas populações constroem, pois é com ele que agem sobre o meio natural. É também com essas representações mentais e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. O imaginário dos povos das florestas, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que as destroem (**caipora/curupira, mãe da mata, boitatá**), os que maltratam os animais (**anhangá**), os que matam animais em época de reprodução (**tapira**), os que pescam mais que o necessário (**mãe-d'água**). Os moradores da várzea da Marituba (AL) têm várias lendas, como a da mãe-d'água, que vira a canoa daqueles pescadores muito ambiciosos.

Com base nas considerações anteriores, pode-se dizer que essas sociedades se caracterizam:

pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;

pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;

pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;

pela reduzida acumulação de capital;

pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

pela importância das simbologias, mitos e rituais associados a caça, pesca e atividades extrativistas;

pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;

pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e

pela autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, R. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. Disponível em: <[www.mma.org.br/estruturas/chm/-arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.org.br/estruturas/chm/-arquivos/saberes.pdf)>.

Acesso em: 8 mar. 2013.

Outro aspecto abordado nesse capítulo é a viabilidade de algumas atividades econômicas, “tradicionalmente” vinculadas

à noção de progresso, que tiveram como cenário os diferentes domínios brasileiros. Procuramos abordar em todos os domínios modelos alternativos de desenvolvimento, que se contrapõem às formas de exploração impostas pelo mercado. Esses modelos são baseados nos fundamentos “tradicionais” que pressupõem uma convivência mais harmoniosa com os domínios e as paisagens e implicam uma produção focada na convivência das espécies, o que vem de encontro ao paradigma do mercado de *commodities*, que vende mundialmente os recursos minerais e agropastoris. Advém desse olhar uma forma diferenciada de ocupação, baseada numa sociedade comunitária, onde os recursos são de posse coletiva, não institucional. Isso vem gerando confrontos em esfera global, uma vez que a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, tenta sobrepor-se às legislações locais-nacionais, assegurando as patentes ao grande capital, que, baseado nos conhecimentos “tradicionais” das populações indígenas, quilombolas, de agricultores, descobriu princípios ativos e recursos básicos e desenvolveu tecnologia de produção em larga escala. Esse controle global sobre os recursos em nome do capital vem encontrando resistência, uma vez que não se assegura a perpetuidade dos recursos nem do ambiente.

Discutimos ainda a biotecnologia e sua importância para agregar valor aos produtos da floresta e assim viabilizar projetos sustentáveis na região. São muitos os *sites* que oferecem informações sobre isso. O *site* da Embrapa ([www.embrapa.br](http://www.embrapa.br). Acesso em: 2 fev. 2012.) é uma importante referência.

### Domínio morfoclimático dos Mares de Morros

É importante ressaltar os impactos que esse domínio vem sofrendo ao longo dos 500 anos de colonização portuguesa. Novamente, ressaltamos a importância de se fazer referência à existência/resistência das populações tradicionais, bem como ao clima e à vegetação da área.

Abordamos essa floresta como a primeira a sofrer os impactos ambientais com a colonização portuguesa.

O entendimento sobre os demais domínios e faixas de transição seguem a mesma linha, e sugerimos que a finalização desse trabalho pressuponha uma síntese de todo o conteúdo estudado e ampliação de algumas das temáticas apresentadas. Insistimos que se deve buscar contrapor a noção de progresso e de ocupação com desmatamento, agricultura e criação de gado a outras atividades.

Nossa sugestão é que durante o trabalho com esse capítulo seja proposta uma discussão sobre os motivos que têm levado à remoção das feições dos domínios.

A etapa posterior pode ser uma análise em duplas da evolução da remoção dos domínios morfoclimáticos e suas causas, com a redação de relatório e discussão em sala. Nessa discussão coletiva, o professor anota no quadro os fatores da remoção (atividades humanas), as características favoráveis à ocupação, as técnicas ou tecnologias que facilitaram a ocupação e a porcentagem estimada da eliminação de cada domínio.

A remoção de parte considerável das paisagens naturais brasileiras se deu principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o país definitivamente implantou a industrialização, a agricultura moderna e um modelo rodoviário de integração nacional.

### Trilha ou estudo do meio

Outra atividade que pode ser muito proveitosa é uma saída a campo, para observar determinada paisagem natural. O professor deve elaborar um roteiro que tenha mapa, indicação do caminho/trilha e do que deve ser observado. Essa trilha deve ser elaborada para que os alunos possam descobrir como se deram a apropriação e a transformação do espaço. A trilha não possui demarcações, mas indicativos que devem ser postos no mapa, ou croqui (que pode ser elaborado pelos alunos em conjunto com o professor). Para o campo, os alunos devem levar o caderno de anotações/caderno de campo e as questões a serem trabalhadas. Pode-se pensar em dividir os grupos por tarefas distintas numa mesma área, bairro, setor, distrito, onde uns fazem o levantamento dos remanescentes do domínio, das utilidades do domínio aos usos existentes, da evolução da ocupação com base no depoimento dos mais velhos, além de pesquisas em jornais, revistas e bibliotecas.

É recomendável mesclar todos os tipos de questões e atividades lúdicas durante o caminho, diminuindo a caracterização de uma “aula prática”. A atividade deve ser encarada como uma novidade.

Essa atividade contribui, como comentamos no início, com outras ferramentas da Geografia. Para isso, devemos incluir desenhos, croquis, registro de dados, distâncias, pontos cardeais, moldes, cálculos de idade, área, pesquisas rápidas, entrevistas, uso de bússola, entre outras.

### Pesquisar I

Resposta pessoal. Espera-se que o estudante diferencie atividades extrativas predatórias (como mineração, garimpo e extração ilegal de madeira) e as sustentáveis (coleta e processamento de produtos florestais e manejo florestal). A turma deverá relacionar o tipo de atividade às características naturais do domínio (quente, úmido, com solos frágeis e elevada biodiversidade).

### Pesquisar II

Resposta pessoal. Espera-se que o estudante estabeleça diferenças entre os domínios quanto às formas e à altitude do relevo, à distribuição das coberturas vegetais e à variedade e porte das espécies vegetais. Da mesma forma, é importante que assinalem a associação entre o domínio e os climas tropicais úmidos, que garantem a presença de massas florestais biodiversas.

### Ler mapa

Com base no mapa, os estudantes deverão indicar os domínios amazônico e de mares de morros (neste último, com ecossistemas associados, caso dos manguezais).

### Ler texto científico I

1. Professor, ofereça apoio na pesquisa, coleta e seleção de imagens.
2. Resposta pessoal. O texto sugere que, apesar das condições adversas, o Sertão nordestino é densamente povoado. Diante de dificuldades para permanecer e produzir na terra, muitos migram em busca de novas oportunidades, seja para a Amazônia (durante o período áureo da borracha no final do século XIX e início do XX e nas frentes agrícolas das últimas décadas do século XX) e o Centro-Sul (para trabalhar nas grandes cidades do Sudeste ou nas atividades agrícolas do Centro-Oeste).

### Ler texto científico II

1. De acordo com o texto, o termo designa um grupo social tradicional associado ao pastoreio e criação de animais nos pampas do Rio Grande do Sul.
2. Resposta pessoal. O estudante deverá levar em conta que o gaúcho tradicional apresenta elementos que marcam sua identidade cultural, o sotaque peculiar, os hábitos como o consumo de chimarrão e o uso de vestimentas apropriadas para o pastoreio e a criação de animais.

### Pesquisar III

Resposta pessoal. Professor, ofereça apoio ao estudante na pesquisa, coleta e seleção de informações sobre fatores que ameaçam o pantanal, um rico santuário com muitas espécies de aves, répteis e mamíferos. Entre os principais estão o avanço dos cultivos (sobretudo o da cana-de-açúcar), a contaminação de solos e dos recursos hídricos com resíduos químicos industriais dos cultivos no Centro-Oeste. Há também pressões da pecuária extensiva, da caça e da pesca predatórias, de fluxos turísticos e de projetos de infraestrutura.

### Aplicar conhecimentos

Nas cheias, os rios trazem os nutrientes necessários para adubar as pastagens, aproveitadas no período de estiagem. Desse modo, o pantaneiro que trabalha na criação de animais precisa deslocar o gado para as partes mais altas nas cheias, retornando com os animais às pastagens situadas em pontos mais baixos no período da vazante.

### Para ampliar

#### Livros

AB’SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

#### Sites

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/mapas\\_brasil.shtm#](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/mapas_brasil.shtm#)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Atlas IBGE com material cartográfico atualizado. Pode ser usado em sala de aula.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2012.

O Ibama possui informações sobre legislação ambiental, biomas brasileiros, Unidades de Conservação etc.

SCHIAVETTI, Alexandre. Trilhas urbanas.

Explica como planejar a atividade de trilha. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/trilhas.html>. Acesso em: 2 fev. 2012.

### Filmes

*Expedições*. Disponível em: <www.expedicoes.tv>.

Apresenta diversos filmes mostrando todos os domínios morfoclimáticos brasileiros. Lá podem ser encontrados, entre outros, os filmes a seguir:

*Cerrado: Coração do Brasil*.

Uma viagem que mostra elevações, vales, cânions, chapadas e variedade de espécies da fauna e da flora deste ecossistema. No final do programa, Oscar Niemeyer conta como foi construir a capital Brasília em pleno “Coração do Brasil”.

*Cristalino I*.

Mostra uma viagem ao norte de Mato Grosso, na floresta Amazônica, onde a transição para o Cerrado é muito bem apresentada. A região de cristalino tem ainda remanescentes destes dois domínios, mas há grande avanço do desmatamento na região do arco do desflorestamento.

*Mata Atlântica 2004*.

Mostra o domínio de Mares de Morros, a grande variedade de espécies e como ela se estabeleceu na área de influência dos morros da porção leste do Brasil.

*Panorama Meio Ambiente do Brasil I e II*.

O primeiro dos programas investiga o processo de exploração das riquezas naturais, mergulhando na história do país para entender a degradação do meio ambiente e a luta das comunidades tradicionais pela terra. O segundo apresenta um painel da exploração comercial da terra nos séculos XX e XXI.

## CAPÍTULO 6

### A Filosofia e o cotidiano: sociedade civil e Iluminismo

---

O objetivo do capítulo é discutir algumas teorias políticas da Idade Moderna. O pano de fundo para essa discussão é o racionalismo do Século das Luzes. O capítulo se inicia com uma possível definição do termo razão e aponta para a tendência iluminista de posicionar-se contrariamente a toda forma de absolutismo.

Como forma de sensibilização, inserimos o quadro de Joseph Wright of Derby, que mostra um filósofo palestrando sobre astronomia por meio de um planetário. É importante percebermos que o processo representado surge de uma inquietação comum àqueles que viveram esse movimento: a de buscar compreender cientificamente as relações entre as coisas que nos cercam. Será que ainda partilhamos dessa inquietação?

### O homem é o lobo do homem

Como contraponto às teorias que serão discutidas no capítulo, fizemos uma breve exposição da filosofia de Hobbes. O estado de natureza hobbesiano é caracterizado como um momento de caos, medo e desespero. Para suplantar essa situação, ele defende que os indivíduos alienem sua liberdade e seu direito de defesa em nome de uma forma de poder que assegure o direito e a segurança de todos. O poder absoluto, na sua ótica, é o único capaz de suplantar essa tendência à violência que surge pela desconfiança. É muito importante que os estudantes entendam que esse, para Hobbes, é um processo necessário. Ele nega que haja uma natureza humana bondosa, cordial e socializável. Essas características somente se tornariam possíveis por meio do pacto social.

No texto há algumas relações que podemos fazer entre as ideias de Hobbes e os conflitos atuais. O professor deve acrescentar outros exemplos mediante o questionamento dos alunos. Muitas situações do cotidiano podem remeter aos problemas que Hobbes aponta nas tendências naturais dos seres humanos. Porém, é importante lembrar que o indivíduo que aceita submeter a sua liberdade a um “soberano” ainda carrega consigo as características do estado de natureza e sua tendência é descumprir o que foi acordado. A questão é que agora existem regras a serem seguidas e um poder dotado de força para garantir que elas se cumpram.

### Ler texto filosófico

O texto trata da instituição do poder soberano e as perguntas visam auxiliar a compreensão e a interpretação de alguns conceitos tratados por Hobbes. Elas podem ser respondidas por escrito ou trabalhadas coletivamente, após a leitura do texto, de maneira oral.

1. Para Hobbes é necessário que todo o poder da sociedade e, conseqüentemente, a força para aplicá-lo, estejam na mão do soberano. Pois cada um, abandonando o direito de usar de força para defender-se, permite que apenas a vontade coletiva seja realizada, extinguindo a guerra de todos contra todos que acontece por interesses pessoais e prevenção.
2. O Estado é a junção de todos os indivíduos de uma sociedade sob um pacto de não agressão e colaboração mútua, em que as vontades individuais são suprimidas pelo poder absoluto do soberano, que deve protegê-los e ditar regras para um bom convívio em sociedade.
3. O soberano é o governante absoluto de uma sociedade e pode ser representado por um indivíduo, um conjunto restrito de indivíduos ou uma assembleia.

## O bom selvagem e o contrato social

Os conceitos da filosofia de Rousseau são apresentados aqui pelo viés da crítica social. Essa escolha aponta para mais uma oportunidade de discutirmos alguns aspectos fundamentais da vida e da consciência política. A leitura do texto deve levar o aluno a compreender as diferenças e a oposição do pensamento de Rousseau em relação ao de Hobbes.

### Para refletir I

Com essa atividade, espera-se que os alunos sejam capazes de perceber as semelhanças existentes entre o quadro *Retirantes*, o texto de Rousseau e o trecho do romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. Levar os alunos a perceber que a ideia de uma sociedade justa exige que repensemos situações como as mostradas pelos textos e quadro já é uma forma de ampliar o horizonte de questionamento deles.

1. Rousseau demonstra como a desigualdade se legitima quando os menos favorecidos aceitam um pacto que beneficia os privilegiados, institucionalizando uma condição que existia de maneira injusta, mas que agora é pautada por leis. E o texto de Graciliano Ramos é quase uma exemplificação de como essa exploração ainda acontece.
2. Há nos textos lidos uma profunda crítica da exploração que se exerce sobre o homem em alguns casos e da sociedade que legitima essa exploração. O quadro de Portinari denuncia essa condição na figura daqueles que têm que se locomover constantemente em busca de melhores condições de vida.

## Montesquieu e os três poderes

O texto se insere como uma complementação da abordagem que fizemos até agora, passando pela contribuição de Montesquieu para a consolidação das concepções de Estado que partilhamos atualmente.

### Aplicar conhecimentos

Alternativa e. A questão apenas retoma os conceitos que estudamos em Montesquieu e ajuda a fixá-los.

### Para refletir II

Mais uma reflexão retomando os temas centrais do capítulo, relacionando-os pelos conceitos de guerra e conflito. O aluno deve perceber as relações entre a música proposta e o problema das crianças-soldados, remetendo-se aos descasos que a ganância daqueles que estão no poder pode causar.

### Para ampliar

#### Livros

CHEVALIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores).

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo*. Hobbes escrevendo contra o tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).

WEFFORT, Francisco. (Org). *Os clássicos da política*. 2 v. São Paulo: Ática, 1989.

#### Filme

*O enigma de Kaspar Hauser*, de Werner Herzog. Alemanha, 1974, 110 min.

Kaspar Hauser é um jovem que viveu em cativeiro durante toda a sua vida e um dia inesperadamente é deixado em uma praça da cidade alemã de Nuremberg. Em suas mãos carrega uma carta para o chefe da guarda e só sabe dizer a frase “Quero ser cavaleiro”.

O filme é baseado em uma história real e faz uma crítica aos preconceitos que a sociedade nutre pelos que agem de maneira diferente. Em vários momentos, Kaspar, de maneira inocente e natural, questiona as regras da sociedade e as certezas da ciência e da religião. A partir da exibição do filme podemos relacioná-lo à crítica que Rousseau faz ao processo de socialização do ser humano.

## CAPÍTULO 7

### As independências na América e a Revolução Francesa

---

Esse capítulo continua a analisar a história brasileira. No entanto, toma como ponto de partida as transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa entre os séculos XVII e XVIII que têm relação direta com o que aconteceu na América no mesmo período. Assim, devemos considerar que é impossível compreender a história da independência dos países da América sem estudar minimamente o que foi a Revolução Francesa e a influência do pensamento liberal sobre o mundo ocidental a partir do século XVII. Contudo, o movimento de independência do Brasil, por exemplo, não pode ser entendido apenas a partir do que ocorreu na história europeia, é preciso também compreender a especificidade da história brasileira.

Os assuntos tratados nesse capítulo nos remetem a grandes momentos de ruptura e são referências importantes para que se possa minimamente construir uma reflexão crítica com base em um pensamento histórico.

No entanto, não é objetivo do capítulo esgotar o estudo de assuntos tão amplos quanto a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa.

Sobre a Independência do Brasil, mostramos que esse não foi um movimento popular, mas para atender aos interesses de uma elite comerciante, proprietária de terras e escravocrata no fim da dominação colonial.

### Ler documento I

A atividade destaca a Declaração de Direitos, produzida em 1689, que foi a base de muitos documentos modernos referentes à noção de direito. A própria Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, feita durante a Revolução Francesa, leva em consideração esses princípios. Na Declaração de 1689, já aparecem com mais força as noções de liberdade e igualdade, contrariando o poder absolutista.

### Ler texto jornalístico

O texto escolhido traz a história da guilhotina, que foi criada durante a Revolução Francesa para democratizar a morte e reduzir o sofrimento.

Todos os condenados morreriam do mesmo jeito, independentemente da classe social. Além disso, o menor sofrimento possível passou a ser considerado um direito humano. A morte pela guilhotina era tão rápida e precisa que a dor e o sofrimento foram aliviados.

1. O Antigo Regime era a maneira como os revolucionários passaram a denominar as monarquias absolutistas que existiram antes da Revolução Francesa, que pregava o regime constitucional.
2. Podemos considerar que a criação da guilhotina se relaciona com a Revolução Francesa, uma vez que considera que todos os cidadãos condenados teriam o direito de morrer em igualdade de condições, independentemente da classe social, e de ter o menor sofrimento possível. A criação da guilhotina se insere na lógica de ampliação dos direitos do cidadão.

### Ler documento II

O jornal *Correio Braziliense* expressava a opinião do jornalista Hipólito José de Costa. Defensor da maçonaria, que não apoiava a Igreja católica, foi preso e acusado pela Inquisição de propagar a maçonaria na Europa. Em 1805, após ser solto, foi para a Espanha e, em seguida, para a Inglaterra, onde começou a editar o *Correio Braziliense* em 1808. Ele foi adepto das ideias emancipacionistas, defendendo a independência do Brasil.

1. e 2. No trecho incluído no capítulo, o jornal aponta a contradição de um país que conquistou a liberdade, mas mantém a escravidão. A permanência da escravidão no Brasil iria também contra o pensamento de autores clássicos do liberalismo, que defendiam a liberdade do indivíduo como um princípio elementar. Vale lembrar que não só a escravidão africana foi mantida como persistiu por praticamente todo o período imperial. Somente foi considerada ilegal em 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

### Aplicar conhecimentos

1. d; 2. d; 3. e
4. A atividade permite que se compreenda e discuta o sentido das ações afirmativas em um contexto de discriminação racial. É importante que os estudantes conheçam o Estatuto da Igualdade Racial e também pesquisem o tema, contextualizando as ações afirmativas no país levando em conta o Estatuto.

### Para ampliar

#### Filme

*Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, de Carla Camurati. Brasil, 1994, 101 min.

Esse filme retrata o período joanino, quando a família real portuguesa veio se refugiar no Brasil. Em especial, destaca a esposa do príncipe d. João VI, a espanhola Carlota Joaquina, que é tratada como uma mulher sexualmente incontrolável. Também d. João VI é satirizado, mostrado como um incompetente, incapaz de administrar o império. Ao assistir ao filme, cabe discutir a veracidade dessas informações e contrastar essa imagem com textos que dão outras informações sobre essas figuras. O filme cria uma caricatura que não corresponde à história delas. De qualquer forma, é uma ótima oportunidade para discutir a noção de verdade e a subjetividade do conhecimento histórico.

## CAPÍTULO 8

### Mudanças do Brasil imperial

No século XIX, o Brasil passou por transformações nas esferas política, social, urbana e econômica. Até 1808, a Colônia portuguesa na América seguia as ordens da metrópole e cumpria seu papel de produtor de riquezas de acordo com o pacto colonial vigente. Esse quadro alterou-se quando a família real transferiu-se para a Colônia diante da ameaça de invasão do exército napoleônico.

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro deu início a uma série de determinações que acabaram por configurar uma nova dinâmica à capital do Brasil. Entre 1808 e 1821, com a presença do monarca em terras brasileiras, a Colônia passa a ser a sede do império português. Além da abertura dos portos ao comércio, que pôs fim ao monopólio comercial, outras mudanças significativas aconteceram.

Neste capítulo, vamos discutir transformações ocorridas no espaço urbano de algumas cidades do Brasil, principalmente a do Rio de Janeiro. Essas mudanças visaram não apenas equipar a capital, mas aproximá-la dos padrões estéticos europeus, bem ao gosto da nobreza portuguesa. A vinda de profissionais franceses para cá cumpriu esse objetivo. A visita de artistas e cientistas estrangeiros, os quais produziram registros sobre a vida e os costumes nos trópicos, buscava divulgar uma imagem positiva do Brasil na Europa.

Também abordaremos no capítulo as consequências internas da nova situação política do Brasil, vivida após a Independência, em setembro de 1822. O país reorganizou internamente as suas posições políticas, procurando compor um equilíbrio de forças entre os grupos sociais com poder de representação.

Durante o Primeiro Império (1822-1831), o contexto nacional foi marcado por tensões entre os grupos que defendiam os interesses da elite nacional, os que almejavam mudanças mais radicais e os defensores dos privilégios dos portugueses. Para a frustração da maioria da população, d. Pedro I assumiu uma postura autoritária e centralizadora ao outorgar a Constituição de 1824, que garantia o poder ao monarca por meio da criação do Poder Moderador. Sobre a primeira Carta Magna nacional, é fundamental que se discuta o caráter excludente da maioria da população dos seus direitos políticos, uma vez que as condições para o exercício da cidadania estavam vinculadas a regras censitárias, de gênero e de manutenção da escravidão.

Com a saída do imperador, em 1831, e a instauração do governo dos regentes até a maioria de d. Pedro de Alcântara, o Brasil viveu conflitos entre o poder central e os governos locais. Os levantes regenciais podem ser explorados pelo professor como exemplos de contestação da ordem vigente. Detivemo-nos apenas na apresentação generalizada dessas revoltas, o que não impede que elas sejam trabalhadas mais profundamente, caso haja interesse em destacar os objetivos específicos de cada uma delas e a sua relação com o contexto regional.

No Segundo Império, o Brasil viveu as consequências do fim do tráfico negreiro e do início da industrialização. Procuramos discutir o papel da mão de obra escrava no funcionamento, não apenas da economia, mas também do cotidiano da sociedade brasileira, especialmente no espaço urbano. Regras impostas à população escrava determinavam o direito de uso do espaço da cidade, bem como dos comportamentos aceitáveis socialmente.

Com a restrição do comércio de escravos, os agricultores – com destaque para os das fazendas de café (produto que se destacou nesse período) – precisaram encontrar uma saída para a reposição de mão de obra. O incentivo à imigração de europeus para as lavouras cafeeiras foi a solução adotada. No entanto, a relação entre colonos e fazendeiros teve de ser regulada com o tempo, uma vez que, no início, a falta de legislação que assegurasse direitos aos imigrantes marcou a situação desses trabalhadores no campo.

Paralelamente ao fim do tráfico negreiro, e sintonizado com o contexto internacional da Segunda Revolução Industrial, o Brasil começou a industrializar-se. O período conhecido como a “Era Mauá” trouxe novas atividades produtivas para a capital. Mesmo com as dificuldades encontradas e o fracasso inicial, a industrialização brasileira criou raízes e preparou o terreno para as décadas seguintes.

### Ler imagens I

A atividade sugere a comparação de duas imagens do Rio de Janeiro oitocentista. A turma precisa atentar para a diferença entre brancos e negros no que se refere às vestimentas, ao tipo de

trabalho e ao cenário em que se encontram. É importante também que comparem tal cenário com o lugar onde vivem.

### Ler organograma

Na seção, propomos a leitura do organograma do poder no Brasil Imperial de acordo com a Constituição de 1824. O organograma é uma maneira eficaz de perceber a supremacia de um poder sobre todas as outras instituições políticas do país e a sua vinculação ao imperador, o que gerava uma centralização política indesejada aos governantes locais. É importante que o aluno faça um exercício de comparação com a estrutura dos poderes atuais, para entender como a criação do Poder Moderador implicava uma monarquia de caráter absolutista.

### Ler texto científico

O texto da historiadora Kátia Maria de Queirós Mattoso revela as diferentes riquezas na Bahia colonial, em estudo feito a partir do inventário das famílias. Aspectos do cotidiano podem ser conhecidos por meio das listas dos bens e das propriedades.

1. Para a autora, as riquezas podiam ser classificadas em “fortunas muito pequenas”, “fortunas médias baixas” e “verdadeiras fortunas”.
2. As riquezas das famílias que viviam nas cidades era medida tanto pelos bens materiais que possuíam, como também pelos escravos e propriedades que tinham.
3. A classe média urbana da Bahia colonial possuía um mobiliário mais diversificado e não tão rústico, uma casinha mais bem construída (não de taipa) e com quintal, às vezes um andar alugado, o que lhe conferia um pouco mais de prestígio.
4. Sim. Há algumas semelhanças, pois são “fortunas sólidas”, que somam grandes valores, e que têm seu patrimônio distribuído em “bens imobiliários, depósitos bancários, ações”, isto é, diversidade de bens e investimentos. Também são de famílias de uma elite política e cultural, envolvendo “funcionários e magistrados, representantes de várias profissões liberais e alguns membros do alto clero”.

### Pesquisar

A proposta da atividade é incentivar a coleta de informações e o tratamento de dados sobre a realidade do aluno. Portanto, a pesquisa é sobre a cidade onde ele vive.

### Ler imagens II

Para discutir a participação dos escravos no cotidiano das cidades, em particular no Rio de Janeiro, o aluno novamente observará registros do livro *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil*, de Jean-Baptiste-Debret. Selecionamos imagens que mostram a diversidade de funções praticadas pelos escravos no espaço urbano. Depois de observá-las, o aluno deverá descrever as atividades representadas e indicar o tipo de trabalho escravo referente a cada uma delas. Essa pluralidade de funções demonstra a dependência da sociedade imperial em relação à mão de obra escrava, não apenas

nas atividades agrícolas, mas também na dinâmica das cidades. Se considerar necessário, o professor pode usar outras imagens do período. Mais situações cotidianas foram representadas também por outros artistas que estiveram no Brasil durante o século XIX, como Hercules Florence, Johann Moritz Rugendas, Thomas Ender, Spix e Martius, entre outros. Pode ser solicitada aos alunos uma pesquisa iconográfica, inclusive sobre registros feitos de sua cidade ou região no mesmo período. A leitura de imagens é uma habilidade que deve ser explorada sempre que possível, por tratar-se de um documento histórico que requer procedimentos específicos para a sua interpretação.

### Ler documento

A seção reproduz um trecho do depoimento de um imigrante sobre a vida dos colonos nas fazendas de café do interior de São Paulo. O colono, de origem suíça, compara a situação dos imigrantes com a dos escravos. Aqui, o aluno necessita re-tomar conhecimentos anteriores sobre a condição da mão de obra escrava para compará-la com a dos colonos estrangeiros, indicando quais as semelhanças pertinentes, apesar do *status* social distinto, entre esses trabalhadores. É fundamental que se discuta a falta de direitos dos primeiros trabalhadores livres no Brasil. Essa atividade poderá proporcionar outras reflexões, como a permanência de trabalhadores em situações análogas à escravidão no mundo atual.

### Ler textos jornalísticos

A seção tem como objetivo estabelecer uma reflexão sobre a permanência de formas de trabalho análogas à escravidão. Mesmo após a sua abolição e das conquistas trabalhistas, ainda hoje no Brasil (e no mundo) há relações de trabalho que privam os trabalhadores de seus direitos fundamentais, como a liberdade.

### Ler biografias

Na seção, o aluno conhecerá duas histórias de vida de brasileiros afrodescendentes que lutaram contra a escravidão. A seção busca destacar o papel positivo dos abolicionistas na conquista dos direitos e a importância da mobilização social em torno de ideais.

### Para ampliar

#### Livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

Este volume traz ensaios de diversos autores sobre as instituições monárquicas e a organização do país como Estado independente, abordando as relações políticas e sociais, o âmbito familiar e a propagação das modas europeias no Rio de Janeiro e em outras províncias.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Estudo biográfico do visconde de Mauá, que apresenta o contexto do Segundo Império, com as tensões sociais e econômicas inerentes ao momento de mudanças, como o fim do tráfico negreiro e a industrialização internacional.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Síntese histórica da escravidão no Brasil, explora aspectos da vida cotidiana, como a resistência à condição de escravo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Um estudo biográfico e interpretativo do imperador d. Pedro II com base em documentos inéditos.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão.)

O historiador apresenta reflexões sobre a construção da paisagem brasileira e percorre diversas cidades do Brasil, que têm suas histórias contadas da perspectiva cultural e das mudanças vividas ao longo do tempo.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

O tema deste livro é a difícil situação social das mulheres que viviam à margem do sistema colonial na cidade de São Paulo. No século XIX, período anterior à expansão cafeeira, a pobreza dominava a maioria da população feminina, que se via obrigada a encontrar saídas para a sua sobrevivência.

#### Sites

*Constituição brasileira*. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Versão eletrônica da Constituição vigente e de outras leis federais.

*Memorial do Imigrante*. Disponível em: <[www.memorial-doimigrante.org.br](http://www.memorial-doimigrante.org.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Para pesquisa sobre a imigração a partir do século XIX.

*Museu Imperial*. Disponível em: <[www.museuimperial.gov.br](http://www.museuimperial.gov.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Em Petrópolis (RJ), museu reúne o maior acervo de documentos sobre o período imperial.

#### Filme

*Mauá, o Imperador e o Rei*, de Sérgio Resende. Brasil, 1999, 134 min.

O filme conta a vida de Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá (ou visconde de Mauá), considerado o pioneiro da industrialização no Brasil, durante o Segundo Império.

## CAPÍTULO 9

### Cidades da oligarquia

---

Sobre a virada do século XIX para o século XX, o historiador Eric Hobsbawm observou que “a América Latina, nesse período, tomou o caminho da ‘ocidentalização’ na sua forma burguesa e liberal, com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade” (HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 135).

Nesse capítulo, traçamos uma trajetória das principais interferências ocorridas no espaço de algumas cidades do Brasil no período da Primeira República, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Nelas, os ideais de modernização, associados ao controle social e ao saneamento de áreas ocupadas pela população de baixa renda, acabaram por gerar projetos de urbanização afinados com aqueles praticados pelos europeus. Esse padrão de urbanismo vinha ao encontro dos desejos das elites dominantes que governavam o Brasil republicano.

As reformas empreendidas nas primeiras três décadas do século XX redesenharam as áreas nobres das cidades e acabaram por segregar uma parte considerável da população urbana, que, nessa época, crescia aceleradamente graças à industrialização e à chegada dos imigrantes europeus para trabalhar como operários assalariados.

O processo de “construção” das “cidades modernas” teve um impacto social brutal, pois expulsou antigos moradores de suas propriedades, sem indenização, e gerou a ocupação de áreas degradadas e novas formas de moradia, como as favelas, os cortiços e as vilas operárias, todos muito precários.

O que buscamos destacar foi a estreita relação entre os projetos das oligarquias – principalmente a cafeeira – e a atuação dos governos estaduais para sua viabilização por meio de ações públicas. Muitas obras e serviços públicos realizados não tinham como prioridade atender à população de trabalhadores, mas sim agradar às pretensões da burguesia local. Como escreveu Heloisa Barbuy, “para além de seu caráter de solução técnica, a haussmannização era também solução ideológica, e correspondia a uma mentalidade e a uma visão de mundo” (BARBUY, 2006, p. 71).

Retomando a citação inicial de Hobsbawm, o cuidado com o espaço urbano foi visível, bem como a ação agressiva do poder público em relação aos menos favorecidos. Nicolau Sevcenko, no livro *Pindorama revisitada*, também chamou a atenção para o empenho das autoridades em deslocar os moradores das áreas centrais, naquilo que ficou conhecido no Rio de Janeiro como o “bota-abaixo”, e da falta de cuidado para com os seus habitantes. Em São Paulo, a modernização apagou os vestígios da cidade colonial de taipa e imprimiu no local uma aparência europeia, com palacetes e casarões para as famílias dos cafeicultores.

O desafio da República em romper com o passado centralizador do Império, democratizando o acesso à vida política por meio das eleições para os cargos do Executivo e do Legislativo, não se confirmou, uma vez que a Primeira República caracterizou-se pela manutenção do poder político nas mãos de um pequeno grupo econômico, de origem agrária exportadora. Contudo, o capital advindo do comércio do café não permaneceu apenas na zona rural; ele acabou por reformular o espaço, as atividades econômicas e o cotidiano das cidades.

#### Ler texto científico

A atividade traz um trecho dos estudos do historiador Nicolau Sevcenko sobre as razões que levaram os governantes a realizar a reforma urbana na capital federal, até então o Rio de Janeiro. O objetivo é desenvolver nos alunos a capacidade de leitura de textos escritos por especialistas, identificando os argumentos apresentados pelo autor para a análise do período.

#### Pesquisar

A proposta pretende investigar a situação atual do município onde os alunos residem. As ocupações irregulares são cada vez mais comuns, tanto em grandes como em pequenos centros urbanos. A complexidade do problema gerou políticas públicas específicas para o tratamento de questões relacionadas aos seus moradores e aos interesses imobiliários. Conhecer a existência de situação semelhante na localidade onde se reside e analisar as ações empreendidas colabora para que se tenha uma atitude crítica a esse respeito.

#### Ler texto jornalístico I

A atividade anterior é complementada por essa seção, uma vez que reproduzimos uma notícia sobre a remoção de uma favela, na cidade de Natal (RN). Cabe destacar a evidente relação entre o poder público e os interesses das elites econômicas locais, bem como o discurso sanitarista ainda em prática, semelhante ao da virada do século XIX para o XX.

#### Ler texto jornalístico II

Para finalizar o capítulo, essa seção busca apresentar ao aluno visões diferentes sobre a capoeira ao longo do tempo. A capoeira é considerada um patrimônio cultural imaterial, pois sua prática revela a influência da cultura africana e faz parte da identidade dos afrodescendentes do Brasil. No entanto, em séculos passados, a capoeira foi reprimida pelas autoridades oficiais. Ao responder às questões, o aluno deve perceber as transformações ocorridas na aceitação dessa prática e valorizar as heranças africanas na construção da cultura do país.

#### Para ampliar

##### Livros

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição*. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

Estudo sobre o contexto sociocultural de São Paulo, na virada do século XIX para o século XX, ressalta a afinidade da cidade com os padrões europeus e a consolidação de um novo modo de vida da burguesia cafeeira.

CATELLI JR., Roberto. *Brasil: do café à indústria*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Tudo é História, 140.)

A cafeicultura paulista do século XIX foi o motor da economia nacional até pelo menos 1929, e trouxe consigo, a partir de 1880, o processo de industrialização brasileiro e o trabalho livre assalariado.

SEVCENKO, Nicolau. República: da Belle Époque à Era do Rádio. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

As amplas transformações tecnológicas do final do século XIX, o advento do regime republicano, a chegada dos imigrantes vindos de todas as partes do mundo, as migrações internas e o adensamento populacional nas cidades são alguns dos temas tratados nos capítulos desse volume.

#### Site

Centro de Pesquisa e História Contemporânea (CPDOC). Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 3 fev. 2012.

Traz o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, galeria de imagens, resumos históricos de períodos da República, reprodução de documentos, entre outros.

#### Filmes

*Gaijin: os caminhos da liberdade*, de Tizuka Yamasaki. Brasil, 1980. 104 min.

Um grupo de imigrantes japoneses vem para o Brasil, no início do século XX, para trabalhar em uma fazenda de café, no interior de São Paulo.

*Sonhos tropicais*, de André Sturm. Brasil, 2001. 120 min.

O filme se passa na cidade do Rio de Janeiro, na época da Revolta da Vacina e das reformas urbanas, que agravaram os conflitos sociais entre a população de baixa renda e a política sanitária defendida pelo governo.

## CAPÍTULO 10

### Cultura e sociedade

---

O capítulo aborda conceitos fundamentais para o pensamento sociológico, como os de fato social, socialização, educação e cultura a partir das concepções clássicas de Émile Durkheim e do sociólogo francês contemporâneo Pierre Bourdieu.

A Sociologia estabeleceu como premissa de que os seres humanos são seres sociais e que, portanto, estão sujeitos a ou-

tras determinações que não as da natureza biológica ou geográfica. No início do capítulo, essas questões são abordadas, destacando-se as concepções do século XIX que se configuravam em torno dos determinismos biológicos e geográficos. Essas concepções deram origem às diversas justificativas em relação ao comportamento de alguns povos, classificando-os muitas vezes como incapazes, inaptos, atrasados ou selvagens. É o caso do Brasil, onde parte da intelectualidade que se formou no século XIX, influenciada pelas concepções europeias da eugenia, tratou africanos e os povos originários da América como seres “biologicamente” inferiores. Essas ideias justificaram todo um sistema de dominação baseado na escravização de negros e índios.

O capítulo trata ainda do conceito de socialização, segundo o qual tudo o que somos é resultado de um processo de aprendizagem nas diversas instâncias sociais, tais como a família, a escola, a igreja, o trabalho. O sociólogo Émile Durkheim foi um dos primeiros a pensar a sociedade a partir dessa ideia. Durkheim considerava que a Sociologia era a ciência dos fatos sociais, que são aqueles acontecimentos que se dão externamente aos indivíduos. Segundo ele, a psicologia trata de tudo que acontece no interior de cada indivíduo, como as emoções. E a Sociologia dedica-se aos fatos externos a cada indivíduo, determinados principalmente pelas instituições sociais.

Além de Durkheim, o capítulo aborda algumas concepções do sociólogo Pierre Bourdieu a respeito do processo de reprodução social e de educação escolar. Bourdieu fez um amplo estudo sobre a cultura francesa na década de 1960, em especial sobre a cultura escolar. Percebeu que o sucesso escolar não dependia exclusivamente do que acontecia na escola, mas que a formação cultural e a vivência do aluno na família são também fatores determinantes para o seu desempenho na escola.

#### Debater I

Após a leitura do texto e da compreensão das ideias de Durkheim a respeito de fato social, os alunos irão refletir a respeito dos fatos sociais elencados e justificar por que esses itens podem ser entendidos como fatos sociais. Após responderem discutirão suas ideias com seus colegas de classe. Todos os itens citados – casamento, religião, leis e regras de disciplina de uma escola – podem ser entendidos como fatos sociais, pois seguem os princípios determinados por Durkheim para definir fato social: exterioridade, coercitividade e generalidade.

#### Para refletir

Os alunos deverão refletir sobre a influência de determinados padrões sociais nos indivíduos. O texto exemplifica essa influência pelos horários estabelecidos para refeição e o quanto nosso organismo se adapta fisiologicamente a esses horários. O professor pode selecionar outros exemplos: alimentos consumidos que moldam nosso paladar (como o açúcar); o horário de dormir que determina nosso sono; o trabalho com o computador que pode alterar nossa postura corporal etc.

## Debater II

Os alunos assistirão a *O garoto selvagem*, de François Truffaut, e logo após discutirão o filme a partir das duas questões propostas na atividade. O filme conta a história de uma criança que foi encontrada perdida em uma floresta. Por ter vivido muitos anos nesse ambiente, tinha o comportamento igual ao dos animais. A partir dessa história, o professor pode promover um debate a respeito do processo de socialização entre os seres humanos.

1. A primeira hipótese, formulada pelo dr. Pinel, é de que Victor seria daquela maneira por uma condição biológica, teria nascido dessa forma e por isso seus pais o teriam abandonado na floresta. Naquela época, era comum o abandono de crianças que nasciam com alguma deficiência física ou mental. A outra hipótese era a do médico humanista Jean Pierre Itard, que trabalhava numa instituição de surdos e mudos para a qual Victor foi enviado, já que não conseguia se comunicar. Dr. Itard considerou que o problema de Victor seria um caso de educação, e que com um método pedagógico adequado seria possível ativar a inteligência do menino, que estava adormecida pelos anos que passou na floresta, isolado da convivência humana.
2. Resposta pessoal.

## Debater III

Após assistirem ao documentário *Pro dia nascer feliz* os alunos discutirão as concepções de educação em Durkheim e estabelecerão relações com o que assistiram. A atividade propõe ainda uma comparação entre a escola e a família no que diz respeito à educação. Para essa atividade, o professor pode fazer alguns comentários a respeito das transformações históricas nas concepções de educação. A escola e a família que aparecem nas formulações de Durkheim não são as mesmas que aparecem no documentário do cineasta brasileiro João Jardim. Os contextos históricos são muito diferentes, Durkheim reflete principalmente sobre a educação na França do século XIX. João Jardim filmou o seu documentário no Brasil contemporâneo e trata de realidades muito específicas de três regiões brasileiras.

1. Os estudantes devem observar no documentário o sentido de socialização que a escola promove, levando em conta as diferentes realidades abordadas.
2. Proponha que os alunos façam anotações enquanto assistem ao documentário para distinguir os elementos relacionados à educação das famílias e a educação da escola. Caso seja necessário, exiba mais de uma vez alguns trechos que possam contribuir para a formulação da resposta.

## Memória de trajetórias escolares

A fim de discutir as ideias de Émile Durkheim e Pierre Bourdieu, os alunos recuperarão sua trajetória escolar. No **Passo 1** eles farão um exercício de memorização de seu percurso escolar. O professor pode pedir a eles que registrem o que lembrarem em forma de textos, desenhos ou colagens. No **Passo 2**,

eles se reunirão em grupo, farão uma exposição de sua história para os colegas e escolherão uma das trajetórias para apresentar para a classe. No **Passo 3**, os alunos irão refletir a respeito de determinados aspectos que influenciaram sua trajetória escolar: trabalho, família, situação econômica, dificuldades de aprendizagem etc. No **Passo 4**, o grupo irá refletir se as ideias de Pierre Bourdieu auxiliaram a compreender melhor sua própria trajetória escolar. A ideia é levar o aluno a perceber que sua trajetória escolar não está relacionada exclusivamente aos aspectos individuais, mas tem relação com o contexto social e cultural no qual está inserida.

## Para ampliar

### Livros

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Essa obra é uma análise sobre o sistema de ensino francês, concebendo a instituição escolar como reprodutora da ordem cultural e social. Os sociólogos elaboraram nesse livro conceitos que se tornaram fundamentais para a sociologia contemporânea.

GROPPO, Luis Antonio; MORAES, Regis; NORONHA, Maria Olinda. *Sociedade e educação: estudos sociológicos e interdisciplinares*. São Paulo: Alinea, 2008.

Os autores discutem as questões contemporâneas que vinculam sociedade e educação.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Socialização e cultura: ensaios teóricos*. São Paulo: Annablume, 2012.

A autora analisa o fenômeno da socialização nas instâncias da família, da escola, da igreja e dos meios de comunicação.

### Site

Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE). Disponível em: <ide.mec.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Site no qual é possível conhecer o perfil da população e da rede de ensino de cada um dos estados e municípios brasileiros.

### Filmes

*O leitor*, de Stephen Daldry. Estados Unidos/Alemanha, 2009, 124 min.

Após a Segunda Guerra Mundial, um adolescente alemão se envolve com uma mulher mais velha. Durante algum tempo ele lê histórias para ela. Até que um dia ela desaparece misteriosamente. O mistério só será solucionado anos mais tarde num julgamento de crimes de guerra cometidos por soldados nazistas.

*Nenhum a menos*, de Zhang Yimou. China, 1999, 106 min.

Numa região interiorana da China, uma menina de 13 anos tem de cuidar dos alunos de uma escola primária. Ela não pode deixar nenhum aluno abandonar a escola.

*Pensadores e a educação*: Pierre Bourdieu. Brasil: Nittas Video, 2009, 33 min.

O documentário aborda as ideias do sociólogo francês Pierre Bourdieu a respeito da educação escolar. Destaca da obra do autor os conceitos fundamentais por ele formulados para a compreensão do tema, como: capital cultural, *habitus*, violência simbólica e reprodução social.

### 7.3. Etapa 3 – Cidadania e conflitos no mundo contemporâneo

## CAPÍTULO 1

### As guerras mundiais

As transformações vividas nos séculos XVIII e XIX, inicialmente na Inglaterra e mais tarde também em outras nações europeias, afetaram não apenas a Europa. Com o crescimento da produção industrial, tornou-se premente a criação de padrões de consumo e relações sociais, bem como a necessidade de novos mercados consumidores para os produtos industrializados europeus.

O capítulo estuda o período da expansão do capitalismo monopolista e a resultante instauração da política imperialista britânica, pautada na conquista de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. A partir da nova ordem imposta pelo imperialismo do século XIX, analisamos os contextos históricos que originaram os dois grandes conflitos mundiais do século XX e suas consequências políticas, sociais e econômicas.

A busca por mercados consumidores levou os países industrializados a instaurar uma política imperialista não mais nos moldes dos impérios construídos a partir do século XVI, mas novos impérios, formados por colônias principalmente na Ásia e na África. O neocolonialismo levou à partilha desses continentes entre os países capitalistas, impondo-lhes novas necessidades e padrões de consumo. Também ocorreu uma dominação cultural, sustentada por um “discurso civilizatório” baseado em uma pretenção superioridade europeia.

Países industrializados disputavam a hegemonia no continente europeu, o que desestabilizou as relações de poder dentro da Europa. Interesses nacionais distintos criaram alianças entre blocos de países e antigos impérios, e os conflitos foram resolvidos nos campos de batalha. A Primeira Guerra Mundial arrasou a população europeia e traçou novas fronteiras políticas para o continente. No fim da guerra, os dirigentes que buscavam garantir a paz para os séculos seguintes, na verdade, plantaram as sementes para o próximo grande conflito mundial.

Nesse contexto de pós-guerra, surgiram políticas nacionalistas para os países atingidos pelo conflito. Tais políticas, de caráter totalitário, buscavam concentrar no Estado o poder de recuperação

de suas economias e identidades. Na Itália, o fascismo de Benito Mussolini e, na Alemanha, o nazismo de Adolf Hitler encontraram milhares de adeptos e lançaram uma política expansionista que, novamente, entraria em conflito com os interesses das outras nações.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, na realidade, a Europa viveu em permanente guerra durante a primeira metade do século XX. Em suas palavras:

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos [referindo-se aos anos entre 1914 e 1945].

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 30.

Assim, esse processo de expansão e conquista de mercados pelo capitalismo industrial, iniciado no fim do século XIX, promoveu uma redefinição das relações mundiais durante todo o século XX. A ascensão do imperialismo britânico foi seguida pela hegemonia norte-americana, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse jogo de poder econômico e político foi praticado – e ainda está – pelos países capitalistas, colocando em risco a estabilidade e autonomia dos povos.

Entender a consolidação do capitalismo na sociedade moderna, bem como seus mecanismos de imposição de valores e relações político-econômicas, é fundamental para a análise de conflitos da atualidade, herdados das políticas imperialistas ou da divisão do mundo entre os blocos capitalista e socialista.

#### Ler texto científico

O historiador Fernando Reis relaciona as atividades científicas das Sociedades de Geografia, atuantes no século XIX na África, com os interesses imperialistas de seus países. Cabe atentar para a relação existente entre conhecer e dominar os territórios das novas colônias africanas.

#### Ler entrevista

O depoimento de Kabengele Munanga resgata o processo de partilha da África entre as nações imperialistas e discute as repercussões dessa prática no mundo atual, como a construção de uma imagem negativa dos negros. A proposta é discutir as consequências da colonização africana para a situação dos negros, inclusive no Brasil atual.

#### Ler biografia

É proposta mais uma reflexão sobre os efeitos do imperialismo, agora estudando o caso da Índia, com base na vida de Gandhi.

A filosofia da não violência era defendida por esse líder e serve de contraponto à imposição cultural britânica. O objetivo é abordar também as diferentes formas de resistência à dominação, seja em que época for. Nesse aspecto, as questões solicitam também uma relação com as atuais práticas de contestação política adotadas por diferentes movimentos sociais e políticos.

### Ler mapas

O objetivo é identificar visualmente as transformações políticas na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Os alunos devem comparar os mapas de antes e depois do conflito e identificar a definição das novas fronteiras, com o surgimento de países e o desaparecimento de antigos impérios.

### Ler imagens I

A seção traz cenas do filme *O grande ditador*, de Charles Chaplin. Com base nas fotos e descrições apresentadas anteriormente no capítulo, os alunos devem relacionar a personagem do filme com Hitler.

### Ler imagem II

Os alunos são novamente convidados a exercitar a observação dos elementos que compõem uma cena e interpretá-los de acordo com o contexto histórico estudado. Neste caso, a imagem é a obra *Guernica*, do artista plástico espanhol Pablo Picasso, que denuncia os horrores do bombardeio à cidade de Guernica durante a Guerra Civil Espanhola.

### Ler poema e imagem

As seções formam um conjunto de documentos referentes às consequências da bomba atômica, que pôs fim à Segunda Guerra Mundial. Por meio de diferentes linguagens, os alunos podem desenvolver habilidades relacionadas à leitura e à interpretação de texto poético e de imagem, bem como refletir sobre os desdobramentos do uso dessa tecnologia para o mundo e a consolidação do poder norte-americano.

### Aplicar conhecimentos

1. c; 2. b.

### Para ampliar

#### Livros

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

O livro analisa o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, e as consequências das transformações decorrentes desse conflito para o mundo.

\_\_\_\_\_. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

Com uma abordagem econômica e social, o livro trata da situação da Grã-Bretanha entre os séculos XVIII e XX, momento de expansão industrial, e do imperialismo.

### Filmes

*1900*, de Bernardo Bertolucci. Alemanha/França/Itália, 1976, 243 min.

O filme faz uma retrospectiva histórica da Itália desde o início do século XX até o término da Segunda Guerra Mundial. Por meio da vida de dois amigos, o filme retrata o cenário político italiano e mundial nas primeiras décadas do século XX, marcado pelo fortalecimento das lutas trabalhistas ligadas ao socialismo em oposição à ascensão do fascismo.

*Arquitetura da destruição*, de Peter Cohen. Suécia, 1992, 121 min.

Documentário sobre a trajetória de Adolf Hitler e seus colaboradores rumo à reconstrução de uma Alemanha puramente ariana. Esse filme é um estudo sobre a ideologia nazista e os valores fundamentais que guiaram a política de destruição e perseguição racial.

*Hotel Ruanda*, de Teery George. Estados Unidos/Itália/África do Sul, 2004, 121 min.

Baseado em fatos reais, o filme conta a história do genocídio ocorrido em 1994, em Ruanda, ex-colônia belga, entre as etnias tutsi e hutu. Nesse episódio, mais de 1 milhão de pessoas morreram. No entanto, houve descaso das autoridades internacionais em relação à situação.

*A lista de Schindler*, de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1993, 195 min.

Baseado em fatos reais, o filme narra a história de um industrial alemão bem relacionado com os oficiais nazistas, que usa trabalhadores judeus em sua indústria. No entanto, quando percebe as execuções em massa, passa a interceder a favor de seus operários.

## CAPÍTULO 2

### Socialismos

---

O capítulo traz como tema de estudo os princípios teóricos do socialismo e também faz referência aos movimentos revolucionários que instauraram o socialismo na Rússia, na China e em Cuba.

Não se trata aqui de avaliar os benefícios ou malefícios do socialismo como sistema econômico e social. O essencial é ter em vista que não se pode compreender a história do século XX sem que se faça referência direta a esse sistema de governo. Além dos países onde foi adotado, em muitas outras nações ocorreram tentativas de instaurá-lo. O confronto entre socialismo e capitalismo movimentou as discussões e decisões políticas por muitos anos. Basta lembrar que a Guerra Fria interferiu durante aproximadamente quarenta anos na maioria das decisões internacionais. O próprio nazismo na Alemanha

recebeu o apoio de muitos políticos e empresários por seu caráter anticomunista.

Vale destacar que, ainda nos dias atuais, o socialismo continua a ser foco de debates e polêmica.

Em geral, este é um tema que desperta a curiosidade dos alunos, pois há o interesse em saber como seria viver em uma sociedade com outro tipo de organização econômica e social. Há também o interesse em saber como se vive em Cuba, na China, ou como era a vida cotidiana na União Soviética. Por isso, vale a pena aproveitar essa motivação para aprofundar o trabalho com o tema, discutir posições divergentes, fazer pesquisas adicionais em jornais e *sites*, debater e eliminar visões equivocadas ou preconceituosas.

### Ler documentos

A seção propõe uma comparação entre artigos da Constituição cubana e da Constituição brasileira. Chama a atenção, ao se ler os trechos das Cartas, que a primeira faz referência à propriedade estatal, enquanto o texto brasileiro cita a propriedade privada. Fica evidente na Constituição socialista a forte presença do Estado na economia e, na Constituição brasileira, a defesa da livre-concorrência e da liberdade econômica. Com base nesses textos, é possível identificar alguns conhecimentos prévios dos alunos sobre o sistema socialista e começar a construir um conceito de socialismo, levando em consideração os elementos dos textos e a diferença entre capitalismo e socialismo.

### Ler mapas

É proposta uma comparação entre o mapa do Império Russo e o da União Soviética. Fica evidente que a União Soviética manteve sob seu controle praticamente os mesmos territórios dominados pelo governo imperial.

### Aplicar conhecimentos

Alternativa d.

### Ler texto jornalístico I

Na seção está expressa a opinião de um jornalista sobre a Revolução Cultural Chinesa. Esta é uma oportunidade para aprofundar o debate sobre o significado desse movimento, mas também é proposto que se discuta a intencionalidade do autor, que claramente se posiciona como um crítico da Revolução Cultural. Ele desqualifica os objetivos revolucionários em nome dos objetivos políticos e pessoais. Acusa também o movimento de limitar a liberdade de expressão. É uma oportunidade para os alunos perceberem que não existe posição neutra, mas uma opinião construída por meio de argumentos e de uma posição política.

### Ler textos jornalísticos II

As matérias selecionadas para a atividade permitem discutir o sentido da liberdade de comunicação nos países comunistas.

É preciso analisar as matérias tendo em vista o sentido da censura nesses países. Para fins de comparação, pode-se ainda

discutir se existe algum tipo de censura em países como o Brasil e qual é o significado para a vida política do país. Uma matéria que faz referência ao tema está disponível em: <[www.cartacapital.com.br/sociedade/censura-previa-a-jornalistas-brasileiros-e-heranca-do-coronelismo](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/censura-previa-a-jornalistas-brasileiros-e-heranca-do-coronelismo)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

### Para ampliar

#### Livros

MORAIS, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Atualização da reportagem feita em 1975 sobre a Cuba socialista. Aborda temas como educação, saúde e reforma agrária, além de apresentar uma entrevista com Fidel Castro.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A aventura socialista do século XX*. São Paulo: Atual, 1999.

Aborda as experiências socialistas da China, de Cuba e do Leste Europeu.

Outras leituras sobre as bases do pensamento socialista e as revoluções ocorridas no século XX:

COELHO, Lauro Machado. *O fim da União Soviética: dez anos que abalaram o mundo*. São Paulo: Ática, 1996.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005.

FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SADER, Emir. *Por que Cuba?* Rio de Janeiro: Revan, 1992.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos.)

## CAPÍTULO 3

### Guerra Fria: um mundo bipolar

---

O capítulo procura abordar a Guerra Fria enfatizando a geopolítica global delineada após a Segunda Guerra Mundial.

A noção de um mundo bipolar é fundamental para compreender o conflito entre Estados Unidos e União Soviética, bem como a posição dos países aliados a cada um dos blocos que se constituíram na busca da hegemonia econômica e política do planeta.

O objetivo é que os alunos compreendam os aspectos econômicos, políticos e sociais que permeavam a disputa entre o bloco capitalista e o bloco socialista dos anos 1940 até o fim dos anos 1980.

Iniciamos o capítulo caracterizando a Guerra Fria e diferenciando-a de outros conflitos. Para tanto, partimos da perspectiva de marcar qual era o conflito ideológico entre as duas potências rivais.

A compreensão dos aspectos econômicos é fundamental para o entendimento de uma das dimensões mais significativas do conflito e, nesse aspecto, abordamos os objetivos do Plano Marshall, desenvolvido pelo governo estadunidense para recuperar os países europeus que haviam sido fortemente atingidos pela Segunda Guerra Mundial.

Discutimos também a resposta da União Soviética, que criou o Comecon para apoiar os países socialistas, garantindo-lhes os recursos necessários para que as ações da economia planificada tivessem êxito e fossem reconhecidas pela população.

Outro aspecto importante gira em torno das estratégias militares. Nesse aspecto, os dois blocos investiram quantias expressivas na corrida armamentista, para o desenvolvimento de armas, e no treinamento de soldados, e efetuaram manobras que frequentemente eram utilizadas para demonstrar poder diante do adversário.

A corrida espacial também foi fundamental para fomentar essa pesquisa.

Abordamos também a questão da propaganda de ambos os lados e das estratégias desenvolvidas pelas duas superpotências para conquistar corações e mentes. Dessa forma, a propaganda foi amplamente utilizada, e o cinema e a televisão eram seus mais contundentes modos de expressar a visão que se queria construir do inimigo.

Exemplo disso é o filme *Rock IV*, que pode ser assistido pelos alunos para estimular o debate e a reflexão sobre sua mensagem. Em seguida, há uma sugestão para que se encaminhe o trabalho com o filme. O roteiro a seguir pode ser colocado na lousa antes de os alunos assistirem ao filme para irem pensando em como responder às questões.

### Roteiro para análise de filmes relevantes à discussão do tema “Guerra Fria”

Em um filme tudo é intencional. Quem tem a intenção é o roteirista, o diretor, o produtor. Tudo é produzido para mostrar alguma coisa: os diálogos, as imagens, os focos, o enquadramento, as músicas, a relação entre os olhares, os movimentos corporais, as paisagens evidenciadas, o figurino, os cenários, o roteiro etc.

1. O que o título do filme sugere? Responda antes de vê-lo.
2. De que lugares o filme trata (países, cidades, regiões, continentes envolvidos)? De que ano/década? Procure localizar os lugares envolvidos na trama, destacando-os em um mapa-múndi. Descreva a paisagem apresentada/representada.
3. Qual é o tema do filme?
4. Qual é a mensagem?
5. Existe uma mensagem implícita?
6. O filme defende alguma ideia de forma contundente? Qual?

Muitos filmes nos traziam a imagem do planeta destruído ou do temor de que a hecatombe nuclear se tornasse uma realidade. O historiador Eric Hobsbawm nos traz uma importante

contribuição para o entendimento desse pavor generalizado que marcou gerações. Conforme o autor:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério Norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

Busca-se oferecer também elementos para a compreensão do que foi a divisão do mundo em áreas de influência socialista e capitalista. Assim, é importante frisar que os acordos do pós-guerra foram firmados diante de um quadro bastante específico, já que o Exército Vermelho ocupava a Europa Oriental, parte da Alemanha e Berlim.

### Ler mapas

A atividade tem como objetivo incentivar a leitura cartográfica de processos históricos. Com o fim da divisão do mundo em dois blocos, ocorreu a divisão de antigos países socialistas em repúblicas independentes, como no caso das antigas Iugoslávia, Tchecoslováquia e URSS:

1. Fim da Iugoslávia, da Tchecoslováquia e da URSS; surgimento de repúblicas independentes, como Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro, República Tcheca, Eslováquia, Ucrânia, Belarus, Lituânia, Letônia, Estônia, Rússia, entre outras.
2. A Alemanha, que era dividida em Ocidental e Oriental, voltou a ser unificada.
3. A URSS era formada por 15 repúblicas no total. Na parte europeia, havia: Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia e Ucrânia. Na parte asiática: Tadjiquistão, Turcomenistão, Usbequistão. A Rússia tem parte de seu território nos dois continentes.

### Ler texto jornalístico I

1. A Guerra Fria se diferenciou de outras guerras por não apresentar conflitos diretos entre as duas superpotências do período. Até porque seria uma guerra sem vencedores, já que o poderio bélico-nuclear de ambos poderia acarretar o extermínio da humanidade.
2. Havia muitas contradições entre o discurso e as práticas de cada superpotência. De um lado, os Estados Unidos apresentavam-se

como defensores da liberdade e da democracia, mas, para combater o socialismo, apoiaram ditaduras na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970 (entre as quais os regimes militares da Argentina, do Chile e do Brasil), nas quais eram praticadas a prisão e a tortura dos opositores desses regimes. Por outro lado, a União Soviética, que se apresentava como defensora da igualdade e inimiga da miséria, era controlada por um partido único, o Partido Comunista, cujos altos funcionários formavam uma elite privilegiada: usufruíam de luxos, como produtos importados de boa qualidade, enquanto a maioria da população era obrigada a enfrentar longas filas para comprar artigos de primeira necessidade que faltavam nas prateleiras.

### Ler texto jornalístico II

1. O autor Carlos Gabetta aponta os seguintes problemas no socialismo:
  - a) No plano político: em uma sociedade sem classes, há a formação de uma classe dirigente e corrupta.  
A onipresença do partido e seus principais líderes sobre o conjunto da sociedade, a suposta infalibilidade de suas análises e decisões, a repressão de toda a dissidência e o controle total da imprensa e da educação acabam por eliminar todo o verdadeiro debate de ideias na sociedade.
  - b) O socialismo não conseguiu substituir o estímulo do progresso individual, próprio do capitalismo, por outro de caráter social ou ideológico. A economia socialista foi muito menos produtiva que a capitalista em qualidade e quantidade em qualquer um de seus níveis: primário, secundário e terciário. Desse modo, recaiu-se em uma situação de pobreza, agravada pelo aumento das expectativas sociais.
2. Resposta pessoal.
3. Para o autor, a democracia, entre outras coisas, garante o debate de ideias, a discussão de questões públicas, o controle das ações governamentais etc.

### A queda do muro de Berlim

Aborda-se ainda um dos temas mais emblemáticos do fim do século XX: a destruição do muro de Berlim, em 1989, e a unificação das duas Alemanhas, Oriental e Ocidental. Esse processo, ocorrido após o fim da União Soviética, além de ser considerado o fim da Guerra Fria, também abre espaço para a nova geopolítica global e para os novos realinhamentos econômicos e políticos.

Se durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputavam a hegemonia política, econômica e ideológica, com o fim dessa bipolaridade pode-se observar que a disputa pela hegemonia mudará de foco e principalmente de estratégia. A chamada nova ordem mundial pressupõe que as disputas pela hegemonia do poder global se mantenham, mas sob outros patamares.

O fim da União Soviética e a reunificação das duas Alemanhas marcaram o término do Pacto de Varsóvia, e a abertura econômica e política dos países do Leste Europeu assinalou outro momento histórico. Este é um dos debates fundamentais da atualidade e parece extremamente pertinente que os alunos pos-

sam compreender as questões que o envolvem e tirar as próprias conclusões dos fatos expostos.

As disputas pelo mercado e pelo poder global evidenciaram os preceitos do neoliberalismo, que enfatizam os valores e as competências individuais em detrimento de valores coletivos. Com a derrocada dos regimes socialistas, ocorre um reordenamento das utopias em torno das transformações sociais, políticas e econômicas. Se, por um lado, os regimes socialistas impediam o exercício da liberdade dos indivíduos, por outro, seria importante refletir com os alunos se o sistema capitalista de fato garante a liberdade dos indivíduos. Consideramos esse debate muito oportuno para que essa reflexão seja capaz de ampliar a visão de mundo de nossa sociedade.

### Aplicar conhecimentos

1. c; 2. c.

### Para ampliar

#### Livros

ARBEX JR., José. *Guerra Fria: terror de Estado*, política e cultura. São Paulo: Moderna, 2005.

O autor e jornalista residiu na União Soviética como correspondente do jornal *Folha de S.Paulo*, sendo um grande conhecedor da política soviética. No livro, ele traça um panorama abrangente sobre a Guerra Fria.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos.)

A filósofa realiza uma discussão aprofundada das questões ideológicas, que serve de base para compreender o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética.

#### Site

*Veja Online*. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais\\_online/segunda\\_guerra/edicao010/sub3.shtml](http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao010/sub3.shtml)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

Este site reproduz matérias como se fossem publicadas na época de determinado fato histórico. Segundo informa o próprio site:

A seção **Na História** faz o leitor viajar no tempo: os fatos que marcaram o passado são contados por uma edição completa da revista, com os mesmos critérios editoriais dos dias atuais. Cada número busca reconstituir um exemplar da *Veja* como se a revista existisse antes de 1968, ano em que o primeiro exemplar da publicação chegou às bancas.

#### Filmes

*Adeus, Lenin!*, de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003, 121 min.

O filme passa-se na Alemanha Oriental. Uma senhora comprometida com o socialismo tem um ataque cardíaco e fica em coma durante todo o processo que levou à queda do muro de Berlim. Ao voltar a si, seu filho, temendo que ela não suporte a notícia da derrocada do socialismo, recria em seu quarto a realidade da Alemanha Oriental anterior à queda do muro.

*O dia seguinte*, de Nicholas Meyer. Estados Unidos, 1983, 162 min.

Esse filme foi uma das representações cinematográficas mais realistas no que diz respeito ao risco de uma guerra nuclear. Com imagens do cogumelo-símbolo da explosão nuclear de Hiroshima e Nagasaki.

*Doutor Fantástico*, de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1964, 93 min.

O filme retrata de maneira irônica as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria. Um coronel de uma base aérea norte-americana ordena o bombardeio de uma base soviética, desconhecendo que a União Soviética desenvolveu uma máquina denominada “o fim do mundo” que, diante de uma ameaça, detonaria um arsenal que destruiria o mundo e, uma vez acionada, seria impossível reverter sua capacidade de resposta.

*Moscou contra 007*, de Terence Young. Reino Unido, 1963, 115 min.

O agente britânico James Bond tem a missão de ajudar uma agente soviética a desertar de seu país e ainda recuperar uma importante máquina que pode decifrar diversos códigos secretos.

*Rocky IV*, de Sylvester Stallone. Estados Unidos, 1985. 91 min.

Campeão de boxe enfrenta na Sibéria (União Soviética) o campeão local, que, no filme, é caracterizado como um atleta frio e calculista, quase desumanizado.

## **CAPÍTULO 4**

### **Um olhar sobre a América Latina e os movimentos de contestação**

---

O capítulo realiza uma abordagem sobre os aspectos sociais e políticos da América Latina, muito mais do que sobre os aspectos econômicos da região. Adotamos como critério subdividir o continente americano conforme sua história de colonização. Assim, os países que tiveram colonização predominantemente ibérica pertencem à parte do continente denominada América Latina; em contrapartida, os que tiveram colonização predominantemente inglesa pertencem à parte do continente denominada América Anglo-Saxônica. É importante salientar que o Caribe concentra ondas colonizadoras diferenciadas: ingleses, holandeses, franceses e espanhóis.

Iniciamos o estudo refletindo sobre questões apresentadas em capítulos anteriores e que dizem respeito à inserção da América Latina no mundo. Uma preocupação neste capítulo é que os conteúdos não apareçam de forma fragmentada. Embora cada país tenha sua especificidade, é importante pensar a América Latina como um conjunto. Entre os países que compõem a região, há muitos pontos de confluência e características muito singulares

em cada um deles.

Após um período de ditaduras militares, reconstruções democráticas, reestruturações político-institucionais, a América Latina chegou ao século XXI com muitos desafios e algumas novidades no que diz respeito ao processo de rearticulação nas relações entre Estado e sociedade civil. Assim, tratamos mais especificamente das relações entre Estado e os movimentos sociais latino-americanos, destacando a participação desses movimentos dos anos 1990 em diante. A partir dessa década, ocorreram mudanças do ponto de vista ideológico, nas estratégias organizativas e também na relação com os governos locais.

Em certa medida, esses movimentos cresceram em razão do vazio aberto pelos partidos políticos, que foram perdendo o protagonismo na cena política, bem como pela legitimidade de setores importantes da sociedade que se mostram cada vez menos esperançosos em relação às possibilidades de os partidos políticos terem um papel mais decisivo no atendimento das principais reivindicações por melhoria da qualidade de vida dos povos.

Nos últimos dez anos, a emergência e a proliferação de movimentos sociais se fazem notar na América Latina. Esses movimentos, em muitos aspectos, são novidades no campo político e apresentam questões muito diferentes dos movimentos sociais de períodos anteriores. Algumas vezes, eles se caracterizam por uma atuação cujo caráter é quase insurrecional e, no geral, tentam articular questões locais ou regionais às questões vinculadas ao processo de globalização atual.

No geral, os movimentos sociais latino-americanos criticam as políticas econômicas adotadas a partir dos anos 1990, que priorizaram as privatizações de empresas estatais, a diminuição do papel do Estado na regulamentação das questões econômicas e os impactos sociais causados por essas políticas conhecidas como neoliberais. Segundo a análise desses movimentos, os processos econômicos ocorridos durante os anos 1990 são responsáveis pelo agravamento da pobreza em vários países.

Pensando na onda de “democratização” vivida pela região (democratização entendida aqui como a transição de regimes autoritários totalitários), e no estabelecimento de governos legitimamente eleitos, Atilio Borón, professor da Universidade de Buenos Aires, escreveu:

Os inegáveis avanços políticos que nossa região experimentou nos anos 1980 tiveram uma contrapartida paradoxal: foram acompanhados por uma marcada piora das condições de vida das grandes maiorias nacionais, que obriga a rediscutir com urgência a performance, como o tema do futuro da democracia em nossos países. Se nas anteriores “ondas” democratizantes – como no imediato pós-guerra, por exemplo – as transições dos regimes autoritários se caracterizaram por sua “vocação integradora”, incorporando vastos setores sociais às condições de vida compatíveis com os avanços das forças produtivas, na América Latina a redemocratização foi concomitante com a pauperização de extensas franjas da sociedade civil. [...]

Cabe salientar que, de fato, a democracia na América Latina não se constituiu e não se transformou num instrumento de desenvolvi-

mento social. Essa é uma grande questão sobre a qual se deve refletir. Outra questão candente: Até que ponto pode progredir e se consolidar uma democracia capitalista? E nos países em situações recessivas e com um quadro de miséria como o que atualmente afeta as nascentes democracias sul-americanas? Essas fundam sua legitimidade popular em sua pretensão [...] de integrar social e politicamente as massas. Mas estas aspirações são frustradas, quando, de maneira simultânea, se ensaiam “políticas de ajuste” que excluem e marginalizam grandes setores sociais e que, em pouco tempo, dão lugar a um verdadeiro *apartheid* econômico e social.

BORÓN, Atilio. “Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

A alusão aqui é ao neoliberalismo instaurado na região, com promessas de solucionar as recorrentes crises econômicas. Veja o que diz o professor Perry Anderson, da Universidade da Califórnia:

O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. [...]

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

Ao apresentar a América Latina como um continente vivendo uma efervescência de movimentos e, em alguns casos, com predomínio do discurso de esquerda, um debate que nos parece interessante é sobre o que é ser “de direita” ou “de esquerda” no atual contexto mundial.

O capítulo mostra também um panorama social da América Latina, por meio do qual podemos verificar que a situação de penúria que essa região viveu ao longo dos anos 1980 e 1990 começa a ser revertida com os investimentos governamentais em programas de redução da pobreza. Um exemplo é o Chile, que tem investido maciçamente em programas sociais, especialmente desde 2000, com a chegada ao poder de Ricardo Lagos, seguido, em 2006, de Michelle Bachelet.

A Argentina, depois de uma enorme crise, vem reestruturando parte de seu setor produtivo. É importante que os alunos conheçam alguns desses dados, que serão ponto de partida para solicitar pesquisas sobre os governos atuais e descobrir que medidas têm sido efetivas na diminuição da pobreza e da desigualdade. Como está a Bolívia, o Uruguai, o Peru, o Equador, o Chile e a Venezuela diante do combate às desigualdades?

### **Pesquisar e Para refletir**

Orientar seus alunos a realizar a pesquisa em livros, jornais e na internet, em que podem ser encontrados alguns portais de movimentos zapatistas e sobre Cuba. Entre eles:

Enlace Zapatista. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Há também matéria jornalística publicada na revista *Mundo Estranho*. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/o-que-e-o-movimento-zapatista>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

*O Olho da História*. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03leon.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Sobre Cuba, é possível acessar a matéria na revista *História Viva*, disponível em: <[www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/cuba\\_ilha\\_da\\_rebeldia.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/cuba_ilha_da_rebeldia.html)>. Acesso em: 18 jan. 2013. Há também um *site* especial no portal *Último segundo*, sobre a ilha caribenha. Disponível em: <[www.ultimosegundo.ig.com.br/especialcuba](http://www.ultimosegundo.ig.com.br/especialcuba)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Existe no Facebook também uma página do movimento zapatista brasileiro. Disponível em: <<http://www.facebook.com/MovimentoZapatistaBrasil>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

### **Para ampliar**

#### **Livros**

*ALMANAQUE Brasil Socioambiental*. São Paulo: Instituto Socio-ambiental, 2004.

Obra do Instituto Socioambiental, que oferece um capítulo sobre a América Latina elaborado pelo geógrafo e professor da Universidade de São Paulo Antônio Carlos Herbert Moraes.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

O autor traça um panorama da realidade da América Latina a partir da colonização até o fim da década de 1970.

NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Esse livro é a biografia do poeta chileno Pablo Neruda, pseudônimo de Neftali Ricardo, que sempre esteve ligado aos acontecimentos políticos e sociais de seu país. O último capítulo aborda o governo de Salvador Allende e sua morte em 11 de setembro de 1973, no golpe militar desfechado pelo general Pinochet e que pôs fim ao governo socialista no Chile.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Oferece uma viagem à alma dos mexicanos. Trata da solidão de um povo, descendente dos astecas, civilização pré-colombiana extremamente avançada, destruída pelos colonizadores espanhóis. Fala dos espanhóis e sua ganância diante das riquezas ali encontradas e também da fronteira norte do México com os Estados Unidos. Explica o México como o centro de um triângulo formado por três pontas: astecas, espanhóis e norte-americanos. Vale alertar, como diz Paz, que o livro serve antes para criticar do que para definir, tirar a máscara da alegria dos mexicanos e mostrar que por debaixo dela se esconde

o verdadeiro fio que une todos os mexicanos: a luta por um país melhor, mais rico, mais desenvolvido.

SCORZA, Manuel. *Bom dia para os defuntos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

Na década de 1970, o autor compôs um conjunto de cinco livros dedicado aos quéchuas e à sua luta contra a invisibilidade a que as autoridades locais, regionais e nacionais os relegaram. O gênero literário a que a obra pertence é o realismo mágico, no qual o insólito, o sobrenatural, é incorporado ao real. Scorza criou e desenvolveu metáforas que pretendiam iluminar o poder desmedido, fosse político, exercido pelo governo, fosse econômico, exercido pela empresa transnacional norte-americana Cerro de Pasco Corporation.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

O livro faz um balanço sobre o impacto no neoliberalismo na América Latina e propõe algumas perspectivas de superação desse modelo. Essa obra continua muito atual, em especial depois da crise econômica mundial de 2008 e as manifestações de jovens dos países centrais questionando esse modelo.

VIEZZER, Moema; CHUNGARA, Domitilia B. *Se me deixam falar*. São Paulo: Global, 2003.

Esse livro conta a história de luta e de resistência de uma mineira boliviana. Retrata as dificuldades dos trabalhadores, o abandono e a enorme capacidade de luta e organização. É um relato comovente de quem viveu na carne a exploração e a miséria dos trabalhadores bolivianos. Mas também mostra a capacidade de superação, organização e luta desse povo.

#### Sites

*Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL*. Disponível em: <[www.cepal.org](http://www.cepal.org)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

*Enlace Zapatista*. Disponível em: <[enlacezapatista.ezln.org.mx](http://enlacezapatista.ezln.org.mx)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

*ZestallInternazional*. Disponível em: <[zestainternazional.ezln.org.mx](http://zestainternazional.ezln.org.mx)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

#### Filmes

*A cidade perdida*, de Andy Garcia, EUA, 2005, 143 min.

Retrata bem a Revolução Cubana e da transição do governo de Fulgêncio Batista para o de Fidel Castro.

*A revolução não será televisionada*, de Kim Bartley e Donnacha O'Briain. Irlanda, 2003, 74 min.

Documentário sobre o golpe de Estado contra Hugo Chávez em 2002.

*Surplus: Terrorized Into Being Consumers*, de Erik Gandini. Suécia, 2003, 54 min.

Esse documentário é uma crítica bem-humorada à sociedade de consumo, tendo como contraponto a realidade de Cuba.

## CAPÍTULO 5

### Populismo, ditadura, democracia e protesto popular no Brasil

---

O capítulo faz referência a um longo período da história brasileira, da chamada Era Vargas até o fim da ditadura militar. Seria possível discorrer sobre esse período com muita profundidade se levamos em conta a extensão da bibliografia e das fontes documentais existentes. No entanto, o objetivo é fornecer ao estudante uma visão geral de algumas questões centrais da história brasileira do século XX.

Para compreender a história do país, recente, é preciso que se faça referência à Era Vargas e suas consequências para a vida política e social. Do mesmo modo, é necessário compreender o impacto da ditadura militar que, durante 20 anos, governou o país. É necessário que se reconheçam alguns traços populistas ainda presentes na vida política brasileira.

É possível, entretanto, conforme a disponibilidade de tempo do curso, que sejam indicadas leituras suplementares aos estudantes e realizem-se debates sobre os vários temas relacionados à vida política, social e cultural brasileira do século XX.

#### Ler textos científicos I

Na atividade, é indicada a leitura de um texto que faz referência aos direitos sociais conquistados na Era Vargas, em especial aos direitos trabalhistas. É proposto também que o aluno aproveite para fazer um estudo sobre os atuais direitos trabalhistas e refletir sobre o assunto. Além de conhecer as leis e os direitos trabalhistas, esta é uma oportunidade para discutir algumas características do mercado de trabalho no presente. Mesmo existindo os direitos trabalhistas, é preciso considerar a grande extensão do mercado informal de trabalho.

Em 2004, cerca de 60% dos trabalhadores brasileiros atuavam nesse mercado, ou seja, não tinham carteira assinada e, em consequência, não tinham acesso aos direitos sociais que o trabalhador do mercado formal tem, como 13º salário, férias, licença-saúde etc.

#### Ler texto científico II

No item, propomos a leitura de um texto sobre o AI-5 e o contexto em que foi instituído. O texto faz menção a alguns eventos culturais presentes no período que não puderam ser explorados no capítulo. Esta é uma oportunidade para falar sobre o movimento estudantil na Europa, o conhecido Maio de 68 na França. Há também o movimento *hippie* nos Estados Unidos. Todos esses movimentos da chamada contracultura exigiam maior liberdade e mudanças na organização social. Iam na direção contrária do que a ditadura militar pregava: uma obediência sem questionamentos a um modelo de vida imposto por um estado autoritário.

### Ler canção

Na seção, o estudante tem a oportunidade de analisar a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Essa canção tornou-se um hino para aqueles que lutavam contra a ditadura. Vale lembrar que esta e outras canções sofreram o crivo da censura e foram sucesso nos festivais promovidos pelas redes de TV na época. Essa canção de Vandré foi finalista do Festival Internacional da Canção da Rede Globo em 1968 e depois proibida pela censura.

O público exigia que ela fosse vencedora, e o próprio Vandré saiu em defesa da canção “Sabiá”, de Chico Buarque e Tom Jobim, que foi a primeira colocada. Esse discurso de Vandré está registrado em gravação ao vivo da canção feita no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro.

### Aplicar conhecimentos

1. c; 2. d; 3. b; 4. a

### Ler texto científico, imagem e tabela

Espera-se que a turma conscientize-se a respeito da questão das minorias ao ler e interpretar o texto, a imagem e a tabela. O tema é bastante atual e está na pauta das discussões do Congresso Nacional, sendo bastante noticiado pelos meios de comunicação. Espera-se, assim, que os alunos tomem um posição crítica a esse respeito.

### Para ampliar

#### Livros

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Biografia da vida política de Juscelino Kubitschek com comentários sobre as questões centrais do período.

\_\_\_\_\_. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Faz um relato sobre a vida política durante a ditadura militar. Traz também depoimentos e informações sobre as decisões políticas da época.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

As obras do jornalista Elio Gaspari fazem uma síntese da história da ditadura militar. Há inúmeros depoimentos e relatos que ajudam a compreender a trama política do período.

MATOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Analisa o movimento estudantil na França em 1968 e suas repercussões.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou, a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Planeta, 2008.

Relato de um jornalista que viveu o ano de 1968, tanto na dimensão política como na cultural.

## CAPÍTULO 6

### A Filosofia e o cotidiano: engajamento político

---

Pensando sobre alguns aspectos do engajamento político, buscou-se, no capítulo, quebrar alguns preconceitos que o senso comum carrega sobre a atividade e a participação política. Existem muitas opiniões que circulam cotidianamente que levam os cidadãos a ignorar o importante papel que desempenham na construção de uma sociedade justa e igualitária. Ideias que servem mais para afastá-los da discussão sobre os problemas que enfrentamos como sociedade organizada do que para informá-los. Desse modo, por meio da exposição dos conceitos de autoridade e poder, procurou-se articular alguns aspectos do pensamento de Sartre, Marx e Gramsci para mostrar como é fundamental que nos engajemos na mudança da sociedade em que vivemos.

A imagem que abre o capítulo representa o movimento dos “caras pintadas”, que surgiu para promover o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Ela pode ser usada para sensibilizar os estudantes para o fato de que a mobilização política pode sim transformar o modo como a sociedade lida com seus governantes e com seus problemas.

#### Ler imagens

As duas imagens que integram essa atividade apresentam um tema comum: o protesto político. No entanto, este acontece de maneira pacífica. Não repetir os métodos daqueles que exercem o poder de maneira opressora pode ser um modo de construir a igualdade por uma via mais justa. É importante que os estudantes percebam que existem muitas formas de protestar e que esse direito não está necessariamente ligado à manifestações de violência.

Uma forma de ampliar a discussão sobre esse tema é utilizar a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Essa canção que aparece na página 389 do Livro do Aluno, faz uma crítica mordaz à ditadura no Brasil e exemplifica muito bem a ideia que as fotos querem passar.

#### Autoridade e poder

O texto busca conceituar os termos, aliando-os a questões cotidianas. Vivenciamos a autoridade e o poder no núcleo fami-

liar, no trabalho e nas atividades sociais. Essa percepção de que a política não é uma atividade distante, exercida por pessoas que nada têm a ver conosco, é fundamental na construção da conscientização política.

O intuito da discussão é justamente chamar a atenção para esse aspecto.

### É preciso transformar o mundo

Aqui são introduzidas algumas ideias de Marx, reforçando a noção de que a luta política é uma das garantias de que a sociedade seja pensada como uma fonte de direitos e deveres para todos, sem privilegiar uma minoria que se beneficie do poder. Passa-se brevemente pelo conceito de ideologia e apontam-se para questões que podem ser abordadas em conjunto com as aulas de Sociologia, Geografia ou História.

### Ler texto jornalístico

A atividade tem por objetivo ampliar a discussão sobre os aspectos do evento de maio de 1968. Várias questões estavam envolvidas nas reivindicações dos jovens naquele período, não só questionamentos políticos, mas também questionamentos sociocomportamentais, entre outros. O texto de Miriam Goldenberg toca nesses assuntos de maneira clara e introduz a figura de Simone de Beauvoir, companheira de Sartre, preparando o caminho para discutirmos um pouco da filosofia de Sartre, que será exposta no capítulo.

As perguntas, além de buscar ampliar a compreensão do texto, relacionam-se com a crítica às formas de poder e autoridade que se delineavam naquela época.

1. Segundo o texto, os jovens reivindicavam o desejo de liberdade, a busca do prazer sem limites, a recusa de qualquer forma de controle e de autoridade, a explosão da sexualidade e a defesa da igualdade entre homens e mulheres.
2. Sim. Porque a partir do questionamento das decisões político-militares e das convenções sociais e morais, houve uma tentativa de reformular os aspectos da sociedade como um todo.
3. Resposta pessoal.

### O homem está condenado à liberdade

O texto aponta para algumas ideias de Sartre e reforça que, para ele, a única forma de darmos verdadeiro sentido a nossas existências é por meio engajamento político.

### Debater

O que se encontra de mais significativo nesse exercício de reflexão é levar os estudantes a perceber a relação que existe em Sartre entre liberdade e responsabilidade. Justamente porque estamos condenados à liberdade, somos plenamente responsáveis por nossos atos. Para Sartre, não há nenhuma instância ou entidade metafísica acima de nós regulando nossas ações. Tudo que fazemos parte de nossa consciência, e por ela somos julgados.

Pode-se realizar a atividade por meio de várias estratégias: dividindo a sala em grupos para, posteriormente, realizar uma exposição final do resultado das discussões de cada grupo; concedendo um tempo para leitura, individual ou compartilhada, e conduzindo a discussão, coordenando o debate com toda a classe. É importante lembrar que essas são apenas sugestões, ficando a critério do professor decidir a melhor maneira de aplicar a atividade.

### Ler texto filosófico

Como fechamento do capítulo, a atividade visa propor que a indiferença política é uma forma de deixar que os outros decidam por nós, permitindo que algumas pessoas mal-intencionadas se beneficiem dos bens públicos e explorem aquilo que é do povo. As perguntas justamente levam os estudantes a se questionar sobre a forma que lidam com os problemas que se colocam à sua frente: na família, no bairro e, até mesmo, no país. Busca-se refletir sobre esses aspectos e sobre o que se espera com a leitura desse texto e sua compreensão por meio das perguntas.

1. Não se pode passar pela vida de maneira isenta. De alguma forma, sempre teremos que nos posicionar perante os desafios que a vida nos apresenta. Quando Gramsci afirma que “viver é tomar partido”, ele na verdade afirma que essa condição é necessária da vida humana.
2. Sim, pois, se nos tornarmos indiferentes às questões políticas de nosso tempo, outros tomarão as decisões em nosso lugar e, certamente, farão isso de acordo com seus interesses pessoais, visando obter vantagens e benefícios.
3. Resposta pessoal.
4. Resposta pessoal.

### Para ampliar

#### Livros

CHÂTELET, François. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Logos e práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

COHEN-SOLAL, Annie. *Sartre: uma biografia*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOUTINHO, Luiz Damon Santos. *Sartre: existencialismo e liberdade*. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Logos.)

PERDIGÃO, Paulo. *existência e liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1995.

## CAPÍTULO 7

### Cidadania e participação social no Brasil

O principal objetivo deste capítulo é introduzir elementos conceituais sobre cidadania, fornecendo ao aluno um conjunto de noções que o ajude a discernir os diversos significados e as situações em que o termo cidadania é utilizado nos discursos políticos, nos telejornais, nas novelas etc.

É importante que o aluno consiga diferenciar os usos da palavra cidadania para poder perceber em que medida o conceito é utilizado de forma adequada ou quando serve apenas de retórica discursiva desvinculada de questões efetivamente relacionadas à conquista de direitos civis, políticos e sociais.

Acreditamos que o mais importante é proporcionar ao estudante elementos para que ele compreenda que a cidadania não pode ser pensada apenas como uma abstração, mas que ela é intrínseca à nossa prática cotidiana, permeando desde as ações mais simples do dia a dia até aquelas esporádicas, porém muito importantes, como votar para eleger o presidente do país, o governador do estado, o prefeito e outros representantes políticos.

Além de tratar das origens históricas e modernas do conceito, adotou-se a estratégia de retomar o estudo do período da redemocratização política do país até os dias atuais, quando algumas noções de direitos civis e políticos voltaram a fazer parte do vocabulário do povo brasileiro.

O capítulo deve servir para fomentar o debate e, principalmente, a reflexão entre os alunos sobre os significados da participação social para a conquista da cidadania. Dessa forma, todas as dinâmicas devem ser pensadas para provocar esse debate.

Se em sua cidade existe um sindicato ou um movimento específico em defesa de algo, talvez seja oportuno convidar um desses representantes para falar com os alunos a respeito de sua entidade ou movimento.

Para o debate, os alunos podem até mesmo assistir a um telejornal, pois muitas notícias dizem respeito a questões do cotidiano que se relacionam com a cidadania.

São inúmeras as possibilidades de se abordar a questão da cidadania e, seguramente, o professor saberá escolher a melhor forma de fazê-lo.

#### Ler entrevista I

Esta atividade tem como objetivo proporcionar a discussão das ideias defendidas pelo sociólogo Betinho. As respostas são pessoais.

#### Ler entrevista II

Na atividade, que faz referência ao racismo, pergunta-se se o estudante acredita que há preconceito racial no Brasil, como afirmado no texto. Traga dados ou peça aos alunos que pesquisem sobre o assunto, pois racismo e preconceito racial existem e podem ser facilmente percebidos, por exemplo, nas diferenças

salariais entre negros e brancos que exercem a mesma função profissional. Provavelmente, o debate a respeito das cotas nas universidades também deve ser acalorado.

#### Ler texto jornalístico

Trata-se de uma atividade de sistematização de informações, com base na leitura de um texto. A seguir, apresentamos um quadro como sugestão.

Instituição	Foco de atuação
Tucuxi	Preservação do boto-cor-de-rosa
Movimento de defesa da lagoa Rodrigo de Freitas	Despoluição da lagoa Rodrigo de Freitas (RJ)
S.O.S. Billings	Despoluição e preservação da represa Billings (SP)
S.O.S. Mata Atlântica	Preservação das reservas da Mata Atlântica
Uipa	Defesa dos animais
Movimento Pró-Haras	Recuperação e preservação de antiga chácara do bairro de Baeta Neves, em São Bernardo do Campo (SP)
MDV	Preservação da represa Billings (SP)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

#### Ler texto informativo e canção

Deve-se salientar que a proposta do movimento *hip-hop* vai além da expressão musical. O autor deixa claro que o *hip-hop* relaciona-se diretamente com a construção de cidadãos atuantes no mundo em que vivem. E a canção de Marcelo Yuka confirma isso quando fala da necessidade de se expressar o descontentamento, de se juntar em movimentos, que pulsam, que podem não mudar o mundo, mas fazem a diferença.

#### Pesquisar

Na atividade, sugerimos que os alunos observem sua realidade e reflitam sobre os movimentos sociais presentes em seu município. É uma excelente oportunidade para conhecer sua comunidade e pensar nas possibilidades de atuar nela. É importante orientá-los em cada uma das etapas do processo, como na criação do questionário, verificando a adequação e a pertinência das perguntas, bem como na construção das conclusões. Eles podem utilizar um gravador para facilitar o trabalho, o que tornará possível ouvir novamente as entrevistas, transcrever trechos e criar o texto com base nos depoimentos.

#### Aplicar conhecimentos

1. d; 2. a; 3. d

## Para ampliar

### Livros

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2010 (Coleção Primeiros Passos.)

O livro é uma introdução ao estudo do conceito de cidadania que trabalha com muitos exemplos da vida cotidiana.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo. Contexto, 2003.

Coletânea de diferentes textos e temas relacionados à cidadania em diferentes contextos históricos.

### Filmes

*Céu aberto*, de João Batista de Andrade. Brasil, 1985, 78 min.

O filme aborda a história da campanha das Diretas Já, em 1984.

*Cronicamente inviável*, de Sérgio Bianchi. Brasil, 2000, 101 min.

Em tom ácido, o filme enfoca problemas como desigualdade, miséria, corrupção e violência, criticando a postura cínica daqueles que pretendem se eximir de qualquer responsabilidade diante deles.

*Uma onda no ar*, de Helvécio Ratton. 2002, Brasil, 93 min.

História da criação e do desenvolvimento da Rádio Favela de Belo Horizonte. Mostra uma história de luta contra o racismo e a exclusão social com a utilização do rádio como meio de comunicação.

*Quanto vale ou é por quilo?*, de Sérgio Bianchi. 2005, Brasil, 107 min.

O filme realiza muitos questionamentos sobre a sociedade de consumo e o uso econômico da miséria. Critica as campanhas de responsabilidade social e o uso da pobreza para a realização do *marketing* pelas empresas.

## CAPÍTULO 8

### Política, cotidiano e democracia no Brasil

O capítulo inicia-se com uma reflexão a respeito do significado da política na sociedade em que vivemos. Estamos acostumados com os noticiários a respeito das ações corruptas dos políticos brasileiros e, por isso, acabamos por considerar a política um sinônimo de corrupção. Não percebemos que também há pessoas trabalhando honestamente, a fim de gerir a cidade, o estado e o país. E mais ainda: desprezamos a importância que a política tem para a sociedade e para os cidadãos de forma geral. Dessa forma, o capítulo procura ampliar a visão de política e promove uma reflexão sobre as formas de participação política na sociedade brasileira.

Pode-se ainda refletir, por meio dos textos deste capítulo, que a política não é só o que acontece nos partidos políticos, nas eleições, nos governos: a política está presente em qualquer relação que envolva hierarquia, poder ou dominação. Pode estar presente

na família, na empresa, na Igreja ou até mesmo nas relações sociais de amizade.

Para aprofundar teoricamente a questão, o capítulo trata do tema do poder, da participação política e da democracia no contexto das Ciências Sociais. O tema é abordado por um dos fundadores da Sociologia, o alemão Max Weber, que formulou conceitos que são centrais para a reflexão do poder político.

A sociologia política de Weber é uma sociologia da dominação, que procura investigar por que podemos encontrar certas pessoas dispostas a obedecer à determinada ordem. O conceito de “ação social”, tratado no capítulo, é central para entendermos o poder do ponto de vista weberiano.

O capítulo aborda essas questões no contexto da sociedade brasileira. Aponta como as diferenças hierárquicas podem ser entendidas por meio da formação política e cultural da sociedade brasileira, marcada pelo colonialismo e pela escravidão.

Trata também da definição de Estado e os poderes que o compõem no sistema político chamado República Federativa, como é o caso do Brasil. Aborda as especificidades do regime político democrático e as formas de participação política da sociedade brasileira contemporânea.

### Ler canção

A canção tematiza o poder do ponto de vista de uma geração já desiludida com a política. O fim da década de 1980 é um momento de esvaziamento de movimentos estudantis e de determinados movimentos políticos que tinham como bandeira a transformação da sociedade. É um período em que se deflagram as denúncias em relação aos totalitarismos de esquerda e os esquemas de corrupção em várias partes do mundo.

A resposta é pessoal. O objetivo da atividade é fazer com que os alunos manifestem o que eles pensam sobre a política e tentar abrir espaço para uma visão de política que vá além da questão da corrupção e da falta de ética dos políticos.

### Para refletir I

O aluno deverá refletir sobre as questões relativas às assimetrias hierárquicas em sua vida cotidiana. Em que momentos ele já ouviu a frase “Você sabe com que está falando?”. Em que momentos ele diria essa frase? Não somos somente vítimas desse sistema de dominação presente em nossa cultura; muitas vezes, somos também promotores desse tipo de relação em nossas ações cotidianas. Podemos ainda ampliar a discussão e refletir como acontece essa questão nas vivências que temos em determinadas instituições: empresa, Igreja, família e política.

### Debater

O objetivo desta atividade é fazer com que os alunos reflitam a respeito dos tipos de ação social propostos pelo sociólogo Max Weber e consigam, com base neles, analisar a sociedade contemporânea. É bom lembrar aos alunos que essas ações sociais formuladas por Weber são “tipos ideais”

construídos por ele para compreender a realidade. Os “tipos ideais” são formulações teóricas, abstratas, criadas pelo pesquisador para poder compreender determinado fenômeno social. Na realidade concreta, o pesquisador encontrará ações sociais aproximadas de determinado “tipo ideal” ou a conjunção de mais de um num mesmo fenômeno social.

### Aplicar conhecimentos I

O documentário *Vocação do poder* acompanha o cotidiano de seis candidatos a vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Cada um deles pertence a um partido político diferente e é de origem diversa. No decorrer do filme, eles revelam seus propósitos em relação à política e à cidade. O documentário permite uma reflexão sobre os conceitos weberianos de poder e ação social, assim como transpô-los para a sociedade contemporânea.

### Para refletir II

Os estudantes devem fundamentar os exemplos levantados sobre a ética da responsabilidade e da convicção por meio de situações do cotidiano. Podem trazer matérias de jornais ou situações que englobem uma das éticas. Proponha um diálogo entre os alunos de acordo com situações trazidas para fundamentar cada exemplo e sua relação com a ética informada.

### Conhecer mais

A partir desta seção, podem-se discutir os benefícios ou os prejuízos da Lei da Ficha Limpa para a política brasileira. Pode-se ainda propor uma pesquisa a respeito do andamento dessa lei, quais políticos podem perder seus mandatos e quais os entraves para sua aplicação. O professor pode também sugerir alguns endereços eletrônicos de pesquisa a respeito dessa lei.

### Aplicar conhecimentos II

1. Alternativa c.
2. Resposta pessoal. Pode-se fazer referência a todas as instituições relacionadas ao Estado que, de alguma forma, interferem em seu cotidiano.

### Ler depoimentos

Com base nos depoimentos, os alunos deverão refletir a respeito das diferentes formas de participação política na sociedade contemporânea e no que essas ações colaboram para melhorar as condições de vida da população.

### Pesquisar

A proposta da pesquisa é verificar se há pessoas próximas aos alunos que estejam engajadas em algum grupo social, político, cultural ou religioso. A pesquisa poderá ser realizada entre os próprios alunos ou poderá ser feita com membros da família ou do bairro no qual o aluno reside.

### Para ampliar

#### Livros

KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Traz uma introdução aos principais conceitos weberianos e uma análise crítica do pensamento desse sociólogo.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2008.

O autor faz um panorama histórico do regime democrático e analisa o significado da democracia na atualidade.

ROUSILEY, Celi Moreira Maia; GOMES, Wilson. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

O livro é composto de um conjunto de artigos sobre as novas formas de participação política no contexto das tecnologias digitais.

#### Sites

Greenpeace. Disponível em: <[www.greenpeace.org/brasil/pt](http://www.greenpeace.org/brasil/pt)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

A respeito das novas formas de participação política realizadas virtualmente, podem ser consultados sites de movimentos sociais, como o Greenpeace, que promove, entre outras formas de participação, o ciberativismo.

Lei da Ficha Limpa. Disponível em: <[www.fichalimpa.org.br](http://www.fichalimpa.org.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

A Associação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI) traz nesse site diversas informações a respeito da Lei da Ficha Limpa.

Pindorama Filmes. Disponível em: <[www.pindoramafilmes.com.br](http://www.pindoramafilmes.com.br)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

A produtora de filmes Pindorama realizou uma série de documentários de curta-metragem com o tema cidadania e democracia. Eles podem ser assistidos no próprio site indicado.

Senado Federal. Disponível em: <[www12.senado.gov.br/ecidadania](http://www12.senado.gov.br/ecidadania)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Também podem ser consultados sites governamentais que estão desenvolvendo formas de oferecer serviços e informações *on-line* para os cidadãos. O site do Senado Federal pode servir de apoio para o professor discutir possibilidades de novas formas de cidadania e participação política com o surgimento das tecnologias digitais.

#### Filmes

*O dia em que Dorival encarou a guarda*. Direção de Jorge Furtado e José Pedro Goulart. Brasil, 1996, 15 min.

Filme ficcional sobre o prisioneiro Dorival, que tinha o desejo de tomar banho. Para isso, tem de enfrentar a autoridade dos soldados militares. O filme permite uma discussão sobre hierarquia, direitos, ditadura e democracia.

*A negação do Brasil*. Direção de Joel Zito Araújo. Brasil, 2000, 90 min.

Preconceitos e estereótipos raciais são discutidos por meio das lutas de atores negros pelo reconhecimento de sua importância na história da telenovela.

*Três irmãos de sangue.* Direção de Angela Patrícia Reiniger. Brasil, 2006, 102 min.

Conta a história dos três irmãos, Betinho (sociólogo), Henfil (cartunista) e Chico Mário (violonista), e suas formas de participação política em diferentes momentos históricos do Brasil.

## **CAPÍTULO 9**

### **Uma população cada vez mais urbana**

---

Este capítulo analisa a situação atual da população mundial, examinando as principais tendências para os próximos anos.

Para a condução dos debates e das atividades do capítulo, considere o contexto que indica que a “bomba demográfica” mundial foi desativada. Isso significa dizer que, de modo geral, o ritmo de crescimento da população mundial, embora expressivo, vem tendo uma redução em diferentes países e regiões, como é o caso da China e de países da América Latina, como Brasil, Argentina e México. O mundo desenvolvido vem passando, há algumas décadas, por situações de estagnação ou de déficit de reposição populacional, como é o caso da Itália.

Considere também que o debate sobre questões populacionais sempre é cercado de polêmicas. É muito comum que setores das sociedades apontem o crescimento populacional ou o tamanho das populações como responsáveis pela pobreza ou pela dilapidação dos recursos naturais, numa reedição das teses malthusianas. Thomas Malthus, economista liberal e reverendo inglês que viveu no século XIX, achava que seria pela ação do mercado – e não pela mão do Estado – que o controle do aumento populacional seria feito. Ele enunciou uma tese polêmica que até hoje influencia o pensamento conservador: a de que a população cresce em progressão geométrica ao passo que a produção de bens de subsistência cresce em progressão aritmética, causando desequilíbrios entre população e recursos.

Entretanto, hoje é moeda corrente que a pobreza decorre das estruturas sociais desiguais e que a escala da produção de bens já seria capaz de alimentar a população mundial – uma vez corrigidas as distorções no acesso aos bens produzidos. O tamanho da população pode ser até mesmo uma vantagem competitiva no disputado mercado mundial, como é o caso da China, que se vale do uso intensivo de mão de obra na produção industrial, tanto masculina como feminina.

Orientar os estudantes na leitura dos mapas e gráficos apresentados e para que utilizem as noções desenvolvidas no

capítulo, como os elementos da *dinâmica demográfica, cidade, campo, população urbana e metropolização*, entre outras, como chave de análise da atual situação da população mundial. A noção de urbanização utilizada é do predomínio de população que vive em cidades comparadas ao total de uma população nacional ou mundial. Entretanto, considere que os processos de urbanização significam também a expansão do modo de vida urbano para além das fronteiras das cidades. Essa expansão é também um elemento que mobiliza o deslocamento de contingentes para as cidades.

#### **Ler gráficos I**

Os estudantes deverão observar os totais de população dos países considerados e sua evolução nos dois períodos. Destaque o predomínio de países asiáticos, notadamente aqueles que apresentam grandes contingentes populacionais. Como será observado mais à frente, a troca de posições entre Índia e China deve-se ao conjunto de políticas de controle de natalidade e estímulo à urbanização no caso da China. O Brasil deixa de figurar entre os cinco países mais populosos do mundo em face do processo de transição demográfica que será examinado na última parte do capítulo. Estimule os estudantes a levantar aqui hipóteses sobre o comportamento demográfico da população de nosso país.

#### **Ler mapas**

Os alunos poderão verificar a expansão do número de cidades com mais de 10 milhões de habitantes a partir da década de 1970, com forte expansão de núcleos desse porte na Ásia. Considere também que as projeções indicam que esses países vêm passando por um processo já vivido de forma semelhante no mundo desenvolvido e em países da América Latina em períodos anteriores. No caso dos países asiáticos, ainda há um estoque de população que permite o crescimento da população urbana.

#### **Ler gráfico II**

É importante ressaltar que, de forma geral, a tendência é de distribuição da população em núcleos urbanos pequenos e médios, como poderá ser observado em detalhes no gráfico da página 442. Essa propensão não exclui a continuidade do crescimento das grandes cidades; apenas demonstra que tem havido também outro tipo de desenvolvimento urbano.

#### **Brasil, um país urbano**

Os gráficos e mapas apresentados têm o objetivo de mostrar o processo de transição demográfica vivido em nosso país. Tendo os anos 1960 como ponto de inflexão, o país passa a contar com a predominância de uma população urbana, combinada com o aumento da expectativa de vida e a expressiva redução no ritmo de crescimento populacional.

Com base nos dados do IBGE, os estudantes poderão perceber que diminui a proporção de crianças e jovens em relação à população total, enquanto aumenta a proporção de idosos. Isso revela que o ritmo de crescimento populacional hoje é menor do

que há algumas décadas. Entretanto, o maior número de idosos indica também aumento da expectativa de vida, elevando o contingente de pessoas acima de 60 anos de idade.

É importante lembrar que esse processo está diretamente relacionado ao fato de que cada vez mais brasileiros vivem em cidades ou sob a influência do modo de vida urbano, que é mais do que viver em cidades: trata-se da adoção de estilos de vida, como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e o adiamento da maternidade por muitas delas, a inscrição no mercado de consumo urbano, entre outros.

Os gráficos sobre as proporções de população no Brasil e nas grandes regiões mostra de maneira inequívoca a marcha da urbanização no país. Os estudantes poderão reparar que regiões como a Norte e a Nordeste apresentam índices menores, mas ainda têm potencial de crescimento das respectivas populações urbanas. As demais regiões já estão perto do limiar de população urbana, que, como sabemos, dificilmente chegará aos 100% ou índices próximo a isso. Tais elementos confirmam também a transição demográfica nacional, já que a urbanização também funciona como freio ao crescimento populacional.

Dedique especial atenção à coleção de mapas sobre as migrações no país. As grandes ondas migratórias ainda ocorrem, mas não na mesma intensidade que nos anos 1970. Hoje, os fluxos são multidirecionais, e muitos deles envolvem movimentos internos às regiões. É importante ter em mente as variadas modalidades de migração verificadas hoje, como as migrações de retorno (exemplo: nordestinos que retornam à sua região, vindos do Sudeste) e as migrações sazonais (quando contingentes trabalham metade do ano em grandes cidades e na outra metade em seus municípios de origem, muitas vezes em atividades agrícolas). Se possível, enriqueça a discussão com depoimentos e histórias de vida dos próprios estudantes e de suas famílias.

As boas práticas urbanas são exemplos de políticas públicas ou de ações sociais integradas de combate à pobreza urbana e de integração dos cidadãos à vida das cidades.

### Ler mapas e gráficos

Espera-se que os alunos compreendam que:

- A primeira sentença é incorreta, pois o primeiro gráfico mostra uma progressiva queda nas taxas de crescimento populacional no país.
- A segunda sentença é correta, uma vez que os dados apresentados mostram um progressivo crescimento da população urbana. Hoje, oito em cada dez brasileiros vivem em cidades.
- A terceira sentença é correta, já que as famílias urbanas tendem a ter menor número de filhos.
- A quarta sentença é incorreta, uma vez que os fluxos migratórios indicados foram muito expressivos em décadas anteriores, entre 1960 e 1980.
- A última sentença é correta, pois hoje predominam no Brasil fluxos multidirecionais de distância mais curta, ora entre regiões ora entre estados de uma mesma região.

### Aplicar conhecimentos

1. Alternativa a. Considere que aqui os fluxos para novos polos preveem também deslocamentos de contingentes populacionais entre núcleos urbanos.
2. Resposta pessoal. Deve-se levar em conta que a opção de migrar para as cidades é uma decisão das famílias e dos indivíduos com base no leque de oportunidades de trabalho oferecido nas cidades. A maioria deles vai integrar o chamado setor informal da economia, que, ao contrário do que muitos imaginam, é bastante dinâmico e essencial para a economia urbana. Estudos da ONU mostram também que boa parte dos que vivem em favelas e outras habitações precárias não é de migrantes recém-chegados do campo, mas de despossuídos em geral, originários de outros núcleos urbanos – o que contraria as teses de “inchaço urbano”.
3. Resposta pessoal. A autora, uma importante ativista do direito à cidade nos EUA, propõe uma reflexão sobre o potencial das cidades para resolverem os próprios problemas. Com efeito, é importante considerar que elas reúnem recursos humanos, técnicos, econômicos e financeiros que permitem desenvolver novas propostas, como as de governabilidade urbana com participação social.

### Sugestão de atividade suplementar

Com base nos dados e debates propostos no capítulo, sugira aos estudantes que realizem uma pesquisa para avaliar o processo de envelhecimento da população brasileira. Para isso, eles poderão consultar uma série de dados estatísticos recolhidos pelo IBGE.

### Para ampliar

#### Livro

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge. (Orgs.) . *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.

#### Site

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

## CAPÍTULO 10

### Um Brasil urbano

---

Este capítulo tem como objetivo explorar os aspectos do processo de urbanização no Brasil, com destaque para a constituição das redes urbanas no país e o para exame de alguns elementos da estrutura interna das cidades, articulando-os com os demais capítulos de Ciências Humanas relacionados ao assunto. Em seu conjunto, os itens aqui apresentados visam mostrar ao estudante elementos para compreender os processos de urbanização e o modo de vida urbano no Brasil e no mundo

para que possam analisar e avaliar as próprias condições de vida e as de sua comunidade.

Considere algumas noções e os conceitos desenvolvidos ao longo do capítulo, como *urbanização, modo de vida urbano, rede urbana, metropolização, cidade local, cidade média*, assim como a definição de formas político-administrativas como *município e região metropolitana*. Articulados, eles podem funcionar como ferramentas para compreender as dinâmicas espaciais do Brasil contemporâneo, em uma perspectiva histórica. Dessa forma, recusamos classificações esquemáticas e modelos formais de tipologias de centros urbanos à feição da tradição inaugurada pela teoria dos lugares centrais de Christaller, que se apoia na ideia de que existem aglomerações urbanas de todos os tamanhos, dotadas de funções centrais, cujas produção e distribuição de bens e serviços estão atreladas a um *hinterland* próximo, no qual o centro urbano ocupa posição central. Ao contrário, consideramos a rede urbana um processo dinâmico, inserida em contextos históricos e espaciais concretos, que preveem o exame de relações amplas e multidirecionais entre os centros urbanos, como propõem autores como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa. No Brasil urbano contemporâneo, a dinâmica das relações entre cidades está associada, assim, à modernização econômica do país, à adoção de um conjunto importante de inovações nos sistemas de transportes, comunicações e informações e à preponderância das metrópoles, em especial, de São Paulo. Portanto, é nesse contexto que a força de atração e a polarização de centros urbanos em determinada hierarquia, ainda que provisórias e sujeitas a modificações ao longo do tempo, devem ser consideradas.

### Ler imagens

Os estudantes são convidados a examinar as fotografias e estabelecer relações entre as características dos diferentes períodos históricos que resultaram na criação de cidades no Brasil. É importante partir das origens e gênese das cidades e redes urbanas no país para compreender o papel e a posição atual dos diferentes núcleos.

### Ler mapas I

Na atividade, os estudantes poderão conferir elementos da organização do espaço regional no Sudeste a partir da expansão da cafeicultura. Criaram-se redes de cidades, ferrovias e novas formas de produção do espaço com a expansão das culturas.

### Ler texto científico e Ler mapa II

O texto “As metrópoles modernas no Brasil” apresenta aos estudantes um exemplo concreto do modo como se exerce a influência da metrópole paulistana sobre vastas porções do território nacional. Com base na exploração do mapa das regiões metropolitanas, discuta com os estudantes as emergências de novas aglomerações metropolitanas, não metropolitanas e cidades médias, que representam processos de desconcentração econômica e redivisão territorial do trabalho e, mais do que isso, a consoli-

dação do modo de vida urbano e a simultaneidade dos processos de metropolização e desmetropolização no país.

### A cidade vista por dentro

A segunda parte do capítulo articula-se ao primeiro bloco por meio da relação entre atividades econômicas e interações sociais e a evolução dos núcleos urbanos na rede urbana brasileira. Essa segunda parte oferece um roteiro, ainda que sumário, que possibilita avaliar as mudanças nas estruturas internas da cidade e suas repercussões nas condições de vida e nas interações sociais. Aqui sobressai a ideia de *urbanidade*, desenvolvida pelo geógrafo francês Jacques Lévy. Apropriando-se desse roteiro, os estudantes poderão avaliar a própria condição de urbanidade da cidade onde vivem ou de núcleos que tiveram a oportunidade de conhecer, discutindo sob uma perspectiva crítica pontos como as novas centralidades urbanas, os sistemas de circulação e a mobilidade nas cidades, a habitação, a economia urbana e o uso e a apropriação das bases naturais sobre as quais as cidades se assentam. Valorize aqui o debate sobre propostas e alternativas para a resolução de problemas, algo que emana da própria vida cotidiana das cidades.

### Ler documento

Espera-se que os alunos entendam que o documento indica meios coletivos e não motorizados de transporte. E, a partir dessa indicação, precisam argumentar se é adequada ou não à região onde vivem e trabalham.

### Aplicar conhecimentos

Observe com atenção os resultados da questão 1, pois a ideia é que os estudantes apresentem uma síntese dos principais pontos do capítulo em um esquema de representação gráfica, que pode ser um organograma ou fluxograma.

As demais questões tratam também de temas abordados no capítulo.

### Para ampliar

#### Livro

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html](http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

#### Site

Para consulta sobre direito à cidade, Estatuto da Cidade e textos e vídeos sobre gestão urbana, indique aos alunos o portal do Instituto Polis: <[www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

## CAPÍTULO 11

### Cidades e relações sociais

---

Este capítulo aborda o fenômeno da urbanização e a formação das grandes cidades no Brasil e no mundo. No fim do século XIX,

como uma das consequências da Revolução Industrial, os trabalhadores rurais deslocaram-se para as cidades em busca de trabalho nas indústrias. A partir daí, surgiram as metrópoles europeias, como Paris, Londres e Berlim. As cidades tornaram-se um tema importante de análise para a Sociologia, que procurou compreender as relações sociais que se estabeleceram no espaço urbano.

O alemão Georg Simmel foi um dos teóricos que problematizaram e analisaram o fenômeno urbano. Preocupava-se em compreender a moderna cidade que surgia com o desenvolvimento capitalista, e também entender um novo estilo de vida que se formava por meio dessas relações sociais urbanas.

Este capítulo trata ainda das pesquisas sociológicas realizadas pela Escola de Chicago. Sociólogos americanos, como Robert Erza Park, criaram metodologias de pesquisa para o estudo das cidades a fim de compreender os modernos fenômenos urbanos. A Escola de Chicago enfatizava o aprendizado por meio da pesquisa, e seus estudos foram fundamentais para o desenvolvimento de uma Sociologia urbana. Ao contrário do que aconteceu na França com Émile Durkheim, os americanos fundaram uma sociologia muito mais próxima da Psicologia. Eles estavam preocupados com a ação social como chave explicativa para a sociedade; por isso, as teorias da Psicologia contribuíram para analisar o comportamento dos homens na metrópole moderna.

A Escola de Chicago exerceu grande influência na Sociologia brasileira. No Brasil, os estudos relacionados ao urbano começaram principalmente a partir do fim da década de 1960. Isso porque, no Brasil, a população rural até esse período ainda era maioria. Somente no fim dos anos 1950 é que as cidades brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a receber grandes contingentes populacionais vindos das áreas rurais, e iniciava-se de forma mais acentuada o fenômeno da urbanização.

Nesse período, tornou-se central na Sociologia brasileira a temática da mudança social e dos impasses em relação à modernização da sociedade. Os estudos concentraram-se na investigação sobre o desenvolvimento, sobre as resistências à mudança e sobre a dicotomia entre o arcaico e o moderno. Procurava-se explicar como a sociedade se desenvolvia e definir claramente a oposição entre tradição e modernidade.

### Aplicar conhecimentos

Alternativa e.

### Para refletir

A atividade propõe uma reflexão a respeito da atualidade das ideias de Georg Simmel. Primeiro os alunos farão a observação das imagens. Em seguida, eles responderão às questões propostas e, com base nelas, deverão concluir se as concepções do autor sobre a cidade ainda estão presentes na sociedade contemporânea. É importante que os estudantes utilizem efetivamente o conteúdo das imagens em suas respostas, estabelecendo a comparação entre o que está sendo mostrado nas imagens e sua experiência pessoal.

### Debater

As questões propostas para a atividade indicam os itens que deverão ser observados no filme. Portanto, peça a seus alunos que façam anotações enquanto assistem ao filme pensando nas respostas para as questões 1, 2 e 3. Nas questões 4 e 5, eles devem elaborar uma opinião baseada no que assistiram no filme, ou seja, devem criar argumentos levando em conta as situações vistas.

É importante que os grupos assistam mais de uma vez aos trechos que julgarem importantes para formular seus argumentos e que os citem na formulação de suas respostas.

### Pesquisar

Os alunos farão uma pequena pesquisa utilizando o método da entrevista. Selecionarão colegas ou familiares que tenham migrado de uma cidade para outra. Para realizar a entrevista, deverão elaborar um roteiro com dez questões. Esse roteiro poderá ser elaborado coletivamente com o auxílio do professor. Com o roteiro pronto, as entrevistas poderão ser realizadas. Os alunos poderão anotar as respostas no momento da entrevista ou registrar essas entrevistas com o auxílio de um gravador ou mesmo do celular. A gravação poderá ser um auxílio importante, pois permite que o entrevistador preste atenção na fala de seu entrevistado e que essa resposta possa ser ouvida novamente no momento da análise da entrevista. O professor poderá pedir a produção de um texto final em que o aluno exponha os resultados de sua pesquisa. Também é possível produzir um texto final coletivo, fruto da comparação e da síntese de todas as entrevistas que foram realizadas pelos alunos da classe.

### Ler canções

Com base nas canções, os alunos farão uma reflexão sobre a cidade e os diversos grupos sociais nela existentes. Poderão refletir sobre os locais onde moram na cidade, sobre as diferenças entre os grupos e os conflitos entre eles. Também poderão refletir a respeito dos movimentos culturais e sociais presentes em sua cidade. A atividade permite compreender a cidade como um espaço heterogêneo e permeado por conflitos entre os diversos grupos sociais e políticos que habitam um mesmo espaço urbano. As respostas são pessoais.

### Para ampliar

#### Livros

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Nesse livro, Bauman analisa determinados aspectos relacionados à experiência de viver nas cidades contemporâneas. Fragmentação, indiferença, medo e cooperação estão entre os temas tratados.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. São Paulo: FGV, 2008.

O autor analisa a trajetória de migrantes nordestinos que vivem no bairro de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papius, 2006.

A obra apresenta um panorama a respeito das reflexões das Ciências Humanas e Sociais sobre as cidades.

#### Sites

IBGE Cidades. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

O site contém dados estatísticos de todas as cidades brasileiras.

PNUD. Disponível em: <[www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx](http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx)>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Nesse site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pode ser consultado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cidades brasileiras e de outras cidades do mundo.

#### Filmes

*Ainda orangotangos*. Direção de Gustavo Spolidoro. Brasil, 2007, 81 min.

O filme relata uma série de situações ficcionais vividas por habitantes da cidade de Porto Alegre.

*Cinco vezes favela*. Direção de Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirzman. Brasil, 1962, 92 min.

Formado por cinco histórias passadas na cidade do Rio de Janeiro, o filme é considerado uma das grandes obras do Cinema Novo, no qual cineastas retratam o cotidiano dos habitantes das favelas cariocas da década de 1960.

*Cinco vezes favela – Agora por nós mesmos*. Direção de Cacau Amaral e Cadu Barcelos. Brasil, 2010, 103 min.

O filme reúne cinco histórias a respeito do cotidiano de moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. As histórias foram elaboradas por jovens roteiristas que moram nessas favelas. O filme é uma versão contemporânea do filme *Cinco vezes favela*, de 1962.

*Cosmópolis*. Direção de Camilo Tavares, Cói Belluzzo e Otávio Cury. Brasil, 2005, 55 min.

Documentário sobre a cidade de São Paulo, no qual são apresentadas singularidades da cidade por meio da trajetória de doze de seus habitantes.

*O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas*. Direção de Paulo Caldas e Marcelo Luna. Brasil, 2000, 75 min.

Documentário sobre a realidade urbana da periferia do Recife.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ANDRADE, Vera C. Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino. In: MONTEIRO, Ana Maria (Org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. *Ensinar Filosofia: um livro para professores*. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEZERRA, Holien. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Secadi, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secadi, 2006. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004810.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004810.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Segundo Segmento do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEB, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Proeja: documento-base*. Brasília: MEC/Semtec, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC/Semtec, 2000.
- BRASIL. *Projovem: unidades formativas I, II e III*. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007.
- CARLOS, Ana Fani A.; CORREA, Roberto L. *A geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CORREA, Roberto L.; CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Parecer 11/2000, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 10 maio 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- DURAND, Marie-Françoise; COPINSCHI, Philippe; MARTIN, Benoit; PLACIDI, Delphine. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FERNANDES, Domingos. *Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- GAES-UEL. Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <[www.uel.br/grupo-estudo/gaes](http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes)>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GELAMO, Rodrigo Pelloso. *O ensino da Filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de Filosofia?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: *Currículos sem fronteiras*. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.
- GUIMARÃES NETO, Euclides et al. *Educar pela Sociologia: contribuições para a formação do cidadão*. Belo Horizonte: RHJ Livros, 2012.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KLEIMAN, Angela B.; MORAES, Sílvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos de escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 91.
- LES-FFLCH-USP. Laboratório de Ensino de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <[www.ensinosociologia.fflch.usp.br](http://www.ensinosociologia.fflch.usp.br)>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- MARTINELLI, Marcello. *Mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES, Amaury Cesar. *Sociologia: Ensino Médio*. Brasília, MEC/SEB, 2010.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2004.
- MURRIE, Zuleika de Felice (Coord.). *Encceja: livro introdutório. Documento básico – Ensino Fundamental e Médio*. Brasília: MEC/Inep, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História e Geografia, ciências humanas e suas tecnologias – livro do professor: Ensino Fundamental e Médio*. Brasília: MEC/Inep, 2002.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: PAIVA, Jane Paiva; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (Orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2009.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: *Orientações Curriculares do Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- PIERRO, Maria Clara Di; JÓIA, Orlando; RIBEIRO, Vera M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*. Campinas, n. 55, nov. 2001. p. 58-77.
- PLANCHEREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina A. F. de (Orgs.). *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Macaíó: Edufal, 2007.
- PORTA, Mario A. González. *A Filosofia a partir dos seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.
- RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. São Paulo: Ação Educativa/Mercado de Letras, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Filosofia na escola: o prazer da reflexão*. São Paulo: Moderna, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Caderno de orientações didáticas para EJA – Geografia: etapas complementar e final*. São Paulo: SME/DOT, 2010. Disponível em: <[http://portals-me.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Documentos/publicacoes/orienta\\_geo\\_portal.pdf](http://portals-me.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Documentos/publicacoes/orienta_geo_portal.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dispo-

nível em: <[www.labes.fe.ufrj.br/administracao/dissertacoes/flaviosarandy.pdf](http://www.labes.fe.ufrj.br/administracao/dissertacoes/flaviosarandy.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

SILVA, Ielizi Luciana Fiorelli. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no estado do Paraná (1970-2002)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

TAKAGI, Cassiana Tiemi T. *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-124236/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-124236/pt-br.php)>. Acesso em: 6 fev. 2013.

TORRES, Rosa Maria. *Que (e como) é necessário aprender*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.